

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino

(Organizadores)



I Congresso Internacional de Estudos do Discurso

**Anais do
I Congresso Internacional
de Estudos do Discurso –
I CIED**

São Paulo, 2015

Paulistana
~ Editora ~

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino

(Organizadores)

Anais do
I Congresso Internacional de Estudos do
Discurso - I CIED

1ª edição

São Paulo

Editora Paulistana

2015

Copyright © 2015 Dos organizadores

Revisão técnica

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Conselho editorial

Aline Saddi Chaves
Álvaro Antônio Caretta
Ana Elvira Luciano Gebara
Ana Rosa Ferreira Dias
Anna Flora Brunelli
Anselmo Pereira de Lima
Argus Romero Abreu de Moraes
Artaxerxes Tiago Tácito Modesto
Beatriz Daruj Gil
Beatriz Regina Benradt Matinez
Cláudio Márcio do Carmo
Dylia Lysardo-Dias
Eduardo Calbucci
Eduardo Lopes Piris
Elis de Almeida Cardoso Caretta
Elizabeth Harkot-de-La-Taille
Eugenio Pagotti
Fábio Fernando Lima
Grenissa Bonvino Stafuzza
Helson Flavio da Silva Sobrinho
Isabel Cristina Michelan de Azevedo
Iraneide Santos Costa
Iran Ferreira de Melo
José Ribamar Júnior
Juciane dos Santos Cavalheiro
Kelly Cristina de Oliveira
Lineide do Lago Salvador Mosca
Luiz Antonio da Silva
Luiz Rosalvo Costa

Márcia Regina Curado Pereira Mariano
Margarete Nath Braga
Maria Eliza Freitas do Nascimento
Maria Flávia Figueiredo
Maria Helena da Nóbrega
Maria Helena Pistori
Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade
Maria Margarete Fernandes Souza
Maria Terezinha Py Elichirigoity
Maria Valéria Anderson de Mello Vargas
Marisa Grigoletto
Maurício Beck
Moisés Olímpio Ferreira
Monica da Silva Cruz
Nelson Barros da Costa
Paula de Souza Gonçalves Morasco
Paulo Ramos
Paulo Roberto Gonçalves Segundo
Ravel Faria Paz
Regina Célia Pagliuchi da Silveira
Renata Barbosa Vicente
Renato de Mello
Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto
Sandro Luis da Silva
Sheila Vieira de Camargo Grillo
Soraya Maria Romano Pacífico
Tércio de Abreu Papparotto
Zilda Gaspar Oliveira de Aquino

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago
Vice-Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Diretor: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu
Vice-Diretor: Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Chefe: Prof. Dra. Marli Quadros Leite
Suplente: Prof. Dr. Paulo Martins

Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

Coordenadora: Prof. Dra. Ieda Maria Alves

Projeto Gráfico, Revisão e Diagramação

Gabriel Isola-Lanzoni

Gonçalves-Segundo, P. R.; Aquino, Z. G. O. (Organizadores). Anais do I Congresso Internacional de Estudos do Discurso – I CIED. São Paulo: Editora Paulistana, 2015. 1009p. ISBN978-85-99829-79-0. Acessível em: <http://cied.fflch.usp.br/>

1. Linguagem 2. Estudos do Discurso. 3. Análise do Discurso. 4. Semiótica. 5. Retórica. 6. Análise Crítica do Discurso. 7. Literatura. 8. Teoria Bakhtiniana. 9. Estilística. 10. Linguística Aplicada. 11. Linguística Textual. 12. Análise da Conversação. 13. Estudos do Léxico.

Os artigos publicados nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores.



SUMÁRIO

Apresentação.....	09
<i>Paulo Roberto Gonçalves-Segundo</i> <i>Zilda Gaspar Oliveira de Aquino</i>	
A experiência de Jimi Hendrix: a narrativa heróica de um ícone da guitarra elétrica.....	10
<i>Affonso Celso de Miranda Neto</i>	
A representação discursiva da vítima no gênero sentença judicial.....	26
<i>Alba Valéria Saboia Teixeira Lopes</i>	
Um possível diálogo entre Patrick Charaudeau e Michel Meyer.....	42
<i>Alex Fabiani de Brito Torres</i>	
"Você é livre? Mesmo?": Uma análise discursiva da leitora ideal da revista Tpm.....	60
<i>Alice Vasques de Camargo</i>	
A construção referencial no ensino de produção escrita: análise de textos de alunos do 4º ciclo de EJA.....	81
<i>Allan de Andrade Linhares</i>	
Comentário jornalístico virtual: discursos em "diálogo".....	94
<i>Andre Cordeiro dos Santos</i>	
O discurso antilógico, o filosófico, e o jogo verbal da conveniência.....	109
<i>André Luiz Braga da Silva</i>	
Discurso, Ideologia e Relevância: a representação da Ordem Social brasileira pelo jornal Folha de S. Paulo.....	125
<i>Breno Wilson Leite Medeiros</i>	
O discurso da diversidade linguística em um livro didático de espanhol para brasileiros.....	143
<i>Bruno Rafael Costa Venâncio da Silva</i> <i>Miguel Afonso Linhares</i>	
A gestualidade como espaço de projetabilidade de enunciados (des)preferidos.....	157
<i>Cacilda Vilela de Lima</i>	



Práticas discursivas e exercício profissional: o trabalho do professor de inglês em cursos de idiomas à luz da ergologia e da concepção dialógica de linguagem.....	182
<i>Carlos Fabiano de Souza</i>	
O embate na mídia impressa nas eleições 2010.....	194
<i>Célia Dias dos Santos</i>	
A responsabilidade enunciativa no gênero jurídico contestação.....	214
<i>Célia Maria de Medeiros</i> <i>Maria das Graças Soares Rodrigues</i>	
Expressões multimodais de textos jornalísticos para a construção do escândalo: implícitos e contextos.....	227
<i>Deborah Gomes de Paula</i>	
Gênero discursivo: o texto teatral no ensino-aprendizagem de língua estrangeira.....	241
<i>Eduardo Dias da Silva</i>	
Enunciação: duas abordagens complementares.....	258
<i>Elisabete Guedes da Silva</i>	
O posicionamento de setores da imprensa sobre a Ditadura Militar: uma análise de discurso crítica.....	269
<i>Emmanuel Henrique Souza Rodrigues</i>	
A representação de negros anônimos em Raça Brasil: a construção da autoestima minoritária em uma revista de nicho.....	283
<i>Filipe Montovani Ferreira</i>	
Entre o fato e o ideal feminista: a construção da notícia em Fêmea.....	305
<i>Gerlice Teixeira Rosa</i>	
A memória na construção da identidade do sujeito nipo-brasileiro representado pela literatura.....	321
<i>Hugo Hajime Kimura</i> <i>Roselene de Fátima Coito</i>	
Representação discursiva do homem do campo nas histórias em quadrinhos de Chico Bento moço: o caipira na cidade?.....	338
<i>Illa Pires de Azevedo</i>	
Uma abordagem semiótica do conto: A Cartomante.....	356
<i>Ione Vier Dalinghaus</i> <i>Anailton de Souza Gama</i>	



Análise Crítica do Discurso para o estudo da inclusão/exclusão de LGBT na imprensa brasileira.....	370
<i>Iran Ferreira de Melo</i>	
A Ergonomia da Atividade e a relação discursiva entre o Trabalho prescrito e o Trabalho real.....	392
<i>Irene Scótoló</i>	
O Sujeito no Discurso da Marcha das Vadias.....	413
<i>Isaac Costa</i>	
O diabo, da tevê ao YouTube.....	429
<i>Ivana Soares Paim</i>	
Teorias do romance de Georg Lukács e de Mikhail Bakhtin: Entre ética e estética.....	442
<i>João Carlos Felix de Lima</i>	
Implícito: uma estratégia discursiva nas capas do jornal Meia-Hora.....	454
<i>Jonathan Ribeiro Farias de Moura</i>	
Análise Multimodal da Representação de Gêneros Sociais em Livros Didáticos do Ensino Médio.....	466
<i>Joseli Ferreira Lira</i> <i>Sônia Maria de Oliveira Pimental</i>	
A memória discursiva e as formas de silenciamentos no (sobre) discurso do morador de rua: Os efeitos de sentidos nos textos do jornal “Aurora da Rua”.....	482
<i>José Gomes Filho</i>	
Autoficção e discurso do íntimo.....	503
<i>Julia Scamparini</i>	
O dialogismo na obra Os Sertões de Euclides Da Cunha.....	519
<i>Jussaty Luciano Cordeiro Junior</i>	
A representação linguística de personagens-tipo na ficção.....	527
<i>Katiuscia Cristina Santana</i>	
Direto ao assunto com Dilma Rousseff: derrisão, humor e heterogeneidade.....	542
<i>Lígia Mara Boin Menossi de Araujo</i>	
Atribuição de identidade pela mídia aos atores sociais do Movimento Passe Livre.....	555
<i>Lílian Noemia Torres de Melo Guimarães</i> <i>Maria Sirleidy de Lima Cordeiro</i>	



O discurso apocalíptico da obra <i>Vivendo no fim dos tempos</i> de Slavoj Žižek.....	568
Lucas Frederico Andrade de Paula	
Revisitando os conceitos e a análise linguístico-discursiva de marcadores discursivos em gêneros da esfera jornalística.....	586
<i>Magno Santos Batista</i> <i>Maria D' Ajuda Alomba Ribeiro</i>	
Livro de autoajuda ajuda? Reflexões acerca do discurso de autoajuda na modernidade avançada.....	605
<i>Maria de Fatima Carvalho de Oliveira Felix</i>	
A representação discursiva da vítima e do agressor em boletins de ocorrência.....	618
<i>Maria de Fátima Silva dos Santos</i> <i>João Gomes da Silva Neto</i>	
Marcas da representação da fala no gênero inquérito policial.....	637
<i>Maria do Socorro Oliveira</i>	
A presença do leitor na revista <i>Capricho</i> : uma análise dialógica.....	652
<i>Maria Teresa Silva Biajoti</i>	
O gênero capa de revista na mídia impressa: a constituição de sentidos implícitos na linguagem verbo-visual.....	663
<i>Maria das Vitórias dos Santos Medeiros</i> <i>Maria Assunção Silva Medeiros</i>	
O acabamento da personagem no amor do autor.....	676
<i>Maryllu de Oliveira Caixeta</i>	
Trabalhadores do Brasil, mis queridos descamisados: a (re) invenção do imaginário social do trabalhador no Brasil e na Argentina.....	690
<i>Mayra Coan Lago</i>	
Especificidades discursivas do webjornalismo independente.....	703
<i>Michelle Gomes Alonso Dominguez</i>	
"Filosofia de Anitta": a patemização como efeito e estratégia discursiva em um artigo de opinião.....	716
<i>Nadja Pattresi de Souza e Silva</i>	
Atenção, consciência, instrução e leitura de input textual em L2: um estudo com os pronomes pessoais.....	726
<i>Nívia Maria Assunção Costa</i>	
Le Silence De La Mer: Jeanne e a personificação da resistência.....	745
<i>Nyeberth Emanuel Pereira dos Santos</i>	



Expressividade lexical na poética de Paes Loureiro: uma análise estilística dos Cantares Amazônicos.....	765
<i>Raphael Bessa Ferreira</i> <i>Elis de Almeida Cardoso</i>	
Textos multimodais e contextos no discurso publicitário: expressões verbais e imagéticas com seus implícitos culturais na representação do feminino.....	779
<i>Regina Célia Pagliuchi da Silveira</i>	
Sentidos da docência: um olhar para os discursos de professores de inglês.....	798
<i>Renata Helena Pin Pucci</i>	
Por dentro dos boxes: uma análise das mobilizações dos/as docentes de Brasília.....	812
<i>Risalva Bernardino Neves</i>	
O jeitinho (do) brasileiro na carta de Caminha: batismo de uma identidade.....	831
<i>Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti</i>	
O Discurso Negativo sobre o Brasil na Rede Social Facebook: Fantasmas do Comunismo Imaginário.....	843
<i>Ronaldo Adriano de Freitas</i>	
“Armaria nam”: a palavra - discurso nas tiras do bode gaiato.....	858
<i>Rosângela Gonçalves Cunha</i>	
A leitura nos gêneros da esfera literária em livros didáticos do ensino fundamental: formação para o letramento crítico?.....	876
<i>Rosenil Gonçalves dos Reis e Silva</i> <i>Simone de Jesus Padilha</i>	
Discurso e Prática Social na Idade Média.....	886
<i>Selene Candian dos Santos</i>	
Motivação lexical: aspectos históricos e socioculturais na antroponímia e na antonomásia da cidade de São José do Jacuri – MG.....	897
<i>Shirlene Aparecida da Rocha</i>	
A metáfora na construção discursiva da (des)igualdade social no discurso do movimento ows.....	931
<i>Thaysa Maria Braide de Moraes Cavalcante</i>	
Memórias de escola em "Magda Soares": uma análise discursiva.....	946
<i>Thiago José Rodrigues de Paula</i>	



I Congresso Internacional de Estudos do Discurso

Grupo de Estudos do Discurso da Universidade de São Paulo

Memória discursiva nos contos de “Espinhos e Alfinetes”.....	961
<i>Thyago Madeira França</i>	
Opinião pública e protestos contra Collor em editoriais da Folha de S. Paulo.....	974
<i>Vinícius Sales do Nascimento França</i>	
Nós versus nós: identidades em confronto no contexto de pós-independência leste-timorense.....	994
<i>Alexandre Marques Silva</i>	

Apresentação

Paulo Roberto GONÇALVES-SEGUNDO (USP)

Zilda Gaspar Oliveira de AQUINO (USP)

Neste volume, estão reunidos os artigos resultantes dos trabalhos apresentados no I Congresso Internacional de Estudos do Discurso (I CIED), promovido pelo Grupo de Estudos do Discurso da Universidade de São Paulo (GEDUSP)¹ e realizado entre 06 e 08 de agosto de 2014 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). O evento tinha como objetivo fomentar um espaço de discussão de resultados de pesquisa orientados para as dimensões do texto e do discurso, a partir de um debate aberto que considera a diversidade de linhas teóricas e de encaminhamentos metodológicos, com um olhar especial para a multi e para a interdisciplinaridade.

O Congresso contou com a participação de cerca de trezentos participantes, entre comunicações, mesas e conferências, brasileiros e estrangeiros, além de haver possibilitado, a um grande conjunto de pesquisadores, a oportunidade de integrar diversos minicursos, ministrados por importantes pesquisadores internacionais e nacionais, como Patrick Charaudeau, Malcolm Coulthard, Carmen Rosa Caldas-Coulthard, Maria Aldina Marques, Alexandra Guedes Pinto e Elisa Guimarães.

Os sessenta e três textos que compõem estes Anais, provenientes de uma seleção advinda de um minucioso processo de avaliação cega de cada texto por pareceristas competentes, representam uma parcela significativa dos trabalhos apresentados no Congresso e da multiplicidade de olhares sobre o texto e o discurso que a pesquisa científica brasileira apresenta neste momento. São artigos que cobrem as vertentes francesa e crítica de Análise do Discurso, a Teoria do Círculo de Bakhtin, a Linguística Textual, a Retórica e a Argumentação, a Análise da Conversação, a Linguística Aplicada, a Estilística, a Semiótica, as Linguísticas Cognitiva e Funcional, a Pragmática e os Estudos Lexicais.

Isso posto, desejamos a todos uma boa leitura.

¹ O Grupo de Estudos do Discurso da Universidade de São Paulo (GEDUSP) reúne professores e estudantes de todos os níveis (da Iniciação Científica ao Doutorado) que comungam o interesse pelo discurso ou pelo texto, entendidos, em termos amplos, como a unidade de análise que considera a linguagem em uso. O objetivo central é a compreensão da produção de sentido em condições determinadas. Articulado em torno de um objeto de estudo, o grupo não se filia a uma abordagem teórica, mas tem por princípio e finalidade o debate e a discussão entre diferentes correntes teóricas sobre o discurso ou o texto. O GEDUSP funciona por meio de reuniões periódicas de estudos, cursos de pós-graduação, simpósios, ciclos de palestras e publicações dos resultados de pesquisa e compreende cinco subgrupos: Teorias da Argumentação, Teoria Dialógica dos Gêneros Discursivos, Análise Crítica do Discurso, Análise da Conversação e Análise do Léxico no Discurso Literário.

A Experiência de Jimi Hendrix: a narrativa heroica de um ícone da guitarra elétrica

Affonso Celso DE MIRANDA NETO (USP)
timerocker@usp.br

Resumo: Celebrado ainda hoje como principal personagem no universo dos guitar heroes, Jimi Hendrix ocupa um lugar sagrado no imaginário social como um ícone da guitarra elétrica e do rock. Como parte fundamental da nossa tese sobre a mitologia dos heróis da guitarra, esse trabalho se propõe a compreender sua trajetória pessoal como uma narrativa clássica do herói. A adaptação dos fatos reais para a saga ficcional será elaborada baseada em três biografias disponíveis no mercado editorial. Nossa primeira tarefa é realizar essa transposição através do método de análise morfológica de contos proposto por Propp em conjunção com os estágios da jornada do herói concebido por Campbell. Nosso outro objetivo é empreender uma nova síntese para extrair e revelar a produção lógica de sentido na perspectiva semiótica de Greimas. Nesse nível, o esquema actancial pretende mostrar as relações funcionais primordiais do sujeito da narrativa para a ampliação do entendimento do significado do texto e da estrutura básica do conteúdo da trama.

Palavras-chave: Jimi Hendrix; narrativa; semiótica; mitologia; herói.

1. Introdução

Jimi Hendrix é frequentemente indicado como o maior herói da guitarra elétrica de todos os tempos por diversas enquetes realizadas em publicações especializadas sobre música e guitarra. Nascido em Seattle, noroeste dos Estados Unidos, o afro-americano Hendrix emergiu de uma origem humilde para se tornar um ícone do rock e da moda hippie. Ao despontar na cena londrina no fim dos anos 1960, todo seu virtuosismo instrumental e sua maneira ousada e libidinosa de se apresentar no palco conquistaram a crítica musical e o público, o que o levou a se tornar um mito da música popular, da noite para o dia.

Seu êxito comercial na indústria fonográfica foi resultado das diversas experiências acumuladas na sua história de vida. Embora alguns autores já tenham estudado o universo *guitar hero* - termo utilizado para se referir aos principais representantes dessa linhagem virtuosística de guitarra – uma visão aprofundada e voltada para os fundamentos mitológicos dessa condição especial é uma lacuna existente na literatura do rock. A questão aqui é: Por que muitos profissionais da imprensa tratam esses músicos como deuses, heróis ou seres extraterrestres? É pertinente o uso da linguagem fantástica para qualificar a trajetória desses guitarristas?

Nosso objetivo neste artigo é re/construir uma narrativa do herói apoiada sobre livros e artigos sobre Jimi Hendrix com a finalidade de confirmar se tal conceito é justificado pelos acontecimentos de sua vida relatados pelos autores. Esta tarefa será realizada sob a orientação dos métodos narrativos de Propp, Todorov e Greimas, em conjunção com a jornada do herói de Campbell no intuito de confrontar teorias e refletir sobre a melhor maneira de realizar a transição entre a realidade e a ficção. É necessário lembrar que não é possível conceber tal tarefa sem a interpretação de cunho psicológico e estético uma vez que o

vínculo entre a vida espiritual e a material não se manifesta de forma direta nas ações, mas sim tacitamente, na esfera subjetiva dos personagens.

No mercado editorial podem ser encontrados mais de vinte livros entre biografias e obras sobre a carreira musical do guitarrista. Cada uma a sua maneira traz aspectos relevantes que contribuem para a compreensão de sua jornada abreviada aos 27 anos de idade. De um ponto de vista pessoal, a jornalista Sharon Lawrence (2005) e o irmão Leon Hendrix (2012) constroem suas narrativas baseadas principalmente na memória dos diálogos e na observação privilegiada de quem conviveu intimamente com o guitarrista. Já o livro feito por Steven Roby e Brad Schreiber (2010) através de uma extensa investigação desvela os anos formativos de Hendrix ainda em solo americano, antes de sua transferência para despontar na indústria fonográfica em Londres.

Diversos autores já se empenharam em pesquisas voltadas para diversos temas relacionados à obra de Hendrix. Friedlander (2004) no capítulo “Reis da guitarra” reflete sobre a gênese dessa idolatria, e discorre sobre sua trajetória musical, destacando seu estilo inusitado de tocar guitarra. Waksman (1999) por sua vez concentrou-se na discussão sobre a natureza fálica de sua performance corporal enfocando questões relativas ao fetiche da negritude dentro de um universo majoritariamente branco como o rock. A condição simbólica de Hendrix foi também estudada por Milard e McSwain (2004) com o objetivo de compreender a essência da prática *guitar hero*, ao explicitar alguns mitos e ritos reatualizados e presentes na trajetória do guitarrista.

2. Personagens da narrativa

Em “Morfologia do Conto Maravilhoso” (2001), Propp ao analisar um corpo de mais de cem contos do gênero folclórico, extrai uma estrutura narrativa de trinta e uma esferas baseadas na ação temporal de funções realizadas por cada personagem presente na estória. Nesse formato, oito personagens são responsáveis por empreender as ações que constroem o sentido da trama. O herói é o protagonista, condutor da narrativa, sempre à procura de algo, ou seja, um objeto, uma pessoa ou um ideal. Roby e Schreiber relatam uma entrevista concedida por Hendrix para o jornal inglês *New Musical Express* em 1967 no qual Hendrix resumiu sua missão na vida: “Ambição pessoal: ter meu próprio estilo musical. Encontrar minha mãe novamente” (2002, p. 5).

De acordo com a maioria dos seus biógrafos, sua obsessão pela música manifestou-se muito cedo. Segundo seu irmão caçula Leon Hendrix, a prática da experimentação sonora foi o traço fundamental que definiu a personalidade de Buster¹. Na infância, o hábito de esticar elásticos nos pés da cama ou amarrar fios de arame para simular uma corda era comum. Já na adolescência, Buster era sempre visto tocando *air*

¹ Hendrix era apaixonado por ficção científica e pedia para que o chamassem assim em homenagem ao ator principal da série de televisão *Flash Gordon*, Buster Crabbe.

*guitar*² pelo corredor do colégio ou mesmo empunhando uma vassoura como se fosse uma guitarra. De fato, como veremos adiante, os relatos destacam que a música exerceu uma função importante na sua vida como uma compensação/sublimação psicológica para a ausência da figura materna.

Essa carência afetiva teria tido seu início com a incompatibilidade de gênios demonstrada por seus pais no ambiente familiar. Após Al Hendrix, seu pai, pedir o divórcio na justiça e requerer a guarda dos filhos, a situação se agravou. A dificuldade em manter um emprego estável por não controlar o alcoolismo e o vício em jogos de azar, o transformaram no primeiro antagonista da história. O papel de prejudicar o herói na realização de seu objetivo é tarefa do vilão ou do anti-herói. Na trama, a conjunção entre sua incompetência para gerir uma casa e sua incapacidade para reconhecer o talento musical de Hendrix resultou na criação de uma imagem negativa refletida em uma convivência conflituosa entre ambos.

Nesse panorama, os poucos momentos compartilhados com a mãe, Lucille Hendrix, representaram a passagem para uma esfera especial, o que fortaleceu sua condição como a princesa no desejo do herói. Seu irmão Leon relembra: “O apartamento da mamãe por outro lado era uma recompensa. Tudo que nós fazíamos juntos era excitante. Sem mencionar que ela fazia café, almoço e jantar. Nenhum de nós podia pedir nada melhor do que aquilo” (2012, p. 20). Ao morrer jovem, Lucille Hendrix, se tornou uma imagem idealizada na sua vida e obra³. A jornalista Sharon Lawrence (2005) relata mais de uma ocasião na qual Hendrix mencionou a importância de sua mãe e lhe mostrou fotos dela no camarim, antes de se apresentar.

Na condição de vilão, outros dois personagens emergem na narrativa. O primeiro deles, Ed Chalpin, produtor musical de Nova York, se caracterizou pelo oportunismo com que se apropriou da inexperiência e do descaso de Hendrix com relação aos trâmites legais e financeiros. Esse descompromisso monetário, reflexo de sua natureza de total comprometimento com a criação musical, permitiu também que seu empresário, Michael Jeffery, tirasse proveito das pressões exercidas na justiça pelos processos de Chalpin, para lesar ainda mais suas contas. De certa forma, Jeffery pode ser definido tanto como vilão ou anti-herói, por se revelar no final da carreira de Hendrix, um profissional interesseiro. Contudo, as biografias confirmam sua conduta inescrupulosa desde o princípio de sua atividade como empresário, o que lhe confere, sem dúvida, o status de vilão.

A partir do ano de 1969, Hendrix já manifestava sua insatisfação e frustração pessoal por ter de cumprir a extenuante agenda de concertos e lançamentos fonográficos requeridos pela indústria cultural. A aceitação passiva da pressão foi decorrência de sua fraqueza em não saber conduzir corretamente sua carreira. Eric Clapton relata em sua biografia a presença constante de uma comitiva “dionisíaca” ao lado do guitarrista em todos os momentos que o encontrava. Esse fator é representativo de como um dos

² Tocar uma guitarra imaginária imitando a performance corporal de um guitarrista conhecido.

³ Nas letras de algumas de suas composições mais conhecidas, o guitarrista menciona sua personalidade e explicita o desejo de revê-la no futuro. São elas: “The wind cries Mary”, “Little wing”, “Castle made of sand” e “Gypsy Eyes” “Angel”.

principais vilões de sua história foi sua própria personalidade. Sua trágica morte aconteceu no momento em que necessitava de uma tomada de consciência para modificar o rumo de sua vida pessoal e profissional.

A figura do doador – indivíduo responsável por aconselhar o herói e lhe dar um objeto mágico, não necessariamente material - é compartilhada entre a modelo inglesa Linda Keith e o produtor musical Chas Chandler, ex-baixista da banda *The Animals*. Este último entrou em cena indicado por Linda, primeira pessoa a vislumbrar a possibilidade de uma carreira fonográfica para o guitarrista. Na época, pensando em iniciar carreira como produtor musical, Chandler reuniu todos os esforços para investir na divulgação do talento de Hendrix. De certa forma, o inglês se caracteriza também pela figura do despachante⁴ por convencer Hendrix a ir para Londres, e de ajudante por se fazer presente em todos os momentos cruciais de sua “aventura” musical, seja nos estúdios de gravação ou nas principais apresentações do princípio de sua carreira.

Diversos são os ajudantes na sua história de vida, personagens caracterizados por auxiliar o herói no momento dos maiores desafios que lhe são impostos. Billy Cox, seu amigo e baixista, conviveu intensamente com Hendrix tanto nas experiências musicais no *chitlins circuit*⁵ no início da década de 1960, quanto na sua fase final de carreira, integrando o grupo *The Jimi Hendrix Experience*. O baterista Mitch Michel foi outro parceiro fundamental na sua trajetória fonográfica ao se encaixar perfeitamente no estilo proposto pelo guitarrista. A sintonia fina existente entre a bateria e a guitarra é uma característica notável em seus trabalhos.

No nosso entendimento, o principal ajudante e um personagem decisivo na trajetória de Hendrix foi o engenheiro de estúdio Eddie Kramer. Seu domínio nas técnicas de gravação, ao realizar diversas experimentações sonoras, inaugurou um novo paradigma na produção música popular. Todas as ferramentas tecnológicas disponíveis para a guitarra foram empregadas para dar o timbre ideal almejado por Hendrix em cada canção. O compartilhamento de conhecimento desta parceria está registrado integralmente na indústria fonográfica. Por seu conhecimento estético das ideias musicais daquele, Kramer ainda hoje é o curador da obra de Hendrix e responsável por quase todos os discos póstumos colocados no mercado fonográfico.

É necessário citar ainda outras pessoas importantes na constituição do artista Hendrix. Faye Pringon, sua namorada na época em que tentava a sorte em Nova York antes da fama, foi quem o indicou para diversos artistas de *soul music*⁶ como Sam Cook, The Isley Brothers e Curtis Knight. Segundo Hendrix, somente com este último, sua forma original de tocar foi respeitada e estimulada, fato não observado nas experiências anteriores. Sua participação na banda de Little Richard foi abreviada exatamente por sua

⁴ Personagem que orienta e convence o herói a partir imediatamente em busca de seu objetivo.

⁵ Circuito de bares e clubes destinados aos artistas negros na época da segregação racial nos Estados Unidos.

⁶ Gênero musical afro-americano nascido da mistura da música gospel e do *rythm'n'blues* no fim da década de 1950.

ousadia ao tocar guitarra com a boca ou atrás da cabeça, comportamento inaceitável para um cantor e pianista considerado vaidoso. Entretanto, a postura confiante e extravagante de Richard seria um traço determinante para o desenvolvimento de sua *persona* artística.

Outro anti-herói da narrativa é Noel Reading, baixista da formação original do *The Jimi Hendrix Experience*. Personagem importante na concepção da sonoridade do grupo, Reading representou de forma precisa “a figura ambígua que parece do bem, mas se revela contra o herói e é desmascarada no final.” Na verdade, ao aceitar o papel de ser baixista na banda, mesmo sendo guitarrista de ofício, sua decisão se revelou apenas uma estratégia para ganhar visibilidade no cenário musical. Sua relação com Hendrix sempre foi conflitante e competitiva. Ao deixar a banda em 1968, sua tentativa de se estabelecer como cantor e compositor no mercado se mostrou uma decisão totalmente equivocada, resultando apenas em frustração e arrependimento.

Antes de conhecermos a estória de Hendrix, é preciso ressaltar que a nossa concepção de narrativa se assemelha à reflexão de Todorov sobre a relação dicotômica entre mudança (contraste) e regularidade (repetição) encontradas no curso na biografia de cada ser humano:

“A narrativa se constitui na tensão de duas forças. Uma é a mudança, o inexorável curso dos acontecimentos, a interminável narrativa da “vida” (a história), onde cada instante se apresenta pela primeira e última vez. É o caos que a segunda força tenta organizar; ela procura dar-lhe um sentido, introduzir uma ordem. Essa ordem se traduz pela repetição (ou pela semelhança) dos acontecimentos: o momento presente não é original, mas repete ou anuncia instantes passados e futuros” (TODOROV, 2004, p. 21).

3. Construção da narrativa do herói

Segundo Campbell, o nascimento do herói está imerso em circunstâncias excepcionais presentes desde sua gestação até o período da infância. Johnny Allen Hendrix veio ao mundo em 27 de novembro de 1942⁷ em Seattle, após uma gravidez inesperada de sua mãe, Lucille Jeter Hendrix. Seus primeiros anos de vida se passaram em uma casa de adoção na Califórnia, uma vez que com apenas 16 anos de idade, Lucille não possuía condições financeiras, nem maturidade para criá-lo. Convocado para a segunda guerra mundial, seu pai, Al Hendrix, não pôde acompanhar o parto. No entanto, ao término do conflito, Al retomou a guarda do filho, e mudou seu nome para James Marshall Hendrix.

A troca de nome é apenas um dos fatos dramáticos ocorridos na sua infância. Todo esse período foi marcado por grande instabilidade financeira da família, insegurança emocional e inúmeras transferências de domicílio. A separação dos pais, ocorrida quando Hendrix tinha 10 anos, teve como consequência uma dupla ausência afetiva. Se por um lado, a privação do contato com a mãe foi péssima para sua formação, por outro lado, o convívio diário com seu pai não se mostrou benéfico devido à rotina de trabalho de Al. A

⁷ Quase um ano após o bombardeio do Império Japonês em Pearl Harbour que determinou a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial.

saída da figura dos pais acarretou o surgimento de um indivíduo introvertido e distante, como destacam os autores Roy e Schreiber (2010, p. 7).

O método de Propp até a esfera funcional IX pode ser aplicado na sua dinâmica familiar até sua saída de Seattle. A primeira esfera funcional do conto maravilhoso correspondente à fase da preparação do herói onde há afastamento de um dos membros da família, que no caso específico de Hendrix, se configura em um movimento duplo. A primeira proibição imposta ao herói pode ser verificada na responsabilidade e nas restrições que lhe foram imputadas ao ser obrigado a cuidar diariamente de seu irmão caçula Leon. Este último, em sua biografia, narra episódios dramáticos em que Hendrix repartia a pouca comida disponível ou furtava pães no supermercado para alimentá-lo, durante os longos sumiços de seu pai em virtude do alcoolismo e do vício em jogos de azar. A segunda norma já tinha sido estabelecida anteriormente com a proibição do encontro dos filhos com a mãe, fato que só ampliou a imagem da mãe como musa inspiradora e objeto do desejo. Esse cerceamento ganhou dimensão trágica na ocasião da morte de Lucille Hendrix em 1958. A decisão do pai de Hendrix de impedir seu comparecimento no enterro foi uma atitude que jamais seria esquecida pelo músico, como afirma Lawrence (2005, p. 14).

Como sua obra sempre esteve conectada com sua experiência de vida, a figura materna aparece por diversas vezes nas letras de suas canções. Em *"Castle made of sand"*, presente no seu segundo disco, Hendrix descreve de forma lírica a dinâmica familiar de sua infância e adolescência. No terceiro verso, podemos ver como a morte de sua mãe causou um impacto profundo em sua obra:

"Havia uma jovem garota, que tinha o coração condenado, porque ela estava incapacitada para a vida, e não podia emitir um som. E ela desejou e rezou que iria parar de viver, então ela decidiu morrer. Ela puxou sua cadeira de roda à borda da baía, e olhando para suas pernas ela sorriu: "Você não vai me machucar mais." Mas então ela percebeu algo que nunca tinha visto, isso a fez saltar e dizer: "Olha, um navio alado de ouro está passando no meu caminho" E realmente isso não tem que parar... Isto apenas continuou, E então os castelos de areia deslizam no mar, Eventualmente⁸" (HENDRIX, *"Castle made of sand"* do disco *"Axis: bold as Love"*).

Sob a perspectiva do eixo actancial do desejo de Greimas, pode-se visualizar a disjunção provocada pelo pai com a oposição entre o sujeito (Hendrix) e sua mãe Lucille, e também entre ele e o objeto violão. Neste segundo caso, a objeção paterna foi direcionada para o interesse de Hendrix com a experimentação do som⁹, e conseqüentemente com a música. O episódio de aquisição do violão é representativo da falta de empatia do pai com o desejo do filho. A iniciativa de contrair uma dívida de cinco dólares na compra de instrumento para Hendrix partiu de sua tia Ernestine Benson que convenceu Al Hendrix a aceitar a oferta de um amigo. É importante frisar que Ernestine Benson foi uma figura importante na formação do

⁸ "There was a young girl, whose heart was a frown, because she was crippled for life, and couldn't speak a sound, and she wished and prayed she would stop living, so she decided to die. She drew her wheel chair to the edge of the shore, and to her legs she smiled "You won't hurt me no more." But then a sight she'd never seen made her jump and say "Look, a golden winged ship is passing my way" And it really didn't have to stop...it just kept on going. And so castles made of sand slips into the sea, Eventually"

⁹ Nos três livros aqui selecionados há referência de situações em que Hendrix costumava executar uma vassoura como guitarra, tanto em casa como no colégio.

guitarrista, por lhe ter apresentado e compartilhado inúmeros discos de *blues*, como relatam Roy e Schreiber (2010, P. 6).

No nível III da transgressão, Hendrix imediatamente se envolveu intensamente com música através de diversas bandas no colégio e na cidade de Seattle. Mesmo em condições emocionais tão adversas, ele formou os *Velvetones* e os *Rocking Kings* no ensino médio, e com os últimos venceu uma batalha de bandas e atingiu o ponto alto do circuito da cidade, a casa de espetáculos Birdland. Naturalmente, sua decisão de abandonar os estudos se tornou motivo de discussões e interrogatórios em casa, ainda mais com a mentalidade pragmática de seu pai voltada para a exaltação da ideologia trabalhista. Desconsiderando seu interesse por música, seu pai enquanto antagonista tentou convencê-lo a realizar trabalhos manuais em casa.

A esfera funcional da informação de Propp caracteriza-se pelo momento em que Hendrix se envolve em pequenos delitos na comunidade, e é obrigado a revelar para seu pai a participação em um pequeno furto na região. Mesmo perdoado, sua participação em duas circunstâncias suspeitas definem seu destino. Condicionado pela juíza do caso a decidir entre as casas de detenção ou o serviço militar, ele escolhe a brigada paraquedista por causa do símbolo da águia. De fato, aqui se dá o momento em que o herói explicita sua carência, usando esse episódio como pretexto para sair de um contexto limitador e buscar o objetivo de se tornar músico profissional.

Segundo Campbell, esse é o momento de partida da jornada do herói que se caracteriza pelo afastamento do vínculo paterno. Segundo Campbell:

“O desafortunado pai é a primeira intrusão radical de outra ordem de realidade na beatitude dessa reafirmação terrena da excelência da situação no interior do útero; assim sendo, o pai é vivenciado primariamente como um inimigo. Para ele é transferida a carga de agressão originalmente vinculada à mãe "má" ou ausente. Permanece com a mãe (normalmente) o desejo vinculado à mãe "boa", ou presente, nutridora e protetora” (CAMPBELL, 1949, p.7).

O começo da viagem do herói foi provavelmente impulsionado por sua vida familiar conturbada, o que lhe despertou o desejo de procurar novos ambientes. Nesse sentido, Campbell lembra que “A chamada pode ser uma sensação por parte do herói de que algo está faltando em sua vida e que ele ou ela deve procurar o que está faltando” (1949, p. 30). No serviço militar, Jimi Hendrix conheceu o baixista Billy Cox, músico que se tornaria um dos seus grandes parceiros musicais. Após apenas nove meses, Jimi Hendrix foi dispensado do exército, e junto com Cox começou sua aventura musical no *chitlins circuit*, formado por bares e boates negras de Nashville, um dos berços do *rock'n'roll*.

Segundo Hendrix, esses locais foram decisivos para seu aprendizado e desenvolvimento musicais, onde pôde experimentar diversos sons e criar um estilo original. Essa é a esfera funcional de Propp que representa o início da reação do protagonista da história onde ele é submetido a diversos desafios e testes de preparação para o futuro. O eixo actancial do poder proposto por Greimas começa a se definir aqui com a entrada em cena de diversos ajudantes que vão auxiliá-lo na sua jornada e também de oponentes, voltados para interferir negativamente na estória. Essa é a hora em que herói enfrenta seus medos e

inseguranças, intitulada por Campbell como “recusa do chamado”, fase de hesitação cuja superação só é possível com a participação de companheiros agindo ao lado do herói.

Sua busca o levou a Nova York onde se estabeleceu no Harlem, bairro negro do famoso Teatro Apollo, templo da música soul. Ali, Hendrix venceu um concurso para guitarristas pelo qual ganhou um prêmio de apenas vinte cinco dólares. Neste momento, nosso herói vai enfrentar muitos problemas financeiros para se estabelecer não conseguindo chance em nenhuma casa para tocar. Assim, surge sua primeira tutora, Faye Pridgeon, modelo que vai lhe indicar vários amigos músicos, entre eles, Ike and Tina Turner, Isley Brothers, Sam and David e King Curtis, com os quais Hendrix vai ganhar visibilidade no cenário musical, tocando, gravando e excursionando por todo território americano.

Sua temporada como *sideman* de bandas soul contribui decisivamente para o desenvolvimento do seu estilo, tanto na parte rítmica da guitarra elétrica quanto na sua atuação cênica. Em documentário sobre sua vida, Faye declarou que embora se posicionasse no fundo do palco, Hendrix impressionava por seu estilo inusitado de tocar, e a partir de certo momento, já se constituía em um show à parte. É provável que sua performance ousada tenha nascido da observação dos artistas negros de soul cujos “truques” eram feitos para provocar as meninas nas primeiras filas. Neste sentido, podemos concluir que seu pragmatismo musical baseado na experiência o levou a se apropriar de diversos elementos estéticos não somente musicais de outros artistas para formar seu estilo original. E, sobretudo, o ambiente extremamente desafiador e competitivo das plateias negras nos pequenos clubes do interior americano foi decisivo para sua constituição como artista. Em uma de suas primeiras canções gravadas no disco de estreia intitulada *Highway Chile*, Hendrix descreve as dificuldades e desafios enfrentados nessa fase:

“Sua guitarra pendurada nas costas, Suas botas empoeiradas e seu Cadillac Sears, Cabelo vermelho apenas soprando no vento. Não via uma cama há muito tempo, o que é um pecado. Ele saiu de casa quando tinha dezessete anos. O resto do mundo, ele desejava ver, E todo mundo que sabe da mesma velha história, pedra que rola não cria limo, e Agora você provavelmente vai chamá-lo de vagabundo, Mas é um pouco mais profundo do que isso, ele é uma rodovia Chile” (HENDRIX, “Highway Chile” do disco *Are you experienced*).

Em umas dessas turnês pelo sul dos Estados Unidos, Hendrix recebe o convite de Little Richards, um dos músicos pioneiros do rock para integrar sua banda. O enorme desafio foi um período de experiência impar para Hendrix, que já com seu estilo bem desenvolvido, entrou em conflito em diversos momentos com a postura profissional do cantor e pianista. Mesmo com toda tensão relatada entre os dois, Richards se tornou um modelo para o guitarrista, por ser um artista negro bem sucedido e autoconfiante que se apresentava com vestuário extravagante e dominava a atuação cênica com maestria. É visível no figurino usado por Hendrix no festival de Monterrey, a reprodução do estilo de se vestir de Richards.

Contudo, sem a liberdade necessária para se expressar plenamente, ele toma consciência de que para realizar seu desejo como *guitar hero* deve seguir seus princípios e decide começar do zero em Nova York. Lá, Hendrix vai assumir o apelido de Jimi James e com sua banda *The Blue Flames* vai se estabelecer na cena musical do Greenwich Village, famoso reduto boêmio da época. No *Café Wha*, bar situado nesse

local histórico onde floresceu o movimento contracultural da literatura beatnick e da música folk, Hendrix vai ser descoberto por um segundo doador na sua trajetória, a modelo Linda Keith, namorada de Keith Richards, guitarrista dos *The Rolling Stones*. Sua mediação foi importante para oferecer dois objetos mágicos a Hendrix; uma guitarra modelo Fender Stratocaster e uma fita cassete com a música “Hey Joe”, cuja versão se tornou o primeiro sucesso do guitarrista na indústria fonográfica.

Por intervenção da modelo, Chas Chandler, baixista da banda inglesa *The Animals* entrou em cena. Iniciando sua carreira como produtor musical, Chandler convenceu o guitarrista a se transferir para Londres com o intuito de gravar um disco. Segundo ele, na capital inglesa Hendrix teria a disposição todas as ferramentas materiais e humanas, fato que seria determinante para sua entrada na indústria cultural. Chandler se torna a figura tutelar que vai guiar o herói para enfrentar todos os desafios em um reino desconhecido. Figura chave na trajetória de Hendrix, além de doador, ele atuou como personagem do despachante, elemento que para Greimas integra o eixo de transmissão, responsável por conectar o protagonista com seu objeto. Aqui, inicia-se a fase da transferência do herói para um mundo especial, caracterizada por Campbell como a “passagem do primeiro limiar” (1949, p. 44).

Outro personagem importante ingressa na trama por motivação financeira. Chas Chandler convidou o antigo empresário de sua banda *The Animals* para comandar a parte financeira. Michael Jeffery se tornaria desde então, ao lado do pai de Hendrix, um grande vilão ou anti-herói na sua história. A ele são imputadas diversas acusações de desvio de dinheiro durante a breve carreira de Hendrix. Segundo os biógrafos, Jeffery fundou uma empresa chamada Yameta em um paraíso fiscal para onde enviava grande parte da receita dos inúmeros shows realizados pelo guitarrista. Na verdade, sua função na história foi desestabilizar o herói – no nível da falta de liberdade, do *não poder não fazer* - ao contratar diversas apresentações equivocadas e assim esgotar a energia do protagonista da história.

Greimas reconhece no esquema narrativo de Propp uma estrutura polêmica, isto é, uma verdadeira “semiótica da manipulação”, onde a função do vilão (ou antissujeito) é parte essencial da eficácia semântica da história:

“Por sua leitura do esquema de V. Propp, Greimas percebeu que as narrativas inventadas pelo folclorista russo não eram apenas histórias de um herói, mas também, ainda que forma menos explícita, a história de um vilão. Isso quer dizer que a narrativa se constitui em uma estrutura polêmica, isto é, dois percursos narrativos opostos: o do sujeito e do antissujeito, os quais visam um mesmo objeto-valor. O esquema narrativo funda-se em tal estrutura elementar, a qual tem, portanto, estatuto necessariamente polêmico-contratual: uma disputa de objeto de valor entre sujeito e antissujeito” (MENDES, 2013, p. 8).

A manipulação é definida por Greimas como “a ação do homem sobre os outros homens, visando a fazê-los executar um programa dado; no primeiro caso, trata-se de um fazer-ser, no segundo de um fazer-fazer.” (2013, p. 300) Podemos dizer que Hendrix foi pressionado por três vilões em sua efêmera trajetória na indústria musical. O primeiro deles foi Ed Chalpin, um produtor de discos de Nova York que o convenceu a assinar um contrato exclusivo de gravação sem ler. Neste momento, tem-se a mudança da competência

modal de Hendrix, provocada pelo efeito da comunicação, que o impeliu, por sua falta de experiência no ramo, a aceitar as condições impostas, por meio da sedução e da dimensão pragmática, que Greimas define como uma passagem do *não poder não fazer ao dever-fazer*. Ao propor certos valores culturais positivos ao músico no sentido de impulsionar sua visibilidade no meio musical e usar seu poder persuasivo, Chalpin se beneficiou de uma cláusula contratual que obrigava Hendrix a lhe conceder 5% dos direitos de todas suas produções futuras.

Nos anos subsequentes, essa manipulação apoiada na modalidade de poder se tornou ainda mais negativa por que foi explorada por seu empresário Michael Jeffery para lhe extorquir quantias absurdas de dinheiro para pagamento dos processos impetrados por Chalpin. A essas justificativas de administrar sua obra, somaram-se ainda já citadas manipulações de Jeffery através da marcação de uma intensa agenda de shows. Essa intimidação foi feita somente com motivos financeiros sem se preocupar com as longas distâncias e o pouco intervalo de tempo entre elas, que levaram Hendrix à exaustão no fim de 1968. De fato, Hendrix se concentrava apenas em sua música, e não costumava se intrometer com a parte financeira. Contudo, o músico a partir de um dado momento se viu encurralado por Jeffery, o que se configurou como um código da submissão entendido por Greimas pela relação entre impotência e obediência. Podemos dizer que foi essa falta de liberdade para conduzir sua carreira um dos motivos de sua tragédia pessoal.

Entretanto, outra grande fonte de frustração e manipulação foi seu pai Al Hendrix. Se não bastasse ter impedido a conjunção com sua vontade de tocar um instrumento na infância e ter provocado a disjunção na relação afetiva de Hendrix com sua mãe Lucille, após o sucesso de filho, Al Hendrix se tornou um indivíduo extremamente interesseiro. Segundo Lawrence, o guitarrista costumava chamá-lo de *“money machine”* por sua maneira descarada de abordar a questão financeira sem rodeios ou vergonha quando entrava em contato com o filho. Hendrix chegou ao ponto de evitar estar na presença de seus familiares em Seattle para se livrar da decepção de se sentir usado. Hoje o espólio de sua obra é comandado por Janie Hendrix, filha do segundo casamento de Al, com quem Hendrix pouco conviveu. Segundo Lawrence (2005, p. 263) Al Hendrix após retomar o espólio da obra de Jimi Hendrix mudou o discurso dizendo que sempre apoiou o filho na decisão de tocar guitarra e se tornar um músico profissional.

Mesmo com todos esses antagonistas em seu caminho, Hendrix com seu vício por experiências musicais, invadiu a capital inglesa como um furacão, tocando em todos os bares e boates da cena local no ano de 1966. Segundo Eric Clapton, Hendrix preencheu uma lacuna dentro do movimento do rock inglês da época ao mobilizar as bandas e os artistas. De certa forma, o músico cumpria um papel predestinado “na medida em que o ato do herói coincide com aquele para o qual sua própria sociedade está pronta, ele parece correr sobre o grande ritmo do processo histórico” (Campbell, p. 71-72). Não foi por acaso que para

os olhos de muitos, ele representou uma imagem selvagem¹⁰ na terra por ter antecipado e traduzido o inconsciente coletivo de uma geração.

A esfera narrativa XVI, representativa do combate direto, acontece uma semana depois de sua chegada, no dia primeiro de outubro de 1966. No intuito de conhecer o guitarrista Eric Clapton, por intermédio de Chandler, Hendrix solicitou uma participação em uma apresentação do *Cream*, ocorrida na Escola Politécnica de Londres. Surpresos com o pedido - afinal ninguém havia realizado tal ousadia antes em virtude da reputação de “supergrupo” do *rock* - os músicos aceitaram o pedido de Chandler. Com a execução de apenas um blues de seu repertório, Hendrix se transformou em mito da noite para o dia, como o homem que superou o “deus da guitarra”:

“Hendrix, em sua Stratocaster branca, executou uma deslumbrante e extensa versão de “Killing Floor”, do legendário bluesman Howlin` Wolf, enquanto um triunfante Chas se postava ao lado do palco junto Eric Clapton. “Eric ficou pálido, esmagado diante do talento de Jimi”, disse Chas. “Mal podia falar”. Para Clapton – reconhecido maior guitarrista da Inglaterra desde seu trabalho anterior com os Yardbirds e os Bluesbreakers de John Mayal – ouvir Hendrix se derramar daquela forma, naquele momento, foi chocante e ameaçador” (LAWRENCE, 2008, p. 63).

O estigma adquirido pelo herói foi criar a imagem de selvagem da guitarra, fomentada na imprensa por Chandler como “*Black Elvis*”. Sua performance violenta e sensual - na qual tocava a guitarra com os dentes ou atrás da cabeça, movimentos corporais que simulavam um ato sexual com a guitarra - se transformou em um traço fundamental de sua identificação na indústria de espetáculos. A partir daí, seu corpo passou a ser um objeto estético, um símbolo da liberdade e da rebeldia, em virtude de seu ataque físico na guitarra. Outro fator preponderante em sua atuação de palco era o estilo extravagante na composição da indumentária que o tornou um ícone da moda psicodélica na cena de arte e consumo da *Swinging London*.

O primeiro disco de sua banda The Jimi Hendrix Experience, *Are you experienced*, inaugurou um novo paradigma na estética do *rock*. Essa produção redirecionou a história da guitarra ao desfilar um repertório de técnicas novas como *feedback* e microfonia que consolidou definitivamente a “estética do ruído” levantada por McSwain (1996). Sua estreita relação com o engenheiro de som Eddie Kramer, outro companheiro inseparável do herói, o permitiu realizar diversas experimentações sonoras, concebendo efeitos e sonoridades nunca ouvidas antes. Eric Clapton relata com fidelidade a impressão que o trabalho causou na época:

“Jamais esquecerei o retorno a Londres após gravar *Disraeli Gears*, com todos nós excitados por termos feito o que considerávamos um álbum inovador, uma combinação mágica de blues, rocke jazz. Infelizmente para nós, Jimi Havia acabado de lançar o *Are You Experienced*, e era só o que as pessoas queriam ouvir.” (CLAPTON, 2007, p.105).

De forma precoce, Hendrix atinge seu primeiro objetivo de conceber um estilo musical original. O momento de realização do herói é traduzido pela vitória pessoal de ter superado sua insegurança interna e reparado momentaneamente sua carência. Contudo, o regresso e o processo de reconhecimento do herói

¹⁰ Ao chegar em Londres, ele ganhou o apelido de “Wild man from Borneo” por seu jeito selvagem de tocar e seu cabelo desgrenhado, típico de Bob Dylan, seu ídolo na época.

pode se prolongar na estrutura narrativa. Para Propp, essa esfera se caracteriza pelo domínio do espaço e pelo deslocamento transformado em fuga se o herói irritou as forças opostas. Na trajetória de Hendrix esse período assume a feição de uma nova busca, uma metáfora para reconquista de seu próprio território, os Estados Unidos.

Figura 1. Hendrix em Monterey: retorno do herói



Sua imagem mais conhecida, ajoelhado com a guitarra em chamas, aconteceu no festival Monterey Pop em 1967, primeiro evento de grande envergadura do *rock*. Na última música do repertório intitulada “*Wild thing*” Hendrix realizou um tipo de “culto do fogo sagrado” no palco, de forma improvisada em virtude da escalação das bandas¹¹. Essa prática de utilização do fogo em rituais de comunhão e elevação espiritual faz parte de diversas culturas e religiões – Maias, hindu, católica - desde os primórdios do homem. No mito de prometeu, o fogo “é o princípio do conhecimento e do domínio da natureza. É conquista da tecnologia” (Horta, 2011, p.12). Nessa celebração, Hendrix deu início a metáfora da “religião elétrica”, termo com qual costumava definir sua música e a sentimento gregário que ela despertava nos seus fiéis seguidores. Nesse sentido, Maffesoli afirma:

“A metáfora eucarística poderia ser aplicada a diversas aglomerações que ocorrem em torno de um desses objetos-imagados, como o cantor de rock, a equipe esportiva, o intelectual famoso, ou mesmo o pregador religioso (Os televangelistas, por exemplo), sem falar, evidentemente, do papa e de suas viagens, em grande pompa, que o levam aos quatro cantos do mundo. Em cada um desses casos, o objeto-imagado inanimado anima uma comunidade” (MAFFESOLI, 1995, p.129)

Essa apresentação representava o retorno do *guitar hero* a sua terra de origem o que se configura um importante estágio na jornada clássica do herói. Após passar por tantos desafios e dificuldades, sua função agora é compartilhar seu elixir de sabedoria para contribuir com a melhoria da sociedade:

“Terminada a busca do herói, por meio da penetração da fonte, ou por intermédio da graça de alguma personificação masculina ou feminina, humana ou animal, o aventureiro deve ainda retornar com o seu troféu transmutador da vida. O círculo completo, a norma do monomito, requer que o herói inicie agora o trabalho de trazer os símbolos da sabedoria, o Velocino de Ouro, ou a princesa adormecida, de volta ao reino humano, onde a bênção alcançada pode servir à renovação da comunidade, da nação, do planeta ou dos dez mil mundos.” (CAMPBELL, 1949, p. 114)

¹¹ Segundo Pete Thousand, guitarrista do *The Who*, sua banda se recusou a tocar após o show de Hendrix. Como este último havia “roubado” a cena em um show anterior na Inglaterra ao “sacrificar” sua guitarra, eles preferiram entrar antes. Assim, Hendrix entrou após o *The Who* destruir seus instrumentos, fato que o levou a queimar e destruir sua guitarra novamente, mas dessa vez de frente para câmeras e lentes da imprensa musical do mundo todo.

Ainda sob a produção de Chas Chandler, Hendrix realizaria dois trabalhos seminais para o curso tecnológico da guitarra elétrica e da música popular, os discos *Axis bold as Love* e *Electric ladyland*. Neste último álbum está a canção “*Voodoo Child*”, cujo riff¹² de introdução com o pedal de efeito *wah wah* é reconhecido como um dos mais emblemáticos do rock. A letra da canção disseminou um mito trágico que anunciava sua morte precoce. Se inserindo na tradição autoindulgente de clássico “*hochiee cochiee man*” de Muddy Waters, nos versos ele se intitulava um predestinado, uma espécie de divindade com poderes mágicos. Em uma das estrofes ele prenunciava sua transição para outro plano existencial: “Se eu não lhe encontrar mais neste mundo, te encontrarei no próximo e não se atrase, não se atrase!” (HENDRIX, “*Voodoo Child*”, Disco *Electric Ladyland*).

Sua tragédia pessoal começou a se delinear causada principalmente por sua insatisfação pessoal com as exigências da indústria musical e as sabotagens e intimidações de seu empresário Michael Jeffery. Sua concepção hedonista do “aqui e agora” deflagrada nas apresentações criou uma expectativa insaciável no público por mais transcendência. Essa condição especial despertou a cobiça maléfica de toda sua máquina administrativa composta por empresários, promotores de shows, donos de gravadoras, o que foi definitivo para sua derrocada. Por outro lado, o guitarrista se deixou levar por decisões equivocadas no campo profissional e fraquezas na esfera pessoal relacionadas ao uso de drogas. Eric Clapton relatou que Hendrix possuía uma “comitiva dionisíaca” de parasitas e oportunistas, ao seu lado em todos os lugares que o encontrava.

Sua estória biográfica se encontra sob a perspectiva estética na essência da tragédia, discutida por Aristótelis na Poética. Segundo Suassuna, a primeira característica da tragédia é uma ação de caráter elevado realizada pelo protagonista, na qual se enquadra a vida de Hendrix que colocou acima de tudo seu amor pela música. Mas o elemento fundamental do personagem da tragédia que nos remete a Hendrix é sua personalidade excepcional e ao mesmo tempo conflitante. Para Suassuna, o personagem trágico sempre se vê em um conflito que o conduz um dilema. Por isso ele afirma que “Aí, ao contrário do que se pensa, a tragédia é causada pela vontade e não pela fatalidade” (SUASSUNA, 2008, p. 129)

Assim, sua ambição profissional acabou deixando-o em um dilema entre preservar sua autonomia e individualidade ou priorizar sua imagem pública. Neste sentido, Henderson atesta:

“Ouvimos repetidamente a mesma história do herói de nascimento humilde, mas milagroso, provas de sua força sobre-humana precoce, sua ascensão rápida ao poder e à notoriedade, sua luta triunfal contra as forças do mal, sua falibilidade ante a tentação do orgulho (*hybris*) e seu declínio, por motivo de traição ou por um ato de sacrifício “heroico”, onde sempre morre” (JUNG, 1964, p. 110).

Um ano antes de morrer, Hendrix realizou uma obra imaterial icônica do século XX. No encerramento do festival de Woodstock, o *guitar hero* interpretou uma versão “selvagem” do hino americana guitarra intercalando sons de bombas explodindo, tiros de metralhadoras e aviões. Sua atitude de trazer para o

¹² Pequeno motivo melódico repetido pela guitarra que geralmente define uma canção de rock.

quintal americano a experiência da guerra do Vietnã desencadeou reações opostas. De um lado, os que acharam sua versão desrespeitosa e subversiva, de outro, os que consideraram seu passado como paraquedista, uma atitude patriótica. A indumentária utilizada por Hendrix apresentava franjas em baixo dos braços, como se fossem asas, o que aumentou sua simbologia como um arquétipo primitivo da transcendência. Na segunda estrofe, de uma de suas últimas canções, a balada “Angel”, ele cantava a chegada de uma mulher em forma de anjo que o levava para outra existência:

“Com certeza, esta manhã veio a mim Asas de prata em silhueta contra o amanhecer de uma criança. E meu anjo disse-me: "Hoje é o dia para que você possa subir, Pegue minha mão, você vai ser meu homem, Vai ascender" E então ela me elevou aos céus, E eu disse, "Voe meu doce anjo, Voe pelo céu, Voe, meu doce anjo, sempre vou estar ao seu lado"¹³ (HENDRIX, “Angel” em *First raws of rising Sun*).

4. Considerações finais

O legado deixado pelo herói Jimi Hendrix tem várias dimensões. No plano tecnológico, suas inovações nas técnicas de gravação e o desenvolvimento de efeitos eletrônicos foram decisivos para o desenvolvimento da guitarra elétrica, e da música de modo geral. No plano musical, seu estilo particular de tocar e compor que inclui o repertório harmônico, melódico e rítmico serviu de modelo e inspira até hoje diversos *guitar heroes* como Pepeu Gomes, John Frusciante, Steve Ray Vaughan e Mike McCready. No ano de 2013, Eddie Kramer, o engenheiro de áudio que o ajudou a construir o estúdio *Electric Ladyland*, lugar idealizado para as experimentações musicais do guitarrista, colocou no mercado mais um disco de Hendrix com músicas inéditas, provando que sua morte só ocorreu no plano físico.

Os esquemas narrativos propostos por Propp, Campbell e Greimas se adaptaram perfeitamente à biografia de Jimi Hendrix. Sua história pessoal e profissional pode ser vista como uma repetição das tragédias clássicas, o que nos remete a definição da narrativa como um equilíbrio de forças entre a repetição dos fatos e a mudança inexorável do tempo. De fato, o diálogo entre as diversas teorias de análise da estrutura narrativa proporcionou um maior entendimento da trama ao permitir-nos visualizar as ações desempenhadas por Jimi Hendrix em sua busca por reconhecimento como músico, e as manipulações exercidas pelos vilões que incidiram negativamente em sua trajetória e o levaram ao seu destino fatal. Sua condição de mito da guitarra elétrica e da música popular permanece até hoje viva porque sua vida é um símbolo da luta de um ser humano por um ideal mais elevado, o que fortalece perfeitamente sua representação social como um herói clássico.

Referências bibliográficas

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1949.

¹³ “Sure enough this morning came unto me, Silver wings silhouetted against the child's sunrise. And my angel she said unto me, "Today is the day for you to rise, Take my hand, you're gonna be my man, You're gonna rise "And then she took me high over yonder. And I said, "Fly on my sweet angel, Fly on through the sky, Fly on my sweet angel, Forever I will be by your side“

- CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Phalás Athenas, 1990.
- CLAPTON, Eric. **A autobiografia**; Eric Clapton. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.
- FRIEDLANDER, Paul. **Rock and Roll: Uma História Social**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- GREIMAS, A.J. & COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Contexto, 2013.
- HENDRIX, Leon. **A Brother's Story**. New York: St. Martin's Press, 2012.
- HORTA, Maurício. **Mitologia: livro 3: lendas**. São Paulo: Ed. Abril, 2011.
- JUNG, Carl G. **O Homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1964.
- LAWRENCE, Sharon. **Jimi Hendrix: a dramática história de uma lenda do rock**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2008.
- MACSWAIN, Rebecca. **The Social Reconstruction of Reverse Salient in Electric Guitar Thechnology**. Noise, the Solid Body and Jimi Hendrix, p. 186-198, 1996.
- MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- MAFFESOLI, Michel. Dionísio (El Retorno). In **Iconologias**. Nuestras Idolatrias Postmodernas. Barcelona: Península, 2009.
- MENDES, Conrado Moreira. **A noção de narrativa em Greimas**. Revista E-com. V.6, N.1 (2013). Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/index.php/ecom/issue/view/79>>.
- MILLARD, Andre (orgs). **The Eletric Guitar: a history of an American Icon**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2004.
- PROPP, Vladimir I. **Morfologia do conto maravilhoso**. São Paulo: ed. Forense universitária, 2001.
- ROBY, Steven e SCHREIBER, Brad. **Becoming Hendrix: From southern crossroads to psychodelyc London, The Untold Story of a musical genius**. San Francisco: Da Capo Press, 2010.
- SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à estética**. 9ª ed. Rio de Janeiro: José Olimpo, 2008.
- TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- WAKSMAN, Steve. **Instruments of Desire: The Electric Guitar and the Shaping of Musical Experience**. Cambridge, Massachusetts e London: Harvard University Press, 1999.

Abstract: Celebrated today as the main character in the world of guitar heroes, Jimi Hendrix holds a sacred place in the social imaginary as an icon of the electric guitar and rock. As a key part of our thesis about the mythology of guitar heroes, this study aims to understand his personal journey as a classical hero narrative. The adaptation of the real facts to the fictional saga will be prepared based on three biographies available in the publishing market. Our first task is to accomplish this through implementing the method of morphological analysis of stories proposed by Propp in conjunction with the stages of the Hero's Journey designed by Campbell. Our second objective is to undertake a new synthesis to extract and reveal the logical production of meaning in Greimas semiotic perspective. At this level, the actantial scheme aims to show the primary functional relationships of the subject of the narrative to expand the understanding of the semantic meaning of the text structure and basic content of the plot.

Keywords: Jimi Hendrix; narrative; semiotic; mythology; hero.

A representação discursiva da vítima no gênero sentença judicial

Alba Valéria Saboia Teixeira LOPES (UFRN)
alba.teixeira@gmail.com

Resumo: Esta comunicação apresenta resultados preliminares de uma pesquisa de mestrado em que objetivamos analisar como a representação discursiva da vítima é construída no gênero sentença judicial a partir de pontos de vista de enunciadores distintos. O estudo fundamenta-se no quadro teórico geral da linguística textual e, mais especificamente, nos pressupostos da análise textual dos discursos, teoria desenvolvida por Jean-Michel Adam (2011). A análise é complementada com outras noções teóricas da linguística do texto, do gênero e do discurso jurídico. Em termos metodológicos, é uma pesquisa documental que se orienta pelo método do raciocínio indutivo-dedutivo, apresentando um caráter qualitativo e descritivo. Para a investigação do corpus, selecionamos uma sentença coletada do sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo. Os resultados preliminares indicaram que o processo de construção de uma “imagem” textual é complexa e depende das escolhas feitas pelo locutor/enunciador. Nesse sentido, observamos que a representação dos sujeitos é muito mais evidente em alguns de seus aspectos, saberes, intenções e valores que essa figura traduz. Acreditamos que nossas reflexões contribuirão para o desenvolvimento de novas pesquisas na área da linguística em textos do âmbito jurídico.

Palavras-chave: Representação discursiva; sentença judicial; discurso jurídico; categorias semânticas da Rd; PdV.

1. Introdução

O estudo apresenta resultados iniciais de pesquisa de mestrado que tem como objetivo analisar como as representações discursivas da vítima são construídas no gênero sentença judicial a partir de pontos de vista de enunciadores distintos. Focalizada na dimensão semântica do texto, “[...] a noção de representação discursiva supõe que todo texto constrói, de forma mais ou menos explícita, ‘imagens’ – i.é, representações – do seu enunciador ou de seus enunciadores, do seu destinatário ou dos seus destinatários, assim como dos temas tratados.” (Cf. RODRIGUES et al., 2014, p. 250).

O trabalho fundamenta-se no quadro teórico geral da linguística textual e, mais especificamente, nos pressupostos da análise textual dos discursos (ATD), teoria desenvolvida por Jean-Michel Adam ([2008] 2011). Outros autores também colaboram para o desenvolvimento da fundamentação teórica de nossa pesquisa, dentre eles, Koch (2004, 2011), Marcuschi (2007, 2008), Rodrigues, Silva Neto e Passeggi (2010, 2014). Para a análise do corpus, selecionamos uma sentença coletada do portal de serviços do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) – Poder Judiciário, em Consulta de Julgados de 1º Grau¹ com a temática da violência contra a mulher.

Em termos metodológicos, é uma pesquisa documental que se orienta pelo método do raciocínio indutivo-dedutivo, apresentando um caráter qualitativo e descritivo. De modo a contribuir e evidenciar a construção da representação discursiva da vítima no texto jurídico, nossas análises lançaram mão de

¹ Site disponível – www.esaj.tjsp.jus.br/cjpg/

algumas categorias semânticas da Rd: a referenciação (designações do referente), a modificação (dos referentes e das predicacões) e a predicacão (de açã, de estado, de mudanãa de estado). É relevante destacar que apresentamos as categorias de análise separadamente apenas como um critério didático, pois estão totalmente imbricadas. A separaçã é tão somente por uma questã de maior clareza na apresentaçã e sistematizaçã dos dados.

Inicialmente, apresentamos na fundamentaçã teórica o nosso objeto de estudo, a representaçã discursiva (Rd) e as categorias semânticas de análise. A segunda parte do trabalho focaliza a análise do corpus e a discussã dos resultados. Por fim, tecemos os comentários dos resultados obtidos enfatizando a relevância da pesquisa.

2. A Representaçã discursiva na construçã do objeto de discurso

A Representaçã discursiva é utilizada pela ATD como uma das principais noções da dimensã semântica do texto ao lado das correferências, anáforas, isotopias e colocações. De acordo com Adam (2011, p. 113), “[...] a atividade discursiva de referênciã constrói, semanticamente, uma representaçã, um objeto de discurso comunicável”. Nesse sentido, o autor explica que a forma mais simples de construçã de uma representaçã discursiva se dá na associaçã de uma estrutura a um sintagma nominal ou verbal, embora a representaçã possa, semanticamente, reduzir-se a um nome ou um adjetivo. O processo de construçã da Rd leva em conta as finalidades, as intenções, os objetivos e os pressupostos culturais do interpretante. Assim, a Rd é semanticamente construída pelo falante realizando um trabalho interpretativo e coerente que permite as interligações das unidades textuais. Para Adam (2011), “o texto é, ao mesmo tempo, uma proposiçã de mundo (Rd) e de sentido, um sistema de determinações e um espaço de reflexividade metalinguística” (Ibid., p.115).

A noçã de representaçã discursiva é mais aprofundada na obra de Adam (1999)² em que ele se apoia no conceito de esquematizaçã de Grize (1990, 1996)³, (Cf. RODRIGUES et al., 2010). Nesse entendimento, a esquematizaçã compreende “a representaçã atualizada em e por um discurso, representaçã de um objeto para um sujeito – i.e., um conjunto de informações que significam em funçã de um problema, de uma finalidade, de uma tarefa a cumprir.” (Apothéloz, Borel, Péquegnat, 1984 apud Passeggi, 2001, p. 249)⁴. Para entendermos melhor a noçã de esquematizaçã é imprescindível a compreensã do que vem a ser “lógica natural” de Grize (1996),

Lógica natural refere-se, então a uma lógica não matemática que se desenvolve naturalmente com a aquisiçã de uma língua, por oposiçã a linguagens construídas para

² Adam, Jean-Michel. 1999. Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes. Paris: Nathan.

³ Grize, Jean-Blaise. 1996. Logique naturelle et communications. Paris: Presses Universitaires de France.

_____. 1990. Logique et langage. Paris: Ophrys.

⁴ Apothéloz, Denis, Borel, M-J., Péquegna. Discours et raisonnement. In: Grize 1984.

fins particulares. [...] a lógica natural trabalha sempre com textos e discursos – os textos constituindo a expressão visível das atividades discursivas. (PASSEGGI, 2001, p. 247).

Compreendemos que a “lógica natural” é aquela que não está condicionada, ou não se reduz somente à formalização dos elementos linguísticos, ou seja, é “[...] uma lógica dos conteúdos discursivos que engloba uma lógica dos objetos e uma lógica dos sujeitos.” (Ibid., p. 247). Com o intuito de estudar o funcionamento da comunicação, a lógica natural considera cinco postulados: o dialogismo, a situação de interlocução, as representações, os pré-construídos culturais e a construção dos objetos. Para o momento e, de acordo com os nossos objetivos, nos deteremos nos três últimos postulados. Desse modo, Passeggi (2001) explica que

[...] o postulado das representações remete às ‘representações mentais’ dos interlocutores [...] ela assume que os interlocutores têm representações e que estas são fundamentais na comunicação discursiva. O postulado dos pré-construídos culturais estabelece que os interlocutores mobilizam um conjunto de conhecimentos pré-construídos, de natureza cultural e social, a começar pela própria língua utilizada. [...] o postulado da construção dos objetos refere-se ao fato de que o discurso constrói objetos de pensamento, a partir da significação dos termos que utiliza. Esses objetos remetem aos referenciais do discurso, que devem ser, pelo menos parcialmente, comuns aos interlocutores. (PASSEGGI, 2001, p. 247).

O autor acrescenta que, embora o sistema linguístico seja o mesmo para todos os interlocutores, a transmissão de suas experiências na comunicação ocorre parcialmente. Dessa maneira, conforme Passeggi (2001), “a construção dos objetos de discurso deve ser, necessariamente, uma co-construção, na medida em que estes são sempre objetos ad hoc que devem adequar-se a propósitos discursivos específicos e momentâneos.” (Ibid., p. 248). Ainda nas palavras do autor, “[...] não basta partilhar um mesmo saber, é preciso saber que o outro o possui.” (Ibid., p. 248). Só assim é possível, de uma maneira recíproca, a construção e a interpretação dos sentidos textuais.

O conceito de esquematização discursiva, proposta por Grize (1996) é apresentado por Adam (2013, p. 96) a partir de quatro razões que autor considera como principais:

Quadro 1. Esquematização

Esquematização discursiva	Definição
Processo → Dinâmico	“[...] cada uma das proposições que constituem o texto é somente uma fase em um movimento argumentativo dinâmico complexo que prepara e conduz ao seguinte”.
Esquemática	“Esquematizar é construir um esquema, isto é, uma representação discursiva por definição parcial e seletiva de uma realidade. [...] Essas esquematizações passam por predicções que se apoiam não sobre conceitos “verdadeiros”, mas sobre noções, ocasionando alguma imprecisão que faz com que cada destinatário deva sempre interpretar o que lhe é proposto e, de esquematização em esquematização, as noções se transformem e evoluem”.
Coconstrução → Dialogismo	“É próprio da essência de uma esquematização ser reconstruída por seu destinatário, portanto, ser interpretada”.

Proposição de imagens	É a construção de uma imagem a partir do interpretante, “sujeito no mundo’, com sua função (lugar) e o(s) papel (éis) que assume, com seus fins próprios, seus pré-construídos culturais e representações da situação de enunciação, do objeto do discurso, de seu auditório (B) e as representações sociais de si mesmo”.
-----------------------	--

A partir das definições elencadas pelo autor, é possível compreender que a construção dos sentidos e das “imagens” textuais passa por um processo em que os interlocutores mobilizam um conjunto de conhecimentos pré-construídos – de natureza social, histórica e cultural, a começar pela própria linguagem. No entanto, o processo de construção de uma representação discursiva implica uma negociação ou uma troca de informações entre os interlocutores. De acordo com Passeggi (op. cit., p. 248), “a comunicação só é possível se os interlocutores partilham de um conjunto de pré-construídos”. O autor explica ainda que são os pré-construídos que fazem simultaneamente do texto um produto verbal e social.

Em relação aos termos “imagens” e “representações”, conforme a terminologia de Grize (1996) apud Passeggi (2001), destacamos no quadro abaixo algumas de suas distinções:

Quadro 2 – Imagens e Representações

Imagens	Representações
- elementos visíveis no texto;	- têm uma existência mental;
- são propostas pelo discurso;	- só podem ser inferidas;
- a construção através de pistas fornecidas no esquema.	- a construção ou (re)construção através dos interlocutores, num processo de interpretação da esquematização.

Nesse sentido, Adam (2011) explica que “todo texto é uma proposição de mundo que solicita do interpretante uma atividade [...] de (re) construção dessa proposição de (pequeno) mundo ou Rd”. (Ibid., p. 114). A partir desse movimento recíproco, o leitor é convidado a construir e (re)construir um trabalho interpretativo e coerente que permite as interligações das unidades textuais. Para o autor a construção das representações discursivas só é possível quando o falante ativa, nesse processo, seu conhecimento de mundo, bem como suas competências cognitivas. Em conformidade com o autor, Dubois e Mondada (2003, p. 17) explica construção ou a representação dos objetos de discurso pelo sujeito é uma atividade marcada pela “instabilidade constitutiva e observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não-verbais, nas negociações dentro da interação.” Portanto, somente a partir da comunhão desses elementos o indivíduo é capaz de construir uma representação que leva em conta também a expressão do seu ponto de vista. Desse modo, Adam (2011) explica que

[...] toda representação discursiva [Rd] é a expressão de um ponto de vista [PdV] e que o valor ilocucionário derivado da orientação argumentativa é inseparável do vínculo entre o sentido de um enunciado e uma atividade enunciativa significativa. Enfim, o valor

descritivo de um enunciado só assume sentido na relação com o valor argumentativo desse enunciado. O sentido de um enunciado (o dito) é inseparável de um dizer, isto é, de uma atividade enunciativa significativa que o texto convida a (re) construir. (ADAM, 2011, p. 113).

Segundo Passeggi et al. (2010), a Rd, além de expressar um PdV, é responsável também pela construção das imagens do locutor, do auditório e dos participantes no texto. Nesse sentido, para a construção ou (re)construção dos objetos do mundo ou objetos de discurso o interpretante/analista deve ter como suporte as categorias semânticas para a análise dos textos. Serão sobre elas que falaremos a seguir.

2.1 Categorias semânticas da Rd

Nesta seção, destacamos algumas categorias semânticas de análise das Rd, de modo a nos permitir em nossa investigação a descrição do processo de construção textual das representações discursivas da vítima no gênero sentença judicial. Essas categorias constituem-se de elementos linguísticos que aparecem materializados no texto através de substantivos, adjetivos, verbos, advérbios, pronomes, articulando-se entre si e formando um todo significativo. Como mencionamos, as categorias utilizadas serão: a referência, a predicação e a modificação. Antes de iniciarmos a análise do corpus, convém refletir, mesmo que sucintamente, sobre o conceito de cada uma dessas categorias, para que tenhamos uma melhor percepção dos fenômenos linguísticos que nos propomos analisar.

Vale ressaltar que, para a descrição das categorias sinalizadas, tomaremos como embasamento teórico a linguística textual a partir da abordagem da ATD proposta por Adam (2011), as categorias lógico-discursivas de Grize (1996) apud Passeggi (2001), bem como os trabalhos de Koch (2011), Marcuschi (2008), Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010) e os estudos linguísticos e gramaticais com Castilho (2012) e Neves (2006). Para esse momento, as categorias serão apenas apresentadas e posteriormente serão retomadas em nossas análises. A título de ilustração, utilizamos alguns exemplos do *corpus*.

2.1.1 Referência

De acordo com Koch (2011, p.79), referência seria “[...] aquilo que designamos, representamos, sugerimos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade”. Conforme a autora, não se trata, portanto, de rotular ou “etiquetar” as coisas ou os objetos do mundo da forma como percebemos ou compreendemos. A atividade de referir vai além da simples relação entre os elementos textuais, ela liga os elementos do texto inferidos no cotexto ou evocando elementos do contexto (extralinguísticos). Para Castilho (2012, p. 126), a referência é “a função pela qual um signo linguístico representa quaisquer entidades do mundo extralinguístico, reais ou imaginário.”. Transcrevemos a seguir exemplos de termos que referenciam:

(§2º) “[...] o réu praticou ato libidinoso com **M.A.S.**, mediante fraude e meio que impediu e dificultou a manifestação de vontade da **vítima**.”

(§2º) “**Ele** se identificou como **Padre A**, ofereceu à **vítima** seus **serviços espirituais**, posto que soubera **esta** que **ele** realizava **tal mister**, envolvendo orações e atitudes do gênero.”

Em relação à progressão referencial, Marcuschi (2008, p. 141) explica que “diz respeito à introdução, identificação, preservação, continuidade e retomada de referentes textuais, correspondendo às estratégias de designação de referentes e formando o que se pode denominar cadeia referencial”. Focalizando o “paradigma designacional”, adotaremos em nossas análises o conceito de referenciação como tematização (ou categorização) e retematização (recategorização).

2.1.2 Predicação

Conforme Rodrigues et al. (2010), o conceito de predicação “remete tanto à operação de seleção dos predicados, isto é, à designação dos processos, no sentido amplo (ações, estado, mudanças de estado)”. Para Neves (2006), a predicação é um processo básico de constituição do enunciado que leva em consideração a centralidade do verbo, sendo o sujeito o escopo da predicação. Castilho (2012, p.243) define a predicação como “um processo de atribuição de traços semânticos”, ou seja, ela é responsável por atribuir sentidos a elementos constantes no enunciado, como podemos observar nos enunciados:

Exemplo:

(§2º) “Ele **se identificou** como Padre A, **ofereceu** à vítima seus serviços espirituais, [...]”.

(§2º) “A vítima, assustada, **pediu** para que o acusado **abrisse** a porta, [...]”

2.1.3 Modificação (Referentes/ Predicação)

Em Queiroz (2013) encontramos a definição de modificação como “categoria que apresenta as propriedades ou qualidades tanto dos referentes como das predicações. Está ligada tanto ao sujeito, por meio de adjetivos e/ou expressões adjetivas, quanto às ações verbais dos predicados”. Nesse sentido, os modificadores desempenham função atributiva e qualificadora, contribuindo para a construção do objeto referenciado.

Exemplo:

(§10º) “[...] a vítima apresentou-se **um tanto** aflita ao depor [...]”.

(§11º) “Ficou **bastante** constrangida com toda aquela situação.

3. Análise do corpus

Nesta seção, pretendemos exemplificar, através da análise realizada na amostra, como as categorias semânticas da Rd, a referenciação, a modificação e a predicação, colaboram e evidenciam a construção da representação discursiva da vítima no gênero sentença judicial. A construção dessa representação

será focalizada sob o ponto de vista de enunciadores distintos que no texto sinalizaremos como E1 (enunciador 1) que representa o PdV do juiz e E2 (enunciador 2) representado pelo PdV do agressor.

Para este momento e, de acordo com nossos objetivos, selecionamos, no texto, expressões que contribuíram de modo mais específico, para a construção das imagens da vítima no texto em estudo. É relevante esclarecer que, para a análise dos enunciados, este item e os seguintes, foram agrupados em blocos de acordo com suas proximidades semânticas. A estratégia auxilia ao interpretante/analista uma organicidade tornando o texto um produto analisável.

Antes de iniciarmos nossa análise, é relevante esclarecer que o E1, representado pela figura do juiz, constrói a figura da vítima a partir de fontes diferentes e em partes específicas no texto. Observamos essa primeira construção no espaço da sentença reservada ao relatório. Os dados referentes à vítima são informações obtidas no boletim de ocorrência até o inquérito policial. Uma segunda construção do referente vítima, também sob o PdV do E1, fundamenta-se em outras informações que se baseiam na jurisprudência, na doutrina, na lei, enfim, dados que embasam a motivação ou fundamentação do texto jurídico.

3.1 A representação discursiva da “vítima” sob o PdV do E1 (juiz)

a) “assustada”, “aflita”, “alarmada”, “constrangida”, “acuada”, “indignada”.

Quadro 3. Representação discursiva da “vítima”

N.	Exemplo	Modif. do Referente “vítima”
01	(E1’) “A vítima, assustada, pediu para que o acusado abrisse a porta, [...]”	“assustada”
02	(E2’) “[...] a vítima apresentou-se um tanto aflita ao depor, o que fez na ausência do acusado.”	“aflita”
03	(E3’) “[...] Ficou mais alarmada, quando sentiu que ele desceu as mãos.”	“alarmada”
04	(E5’) “Ficou bastante constrangida com toda aquela situação, [...]”	“constrangida”
05	(E6’) “[...] a vítima, encontrando-se à sós com o acusado, viu-se por ele acuada.	“acuada”
06	(E7’) “A vítima se mostrava indignada e dizia ter tido problemas com o padre da Vila Maria [...]”	“indignada”

A representação discursiva de “vítima” sob o PdV d E1, foi construída a partir de alguns modificadores que desempenharam, nos enunciados, função atributiva e qualificadora. Esses operadores

contribuem para a construção de sentido do referente e permite ao leitor visualizar a imagem do objeto que o enunciador quer evidenciar.

Nesse sentido, observamos que os adjetivos selecionados pelo E1 mantêm uma estreita relação de contiguidade semântica, ou seja, os termos, “assustada” > “aflita” > “acuada” > “indignada” descrevem o estado emocional da vítima, além de ajudar na construção do cenário/espço no qual ela está inserida. Nos enunciados (E2’), “um tanto aflita”, (E3’) “mais alarmada” e (E5’) “bastante constrangida”, foram utilizados operadores discursivos intensificadores que interferem e modificam as propriedades dos adjetivos predicados “aflita”, “alarmada” e “constrangida”, objetivando ressaltar essas características no objeto.

b) “firmeza”, “sinceridade”, “convicente”

Quadro 4. Representação discursiva da “vítima”

N.	Exemplos	Modif. do Referente “vítima”
01	(E9’) “É o que ocorre nos autos, onde se evidencia a firmeza e sinceridade de relato feito pela vítima [...]”	“firmeza” e “sinceridade”
02	(E10’) “[...] descreveu os fatos de forma convincente , apontando o acusado como autor do delito.”	“convicente”

O objeto “vítima” é redesignado pelos termos “relato” e “fatos”, a partir de um processo associativo que passa a fazer parte constitutiva do referente, contribuindo para a construção de sua imagem. Assim, por analogia, são atribuídas à imagem da “vítima” as expressões “firme”, “sincera” e “convicente”, traçando um novo perfil para o sujeito, ou seja, o de ser uma pessoa firme, sincera e convincente. Os modificadores empregados adquirem função qualitativa e asseverativa, atribuindo um sentido de valor a cada termo.

Nesse sentido, as expressões, “assustada”, “aflita”, “alarmada”, “constrangida”, “acuada” e “indignada”, especificam e individualizam o referente em relação ao seu estado. Já as expressões “firme”, “sincera” e “convicente” podem ser atribuídas por analogia ao caráter ou atitudes da vítima.

Nesse processo, tem-se a construção da cadeia referencial:

Quadro 5. Cadeia referencial

Vítima	<p>“assustada”</p> <p>“aflita”</p> <p>“alarmada”</p> <p>“constrangida”</p> <p>“acuada”</p> <p>“indignada”</p> <p>“firme”</p> <p>“sincera”</p> <p>“convincente”</p>	<p>Estado</p> <p>Atitude</p>
--------	--	------------------------------

3.2 A representação discursiva da “vítima” sob o PdV do E2 (agressor)

a) “promíscua”, “frequentava baladas”, “não cuidava do filho”.

Quadro 6. Representação discursiva da “vítima”

N.	Exemplos	Modif. do Referente “vítima”
01	(E'12) “‘M.’ era promíscua [...]”	“promíscua”
02	(E'12) “[...] frequentava baladas [...]”	“frequentava baladas”
03	(E'12) “[...] não cuidava do filho.”	“não cuidava do filho”

Observamos que no (E'12) o enunciador retomada o objeto de discurso “vítima” utilizando a designação “M”, nome da vítima ou “ela” anáfora pronominal. Essa estratégia é um recurso intencional do enunciador que, ao realizar a mudança de um lexema para outro, muda também a estrutura semântica do referente, ou seja, apaga-se a figura da “vítima” e agora se evidencia outro objeto de discurso que não se confunde com o anteriormente analisado criando-se um distanciamento entre os dois referentes tornando-os também objetos opostos semanticamente.

Em (E'12) a expressão “promíscua” apresenta-se como um modificador com função aspectualizante. Nesse contexto, o termo selecionado insere no referente um atributo que produz um efeito de sentido negativo e depreciativo. As expressões “frequentava baladas” e “não cuidava do filho”, a partir dos verbos “frequentava” e “cuidava”, formam um bloco de significações que podem ser construídas em decorrência das ações verbais do referente. Podemos inferir, a partir da informação, “frequentava baladas”, uma característica atributiva, ou seja, que ela era “baladeira” e gostava de festas. O verbo “cuidava” vem antecedido do advérbio de negação “não” intensificando de forma negativa as ações do referente, ou seja,

é possível inferir, levando-se em conta as atitudes de “M.”, que ela pode ser caracterizada como uma mãe relapsa e negligente em relação aos cuidados e educação de seu filho.

b) “carregada”, “possessão”

Quadro 7. Representação discursiva da “vítima”

N.	Exemplos	Modif. do Referente “vítima”
01	(E13’) “[...] ela estava muito carregada , bem como para que não acreditasse em tudo que ela viesse a falar.”	“carregada”
02	(E14’) “Sentiu que ela tinha uma possessão e o corpo dela balançou.”	“possessão”

Em (E’13) o elemento “carregada”, particípio com valor de adjetivo, recebeu como modificador o advérbio “muito”, que gramaticalmente funciona como graduador intensificador do adjetivo, alterando, assim, suas propriedades semânticas. A expressão “carregada” foi utilizada no texto no sentido conotativo. A metáfora utilizada para o termo impõe e requer do interpretante a ativação de seu conhecimento de mundo e cultural, ou seja, o contexto no qual a expressão está inserida remete a um termo bastante utilizado pelas religiões/seitas significando “aquele que possui sobre si espíritos malignos.”⁵ (Cf. Wikipédia). A expressão é complementada com a expressão (E’14) “possessão” que significa, de acordo com o contexto, “alguém que está sob o efeito de forças sobre-humanas, sob o domínio do mal.” (Cf. Dicionário Aurélio)⁶.

A relação paradigmática construída a partir do PdV do segundo enunciador (E2) para representar discursivamente o objeto “vítima”, aqui retomado pelos elementos “M.” e pelo pronome anafórico “ela”, baseou-se em dois aspectos distintos e ao mesmo tempo equivalentes. Nesse sentido, a representação discursiva do referente é evidenciada pelo seu estado, “promíscua”, “muito carregada”, “possessão” e por suas ações, “frequentava baladas”, “não cuidava do filho”.

A relação paradigmática construída a partir do PdV do E2:

Quadro 8. Representação discursiva da “vítima”

modificação	“M” “ela”	“promíscua” } Atitude “muito carregada” } Estado “possessão” }
-------------	--------------	--

⁵ WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

⁶ Dicionário do Aurélio, disponível em <<http://www.dicionarioaurelio.com/>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

Predicação		“frequentava baladas” “não cuidava do filho”	Ações
------------	--	---	-------

3.3 A representação discursiva da “vítima” sob o PdV do E1 (juiz)

A representação discursiva da vítima é focalizada novamente sob o PdV do E1 concentrando-se em dois momentos distintos apresentados nos quadros que seguem.

a) “firme”, “segura”, “coesa”, “coerente”, “verossímil”.

Quadro 9. Representação discursiva da “vítima”

N.	Exemplos	Modif. do Referente “vítima”
001	(E15’) “Em crimes de natureza sexual, rotineiramente praticado às escondidas, presentes apenas os agentes ativo e passivo da infração, a palavra da vítima assume preponderante importância, por ser a principal, senão a única prova de que se dispõe. Quando firme, segura, coesa, coerente e verossímil , deve prevalecer sobre a inadmissão de responsabilidade do réu.”	“firme” “segura” “coesa” “coerente” “verossímil”

Os termos “firme”, “segura”, “coesa”, “coerente” e “verossímil”, relacionados à expressão “palavra da vítima” se ligam ao referente vítima por analogia. Nesse sentido, o objeto de discurso recebe como seus modificadores, adjetivos modalizadores asseverativos. Dessa forma, ao analisarmos cada modificador separadamente, observamos que existe uma relação de gradação entre os elementos, “firme” > “segura” > “coesa” > “coerente” > “verossímil”. São expressões qualificadoras que tem como objetivo agregar valor ao referente e reforçar o PdV do enunciador. Essa estratégia, além de incorporar ao objeto de discurso traços valorativos, intenciona induzir o leitor sobre a veracidade imputada ao enunciado.

b) “solteira”, “casada”, “viúva”, “uma vestal inatacável”, “meretriz de baixa formação moral”, “senhora do seu corpo”, “pessoa de comportamento duvidoso”.

Quadro 10. Representação discursiva da “vítima”

N.	Exemplos	Modif. do Referente “vítima”
01	E16’) “Não importa seja a vítima solteira, casada ou viúva, uma vestal inatacável ou uma meretriz de baixa formação moral.”	“solteira” “casada” “viúva” “uma vestal inatacável” “uma meretriz de baixa formação moral”

02	(E17') "Em qualquer hipótese, é ela senhora de seu corpo e só se entregará livremente, como, quando, onde e a quem for de seu agrado."	"senhora de seu corpo"
03	(E18') "Protege-se a liberdade sexual da mulher, sem nenhuma distinção ou exigência, não colhendo a tentativa de se demonstrar ser a vítima pessoa de comportamento duvidoso. "	"pessoa de comportamento duvidoso"

Em (E'16), os modificadores do referente, "solteira", "casada" ou "viúva", apresentam função predicativa distribuindo-se gradativamente no enunciado, sinalizando, de acordo com o contexto, para uma condição social do referente, ou seja, remete ao estado civil. Em seguida, o enunciador utiliza o termo "uma vestal inatacável" que, semanticamente tomado em conjunto com as expressões anteriores, incidem sobre o objeto de discurso um sentido respeitoso, apreciativo, reforçando a representação discursiva da vítima, uma vez que estão situados no campo da construção de uma imagem positiva dessa figura. No entanto, observamos que o enunciado se encerra com uma expressão depreciativa e negativa, "uma meretriz de baixa formação moral". O jogo das expressões antagônicas é utilizado intencionalmente pelo enunciador para reforçar o sentido de vítima que, de acordo com o contexto, não deve ser construído a partir de fatores sociais, pessoais ou morais, mas das situações ou fatores externos à sua vontade, que podem torná-la uma vítima.

A expressão (E'17) "senhora de seu corpo" explicita um valor de posse, de domínio atribuído ao referente que, inserida no contexto, ressalta uma avaliação pessoal do enunciador de acordo com a orientação argumentativa que ele pretende imprimir em seu texto, ou seja, "[...] é ela senhora de seu corpo e só se entregará livremente, como, quando, onde e a quem for de seu agrado.". Em (E'18) "pessoa de comportamento duvidoso" recupera as informações constantes no parágrafo anterior e fecha um ciclo de significações sobre a construção da imagem do objeto, ou seja, a vítima > "solteira" > "casada" > "viúva" > "uma vestal inatacável" > "uma meretriz de baixa formação moral" > "uma pessoa de comportamento duvidoso" é ela > "senhora do seu corpo".

A cadeia referencial construída.

Quadro 11. Representação discursiva da “vítima”

Vítima	“solteira”	} Estado	
	“casada”		
	“viúva”		
	“firme”	} Atitudes	
	“segura”		
	“coesa”		
	“coerente”		
	“verossímil”		
	“uma vestal inatacável”		
	“uma meretriz de baixa formação moral”	} Atitudes	
“pessoa de comportamento duvidoso”	} Negativas		
“senhora de seu corpo”	} Ind. Posse		

4. Considerações finais

Observamos que em todas as ocorrências citadas, o E1 (juiz) construiu a representação discursiva da “vítima” elencando aspectos e valores que, de um modo geral, foram os elementos essenciais na construção dessas ‘imagens’. Nesse sentido, a construção dessa representação passa pelo que Perelman (1989)⁷ atribui ao modo como se desenvolve a argumentação, ou seja, o orador/enunciador ao desenvolver sua argumentação, parte das teses que já são admitidas pelo seu ouvinte/leitor, uma imagem prévia ou pré-construída do sujeito. Assim,

[...] toda argumentação depende, tanto para suas premissas quanto para seu desenvolvimento principalmente, do que é aceito, do que é reconhecido como verdadeiro, como normal e verossímil, como válido: desse modo, ela se ancora no social, cuja caracterização dependerá da natureza do auditório. (Cf. AMOSSY, 2013, p. 123).

A escolha dos elementos destacados por E2 (agressor) contribuiu para a caracterização de uma imagem negativa do objeto e, intencionalmente, objetivou desqualificar e lançar dúvidas sobre a figura de “vítima” construída pelo E1.

Já a imagem da “vítima” desenvolvida por E1 (juiz) na parte da fundamentação do texto foi construída de um modo mais genérico. Dessa forma, em sua argumentação o enunciador não favorece uma “vítima” em específico, mas incorpora em sua tese elementos, a partir dos fatos, da lei e da jurisprudência, que podem caracterizar e dar uma forma ao referente, tornando-o prototípico.

5. Conclusão

⁷ Chaim Perelman. *Rhétoriques*. Éditions de l’Université de Bruxelles. 1989.

Em nosso trabalho, buscamos analisar as representações discursivas da vítima construídas na sentença judicial a partir de pontos de vista de enunciadores distintos. Para auxílio em nossas análises, lançamos mão de três categorias semânticas da Rd, a referência, a predicação e seus modificadores.

A polifonia ou os diferentes PdV presentes no texto apontam para sentidos distintos do termo “vítima”, que podem aproximar-se ou distanciar-se de acordo com a orientação argumentativa do texto. A análise demonstrou que o processo de construção de uma imagem é complexa e depende das escolhas feitas pelo locutor/enunciador e dos objetivos que ele quer alcançar com seu texto. Nesse sentido, observamos que a representação de uma pessoa é muito mais evidente em alguns de seus aspectos, saberes, intenções e valores que essa figura traduz.

Diante da importância social do texto forense e, em especial, da sentença judicial na vida dos cidadãos, percebemos a relevância em desenvolver pesquisas que abordem o estudo da dimensão semântica do texto, principalmente na construção das representações dos objetos de discurso, pois esses elementos são essenciais no processo argumentativo. Nosso trabalho encontra-se em sua fase inicial de pesquisa, no entanto, acreditamos que nossas reflexões contribuirão para o desenvolvimento de novas pesquisas na área da ATD e, notadamente, nos textos de caráter jurídico.

Referências bibliográficas

ADAM, Jean-Michel. **A Linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues et al. 2.ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940**. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 93-117.

AMOSSY, Ruth. **O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos**. In: _____ (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 119-144.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DUBOIS, Danièle & MONDADA, Lorenza. **Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referência**. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Org.). **Referência**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

KOCH, Ingedore. **Desvendando os segredos do texto**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura Neves. **Texto e gramática**. São Paulo. Contexto, 2006.

PASSEGGI, Luis et al. A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual dos sentidos. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Org.). **Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 262-312.

_____. A estruturação sintático-semântica dos conteúdos discursivos categorias descritivas da lógica natural para a linguística. In: PASSEGGI, Luis; OLIVEIRA, Maria do Socorro (Orgs.). **Linguística e educação: gramática, discurso e ensino**. São Paulo: Terceira Margem, 2001, p. 245-266.

QUEIROZ, Maria Eliete de. **Representações discursivas no discurso político**. “Não me fiz sigla e legenda por acaso”: o discurso de renúncia do senador Antônio Carlos Magalhães (30/05/2001). Natal, 2013. 187f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis; SILVA NETO, João Gomes. Planos de texto e representações discursivas: a seção de abertura em processo-crime. In: BASTOS, N. B. **Língua portuguesa e lusofonia**. São Paulo: EDUC, 2014. p. 240-255.

_____. et al. “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. In: _____. **Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 150-187

Abstract: *This paper presents preliminary results of a research that aimed to examine how the discursive representation of the victim is built on gender court judgment from points of view of different enunciators. The study is based on the general theoretical framework of textual linguistics, and more specifically, the assumptions of textual discourse analysis, theory developed by Jean-Michel Adam (2011). The analysis is complemented by other theoretical notions of linguistic text, gender, and legal discourse. In methodological terms, it is a documentary research that is guided by the inductive-deductive method, showing a qualitative and descriptive. For the investigation of the corpus, we selected a sentence collected from the website of the Court of Justice of São Paulo. Preliminary results indicated that the process of building a textual "picture" is complex and depends on choices made by the speaker/utterer. In this sense, we note that the representation of the subject is much more evident in some of its aspects, knowledge, intentions and values that this figure translates. We believe that our reflections will contribute to the development of new research in linguistic texts in the legal framework.*

Keywords: *discursive representation; court judgment; legal discourse; semantic categories of Rd; PdV.*

Um possível diálogo entre Patrick Charaudeau e Michel Meyer

Alex Fabiani de Brito TORRES (UFMG)
afbtorres@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste artigo é comparar os autores Patrick Charaudeau e Michel Meyer, evidenciando as aproximações e as diferenças entre suas teorias. Quanto às aproximações, serão analisadas as seguintes variáveis: concepção de língua; concepção de linguagem; como o teórico considera o outro(tu) na sua teoria; e princípio do jogo. Quanto às diferenças, serão analisadas as seguintes variáveis: dimensão investigada; natureza da linguagem; principal conceito utilizado em sua teoria; e concepção de contexto. Foram utilizadas, principalmente, as seguintes referências teóricas: Charaudeau (2001, 2004, 2006, 2008 e 2010), Meyer (1982, 2007a, 2007b e 2008). Escolheu-se uma metodologia qualitativa, dividindo-se em: método comparativo e bibliográfico. Evidencia-se a complementaridade entre essas duas teorias, apesar de cada autor priorizar uma abordagem diferente.

Palavras-chave: Patrick Charaudeau; Michel Meyer; aproximações; diferenças; teorias.

1. Introdução

A Análise do Discurso e a Argumentação Retórica apresentam comunalidades. A hipótese desta investigação é a de que talvez as dimensões discursiva e retórico-argumentativa tenham muitos pontos em comum, não excludentes e possam ser pensadas numa relação de complementaridade, e não de exclusão.

Escolheu-se uma metodologia quantitativa (LAVILLE; DIONNE, 1999). O método relativo a essa metodologia subdivide-se em: a) comparativo, em função do cotejamento que se fará de elementos que dão sustentabilidade à teoria de Patrick Charaudeau e à teoria de Michel Meyer; e b) bibliográfico, visto estar este artigo teoricamente localizado no cruzamento entre a retórica e a argumentação e a semiolinguística e ter como marco teórico: Meyer (2007, 2008 e 2010) e Charaudeau (2001, 2004, 2006, 2008 e 2010).

Elaboraram-se dois quadros: o primeiro trata das aproximações entre os elementos que sustentam ambas as teorias: concepção de língua, concepção de linguagem, a noção de jogo, a presença do outro na sua teoria: Charaudeau, no discurso; e Meyer, na retórica (argumentação) e no princípio do jogo. O segundo trata das diferenças entre essas duas relevantes teorias: dimensão investigada, natureza da linguagem, principal conceito utilizado em sua teoria e concepção de contexto.

2. Desenvolvimento

O Quadro 1 ilustra a aproximação entre esses autores:

Quadro 1. Aproximações entre Charaudeau e Meyer

Dimensões	Charaudeau	Meyer
Concepção de linguagem	Fenômeno complexo	Fenômeno complexo
	Integração entre a não transparência e a transparência da linguagem	Opacidade da linguagem
		Expressa perguntas, problemas, respostas e soluções
Como o teórico considera o outro (o tu) na sua teoria	No discurso: como sujeito interpretante, parceiro, interlocutor, protagonista, protagonista do ato de linguagem, interlocutor-receptor, receptor, adversário, leitor, auditório, sujeito, ator da linguagem	Na retórica (argumentação): como auditório, interlocutor, questionador, questionador-implícito, questionador-destinatário, protagonista
	Os principais termos utilizados são parceiro, sujeito interpretante e sujeito destinatário	O principal termo é destinatário
	Valorização dos princípios de alteridade e de cooperação	Valorização dos princípios de alteridade e de cooperação
Princípio do jogo	Presente em sua teoria: ajustamento entre a encenação do dizer e a relação contratual do fazer	Presente em sua teoria: negociação da distância entre os interlocutores

Fonte: Adaptado de Charaudeau (2001, 2006, 2008 e 2010) e de Meyer (1982, 2007a, 2007b e 2008).

Observem-se as análises acerca das variáveis apresentadas:

A) Concepção de linguagem

Charaudeau (2010, p. 7) concebe a linguagem como

[...] um fenômeno complexo que não se reduz ao simples manejo das regras de gramáticas e das palavras do dicionário, como tendem a fazer crer a escola e o senso comum. A linguagem é uma atividade humana que se desdobra no teatro da vida social e cuja encenação resulta de vários componentes, cada um exigindo um 'savoir faire', que é chamado de competência.

Esse autor a concebe sob as dimensões social e psicológica, priorizando os vínculos sociais e psicológicos entre os seus usuários, chamados por ele de sujeitos de linguagem, que são, simultaneamente, diferentes e semelhantes. A linguagem lhes permite viver em sociedade. Ele a concebe como encenação, uma atividade humana que se joga (ou se encena) nos palcos da vida social, havendo, para tanto, a necessidade de uma competência discursiva. A competência discursiva é um conjunto de competências (uma competência situacional, uma competência semiolinguística e uma competência semântica): a competência situacional se refere à situação de comunicação. Considera a finalidade da situação e a identidade dos locutores e dos interlocutores. A competência semiolinguística

[...] consiste em saber organizar a encenação do ato de linguagem de acordo com determinadas visadas (enunciativa, descritiva, narrativa, argumentativa), recorrendo às categorias que cada língua nos oferece. [...] competência semiolinguística [...] consiste em saber construir sentido com a ajuda de formas verbais (gramaticais ou lexicais), recorrendo aos saberes de conhecimento e de crença que circulam na sociedade, levando

em conta os dados da situação de comunicação e os mecanismos de encenação do discurso (CHARAUDEAU, 2010, p. 7).

O próprio sentido da linguagem envolve dois processos bastante complexos: o explícito, enquanto testemunha de uma atividade estrutural, está ligado à simbolização referencial. Utilizamos, nesse processo, operações de comutação, no estabelecimento de oposição entre os signos, e também operações de combinação entre os signos. Tais operações são resultantes de paráfrases estruturais, baseando-se na relação de exclusão entre os signos. Esse primeiro processo possibilita, na linguagem, um jogo de reconhecimento morfossemântico construtor de sentido:

“A produção dessas paráfrases estruturais permite que se efetue na linguagem *um jogo de reconhecimento morfossemântico construtor de sentido*, que remete à realidade que nos rodeia (atividade referencial), conceituando-a (atividade de simbolização). É por isso que vamos nomeá-la *Simbolização referencial*” (CHARAUDEAU, 2010, p. 25).

O segundo processo complexo é relativo ao implícito enquanto testemunha de uma atividade serial da linguagem. Ele se refere à significação da linguagem, envolvendo as condições de produção e de interpretação da linguagem. Nesse processo, construímos, enquanto sujeitos de linguagem, paráfrases seriais, as quais se relacionam a um jogo de remissões:

“A produção dessas paráfrases permite que se efetue, na linguagem, um jogo de remissões constantes a alguma coisa além do enunciado explícito, que se encontra antes e depois do ato de proferição da fala. É um jogo construtor da significação de uma totalidade discursiva que remete a linguagem a si mesma como condição de realização dos signos, de forma que estes não signifiquem mais por si mesmos, mas por essa totalidade discursiva que os ultrapassa: vamos, pois, nomeá-la *Significação* [...]” (CHARAUDEAU, 2010, p. 25).

Charaudeau (2010, p. 27) concebe, assim, a linguagem enquanto fenômeno conflitual, concernente à produção e à interpretação de atos de linguagem, envolvendo um duplo movimento: o movimento exocêntrico, ligado à atividade serial,

“[...] movido por uma força centrífuga que obriga todo ato de linguagem (e, portanto, todo signo) a se significar em uma intertextualidade que é como um jogo de interpelações realizados entre os signos, no âmbito de uma contextualização que ultrapassa – amplamente – seu contexto explícito”.

O movimento endocêntrico está ligado à atividade estrutural, em sentidos de referência e de simbolização; há uma rede de relações entre um signo e outros signos:

“[...] movido por uma força centrípeta que obriga o ato de linguagem (e, logo, os signos que o compõem) a ter significado, ao mesmo tempo em um ato de designação de referência (no qual o signo se esgota em função de troca) e em um ato de simbolização; nesse ato o signo se instala dentro de uma rede de relações com outros signos (rede comandada pela atividade serial) e se constitui como valor de diferença. Corresponde a esse movimento a atividade estrutural que garante a construção do sentido da Simbolização referencial” (CHARAUDEAU, 2010, p. 27).

Ainda com relação à complexidade da linguagem, esse autor destaca a incompletude do Explícito e que a determinação da significação do ato de linguagem cabe ao Implícito (O Implícito comanda o Explícito). Assim, o autor concebe o ato de linguagem (A de L) por meio da seguinte fórmula (equação):

“[...] A de L= [Explícito x Implícito] [...] C de D”. C de D seriam as Circunstâncias de Discurso.

Charaudeau (2010, p. 20) admite a existência de duas grandes tendências acerca das teorias constituídas sobre linguagem:

[...]uma que se caracteriza por sua concepção de linguagem-objeto-transparente, por seu método de atividade de abstração, e se interessa por do que nos fala a linguagem; outra que se caracteriza por sua concepção de linguagem-objeto-não-transparente, por seu método de atividade de elucidação, e se interessa por como nos fala a linguagem.

Esse autor defende a relevância desses dois tipos de abordagem para a semiolinguística, a necessidade de integrá-los, “[...] em uma mesma problemática, pois a linguagem é produzida de tal forma que acaba sendo marcada pelo selo da discordância e da concordância” (CHARAUDEAU, 2010, p. 20).

O interessante é que, quando analisa os sujeitos de linguagem, especificamente o sujeito interpretante (TUi), Charaudeau (2010, p. 46) utiliza o termo opacidade (“relação de opacidade”):

Assim sendo, se supomos que o TUd está em relação de transparência com a intencionalidade do EU, o TUi, ao contrário, se encontra em uma relação de opacidade (Grifo nosso) com essa intencionalidade, já que não é uma criatura do EU. O TUi só depende dele mesmo e se institui no instante exato em que opera um processo de interpretação.

Em conformidade com o autor, os processos de produção e de interpretação de textos estão ligados às intencionalidades dos sujeitos de linguagem. Tanto os locutores quanto os interlocutores possuem intencionalidades nos atos de linguagem. Quando o EU se comunica, fabrica (constrói) um destinatário ideal: o TUd. Esse TUd (sujeito destinatário) sempre estará presente no ato de linguagem. Assim, eu EU exerce um domínio sobre o TUd e supõe haver uma transparência de sua fala para o TUd. Por sua vez, o TUi (sujeito interpretante), está ausente do ato de enunciação que o EU produziu e não está sob o domínio do EU. Assim, o TUi pode realizar uma interpretação da intencionalidade do EU, diferentemente da intencionalidade que o EU idealizou para o TUd, implicando, assim, numa relação de opacidade, conforme a passagem acima.

Charaudeau (2010, p. 17) concebe, ainda, o ato de linguagem

[...] como um objeto duplo, constituído de um Explícito (o que é manifestado) e de um Implícito (lugar de sentidos múltiplos que dependem das circunstâncias de comunicação).

Por sua vez, Meyer (2007, 2008) concebe a linguagem em termos problematológicos, como a diferença problematológica entre os interlocutores (locutor e auditório). Assim, a linguagem estaria vinculada à existência de um problema na comunicação, de uma questão, havendo, então, a necessidade de uma resposta de uma solução. Ela permitiria aos usuários da língua uma negociação na redução dessa

diferença. Nesse sentido, parece haver uma aproximação entre essa concepção de linguagem e o campo científico, especialmente quanto à relevância da existência de um problema e da busca de sua resolução.

No livro *Lógica, linguagem e argumentação*, Meyer (1982, p. 129) vincula a linguagem à resolução de problemas, aproximando a linguagem do campo científico:

O recurso à linguagem inscreve-se no quadro geral da acção humana. Os homens agem em função dos problemas que se lhes colocam e com os quais se devem enfrentar pelo simples facto de existirem. Neste sentido, o uso da linguagem é resolução de problemas. Há apenas duas maneiras de encarar um problema com a ajuda da linguagem: ou expressamo-lo porque a sua resolução depende de outro problema, ou solucionamos um outro problema que se prende com a questão ou que interessa *eo ipso* à questão tratada.

Meyer (1982, p. 129) considera a diferença entre questões e respostas a diferença que constitui a linguagem:

Dado que a diferença entre questões e respostas, concebida como a diferença entre problemas e soluções, é a diferença constitutiva da linguagem, esta diferença deve indicar-se formalmente com clareza.

Esse autor postula que “A dualidade fundamental da linguagem é a diferença questão-resposta [...] (MEYER, 1982, p. 132). Essa diferença é chamada por ele de “diferença problematológica”, materializando-se “[...] na oposição do explícito e do implícito” [...] (MEYER, 1982, p. 132).

Para esse autor, o uso da linguagem se centra no par questão-resposta, implicando nas seguintes consequências:

- “1) Todo o uso da linguagem é a resposta a um certo problema, inclusive quando se trata de expressá-lo.
- 2) Se o objectivo de toda a resolução é apresentar uma resposta, o problema que originou esta resposta não se coloca mais, a partir do momento em que esta é proposta. A partir desse momento, o objectivo não é dizer os problemas, mas dizer as soluções. Daí resulta que a oposição solução/problema corresponde à oposição explícito e implícito. Um problema não se diz, mesmo quando se expressa, um problema não se *declara*, ele *coloca-se*.
- 3) Responder através da linguagem, apelar para o explícito para tratar certo problema é pôr em forma. A forma é aquilo através do qual se indica a diferença problemas/soluções, e enquanto linguagem estabelece uma barreira entre eles segundo a linha de demarcação do implícito (informe) e do explícito (formado).
- 4) Quando se responde a um problema expressando-o, esta resolução parcial que apela explicitamente a uma resolução complementar, indica-se formalmente *como* resolução parcial [...]” (MEYER, 1982, p. 130).

Esse autor destaca a diferença entre a demonstração matemática, em que encontramos uma questão e a univocidade de uma resposta, havendo, conseqüentemente, o acordo, a adesão; e de outro lado, o raciocínio formal, para o qual, verificamos, também, a existência de uma questão, mas várias alternativas de respostas, e não apenas uma única resposta.

Meyer (2007b, p. 85) utiliza o termo opacidade para se referir à linguagem. Trata-se de uma dificuldade:

No uso da linguagem existe portanto uma opacidade ou uma dificuldade que procuramos vencer ou simplesmente manifestar. Queremos submeter uma questão a outrem, partilhá-la com ele, porque ela lhe interessa por razões parecidas com as nossas, ou porque pode contribuir para a resolver. Também podemos propor-lhe uma resposta, mas corremos o risco de ele a desaprovar e rejeitar; ou, pelo contrário, poderá aderir a ela por 'boas razões' ou simplesmente porque lhe agrada. A linguagem, tal como a usamos, suscita uma questão sobre a qual o auditório deve responder, por vezes contra a sua vontade, ou à qual (se é preciso agir e reagir) lhe solicitamos expressamente que responda. O auditório é assim confrontado com uma pergunta, directamente ou de maneira derivada por intermédio de uma resposta.

B) Como o teórico considera o outro (o tu) na sua teoria

Charaudeau, em sua teoria, atribui uma grande relevância aos sujeitos de linguagem, dentre os quais o outro (tu) no processo linguageiro, sendo esse considerado necessário à constituição do eu. Destaca, ainda, o seu papel de intérprete no ato de linguagem e a utilização, por parte desse ator sociodiscursivo e do locutor, de saberes compartilhados. Para esse autor, a comunicação está ligada à questão identitária: identidade dos sujeitos de linguagem, dotados de intencionalidades. Para a compreensão do outro (tu), o autor utiliza, às vezes, conceitos que evidenciam a existência de uma relação complementar entre os princípios de alteridade e de cooperação, não sendo, portanto, esse outro visto como um ator coadjuvante na encenação linguageira: interlocutor (CHARAUDEAU, 2010, p. 25, 57), sujeito interpretante (CHARAUDEAU, 2010, p. 29, 45, 58), interpretante (CHARAUDEAU, 2010, p. 29), ator da linguagem (CHARAUDEAU, 2010, p. 32), sujeito-interlocutor (CHARAUDEAU, 2010, p. 44), TU- destinatário (CHARAUDEAU, 2010, p. 44), sujeito destinatário (CHARAUDEAU, 2010, p. 47), destinatário (CHARAUDEAU, 2010, p. 56), sujeito da linguagem (CHARAUDEAU, 2008, p. 11), parceiro de um ato de comunicação (CHARAUDEAU, 2008, p. 12, 15) e parceiro (CHARAUDEAU, 2008, p. 13, 15, 15, 15, 22, 22, 22, 22, 25, 28).

Os principais termos usados por Charaudeau, para se referir ao outro(tu) no discurso, são sujeito interpretante, que implica em uma atividade de parceria, e sujeito destinatário, que evidencia uma relação de protagonismo):

[...] sujeito interpretante (TUi)] (CHARAUDEAU, 2001, p. 32). Esse autor concebe [...] sujeito interpretante (TUi) [...] o parceiro que tem a iniciativa do processo de interpretação. Ele constrói uma interpretação – que pode ser muda ou se exprimir por uma interação qualquer – em função dos mesmos três componentes – com as hipóteses de saber que ele é levado a elaborar sobre o sujeito comunicante (EUc) -, e através da percepção do ritual linguageiro (CHARAUDEAU, 2001, p. 32). [...] o sujeito destinatário (TUD) (CHARAUDEAU, 2001, p. 32).

A relação que se estabelece entre o sujeito comunicante e o sujeito interpretante é de parceria: “[...] parceiros legitimados [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 15), “[...] os parceiros [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 15), “[...] identidade dos parceiros [...]”, “[...] identidade dos parceiros [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 15), “[...] os parceiros [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 16), “[...] os parceiros [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 16), “[...] parceiros [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 20), “[...] parceiros [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 22), “[...]”

parceiros [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 22), “[...] os parceiros [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 23), “[...] um dos parceiros [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 23), “[...] parceiro [...]” (CHARAUDEAU, 2001, p. 30), “[...] estatutos sociais dos parceiros [...]” (CHARAUDEAU, 2001, p. 30), “[...] os parceiros estão presentes?” (CHARAUDEAU, 2001, p. 31), “[...] os parceiros são suscetíveis” (CHARAUDEAU, 2001, p. 31), “[...] cada um dos parceiros [...]” (CHARAUDEAU, 2001, p. 31), “[...] dois parceiros [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 13), “[...] os parceiros da comunicação [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 15), “[...] parceiros [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 28).

Esse autor considera a parceria entre o sujeito comunicante e o sujeito interpretante assimétrica, sendo que o Euc ocupa uma posição central, e o Tui está presente numa relação de inferioridade:

Entretanto, não há simetria entre as atividades do Euc e do Tui. Se o resultado do processo de produção pode ser estudado através das características da encenação do dizer, configurada no texto, o resultado do processo de interpretação só pode ser captado de duas formas: seja através do texto de interação (e tal captação, por mais interessante que seja, só pode ser parcial), seja de forma psico-experimental, isto é, testando-se os sujeitos interpretantes [...] (CHARAUDEAU, 2001, p. 32).

O outro (tu) é também considerado por Charaudeau como protagonista: o sujeito destinatário (Tud). O sujeito enunciador (Eue) e o sujeito destinatário são concebidos como protagonistas da interação linguageira:

Na interação linguageira, somos confrontados com dois protagonistas: o sujeito enunciador (Eue) e o sujeito destinatário (Tud), que se definem como seres de fala da encenação do dizer, produzida pelo Euc e interpretada pelo Tui. Estes seres de fala assumem diferentes faces de acordo com os papéis que lhes são atribuídos pelos parceiros do ato de linguagem em função da relação contratual (CHARAUDEAU, 2001, p. 32).

Nessa relação de protagonistas, prevalece a noção de papéis atribuídos aos parceiros no ato de linguagem, por meio da relação contratual.

Esse autor utiliza, ainda, vários termos para se referir ao outro: interlocutor, “[...] protagonista [...]” (CHARAUDEAU, 2001, p. 32), protagonista do ato de linguagem, interlocutor-receptor, receptor, adversário, leitor, auditório, “[...] sujeitos da linguagem [...]” (CHARAUDEAU, 2001, p. 27), ator da linguagem, “[...] destinatário-leitor [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 12). “[...] o interlocutor (ou destinatário)” (CHARAUDEAU, 2008, p. 14), “[...] para agir sobre o outro [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 15), “[...] sujeito interpretante [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 21, 22, 24), “[...] dois protagonistas [...]” (CHARAUDEAU, 2008, p. 24). “[...] sujeito destinatário” (CHARAUDEAU, 2008, p. 28).

Charaudeau (2004, p. 154- 155) admite a ambiguidade do termo ‘destinatário’:

Com efeito, tanto ele representa o receptor* exterior ao processo de enunciação do sujeito falante, o indivíduo que recebe efetivamente a mensagem e a interpreta, quanto o sujeito ideal, visado pelo sujeito falante, que o inclui no seu ato de enunciação*. Por outro lado, o que não simplifica as coisas, o destinatário pode ser a instância à qual se dirige explicitamente e que é por isso, marcada como tal no enunciado ou assinalada por índices exteriores (olhar, gesto ou mímica, turno de fala organizado) ou ele pode ser o

destinatário segundo ou indireto [...] que não é a instância à qual se dirige explicitamente, mas uma outra, implícita. Sem contar que o termo destinatário, no seu uso corrente, designa aquele a quem é endereçada uma carta, qualquer que seja o uso que dele é feito. Dito de outra maneira, a questão que se coloca a propósito do emprego desse termo é a de saber se ele designa o receptor empírico que se encontra numa posição simétrica àquela do emissor* como parceiro do ato de troca verbal, ou aquele que se encontra no interior do processo de enunciação, numa posição simétrica àquela do enunciador* e à qual o locutor acredita que ele se dirige. Várias propostas de distinção são feitas por diversos autores, de acordo com o ponto de vista teórico e metodológico que defendem.

Apesar de admitir essa limitação do termo destinatário, esse autor o utiliza várias vezes em sua teoria.

Meyer também utiliza vários termos, para se referir ao outro (tu) na retórica: “[...] auditório [...]” (MEYER, 1982, p. 134-148; MEYER, 2007, p. 43-56); “[...] interlocutor [...]” (MEYER, 1982, p. 129-142; MEYER, 2007, p. 43); “[...] questionador” (MEYER, 1982, 140-141); “[...] questionador implícito (MEYER, 1982, p. 140); “[...] questionador-destinatário” (MEYER, 1982, p. 143-149); “[...] protagonistas [...]” (MEYER, 1982, p. 145), “[...] protagonista [...]” (MEYER, 1982, p. 146).

Os principais termos utilizados por ele, para essa finalidade, são, respectivamente: destinatário (principal termo), auditório e interlocutor.

Tanto Charaudeau quanto Meyer, quando analisam essa variável, destacam a relevância do princípio do dialogismo na constituição do eu e o princípio da cooperação, nos usos concretos da língua, na enunciação, na pragmática.

C) Princípio do jogo

Esse princípio é central na teoria de Charaudeau (2001, p. 29), especificamente o conceito de contrato de comunicação, que considera os sujeitos de linguagem portadores de intencionalidades, havendo, nesses atores sociodiscursivos, enquanto jogadores, o desejo de ganhar o jogo, diante dos riscos presentes no ato de linguagem:

Todo ato de linguagem corresponde a uma dada expectativa de significação. O ato de linguagem pode ser considerado como uma interação de intencionalidades cujo motor seria o princípio do jogo: “Jogar um lance na expectativa de ganhar”.

Nesse sentido, o ato de linguagem é compreendido por Charaudeau como uma espécie de aposta, como algo incerto no encontro dialético entre interlocutores: “[...] a aposta contida no ato de linguagem [...]” (CHARAUDEAU, 2010, p. 44); “O fato de perder a aposta [...]” (CHARAUDEAU, 2010, p. 44). “Porém, já vimos inúmeros casos em que esse tipo de ‘aposta’ fracassa” (CHARAUDEAU, 2010, p. 47). Assim, cada sujeito de linguagem assume o papel de jogador, realizando a sua aposta no ato de linguagem.

O vocábulo jogo aparece com muita frequência na obra de Charaudeau, evidenciando a sua determinação na aposta dos sujeitos de linguagem, os quais se comportam e agem como jogadores:

“A finalidade do ato de linguagem (tanto para o sujeito enunciador quanto para o sujeito interpretante) não deve ser baseada em sua configuração verbal, mas, no jogo (grifo nosso) que um dado sujeito vai estabelecer entre esta e seu sentido implícito. Tal jogo (grifo nosso) depende da relação dos protagonistas entre si e da relação dos mesmos com as circunstâncias de discurso que os reúnem” (CHARAUDEAU, 2010, p. 24).

“A produção dessas paráfrases estruturais permite que se efetue na linguagem *um jogo de reconhecimento morfossemântico* construtor de sentido, que remete à realidade que nos rodeia (atividade referencial), conceituando-a (atividade de simbolização” (CHARAUDEAU, 2010, p. 25).

“A produção dessas paráfrases permite que se efetue, na linguagem, um jogo de remissões constantes a alguma coisa além do enunciado explícito, que se encontra antes e depois do ato de proferição da fala” (CHARAUDEAU, 2010, p. 25).

Meyer também utiliza o princípio do jogo em sua teoria. A negociação da distância entre os interlocutores é uma espécie de jogo, quando o autor se refere à retórica da interação:

Jogar com a distância entre indivíduos a propósito de uma questão requer uma dupla estratégia, relativa ao auditório [...]. Portanto, é preciso combinar uma dupla abordagem: jogar (grifo nosso) com os valores e com o éthos, dar uma resposta ao problema (MEYER, 2007a, p. 51).

Armengaud (2006, p. 36) admite a relevância de Wittgenstein, para estabelecer o paradigma da comunicabilidade, em substituição ao paradigma da expressividade, destacando dois pontos:

1) não há, de um lado, o pensamento e, de outro, a linguagem: indissociáveis, eles geram um ao outro, simultaneamente; 2) já não há mais linguagem própria ao indivíduo, “linguagem privada”, posteriormente traduzida em linguagem pública. Falar é seguir regras, e só é possível seguir uma regra como atividade politicamente controlada, no exercício da comunicação.

Wittgenstein (1996 citado por ARMENGAUD, 2006) utiliza a expressão “jogo de linguagem”, “[...] para designar esse ambiente complexo no qual as mensagens tomam sentido [...]. Um jogo é essencialmente uma atividade regulada e compartilhada. É também uma “forma de vida”.

Wittgenstein (1996 citado por ARMENGAUD, 2006) assim concebe o termo “jogo de linguagem”:

A expressão jogo de linguagem deve indicar aqui que falar uma língua faz parte de uma atividade, de um modo de viver. Imagine a variedade dos jogos de linguagem com a ajuda dos exemplos seguintes e de outros mais: - ordenar ou agir segundo regras; - descrever um objeto em função de sua aparência ou de suas medidas; - fabricar um objeto seguindo instruções; - levantar uma hipótese e submetê-la a verificação; - representar por meio de quadros e de diagramas os resultados de uma experiência; - inventar uma história; - fazer teatro; - cantar cantigas de roda; - resolver charadas; - pedir; - agradecer; - amaldiçoar; cumprimentar; - rezar.

Vale destacar, em conformidade com o princípio do jogo presente na linguagem, a existência de regras, tanto para os jogos quanto para a linguagem, o que implica na importância dos variados usos da língua; em que não se pode desconsiderar a presença do outro no processo interenunciativo; que o outro constitui o eu; que a comunicação envolve a interação social, o princípio da cooperação e o princípio da

influência; que não somos somente seres individuais, mas também seres coletivos; que temos intencionalidades; que há riscos, cálculos na comunicação, sendo a mesma uma espécie de partida.

O Quadro 2 ilustra as diferenças entre Charaudeau e Meyer.

Quadro 2. Diferenças entre Charaudeau e Meyer

Dimensões	Charaudeau	Meyer
Dimensão investigada	Discursiva	Retórica
Natureza da linguagem	Problematológica	Problematológica: natureza apocrítico-problematológica da discursividade
Principal conceito utilizado em sua teoria	Contrato de comunicação	Negociação da distância entre os interlocutores para redução dessa diferença
Concepção de contexto	Contexto: interno ao ato de linguagem	Contexto enquanto mediador

Fonte: Adaptado de Charaudeau (2001, 2006 e 2008) e de Meyer (1982, 2007a e 2008).

Observem-se as análises acerca das variáveis apresentadas:

A) Dimensão investigada

Quanto à dimensão investigada, Charaudeau analisa a discursiva. Interessa-lhe o discurso, embora a sua análise também considere a utilização dos argumentos, principalmente quanto ao uso de estratégias discursivas, por parte dos interlocutores.

Charaudeau (2001, p. 26) propõe a utilização do conceito discurso em dois sentidos:

Em um primeiro sentido, discurso está relacionado ao fenômeno da encenação do ato de linguagem. Esta encenação depende de um dispositivo que compreende dois circuitos: um circuito externo, que representa o lugar do fazer psicossocial (o situacional) e um circuito interno, do dizer. [...]. Em um segundo sentido, discurso pode ser relacionado a um conjunto de saberes partilhados, na maior parte das vezes, de modo inconsciente, pelos indivíduos pertencentes a um dado grupo social. Os discursos sociais (ou imaginários sociais) mostram a maneira pela qual as práticas sociais são representadas em um dado contexto socio-cultural e como são racionalizadas em termos de valor: sério/descontraído, popular/aristocrático, polido/impolido, etc..

Por sua vez, Meyer aborda a dimensão retórica (argumentativa), em termos epistemológicos, considerando a existência de diferenças entre os interlocutores, de distâncias. Concebe como retórica “[...] a negociação da diferença entre os indivíduos sobre uma questão dada” (MEYER, 2007a, p. 25).

Esse autor vincula a argumentação à persuasão, ao convencimento do interlocutor, destacando a relevância dessa dimensão, relacionando-a ao discurso:

A argumentação tem efeitos retóricos visando agradar, convencer, fazer aquiescer, ela opera, pois sobre uma hierarquia de valores no seio da qual se inscrevem as noções postas em relação no argumento. Relação logo hierarquização, logo avaliação: o implícito, as crenças do auditório, as pressuposições, os valores, são a sua medida. A dimensão argumentativa seria essencial à linguagem porquanto todo discurso procura persuadir

aquele a quem se dirige. Por outro lado, caracterizamo-la igualmente como raciocínio não formal, não constringente, por oposição ao raciocínio lógico, à necessidade rigorosa e sem apelo. Estas duas definições estão ligadas: argumenta-se porque os raciocínios não se encadeiam com a necessidade absoluta das matemáticas, existe por isso lugar para um possível desacordo (MEYER, 1982, p. 144).

Para Meyer (1982), há uma relação entre a argumentação e a teoria do questionamento. O argumento é concebido por ele como “[...] um aviso sobre uma questão [...]” (MEYER, 1982, p. 145). “[...] o argumento é a resposta que ocupa o lugar de conclusão face à questão” (MEYER, 1982, p. 145). Assim, haveria uma relação entre a argumentação, a questão e a conclusão; em outras palavras, uma relação entre linguagem e epistemologia.

Esse autor sustenta a relevância da argumentação para a linguagem, em função do caráter persuasivo do discurso. Considera a existência de uma relação entre um explícito e um implícito a condição para a existência da argumentação.

Ele defende que, na demonstração matemática, verificam-se a adesão e o acordo, em função da univocidade da resposta, diferentemente do que ocorre na linguagem:

A demonstração matemática convence porque, acerca duma dada questão, temos que acertar esta resposta. Daí a decisão e o acordo. Quanto ao raciocínio não formal ele não nos garante que a questão levantada não permaneça em aberto devido à ausência de um procedimento constringente de resolução. Daí a possibilidade da alternativa permanecer e da contradição poder surgir (MEYER, 1982, p. 144-145).

Meyer (1982) admite que a ação humana está vinculada à existência de problemas, sendo a linguagem usada, muitas vezes, na tentativa de sua resolução. Assim, a linguagem teria uma função de possibilitar o estabelecimento de um pacto entre os interlocutores. Trata-se de uma possibilidade, de uma aposta, e não de uma certeza.

Meyer (1982, p. 145) concebe argumentação enquanto colocação de questões, nos sentidos epistemológico e discursivo, compreendendo o argumento como

“[...] a resposta que ocupa o lugar de conclusão face à questão. Ao inverso das matemáticas, as regras de passagem e as premissas permanecem implícitas ao contexto: elas não fazem problemas. A passagem da questão à resposta é a inferência através do contexto e da informação que ela oferece. Inversamente, o destinatário é um questionador que por seu lado, remota à questão levantada pela resposta que infere desta a outra através do contexto”.

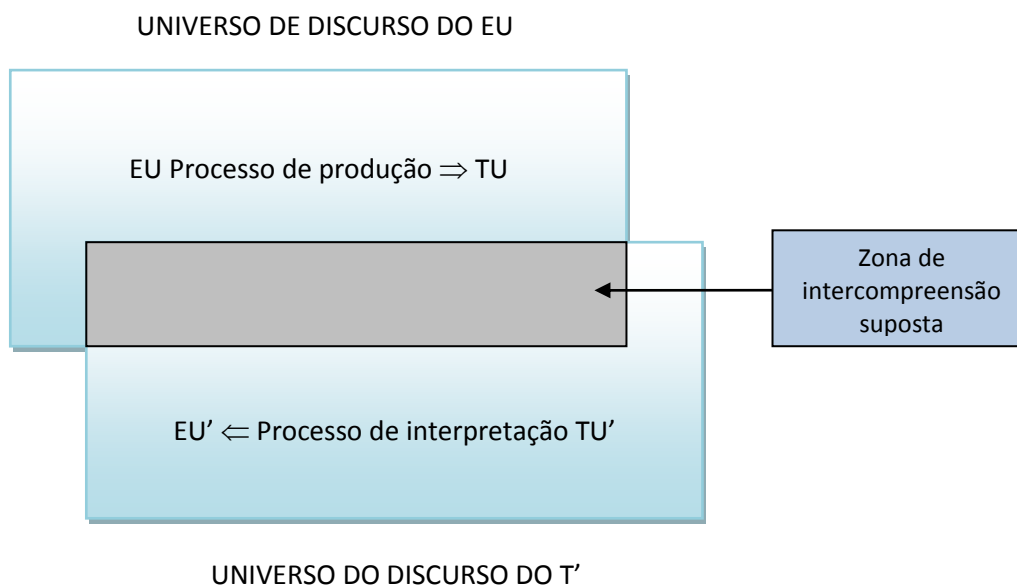
Ainda em conformidade com esse autor, a argumentação estaria condicionada à existência de “[...] uma relação entre um explícito e um implícito” (MEYER, 1982, p. 145). Funcionaria enquanto

“ [...] exigência de uma conclusão, eventualmente de uma certa decisão a tomar (o fazer crer) [...] a respeito do problema colocado no contexto da sua ocorrência, contexto que fornece aos protagonistas os recursos informativos necessários à inferência da resposta-conclusão” (MEYER, 1982, p. 145).

B) Natureza da linguagem abordada

A natureza problematológica da linguagem, para Charaudeau, se localiza no encontro dialético, o qual envolve os processos de produção e de interpretação, especificamente na zona de intercompreensão suposta. A FIG. 1 ilustra o ato de linguagem, concebido por Charaudeau (2010, p. 45) como “[...] um ato enunciativo entre quatro sujeitos (e não 2), lugar de encontro imaginário de dois universos de discurso que não são idênticos [...]”, em que aparece a zona de intercompreensão suposta.

Figura 1- Ato de linguagem, conforme Charaudeau.



Fonte: Charaudeau (2010, p. 45).

Charaudeau prioriza a natureza problematológica da linguagem, em função de sua opacidade, de sua complexidade, da existência de conflitos entre os interlocutores e da necessidade de um acordo, de uma cooperação, para a manutenção da vida social.

Para efeito de ilustração, citaremos um trecho, extraído do seu estudo sobre o discurso político, em que o valor a que esse autor se refere é o valor defendido pelo político, em seu discurso:

Assim a encenação do discurso político oscila entre a ordem da razão e da paixão, misturando logos, ethos e pathos para tentar responder a questão (grifo nosso) que supostamente se coloca o cidadão: “O que me leva a aderir a este ou àquele valor?” (CHARAUDEAU, 2006, p. 84).

Essa problemática, na visão desse autor, é explicada por meio da noção de contrato de comunicação, considerando, principalmente, a existência do outro, do interlocutor, envolvendo o princípio de pertinência do ato de comunicação e, por conseguinte, do contrato de comunicação:

[...] O princípio de pertinência, que faz duas exigências: a) de um lado, que o interlocutor (ou destinatário) possa supor que o locutor tem uma intenção, um projeto de fala, que dará ao ato de linguagem sua motivação, sua razão de ser; b) de outro lado, que eles possuam em comum um mínimo de dados que constituam esse ato, na falta dos quais não

poderá dialogar. De outro modo, que eles possam reconhecer a existência de certos saberes sobre o mundo, dos valores que são atribuídos a esses saberes e das normas que regulam os comportamentos sociais por rituais linguageiros. Esse conjunto representa o que chamamos “saberes partilhados”. Sem esses saberes, não há possibilidade de estabelecer uma intercompreensão e, portanto, não há pertinência no ato de comunicação (CHARAUDEAU, 2008, p. 14).

Já Meyer trata da natureza problematológica da linguagem, focando a natureza apocrítico-problematológica da questão. Em conformidade com Meyer (2007a, p. 40), “[...] ‘apocrítico’ significa o que responde, o que resolve; ‘problematológico’, o que expressa uma questão, mas também o que a suscita”. A sua preocupação é de cunho mais filosófico. Para efeito de ilustração, citamos este trecho:

Com o éthos, o páthos e o logos, somos remetidos aos três problemas extremos e inseparáveis (Grifo nosso) que o homem coloca para si mesmo desde sempre: o eu com o éthos, o mundo com o lógos e o outro com o páthos. Com a retórica, o eu, o outro e o mundo são implicados em uma interrogação (grifo nosso) em que o outro é solicitado como auditório, como juiz e como interlocutor, posto que é instado a responder (Grifo nosso) e a negociar (grifo nosso). Com a ciência, dada a obrigação da objetividade, não deveria haver essa tripla dimensão, mas a vida em sociedade é feita de forma tal que as opiniões são múltiplas, problemáticas (grifo nosso) que a retórica se esforça para afrontar (MEYER, 2007a, p. 30-31).

Meyer (1982, p. 101) admite a relevância do questionamento na linguagem:

A relação com o mundo é questionamento. A linguagem natural é eloquente a este respeito, pois não existem termos definíveis sem a intervenção de interrogativos: ‘Napoleão é o vencedor de Austerlitz’ ou ‘a poltrona é vermelha’ só são descrições verdadeiras de estados do mundo se qualquer coisa responder às questões que estas proposições são para o mundo. Elas lêem-se: ‘Napoleão é aquele que venceu Austerlitz’ ‘a poltrona é o objecto que tem a cor vermelha’. E se ignorarmos o que é vermelho ou Austerlitz, podemos ainda complicar: ‘... a cidade a que chamamos Austerlitz’, ‘... a propriedade que...’. Cada uma destas interrogativas abre, como mundos possíveis, as respostas alternativas que elas admitem. O número mínimo é dois, pois a questão só tem afirmação (‘Sim, ...’) ou a negação (‘Não, ...’) como respostas possíveis a alternativa como várias possibilidades de respostas possíveis. Enfim, quando procuramos identificar o que está em questão num discurso, fazêmo-lo explicitamente com a ajuda de partículas interrogativas: ‘O homem que venceu em Austerlitz que perdeu em Waterloo’ referem-se ao mesmo indivíduo. A linguagem natural faz frequentemente a economia da sua relação questionando o mundo, pois que, a maior parte das vezes, sabemos e compreendemos o que é que está em questão quando falamos daquilo que se fala.

Em outra obra (Lógica, linguagem e argumentação), Meyer (1982, p. 101) corrobora essa ideia: “Isto quer dizer que a relação a um mundo qualquer que ele seja é interrogação. É assim que se descobre a referência. A relação com o mundo é questionamento”.

Esse autor considera as relações retóricas (ethos, logos e pathos) “[...] como fontes de respostas, que podem ser argumentos ou espaços para argumentos [...]” (MEYER, 2007a, p. 30).

Em conformidade com Meyer (2007a), as dimensões retóricas (ethos, logos e pathos) exprimem questões e respostas. Assim, não há motivo para privilegiar uma dessas dimensões, e sim tratá-las sistematicamente, em pé de igualdade.

Meyer (2007a, p. 27) postula que a retórica “[...] aborda a pergunta pelo viés da resposta, apresentando-a como desaparecida, portanto resolvida [...]”, diferentemente da argumentação, que “[...] parte da própria pergunta, que ela explicita para chegar ao que resolve a diferença, o diferencial, entre os indivíduos”. Desde Austin vê-se a preocupação com um instrumento básico de interpretação, a que Meyer também coloca no centro de suas investigações: o que está em questão quando dizemos?

A natureza problematológica da linguagem, para esse autor, envolve os saberes partilhados entre os interlocutores. Em conformidade com Meyer (2007a, p. 39), esses saberes “[...] geram os lugares comuns, as ideias convencionais, as opiniões em vigor na sociedade. Eles são simétricos ao *éthos*”.

Verificam-se, então, aproximações entre esses autores: o problema da linguagem está relacionado aos saberes partilhados entre os interlocutores, os quais estão situados no âmbito do extralinguístico: a questão do princípio de pertinência, para Charaudeau e a questão do contexto, para Meyer.

C) Principal conceito utilizado em sua teoria

O principal conceito utilizado na teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau é contrato de comunicação, vinculando-o à identidade dos parceiros, às finalidades e aos papéis languageiros. É centrado na ideia de aliança entre os parceiros

[...] em uma espécie de aliança objetiva que lhes permite co-construir sentido e se legitimar. Na ausência do reconhecimento de um tal contrato, o ato de comunicação não tem pertinência e os parceiros não têm direito à palavra (CHARAUDEAU, 2008, p. 17).

Esse autor destaca a relevância do contrato de comunicação:

Ele é o que estrutura a situação na qual se desenvolvem as trocas languageiras ao organizá-las de acordo com os lugares ocupados pelos parceiros da troca, a natureza de sua identidade, as relações que se instauram entre eles em função de certa finalidade (CHARAUDEAU, 2006, p. 53).

O contrato de comunicação evidencia uma possibilidade de um acordo, mas não uma certeza:

A noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes ao mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações languageiras dessas práticas sociais. Em decorrência disso, o sujeito comunicante sempre pode supor que o outro possui uma competência languageira de reconhecimento análoga à sua. Nesta perspectiva, o ato de linguagem torna-se uma proposição que o EU faz ao TU e da qual ele espera uma contrapartida de convivência (CHARAUDEAU, 2008b, p. 56).

Quanto a Meyer, o principal conceito utilizado é o de distância, que está relacionado às diferenças entre os sujeitos. Esse autor admite a importância do conceito de distância, na retórica, considerando-o complexo:

O que constitui a sua diferença, e mesmo o seu diferencial, é certamente múltiplo, e pode ser social, político, ético, ideológico, intelectual - e sabe-se lá o que mais-, mas uma coisa é certa: se não houvesse um problema, uma pergunta que os separasse, não haveria debate entre eles, nem mesmo discussão (MEYER, 2007a, p. 25).

Assim, o conceito de contrato de comunicação, de Charaudeau, e o de distância entre os sujeitos (interlocutores), de Meyer possui certas aproximações: evidenciam a existência de conflitos entre os indivíduos em sociedade; de assimetria entre os processos de produção e de interpretação da significação; a complexidade da linguagem e a necessidade de realização de um acordo entre esses atores sociais, por meio de um contrato de comunicação, no caso de Charaudeau; ou de uma negociação das distâncias entre os sujeitos, por parte de Meyer, envolvendo as dimensões retóricas (ethos, logos e pathos). Há, portanto, entre esses autores, a defesa da ideia de realização de um pacto entre os interlocutores, para a sua convivência e a relevância do outro na constituição dos sujeitos.

Meyer (2007a) não utiliza o termo contrato de comunicação, mas utiliza termos afins: “transação lingüística” (grifo nosso) (MEYER, 2007a, p. 43), “negociação da diferença” (grifo nosso) (MEYER, 2007a, p. 25).

D) Noção de contexto

Para Charaudeau (2010, p. 69), o conceito contexto “[...] é interno ao ato de linguagem e sempre configurado de alguma maneira (texto verbal. Imagem, grafismo, etc.) [...]”. Divide-o em contexto linguístico e contexto discursivo:

O contexto linguístico designaria então a vizinhança verbal de uma determinada palavra, podendo variar em dimensão. O contexto discursivo designaria os atos de linguagem existentes (aqueles que já foram produzidos) numa determinada sociedade e que intervêm na produção/ compreensão do texto a interpretar. Por exemplo, para compreender (nos anos 90) a manchete de jornal ‘Junto ao muro’ é necessário mobilizar os atos de linguagem concernentes ‘à queda do muro de Berlim’.

Esse autor postula a existência de uma diferença entre contexto e situação de comunicação. Em conformidade com Charaudeau (2010, p. 69), situação “[...] se refere ao ambiente físico e social do ato de comunicação [...] é externa ao ato de linguagem, embora constitua as condições de realização desse ato”.

O ato de linguagem, para Charaudeau, se produz dentro de uma situação de comunicação. Nela, que “[...] que constitui um espaço de troca” [...] (CHARAUDEAU, 2010, p. 70), a posição central é ocupada pelo falante (locutor), o qual se coloca em “[...] em relação com um parceiro (interlocutor)” (CHARAUDEAU, 2010, p. 70),

Em sua teoria sobre a retórica, Meyer (1982, p. 134) atribui uma grande relevância ao conceito de contexto, concebido por ele como

[...] o mediador da diferença problematológica aquele pelo qual se instaura efetivamente um acto, isto é hic et nunc, uma diferença entre o que questiona e o que responde. [...] o contexto comporta necessariamente pelo menos dois questionadores. Um para o qual a resposta é resposta se mais, outro para o qual a resposta levanta problemas. Isto significa que a resposta não é enquanto algo que continua a colocar problemas: ou porque não se resolve a questão que se propunha resolver, ou porque suscita uma ou mais questões que expressaria ou ajudaria a resolver. Em todos os casos, ela exige uma resposta dado que é

questão, resposta que pode ir ao silêncio da aprovação ou do desinteresse, à negação como rejeição pura e simples.

Assim, o contexto não é considerado por esse autor como um pano de fundo, mas um mediador, tendo um papel relevante na linguagem. Meyer (2007b, p. 89) considera o contexto como uma posição em que os saberes dos interlocutores são partilhados: “O que é então o contexto senão a posição relativa dos interlocutores, aquilo que sabem do outro, mas também aquilo que sabem que o outro sabe que eles sabem?”

Tanto o conceito de situação de comunicação (Charaudeau) quanto o de contexto (Meyer) evidenciam a relevância dos interlocutores, de seus saberes partilhados na comunicação, a complexidade da linguagem. Trata-se do extralinguístico.

3. Considerações finais

Verificamos, assim, a existência de várias aproximações entre as teorias de Patrick Charaudeau e de Michel Meyer, embora cada um desses teóricos aborde uma dimensão diferente: Charaudeau, a discursiva; Michel Meyer, a retórica (argumentativa), implicando numa relação de complementaridade, e não de exclusão, em relação às seguintes variáveis: 1) concepção de língua; 2) natureza da linguagem; 3) como teórico considera o outro(o tu) na sua teoria; e 4) princípio do jogo.

Destacam-se também diferenças entre essas teorias, quanto às variáveis analisadas: 1) dimensão investigada; 2) natureza da linguagem; 3) principal conceito utilizado em sua teoria; e 4) concepção de contexto.

A principal diferença entre essas teorias se refere à variável concepção de contexto.

Referências bibliográficas

ARMENGAUD, F. **A Pragmática**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. 159 p.

CHARAUDEAU, P. Destinatário. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D.. **Dicionário de Análise do Discurso**. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004. p. 154-155.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006. 327 p.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos de linguagem. In: LARA, G.M.P.; MACHADO, I.L.; EMEDIATO, W. (Orgs.). **Análises do Discurso Hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a. 284 p.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. Trad. Angela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos de linguagem. In: MARI, H.; MACHADO, I.L.; MELLO, R. **Análises do Discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/FALE/UFMG, 2001. 360 p.

MEYER, M. **A Retórica**. Trad. Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007a. 128 p.

MEYER, M. **Questões de Retórica**: linguagem, razão e sedução. Trad. António Hall. Lisboa: Edições 70 Ltda., 2007b. 158 p.

MEYER, M. Les grands définitions de la rhétorique. In: _____. **Principia Rhetorica**: une théorie générale de l'argumentation. Paris: PUF, 2008.

MEYER, M. **Lógica, Linguagem e Argumentação**. Trad. Maria Lúcia Novais. Lisboa: Teorema, 1982.

Abstract: The purpose of this article is to compare the authors Patrick Charaudeau and Michel Meyer, evidencing the approximations and differences between their theories. As to approximations, the following variables will be analyzed: conception of language; language conception; as the theoretical considers the other in his theory; and principle of the game. As to differences, the following variables will be analyzed: investigated dimension; nature of language; main concept used in his theory; and designing context. They were used mainly the following theoretical references: Charaudeau (2001, 2004, 2006, 2008 and 2010), Meyer (1982, 2007a, 2007b and 2008). It was chosen a qualitative methodology, dividing into: comparative and bibliographical method. It is evidenced complementarity between these two theories, although each author prioritize a different approach.

Keywords: Patrick Charaudeau; Michel Meyer; approximations; differences; theories.

“VOCÊ É LIVRE? MESMO?”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA LEITORA IDEAL DA REVISTA *TPM*

Alice Vasques de CAMARGO (USP)
alice.camargo@usp.br

Resumo: Neste artigo, analisa-se o manifesto “Você é livre? Mesmo?”, publicado pela revista feminina *Tpm* em 2012, a fim de estabelecer o perfil de leitora ideal traçado discursivamente no texto. Tem-se como referencial teórico a Análise Crítica do Discurso, que permite um olhar detalhado para o contexto do *corpus* e uma abordagem voltada para as relações de poder que se estabelecem discursivamente na sociedade. Em termos de metodologia, utiliza-se o Sistema de Avaliatividade, de Martin e White (2005), que, nos parâmetros da Linguística Sistêmico-Funcional, ancora-se no sistema linguístico para buscar depreender as estratégias linguístico-discursivas de marcação da subjetividade e da intersubjetividade nos textos. Os resultados apontam que a leitora ideal projetada no discurso distancia-se do perfil de leitora ideal das demais revistas femininas. Foram analisadas marcas de Engajamento (contração e expansão dialógica) no texto que contrapõem as crenças, objetivos e ideologia das mulheres que leem a *Tpm* e das mulheres que se rendem aos padrões de beleza e comportamento difundidos na grande mídia. Chegamos, então, a um perfil de leitora ideal que diverge ideologicamente das demais leitoras de revistas femininas, mas que no âmbito de classe econômica e social é muito semelhante.

Palavras-chave: revista feminina; leitora ideal; manifesto; análise crítica do discurso; avaliatividade.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é analisar o manifesto “Você é livre? Mesmo?”, publicado pela revista feminina *Tpm* em 2012, a fim de estabelecer o perfil de leitora ideal traçado discursivamente no texto. Busca-se caracterizar a leitora ideal construída no discurso através dos posicionamentos e alinhamentos ideológicos adotados pelo autor com relação a valores e crenças sobre a mulher brasileira contemporânea, seu papel na sociedade e seus interesses.

A pesquisa aqui apresentada consiste num recorte do projeto de mestrado em andamento que visa, por meio da análise dos editoriais da revista em foco, depreender a representação social da mulher que se faz na revista e qual a relação que se estabelece entre o discurso da *Tpm* e os demais discursos contemporâneos da mídia a respeito da mulher, por meio de uma abordagem dialógica e interdiscursiva.

Tal proposta mostra-se relevante na medida em que o entendimento da representação da mulher na mídia contemporânea possibilita o desenvolvimento de ações de contraideologia e contrapoder em relação à opressão social de gênero. Tem-se, portanto, um horizonte de importância social que parte de uma questão linguística-discursiva, nos moldes das pesquisas em Análise Crítica do Discurso.

Cumpra-se acrescentar também que esta pesquisa pretende colaborar para a aplicação e o desenvolvimento da Análise Crítica do Discurso e do Sistema de Avaliatividade, usada aqui como metodologia, tendo em vista que ambas são linhas de pesquisa recentes, que, aos poucos, vêm ganhando espaço no cenário das pesquisas em discurso no Brasil.

2. Referencial teórico

Como dito anteriormente, a presente pesquisa parte do referencial teórico da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD). A seguir, delinea-se brevemente um pouco do histórico desta corrente e seus principais pressupostos e objetivos.

2.1 Análise Crítica do Discurso

Em 1979, o trabalho teórico *Language and Control*, dos britânicos Fowler, Hodge e Kress, dá início a uma nova linha de estudos do discurso, inicialmente denominada Linguística Crítica (LC,) e que durante as décadas de 1980 e 1990 cresceu e se tornou a Análise Crítica do Discurso (ACD) ou Análise de Discurso Crítica (ADC) (MELO, 2009; WODACK, 2004).

Assim como a Análise do Discurso (AD), de linha francesa, a ACD (ou ADC) trata o discurso como prática social, mas, ao contrário da primeira, entende que qualquer manifestação discursiva pode ter papel tanto reprodutor como transformador de ideologias e relações de poder (MELO, 2012). Pode-se dizer ainda que:

A ACD não pretende realizar uma análise do discurso apenas como procedimento epistemológico sobre a língua, antes, propõe analisar a linguagem como fenômeno de mudança/transformação social, entendendo o discurso como uma prática social que reflete e constitui as relações humanas. Assume, assim, de modo explícito, um caráter ativista na luta por democracia social, na medida em que denuncia práticas de dominação e conflitos sociais que impedem a dinâmica democrática da sociedade e permite aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de umas pessoas sobre as outras, já que essa consciência é o primeiro passo para a emancipação (MELO, 2012, p. 12).

Entre os nomes paradigmáticos da ACD, podem-se destacar dois expoentes: Teun Van Dijk e Norman Fairclough. O primeiro, com formação inicial em Amsterdã e atual prática em Barcelona, volta-se para a vertente sociocognitiva dos estudos discursivos, preocupando-se com as práticas discursivas que institucionalizam a sociedade e com as cognições sociais que permeiam essas práticas (MELO, 2009). A noção de acesso discursivo, formulada por ele, e a questão da exclusão social são centrais para esse pesquisador.

Fairclough é britânico, e a principal característica de sua abordagem da ACD é a proposta do modelo tridimensional de análise do discurso, proposto em 1989 e aprimorado em 1992. No que chama de Teoria Social do Discurso, Fairclough elenca três dimensões do discurso: texto, prática discursiva e prática social. A análise, portanto, compreenderia três etapas, incluindo as três dimensões. Sendo assim, o autor amplia os estudos linguísticos ao incorporar perspectivas sociais à análise do discurso, o que dá origem a uma teoria profundamente interdisciplinar.

A partir de seu livro *Analysing discourse*, Fairclough busca uma aproximação com o funcionalismo de Halliday, para o qual a relação entre as funções da linguagem e a organização do sistema linguístico é um traço geral da linguagem humana (RESENDE e RAMALHO, 2005).

Nas palavras de Melo (2012), a LSF

[...] concebe a linguagem como um fenômeno multifuncional, porque realiza três tipos de funções diferentes, aos quais Halliday denomina de macrofunções da linguagem. São elas: *ideacional*, *interpessoal* e *textual*, correspondentes a três realizações simultâneas: representar a realidade, refletindo e construindo sistemas de conhecimentos, crenças e imagens sociais (função ideacional); estabelecer relações sociais e identidades (função interpessoal); e organizar a ordenação do texto para indicar os propósitos comunicativos do falante (função textual) (MELO, 2012, p. 72-73, grifos do autor).

Fairclough propõe uma recontextualização da teoria de Halliday e articula essas macrofunções com os conceitos de gênero, discurso e estilo, propondo o uso, através desse diálogo, de três tipos de significado: o significado representacional, acional e identificacional. Assim, na análise de textos, a ACD sugere que os elementos estruturais sejam descritos com a finalidade de se verificar de que modo cooperam para a construção de cada um desses significados.

Partindo, então, dessa proposta de Fairclough de articulação entre os princípios da ACD e a LSF, busca-se fazer uma análise do *corpus* aqui focado por meio do Sistema de Avaliatividade, de Martin e White (2005), que, nos parâmetros da LSF, ancora-se no sistema linguístico para apreender as estratégias linguístico-discursivas de marcação da subjetividade e da intersubjetividade nos textos, com foco na função interpessoal da língua. A seguir, trata-se um pouco mais detidamente desta vertente teórica.

2.2 Sistema de Avaliatividade

Conforme visto brevemente na seção anterior, o Sistema de Avaliatividade é um sistema teórico derivado da LSF com foco na função interpessoal da língua. Deste modo, a teoria de Martin e White interessa-se:

[...] pelo interpessoal na linguagem, pela presença subjetiva de escritores/falantes em textos na medida em que adotam posturas com relação tanto ao material que eles apresentam quanto àqueles com quem se comunicam. Interessa-se pela forma como escritores/falantes aprovam e desaprovam, se entusiasmam e abominam, aplaudem e criticam, e pela forma como eles levam seus leitores/ouvintes a fazerem o mesmo. Interessa-se pela forma como os textos constroem comunidades que compartilham sentimentos e valores e pelos mecanismos linguísticos através dos quais se compartilham emoções, gostos e avaliações normativas. Interessa-se pela forma como escritores/falantes constroem para si identidades autorais ou *personae* particulares, pela forma como eles se alinham ou desalinham com os interlocutores, reais ou potenciais, e pela forma como eles constroem para seus textos uma audiência ideal ou pretendida (MARTIN e WHITE, 2005, p. 1, tradução nossa).¹

¹ No original: “[...] with the interpersonal in language, with the subjective presence of writers/speakers in texts as they adopt stances towards both the material they present and those with whom they communicate. It is concerned with how writers/speakers approve and disapprove, enthuse and abhor, applaud and criticise, and with how they position their

A partir deste entendimento, é possível compreender a adequação desta teoria aos objetivos aqui pretendidos, pois tal vertente instrumentaliza a análise no sentido de contribuir com a metodologia necessária para a identificação dos alinhamentos ideológicos que são construídos no texto e que projetam um determinado perfil de leitora ideal para a revista. Antes, porém, da apresentação do *corpus* e da análise, faz-se necessário entender um pouco melhor a estrutura desta teoria.

O Sistema de Avaliatividade apresenta um sistema semântico-discursivo de categorias de marcação da subjetividade e da intersubjetividade nos textos. Esse sistema possui três domínios que interagem, mas que podem ser assim divididos para que determinadas categorias sejam enfocadas dependendo dos objetivos da análise.

Os três domínios são: Engajamento, Atitude e Gradação. O primeiro, sobre o qual recai o foco deste trabalho, trata dos posicionamentos discursivos, do grau de comprometimento do enunciador em relação ao texto, bem como do papel das diversas vozes e opiniões que se colocam no discursivo, possui, portanto, uma abordagem essencialmente dialógica; o segundo diz respeito aos sentimentos expressos no discurso, incluindo reações emocionais, julgamentos e avaliações de comportamentos, fatos, ações etc.; ao terceiro, cabe a análise da amplificação ou atenuação de fenômenos, como também a maior ou menor definição de categorias, eventos ou mesmo avaliações (MARTIN e WHITE, 2005).

Cada um desses domínios se subdivide em outras categorias que vêm auxiliar a análise de modo a definir com maior precisão os mecanismos semânticos-discursivos de marcação da subjetividade. No entanto, para a análise aqui proposta, apenas o primeiro domínio será contemplado, o que diz respeito ao Engajamento, por se mostrar adequado aos objetivos pretendidos.

A seguir, há um detalhamento maior acerca do sistema do Engajamento, para que se entenda sua aplicação na análise apresentada posteriormente.

2.2.1 Engajamento

O Engajamento provê categorias de análise essenciais para a identificação do leitor ideal. Martin e White (2005), assim explicam:

Em primeiro lugar, interessa-nos o papel que [os recursos de posicionamento intersubjetivo] desempenham nos processos de construção de significados pelos quais o falante/escritor negocia relações de alinhamento/desalinhamento vis-à-vis às várias posições de valores referenciadas pelo texto e, portanto, vis-à-vis às comunidades socialmente constituídas de atitudes e crenças compartilhadas associadas a essas posições. Por “alinhamento/desalinhamento”, entendemos a concordância/discordância com relação a avaliações comportamentais ou crenças e pressupostos sobre a natureza do mundo [...]. Notamos, a este respeito, que, quando falantes/escritores declaram suas

readers/listeners to do likewise. It is concerned with the construction by texts of communities of shared feelings and values, and with the linguistic mechanisms for the sharing of emotions, tastes and normative assessments. It is concerned with how writers/speakers construe for themselves particular authorial identities or personae, with how they align or disalign themselves with actual or potential respondents, and with how they construct for their texts an intended or ideal audience”.

próprias posições de atitude, eles não estão apenas se autoexpressando [...], mas ao mesmo tempo convidam outras pessoas a endossar e compartilhar com eles esses sentimentos, gostos ou avaliações normativas que estão anunciando. Assim, declarações de atitude são dialogicamente dirigidas no sentido de alinhar o destinatário em uma comunidade de valores e crenças partilhados (MARTIN e WHITE, 2005, p. 95, tradução nossa).²

Para entender o Engajamento, é necessário ter em mente o pressuposto de que “todos os enunciados verbais são, em última análise, dialógicos” (WHITE, 2004, p. 192). O conceito de dialogismo é emprestado da teoria bakhtiniana, bem como o de heteroglossia, fundamental para a abordagem do Engajamento. A partir deles, os autores definem que os enunciados podem ser divididos em duas categorias: **monoglóssicos**, quando não fazem nenhuma referência a outras vozes ou pontos de vista discursivos; e **heteroglóssicos**, quando invocam ou permitem alternativas dialógicas (MARTIN e WHITE, 2005). Declarações categóricas, cujo contexto comunicativo cria o efeito de serem únicas, não dialógicas, se encaixam na categoria de monoglóssicas. Já para enunciados heteroglóssicos, White (2004) enumera as seguintes opções:

- **Refutar:** posicionar-se contrariamente, rejeitar uma posição oposta através de:
 - Negação.
 - Contraposição (concessão ou contraexpectativa).
- **Declarar:** apresentar uma posição como altamente plausível, descartando outras alternativas, através de:
 - Concordância (usar expressões como “naturalmente”, “é claro”, “obviamente” ou alguns tipos de pergunta retórica).
 - Afirmação (que inclui o uso de expressões como “eu afirmo que...”, “a verdade é que...”, “não há dúvida que...”).
 - Endosso (como em “X demonstrou que...”, “X provou que...”).
- **Considerar:** apresentar uma alternativa entre outras, invocando as demais posições possíveis, por exemplo com o uso de expressões como “aparentemente”, “talvez”, “pode ser que...”, “provavelmente” etc.
- **Atribuir:** apoiar uma proposição em uma voz externa, considerando outras alternativas dialógicas em formulações de:
 - Reconhecimento (como “X disse que...”, “de acordo com X...”, “na opinião de X...”).

² No original: “First, we are concerned with the role they play in meaning making processes by which the speaker/writer negotiates relationships of alignment/disalignment vis-à-vis the various value positions referenced by the text and hence vis-à-vis the socially-constituted communities of shared attitude and belief associated with those positions. By ‘alignment/disalignment’, we refer to agreement/disagreement with respect to both attitudinal assessments and to beliefs or assumptions about the nature of the world [...]. We note, in this regard, that when speakers/writers announce their own attitudinal positions they not only self-expressively [...], but simultaneously invite others to endorse and to share with them the feelings, tastes or normative assessments they are announcing. Thus declarations of attitude are dialogically directed towards aligning the addressee into a community of shared value and belief”.

- Distanciamento (que envolve o uso de expressões como “correm rumores que...”, “X alega que...”).

Os enunciados heteroglóssicos são divididos, então, em duas categorias: **expansão dialógica** e **contração dialógica**. A primeira abarca os casos de refutação e declaração, enquanto a segunda compreende enunciados de consideração e atribuição. Conforme White (2004, p. 194), “A diferença está no grau no qual um enunciado, por meio de uma ou mais palavras, levanta posições e vozes dialógicas alternativas (expansão dialógica), ou, ao contrário, age no sentido de desafiar, dispersar ou restringir o escopo dessas posições ou vozes (contração dialógica)”.

Como efeito de sentido, o enunciado que provoca uma expansão dialógica, ou seja, levanta posições ou vozes dialógicas alternativas, acarreta um menor nível de comprometimento do enunciador; já o enunciado de contração dialógica, que restringe o escopo de posições ou vozes alternativas, gera um maior nível de comprometimento do enunciador em relação à posição que toma em seu texto.

3. Contexto

3.1 Revistas femininas e mulher na sociedade

Lançando um olhar panorâmico pelo cenário atual das revistas femininas brasileiras, vemos uma massa de publicações voltadas para os temas de beleza, sexo, saúde, relacionamento, moda e comportamento, com poucas variações. Também é possível observar que, em sua maioria, trata-se de periódicos voltados às mulheres brancas, heterossexuais e classe média, como já constatou Heberle (2004). A importância do estudo da mídia feminina é assim apresentada pela autora:

A relevância de se estudar RF [revistas femininas] pode ser atestada não só pelo fato de que elas representam uma das indústrias mais lucrativas da mídia, que atinge um público considerável em vários países, mas também pelas informações e pressuposições importantes que veiculam sobre a identidade das mulheres na sociedade contemporânea. Ao se investigar os traços lexicogramaticais dos textos das RF, ao se utilizar “lentes críticas”, levando-se em conta as dualidades/polarizações/contradições contidas nelas, pode-se compreender melhor, creio eu, os discursos que permeiam essas publicações e sua relação com as diversas práticas sociais na contemporaneidade (HEBERLE, 2004, p. 87).

O cenário atual, no entanto, não pode ser distanciado de um histórico que constituiu e consolidou o gênero, do qual pode-se ter uma boa noção através do trabalho de Buitoni (2009) e de Andrade (2009, 2010). Desde o início, as revistas femininas são marcadas por ambiguidades e paradoxos entre a libertação e a emancipação feminina e a tentativa de enquadrar a mulher dentro de um padrão de beleza, comportamento e, principalmente, de consumo. Buitoni (2009, p. 15) pontua: “São as ambiguidades da imprensa feminina: ela foi instrumento de democratização da moda, trouxe informação sobre sexo, contribuiu para a revolução sexual e, todavia, sugere a colocação de próteses como uma grande conquista de beleza e identidade”.

Estamos diante, portanto, de uma prática discursiva arraigada num contexto de prática social, em que temos a mulher enquanto grupo historicamente oprimido e prejudicado dentro de uma sociedade que se alinha aos parâmetros patriarcais, machistas, capitalistas e heteronormativos ocidentais. A tentativa de manter, portanto, a mulher dentro de padrões de beleza, comportamento e consumo condizentes com a lógica dominante é, dessa maneira, reforçada pela grande mídia, da qual as revistas femininas são parte fundamental e poderosa. Ainda conforme Buitoni (2009):

A relação entre a imprensa feminina e a mulher implica questões mais abrangentes, como o papel social da mulher ou sua participação política. E aí entra a ideologia. [...]

À primeira vista, receitas de culinária, conselhos de beleza, contos de amor e outros assuntos – comuns às revistas, seções e suplementos do mundo inteiro – são neutros. Porém, se sairmos da superfície, veremos que a imprensa feminina é mais “ideologizada” que a imprensa dedicada ao público geral. Sob a aparência de neutralidade, a imprensa feminina veicula conteúdos muito fortes (BUITONI, 2009, p. 21).

3.2 A revista *Tpm*

Lançada em 2001, a revista *Tpm* tem periodicidade mensal e tem uma tiragem de 36 mil exemplares. É a publicação feminina da editora Trip, cuja principal revista é a *Trip*, voltada para o público masculino. O nome *Tpm*, além de aludir à tensão pré-menstrual, é uma sigla de *Trip para mulheres*. A revista masculina *Trip* foi lançada em 1986, possui periodicidade mensal e uma tiragem de 40 mil exemplares, é, portanto, uma publicação bem mais antiga e de maior alcance que a revista *Tpm*, cuja descrição, copiada a seguir, pode ser encontrada no *site* da editora:

Não é exagero dizer que a *Tpm* mexeu com os padrões da mídia feminina no Brasil. Lançada em 2001 a revista segue na contramão do que prega a maioria das publicações femininas no país, que a cada mês repete receitas e promessas sobre temas como beleza, sexo, relacionamentos e carreira. Com conteúdo inovador, a *Tpm* não acredita em fórmulas prontas e mostra mulheres contemporâneas vivendo em um mundo real sem perder o bom humor e o jogo de cintura. Desde a criação do Manifesto *Tpm*, em 2012, algumas matérias questionam os padrões impostos pela sociedade às mulheres, como a busca pelo corpo perfeito ou uma família “margarina”. [...] (EDITORA TRIP, 2014).

A apresentação do periódico feita pela editora já nos coloca frente à proposta da revista de se distanciar da maioria das revistas femininas e buscar um conteúdo mais inovador, portanto, uma nova representação da mulher e de seus interesses, comportamentos, posturas etc. Também cita-se o Manifesto *Tpm*, objeto que será aqui analisado justamente com o intuito de buscar saber qual a leitora ideal para o qual o manifesto é dirigido e, assim, identificar os alinhamentos ideológicos dessa leitora e sua relevância no contexto das práticas sociais em que se inserem.

O Manifesto *Tpm* foi publicado em abril de 2012 no número 120 da revista. O título é “Você é livre? Mesmo?” e é assinado pelo diretor editorial da revista, Fernando Luna, embora, no interior do texto, diga-se que o manifesto foi escrito a muitas mãos pela equipe de redação da revista. Seu formato é um texto publicado como editorial na edição impressa da revista e que hoje ocupa um lugar específico dentro do

sitada *Tpm*. Além do texto, o manifesto também é constituído por imagens acompanhadas de legendas e algumas frases isoladas do texto principal. O texto completo bem como a parte visual que compõe o Manifesto *Tpm* está no Anexo I.

É interessante salientar que a revista *Tpm*, apesar de ser uma publicação recente se comparada a revistas femininas brasileiras bastante tradicionais, como *Marie Claire* e *Claudia*, já foi alvo de algumas pesquisas e estudos acadêmicos de diferentes áreas. Em sua edição de 2009 do livro *Mulher de papel*, Dulcília Buitoni pontuou o potencial transgressor da *Tpm*, mas não deixou de constatar que o periódico se encaixa na lógica paradoxal da imprensa feminina, já que tenta se desprender de padrões dominantes e, ao mesmo tempo, precisa se inserir no contexto capitalista de consumo, que depende, em certa medida, desses padrões: “[...] entendo que há um paradoxo implícito no discurso dessas publicações: tentar abrir brechas para a transformação de padrões e publicar páginas e páginas de anúncios de cosméticos e artigos de luxo, aconselhar dietas, apontar celebridades como imagem ideal e modelo de comportamento”.

4. Análise do corpus

A análise do Manifesto *Tpm* foi feita a partir da leitura e identificação de trechos do texto em que houvesse recursos de expansão ou contração dialógica. Dividiram-se, então, estes trechos de acordo com essas duas categorias e foram verificados os efeitos de sentido gerados, conforme foram sendo identificadas as relações interdiscursivas presentes no texto.

É importante ressaltar que a parte do manifesto em que há citações diretas de trechos retirados de outras revistas femininas foi analisada separadamente do restante do texto, para que houvesse uma clara diferenciação entre o discurso assumido pela voz autoral que representa a revista *Tpm* e o discurso das outras revistas, o discurso *sobre o qual se fala*.

Para uma melhor visualização e quantificação dos dados, os resultados da análise foram dispostos nas tabelas a seguir, que se organizam da seguinte forma: na primeira coluna estão copiados do manifesto os trechos relevantes para a análise, quando houver partes em negrito, significa que a parte destacada é a que está sendo considerada, quando não houver, considera-se o trecho por inteiro; na segunda coluna está detalhada a relação interdiscursiva que os elementos linguísticos do trecho possibilitam identificar, ou seja, estão discriminados os discursos rejeitados ou com os quais se dialoga no trecho; na terceira coluna, quando houver conteúdo, há comentários pertinentes quanto às estratégias linguísticas que colaboram para a identificação da construção do perfil de leitora ideal do trecho, como recursos linguístico-discursivos, implícitos contextuais etc.

A relação interdiscursiva foi classificada desta maneira: para o subsistema de contração dialógica, consideraram-se as opções refutação por negação, refutação por contraexpectativa, declaração por concordância, declaração por afirmação ou declaração por endosso; para o subsistema da expansão

dialógica, as classificações possíveis foram consideração, atribuição por reconhecimento ou atribuição por distanciamento, conforme explicado anteriormente no tópico sobre o Sistema de Avaliatividade.

Tabela 1. Recursos de contração dialógica no Manifesto Tpm

Trecho retirado do manifesto	Relação interdiscursiva	Observações
Você é livre? Mesmo?	Refutação por contraexpectativa: questiona discurso que diz que a mulher é livre.	Refere-se diretamente à leitora (<i>você</i> – segunda pessoa do singular), evoca diálogo íntimo, proximidade. Pressupõe uma resposta positiva à primeira pergunta e questiona a veracidade da resposta, abrindo maior espaço para a alternativa negativa: a leitora não é livre.
Enfim, se alguém acredita mesmo que isso tudo seja possível ou ao menos razoável, não precisa de uma revista.	Refutação por negação: rejeita a alternativa de que as pessoas que acreditam nisso precisam de uma revista.	Implícito: não deveria acreditar.
Precisa de ajuda profissional.	Declaração por afirmação: rejeita a alternativa de que as pessoas que acreditam nisso precisam de outra coisa que não ajuda profissional.	Efeito de que não é normal acreditar nos discursos das revistas femininas.
Pois é, todos os desatinos acima, absolutamente todos, estamparam capas recentes de publicações femininas.	Declaração por afirmação: rejeita a alternativa de que algum deles não tenha aparecido em capas de revistas, ou seja, rejeita possibilidade de que sejam frases inventadas.	Alto nível de comprometimento do enunciador, acentuado pela gradação de força de quantificação numérica.
Se você está aqui (ótimo, teria sido estranho falar sozinho até agora), é porque quer ficar longe dessa conversa de comadres.	Declaração por afirmação: rejeita a alternativa de que a leitora da revista <i>Tpm</i> acredita no discurso das outras revistas.	Referência direta à leitora (<i>você</i>). Uso da primeira pessoa: marca presença da voz autoral masculina. Depreciação do discurso das outras revistas: “conversa de comadres”.
Prefere ser tratada como mulher, não como mulherzinha.	Declaração por afirmação seguida de refutação por negação: rejeita a alternativa de que a leitora da revista <i>Tpm</i> queira ser tratada como “mulherzinha”.	O uso do presente do indicativo cria a imagem da leitora ideal que se alinha ideologicamente com a revista. Depreciação da forma como as outras revistas tratam a mulher: “mulherzinha” evoca tratamento da mulher como ingênua e infantil.
E você não está sozinha.	Refutação por negação: rejeita a possibilidade de a leitora achar que é a única que se alinha ideologicamente com a revista <i>Tpm</i> .	

Uma turma que se espanta quando lê "operação biquíni" na caixa de cereais (você só queria tomar seu café da manhã sossegada).	Declaração por afirmação: rejeita a alternativa de que a leitora acha natural querer emagrecer ao tomar café da manhã.	Uso do coletivo: cria imagem de grupo de leitoras da revista <i>Tpm</i> . Inclui a leitora nesse grupo através do uso da segunda pessoa: <i>você</i> .
Que quer autonomia para decidir o que fazer com o próprio corpo.	Declaração por afirmação: e leitora da <i>Tpm</i> não quer que digam para ela o que fazer com o próprio corpo.	
Não se conforma em ganhar menos que o cara na mesma função.	Refutação por negação: rejeita a alternativa de que a leitora ache natural ganhar menos que um homem na mesma função.	Subentende-se que a leitora da <i>Tpm</i> trabalha fora, em cargo que pode ser desempenhado por mulheres ou homens.
E ainda estranha tanta mulher meio pelada fazendo o papel de cenário em programas de TV.	Declaração por afirmação: a leitora da <i>Tpm</i> não acha natural a exploração do corpo feminino pela mídia.	Rejeição do tratamento da mulher como objeto.
Contra os novos clichês femininos e os velhos estereótipos que cismam em se reinventar desde o tempo de nossas avós (aliás, devidamente homenageadas nas fotos do manifesto).	Refutação por negação ("contra"): rejeita velhos e novos discursos padronizados sobre as mulheres. Declaração por afirmação: rejeita que esses discursos tenham acabado. Declaração por concordância ("devidamente"): rejeita que as mulheres de gerações passadas não devam ser homenageadas.	Rejeita discursos das demais revistas femininas. Subentende-se que a leitora da revista é da mesma geração do enunciador ("nossas avós"), o que, pelas fotos do manifesto (mulheres das décadas de 1950, 1960), mostra que a leitora faz parte de uma geração jovem (entre 18 e 30 anos, aproximadamente).
Contra qualquer tentativa de enquadrar a mulher em um padrão, cercar seu desejo e diminuir suas possibilidades.	Refutação por negação: rejeita os discursos de padronização da mulher.	Ideal de liberdade: livrar-se de imposições, padrões e estereótipos que cerceiem os desejos e possibilidades da mulher.
Se liberdade é ser a mulher que você quer ser , diz aí: você é livre?	Declaração por afirmação: rejeita que liberdade seja outra coisa que não ser o que você quiser ser ("se" conclusivo e não condicional, semelhante a "já que", o que pode ser observado pelo uso do indicativo).	Referência direta à leitora (<i>você</i>).
10 truques para arranjar namorado? Mas tá bom solteira...	Refutação por contraexpectativa ("mas"): rejeita o discurso que diz que a mulher necessariamente deseja estar em um relacionamento afetivo.	Uso da primeira pessoa: simula voz da leitora. Subentende-se que a leitora é heterossexual.
50 posições para enlouquecer seu homem? Relaxa e goza.	Refutação por contraexpectativa: rejeita	Subentende-se que a leitora é heterossexual.

	que a mulher deve buscar dar prazer ao homem em primeiro lugar.	
Amo as crianças. Mas vamos sair sem elas hoje?	Declaração por afirmação: rejeita a alternativa de que a mulher não ama seus filhos. Refutação por contraexpectativa (“mas”): rejeita a alternativa de que, mesmo amando-os, ela não deva sair sem eles.	Uso da primeira pessoa: simula voz da leitora. Evoca ideal de maternidade, instinto materno: mãe deve amar as crianças. Evoca a ideia de casal jovem, devido ao contexto (filhos, crianças). “Hoje” faz uma marcação temporal: não é sempre e nem tem periodicidade definida, portanto, sair sem os filhos pode acontecer, mas é uma exceção.
Barriga chapada em 15 dias? Claro, agora conta outra.	Refutação por negação: rejeita que a mulher acredite pode emagrecer muito em apenas 15 dias.	Entende-se essa negação através do recurso da ironia no trecho.
Contar calorias? Com tanta coisa melhor para contar...	Refutação por contraexpectativa: rejeita que a mulher deva/queira contar calorias, ou seja, queira emagrecer.	
Eu não visto 38. E daí?	Refutação por negação: nem todas as mulheres vestem 38. Refutação por contraexpectativa: rejeita a alternativa de que a mulher deve se importar/se preocupar por não vestir 38, ou seja, por não estar magra o suficiente.	Uso da primeira pessoa: simula voz da leitora. Rejeição do ideal de magreza feminina.
Mulher só é feliz se casar. Quem disse?	Declaração por afirmação: rejeita que a mulher possa ser feliz solteira. Refutação por contraexpectativa: questiona o discurso que diz que a mulher só é feliz se casar.	Uso da expressão popular “quem disse?” como forma de desqualificar um argumento.
Não deu conta de tudo hoje? Você não é a única.	Refutação por negação: rejeita que a mulher sempre deva dar conta de tudo. Refutação por negação: rejeita que é incomum as mulheres não darem conta de tudo que têm para fazer.	
Não sei cozinhar. Mas peço delivery como ninguém.	Refutação por negação: rejeita a alternativa de que toda mulher sabe cozinhar. Refutação por	Uso da primeira pessoa: simula voz da leitora. Rejeita ideal de mulher prendada na cozinha.

	contraexpectativa (“mas”): rejeita a alternativa de que a mulher deveria se envergonhar por pedir delivery.	
Não me faço de vítima. Nem da moda.	Refutação por negação: rejeita discurso de que mulher se faz de vítima e que mesmo aquelas que não se fazem são vítimas da moda, no sentido de não terem opinião própria com relação ao assunto, apenas seguirem o padrão.	Uso da primeira pessoa: simula voz da leitora.
Parecer 10 anos mais jovem? Estou bem assim.	Declaração por afirmação: rejeita o discurso que diz que a mulher deve/quer parecer mais jovem.	Uso da primeira pessoa: simula voz da leitora. Rejeita ideal de juventude.
Sou dona de casa. Dona da minha casa.	Declaração por afirmação: rejeita alternativa de que a mulher deve cuidar da casa, mas não necessariamente ser dona da casa, no sentido de ser proprietária e ter autoridade dentro dela.	Uso da primeira pessoa: simula voz da leitora. Evoca ideal de propriedade e de autoridade.
Toda mulher sonha em ter filhos. Hein?!?	Declaração por afirmação: rejeita a alternativa de que nem toda mulher sonha em ter filhos. Refutação por contraexpectativa: questiona/estranha o discurso anterior, de que toda mulher sonha em ter filhos.	
Vida perfeita? Só existe no Facebook.	Declaração por afirmação: rejeita ideia de que vida perfeita seja uma realidade, a não ser nas redes sociais, ou seja, no mundo virtual, que não é o real, é falso.	Alusão à rede social Facebook, o que implica uma leitora envolvida com o meio virtual.

Tabela 2. Recursos de expansão dialógica no Manifesto Tpm

Trecho retirado do manifesto	Relação interdiscursiva	Observações
Você é livre?	Consideração. A pergunta abre duas alternativas dialógicas: ser livre ou não.	Referência direta à leitora (<i>você</i>).
Se alguém acredita que vai encontrar numa revista, qualquer revista, a fórmula	Consideração. Condicional “se” abre duas alternativas dialógicas: acreditar ou não.	Implícito: não deveria acreditar.

para:		
Enfim, se alguém acredita mesmo que isso tudo seja possível ou ao menos razoável, não precisa de uma revista.	Consideração. Condicional “se” abre duas alternativas dialógicas: acreditar ou não.	
Se você está aqui (ótimo, teria sido estranho falar sozinho até agora), é porque quer ficar longe dessa conversa de comadres.	Consideração. Condicional “se” abre alternativa dialógica: poderia não haver ninguém lendo.	Referência direta à leitora (<i>você</i>). Uso da primeira pessoa: marca presença da voz autoral masculina.
Se liberdade é ser a mulher que você quer ser, diz aí: você é livre?	Consideração. A pergunta abre duas alternativas dialógicas: a leitora pode ou não ser livre.	Referência direta à leitora (<i>você</i>).
Amo as crianças. Mas vamos sair sem elas hoje?	Consideração. O fato de ser uma pergunta abre espaço para alternativas dialógicas: podem sair ou não.	Uso da primeira pessoa: simula voz da leitora. Evoca ideal de maternidade, instinto materno: mãe deve amar as crianças. Evoca a ideia de casal jovem, devido ao contexto (filhos, crianças). “Hoje” faz uma marcação temporal: não é sempre e nem tem periodicidade definida, portanto, sair sem os filhos pode acontecer, mas é uma exceção.

Com as tabelas, é possível verificar que há muito mais casos de contração dialógica do que de expansão dialógica no texto, o que é coerente com o gênero trabalhado, o manifesto, que se caracteriza por um alto teor de comprometimento do enunciador.

Através da análise, no que diz respeito aos alinhamentos/desalinhamentos ideológicos traçados pelo texto, é possível afirmar que a leitora ideal da revista *Tpm*:

- Não gosta/acredita em fórmulas para alcançar ideais de beleza, magreza, juventude, mas não rejeita necessariamente esses ideais.
- Não quer ser tratada de modo infantilizante, como se fosse ingênuas.
- Não quer que digam para ela o que fazer com o próprio corpo.
- Não se conforma em ganhar menos que os homens na mesma função.
- Não acha natural a exploração midiática do corpo feminino.
- É contra os padrões femininos que diminuem os desejos ou possibilidades da mulher.
- Possui ideal de liberdade: ser a mulher que ela quer ser.
- Não acha que estar solteira é ruim.
- Não se preocupa exclusivamente em dar prazer ao homem durante o sexo.
- Ama os filhos, mas não precisa sair sempre com eles.

- Não acredita em fórmulas para emagrecimento.
- Acredita que há preocupações mais importantes do que tentar emagrecer.
- Não se importa por não estar magra.
- Não acredita que mulher só pode ser feliz se casar.
- Não dá conta de todas as tarefas que têm que fazer no dia.
- Não acredita que mulher sabe/deveria saber cozinhar.
- Não se faz de vítima.
- Não segue a moda.
- Não quer parecer mais jovem.
- É dona de sua própria casa.
- Não sonha em ter filhos.
- Não acredita que é possível ter uma vida perfeita.
- Conhece/atua em redes sociais.

Esse perfil demonstra que há um claro paralelo entre os discursos correntes acerca da mulher, presentes na mídia de massa, e o discurso da revista *Tpm*, com poucos pontos de convergência (o amor materno e a atuação em redes sociais) e uma maioria de pontos divergentes, principalmente no que tange aos ideais de beleza, magreza, juventude etc.

Em contrapartida, analisando-se mais atentamente o perfil socioeconômico/social/cultural da leitora ideal da revista, observa-se um padrão bastante comum às demais publicações femininas, ou seja, trata-se de uma mulher jovem, de média renda, que trabalha fora de casa, vive na zona urbana e é heterossexual.

Podemos ainda listar os efeitos criados a partir desses perfis: a imagem de uma leitora que é madura, sã (nem infantil nem louca), que é real, independente, possui postura política acerca da desigualdade de gêneros, é consciente dos ideais de beleza e padrões femininos a que está exposta.

Alguns mecanismos linguísticos demonstram a busca do enunciador pela adesão da leitora, ou seja, estratégias de alinhamento ideológico. O uso da segunda pessoa (“você”), é um deles, e também acarreta um efeito de intimidade e um *ethos* de confidente, amigo, para o enunciador. O uso da primeira pessoa também busca colocar o discurso na voz da própria leitora, criando a imagem da mulher que compartilha e reproduz o discurso da revista, o que traz um tom de realidade ao discurso. Em alguns pontos, também observou-se a ênfase na coletividade (“você não está sozinha”, “uma turma”, “você não é a única”), o que cria a ideia de uma comunidade discursiva com as mesmas crenças da revista.

A simulação desse diálogo direto, no entanto, não é de maneira alguma uma inovação do periódico da editora Trip, pelo contrário, é um recurso bastante comum na imprensa feminina desde sua criação.

Vós, tu você: o texto na imprensa feminina sempre vai procurar dirigir-se à leitora, como se estivesse conversando com ela, servindo-se de uma intimidade de amiga. Esse jeito coloquial, que elimina a distância, que faz as ideias parecerem simples, cotidianas, frutos

do com senso, ajuda a passar conceitos, cristalizar opiniões, tudo de modo tão natural que praticamente não há defesa. A razão não se arma para uma conversa de amiga. Nem é preciso raciocinar argumentos complicados: as coisas parecem que sempre foram assim (BUITONI, 2009, p. 191).

Desse modo, a revista *Tpm* faz uso de recursos linguístico-discursivos semelhantes aos das demais revistas femininas para buscar desqualificar o conteúdo destas. Há, portanto, uma aproximação da forma discursiva entre a *Tpm* e suas concorrentes, mas um distanciamento ideológico.

5. Considerações finais

Através da análise do manifesto, é possível verificar que as crenças e valores com as quais a revista *Tpm* e suas leitoras ideais/potenciais se alinham rejeitam determinados estereótipos femininos da mídia. No entanto, não é possível afirmar que esses posicionamentos se sustentam ao longo das reportagens da revista, para isso, seria necessária outra análise, com um *corpus* mais abrangente. Ainda assim, a iniciativa aponta para uma mudança na representação do comportamento e dos interesses da mulher, muito embora a mulher representada e a leitora ideal construída continuem sendo de um segmento muito específico da sociedade, o mesmo revelado pelas demais publicações femininas e não aleatório: aquele cujo potencial consumidor é muito maior, dado seu perfil social dominante (classe média, urbana, heterossexual).

Para finalizar, cumpre retomar uma consideração de Buitoni (2009), na qual ela insere a revista *Tpm* apontando o pressuposto que se põe a ela como um problema: o paradoxo de ser transgressora, mas ser consumível por um mercado cristalizado. Em sua reflexão, Buitoni retoma a importância de percebermos as publicações femininas enquanto práticas discursivas dentro de um cenário de práticas sociais que perpetua ideologias patriarcais, machistas, racistas, heteronormativas e de classes sociais dominantes. Esse paradoxo e essa perspectiva crítico-discursiva servirá de eixo orientador da pesquisa de Mestrado em andamento a respeito da representação da mulher na revista *Tpm*.

Como fazer uma revista vendável e ser “femininamente” correta? Algumas tentativas, como a americana *Ms.* e a brasileira *Tpm* são a prova de que é possível trilhar outros caminhos. No mundo ocidental, televisão, publicidade e revistas femininas se aliam na construção de imagens dominantes, num contexto de globalização crescente. As revistas femininas sempre foram poderosos elementos na construção da identidade da mulher. No reino da cultura da imagem, a aparência ajuda a produzir o que somos – ou pelo menos o modo como somos percebidos (BUITONI, 2009, p. 14).

Referências bibliográficas

ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O. Trajetórias femininas: estudo de tradições discursivas em cartas da editora de revistas produzidas por mulheres em São Paulo no século XIX. In: TORRES MORAIS, Maria Aparecida & ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O. (Orgs.). **História do Português Paulista**. Vol. II. Campinas/São Paulo: Unicamp/Publicações IEL – FAPESP, 2009, p. 373-390.

_____. Existir, viver e ser mulher: a identidade feminina e sua trajetória em *A Mensageira*. In: SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel M. & LIMA-HERNANDES, Maria Célia (Orgs.). **História do Português Paulista**. Vol. III. Campinas/São Paulo: Unicamp/Publicações IEL – FAPESP, 2010, p.251-268.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2009.

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 1991.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

EDITORA TRIP. Revista Tpm. Disponível em: <<http://www.tripeditora.com.br/marcas-trip/>>. Acesso em: 11 set. 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. Nova York: Longman, 1989.

GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. **Matraga**, v. 16, n. 24, jan./jun., p. 13-47, 2009.

HALLIDAY, M. A. K. **Introduction to functional grammar**. 4.ed. Nova York: Routledge, 2014.

HEBERLE, Viviane M. Revistas para mulheres no século XXI: ainda uma prática discursiva de consolidação ou de renovação de ideias? **Revista Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 85-112, 2004.

LUNA, Fernando. Você é livre? Mesmo? **Tpm**. São Paulo, ano 11, n. 120, abr. 2012. Disponível em: <<http://revistatpm.uol.com.br/manifesto/index.php>>. Acesso em: 23 set. 2014.

MARTIN, J. R. & WHITE, P. R. R. **Language of Evaluation**: Appraisal in English. Londres/Nova York: Palgrave Macmillan, 2005.

MELO, Iran Ferreira de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Letra Magna**, ano 05, n. 11 – 2º semestre de 2009. Disponível em: <<http://www.letramagna.com/adeacd.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2013.

MELO, Iran Ferreira de (Org.). **Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática**. Campinas: Pontes, 2012.

RESENDE, Viviane de Melo & RAMALHO, Viviane C. V. Serba. Análise do discurso crítica. **ALED**, v. 5 (1), p.27-50, 2005.

SEGUNDO, Paulo R. G. **Tradição, dinamicidade e estabilidade nas práticas discursivas**: um estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana. São Paulo, 2001, vol. 1, 447f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder**. 2.ed. Trad. e org. Judith Hoffnagel, Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Contexto**: uma abordagem sociocognitiva. 1.ed. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

WHITE, Peter. Valoração – A linguagem da avaliação e da perspectiva. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 178-205, 2004.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Revista Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 223-243, 2004. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/revista/revista.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2008.

Anexos

Anexo I – Manifesto Tpm

Você é livre? Mesmo?

Se alguém acredita que vai encontrar numa revista, qualquer revista, a fórmula para:

- 1) ficar jovem para sempre,
- 2) botar silicone sem risco,
- 3) barriga zerada com aula de 8 minutos,
- 4) ser linda, poderosa e feliz, aos 20, 30 e 40 anos,
- 5) looks certos para ter sucesso no trabalho,
- 6) pílulas que vão deixar cabelo, pele e corpo perfeitos,
- 7) feitiço do tempo: tudo para adiar (e muito) sua plástica,
- 8) ler nas cartas como despertar sua força interior,
- 9) ter qualquer homem, um superemprego, todo o tempo do mundo,
- 10) alcançar sucesso, dinheiro, glamour... e todos os homens a seus pés,
- 11) fazer qualquer homem se comprometer,
- 12) a plástica light,
- 13) desvendar 100 dilemas amorosos,
- 14) superar a ex dele na cama,
- 15) etc. etc. etc.

Enfim, se alguém acredita mesmo que isso tudo seja possível ou ao menos razoável, não precisa de uma revista. Precisa de ajuda profissional. Urgente. Então por que, com uma ou outra exceção, se insiste nessa cantilena? Pois é, todos os desatinos acima, absolutamente todos, estamparam capas recentes de publicações femininas. Inclusive a "plástica light" que certamente engorda menos que a "plástica regular" e talvez mais que a "plástica zero".

Olhando por outro ângulo: se uma empresa decidisse usar uma dessas frases para vender seu produto, o Procon entraria em ação. Propaganda enganosa. Essas promessas funcionam como uma versão cor-de-rosa daqueles anúncios antigos, em que médicos defendiam os benefícios do cigarro à saúde do fumante.

Se você está aqui (ótimo, teria sido estranho falar sozinho até agora), é porque quer ficar longe dessa conversa de comadres. Prefere ser tratada como mulher, não como mulherzinha. E você não está sozinha. Só de Tpm são 49 mil exemplares impressos, mais 40 mil seguidores no Twitter, 18 mil no Facebook e 230 mil visitantes no site.

Uma turma que se espanta quando lê "operação biquíni" na caixa de cereais (você só queria tomar seu café da manhã sossegada). Que quer autonomia para decidir o que fazer com o próprio corpo. Não se conforma em ganhar menos que o cara na mesma função. E ainda estranha tanta mulher meio pelada fazendo o papel de cenário em programas de TV. Daí o Manifesto Tpm, escrito a muitas mãos aqui na redação dirigida pela Carol Sganzerla, com participação especial de Paulo Lima, Ciça Pinheiro, Nina Lemos, Rafaela Ranzani, Ana Paula Wheba e Denise Gallo.

Contra os novos clichês femininos e os velhos estereótipos, que cismam em se reinventar desde o tempo de nossas avós (aliás, devidamente homenageadas nas fotos do manifesto). Contra qualquer tentativa de enquadrar a mulher em um padrão, cercar seu desejo e diminuir suas possibilidades. Essas ideias dão o tom a uma série de eventos, ações e reportagens pelas próximas edições.

Se liberdade é ser a mulher que você quer ser, diz aí: você é livre?

Fernando Luna, diretor editorial

10 truques para arranjar namorado? Mas tá bom solteira...

50 posições para enlouquecer seu homem? Relaxa e Goza.

Amo as crianças. Mas vamos sair sem elas hoje?

Barriga chapada em 15 dias? Claro, agora conta outra.

Contar calorias? Com tanta coisa melhor para contar...

Eu não visto 38. E daí?

Mulher só é feliz se casar. Quem disse?

Guia do sexo? Gosto mais do meu jeito.

Não deu conta de tudo hoje? Você não é a única.

Não sei cozinhar. Mas peço delivery como ninguém.

Não me faço de vítima. Nem da moda.

Parecer 10 anos mais jovem? Estou bem assim.

Sou dona de casa. Dona da minha casa.

Toda mulher sonha em ter filhos. Hein?!?

Vida perfeita? Só existe no Facebook.





LUNA, Fernando. Você é livre? Mesmo? **Tpm**. São Paulo, ano 11, n. 120, abr. 2012. Disponível em: <<http://revistatpm.uol.com.br/manifesto/index.php>>. Acesso em: 23 set. 2014.

Abstract: In this article, we analyze the manifest "Você é livre? Mesmo?" published by the women's magazine Tpm in 2012, in order to establish a profile of the ideal reader discursively mapped in the text. The Critical Discourse Analysis is the theoretical reference, which allows a detailed look at the context of the corpus and a focused approach to the power relations that are established discursively in society. In terms of methodology, we use the Theory of Appraisal, by Martin and White (2005), that in the parameters of Systemic Functional Linguistics, is anchored in the linguistic system to seek the linguistic and discursive strategies and the marks of subjectivity and intersubjectivity in the texts. The results show that the ideal reader designed differ from the ideal reader of other women's magazines. We study the brands of Engagement (dialogic contraction and expansion) in the text that contradict the beliefs, goals and ideology of the women who read the Tpm and women who surrender to the standards of beauty and behavior widespread in the mainstream media. We come to an ideal reader profile that diverges ideologically from other readers of women's magazines, but is very similar socially and economically.

Keywords: women's magazine; ideal reader; manifest; critical discourse analysis; Appraisal.

A construção referencial no ensino de produção escrita: análise de textos de alunos do 4º ciclo de EJA

Allan De Andrade LINHARES (PUC-SP)
andrades55@hotmail.com

Resumo: Os referentes não são simples rótulos que designam as coisas do mundo, mas são construídos e reconstruídos no e pelo discurso, segundo os propósitos dos sujeitos. Este estudo amparando-se em uma perspectiva sociocognitivo- interacional, a qual concebe o texto como o lugar da interação e construção dos sentidos, em que os sujeitos são ativos, atores e construtores sociais (Koch ,2007; Koch; Cunha-Lima, 2009) e de referência como um processo (Mondada e Dubois, 2003; Koch, 2005, 2007; Apothéloz e Reicheler-Béguelin, 1995), propõe-se investigar as estratégias empregadas pelo professor para o ensino de produção textual. Para tanto, analisamos os passos seguidos por uma professora do 4º ciclo da modalidade EJA para trabalhar com a construção da referência na discussão de um texto e, sobretudo, nas produções escritas dos alunos sobre o texto estudado. Nosso corpus é constituído pela transcrição da aula gravada em áudio, material recolhido no local (produção textual dos alunos com correções propostas) e notas. O corpus analisado neste trabalho mostrou-nos que a professora, na condução da aula de leitura e nas orientações das correções dos textos dos alunos, não dá a devida atenção à (re)construção referencial, aspecto que traz implicações para a atividade de leitura e compreensão de textos.

Palavras-chave: construção da referência; ensino; produção textual; compressão textual; sentidos.

1. Introdução

O homem vive inserido em práticas interacionais. Nesse envolvimento, seleciona estratégias construídas, intersubjetivamente, a partir de atividades cognitivas e discursivas, para nomear as coisas do mundo e, assim, atingir aos seus propósitos argumentativos. Logo, o processo de produção textual, seja oral ou escrito, é, essencialmente, marcado por estratégias referenciais. Nesse sentido, traçamos o seguinte questionamento norteador: Como é tratada a referenciação no ensino de escrita da EJA? Com o intuito de responder a essa questão, traçamos o seguinte objetivo: investigar as estratégias empregadas pelo professor para o ensino de produção textual.

Este estudo amparou-se em uma perspectiva sociocognitivo- interacional, a qual concebe o texto como o lugar da interação e construção dos sentidos, em que os sujeitos são ativos, atores e construtores sociais (Koch ,2007; Koch; Cunha-Lima, 2009) e de referência como um processo (Mondada e Dubois, 2003; Koch, 2005, 2007; Apothéloz e Reicheler-Béguelin, 1995).

Metodologicamente, analisamos os passos seguidos por uma professora do 4º ciclo da modalidade EJA para trabalhar com a construção da referência na discussão de um texto e, sobretudo, nas produções escritas dos alunos sobre o texto estudado. Nosso corpus é constituído pela transcrição da aula gravada em áudio, material recolhido no local (produção textual dos alunos com correções propostas) e notas. O corpus analisado neste trabalho mostrou-nos que a professora, na condução da aula de leitura e nas orientações das correções dos textos dos alunos, não dá a devida atenção à (re)construção referencial, aspecto que traz implicações para a atividade de leitura e compreensão de textos.

Acreditamos que este artigo colabora para inquietar os professores de EJA sobre a importância de considerar, no ensino de leitura e produção de texto, as contribuições da referenciação, já que, por meio das análises aqui empreendidas, apresentamos reflexões sobre como essa área de pesquisa na Linguística do Texto proporciona meios para se chegar, com mais facilidade, à unidade de sentido. Ratifica-se a relevância desta produção ao se refletir que poucos trabalhos têm investigado questões relativas ao ensino-aprendizagem de língua materna em EJA. Assim, há ainda uma grande lacuna em relação a pesquisas que abordem questões de ensino-aprendizagem, sobretudo de línguas, em EJA.

2. Referenciação e sociocognição: uma interface necessária para a construção de sentidos por meio da produção textual

Nesta seção, abordamos conteúdos relativos à Linguística de Texto, em especial à perspectiva da referenciação, com vistas a um maior esclarecimento e contextualização dessa abordagem, que se afina com os pressupostos da sociocognição assumidos pela agenda atual da respectiva área de estudo. Além disso, a referenciação é basilar nesta produção, cujo objeto de estudo, reiteramos, diz respeito ao tratado pelos professores às estratégias de referenciação no ensino de escrita.

2.1 A concepção de base sociocognitivista: novo redimensionamento para os estudos do texto

Em decorrência de uma evolução das Ciências Cognitivas para uma concepção de mente corpórea, constrói uma noção de texto mais ampla, a qual considera, para a construção dos sentidos, uma articulação de aspectos cognitivos, linguísticos, sociais e culturais. É essa mudança de foco, a qual coloca em primeiro plano os processos de construção do sentido, afastando-se, portanto, da mera identificação de unidades estruturais ou de predição sobre sequências bem-formadas, a responsável por alterar substancialmente a agenda dos estudos linguísticos, os quais, a partir de então, respaldam-se em uma concepção de texto de cunho sociocognitivista (SALOMÃO, 1999).

Nessa perspectiva, a linguagem não existe em função da geração de sequências arbitrárias de símbolos nem tampouco para oferecer repertórios de unidades sistemáticas, mas em função do uso e da interação. Conceber a linguagem nesses termos é voltar-se à concepção de linguagem como um mecanismo cognitivo.

Na esteira de uma visão sociocognitiva, emerge a perspectiva da referenciação, que amplia sobremaneira as possibilidades de estudo do texto voltadas para a construção dos sentidos. A referenciação, como veremos em seção posterior, é uma atividade discursiva, logo, ao nos referirmos às coisas do mundo, ativamos contextos que nos possibilitam construir uma orientação argumentativa. Se os referentes são construídos no e pelo discurso, os sujeitos sociais constroem interpretação para as coisas do

mundo. Por essa razão, o estudo do contexto é importante, haja vista que ele, também, é produto dessas interpretações, as quais são ancoradas, por exemplo, nos conhecimentos dos interlocutores, no lugar social por eles ocupado, no conhecimento que os participantes têm da situação comunicativa.

Nos estudos da referenciação, por exemplo, ao produzir um texto, eu posso aludir a um mesmo referente de maneiras bem diferentes (recategorizando-o) considerando a evolução do discurso, ou seja, considerando o trabalho cognitivo que o produtor desenvolve a fim de atender a um propósito discursivo. Os referentes são construídos, portando, na interpretação e o contexto surge a partir da interpretação que os sujeitos fazem sobre algo, partindo de seus modelos mentais, mas, também das pistas linguísticas presentes na materialidade textual. Os modelos mentais não servem para representar de forma objetiva os eventos de que trata o discurso, mas caracterizam a maneira como os usuários da língua constroem a seu modo esses eventos, partindo, por exemplo, de seus objetivos, de seus conhecimentos prévios (VAN DIJK, 2012).

2.2 A Referenciação

Os fundamentos de cunho sociocognitivista concebem a referência como um processo dinâmico que privilegia as relações intersubjetivas e sociais. Nesse processo, as versões do mundo são publicamente construídas e avaliadas em conformidade com as finalidades e ações dos enunciadores (MONDADA, 2005).

Mondada e Dubois (2003) compreendem a referência não como uma questão estritamente linguística, mas como um fato que simultaneamente diz respeito à cognição e à utilização da linguagem em contexto e em sociedade, propondo, assim, a substituição da noção de *referência* pela de *referenciação* e, conseqüentemente, a de *referente* pela de *objeto de discurso*. Nessa perspectiva, ao referir, os interlocutores elaboram objetos de discurso que, sendo construídos e desenvolvidos discursivamente, não podem ser vistos como expressões referenciais que refletem os objetos do mundo e as representações cognitivas, mas como entidades que (re) constroem a realidade extralinguística dentro do processo de interação. Dessa forma, “a realidade é construída, mantida e alterada não pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele”. (KOCH, 2005, p. 33-34).

Conforme Mondada e Dubois (2003, p. 42), “os nomes enquanto rótulos correspondem aos protótipos e colaboram para a sua estabilização ao curso de diferentes processos”. Os protótipos são compartilhados pelos indivíduos através do processo de interação e estabilizados socialmente. Esse protótipo compartilhado lexicalmente evolui para o estereótipo, configurado como uma representação coletiva. Essa evolução está fundamentada não mais em valores de verdade, mas em convenções sociais sobre as formas de nomear o mundo.

As autoras explicam, ainda, que o processo de estabilização das categorias discursivas ocorre, em nível linguístico, através da lexicalização e de sua ocorrência no interior das práticas discursivas, por meio das anáforas nominais, as quais podem ser concebidas, simultaneamente, como uma maneira de ilustrar a questão da evolução dos referentes e como um modo de estabilizar ou focalizar uma denominação particular. Além da estabilização das categorias do discurso em níveis psicológicos e linguísticos, há a estabilização através dos processos de inscrição, tais como a escrita, a imprensa e a imagem, as quais podem ser vistas como móveis, uma vez que circulam em amplas redes, ou imóveis, visto que são fixas e não sofrem modificações em seu movimento. Essas inscrições podem, ainda, ser reproduzidas, o que permite não somente sua circulação, mas sua comparação no tempo e no espaço.

Todas essas considerações reafirmam o caráter dinâmico do processo de referência e, conseqüentemente, dos objetos de discursos, os quais são (re) construídos no cerne das atividades cognitivas e interativas. Dessa forma, como defendem os autores, esses objetos uma vez ativados podem ser alterados, desativados, reativados, recategorizados, construindo-se ou reconstruindo-se, no transcorrer da progressão textual, o sentido. Nesse contexto, segundo Koch (2007), na constituição da memória discursiva fazem parte as seguintes operações:

a) construção/ativação (introdução de um referente textual, até então não mencionado, passando a preencher um nóculo); b) reconstrução/reativação (um nóculo é novamente ativado na memória); c) desfocalização/desativação (ativação de um novo objeto de discurso, deslocando a atenção para outro referente textual desativando aquele que estava em foco anteriormente). Porém seu endereço cognitivo continua no modelo textual, podendo ser reativado a qualquer momento. (KOCH, 2007, p. 62).

Essas estratégias operacionais podem ser acionadas durante a construção textual. Isto é, se, por um lado, a ativação e reativação estabilizam o modelo textual, por outro, ele sofre contínuas modificações, quando novas referências forem realizadas. Isso porque, durante o processo, outros objetos são introduzidos ou aqueles já presentes recebem outras informações ou avaliações. Assim, o objeto de discurso é dinamicamente (re)construído à proporção que a ele vão sendo atribuídas novas (re) categorizações ou formas subjetivas de designação desse objeto.

As principais estratégias de progressão referencial, segundo Koch (2007), que permitem a construção de cadeias referenciais das quais descendem as categorizações ou as recategorizações de referentes no discurso são:

- uso dos pronomes ou elipses (pronome nulo): realiza-se por meio de formas que exercem a função de pronome (os pronomes, advérbios pronominais e numerais), sendo descrita como pronominalização (anafórica ou catafórica) de elementos co-textuais.
- uso de expressões nominais definidas: recebem essa denominação as formas linguísticas construídas a partir de um determinante (definido ou demonstrativo) seguido de um nome, dentre as quais constituem objeto desta reflexão as descrições definidas, as nominalizações e

as rotulações metalinguísticas ou metadiscursivas, e ainda aquelas que funcionam como anáfora indireta.

- uso de expressões nominais indefinidas: caracteristicamente servem como introdutores de novos referentes textuais, porém, podem apresentar-se com funções anafóricas.

Assim sendo, essas formas referenciais assumem, na progressão textual, funções relativas aos aspectos cognitivo-discursivos, semântico-pragmáticos, argumentativos e textuais.

2.2.1 Expressões referenciais recategorizadoras: um processo avaliativo na progressão referencial

Considerando a proposição de que os referentes ou objetos de discurso evoluem e são modulados na cadeia textual haja vista os propósitos dos sujeitos no contexto interacional, o produtor pode valer-se, para a designação de um dado objeto, de uma gama de expressões linguísticas. Assim,

a cada momento do discurso, o locutor dispõe, para designar um objeto dado, de uma série não-fechada de expressões linguísticas utilizáveis em condições referenciais iguais. Não apenas este locutor tem o direito de selecionar aquilo que acha mais apto a permitir a identificação do referente, mas ele pode, por recategorizações, para acrescentar ou suprimir, modular a expressão referencial em função das intenções do momento, estas podem ser de natureza argumentativa, social etc. (APOTHÉLOZ; REICHELER-BÉGUELIN, 1995 apud LIMA, 2007, p. 81).

Apothéloz e Reicheler-Béguelin (1995) entendem, portanto, que a recategorização é uma estratégia de designação, uma vez que é possível desconsiderar a designação padrão, isto é, a categorização e adaptá-la aos propósitos argumentativos.

Nesse contexto, Zavam (2007), fundamentando-se nos escritos desses mesmos linguistas, afirma que ao abordarem as questões da evolução referencial e as estratégias de designação ressaltam que “as expressões anafóricas servem não só para fazer referência a um objeto, mas também para impor modificações a esse mesmo objeto”. (ZAVAM, 2007, p. 127). Enfatizando, então, as expressões anafóricas, o processo de recategorização lexical é descrito pelos autores contemplando os seguintes níveis de ocorrência do processo: a) quando a transformação é operada pelo próprio anafórico; b) quando o anafórico não considera os atributos do referente; c) quando o anafórico considera os atributos do referente e os homologa. Considerando, apenas, o primeiro nível de ocorrência, no qual as modelações ou transformações são realizadas pelo próprio anafórico, têm-se a seguinte classificação: recategorização lexical explícita; recategorização lexical implícita e modificações da extensão do objeto ou de seu estatuto lógico. (APOTHÉLOZ; REICHELER-BÉGUELIN, 1995 apud LIMA, 2007, p. 82). Dentre esses tipos, direcionamos nossa atenção às recategorizações lexicais explícitas, julgando que essas se configuram, essencialmente, como uma predicação de avaliações do referente.

Conforme os escritos dos referidos autores, a anáfora direta correferencial é recategorizadora, uma vez que está marcada por lexemas que induzem a um ponto de vista sobre o referente. Nesse sentido, Apothéloz e Reicheler-Béguelin (1995), ao assumirem que as expressões recategorizadoras propõem um viés axiológico, “admitem que a argumentação, enquanto função discursiva essencial da recategorização teria em lexemas axiologicamente marcados uma estratégia explícita de manifestação de tal propósito”. (APOTHÉLOZ; REICHELER-BÉGUELIN, 1995 apud ZAVAM, 2007, p. 128). Assim, é válido ressaltar que tais lexemas assumem esse caráter axiológico em se considerando o contexto de uso.

3. Estratégias referenciais e ensino de escrita: uma análise

Guiados pelo objetivo de investigar as estratégias empregadas pelo professor para o ensino de escrita, sobretudo no que se refere aos processos referenciais, analisaremos os encaminhamentos sugeridos por uma professora de 4º ciclo da modalidade EJA de uma escola pública municipal de Parnaíba-PI nas análises das produções escritas. Essa proposta de produção foi sugerida pela professora a partir da leitura do texto-fonte *Essa mulher*. Nosso corpus é, portanto, constituído por transcrição de uma aula gravada em áudio e notas de campo. Esclarecemos que esses dados advêm de nossa pesquisa de mestrado¹, realizada em 2011, e que eles são inéditos, haja vista que não foram utilizados como objeto de análises para os objetivos que tínhamos naquele momento.

A partir da análise empreendida, será possível perceber, portanto, se a reflexão sobre as estratégias de referenciação é uma preocupação da professora no ensino de escrita. E, diante dos resultados dessa análise, discutiremos a necessidade de o professor priorizar um ensino de escrita inspirado na reconstrução da coerência textual, processo em que os nossos alunos necessitam avaliar como os referentes se mantêm e como evoluem no discurso.

O texto escolhido pela professora para iniciar a atividade estava no capítulo 5 do livro adotado pela escola: *Educação e diversidade*, 2º segmento do ensino fundamental, 4ª etapa (7ª série), volume I. Esse capítulo tinha como foco o estudo da coesão e coerência textual. O texto discute, essencialmente, a (re) construção do referente mulher. O objeto de discurso foi introduzido no título e, anaforicamente, foi sendo recategorizado ao longo do texto, ou seja, como o referente mulher foi recebendo novas denominações (rebatizado). Apresentamos, abaixo, o texto estudado:

¹A pesquisa **Concepções e práticas de leitura na EJA: uma experiência com professores de 4º ciclo**, vinculada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), foi concluída em 2012.

Quadro 1. Texto da música Essa Mulher***Essa mulher***

*De manhã cedo, essa senhora se conforma
 Bota a mesa, tira o pó, lava a roupa, seca os olhos
 Ah, como essa santa não se esquece de pedir pelas mulheres
 Pelos filhos, pelo pão
 Depois sorri, meio sem graça
 E abraça aquele homem, aquele mundo
 Que a faz, assim, feliz
 De tardezinha, essa menina se namora
 Se enfeita, se decora, sabe tudo, não faz mal
 Ah, como essa coisa é tão bonita
 Ser cantora, ser artista
 Isso tudo é muito bom
 E chora tanto de prazer e de agonia
 De algum dia, qualquer dia
 Entender de ser feliz
 De madrugada, essa mulher faz tanto estrago
 Tira a roupa, faz a cama, vira a mesa, seca o bar
 Ah, como essa louca se esquece
 Quanto os homens enlouquece
 Nessa boca, nesse chão
 Depois, parece que acha graça
 E agradece ao destino aquilo tudo
 Que a faz tão infeliz
 Essa menina, essa mulher, essa senhora
 Em que esbarro toda hora
 No espelho casual
 É feita de sombra e tanta luz
 De tanta lama e tanta cruz
 Que acha tudo natural.*

Para iniciar o estudo do texto, a professora propôs que os alunos fizessem uma leitura silenciosa e, posteriormente, uma leitura em grupo. Após a leitura, a docente propôs uma atividade, cujo enunciado solicitava:

Professora: *Com base na leitura da música que acabamos de ler e discutir, Essa Mulher, elaborem um texto sobre o que vocês entenderam.*

Atendendo à solicitação da professora, alguns alunos produziram um texto e a entregaram. Faremos, aqui, o registro dos textos dos dois alunos que, também, participaram da discussão na aula de leitura. Transcrevemos, na íntegra, os textos produzidos:

Aluno 1: *A música fala de uma submiça. Ela faz tudo o que o marido dela que. Parece que é um objeto daqueles machista.*

Aluno 2: *Eu intendi que o texto mostra uma mulher conformada com a rotina di caza. A conformada só faz o que o marido e os filhos quer. É louca na cama pra sigurar o maridão. Aí dexa de ser só dona de casa, fica sensual. Isto tudo é o que a mulher vai tendo que fazer.*

Os textos registrados foram concedidos pela professora (material recolhido no local), após as correções empreendidas por ela. Faremos uma breve análise dessa correção a fim de perceber se há consideração das estratégias para a construção e reconstrução da referência ao longo do processo de escrita.

3.1 Ensino de produção escrita: análises empreendidas pela professora

Destacamos as sinalizações observadas na avaliação dos textos dos alunos. Os encaminhamentos sugeridos ao texto do aluno A foram:

- Passou um traço sobre a palavra **submiça** e, sobre ela, grafou **submissa**.
- Acrescentou um “r” ao verbo **querer**, já que o aluno o utilizou em terceira pessoa: *ela quer*.
- Circulou os termos **ela** e **dela**. Produziu um quadro com uma espécie de nota: *A aproximação desses termos gera uma musicalidade, ou seja, um eco. Além disso, evite as repetições desnecessárias (ela/dela).*
- Acrescentou um “s” para marcar o plural do termo machistas. Puxou uma seta e fez a seguinte observação: *Ver concordância.*

A avaliação da professora ao texto do aluno B manteve o mesmo perfil assumido na correção do texto de A. Destacamos as sinalizações observadas:

- Marcou com um traço a palavra **intendi** e, sobre ela, grafou **entendi**.
- Sublinhou a expressão **di caza** e, sobre ela, grafou **de casa**.
- Sublinhou a forma verbal **quer** e, com uma seta direcionada ao final do texto, registou: *o sujeito do verbo querer é o marido e os filhos, então o verbo tem que ficar no plural, querem. Atente para a concordância!*
- Sublinhou a oração *É louca na cama pra sigurar o maridão* e sugeriu a seguinte grafia: *Na cama, comporta-se como louca porque quer segurar o maridão*. A nova redação foi motivada porque a professora considerou que *faltava clareza*. Sugeriu, ainda, alteração da palavra **sigurar** para **segurar**.
- Sublinhou a palavra **dexa** e propôs a redação **deixa**.
- Marcou o pronome **isto** e sugeriu a troca por **isso**, pois, segundo ela, *quando retomamos informações já apresentadas, o demonstrativo a ser usado é o isso*.

Refletindo sobre a prioridade dada pela professora ao fazer a correção dos textos dos alunos, dialogamos com os PCN:

Quando se toma o texto como unidade de ensino, os aspectos a serem tematizados não se referem somente à dimensão gramatical. Há conteúdos relacionados às dimensões pragmática e semântica da linguagem, que por serem inerentes à própria atividade discursiva, precisam, na escola, ser tratados de maneira articulada e simultânea no desenvolvimento das práticas de produção e recepção de textos. (BRASIL, 1998, p. 78).

A partir dessas considerações, fica entendido que o ensino de língua não tem funcionalidade se desarticulado das práticas de linguagem, haja vista que o texto é constituído por atividades cognitivas e linguístico-discursivas. Assim, constatamos que a professora não priorizou aspectos envolvidos na construção da argumentação dos alunos, as estratégias referenciais que eles selecionaram para construir seus propósitos. Cabe, então, refletir que a correção empreendida volta-se para reflexões de cunho metalinguístico, já que se restringe à análise das formas linguísticas, desvinculadas de suas funções no contexto enunciativo. Entendemos, todavia, que ensinar Língua Portuguesa é desenvolver competência comunicativa em situações de comunicação. Concordamos com Cavalcante (2001, p. 17) que “[...] o texto é uma construção que cada um faz a partir da relação que se estabelece entre enunciador, sentido/referência e coenunciador, num dado contexto sociocultural”.

Acreditamos que as sugestões da professora são válidas, porém, esse tipo de orientação não poderia representar um fim em si mesmo. Atividades de reflexão sobre a linguagem (epilinguísticas) são mais produtivas, haja vista que, os sujeitos aptos a refletir sobre a linguagem, são capazes de compreender uma gramática. (GERALDI, 1998).

Em sua correção, a professora não analisou o trabalho de construção referencial realizado pelos alunos, fato que colaboraria para a construção de sentidos do texto, além do que os alunos se tornariam habilitados a recuperar a referência por meio das pistas sinalizadas em textos diversos.

3.2 Redimensionando o ensino de escrita à luz dos estudos da referenciação

Após a análise das estratégias utilizadas pela professora na correção dos textos dos discentes, apresentaremos algumas reflexões sobre as estratégias referenciais já utilizadas, produtivamente, por esses alunos, as quais transcrevemos em seção anterior; bem como algumas reflexões, centrados nos estudos da Referenciação, a fim de inquietar sobre a importância da construção da referência para a produção da argumentação, a qual vai sendo constituída, por exemplo, por expressões avaliativas que esclarecem determinados posicionamentos, ao passo que colaboram para a manutenção da coerência.

No texto do aluno A, percebemos que utiliza estratégias de referenciação distintas. Destaca-se como estratégia correferencial a retomada do objeto de discurso *mulher* por meio da recategorização, fenômeno anafórico por excelência. Nesse caso, uma anáfora direta. Ao recategorizar o referente como “*submiça*”, o aluno assume uma avaliação, ou seja, impõe uma modificação ao objeto de discurso, a qual representa um

posicionamento discursivo desse enunciador. Recurso semelhante acontece ao se referir à mulher como “*objeto*”. Percebemos, claramente, que, ao recategorizar o referente com essa expressão referencial, continua a construir a avaliação de que a mulher seria uma coisa do homem, sobre a qual tem domínio e a usa segundo a sua vontade. A fim de garantir a continuidade textual, o aluno faz uma remissão ao referente já recategorizado, por meio do pronome de 3ª pessoa *ela/dela*. Esse recurso garante a progressão referencial. Todas essas formas de reconstruir a referência são escolhas que marcam o projeto de sentido do aluno e funcionam, também, como recursos para que o leitor apreenda a orientação argumentativa do texto (KOCK; ELIAS, 2010).

Evidenciamos, ainda, que o aluno A, fiel ao propósito enunciativo assumido, seleciona estratégias para a progressão referencial, o que prova as ligações coesivas que foram estabelecidas. Assim, entende-se que a continuidade estabelecida pela coesão é uma continuidade de sentido, logo, na produção de A, a coesão foi assegurada. Em relação à coerência, o aluno se manteve fiel ao eixo temático, pois as recategorizações e os outros recursos referenciais viabilizaram a progressão temática (CAVALCANTE, 2011). Considerando que o capítulo em estudo tinha como foco discutir coesão e coerência textual, seria conveniente que a professora considerasse as estratégias referenciais que os alunos utilizaram para a construção de seus propósitos discursivos.

No texto do aluno B, o objeto de discurso *mulher* foi transformado ou recategorizado por meio da expressão referencial “*conformada*”. Possivelmente, o aluno reconstrói o referente ativando um modelo de mulher sem perspectivas e subjugada aos afazeres do lar, monta-se, então, um estereótipo de dona de casa. O aluno negocia por meio da interação estabelecida com o texto e, recorrendo ao seu acervo sociocultural, uma versão para o referente apresentado na música analisada. Acreditamos, ainda, que, ativando uma visão machista da sociedade, mantém a recategorização do referente “*louca*”, já construído pelas autoras do texto. Ao dizer que a mulher é *louca na cama para sigurar o marido*, justifica a ideia de que, além de servir aos filhos e aos maridos com atividades as mais diversas possíveis, também se prepara para receber o marido, satisfazendo os desejos sexuais dele. Continuando com a progressão referencial, o aluno utiliza processo de sumarização utilizando o pronome demonstrativo neutro *isto*. Realiza um encapsulamento anafórico, portanto. Esse recurso foi utilizado para resumir todas as posturas que a mulher precisa assumir como uma dona de casa aos moldes machistas. As estratégias referenciais eleitas pelo aluno contribuem para a progressão textual e ao eixo temático assumido.

Com a análise dos textos produzidos pelos alunos, percebemos a fluência que têm com os processos referenciais para a construção do propósito discursivo pretendido. Inquieta-nos, porém, que essas escolhas não foram exploradas pela professora. Explorar o uso de expressões referenciais nas aulas de produção textual é mister a fim de proporcionar a reconstrução da coerência textual, avaliando como os referentes se mantêm e como evoluem no discurso.

4. Considerações finais

Ao escrever fazemos referências às entidades, ao modo como elas se reconstruem no momento em que interagimos. Os sujeitos, ao se referirem às entidades, constroem seus propósitos. Uma das maneiras de se verificar os propósitos ou intenções dos enunciadores de um texto é analisar a função discursiva de elementos referenciais, considerando que as formas como esses são apresentados ou (re) apresentados pressupõem o modo de manifestação do enunciador diante do que está sendo exposto.

O *corpus* analisado neste trabalho mostrou-nos que, na condução da aula de produção de texto, não é dada a devida atenção à (re) construção referencial, aspecto que traz implicações para a atividade de construção de sentidos nas produções textuais. Entendemos, porém, que, ao elaborarmos um texto, guiamos os coenunciadores por processos referenciais, para os objetivos que desejamos alcançar, mas que eles alcançaram a seu modo, conforme suas experiências e sua visão das coisas.

Acreditamos e defendemos, neste artigo, que o professor precisa retomar os textos produzidos pelos alunos a fim de gerar um momento de reflexão sobre as escolhas que eles fizeram, observando a ocorrência de emprego das expressões referenciais, atentando para as estratégias referenciais utilizadas para atender a um propósito comunicativo específico e de que forma foram cognitivamente sendo construídas até chegarem a se expressarem no texto por meio de uma forma linguística.

Reiteramos que esta pesquisa colabora para inquietar os professores de EJA sobre a importância de considerar, no ensino de leitura e produção de texto, as contribuições da referenciação. Apresentamos reflexões sobre como essa área de pesquisa na Linguística do Texto proporciona meios para se chegar, com mais facilidade, à unidade de sentido.

Referências bibliográficas

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Estudo dos processos referenciais como um meio de (re) construir a coerência em atividades de compreensão e produção de textos. **Revista Um mundo de letras: práticas de leitura e escrita**, São Paulo, Boletim 3, p. 63-79, abr. 2007.

_____. Leitura, referenciação e coerência. In: ELIAS, Vanda Maria. (Org.). **Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita, leitura**. São Paulo: Contexto, 2011.

GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação**. Campinas, SP: ALB & Mercado das Letras, 1998.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Ana Cristina. (Orgs.). **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Introdução à Linguística Textual: trajetórias e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

MONDADA, Lorenza. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Ana Cristina. (Orgs.). **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. A questão da construção de sentidos e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

Abstract: *The objects of speech, which comes from text linguistics, are not simply labels that name everything in the world because they are built and adapted by the speech according to the subjects' purpose. This present study is based on an interactive, sociocognitive perspective in which provide a place of interaction and construction of meanings to texts and proposes to investigate the strategies applied by the teachers to teach textual production according to the authors (Koch, 2007; Koch; Cunha-Lima, 2009) focused on the fact the subjects are active that are considered social constructor of the process of giving sense to texts and the reference as a process with (Mondada e Dubois, 2003; Koch, 2005, 2007; Apothéloz e Reicheler-Béguelin, 1995). For this, we analyze one teacher's steps of 4th grade EJA (classroom just for older students) to work with reference construction through discussion of texts, mainly, in the students' written production about these texts. The audio recorded in class, the students' written production and notes compose our material of analysis. The data from analysis in this study has shown us that the teacher does not teach how to improve the students' texts by writing the correct form, so they could see what is not right. She does not give appropriate attention to the improvement of the texts, which it brings implication to reading and comprehension activities.*

Keywords: *Construction of reference; teaching; textual production; textual comprehension; senses.*

Comentário jornalístico virtual: discursos em “diálogo”

Andre Cordeiro dos SANTOS (UFPE)
rdnao@hotmail.com

Resumo: Neste estudo, buscamos esclarecer, à luz da teoria dialógica da linguagem, com base nos estudos do círculo de Bakhtin, aspectos da natureza dialógica e da constituição do gênero comentário virtual escrito em jornais e revistas *on-line*. Partimos do pressuposto de que todo enunciado surge a partir de outros que o precederam e pressupõe sempre uma atitude responsiva ativa a um interlocutor, seja esse real ou não (VOLOCHINOV, 1930). Considerando a diversidade dos estudos sobre o tema, nosso objetivo é compreender o funcionamento discursivo do gênero em suporte digital. Essa escolha se deveu à influência que as Tecnologias da Informação e da Comunicação exercem na sociedade atual e por percebermos que elas têm gerado mudanças que influenciam a composição dos enunciados concretos da língua e, conseqüentemente, dos gêneros discursivos. Analisamos, aqui, questões estruturais e também discursivas no que se refere à constituição do gênero. Para a investigação, selecionamos sete comentários retirados de duas revistas *on-line* com temática semelhante – a greve dos professores das universidades públicas ocorrida em 2012. Os resultados revelaram que o gênero comentário se caracteriza essencialmente como uma prática discursiva dialogizada, que comporta as características de um enunciado concreto, e é fortemente marcado pelo dialogismo interdiscursivo e interlocutivo.

Palavras-chave: gêneros discursivos; tecnologias; dialogismo; comentário virtual; diálogo.

1. Introdução

Sabemos que vivemos em uma sociedade que está em constante processo de mudança em decorrência do surgimento de novas técnicas e de novas tecnologias que condicionam e são condicionadas por fatores políticos, culturais, econômicos entre tantos outros aspectos. A linguagem, por ser mediadora das práticas sociais, também está exposta a fatores diversos e é de se esperar que ela seja algo mutável e que sofra influência direta das novas técnicas/tecnologias ao longo do tempo.

Nesse *hall* de mudanças, os falantes também são afetados e afetam a sociedade, pois eles podem passar a ter novas necessidades comunicativas, abandonar outras, mudar práticas de linguagem já instauradas de acordo com o contexto de produção de cada época.

Nesse processo de mudança das formas linguísticas de interação, podemos ver que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) têm sido um dos seus principais propulsores. Com as TIC, têm surgido novos espaços discursivos que fazem surgir novas práticas sociais e gêneros discursivos: os digitais. Ou seja, os gêneros discursivos usados para determinadas funções, com o passar do tempo, e sob as influências da sociedade e suas tecnologias, passam por mudanças em sua organização e, com isso, oferecem aos falantes, novas possibilidades.

É o caso do gênero comentário que, sob essas influências, foi passando por mudanças e hoje, com o advento das TIC, é um gênero de grande importância na construção de debates públicos sobre diversos assuntos nos ambientes virtuais (ROSA e SANTOS, 2012). Por isso, tomamos esse gênero, o comentário jornalístico virtual, como objeto de estudo, neste trabalho.

A partir da análise de exemplares dessa prática discursiva, buscamos **caracterizá-la, caracterizando, também, sua natureza dialógica**. Junto a isso, buscaremos: caracterizar o *locus* virtual que suporta esta prática; investigar os seus aspectos dialógicos de composição; investigar a presença de diferentes discursos nessa prática; e, investigar em que medida essa prática discursiva vem se oferecendo ao leitor como um espaço que lhe dá “voz e vez”.

Para cumprir os objetivos acima, utilizamos como *corpus* comentários de revistas (Veja e IstoÉ) e de jornal (Folha de São Paulo) virtuais, que falam sobre a greve dos professores das universidades federais em 2012.

2. A natureza dialógica da linguagem e suas formas de materialização

O ser humano é por natureza um ser de linguagem e por meio dela vive em sociedade, comunica-se e constrói suas relações, sendo-lhe possível interagir, relatar, expor, informar, criticar, opinar. Essa necessidade de interagir faz com que surjam “formas” de linguagem como meio de interação entre indivíduos que compartilham um conjunto de fatores e aspectos que os fazem seres capazes de interagir entre si.

Diante disso, a interação humana se caracteriza como sendo de natureza dialógica. Em uma situação de interação, nossas falas estão sempre povoadas por nossas intenções, orientações discursivas e pelos aspectos que constituem o contexto de produção que condicionam nossas enunciações (BAKHTIN, 1997; VOLOCHINOV, 2002). Mas não são apenas esses aspectos que condicionam nossos discursos, mas o fato de que estes estão sempre dirigidos a um interlocutor, a uma ou mais pessoas. Constantemente levamos em consideração o outro em nossas enunciações: suas reações, expressões, respostas. O movimento contrário, do interlocutor para o locutor, também ocorre já que, no processo de interação, o interlocutor nos é responsivo. Isso é o que caracteriza a chamada natureza dialógica da linguagem, ou seja, o outro e os elementos contextuais estão sempre implicados naquilo que se fala e no “como” se fala.

Sendo assim, a interação pressupõe sempre uma atitude responsiva ativa e se dá na relação constitutiva com o outro e com o próprio ser, já que estes sempre estão implicados em qualquer enunciação, mesmo que esse outro não seja um indivíduo real (VOLOCHINOV, 1930, p. 1). Ou seja, todo dizer deve orientar-se “para os ‘já-ditos’, [...] é orientado para a resposta [...] e é intensamente dialogizado”, como afirma Faraco (2006, p. 58) a partir dos estudos do Círculo de Bakhtin.

Dessa forma, o enunciado se pauta, desde o princípio, na possível reação-resposta do outro. Nisso está implícito que o enunciador leva em consideração o contexto em que se encontra, no qual se realiza a interação, e que o próprio interlocutor é constituinte desse contexto, não se podendo, assim, separar o enunciado do seu contexto de produção, pois este é peça-chave para o seu entendimento. Sendo assim, o

enunciado, “ao mesmo tempo em que responde (no sentido de tomar uma posição socioaxiológica), espera uma resposta (espera que outros assumam uma posição socioaxiológica)” (FARACO, 2006, p. 57).

Para os estudos enunciativos dos discursos, o enunciado comporta além da parte linguística a parte ideológica (VOLOCHINOV, 1930, pp. 2-3). Como é a forma da manifestação da interação social, ele também se caracteriza pela sua natureza dialógica: surge a partir da interação discursiva que se torna concreta através dos falantes a fim de interferir em seu meio, ou esferas das quais faz parte, fazendo emergir o dialogismo interlocutivo. No entanto, um enunciado nunca será o primeiro nem será o último a ser criado posto que está em uma cadeia de enunciados que mantêm um elo entre si, evidenciando enunciados que o antecederam e apontando para outros que o sucederão (VOLOSHINOV, 2002). Assim, implícita ou explicitamente, a interação também pressupõe outros discursos, anteriores ou não, caracterizando o dialogismo interdiscursivo¹. Esses são princípios básicos da interação aos quais estão relacionados às manifestações dos gêneros discursivos.

São os enunciados que se caracterizam como as formas pelas quais a língua ganha vida e se concretiza na comunicação real, permitindo a existência dos discursos (aqui visto como produção verbal, enunciação) dos falantes.

3. Alguns apontamentos sobre gêneros discursivos

Estando os textos jornalísticos situados na esfera discursiva jornalística, constituindo uma prática discursiva, tomaremos como aporte os estudos de Bakhtin (1997, pp. 278-327) sobre gêneros do discurso, autor que é tido até hoje como referência sobre o tema pelos seus estudos da linguagem como meio de interação em âmbito social. Para esse autor (1997, pp. 278-327), os gêneros do discurso são “tipos relativamente estáveis de enunciados” que surgem em determinadas esferas sociais e comportam “conteúdo temático, estilo e construção composicional”. Portanto, falar em interação é, impreterivelmente, falar em gêneros, pois essas formas de interação social, dentro dos mais variados contextos, são as bases de todas as formas de interação por meio da linguagem verbal, ou seja, sempre que interagimos, fazemo-lo por meio dos gêneros.

Bakhtin (1997, pp. 278-327) classifica os gêneros discursivos em dois grandes grupos: os gêneros primários e os secundários. Os gêneros primários, segundo o autor, fazem parte da comunicação imediata, que se molda e se realiza no próprio momento de interação; os secundários são gêneros que se servem dos primários para a criação daqueles mais complexos, caracterizando uma comunicação não imediata.

Dessa forma, os gêneros, para o autor, são inesgotáveis porque as atividades humanas são ininterruptas e as trocas verbais e/ou trocas culturais, que estão na base do estudo, são vistas pelo filósofo

¹ Cunha (2011, p.7) alerta para o fato de os termos “dialogismo interlocutivo e dialogismo interdiscursivo” não se encontrarem em Bakhtin, mas em AUTHIER-REVUZ e BRES.

segundo critérios enunciativos. Nesse sentido, Cunha (2000, p. 3) diz que Bakhtin estuda o gênero na perspectiva do enunciado, observando suas fronteiras, acabamento, expressão do locutor, relação com outros enunciados e para a responsividade dos interlocutores. O que a autora traz está no clássico texto *Os gêneros do discurso* em Bakhtin (1997) em que se pode perceber a participação do gênero como aspecto de manifestação da linguagem.

Assim, a dialogização dos discursos exige a compreensão desses conceitos, mas também a investigação de como esse fenômeno se manifesta no caso do jornalismo virtual já que esse espaço discursivo se mostra diverso do impresso em papel embora altere pouco as fronteiras entre os enunciados. A que se observar também nesse espaço digital a (inter)relação entre verbal e não-verbal para a construção dos sentidos visto que a hipermídia pressupõe não apenas o verbal.

4. Comentário e sua organização (para)textual

Pertencendo, o nosso *corpus*, a esfera jornalística virtual, convém fazer uma caracterização ainda que sumária do jornalismo virtual. Segundo Ribeiro (2009, pp. 4-5) na fase atual do jornalismo virtual há algumas características que se configuram como relevantes na constituição do mesmo. São elas: **multimedialidade/convergência**, uso de diferentes mídias; **interatividade**, possibilidade de interação do leitor com a informação; **hipertextualidade**, ligação com outras fontes de informação; **possibilidade de personificação**, seleção dos produtos jornalístico de acordo com as suas preferências; **memória**, capacidade de oferecer acesso a arquivos quase infinito relacionados à informação veiculada; e **instantaneidade**, possibilidade de publicação em tempo real.

Dentre essas possibilidades do jornalismo virtual, está a possibilidade de o leitor interagir com o que lê, a **interatividade**. Essa possibilidade vem constituindo espaços discursivos nos quais, por meio do comentário, o leitor ganha “vez e voz”, ou seja, o leitor deixa de ser um leitor que recebe informação, mas não interage diretamente com ela, e passa a ser um leitor-escritor que interage com a informação.

Todorov (1976, p. 49) defende que “*um novo gênero é sempre a transformação de vários gêneros antigos: por inversão, por deslocamento, por combinação*”. Baseando-se no que defende o autor e levando em consideração o ingresso no mundo virtual, acreditamos o gênero comentário jornalístico virtual, constitui-se, então, pelo deslocamento do gênero no que se refere ao suporte. Em decorrência dessa mudança, o comentário virtual introduziu no gênero modificações textuais e/ou peritextuais que condicionam a leitura. Dessa forma, o lugar do comentário é oferecido ao leitor abaixo da notícia, numa caixa de diálogo na qual pode registrar sua opinião e esse modo de opinar muda a maneira do leitor-escritor se portar diante de sua escrita.

Além disso, o ambiente jornalístico virtual, ao qual o gênero comentário está veiculado, está repleto de paratextos que, mesmo se constituindo como textos “independentes”, não fazendo parte do gênero em

questão, tornam-se constituintes do todo e acabam, de alguma forma, afetando a leitura e interpretação do gênero. Nesse sentido, como afirma Gennete (2009, p. 10),

o paratexto é uma ‘zona indecisa’ entre o dentro e fora, não tendo um limite fixado nem para o interior (próprio texto) nem para o exterior (discursos do mundo que se fazem presentes no texto) [...] é um lugar de ação sobre o público.

Esses paratextos geralmente estão relacionados à divulgação de produtos, ou até mesmo de *links* de outras seções ou notícias do site. Devido a isso, o comentário jornalístico virtual está cercado de outros textos, os paratextos, que acabam por condicionar a leitura, pois, na maioria das vezes, como no caso acima, a função dos paratextos, como dito por Gennete (2009, p. 10), é agir sobre o público, chamar a atenção do leitor, ou seja, os paratextos “disputam” com os comentários a atenção do leitor.

No entorno do comentário, o leitor também se depara com “instruções” (ou com um *link* para elas) dadas pelo *site* antes de enviar sua opinião. Essa é uma forma de regar a escrita pública a fim de evitar desconfortos.

Com isso, percebemos que o gênero comentário é um gênero que se oferece ao público para promoção de debates, porém este debate deve se dar obedecendo-se a determinadas regras. É importante ressaltar que cada empresa de comunicação fornece suas próprias regras, no entanto, elas, geralmente, são similares.

Mesmo impondo regras aos leitores, como forma de regular a escrita nesse ambiente virtual, em alguns casos, a empresa de comunicação mostra junto ao comentário do seu leitor, nota na qual se isenta de qualquer responsabilidade com a opinião expressa.

Em termos de recepção, todo texto é afetado, ao longo da história de sua leitura, pelos diferentes graus de interpretação aplicados a ele. Nesse sentido, o comentário virtual, vem se mostrando um espaço ampliado em relação à carta do leitor por comportar, obviamente, comentários de muitos leitores ao mesmo tempo além de ser possível a réplica de outro leitor. É bem verdade que a interação entre o escritor e leitor de textos não é uma novidade do virtual, pois há vários gêneros impressos que cumprem esse papel tais como a carta do leitor, artigo de opinião entre outros.

O que o comentário virtual propicia de novo é a possibilidade de fácil interação entre leitor-autor, pois o leitor pode dar sua opinião sobre o que leu e postá-la na *Web* de forma fácil. Como “todo e qualquer” leitor tem a possibilidade de deixar sua opinião a respeito do que leu, é comum a presença de discursos diversos entre os comentários a que, por exemplo, uma notícia virtual está exposta. A partir disso, torna-se interessante observar e analisar como os comentários, apesar de estarem atravessados por diferentes discursos, mantêm relações de dependência com o texto principal, e como o gênero comentário propicia o “diálogo” entre os diferentes discursos, ou seja, como o outro (ou seu discurso) sempre é levado em conta na composição de todo e qualquer discurso, como diz Volochinov (1930, pp. 2-3). Passemos a análise.

5. O comentário virtual: a natureza discursiva do gênero

Aqui iremos analisar comentários jornalísticos virtuais retirados das Revistas *Veja* e *IstoÉ* a fim de apontar as propriedades discursivas do gênero. Para tanto, iremos mostrar textos jornalísticos com seus comentários das revistas anteriormente citadas e faremos uma análise das posições ideológicas assumidas pelos usuários da comunidade de leitores. Aqui verificaremos: **a.** de quem parte e a quem se dirige o enunciado; **b.** as fronteiras, o acabamento do enunciado; **c.** quais relações discursivas o enunciado mantém com outros enunciados; **d.** qual o contexto da enunciação.

Figura 1. Texto-base para comentários na revista *Veja on-line*

Ensino superior

Sindicato diz que greve dos professores das federais continua

Paralisação completa 110 dias. Em pelo menos oito instituições, aulas foram retomadas



Professores em greve na UFRJ (Agência Brasil)

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) informou nesta segunda-feira que a greve dos professores das universidades federais continua, apesar de algumas unidades já terem anunciado a volta ao trabalho. A decisão foi tomada em assembleia realizada neste fim de semana.

Tema em foco: Crise nas universidades federais

Nesta segunda-feira, a paralisação completa 110 dias e contabiliza 48 universidades federais total ou parcialmente paradas. Em oito delas, contudo, o retorno às aulas foi anunciado:

Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcspa).

Os ministérios do Planejamento e da Educação já disseram em diversas ocasiões que as negociações com a categoria estão encerradas desde o dia 3 de agosto, quando foi assinado um acordo com o Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes). O Andes e o Sinasefe, contudo, alegam que o Proifes representa a minoria dos docentes – o que invalidaria o acordo. De acordo com o Andes, a decisão do governo federal foi "arbitrária".

No fim do mês passado, o sindicato protocolou uma contraproposta em **que abre mão do aumento salarial** e dá preferência à reestruturação da carreira. Na ocasião, o MEC disse que o documento não seria analisado.

A notícia alvo dos comentários dos leitores (**Sindicato diz que greve dos professores das federais continua**), como gênero, traz consigo algumas especificidades. Sua função é informar e para isso, como na notícia acima, ela deve responder às seguintes perguntas “quem?” (o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior [Andes]), “o quê?” (“informou [...] que a greve continua”), “quando?”

(“nesta segunda feira” expressão que apesar de não determinar um tempo específico, denota tempo), “onde?” (quando a notícia traz “a greve dos professores federais continua”, conclui-se que o “onde?” são nas universidades federais do Brasil) e “por quê?” (por que os professores federais querem reestruturação da carreira).

A notícia aparentemente se mostra neutra² em relação ao tema, não tomando partido nem dos professores nem do governo. Porém, ao atentar-se às questões textuais, percebe-se que há alguns rastros que orientam em direção à posição “assumida” e “defendida” pela revista/jornalista. Isso pode ser visto já no subtítulo “*crise nas universidades federais*” (na quinta linha pós-imagem), pois a palavra “crise” denota que as universidades estão passando por problemas que as põem em situação difícil; ao dizer que “os ministérios do planejamento e da educação já disseram em várias ocasiões que as negociações com a categoria estão encerradas”, que o “sindicato protocolou uma contra proposta em que abre mão do aumento salarial e dá preferência à reestruturação da carreira” e que o “MEC disse que o documento não seria analisado”, o texto demonstra certa intransigência por parte do governo em relação à busca de uma solução, um acordo, para o impasse que se tinha com os servidores federais (docentes das universidades federais). Passemos aos comentários desta notícia.

Comentário – Usuário 1

“Democratico. Mas, eles nem precisam entrarem em greve pois acham que a educação brasileira eh referencia. busque nos sites de busca por revalidação de diploma ilegal e fique por dentro dos absurdos dos acadêmicos e das historias dos exilados acadêmico brasileiros.”

O comentário do **usuário 1** se mostra responsivo à notícia, mas também ao discurso da crítica à greve. O leitor inicia seu comentário com um aparente gesto de concordância com o discurso a favor professores das universidades federais. Ao enunciar “*Democratico*”, o **usuário 1** se refere ao discurso do texto-base e dá a entender que acha que estes estão em uma luta democrática, justa. Mas na continuidade da leitura do comentário percebemos a ironia, pois ao dizer “*Mas, eles nem precisam entrarem em greve pois acham que a educação brasileira eh referencia*” ironiza o fato de que se os professores consideram a educação brasileira referência é porque são responsáveis por essa educação. Então as condições de trabalho que os mesmos enfrentam não é tão ruim assim. No seu comentário, o **usuário 1** ainda fala de supostos “*absurdos*” referentes à revalidação de diplomas e histórias de exilados acadêmicos brasileiros, utilizando para iniciar essa parte do texto a forma verbal imperativa “*busque... e fique por dentro*”, referindo-se ao público. Nesse ponto percebemos que o autor leva em consideração o leitor do seu comentário na composição do texto, caracterizando o dialogismo interlocutivo. Seu objetivo é, na verdade, denunciar que as federais não revalidam diplomas de cursos feitos no exterior. Para esse leitor/comentarista, as federais brasileiras se consideram melhores que as estrangeiras e não conferem

² Outra característica da notícia é busca da neutralidade, embora saibamos que não exista um texto totalmente neutro.

grau de mestres e doutores aos que entram no país e não têm seus diplomas reconhecidos, tornando-se “exilados acadêmicos” no Brasil.

Comentário– Usuário 2

“O impasse vai continuar, nessas e em outras categorias mais organizadas, por essa razão que não sendo devidamente tratada na mídia: os objetos abusos salariais nas duas casas do Legislativo. É uma situação de injustiça e ultraje que se pode suportar um tempo, mas não todo o tempo. À medida que se aprofunda a democracia e seu pressuposto de igualdade perante a Lei, ninguém aguenta mais esses acintes”

No comentário 2, o **usuário 2** demonstra um discurso anti “governo” (ou corrupção, abusos etc.) e em favor da democracia. No seu comentário, o autor diz que “o impasse vai continuar”, pois os funcionários, não só os professores como também outras categorias, não suportam mais os abusos “nas duas casas do poder legislativo”, ou seja, na Câmara dos Deputados e no Senado. Aqui o comentarista retoma discursos anteriores e postos sobre os altos salários dos deputados e senadores enquanto outras categorias ganham pouco. Segundo o autor do texto, essa situação de injustiça não pode ser duradoura quando se quer a consolidação da democracia. O **usuário 2** critica a “mídia” por não dar a devida atenção assuntos como esses porque a sociedade não debate o tema dos “abusos salariais nas duas casas do legislativo”. Ele demonstra, através de seu discurso, reprovação a determinadas atitudes corruptas do “governo”. O comentário inicia remetendo ao tema “impasse”, a não discussão do tema pela mídia e a impossibilidade de suportar a desigualdade salarial dentro do país.

Comentário – Usuário 3

“Nessa brincadeira, vamos ter o semestre perdido! Dia 17 vai fazer 4 MESES que estamos sem aula! UM ABSURDO! Tanto por parte do governo quanto por parte dos professores, pois isso já está virando palhaçada”

O comentário do **usuário 3** demonstra uma posição discursiva assumida, a de estudante. Nele fica claro o descontentamento com a situação: professores paralisados e a intransigência do governo, isso pode ser percebido na primeira sentença de seu texto “Nessa brincadeira, vamos ter o semestre perdido!”. Nele também percebemos o uso de um recurso comum na linguagem da *internet*, uso de letras maiúsculas³ para dar ênfase (ou expressar grito) a determinada “fala”. No caso, o **usuário 3** utiliza-se desse recurso em “4 MESES” e “UM ABSURDO!”, focando o tempo de duração da greve, quase 4 meses no momento do seu comentário e a avaliação que ele faz da situação de impasse entre professores e governo. Ele reforça sua posição de desagrado à situação dizendo que a situação “já está virando uma palhaçada”.

Comentário – Usuário 4

“Que me desculpem meus amigos que são das Ifes, o assunto é polêmico e poderá causar mais polêmica, mas vou encarar porque é um apelo de uma mãe de universitário de curso de horário integral que não permite que ele tenha outra atividade senão estudar. A greve dos professores da universidades não vai acabar? Meu filho e os universitários que conheço, e que

³ Recurso usado para dar foco a algum elemento textual. Também pode ser usado para representar que a pessoa está irritada, gritando.

não possuem estágio nem estão integrados em um grupo de pesquisa, estão nervosos demais o que contamina até a família. Mais de 110 dias, sem previsão de acordo, é muito tempo para o intelecto, não acham? Não seria melhor reconsiderar e pensar nos estudantes? A luta é pra lá de legítima (acordo não cumprido, classe não beneficiada e tantas outras), mas na “briga” atual sinto que quem está perdendo é o aluno. Sabemos, conhecemos e sentimos na pele as dificuldades nas áreas da saúde, educação, infraestrutura, enfim. Perdoem se estiver errada, mas percebo que está formando um cabo de guerra em um ano eleitoral. Juro que não sei o que mais podemos fazer, certamente os mestres e doutores enquanto formadores de opinião e líderes preparadíssimos possam encontrar alternativas. Talvez, ao invés de buscarmos aumentos e benefícios salariais, pudéssemos fazer uma greve ou um movimento nacional para estabelecer um teto máximo para os salários dos cargos de confiança e para os eleitos (os políticos)? Por favor, repensem. É um desabafo e apelo de uma mãe!”

No comentário do **usuário 4**, percebemos o cruzamento de diferentes discursos. A autora do texto diz que sabe que a “luta é pra lá de legítima”, e com isso reconhece que a greve dos “professores das IFES” é uma luta justa. Mas enquanto mãe apela aos professores para repensarem o movimento já que está vendo o filho e outros estudantes ficarem “nervosos”, o que, segundo ela, afeta até a família. Nesse entrecruzar de discursos percebemos que o discurso da mãe se sobressai. Embora reconheça o valor dos professores como “formadores de opinião”, “preparadíssimos”, reconheça a luta justa da classe, o projeto de ser apelo é cumprido ao longo do comentário. A esse discurso associa a crítica aos altos salários dos políticos como forma de atingir o governo e reconhecer que greve legítima também seria fazer um movimento maior em favor de outras reivindicações. O enunciado tem interlocutor certo: os professores visto que, como “desabafo e apelo de mãe”, eles poderiam solucionar o problema de seu filho acabando com a greve. Esses interlocutores, aliás, participam de seu círculo de amizade porque ela enuncia: “amigos que são professores da ifes”. O projeto do enunciado, que é ser um apelo, constata que o aluno, porque estuda numa universidade federal não pode trabalhar, logo, fica ocioso e atrofia o intelecto. O enunciado é finalizado com uma frase de efeito: *Por favor, repensem. É um desabafo e apelo de mãe!* E o que se vê é que o comentário, também, é lugar de denúncia, de apelo e cumpre outro papel além de comentar.

Figura 2. Reportagem da revista IstoÉon-line

ISTOÉ
independente

Q **BUSCAR**

ASSUNTOS ▾ **CAPA NOTÍCIAS COLUNAS BLOGS MULTI**

CAPA > **ISTOÉ BRASIL**

BRASIL | N° Edição: 2232 | 17.Ago.12 - 21:00 | Atualizado em 05.Mar.13 - 12:39

O custo da greve

Paralisação de professores de 57 universidades dura três meses e perda aos cofres públicos já soma R\$ 3,7 milhões

Adriana Nicácio

IRREDUTÍVEIS
Professores reivindicam 30% a mais do que foi oferecido pelo governo

PROFESSORES FEDERAIS EM GREVE

Entre as várias categorias de servidores públicos em greve, no primeiro teste da relação da presidenta Dilma Rousseff com os movimentos sindicais, uma chama a atenção pela dificuldade de o governo chegar a um acordo. A paralisação de professores de 57 universidades e três institutos federais completou três meses na sexta-feira 17, rachou o movimento, obrigou o governo a apresentar duas propostas diferentes, mas avançou mais uma semana sem um sinal claro de volta às aulas. Embora os prejuízos econômicos neste caso não sejam tão facilmente computados, como o que ocorre com o bloqueio de

O texto-base para os comentários da revista IstoÉ *on-line* é uma reportagem que tem como objetivo trazer fatos sobre “o custo da greve” ao leitor de maneira abrangente. Em síntese, na reportagem, são expostos os gastos com o evento; fala-se da quantidade de dias que a greve dura e trata do impasse

entre professores e governo que poderia ter sido evitado, pois os professores foram a primeira categoria em greve a receber proposta de reajuste e que, devido à divisão entre os sindicatos, o governo lançou uma segunda proposta, não aceita pela maioria dos professores que queriam um aumento maior. Aponta-se o que a proposta feita aos professores representaria para os cofres públicos; além disso, na reportagem, fala-se dos prejuízos para alunos, para pesquisas, para a sociedade e para as próprias universidades brasileiras que perdem posições entre as melhores universidades em escalas internacionais. A reportagem é finalizada com a exposição de uma imagem em cores fortes, na qual se expõe os números da greve: prejuízos, datas de reposição, quantidade de professores em greve e alunos sem aulas entre outros números sempre nas cores preto e vermelho retomando os discursos de esquerda.

Por ser feita em cima de números, gastos, custos, prejuízos [...], a reportagem caracteriza um discurso contra a greve dos professores federais, pois em momento algum na reportagem há menção dos motivos, além do aumento salarial, que levaram os professores à greve. Passemos à análise dos comentários.

Os comentários da revista IstoÉ trazem como elementos peritextuais a data de publicação, hora de publicação e *link* para denunciar o comentário caso algum leitor o reconheça como fora dos padrões permitidos para o lugar.

Os comentários 5 e 6 abaixo serão considerados de modo englobado porque há responsabilidade do 6 em relação ao 5.

Comentário –Usuário 5

“É necessário que os professore independente do pensamento radical dos sindicatos, tenham compromisso e respeito com os seus alunos. Toda a sociedade apóia a greve, mais tudo tem limites e esta já esta no topo máximo, sacrificar impiedosamente milhões de jovens é um ato desrespeitoso com o ser humano”

Como podemos perceber, o **usuário 5** inicia seu texto se referindo a um discurso anterior, o da notícia, em *“é necessário que os professores independente do pensamento radical dos sindicados tenham compromissos com os alunos”*. Dessa forma, no comentário supracitado, percebemos marcas de direcionamento a outrem, caracterizando o dialogismo interlocutivo. Esse discurso encontra lugar nos discursos midiáticos de que os sindicatos sempre foram radicais e seria esse *“pensamento radical”* que teria segurado os professores no movimento de greve, segundo a autora do comentário. Se de um lado *“toda a sociedade apóia a greve”*, para ela o movimento já passou dos limites e se constitui num *“ato desrespeitoso”*, pois sacrifica *“milhões de jovens”*.

Comentário – Usuário 6

“Elisângela, eu terminei meu semestre e aguardo o retorno, mas é preciso ver como o governo tem sido intransigente! Há mais de 1 ano enrola e não faz nada de concreto no sentido de reestruturar a carreira. Não tem dinheiro para o magistério federal, mas pode perdoar 17 bi de dívida das particulares?”

É interessante observar o funcionamento discursivo deste comentário. Aqui, o **usuário 6** é responsivo ao **usuário 5**, pois inicia seu comentário se dirigindo a “*Elisângela*”, autora do texto anterior, caracterizando o dialogismo interlocutivo. Em seu texto, o **usuário 6** assume que cumpridora de suas atribuições ao enunciar “... eu terminei meu semestre” e, ao contrário do que o **usuário 5** disse, foi responsável, pois terminou as atividades antes de entrar na greve, e com isso demonstra fazer parte do grupo de professores federais em greve, ressaltando que é preciso ver que o governo “*tem sido intransigente*”, pois este não tem dado a devida atenção à questão da reestruturação da carreira. Por fim, o **usuário 6** questiona o fato de que se o governo não tem dinheiro para dar aumento aos professores por que perdoou a dívida de bilhões, deixando espaço para respostas futuras. A autora do comentário traz uma informação decerto desconhecida dos leitores e de sua interlocutora. Com isso, aposta na incoerência política de perdoar a dívida de universidades particulares e não investir nas universidades públicas.

O comentário a seguir traz temáticas mais abrangentes, apontando as iniciativas do governo de interiorizar a educação como algo utópico.

Comentário – Usuário 7

“Se até hoje não foi possível garantir qualidade na universalização da saúde(SUS) é uma utopia tentar abrir novas Uni/Inst.Federais em qualquer cidade, enquanto deixam sucatear as antigas, pagando baixos salários à maior parte dos professores/funcionários. A politicagem está levando esta nação ao caos”

O **usuário 7** inicia o texto com uma crítica ao governo, pois diz ser “*utopia*”, se “*não foi possível garantir qualidade na universalização da saúde(SUS)*” querer abrir novas universidades sem dar a necessária atenção às antigas e ainda pagando “*baixos salários aos professores/funcionários*”. Sendo assim, demonstra uma posição de responsividade em relação a discursos anteriores e aos discursos expressos na reportagem. O **usuário 7** finaliza seu comentário dizendo que “*a politicagem está levando esta nação ao caos*” e com isso fica, subentendido que a expansão universitária tem sido um gesto de “*politicagem*” que tem gerado problemas, tais como a greve, e com isso a situação de “*caos*” do momento, retomando com isso o texto base. Novamente a frase de efeito marca a conclusão do enunciado no comentário.

A partir da análise dos comentários podemos perceber que todos demonstram a defesa de ponto de vista e com isso se percebe que o gênero comentário traz consigo marcas de seu enunciatador (CUNHA, 2000, p.3). Os comentários têm começo, meio e fim: iniciam com uma retomada de discursos (direta ou indiretamente) para introduzir seu ponto de vista depois. Trazem argumentos que fundamentam esse ponto de vista e finalizam com uma proposição conclusiva ou uma frase de efeito.

O comentário se caracteriza como estando posto em uma cadeia de discursos, caracterizando-se como um elo entre discursos anteriores e possíveis discursos-respostas. No entanto, apesar dessa relação com outros discursos, apresenta fronteiras que o caracterizam como enunciado. Por estar posto como um elo entre discursos e, conseqüentemente, interlocutores, é um gênero que se caracteriza essencialmente pela sua natureza dialógica, principalmente pelo dialogismo interdiscursivo (CUNHA, 2000, p.3).

Outro ponto observado é a coexistência de vários discursos no mesmo ambiente virtual que vem se caracterizado como uma forma de dar “vez e voz” ao usuário, pois este não é mais apenas um leitor que não interage diretamente com a informação. Através do espaço para comentário no jornal virtual, o leitor pode deixar sua opinião de forma rápida e acessível a partir dos avanços das TIC que fizeram surgir as redes e colocando o suporte como ambiente que traz implicações sobre a leitura e escrita (MARCUSCHI, 2003).

5. Considerações finais

As TIC estão cada vez mais presentes no dia a dia das pessoas e isso tem gerado mudanças em toda a sociedade, dita da informação. No que se refere à linguagem, como visto neste texto, elas têm feito surgir novos espaços discursivos e, conseqüentemente, novas práticas sociais das quais emergem os gêneros digitais, como é o caso do comentário virtual.

Sabendo que os gêneros discursivos, por serem enunciados relativamente estáveis (BAKHTIN, 1997), comportam uma parte textual e outra discursiva, nesse trabalho analisamos essas duas partes do gênero, e junto a elas analisamos, também, a parte paratextual do gênero, pois esta é relevante para a compreensão do gênero comentário virtual, por se caracterizar como uma zona indecisa entre o dentro e o fora do gênero e de ação sobre o público/usuário (GENNETE, 2009, p.10).

A partir das análises, percebemos que as TIC proporcionaram ao gênero comentário nova forma de interação e criaram um espaço onde os leitores podem interagir entre si e com o texto lido. Notamos com isso que esse espaço se torna democrático no sentido de que nele se encontram diferentes vozes e discursos – embora ainda regrados.

Tornou-se bem visível também que a interdiscursividade, fenômeno linguístico base da constituição do gênero comentário, marca o gênero em questão modificando as formas de leitura e permitindo réplicas. O leitor tem, então, contato com o texto (e o discurso veiculado) e a partir disso, constitui seu “próprio” texto (e discurso) concordando ou desaprovando o texto lido.

Além disso, outro fenômeno linguístico que ficou evidente a partir das análises foi a interlocutividade. No comentário jornalístico virtual percebemos que os usuários interagem entre si, construindo diálogos marcados pela troca de turnos que caracterizam as réplicas e evidenciam que os enunciados estão postos em uma cadeia de relação com enunciados (e com indivíduos) que o precederam e com outros que o sucederão.

Servindo-nos das concepções do círculo de Bakhtin, especificamente dos estudos de Bakhtin e Volochinov, no que se refere à linguagem, enunciado e gênero, tornou-se possível olhar para o gênero comentário enquanto prática discursiva caracterizada pela sua natureza dialógica de composição, pois os estudos desses filósofos da linguagem serviram ao intuito inicial de análise da prática discursiva.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira.

CUNHA, Dóris A.C. **A noção de gênero**: algumas evidências e dificuldades. Revista do Gelne, vol. 2, n. 2, João Pessoa, 2000, p. 1-4. Disponível em <http://www.gelne.org.br/RevistaGelne/arquivos/artigos/art_314fe21c4a9d0298ff354aa211c52024_145.pdf>

FARACO, C.A. **Linguagem e diálogo – as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar, 2006.

GENETTE, Gérard. **Paratextos Editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **A questão dos suportes dos gêneros textuais**; DLCV-V1, n.1, João Pessoa out-2003.

RIBEIRO, A. E. et al. **Folheando de mentira**: leitura de jornais impressos na Web. [s. l.] Contemporanea, vol. 7, nº 1. Jun. 2009.

ROSA, A. G. C.; SANTOS, A. C. **A natureza dialógica do gênero comentário virtual: gritos emergentes** (958 a 968). In: Revista de Linha mestra, ISSN: 1980-9026, Ano VI. No. 21 (ago.dez.2012).

TODOROV, T. **Os gêneros do discurso**. Lisboa: Edições 70, 1978.

_____. (1930) **A Estrutura do enunciado**. Tradução de Ana Vaz, para uso didático, com base na tradução francesa de Todorov, T. (*La structure de l'énoncé*), publicada em **Mikhaïl Bakhtine- le principe dialogique, suivi de Ecrits du cercle de Bakhtine**. Paris, Seuil, (1981).

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, Hucitec (10ª. ed.), [1979], 2002.

Abstract: *In this paper, we seek to clarify, in the light of dialogic theory of language, based on studies of the Circle of Bakhtin, dialogic aspects of the dialogic nature and the constitution of genre virtual commentary written in newspapers and online magazines. We assume that every utterance comes from others before and always presupposes an active responsive attitude to the interlocutor, real or not (Voloshinov, 1930). Considering the diversity of studies on the topic, our aim is to understand the discursive operation of genre in digital form. This choice was due to the influence that the information and communication technologies play in today's society and because we realize that they have generated changes that influence the composition of concrete utterances of the language and thus the speech genres. We have analyzed here, structural and discursive points that regard to the constitution of the genre. For research, we have selected seven commentary taken from two online magazines with similar theme - the strike of teachers in public universities occurred in 2012. Results showed that the genre commentary is essentially characterized as a dialogic discursive practice, that includes the characteristics of a concrete utterance, and it is strongly marked by interdiscursive and interlocutory dialogism.*

Keywords: *speech genres; technologies; dialogism; virtual commentary; dialogue.*

O discurso antilógico, o filosófico, e o jogo verbal da conveniência¹

André Luiz Braga da SILVA (PPGFIL-USP)
andrebragart@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem por objetivo elucidar a prática discursiva denominada “Técnica da Contradição” ou “Antilógica”. Esta atividade era muito comum na antiguidade grega clássica, e, no caldeirão cultural da época, foi muitas vezes confundida com a prática da filosofia. Para entender então em que consistiria esta técnica, e quais as semelhanças e diferenças existentes entre discurso antilógico e discurso filosófico, serão feitas análises e interpretações das várias referências presentes na obra do filósofo grego Platão. No quadro que este autor traça da Antilógica – em diálogos como *Parmênides*, *Fedro*, *República*, *Teeteto* e *Sofista* – sobressairá toda uma interessante atmosfera de combate argumentativo, violência na discussão e imaturidade por parte daqueles que a exercem. Tais características serão contrapostas, pelo filósofo grego, à prática discursiva da filosofia. Por fim, chamaremos atenção, ainda, para outros aspectos dessa Técnica da Contradição – aspectos esses que parecem estar plenamente vivos na sociedade até os dias atuais.

Palavras-chave: Platão; antilógica; erística; filosofia; sofística.

1. Introdução

Na defesa de uma posição num debate intelectual, de um discurso ideológico, ou mesmo de uma causa política, causam-nos espécie os casos em que o defensor altera a sua posição, passando a não defender mais o que antes defendia. Dentre esses casos, os mais notáveis são, sem dúvida, os mais extremos: aqueles em que se passa a defender a tese ou causa oposta. E é notável o fato de que não apenas julgemos dignos de atenção esses casos; na verdade, costumamos considerá-los reprováveis. Dignos de censura. Não estou, obviamente, me referindo às situações em que o defensor, por reflexão, chegou à conclusão de que a tese ou posição que defendia era falha ou indefensável. Refiro-me aos casos em que a mudança é pautada por mera conveniência, pelo interesse do momento, pelo oportunismo. E a história enche nossos livros de casos assim. Vejamos alguns poucos exemplos; um bem antigo, e os demais mais recentes.

Quando, no século V a.C., o mundo grego antigo foi a todo custo golpeado pela política expansionista do império Persa, dando ocasião a algumas das mais históricas batalhas navais da época, a manutenção de sua independência deveu-se, em larga medida, à atuação de seu mais talentoso político e general, Temístocles. Mas, se a lealdade desse político grego com sua pátria e com a liberdade que ela proclamava parecia tão inquestionável, qual não deve ter sido a surpresa dos gregos quando tomaram conhecimento dos fatos que se seguiriam: Temístocles, sendo injustamente acusado de um crime, fugiria por inúmeras e inúmeras terras, até que, errante, acabaria por buscar abrigo na própria terra inimiga, a Pérsia. Conta-se que, quando o político ateniense chegou ao país estrangeiro, o mesmo contra o qual tantas vezes lutara, ele fez amizades com habitantes locais, e pediu ao grão-vizir uma audiência com o Rei. O Vizir, que não

¹ Revisado por Yasmin Tamara Jucksch.

conhecia sua identidade, e que era leal servidor do soberano persa, quis saber por que um estrangeiro, que não prestava obediência nem reconhecia a magnificência da realeza local, queria uma audiência. Temístocles então, explicitando suas intenções – agora tão diferentes de outrora –, teria respondido: “Mas eu venho [...] justamente para aumentar a fama e o poder do Rei, e eu vou não apenas observar os seus costumes [...], mas vou induzir mais homens a fazer exatamente isso: prestar obediência a ele.” E, conseguindo a audiência e angariando, através dela, a confiança do soberano, o ex-político inimigo teria se tornado um importante servo do outro estado, contribuindo inclusive na expansão e manutenção do império Persa².

Em termos bem menos grandiosos e épicos, a política dos nossos tempos atuais também apresenta exemplos similares de mudanças de posições. Às vezes, o cenário é apenas a discussão em torno a decisões de alguns impostos e finanças governamentais. Nessas discussões, inclusive, a mudança de posição defendida pode ocorrer em bem menos tempo do que no caso daquele político grego. Veja-se o caso de uma discussão desse tipo, na corte britânica do século XX, quando, comentando-a, o 27o. Conde de Crawford, David Lindsay, escreveu:

[...] Meus colegas não ousam ir tão longe o quanto eu desejaria em reconhecer o direito do Tesouro em participar dos rendimentos: embora eu esteja esperançoso para haver um relatório unânime, Lord Blanesburgh é difícil: ele sempre muda a sua opinião, e repudia à noite o que aceitou à tarde. (VINCENT, 1984, p. 505)

Em outros casos, a mudança de posição em relação à tese defendida pode não vir assim tão rapidamente; pode ser necessário, até, o intervalo de alguns anos. Ainda que com uma redação um tanto quanto corrida, a notícia publicada em 11 de Junho de 2012 no *blog* “Poder e Café” vale a pena ser citada:

MINC MUDA DISCURSO, QUANDO LHE INTERESSA

A preocupação do Secretário [...] do Ambiente do Estado, Carlos Minc, em relação à preservação ambiental de Maricá, município hoje governado pelo Prefeito Quaqué, que é de seu partido [...], já foi outra. Em 2006, por exemplo, ele [...] foi autor de uma Indicação Legislativa que previa, entre outras coisas, a preservação ambiental do local e a regularização fundiária; ou seja, muito diferente do que ele estimula hoje em termos de investimentos no local, principalmente em relação à construção do Terminal Ponta Negra – TPN. Segundo uma leitora deste blog, de Maricá, não houve nem tem havido qualquer cuidado em relação a APA [sc. Associação de Proteção Ambiental] de Maricá. Segundo a PETROBRAS e a TRANSPETRO, o projeto de ampliação do Terminal em Angra [outro município] é o melhor investimento da empresa para atendimento das operações do Pré-Sal, sob todos os aspectos técnicos e econômicos avaliados, mas o Governo do Estado tem um entendimento diferente – sob a regência da Secretaria de Ambiente. [...] Amanhã (12), haverá uma reunião com o Ministério das Minas e Energia, dentro da série de movimentações que vêm sendo feitas pelas autoridades de Angra e outros parceiros que vão aderindo à causa. [...] o que estou mostrando é que, assim como no caso [da Usina Nuclear] Angra 3, o sr. Carlos Minc sempre muda de opinião quando os ventos de seus interesses lhe sopram favoráveis, sabe-se lá à custa de quê. Pergunto: isso é política de Estado? [sic.] (PODER E CAFÉ. 11 de Jun. 2012)

² Cf. PLUTARCO, *Temístocles* 27, 1-28, 4.

Essa notícia apresenta-nos um outro exemplo de mudança de posição em relação à tese defendida, por motivos aparentemente exteriores à própria tese: em relação às construções em determinada área de proteção ambiental, o autor da matéria acusa o político de ter alterado por completo sua posição, sugerindo inclusive razões de interesse próprio para tanto. Por fim, o último caso a ser mencionado, recentíssimo, diz respeito às eleições presidenciais que ainda estão em curso em nosso país. Trata-se do caso da assunção, na discussão sobre os direitos dos homossexuais, de uma posição sobre o tema no Programa de Governo de uma das candidatas à Presidência da República, posição essa que foi alterada no dia seguinte devido à inconveniência gerada pela polêmica posição que havia sido por ela anteriormente assumida. Vejamos como o incidente foi divulgado em 30 de Agosto de 2014 no sítio eletrônico do grupo Estadão:

COMITÊ DA CANDIDATA [...] À PRESIDÊNCIA AFIRMA TER HAVIDO 'FALHA [...] NA EDITORAÇÃO' DO PROGRAMA LANÇADO E DIVULGA 'ERRATA'

Decorridas menos de 24 horas do lançamento oficial de seu programa de governo, a candidata [...] à Presidência, Marina Silva, emitiu nota oficial para retificar o que havia prometido em relação à defesa dos direitos da população homossexual. Alegando “falha processual na editoração do texto” divulgado, ela recuou em relação aos pontos mais polêmicos e rejeitados pelos pastores de denominações evangélicas, onde se abriga parte considerável de seu eleitorado. Ontem, após a divulgação do programa, ao mesmo tempo em que as redes sociais registravam manifestações de apoio da comunidade LGBT, pastores e políticos da bancada evangélica disparavam críticas, insinuando que Marina perderia o apoio do eleitorado de suas igrejas. [...] (ESTADÃO. 30 ago. 2014)

A prática de defender ora um discurso, ora outro – inclusive discursos incompatíveis e opostos entre si -, ainda que frequente e muitas vezes realizada com competência por nossos representantes políticos e advogados, não parece constituir hoje em dia uma atitude metodologicamente organizada. É-lhes uma atitude útil, no calor dos debates eleitorais e em tribunais, mudar de tese conforme a conveniência; e, assim, “bailando conforme a música”, eles visam sempre angariar a vitória sobre o adversário na discussão. Mas esta não lhes parece ser uma atividade organizada, enquanto método ou prática discursiva. Isso, porém, nem sempre foi assim. Na cidade de Atenas clássica, os eloquentes debates intelectuais dos séculos V e IV a.C., rendendo plateia, fama, poder político e riqueza (como hoje?), deram ensejo a que uma prática discursiva desta mesma ordem se tornasse muito bem organizada – seja do ponto de vista de seus métodos, de seus nichos de atuação, e de seus grupos de ensino. E é sobre tal atividade que o presente artigo será voltado. Concentrando-se no exposto sobre o tema pelo filósofo grego Platão, o presente trabalho buscará elucidar os principais aspectos dessa modalidade discursiva que fora tão comum em sua época: a “Técnica da Contradição” ou “Antilógica”.

O esclarecimento de seu modo de ser, pela análise dos textos, revelará que esta prática não podia ser considerada de modo algum de pouca importância naquele tempo. E, por outro lado, fazendo um paralelo com certos discursos atuais, exemplificados em parte pelas notícias acima citadas, será fácil perceber que a essência dessa prática não pode ser considerada também ausente em nossos dias atuais.

Quanto à importância dela na antiguidade, ele é em parte devida ao fato de que duas das mais famosas e importantes práticas discursivas da Grécia antiga, a Sofística e a Erística, poderem ser entendidas precisamente como subtipos dessa Técnica da Contradição³. Outra razão para esta importância é o fato de que esta atividade caminhava lado a lado com uma outra prática discursiva contemporânea dela, fato que muitas vezes deu ocasião a alguma confusão entre ambas. Esta outra atividade era a própria Filosofia, nos termos em que era ensinada por Platão e praticada pelo seu grupo de discípulos na Academia. A elucidação a que me proponho no presente trabalho pretende, portanto, justamente entender a Técnica da Contradição com base nos termos de sua proximidade e distância da prática filosófica. Ou, se se quiser assim colocar: pretende-se entender as semelhanças e diferenças existentes entre discurso antilógico e filosófico. Para buscar este entendimento, seguirei um percurso traçado através das várias referências presentes nas obras platônicas. Estas, tendo sido escritas sob a forma de debates filosóficos dramatizados, os “diálogos”, dar-nos-ão um rico quadro sobre o tema.

2. A capacidade da Antilógica sobre os discursos

A primeira pista para um entendimento desta técnica encontra-se na abertura da obra *Parmênides*⁴. Nela, conta-se que dois personagens, os ilustres filósofos Zenão e Parmênides de Eleia, vêm à cidade de Atenas para um festival religioso, as Grandes Panateneias. Seus conhecidos atenienses então aproveitam o ensejo para se dirigirem a eles e ouvirem a leitura dos escritos de Zenão – leitura, ao que parece, ainda inédita naquela cidade⁵. Após a leitura, o personagem Sócrates, um rapaz de cerca de vinte anos, inicia uma série de críticas às supostas originalidade e pretensão dessa obra⁶. Para se defender, Zenão vai alegar que este livro, escrito para provar a não existência de coisas múltiplas, foi produzido “não impulsionado pelo desejo de honra de um homem mais velho, (...) mas pelo desejo de vitória de um jovem”⁷. Tais palavras, aparentemente, funcionam como uma justificativa para Zenão diminuir o valor de seus próprios escritos⁸. Para nossos objetivos, importa dar atenção a esta interessante e curiosa associação: 1) Zenão de Eleia praticava uma dada técnica que 2) estava ligada à concepção de juventude e 3) a um certo espírito de batalha e vitória no uso do discurso; além disso, 4) seu discurso, por ser concebido nestas condições, tem menos valor. Não há ocasião aqui para esboçarmos nós mesmos uma relação dessa técnica com a própria obra de Zenão; vejamos então o esboço que disso fez o próprio Platão. Em outra obra sua, o *Fedro*, ele detalha mais a sua opinião a respeito desta técnica desse outro pensador:

³ Conforme nota 12.

⁴ PLATÃO. *Parmênides* 127a7-b1.

⁵ PLATÃO. *Parmênides* 127c3-4.

⁶ PLATÃO. *Parmênides* 128d10-11.

⁷ PLATÃO. *Parmênides* 128d10-11.

⁸ De fato, ele diz que alguém surrupiou o texto e o publicou sem ele refletir se devia fazer isso ou não. Cf. PLATÃO. *Parmênides* 128d7-e1.

SÓCRATES. [...] Que fazem as partes nos tribunais? Não contradizem, ou o que diremos que elas fazem?

FEDRO. Fazem isso mesmo.

SÓCRATES. Sobre o que é justo e o que é injusto?

FEDRO. Sim.

SÓCRATES. Assim, aquele que possui esta técnica fará aparecer, às mesmas pessoas, a mesma coisa como justa por um lado, e, por outro, se ele quiser, como injusta?

FEDRO. Claro.

SÓCRATES. E nas assembleias políticas, ele não fará o povo da cidade considerar a mesma coisa, por um lado, boa, por outro, o contrário?

FEDRO. Assim mesmo.

SÓCRATES. Ora, e não nos é bem conhecida esta técnica do 'Palamedes Eleata', com a qual ele fazia as mesmas coisas parecerem, aos ouvintes de seu discurso, como sendo parecidas e diferentes, unas e múltiplas, paradas e em movimento?

FEDRO. Com certeza.

SÓCRATES. Logo, não apenas nos tribunais e assembleias políticas se dá a Técnica da Contradição, mas, ao que parece, se existe uma técnica assim, ela seria uma técnica única, que abarcaria qualquer tema de discussão. E, com tal técnica, alguém seria capaz de fazer existir correlação entre todas as coisas, e a qualquer pessoa, bem como seria capaz de trazer à luz as correlações distinguidas por qualquer outra pessoa. (PLATÃO. *Fedro* 261c4-e4)

O primeiro ganho desta passagem é que ela devidamente 'dá o nome aos bois'. A técnica permeada por um espírito jovem e amante da batalha verbal e da vitória, associada na outra obra a Zenão, não só é novamente associada a ele⁹, como agora recebe seu nome: "Técnica da Contradição" ou "Antilógica"¹⁰. O próprio nome já mostra que se trata de uma técnica discursiva, posto que o núcleo do étimo "antilógica" é *lógos* ("discurso" no idioma grego). O aparente tom reprobatório que víamos incidir sobre tal técnica no diálogo *Parmênides*¹¹ confirma-se nesta passagem do *Fedro* com o fato de ela ser entendida aqui como uma "arte de ilusão e do engano"¹². Isto porque, pela manipulação dos argumentos, ela visa o convencimento do interlocutor a respeito de qualquer mensagem escolhida pelo emissor do discurso. E isto para Platão tem caráter negativo; já veremos porquê.

Importa agora chamar atenção para esse *modus operandi* desta técnica que a passagem citada acima nos informou. Trata-se de 5) uma atividade que, através do discurso, é capaz de fazer uma tese aparecer

⁹ Entre a unanimidade de comentadores que identificam a figura do "Palamedes Eleata" com a de Zenão, podemos citar, desde Diógenes de Laércio, na antiguidade, até Nestor Cordero e Luc Brisson, na atualidade. Cf. DIOGENES LAERTIOS, IX, 25; CORDERO, 1991, p. 114; BRISSON, in PLATON, 2000 (1989), p. 222, nt. 335.

¹⁰ O termo grego *antilogiké* pode ser traduzido como "Técnica da Contradição", "da Controvérsia", "da Contestação", etc; ou pode simplesmente ser transliterado para "Antilógica".

¹¹ Conforme já comentado, Zenão alega ter escrito sua obra quando jovem para diminuir o valor da mesma, como se não soubesse se ela devia ser levada a sério.

¹² Palavras de Francis Mac Cornford (1980, p. 68).

tanto de um modo como do modo oposto, tanto como verdadeira como falsa, às mesmas pessoas – da maneira que aprouver ao mestre antilógico¹³. Além disso, foi dito que 6) a Técnica da Contradição seria aplicável a todos os assuntos, o que daria a ela, em tese, uma abrangência universal sobre o discurso: ela pode gerar argumentos sobre tudo. Nestes termos, a Antilógica representaria, sem dúvida, uma atividade em algum sentido próxima da filosofia, a qual, na época, também possuía um escopo largo de atuação. Diante de tal semelhança, e para evitar confusão de sua atividade com a outra – que lhe parece condenável –, Platão se vê obrigado a expor as suas diferenças¹⁴.

3. A refutação e o prazer na hostilidade da Antilógica

Vejamos agora uma passagem de outra obra sua acerca desta técnica:

SÓCRATES. Ao modo dos antilógicos, parece que, no que tange a consensos sobre as palavras, nós chegamos ao nosso próprio consenso. E nos regozijamos por esta vitória de nosso discurso. Assim, nós que afirmamos não sermos disputadores mas filósofos, enveredamos sem querer pelas práticas destes homens terríveis. (PLATÃO. *Teeteto* 164c7-d2)

A primeira caracterização que nos chega dos homens antilógicos é então esta: são homens “terríveis”. Salientemos que isto não necessariamente tem um sentido negativo: se, por um lado, o adjetivo era usado, no idioma grego, para caracterizar os monstros e bestas da literatura, por outro, também era usado por Platão para falar de homens de sabedoria elevada, como os filósofos Sócrates e Parmênides¹⁵. Outro ponto importante da passagem é que ela frisa um daqueles primeiros traços da Técnica da Contradição trazida à baila na obra *Parmênides*: o espírito de vitória e batalha. E acrescenta ainda ao rol de termos deste nicho mais um, a “disputa”, que se associa nessa obra com outros dois: a “batalha” e a “luta”. No entanto, a passagem não se limita a isso, e vem a adicionar mais duas características fundamentais à Antilógica: 7) a noção de que as discussões desta prática giram sobretudo em torno às palavras; e 8) a ideia

¹³ Para exemplos desta “capacidade”: PLATÃO. *Eutidemo*, 296d; 298a; 301b.

¹⁴ De fato, em todas as próximas referências platônicas, será notável a preocupação de separar ambas as práticas. Em algumas ocorrências, a Técnica da Contradição é expressamente nomeada; em outras, não o é. A ausência de nomeação em várias referências levou muitos comentadores importantes a identificar que em algumas passagens estaria em jogo uma prática discursiva da época, a *Erística*. De fato, nestas passagens, Platão sempre trata a Antilógica e a Erística nos mesmos termos (seja verbos, seja adjetivos), nunca fazendo diferenciação entre ambas – à exceção de uma única vez. Creio que o que interessasse para esse filósofo grego era fundamentalmente a contraposição destas duas práticas com o que ele entende por *filosofia* ou *dialética*, e, nesse sentido, uma generalização didática, que englobasse Antilógica e Erística, é de plena utilidade. Desse modo, a exemplo desse filósofo grego, eu empregarei aqui neste meu trabalho uma visão de conjunto que não diferencia estas duas práticas, por isso se mostra funcional para os fins deste artigo. Há apenas um momento de sua obra em que Platão diferenciou a Técnica de Contradição da Erística, identificando-as em todas as outras referências, como se fossem uma única coisa. Nesse sentido, recuso a posição de George Kerferd, por me parecer muito tênue a concessão que o comentador faz ao restringir esta identificação, como se ela de fato não refletisse uma coincidência conceitual na maioria esmagadora de suas ocorrências. Entendo que a única exceção a esta identificação é feita por Platão na obra *Sofista*, no trecho 225a-e, onde ele mostra que, na verdade, a Erística é uma *parte* ou *subtipo* da antilógica – na verdade, a principal parte, aquela que mais lhe interessa. Kerferd não faz referência a este trecho do *Sofista*. Cf. KERFERD, 2003, p. 109.

¹⁵ Para monstros, há o exemplo da medusa em HOMERO, *Odisseia* XI, 633-635. Para a figura de Sócrates, veja-se PLATÃO, *Banquete* 193e4-5; o sofista Górgias também é dito “terrível” nesta mesma obra (198c3-4). Para a figura de Parmênides, veja-se PLATÃO, *Teeteto* 183e5-6, que é uma citação de HOMERO, *Iliada* III, 172.

de regozijo ou prazer que se tem neste uso “bélico” do discurso. Tais novas características serão comentadas logo mais, onde será mais oportuno. Avancemos.

Um trecho de maior adjetivação a Técnica da Contradição encontrará no diálogo *República*. O momento da discussão em que isso acontece é precisamente quando se está a falar, nessa obra, sobre a educação dos filósofos e sobre os elementos de devida ou indevida presença na formação deles. Isto é, àquilo que se deve dar acesso e a que não se deve dar:

SÓCRATES. Ora, então não será sensato, e muito, não deixar estes homens enquanto novos tomarem gosto pela argumentação nos discursos? Pois presumo que não passe despercebido que os rapazes novos, quando primeiro sentem o gosto da argumentação, usam-na como se fosse um brinquedo. Estes jovens utilizam sempre a argumentação para a contradição, e, imitando os refutadores, vão eles mesmos refutar outros, alegrando-se como filhotinhos de cachorro, sempre a rasgar e dilacerar nos discursos quem estiver próximo.

GLAUCO. É assustador como se alegram com isso.

SÓCRATES. E, quando já refutaram muita gente, e foram também refutados por muita gente, veem-se então na situação dura de não acreditar em nada do que antes acreditavam. A partir disso, as outras pessoas indis põem-se com eles e com tudo o que tange à filosofia.

GLAUCO. Nada mais verdadeiro.

SÓCRATES. Mas o contrário acontece com um homem mais maduro, posto que este não desejará participar desta loucura. Este homem agirá como quem quer dialogar e quer buscar a verdade, de modo oposto àquele que com seu brinquedo se alegrava, brincando e contradizendo. E um indivíduo assim mais velho será mais comedido e fará a sua ocupação mais honrada que desonrada. (PLATÃO. *República* VII, 539 b1-d1)

Neste longo trecho, vemos enumerados vários dados acerca da Antilógica. De início, chamo atenção para a apresentação da mesma contraposição, que víamos ser feita na obra *Parmênides*: de um lado, a honra e a maturidade associadas ao dialogar e à filosofia; do outro, o espírito mais novo, tomado pelo gosto da batalha verbal e da vitória, associado à refutação e à Técnica da Contradição. Sobre essa última prática, é interessante notar que, como bem apontou George Kerferd¹⁶, ela é costumeiramente descrita por Platão como algo em que se “adentra sem querer”, isto é, um tipo de uso do discurso no qual corremos o risco de praticar, muitas vezes, involuntariamente. A confirmação desta ideia está presente, na passagem citada acima, na figura do nítido poder de sedução desta prática, que vitima sobretudo os jovens. É dito que eles, em sua inexperiência e frivolidade, encontram-se, quando primeiro 'tocam' a argumentação nos discursos, em grave risco de tomarem um gosto desmedido por ela, e de, assim seduzidos, debandarem para a Antilógica¹⁷. E isso se confirmaria no fato de estes jovens, alegres com o poder dos argumentos nos discursos, abrirem mão da seriedade e passarem a utilizá-los como jogos ou brinquedos. Por isso, dentre duas teses opostas, qualquer uma parece-lhes ser defensível: a argumentação e o uso do discurso são

¹⁶ KERFERD, 2003, p. 110-111.

¹⁷ PLATÃO. *República* VII 539a8-b3.

apenas jogos para estes jovens alcançarem a vitória. Como podemos perceber, isto que modernamente chamamos de “idade mental”¹⁸ (por falta de termo melhor), tinha para Platão um papel fulcral no caminho que o seu educando seguiria na sua formação – e, nisto, leia-se: a direção da filosofia ou a direção não filosófica. Por isso, é dito que o homem de espírito mais maduro, no contato com os argumentos, tenderá sempre a imitar os praticantes do diálogo, isto é, aqueles que buscam a verdade: para este autor grego¹⁹, estes seriam os verdadeiros filósofos. Já os outros, identificados como espíritos mais jovens, facilmente seduzíveis pelo “gosto” da argumentação, tenderão a alegrar-se em sempre usá-la como brinquedo para a todo custo contradizer aqueles que conversam com eles²⁰.

O núcleo desta brincadeira ou jogo argumentativo, conforme se leu no trecho, é a “refutação”. Os jovens, como que entorpecidos pelo calor dos argumentos, perder-se-iam numa prática definida no texto como “loucura”, a saber: refutar a quem quer que seja, bem como ser refutado. Nestas suas insanas disputas argumentativas, estas pessoas alegrar-se-iam como cachorrinhos, dilacerando nos argumentos a todas as pessoas e a todas as teses levantadas, sejam elas verdadeiras ou falsas. A preocupação não é qual a tese ou posição é a verdadeira ou a melhor, mas sim qual a mais conveniente de acordo com cada circunstância do debate²¹. Portanto, nesse quadro da Antilógica da *República*, mais vivo do que os anteriores, Platão acrescenta ainda mais três características essenciais a esta prática: 9) a refutação; 10) a violência; 11) a alegria. Sobre a primeira, ela constitui o ponto de intersecção entre a Técnica da Contradição e a Filosofia²². Esse ponto em comum, todavia, não implica que ambas as práticas discursivas possam ser identificadas, haja vista Platão não considerar a refutação exclusividade da sua própria prática²³. Sobre as duas últimas características, elas constituem sem dúvida um ponto de delimitação entre as duas atividades discursivas. Antes de eu explorar um pouco mais este limite, recapitulemos as principais características levantadas da Antilógica até então:

- 1) é uma técnica discursiva associada a Zenão de Eleia;

¹⁸ Utilizo aqui o termo “idade mental” em vez de “faixa etária” porque temos, tanto na obra *Sofista* quanto na *Eutidemo*, a referência a homens velhos com intelecto imaturo, semelhante a este tipo de jovens. Pelo testemunho do diálogo *Fedro*, já citado, Zenão de Eleia parece ser considerado um desses homens que exerceu a Antilógica mesmo já em idade madura – embora, como vimos, ele próprio tenha alegado, no *Parmênides*, que escreveu parte de seus argumentos quando era jovem. Cf. PLATÃO, *Sofista* 251a-b; *Eutidemo* 272b-c; *Parmênides* 128d; *Fedro* 261c-e.

¹⁹ PLATÃO. *República* VII 539c5-7.

²⁰ PLATÃO. *República* VII 539c7-8.

²¹ Característica desta técnica também aludida no *Eutidemo*. Cf. PLATÃO, *Eutidemo* 272a-b; 275e.

²² Não parece ser discutível que a refutação seja parte constitutiva da prática filosófica platônica, nos termos em que ela é apresentada em suas obras. Além do irrefreável espírito refutatório que o personagem Sócrates apresenta em todos os ditos diálogos de juventude de Platão, fato que ajudou a cunhar a expressão “refutaçãosocrática”, todo leitor do diálogo *Sofista* se lembrará de duas passagens clássicas do diálogo sobre esta questão: 1) na primeira, Sócrates diz que o Estrangeiro seria um “refutador divino”, e que, combatendo a desmedida e guardando a justiça, é um “filósofo de verdade” (PLATÃO, *Sofista* 216 a4; b6); e, 2) na segunda passagem, a atividade filosófica, na figura da 6ª. Definição, tem como núcleo de sua prática não outra coisa que a própria “refutação” (PLATÃO, *Sofista* 226d-231a). Cf. também o estudo SILVA, 2005, p. 47-56.

²³ Essa não exclusividade está patente em pelo menos duas passagens platônicas: 1) no trecho da obra *Sofista* citado na nota anterior (216b), onde a palavra “refutador”, por um lado, é empregada na discussão do diálogo tendo-se em vista um filósofo, e, por outro lado, o personagem Teodoro, ao ouvi-la, associa-a à Antilógica ou Erística. A outra passagem também já foi citada por mim: trata-se de *República* VII 539 b1-d1, onde Platão afirma que o âmago da Antilógica é também o discurso, e, mais especificamente, no que tange a ele, a prática da *refutação*.

- 2) estava ligada à concepção de juventude, ou, mais especificamente, à de imaturidade e inexperiência;
- 3) apresenta um certo espírito de batalha e vitória no uso do discurso;
- 4) é um tipo de uso do discurso que tem menos valor (quando comparado à filosofia);
- 5) é uma técnica do engano, que seria capaz de fazer uma tese aparecer tanto verdadeira quanto falsa às mesmas pessoas, pautada pelo interesse de quem faz o discurso;
- 6) é uma técnica de abrangência universal sobre o discurso: poderia gerar argumentos sobre qualquer assunto;
- 7) suas discussões giram sobretudo em torno às próprias palavras;
- 8) seus praticantes sentem um grande regozijo ou prazer no exercício dessa atividade;
- 9) a principal ferramenta utilizada é a refutação da tese a que se opõe, seja qual tese for; a refutação e a vitória sobre o adversário acaba, então, sendo também o objetivo;
- 10) aplica a refutação sem comedimento e com frequência de modo violento;
- 11) tal violência traz a mais insana alegria aos seus praticantes.

4. Antilógica e Filosofia: ânimos, práticas e objetivos

Em alguns momentos ele [sc. Henry Miller] pode dizer as coisas mais delicadas e profundas. Mas esta sua ternura é traiçoeira porque quando ele senta para escrever, ele rejeita isso; ele não escreve com amor mas com raiva, ele escreve para atacar, para ridicularizar, para destruir. Ele sempre está contra alguma coisa. A raiva o incita; é-lhe um combustível. A raiva me envenena.

Anaís Nin

Como eu dizia, chamavam atenção, na passagem que fora citada, duas notórias nuances que a refutação adquire na Antilógica, ausentes na filosofia: a alegria e a violência. Nas obras platônicas, o filósofo é apresentado como aquele que quer *dialogar* (*República* VII 539b-c), que injeta nos debates toda uma atmosfera de *amizade* (*Teeteto* 167e); até quando repreende e refuta alguém, é dito que ele o faz com ternura, pois no fundo quer educar a pessoa (*Sofista* 230d). Já os praticantes da Técnica da Contradição são apresentados como empenhados com todas as suas forças em vencer, ‘abater’ e ‘dilacerar’ na argumentação a outra pessoa. O grau de violência sugerido pela ideia de um animal rasgando a carne do outro (*República* VII 539b6), bem como certas passagens de batalha verbal contidas na obra *Eutidemo*²⁴, permite-nos dizer que Platão bem poderia ter inventado para os antilógicos o termo “delinquentes juvenis no âmbito do discurso”, pois parece ser exatamente isso que ele tem em mente a respeito destas pessoas. A noção de delinquência é reforçada quando se atenta para o que esse rapazes sentem durante a execução

²⁴ Cf. PLATÃO. *Eutidemo* 277c-d; 294d; 295d; 303a; *República* VII 539c2-3

de suas violentas lutas discursivas: regozijo e prazer, associados à mais vívida alegria²⁵. Vemos assim uma alusão à combinação de juventude, violência, prazer e alegria, que talvez fosse comparável – não pelas pessoas e ações em que aparece, mas pela intensidade - ao retrato desta combinação pintado por Stanley Kubrick, em seu clássico *A clockwork orange* (1971).

Estas últimas características desta prática discursiva são realmente aspectos importantes da caracterização feita por Platão. Isto porque as ideias de violência, alegria e brincadeira aparecem em praticamente todas as suas referências à Antilógica. Se a obra *Fedro* apresentava-a como a técnica de, sob quaisquer condições, argumentar em nome de teses ou posições contrárias, os diálogos *República* e o *Teeteto* estabelecem assim o *animus* que atravessa esta argumentação. É fato que já havia sido antecipado, na passagem 164c do diálogo *Teeteto* (citada acima), que o indivíduo antilógico regozijava-se com a força da argumentação em seus discursos. Agora, foi visto que o texto da *República* foi ainda mais longe, dizendo que os argumentos são os brinquedos desse homem, e que ele joga violentamente com eles, sentindo nisso um prazer e uma alegria assustadores. Este quadro, aos olhos do filosófico homem mais velho, é a mais reprovável loucura florescendo numa juventude imatura.

A contraposição entre a infantilidade, frivolidade e violência da antilógica, com a maturidade, seriedade²⁶ e serenidade da filosofia ficará ainda mais cristalina num outro trecho do diálogo *Teeteto*:

[...] E tu, não sejas injusto no método de fazer perguntas e respostas. Pois seria muito contrassenso alguém que diz importar-se com o agir corretamente passar a sua vida sempre cometendo injustiças na argumentação. Se é injusto, nestas coisas, quando alguém não se estabelece uma fronteira bem definida entre uma coisa e a outra. Pois o diálogo genuinamente filosófico é coisa diferente das dilacerações da disputa verbal. Esta se dá através do brincar e abater o quanto for possível; aquele, é antes a ocupação séria do dialogar, que corrige o interlocutor apenas por mostrar-lhe os seus erros. [...] Se tu fizeres o contrário [...] do que estou te dizendo, resultará [...] que estes que te acompanham em vez de amantes da sabedoria [sc.: filósofos], tornar-se-ão, quando se tornarem mais velhos, detestadores destas coisas. Assim, se tu deres ouvido a mim, terás junto de ti não a hostilidade e a combatividade de que falei, porém o espírito amistoso da filosofia, para analisar de modo verdadeiro os discursos [...]. (PLATÃO. *Teeteto* 167e1-168b4)

A preocupação de Platão, como fica nítido em várias das passagens citadas, é sobretudo esta: delimitar as fronteiras entre a filosofia e a violenta prática que, se aninhando em sua vizinhança, como que tenta seduzir seus jovens estudantes: a Técnica da Contradição. Enquanto a primeira, sendo a ocupação séria do dialogar, apresenta o espírito amistoso necessário para o alcance da verdade, corrigindo os erros do interlocutor sem humilhá-lo, porque aspira à sua melhoria, a segunda é constituída das dilacerações das lutas verbais, da alegria em brincar e abater ao máximo, mediante um espírito bélico e hostil que lhe é tão característico. Todo o diálogo platônico *Eutidemo* é uma mostra desse tipo de prática. Uma das

²⁵ Para exemplos, veja-se PLATÃO. *Eutidemo* 275e; 276c;d; 278b-e; 283b; 300d; 303b.

²⁶ Cf. PLATÃO, *Eutidemo* 288b-d; 293a.

consequências deste “ânimo” gladiador dos antilógicos, o texto ainda informa, é arrebatado a indisposição e o ódio das outras pessoas “para com eles e para com tudo o que tange à filosofia”²⁷.

Aqui, um pequeno parêntese é oportuno: por que a indisposição provocada pela Técnica da Contradição não recai apenas sobre ela, mas também sobre a filosofia? Por que a filosofia é também execrada nesse quadro formado? O motivo é algo já mencionado algumas vezes por mim linhas acima: a confusão corrente na época entre as duas práticas²⁸. Conforme vimos, tanto a Filosofia quanto a Antilógica são práticas discursivas que têm como núcleo a refutação. Todavia, já foram aqui traçadas algumas diferenças nesse quesito, que podem ser resumidas em três aspectos: a) a dose de refutação que elas administram sobre o interlocutor numa discussão, b) o fim visado com isso e c) o estado de espírito que as guiam. A filosofia o faz comedidamente, porque visa a melhoria do interlocutor e o alcance da verdade, e seu tom é sério - mesmo porque reconhece a dificuldade real que os objetos de seu estudo representam. A Técnica da Contradição aplica a refutação de modo completamente desmedido, “irracional” (*Teeteto* 167e2) ou “louco” (*República*, VII 539c6), sempre em tom de alegria e brincadeira, visando tão somente a vitória e o abatimento do adversário; refutar por refutar.

5. Considerações Finais: os fundamentos de Antilógica e Filosofia

Até o presente momento, vimos a separação que Platão operou entre as duas práticas, tanto no âmbito das ações quanto na do aspecto ‘psicológico’ delas, demarcando fronteiras bem definidas. Entretanto, o estudo das obras platônicas como um todo –o chamado *corpus platonicum* –nos mostra que as diferenças entre práticas discursivas sociais de sua época revelavam sim diferenças de visão de mundo, de realidade. Isto é, os aspectos operacionais destas práticas, os quais víamos até então no presente artigo, distinguem-se porque partem de pressupostos filosóficos distintos. A primeira pista sobre isso foi dada na obra *Teeteto*, no trecho 164c7-9. Nesse trecho foi afirmado que as discussões dos homens antilógicos de alguma maneira giravam em torno de consensos sobre palavras, detalhe ao qual eu não me ative no momento da citação do trecho. A mesma ideia, entretanto, retornará no diálogo *República*, apontando para onde devemos chegar:

[SÓCRATES] Que especial que é, Glauco, o poder da Técnica da Contradição!

[GLAUCO] Como assim?

[SÓCRATES] É que, segundo me parece, ela é capaz de fazer muitas pessoas enveredarem por ela sem querer! Pois, ocorre que, por vezes, as pessoas, estando de fato numa luta verbal, presumem que não estão – mas pensam que estão dialogando e fazendo filosofia! Pois dialogar filosoficamente é ser capaz de analisar o conteúdo do discurso segundo as ideias; ao passo que a luta verbal da Antilógica é, baseando-se apenas nas palavras,

²⁷ PLATÃO. *República* VII 539c2-3

²⁸ Por isso, na obra *Eutidemo*, chama-se até a erística de filosofia (305b). Tal confusão também é perceptível em um já aludido trecho do *Sofista*, no qual o personagem Sócrates usa o termo “refutador”, tendo em mente um filósofo, e Teodoro, ao ouvi-lo, pensa na Antilógica ou Erística. Cf. PLATÃO, *Sofista* 216b-c.

procurar contradições nos discursos, sem achar que é necessário um genuíno diálogo filosófico entre as pessoas. (PLATÃO. *República* V, 454a1-9)

Agora, a contraposição entre a Filosofia e a Técnica da Contradição ganha uma nuance diferente, e, certamente, do ponto de vista do pensamento platônico, bem mais radical que as anteriores. Ao esmiuçar os métodos empregados por cada uma das práticas, Platão nesta passagem aponta para os fundamentos filosóficos que as movem. O homem antilógico é aquele que, com base apenas nas palavras, brincando com sintaxe e semântica, persegue e cria contrariedades no discurso. O filósofo, por seu turno, é aquele que se demora na análise do discurso, determinando e avaliando o conteúdo dele com base sobretudo na relação entre as Ideias. De um lado, a perseguição das contrariedades e diferenças a respeito apenas das palavras e suas inter-relações – como tão vigorosamente apresentado no diálogo *Eutidemo*²⁹. Do outro, a análise minuciosa das implicâncias e contrariedades no que tange às próprias Ideias referidas pelas palavras. E aqui está a chave para enxergar a separação, na raiz, entre estas duas práticas discursivas. Para a Filosofia, as consonâncias e contrariedades entre as palavras remetem a relações e oposições entre as Ideias que estão implicadas pelo discurso. Para a Antilógica, esse salto do âmbito da mera manifestação discursiva para o referencial inteligível não existe; ou, se existe, não obedece às relações intrínsecas a este conteúdo inteligível. Platão parece entender que a preocupação da Técnica da Contradição restringe-se a jogos de oposições entre as palavras; pois os princípios filosóficos que lhe servem de subsídio não permitem uma investida, da parte do debatedor antilógico, para algo além disso³⁰. Nesse sentido também é que foi dito aqui que há um descompromisso com a verdade na Antilógica, que lhe permite argumentar no sentido tanto de defender quanto de refutar teses absolutamente opostas. Este descompromisso, de fato, é absoluto, é radical: verdade e falsidade dizem respeito ao conteúdo do discurso e suas inter-relações com a realidade. Inter-relações estas nas quais a Técnica de Contradição não está interessada e nem poderia estar: pois, se moldasse seu discurso com base nelas, impossível seria a esta técnica defender teses contrárias. Já na filosofia, a discussão sobre as relações e oposições entre as palavras no discurso parte daí para elevar-se ao nível daquilo a que o discurso se refere. Ela não se atém assim apenas à mera oposição e articulação entre os termos, mas principalmente às próprias relações entre a realidade e os entes inteligíveis referidos pelos termos: as Ideias. Na obra platônica, a apresentação deste *plus* de capacidade da filosofia aparece de modo claro no diálogo *Sofista*, onde a dialética é definida – de três modos diferentes! – exatamente como a arte que detém o conhecimento das oposições e articulações entre estes entes inteligíveis (253b-e). Outra apresentação desta superioridade da filosofia sobre a Técnica de Contradição

²⁹ Por exemplo: PLATÃO, *Eutidemo* 277e.

³⁰ Como o que importa aos antilógicos é a vitória da argumentação de seus discursos sobre aqueles do adversário, eles na verdade não estão fundamentalmente presos a nenhum princípio filosófico em especial. Eles podem até mesmo se valer, de acordo com o momento da batalha verbal, de inspirações filosóficas aparentemente díspares... É possível ver, por um lado, que o efeito de surpresa e humor de seus discursos advém muitas vezes de eles abusarem da multiplicidade de sentidos para uma mesma palavra. Por outro, não é difícil ver eles também se valerem, quando lhes convém, de princípios filosóficos de inspiração eleata, identificando a palavra com a coisa, de modo a que todo discurso fosse verdadeiro - porque seria impossível não dizer o que a coisa é. Cf. PLATÃO, *Eutidemo* 278b-c; 283d; 285a; 285e-286c; 305a.

está retratada no diálogo *Parmênides*, onde a Teoria das Ideias platônica é apresentada justamente para resolver os problemas que a obra antilógica de Zenão levantava mas não tinha como resolver. O que Platão parece ter em mente é que a Antilógica não tinha como resolvê-los porque estava com o foco do olhar preso apenas a artimanhas com as palavras e ao gracejo infantil de apresentá-las em assertivas absurdas. Fato este bem ilustrado de tão cômica maneira³¹ em várias passagens do *Eutidemo*, como a que se segue:

[DIONISIDORO] [...] Dize-me, tu tens um cão?

[CTEUSIPO] Tenho, e um cão bem mau [...].

[DIONISIDORO] De qualquer forma, ele tem filhotinhos?

[CTEUSIPO] Sim, [...] maus também, como ele, e muito.

[DIONISIDORO] Então, o pai deles é este cão, não é?

[CTEUSIPO] Com certeza; pois eu mesmo vi-o cruzando com a cadela.

[DIONISIDORO] E então, diga-me, ainda: o cão não é teu?

[CTEUSIPO] Claro [...].

[DIONISIDORO] Então, veja só! Sendo pai, ele é teu, de modo que o cão vem a ser teu pai, e tu, por isso, vem a ser irmão dos cachorrinhos." (PLATÃO, *Eutidemo* 298d7-e5)

Faltava à Antilógica um olhar que, ultrapassando as meras palavras, conseguisse 'enxergar' o verdadeiro aspecto do discurso, aquilo a que no fundo ele se refere: a rede de relações entre as Ideias, segundo a qual "verdade" e "falsidade" referem-se a como Ideias podem ou não serem conectadas num discurso (*Sofista* 259e5-6). Uma atenção à possibilidade ou impossibilidade destas conexões é que impediria conclusões absurdas como esta citada acima. Nessa brincadeira ou jogo verbal do "caso" do cachorro, a Técnica de Contradição manipulou e misturou as palavras "teu" e "pai", mostrando, no discurso, uma associação entre as duas ideias implicadas por estes termos. Duas ideias que, no caso do cachorro e seu dono, não apresentam nenhuma relação entre si: "paternidade" e "pertença/propriedade".

Na manipulação antilógica dos discursos, o descompromisso com a verdade e a adesão a qualquer tese de acordo com a conveniência, revelam portanto uma ignorância, ou não respeito, à existência de relações não-manipuláveis entre as Ideias referidas. E é precisamente disso que, para Platão, a filosofia não pode desviar sua atenção. Por isso, em sua obra *Parmênides*, é-nos possível ver a afirmação de que, quando mais velho e mais treinado nos argumentos e discursos, o filósofo é capaz de resolver problemas que Técnica da Contradição levanta mas que não tem como resolver³². Isto é, o filósofo, amante da sabedoria,

³¹ Nas brincadeiras no uso do discurso, várias são as interpretações dos inegáveis recursos cômicos empregados por Platão na obra *Eutidemo*. Dentre elas, podemos destacar a de Carmen Paes, que, com perspicácia, conecta a paródia aí em jogo ao *elénchos* da 6a. definição do diálogo *Sofista* (226b-231b). A comentadora aponta, assim, para a "refutação", o elo comum, conforme vimos, entre Filosofia e Antilógica, ponto de intersecção das duas práticas: "(...) sortilégios de um Platão parodiador, de um Platão-Eutidemo-Dionisodoro, mais sedutor de que habitualmente já é; que mobiliza recursos do riso, do cômico do discurso, da exageração retórica. São sutilezas, pistas secretas que acabam expondo ao leitor mais atento à estrutura do diálogo e não só à sua literalidade, o "sério" do problema do silêncio, da instituição do sentido e do "lugar" de onde fala a sofística de nobre estirpe, a que se referiu o Estrangeiro, em *OSofista*". Cf. PAES, 1997, p. 149.

³² PLATÃO, *Parmênides* 130e; 135a; 135d.

possuirá justamente a capacidade de uma madura visão de conjunto das oposições e inter-relações entre as Ideias, visão que destrincha e reunifica as várias nuances de referenciais implicados num discurso.

Talvez, essa concepção de que não se pode desviar a atenção dessas relações, e de que a noção de verdade é mais forte do que a conveniência de um momento, não seja apenas “platônica”. Talvez, essa concepção insista em estar presente também dentro de nós, mesmo com tantos séculos já passados. Seria possível? Voltemos nosso olhar para a abertura deste meu texto, e para as três notícias do mundo contemporâneo lá citadas. Lendo-as com cuidado, não podemos chegar à conclusão de que, no fundo, é essa mesma concepção de verdade como algo mais importante que conveniência, que, ainda que não mais chamada de “filosofia”, vige por trás das críticas recebidas por aquelas três figuras aludidas? Ou, dito de outro modo: ainda que não tenhamos mais a pretensão de nos nomearmos como “sábios” ou “filósofos”, como fazíamos outrora, continuamos ou não continuamos a repreender os “antilógicos” que dão as caras pelos nossos tempos?

Referências Bibliográficas:

- CORDERO, Néstor-Luis. L'invention de l'école éléatique. In AUBENQUE, Pierre. (dir.). **Études sur le Sophiste**. Napoli: Bibliopolis, 1991.
- CORNFORD, Francis Mac. **Plato and Parmênides**. London: Routledge e Keagan Paul, 1980.
- DIOGENES LAERTIOS, **Vida e doutrina dos filósofos ilustres**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1988.
- ESTADÃO (sítio eletrônico). Marina agora exclui casamento gay e criminalização da homofobia de plano. Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,marina-agora-exclui-casamento-gay-e-criminalizacao-da-homofobia-de-plano,1552176>> Acesso: 20/09/2014.
- HOMERO. **Odisseia**. Trad. Donaldo Schuller. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- HOMERO. **Ilíada**. Trad. Haroldo de Campos. São Paulo: Arx, 2003.
- KERFERD, George Briscoe. **O movimento sofista**. Trad. Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 2003.
- PAES, Carmen Lúcia Magalhães. Platão e a mãe do ouriço do mar. **Kléos – Revista de Filosofia Antiga**, V.1 – N.1 (1997), p. 143-155. Disponível em: <<http://pragma.ifcs.ufrj.br/>> (página de internet).
- PLATÃO. **Banquete.Fédon. Sofista. Político**. Trad. João Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. 1.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1972. (Coleção Os Pensadores).
- PLATÃO. **Eutidemo**. Trad. Maura Iglésias. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2011.
- PLATÃO. **Parmênides**. Trad. Maura Iglésias e Fernando Rodrigues. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

PLATÃO. **República**. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

PLATÃO. **Teeteto. Crátilo**. Trad. Carlos Alberto Nunes. 3.ed. Belém: UFPA, 2001.

PLATON. **Phèdre**. Trad. Luc Brisson. DERRIDA, Jacques. *La pharmacie de Platon*. Paris: GF Flammarion, 2000.

PLUTARCH. **Plutarch's Lives. Transl. by Bernadotte Perrin**. Vol.2. London: William Heinemann Ltd., 1914.

Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Plut.%20Them.>> Acesso: 15 ago. 2014.

PODER E CAFÉ (sítio eletrônico). Minc muda discurso, quando lhe interessa. Disponível em: <<http://programadeopinioao.blogspot.com.br/2012/06/minc-muda-discurso-quando-lhe-interessa.html>>.

Acesso: 20 ago. 2014.

SILVA, André Luiz Braga da. E se Sócrates estivesse certo? A questão do *lógos* divino do Estrangeiro no *Sofista* de Platão. **Boletim do CPA** no. 19 (2005).

VINCENT, John. (ed.) **The Crawford Papers: The Journals of David Lindsay**. Manchester: M.U.P., 1984.

Abstract: *In this paper we aim to elucidate the discursive activity called “Technic of Contradiction” or “Antilogic”. This activity was very common in the greek classical antiquity, and, in that cultural miscellaneous, people often confused it with philosophical labour. For understanding what was this technics, and which similarities and differences there were between antilogical and philosophical discourse, we will make analysis and interpretation of many references to it at greek philosopher Plato's works. In the picture of Antilogic made by him – in dialogues as Parmenide, Phaedrus, Republic, Theaetetus and Sophist – it will arise some interesting atmosphere of argumentative battle, violence in the discussion and immaturity of antilogic men. Plato will oppose these qualities to those of discursive activity of philosophy. Finally, we will pay attention to others aspects of Technic of Contradiction – aspects that seem totally alive in our time's society.*

Keywords: *Plato; antilogic; eristic; philosophy; sophistry.*

Discurso, Ideologia e Relevância: um estudo representação da Ordem Social brasileira pelo jornal *Folha de S. Paulo*

Breno Wilson Leite MEDEIROS (USP)¹
brenowilson@gmail.com

Resumo: Este artigo busca investigar, à luz da perspectiva sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso, o jogo discursivo em uma notícia impressa publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* (FSP) referente ao Pedido de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de Número 54. Este processo estabeleceu uma interpretação válida para todos os membros da administração pública direta e indireta no território brasileira. Se uma gestante de feto sem cérebro decidisse interromper a gravidez, tratar-se-ia de um crime de “aborto” ou de uma “medida terapêutica”? A metodologia desta pesquisa é proposta por Van Dijk (2013). A investigação demonstrou que comentários e ações de membros Igreja Católica a respeito da atuação do STF neste processo foram considerados pela representação da ordem social ou ideologia do jornal *publicamente* relevante, ou seja, tópico de uma notícia. Linguisticamente, o autor da notícia promoveu uma recategorização lexical explícita dos agentes envolvidos no contexto da anencefalia jogando, de um lado, com os termos “gestante” e “mãe”, do outro, “feto” e “filho”. Essa recategorização alterou sutilmente o conhecimento do leitor com relação à lide no contexto jurídico, sem levar em consideração nas condições de produção a instância do Supremo Tribunal Federal no cenário político brasileiro.

Palavras-chave: análise crítica do discurso; teoria do contexto; ideologia; referência; Supremo Tribunal Federal.

“And death shall be no more; death, thou shalt die”
John Donne

1. Introdução

No dia 10/07/2004, o jornal *Folha de S. Paulo* (FSP) publicou em sua versão impressa uma notícia na seção *Justiça* com a manchete seguinte: “*Para bispo, dor da mãe não justifica aborto*”.

A partir da perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD), a qual entende que compete aos analistas do discurso desvelar as estratégias discursivas de manutenção das desigualdades sociais, em especial aquelas focadas no controle das mentes dos membros de grupos minoritários, decidimos analisar o objeto-do-discurso, bem como o volume de conhecimento jurídico considerado de fundo-comum evocado pela notícia, em especial a posição do Supremo Tribunal Federal (STF) no cenário político brasileiro.

Nesse contexto, a notícia será analisada através da descrição estrutural do *gênero noticioso* (1988) e da teoria do *contexto* (1998, 2008) propostos por Van Dijk articulando-se com o ponto-de-vista *historiográfico* de Costa (2006) a respeito do STF e a perspectiva de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) sobre a Referência.

¹ Aluno de mestrado do programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH, Universidade de São Paulo.

2. Hipótese

A hipótese é a de que as diferenças de valor aspectual das palavras existentes no *bouquet* do campo semântico da reprodução da espécie humana, ou seja, os diferentes valores do uso das palavras “mulher”, “gestante” e “mãe” foram intencionalmente manipulados pelo editor a fim de marcar a posição do jornal com relação ao tema através de um contraste com o discurso da Igreja Católica. Essa recategorização lexical explícita, nomeada como “aspectualização” por Reichler-Béguelin, cria dois objetos-do-discurso na notícia criando uma dissonância cognitiva no leitor.

3. Procedimentos metodológicos

A metodologia desta pesquisa é análise de conteúdo na versão proposta por Van Dijk em *Análise Crítica do Discurso: um apelo em favor da diversidade* (VAN DIJK, 2013[2001]). Esta metodologia filia-se à tradição do discurso como um objeto tridimensional, a qual tem origem em Aristóteles.

Os três elementos presentes no triângulo proposto por Van Dijk são o *Discurso* ou a *língua em uso*, a *Cognição* e a *Sociedade*. Ele parte do consenso entre alguns linguistas do texto de que os gêneros do discurso são os contextos. A sua proposta para este conceito é a de que eles são modelos mentais especializados nos parâmetros superestruturais, macroestruturais e microestruturas de instanciação do discurso, ou seja, da produção e interpretação do texto. Além disso, para ele, a cognição é a interface necessária para se estabelecer qualquer relação entre o discurso e a sociedade, porque tais relações, desde o nível global (histórico, social, grupal, etc.) até o nível interpessoal (ou contexto situacional) não ocorrem de forma direta ou linear.

Na instância do texto, a sua análise do conteúdo é realizada em dois níveis. No nível pragmático ou macroestrutural, o modelo (mental) de contexto é responsável pelos atos de fala, estratégias de polidez, variações lexical e sintática, figuras retóricas, entonação, grau de formalidade, ou seja, todas as possíveis variações discursivas indexadoras do contexto. A análise da macroestrutura revela o objeto do discurso através da inferenciação de proposições que resumem o conteúdo de cada episódio do gênero do discurso em uso. A microestrutura, por sua vez, é controlada por um modelo mental específico, o modelo de evento, o qual é responsável pela movimentação tópico na linearidade textual. No final da análise do texto, tem-se, de um lado, a ideia claramente expressa por uma proposição inferida da forma profunda e o “fio” lexical apreendido da superfície textual. Todos esses elementos constituem o objeto-do-discurso.

Essa análise do conteúdo do discurso através do texto permite a interpretação de significados implícitos ou indiretos, pressuposições, alusões, vagueza e a observação da construção do objeto-do-discurso a partir da seleção lexical, passando-se pelo tópico até o nível do enunciado. Além disso, é possível observar as estratégias sociossemióticas de apresentação positiva da face de si e negativa da face do outro, a repetição (ou a estratégia de “martelar na cabeça” uma ideia), dentre outras estratégias. Elas são as

responsáveis pela manutenção ou alteração das crenças dos sujeitos do discurso, ou seja, são as responsáveis pela alteração do seu conhecimento de mundo mediante a utilização de modelos mentais, os quais são a interface entre o social e o individual.

4. O acontecimento jurídico: o Pedido de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de Número 54.

Em um documento disponível no site do Ministério Público Federal², de autoria de Luís Roberto Barroso, recém-empossado ministro do Supremo Tribunal Federal, tem-se uma descrição dos bastidores do *Pedido de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de número 54* (ADPF 54). Em março de 2004, compareceram ao seu escritório de advocacia à época, Luís Roberto Barroso e Associados, as doutoras *Débora Diniz*, antropóloga e diretora da ONG ANIS (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero), *Dafne Horovitz*, médica e geneticista do Instituto Fernandes Figueira (centro de referência materno-infantil da Fiocruz) e o Procurador da República *Dr. Daniel Sarmento*.

O objetivo comum desses cidadãos era o de estabelecer interpretação única para o contexto da anencefalia dentro da esfera jurídica brasileira. A existência de interpretações distintas a respeito da questão tornou-se insustentável depois do caso de Gabriela de Oliveira Cordeiro.

O feto de Gabriela foi diagnosticado como anencefálico. Em 06 de novembro de 2003, através da Defensora Pública do RJ, ela e seu marido solicitaram ao Juiz do Fórum da Comarca de Teresópolis-RJ, Dr. Paulo Rudolfo Tostes, alvará autorizando-a a submeter-se ao procedimento médico e à equipe de profissionais a efetuar a interrupção terapêutica da gestação. O juiz da comarca de Teresópolis negou o pedido de Gabriela e seu marido.

A necessidade de solicitar autorização judicial devia-se ao fato de que o Código Penal Brasileiro³ prevê a antecipação terapêutica do parto ou interrupção da gestação em duas situações. Em caso de gravidez resultante de estupro (o chamado *aborto sentimental*) e em caso de risco de vida da gestante (a *medida terapêutica*). Alguns membros do Ministério Público já haviam processado gestantes e profissionais da área da saúde que efetuaram o procedimento de interrupção terapêutica no caso de anencefalia a partir da interpretação de que a anencefalia não era se encaixava na exceção prevista pelo diploma penal. Diante da resposta negativa do juiz da primeira instância, Gabriela levou o seu caso ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

²http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direitos-sexuais-e-reprodutivos/aborto/conheca_bastidores_discussao_anencefalia_luis_roberto_barroso.pdf

³ De acordo com o Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro, na Parte Especial, Título I, Capítulo I, lê-se no artigo 124 que a gestante que induzir seu organismo ao aborto ou que lhe permita que outrem o efetue receberá pena de **detenção de 1 a 3 anos** e o artigo 126 pune o terceiro que com consentimento da gestante efetuar o aborto com pena **reclusão de 1 a 4 anos** de prisão. O artigo 128 afirma que não se pode punir o aborto efetuado por médico em caso de I – risco de vida da gestante e II – se a gestação é resultado de um estupro e a gestante consentiu com a sua interrupção.

A Desembargadora Gizelda Leitão Teixeira emitiu liminar autorizando o procedimento e Gabriela deu entrada no hospital. Porém, no dia seguinte, o Presidente do Tribunal, José Murta Ribeiro, cassou a decisão dela. O caso prosseguiu, então, sendo encaminhado para o Superior Tribunal de Justiça. Nesse momento, entrou na questão o padre Luiz Carlos Lodi da Cruz, presidente do movimento Pró-vida da Igreja Católica. Ele entrou com um pedido de *habeas corpus* junto àquele tribunal em favor da “vida” do feto de Gabriela.

O caso ressoou no Supremo Tribunal Federal através do *habeas-corpus* de número 84.025-6/RJ. O Ministro Joaquim Barbosa assumiu a relatoria do caso e chegou a elaborar voto favorável ao pedido de Gabriela. Infelizmente, porém, devido às decisões conflitantes e ao tempo que a questão tomou até chegar-se à instância do STF, Gabriela deu a luz; e, sete minutos depois, a sua filha Maria Vida faleceu. Essa situação expôs negativamente a face de todo o Judiciário brasileiro.

Nesse contexto, uma movimentação social por parte daqueles cidadãos em propor a ADPF 54 e do STF em considerá-la relevante buscou encerrar as disputas ideológicas sobre esse assunto dentro do Judiciário. Tal mudança não foi, contudo, resultado de uma evolução da sociedade brasileira a respeito da questão do aborto em particular e do direito de se poder dispor do próprio corpo em geral, mas (bem de acordo com a visão de Gramsci com relação à ideologia) pela exposição pública das contradições internas de um dos três poderes fundamentais da República brasileira.

Portanto, o engajamento desses cidadãos e do próprio STF foi no sentido de obter uma decisão superior, válida em todo o território nacional, de tal forma que qualquer gestante que recebesse o diagnóstico de anencefalia do seu feto e que decidisse por interromper a sua gestação estaria amparada legalmente e não passaria pela mesma experiência vivida por Gabriela. Na sua argumentação, o advogado e atual Ministro do STF afirmou que, historicamente, a comunidade médica era quem estabelecia os critérios referentes ao risco de vida da mãe. Por isso, o caso de Gabriela havia exposto, publicamente, uma contradição de interpretação de princípios constitucionais basais tais como o do direito à *vida* e do direito à *dignidade da pessoa humana* (dentre outros) entre os membros de todos os níveis do Judiciário brasileiro.

A ADPF 54 foi protocolada no 17/06/2004 em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Área da Saúde. Em 23/06/2004 a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pediu vistas dos autos por 5 dias e a sua participação como *Amicus Curiae* no processo. Em 25/06/2004, o pedido da CNBB foi negado pelo Ministro-relator Marco Aurélio Mello. No mesmo dia, a CNBB repetiu o pedido. No dia 01/07/2004 o Ministro-relator emitiu decisão liminar monocrática autorizando o aborto de fetos anencefálicos em todo o território nacional. Esta decisão foi referendada pelo Plenário (embora posteriormente membros do Plenário do STF tenham tentado desconhecer até mesmo o processo, bem como a liminar) e mantida até o encerramento do processo em 2012. No dia 06/07/2004 a CNBB pediu novamente a participação no julgamento como parte interessada. No dia 10/07/2004, a notícia que será analisada neste artigo foi publicada no jornal FSP.

5. Embasamento teórico

5.1 O STF: a “caixa-de-ressonância”

Segundo (Costa, 2006), a ideia de se criar no Brasil uma Corte Suprema tendo como modelo a Suprema Corte dos Estados Unidos da América já existia entre os membros da elite do Império. Antes mesmo da conspiração republicana de 1889, causada pela dissonância da superestrutura do Império em relação à nova estrutura social, já se fazia necessário a criação de uma instituição que decidisse em última instância lides de ordem pública e privada. Essa função era desempenhada pela figura do Imperador e pelo Conselho de Estado. Com o desmoronamento do Império e o desaparecimento da figura do imperador, este vácuo foi preenchido pelo STF.

O decreto de número 510, de 22 de Junho de 1890, estabeleceu a constituição provisória da República dos Estados Unidos do Brasil e dispôs os termos a respeito da criação, composição e das competências do STF. A primeira constituição republicana, de 1891, confirmou-as na íntegra. Assim, desde o início da República, o STF teve e tem como funções primordiais decidir da constitucionalidade dos atos dos demais poderes, julgar os litígios entre Estados e a União, e defender, em última instância, os direitos dos cidadãos. Em outros momentos, seus poderes foram aumentados, ora diminuídos. Durante os períodos de exceção, ele foi simplesmente “silenciado”. Porque institucionalização do STF (bem como do modelo republicano no Brasil) não tem sido fácil. Nas palavras da autora (2006: 23):

Em um país onde as sublevações e os golpes de estado se repetem, as constituições se sucedem e o estado de direito tem sido várias vezes interrompido por períodos de exceção; em um país em que o executivo, de tempos em tempos, ignora dispositivos constitucionais, dissolve o congresso, governa por decreto, emite a torto e a direito medidas provisórias que se perpetuam (...) prende e desterra cidadãos sem nenhum processo (...) é de se esperar que essa Corte funcione como uma caixa de ressonância que registra os ritmos agitados da história nacional.

Uma pergunta relevante é a relação entre a mídia e o STF dentro de um escopo histórico maior a fim de observarmos as mudanças na visibilidade do terceiro poder pela mídia. Porque a invisibilidade do terceiro alimenta a ignorância da população com relação às funções de uma corte suprema, ou seja, de um espaço onde as consonâncias e dissonância sociais expandam-se através das “ondas” do discurso, e não através da suspensão do Estado de Direito, ou de luta armada, bem como de golpes de estados.

Tal espaço existe dentro da conservadora e autoritária sociedade brasileira, e, voltando no tempo, percebemos que a relação da população e da imprensa com o STF na primeira República era diferente em comparação com os longos períodos de ditadura e exceção. De acordo com a narrativa historiográfica de Costa, ela é parecida com a que tem ocorrido desde a redemocratização, ou seja, desde a reintrodução do STF no palco político nacional:⁴

⁴A respeito da emergência do STF no cenário político nacional pela mídia desde a redemocratização apoio-me no cuidadoso trabalho de Fabiana Luci de Oliveira e Falcão. (Oliveira & Falcão, 2013)

No meio desses confrontos múltiplos, o recém-criado Supremo Tribunal Federal era chamado a se manifestar, julgando pedidos de habeas corpus. As decisões eram examinadas pela imprensa e debatidas na Câmara. Os ministros tornavam-se alvo de críticas, de defesas e de ataques. As sessões eram concorridas. O tribunal transformava-se no teatro para o gozo do público que lotava as galerias e se manifestava ruidosamente a favor e contra argumentos e decisões: vaiava, assobiava, aplaudia os discursos e os acórdãos, apesar das reiteradas advertências do presidente, que ameaçava os manifestantes de expulsão. (2006: 28)

5.2 A Análise Crítica do Discurso

Neste contexto, a análise de apenas uma notícia sobre a cobertura de um processo no STF pela *FSP* nos fornecerá apenas um insight inicial sobre a representação da ordem social deste jornal e o lugar do STF nesta cena. A relevância de tal estudo deve-se ao importante papel da mídia em geral na construção desta representação social.

Segundo Van Dijk (1998), a hegemonia de certos grupos sobre outros dentro de uma sociedade ocorre, dentre outras formas, do ponto de vista discursivo, ou seja, através do controle da informação. Certamente, há um controle sobre o acesso aos veículos de comunicação e à determinados gêneros do discurso. Um desses gêneros são as notícias.

As notícias veiculadas em diferentes suportes (televisivo, internet, papel impresso) são uma das principais fontes de informação e, conseqüentemente, de formação das crenças e opiniões dos leitores e são, frequentemente, utilizadas pelos atores sociais como argumento de autoridade. Se algum conteúdo foi noticiado é porque é publicamente relevante e tem estatuto de fato.

No caso da esfera jurídica, em especial do STF após a criação da *TV Justiça* dentre outras mídias, o acesso da população aos discursos dessa esfera tornou-se maior. Entretanto, o volume de conhecimento necessário para a compreensão dos discursos proferidos pelos atores sociais deste grupo é muito alto, e a mídia acaba por ser a principal fonte de informação a respeito dos eventos que ocorrem neste campo.

Por isso, Van Dijk defende a posição de que a Análise Crítica do Discurso não é uma linha de pesquisa dentre outras, como, por exemplo, a Gramática Gerativo-transformacional ou a Gramática Sistêmico-funcional, nem é uma subárea da Análise do Discurso como a Psicologia Discursiva ou a Análise da Conversação. Ela não é nem um método, tampouco uma teoria que possa ser aplicada diretamente aos problemas sociais. Na verdade, ela pode ser aplicada em combinação com qualquer tipo de abordagem ou subárea das ciências humanas e das ciências sociais. Mais exatamente, a ACD é uma perspectiva – crítica – de produção do conhecimento, ou seja, ela é uma perspectiva politicamente explícita de análise do discurso. Por isso, ela foca-se em problemas sociais através da análise de textos à luz de contextos na produção e reprodução de formas abusivas de poder.

Seguindo esses princípios meta-teóricos, apresentaremos algumas das direções que Van Dijk segue ao fazer ACD. Dada a sua orientação multidisciplinar, a expressão mais abrangente que ele usa para referir-

se ao seu jeito de fazer ACD é ‘sócio-cognitiva’. Essa definição não significa que o seu pensamento a respeito da ACD é limitado apenas aos aspectos social e cognitivo ou a uma combinação dessas duas dimensões. Em outras palavras, qualquer que seja a outra dimensão que a ACD trate pela sua forma específica de fazer análise do discurso, ela obviamente precisa dar conta de pelo menos alguns dos detalhes estruturais, das estratégias e das funções do texto.

Van Dijk entende o “discurso” de forma ampla, ou seja, como “evento comunicativo”, incluindo a interação conversacional, a modalidade escrita da língua, bem como a expressão corporal, facial, diagramação do texto, imagens ou qualquer outra “semiose”. A “cognição” envolve tanto a pessoal, quanto a social: as crenças, objetivos, avaliações e emoções e qualquer outra estrutura “mental” ou da “memória”, tais como: representações ou processos, envolvidos no discurso e na interação. E “sociedade” significa a inclusão tanto do nível local ou micro, tais como as interações interpessoais, quanto às de níveis mais altos, como as estruturas sociais e políticas, definidas em termos variados, tais como grupos, relações de grupos (dominância ou desigualdade), movimentos sociais, instituições, organizações, processos sociais, sistemas políticos até as estruturas mais abstratas das sociedades e das culturas.

A combinação das dimensões cognitiva e social, porém é a definidora do contexto (nos níveis local e global) do discurso. Porque, o fato empiricamente observável é que mesmo estando numa “mesma” situação, as pessoas produzem sentido de forma diferente. A sua teoria do contexto busca responder como, exatamente, as pessoas produzem sentido de forma diferente.

5.3 O gênero notícia impressa.

Em seu estudo a respeito do gênero notícia, Van Dijk (1988) propôs um esquema para o gênero noticioso a partir da análise quantitativa e qualitativa da cobertura jornalística de um mesmo acontecimento com repercussão mundial. Esse esquema ou superestrutura discursiva foi definido de várias formas pela Psicologia discursiva: frames, scripts, esquemas, etc. A proposta atual de Van Dijk é a de que um gênero do discurso, como o da notícia, é um tipo de modelo mental especializado. Ele é responsável pelo controle do volume de informação ativada da memória para a produção, em sentido inverso, a interpretação do discurso através do texto.

Nessa perspectiva, os gêneros dos discursos são analisáveis em episódios. Como a estrutura dos gêneros é definida em função do uso social do discurso, cada gênero do discurso tem a sua rede de episódios. A ativação e o preenchimento dos episódios são mais ou menos estáveis já que sabemos que as pessoas não produzem sentido da mesma forma apesar de estarem na “mesma” situação.

As notícias, em geral, cuidam de acontecimentos passados considerados publicamente relevantes. Os episódios desse gênero são os seguintes. A manchete deve ser uma macroproposição (com sujeito e predicado) que resume todo o conteúdo da notícia e, geralmente, é editada em letras maiores do que as

demais para chamar a atenção do leitor. Às vezes, a notícia contém “lead”. Trata-se de uma macroproposição com mais informações do que a manchete. Nesse caso, ela pode conter além do(s) sujeito(s) e predicado(s) informações como tempo, espaço, modo da ação, etc.

A próxima categoria episódica da notícia é(são) o(s) “evento(s) principal(is)”. Essa categoria organiza todas as informações recentes a respeito do acontecimento(s) narrado. Se um evento tiver um histórico prévio, ou seja, não for único ou inédito, uma notícia de boa qualidade apresentará um resumo histórico do tema. Essa categoria foi nomeada por Van Dijk como “background”. Em termos cognitivos, o “background” é importante por atualizar o modelo de evento na memória de longo prazo do leitor e, se for o caso, atualizá-la com novas informações ou corrigir informações divulgadas erroneamente em notícias prévias. O episódio “background” é articulado por Van Dijk em dois subitens: “circunstâncias” e “História”. O subitem “circunstância” difere do item “história” pelo escopo temporal. Aquele limita-se temporalmente a, no máximo, semanas. Este pode abranger anos. O subitem “circunstância”, por sua vez, divide-se em dois. O “contexto”, que tem por escopo o período imediatamente anterior ao “acontecimento principal” e aos “eventos prévios”, que não são tão próximos temporalmente, ou seja, limitam-se a semanas.

Se algo aconteceu e é noticiado, esse acontecimento pode ter consequências. O episódio “consequências”, por sua vez, divide-se em dois: um chamado “eventos/ações” e outro chamado “reações verbais”. Normalmente, o episódio “comentário” retoma conteúdo semântico do “background”, mas não de forma idêntica, por ocorrer uma seleção da informação tida como mais importante do “background” e pela inserção de outras vozes, tais como a de atores sociais com algum valor de autoridade. “Evento principal”, “background” e “consequência” são o coração do discurso noticioso.

5.4 A macroestrutura do texto: o tópico

Por razões discursivas, cognitivas e sociais, os tópicos do discurso desempenham um papel fundamental na comunicação. Definidos como “macroestruturas semânticas” e derivadas dos significados locais (microestruturas ou sintagmas), os tópicos representam o que o discurso “quer dizer” em termos globais, incorporam as informações mais importantes de um discurso, e explicam a coerência geral do texto e da fala. Eles são os significados globais que os atores sociais atualizam cognitivamente na produção e compreensão do discurso, o “essencial”, o que será lembrado por eles. Portanto, a movimentação dos tópicos, que é observável diretamente na seleção lexical e inferível através da apreensão de uma proposição que condensa a informação de cada episódio do discurso, é uma das formas de análise da ideologia.

O objeto-do-discurso, produto da Referenciação, é um constructo altamente complexo onde a escolha de cada palavra no código linguístico é uma prova da posição ideológica do ator na cena social.⁵ Assim, os tópicos definidos a partir dos significados locais não podem ser observados diretamente, mas inferidos ou determinados pelos atores sociais em títulos, manchetes, sumários, resumos, sentenças temáticas ou conclusões. Estes podem ser usados pelos atores sociais como um esquema estratégico para a inferência ou distribuição tópica – de acordo com a intenção do falante ou escritor.

Falantes e escritores podem, assim, enfatizar significados, controlar a compreensão e influenciar a formação do modelo de contexto do qual o discurso parte. Porque os tópicos têm um papel tão importante, e desde que a análise tópica pode também ser aplicada a *corpora* maiores, Van Dijk recomenda começar a análise a partir deles.

Uma vez que os sumários são, por definição, a expressão dessas macroestruturas, pode-se – por razões práticas – *simplesmente listar os tópicos do discurso resumindo-os*, um método recursivo - como o modelo da gramática gerativo transformacional - em vários níveis de abstração. Entretanto, a interpretação de um texto nunca será a mesma.

5.5 Significados locais: a construção dos objetos-do-discurso

Neste artigo, nos serviremos da Semântica do Discurso propostos por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) através da leitura de Koch e Marcuschi (1998) dessa teoria da Referenciação. Esta defende a posição de que a sequencialidade diz respeito à introdução, continuidade, identificação, retomada, etc. de referentes textuais através de estratégias de designação de referentes. A topicalidade diz respeito ao(s) assunto(s) tratado(s) ao longo do texto e a(s) sua(s) progressão. Esses processos são distintos e complementares entre si. O primeiro (a sequenciação) é condição necessária e suficiente ao segundo (a topicalização). Entretanto, a topicalização é apenas suficiente sequencialidade.

A sequencialidade introduz entidades que não são estáveis e tampouco dadas *a priori*. Assim, a sequencialidade parece ser responsável pela construção e manutenção de tópicos, pois o primeiro passo do processo discursivo é a introdução de um referente que, em seguida, é associado a um tópico. Como os discursos raramente são monotópicos ou lineares, os autores se perguntam de que forma sabemos qual o referente de um item lexical do discurso quando ele não está cotextualmente explicitado, ou seja, anafórica ou cataforicamente determinado?

⁵ A respeito das origens clássicas da teoria da Ideologia de Van Dijk, ele filia-se à vertente aristotélica pela definição da unidade mínima de análise do discurso como uma proposição e não um nome ou sintagma. Segundo o trabalho fundamental de Neves, (Neves, A vertente grega da gramática tradicional, 1987[1983]), Aristóteles nomeou de “lógos apofântico” a luz ou a revelação promovida pela ação discursiva. Ele é o fundador do paradigma de todas as teorias da linguagem que a entendem como um objeto tridimensional. Pois ele foi o primeiro a articular de um lado a referência e as suas duas dimensões e de outro o referente. Além disso, delimitou a análise do *lógos* à proposição, ou seja, uma construção com no mínimo um sujeito e um predicado uma vez que naturalmente não falamos apenas por nomes.

A sua resposta defende a crença de que por maior que seja a carga semântica dos itens lexicais, eles não são capazes de construir os objetos-do-discursivos sozinhos. À medida que o discurso avança, ele cria objetos-de-discurso ao mesmo tempo em que organiza os tópicos de uma forma particular. Portanto, a atividade de designação referencial discursiva não postula que os fatos e os fenômenos existam na realidade. Pois, “os fatos e os fenômenos são como que necessidades (realidades) discursivas.”

Dentro desse contexto, Koch e Marcuschi depreenderam três pressupostos apresentados abaixo sobre a relação entre a Língua e o Discurso na perspectiva daqueles autores:

- a) “A língua é heterogênea, opaca, histórica, variável e socialmente constituída, não servindo como mero instrumento de espelhamento da realidade.”
- b) “Do ponto de vista ontológico, o mundo (a realidade extra-mental) não se acha de uma vez por todas definido, identificavelmente demarcado e precisamente delimitado. A discretização do mundo empírico não é um dado apriorístico e sim uma elaboração cognitiva. Isso equivale a dizer que o mundo fenomênico, externo, a possível extensão referencial de nossos itens lexicais, não está à disposição, pronta para receber as designações pura e simplesmente. Trata-se de um contraponto linguagem-mundo necessário para estabelecer uma relação equilibrada entre os dois primeiros pressupostos.”
- c) “A referenciação, tal como a tratam Mondada e Dubois (1995), é um processo realizado negociadamente no discurso e que resulta na construção de referentes, de tal modo que a expressão *referência* passa a ter um uso completamente diverso do que se atribui na literatura semântica em geral. Referir não é mais atividade de “etiquetar” um mundo existente e indicialmente designado, mas sim uma atividade.”

5.6 O sistema de controle do conhecimento: a base-comum e o modelo de contexto.

Ainda falta uma questão. Se a língua não encerra todo o conhecimento, como as informações ativadas na memória e percebidas pelos sentidos são processadas, ou seja, consideradas relevantes ou não pelos sujeitos do discurso? Se forem irrelevantes, elas não estão presentes na cognição. Se forem relevantes, elas podem ser dissonantes ou consonantes com o conhecimento do sujeito do discurso.

Para Van Dijk (2012), os atores sociais não formam somente modelos mentais do contexto em que eles estão interagindo, mas também a respeito dos eventos ou situações em que eles estão falando ou escrevendo a respeito. Assim, a coerência local e global do discurso não é definida somente em termos de relações funcionais entre suas proposições (tais como generalização, especificação, exemplo, explanação), mas também pelas relações dos “fatos” referidos por essas proposições, tais como as relações de causa-e-consequência.

Porém, não são os fatos “reais” que simplesmente definem a forma como os atores interpretam esses mesmos fatos, mas as maneiras particulares como os atores sociais os definem ou os interpretam no modelo de evento. Essas interpretações são pessoais, subjetivas, enviesadas, incompletas ou completamente imaginárias. Em outras palavras, os discursos são interpretados como coerentes em relação aos modelos mentais que os atores sociais têm a respeito do evento (situação social) e do contexto (gênero do discurso).

Nesse sentido, Van Dijk (1998) estabelece uma classificação dos tipos de conhecimentos envolvidos na produção e interpretação do discurso. Há o conhecimento, as atitudes e a ideologia.

Conhecimento: ele distingue as diferentes formas de conhecimento nomeadamente através de *conhecimento pessoal, conhecimento de grupo e conhecimento cultural*. O conhecimento pessoal é representado em modelos mentais como eventos específicos, pessoais. O conhecimento de grupo é compartilhado por grupos sociais específicos, tais como profissionais, movimentos sociais ou corporações comerciais e corresponde às ideologias. Tal conhecimento é naturalmente enviesado, e não é reconhecido como parte da “base-comum” ou “fundo-comum” pelos outros grupos. E, portanto, caracterizados como mera “crença”. Em princípio, todo conhecimento socialmente compartilhado pode ser pressuposto no discurso público (base-comum). Porém, tal conhecimento de base-comum muda constantemente, e o que é de base-comum ontem, pode ser ideologia de grupo ou crença hoje (como no caso da ideologia cristã).

Atitudes: as atitudes são opiniões socialmente compartilhadas, tais como as opiniões das pessoas a respeito do aborto. Estas são, de modo geral estruturas complexas, ou seja, consistem de um grupo de proposições avaliativas. Do mesmo modo que o conhecimento geral pode influenciar os modelos mentais, as proposições gerais ou atitudes podem também serem “particularizadas” em opiniões específicas e pessoais nos modelos mentais.

Ideologias: as ideologias são definidas como representações sociais de base dos grupos. Elas estão na base do conhecimento e atitudes dos grupos tais como socialistas, neoliberais, ecologistas, feministas, bem como antifeministas. Elas têm provavelmente uma estrutura esquemática que representa a imagem-de-si de cada grupo, descrevendo as formas de tornar-se membro, os objetivos, as atividades, as normas e os recursos de cada grupo. Elas são os princípios básicos que organizam as atitudes compartilhadas dos membros de um grupo. Nesse sentido, a ideologia racista organiza as atitudes de um grupo dominante a respeito da imigração, da educação ou do mercado de trabalho.

O sistema de controle do conhecimento na produção e compreensão do discurso a partir de é teorizado por ele através da aplicação de um sistema de controle composto de cinco estratégias.

K1: Assumir que os receptores sabem o que eu lhes disse antes.

K2: Assumir que os receptores não sabem do conhecimento pessoal que eu adquiri desde minha última comunicação com eles.

K3: Assumir que os receptores conhecem aquilo de que nós (no caso, o jornal) já os informamos antes.

K4: Assumir que os receptores tem o mesmo conhecimento cultural que você.

K5: Assumir que os receptores compartilham o conhecimento de todas as comunidades epistêmicas mais abrangentes de que fazem parte.

A aplicação dessas estratégias na produção e compreensão discursiva permitem controlar o volume de conhecimento ativado de todas as partes da cognição para a memória de trabalho dos participantes da interação e, principalmente, construir intersubjetivamente o objeto-do-discurso. Com relação aos gêneros do discurso em geral, a diferença entre a teoria do contexto de Van Dijk e as demais está, desde o início, na diferença de perspectiva com relação à noção do texto. A noção de modelo mental utilizada por Van Dijk deve-se ao fato dela corresponder às suas expectativas teóricas com relação à descrição da competência comunicativa dos falantes à luz da preservação da diferença entre o nível profundo (discurso) e superficial (texto) da forma. Assim, o seu argumento de base é o fato de que a relação entre a estrutura social, a situação de comunicação e o evento comunicativo não são diretas, mas intermediadas pela cognição, interpondo, assim, um nível psicológico na sua teoria do contexto.

6. Análise

Está disponível para o leitor na última página deste artigo a macroestrutura semântica da notícia agora em análise. Partindo-se da descrição arbórea do gênero de Van Dijk, observamos que todos os episódios do gênero notícia foram ativados no texto. Na manchete lemos: “Para bispo, dor da mãe não justifica aborto.” Qual bispo afirmou isso? Qual a causa da dor da mãe? Por qual motivo essa dor não justifica o “aborto”? A lead de fato preenche esses argumentos informando ao leitor que Dom Odilo Scherer afirmou que o sofrimento de uma grávida de feto com anencefalia não justifica a interrupção da gravidez. Desses dois primeiros episódios pode-se inferir que: 1) Para a FSP um comentário de um Bispo a respeito de uma decisão do STF é um acontecimento de interesse público. 2) O contraste entre a seleção dos termos “aborto” atualizado pela voz da Igreja e “sofrimento de grávida de feto com anencefalia” são a prova de que a FSP é ideologicamente alinhada com o STF a respeito da atitude tomada diante da anencefalia.

O jogo ideológico continua no próximo episódio: evento principal. Partindo-se da representação da Ordem Social pelo jornal FSP, o comentário de Dom Odilo é um acontecimento publicamente relevante uma vez que a Igreja é, nas palavras do sacerdote, a favor da dignidade da vida e do ser humano. Entretanto, ao avançarmos na leitura da notícia, observamos que a FSP preenche o episódio “background” de forma estratégica. A notícia informa ao seu leitor que, historicamente, os fetos com anencefalia não sobrevivem fora do útero. Além disso, informa que, eventualmente, ou seja, na semana passada o Ministro Marco Aurélio Mello liberou a interrupção da gravidez de fetos anencéfalos através de

uma liminar. Por fim, temos a definição do contexto (tão caro a Linguística do Texto). O conteúdo deste é o mesmo da manchete, porém com uma outra atitude. Logo abaixo temos dois parágrafos da notícia onde podemos observar com maior precisão o jogo ideológico, ou seja, o jogo de palavras:

“Em entrevista ao semanário ‘O São Paulo’, da arquidiocese da capital paulista, dom Odilo disse que a igreja “é a favor da vida e da dignidade do ser humano, não importando o estágio do seu desenvolvimento ou condição na qual se encontre”

*“A **mulher** que gera um filho com anencefalia **pode** passar por um drama grave e por muitos sofrimentos, sabendo que o feto **pode** morrer ainda no seu seio ou então logo depois de nascer”. Temos que ter muita compreensão com essa **mãe**, e a sociedade dispõe de muitos meios para ajudá-la. Mesmo o risco para a saúde da mãe **pode** ser controlado pela medicina. Mas o sofrimento da **mãe** não é justificativa suficiente para tirar a vida do filho dela’, afirmou dom Odilo ao semanário.”⁶*

Pensando a respeito de um contexto onde uma mulher precisa escolher entre conduzir ou não uma gestação, há no *bouquet* que compõe este campo semântico diversas possibilidades de seleção lexical. Assim, o efeito de sentido do enunciado “a gestante matou o feto” é bastante diferente do enunciado “a mãe matou o filho”. Partindo-se disso, nos dois parágrafos acima, verificamos claramente que o objeto-do-discurso na voz da Igreja começa com o termo “mulher” é re-categorizado lexicalmente de forma explícita para “mãe”. Da mesma forma, ocorre a recategorização do objeto-do-discurso “filho” é re-categorizado lexicalmente para “feto” e, em seguida, é retomado como “filho”. Essas re-categorizações são uma prova de que a FSP alinhou-se ideologicamente com o STF a respeito da anencefalia, entretanto deu voz a outros atores sociais mostrando-se portanto um jornal com uma visão plural da Ordem Social brasileira. O fenômeno linguístico-discursivo de recategorização lexical é descrito por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995: 15) como:

“On voit ici que modifier le point de vue sur un objet de ce type – un procès –, c’est aussi généralement modifier des paramètres de ce procès : celui-ci est d’abord saisi comme un procès transitif, donc non symétrique (cette acquisition), puis comme symétrique (la transaction), puis comme non transitif et non symétrique (l’opération). Du point de vue lexical, ces trois dénominations marquent une progression vers un substantif de plus en plus hyperonymique. Outre les changements de perspective sur le procès que cette procédure induit, il n’est bien sûr pas exclu que ces changements de dénominations soient motivés par le souci d’éviter la répétition.”

Saindo-se do nível do interdiscurso e passando ao texto, podemos analisar também o uso do modalizador « pode » no parágrafo supracitado. Koch (2012: 50) afirma que “os indicadores modais, também chamados de modalizadores em sentido estrito, são igualmente importantes na construção do sentido do discurso e na sinalização do modo como aquilo que se diz é dito”. Os argumentos modalizados por D. Odilo como possível são:

- a) A mulher que gera um filho com anencefalia **pode** sofrer
- b) Sabendo que o seu feto **pode** morrer no seu ventre ou assim que nascer
- c) Até mesmo o risco para a saúde da mãe **pode** ser controlado pela medicina

⁶ Os destaques em negrito ou itálico são nossos.

As proposições modalizadas como “possíveis” são argumentos contrários à ideologia da Igreja Católica defendidos pela comunidade médica e pelo STF. O simples gesto de modalizar o argumento de outro ator social altera o seu estatuto argumentativo, ou seja, uma proposta deixa de ser considerada um fato sempre que ela for questionada ou colocada como possível ou qualquer outra atitude que altere o estatuto retórico da ideia no fundo-comum do grupo.

Desta forma, ao aplicarmos estes princípios de controle no discurso reportado da Igreja Católica, observamos que essa série argumentativa funciona como contrapeso a fim de amplificar o argumento final e principal, também quase-lógico, do discurso da Igreja Católica: o *argumento por sacrifício*

Por fim, chegamos à última questão proposta: Qual modelo de evento do jornal FSP podemos depreender a partir da análise da notícia?

Podemos afirmar que do ponto de vista macrossocial, no nível do jogo entre os poderes republicanos, a Igreja Católica é considerada um ator importante no cenário social brasileiro, de tal forma que os dois últimos episódios ativados na notícia é a reação do bispo de Porto Alegre à decisão do STF, através da edição de uma cartilha que exclui o título de cristão dos partidos que forem a favor do aborto, bem como a projeção da expectativa da Igreja Católica: a de que a atitude do STF a respeito da anencefalia poderia ser um primeiro passo para a legalização da eutanásia no Brasil.

7. Considerações Finais

Este artigo analisou uma notícia produzida pelo jornal FSP e publicada em 10/07/2004 que veiculou a informação de que o Secretário-geral da CNBB havia comentado a liminar concedida pelo Ministro Marco Aurélio Mello a respeito da ADPF 54. O Bispo de Porto Alegre afirmou que iria editar uma cartilha orientando os católicos a não votarem em partidos de políticos a favor do aborto. Verificou-se que as alterações do modelo de contexto e evento do leitor a respeito do aborto foram realizadas a partir da recategorização dos valores télico do *bouquet* do campo semântico referente ao processo de reprodução humana. Essa recategorização lexical explícita alterou o modelo de contexto do leitor a respeito do aborto desde o micronível linguístico discursivo, ou seja, dos significados locais até o macronível tópico.

Assim, de acordo com o discurso da Igreja Católica, as mulheres que abortam são “*mães*”, em oposição ao discurso dos idealizadores da ADPF 54 e da FSP que nomeiam estas mulheres como “*gestantes*”. A estratégia argumentativa do discurso da Igreja Católica foi a da argumentação quase-lógica do *Sacrifício*.

Referências bibliográficas

- Andrade, M. C. (2013). Comunicação e opinião do leitor: a interação social na correspondência publicada na imprensa paulista. In: D. Preti, & M. Q. Leite, **Comunicação na fala e na escrita** (pp. 209-230). São Paulo: Humanitas.
- Andrade, M. C. (2001). **Relevância e contexto: o uso de digressões na língua falada**. São Paulo: Humanitas .
- Bakhtin, M. (2003a[1952-1953]). Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal** (P. Bezerra, Trad., pp. 261-306). São Paulo: Martins Fontes.
- BRASIL (STF). **Acompanhamento processual - Pedido de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de Número 54**.
- da Costa, E. V. (2010 [1998]). **Da monarquia à República: momentos decisivos** (9ª ed.). São Paulo: Editora UNESP.
- da Costa, E. V. (2006[2001]). **STF: o Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania** (2ª ed.). São Paulo: Editora UNESP.
- Fávero, L. L., Andrade, M. C., & Aquino, Z. G. (1999). **Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna**. São Paulo: Cortez.
- Koch, I. V. (2014). **As tramas do texto** (2ª ed.). São Paulo: Contexto.
- Koch, I. V., & Travaglia, L. C. (2014[1990]). **A coerência textual** (18ª ed.). São Paulo: Contexto.
- Koch, I. V., Morato, E. M., & Bentes, A. C. (2012). **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto.
- Levinson, S. C. (2007[1983]). **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes.
- Mosca, L. d. (2004). Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: L. d. Mosca, & (org.), **Retóricas de ontem e de hoje** (3ª ed., pp. 17-54). São Paulo: Humanitas.
- Neves, M. d. (1997). **A gramática funcional**. Sao Paulo: Martins Fontes.
- Neves, M. d. (1987[1983]). **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: HUCITEC.
- Neves, M. d. (2011[2006]). **Texto e gramática** (3ª imp. ed.). São Paulo: Contexto.
- Oliveira, F. L., & Falcão, J. (2013). O STF e a agenda pública nacional: de outro desconhecido a supremo protagonista? **Lua Nova** , Núm. 88, 429-469.
- Tomlin, R. S., Forrest, L., Pu, M. M., & Kim, M. H. (1997). Discourse Semantics. In: T. A. Van Dijk, **Discourse as structure and Process** (1ª ed., Vol. 1, pp. 63-112). New York: SAGE.

Van Dijk, T. A. (2013). Análise Crítica do Discurso: um apelo em favor da diversidade. **Linha D'agua**, 2 (26ª), 351-381.

van Dijk, T. A. (2011[1992]). **Cognição, discurso e interação** (7ª ed.). São Paulo: Contexto.

van Dijk, T. A. (1998). **Ideology: A Multidisciplinary Approach**. London: SAGE.

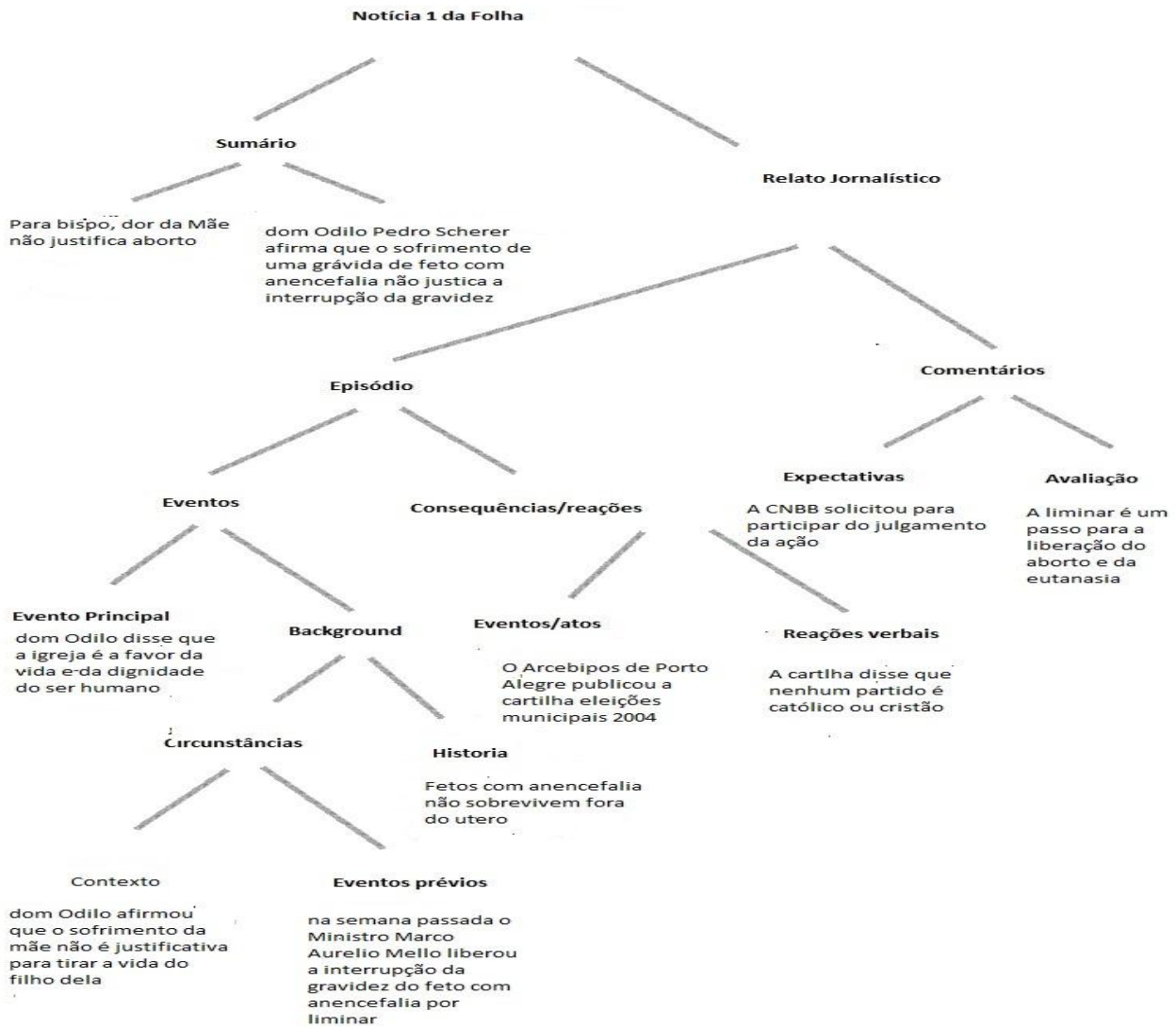
van Dijk, T. A. (1988a). **News analysis: case studies of international and national news in the press**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

van Dijk, T. A. (1988b). **News as discourse**. (L. E. Associates, Ed.) Hillsdale, NJ.

van Dijk, T. A. (2009). **Society and discourse: how social contexts influence text and talk**. New York: Cambridge University Press.

Anexos

Anexo 1 – Macroestrutura semântica da notícia



Abstract: *This paper investigates in accordance with the socio-cognitive perspective of Critical Discourse Analysis the representation of Brazilian Social Order in a news published by the newspaper Folha de S. Paulo (FSP) about the judgment of "Pedido de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de número 54" by the Brazilian Supreme Court: "Supremo Tribunal Federal". It established a unique interpretation for all members of the direct and indirect public administration in Brazilian territory about the context of anencephaly. If a pregnant woman without fetal brain decided to terminate the pregnancy, would be her decision a crime of "abortion" or a just a "therapeutic measure"? The methodology of this research is the one proposed by Van Dijk (2013). The investigation has shown, on one hand, that some comments and actions from members of Catholic Church regarding the performance of the STF in this process were considered as contextually relevant as a news story by FSP. On the other hand or Linguistically, the author of the news have played with the words "pregnant" and "mother" on one side, and "fetus" and "son" on the other. This re-categorization subtly altered the context of the readers regarding the deal in its legal context and also the role of Supremo Tribunal Federal in the Brazilian political scene.*

Keywords: *critical discourse analysis; theory of context; ideology; referencing; federal supreme court.*

O DISCURSO DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA EM UM LIVRO DIDÁTICO DE ESPANHOL PARA BRASILEIROS

Bruno Rafael Costa Venâncio da SILVA (IFRN)¹
bruno.venancio@ifrn.edu.br

Miguel Afonso LINHARES (IFRN)²
miguel.linhares@ifrn.edu.br

Resumo: A ciência linguística tal como desenvolvida pelo estruturalismo herdou e reforçou a tradição ocidental de encarar as línguas como objetos imutáveis e invariáveis, constituindo alguma espécie de corrupção quase toda mudança e quase toda variação. Isto se tem refletido no ensino-aprendizagem de línguas, quer materna quer adicionais, pela marginalização de todo dialeto ou socioleto diferente da norma-padrão, os quais, não raro, têm negada a sua própria condição de parte da língua (“isto não é português”, “isto não é espanhol”). Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar o discurso de um livro didático de Espanhol acerca da variação dessa língua. Com efeito, o ensino-aprendizagem do espanhol tem estado cada vez mais presente na escola brasileira, de modo que a produção de livros didáticos para a educação básica sob a condição de serem produzidos por brasileiros(as) mais o fato de ser uma língua de uma extensão territorial vasta e, conseqüentemente, de uma variação abundante tornam este tipo de análise bastante interessante, a qual é instrumentalizada mediante o arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso Crítica, mormente a partir da leitura de Fairclough (2001) e Thompson (2009). Se bem dito livro didático apresente um avanço em face de conjunturas passadas, por procurar levar a variação linguística à aula evitando um tratamento purista da questão, ainda se constata muito forte o atravessamento do eurocentrismo, pelo qual a norma-padrão do espanhol europeu aparece frequentemente como não marcada ou como ponto de partida ou de referência.

Palavras-chave: Variação linguística; Ensino de Espanhol; Análise do Discurso Crítica.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A heterogeneidade da língua espanhola, longe de ser um problema para o professor, deve ser contemplada na sala de aula para que os discentes a entendam a partir do funcionamento de cada uma das variedades em seus diferentes contextos, sejam geográficas (diatópicas), sociais (diastráticas) ou estilísticas (diafásicas). A visão de língua homogênea, com um sistema invariável, atrelada aos projetos de construção de Estados-nação, ainda se encontra arraigada no contexto escolar, privilegiando a norma-padrão como modelo de língua ideal, e não como uma das expressões do sistema heterogêneo, com um propósito específico.

Algumas tentativas de incluir variantes da norma não padrão no ensino de língua materna em nosso país foram severamente criticadas no entorno não acadêmico, reforçando uma visão preconceituosa da sociedade, que ainda atribui etiquetas como “certo” ou “errado” a alguns elementos linguísticos que não

¹ Professor de língua espanhola do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, *Campus Natal* – Cidade Alta. Atua nos cursos de Guia de Turismo e Licenciatura em Espanhol. Mestre em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande.

² Professor de língua espanhola do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, *Campus Currais Novos*. Atua em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e na Licenciatura em Espanhol. Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará.

coincidem com a gramática normativa, mas que fazem parte da fala espontânea, inclusive de falantes cultos em contextos mais informais.

Grigolletto (2003) pesquisa nos livros didáticos as representações sobre os brasileiros, os estrangeiros e a língua inglesa na construção da identidade dos alunos. A pesquisadora identifica um discurso de união e homogeneidade da língua inglesa, caracterizado pelo apagamento da diversidade linguística, dando uma ideia de “língua homogênea”, trazendo conceitos de identidades fixas, sem reflexão sobre a diversidade, pelos quais o aluno deve somente se encaixar na cultura do outro, já que a língua inglesa e as sociedades que a possuem como idioma nacional “não merecem” serem comparadas com outras, fechando o espaço para problematizações de construções de identidades (não como algo fixo) e diferenças culturais.

Nesta mesma linha, objetiva este trabalho entender o discurso da diversidade linguística em um manual didático de língua espanhola adotado por escolas brasileiras de Ensino Médio, visto que o espanhol é um idioma bastante plural, vinculado a diversas realidades linguísticas que muitas vezes são apagadas ou silenciadas no processo de ensino-aprendizagem. Mais especificamente, buscamos responder à seguinte pergunta: de que forma a diversidade linguística é contemplada nesses manuais e quais são as relações de poder estabelecidas para a escolha de uma ou outra variedade linguística como modelo para o ensino?

Nosso artigo está dividido em quatro partes: a primeira refere-se ao referencial teórico, baseado tanto em estudos de variação e ensino de espanhol quanto nas teorias dos Estudos Críticos da Linguagem, que serviram de base para a análise. A segunda detém-se nos procedimentos metodológicos da pesquisa. Na terceira, desenvolvemos nossas análises, para, na última parte, realizar as considerações finais de nosso trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para uma discussão mais organizada dos temas tratados neste artigo, optamos por dividi-lo em duas partes. No primeiro momento, discorreremos sobre a relação entre a variação linguística e o ensino de língua espanhola no Brasil, pontuando sua importância, contrastando estudos que comprovam o que acontece na prática, tanto na elaboração de materiais quanto na sala de aula. No segundo momento, apoiar-nos-emos sobre as teorias da Análise do Discurso Crítica, especialmente em Fairclough (2001) e nas categorias de análise de Thompson (2009), que nos ajudarão a direcionar nossa pesquisa em face do material didático.

2.1. Variação linguística e ensino de língua espanhola no Brasil

As Orientações Curriculares Nacionais (OCN) de Língua Espanhola para o Ensino Médio (2006) sugerem aos professores de espanhol que mudem a pergunta “¿Qué español enseñar?” para “¿Cómo enseñar el español, esta lengua tan plural?”. A partir de uma visão de um espanhol heterogêneo, os

autores das OCN apontam-nos problemas como a priorização do espanhol da Espanha, por ser considerado “melhor” ou “puro”, bem como a falsa dicotomia do espanhol como dois blocos opostos (Espanha/América). Situação essa que é bastante criticada por Fontanella de Weinberg (1993), a qual define o espanhol americano como o conjunto de variedades linguísticas faladas na América, definidas geográfica e historicamente, não esquecendo o complexo e variado caráter do processo de colonização nem suas implicações linguísticas.

Além disso, a preferência pela variedade *castellana*, representada pela fala de Madrid, é gerada por outros fatores. Moreno Fernández (2010) afirma que:

Muchos profesores universitarios brasileños han recibido formación o han perfeccionado sus conocimientos profesionales en España, por lo que no es extraña una actitud favorable hacia la variedad castellana y hacia su uso en las aulas, actitud y uso reforzados por la amplia oferta de materiales didácticos elaborados y publicados desde España³. (MORENO FERNÁNDEZ, 2010, p. 185)

Apesar desse favorecimento, Moreno Fernández (2010) reforça que o ensino de espanhol deve estar centrado nas necessidades imediatas dos alunos, trazendo à discussão um fator importante na elaboração do programa de espanhol: o entorno brasileiro.

Con todo, más allá de la procedencia geolingüística, más allá de las actitudes proclives hacia esta o aquella variedad, la realidad sociolingüística de Brasil ofrece un horizonte general en el que el español de América ha de alcanzarse con un especial protagonismo. Un español de América que podrá hablarse con más o menos acento, con más o menos calcos sintácticos es lo de menos, pero que debe hacer fácil y fluida la comunicación con los hispanohablantes de los países socios del MERCOSUR. (...) [S]on siempre las necesidades y expectativas de los aprendices para qué quieren aprender español, dónde lo van a usar, con quién se van a comunicar, con qué fines las que han de juzgar un programa de español como adecuado o como improcedente.⁴(MORENO FERNÁNDEZ, 2010, p. 185-186)

Outra possibilidade para solucionar o problema dessa dicotomia, apontado pelas OCN (2006), foi a de optar pelo “espanhol neutro”, ou *Español estándar*, eliminando marcas distintivas de diversas regiões. Ao trazer essa questão nesse documento, também se considera de difícil padronização, exemplificando o caso do tratamento de segunda pessoa do plural informal. Acreditamos que para o tratamento de segunda pessoa do singular informal esse tema é ainda mais complicado, devido às possibilidades de realização.

³ Muitos professores universitários brasileiros receberam formação ou aperfeiçoaram seus conhecimentos profissionais na Espanha, o que justifica uma atitude favorável em relação à variedade castelhana e a seu uso na sala de aula, atitude e uso reforçados pela ampla oferta de materiais didáticos elaborados e publicados pela Espanha (tradução nossa).

⁴ Com tudo, além da procedência geolingüística, além de determinadas atitudes a uma ou outra variedade, a realidade sociolingüística do Brasil oferece um horizonte geral ao espanhol americano um papel de protagonista. Um espanhol da América que poderá ter mais ou menos sotaque, com mais ou menos decalques sintáticos, mas que deve facilitar a comunicação com os hispanófonos dos países sócios do MERCOSUL. (...) São sempre as necessidades e expectativas dos aprendizes para que querem aprender espanhol, onde vão usá-lo, com quem vão se comunicar, com que fins um programa de espanhol deve ser considerado adequado ou improcedente (tradução nossa).

Em seu livro, Carricaburo (1997) explica os usos de *tú*, *vos* e *usted* optando por uma divisão por países. Entretanto, essa autora ratifica, inclusive, que os usos dentro de um mesmo país podem dar-se de maneiras diferentes por variáveis e situações de interlocução diversas. Geralmente, os livros didáticos de língua espanhola publicados do Brasil não costumam contemplar o pronome de tratamento *vos* ou costumam relegá-lo apenas a uma “curiosidade”, apesar de estar mais estendido que o pronome de tratamento *vosotros*, exclusiva da variedade peninsular (VENÂNCIO DA SILVA, ALVES DA SILVA, 2007), por uma questão histórica e de preconceito linguístico, e porque muitos deles, como já dito, foram produzidos na Espanha, o grande mercado editorial de livros de espanhol.

Vilhena (2013, p. 64-74) coloca em questão a simplificação da língua espanhola no material didático quando se adota esse espanhol abstrato, a ponto de construir uma alteridade adulterando, desprezando a convivência e o confronto de vozes no universo hispanófono. Esse pesquisador aponta ainda que os materiais didáticos, mesmo dentro dessa visão de abstração e homogeneização da língua, ainda se encontram presos ao espanhol europeu como modelo de variedade e léxico.

Eres Fernández (2002, p. 10) não acredita que a predominância de uma variante no material didático constitui um problema, visto que o professor tem a liberdade de apresentar outras aos seus estudantes, entendendo o livro como um recurso a mais na sala de aula. A autora entende que o professor terá mais trabalho porque terá de selecionar materiais que reflitam outras modalidades de língua e de cultura, além daquelas que são encontradas no livro, podendo ser textos de leitura, vídeos, gravações de áudio e, até mesmo, a própria variedade do professor.

Sobre esse papel, um estudo sobre o modelo que os professores de espanhol adotam no ensino desse idioma, realizado por Andiñón Herrero (2008), sinaliza a necessidade de a formação do corpo docente ser adequada para poder refletir sobre diversas questões relativas ao ensino, entre elas a variação e seu lugar na sala de aula.

En los profesores –o aspirantes a serlo– ha calado la razonable idea de que no basta con ser nativo o tener un dominio cuasi nativo del español; hay que estar bien preparado y saber más de planificación curricular, adquisición, metodología, gramática, fonética y léxico aplicados a la enseñanza, pragmática, lenguajes específicos... y variedades de la lengua (ANDIÑÓN HERRERO, 2008, p. 168).⁵

Entretanto, Andiñón Herrero (2008, p. 169) afirma que os professores não negam a heterogeneidade do espanhol, porém possuem um conhecimento desigual relacionado à variação linguística, o que os leva, muitas vezes, a não conseguir explicar casos de variação dialetal, gerando assim, incerteza, estresse, além de poder conduzi-los a dar respostas equivocadas. Alguns professores podem, inclusive, corrigir alunos que

⁵ Nos professores de espanhol – ou aspirantes – penetrou a ideia razoável que não basta ser nativo ou ter um domínio quase perfeito do espanhol, tem que estar preparado e ter conhecimento de planificação curricular, aquisição, metodologia, fonética e léxico aplicado ao ensino, pragmática, gramática, linguagem específicas... e variedades da língua (tradução nossa).

usam variantes que eles desconhecem, as quais podem ter sido adquiridas através de professores anteriores, falantes de variedades diferentes, gerando assim uma atitude negativa do aluno.

É inequívoco que atualmente ensinar uma língua adicional exige mais do que o domínio da gramática ou a reprodução de situações comunicativas que os alunos memorizem e reproduzam como uma simples criação de hábitos. Courtyllon (1984) afirma que

[a]pprendre une langue étrangère c'est apprendre una culture nouvelle, des modes de vivre, des attitudes, des façons de penser, une logique autre, nouvelle, différente, c'est entrer dans un monde mystérieux au début, comprendre les comportements individuels, augmenter son capital de connaissances et d'informations nouvelles, son propre niveau de compréhension⁶ (COURTYLLON, 1984, apud MANNA, 2009, p. 211).

As competências que nossos alunos devem atingir são múltiplas quando pensamos na proposta intercultural para o ensino de línguas adicionais, exigindo que o professor transite por diversas áreas. Lucchesi (2004, p. 171-179) aponta que a competência linguística do falante é multidialetal, ou seja, que ele é capaz de lidar com a heterogeneidade do sistema, sem problemas de decodificação. Evidentemente, o autor faz referência ao falante nativo de uma dada língua materna, que ao longo de sua vida entrou em contato com sistemas linguísticos de diversas comunidades de fala diferentes da sua, enriquecendo seu repertório linguístico para que a eficácia na comunicação não seja comprometida. Propomos uma transposição desse conceito para o ensino de línguas adicionais, na qual o professor deve facilitar o contato com diversas variedades da língua-meta, para que o aluno tenha a capacidade de decodificar essa heterogeneidade e não comprometer a comunicação, entendendo a variação, tanto em sua língua materna como na língua que está aprendendo, como um fenômeno comum e sistemático. Ao incluir o conceito de competência multidialetal, não sugerimos que o ideal de língua que deve ser alcançado seja a de um falante nativo, porém não podemos deixar de refletir sobre as necessidades de comunicação dos alunos na língua-meta e nas interferências que podem ocorrer caso tal língua seja ensinada como um sistema homogêneo, desvinculado das culturas e valores de uma sociedade.

2.2. Posições ideológicas e políticas no discurso

Segundo Rajagopalan (2003), o produzir ciência constitui uma prática social que, como tal, é atravessada por conotações ideológico-políticas. Apesar dos materiais didáticos quererem atingir uma suposta neutralidade, sabemos que seus autores deixam tais conotações transparecerem em seus discursos e na forma como elaboram suas unidades didáticas. Entretanto, fica a questão: do quê ou de quem o discurso da diversidade linguística em materiais didáticos de língua espanhola está a serviço? Parece lógico pensar que os livros didáticos adotados de editoras espanholas privilegiem o espanhol peninsular, bem

⁶ Aprender uma língua estrangeira é aprender uma nova cultura, modos de viver, atitudes, maneiras de pensar, uma outra lógica, nova, diferente, é entrar em um mundo misterioso no começo, compreender comportamentos individuais, argumentar seu capital de conhecimento e informações novas, seu próprio nível de compreensão (tradução nossa).

como sua cultura (especialmente a do centro da Espanha, apagando, por exemplo, a variedade linguística e cultura das regiões bilíngues, com a Catalunha, a Galiza, o País Basco e outras). Não obstante, a partir da implementação do Programa Nacional do Livro Didático (PNDE) desde 2011, as escolas públicas passaram a receber três coleções de língua espanhola elaboradas por autores brasileiros, de modo que surge outra questão: de que forma a diversidade linguística é contemplada nesses manuais e quais são as relações de poder estabelecidas para a escolha de uma ou outra variedade linguística como modelo para o ensino?

Ainda que a Análise do Discurso francesa tenha desempenhado com anterioridade certa abordagem crítica ao repensar de maneira bastante profunda a episteme do estruturalismo a partir do olhar marxista, Fairclough (2001) objeta que o peso da análise linguística nessa nova disciplina foi demasiado leve como para tratar os conceitos de ideologia e poder em conformidade com a importância deles. Destarte, se bem a Análise do Discurso francesa parte de uma perspectiva social, por desatender ao caráter dialógico passível de ser convenientemente abordado pela análise linguística, acaba continuando a apresentar uma visão estática das relações de poder, ressaltando o “papel desempenhado pelo amoldamento ideológico dos textos linguísticos na reprodução das relações de poder existentes” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 20).

Neste sentido, a Teoria Social do Discurso não se restringe à dimensão ideológica observável nos textos, mas vai além, abordando inclusivamente a mudança discursiva em consonância com a mudança social e cultural. Daí que para Fairclough (2001) a ação languageira constitua uma forma de prática social, não meramente uma atividade individual que reflete determinadas variáveis situacionais. Como prática social, fica pressuposto a essa ação languageira uma imbricação da linguagem com a sociedade na forma de uma relação dialética: o discurso molda as relações sociais e também é moldado por elas. Em uma palavra, sem deixar de ser representação, o discurso é ação, é um modo de os sujeitos agirem sobre os outros e sobre o mundo. No dizer do próprio autor:

aqui está a importância da discussão de Foucault sobre a formação discursiva de objetos, sujeitos e conceitos. O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91)

Esse modo de ação que é o discurso é constituído de três dimensões simultâneas: prática social, prática discursiva e texto, como ilustra a figura a seguir.

Figura 1. Dimensões do discurso



Cada dimensão comporta um efeito na dialética do discurso: a constituição de identidades sociais e posições de sujeito para os sujeitos sociais em um sentido mais amplo e para os tipos de *eu* em um mais estrito. O discurso acha-se na constituição das relações sociais e assim contribui para a formação de sistemas de conhecimento e de crença. Como explica o autor:

A prática discursiva é constituída tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistema de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la. (...) Uma perspectiva dialética também é um corretivo necessário a uma ênfase indevida na determinação do discurso pelas estruturas, estruturas discursivas (códigos, convenções e normas), como também por estruturas não-discursivas. Desse ponto de vista, a capacidade da palavra 'discurso' de referir-se às estruturas de convenção que subjazem aos eventos discursivos reais, assim como aos próprios eventos, é uma ambigüidade feliz, mesmo se de outros pontos de vista possa gerar confusão. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92-93)

Portanto, diferentemente do estruturalismo epistemológico, pelo qual a prática discursiva e o evento discursivo são encarados como instâncias de estruturas discursivas, pela Teoria Social do Discurso a prática discursiva e o evento discursivo relacionam-se de forma complexa com as estruturas, parciais e contraditórias. Desse modo, o discurso mantém uma relação dialética com os elementos ideológicos, políticos, econômicos, culturais do social, mas não é reduzido por eles:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. Já o discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. A prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. Assim, a prática política é a categoria superior. Além disso, o discurso como prática política é não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta. (FAIRCLOUGH, 2001, p.94)

Consoante cada domínio ou ambiente institucional, diferentes tipos de discurso podem ser investidos política e ideologicamente de maneiras particulares. Mais que isso: esses diferentes tipos de discursos podem envolver-se igualmente de maneiras particulares, sendo, então, reinvestidos. É preciso, então, que a Análise do Discurso Crítica saiba pender ora sobre textos específicos ora sobre a chamada ordem de discurso, expressão que Fairclough (2001) tomou de Foucault fazendo-a corresponder à estruturação social da linguagem e à sua relação com certas práticas sociais.

Contudo, é forçoso reconhecer que a palavra *ideologia* não é dos termos mais pacíficos nas Humanidades, o que impeliu Fairclough (2001) a decidir-se por determinada concepção. A escolha recaiu sobre a teorização da ideologia operada por Thompson:

À medida em que o termo “ideologia” escorregou para a arena política e foi jogado contra os filósofos por um imperador sob estado de sítio, o sentido e a conotação do termo começou a mudar. Deixou de se referir apenas à ciência das idéias e começou a se referir às idéias mesmas, isto é, a um corpo de idéias que, supostamente, seria errôneo e estaria divorciado das realidades práticas da vida política. (...) A ideologia como ciência positiva e eminente, digna do mais alto respeito, gradualmente deu lugar a uma ideologia como idéias abstratas e ilusórias, digna apenas de ridicularização e desprezo (THOMPSON, 2009, p. 47- 48).

Por essa concepção, a ideologia está a serviço da reprodução da ordem social que favorece os indivíduos e os grupos dominantes: corresponde às “maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para *estabelecer e sustentar* relações de dominação” (THOMPSON, 2009, p. 79). A sua operacionalização dá-se de cinco modos: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Cada modo pode desenvolver-se por diferentes estratégias. A seguir, apresentar-se-ão superficialmente tais operações.

Legitimação – Mediante essa operação certos fatos são representados como legítimos (quando não o são, subentenda-se).

Dissimulação – As relações de dominação são ocultadas, obscurecidas ou mesmo negadas.

Unificação – Constrói-se uma unidade para certos indivíduos, independentemente das suas diferenças e das condições e dos meios pelos quais tal unidade é construída.

Fragmentação – Assim como se pode construir uma unidade a despeito das diferenças, pode-se destruir uma unidade ressaltando a diversidade.

Reificação – Retratação de uma situação transitória como permanente ou natural. Pode acontecer através de naturalização, eternalização e nominalização.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se por ser qualitativa, visto que os dados serão analisados e interpretados a partir das descrições de um livro didático de uma coleção de língua espanhola. Algumas etapas serão realizadas para a descrição: a) leitura de reconhecimento; b) leitura exploratória; c) leitura seletiva; d) leitura reflexiva e e) leitura interpretativa.

Quanto à abordagem metodológica, optou-se pela pesquisa bibliográfica, visto que o *corpus* para análise é composto por um livro didático de espanhol adotado pelo PNLD. Das três coleções, optamos por escolher uma delas, por duas razões: a) todas as autoras são brasileiras e b) no manual do professor há um tópico para discutir a diversidade linguística. O manual escolhido foi *El arte de aprender español* (2010), de Deise Cristina de Lima Picanço e Terumi Koto Bonnet Villalba, da Base Editorial, da cidade de Curitiba, no estado do Paraná. Analisamos as duas primeiras unidades do primeiro volume do manual. Além da pesquisa bibliográfica, necessitamos realizar uma pesquisa documental visto que o “manual do professor”, encontrado no Livro do Professor, é um documento de consulta que norteia a atividade docente.

As categorias de análise da nossa pesquisa, como mencionado anteriormente, são as enumeradas por Thompson (2009, p. 79), para estabelecer ou sustentar as relações de dominação: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação.

4. ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO

A nossa análise começa pelo “manual do professor”, para perceber as noções de língua que sustentam o trabalho de elaboração do material didático das autoras. O capítulo 4, *Las variaciones y la reflexión sobre los aspectos lingüísticos en las prácticas socioverbales*, do manual do professor concentra-se diretamente em nossa questão de pesquisa, como abordado no parágrafo a seguir:

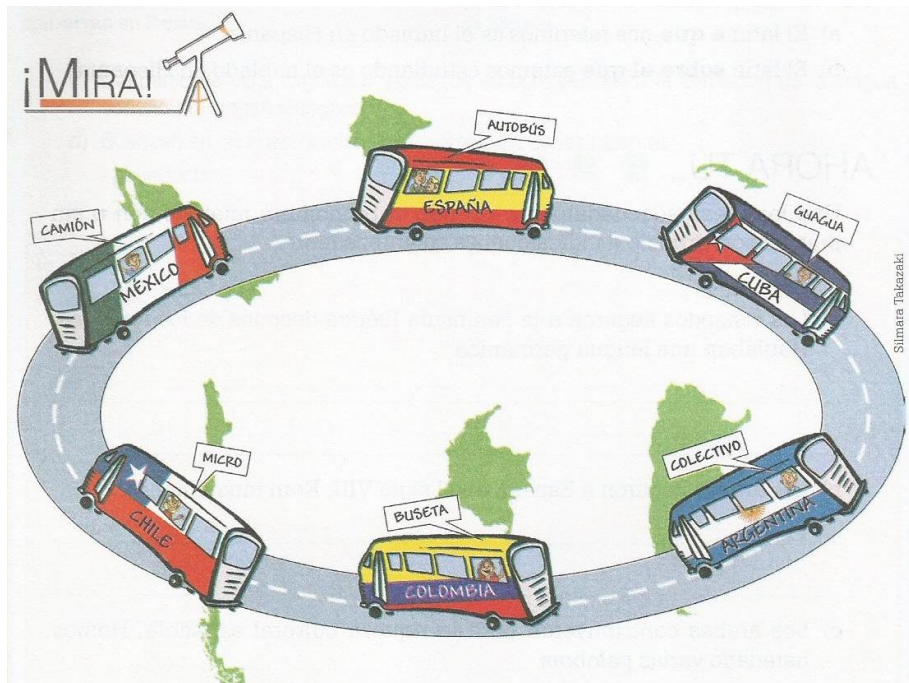
En ese sentido, discutimos en algunos momentos especiales la variación lingüística de las regiones hispanohablantes, principalmente las que presuponen cambios no solamente léxicos sino también estructurales, como el voseo. No la abordaremos como un tratado académico, pues considerados que lo más importante es que el alumnado se conscientice de la riqueza regional. Es necesario y esencial que los alumnos perciban sin prejuicios que hay formas distintas tanto en su lengua como en la extranjera, sin hacer juicios de valor sobre el origen de la lengua y la importancia de cada país en el escenario internacional (PICANÇO, 2010, p.12).

Como podemos perceber, as autoras optam por trabalhar em “momentos especiais” a “riqueza regional” da variação linguística do espanhol, de forma que o conhecimento nesse âmbito é tratado como uma curiosidade que não faz parte do sistema linguístico. Além disso, as autoras abordam o voseo como um desses “momentos especiais” dedicados à variação linguística. Nesse ponto, já podemos observar uma relação de fragmentação, na qual o voseo, uma das marcas do espanhol americano, é tido como um conteúdo separado do padrão da língua espanhola e que não merece o mesmo espaço que o pronome de tratamento tú, sinalizando uma legitimação do tú em detrimento do vos.

As autoras trazem, através de um recurso de discurso direto, uma citação de Fanjul (2004), que afirma que os alunos querem de alguma forma identificar-se com o espanhol de algum país (“español de España” ou “de Argentina”). Entretanto, Fanjul (2004) afirma que esse processo de identificação não é factível, devido ao contexto de aprendizagem do aluno – aprendiz de espanhol no Brasil – que terão professores de diversos países e materiais de lugares diversos. Apesar disso, as autoras no Livro do Aluno,

na unidade 2, página 46, trazem uma imagem de vários ônibus pintados com as bandeiras de diversos países hispano-americanos e com seus mapas por trás, circulando em uma mesma rodovia, vinculando o uso da variante lexical a um país, negando a possibilidade de variação dentro de cada um, utilizando-se de um claro processo de unificação.

Figura 2. Variantes lexicais para *ómnibus*



Além disso, apesar de a imagem estar vinculada a um texto intitulado “variantes hispanoamericanas”, a Espanha, país pertencente à Europa, não à América, aparece, e não aleatoriamente, no topo, como um processo de dissimulação: o eurocentrismo é colocado como modelo ideal na escolha do léxico, enquanto que as demais variantes aparecem embaixo ou marginadas. Há também, nessa imagem, um processo de legitimação, no qual, por exemplo, tem-se *busesta* como a variante lexical da Colômbia, negando a possibilidade de que os colombianos utilizem outra variante que não *busesta*, além de não explicitar em que casos se utiliza essa variante. Da mesma forma que *colectivo* na Argentina é utilizada somente para ônibus que circulam dentro da cidade, enquanto que os que circulam fora dos limites de uma cidade recebem o nome de *ómnibus*. Identificamos também um processo de fragmentação, negando a possibilidade de que outro país ou região utilize *autobús*, já que essa variante está vinculada somente ao espanhol da Espanha. Na página 51, as autoras fazem o oposto da proposta em seu manual do professor, no qual se propõem não se ensinar o espanhol identificando-o por regiões, visto que se trabalha um texto intitulado “Castellano rioplatense”, identificado por elas mesmas como o espanhol falado na Argentina e no Uruguai.

Figura 3. Castellano rio-platense

Araújo (2013) aponta diversos trabalhos de zonificação do espanhol nos quais a Argentina se encontra vinculada a mais de um bloco, inclusive sendo dividida em sete regiões linguísticas, de modo que há um claro processo de unificação, gerando apagamento da diversidade que possa haver na forma de falar, além de um processo de reificação, no qual todo o bloco de espanhol rio-platense tem uma forma de falar que não está vinculada a nenhum processo de mudança, e sim estático.

Por último, apesar de as autoras não marcarem as variantes fonéticas no Manual do Professor, encontramos repetidos processos de reificação no quadro fonético-fonológico da língua espanhola adotados pelas autoras às páginas 37 e 38. As autoras tratam os alofones ou variantes fonéticas como realidades linguísticas fechadas e que não estão em processo de mudança linguística. Temos como exemplo as pronúncias das letras e <v> como uma única realidade, como o fonema /b/ para ambas, anulando a possibilidade de que, em diversas regiões hispanófonas, esses fonemas ainda se encontram em competição, ou como a letra <s> em início de palavras, que só pode ser representada como /s/, anulando outro fenômeno em processo de mudança em regiões do sul da Espanha com o fonema /θ/ (interdental fricativo).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observamos ao longo do artigo, as relações de dominação em um livro didático no Ensino Médio produzido por autoras brasileiras também mostram uma visão do espanhol como um idioma

homogêneo, com pouca variação e com atenção especial ao espanhol da Espanha (centro-norte) como um modelo a ser seguido, reservando os “momentos especiais”, ditos pelas próprias autoras, para as variedades hispano-americanas.

Apesar de tudo, diferente de muitos manuais, as unidades que foram objeto de pesquisa desse manual mostram um avanço, visto que durante anos o espanhol da América nem sequer era mencionado ou estava recluso ao final dos capítulos, como curiosidades que não mereciam atenção de sistematização. A unidade 1 desse manual busca relacionar a cultura de nosso país aos povos hispano-americanos, através de legados culturais como quadros e poemas. A unidade 2, apesar das relações de dominação identificadas, trabalha com variações regionais e sociais do espanhol de uma maneira bastante aberta, tirando o protagonismo dos diálogos de repetição frequentes em livros de idiomas, abarcando uma grande diversidade de gêneros. As autoras são conscientes de que a diversidade linguística do espanhol existe e deve ser abarcada, tornando o livro didático como um mediador de diversas realidades linguísticas.

Referências Bibliográficas

ANDIÓN HERRERO, María Antonieta. La variedad del profesor frente al modelo de enseñanza: convergencias, divergencias y actitudes. **Actas del XIX Congreso de ASELE**, p. 167-183, 2008.

ARAÚJO, Leandro Silveira de. A dialetologia hispano-americana e a heterogeneidade linguística: o caso da Argentina. **Web-Revista Sociodialecto**. Vol. 2. N. 3. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCEN)**. Conhecimentos de Espanhol. Brasília, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: <www.mec.gov.br.>. Acesso em: 03 out. 2013.

CARRICABURRO, Norma. **Las fórmulas de tratamiento en el español actual**. Madrid: Arco Libros, 1997.

ERES FERNÁNDEZ, Gretel María. Las variantes del español en la nueva década: ¿todavía un problema para el profesor? **Actas del VIII Seminario de Dificultades de la enseñanza del Español a Lusohablantes: Registros de lengua y lenguajes específicos**. Brasília: Embajada de España en Brasil – Consejería de Educación y Ciencia, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte de España, 2002.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. - tradução do Discourse and Social Change, de 1992. Brasília: Ed. UNB, 2001.

FONTANELLA DE WEINBERG, María Beatriz. **El español de América**. 2. ed. Madrid: Mapfre, 1993.

GRIGOLETTO, Marisa. O discurso do livro didático de língua inglesa: representações e construção de identidades. In: CORACINI, Maria José. (org.) **Identidade e discurso**. Campinas: Unicamp; Chapecó: Argos, 2003, p. 351-362.

LUCCHESI, D. **Sistema, mudança e linguagem**: um percurso na história da linguística moderna. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MANAA. Gaouaou. L'enseignement/apprentissage du français langue étrangère et la quête d'une nouvelle approche avec les autres cultures. **Synergies**, nº4, p. 209-216, Algérie, 2009.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **Las variedades de la lengua española y su enseñanza**. Madrid: Arco Libros, 2010.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica**: linguagem, identidade e questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

VENANCIO DA SILVA, Bruno Rafael Costa. ALVES DA SILVA, Rosemary. (2007), El voseo en los libros didácticos de E/LE en Brasil. **Boletín de la Asociación Argentina de Docentes de Español**. Nº 25; noviembre-diciembre 2007.

VILHENA, Flávia Braga Krauss de. Sobre a invisibilidade das variedades linguísticas latino-americanas no livro didático nacional para o ensino de língua espanhola. In: Zolin-Vesz, Fernando. (Org.). **A (in)visibilidade da América Latina no Ensino de Espanhol**. Campinas, SP: Pontes, 2013, p. 63-76.

Referência do corpus

PICANÇO, Deise Cristina de Lima. VILLALBA. Terumi Koto Bonnet. **El arte de leer español**. Curitiba: Base Editorial, 2010.

Abstract: *The linguistic science, as developed by structuralism, inherited and reinforced the Western tradition of looking at language as immutable and invariable objects, constituting as corruption almost every change and almost every variation. This has been reflected in the teaching and learning of languages, either maternal or additional, through the marginalization of every dialect or sociolect different from the standard-norm, which, often, have their condition of part of the language have been denied ("this is not Portuguese ", " this is not Spanish "). In this sense, the objective of this study is to analyze the speech of a Spanish textbook regarding the variation of that language. Indeed, the teaching and learning of Spanish have been increasingly present in Brazilian schools, so that the production of textbooks for basic education under the condition of being produced by Brazilians, plus the fact that it is a language that spreads through a vast territory and thus presents abundant forms of variation, makes this kind of analysis very interesting, which is manipulated by the theoretical and methodological framework of the Critical Discourse Analysis, especially from the lectures of Fairclough (2001) and Thompson (2009). If it is true that this textbook presents a breakthrough in the face of past situations, to seek taking linguistic variation to class avoiding a purist addressing of the issue, it also appears very strongly the crossing of Eurocentrism, whereby the European standard-norm often appears as unmarked or as a starting point or reference.*

Keywords: *linguistic variation; Spanish education; Analysis of Critical Discourse.*

A gestualidade como espaço de projetabilidade de enunciados (des)preferidos

Cacilda VILELA (USP)
cacilda@upgames.com.br

Resumo: Valendo-se das noções de (1) projetabilidade - dimensão da linguagem na qual alguns elementos estão em jogo antes de serem produzidos ou completados - e (2) (des)preferência - relação entre pares adjacentes cuja produção da primeira parte do par restringe as possibilidades de produção da segunda parte, e essas produções, respondendo (ou não) às expectativas do interlocutor, só são determinadas como (des)preferidas dentro da ação construída pelo trabalho interacional dos interlocutores - da Análise da Conversa e das teorias que defendem fala e gestualidade como um único processo discursivo multimodal, esse estudo busca contribuir com o entendimento da maneira como a gestualidade auxilia na antecipação dos enunciados (des)preferidos ao prenunciar as ações que estão por vir. Utilizando o programa ELAN para transcrever as modalidades linguística e gestual, esta pesquisa apresenta uma análise qualitativa e multimodal da interação semi-espontânea de uma díade (esposa-esposo), mostrando como a gestualidade, atuando no espaço de projetabilidade dos enunciados e em concomitância à fala, produz uma coerência semântica entre elas. Contudo, isso não significa que as modalidades expressem os mesmos significados. Apesar de apresentarem propriedades diferentes, tais modalidades interagem na produção e na compreensão do discurso num processo recíproco, resultando em unidades comunicacionais com significados mais complexos.

Palavras-chave: gestualidade; Análise da Conversa; projetabilidade; pares adjacentes, (des)preferência.

1. Introdução

Seguindo as ideias propostas pelas novas teorias cognitivas e filosóficas que atribuem ao corpo em ação um papel de produtor de significado e entendem a linguagem humana como um sistema complexo, dinâmico, adaptativo e multimodal, sendo social, cultural e historicamente situada; mais especificamente, da linha teórica que defende a fala e a gestualidade como um único processo de formação discursiva no qual há a integração de modos diferentes de expressão, esta pesquisa apresenta uma análise da relação entre a fala e a gestualidade, defendendo que a gestualidade faz parte do espaço de projetabilidade dos tipos de enunciados que serão produzidos pelos interlocutores, seja para auxiliar os interlocutores na interpretação desses enunciados, seja para facilitar a preparação de ações vindouras.

Os arcabouços teóricos desta pesquisa vinculam-se às proposições dos Estudos da Gestualidade e da Análise da Conversa, sob viés etnometodológico. Dos Estudos da Gestualidade, seguem-se os pressupostos que afirmam que os indivíduos, ao interagirem, criam uma unidade comunicacional coesa e indissociável que se vale tanto da modalidade linguística quanto das modalidades paralinguística¹ e gestual². Esse ato comunicacional coeso acontece mesmo que em certas ocasiões algumas modalidades sejam priorizadas sobre outras. Quando a gestualidade e a fala atuam concomitante e conjuntamente, observa-se uma

¹Segundo Poyatos (2002), paralinguística é a parte dos enunciados linguísticos relacionados a aspectos não-linguísticos que acompanham a língua. Esses aspectos, na língua falada, por exemplo, referem-se ao volume, velocidade, ritmo, tom, expressão da voz, pausas, silêncios, onomatopeias e a emissão de sons como *hum*, *tchss* etc que influenciam a mensagem do enunciado.

²A modalidade gestual nessa pesquisa é entendida como “ações corporais visíveis com estatuto enunciativo” (KENDON, 2004, p.2), englobando as ações e expressões faciais, gestos manuais, orientação de corpo, postura corporal, distância entre os interlocutores, movimentos de cabeça, direção do olhar etc

coerência semântica entre elas. Contudo, isso não quer dizer que essas modalidades expressem os mesmos significados. Apesar de apresentarem características e propriedades diferentes, tais modalidades interagem na produção e na compreensão do discurso mediante um processo recíproco cuja resultante será uma unidade comunicacional com significado mais complexo.

Das contribuições da Análise da Conversa, utilizam-se, principalmente, os conceitos de (des)preferência e de projetabilidade na organização sequencial da conversa. A (des)preferência, baseia-se na concepção de como as ações são construídas e respondidas e de como o entendimento intersubjetivo é constituído, sendo uma relação entre pares adjacentes. Para cada primeira parte do par, há uma limitação de possibilidades para a segunda parte do par. De forma geral, os enunciados preferidos são aqueles que respondem às expectativas do interlocutor por meio de ações normais que são vistas, mas não notadas. Os enunciados despreferidos apresentam uma ausência notável, sendo marcados por várias complexidades estruturais de mitigação e postergação antes de serem proferidos. Segundo Sacks (1987), na organização sequencial da conversa, observa-se a preferência para o acordo, para o aceite de pedidos e convites, para a ação de falar um interlocutor de cada vez na dinâmica de organização de turnos, para os reparos autoiniciados etc. Contudo, a preferência só poderá ser determinada dentro das circunstâncias nas quais a ação foi construída, pois as atividades sociais dependem do trabalho interacional de cada um dos membros, continuamente engajados, na situação ou evento. Além disso, as pesquisas mostram que a preferência também depende de fatores situacionais e culturais. Observou-se que, em enunciados autodepreciativos, há uma preferência pelo desacordo, assim como em debates políticos. A tendência a falar um de cada vez na organização de turnos não é verificada, por exemplo, nas culturas italiana e indiana nas quais há a preferência pela sobreposição de turnos como forma de sociabilidade e de sinalizar o interesse no outro e no tópico interacional. Dessa forma, a (des)preferência vincula-se tanto às ações iniciais quanto às suas respostas e depende das circunstâncias de produção, não sendo dada antecipadamente. É possível, no entanto, aos participantes da interação projetarem aspectos potenciais da produção dos enunciados. Essa capacidade de projetar as ações do interlocutor vincula-se à habilidade cognitiva dos seres humano que lhes permite antecipar o desenrolar dos eventos. Schegloff (1984) incorporou essa habilidade cognitiva à dimensão da língua, nomeando-a de *espaço de projetabilidade*, defendendo que alguns dos elementos da língua entram em jogo antes de efetivamente terem sido produzidos ou completados. Baseado nesses pressupostos da AC e dos Estudos da Gestualidade, essa pesquisa busca observar como a gestualidade é parte integrante dos enunciados (des)preferidos ao dar pistas a respeito do tipo de ações vindouras, permitindo aos interlocutores se prepararem prontamente para as ações futuras que atuarão na interação.

Utilizando o programa ELAN para transcrever as modalidades linguística e gestual, esse estudo apresenta uma análise qualitativa e multimodal de uma interação face-a-face semi-espontânea. A partir da conversa de uma díade, o casal Rosê e Gerson, junto há quase 30 anos, mostra-se como a gestualidade,

atuando no espaço de projetabilidade dos enunciados e, em concomitância à fala, revela como o ser humano é oportunista em relação ao uso da linguagem na escolha dos elementos que julga ser os mais eficientes para construir a interação em curso.

2. Os Estudos da Gestualidade

A gestualidade como objeto de investigação tem atraído estudiosos desde a Antiguidade Clássica com abordagens e perspectivas de entendimento muito diversas. Nesses mais de 25 séculos da história humana, alguns temas são recorrentes: a relação da gestualidade com a retórica; com a fisiologia e as emoções; ou a relação da gestualidade com a língua, pensamento e comunicação. Entretanto, a maior parte desses estudos se norteou pela ideia da separação ente língua e corpo. Apesar de os modos de hesitação, os estilos do falante, os padrões de entoação, a qualidade da voz, a postura corporal, a orientação do corpo, as expressões faciais, as direções do olhar, os gestos etc serem percebidos como extremamente relevantes nos processos interacionais, eles eram estudados e interpretados independentemente do conteúdo proferido pela fala. Na segunda metade do século XX é que o interesse pelos estudos da gestualidade associados à língua passa a ter mais destaque. A partir da proposição de Elizabeth Bates, defendendo que tanto a linguagem corporal quanto a língua desenvolveram-se em conjunto, provenientes das mesmas combinações cognitivas, vê-se o surgimento de uma nova abordagem teórica para os estudos da língua e dos movimentos corporais como um único sistema integrado com modos de expressão distintos. Diversas pesquisas foram realizadas mostrando essa relação língua-gestualidade como sistema único. Kendon (1980) relata um experimento no qual o pesquisador pediu aos participantes de seu estudo que suprimissem todos os movimentos de cabeça, as expressões faciais e os gestos enquanto falavam. Nenhum dos indivíduos foi completamente eficaz na execução da tarefa e a fala apresentou uma diminuição em relação às variações entoacionais e à fluência. A seleção lexical também ficou comprometida. Bavelas e colegas (1992) mostraram que a gestualidade do falante diminui muito quando seu interlocutor não tem acesso à sua gestualidade e também que, nessa situação de inacessibilidade da gestualidade do falante, há uma redução e espaçamento da produção de *feedback* do interlocutor. Em outra pesquisa, Bavelas e colegas (1995) constataram que o falante também reduz a produção da sua gestualidade quando está conversando com um interlocutor que não é ativo na conversa (e.g. pesquisador). Essas pesquisas são exemplos de como a gestualidade coverbal na interatividade é importante, demonstrando como o falante, além de proferir o conteúdo pretendido, espera por outros elementos visuais da linguagem emitidos paralelamente para incluir e coordenar com o seu interlocutor a montagem da interação face-a-face momento a momento. Além disso, “a gestualidade interativa não é apenas movimento muscular e não deve ser puramente descrita em termos cinésicos, ela é símbolo que exhibe significado” (McNEILL, 1985, p. 105).

Todas as formas de gestualidade, portanto, são importantes e agregam sentido aos enunciados, além de auxiliar na construção das interações face-a-face. Contudo, nota-se que as ações faciais recebem uma atenção especial, tanto na produção quanto na interpretação dos enunciados por parte dos participantes da interação. Credita-se isso ao fato de a face humana concentrar quatro dos comumente conhecidos cinco sentidos - olfato, paladar, audição e visão – e ser a parte do corpo que apresenta maior concentração de músculos por área. Os 44 músculos da face permitem que se realizem mais de 10.000 ações faciais diferentes, sendo aproximadamente 3.000 destinadas à sinalização das emoções e o restante para atos comunicativos e fisiológicos (EKMAN, 2011, p.14). Apesar dessa atenção especial às ações faciais para a construção conjunta e colaborativa da conversa, os estudos das ações faciais coverbais ainda são em número reduzido. Grande parte dos estudos das ações faciais, até recentemente, era dedicado ao entendimento das emoções. Um dos primeiros trabalhos a mostrar que as ações faciais veiculam significados que não apenas os emocionais foi realizado por Ekman e Friesen (1969). Ekman (1997) apresenta uma diferenciação entre as expressões faciais das emoções e as ações faciais vinculadas à fala. Ekman defende que as ações faciais fazem parte da estrutura da conversa e do fluxo da fala, sendo coordenadas com a sintaxe verbal e governadas pelas regras que organizam a produção discursiva, enquanto as expressões faciais estão mais relacionadas às reações emocionais. Essas reações emocionais podem estar relacionadas com o que está sendo dito ou não. Ekman exemplifica essa distinção ao comentar o relato de uma pessoa que disse estar com medo do resultado de uma biópsia. Quando a palavra medo foi pronunciada, a pessoa apertou seus lábios horizontalmente, referindo-se facialmente ao medo. Essa ação facial indicadora de medo quando em sincronia com a fala ocorre bem mais rápido do que quando ela é apresentada sozinha, indicando que não é uma ação emotiva, mas uma ação facial que serve para ilustrar o que está sendo dito. Diferentemente, quando o indivíduo reage facialmente a uma crítica recebida; por exemplo, com uma ação facial assimétrica de torcer o nariz e a boca para o lado (ação facial indicadora de desprezo), essa ação facial pertenceria à categoria das expressões faciais das emoções, pois essa ação facial indicaria o estado interno do indivíduo provocado pelo comentário do seu interlocutor. Nesse caso, a duração dessa expressão facial seria mais prolongada do que a ação facial produzida coverbalmente. Entretanto, quando o indivíduo, em posição de ouvinte, portanto, de fornecedor de *feedback*, valendo-se da mesma ação facial indicadora de desprezo, reagisse facialmente ao enunciado do seu interlocutor, mas de maneira a sinalizar o seu comentário e rejeição ao que foi enunciado previamente, essa ação estaria vinculada à fala e não à emoção, apresentando, portanto, uma duração mais reduzida. Sendo assim, vê-se que ambos os tipos de ações faciais ocorrem na conversa, mas essas ações faciais são de naturezas diferentes, podendo, segundo Ekman (1997), serem diferenciadas conforme a duração da ação facial. Outras pesquisadoras que merecem destaque nos estudos de ações faciais em coocorrência com a fala são Janet Beavin Bavelas e Nicole Chovil. Essas pesquisadoras entendem a linguagem como um sistema único multimodal e multissensorial que só ocorre em sua plenitude nas interações sociais. Bavelas

e Chovil se interessam em investigar a linguagem nas interações face-a-face, pois, para elas, há inúmeras manifestações comunicativas que só acontecem nas interações presenciais. Para corroborar essa declaração Bavelas e Chovil (1997, 2000) apresentam os estudos sobre sorrisos de Chovil (1997), Fernandez-Dols e Ruiz-Belda (1995) e Kraut e Johnston (1979) nos quais se constatou que as pessoas sorriem mais quando estão em interação social. Apresentam também as pesquisas de Gilbert e colegas (1987) nas quais os autores verificaram que quando as pessoas estão sozinhas e não sabem que estão sendo gravadas e são submetidas a forte odores, as ações faciais não são tão claras e fáceis de serem identificadas quanto aquelas produzidas para fins de interação. Trazem ainda os estudos de Bavelas e colegas (1986) a respeito de como a imitação facial das pessoas aumenta quando em presença de outras, especialmente quando um dos indivíduos sente dor ou está sendo submetido a esforço físico. Igualmente relevantes são os trabalhos de Chovil (1991) e Clark e Gerrig (1990) e nos quais se descreve uma variedade de ações faciais com funções semânticas e sintáticas, além de reações na face do interlocutor que oferecem suporte para que o diálogo tenha continuidade.

Os resultados de pesquisa dos Estudos da Gestualidade, portanto, mostram que as ações gestuais coverbais realizam funções discursivas importantes, podendo exemplificar, completar, acrescentar, repetir, contradizer, enfatizar, questionar ou comentar o conteúdo semântico dos enunciados. As ações gestuais podem antecipar, substituir ou acompanhar a modalidade linguística, mas também podem ser produzidas sem apresentar qualquer relação com essa modalidade. As mesmas ações gestuais ou a combinação de ações gestuais adquirem significados diferentes dependendo do contexto.

Em relação à classificação das ações gestuais, o que se observa na literatura são diferentes critérios muitas vezes criando alguma confusão quando se analisa o resultado das pesquisas. Esse problema parece ser devido à própria natureza da gestualidade como um modo de expressão da linguagem humana que pode servir a diferentes propósitos simultaneamente. A classificação que será utilizada no presente estudo é aquela que divide a gestualidade em dois grandes grupos: a gestualidade associada à positividade e a gestualidade associada à negatividade. Como exemplos de gestualidade associada à positividade têm-se os acenos de cabeça, os sorrisos Duchenne³ e as ações e expressões faciais da alegria e surpresa etc. Para a gestualidade associada à negatividade, veem-se os *headshakes*, os sorrisos não-Duchenne, o franzir das sobrancelhas, o apertar dos olhos, o enrugar/torcer o nariz, a contração/retração e o torcer dos lábios, o colocar a língua para fora, as ações e expressões faciais de tristeza, raiva, nojo, medo e surpresa etc. Essa classificação é apenas didática já que uma ação gestual pode atuar em determinado contexto como uma

³Segundo Ekman e Friesen (1982) e Ekman (1992), o sorriso Duchenne, também conhecido como sorriso verdadeiro, envolve a contração de três músculos faciais: 1) zigomático maior (responsável pela elevação dos cantos da boca); 2) orbicular ocular (responsável pela elevação das bochechas e como consequência a formação de pés-de-galinha ao redor dos olhos); e 3) risório (responsável por puxar os cantos dos lábios para fora). Esse tipo de sorriso indica alegria, diversão ou contentamento genuíno por parte de quem o emite e, quanto maior for a atuação do músculo risório, mais genuína será a manifestação de emoção positiva.

gestualidade associada à positividade e em outro como uma gestualidade associada à negatividade.⁴ Qual ação gestual será utilizada, dependerá das intenções comunicativas do indivíduo e do contexto criado pelos outros modos de expressão em dada situação de uso. Sem se analisar todo esse complexo, não há qualquer possibilidade de se estabelecer um sentido para o ato comunicativo humano que não seja parcial e restrito. É preciso ter em mente que a real interpretação da contribuição de cada uma das ações gestuais coverbais nas interações presenciais só pode ser atribuída localmente.

3. A Análise da Conversa

Uma das grandes contribuições da Análise da Conversa (AC) para o entendimento da interação humana é o conceito de organização sequencial da conversa. Para Sacks (1992), a conversa cotidiana, aparentemente caótica, apresenta uma organização sistemática e essa organização se faz presente em todas as etapas da conversa. A constatação da natureza ordenada da conversa advém da observação de resultados reconhecidamente similares que vieram de análises de conversas nas quais observou-se que os participantes empregaram estratégias e estruturas semelhantes em contextos semelhantes. A conversa, portanto, é realizada por meio de práticas recorrentes que os interlocutores empregam com a finalidade de realizar certas ações em contextos particulares e que serão reconhecidas como ações apropriadas pelos outros participantes para aquela situação. Sendo assim, percebe-se que a conversa não é randômica e nem desorganizada. Contudo, a organização sistemática da conversa não implica em uniformidade estrutural, estando a organização a cargo dos próprios participantes que construirão conjuntamente a interação, valendo-se de diferentes estratégias dentro de dada a situação, mas sempre organizando a interação de forma ordenada e sistemática. Dessa forma, a produção do participante depende da, e para, a situação da interação, sofrendo certas restrições baseadas na produção precedente de seu interlocutor, além de ser afetada não só pelas possibilidades de sua própria produção futura, mas também pela interpretação que se pretende extrair para a produção executada. O contexto situacional da conversa, portanto, é dinâmico e precisa ser renegociado a cada ponto da interação. Os participantes estruturam sua fala de forma a demonstrar a compreensão que eles tiveram da fala precedente e o entendimento que esperam ser veiculado na fala vindoura do interlocutor. Na visão de Goodwin e Goodwin (1992), a maneira mais eficaz para que os entendimentos ocorram é organizar a fala em turnos, já que esse tipo de estrutura conversacional permite que o entendimento compartilhado seja criado e ratificado momento a momento.

⁴Como exemplo desse intercâmbio entre as categorias, observa-se a ação facial da surpresa, listada em ambas as categorias. Isso deve-se ao fato de a surpresa, geralmente, ser uma ação introdutória de uma segunda ação, ou seja, ser uma ação antecipatória ou da ação facial da alegria ou da ação facial da tristeza (EKMAN, 2011). Sendo assim, a sua interpretação, se é uma gestualidade associada à positividade ou à negatividade, estará a cargo da constituição interacional do momento.

As pesquisas da AC mostram que, em geral, os turnos são organizados aos pares, estando o turno de um participante intimamente vinculado ao turno de seu interlocutor. Por exemplo, um cumprimento é convencionalmente seguido de outro cumprimento; uma despedida, de uma despedida; uma pergunta, de uma resposta; um convite ou pedido, de um aceite ou recusa; uma assertiva, de uma concordância ou discordância; uma queixa, de uma desculpa e/ou explicação etc. Schegloff e Sacks (1973) nomearam esse tipo de enunciados conjuntos de *par adjacente*, considerando essa organização sequencial como a unidade básica que estrutura a conversa. Grosso modo, o par adjacente é caracterizado pela composição de dois turnos ordenados que são realizados por falantes diferentes, sendo que esses turnos devem apresentar forte relação entre si e devem ser configurados com relativa proximidade um do outro. No entanto, essa proximidade não implica contiguidade, pois muitos turnos podem ocorrer entre os dois turnos básicos que compõem o par adjacente; isto é, não importa a extensão da sequência conversacional, a unidade básica do par adjacente sempre será passível de identificação. Os dois turnos que constituem o par adjacente são ordenados de tal forma que o primeiro, necessariamente, ocorre antes do segundo: uma pergunta sempre precederá uma resposta. Sendo assim, observa-se que um tipo de enunciado é estruturado para iniciar certas ações, enquanto outros são destinados a complementar a ação iniciada. O tipo de enunciado iniciador de ação denomina-se primeira parte do par adjacente (*first pair part*), doravante FPP, e o tipo de enunciado que segue à ação iniciada recebe o nome de segunda parte do par adjacente (*second pair part*), doravante SPP. A relação entre a FPP e a SPP se estabelece pelas restrições impostas à SPP pelo tipo de enunciado produzido como FPP. Quando se produz uma FPP, não é qualquer SPP que será aceita, a SPP deve ser um tipo apropriado de enunciado que satisfaça às exigências do tipo de ação desencadeada pela FPP. Sendo assim, a uma pergunta espera-se ouvir uma resposta e não um cumprimento ou despedida.⁵

À essa organização sequencial coerente, liga-se a noção de organização de estrutura preferencial. A *preferência*, portanto, baseia-se na relação entre os pares adjacentes e na concepção de como as ações são construídas e respondidas e de como o entendimento intersubjetivo é constituído. Sacks (1987) apresenta que o conceito de preferência relaciona-se às diferentes possibilidades com as quais as ações conversacionais podem ser executadas, sendo que, em determinados contextos, algumas ações serão evitadas ou postergadas e outras apresentarão a tendência a serem produzidas imediatamente. Goodwin e Heritage (1990) exemplificam que, geralmente, a pronta aceitação de um convite ou pedido é tida como uma ação normal e esperada, enquanto uma recusa imediata pode ser entendida como uma ação rude ou hostil. As ações que são rotineira e prontamente produzidas, respondendo às expectativas, ou seja, tidas como normais, ordinárias e cotidianas e que são vistas, mas não notadas, são denominadas de enunciados preferidos. Essas ações, por serem consideradas as ações normais, geralmente, são produzidas com maior

⁵Essa organização sequencial de par adjacente pergunta-despedida pode ser possível, mas não é a usual e nem a esperada. Caso ela ocorra, o entendimento e a aceitação dessa organização sequencial dependerão dos acordos entre os interlocutores no arranjo interacional construído colaborativa e conjuntamente momento a momento.

frequência e em contiguidade à FPP que as precede. Para Sacks (1987), dois aspectos são fundamentais para entender como a estrutura de preferência organiza sequencialmente a conversa: a preferência pelo acordo e a preferência pela contiguidade. Observemos os exemplos:

- (1) Foi um excelente filme, não é?
- (2) O filme não foi muito bom, não é mesmo?

Sacks (1987) descreve que em ambos os exemplos se projeta uma trajetória de enunciado preferencial pelo acordo. Em (1), uma preferência pela resposta afirmativa, enquanto em (2) espera-se uma resposta pela negação. Sacks defende que sempre há uma preferência pelo acordo na SPP do par adjacente *pergunta-resposta*. Mas essa assertiva de Sacks não implica dizer que os participantes numa interação sempre buscam o acordo entre eles. É mais produtivo entender que Sacks propõe a preferência pelo acordo na trajetória de projeção da produção de enunciados. Como exemplifica Liddicoat (2011), é difícil imaginar alguém “concordando” com um convite, uma oferta, ou um pedido. O esperado é o “aceite”. Entretanto, é plenamente plausível verificar a preferência pelo acordo nas SPPs, dependendo da maneira como foram construídas as FPPs de convite. Tendo essa ideia em perspectiva, Sacks (1987) identificou a tendência à estrutura preferencial para a aceitação de pedidos, convites e ofertas, para a concordância nos casos das FPPs do tipo assertiva, para a desculpa em reclamações etc, além de verificar a preferência para reparos autoiniciados (SCHEGLOFF *et al*, 1977) e para a ação de falar um interlocutor de cada vez na dinâmica de organização de turnos (SACKS *et al*, 1974). Ligadas à contiguidade e ao acordo como ações de sinalização de enunciados preferidos, Pomerantz (1984) e Kotthoff (1993) identificaram outras estratégias de atuação nesse tipo de enunciado: (a) a repetição total da FPP na SPP (ex.: A: *O dia está lindo*/ B: *O dia está lindo*); (b) a intensificação na SPP do que foi veiculado na FPP (ex.: A: *O dia está lindo*/ B: *O dia está maravilhoso*); (c) as paráfrases/traduições (ex.: A: *O spalla tocou muito bem ontem*/ B: *O primeiro violino tocou muito bem ontem*); e (d) a complementação da FPP (ex.: A: *Isso parece ah hum ...[as...] assustador*/B: *Isso parece [assustador]*).⁶ Em relação aos enunciados considerados despreferidos, eles são vistos como aqueles que apresentam uma “ausência notável” (KOTTHOFF, 1993, p.194), sendo menos frequentes e marcados por vários tipos de complexidade estrutural antes de serem proferidos que causam atrasos e postergações na sua produção, tais como: (a) pausas e silêncios; (b) hesitações; (c) perguntas e pedidos de esclarecimento; (d) concordância inicial fraca seguida de contraposição (ex.: *é/sim/bem/humhum etc, mas...*); (e) repetição parcial do enunciado do falante; e (f) explicações e desculpas.

As noções de preferência e despreferência, portanto, são essencialmente de natureza social e expressam o fato de que algumas respostas são consideradas problemáticas na interação social, enquanto outras não o são. Contudo, os sinais que possam dar pistas ao analista de que determinado enunciado é

⁶ Os exemplos apresentados têm apenas caráter didático e foram mostrados com o objetivo de ilustrar as referidas estratégias. Para se confirmar se realmente as SPPs são enunciados preferidos muito mais precisaria ser observado como as modalidades paralinguística e gestual, além da própria situação na qual a conversa estaria se desenrolando.

(des)preferido são apenas isso – sinalizações. Como já alertava Garfinkel (1967), toda a linguagem humana é indexical. As atividades sociais não são simplesmente dadas e independem das ações dos membros da interação naquele momento. Ao contrário, as atividades sociais devem ser vistas como realizações derivadas do trabalho interacional de cada um dos membros, continuamente engajados, naquela situação ou evento. Pela concepção da atividade interacional como trabalho, Garfinkel percebe a ordem da atividade social tanto como produto quanto como processo das ações dos membros da interação. Sob essa perspectiva, portanto, a preferência só poderá ser determinada dentro das circunstâncias nas quais a ação foi construída. A preferência situada torna-se bastante evidente em certas situações nas quais os desalinhamentos e desacordos são os enunciados preferidos. Pesquisas mostram que a preferência também depende de fatores situacionais e culturais. Observou-se que em enunciados autodepreciativos, há uma preferência pelo desacordo (POMERANTZ, 1984), assim como em sequências de disputa (KOTTHOFF, 1993; BLUM-KULBA *etal*, 2002), jogos (GOODWIN *etal*, 2002) e em debates políticos (HERITAGE, 2002). As culturas francesa (YAEGER-DROR, 2002) e judaica (SCHIFFRIN, 1984) também privilegiam o desacordo como forma de exercitar a arte da argumentação e, assim, tornar a conversa mais satisfatória. A tendência a falar um de cada vez na organização de turnos não é verificada, por exemplo, nas culturas italiana e indiana nas quais há a preferência pela sobreposição de turnos como forma de sociabilidade e de sinalizar o interesse no outro e no tópico interacional (O'CONNELL *etal*. 1990). Segundo Coates (1994 e 2007), a conversa entre amigas também se rege pela sobreposição de turnos como forma preferida para a demonstração de amizade e intimidade. Sendo assim, o que constitui uma ação esperada, ou uma ausência de ação esperada, depende do conhecimento indexicalizado dos participantes dentro da atividade social que eles criaram conjuntamente. Dessa forma, a (des)preferência vincula-se tanto às ações iniciais quanto às suas respostas e depende das circunstâncias de produção, não sendo dada *a priori*.

É possível, no entanto, aos participantes da interação projetarem aspectos potenciais da produção dos enunciados. Essa capacidade de projetar as ações do interlocutor vincula-se à habilidade cognitiva dos seres humano que lhes permite antecipar o desenrolar dos eventos. Tratando das unidades de construção de turno em particular, Schegloff (1984) incorporou essa habilidade cognitiva à dimensão da língua, nomeando-a de *espaço de projetabilidade*, defendendo que alguns dos elementos da linguagem entram em jogo antes de efetivamente terem sido produzidos ou completados, antecipando ao interlocutor o momento que este deverá/poderá intervir na interação.⁷ Devido a essa capacidade de projeção é que se observa na estrutura conversacional a agilidade na mudança de turno sem qualquer tipo de atraso. A comparação entre as interações indivíduo-indivíduo e homem-agentes artificiais também deixa essa

⁷ Nas palavras de Schegloff: [...] it appears central to the organization of tightly coordinated turn-transfer from one speaker to a next that aspects of some current turn are projected, and are available to analysis by a recipient-potential-next-speaker before their actual occurrence; for example, the type of turn (question, quotation, disagreement, etc.), and roughly where the turn might come to completion [...]. Another example is afforded by Jefferson's (1973) discussion of "recognition points," that is, points in the production of a turn at which its recipient can recognize, and display recognition of, what is being done or said before it has actually been done/ said, or before the doing/saying has been completed (SCHEGLOFF, 1984, p.267-268).

habilidade evidente. Os indivíduos já estão prontos para iniciar seus turnos e fornecer seus enunciados assim que o turno precedente do falante esteja completo. No caso dos agentes artificiais, em posição de interlocutor, é necessário que haja a finalização de enunciado do falante para só então eles serem capazes de produzir seus enunciados (embora cada vez mais os *gaps* entre os turnos estejam diminuindo). É por essa razão que muitas vezes nos impacientamos na interação com agente artificial. O recurso da projetabilidade também explica a existência da sobreposição de fala entre os interlocutores ao evidenciar a prontidão dos interlocutores para interagir. Os indivíduos não precisam e, muitas vezes, não esperam pela completude do enunciado do falante para intervir na conversa. Outro sinal da evidência da projetabilidade é a complementação do enunciado do falante realizada pelo interlocutor antes mesmo que o falante termine o seu enunciado, mostrando também o caráter colaborativo da interação conversacional.

Um último ponto teórico que precisa ser abordado refere-se a um tipo específico de estrutura de expansão dos pares adjacentes. Os pares adjacentes potencialmente podem ser expandidos depois que já atingiram a sua completude pela SPP. Segundo Schegloff (1990), o fenômeno que ocorre quando enunciados são produzidos depois da SPP que sejam reconhecidamente associados ao par adjacente precedente é denominado de pós-expansão. O tipo de pós-extensão que não projeta qualquer tipo de fala futura além do próprio turno no qual foi produzido é denominado de pós-expansão mínima. Geralmente esse tipo de ação é realizada por apenas um turno, sendo projetado com a proposição de encerrar uma sequência e conhecido como turno de fechamento de sequência (*sequence closing thirds*), doravante SCT. Os tipos de SCTs mais comuns são **ok**, **está bem**, **tá certo**, **éh** etc. Liddicoat (2011) afirma que **ok** é o turno mais comumente utilizado para encerrar sequências que receberam uma SPP preferencial. Acrescenta que uma assertiva avaliativa também pode ser encontrada nessas sequências de encerramento:

(3) A: Estava pensando se você e Marcos não gostariam de jantar aqui em casa na sexta?

B: Sim, nós podemos.

A: Que bo::m

Liddicoat (2011) explica que o par adjacente convite-aceite em (3) se encerra com a assertiva de A, mostrando a sua avaliação positiva na forma como a SPP foi realizada. Embora o mais usual seja a ocorrência de apenas um turno para as SCTs, isso não significa que não possa haver mais de um turno envolvido nesse tipo de encerramento de sequência:

(4) A: Vamos fazer a pesquisa amanhã às 7:00?

B: Será divertido.

A: Então tá bem.

B: Ok.

A: Você já pensou em algo?

Em (4) é possível observar que os enunciados **Então tá bem** e **Ok** pertencem à sequência de encerramento do par adjacente convite/pedido-aceite. Pomerantz (1984) observou que as estratégias de

sinalização de enunciados preferenciais como repetição total, intensificação, paráfrase e complementação também podem ocorrer nas SCTs quando os turnos estiverem intimamente relacionados ao par adjacente precedente e não projetarem qualquer tipo de fala futura para além desses turnos. Em (4), pode-se entender o enunciado **Ok** como uma paráfrase de **Então tá bem**.

4. Metodologia

As correntes teóricas que norteiam essa pesquisa de gestualidade coverbal em interação face-a-face privilegiam os dados públicos e naturais. Apesar de o ideal ser o dado totalmente espontâneo, algumas dificuldades técnicas de captação dos dados sugerem que a melhor opção são os dados semiespontâneos.⁸ Essa decisão refere-se à dificuldade de registrar as ações gestuais com a clareza necessária à análise pretendida de maneira totalmente espontânea, já que o registro da gestualidade, principalmente das ações faciais, deve ser realizado com o uso de câmeras e, de preferência, pela combinação de duas ou mais câmeras para cada participante. A gravação da interação face-a-face da díade (Rosê e Gerson) ocorreu na casa da pesquisadora durante uma reunião de amigos. Os participantes foram informados de que a pesquisa, em linhas gerais, tinha como objetivo analisar a comunicação na interação face-a-face. Após assinarem o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, os participantes, sentados um de frente para o outro, foram deixados sozinhos numa sala, para conversar sem nenhum tópico previamente definido, por aproximadamente 30 minutos. Foram utilizadas quatro câmeras: duas, posicionadas atrás de cada participante, com o auxílio de tripés, para a filmagem frontal das ações faciais do respectivo interlocutor e duas câmeras para a filmagem da lateral/diagonal dos corpos dos participantes.

Para a transcrição das modalidades linguística e gestual foi utilizado o programa ELAN⁹ que permite uma transcrição multimodal realizada em trilhas. As trilhas trabalhadas nesse estudo foram baseadas no modelo que é usado pelo grupo do LLIC da USP.¹⁰ As trilhas de codificação para cada participante da modalidade gestual são: direção do olhar, movimentos de cabeça, posição das sobrancelhas, posição das pálpebras, configuração dos lábios, posição dos ombros, posição do corpo, unidades gestuais, fases do gesto, tipos de gesto e descrição dos gestos. Cada uma dessas trilhas utiliza vocabulários controlados específicos.¹¹ Para a transcrição das ações gestuais utilizou-se como referente o próprio corpo do

⁸ Leite e McCleary (2013) argumentam que as condições de gravação (com hora marcada e a presença de câmeras) e o fato de uma conversa ter sido solicitada por um pesquisador contribuem para a diminuição da espontaneidade do discurso produzido. Nesse sentido, os dados provenientes deste tipo de metodologia tendem a ser chamados de dados *semi* ou *quase-espontâneos*.

⁹ ELAN (*Eudico Linguistic Annotator*) é um programa livre do Max Planck Institute de Nijmegen (Holanda), desenvolvido, inicialmente, para atender as necessidades das pesquisas na área da psicolinguística.

¹⁰ O Laboratório de Linguagem, Interação e Cognição (LLIC), sob a supervisão dos Profs. Drs. Evani de Carvalho Viotti e Leland Emerson McCleary, vem desenvolvendo um modelo de transcrição para as línguas orais e sinalizadas desde 2002. O modelo utilizado pelo grupo foi proposto em McCleary e Viotti (2007), avançado em Leite (2008) e revisto em McCleary e colegas (2010).

¹¹ Vocabulários controlados são repertórios fechados de anotações, representados por siglas e/ou números. As possibilidades de anotações de cada vocabulário controlado variam de uma trilha para outra e baseiam-se nas convenções propostas para um arquivo-modelo de transcrição do ELAN desenvolvido dentro do grupo LLIC da USP.

participante.¹² Para a modalidade linguística, há a trilha da fala, segmentada em unidades entoacionais¹³, cuja transcrição foi realizada por meio de adaptações às regras propostas por Jefferson (2004).

5. Análise de um fragmento da interação face-a-face da díade Rosê-Gerson

Durante os 30 minutos de interação da díade, o casal conversou sobre diferentes temas. O fragmento proposto para análise se inicia após 10 minutos de gravação, quando o casal finaliza um dos temas desenvolvidos e passa a outro tópico. A análise refere-se aos momentos iniciais desse novo tópico. O esposo (Gerson) propõe que eles passem a falar sobre os filhos, mas a esposa (Rosê) recusa a proposta. O Gerson sugere, então, que eles abordem o assunto da viagem da Rosê para Sligo (Irlanda) onde ela participará de um congresso sobre literatura irlandesa. Essa segunda sugestão é acatada pela esposa e os dois passam a conversar sobre esse tema.

Para facilitar a visualização dos pontos propostos na análise, traz-se a transcrição da fala as fotos pertinentes às ações gestuais selecionadas que, acredita-se, tenham contribuído para que os interlocutores interpretassem a recusa ao tema proposto pelo esposo como um enunciado preferido. A estrutura de segmentação em unidades entoacionais utilizada no programa ELAN será mantida igualmente na transcrição linguística.

¹² Por exemplo, quando se descreve que houve um movimento lateral de cabeça para a esquerda, essa descrição refere-se à lateralidade do participante e não à lateralidade percebida pelo observador-pesquisador.

¹³ DuBois e colegas (1990) definem unidades entoacionais (UEs) como pequenos agrupamentos prosódicos com um sentido mínimo e coerente. Chafe (1994) acrescenta que as UEs são unidades de processamento cognitivo e linguístico que constituem a forma mais natural de segmentação do discurso. Chafe propõe que as características das UEs envolvem uma ou mais das especificações que seguem: a) mudanças na frequência (tom); b) mudanças na duração (abreviação ou alongamento das sílabas ou palavras); c) mudanças na intensidade (volume); d) alternâncias entre vocalização e silêncio (pausas); e) mudanças de diferentes tipos na qualidade da voz; e f) mudanças no turno.

1 R: ISS[o]
 2 FPP_{1a} G: [Ah], de que [que nós vamos fa]LAR?
 ++++++

3 R: [é i s s o]
 4 FPP_{1b} G: desses Filhos?
 ++++++

5 SPP₁ R: NÃO, n|ão|, [Filho N]ÃO
 6 G: [n ã o]

7 R: A[I::, que COIs]a
 S
 8 G: [não, Filho não]
 C

9 R: [Não::, pelo amor de Deus]
 10 T₁ G: [chega de faLAR de filho]
 11 R: não, pe[lo amor de Deus]
 12 G: [então tá bo][m]
 13 R: [éh]

14 FPP_{2a} G: vamos faLAR do que?
 15 FPP_{2b} da sua via|gem?|

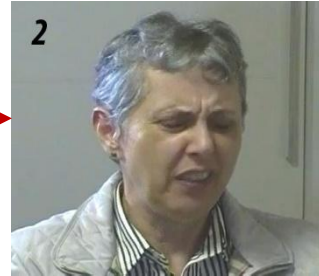
16 SPP₂ R: AI, da minha VIA::[gem]

17 G: [da]=
 S
 C
 T₂

18 =[s u a [VIA]gem]
 ++++++

19 R: [() da minha vi][a g e m]
 20 G: [que deL][Í c i a]
 ++++++

21 R: [eu tô T]ÃO feli[z]
 22 G: [S::]Igo



Nessa análise propõe-se apresentar como a ação conjunta dos interlocutores permitiu que um enunciado, aparentemente despreferido, fosse construído como um enunciado preferido. Tomemos os dois pares adjacentes sinalizados na transcrição linguística:

(5) FPP₁ - G: Ah, de que que nós vamos falar? Desses filhos? (linhas 2 e 4)

SPP₁ - R: Não, não, filho não (linha 5)

(6) FPP₂ - G: Vamos falar do que? Da sua viagem? (linhas 14-15)

SPP₂ - R: Ai, da minha viagem (linha 16)

Em (5) e (6), observa-se que o trajeto de construção das FPPs “pede” pelo acordo, ou seja, pela resposta preferencial de aceite ao convite para falar sobre determinado assunto. A estrutura sintática dos pares adjacentes é praticamente a mesma. Primeiro o Gerson faz a pergunta, indagando sobre qual assunto o casal passaria a conversar e, logo a seguir, sem esperar pela resposta da sua esposa, ele sugere um tema. No primeiro par adjacente (5), há a recusa da esposa com a repetição do termo do tema proposto (**filho**), enquanto no segundo (6), a Rosê aceita a sugestão também repetindo o tema sugerido (**viagem**). Some-se que a prosódia empregada pelo Gerson em ambas as FPPs foi bastante semelhante. Além disso, há similaridade também na produção das FPPs do Gerson no que se refere à expressão facial empregada. Ao observarmos as fotos 1 e 3a, nota-se uma semelhança na ação facial. Em ambas o Gerson encontra-se com os lábios entreabertos, revelando um sorriso contido ao finalizar de proferir a respectivas sugestões – **desses filhos** e **da sua viagem**. No entanto, nota-se que há uma diferença de “qualidade” entre os dois sorrisos. Enquanto o sorriso da foto 1 parece ser mais contido, o sorriso da foto 3a apresenta-se mais vivaz, aproximando-se do que a literatura da gestualidade chama de sorriso Duchenne. Em relação às ações da Rosê, verifica-se que, em ambos os casos, a resposta da Rosê foi produzida de forma contígua à FPP de seu esposo, ou seja, sem qualquer pausa ou hesitação. Dentro dessa estrutura e baseada na tendência que os indivíduos têm em entender o aceite de uma sugestão como uma ação preferencial, esperava-se que a SSP₁ da Rosê no primeiro par adjacente (5) apresentasse pelo menos uma das características de enunciados despreferidos - pausa, hesitação, atrasos e/ou mitigações. No entanto, tal situação não ocorre. A SSP₁ da Rosê é produzida com as características de um enunciado preferido, ou seja, em contiguidade à FPP₁ do seu esposo. Há ainda a semelhança na ênfase das ações faciais da Rosê. Na foto 2, percebe-se que a Rosê rejeita a proposta **filho** com bastante veemência.¹⁴ Os olhos fechados e as sobrancelhas franzidas são ações gestuais associadas à negatividade que sinalizam uma recusa à situação (EIBL-EIBESFELDT, 1989; EKMAN, 1979). Nesse caso, à sugestão do Gerson a respeito de falar sobre os filhos do casal. Nota-se que a Rosê aceita a sugestão para falar a respeito da sua viagem com igual entusiasmo (fotos 3b e 4). Na foto 3b, assim que o Gerson pronuncia **da sua viagem?** a Rosê apresenta uma configuração facial com algumas das ações faciais que compõem a morfologia da expressão facial da surpresa - levantar das sobrancelhas, elevação da

¹⁴ Caso o enunciado de rejeição fosse construído como um enunciado despreferido, as ações faciais não apresentariam essa configuração enfática. Ainda que apresentassem ações faciais associadas à negatividade, essas ações seriam mais sutis.

pálpebra superior e abertura da mandíbula (EKMAN, 2011). Embora a elevação das pálpebras não esteja presente nesse momento, esse movimento pode ser notado na foto 4. Nessa foto, tem-se então a composição da morfologia da surpresa com a da alegria, representada aqui pelo amplo sorriso com o qual a Rosê produz o seu enunciado de aceite (SPP₂). Então, a questão que se coloca é o que diferiu no par adjacente (5) em relação ao (6) para que ele também fosse tomado como uma ação preferida.

Uma possível pista, proveniente da análise linguística, sugere que o uso da expressão **desses filhos**, empregada pelo Gerson para referir-se aos seus próprios filhos, parece indicar um distanciamento do Gerson em relação ao tema sugerido. Afirmar, porém, que o uso da expressão **desses filhos** foi o que sinalizou para a Rosê que a recusa ao tema filhos seria bem aceita pelo Gerson revela-se fraca. Contudo, quando incorpora-se à análise a dimensão da modalidade gestual, percebe-se que o Gerson, ao proferir a sua FPP₁, realiza sutis *headshakes* durante a produção de [...] **que nós vamos falar? Desses filhos?** (linhas 2 e 4).¹⁵ Sendo assim, o que se defende é que a resposta da Rosê, sua SPP₁, está plenamente condizente com a sinalização fornecida por seu esposo ao produzir sua FPP₁. Acredita-se que os *headshakes*, associados à utilização da expressão **desses filhos**, tenham indicado à Rosê que a resposta preferida e esperada por seu esposo, nesse caso, poderia ser a recusa à sugestão. A proposta do Gerson parece ter sido efetivamente “não vamos falar sobre filhos”.

Alguém poderia argumentar que o *headshake* estaria exercendo outra função nesse enunciado, como por exemplo, enfatizar certos itens lexicais ou marcar a fronteira das unidades entoacionais. Embora o *headshake* possa realmente exercer diferentes funções nos enunciados (M. GOODWIN, 1980; KENDON, 2002, 2004; McCLAVE, 2000; McCLAVE et al., 2007; SCHEGLOFF, 1987), aqui ele parece exercer a sua função prototípica de gestualidade associada à negatividade, ou seja, negar o conteúdo proferido pelo enunciado, pois, caso o *headshake* fosse empregado para dar ênfase ao enunciado, ou parte dele, haveria uma pista enfática também na prosódia, fato que não ocorreu. Se fosse empregado para marcar a fronteira das unidades entoacionais, o movimento não seria contínuo entre as duas unidades entoacionais que compõem a FPP₁. Outra indagação que poderia surgir é que a resposta prontamente ativa e enfática da Rosê (SPP₁) não sinalizaria a produção de um enunciado preferido (nesse caso a recusa à sugestão), já que os enunciados despreferidos entre interlocutores que mantêm certo grau de intimidade (familiares e amigos) não obedecem às mesmas “regras” de mitigação e/ou postergação de produção. Embora haja situações nas quais a preferência seja pelo desacordo (resposta à auto-depreciação, sequências de disputa etc), alguns pesquisadores, como por exemplo, Kauffman (2002), Yaeger-Dor (2002) e Hedberg e Sosa (2003) verificaram que as “regras” de mitigação e postergação de enunciados despreferidos se aplicam igualmente às interações entre interlocutores com relação de intimidade, principalmente entre familiares,

¹⁵ Essa movimentação da cabeça do Gerson pode ser visualizada na transcrição linguística, indicada pelos sinais +++++ e pela seta dupla na foto 1.

ou seja, a recusa da Rosê deveria ter trazido certas marcas de mitigação e/ou postergação se realmente seu enunciado estivesse sendo produzido como um enunciado despreferido.

Outra estratégia empregada pelos interlocutores que ajuda a corroborar a defesa da proposição de que efetivamente a recusa da Rosê foi a resposta esperada e preferida pelo Gerson encontra-se na sequência de encerramento (SCT₁) do par adjacente FPP₁-SPP₁. Primeiramente, observa-se o fato de haver uma repetição total do enunciado da Rosê (SPP₁) por seu esposo Gerson:

(7) SPP₁ - R: Não, não, filho não (linha 5)

G: Não, não filho não (linhas 6 e 8)

A Rosê produz – **não, não, filho não** (linha 5) - e imediatamente o Gerson repete o enunciado – **não, não, filho não** (linhas 6 e 8). Nota-se, inclusive que essa repetição se dá por sobreposição. Antes mesmo de a Rosê terminar a sua fala – [...] **filho n[...]** (linha 5), o Gerson já começa a repetição - **não** (linhas 6). Segundo Pomerantz (1984), a repetição total do enunciado do interlocutor pode indicar um alinhamento ou afiliação na produção de enunciados preferidos. Além disso, Liddicoat (2011) notou que é comum, em pares adjacentes preferidos, que o tipo de sequência de encerramento desses pares seja por meio da repetição das palavras do interlocutor. Embora Goodwin e Goodwin (1987) tenham apresentado exemplos de repetição total como uma forma de desacordo, essa repetição em situações de desacordo ocorre de forma diferente. Geralmente há uma pausa entre os turnos de repetição e a prosódia empregada pode ser descrita como prosódia irônica ou de deboche ou ainda de desafio. Essas marcas não se encontram presentes nesse episódio, corroborando a interpretação do enunciado discordante ter sido o preferido nesse momento da interação.

Continuando a SCT₁:

(8) R: Ai que coisa. Não pelo amor de Deus (linhas 7 e 9)

G: Chega de falar de filho (linha 10)

Nota-se que a Rosê produz - **ai que coisa. Não pelo amor de Deus** (linhas 7 e 9) e imediatamente o Gerson produz - **chega de falar de filho** (linha 10) traduzindo e/ou complementando a fala de sua esposa. Tal como a repetição, essa paráfrase e/ou complemento também se dá por sobreposição. Assim que a Rosê finaliza **ai que coisa** (linha 7), o Gerson produz o seu **chega de falar de filho** (linha 10) em sobreposição à fala de sua esposa **não pelo amor de Deus** (linha 9). Pomerantz (1984) e Liddicoat (2011) mostram que a paráfrase e a complementaridade também são marcas das SCTs de enunciados preferidos. Aqui, observa-se esse tipo de ação no fragmento analisado. Pode-se interpretar a ação do Gerson tanto como uma estratégia da paráfrase, quando ele “traduz” os enunciados da sua esposa **ai que coisa. Não pelo amor de Deus** (linhas 7 e 9) para **chega de falar de filho** (linha 10) quanto como uma estratégia de complementaridade da fala de sua esposa ao “completar” os enunciados **ai que coisa. Não pelo amor de Deus** (linhas 7 e 9) com **chega de falar de filho** (linha 10). Tem-se ainda no SCT₁ o alinhamento de enunciados preferidos pelos turnos do Gerson **então tá bom** (linha 12) e o da Rosê **éh** (linha 13).

Em suma, as estratégias multimodais da FPP₁ do Gerson que fizeram com que a sua esposa optasse por produzir uma SPP₁ de recusa cuja ação construída pelo casal pudesse ser interpretada como uma ação de produção de enunciado preferido ao invés de enunciado despreferido, no primeiro par adjacente do fragmento apresentado, foram o sorriso contido do Gerson (foto 1), os *headshakes* enquanto produzia os enunciados [...] **que nós vamos falar? Desses filhos?** (linhas 2 e 4) e o emprego da expressão **desses filhos** (linha 4) em coocorrência à modalidade gestual. A opção da esposa em interpretar as ações linguísticas e gestuais do esposo como uma antecipação da expectativa de recusa da sugestão proferida por ele mostrou-se correta. Com essa projeção do tipo de enunciado que seu esposo esperava, a Rosê optou por produzir o seu enunciado de recusa, que de forma geral é realizado como um enunciado despreferido com estratégias de mitigação e postergação, com as características de um enunciado preferencial, ou seja, em contiguidade ao enunciado de seu esposo e de forma bastante enfatizada nas ações faciais. Para sinalizar à Rosê que seu entendimento a respeito da expectativa de recusa como opção preferencial estava o correto, o Gerson empregou outras estratégias que aparecem em enunciados preferenciais, a saber, a repetição integral e o uso da paráfrase e/ou complementaridade do enunciado da Rosê durante as ações da sequência de encerramento do primeiro par adjacente.

Contrastando com a decisão inicial, durante a produção do primeiro par adjacente, de optar por entender que seu esposo esperava uma recusa à sugestão para falar de filhos como a ação preferida, no segundo par adjacente, a Rosê interpretou que o Gerson esperava que ela aceitasse a sua proposta de conversar a respeito da viagem para a Irlanda. Acredita-se que as pistas multimodais que o Gerson forneceu foram o sorriso, embora ainda contido, mais amplo e próximo do sorriso Duchenne (foto 3a), ausência de outras ações associadas à negatividade, como por exemplo o *headshake* empregado no primeiro par adjacente, e a ausência de itens linguísticos com conotação valorativa. Tal como no primeiro par adjacente, o Gerson sinalizou para a esposa que a interpretação em aceitar a sua proposta para conversar sobre a viagem como forma preferencial estava correta. Na sequência de encerramento (SCT₂) desse segundo par adjacente, o Gerson utilizou a repetição total do enunciado de seu interlocutor com os ajustes dêiticos necessários:

(9) SPP₂ – R: Ai da minha viagem (linha 16)

SCT₂ { G: da sua viagem (linhas 17-18)
R: () da minha viagem (linha 19)

A Rosê produz – **ai da minha viagem** (linha 16) - e imediatamente o Gerson repete o enunciado – **da sua viagem** (linhas 17-18) - e a Rosê novamente repete – **() da minha viagem** (linha 19). Tal como anteriormente, as repetições se dão por sobreposição. Antes mesmo de a Rosê terminar a sua fala – [...] **igem** (linha 16), o Gerson já começa a repetição – **da [...]** (linha 17). Quando ele produz – [...] **sua viagem** (linha 17) é a vez da Rosê o sobrepôr com – **() da minha vi[...]** (linha 19), demonstrando o alinhamento dos interlocutores na interação (POMERANTZ, 1984).

E continuando a SCT₂:

(10) R: () da minha viagem (linha 19)

G: que delícia (linha 20)

R: Eu tô tão feliz (linha 21)

Nota-se igualmente, como na produção do primeiro par adjacente, o uso da estratégia de paráfrase para encerrar esse segundo par adjacente. Porém dessa vez, é a Rosê e não o Gerson quem se vale dessa estratégia. A Rosê produz – () **da minha viagem** (linhas 19) e antes que ela complete o enunciado o Gerson já produz – **que delícia** (linha 20). Assim que ele finaliza de produzir - **que del[...]** (linha 20), a Rosê, antecipando o possível ponto de relevância para a troca de turno, já produz – **eu tô tão feliz** (linha 21), “traduzindo” o sentimento proposto pelo Gerson. Lá uma metáfora gustativa, aqui uma descrição de estado interno de emoção positiva. Acrescente-se ainda que quando o Gerson produz – **[...] sua viagem, que delí[...]** (linhas 17, 18 e 20) ele realiza *headshakes* e um sorriso Duchenne bem mais amplo do que os anteriores. Essa gestualidade pode ser visualizada na foto 5.¹⁶ Acredita-se que, nesse enunciado ocorre um exemplo da ação gestual *headshake* exercendo a sua função enfática. Ressalta-se que os *headshakes* foram empregados em parte dos enunciados e não nos enunciados integrais como ocorrera no primeiro par adjacente. Além disso, durante a produção dos *headshakes*, nota-se uma mudança na prosódia utilizada pelo Gerson. A prosódia empregada também favoreceu a ênfase a esses enunciados: **da sua VIAGEM e que deLÍcia** (linhas 17,18 e 20). A Rosê, por sua vez, mostra a sua “alegria” em tratar do tema proposto como pode ser visualizado na foto 6, exibindo o seu amplo sorriso Duchenne de contentamento.

Em resumo, na análise proposta viram-se exemplos de como a ação conjunta, negociada momento-a-momento na interação, é a responsável para o estabelecimento se determinado enunciado deve ser interpretado como preferido ou despreferido. Inicialmente o Gerson produziu um enunciado formulado de forma afirmativa na dimensão linguística, exceto pela escolha do item lexical **desses** (que pode ser considerado pejorativo para a situação) que, aparentemente, “pedia” pela resposta preferencial de aceite da sugestão proposta por ele. No entanto, na dimensão gestual, observou-se que o Gerson produziu *headshakes* e um sorriso contido que, nessa situação, puderam ser interpretados como ações gestuais associadas à negatividade. A composição dessas duas dimensões coatuantes parece ter assegurado à sua esposa Rosê que a recusa à sugestão de tratar do tema filhos poderia ser produzida como um enunciado preferido, ou seja, de forma contígua e sem qualquer traço de mitigação e/ou postergação. A interpretação “correta” da Rosê foi confirmada pelo Gerson ao valer-se das estratégias de repetição total e uso de paráfrase e complementaridade dos enunciados da Rosê para a execução da sequência de encerramento do referido par adjacente *sugestão-recusa*.

¹⁶ A seta dupla vermelha indica a existência de um *headshake* e as duas setas simples chamam a atenção para a atuação do orbicular ocular e a contração mais acentuada do zigomático maior e do músculo risório.

No segundo par adjacente *sugestão-aceite*, o Gerson também formulou a sua proposta em forma afirmativa, mas sem a coocorrência dos *headshakes* e empregando um sorriso mais vivaz e mais próximo do sorriso Duchenne. A Rosê aceita a proposta e produz o seu enunciado de forma bastante enfática na modalidade gestual tal como fizera para o primeiro par adjacente. Lá, utilizando ações gestuais associadas à negatividade (olhos fechados e sobrancelhas franzidas), aqui, valendo-se de ações gestuais associadas à positividade (levantar das sobrancelhas, olhos abertos e mandíbula “caída” (ações faciais semelhantes à expressão facial da emoção de surpresa) e sorriso Duchenne (ação facial prototípica da expressão facial da emoção de alegria). Novamente, observaram-se as estratégias de repetição total e uso de paráfrase dos enunciados dos interlocutores para a produção da sequência de encerramento referente ao par adjacente *sugestão-aceite*. Percebe-se, portanto, que as mesmas ações gestuais podem exercer funções diferentes nos enunciados e, quando associadas a outras ações gestuais, podem agregar camadas significativas às suas compreensões iniciais. Além disso, viu-se que a gestualidade, executada no espaço de projetabilidade da língua, pode ser a chave interpretativa para que os interlocutores optem por determinada ação interativa em detrimento de outras.

6. Considerações finais

Afiliada às teorias interacionais e ao ramo das teorias da cognição que entende o corpo como um produtor de significados, ao defenderem a linguagem humana como um sistema complexo, dinâmico, adaptativo e multimodal, sendo social, cultural e historicamente situada, essa pesquisa mostrou a análise qualitativa e multimodal de um fragmento da interação semi-espontânea de um casal junto há quase 30 anos, defendendo que a gestualidade faz parte do espaço de projetabilidade dos tipos de enunciados que serão produzidos pelos interlocutores, seja para auxiliar os interlocutores na interpretação desses enunciados, seja para facilitar a preparação de ações vindouras.

A utilização de uma conversa face-a-face para a análise multimodal deve-se à crença de que é pela análise de conversas cotidianas que os pesquisadores mais se aproximam da maneira como os indivíduos lidam com as estruturas sintáticas da língua e com as ações gestuais coverbais, deixando entrever como a gestualidade ressalta as dimensões cognitivas não só da modalidade linguística, mas igualmente do processo de produção dos enunciados. Das observações realizadas, notou-se que as ações gestuais só adquirem significado efetivo dentro de determinado contexto, corroborando as ideias dos estudiosos da gestualidade que declaram que as ações gestuais nas interações face-a-face demonstram como o falante, além de proferir o conteúdo pretendido, espera por outros elementos visuais da linguagem, emitidos paralelamente, para incluir e coordenar com o seu interlocutor a montagem da interação momento a momento. Os resultados deixam evidente que as mesmas ações gestuais ou movimentos combinados adquirirão significados diferentes que só podem ser interpretados localmente e que a organização

sequencial da conversa exerce um papel relevante para a análise das ações em curso durante a interação. Na análise proposta viram-se exemplos de como a ação conjunta, negociada momento-a-momento na interação, é a responsável para o estabelecimento se determinado enunciado deve ser interpretado como preferido ou despreferido, podendo a gestualidade, executada no espaço de projetabilidade da língua, ser a chave interpretativa para que os interlocutores optem por determinada ação interativa em detrimento de outras, uma vez que a gestualidade pode auxiliar na antecipação dos enunciados (des)preferidos ao prenunciar as ações que estão por vir.

Referências bibliográficas

- BAVELAS, Janet B. & CHOUIL, Nicole. Faces in dialogue. In: RUSSELL, James A. & FERNANDEZ-DOLS, Jose Miguel (Orgs.). **The psychology of facial expression**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p.334–346
- BAVELAS, Janet B. & CHOUIL, Nicole. Visible acts of meaning. **Journal of Language and Social Psychology**, v. 19 (2), p. 163–194, 2000.
- BAVELAS, Janet B.; BLACK, Alex; LEMERY, Charles R.; MULLETT, Jennifer. “I show how you feel”: Motor mimicry as a communicative act. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 50 (2), p. 322–329, 1986.
- BAVELAS, Janet B.; CHOUIL, Nicole; COATES, Linda; ROE, Lori. Gestures specialized for dialogue. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 21 (4), p. 394–405, 1995
- BAVELAS, Janet B.; CHOUIL, Nicole; LAWRIE, Douglas; WADE, Allan. Interactive gestures. **Discourse Processes**, v. 14 (4), p. 469–489, 1992.
- BLUM-KULKA, Shoshana; BLONDHEIM, Menahem; HACOEN, Gonen. Traditions of dispute: from negotiations of talmudic texts to the arena of political discourse in the media. **Journal of Pragmatics**, v. 34 (10), p. 1569-1594, 2002.
- CHAFE, Wallace. **Discourse, consciousness, and time: the flow and displacement of conscious experience in speaking and writing**. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1994.
- CHOUIL, Nicole. Discourse-oriented facial displays in conversation. **Research on Language and Social Interaction**, v. 25, p. 163–194, 1991.
- CHOUIL, Nicole. Facing others: a social communicative perspective on facial displays. In: In: RUSSELL, James A. & FERNANDEZ-DOLS, Jose Miguel (Orgs.). **The psychology of facial expression**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p.321–333

- CLARK, Herbert H. & GERRIG, Richard J. Quotations as Demonstrations. **Language**, v. 66 (4), p. 764–805, 1990.
- COATES, Jennifer. No gap, lots of overlap; turn-taking patterns in the talk of women friends. In: GRADDOL, David, MAYBIN, Janet, STIERER, Barry (Orgs.). **Researching language and literacy in social context: a reader**, Clevedon: Multilingual Matters, 1994, p. 177-192.
- COATES, Jennifer. Talk in a play frame: more on laughter and intimacy. **Journal of Pragmatics**, v. 39 (1), p. 29-49, 2007.
- DuBOIS, John W; SCHUETZE-COBURN, Stephan; PAOLINO, Danae; CUMMING, Susanna. **Discourse Transcription**. Santa Barbara: University of California, 1990.
- EIBL-EIBESFELDT, Irenäus. **Human Ethology**. New York: Aldine de Gruyter, 1989.
- EKMAN, Paul. About brows: emotional and conversational signs. In: Von CRANACH, M.; FOPPA, K.; LEPENIES, W.; PLOOG, D. (Orgs.). **Human ethology: claims and limits of a new discipline: contributions to the Colloquium**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p. 169– 249.
- EKMAN, Paul. **Telling lies: clues to deceit in the marketplace, politics, and marriage**. New York/Londres: W.W. Norton & Company, 1992.
- EKMAN, Paul. Should we call it expression or communication? **European Journal of Social Sciences**, v. 10 (4), p. 333–359, 1997.
- EKMAN, Paul. **A Linguagem das Emoções**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Lua de Papel, 2011.
- EKMAN, Paul & FRIESEN, Wallace. The repertoire of nonverbal behavior: categories, origins, usage, and coding. **Semiotica**, v.1, p. 49–98, 1969.
- EKMAN, Paul & FRIESEN, Wallace. Felt, false, and miserable smiles. **Journal of Nonverbal Behavior**, v. 6 (4), p. 238–252, 1982.
- FERNANDEZ-DOLS, José Miguel; RUIZ-BELDA, Maria Angeles. Are smiles a sign of happiness? Gold medal winners at the Olympic Games. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 69 (6), p. 1113–1119, 1995.
- GARFINKEL, Harold. **Studies in Ethnomethodology**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967.
- GILBERT, Avery N.; FRIDLUND, Alan J.; SABINI, John. Hedonic and social determinants of facial displays to odors. **Chemical Senses**, v. 12 (2), p. 355–363, 1987.
- GOODWIN, Charles & HERITAGE, John. Conversation Analysis. **Annual Review of Anthropology**, v.19, p. 283-307, 1990

- GOODWIN, Marjorie H. Processes of mutual monitoring implicated in the production of description sequences. **Sociological Inquiry**, v. 50 (3-4), p. 303–317, 1980.
- GOODWIN, Marjorie H & GOODWIN, Charles. Childrens' arguing. **Language, Gender, and Sex in Comparative Perspective**, v. 4, p. 200–248, 1987.
- GOODWIN, Charles & GOODWIN, Marjorie H. Assessments and the construction of context. In: DURANI, Alessandro & GOODWIN, Charles. **Rethinking context: language as an interactive phenomenon**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 151-189.
- GOODWIN, Marjorie H, GOODWIN, Charles, & YAEGER-DROR, Malcah. Multi-modality in girls' game disputes. **Journal of Pragmatics**, v. 34 (10), p. 1621-1649, 2002.
- HELBERG, Nancy & SOSA, Juan M. Pitch contours in negative sentences. **15th International Congress of Phonetic Sciences**, Barcelona, 2003.
- HERITAGE, John. The limits of questioning: negative interrogatives and hostile question content. **Journal of Pragmatics**, v. 34 (10), p. 1427-1446, 2002.
- JEFFERSON, Gail. A case of precision timing in ordinary conversation: overlapped tag-positioned address terms in closing sequences. **Semiotica**, v. 9, p. 47-96, 1973.
- JEFFERSON, Gail. Glossary of transcript symbols with an introduction. In: LERNER, Gene H. (Org.). **Conversation Analysis: Studies from the first generation**. Amsterdã/Filadelfia: John Benjamins Publishing Company, 2004, p. 13-31
- KAUFMANN, Anita. Negation and prosody in British English: a study based on the London-Lund Corpus. **Journal of Pragmatics**, v. 34, p. 1473–1494, 2002.
- KENDON, Adam. Gesticulation and speech: two aspects of the process of utterance. In: KEY, Mary R. (Org.). **The relationship of verbal and nonverbal communication**. The Hague: Mouton de Gruyter, 1980, p. 207–227.
- KENDON, Adam. Some uses of the head shake. **Gesture**, v. 2 (2), p. 147–182, 2002.
- KENDON, Adam. **Gesture: visible action as utterance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- KOTTHOFF, Helga. Disagreement and concession in disputes: on the context sensitivity of preference structures. **Language in Society**, v. 22, p. 193–216, 1993.
- KRAUT, Robert & JOHNSTON, Robert. Social and emotional messages of smiling: an ethological approach. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 37 (9), p. 1539–1553, 1979.

- LEITE, Tarcísio A. **Uma segmentação da língua de sinais brasileira (libras):** um estudo lingüístico descritivo a partir da conversação espontâneas entre surdos, 2008. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- LEITE, Tarcísio A. & MCCLEARY, Leland E. A identificação de unidades gramaticais na libras: uma proposta de abordagem baseada-no-uso. **Todas as Letras**, v. 15 (1), p. 62–87, 2013.
- LIDDICOAT, Anthony. J. **An introduction to Conversation Analysis**. 2nd ed. London/New York: Continuum International Publishing Group, 2011.
- McCLAVE, Evelyn Z. Linguistic functions of head movements in the context of speech. **Journal of Pragmatics**, v. 32 (7), p. 855–878, 2000.
- McCLAVE, Evelyn Z.; KIM, Helen; TAMER, Rita; MILLEFF, Milo. Head movements in the context of speech in Arabic, Bulgarian, Korean, and African-American Vernacular English. **Gesture**, v. 7 (3), p. 343–390, 2007.
- MCCLEARY, Leland E. & VIOTTI, Evani C. Transcrição de dados de uma língua sinalizada: um estudo piloto da transcrição de narrativas na língua de sinais brasileira (LSB). In: SALLES, Heloisa M M L. (Org.). **Bilinguismo e surdez: questões linguísticas e educacionais**. Goiania: Cãnone Editorial, 2007, p. 23–96.
- MCCLEARY, Leland E.; VIOTTI, Evani C.; LEITE, Tarcísio A. Descrição das línguas sinalizadas: a questão da transcrição dos dados. **Alfa**, v. 54 (1), p. 265–289, 2010.
- McNEILL, David. So you think gestures are nonverbal? **Psychological Bulletin**, v. 92 (3), p. 350–371, 1985.
- O'CONNELL, Daniel C.; KOWAL, Sabine; KALTENBACHER, Erika. Turn-taking: a critical analysis of the research tradition. **Journal of Psycholinguistic Research**, v. 19 (6), p. 345-373, 1990.
- POMERANTZ, Anita. Agreeing and disagreeing with assessments: some features of preferred/dispreferred turn shapes. In: ATKINSON, J. Maxwell & HERITAGE, John (Orgs.). **Structures of social action: Studies in Conversation Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 57–101.
- POYATOS, Fernando. **Nonverbal communication across disciplines**. Volume 1: cultures, sensory interaction, speech, conversation. Filadelfia: John Benjamins Publishing Company, 2002.
- SACKS, Harvey. On the preferences for agreement and contiguity in sequences in conversatlon. In: BUTTON, Graham & LEE, John R. E. (Orgs.). **Talk and social organization**. Clevedon: Multilingual Matters, 1987, p.54–69.
- SACKS, Harvey. **Lectures on conversation** (2 vols.). Malden: Blackwell Publishing, 1992, p. 549-567.
- SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON, Gail. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. **Language**, v. 50 (4), p. 696–735, 1974.

SCHEGLOFF, Emanuel A. On some gestures' relation to talk. In: ATKINSON, J. Maxwell & HERITAGE, John (Orgs.). **Structures of social action: Studies in Conversation Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p.266–296.

SCHEGLOFF, Emanuel A. Analyzing single episodes in interaction: an exercise in conversation analysis. **Social Psychology Quarterly**, v. 50, p. 101–104, 1987.

SCHEGLOFF, Emanuel A. On the organization of sequences as a source of “coherence” in talk in interaction. In: DORVAL, Bruce (org.). **Conversation organization and its development**. Norwood: Ablex, 1990, p. 51-77

SCHEGLOFF, Emanuel A. & SACKS, Harvey. Opening up closings. **Semiotica**, v. 7, p. 289-327, 1973.

SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON, Gail; SACKS, Harvey. The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. **Language**, v. 53 (2), p. 361-382

SCHIFFRIN, Deborah. Jewish argument as sociability. **Language in Society**, v. 13 (3), p. 311-335, 1984.

YAEGER-DROR, Malcah. Register and prosodic variation, a cross-language comparison. **Journal of Pragmatics**, v. 34, p. 1495–1536, 2002.

Abstract: *Taking into account the notions of (1) projectability - dimension of language in which some elements are in play before being made or completed - and (2) (dis)preference - relationship between adjacent pairs whose production of the first-pair part restricts the possibilities of the second-pair part production, and these productions, responding (or not) to the expectations of interlocutors, can only be determined as (dis)preferred utterances into the action built by the interactional work of interlocutors – from Conversation Analysis and theories that defend speech and gestures as a single multimodal discursive process, this study aims to contribute to the understanding of how gestures can anticipate (dis)preferred utterances, foretelling the actions that are to come. Using the ELAN program to transcribe linguistic and gestural modalities, this research presents a qualitative and multimodal analysis of semi-spontaneous interaction of a dyad (husband and wife), showing how gestures, acting within the projectability space of utterances and co-occurring with speech, produce a semantic coherence between them. However, this does not mean that the different modalities express the same meaning. Despite displaying different properties, such modalities interact in the production and comprehension of language in a reciprocal process, resulting in communicational units with more complex meaning.*

Keywords: *gesture; Conversation Analysis, projectability space; adjacent pairs; (dis)preference*

Práticas discursivas e exercício profissional: o trabalho do professor de inglês em cursos de idiomas à luz da ergologia e da concepção dialógica de linguagem

Carlos Fabiano de SOUZA (IFF/UFF)
carlosfabiano.teacher@gmail.com

Resumo: Cursos livres de idiomas são espaços idiossincráticos de ensino de línguas estrangeiras (LEs) nos quais profissionais licenciados e não licenciados têm, de longa data, atuado ministrando aulas de língua inglesa (LI). O trabalho do professor de línguas nesses ambientes educacionais reveste-se de características bastante peculiares e, embora estejam presentes no cenário brasileiro de ensino-aprendizagem de LEs há mais de 70 anos, pode-se dizer que os bancos acadêmicos têm negligenciado a sua importância, pois é escassa a pesquisa sobre eles na literatura especializada. Nessa perspectiva, o presente trabalho pretende apresentar um recorte teórico-metodológico, cujo objetivo é utilizá-lo para investigar a fala de profissionais que ministram aulas de LI em cursos livres sobre o seu trabalho. Assim, formulamos o nosso estudo a partir da abordagem ergológica da atividade (SCHWARTZ, 1997) que leva em conta o estudo das atividades humanas e, em especial, a atividade de trabalho. Além disso, ancoramos nossas análises na concepção dialógica de linguagem (BAKHTIN, 1997), a qual vai ao encontro da complexidade do ser humano, do seu trabalho e da língua enquanto espaço de interação verbal. Por ser um projeto ainda em fase de desenvolvimento, não há resultados a serem apresentados.

Palavras-chave: cursos de idiomas; professor de inglês; ergologia; concepção dialógica de linguagem; trabalho docente.

1. Introdução

O trabalho do professor se reveste de particularidades que colocam em evidência a complexidade de desenvolver sua atividade profissional em um universo institucional permeado por relações sociais, hierárquicas, de caráter interativo. Em outras palavras, podemos dizer que se trata primordialmente de “[...] um trabalho onde o trabalhador se relaciona com o seu objeto de trabalho fundamentalmente através da interação humana” (TARDIF, 2012, p.22).

Nessa perspectiva,

o docente raramente atua sozinho. Ele se encontra em interação com outras pessoas, a começar pelos alunos. A atividade docente não é exercida sobre um objeto, sobre um fenômeno a ser conhecido ou uma obra a ser produzida. Ela é realizada concretamente numa rede de interações com outras pessoas, num contexto onde o elemento humano é determinante e dominante e onde estão presentes símbolos, valores, sentimentos, atitudes [...] Essas interações são mediadas por diversos canais: discurso, comportamentos, maneiras de ser, etc. Elas exigem, portanto, dos professores, não um saber sobre um objeto de conhecimento nem um saber sobre uma prática e destinado principalmente a objetivá-la, mas a capacidade de se comportarem como sujeitos, como atores e de serem pessoas em interação com pessoas (TARDIF, 2012, p.49-50).

Nessas interações, o professor não só estabelece uma relação dialógica com os seus educandos e colegas de trabalho, mas também tem a possibilidade de veicular saber sobre o seu trabalho. Desse modo, é possível investigar a fala do professor como uma instância capaz de fornecer informações relevantes no que concerne à atividade de trabalho desse profissional, pois os “[...] professores, no exercício de suas

funções e na prática de sua profissão, desenvolvem saberes específicos, baseados em seu trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio” (TARDIF, 2012, p.38). São esses saberes que, de certo modo, nos interessam, pois eles tendem a nos dar pistas acerca do fazer docente em ambiente de atuação profissional.

Pode-se dizer que, de forma resumida, conhecer a sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir conhecimentos relativos às ciências da educação e à pedagogia, e desenvolver um saber prático com base na sua experiência cotidiana com os alunos tornam-se aspectos primordiais da constituição da imagem de professor ideal (TARDIF, 2012).

Por outro lado, o ofício docente, caracterizado como profissão de interações humanas, é multifacetado, complexo “na medida em que trabalhar sobre e com seres humanos repercute sobre o professor, sobre seus conhecimentos, sua identidade, sua experiência profissional” (TARDIF & LESSARD, 2013, p.9).

No que tange ao processo ensino-aprendizagem de LI, especialmente, percebe-se que o trabalho do professor de LE é revestido de peculiaridades e, sobremaneira, deve se caracterizar por ser um fazer reflexivo e crítico, pois ensinar não é uma atividade neutra.

E no caso do ensino de língua estrangeira a criticidade é particularmente importante para se garantir que os valores da cultura estrangeira que necessariamente fazem parte dessa aprendizagem sejam entendidos a partir de uma postura crítica, que tem como objetivo formar o cidadão brasileiro, antes de mais nada (CELANI, 2008, p.37).

É interessante notar que embora a LI em cursos livres de idiomas ocupe um lugar de destaque no cenário brasileiro de ensino de LEs, com constante crescimento e expansão dessas instituições, notoriamente, encontram-se poucos trabalhos sobre esses espaços de atuação profissional do professor de LE nos bancos acadêmicos. Podemos inferir que isso se dá em função de cursos dessa natureza não serem regulamentados por órgãos do governo (como o MEC, por exemplo).

Salienta-se que a escassez de referencial teórico sobre os cursos privados de idiomas caminha na contramão de um ramo de oferta de ensino de línguas que opera em território nacional há mais de 70 anos, com bastante sucesso e amplas perspectivas de longevidade, pois, de acordo com a Associação Brasileira de Franquias (ABF) – dados de 2012 –, há mais de 70 redes de idiomas no Brasil. Cabe ainda destacar que a oferta de cursos de inglês em cursos livres é ainda muito maior, visto que esses dados não consideram as escolas que não funcionam como franquias de redes.

Assim, levantar dados de pesquisa sobre esse campo de ensino é considerar as múltiplas relações que emergem do ensinar e aprender em ambientes dessa natureza, e a sua configuração como espaços onde profissionais licenciados e não licenciados têm a oportunidade de desenvolver o seu trabalho.

Nessa perspectiva, investigar a fala do professor de inglês em cursos livres sobre o seu trabalho, à luz de um enfoque ergológico e dialógico, é lançar uma lente de análise sobre a atividade docente nesses espaços de atuação profissional, sem deixar, entretanto, de acentuar o caráter complexo que envolve a

vida do ser humano enquanto um sujeito que usa a língua como possibilidade concreta de interação verbal. A ergologia, enquanto perspectiva epistemológica pluridisciplinar – em virtude de a atividade humana ser muito complexa para se compreender e analisar através de uma única disciplina (TRINQUET, 2010) –, permite-nos abordar a realidade da atividade humana e a capacidade inerente do ser humano de trabalho.

Atrelada a essa perspectiva, entendemos que é possível estabelecer uma relação de aproximação entre estudos com enfoque na abordagem ergológica e no dialogismo do Círculo de Bakhtin. Vale destacar que há uma impossibilidade latente de se conceber a realidade multifacetada de nossa atividade laboriosa sem levar em consideração a capacidade do ser humano de interagir por meio da linguagem. Assim,

na teoria de Bakhtin, ou análise dialógica do discurso, a ideia de dialogismo está ligada à própria concepção de língua como interação verbal. Afinal, não existe enunciado concreto sem interlocutores. O próprio fato de um autor levar em consideração seu interlocutor direto ou indireto quando produz um enunciado já confere à língua esse caráter dialógico (SILVA, 2013, p.52).

Portanto, epistemologicamente falando, esboçar um estudo com foco em práticas languageiras, que perpassam as relações que ocorrem em situação de trabalho docente, requer mobilizar um conjunto de saberes e concepções concernentes ao escopo de abrangência da perspectiva ergológica e da concepção dialógica de linguagem.

A seguir, o texto se organiza em três sessões. Na primeira sessão, apresentamos alguns apontamentos relativos aos cursos de idiomas no Brasil, bem como questões concernentes ao ensino de LI nessas instituições. Em seguida, discorreremos sobre a abordagem ergológica e a concepção dialógica de linguagem. Por fim, apresentamos as considerações finais.

2. O ensino de inglês em cursos livres

No que se refere à história do ensino não regular de LI no Brasil, ou seja, tomando por base as instituições que desempenham o papel de oferecer aos educandos aulas de LE sem a regulamentação oficial por parte de órgãos do governo federal (o MEC, particularmente), tem-se nos cursos livres de idiomas um espaço profícuo de desenvolvimento do trabalho do professor de línguas. Essas escolas, de longa data, têm atuado no cenário nacional com constante crescimento e expansão. Por não serem passíveis de regulamentação pelo Ministério da Educação, optamos por usar esta designação neste trabalho – a qual é comumente utilizada quando se refere a esta modalidade de ensino.

No entanto, pode-se afirmar que o labor do professor de inglês no mercado privado de ensino de idiomas é pouco explorado. Esse fato é corroborado pelo número quase que inexistente de pesquisas sobre essas escolas, como lugar de trabalho do professor de línguas, na literatura especializada. Uma das principais referências é o trabalho de Freitas (2010), no qual ela trata do “trabalho do professor de espanhol em cursos de línguas”. Na esteira dessa investigação, pode-se citar também a pesquisa de

Fernandes (2013) que buscou investigar, por meio do que diz o professor de espanhol sobre o seu trabalho, “as imagens que ele constrói sobre si e sobre a sua atividade no curso livre de idiomas e no ensino regular”.

Observemos o seguinte apontamento de Schütz (2011):

Cursos de línguas são classificados como “cursos livres” pelo Ministério da Educação, não estando sujeitos a qualquer tipo de controle nem de reconhecimento. Tampouco as secretarias estaduais regulamentam cursos livres. Pode-se ensinar inglês assim como informática ou karatê (SCHÜTZ, 2011, aspas do autor).

Nesse aspecto, levando-se em conta o contexto da legislação brasileira – no qual não há menção aos cursos privados de línguas –, entende-se que é bastante conflituosa a afirmação feita por Schütz (2011) segundo a qual essas instituições são classificadas pelo Ministério da Educação como livres. De outra forma, acredita-se que, vulgarmente, tornou-se lugar comum chamar os cursos não regulamentados por lei específica de cursos livres por não ser mandatária a regularização de funcionamento desses junto a órgãos governamentais de cunho educacional, ainda que essa nomenclatura cause certo estranhamento em virtude do termo “livre” ser bastante multifacetado.

No entanto, no decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, foi possível encontrar uma brecha na lei, pois, de acordo com o artigo 4º do referido decreto,

a educação profissional de nível básico é modalidade de educação não-formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular (BRASIL, 1997).

Dessa maneira, de acordo com o decreto citado – com fundamento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –, depreende-se que poderia se cogitar a possibilidade de enquadrar esses cursos na modalidade de educação profissional de nível básico, ainda que eles não estejam sujeitos à regulamentação curricular, cuja oferta livre dar-se-ia em função das demandas do mundo do trabalho e da sociedade. Além disso, não haveria, inclusive, exigência de escolaridade prévia do aluno.

Entretanto, o decreto de 1997, que regulamentava o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional –, foi revogado pelo decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Com a revogação, houve um apagamento dessa não formalidade de oferta de curso na modalidade de ensino profissional de nível básico, cujo novo texto do artigo 4º ficou assim:

A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados: I – os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação; II – as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e III – as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico (BRASIL, 2004).

Infere-se, portanto, que uma não regulamentação por órgãos do governo, especialmente o Ministério da Educação, por motivos óbvios, tende a eximir essas unidades de ensino da obrigatoriedade de obter, por parte deste Ministério, credenciamento institucional, autorização e reconhecimento de curso para funcionar plenamente. E, por outro lado, torna-se inapropriado enquadrar os cursos livres na modalidade de educação profissional de nível básico. Pois, na forma da lei, não há respaldo para tratarmos de cursos de idiomas dessa natureza segundo esta nomenclatura.

No que concerne à certificação, acredita-se que toda instituição concebida como curso livre pode vir a emitir certificado ao educando em conformidade com a carga horária dos seus programas de ensino, que, geralmente, podem variar quanto às horas, meses e/ou anos de duração. Da mesma forma, cabe à instituição elaborar o seu programa de curso e gerenciar o seu quadro de funcionários, o que requer, sobretudo, estabelecer critérios próprios de contratação, treinamento, etc.

É interessante ressaltar que cabe à legislação brasileira regulamentar as modalidades de Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior em âmbito nacional. No entanto, com o intuito de promover a educação profissional em todo país, prevista no artigo 39 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o governo abriu espaço para a “qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores” (redação dada pelo decreto nº 8.268, de 2014). Ao concebermos a formação em LE, enquanto possibilidade de qualificação profissional, tornar-se-ia bastante pertinente fazer uso corrente da categoria curso livre como itinerário formativo não regular no âmbito de ensino no Brasil. O que vai ao encontro de se considerar a urgência em atender a população brasileira, permitindo a todos alcançarem sua profissionalização rápida para atuação em diversas áreas no mercado de trabalho.

É válido salientar, ainda, que esses estabelecimentos de ensino privado de línguas já foram, inclusive, citados no documento oficial *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* do Ministério da Educação (BRASIL, 2006). Ao discorrer sobre os casos de instituições regulamentadas pelo MEC que têm optado por inserir em seus espaços formativos aulas de LE, fora da grade escolar, o documento afirma que

essas instituições abrem uma estrutura paralela em forma de centro de línguas para seus próprios alunos, com organização semelhante as dos **cursos de idiomas** : turmas menores e formadas segundo o nível linguístico identificado por testes de conhecimento do idioma estrangeiro; horários fora da grade escolar e aulas ministradas pelo professor da escola [...] (BRASIL, 2006, p.89, grifo meu).

Em termos estruturais, observa-se que os cursos livres em território nacional brasileiro podem ser classificados em três tipos específicos: os institutos/centros binacionais, escolas franqueadas e escolas independentes.

Centros binacionais são instituições mais tradicionais, bem mais preocupadas com a qualidade. Aparentemente, eles desenvolvem um trabalho sério, com uma proposta de atuação menos comercial do ponto de vista de mercado expansivo. Muitos operam sob a nomenclatura de instituto, cujo objetivo principal é promover e divulgar a cultura dos países da língua alvo, em especial, Inglaterra e Estados

Unidos. Grande parte dessas escolas adota um aparato metodológico convencional, atrelado a um plano didático.

Por outro lado, definimos os cursos franqueados como sendo escolas que operam sob o mesmo nome dentro de um sistema de franquia. Esse tipo de prática organizacional lança mão do uso de concessão e transferência de marca (bandeira), recursos tecnológicos, consultoria operacional, produtos ou serviços. Escolas dessa natureza investem fortemente em propaganda e empregam professores que podem variar quanto à formação especializada.

Ressalta-se que nessas escolas o livro didático ocupa um papel fundamental. Ele é indispensável para o desenvolvimento dos programas de ensino – um norteador das práticas desenvolvidas em sala de aula pelo professor. Isso se deve muito ao fato de que é de grande interesse dessas instituições comercializarem material didático seriado em massa. Muitas dessas escolas, inclusive, são vinculadas a editoras próprias.

O sistema de franquia não só deixa de levar em conta as qualidades do professor, como também limita o seu trabalho, engessando muitas vezes o seu poder de criação. O professor se vê imerso em uma série de fórmulas de sucesso (receitas mágicas), sequências de rotinas, enfim, práticas, por vezes, descontextualizadas. As aulas se tornam uma repetição de procedimentos e rotinas adquiridos quase sempre nos treinamentos oferecidos pela própria rede franqueadora.

Finalmente, chamamos de escolas independentes aqueles espaços de ensino-aprendizagem de LE que são criados pela iniciativa de profissionais qualificados, com competência própria, que, em sua maioria, já tiveram a experiência de passar por uma franquia, porém, dispensam a receita didática e a estrutura operacional de um franqueador. A base de divulgação de muitas dessas escolas é a política do “boca a boca”. Embora esse tipo de propaganda seja uma interessante fonte de informação para atrair novos alunos, se não tiver um bom investimento por parte da escola, torna-se muito difícil se manter no competitivo mercado de ensino privado de línguas em cursos livres, em virtude da acirrada concorrência com as grandes franquias.

Esses ambientes de ensino têm cooperado para a manutenção da crença de que basta falar inglês para se tornar um professor de LE. Essa afirmação vai ao encontro do que diz Celani (2008) quando pontua que “a profissão, e particularmente a profissão de ensinar línguas estrangeiras, é invadida por todos os lados. Qualquer um pode ser professor.” Em outras palavras, qualquer sujeito que fale inglês fluentemente tem chances reais de conseguir uma vaga como professor de LI em cursos livres, pois nesses há uma ênfase maior em práticas de conversação (oralidade).

Um aspecto que não se deve desconsiderar é a questão da desvalorização para com a atividade de trabalho do professor se entendemos que o fazer docente é um papel que deve ser desempenhado por um profissional licenciado, obrigatoriamente sujeitos com formação acadêmica; assim, a natureza dessa formação e, conseqüentemente, os diversos resultados que dela advêm, em termos de sua qualidade e

eficácia, são, em larga escala, da responsabilidade do professor, cuja atividade é certamente especializada (CELANI, 2008, p.26).

Desse modo, essa dicotomia parece ser o quadro mais revelador do trabalho de ensinar LI em cursos livres de idiomas. Pois, são essas duas representações de profissionais que atuam nesses ambientes de ensino (SOUZA, 2013).

3. Uma análise ergológica e dialógica: rotas investigativas na interface entre trabalho docente e linguagem

Interessa-nos nesta rota de investigação mobilizar alguns conceitos advindos da perspectiva ergológica e a intersecção desses com a concepção dialógica de linguagem.

Primeiramente, cabe-nos pontuar que a Ergologia é uma abordagem pluridisciplinar cujo surgimento se deu na França entre os anos de 1980 e o final da década de 1990, com o intuito de intervir nas situações de trabalho (MOTTA, 2012, p.73).

Podemos afirmar que os estudos de base ergológica surgiram a partir de reflexões desenvolvidas pelo filósofo francês Yves Schwartz, partindo, inclusive, de conceitos provenientes da Ergonomia Situada da Atividade francesa sobre a relação dicotômica que há entre o trabalho prescrito e o real. Nessa vertente, verifica-se que o trabalho prescrito não se concretiza, de fato, como o trabalho realizado.

Dessa maneira, para a Ergonomia Situada, o termo trabalho prescrito refere-se ao trabalho que é designado pela empresa ao trabalhador em consonância com condições previamente determinadas e cujos resultados a serem alcançados são esperados. Nesse caso, este tipo de trabalho é considerado a tarefa, visto que é estabelecido *a priori*, constituindo-se num conjunto de normas e procedimentos que precisam ser seguidos no desenrolar da situação de trabalho. Em contrapartida, entende-se por trabalho real o que o trabalhador faz, de fato, almejando dar conta de sua tarefa, levando em consideração condições reais de realização e com resultados efetivamente atingidos. Esta é a sua atividade, ou seja, o modo como o trabalhador cumpre os seus objetivos (FREITAS, 2010, p.71-72).

Segundo Trinquet (2010), a Ergologia deve ser concebida como uma abordagem que consiste em estudar toda atividade humana e, particularmente, a atividade humana do trabalho. Ainda para esse autor,

conhecer melhor a realidade complexa de nossa atividade laboriosa [...] analisar sob quais condições ela se realiza efetivamente, o que permite organizá-la melhor e, portanto, torná-la mais eficaz e rentável, tanto em seus aspectos econômicos quanto sociais e humanos, sem ter de forçar a sua intensidade e/ou sua cadência. Diante dessa postura, como conceber uma metodologia de pesquisa em um domínio ligado ao trabalho que não leve em consideração a sua complexidade intrínseca [...]?(TRINQUET, 2010, p.95).

Este apontamento coloca-nos diante da grande problemática que envolve o trabalho, pois mesmo a explicitação do termo em si é bastante complicada, na medida em que este pode assumir diversos sentidos e múltiplas apropriações a depender da abordagem de análise a ser seguida.

Nesse aspecto, é de nosso interesse discorrer sobre a concepção de trabalho empregada pelo referencial ergológico, cujo enfoque leva em conta as múltiplas e intrincadas relações humanas que perpassam a atividade de trabalho e, conseqüentemente, a vida do trabalhador.

Este, por sua vez, é um sujeito que faz uso da linguagem como uma das mais importantes características humanas, pois o ser humano é um ser de linguagem. Assim, segundo Souza-e-Silva (2002),

eleger as interações no trabalho como objeto de estudo traz como consequência a necessidade de uma nova postura por parte do(a) linguista, que é obrigado a recorrer a noções e/ou categorias de análise advindas de outras disciplinas e a fazer empréstimos diversificados no âmbito de sua própria disciplina, sem abrir mão [...] da noção de dialogismo, princípio constitutivo da linguagem [...] (SOUZA-E-SILVA, 2002, p.63).

Na busca dessa interface entre trabalho e linguagem de que trata Souza-e-Silva (2002), e especialmente o trabalho docente para a nossa rota investigativa, quanto à atividade languageira, ressalta-se que toda complexidade envolvida nas interações no trabalho implicam numa relação inerente à linguagem, pois como nos adverte Nouroudine (2002),

quando a linguagem é ela própria trabalho, isto é, funciona como parte legitimada da atividade, ela adota, ao mesmo tempo em que revela, essa complexidade. Portanto, complexidade do trabalho e complexidade da linguagem, de um certo ponto de vista, se confundem. A linguagem como trabalho não é somente uma dimensão, dentre outras, do trabalho, mas ela própria se reveste de uma série de dimensões (NOUROUDINE, 2002, p.21).

Em virtude dessa complexidade de que se revestem o trabalho e a linguagem, para o desenvolvimento de nossos estudos, opta-se por um itinerário de investigação que leva em conta a relação intrínseca entre ambos, a partir de um enfoque no qual se considera a **linguagem sobre o trabalho** – perspectiva epistemológica apropriada do enquadramento metodológico desenvolvido por Lacoste (1998), em que a autora em questão distingue três instâncias de práticas languageiras, a saber: a linguagem **como**, **no** e **sobre** o trabalho.

Para Lacoste (1998), a linguagem como trabalho é aquela usada durante e para a realização da atividade. Por outro lado, a linguagem no trabalho não se relaciona diretamente com a execução da atividade, mas é aquela que se concretiza na própria situação de trabalho. No entanto, a linguagem sobre o trabalho é fruto da produção de saberes acerca da atividade em si, seja durante a sua realização, entre os próprios atores das práticas de linguagem, seja em algum questionamento subsequente (LACOSTE, 1998).

Em virtude de nossa proposta buscar, na fala de professores, apreender os saberes sobre a atividade de trabalho deles, não podemos nos esquecer de que a linguagem é um meio também pelo qual esses profissionais estabelecem uma relação com o seu objeto de trabalho. Como bem salientado por Leffa (2008), o professor de LEs toca o ser humano na sua essência pelo objeto do verbo, que é a própria língua, estabelecendo, desse modo, uma relação com a fala. Nesse aspecto, lançar mão da concepção dialógica de linguagem em nossa empreitada investigativa faz-se relevante, pois esta vai ao encontro da necessidade do

ser humano de se comunicar, interagindo com o outro em diferentes esferas da atividade e da existência humana, a partir do uso de enunciados concretos e dialógicos (BAKHTIN, 1997).

Nessa concepção, “o enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, estritamente delimitada pela alternância dos sujeitos falantes” (BAKHTIN, 1997, p.294). Desse modo,

a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 2009, p.127, grifos do autor).

Acreditamos que as contribuições do Círculo de Bakhtin no que se refere ao dialogismo, tende a nos auxiliar na construção de um caminho metodológico de coleta de dados centrada na produção de textos (orais e/ou escritos) de profissionais que ministram aulas de inglês em cursos de idiomas sobre o trabalho deles. Esses textos devem ser apreendidos como enunciados – compreendidos como eventos dialógicos, pois, em vez de apenas responderem a questões da investigação, os mesmos atuam como um momento de interação da comunicação verbal na perspectiva discursiva. Portanto, segundo Bakhtin (1997), o enunciado é a unidade real da comunicação verbal. Por isso, a fala só existe, de fato, sob a forma concreta dos enunciados produzidos por um indivíduo que é entendido como um sujeito de um discurso-fala. Ou seja, “o discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma” (BAKHTIN, 1997, p.293).

Por essa razão, ao investigar a linguagem produzida sobre o trabalho, considerando a língua como uma atividade concreta de trocas verbais, é possível realizar “um estudo linguístico-discursivo de caráter dialógico da situação de trabalho, integrando ao fenômeno verbal o atributo “industrioso”, relativo à potência humana de agenciamentos da vida” (FREITAS, 2010).

Em sentido mais amplo, essa lente de análise não deve negligenciar o vínculo existente entre a língua e a vida, pois “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” (BAKHTIN, 1997, p.282).

4. Considerações finais

Por se tratar de um projeto ainda em fase de desenvolvimento, no qual a produção do *corpus* ainda está em fase inicial, não há resultados de análise que possam ser apresentados. Espera-se, assim, não apenas investigar as falas dos profissionais que atuam ministrando aulas de LI em cursos livres de idiomas **sobre** o seu trabalho, mas, sobretudo, trazer contribuições no que diz respeito à compreensão da complexidade do trabalho do professor de línguas que atua nesse contexto específico de ensino-aprendizagem de LE, dando visibilidade para que esses sujeitos e o seu trabalho, nesse lócus de atuação profissional, tornem-se objetos de outras discussões teórico-metodológicas, em âmbito acadêmico.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. 13. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm> Acesso em: 10 jun. 2014.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm> Acesso em: 10 jun. 2014.
- BRASIL. **Orientações Curriculares Nacionais de Línguas Estrangeiras para o Ensino Médio – Língua Inglesa – (OCEM)**. BRASÍLIA, MEC, 2006.
- CELANI, Maria Antonieta Alba. Ensino de línguas estrangeiras: ocupação ou profissão? In: LEFFA, Vilson José. (Org.). **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão**. 2. ed. Pelotas: EDUCAT, 2008.
- FERNANDES, Michele de Souza dos Santos. **Ensino regular e curso livre de idiomas: a fala do professor de espanhol sobre o seu trabalho**. 2013. 132f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense.
- FREITAS, Luciana Maria Almeida de. **Da fábrica à sala de aula: vozes e práticas tayloristas no trabalho do professor de espanhol em cursos de línguas**. Rio de Janeiro, 2010. 359f. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas). Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- LACOSTE, Michèle. Fala, atividade, situação. In: DUARTE, Francisco; FEITOSA, Vera (Orgs.). **Linguagem & trabalho**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1998.
- LEFFA, Vilson José. Aspectos políticos da formação do professor de línguas estrangeiras. In: LEFFA, Vilson J. (Org.). **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão**. 2. ed. Pelotas: EDUCAT, 2008.
- MOTTA, Ana Raquel. Análise do discurso e ergologia: o sujeito na atividade de trabalho. **Revista MOARA** n.38, p. 70-80, jul.-dez., 2012, Estudos Linguísticos.
- NOUROUDINE, Abdallah. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, M. Cecília Pérez; FÁÏTA, Daniel (Orgs.). **Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SCHÜTZ, Ricardo. Como abrir uma escola de inglês? In: **English made in Brazil**. Disponível em <<http://www.sk.com.br/sk-abrir.html>>. Atualizado em: 08 de agosto de 2011. Acesso em: 26 dez. 2011.

- SCHWARTZ, Yves. **Reconnaissances du travail –Pour un approche ergologique**. Paris: PUF, 1997
- SILVA, Adriana Pucci Penteadó de Faria e. **Bakhtin**. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). Estudos do discurso: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- SOUZA, Carlos Fabiano de. Representações do exercício docente em cursos livres de idiomas: reflexões acerca de relações dicotômicas no ensino de língua inglesa. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.15, n.1, p. 31-45, jan./abr. 2013.
- SOUZA-E-SILVA, M. Cecília Pérez. A dimensão linguageira em situações de trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de; FAÏTA, Daniel (Orgs.). **Linguagem e trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 8. ed. Trad. João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- TRINQUET, Pierre. Trabalho e educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 93-113, ago. 2010 – ISSN: 1676-2584.

Abstract: *Language courses are idiosyncratic spaces of the teaching of foreign language (FL) where graduate and non-graduate professionals have been teaching English language (EL) for such a long time. The language teacher's work, within these educational environments, is covered by rather peculiar characteristics and, although they have been present in the Brazilian scenario of the teaching-learning of FLs for over 70 years, we may say academic data have been neglecting their importance, since there is a lack of considerable numbers of researches about them in the specialized literature. In this perspective, the current paper aims to present a theoretical-methodological framework, whose objective is to be used to investigate the speech of professionals who teach EL lessons, at language courses, about their work. Thus, we have formulated our study based upon the ergologic approach (SCHWARTZ, 1997), which takes into account the study of human activities and, particularly, the work activity. Besides, our analyses have been grounded on the dialogic conception of language (BAKHTIN, 1997), which encompasses the human being's complexity, their work and the language as a space for verbal interaction. Since it is a project still under development, there are no results to be presented.*

Keywords: *language courses; English teacher; ergology; dialogic conception of language; teaching work.*

O embate na mídia impressa nas eleições 2010

Célia Dias dos SANTOS (UEL)¹
celiadiassantos@gmail.com

Resumo: Este trabalho visa a analisar o papel da mídia na produção e na circulação de sentidos, em textos midiáticos impressos, no eixo da política como espetáculo. Para tanto, foram analisadas três entrevistas de dois dos candidatos à Presidência da República, nas eleições de 2010: Dilma Rousseff e José Serra. As entrevistas escolhidas foram: *Dilma solta o verbo, Acabou o 'Risco Brasil'* e *Ouvir, argumentar, decidir*. A primeira foi publicada pela revista *CartaCapital*. As duas últimas, com Rousseff e com Serra, respectivamente, foram publicadas pela revista *Veja*. Para a análise do *corpus* realizaremos um estudo qualitativo, buscando operacionalizar os conceitos de formação discursiva, posicionamento e *ethos*. A nossa análise tem como suporte teórico a Análise do Discurso, principalmente nas perspectivas de Charaudeau e Maingueneau, autores que discutem o caráter enunciativo do discurso político. Contemplamos também os referenciais teóricos de outros horizontes, como os da área da comunicação, da linguística textual e da análise da conversação. De acordo com os resultados obtidos, verificamos como as instituições midiáticas *CartaCapital* e *Veja* se posicionaram diante das candidaturas à presidência da República, principalmente de Dilma Rousseff e José Serra, no pleito de 2010.

Palavras-chave: mídia impressa; entrevista; eleições; interação; posicionamento.

1. Introdução

Como se sabe, a partir de meados do século XX, os ambientes midiáticos (impresso, audiovisual e oral) passaram a orientar os rumos das eleições presidenciais. Verificamos que a influência da mídia foi crescendo nos pleitos de 1989, quando Collor se elegeu em 2º turno, apoiado, então, pelos principais meios de comunicação do país.

A potencialização do campo das mídias manifesta-se evidente em inúmeros acontecimentos que conformam a eleição de 1989: o caráter de eleição solteira.; a expectativa de uma experimento inédito de eleição presidencial em uma sociedade ambientada pela mídia; a legislação eleitoral que permite sem restrições a utilização das gramáticas midiáticas, desenvolvidas no país em um patamar técnico altamente qualificado; a competente elaboração estratégico-plástica das campanhas, em especial, a de Lula e de Collor e, por fim, as interferências político-eleitorais explícitas, inclusive comprometedoras, de parte da mídia em episódios como o sequestro de Abílio Diniz e a edição realizada pelo Jornal Nacional do último debate entre Collor e Lula. (RUBIM; COLLING, 2005, p.172)

As eleições desse ano tiveram um papel fundamental na história das eleições para presidente. Nesse pleito, houve apenas votação para presidente. O Brasil saía do governo Sarney, um período econômico e social bastante difícil, além disso havia 22 candidatos ao cargo. A esse respeito, Rubim e Azevedo (1998, p. 192) afirmam:

¹ Professora colaboradora do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina. Este artigo baseia-se na tese *Interação Midiática: uma análise do embate na imprensa escrita nas eleições 2010*, defendida em 2014, junto ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (UEL).

Sem dúvida, a eleição presidencial de 1989, realizada depois de 29 anos sem eleições diretas para presidente, aparece como acontecimento detonador de um *boom* imediato e posterior de reflexões sobre o enlace mídia e política. Pode-se afirmar que este acontecimento eleitoral, ao fazer emergir em toda sua potência estas novas conexões entre mídia e política, começa verdadeiramente a conformar um campo de estudos sobre comunicação e política no país, perpassado por olhares sintonizados com esta nova circunstância de sociabilidade acentuadamente midiaticizada.

O “fenômeno” Collor transformou eleição de 1989 em um marco para as novas disputas políticas a serem travadas no país por causa do papel decisivo da mídia e, em especial, pela cobertura jornalística, realizada durante a campanha eleitoral. Nas eleições de 1994, as emissoras passaram a ampliar o espaço dedicado às eleições. A cobertura midiática proclamou a vitória, no primeiro turno, de Fernando Henrique Cardoso.

Em 1998, o presidente Fernando Henrique Cardoso reelegeu-se e, nas eleições de 2002, Luís Inácio Lula da Silva, após concorrer pela quarta vez ao cargo de presidente da república, chega ao poder. Em 2006, apesar da crise política que marcou as eleições, tivemos a vitória da situação. O petista Luís Inácio Lula da Silva disputou o segundo turno das eleições com o tucano Geraldo Alckmin e foi reeleito. Coimbra (2007), em artigo intitulado “A mídia teve algum papel durante o processo eleitoral de 2006?”, assevera que, nesse pleito, a mídia não conseguiu influenciar um eleitorado já previamente estruturado, havendo assim um descolamento entre a opinião dos eleitores e a posição editorial da maioria dos jornais e revistas da grande imprensa. Nas comemorações populares, após a divulgação do resultado final, surgiram faixas nas ruas com os dizeres: “O povo venceu a mídia” (LIMA, 2007, p. 12).

Na eleição de 2010 para presidente da república, os meios de comunicação expandiram o espaço para a midiaticização² das eleições. Além do horário político gratuito, os principais candidatos participaram de entrevistas nos principais telejornais, revistas, além de debates em horários nobres. Vários dispositivos midiáticos foram colocados a favor da política e ela passa a exercer um papel crucial na definição dos impactos, nas atitudes e opiniões dos indivíduos e, por conseguinte, na opinião pública. Por isso, elegemos entrevistas impressas dessa época, publicadas em *Veja* e *CartaCapital*, como *corpus* para nossa análise. A escolha dessas revistas se justifica por sua penetração em segmentos sociais específicos e por se constituírem como disseminadoras dos discursos que definem as dinâmicas políticas e sociais.

Vemos com significativas diferenças a eleição de 2010: foi a primeira vez, em mais de 20 anos, que o petista Luiz Inácio Lula da Silva não se candidatou; foi uma eleição em que se sobrepôs um discurso marcado pelo continuísmo também por parte do candidato de oposição e, por último, um pleito com duas candidatas do gênero feminino, Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV), figurando entre os três principais candidatos.

²Para Rubim (2002), a “midiaticização designa a mera veiculação de algo pela mídia, enquanto a espetacularização, forjada pela mídia ou não, nomeia o processamento, o enquadramento e a reconfiguração de um evento através de inúmeros expedientes”

No período escolhido, os embates entre governo e oposição e a troca de acusação entre os candidatos ganharam espaço nos meios de comunicação. Na ocasião, mídias, como jornal e televisão, manifestaram suas opções político-partidárias. Nas palavras de Indursky (1999, p. 185), “o que nos mostra que a imprensa não é neutra, que ela assume um posicionamento, muito embora haja lugar, em seu âmbito, para a polifonia”.

Em razão dos propósitos desta pesquisa, emergem algumas questões para serem respondidas ao longo do nosso itinerário: podemos desvendar o *ethos* de cada uma dessas mídias, tomando por base a construção dos efeitos de sentido das entrevistas como um todo? Qual a força do *ethos* dessas mídias impressas? Parcialidade ou imparcialidade? Que imagem elas querem vender ao público leitor?

2. Jornalismo em revista: *Veja e CartaCapital*

Os jornalistas Victor Civita e Mino Carta criaram a revista *Veja e Leia*³, hoje denominada somente *Veja*, uma publicação da Editora Abril S. A., composta nos moldes de *Life*. *Veja* apresenta seções fixas sobre cinema, literatura, música e traz entrevistas com personalidades de todas as áreas do conhecimento. Martins e De Luca (2008, p. 219), ao tratar do objetivo da criação da revista, retomam o editorial assinado por Victor Civita:

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher os rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E esse é o objetivo de *Veja*.

Lançada no Brasil em 09 de setembro de 1968, poucos meses antes do AI-5, que endureceu as restrições civis no país, como a liberdade de expressão, as publicações de *Veja* chegaram a ser mutiladas e apreendidas. O contexto político em que a *Veja* nasceu foi fundamental para sua história. Desde sua criação, “sob o comando inovador de Mino Carta, consolidou-se como um símbolo de resistência, embora nunca tenha flertado mais a fundo com a esquerda brasileira” (HENRIQUE, 2002, p. 146). Muito pelo contrário, na opinião de Segurado (2007, p. 230), pesquisadora em comunicação e política, “As publicações do Grupo Abril são ardorosas defensoras e propagadoras do Consenso de Washington e do neoliberalismo e adversárias ferrenhas da política externa do governo Lula. No campo político, embora se declare imparcial na cobertura (um vício da imprensa brasileira), alinha-se claramente ao bloco PSDB/PFL”.

A primeira capa, cuja tiragem foi de 700 mil exemplares, trazia sobre um fundo vermelho, os símbolos do comunismo, a foice e o martelo, e a chamada “O Grande Duelo no Mundo Comunista”. Victor

³De acordo com “A história secreta de *Veja*” (SOUZA, 1988), essa expressão (*Leia*), que funciona como complementar ao nome, vinha acima do título, em letras bem pequenas, como forma encontrada pela editora para contornar o registro internacional da revista americana *Look*.

Civita⁴, na edição comemorativa de 20 anos da revista (1988), em entrevista, disse que “não gostou, porque poderia parecer que estávamos fazendo propaganda dos comunistas”. Com sete anos de idade, *Veja* tornou-se o destaque do mercado brasileiro e, no começo da década de 1980, a revista alcançava 500 mil exemplares em algumas edições. As pautas que mais fortaleceram a revista foram a cobertura das eleições, de planos econômicos e da campanha das Diretas, em 1984. O público alvo da revista são as classes B (50%) e C (26%) da população brasileira (EDITORA ABRIL, 2013). *Veja* conta com aproximadamente 900 mil assinantes. Cada exemplar da revista é lido por seis pessoas, em média, e pouco mais da metade é do sexo feminino.

O jornalista Mino Carta, ex-diretor de *Veja*, demitido em 1975 por pressão dos militares, em agosto de 1994, publicou a primeira edição de *CartaCapital*, revista mensal na sua criação, depois quinzenal e desde 2001 semanal. Para Santos (2009, p. 51), *CartaCapital* apresenta “[...] um tom bastante personalista, característica que deixa explícita ao leitor. Diferentemente das demais semanais, *CartaCapital* defende que os meios de comunicação como um todo assumam publicamente suas afinidades político-partidárias”. Exemplo disso é o fato de a revista ter tornado explícito, nos períodos eleitorais de 2002 e 2006, em seus editoriais, o posicionamento favorável ao candidato à presidência Luís Inácio Lula da Silva. A revista também costuma criticar a imprensa nacional, principalmente a Rede Globo e a Editora Abril, proprietárias das suas concorrentes: *Veja* e *Época*.

Em entrevista concedida ao Diário Regional (OLIVEIRA, 2013), em 27 de abril de 2013, ao ser questionado sobre o posicionamento da revista, Mino Carta faz as seguintes considerações:

(3) DR – Como o senhor se defende daqueles que acusam a *Carta Capital* de ser pró-petista?

Carta - Eu aconselho que perguntem se ela é petista ao ministro (das Comunicações) Paulo Bernardo ou ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Ou então ao ex-ministro e atual governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. A Carta Capital pratica o jornalismo honesto e diz o que pensa. É só isso. O fato de ter escolhido a candidatura Lula, em 2006, ou a candidatura Dilma, em 2010, não significa que nós sejamos petistas. Nós praticamos de alguma maneira uma análise política que nos leva a escolher o candidato que, na nossa visão, é o melhor.

Um dos diferenciais da revista é a utilização de vocabulário menos coloquial, que pressupõe um público leitor com conhecimento de mundo sobre história e economia em geral. As entrevistas são veiculadas na seção *Seu País* e na seção *Ideias* e possuem, em geral, duas ou três páginas, incluindo texto verbal e não verbal. Manuela Carta, *publisher* de *CartaCapital*, por ocasião do lançamento do novo projeto gráfico da revista, em maio de 2013, em entrevista concedida a Meio & Mensagem (MANZANO, 2013), reafirma a postura da revista quanto ao número e ao perfil dos seus leitores:

⁴“Os 20 anos de *Veja*”. *OESP*. 10/9/88.

(1) **M&M:** A *CartaCapital* acredita que, na disputa pelo público das semanais, há espaço para mais crescimento ou sua tendência é consolidar-se como uma revista que dialoga com um público mais segmentado e diferente das outras revistas?

(2) **Manuela:** Nunca quisemos ser uma revista para um milhão de leitores, somos diferenciados das demais revistas semanais de informação, tanto em público quanto em conteúdo, somos segmentados e assim permaneceremos. Somos a revista que tem o público mais qualificado, segundo Estudos Marplan/EGM entre as semanais de informação, e mais qualificado também que a revista Exame, que é quinzenal. A pesquisa que fizemos nos mostrou que temos uma demanda reprimida, um público leitor que, quando conhece e experimenta a revista, gosta, portanto temos aí um espaço para ocupar.

A revista *CartaCapital*, enquanto instituição jornalística, tem sua imagem associada à imagem do seu fundador e diretor de redação, o jornalista Mino Carta. Mas quem é Mino Carta? Que papel ele desempenha na revista *CartaCapital*?

Em depoimento à Revista Imprensa, o jornalista Tião Gomes Pinto faz revelações significativas para o delineamento da personalidade de Mino:

Ele foi obrigado a fazer a *CartaCapital* porque não tinha dono de revista que pudesse conviver com ele. Precisa ter jogo de cintura. O Mino tem vocação extraordinária para descobrir o que o leitor precisa e deve ler. Ele é um editor que prioriza a revista não pelo que o leitor quer ler, mas sim pelo que ele deve ler. (NALDONI, 2013).

Demetrio "Mino" Giuliano Gianni Carta, mais conhecido como Mino Carta, dirigiu as equipes de criação de publicações que fizeram história na imprensa brasileira, como *Quatro Rodas*, *Jornal da Tarde*, *Veja*, *IstoÉ* e *CartaCapital*, da qual é proprietário e também diretor de redação. Mino Carta está associado a um estilo jornalístico combativo. Postura crítica, comentários ácidos e ironia são características comumente atribuídas por quem conhece o jornalista. Questionado se o jornalismo de *CartaCapital* é exemplo a ser seguido pela imprensa brasileira, Mino Carta (TONETTI, 2005) assevera:

Eu acho que nós praticamos um jornalismo excepcional. Se você comparar a *CartaCapital* com o resto da imprensa brasileira, dá pena. Isso eu sei porque tenho colegas estrangeiros que confirmam claramente. O jornalismo brasileiro é muito ruim. Você não acompanha o mundo pela imprensa brasileira, você não sabe o que acontece. E não é ruim somente por obra de um projeto ardiloso, feito para nivelar por baixo, desprezar o leitor, o ouvinte ou o telespectador. Não é só por isso. É porque os jornalistas não acreditam naquilo que fazem. E eles fazem coisa ruim, um mau jornalismo.

Hoje, *CartaCapital* conta com uma tiragem de 65 mil exemplares semanais (MIDIAKIT, 2012), auditados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC) do mercado brasileiro. As pesquisas ainda apontam que 90% dos leitores da revista são das classes A e B.

2.1. Concepções de entrevista

Segundo Belo (2006), a prática de entrevistar pessoas com o fito de obter informações começou no início do século XX. A partir daí, a arte de entrevistar para apurar notícias e fatos foi incorporada à prática jornalística. Em toda entrevista, além de se pretender uma troca de informações, há um acréscimo, pois,

segundo o filósofo Martin Buber (1982), no diálogo em que a relação eu-tu é plena, tanto entrevistador quando entrevistado modificam-se.

De acordo com o linguista alemão H. Steger (apud MARCUSCHI, 1986, p.16), existem dois tipos de diálogos: o assimétrico e o simétrico. O diálogo assimétrico é caracterizado pela alternância dos interlocutores nos papéis de falante e ouvinte e caracterizam as entrevistas, os inquéritos, a interação em sala de aula, pois somente um dos participantes detém o poder da palavra, podendo iniciar, concluir, dirigir, orientar e, até mesmo, exercer pressão sobre outros participantes.

No diálogo simétrico, supõe-se que todos os participantes tenham o mesmo direito à auto-escolha da palavra, do tema, do tempo de permanência com a fala. Um exemplo que caracteriza bem essa modalidade é a conversação cotidiana e natural. Contudo, não deixamos de considerar que: a) o diálogo simétrico pode ter momentos de dissimetria (assimetria); b) nas interações assimétricas pode haver a inversão de papéis.

A entrevista é considerada um diálogo assimétrico, uma vez que normalmente não há coparticipação, já que o entrevistador é quem dirige, controla a conversa. De acordo com Galembeck (1995, p.58):

Na conversação assimétrica, um dos interlocutores ‘ocupa a cena’, por meio de uma série de intervenções de nítido caráter referencial, ou seja, de intervenções nas quais se desenvolve o tópico ou o assunto do fragmento. O outro participante só contribui com intervenções episódicas, secundárias em relação ao tópico do fragmento conversacional.

Além disso, existe uma assimetria no sentido inverso, conforme Halperín (2002, p.13): “Nosso sujeito está no centro da cena – o elegemos por ser um personagem público ou porque é um homem chave no tema que exploramos -, e nós, facilitando seu contato com os leitores e ouvintes.”

Charaudeau (2010, p. 214) considera que a *entrevista*, o *bate-papo* e a *conversa* são situações dialogais bem próximas, no entanto:

A entrevista, ao contrário das duas outras, exige uma diferenciação de status, de tal modo que um dos parceiros seja legitimado no papel de “questionador” e outro no papel de questionado-com-razões-para ser questionado”. A alternância de fala se acha então regulada e controlada pela instância entrevistadora segundo suas finalidades.

3.A Mídia e seus movimentos nas eleições 2010

As mídias não são a própria democracia, mas são o espetáculo da democracia. (CHARAUDEAU, 2010, p. 20)

Os processos eleitorais são extremamente complexos e dinâmicos, diferenciados, é claro, em sua lógica, em se tratando de acontecimentos nacionais, regionais ou locais. O posicionamento e a participação da mídia impressa, em tempo de eleições, podem mudar atitudes e comportamentos dos eleitores. Conforme Charaudeau (2010, p.253),

é claro que as mídias nos impõem suas escolhas dos acontecimentos. Não é, como dizem, porque elas tornem visível o invisível, mas porque só tornam visível aquele visível que decidiram nos exibir, e esse visível não é necessariamente igual àquele que o cidadão espera ou deseja: agenda midiática, agenda política e agenda cidadã não são sempre as mesmas.

Assim, uma vez mais ressaltamos que a mídia pode, por vezes, influenciar a maneira de se pensar a política e que ela tem ferramentas suficientes para transformar a seu favor tanto o aspecto material quanto o semântico dos enunciados políticos. Nesse sentido, ela opera um trabalho discursivo convergente com o seu ponto de vista. Charaudeau (2010, p. 151) designa de “modos discursivos” as categorias que correspondem à especificidade das instruções dadas, no caso, pela situação de comunicação midiática.

A entrevista é um acontecimento provocado, pois, em um espaço determinado, ela fomenta, aguça, incita o confronto de ideias. E essa provocação sempre impõe um ponto de vista por meio do qual os assuntos serão abordados.

Ramonet (2003, p. 246), adotando o seguinte ponto de vista: o poder midiático é o meio utilizado para nos passar a ideia de globalização, faz a seguinte afirmação:

O sistema midiático assim constituído em oligopólios, e com a tendência de continuar se concentrando cada vez mais, é o segundo poder que rege o mundo atual – o primeiro é o poder econômico e financeiro – e funciona como o aparato ideológico da globalização. Sendo oportuna a comparação com a informática: “[o sistema midiático] é o sistema que, em certa medida, constitui o modo de inscrever, no disco rígido de nosso cérebro, o programa para que aceitemos a globalização.

Com relação à eleição para presidente, há de se considerar que desde a “era Collor”, o caráter de espetáculo na política está cada vez mais acentuado em nosso país. É claro que as mudanças nas sociedades de massa tornam o ideal de democracia dependente dos *mass media*. Em 2010, vimos surgir os *weblogs* de candidatos, além de outros dispositivos, como as redes sociais de relacionamento e *microblogs*, os quais possibilitaram uma forma de campanha completamente nova no país. Os presidenciáveis foram transformados em atores, em espaços distintos da máquina midiática.

Segundo Charadeau (2008), a espetacularização trabalha as diferentes encenações, suscitando interesse, emoção, terror ou compaixão. Esses aspectos permitem que o discurso midiático seja dramatizado, ficcionalizado por meio dos modos de escritura.

Passaremos, em seguida, à análise do nosso *corpus*, formado por três entrevistas: da revista *CartaCapital*, com Dilma Rousseff, analisaremos uma entrevista intitulada “Dilma solta o verbo” (6 jun.2010); da revista *Veja* - com José Serra, “Ouvir, argumentar, decidir”(17 abr.2010) - e - com Dilma Rousseff, “Acabou o ‘Risco Brasil’ ” (16 jun.2010).

Em nosso percurso analítico, interpretaremos os seguintes trechos, retirados do *corpus* delimitado: (i) título, (ii) parágrafo inicial de apresentação do entrevistado e (iii) jogo de perguntas e respostas que apresentam mais pistas enunciativas.

3.1. Das entrevistas impressas em *Veja* e *CartaCapital*

3.1.1 Os títulos das entrevistas

Revista *CartaCapital*: “Dilma solta o verbo”

Com a construção do enunciado, “Dilma solta o verbo”, *CartaCapital* mostra Dilma Rousseff como uma mulher forte, corajosa e resistente que não tem medo de falar o que pensa.

Revista *Veja*: (a) “Ouvir, argumentar, decidir” (Serra)
(b) “Acabou o ‘Risco Brasil’ ” (Dilma)

Os verbos, no título da entrevista do candidato José Serra (a), sugerem a imagem de um político com muita capacidade para governar, criando assim um *ethos* de político centrado, aquele que sabe o que faz e apto para decidir em nome da nação. Verificamos também que, apesar das orações estarem justapostas, houve o estabelecimento de uma gradação que inspira um tom de causa e consequência, ou seja, busca-se a implicação de um evento em outro, sinalizando que o interlocutor talvez possa constatar o fato de José Serra ser mais “confiável”, porque suas decisões estão fundamentadas no “argumento” e na “escuta”.

O título “*Acabou o Risco Brasil*” é resultado do interdiscurso da oposição e, de certa forma, também da mídia que, na ocasião, fazia questão de salientar a pouca experiência política da candidata. Retoma também o termo empregado na eleição de 1989⁵, aquela em que Collor venceu, liderada por meses por Lula e Brizola, e na qual se chegou a discutir o fenômeno “Brizula”, ou risco⁶ “Brizula”, dando-se por definitivo que um dos dois venceria.

3.1.2 Sobre a apresentação dos Candidatos

É de praxe, antes do jogo de perguntas e respostas, que o entrevistado seja apresentado ao leitor, definindo assim o seu perfil político e nível de influência na área.

3.1.2.1 José Serra por *Veja*

É com o enunciado posto a seguir que *Veja* abre a entrevista de José Serra em 17 de abril de 2010.

⁵No cenário eleitoral de 1989, havia uma polarização muito clara. No campo da direita: Fernando Collor (PRN), Paulo Maluf (PDS), Guilherme Afif (PL), Aureliano Chaves (PFL) e Ronaldo Caiado (PSD). No campo da esquerda: Lula (PT, com PCdoB e PSB), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Ulysses Guimarães (PMDB) e Roberto Freire (PCB) (FERNANDES, 2010).

⁶Nas eleições de 2002, uma propaganda da atriz Regina Duarte, que gerou grande repercussão, também chamava a atenção para o risco de eleger Lula presidente. “Tô com medo. Faz tempo que eu não tinha esse sentimento. Porque eu sinto que o Brasil nessa eleição corre o **risco** de perder toda a estabilidade que já havia conquistado. [...] nós temos dois candidatos à Presidência. Um eu conheço, é o Serra, o homem dos genéricos, do combate à AIDS. O outro eu achava que conhecia. Mas hoje eu não conheço mais. Tudo o que ele dizia mudou muito. Isso dá medo na gente”. (Horário Eleitoral gratuito - campanha José Serra) (Grifo nosso). (SAVARESE, 2010)

(4) **Nenhum outro político brasileiro** tem no currículo uma vida pública como a de José Serra, 68 anos, candidato do PSDB à sucessão de Lula. Jovem, presidia a União Nacional dos Estudantes (UNE) quando veio o golpe de 64, que o levou ao **exílio, expatriação** que duraria até 1978. De volta ao Brasil com diploma de economia no bolso, foi secretário do planejamento, deputado constituinte, senador, ministro do Planejamento e da saúde, prefeito e governador.[...]. (VEJA, 17/04/2010) (grifos nosso)

O enunciado de apresentação do candidato marca uma formação discursiva ideológica da instituição, que procura, conseqüentemente, influenciar a opinião do leitor da revista, elogiando o candidato tucano, apresentado como o melhor e mais qualificado dentre os demais candidatos. Considerando que “... mesmo quando escrito, um texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito situado para além do texto” (MAINGUENEAU, 2001, p.95), o enunciador mobiliza informações da carreira política do candidato, reforçando a imagem favorável de altamente qualificado.

A apresentação valoriza a biografia do candidato, enfatizando a sua longa trajetória política. Em quase 50 anos de carreira, José Serra esteve presente nos momentos principais da história brasileira, como no golpe militar ocorrido em 1964, que estabeleceu, no Brasil, uma ditadura militar até 1985. Nos primeiros dias após o golpe, uma violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda no espectro político, como, por exemplo, o CGT, a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos, como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP).

Logo depois do golpe de 1º de abril, Serra se refugiou na embaixada da Colômbia e seguiu para a França. Na ocasião, militares combateram sem piedade qualquer ameaça comunista ou manifestações contra o governo, marcando a história⁷ do Brasil com atos autoritários. Assim, o fato de Serra ter sido deslocado do território original, na época da ditadura, o qualifica como um forte candidato, porque o exílio lhe garantiu preparo e experiência para ocupar cargos públicos.

Ainda na apresentação, a revista reproduz uma fala de Serra, na qual se percebe o tom de desprestígio e de reprovação com relação a Dilma Rousseff:

(4) **Veja:** Hoje me choca ver gente que sofreu sob a ditadura no Brasil cortejando **ditadores** que querem a **bomba atômica**, que encarceram, torturam e matam adversários políticos, fraudam eleições, perseguem a imprensa livre, manipulam e intervêm no Legislativo e no Judiciário. Isso é incompatível com a crença na democracia e o respeito aos direitos humanos. (Veja, 17/04/2010) (grifos nossos)

⁷ Ao tratar do papel que a grande mídia desempenhou na preparação e sustentação do golpe militar, argumenta: “não são poucos os atores envolvidos no golpe de 1964 – ou seus herdeiros – que continuam vivos e ativos. A grande mídia brasileira, apesar de muitas e importantes mudanças, continua basicamente controlada pelos mesmos grupos familiares, políticos e empresariais”. (LIMA, 2014)

Na citação anterior, verificamos a intertextualidade do discurso de Serra, construída com uma referência indireta ao apoio do PT (Lula e Dilma) ao presidente do Irã em 2009. Na ocasião, a visita ao Brasil do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, selou o reconhecimento internacional da legitimidade do programa nuclear iraniano, criticado pelos EUA e por Israel por supostamente desenvolver armas atômicas mediante um programa alegadamente pacífico.

3.1.2.2. Dilma Rousseff por *Veja* e *CartaCapital*

Apresentação de *Veja*: Acabou o “Risco Brasil”

A revista *Veja* abre a entrevista de Dilma Rousseff, intitulada “Acabou o ‘Risco Brasil’”, em 16 de junho de 2010, com o seguinte trecho:

No começo, Dilma Rousseff **estranhou o papel de candidata à Presidência da República**. Em comparação com o cotidiano acelerado de ministra-chefe da Casa Civil do governo Lula, **as primeiras semanas de pré-campanha pareceram umas férias sem muita graça**. Na semana que precedeu sua indicação oficial pelo PT, ela tinha voltado ao ritmo de multitarefas e a mente estava ocupada com os mais diversos assuntos. “Estamos retomando o poder territorial dos bandidos no Rio de Janeiro. Droga se combate com inteligência, força e dando opções de trabalho e lazer aos jovens”, diz ela, animada com os resultados da parceria do governo federal com o governador Sérgio Cabral. Dilma criticou José Serra, o candidato do PSDB, por ter fustigado o governo da Bolívia e sua leniência no combate ao tráfico de drogas. “Lá também vamos precisar de parceria para destruir os centros de refino de coca, e brigar com o governo boliviano não é um bom caminho.” Dilma falou a VEJA sobre drogas, PMDB, juros, inflação, crescimento e sua vida na prisão por crimes políticos no regime militar. (*Veja*, 16/06/2010) (grifos nossos).

O que nos chama a atenção, no fragmento de apresentação, é a sugestão de que o cargo de presidente tivesse sido imposto à candidata por Lula, conforme verificamos nos trechos: “estranhou o papel...” e “...as primeiras semanas de pré-campanha lhe pareceram umas férias sem muita graça”.

A voz midiática de *Veja* coloca a candidata como submissa às decisões do então presidente Lula. Ao enunciar os trechos, nesse momento, cria uma imagem de ofuscamento da pré-candidata, o que nos remete à proposição de Pêcheux (1995, p. 161):

Uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria 'próprio', vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições que mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva (PÊCHEUX, 1995, p. 161)

Ainda, nesse texto introdutório, de apresentação de Dilma Rousseff, a exemplo da entrevista com José Serra, a revista reproduz sua fala, bem mais amena, sobre o seu adversário:

(6) *Veja*: [...] Dilma criticou José Serra, o candidato do PSDB, por ter fustigado o governo da Bolívia e sua leniência no combate ao tráfico de drogas. “**Lá também vamos precisar de parceria para destruir**

os centros de refino de coca, e brigar com o governo boliviano não é um bom caminho". (Veja, 16/06/2010) (grifos nosso)

Apresentação da *CartaCapital*: "Dilma Solta o Verbo"

Nos enunciados de *CartaCapital*, a ex-ministra é representada sob a perspectiva de comprometimento, segurança e força, a começar pela descrição do cenário da entrevista: "Dilma Rousseff posta-se bem à frente da própria imagem".

Um enorme painel da candidata ao lado de seu mentor, o presidente Lula, punhos cerrados no ar, emoldura o cenário da entrevista. Dilma Rousseff posta-se bem à frente da própria imagem. Desconfortável no início com perguntas pessoais, ela se solta aos poucos, enquanto defende as realizações do atual governo e explica o que pretende fazer se eleita. Basicamente, aprofundar o processo de inclusão social que, afirma, não se esgota em um ou dois mandatos. Talvez por isso, ao se referir a uma eventual gestão sua, prefira a palavra "período". No centro desse "período", promete, estará o compromisso de levar o País ao clube das nações desenvolvidas, com a erradicação da miséria, o foco na educação e na cultura. "Minha meta é levar nossa população à classe média, no mínimo." Dilma não é Lula. **É uma discípula, uma aluna. Mas uma aluna aplicada, vê-se.** Como nunca disputou eleição, a ex-ministra da Casa Civil replica o "mestre" ao usar o recurso de contar historinhas nas respostas por vezes pouco concisas. Também se percebe na candidata o cuidado de evitar certas polêmicas durante a campanha, o que não inclui fugir às perguntas sobre seu envolvimento na luta armada durante a ditadura. "Tenho muito orgulho de ter resistido do primeiro ao último dia". **Alvo de seguidas denúncias, nunca comprovadas**, desde que Lula anunciou ser ela a sua candidata ao governo, afirma não acreditar que a imprensa brasileira seguirá o exemplo da venezuelana e se tornar cada vez mais hostil diante da possibilidade crescente de permanência do PT no poder. Por ser contraproducente. "De que adianta? Mais do que somos criticados, e daí?" Na entrevista, a pré-candidata disse ser contra a descriminalização das drogas, defendeu a reconstrução do Estado e repeliu os estereótipos. "Nunca me senti uma pessoa infeliz. Não sou carente, sou alegre". (*CartaCapital*, 06/06/2010) (grifos nosso).

Na construção do texto, o enunciador mobiliza mecanismos que buscam elevar a candidata, emprega palavras e expressões de cunho positivo e entusiasta, como podemos verificar nos fragmentos que seguem: "alvo de denúncias, nunca comprovadas" e "Dilma não é Lula. É uma discípula, uma aluna. Mas uma aluna aplicada, vê-se". Essas escolhas, no funcionamento discursivo, contribuem para a construção do *ethos* pró-Lula e consequentemente pró-Dilma, uma vez que ela é a escolhida para dar continuidade⁸ ao governo petista no Brasil.

Quando diz que Dilma replica o "mestre", ao colocar aspas em "mestre", reforça a imagem de Dilma como seguidora dos passos de Lula. Nas aspas colocadas em "nunca me senti uma pessoa infeliz. Não sou carente, sou alegre", o enunciador marca um distanciamento entre a voz da revista e a voz da própria Dilma, na tentativa de romper estereótipos. Com relação à interpretação do uso das aspas, estamos de acordo com Maingueneau (2001, p. 163), quando este afirma que "o leitor deve construir uma

⁸ Nas palavras da própria Dilma: "O meu projeto é dar continuidade ao governo do presidente Lula. Mas não é repetir. É avançar e aprofundar." (DELGADO, 2010)

determinada representação do universo ideológico do enunciador para conseguir ter sucesso na interpretação pretendida”.

3.2 Sobre as perguntas de *CartaCapital* para Dilma Rousseff

CC: Neste ano, o Brasil pode escolher a primeira mulher presidente. Faz diferença?

Faz toda a diferença, porque tem uma história de poucos direitos para as mulheres. Até o direito de voto para as mulheres é muito recente no Brasil, menos de cem anos. E ainda têm grandes desigualdades, que vão desde – apesar de as mulheres terem maior nível de escolaridade – ganhar dois terços do salário dos homens até o fato de existir violência familiar contra a mulher. Outro dia aproximou-se de mim um casal jovem, o rapaz carregava um menino de uns 3 anos, e a mulher, uma moça loira, vinha com uma menina, de vestido comprido, bonitinha, cabelo encaracolado. Chamava Vitória. E a mãe falou assim: “Eu trouxe a Vitória para que você diga a ela que as mulheres podem, que mulher pode”. Eu olhei pra Vitória e perguntei: ‘mulher pode o quê?’ E ela: “ser presidente”. Eu disse: ‘Vitória, mulher pode ser presidente. Porque isso faz parte do sonho que toda criança tem: quero ser pirata, toureiro. Mas também pode querer ser presidente e mulher nunca quis. Uma menina que quer é sinal dos tempos. E ela se chama Vitória, achei simbólico’.

CC: Mas existe um modo feminino de governar?

Tem um modo feminino inegável na vida privada. Nós cuidamos, providenciamos e incentivamos. É interessante levar isso para a vida pública. Vou contar outra historinha. Foi uma senhora, de seus 50 anos, a um sindicato, muito incomodada com a oposição homem e mulher. E ela sintetizou o problema da seguinte forma: “Somos 52% da população, mas os outros 48% são nossos filhos. De maneira que, se formos presidentes, fica tudo em casa. Ou seja, damos conta de cuidar das mulheres e dos homens, até porque a nossa relação com os homens não é de oposição. O olhar feminino não é excludente”.

CC: Já foi, nos primórdios do feminismo.

Talvez no começo, porque, sempre que se afirma alguma coisa, torna a diferença muito forte. A mulher, para ter consciência de que era discriminada, teve de fazer esse movimento. Mas não acredito que, hoje, esse seja um processo que crie diferenciação, desigualdade. Nenhuma política feminina é uma política anti-homem.

CC: Acha que vão surgir muitos pretendentes... presidente e de visual novo?

É o tipo da coisa que não dá tempo nem de a gente pensar, nessa função. Agora, não sou contra, não, viu? As pessoas namorarem, coisas assim. Acho bom.

CC: Se a senhora fosse se comparar a uma mulher governante, estaria mais para Michelle Bachelet ou para Margaret Thatcher?

Ah, Bachelet, sem dúvida, óbvio. Não tenho a posição conservadora da Thatcher.

CC: Mas a pintam como dama-de-ferro, não?

É um estereótipo. Toda mulher é dama-de-ferro? Nunca vi um senhor-de-ferro, você já viu algum?

A primeira pergunta da entrevista destaca a possível vitória de Dilma, ainda que procure um distanciamento da proposição “(...)..**pode** escolher a primeira mulher presidente(...)”. Na sequência, as perguntas feitas pelo enunciador de *CartaCapital* evocam o tema mulheres presidentes de uma maneira leve, tecendo comentários sutis acerca do novo visual da candidata, o destaque à aparência e o reforço à beleza como um modo de distinção feminina.

Verificamos referências à vida privada da candidata e a menção de aspectos da vida, entendidos, comumente, como de âmbito pessoal, com insinuações sobre a possibilidade de mudança de *status* após a “bem provável” eleição. Nas perguntas em questão, o enunciador traz à tona referências sobre a personalidade de Dilma, como “durona”, “sargentona”, dotada de temperamento forte e ainda tida como uma negociadora intransigente e técnica, associando então a ministra ao estereótipo de “Dama de Ferro”. Lembrando que, para Amossy e Pierrot (2003), a noção de estereótipo está relacionada ao conceito de pré-construído, pois ambos, estereótipo e pré-construído, dizem respeito a conceitos que estão cristalizados, gravados, fixados no imaginário social.

CC: Como a senhora recebe essa acusação, que deve se intensificar durante a campanha, de ter sido “terrorista”?

Tenho dúvidas de que vai se intensificar uma coisa dessas, porque é contraproducente. A discussão sobre a resistência à ditadura é contraproducente para quem não resistiu. Sinto muito orgulho de ter resistido do primeiro ao último dia, de ter ajudado o País a transitar para a democracia e de não ter mudado de lado.[...] O que queríamos caracterizar naquele momento era a existência de uma violência de Estado que levou pessoas, nos mais variados locais, a tomar posições firmes diante da ditadura. Eu tomei. (*CartaCapital*, 06/06/2010).

A revista *CartaCapital* também aborda a participação da candidata na luta armada durante a ditadura, contudo a maneira como a pergunta é elaborada coloca Dilma em posição de vítima. Há uma ênfase negativa sobre a conduta da candidata. O trecho “como a senhora recebe essa acusação” confirma a afirmação anterior.

3.3 Sobre as perguntas de *Veja* para Dilma Rousseff

Veja: a sua opção pela luta armada na juventude vai ser um assunto da campanha eleitoral. As pessoas querem saber se a senhora deu tiros, explodiu bombas ou sequestrou? (*Veja*, 16/06/2010)

Estou pronta para esse debate. Pertenci a organizações políticas que praticaram esses atos. Mas eu jamais me envolvi pessoalmente em alguma ação violenta. Minha função era de retaguarda. Os processos militares que resultaram em minha condenação mostram isso com clareza. Nunca fui processada por ações armadas. Tenho muito orgulho de ter combatido a ditadura do primeiro ao último dia. A ditadura foi muito ruim. Cassaram os partidos políticos, fecharam órgãos de imprensa, criaram mecanismos de censura, torturaram... Mas o pior de tudo é que tiraram a esperança da minha geração. Quem tinha 15 ou 16 anos de idade quando foi dado o golpe de 64 não enxergava o fim do túnel. De um jovem cheio de energia e sem esperança podem-se esperar reações radicais

Veja: é fácil falar vendo o filme de trás para a frente, mas hoje parece indiscutível que o pessoal da luta armada não queria a volta da democracia, mas apenas trocar uma ditadura de direita por outra de esquerda. A senhora tinha consciência disso? (*Veja*, 16/06/2010)

Olha aqui, no meio da luta essas coisas nunca ficavam claras. O objetivo prioritário era nos livrar da ditadura, e lutamos embalados por um sentimento de justiça, de querer melhorar a vida dos brasileiros. Foi um período histórico marcante em todo o mundo. Os jovens franceses estavam nas barricadas de maio de 68. Jovens americanos morriam baleados pela polícia nos câmpus

universitários em protesto contra a Guerra do Vietnã, a mais impopular das guerras dos Estados Unidos, um conflito que aos nossos olhos tinha uma potência tecnomilitar agressora sendo derrotada por um país pequenino, mas valente. Nossa simpatia com o lado mais fraco era óbvia. Depois daquela fase eu continuei lutando pela democracia no antigo MDB e no PDT. Nesse processo, eu mudei com o Brasil, mas jamais mudei de lado.

As perguntas do enunciador de *Veja* ressaltam o passado de militância política da candidata nos grupos de esquerda, na tentativa de rotular a candidata como terrorista. Na construção das perguntas de *Veja*, observamos um direcionamento contrário às ações da candidata, no período da ditadura, focalizando o acontecimento de maneira negativa.

Em “A sua opção pela luta armada...”, o entrevistador traz à tona um tema polêmico. Uma curiosidade do público, segundo ele, que quer saber o que a candidata fez no período de regime militar, conduzindo o questionamento e enumerando as possíveis ações cometidas pela candidata nesse período: “deu tiros, explodiu bombas ou sequestrou”.

(11) **Estamos de acordo** que os alicerces dessa robustez foram lançados durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso? (*Veja*, 16/06/2010). **(Grifo nosso)**.

Na pergunta supracitada, apesar da suposta imparcialidade de *Veja*, constatamos que a instituição se posiciona, ao utilizar a primeira pessoa do plural, que pode incluir tanto o entrevistador quanto o corpo editorial da revista. A questão pede o aval da candidata em relação ao presidente Fernando Henrique Cardoso, o responsável pela política econômica e pela estabilidade financeira do Brasil, na opinião da revista.

3.4 Sobre as perguntas de *Veja* para José Serra

***Veja*: Depois que os repórteres da sucursal da *Veja* em Brasília desvendaram uma tentativa de alopradados do PT de, uma vez mais, montar uma central de bisbilhotagem de adversários, as operações foram desautorizadas pela cúpula da campanha. O senhor responsabiliza a candidata Dilma Rousseff diretamente pelas malfeitorias ali planejadas?** (grifo nosso).

O enunciado de *Veja*, na pergunta feita ao candidato José Serra, ressaltando os termos “alopradados”, “bisbilhotagem” e “malfeitorias”, inscreve-se no interior de uma formação discursiva (FD) antipetista. Retoma aqui o “escândalo dos alopRADADOS”, aquele em que petistas foram presos em São Paulo, às vésperas das eleições de 2006, quando se preparavam para comprar um dossiê contra o então candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra. Era uma tentativa de implicar Serra no crime de desvio de recursos públicos. De acordo com Stangler (2011), “o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tentando diminuir a importância do episódio, expressão pela qual o caso é lembrado até hoje”.

Como o Senhor conseguiu governar a cidade e o estado de São Paulo sem nunca ter tido uma única derrota importante nas casas legislativas e sem que se tenha ouvido falar que lançou mão de “mensalões” ou outras formas de coerções sobre vereadores e deputados estaduais?

Há na pergunta em questão um direcionamento, uma condução, que destaca as qualidades do candidato. Assim, o elogio ao candidato tucano e os comentários sobre episódios de corrupção ligados ao partido opositor (PT) explicitam o posicionamento da instância midiática *Veja*, contrária ao PT e favorável ao PSDB.

4. Considerações finais

Considerando as eleições como “um momento e um procedimento – ritualizado, periódico e legitimado – de escolha e investidura de dirigentes (representativos) para exercício de poder (eres) na sociedade” (RUBIM, 2000, p.91) e levando em conta que, desde a “era Collor”, o caráter de espetáculo na política está cada vez mais acentuado em nosso país, pois os meios de comunicação apresentaram uma cobertura diferenciada que foi evoluindo a cada pleito, o nosso trabalho representa uma interpretação sobre o embate na imprensa escrita nas eleições de 2010.

Empreendemos uma análise do papel da mídia na produção e circulação de sentidos, no eixo da política como espetáculo, por meio das entrevistas das revistas impressas *Veja* e *CartaCapital* de presidenciáveis nas eleições de 2010. Essas revistas desempenham um papel importante na formação da opinião pública e apresentaram posicionamentos políticos distintos durante a cobertura da campanha presidencial. Focalizamos, em nossa pesquisa, as entrevistas, porque, conforme Charaudeau (2008, p.291):

Nas entrevistas, nos vemos às voltas com encenações diversas, seja porque os jornalistas ‘paparicam’ os convidados fazendo perguntas preparadas e convenientes, seja porque procuram obter revelações, perseguindo o que se encontraria escondido sob o que é dito: o segredo.

Conforme abordamos no referencial teórico, as entrevistas são gêneros textuais oriundos de textos orais e circulam na mídia de forma escrita. Por isso temos poucas informações sobre o que é realmente mobilizado no momento de sua produção oral, tais como pausas, hesitações, tom de voz e ainda informações visuais, como gesticulação e postura. Além desses aspectos, consideramos o fato de a entrevista constituir um discurso de interação assimétrica.

Ao fazermos os recortes para análise, procuramos apresentar evidências enunciativas que respondessem nossas perguntas iniciais, segundo as quais as instituições midiáticas *CartaCapital* e *Veja* enunciam do lugar discursivo com uma parcialidade explícita pelas instituições, o que direciona uma tomada de posição frente às candidaturas à presidência da República. Concordamos com Fausto Neto (2004, p.121), quando ele afirma: “em situações de complementaridades ou não, política e mídias se dão as mãos para apontar os caminhos que a ‘outra ponta’, os eleitores, devem fazer para tornar a política numa

realidade, por sinal, já definida por aqueles campos”. Neste artigo, procuramos apresentar uma de outras possíveis análises do embate, na mídia impressa, nas eleições de 2010, considerando que a mídia tem um papel de protagonista na definição dos debates que circulam nos espaços públicos.

Os resultados da análise indicam que, nas eleições de 2010, o candidato à presidência José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), é o representante de *Veja*. A revista aproveita qualquer oportunidade para colocar José Serra como o “mais bem preparado” para assumir o cargo de presidente do Brasil. O título da entrevista do candidato tucano, “Ouvir, argumentar, decidir”, é desdobrado na apresentação do candidato feita pela revista e lhe confere credibilidade. Além do título e da apresentação, a análise do direcionamento das perguntas são indicadores de uma formação discursiva antipetista.

O posicionamento de *Veja* é contrário com relação ao Partido dos Trabalhadores (PT), aproveitando todas as oportunidades para expor falhas do partido. A organização dos enunciados das entrevistas desfavorecia Dilma Rousseff, com textos opinativos negativos em relação à sua conduta e ao seu passado político.

Entendemos que, no embate da cobertura jornalística da disputa à presidência do Brasil, em 2010, a produção discursiva da revista *CartaCapital* inscreveu-se em uma formação discursiva petista. A revista assumiu uma posição política claramente simpatizante em relação ao governo federal petista, desde a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda que Mino Carta prefira assegurar que a *CartaCapital* não é petista e que a escolha de Lula em 2006 e a candidatura de Dilma em 2010 foram apenas resultados de análise política.

Referências bibliográficas

- AMOSSY, Ruth & PIERROT, Anne Herschberg. **Estereotipos y clichés**. Buenos Aires: EUDEBA – Universidad de Buenos Aires, 2003.
- BELO, Eduardo. **Livro Reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BUBER, Martin. **Do diálogo ao dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- CARTACAPITAL. São Paulo, edição 599, ano 15, 06 jun. 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad. de Ângela S.M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____, **Discurso político**. Trad. de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.
- CARTACAPITAL. São Paulo, edição 599, ano 15, 06 jun. 2010.
- COIMBRA, Marcos. A mídia teve algum papel durante o processo eleitoral de 2006? In: LIMA, Venício (Org.). **A mídia nas eleições de 2006**. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, p. 297-299.

DELGADO, Malu. **Dilma promete dar continuidade ao governo Lula, 'mas sem repetir'**. 10 ag. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,dilma-promete-dar-continuidade-ao-governo-lula-mas-sem-repetir,592835,0.htm>>. Acesso em: 24 maio 2015.

EDITORA ABRIL. **PubliAbril - Perfil dos leitores**. Disponível em:<<http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

FAUSTO NETO, Antônio. Discurso político e mídia. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas. (Org.). **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004, p. 105-126.

FERNANDES, Philippe. Será que foi mesmo a edição do debate que derrubou Lula? 9 maio 2010. Disponível em:<<http://phfernandes.wordpress.com/2010/05/09/eleicoes-1989-sera-que-foi-mesmo-a-edicao-do-debate-que-derrubou-lula/>>. Acesso em: 24 maio 2015.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. O turno Conversacional. In: PRETI, Dino (Org.) **Análise de textos orais**. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. (Projeto Paralelos: VI).

HALPERÍN, Jorge. **La entrevista periodística: intimidades de la conservación pública**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

HENRIQUE, Cláudio. Revistas semanais – a notícia em sete dias. In: CALDAS, Álvaro (Org.). **Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002, p. 133-161.

INDURSKY, Freda. Da ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.) **Os Múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, p. 173-188.

LIMA, Venício A. de (Org.). **A mídia nas eleições de 2006**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. A grande mídia e o golpe de 64. Carta Maior. 29 mar. 2014. Disponível em:<<http://www.carta-maior.com.br/?/Editoria/Politica/A-grande-midia-e-o-golpe-de-64/4/14698>>. Acesso em 25 maio 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Trad. de Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986.

MANZANO, Rodrigo. **CartaCapital muda projeto gráfico**. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2013/04/29/CartaCapital-muda-projeto-grafico.html>>. Acesso em 21 nov.2013.

MARTINS, Ana Luiza; De LUCA, Tânia Regina. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MIDIAKIT CARTACAPITAL. Disponível em:<<http://pt.slideshare.net/cartacapital/mdia-kit-carta-capital-2011-economist>>. Acesso em 11 nov.2012.

NALDONI, Thaís. **Controverso e respeitado, Mino Carta continua se reinventando no mercado jornalístico.** Disponível em: <http://portalimprensa.com.br/revista_imprensa/conteudo_extra/46542>. Acesso em: 29 nov. 2013

OLIVEIRA, Fernando de. **Mino Carta, o Brasil e a imprensa.** Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/todas-as-noticias/mino-carta-o-brasil-e-a-imprensa>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

RAMONET, Ignácio. O poder midiático. In: MORAES, Denis (Org.). **Por uma outra comunicação.** Mídia, mundialização, cultura e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.243-252.

RUBIM, Antonio Albino C. **Espectáculo, política e mídia.** Biblioteca on-line de ciências da Comunicação. 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2015

_____. **Comunicação e política.** São Paulo: Hacker Editores, 2000.

_____. & AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e Política no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, v.43, p.189-216, 1998.

_____. & COLLING Leandro. Mídia, cultura e eleições presidenciais no Brasil contemporâneo. In: CORREIA, João Carlos (Org.). **Comunicação e política.** Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2005, p.11-44. v.1.

SANTOS, Janaíne. **Construção de opinião no texto informativo: adjetivos, advérbios e figuras de linguagem como estratégias discursivas em Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital.** 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

STANGLER, Jair. **Relembre 'o escândalo dos alopados'.** 2011. Disponível em:<<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,relembre-o-escandalo-dos-alopados,737712,0.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

SAVARESE, Maurício. **Veja dez momentos inesquecíveis da propaganda eleitoral no Brasil.** 2010. Disponível em:<<http://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/08/16/veja-dez-momentos-inesqueciveis-da-propaganda-eleitoral-no-brasil.jhtm>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

SEGURADO, Rosemary. **A mídia e a crise política brasileira**. 2007. Disponível em: <[http://www.aecpa.es/uploads/files/congresos/congreso_07/area04/GT14/segurado-Rosemary\(UniversidadeCatolicadeSaoPaulo\)>](http://www.aecpa.es/uploads/files/congresos/congreso_07/area04/GT14/segurado-Rosemary(UniversidadeCatolicadeSaoPaulo)>). Acesso em: 02 dez. 2013.

SOUZA, Ulisses Alves. A história secreta de Veja. **Revista Imprensa**, São Paulo, v. (n.), p. 75-105, 13 set. 1988.

TONETTI, Márcio. Não tenho o rabo preso. Entrevista com Mino Carta. In: **Observatório da Imprensa**. 29 mar. 2005. Ed. 322. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/nao-tenho-rabo-preso/>>. Acesso em 25 maio 2015.

VEJA. São Paulo, edição 2169, ano 43, n. 24, p. 19-23, 17 abr. 2010.

VEJA. São Paulo, edição 2170, ano 43, n. 25, p. 19-23, 16 jun. 2010.

Abstract: *This work aims to analyze the role of media in the production and circulation of meanings, in printed media texts, in the axis of politics as a spectacle. Therefore, we analyzed three interviews of two candidates running for presidency in the elections of 2010: Dilma Rousseff and José Serra. The chosen texts were: Dilma solta o verbo, published in the CartaCapital magazine; Acabou o 'Risco Brasil' and Ouvir, argumentar, decidir. The last two ones with Rousseff and Serra, respectively, both published by Veja magazine. For the analysis of the corpus we will hold a qualitative study seeking to operationalize the concepts of discursive formation, positioning and ethos. Our analysis is theoretically based on the Discourse Analysis, especially in Charaudeau and Maingueneau's point of view, authors who discuss the declarative nature of the political discourse. We also include the theoretical frameworks of different areas such as communication, textual linguistics and conversation analysis. According to the results, we see how the media institutions CartaCapital and Veja positioned themselves in relation to the nominations for presidency, mainly of Dilma Rousseff and José Serra, in the election of 2010.*

Keywords: *print media; interview; elections; interaction; positioning*

A responsabilidade enunciativa no gênero jurídico contestação

Célia Maria de MEDEIROS (UFRN)¹
celiamariademedeiros@yahoo.com.br

Maria das Graças Soares RODRIGUES (UFRN)²
gracasrodrigues@gmail.com

Resumo: Propomos-nos com este trabalho descrever, analisar e interpretar a Responsabilidade Enunciativa (RE) em contestações, gênero discursivo circunscrito ao domínio jurídico. Para tanto, elegemos como objeto o estudo das seções “Das preliminares” e “Do mérito” da contestação, compreendendo, assim, respectivamente, a defesa no plano do processo e a contra-argumentação à pretensão da parte autora. Nossa ancoragem teórica situa-se na perspectiva da Análise Textual dos Discursos (ADAM, ([2008] 2011a), o que nos permitirá trabalhar os planos de texto. Por fim, descreveremos e analisaremos a (não) assunção da responsabilidade enunciativa em nossos dados, subsidiando-nos na Linguística Enunciativa (RABATEL, 2008a, 2009). O tipo de pesquisa é documental, de caráter qualitativo-interpretativista. Para este artigo, selecionamos 1 (uma) contestação do nosso *corpus* de pesquisa doutoral. Os dados revelam que o locutor – enunciador primeiro (L1/E1), instância responsável pela materialidade dos enunciados, assume o conteúdo proposicional.

Palavras-chave: análise textual dos discursos; responsabilidade enunciativa; plano de texto; contestação; gênero jurídico.

1. Introdução

Este trabalho apresenta resultados iniciais de pesquisa de doutorado que tem como tema a responsabilidade enunciativa no gênero contestação, gênero discursivo circunscrito ao domínio jurídico. Propomos-nos a descrever os planos de texto nas seções “Das preliminares” e “Do mérito”, compreendendo, assim, respectivamente, a defesa no plano do processo e a contra-argumentação à pretensão da parte autora, bem como a analisar a responsabilidade enunciativa a partir da perspectiva da qual o enunciador assume o ponto de vista.

Nossa ancoragem teórica situa-se na abordagem da Análise Textual dos Discursos (ATD), enfoque desenvolvido por Adam ([2008] 2011a), objetivando analisar a produção co(n)textual de sentido, fundamentada na análise de textos concretos. No que se refere à responsabilidade enunciativa, acompanharemos os estudos de Rabatel (2008a, 2009). Para fundamentar o discurso jurídico, trazemos Rodrigues *et al.* (2014), Lourenço (2013) e Palaia (2010).

Nossa pesquisa de doutorado está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e integra o Grupo de Pesquisa da Análise Textual dos Discursos (ATD). Metodologicamente, trata-se de um estudo que se insere no

¹ Doutoranda em Linguística Teórica e Descritiva pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² Professora Associada II do Departamento de Letras, do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem e do Mestrado Profissional em Letras da UFRN.

paradigma qualitativo de caráter interpretativista e o tipo de pesquisa é documental. O *corpus* é constituído por contestações oriundas do 2º Juizado Especial Cível da Zona Sul da Comarca de Natal-RN. Para este trabalho, selecionamos 1 (uma) contestação (C1) cuja temática versa sobre alegação de danos morais advindos da suposta má prestação de serviços e de suposto vício no produto.

O texto está dividido em três partes: na primeira, abordamos os diferentes posicionamentos da responsabilidade enunciativa a partir de linguistas da enunciação; na segunda, apresentamos a estrutura composicional do gênero jurídico contestação à luz do conceito de plano textual; na terceira, ilustraremos a análise e, por fim, teceremos as considerações finais.

2. Responsabilidade Enunciativa

A responsabilidade enunciativa (RE) constitui-se como uma das principais noções e categorias da análise textual dos discursos (ATD), situa-se na dimensão enunciativa e refere-se ao enunciado elementar do texto que expressa um ponto de vista (ADAM, 2011a). Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010) asseveram que a noção de RE não é consensual entre os teóricos que se dedicam ao seu estudo. Para tanto, focalizaremos em vários autores, entre eles Culioli, Nølke e a ScaPoLine (Nølke, Fløttum, Noren), Adam e Rabatel.

Para Culioli (1971, p. 4031), “toda enunciação supõe responsabilidade enunciativa do enunciado por um enunciador”, mais precisamente, tem assento no critério da asserção.

[...] quando eu digo, em seguida, o que é a asserção e o que há nela: *eu tenho de dizer*, ou seja, *tornar público, o que eu sei, o que acredito, o que penso* (é um retorno à validação) que *tal coisa é o caso*, se não existe **uma teoria do engajamento** em seu interior, gostaria de saber o que é uma asserção! Sou levado a definir a afirmação estrita: Eu, enquanto sujeito, sujeito, ou seja, fonte subjetiva [...] (CULIOLI; NORMAND, 2005, p. 166-167, grifo dos autores).

Segundo Culioli e Normand (2005), o engajamento é concebido como a materialização pelo ato de dizer, de afirmar algo, em que o sujeito se compromete a asseverar algo, assim como os destinatários, sendo o interlocutor responsável por validar ou completar o enunciado. Desse modo, a responsabilidade enunciativa pode ser utilizada para descrever duas coisas: a asserção no sentido estrito e o simples fato de dizer.

Por outro lado, de acordo com Nølke, Fløttum e Nórén (2004) – proponentes da Teoria Escandinava da Polifonia Linguística – ScaPoLine –, assumir a responsabilidade enunciativa é ser a fonte da enunciação, é estar na origem, é assumir a paternidade. Para esses autores, os pontos de vista (abreviados pdv) são entidades semânticas compostas por uma fonte, um julgamento e um conteúdo. Essa definição é apresentada por eles da seguinte forma: “[x] JULGA (p), onde [x] simboliza a fonte, JULGA o julgamento e (p) o conteúdo” (NØLKE; FLØTTUM; NORÉN, 2004, p. 31). Nessa visão, estar comprometido com uma proposição significa ser responsável por ela ou ser a fonte dela.

Temos em Rabatel (2008a, p. 21) a seguinte definição para responsabilidade enunciativa: “[...] o sujeito responsável pela referência do objeto exprime seu PDV (ponto de vista) tanto diretamente, por comentários explícitos, como indiretamente, pela referência, ou seja, através de seleção, combinação, atualização do material linguístico”.

Rabatel (2009, p. 85) postulou “a ‘noção de quase-RE’ para os enunciadores segundos, aos quais pode-se imputar um PDV, mesmo que eles não tenham dito nada”. A esse respeito, Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010, p. 153) afirmam que

esse postulado o distancia de Ducrot (1984), uma vez que, para esse autor, assumir a responsabilidade enunciativa é falar, é dizer. Isso também distancia Rabatel (2009) da ScaPoLine, uma vez que, para ele, pode-se imputar um ponto de vista PDV, mesmo a quem não tenha falado, mesmo a quem não está na origem do enunciado.

Rabatel (2009, p. 71) explicita que “todo enunciado pressupõe uma iminência que se responsabiliza pelo que é dito, seguindo os quadros de referência, o dictum, o sintagma, o conteúdo proposicional, a predicação, conforme o esquema minimal da enunciação ‘EU DIGO’ (‘o que é dito’)”. Para o autor, os diferentes modos de marcar um PDV têm a ver com as relações ocorridas entre locutor e enunciador. As relações são oriundas do modo como o locutor e o enunciador, enquanto produtores do texto, posicionam-se a respeito do PDV de outros enunciadores, ou seja, qual sua posição no tocante ao discurso de outrem que eles expõem em seus textos.

Sobre esse aspecto, Rabatel (2008a) afirma que o sujeito do PDV pode ser identificado da seguinte maneira:

- i) o locutor/enunciador primeiro, produtor do texto e/ou gerenciador das informações (pode ser um narrador);
- ii) os enunciadores com quem o locutor/enunciador dialoga (enunciadores segundos, que são nomeados no texto; podem ser os personagens de uma narrativa);
- iii) um enunciador dóxico (enunciador anônimo ou genérico, que assinala um dizer ou saber social).

Esses sujeitos apontam diferentes perspectivas que atravessam a matriz enunciativa.

Adam (2011) concebe a responsabilidade enunciativa na equivalência de ponto de vista, que grafa da seguinte forma: PdV. Assim, a RE de uma proposição “ou ponto de vista (PdV) permite dar conta do desdobramento polifônico” (ADAM, 2011, p. 110) presente nos enunciados. O grau de responsabilidade enunciativa de uma proposição é suscetível de ser marcado por um grande número de unidades da língua, “como os índices de pessoas, os dêiticos espaciais e temporais, os tempos verbais, as modalidades, os diferentes tipos de representação da fala, as indicações de quadros mediadores, os fenômenos de modalização autonímica e as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados” (ADAM, 2011, p. 117).

Adam (2011) postula a responsabilidade enunciativa como assunção ou não assunção por determinadas entidades ou instâncias acerca do que é enunciado, ou na atribuição de alguns enunciados a certas instâncias.

De acordo com as abordagens da Linguística Enunciativa, podemos afirmar que nem sempre o locutor coincide com o enunciador, bem como as relações entre o par locutor/enunciador geram pontos de vista, perspectivas que marcam o posicionamento do sujeito no discurso.

No que concerne à não assunção dos enunciados, temos em Guentchéva (1994, 1996) o estudo do mediativo, mais precisamente, quando o PdV é assinalado por introdutores como *segundo, de acordo com, para* etc., pois os enunciados não são assumidos pelo locutor-narrador. A autora esclarece que diversas línguas possuem procedimentos gramaticais que permitem ao enunciador significar os diferentes graus de distância que ele toma no que tange à responsabilidade enunciativa dos conteúdos veiculados no enunciado, ou seja, essa noção permite materializar, de maneira explícita, quando o enunciador não é a primeira fonte da informação e quando ele não assume a responsabilidade pelo conteúdo veiculado no texto.

Vimos que a categoria da responsabilidade enunciativa está integrada na análise textual dos discursos a partir da contribuição de diferentes autores. Diante disso, nosso objeto, que é o gênero jurídico contestação, focaliza no estudo dessa dimensão textual e se justifica nessa linha teórica, principalmente porque

[...] ao propor o estudo do texto jurídico, tendo como foco um nível de organização textual – a Responsabilidade Enunciativa, a partir de uma perspectiva linguística - a ATD, vindo de outro domínio do conhecimento, como a Linguística, estamos ofertando ao texto jurídico uma nova leitura, que não aquela comungada no seio da hermenêutica jurídica que concebe a língua na sua imanência e, assim, aprisiona o sentido do texto [...] a linguagem é indispensável ao direito, porque é ela quem possibilita sua existência. O conhecimento sobre o poder da linguagem para o direito reside desde os seus primórdios tanto no seu estabelecimento enquanto práxis, quanto na constituição da ciência jurídica [...] (LOURENÇO, 2013, p. 16).

Ainda, nessa direção, Rodrigues *et al.* (2014, p. 245) entendem que “desvelar a linguagem jurídica, buscando compreender os eixos centrais das normas que nos mobilizam, é uma tarefa valiosa, porque pode contribuir para que sejam assegurados direitos e deveres, porém, é inesgotável, porque há muito a ser dito, a ser interpretado”.

Para analisarmos a responsabilidade enunciativa no gênero jurídico contestação, seguiremos a proposta de Adam (2011), bem como a de Rabatel (2008a, 2009).

3. O plano textual do gênero jurídico contestação

Compreendemos que a “contestação” é um gênero textual/discursivo por apresentar os elementos formadores apontados por Bakhtin (2003): estilo, estrutura composicional e tema, além de ser evento

comunicativo vinculado a uma prática social institucionalizada. Lourenço (2008), baseando-se em Bakhtin (2003), enfatiza que a propriedade de o autor deixar marcas de sua individualidade é menos propícia em gêneros do discurso que requerem uma forma padronizada, como alguns documentos oficiais, ordens militares, entre outros.

A contestação é um gênero discursivo do domínio jurídico que, segundo Parizatto (1991), constitui-se como peça processual de defesa mais importante no processo civil, uma vez que exprime o ato escrito pelo qual o réu nega, contradiz, defende-se das alegações do autor despendidas em pedido inicial, fazendo argumentações para descaracterizar a ação contra si ajuizada, com alegações de fato e de direito sobre a matéria ventilada.

A existência da contestação significa que o processo já foi instaurado. Com ela, faculta-se ao Réu/requerido (por meio do enunciador advogado) apresentar ao Juiz (coenunciador/ 1º destinatário ou receptor) sua réplica aos fatos apresentados na inicial. Dessa maneira, qualquer afirmação presente na petição inicial e que não seja respondida será considerada verdadeira. Também, diversamente da petição inicial, a contestação não exhibe níveis diversos de interação, pois não é endereçada aos autores-requerentes, mas sim à ação proposta (TULLIO, 2013).

Na contestação, o réu poderá se manifestar sobre aspectos formais e materiais. Os argumentos de origem formal se relacionam à ausência de alguma formalidade processual exigida e que não fora cumprida pelo autor em sua peça inicial. Esses argumentos, dependendo da gravidade, podem ocasionar o fim do processo antes mesmo de o magistrado apreciar o conteúdo do direito pretendido. A imperfeição apontada pelo réu retiraria do autor a possibilidade de seguir adiante, ou retardaria o procedimento até que seja sanada a imperfeição. Essa é a chamada defesa indireta.

Já os aspectos materiais se referem ao conteúdo do direito que o autor reivindica, sendo mérito da causa. É a chamada defesa direta ou de mérito, na qual o réu ataca o fato gerador do direito do autor, ou as consequências jurídicas que o autor pretende. O art. 300 do Código de Processo Civil dispõe acerca da contestação: “Art. 300. Compete ao réu alegar na contestação toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir”.

Segundo Palaia (2010, p. 36), a contestação basicamente se divide em sete partes:

- i) o endereçamento;
- ii) a identificação das partes, da ação, do procedimento e do processo;
- iii) o resumo da inicial;
- iv) a arguição em preliminares e pedidos de extinção do processo;
- v) o ataque ao mérito;
- vi) o pedido de improcedência da ação e de condenação do autor às custas e honorários; e
- vii) o pedido de produção de provas.

Esses requisitos organizadores da contestação correspondem aos “planos de texto” que, para Adam (2011, p. 257, grifos do autor), “[...] desempenham um papel fundamental na composição macrotextual do sentido. Referem-se ao que a retórica colocava na *disposição*, parte da arte de escrever e da arte oratória que regrava a ordenação dos argumentos tirados da *invenção*”.

Desse modo, enquanto gênero discursivo/textual, a contestação pode exemplificar um plano de texto fixo, justificando-se por apresentar em sua estrutura composicional uma padronização e uma formalização próprias dos textos/documentos do domínio jurídico, obedecendo à forma prescrita em lei, pois, conforme Adam (2011, p. 258), “um plano de texto pode ser convencional, isto é, fixado pelo estado histórico de um gênero ou subgênero de discurso” ou “ocasional, inesperado, deslocado em relação a um gênero ou subgênero de discurso”.

A contestação a seguir, que faz parte do nosso *corpus* de pesquisa doutoral, nos permitirá esclarecer como se materializam e como se estruturam seus planos de texto.

Quadro 1. Planos de texto da contestação 1 – (C1)

i) Endereçamento	EXCELENTÍSSIMO(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA ZONA SUL DE NATAL/RN
ii) Identificação das partes, da ação, do procedimento e do processo	XXXXX, já qualificada no processo eletrônico da ação que lhe move XXXXX, também já qualificada, vem, por intermédio de seu procurador signatário, respeitosamente, na presença de Vossa Excelência, apresentar, consoante aos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:
iii) Resumo da inicial	<p>A autora é proprietária de um Climatizador de ar fabricado por essa reclamada desde 25 de novembro de 2012. Alega, no entanto, que um mês após a aquisição o aparelho apresentou vício.</p> <p>Todavia, relata que ante o falecimento de sua mãe, só teve condições de contatar a assistência técnica em 06 de agosto de 2013, e que apesar do atendimento, o produto permanece com defeito até a presente data, pois não obteve êxito no conserto nem na troca do produto.</p> <p>Diante disso, ajuizou a presente ação requerendo a restituição do valor pago pelo aparelho, bem como indenização pelos danos morais supostamente experimentados.</p> <p>Contudo, conforme ficará demonstrado, não assiste razões fáticas nem jurídicas quanto aos alegados danos morais advindos da suposta má prestação de serviços e do suposto vício no produto.</p> <p>Assim, pugna-se pela improcedência total da demanda, conforme os fundamentos jurídicos e pedidos a seguir apresentados.</p>
iv) Das preliminares	<p><u>Da retificação do polo passivo</u></p> <p>A pessoa jurídica XXXXX foi citada para o presente processo, como requerida, com endereço que não lhe corresponde. Assim, contando com o princípio da Boa-Fé, com fim de evitar cerceamento de defesa e decretação de revelia, que implicariam em mácula ao devido processo legal, requer-se a retificação do endereço do polo passivo da supracitada pessoa jurídica.</p> <p>[...]</p> <p><u>Exceção de Incompetência Ratione Materiae</u></p> <p>Excelência, a presente lide, com o devido respeito, extrapolaria a competência do Juizado Especial Cível para julgá-la, uma vez que seria necessária a produção de prova pericial, tanto à parte autora para que demonstre o fato constitutivo de seu direito, quanto às rés, haja vista que não há indício fático de que haja vício no</p>

	<p>produto.</p> <p>Não há nada que ao menos indique o suposto defeito do aparelho. Dessa forma, o mero relato do problema pelo autor não pode substituir o laudo técnico. Com a necessidade de apurar tecnicamente a existência ou não de vício ou defeito no aparelho, para que se possa responsabilizar a fabricante, necessária se faz a prova pericial, contudo, a incompatibilidade da presente demanda com o procedimento inerente ao Juizado Especial impede seu processamento.</p> <p>[...]</p>
v) Do Mérito	<p>Caso ultrapassada a preliminar de incompetência em razão da matéria, o que se admite apenas por argumentar, informa-se que jamais houve ausência de serviço ou qualquer pretensão resistida da requerida.</p> <p>A praxe, quando há reclamação com a requerida, é que se envie assistência técnica especializada, de acordo com o artigo 18 do CDC, que garante ao fornecedor o direito ao conserto, para que permaneça o consumidor com seu produto, porém consertado.</p> <p>[...]</p> <p>Como bem lembra o ilustre José Guilherme Werner, a intenção do legislador, quando criou o Código de Defesa do Consumidor, foi a de garantir o equilíbrio na relação entre consumidor e fornecedor ou prestador de serviços: [...]</p>
vi) Do pedido	<p>Isso posto, requer:</p> <p>a) o recebimento e a juntada desta petição e documentos ao processo;</p> <p>b) a produção de todos os meios de provas em Direito admitido, especialmente a documental, testemunhal e, ainda, o depoimento pessoal da parte demandante, sob pena de confissão;</p> <p>c) a retificação do polo passivo, conforme as razões expostas;</p> <p>d) o acolhimento da preliminar suscitada, extinguindo o processo sem julgamento de mérito;</p> <p>e) a total improcedência da ação em todos os pedidos formulados na peça incoativa, conforme o disposto na Lei; [...]</p>
vii) Data e assinatura	<p>Nesses termos, pede deferimento.</p> <p>XXXX, 09 de dezembro de 2013.</p> <p>ADVOGADO OAB/ XXXX</p>

O exemplo ilustra os planos de texto de uma contestação, conforme anunciado por Palaia (2010). Podemos observar que o plano de texto mantém-se fixo (ADAM, 2011a), seguindo o movimento retórico de responder às questões: (i) e (ii) quem? Esse vocativo nos aponta para quem se destina a contestação, bem como a identificação da parte autora e da parte ré; (iii), (iv), (v), (vi) e (vii) o quê? quando? onde? como? por quê? Denotam o objeto da contestação e as questões que constituem a narrativa no resumo da inicial, bem como a argumentação nas seções das preliminares e do mérito.

4. Análise do corpus

O gênero jurídico contestação é um ato processual que se compõe de diversas alegações e manifestações reunidas em duas principais fases, quais sejam: as alegações em preliminares e as alegações

de mérito. Para este trabalho, focalizaremos a análise em uma contestação (C1) que integra o nosso *corpus* de pesquisa doutoral.

Com o objetivo de examinar os planos de texto em tais alegações (seções das preliminares e do mérito), considerando os estudos de Adam ([2008] 2011) e Rabatel (2008a, 2009), também descreveremos e analisaremos a assunção da responsabilidade enunciativa em nossos dados. Utilizaremos excertos da contestação (C1), denominando de Exemplo 1, Exemplo 2 etc. Ressaltamos que o destaque na análise será realizado em negrito.

4.1 O plano de texto na seção “Das Preliminares”

As preliminares visam a atacar o processo que veicula a pretensão do autor. Elas estão enumeradas no artigo 301 do Código de Processo Civil, que, reforce-se, não atacam o direito do autor, e sim o próprio processo por onde corre o pedido dele.

De acordo com o Art.301 do Código de Processo Civil, compete-lhe, porém, antes de discutir o mérito, alegar:

- I - inexistência ou nulidade da citação;
- II - incompetência absoluta;
- III - inépcia da petição inicial;
- IV - perempção;
- V - litispendência;
- VI - coisa julgada;
- VII - conexão;
- VIII - incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização;
- IX - convenção de arbitragem; (Alterado pela L-009.307-1996)
- X - carência de ação;
- XI - falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar.

A esse respeito, os dados da C1, nessa respectiva seção, apontam para a incompetência absoluta, haja vista que o Juízo para o qual a presente ação foi dirigida é incompetente para o exame e processamento da causa, conforme explicitado nos exemplos 1, 2 e 3.

Exemplo 1

Isso posto, requer-se o acolhimento da preliminar ora suscitada a fim de, reconhecendo a **incompetência absoluta do juízo em razão da matéria**, extinguir o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 51, II, da Lei n. 9.099/95.

Exemplo 2

Excelência, a presente lide, com o devido respeito, **extrapolaria a competência do Juizado Especial Cível para julgá-la**, uma vez que seria necessária a produção de prova pericial, tanto à parte autora

para que demonstre o fato constitutivo de seu direito, quanto às rés, haja vista que não há indício fático de que haja vício no produto.

Exemplo 3

[...] Com a necessidade de apurar tecnicamente a existência ou não de vício ou defeito no aparelho, para que se possa responsabilizar a fabricante, necessária se faz a prova pericial, contudo, a **incompatibilidade da presente demanda com o procedimento inerente ao Juizado Especial impede seu processamento.**

4.2 O plano de texto na seção “Do Mérito”

Na seção do mérito, o réu deve investir contra a pretensão do autor, visando destruir o apoio das razões que o encorajaram a ir a juízo. Isso pode ocorrer mediante defesa indireta ou direta. A primeira resulta reconhecer o fato jurídico em que se funda a ação, mas outro fato lhe é oposto, que impede, modifica ou extingue o direito do autor. A segunda implica atacar a verdade dos fatos, negando sua existência ou mudando sua configuração, com vistas à improcedência da ação (PALAIA, 2010, p. 53).

Na C1, em análise, percebemos a defesa direta, marcada pela negação dos fatos. Vejamos os exemplos 4, 5, 6 e 7.

Exemplo 4

[...] informa-se que **jamais houve** ausência de serviço ou qualquer pretensão resistida da requerida.

Exemplo 5

[...] Contudo, ressalte-se, a produção de prova pericial no presente caso seria indispensável, tanto à parte demandante para que demonstrasse o fato constitutivo de seu direito, quanto à ré, para que possa provar a **inexistência de vício ou defeito de fabricação no produto [...]**.

Exemplo 6

Portanto, havendo a necessidade de prova pericial, **torna-se incompatível a presente** demanda com o procedimento inerente a este ilustre órgão, impedindo seu correto processamento.

Exemplo 7

A XXXXX **não recebeu nenhum** valor da autora pela compra do aparelho. **Não sendo possível**, por conseguinte, que a empresa devolva a demandante uma quantia que não recebeu.

4.3 A responsabilidade enunciativa no texto

O advogado XXXXX, produtor do gênero discursivo contestação, nosso *corpus* de análise neste artigo, é procurador signatário da parte ré, a empresa XXXXX, e será representado por L1/E1, ou seja, o “Enunciador 1 (E1) é o Locutor 1 (L1)” (RABATEL, 2008a), que assume a responsabilidade enunciativa pelo conteúdo proposicional, ilustrado a seguir nos exemplos 8, 9, 10 e 11.

Exemplo 8

Excelência, a presente lide, **com o devido respeito**, extrapolaria a competência do Juizado Especial Cível para julgá-la, uma vez que seria necessária a produção de prova pericial, tanto à parte autora para que demonstre o fato constitutivo de seu direito, quanto às rés, haja vista que não há indício fático de que haja vício no produto.

O locutor – enunciador primeiro (L1/E1), primeira instância responsável pela materialidade dos enunciados –, ou seja, o advogado – assume o conteúdo proposicional, uma vez que a construção de asserções constitui-se em uma das formas mais evidentes de envolvimento no enunciado.

Exemplo 9

Não há nada que ao menos indique o suposto defeito do aparelho. Dessa forma, o mero relato do problema pelo autor não pode substituir o laudo técnico. Com a necessidade de apurar tecnicamente a existência ou não de vício ou defeito no aparelho, para que se possa responsabilizar a fabricante, **necessária** se faz a prova pericial, contudo, a incompatibilidade da presente demanda com o procedimento inerente ao Juizado Especial impede seu processamento.

Os modalizadores **não há nada/ necessária** afirmam o PDV de L1/E1, portanto, marcam a assunção da responsabilidade enunciativa.

Exemplo 10

Deixe-se claro, desde já, que a referida menor complexidade não é aquela relativa à complexidade jurídica, mas sim à analisada sob o ponto de vista da prova técnica que se fará **necessária** para o adequado julgamento da lide.

Temos em (10) a responsabilidade assumida, pois o uso de modalizadores **deixa-se claro/ necessária** afirma o PDV de L1/E1.

Exemplo 11

Aliás, este é o entendimento disposto no **Enunciado 54 do Encontro Nacional dos Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis**: A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material.

Em (11), percebemos, nos termos de Rabatel (2009), quase uma responsabilidade enunciativa, pois a afirmação, segundo L1/E1, está contida no **Enunciado 54 do Encontro Nacional dos Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis**. Em relação à hierarquização dos enunciadores segundos, L1/E1 enuncia como subenunciação.

5. Considerações finais

Compreendemos, pelos excertos analisados, que, a partir da superfície linguística e discursiva dos enunciados, o ponto de vista de L1/E1 é marcado nas assertivas, principalmente, pelo uso dos modalizadores “não há nada”, “necessária”, “deixe-se claro”, o que nos permite perceber o envolvimento do enunciador, uma vez que, no gênero jurídico contestação, em juízo, a parte ré produz argumentos contrários que visam a combater a parte oposta, devendo apresentar provas técnicas, criadas no discurso.

A pesquisa encontra-se em sua fase inicial, contudo, já podemos depreender, através da análise dessa contestação (C1), que o plano de texto apresenta uma estrutura fixa, tendo em vista que a estrutura composicional caracteriza-se como estabilizada pelo estado histórico do gênero. No que concerne à responsabilidade enunciativa, o L1/E1 assume o conteúdo proposicional.

Referências bibliográficas

ADAM, Jean-Michel. **A Linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Trad. Maria das Graças Soares Rodrigues *et al.* 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011a.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. **Código de processo civil**. Lei 5.869/1973. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869.htm>. Acesso em: 20 abr. 2013.

CULIOLI, Antoine; NORMAND, Claudine. **Onze rencontres sur le langage et langues**. Paris: Gap; Ophrys, 2005.

CULIOLI, Antoine. **Encyclopédie Alpha**. t. 10, Paris, Grange Batelière et Novare, Istituto geografico de Agostini, entrée MODALITÉ, 1971a.

GUENTCHÉVA, Zlatka. Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français. **Langue Française**, Paris, v. 102, n. 1, p. 8-23, 1994.

_____. Introdução. In: GUENTCHÉVA, Z. (Org.). **L'Énonciation Médiatisée**. Louvain-Paris: Peeters, 1996. p. 11-18.

LOURENÇO, Maria das Vitórias Nunes Silva; RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Considerações sobre o quadro mediativo na petição inicial. **Linha d'Água**, São Paulo, v. 2, n. 26, p. 71-86, 2013.

LOURENÇO, Maria das Vitórias Nunes Silva. **Análise textual dos discursos**: a responsabilidade enunciativa no texto jurídico. 2013. 230f. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

_____. **A argumentação na Petição Inicial**. 2008. 99f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

NØLKE, H.; FLØTTUM, K.; NOREN, C. **ScaPoline**: la théorie scandinave de la polyphonie linguistique. Paris: Kimé, 2004.

PALAIÁ, Nelson. **Técnica da contestação**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

PARIZATTO, João Roberto. **Da contestação e da revelia**. Rio de Janeiro: Aide, 1991.

PASSEGGI, Luis *et al.* A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual dos sentidos. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Orgs.). **Linguística de texto e análise da conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010. p. 262-312.

RABATEL, Alain. **Homo narrans**: pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit. Tome 1. Les points de vue et la logique de la narration. Limoges: Lambert-Lucas, 2008a.

_____. **Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée**. **Langue Française**, Paris, n. 162, p. 71-87, 2009a.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis; SILVA NETO, João Gomes (Orgs.). “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. In: _____. **Análises textuais e discursivas**: metodologias e aplicações. São Paulo: Cortez, 2010. p. 150-195.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares *et al.* Planos de texto e representações discursivas: a seção de abertura em processo-crime. In: BASTOS, N. B. (Org.). **Língua portuguesa e lusofonia**. São Paulo: EDUC, 2014. p. 240-255.

TULLIO, Cláudia Maris. Gêneros textuais jurídicos petição inicial, e sentença: Um olhar sobre o léxico forense. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL JURÍDICO, 2013, Ponta Grossa. **Anais eletrônicos...** Ponta Grossa. Disponível em: <<http://www.cij.net.br/2013/down.php?id=3068&q=1>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

Abstract: *This paper proposes with this paper to describe, analyze and interpret Enunciative Responsibility (RE) in contestation, discursive genre circumscribed to juridical domain. “Preliminaries” and “Merit” sections of contestation were chosen like object of study, thus comprehending both defense of process plan and counter argumentation to the claim of plaintiff. Our theoretical anchoring is situated on Discourses Textual Analysis (ADAM, ([2008] 2011a) perspective, which allow us for working with text plans. Finally, it is described and analyzed (not)-assumption of Enunciative Responsibility in our data, with subsidy of Enunciative Linguistics (RABATEL, 2008a, 2009). This research is documentarist, assuming qualitative-interpretative character. For this paper, one contestation from authors’ doctoral research corpus was selected. Data reveal primary enunciator-speaker (L1/E1), instance responsible for materializing statements, assumes propositional content.*

Keywords: *eiscourses textual analysis; enunciative responsibility; text plan; contestation; juridical genre.*

EXPRESSÕES MULTIMODAIS DE TEXTOS JORNALÍSTICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESCÂNDALO: IMPLÍCITOS E CONTEXTOS

Deborah Gomes de PAULA (PUC/SP-UNIP)
deborah-paula@uol.com.br

Resumo: Esta comunicação situa-se na Análise Crítica do Discurso (ACD) e tem por tema a relação texto e contexto para a representação do escândalo em textos jornalísticos brasileiros multimodais impressos. Tem-se por objetivo geral contribuir com os estudos do discurso jornalístico e por objetivos específicos: 1. examinar a seleção e a combinação de expressões visuais e verbais, em textos jornalísticos brasileiros para representação do escândalo; 2. verificar os contextos e suas funções, na produção/compreensão de textos multimodais (visual e verbal). As análises buscaram examinar as relações cotextuais entre imagens e expressões verbais, assim como os contextos de sua produção discursiva, para a representação do escândalo. Kress e van Leeuwen (1996), ao tratarem da mudança social ocorrida, durante a globalização, definem o texto multimodal como um produto do discurso, visto como uma ação, que combina o verbal com imagens e cores em uma semiose. Conclui-se que os elementos selecionados pelo produtor participam de sistemas de conhecimento, armazenados na memória social e individual. Considera-se que a ativação do armazenado nem sempre é consciente, pois a ideologia do Poder, que tem acesso ao público, pelos discursos, passa a influenciar as pessoas, levando-as a sustentar essa ideologia por sua reprodução textual, no e pelo discurso.

Palavras-chaves: discurso jornalístico, escândalo, multimodalidade, análise crítica do discurso.

1. Apresentação

Essa comunicação está situada na área da Análise Crítica do Discurso em interface com a Semiótica Social. Tem por tema as estratégias utilizadas pelos jornais paulistanos na construção do escândalo nas notícias veiculadas pelo jornal-empresa que dá acesso ao público-leitor, a partir dos textos curtos (as manchetes e charges). Para tanto, selecionamos exemplos atuais que focalizam a construção social do problema da corrupção no governo e da violência a partir do mensalão.

O Escândalo do Mensalão ou “esquema de compra de votos de parlamentares” é o nome dado à maior crise política sofrida pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2005/2006. A expressão **mensalão** popularizada pelo então deputado federal Roberto Jefferson em entrevista à Folha de S. Paulo com repercussão nacional, é uma variante da palavra “mensalidade” usada para se referir a uma suposta “mesada” paga a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo.

De acordo com Thompson (2002:43) os escândalos, em alguns casos, estão relacionados à aplicação, ou à afirmação dos próprios valores e normas. Assim, temos a construção do escândalo por meio da “denúncia” feita pelo Deputado Roberto Jefferson que, no decorrer das apurações, incorporou em seu discurso um caráter moralizador, quando, na realidade, o que motivou a denúncia foi a falta de repasse do total em dinheiro estipulado e acordado com o PT - partido do governo.

A noção de violência está vinculada à noção de escândalo, para além do fato acontecido, uma vez que, uma das estratégias do jornal para conseguir a adesão do público leitor é a persuasão pelo impacto emocional e subjetivo.

De acordo com Dias (2003:102), a noção jurídica de violência está ligada à idéia de *força*. A caracterização dessa força como violência depende do ponto de vista pela qual se focaliza o fato. Esse ponto de vista é constituído por valores, crenças e princípios dos indivíduos em interação social, os quais estabelecerão uma unidade na diversidade e consequentes critérios avaliativos utilizados pelos grupos sociais a que pertencem.

Nesse contexto, temos a construção do campo semântico da violência constituído por lexicalizações como: poupa, derruba, decapitam. E também de forma reduzida, os gestos representados nas fotos que reforçam e/ou se opoem à ideia veiculada pelo texto jornalístico. Os gestos adquirem função de interjeição, informação de base cultural, um uso do brasileiro para estabelecer sentido, é uma maneira de estabelecer diálogo quando o interlocutor apresenta uma discordância com o locutor. De modo geral, num contexto zero, descontextualizado, tem um efeito de sentido, mas no uso efetivo adquire função de interjeição (pois adquire outra função).

Thompson (2002:40) traz uma definição prática, em que escândalo “se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública”. Alguma forma de transgressão é condição do escândalo. Assim o escândalo se refere primariamente a ações, acontecimentos ou circunstâncias.

O escândalo que implica ações ou acontecimento são aqueles que transgridem ou contradizem valores, normas ou códigos morais. Para o autor, os valores ou normas devem ter determinado um grau de moral, ou seja, na relação entre o individual e o social, no interstício entre o cultural e o ideológico, há uma dialética perpassada pela moral.

A mídia, de modo geral, tem grande acesso ao público e dessa forma exerce um papel na construção social da opinião, sendo assim, é necessário entender as estratégias utilizadas pela mídia para a construção dessa opinião. O texto jornalístico, a partir da intenção argumentativa, tem por objetivo conduzir a leitura do público-leitor, fazendo com que ele se identifique com o ponto de vista do enunciador. Durante o processamento da informação recebida no uso efetivo da língua, dependendo da focalização do fato no mundo, ocorre apagamento do processo histórico (discurso modificado). Dessa forma, a representação do fato traz características sociais e ideológicas que influenciam a formação da opinião.

Nesse sentido, segundo Van Dijk (1997), as opiniões devem ser compreendidas na relação entre as Categorias Cognição, Sociedade e Discurso, pois as opiniões são construídas na dimensão cognitiva, por meio da interação social dos participantes, suas ações e funções.

2. Sociedade, Cognição e Discurso

Tem-se por pressuposto de que há uma interação entre o individual e o social, pois, este, guia o individual, mas o individual modifica o social. Tal pressuposto é base da Análise Crítica do Discurso, em quaisquer de suas vertentes. Sendo assim, entende-se que há uma inter-relação entre as categorias analíticas Sociedade, Cognição e Discurso, pois cada uma dessas categorias se define pelas demais. A Sociedade é vista como um conjunto de grupos sociais, sendo que, cada grupo é composto por pessoas que têm os mesmos objetivos, interesses e propósitos e, por essa razão, focalizam o que acontece no mundo, a partir do mesmo ponto de vista; isso resulta em uma forma de avaliação (positiva/negativa) contida na representação mental como forma de conhecimento, que é construída socialmente. A Cognição refere-se às representações mentais-tipos e gêneros de discurso que atuam na interação do individual (evento discursivo particular) e o social (cognições sociais intra, inter e extragrupo social). Todas as formas de conhecimento, seja individual ou grupal são expressas em textos, no e pelo Discurso. Assim, os conhecimentos sociais são modificados embora contenham raízes históricas, de forma que o velho (já sabido) guia a construção do novo (informação nova) e este modifica o velho.

Para Van Dijk (2000) a interação entre jornal-empresa e público-leitor implica a noção de contexto (global e local), para se entender as notícias como discurso, ou seja, o discurso da notícia é uma prática discursiva sócio-interacional que constrói as notícias, para serem publicadas no veículo jornal.

Para o autor (1997) o discurso da notícia é institucionalizado e relativo à ideologia da empresa-jornal que tem por objetivo construir a opinião para seus leitores, de forma a dominar as suas mentes. Como todo discurso institucionalizado, o discurso da notícia compreende a relação das categorias discursivas: Poder, Controle e Acesso.

Esta comunicação está delimitada às categorias Controle (redação final) e Acesso (veículo jornal) e trata das estratégias utilizadas pela redação do jornal, embora se saiba que a ideologia do Poder, que é o jornal-empresa, atua sobre o Controle da redação para que o texto enunciado tenha Acesso ao público.

As categorias Poder, Controle e Acesso objetivam construir as opiniões dos leitores. Uma opinião é uma forma de conhecimento avaliativa, que não pode ser tratada como verdade, na medida em que não pode ser conferida no mundo. Logo, o leitor que não é expectador do evento noticioso torna-se obrigado a aceitar a notícia que dá Acesso a ele.

A notícia como discurso jornalístico participa como um dos discursos da mídia. Segundo Van Dijk (1980), a fabricação da notícia ocorre em várias etapas. Compreendo um contexto local e um global. O contexto global é definido por seus participantes que são agrupados pelas categorias Poder, Controle e Acesso.

O contexto local é definido por atores, pessoas, que são responsáveis pela fabricação da notícia, as quais são guiadas por uma determinada escala de valores ideológicos do Poder.

Para Charaudeau (2006: 19) “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público.” Segundo o autor, mesmo a imagem tem um caráter de produzir efeitos de sentidos no interlocutor.

Segundo Thompson (2002), escândalo é um evento midiático, em que a mídia cria um novo fato, assim, é um fenômeno social que pode trazer sérias consequências, tanto para o âmbito particular quanto social. Assim, a mudança social traz mudança no discurso, assim os textos multimodais passam a ser privilegiados, na medida em que inter-relacionam o linguístico e as imagens.

Desse modo, com a globalização, os textos multimodais se inter-relacionam de maneiras diversificadas, uma vez que as representações verbais e visuais podem estabelecer equivalência, completude ou ainda contradição. Assim, Kress e van Leeuwen (1996) definem o texto multimodal como um produto do discurso, visto como uma ação, que combina o verbal com imagens e cores em uma semiose. Para tanto, há uma natureza simbólica nas representações existentes nesses textos, decorrentes de relações providas pelos recursos semióticos que precisam ser investigadas.

Extraídos do jornal paulistano Folha de S.Paulo (FSP), apresentamos exemplos de que a linguagem das negociações entre redator/leitor é realizada a partir de uma interação que busca construir um acordo de forma a recorrer aos conhecimentos sociais comuns entre eles. As análises realizadas seguiram um procedimento teórico-analítico e estão delimitadas às estratégias utilizadas pela redação dos jornais selecionados.

O método adotado para a análise dos textos teve como ponto de partida a seleção lexical utilizada nas manchetes e para os segmentos selecionados e inter-relacionados.

A seleção lexical é um recurso de grande importância, pois, é através dela que se estabelecem as oposições, os jogos de palavras, as metáforas, o paralelismo rítmico, etc. Existem palavras que, colocadas estrategicamente no texto, trazem consigo uma carga poderosa de implícitos.

A análise apresentada tem como principal pressuposto o marco das cognições sociais. Segundo Silveira (2000), o marco das cognições sociais é um conjunto de conhecimentos que estabelecem parâmetros avaliativos para os seres e suas ações no mundo, a partir do que é contemporaneamente vivenciado modificando a experiência do já vivido anteriormente.

Durante a interação comunicativa, considerar-se a orientação argumentativa para reformulação do marco de cognição social, sendo assim, a refutação é uma estratégia importante pois na mudança de orientação argumentativa estabelece meios de inclusão de argumentos por meio da aceitabilidade ou rejeição.

3. Resultados Obtidos

Os resultados obtidos indicam que os conhecimentos avaliativos são formados na inter-relação entre o individual e o social, reproduzida no e pelo discurso, e pela cognição social, guiado pela cultura do grupo social no qual está inserido, apesar da diversidade e variabilidade dos valores e normas que regem a conduta dos indivíduos em contextos específicos.

De acordo com Thompson (2002), as normas que regem transações financeiras são também propensas ao escândalo, especialmente quando as transgressões envolvem séria desonestidade e corrupção, por exemplo, no caso do “Escândalo do Mensalão”:

A título de exemplificação, alguns enunciados referentes aos episódios do “Escândalo do Mensalão”:

Manchete: PT dava mesadas de 30 mil a parlamentares, diz Jefferson (FSP 04/07/2005)



Para além da manchete, temos a imagem utilizada pelo jornal para representar o evento como uma denúncia. Jefferson com as mãos junto à cabeça com um quadro circular ao redor da cabeça, representando uma auréola, no remete ao contexto religioso, de fé.

Pela perspectiva da multimodalidade, as categorias de análise para a imagens propõem verificar a utilização do espaço como intencional, ou seja, as categorias mais utilizadas são: alto e baixo, respectivamente a projeção do ideal e real e lado esquerdo e direito, respectivamente dado e novo, que projetam a ideia de conhecido e novidade em reação à informação veiculada.

Nesse caso, temos a foto de Jefferson centralizada e mais alta, representando o ideal nesse contexto político, que é a denúncia e logo abaixo temos a foto do jogador da seleção brasileira, Robinho sinalizando os gols que foram efetuados com os dedos levantados. Assim, temos a ideia idealizada que é a denúncia

realizada por uma pessoa “boa” (representado pela auréola e o gesto das mãos) e a seguir o reforço positivo da noção de nacionalidade, ou seja, a ideia relacionada à realidade que é o desempenho do Brasil na área dos esportes.

Entende-se que a transgressão com os valores morais e culturais como a noção de religiosidade pode ser tratada como violência, na medida em que, rompe com os valores e as cognições sociais do público-leitor ao vincular o ato político e a representação religiosa da santidade.

Para Thompson (2002), existem escândalos que são transgressões de segunda ordem, onde o foco inicial da atenção se desdobra desviando o foco para outro lugar. Como por exemplo:

Manchete: **Jefferson poupa Lula e culpa Dirceu** - FSP 15/06/2005

Manchete: **Presos decapitam cinco em rebelião**



A manchete, ao designar *poupa* e considerando a imagem de Jefferson representando uma arma, retoma a ideia de que o político está “mirando” o alvo a ser atingido, no caso *derruba* José Dirceu. Já na manchete abaixo: “Presos decapitam cinco em rebelião” temos como um progressão temática construída a partir do tema da notícia, representado de forma diferente, com avaliação diferente, pois se refere a mesma noção de violência em comparação com o gesto da arma e a possibilidade de poupar uns e não outros, ou seja, a noção de que a corrupção tanto para um quanto para o outro é a mesma, com projecção de graus diferentes para as consequências.

Thompson (2002:45) destaca uma outra característica do escândalo que se refere às ações ou acontecimentos que implicam um grau de ocultamento. Para se tornar um escândalo, uma ação ou acontecimento devem se tornar conhecidos de outros, ou outras pessoas devem acreditar firme e plausivelmente que existam. Diferente da corrupção e do suborno, que podem existir (muitas vezes existem de fato) quando outros não sabem a respeito deles, o escândalo é sempre, um caso “público”.

Manchete: ‘Mensalão’ derruba José Dirceu



O escândalo é construído a partir de estratégias textuais e multimodais para causar uma reação no público leitor, em alguns casos, ficam ofendidos e até chocados, ou seja o fato noticioso foi construído de modo a gerar uma emoção, causar a indignação do leitor.

As respostas dos outros, numa visão pragmática, constituem uma atuação performativa, conforme os atos de fala de Austin. O escândalo é construído tanto pela resposta dos outros como pelo próprio ato de transgressão.

As formas de expressão, os atos de fala, aqui se referem a categoria Comentários do esquema da notícia proposto por Van Dijk (2000) uma vez que não são todos os atos de fala que tem efeito performático adequado aos objetivos ideológicos da empresa-jornal.

De acordo com Thompson (2002), o escândalo pode se referir a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública. Como por exemplo:

Manchete: **Pit bull Suárez é escorraço dos estádios** – FSP 26/06/14



Linha-fina: **Fifa proíbe atacante de ficar no hotel do Uruguai após a mordida**

Lead: *O atacante Luis Suárez sofreu a maior punição da história das Copas por morder o italiano Chiellini. O atleta pegou nove jogos de suspensão, terá de ficar quatro meses longe do futebol (incluindo partidas pelo seu time, o Liverpool) e, nesse período, não poderá entrar em estádios onde o Uruguai estiver jogando. Ele ainda pagará multa e teve que deixar o hotel da seleção. O Uruguai nega que Suárez tenha mordido o adversário. Ele deixou o País.*

O escândalo não pressupõe apenas certo grau de conhecimento público, ele também pressupõe certo grau de desaprovação pública. O conhecimento da ação por parte do interlocutor coincide ou se sobrepõe, à sua desaprovação; julgamentos epistêmicos e avaliativos se incorporam às respostas de alguns indivíduos que ficam sabendo da transgressão. Em alguns casos, ficam ofendidos e até chocados.

As respostas dos outros, numa visão pragmática, constituem uma atuação performativa, conforme os atos de fala de Austin. O escândalo é construído tanto pela resposta dos outros como pelo próprio ato de transgressão.

As formas de expressão, os atos de fala, aqui se referem a categoria Antecedentes do esquema da notícia proposto por Van Dijk (2000) uma vez que não são todos os atos de fala que tem efeito performático adequado aos objetivos ideológicos da empresa-jornal.

Punições da Copa

Cabeçada de Pepe	1 jogo
Cotovelada de camaronês	3 jogos
Mordida de Suárez	9 jogos

De acordo com essa tabela, projetam-se os graus de violência nesse cenário de futebol, de acordo com as punições, assim a partir do ato cometido pelo jogador e a sanção recebida, ocorre a representação de valor sua repercussão.

O escândalo nesse exemplo advém da construção de um discurso que Thompson chama de infamante, para expressar diferentes graus de desaprovação, desde uma leve repreensão e espanto até o ultraje sem limites.

Para a construção do escândalo, o jornalista recorre tanto a avaliações culturais quanto ideológicas da Memória Social, rompendo com elas, a fim de construir o fato noticioso e seus comentários, segundo a ideologia da empresa-jornal.

A título de exemplificação temos uma capa da revista Veja e uma capa da revista Istoé de 29/08/2014 que representam o acontecimento no mundo: a morte de Eduardo Campos como fato noticioso no cenário eleitoral.



A escolha do papel social implica num conjunto de papéis para se interrelacionar; por exemplo, a expectativa em relação ao papel do político (cada sociedade representa de uma maneira), dependendo das ações e do grupo social os papéis tem caracterizações diferentes e estabelecem relações sociais diferentes.

Na construção dos contextos e o discurso jornalístico, os papéis sociais em interação buscam a preservação da face. Os papéis são unidades psicossociais que constroem uma estrutura para a sociedade. (Moscovisci, 2010).

Na perspectiva do Interacionismo simbólico, cada um escolhe um papel e um conjunto de papéis para se interrelacionar. De acordo com a teoria dos papéis, ao ler os textos situados no discursos, quais papéis sociais aquele discurso considera para construir a referenciação no texto.

Assim no discurso jornalístico, as questões são: o que é notícia e como estabelece similitude com o cotidiano quais são esses papéis?

Nas capas de revistas Veja e Isto é temos a representação do fato noticioso decorrente da morte trágica do político Eduardo Campos que morreu na manhã do dia 13 de agosto de 2014, em um desastre de avião em Santos.

Natural da capital pernambucana de Recife, Eduardo Henrique Accioly Campos nasceu em 1965 e é formado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco. Neto do ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, Eduardo sempre esteve ligado à política e iniciou uma participação mais ativa como presidente do Diretório Acadêmico da universidade que estudou. Em 1987 participou da criação da primeira secretaria de Ciência do Nordeste e em 1990 filiou-se ao PSB onde conseguiu o seu primeiro mandato como Deputado Estadual de Pernambuco. Quatro anos depois conseguiu ser eleito Deputado Federal, em 1995 ficou ao serviço de Pernambuco como Secretário do Governo e em 1996 como Secretário da Fazenda. Em 1998 foi reeleito como Deputado Federal e outra vez em 2002. Em 2004 foi Ministro da Ciência e Tecnologia e em 2006 foi eleito pela primeira vez ao cargo de governador de Pernambuco, sendo reeleito em 2011.

A representação da morte trágica como sendo a perda de um político de conduta “ilibada” num momento tão importante para o país, dá a possibilidade de ressemantizar, reorganizar os papéis sociais e suas relações nessa nova cena política. Assim, temos as expressões: “Não vamos desistir do Brasil” em que são incluídos aqueles que acreditam que as possibilidades de mudanças que o candidato projetava deverá ter continuidade pelos que acreditam nessa ideia. Temos na capa da revista Isto é uma representação da atuação política do candidato como “legado” como se o candidato tivesse esse encaminhamento antes do acontecimento trágico. Desse modo, temos a Marina como “herdeira” desse legado e a questão se Marina conseguirá atravessar esse percurso até as urnas levando esse legado.

A partir da ostensividade dada ao acontecimento no mundo, ocorre a construção do fato noticioso que indicam desdobramentos e encaminhamentos para a eleição 2014.

Assim temos a reconstrução da noção de “legado” para as ações do político Eduardo Campos como se essas ações tivessem uma grau de heroicidade, assim a representação estabelecida traz a ideia de que ele tinha algo a dizer e fazer, mas não pode exercer naquele momento. Aquilo que é *público* é o “que se refere ou é destinado ao povo, à coletividade (1975).

Dessa forma, o que se destina ao povo, à coletividade é o que poderia ser feito, incorporando a idéia de credibilidade para os outros papéis que se interrelacionam com este. Ao construir essa idéia de credibilidade, todos estão envolvidos, assim essa emoção é construída com o objetivo de buscar uma reação ao fato, assim temos o que Michaud (2001) trata como estados de violência e atos de violência, na medida em que vivemos um estado de violência por conta da corrupção generalizada e temos alguns atos de violência que são pontuados, destacados no decorrer dos eventos.

De acordo com Thompson (2002), o escândalo pode se referir a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública. Como por exemplo:



Marina
Por [Cartunista Alpino](#) | [Blog do Alpino](#) – sex, 15 de ago de 2014

De acordo com o cenário eleitoral atual podemos dizer que a Marina tornou-se candidata de fato após o acidente que matou Eduarco Campos. Antes disso, a associação entre os dois candidatos parecia meio “improvisada” para atender objetivos políticos eleitorais.

Assim, Marina passou a ocupar um papel social de real adversária política, que tenta propor soluções para os problemas do país.

Segundo a charge, a informação de base cultural, um uso do brasileiro para estabelecer sentido, é uma maneira de estabelecer diálogo quando o interlocutor apresenta uma discordância com o locutor.

O escândalo nesse exemplo advém da construção de um discurso que Thompson chama de infamante, para expressar diferentes graus de desaprovação, desde uma leve repreensão e espanto até o ultraje sem limites.

Em síntese, constata-se que a Folha de S. Paulo tem como estratégia jornalística caracterizar alguns movimentos sociais por uma *designação* mais hierarquizada, uma vez que o público-leitor, no centro dos conflitos sociais, precisa de uma ordem no caos dos acontecimentos e o jornal presta esse serviço.

4. Considerações finais

Os resultados obtidos indicam que os conhecimentos avaliativos são formados na inter-relação entre o individual e o social, reproduzida no e pelo discurso, e pela cognição social, guiado pela cultura do grupo social no qual está inserido, apesar da diversidade e variabilidade dos valores e normas que regem a conduta dos indivíduos em contextos específicos.

Assim, de acordo os objetivos específicos propostos, temos:

1. examinar a seleção e a combinação de expressões visuais e verbais, em textos jornalísticos brasileiros para representação do escândalo;

A seleção lexical ocorre por meio do saber já instituído e essas representações (verbais e não verbais) cognitivas e sociais são estruturas dinâmicas que se modificam constantemente no interior dos grupos humanos, no curso da interação comunicativa das pessoas e dos grupos sociais.

A relação de comparação ocorre por meio de um traço de similitude, assim temos os semas já configurados para cada palavra em uma relação de contigüidade sintagmática que mobiliza uma seleção lexical diferenciada, estabelecendo uma relação metafórica.

2. verificar os contextos e suas funções, na produção/compreensão de textos multimodais (visual e verbal).

Tendo em vista os conhecimentos sociais já instituídos na sociedade no intra, inter e extra grupos sociais, os conhecimentos ressemantizados são atualizados pela contemporaneidade dos fatos acontecidos e representados como notícia.

Segundo Charaudeau & Maingueneau (2004:423) a refutação “supõe, se não uma retomada palavra por palavra do discurso a ser refutado, ao menos uma conexão com esse discurso, sua ‘colocação em cena’”.

Desse modo, a refutação exemplificada pela manchete ocorre por meio da adesão inicial às definições pré-estabelecidas e na progressão do discurso a “colocação em cena” das palavras escolhidas temos a refutação e/ou rejeição do já sabido, conhecido pelo novo em uma nova relação de paridade (recontextualização).

A designação é retomada, estrategicamente, para atribuição de outros valores culturais e ideológicos, reforçados pelas estratégias multimodais na construção do fato noticioso.

Na perspectiva do discurso jornalístico o Poder da empresa-jornal guia as ações do Controle de forma a permear os diferentes textos publicados relativos à narrativa diária de um fato noticioso. Assim, os textos multimodais jornalísticos são construídos como um mosaico de citações intertextuais, ou seja, decorrem da absorção e transformação de outros textos.

Conclui-se que existem entre a designação e o referente designado, implícitos culturais, que são modificados pelos conceitos ideológicos e/ou culturais, para construir simbolicamente, os conhecimentos de mundo que são reelaborados e passam a construir novos significados.

Referências bibliográficas

- CHARAUDEAU. Patrick. **Discurso das mídias**. Trad. Angela M. S. Correa. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU. P & MAINGUENEAU. D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- DIAS, A. R. **O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- DIJK, Teun A. Van. **El discurso como interacción social – estudios del discurso: introducción multidisciplinaria**. Volumen 2. Gedisa Editorial, 2000.
- _____. **Racism y análisis crítico de los medios**. Paidós Comunicación: Barcelona, Espanha, 1997.
- _____. (1980). **La noticia como discurso**– Comprensión, estructura y producción de la información. Trad. Española de Guillermo Gal, Paidós Comunicación: Barcelona – Espanha, 1990.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1975.
- KRESS, G. y T. v. LEEUWEN (1990). **Reading images: the grammar of visual design**. London: Routledge, 1996.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 2ª edição. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.
- MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi. “Opinião, marco de cognições sociais e a identidade cultural do brasileiro: as crônicas nacionais”. In: **Português língua estrangeira: leitura, produção e avaliação de textos**. (org.) Norimar Júdice. Niterói: Intertexto, 2000.
- THOMPSON, J. **O escândalo político: Poder e Visibilidade na Era da mídia**. São Paulo: Vozes Editora, 2002.

Abstract: *This paper is located in Critical Discourse Analysis (CDA) and has as theme the relation text and context for the representation of the scandal in printed multimodal Brazilian newspaper articles. Has the general objective to contribute to the studies of journalistic discourse and specific objectives: 1. examine the selection and combination of visual and verbal expressions in Brazilian journalistic texts to the scandal representation; 2. verify the settings and functions, production / understanding of multimodal texts (visual and verbal). The analysis sought to examine the cotextuais relations between images and verbal expressions and the context of his discursive production, to represent the scandal. Kress and van Leeuwen (1996), when dealing with the social change that occurred during the globalization define the multimodal text as a product of the speech, seen as an action that combines verbal with images and colors in a semiosis. We conclude that the elements selected by the producer participate in knowledge systems, stored in the social and individual memory. It is considered that activation stored is not always conscious, as the ideology of power, which has access to the public, by speeches, is now influencing people, leading them to support this ideology by its textual reproduction, in and by speech .*

Keywords: *journalistic discourse, scandal, multimodality, critical discourse analysis.*

Gênero discursivo: o texto teatral no ensino-aprendizagem de língua estrangeira

Eduardo Dias da SILVA (SEEDF e NECAL/UnB)¹
edu_france2004@yahoo.fr

Resumo: neste artigo de metapesquisa qualitativa de modalidade documental interpretativista concebe-se a linguagem como um processo de interação entre sujeitos sócio-historicamente situados, ou seja, uma linguagem que desempenha um papel primordialmente social. Privilegia-se uma prática da Linguística Aplicada (LA) que busca contribuições para uma possibilidade de mudança no contexto de ensino-aprendizagem de uma Língua Estrangeira (LE). É evidente que a produção de sentidos compreende vários elementos que vão além dos verbais, como olhar, gestos, movimentos faciais e entonação na fala. A essas formas-padrão intrinsecamente relacionadas à vida sociocultural denominam-se gêneros discursivos e sem eles não há comunicação. Assim, consideramos o texto teatral como pertencente ao gênero teatral que comporta o escrito e o dito e é uma modalidade de uso da língua – fala. O texto teatral, por sua vez, enquadra-se, como ponto de partida, no gênero discursivo primário formado nas condições das comunicações verbal e não verbal imediatas e espontâneas. Conforme esse gênero se integra e se transforma em complexo (gênero discursivo secundário) adquire modos diversificados de referenciar os contextos linguisticamente criados na língua para favorecer a fala. Esperamos encorajar o desenvolvimento de outras metapesquisas sobre o texto teatral como mediador de língua estrangeira, buscando formas de fazer com que a teoria alcance a prática e nela se reflita.

Palavras-chave: Gênero discursivo; Texto teatral; Ensino-aprendizagem de língua estrangeira.

1. Introdução

Inicialmente, discutiremos as teorias de língua e de linguagem com o objetivo de justificar o arcabouço teórico aqui utilizado. Em seguida, abordaremos o texto teatral, suas definições e características como pertencente ao construto texto estético, de acordo com o proposto por Ubersfeld (1996), Pierra (2006) e Pavis (2002); e a teoria dos gêneros discursivos proposta por Bakhtin (2010).

O sócio-interacionismo discursivo de Marcuschi (2010; 2012; 2013), o papel do ritmo e da voz em Bajard (2002; 2005) são também alvos de análise e reflexão, pois auxiliam a apropriação da oralidade ou práticas orais no ensino-aprendizagem de Língua Estrangeira (LE). O francês é o idioma adotado para a averiguação da aplicação do texto teatral como mediador destas práticas em Massaro (2001; 2007; 2008), da USP, e em Reis (2008; 2011; 2012), da UnB, vistos em suas abordagens na perspectiva do professor reflexivo de Perrenoud (2000; 2008), no exercício das suas práticas reflexivas, conforme Ortiz-Alvarez (2009) e Zeichner (1993).

2. Língua e linguagem

¹ Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em metodologia do ensino de língua estrangeira e portuguesa pela Uninter. Licenciado em Letras Francês – língua e literatura pela UnB. Professor de Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Membro do Núcleo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagem da Universidade de Brasília (NECAL/UnB).

Concebemos a linguagem como um processo de interação entre sujeitos sócio-historicamente situados e não mais a língua isolada do contexto em que é produzida segundo Cunha (2010), ou seja, a linguagem desempenha um papel primordialmente social. Dessa forma, o uso da linguagem está ligado aos diversos campos da atividade humana e pode ser historicamente construído em torno das trocas nas interações sociais.

Alicerçado neste pressuposto da linguagem e para se evitar a prática de ensino que tenha como foco meramente as acomodações de trocas linguísticas, privilegia-se uma prática da Linguística Aplicada (LA) que busca contribuições para uma possibilidade de mudança no contexto de ensino-aprendizagem de uma LE.

Ao compreender que a língua é construída socialmente e que ela produz mudanças nos participantes de um determinado contexto, percebe-se a relevância da disposição de um olhar mais crítico sobre as práticas de ensino de línguas estrangeiras. Isso porque, segundo Marcuschi (2012), não existe um uso significativo da língua fora das inter-relações situadas. Assim, a língua e a linguagem tornam-se pertencentes à comunidade e não a indivíduos concebidos isolada e independentemente. É considerando tal perspectiva de língua e linguagem que esta pesquisa foi desenvolvida, indo além de uma concepção que considere a língua apenas no seu aspecto estrutural ou sistêmico. Aborda-se, portanto, a língua como um processo dinâmico de construções.

Por outra perspectiva, que trata a língua como uma atividade cognitiva ou apenas um sistema de representação, pode-se incorrer no risco de outra redução, que a confina à sua condição exclusiva de fenômeno mental e sistema de representação conceitual. A língua envolve atividades cognitivas, mas não é um fenômeno apenas cognitivo, pois, de acordo com a teoria sócio-interacionista, como esclarece Vygotsky (1989) no livro *Pensamento e linguagem*, há que se levar em conta pesquisas sobre a importância da linguagem no desenvolvimento do pensamento:

O pensamento verbal não é uma forma de comportamento natural e inata, mas determinado por um processo histórico e cultural e tem propriedades e leis específicas que não podem ser encontradas nas formas naturais de pensamento e fala. Uma vez admitido o caráter histórico do pensamento verbal, devemos considerá-lo sujeito a todas as premissas do materialismo histórico, que são válidas para qualquer fenômeno histórico na sociedade humana (VYGOTSKY, 1989, p. 63).

Pode-se entender que o pensamento dos indivíduos se organiza e se desenvolve pelo acúmulo lento de interações e experiências socioculturais e históricas mediadas *na/pela* linguagem entre os indivíduos em uma dada comunidade. Pode-se entender ainda que o desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem e que isso se estende para além dos limites da ciência natural, ou seja, a natureza do próprio desenvolvimento da linguagem se transforma do biológico para o sócio-histórico.

É por tal razão que o uso do termo *língua* não se refere a um sistema de regras determinado, abstrato, regular e homogêneo, nem às relações linguísticas imanentes. Ao contrário, de acordo com Marcuschi (2010),

a concepção de língua pressupõe um fenômeno heterogêneo (com múltiplas formas de manifestação), variável (dinâmico, suscetível a mudanças) histórico e social (fruto de práticas sociais e históricas), indeterminado sob o ponto de vista semântico e sintático (submetido às condições de produção) e que se manifesta em situações de uso concretas como o texto e o discurso (p. 43).

A língua, a linguagem e o gênero discursivo são vistos na perspectiva do uso e não do sistema. Logo, é evidente que a produção de sentidos compreenda vários elementos que vão além dos verbais, como olhar, gestos, movimentos faciais e corporais e entonação na fala.

Versando sobre o entendimento do que é uma LE, vinculado aos pressupostos discutidos sobre a língua e linguagem, mencionados anteriormente, entende-se que a língua envolve múltiplos processos da intersubjetividade. Para se ensinar-aprender uma LE faz-se necessário dar atenção ao conjunto, integrando o sujeito que aprende, o sujeito que ensina e o ambiente: no caso, a instituição, a sociedade constituinte da comunidade linguística tanto da língua-alvo como também da Língua Materna (LM) e demais ambientes nos quais ocorram o processo de ensinar e aprender uma língua.

A LE remete ao estranho, ao desconhecido, ao novo que pode trazer desafios, prazeres ou até mesmo bloqueios e inibições, pois ela mexe com a língua que constitui os sujeitos (professores e aprendentes) e vai mais além! Ela quebra ou, até mesmo, confronta os conceitos, as crenças e os signos já existentes, dentro da consciência de cada sujeito carregada pela LM que o constitui. Como bem explicado por Anderson, “aprender uma outra língua é se constituir uma palavra outra, ou seja, um tornar-se outro” (1990, p. 173, apud REIS, 2008, p.126).

Colaborando na concepção de LE como um processo dinâmico de construções sociais tem-se a Abordagem Comunicativa (AC), apresentada por Almeida Filho (1993) – o grande precursor dos estudos no Brasil –, como o sentido de interação de sujeitos sócio-históricos na construção e na compreensão do discurso via comunicação; porém, o sentido que ele atribui à palavra *comunicação* não se restringe àquele trabalhado na década de 1970, oriundo da Teoria da Comunicação (TC), nem tampouco sua visão faz perdurar o caráter behaviorista e tecnicista como era comum até então. Para o autor e para os adeptos dessa linha de pensamento, a comunicação na nova língua, no caso específico da LE, conforme elencado por Basso (2008), é entendida como uma

interação social propositada tendo como participantes sujeitos históricos, portanto com trajetórias únicas, embora moldadas pelo contexto social em que se encontram. Esses participantes, embora providos de capacidades intrínsecas distintas, colocam-se juntos, parceiros no embate para modular a construção e a compreensão do discurso, procurando alcançar os diferentes sentidos propostos (p. 129).

A língua insere os indivíduos em contextos sócio-históricos e isso permite que eles se entendam. A língua é uma forma de ação, ou seja, um trabalho desenvolvido colaborativamente entre os indivíduos na sociedade. Como constatado por Pinto,

a linguagem pode ser vista sob dois ângulos: como conhecimento e como instrumento social. Fala e escrita, como formas de manifestações da linguagem, ocorrem em ambientes sociais distintos, com exigências específicas quanto à sintaxe e às estruturas textuais. Devido às suas próprias formas textuais e genéricas, fala e escrita diferem quanto às estruturas e funções características, fazendo com que, no âmbito do ensino, haja uma estreita ligação entre linguagem e cognição. Fala e escrita, por conseguinte, compõem modelos cognitivos que estão disponíveis para seus usuários (2010, p. 52).

A fala e a escrita são manifestações da linguagem que se desenvolvem no social, independentemente do lugar e do momento, e que se diferem também em suas estruturas e tipologias; contudo, ambas convergem para uma mesma finalidade que é a comunicação e a interação dos indivíduos. O uso desses modelos cognitivos – fala e escrita – passa pela composição da intencionalidade dos sujeitos no como, quando, onde e porque se manifestar.

Ao falar outra língua, o sujeito representa o mundo e representa a si mesmo por meio de imagens construídas na cadeia linguístico-discursiva. Serrani (1998, p. 135) chama de tomada da palavra significativa em uma ou mais línguas quando “o sujeito assume uma posição discursiva que reflete as relações de poder e os processos identificatórios estabelecidos *na e pela* língua”.

Desse modo, a tomada da palavra afeta, desloca, muda o sujeito que se encontra/confronta e se embrenha em apre(nder uma língua, na medida em que tal evento deixa marcas no corpo (como as dificuldades do aparelho fonador em produzir os novos sons ou os gestuais que advêm com a nova língua), provoca mudanças, que podem impactar as formações discursivas fundadoras do sujeito, a saber “as que teceram seu inconsciente, o interdiscurso preponderante na rede de regularidades enunciativas do âmbito familiar, marcada também pela historicidade social mais ampla” (Serrani, 1998, p. 146). Assim, só é possível pensar em aprendizagem quando “o outro é (in)corporado, *fagocitado*” (Coracini, 2007, p. 11).

3. Gêneros discursivos e texto teatral

Na ênfase do conceito de língua e de linguagem inseridas dentro de uma produção sócio-interacional e pertencentes ao gênero discursivo como pretendemos salientar, tem-se o termo dialogismo que nos remete a diálogo, evidentemente. Isso não significa que apenas o diálogo face a face seja dialógico, pois

na teoria de Bakhtin, ou análise dialógica do discurso, a ideia de dialogismo está ligada à própria concepção de língua como interação verbal. Afinal, não existe enunciado concreto sem interlocutores. O próprio fato de um autor levar em consideração seu interlocutor direto ou indireto quando produz um enunciado já confere à língua esse caráter dialógico (SILVA, 2014, p.52).

Assim, o discurso é feito *no/para* o entendimento-compreensão-intencionalidade dos participantes ativos, seja no discurso oral, seja no escrito: aqueles últimos são determinados pelo campo da atividade

humana a que tal enunciado se refere de maneira circular, dinâmica e heterogênea que levam em conta as vivências dos participantes e seus domínios estruturais da linguagem.

Ainda, segundo este autor, um texto é sempre orientado ao outro e deste sempre aguarda uma resposta ou a compreensão ativo-responsiva. O leitor/ouvinte sempre irá responder, seja imediatamente, seja tardiamente. A resposta é variada, pode concordar, discordar, complementar etc. Ao mesmo tempo, ao produzir o enunciado - dado que este sempre aguarda uma resposta - o falante leva em consideração o seu respondente e seu enunciado sofre a influência do enunciado que antecipa como resposta.

Há uma grande identificação do pensamento de Bakhtin com a metáfora do diálogo, e isso a tal ponto que já se tornou habitual e generalizado designar este pensamento pelo termo *dialogismo*. Faraco (2013, p.60), na intenção de tornar claro este termo em Bakhtin, infere que a palavra *diálogo*, contudo, “tem várias significações sociais, o que pode afetar a recepção do pensamento de Bakhtin”. Sendo assim, esclarece:

O próprio Bakhtin criticou, em vários momentos, a ideia de um dialogismo estreito. É preciso, por isso neste ponto, fazer até mesmo um esforço de compreensão do sentido de diálogo nos trabalhos de Bakhtin para termos condições de explorar seu poder heurístico [...]. [Assim, para tal, o] *diálogo* designa, comumente, determinada forma composicional em narrativas escritas, representando a conversa dos personagens. Pode designar também a sequência de fala dos personagens no texto dramático [teatral], assim como o desenrolar da conversação na interação. [...] Portanto, o evento do diálogo estará no foco de atenção de Bakhtin, mas não como forma composicional e sim como “um documento sociológico altamente interessante”, isto é, como um espaço em que mais diretamente se pode observar a dinâmica do processo de interação das vozes sociais. [...] em outras palavras, podemos dizer que, no caso específico da interação, Bakhtin se ocupa não com o diálogo em si, mas com o que ocorre nele, isto é, com o complexo de forças que nele atua e condiciona a forma e as significações do que é dito ali [...] (pp. 60-61).

Em consonância com esses posicionamentos, a proposta aqui é a de mostrar que todo o uso e funcionamento da linguagem se dão em textos e discursos orais e escritos produzidos e recebidos em situações enunciativas (diálogos), ligados a domínios discursivos da vida cotidiana e realizados em gêneros que circulam na sociedade.

A ideia de discurso também fortalece a aprendizagem da língua pela ótica da prática da linguagem, como pode ser observado em Santos (2013) ao anotar que

o discurso é construído quando o uso da língua a coloca em movimento, fazendo-a efetivamente existir. Pelo discurso o homem implica o sentido das palavras para construir a significação que acha mais adequada ao momento a que se refere. A língua, como sujeito e como objeto, compreende-se como realizadora de ação capaz de multiplicidade, entretanto, quando o faz escolhe um modo específico com o objetivo de ser coerente com o ambiente no qual está inserida (p. 25).

Pode-se vislumbrar o uso da língua como a ação plena para o ensino-aprendizagem. A sala de aula e outros ambientes de ensino-aprendizagem mostram-se como um espaço de vivência da LE. Assim, a oralidade é explicitada como elemento crucial de um contexto de ensino-aprendizagem comunicativo. Para desenvolvê-la, é preciso considerar a língua em seu uso real, pois “ela é determinada tanto pelo fato de que

procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém”, de acordo com Bakhtin (2004 [1929], p. 113).

Na medida em que produzem enunciados, os sujeitos se baseiam em formas-padrão relativamente estáveis que se constituem sócio-historicamente, de acordo com as práticas comunicativas e interacionais em que estão inseridos. A estas formas-padrão intrinsecamente relacionadas à vida sociocultural denominamos *gêneros discursivos*, por meio dos quais se realizam todos os textos. Desse modo, não há comunicação sem os gêneros discursivos, não importando a estrutura discursiva. De acordo com Bakhtin,

para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo. Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos) (2000, p. 301).

Assim, o indivíduo constitui-se como ser social na medida em que ele dispõe do uso dos gêneros discursivos e essa interação sociodiscursiva é feita *na* e *pela* fala, porém não de forma única e excludente, que apesar de relativamente estável, possui suas características de imprevisibilidade e subjetividade tal qual é a representação do indivíduo². Mesmo apresentando estrutura relativamente estável, não se pode concluir que os gêneros são formas linguísticas rígidas e inflexíveis. Ao contrário, a natureza dos gêneros é altamente dinâmica e instável, visto que se constituem como um produto sociodiscursivo e, como tal, acompanham as transformações pelas quais passa a sociedade.

Os gêneros não se limitam a formas linguísticas: mais do que estruturas à disposição dos sujeitos, os gêneros, conforme explica Marcuschi (2012, p. 20), “são entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação discursiva”. Eles configuram respostas às necessidades comunicativas que se apresentam nas mais diversas esferas de atividades humanas. Segundo Bakhtin,

todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos desta utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua (2000, p. 279).

Com isso, pode-se ressaltar que tais formas-padrão relativamente estáveis encontram-se no âmago da vida sociocultural, contribuindo para estabilizar e organizar as atividades comunicativas cotidianas, visto que indicam um alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas. Por esta razão, é possível aferir que os gêneros “caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais” (Marcuschi, 2012, p. 20).

Logo, para compreender a importância dos gêneros discursivos para as atividades comunicativas do dia a dia e para as do ensino de línguas, não basta ficarmos atidos aos aspectos linguísticos e estruturais, uma vez que são mais relevantes os aspectos comunicativos, funcionais e interacionais.

² Os termos *sujeito*, *indivíduo* e *participante* são utilizados indiscriminadamente e sem distinção neste artigo, como pertencentes ao mesmo eixo de significação – o ser humano – como identidade social, política, ideológica (res)significada no tempo e no espaço socialmente identificados.

A diversidade de gêneros é plausível por sua própria natureza. Como acontece de acordo com as necessidades que se apresentam em cada esfera de atividade humana e tendo-se em vista que estas esferas também são bastante diversificadas, apresentando necessidades igualmente diversas, é natural que tenha surgido grande variedade de gêneros. Toda a explanação até aqui é plausível para dizer que consideramos o texto teatral como pertencente ao gênero teatral, que comporta o escrito e o dito e é uma modalidade de uso da língua – fala. A propósito, no que diz respeito à oralidade, segundo Marcuschi afirma,

seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela [oralidade] vai desde uma realização mais informal a mais formal nos mais variados contextos de uso (2010, p. 25).

O texto teatral, como modalidade de uso da língua (fala), utiliza uma série de recursos expressivos de outra ordem, tal como a gestualidade, os movimentos do corpo e a mímica. Neste aspecto, cabe mencionar os estudos de Bajard (2002; 2005) que trazem na semiologia do teatro sua explicação do encontro do texto com outras linguagens, quando o texto teatral passa da página à voz. Assim, a fala

seria uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral (situa-se no plano da oralidade, portanto), sem a necessidade de uma tecnologia além do aparato disponível pelo próprio ser humano. Caracteriza-se pelo uso da língua na sua forma de sons sistematicamente articulados e significativos, bem como os aspectos prosódicos (MARCUSCHI, 2010, p. 25).

A compreensão de prática social confirma-se na ênfase da própria concepção de língua a partir do uso, por isso o ensino-aprendizagem também precisa partir do pressuposto de que “as línguas se fundam em usos e não o contrário”, como Marcuschi (p. 16) apresenta.

Entretanto, antes de adentrar nas especificidades do texto teatral, pertencente aos gêneros literário e teatral, faz-se necessário situá-lo nas definições de Bakhtin (2010) de gêneros primários e secundários para melhor orientar a reflexão ora apresentada. Nas palavras de Bakhtin, a distinção não é meramente funcional, mas sim uma tentativa de minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros discursivos e a dificuldade daí advinda de definir a natureza geral do enunciado. Com isso,

os gêneros discursivos secundários (complexos – romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicísticos, etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc. No processo de sua formação eles [gêneros discursivos complexos] incorporam e reelaboram diversos gêneros discursivos primários (simples), que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata (2010, p. 263).

É importante salientar que os gêneros primários (simples) não carecem de desenvolvimento, nem são tidos como desorganizados; eles são oriundos, isso sim, de uma comunicação verbal ou não verbal espontânea. Com isso, a distinção que se deve ter é que o gênero primário se faz presente na comunicação discursiva imediata. À medida que estes gêneros integram os complexos (gêneros discursivos secundários) transformam-se e adquirem um caráter especial, passando do imediatismo para a concretude.

Ainda na colaboração da distinção entre os gêneros discursivos primários e secundários de Bakhtin, os estudiosos Dolz e Schneuwly (2011) elencam as dimensões do gênero discursivo primário como sendo a troca, interação, controle mútuo pela situação, assim como o funcionamento imediato do gênero como entidade global comandando todo o processo, como uma só unidade e também não havendo nenhum ou pouco controle metalinguístico da ação linguística em desenvolvimento.

Nos gêneros discursivos secundários, os autores supracitados trazem à tona as definições que eles consideram como: a) modos diversificados de referência a um contexto linguisticamente criado; b) modos de desdobramento do gênero; e c) a existência e a construção de um aparelho psíquico de produção de linguagem que não funciona mais na *comunicação verbal espontânea* de Bakhtin.

Dentre outras maneiras, isso se faz linguisticamente pela criação de instrumentos linguísticos que se referem a um contexto. Quanto mais um gênero é autônomo com relação a uma situação imediata, mais o aparelho linguístico criado na língua para falar dele se enriquece e se torna complexo, assegurando sua coesão interna e externa no seu controle, na sua avaliação e na sua definição.

Em Bronckart (1993), os gêneros discursivos primários (ou livres) estabelecem uma relação *imediate* com as situações nas quais são produzidos, assim estruturados *pela ação* ao ponto que os gêneros discursivos secundários (standardizados) seriam estruturados *na ação* que estabelecem com a situação *mediada* pela produção. Desta forma, distingue-se do gênero discursivo primário submetendo-se a um estruturante próprio, convencional, de natureza especificamente linguística do tipo: narração, discurso teórico, romance, etc.

O texto teatral, por sua vez, enquadra-se, como ponto de partida, no gênero discursivo primário (simples) formado nas condições das comunicações verbal e não verbal imediatas e espontâneas, aquele da ideologia do cotidiano e também na interação e no controle mútuo da situação. Conforme esse gênero se integra e se transforma em complexo (gênero discursivo secundário), aquele dos sistemas ideológicos constituídos, adquirindo, assim, modos diversificados de referenciar os contextos linguisticamente criados na língua para favorecer a fala, o gênero primário se enriquece e se desenvolve. Para legitimar nossas ideias e partindo desta premissa, cabe comentar que

Voloshinov não entende estas duas esferas [gêneros primário e secundário] como realidades independentes, mas em estreita interdependência. Ele vê a esfera dos sistemas ideológicos constituídos [gênero secundário] como se consolidando a partir das práticas da ideologia do cotidiano [gênero primário] e, ao mesmo tempo, se renovando continuamente por meio de um vínculo orgânico com estas mesmas práticas que abrigam, segundo ele, os indicadores primeiros e mais sensíveis das mudanças socioculturais e [...] essas mudanças vão encontrar, mais tarde, sua expressão nas produções ideológicas mais elaboradas [gênero secundário] que, por sua vez, acabam por exercer uma forte influência sobre as práticas do cotidiano [gênero primário] (FARACO, 2013, pp. 62-63).

A diferença específica reside no tipo de relação com a ação, a regulação ocorre *na* e *pela* própria ação de linguagem no gênero primário. Quando os gêneros primários se desenvolvem através das interações discursivas, tornam-se complexos (gêneros secundários) e, assim, tornam-se também

instrumentos de construções novas, modos de desdobramento do gênero que caracterizam sua autonomia em relação ao contexto.

A aparição de um novo sistema – o dos gêneros secundários, no caso – não faz *tabula rasa* do que já existe. “O novo sistema não anula o precedente, nem o substitui”, de acordo com Dolz e Schneuwly (2011, p. 30). Daí nossa defesa do texto teatral originar-se no gênero primário e ao desenvolver-se na interação discursiva se perfaz como gênero secundário; logo os gêneros primários são instrumentos de criação dos gêneros secundários. É, pois, necessário se pensar, segundo Dolz e Schneuwly (2011, p. 31), “a um só tempo, na profunda continuidade e na profunda ruptura que a passagem de um a outro introduz”.

Com o impedimento de propor um método de análise de textos modernos e contemporâneos, uma vez que a multiplicidade e a riqueza de formas pode parecer um obstáculo para contemplar todas as metodologias de leitura e interpretação do texto teatral, segundo Pavis³ (2002).

Por isso, este autor, por considerar prudente, elenca as seguintes ferramentas necessárias de tomada de consciência do texto teatral para sua leitura e interpretação: a) situar o texto teatral historicamente nas classificações de clássico, realista, absurdo, existencialista e outros; b) verificar se o texto teatral é de teoria teatral ou do teatro propriamente dito; e c) utilizar-se de diferentes mecanismos de leitura, pois a palavra em ação é mais presente no texto teatral em si do que em outros gêneros adaptados para o teatro.

O impedimento de análise do texto teatral também é levantado em Ubersfeld (1996) ao dizer que o texto é uma arte paradoxal e, aprofundando em suas reflexões, vai mais longe ao indagar que essa característica paradoxal pode ser estendida a Arte como um todo.

O teatro é uma arte paradoxal. Podemos ir mais longe e ver a mesma arte do paradoxo, tanto na produção literária primeira representação concreta, tanto eterna (indefinidamente reproduzível e repetível) e instantânea (nunca reproduzível como idêntico a si mesmo): arte performática que é um dia e nunca o mesmo no dia seguinte⁴ (UBERSFELD, 1996, p. 11).

A arte paradoxal, levantada por Ubersfeld, explica-se e se aplica pelas múltiplas leituras do texto teatral, sempre engajadas e motivadas pelo momento histórico-social dos seus participantes (no nosso caso, professores e aprendentes). Assim, é uma representação concreta, pois se trata, antes de tudo, de uma produção literária, visto aí sua perenidade como gênero teatral pertencente ao gênero literário e do qual faz parte o texto teatral; é também instantânea, como arte performática podendo ser encenada ou lida dramaticamente. No caso da leitura, fazendo-se valer de técnicas teatrais, ou seja, da teatralidade.

Em sua concepção de texto teatral, Reis (2008) também traz à luz a complexidade de enquadramento epistemológico do termo, referindo-se a ele como tendo

³ « Il est devenu très difficile de proposer une méthode d'analyse des textes modernes et contemporains, car la multiplicité et la richesse des formes semblent échapper à toute saisie méthodique ». (PAVIS, 2002, p. VII). (tradução nossa)

⁴ « Le théâtre est un art paradoxal. On peut aller plus loin et y voir l'art même du paradoxe, à la fois production littéraire et représentation concrète; à la fois éternel (indéfiniment reproductible et renouvelable) et instantané (jamais reproductible comme identique à soi): art de représentation qui est d'un jour et jamais la même le lendemain ». (tradução nossa)

características do texto oral alguns — “efeitos de conversação”, ou ainda, algumas marcas da linguagem falada, tais como interrupções, lapsos, balbucios, falas regionais e populares, mudanças de registro, além do tom, a entonação, o ritmo, a fluência, que podem ser determinados pela rubrica ou mesmo pelo tipo de escrita do autor. Logo, como existe a intenção do autor por trás de cada fala da personagem, nada é deixado ao acaso, os esquemas de interação são, de certa maneira, “purificados” com o objetivo de atingir um equilíbrio entre “efeitos estéticos” e “efeitos de conversação” (p. 41).

De acordo com o excerto acima, percebe-se um leque de possibilidades no que tange à expressão oral, pois ao mesmo tempo em que o texto teatral trabalha sobre a linguagem comum, os “efeitos estéticos” descritos pela autora, favorecem uma ampliação do vocabulário dentro dessa “purificação” da conversação.

Trabalhar com o texto teatral, portanto, favorece “o estudo da natureza dos enunciados e dos gêneros discursivos é, segundo nos parece, de importância fundamental para superar as concepções simplificadas da vida do discurso, do chamado fluxo discursivo, da comunicação” (BAKHTIN, 2000, p.269), pois enquanto dispositivos de comunicação que aparecem em certas condições sócio-históricas específicas, seu reconhecimento auferem aos sujeitos sociais mais consciência acerca da própria linguagem. Além disso, as percepções sobre fluência, ritmo, pausas e tonicidade de palavras se fariam presentes no contato linguístico e oral entre os participantes. Nos dizeres de Reis (2011),

o texto teatral tem uma relação estreita com a linguagem falada, que varia, no entanto, de acordo com a preocupação mais ou menos naturalista dos dramaturgos. Os dramaturgos criam “efeitos de conversação” que, contudo, não reproduzem uma verdadeira conversa, pois, está presente, igualmente, no diálogo teatral, um componente estético. O ator, ou qualquer pessoa na posição de “dizer” o texto, deve, portanto, poder articular cada réplica sem dificuldade e com prazer. Esse efeito estético passa pelo “poético” na dimensão da função poética da linguagem, descrita por Jakobson, na qual a ênfase recai sobre o lado palpável do signo, sobre o significante e sobre as combinações possíveis dos elementos concretos da linguagem. Nesse processo o autor não escolhe as palavras unicamente pelo seu valor informativo, mas por seus efeitos estéticos de ritmo, entonação e sonoridades (p. 217).

Ainda na delimitação epistemológica do texto teatral, ratificamos a definição de texto de Umberto Eco, que o considera como uma máquina “preguiçosa” e “esburacada”, necessitando do outro para fazer e dar sentido a essa engrenagem:

o texto é uma máquina preguiçosa, que exige do leitor um renhido trabalho cooperativo para preencher espaços de não-dito ou de já-dito que ficaram, por assim dizer, em branco, então o texto simplesmente não passa de uma máquina pressuposicional (2002, p. 11).

No texto teatral a “preguiça” ou “buracos” se tornam mais evidentes, pois temos características “tanto da língua oral (entonação, gestos), quanto da língua escrita (predição, antecipação) e a sua plena realização pode se concretizar ou não na encenação”, como também salienta Reis (2008, p. 36). A mesma dificuldade de leitura/interpretação é levantada por Pierra ao observar que

assim como todo texto literário, o texto teatral é esburacado e os atores devem levar em consideração os vários sujeitos da enunciação, a saber, os que estão presentes no texto-personagens e os das didascálias no qual se encontra o autor. Tudo isso é destinado a um

duplo receptor o público e um Outro para quem se destina toda obra, todo discurso poético⁵ (2006, p. 75).

Para facilitar o uso e a compreensão do texto teatral em ambientes de ensino-aprendizagem, assim como os demais textos em LE nos quais estão contidos muito elementos informativos a serem trabalhados ao mesmo tempo, faz-se necessário, de acordo com Pietraróia (1997, p. 94) “facilitar as leituras, ensinando o aprendente a descobrir pontos de referência sólidos, tais como a percepção dos índices visuais e da estrutura do texto, o reconhecimento do tema, das ideias principais e etc.”

Sendo o texto teatral naturalmente “lacunoso” ou “esburacado”, a preparação de leitura ou atividade de pré-leitura para os leitores – proposta por Pietraróia (1997) –, inclusos aqui professores e aprendentes, pode guiar e organizar melhor a interação com o que está sendo lido, selecionando elementos realmente pertinentes para sua compreensão. Isso porque, conforme Schneuwly; Dolz (2011), para que os objetivos de ensino-aprendizagem de um gênero possam ser atingidos, as práticas escolares devem ser norteadas pelo que eles chamam de modelo didático do gênero e suas respectivas sequências didáticas, no nosso caso, o texto teatral. Salientamos, no entanto, que é só de um ponto de vista teórico que os autores afirmam ser possível falar em modelos de gênero. Na prática, bem sabemos que os gêneros não são modelos rígidos, mas formas culturais e cognitivas de ação social, segundo Marcushi (2012).

As sequências didáticas, certamente, possibilitam práticas de leitura, de escrita, e o trabalho com a oralidade em sala de aula de LE. E são elas, a nosso ver, as responsáveis por um projeto pedagógico completo e eficaz com o gênero texto teatral, (re)colocando-o no seu lugar original e reconhecendo seu valor sócio-histórico, estabelecendo metas e objetivos claros a serem alcançados nos diferentes módulos de estudo (leitura, produção escrita e circulação). Para tanto, é necessário que os professores criem condições para que os aprendentes possam apropriar-se das características discursivas e linguísticas desse gênero em situações de comunicação real.

Sentimo-nos impelidos e encorajados a realizar esta pesquisa no entendimento de que ela revela indícios da atividade de co-enunciação, de construção de sentidos e de subjetividades que é a leitura trazida à tona graças ao texto teatral como mediador na apropriação da oralidade no ensino-aprendizagem de LE para inaugurar um novo percurso não somente para nós, pesquisadores, mas também aos participantes (professores e aprendentes) aqui envolvidos.

Dentre os múltiplos percursos que o texto literário pode designar, exhibir e apresentar pretende-se ressaltar neste artigo aquele percurso do texto teatral, por considerar que uma de suas especificidades resulta de um paradoxo extremamente fértil para o contexto do ensino-aprendizagem de uma LE: o “texto teatral pertencente à esfera da língua escrita que, ao mesmo tempo, se projeta *sobre/se* destina à espera de língua falada”, de acordo com Massaro (2007, p. 5).

⁵ « *Ainsi que tout texte littéraire, le texte théâtral est troué et les acteurs doivent tenir compte de plusieurs sujets d'énonciation, à savoir ceux présents dans les textes-personnages et celui des didascalies où se retrouve l'auteur. Tout cela est adressé à un double récepteur qui est le public et cet Autre à qui s'adresse toute oeuvre, toute parole poétique* » (PIERRA, 2006. p. 75). (tradução nossa)

O texto de teatro gera, pela sua própria essência, uma entrada paradoxal: certa perspectiva da escrita – leitura – simultânea e interagente com certa perspectiva do oral – *la mise-en-voix*–,⁶ ou seja, nos termos de Bajard (2002; 2005), atividade de *comunicação vocal do texto*.

Deve-se lembrar de que não menos importante, além do interlocutor presumido, há também outras “vozes” num enunciado. Essas vozes (dizemos também discursos) podem aparecer de maneira evidente, marcadas linguisticamente pelo recurso do uso do discurso relatado, seja ele direto, indireto ou indireto livre presentes, de forma explícita ou não para tal na leitura ou na encenação do texto teatral.

O texto teatral em sua vida paradoxal, ora como texto propriamente dito, ora como encenação, remete-nos a outro conflito: a oposição interna do texto teatral entre diálogo e rubrica. Esta última traz uma marca externa ao texto, tipográfica, representando, às vezes, a intencionalidade do autor/dramaturgo em relação à identidade, ações e até mesmo às emoções das personagens. Tal recurso tem como função informar o quê, como, onde e quando dizer na representação de uma cena.

O diálogo é a apresentação do texto em forma discursiva, o uso concreto das palavras por meio do exercício da fala dos atores/participantes (professores e aprendentes) caracterizando as personagens. Eis uma forma de discurso que é o reconhecimento do teatro e do seu texto como sendo um gênero literário e também um elemento essencial para a teatralidade.

Em Bronckart (1999), observa-se também o texto teatral como sendo um produto efetivo de uma ação de linguagem realizada simultaneamente no âmbito de uma determinada formação social, no quadro semiótico particular de uma das várias facetas das línguas naturais e ainda no quadro semiótico particular da linguagem teatral que, utilizando formas comunicativas que nelas estão em uso, torna-se um entre os vários gêneros discursivos possíveis.

Deve-se salientar que o teatro como meio de comunicação difere essencialmente das trocas linguageiras do cotidiano efetuadas na realidade. O texto teatral e as interações nos diálogos são verossímeis, ou seja, parecem imitar os diálogos reais. Contudo, não se pode dizer que não há naturalidade e espontaneidade nas trocas entre as personagens/participantes no desenvolver dos seus discursos.

Em síntese, as peripécias do discurso teatral são verossímeis na medida em que buscam elementos da realidade da fala humana e fogem do real porque trazem certa intencionalidade do autor/dramaturgo na voz da personagem, dos atores e participantes, aliado a elementos externos como, por exemplo, o espaço cênico e a interpretação.

O texto teatral, sendo essencialmente um ato dialogal, exige o uso da voz, sendo que a “transmissão vocal do texto”, por sua vez, exige também a presença de um “mediador/transmissor” que se impõe entre o texto e o receptor. Valendo-se, assim, como um ator na fala de um texto teatral, o uso do próprio corpo,

⁶Indubitavelmente, o poema também concebe relações entre essas duas esferas; no entanto, este não se destina necessariamente à *mise-en-voix* (oralização).

por meio de gestos, olhar, respiração, transforma-se num tipo de segundo emissor ou facilitador das emissões.

Nessa perspectiva, encontramos alguns traços de teatralidade e, estabelecendo uma relação enunciativa sobre o assunto em questão, cita-se Reis, que por meio do pensamento de Bajard diz ser importante

ressaltar ainda que esse tipo de transmissão também não é o que se costuma chamar de “leitura em voz alta”. Elie Bajard (2001) define de forma clara e objetiva cada uma dessas atividades com o intuito de evitar o que chamou de “confusão terminológica”. Para isso faz uma retrospectiva histórica das modalidades da passagem oral dos textos, descrevendo, em primeiro lugar, o que ele chama de “ruminação do texto”, [...] outra modalidade de “vocalização”, a de uma atividade voltada para os outros, tinha como objetivo comunicar oralmente um texto escrito para uma pessoa que não soubesse ler, ou impossibilitada de fazê-lo e [...] uma outra, terceira modalidade foi chamada de “leitura em voz alta” ou ainda “leitura expressiva” (2008, p.48).

Na intenção de eliminar a confusão terminológica, Bajard (2002; 2005) propõe o termo *dizer o texto* em contrapartida de “leitura em voz alta” ou “leitura expressiva” como uma possível alternativa para o trabalho oral com textos, no caso deste artigo o texto teatral. Por conseguinte, a “transmissão vocal do texto” ou “leitura em voz alta” é o uso de várias linguagens, como, por exemplo, da linguagem corporal também preconizada no livro de Pierra (2006).

4. Considerações finais

Na transmissão vocal do texto, o papel do “mediador”, podendo ser o professor e/ou aprendente, é levar aos ouvintes o prazer do texto, compartilhando as emoções, o gosto de ler e para tal este mesmo mediador se valerá de recursos da teatralidade como o uso da voz, do gesto, do olhar e do ritmo do texto (sonoridade). É interessante, sempre, lembrar que o objetivo maior aqui defendido não é a encenação propriamente dita e sim o texto, podendo o mediador aproveitar-se mais ou menos dos elementos cênicos, dependendo dos seus objetivos propostos.

Outro ponto marcante no uso dos textos teatrais são as várias possibilidades de vozes ou *dizeres*. O dizer do professor não seria uma voz normativa para os aprendentes, mas, sim, mais um viés de transmissão e cada “mediador” pode ainda descobrir várias maneiras de dar voz ao texto, pois isso ocorre graças ao fato de o texto teatral possuir um caráter polissêmico segundo Bakhtin, podendo ser objeto de várias leituras com várias vozes sociais⁷.

⁷Voz social é concebida, neste trabalho, dentro de uma perspectiva social mais global. Naturalmente a sociedade e seus sistemas constantemente são transformados, uns passam por ascensão, outros estão em decadência e o que acontece entre estes processos são as transições que também podem ser entendidas como interações, realizadas pelo ser humano. Enfim, o mais importante é que estas vozes sociais desencadeiam fatos e ações de interdependência e, sendo assim, interferem diretamente em todas as pessoas envolvidas na sociedade. Retomando para o nível discursivo, essas tendências desencadeadas, através das vozes da enunciação, influenciam outras pessoas; conseqüentemente, estas tomarão outras posições diante dessas vozes e assim tecerão suas enunciações.

A transmissão oral ou, na terminologia de Bajard (2005), o *dizer* do texto teatral pode transpor obstáculos no ensino-aprendizagem de uma LE, fazendo o aprendente experimentar a língua/cultura do outro/estrangeiro, fazê-lo sentir-se mais próximo e vivenciando a LE de forma mais aberta, natural e dinâmica. Assim, a LE deixa de ser um produto do outro e o aprendente começa a reconhecê-la e a percebê-la como sua, dando forma ao seu *eu estrangeiro* com o apoio do corpo e da voz que se manifestam em LE.

Almejamos que as leituras obtidas com esta pesquisa sobre o texto teatral no ensino-aprendizagem de língua estrangeira como mediador na apropriação da oralidade em LE consigam, “apesar de ainda restrita a circulação no meio acadêmico, contribuir para o avanço sobre o conhecimento dos intervenientes desta alternativa pedagógica”, segundo Silva (2014, p. 92). Se a contribuição se efetivar, poderemos concluir que o nosso empenho ao longo da pesquisa e da elaboração deste artigo como devidamente recompensado.

Referências bibliográficas

BAJARD, E. **Ler e dizer**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Caminhos da escrita – espaços de aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2002.

BAKHTIN, M. “Os gêneros do discurso”. Em **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. pp. 262-335.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004 [1929].

BASSO, E. A. “As competências na contemporaneidade e a formação do professor de LE”. Em SILVA, K. A., ALVAREZ, M. L. O. (orgs.) **Perspectivas de investigação em Linguística Aplicada**. Campinas-SP: Pontes, 2008. pp. 127-154.

BRONCKART, J.P. “Aspects génériques, typiques et singuliers de l’organisation textuelle; des actions au discours”. Em Conferência no colóquio **Texto e compreensão**. Madri, Universidade Complutense de Madri, 10-20 de novembro, 1993. pp.34-48.

_____. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. Tradução de Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: Educ-PUC-SP, 1999. pp. 108-121.

CORACINI, M. J. **A celebração do outro - arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2007.

CUNHA, D. A. C. “O Funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião”. Em DIONISIO, A. P., MACHADO, A. R., BEZERRA (org.) **Gêneros textuais & ensino**. São Paulo: Parábola, 2010. Pp. 28-45.

DOLZ, J.; & SCHNEUWLY, B. (orgs.) **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. 3ª ed. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2011.

ECO, H. **Lector in fabula – A cooperação interpretativa nos textos narrativos**. Tradução de Attilio Cancian e J. Ginzburg. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita – atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2012.

MASSARO, P. R. **O silêncio e a voz do texto teatral em francês, língua estrangeira**. Tese de doutorado. 232f. Doutorado em Letras. FFLCH-USP. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://ebookbrowse.com/tese-paulo-roberto-massaro-pdf-d60227168>> acesso em 15 de janeiro de 2012.

_____. **Teatro e língua estrangeira, entre teoria(s) e prática(s): percursos entre o vislumbre e o olhar**. Dissertação de mestrado. 207f. Mestrado em Letras. FFLCH-USP. São Paulo, 2001.

_____. **Teatro e língua estrangeira – entre teoria(s) e prática(s)**. São Paulo: Paulistana, 2008.

ORTIZ ALVAREZ, M. L. **Reflexão sobre teoria e prática na formação do profissional de línguas**. Disponível em:

<http://www.let.unb.br/mlortiz/images/stories/professores/documentos/artigos/artigos_pdf/Artigo_sobre_reflexao_definitivo.pdf> acesso em 26 de setembro de 2013.

PAVIS, P. **Le théâtre contemporain – analyse des textes, de Sarraute à Vinaver**. Paris: Nathan, 2002.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica**. Tradução de Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2008.

_____. **10 novas competências para ensinar**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIERRA, G. **Le corps, la voix, le texte**. Paris: L'Harmattan, 2006.

PIETRARÓIA, C. M. C. **Percursos de leitura – léxico e construção do sentido na leitura em língua estrangeira**. São Paulo: Annablume, 1997.

PINTO, A. P. "Gêneros discursivos e ensino de língua inglesa". Em: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.) **Gêneros textuais & ensino**. São Paulo: Parábola, 2013. pp. 58-77.

REIS, M. G. M. **O texto teatral e os jogos dramáticos no ensino de francês língua estrangeira**. Tese de doutorado. 259f. Doutorado em Letras. FFLCH-USP. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-02122008-171004/pt-br.php>> acesso em 10 de novembro de 2011.

_____. "A expressão em cena: afetividade, o corpo, e a voz da LE". Em: MASTRELLA DE ANDRADE, M. R. (org.) **Afetividade e emoções no ensino/aprendizagem de línguas: múltiplos olhares**. Campinas-SP: Pontes, vol. 18. 2011. pp. 102-119.

_____. FERREIRA, A. M. A. **Verbetes oral, oralidade e discurso: análise crítica de dois dicionários didáticos de ensino de língua estrangeira/oral**. Em Revista Signum: Estudos Linguísticos. Londrina-PR, n. 15, vol. 2, dez. 2012. pp. 71-96.

SANTOS, K. F. **Experimentação em TICs: reflexões para a prática da oralidade no ensino de LE em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)**. Dissertação de Mestrado. 201f. Mestrado em Linguística Aplicada. LET-UnB. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.pgla.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=428:karina-fernandes-dos-santos&catid=42:2013&Itemid=271> acesso em 17 de novembro de 2013.

SERRANI, S. "Abordagem transdisciplinar da enunciação em segunda língua". Em: SIGNORINI, I. & CAVALCANTI, M. (org.) **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1998. pp. 36-57.

SILVA, E. D. **A-TUA-AÇÃO: O texto teatral, o corpo e a voz como mediadores da apropriação da oralidade no ensino-aprendizagem de Língua Estrangeira (Francês)**. Dissertação de Mestrado. 106f. PPGLA/LET/UnB: Brasília, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10482/17176>> Acesso em 21 de junho de 2015.

UBERSFELD, A. **Lire le théâtre 1**. Paris. Éditions Sociales, 1996.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WIDDOWSON, H. G. **O ensino de línguas para a comunicação**. Tradução de José Carlos Paes de Almeida Filho. 2ªed. Campinas-SP: Pontes, 2005.

ZEICHNER, K. M. **A formação reflexiva de professores: idéias e práticas**. Tradução de A. J. Carmona Teixeira, Maria João de Carvalho e Maria Nóvoa. 3ª ed. Lisboa: Educa, 1993.

Abstract: *On this qualitative, documental and interpretative metasearch article, language is seen as an interaction process among individuals socially and historically placed, i.e. a language that performs mainly a social role. Taking into account this language assumption and avoiding teaching practices aiming merely linguistic exchanges accommodations, an Applied Linguistics practice is privileged. This practice pursues contributions for a possibility of changing the teaching-learning of a Foreign Language (LE). It is clear that producing senses comprises many elements that go beyond the verbal ones, such as the look, gestures, facial movements and speaking intonation. Those pattern forms which are intrinsically related to social and cultural life are named discursive genres and there is no communication without them. Thus, we consider the theatrical text as belonging to the theatrical genre that comprises the written and spoken language and it is a kind of language and speaking use. On the other hand, the theatrical text fits, as a starting point, the primary discursive genre grounded on the conditions of verbal and non-verbal immediate and spontaneous communication. While this genre is integrated and becomes complex (secondary discursive genre), it also gets diversified ways of making references to contexts which are linguistically created in the language to favour the speech. We would like to encourage the development of other metasearches on theatrical text as a foreign language mediator, looking for ways to make theory reach practice and reflects itself on practice.*

Keywords: *Discursive genre; Theatrical text; Foreign language teaching-learning process.*

Enunciação: duas abordagens complementares

Elisabete Guedes da SILVA (Uniritter)
eliguedese@gmail.com

Resumo: As teorias enunciativas têm o sujeito como ponto de partida de suas reflexões. É na enunciação que ocorre a comunicação viva, sendo esse o contexto de desenvolvimento de práticas discursivas situadas. Inserido nesse contexto teórico, o presente artigo apresenta reflexões sobre duas formas de conceber a enunciação. Por um lado, apresentamos concepções sobre os estudos enunciativos de Benveniste, para tratar das formas linguísticas constitutivas do ato enunciativo. Por outro lado, apresentamos reflexões sobre estudos enunciativos bakhtinianos, para pensar a enunciação como um fenômeno social, de ordem exterior ao indivíduo e produzida na interação verbal.

Palavras-chave: enunciação; ato enunciativo; sujeito; interação verbal.

1. Introdução

Os pressupostos teóricos que norteiam os estudos enunciativos representados por Benveniste e Bakhtin envolvem diferentes níveis da língua. Benveniste trata da enunciação como um ato individual do sujeito, constituída processualmente na estrutura da língua por meio de certas categorias linguísticas. Para esse autor, o sujeito é caracterizado na enunciação como um sujeito linguístico que se constitui na relação entre um *eu* que ao se enunciar evoca um *tu*. Essas categorias denominadas de categorias de pessoas, só passam a existir no exercício da língua, ou seja, nos discursos que circulam na sociedade. Nesse sentido, o autor afirma que “fora do discurso efetivo, o pronome não é senão uma forma vazia, que não pode ser ligada nem a um objeto nem a um conceito. Ele recebe sua realidade e sua substância somente no discurso” (BENVENISTE, 2006, p. 69). Nesse ambiente verbal é que ocorre a interação entre locutor e interlocutor.

Na perspectiva de Bakhtin, a enunciação desenvolve-se na esfera única da interação verbal, portanto, é entendida como fenômeno social. Na visão desse autor, o sujeito é constituído na enunciação a partir das relações dialógicas da língua em uso. Segundo estudos bakhtinianos, a palavra não chega até nós sem estar contagiada por signos ideológicos que tecem os fios dos enunciados.

Com base nessas duas vertentes teóricas, compreende-se que embora Benveniste trate a enunciação por meio das formas linguísticas e Bakhtin conceba a enunciação como fenômeno puramente social, as duas abordagens são complementares, pois têm o sujeito como ponto de partida para a reflexão sobre a linguagem. Amparado nessas perspectivas teóricas, este artigo trata, no primeiro momento, da estrutura formal da enunciação, conforme postula Benveniste e, em um segundo momento, apresenta ideias bakhtinianas sobre a enunciação na esfera social da língua. Por fim, discorre sobre a língua em uso, que é um aspecto abordado nas duas teorias tratadas neste artigo.

2. Émile Benveniste: a estrutura formal da enunciação

A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. (BENVENISTE)

Conforme Benveniste, a enunciação é produzida na instância do discurso, pois “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso” (BENVENISTE, 2006, p. 83). Nessa perspectiva, o sujeito apropria-se da língua e produz sentidos através dos discursos, na interação verbal.

Os discursos, por meio de seus enunciados, são vias importantes para manifestação dos indivíduos. Segundo o autor, “a linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem”. (BENVENISTE, 2006, p.93). A linguagem é a possibilidade da subjetividade por “conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão” (Benveniste, 2005, p. 289). Essas formas, no entanto, são vazias, passam a tomar sentido no exercício do discurso. Ao encontro do pensamento de Benveniste, Bakhtin assegura que a enunciação é um fenômeno social que emerge do interior do indivíduo e é contornada pelo contexto. Nessa visão, a língua é compreendida no uso por meio das relações discursivas. Benveniste afirma que “[...] somente a língua torna possível a sociedade. Poder-se-á dizer, nesse caso, que é a língua que contém a sociedade” (BENVENISTE, 2006, p.63). Nesse sentido, o linguista considera não ser possível atingir o homem separado da linguagem e nem atingi-lo reduzido a si mesmo. Encontramos no mundo um homem que fala com outro homem (BENVENISTE, 2005). Assim, o sujeito só tem consciência de si mesmo por “contraste”, ou seja, quando um *eu* é empregado na língua está pressuposto um *tu* e essa relação ocorre de forma dialógica conforme declara:

Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um tu. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica em reciprocidade – que eu me torne tu na alocação daquele que por sua vez se designa por eu [...]. A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso. (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Nesse contexto linguístico, a subjetividade é percebida materialmente nos enunciados. As formas que possibilitam essa materialidade são representadas pelos pronomes e verbos disponibilizados no interior da língua. Benveniste observa que as condições de emprego das formas não são idênticas às condições de emprego da língua, que são mundos diferentes, e que a diferença implica “uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as descrever e de as interpretar” (BENVENISTE, 2006, p. 81). Partindo desses pressupostos, pode-se entender que a enunciação como fenômeno da língua pode ser estudada sob diferentes aspectos, dos quais três são citados pelo autor.

O primeiro é a realização vocal da língua que se caracteriza pelos atos fonéticos, pela emissão dos sons de um determinado idioma. O segundo é o mecanismo desta produção que consiste na conversão individual da língua em discurso.

Aqui a questão- muito difícil e pouco estudada ainda - é ver como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação. É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância. (BENVENISTE, 2006, p. 83).

O terceiro aspecto, sob o qual o autor concentra a sua abordagem, é a definição da enunciação “no quadro formal de sua realização” (BENVENISTE, 2006, p. 83). O objetivo é “esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (BENVENISTE, 2006, p. 83). Entre esses caracteres alguns são necessários e permanentes e outros são incidentais, ligados às peculiaridades de cada idioma.

A enunciação é o ato de produzir o enunciado. Como ato individual, desenvolve-se por meio do “emprego das formas linguísticas” (BENVENISTE, 2006, p. 81) que obedece a “um conjunto de regras que fixam as condições sintáticas nas quais as formas podem e devem aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma” (BENVENISTE, 2006, p. 81).

O processamento desse método de análise por meio das formas requer a definição de elementos do jogo. Para que ocorra interlocução entre forma e uso, existem categorias gramaticais que se revestem de formas linguísticas que não aparecem claramente senão no “exercício da linguagem e na produção do discurso” (BENVENISTE, 2006, p.68). Benveniste elege duas categorias do discurso como fundamentais: a de pessoa e a de tempo. A de pessoa é representada pelo pronome *eu* que evoca, “explicitamente ou não, o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*”. (BENVENISTE, 2006, p.69).

Assim, é por meio da categoria gramatical de pessoa, representada pelo pronome *eu*, que o sujeito se marca na linguagem. Esse sujeito ao pronunciar o *eu* o assume e “se marca” no discurso de forma singular e individual. Sobre esse sujeito singular o autor declara:

Aquele que fala se refere sempre pelo mesmo indicador eu a ele-mesmo que fala. Ora, este ato do discurso que enuncia *eu* aparecerá, cada vez que ele é reproduzido, como o mesmo ato para aquele que o entende, mas para aquele que o enuncia, é cada vez um ato novo, ainda repetido mil vezes, porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias e de discursos. Assim, em toda a língua e a todo momento, aquele que fala se apropria desse *eu*, este *eu* que, no inventário das formas da língua, não é senão um dado lexical semelhante a qualquer outro, mas que, posto em ação no discurso, aí introduz a presença da pessoa sem a qual nenhuma linguagem é possível. (BENVENISTE, 2006, p. 68-,69).

O colocar em funcionamento a língua por um ato individual processa-se primeiramente pela emergência dos índices de pessoa (a relação eu/tu). Para Benveniste, essa relação só pode ser produzida na e pela enunciação, como afirma ao dizer que “o termo *eu* denotando indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário” (BENVENISTE, 2006, p, 84). Dessa mesma natureza e relacionados à mesma estrutura da enunciação, são os índices de ostensão, ou seja, a categoria dos pronomes e advérbios como, por exemplo, *este* e *aqui*. Os pronomes pessoais e demonstrativos são

definidos como classe dos indivíduos linguísticos. Em outras palavras, os pronomes pessoais e demonstrativos sempre nos remetem a pessoas, momentos, lugares.

Essas categorias colocam-se em oposição aos termos nominais “que enviam sempre e somente a conceitos” (BENVENISTE, 2006, p. 85). Nessa perspectiva, os indivíduos têm esse estatuto pelo fato de que nascem na enunciação. Eles são produzidos por um acontecimento individual. A terceira série de termos da mesma natureza são as formas verbais. Nas palavras de Benveniste “os ‘tempos’ verbais cuja forma axial, o ‘presente’, coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário”. (BENVENISTE, 2006, p. 85).

Na visão do autor, a categoria de tempo nasce do presente na e pela enunciação, pois as formas verbais, por convocarem o sujeito linguístico, criam o sentido do presente. A experiência humana do tempo se dá pela língua. O autor refere-se a três níveis de tempo: o físico (determinado por cada indivíduo, ligado ao aspecto psíquico), o tempo crônico (socializado, o tempo do calendário) e o linguístico. O tempo crônico nos fornece pontos de referência que

[...] dão a posição objetiva dos acontecimentos e que definem também *nossa* situação em relação a estes acontecimentos. Eles nos informam no sentido próprio *onde* estamos na vastidão da história, qual o nosso lugar em meio à sucessão infinita dos homens que viveram e das coisas que aconteceram. (BENVENISTE, 2006, p. 73).

Para o autor, há de se estabelecer distinções entre o tempo crônico e o tempo linguístico, e situar um acontecimento no tempo crônico é uma coisa, “outra coisa é inseri-lo no tempo da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 74), referindo-se ao tempo linguístico. O tempo linguístico está ligado de forma orgânica ao exercício da fala e é organizado e definido como função do discurso. O tempo linguístico tem como eixo o presente, como o autor explicita na seguinte afirmação:

O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. (BENVENISTE, 2006, p. 85).

Dessa maneira, o tempo é orientado pelo presente que se caracteriza linguisticamente na enunciação, orientando a posição do sujeito no mundo. É pela inserção no discurso dada pela relação eu/tu que o sujeito passa a existir no aqui/agora. Por fim, reside no tempo presente a propriedade de reinvenção a cada vez que um indivíduo fala em função de cada momento ser um momento novo, ainda não vivido. A enunciação, além das formas que comanda, cria condições para o desenvolvimento das funções sintáticas. Os arranjos sintáticos suscitam a interrogação, em primeiro lugar, que suscita uma resposta, a intimidação, que ocorre por meio de ordens, e a asserção que remete a proposições afirmadas positivamente ou negativamente, tendo como referência as palavras sim e não.

As categorias linguísticas de pessoa e tempo constituem a materialidade do ato enunciativo que se desenvolve na língua em uso e se manifesta em enunciados. É por meio dos enunciados materializados nos discursos que o locutor dialoga com um interlocutor. A enunciação é a possibilidade concreta de “unir o

ouvinte ao locutor por um laço de sentimento, social ou de outro tipo” (BENVENISTE, 2006, p. 90). Nessa perspectiva, a enunciação pode ser compreendida como portadora de dupla significação que articula sentido e forma. Dessa maneira, pode-se estabelecer relações com a visão de Bakhtin que compreende o sujeito com um ser social, portanto, constituído na interação entre discursos. A enunciação promove a existência de certas categorias linguísticas. Na visão de Benveniste, relaciona a forma e o sentido, desdobrando-se como fenômeno social por meio dos enunciados nos discursos, favorecendo, assim, a atribuição de sentido na língua. A linguagem, nessa função, pode ser entendida como um modo de ação dos sujeitos, pois, como disse Émile Benveniste, antes mesmo de servir para comunicar, a linguagem auxilia a viver.

3. Mikhail Bakhtin: a enunciação como fenômeno social

A enunciação realizada é como uma ilha emergindo de um oceano sem limites, o discurso interior. As dimensões e as formas dessa ilha são determinadas pela situação da enunciação e por seu auditório. (BAKHTIN)

Os estudos enunciativos bakhtinianos fundamentam-se nos aspectos sociais da linguagem. Categorias do pensamento de Bakhtin como sujeito, elocução e enunciação apresentam-se como fundamentais para compreensão desse fenômeno. A elocução é o elo da cadeia verbal, composta da parte verbal expressa e pela parte não verbal; é sempre ideologicamente contagiada e a enunciação é a unidade linguística real. Para o autor, o sujeito da enunciação é um sujeito social, responsável por estar no mundo e responsivo. Segundo Lunardelli, Bakhtin não elabora um conceito de sujeito. Nas palavras dessa autora, a noção se constrói na relação:

A noção emerge da enunciação e na interrelação entre diálogo e alteridade – é impossível conhecer o sujeito fora do discurso que produz. Trata-se de um sujeito primeiramente concreto, por isso não transcendental e não abstrato. É sujeito único e sua relação com o espaço e o tempo é singular, pois espaço e tempo são também únicos para ele. (LUNARDELLI, 2012, p.28-49).

A enunciação como um processo que envolve diferentes elementos linguísticos caracteriza-se pelos aspectos não verbais que a constituem. Conforme Bakhtin, a enunciação é entendida como um fenômeno social, produzida na interação entre os sujeitos. Para o autor, “na prática viva da língua a consciência linguística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular” (BAKHTIN, 2006, p.96).

A palavra como constitutiva da enunciação é significada e valorada no contexto social e ideológico em que está inserida. Na visão bakhtiniana, não pronunciamos ou escutamos palavras, “mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc.” (BAKHTIN, 2006, p. 96). As palavras estão sempre carregadas de um sentido ideológico. O autor afirma que é dessa maneira

“que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas concernentes à vida” (BAKHTIN, 2006, p.96).

A palavra não nos é apresentada como um item do dicionário. Ela chega até nós como parte de enunciações de diferentes locutores, enunciações da comunidade e pela própria prática linguística desses locutores. A palavra deve ser considerada no contexto e na estrutura concreta da enunciação.

A palavra isolada de seu contexto, inscrita no caderno e apreendida por associação com seus equivalentes russos, torna-se por assim dizer, sinal torna-se uma coisa única e, no processo de compreensão, o fator de reconhecimento adquire um peso muito forte. Em suma, um método eficaz e correto de ensino prático exige que a forma seja assimilada não no sistema abstrato da língua, isto é, como uma forma sempre idêntica a si mesma, mas na estrutura concreta da enunciação, como signo flexível e variável. (BAKHTIN, 2006, p.97).

Nesse sentido, o autor tece considerações a respeito das diferenças entre um sinal da língua e um signo linguístico. O primeiro passa por um processo de identificação enquanto que o segundo passa por um processo de decodificação, de compreensão. O sinal é identificado, o signo é decodificado. O sinal é instrumento que serve para designar algum objeto ou acontecimento, faz parte dos objetos técnicos, não faz parte do domínio da ideologia. Para o autor, “as palavras são tecidas por uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais”. (BAKHTIN, 2006, p.40).

As palavras, como signos ideológicos, orientam por meio dos enunciados a fala de um locutor direcionada a um interlocutor, em determinado contexto comunicativo, nessa perspectiva,

[...] a língua materna – sua composição vocabular e sua estrutura gramatical – não chega ao nosso conhecimento a partir de dicionários e gramáticas, mas de enunciações concretas que nós mesmos ouvimos e nós mesmos reproduzimos na comunicação discursiva viva com as pessoas que nos rodeiam. Nós assimilamos as formas da língua somente nas formas das enunciações e justamente com essas formas. (BAKHTIN, 2003, p.282-283).

Assim como as palavras, as orações são unidades da língua de natureza gramatical e de pensamentos relativamente acabados. Para Bakhtin, “a oração enquanto unidade da língua tem natureza gramatical, fronteiras gramaticais, lei gramatical e unidade” (BAKHTIN, 2003, p. 278). Fundamentado em Bakhtin, Fiorin também considera que “as palavras e as orações são as unidades da língua, enquanto os enunciados são unidades reais de comunicação” (FIORIN, 2014, p. 168). Segundo Fiorin, os enunciados têm como característica a presença de um autor, enquanto “as unidades da língua não pertencem a ninguém, os enunciados revelam sempre uma posição de autoria” (FIORIN, 2014, p. 169).

Na visão bakhtiniana, definir com precisão a relação da oração com o enunciado ajuda a esclarecer as fronteiras entre um e outro. Em síntese, na oração o sujeito não estabelece relação com outro sujeito, no enunciado “há precisamente delimitada a alternância dos sujeitos do discurso, a qual termina com a transmissão da palavra ao outro” (BAKHTIN, 2003, p.275). Os enunciados e seus tipos, ou seja, os gêneros do discurso são determinantes no fluxo linguístico da história humana. Na perspectiva bakhtiniana “os

enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (BAKHTIN, 2003, p. 268).

Nesse sentido, a enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, “é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal” (BAKHTIN, 2006, p.99). Para o autor, na enunciação monológica “os fios que ligam a palavra a toda a evolução histórica foram cortados” (BAKHTIN, 2006, p. 105).

Esse processo desenvolve-se na interação social, ultrapassando a simples identificação da palavra e decodificação do signo. Os enunciados são produzidos na esfera social em uma situação comunicativa que envolve locutor e interlocutor. O uso da língua é concretizado por meio de enunciados, eles são elos na cadeia de comunicação, são individuais e únicos.

Um enunciado é um elo na cadeia da comunicação verbal de uma dada esfera. As fronteiras desse enunciado determinam-se pela alternância dos sujeitos falantes. Os enunciados não são diferentes uns dos outros nem são auto-suficientes, conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhe determinam o caráter. O enunciado está repleto de ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior da esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados dentro de uma dada esfera. (BAKHTIN, 1997, p.316).

Nessa perspectiva teórica, o texto

é a representação da consciência que reflete algo. Quando um texto se torna objeto da cognição, podemos falar de reflexo de um reflexo [...]. Dois fatores que determinam texto e o tornam um enunciado: seus problemas (a intenção) e a execução desse projeto. (BAKHTIN, 1997, p. 340).

A intenção é o querer dizer do autor expresso via elementos linguísticos. A execução é o significado social que este dizer assumirá em um determinado contexto não verbal, nesse sentido, relaciona-se com as condições de produção. O texto materializa-se por meio dos elementos linguísticos que o constituem, os enunciados inserem-se em um contexto extralinguístico e estão situados na esfera da metalinguagem. Nessa direção Machado afirma que:

[...] todo texto é a articulação de discursos-língua que se manifestam nas enunciações concretas cujas formas são determinadas pelos gêneros discursivos. Vale dizer que texto está para a língua assim como o enunciado está para os gêneros discursivos; esta é a lógica que determina as relações dialógicas e, conseqüentemente, a teoria do enunciado, de onde partimos para compreender as concepções fundamentais de Bakhtin sobre a textualidade. (MACHADO, 2001, p.237).

Ao considerar o texto como um orientador das práticas discursivas, Bakhtin não está se referindo ao texto isolado do seu contexto de realização. Ao contrário, argumenta que os textos se tornam enunciados quando considerados para além dos aspectos verbais que os constituem. Também encontramos em Benveniste ideias que remetem à essa visão, pois, para esse autor, a língua só passa a existir na relação entre sujeitos e na relação dos sujeitos com o mundo por meio dos discursos. Nessa perspectiva, Rojo afirma que “os gêneros e os textos/enunciados a eles pertencentes não podem ser compreendidos, produzidos ou conhecidos sem referência aos elementos de sua situação de produção”. (ROJO, 2005,

p.196). Segundo a autora, a relação entre locutor e interlocutor, parceiros da enunciação, não ocorre no vazio social, ela é estruturada e determinada pelos papéis sociais em diferentes instituições e situações de produção do discurso. Nas palavras da autora:

O fluxo discursivo dessas esferas cristaliza historicamente um conjunto de gêneros mais apropriados a esses lugares e relações, viabilizando regularidades nas práticas sociais da linguagem. Esses gêneros, por sua vez, refletirão este conjunto possível de temas e de relações nas formas e estilos de dizer e enunciar. (ROJO, 2005, p. 196).

Os discursos são caracterizados pela alternância de sujeitos que, no processo dialógico da linguagem, constituem-se como indivíduos inseridos em determinado contexto histórico e social. Dito de outra maneira, os enunciados que caracterizam determinados gêneros do discurso possibilitam condições para que os indivíduos “conversem” com objetivo de comunicar. Essa perspectiva dialoga com a posição de Benveniste que concebe a enunciação como um evento de dupla significação, por um lado visto pela semiótica (forma) e, por outro lado, visto pela semântica (sentido). Dessa maneira é possível ao sujeito se marcar na língua e existir por meio dos discursos que circulam socialmente.

Nessa troca, há ambiente verbal favorável à produção do sentido. Pela relevância desse diálogo com a vida que a enunciação pode provocar, destacamos as palavras de Marchezan, citando Volochinov/Bakhtin:

‘A vida [...] não afeta um enunciado de fora; ela penetra e exerce influência num enunciado de dentro, enquanto unidade e comunhão da existência que circunda os falantes e unidade e comunhão de julgamentos de valor essencialmente sociais, nascendo deste todo sem o qual nenhum enunciado inteligível é possível. A enunciação está na fronteira entre a vida e o espaço verbal do enunciado; ela, por assim dizer, bombeia energia a uma situação da vida para o discurso verbal, ela dá a qualquer coisa linguisticamente estável o seu momento histórico vivo, o seu caráter único. Finalmente, o enunciado reflete a interação social do falante, do ouvinte [...]’. (MARCHEZAN, 2014, p. 115)

Nessa visão, as relações dialógicas da língua suscitam uma alternância de vozes enunciadas no interior dos discursos. Para Marchezan, as relações dialógicas existem nos enunciados concretos, que são elaborados no processo da interação sócio-histórica. Os enunciados estão no domínio de uso da língua, sendo constitutivos da enunciação que se desenvolve na esfera social da linguagem. Embora Benveniste olhe para as relações internas da língua para compreender a enunciação, e Bakhtin olhe para os aspectos não verbais do fenômeno, os dois autores tomam como ponto de reflexão da linguagem o sujeito na relação com o mundo que o cerca, sob o qual ele interage e produz sentido na língua viva.

4. Enunciação: duas abordagens complementares

A enunciação promove a existência de certas categorias linguísticas, desdobrando-se como fenômeno social por meio dos enunciados nos discursos. Este fenômeno da linguagem favorece a atribuição de sentido na língua. Na perspectiva de Benveniste, a enunciação desenvolve-se pelo ato de

“colocar a língua em funcionamento” e realiza-se enquanto ato comunicativo nos discursos. Bakhtin afirma que a enunciação se processa a partir do discurso interior, contornada pelos fatos sociais que a determinam.

Os sujeitos, conforme esses teóricos, só passam a existir no discurso, ou seja, na língua em uso. Tanto na visão de Benveniste quanto na visão de Bakhtin os sujeitos da enunciação constituem-se na relação entre um locutor e um interlocutor. Bakhtin assegura que o sujeito se constitui na relação dialógica da linguagem e Benveniste sustenta que o sujeito é instituído na relação entre um *eu* e um *tu* por meio de formas linguísticas inventariadas no interior da língua.

Nessas duas formas de conceber a enunciação, os discursos são meios para manifestações discursivas dos indivíduos. Assim, a língua no uso social favorece a atribuição de sentido por parte do ouvinte/falante aos fatos que os rodeiam. Benveniste, ao afirmar que antes da enunciação a língua é apenas possibilidade de língua, refere-se exatamente a essa ideia, ou seja, a enunciação promove uma certa relação com o mundo. Conforme defende Bakhtin, é possível ao indivíduo produzir sentido por meio das relações linguísticas dadas em um determinado tempo marcado histórica e socialmente.

A partir dessas colocações, pode-se afirmar que tanto Benveniste quanto Bakhtin compreendem a função da língua como mediadora entre o homem e o homem e entre o homem e o mundo. Nesse diálogo com a vida, a enunciação nos serve como fundamento linguístico para refletirmos sobre o sujeito em interação com o meio social.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. São Paulo: Pontes, 2006.

_____. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Pontes, 2005.

FIORIN, José Luiz. **Interdiscursividade e intertextualidade**. In: Bakhtin: outros conceitos-chave. BRAIT, B (org.) 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

LUNARDELLI, Mariangela Garcia. **Um haikai para o estágio, um estágio para o haikai: diálogos sobre o gênero discursivo e a formação docente inicial**. 2012. 346 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012. p. 28-49.

MACHADO, Irene A. **Os gêneros e a ciência dialógica do texto**. In: Diálogos com Bakhtin/Carlos Alberto Faraco, Cristovão Tezza, Gilberto de Castro (org.); Beth Brait...et al. 3 ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.

MARCHEZAN, Renata Coelho. **Diálogo**. In: Bakhtin: outros conceitos-chave. BRAIT, B (org.) 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

ROJO, Roxane. **Gêneros do discurso e gêneros textuais**: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER; BONINI; ROTH (org.). Teorias, Métodos, Debates (org.). Jose Luiz Meurer; Adair Bonini; Desiree Motta-roth. São Paulo: Parábola, 2005.

Abstract: *The theories of enunciation have the subject as the starting point for their reflections. It is in enunciation that the living communication occurs, this being the context of development of situated discursive practices. Inserted in this theoretical context, this article presents reflections on two ways of conceiving enunciation. On the one hand, we present conceptions about Benveniste's studies on enunciation to address the constitutive linguistic forms of the enunciative act. On the other hand, we present reflections about Bakhtinian studies on enunciation, in order to think the enunciation as a social phenomenon, exterior to the individual and produced in the verbal interaction.*

Keywords: *enunciation; enunciative act; subject; verbal interaction.*

O posicionamento de setores da imprensa sobre a Ditadura Militar: uma análise de discurso crítica

Emmanuel Henrique Souza RODRIGUES (UnB)
emmanuel_neo@msn.com

Resumo: Um golpe de Estado civil-militar instaurou no Brasil, a 1º de Abril de 1964, uma ditadura que durou até 1985. O objetivo deste trabalho é a demonstração do apoio de setores da mídia ao Golpe e as estratégias que construíram discursivamente para tecer esse posicionamento. Escolhemos a apresentação da coleção das edições sobre o Regime Militar da Revista Veja como objeto de análise. A teoria que fundamenta a leitura do corpus é a Análise de Discurso Crítica (CHOULIARAKY & FAIRCLOUGH, 1999), onde o discurso é apresentado como um momento das práticas sociais. Também na Análise de Discurso Crítica se encontra a metodologia de análise discursiva utilizada. Usamos, ainda, interpretações fundamentadas na Teoria da Representação dos Atores Sociais (VAN LEEUWEN, 2008) e aportes da Linguística Sistemico-Funcional (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014). Neste trabalho, a etapa de explicação foi feita pela apresentação da conjuntura histórica; a etapa interpretativa foi feita pela Análise de Discurso Crítica e Teoria da Representação dos Atores Sociais; a etapa descritiva foi feita com o aporte da Linguística Sistemico-Funcional. Os resultados da análise apontam um posicionamento mais favorável aos governos militares por parte da Revista.

Palavras-Chave: Ditadura Civil-Militar, Discurso da Mídia, Análise de Discurso Crítica, Linguística Sistemico-Funcional, Representação dos Atores Sociais.

1. Introdução

Na segunda metade do século XX, muitos países na América Latina foram regidos por ditaduras militares. Isso pode ser explicado se formos observar a história desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Depois da guerra, teve início uma grande tensão entre o bloco socialista e o capitalista, o socialista liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o capitalista pelos Estados Unidos da América (EUA). Isso deu início ao período chamado de Guerra Fria, uma vez que haviam conflitos – por isso chamada de Guerra – mas não teve confrontos armados – por isso chamada de Fria. Essas tensões fizeram com que várias regiões do planeta fossem disputadas, entre elas a América Latina, que tiveram o avanço de forças direta ou indiretamente ligadas à URSS, sendo esses avanços combatidos pelos EUA. Este trabalho versará sobre a Ditadura Militar brasileira, que esteve inserida nesse processo de Guerra Fria e foi inaugurada com o Golpe de abril de 1964, de maneira breve, para contextualizar a apresentação da coleção de edições da Revista Veja sobre a Ditadura Militar.

A metodologia para análise desse momento discursivo se dá na proposição da Teoria da Representação dos Atores Sociais (TRAS) como ferramenta metodológica para a Análise de Discurso Crítica (ADC). A Linguística Sistemico-Funcional (LSF) é também base do arcabouço teórico que usamos e é a ferramenta que, junto à ADC, usamos para fazer descrever o discurso. A interpretação do discurso, sendo a parte da análise na qual se observa no discurso os processos de produção, distribuição e consumo dos discursos, olhando para as relações de poder e analisando a dialética nas relações da linguística, fica a cargo da metodologia própria da ADC. Faremos uma discussão breve sobre esse arcabouço teórico e, a partir do

que apresentaremos, vamos fazer nossa discussão. Uma outra parte, a explicação, faremos indo para o elemento sociológico, com os aportes da história, nos quais serão apresentados os momentos históricos dos quais os discursos presentes nos requerimentos tratam. Iniciaremos a discussão com esse último ponto.

2. Os anos de chumbo: contextualizando o momento político

A contextualização histórica será feita, nessa seção, em dois momentos: o da política interna e o da política externa. É dessa maneira que nós podemos entender melhor os motivos do Golpe Militar de 1964 e a ditadura subsequente que aconteceu em nosso país.

Sob a política externa, nesse contexto de tensões e de avanços político-ideológicos das duas correntes, socialista e capitalista, já referidas na introdução do trabalho, podemos destacar Cuba que, na Revolução com desfecho a 1º de janeiro de 1959, derrubou Fulgêncio Batista e dominou a Ilha, instaurando um regime filiado ao bloco socialista. Também houve, por exemplo, a vitória de Salvador Allende no Chile que, embora não tivesse filiação política direta e apoio econômico da URSS tal qual Cuba, é apontado como o primeiro presidente marxista eleito no mundo, estando ideologicamente, de alguma forma, ligado ao bloco soviético. O Chile estava sob uma forte disputa interna entre grupos políticos divergentes, o que culminou em um golpe militar a 11 de Setembro de 1973 (FICO et al., 2008). Essas situações, como aponta Fico (2008), foram apoiadas pelos EUA, que não permitiam que governos à esquerda, alinhados, ao menos ideologicamente, com o bloco socialista, acontecessem na América Latina. “A Guerra Fria forneceu o contexto global para um anticomunismo patológico e os Estados Unidos, por sua vez, contribuíram para a formação ideológica dos militares latino-americanos” (SOUZA, 2011, p. 161). Ocorreram golpes em outros países além do Chile, como na Argentina, Uruguai, Bolívia e outros. No Brasil isso aconteceu em 1964, quando o presidente João Goulart é deposto em 1º de Abril¹, sob a alegação que queria implantar um regime comunista no país, e assume a presidência o General Humberto de Alencar Castelo Branco, anteriormente Chefe do Estado-Maior do Exército.

No ambiente interno, o Brasil viveu profundos conflitos políticos desde a primeira metade do século XX. Isso pode ser claramente simbolizado pela Era Vargas e o seu fim, em 1945, com um golpe militar, que depôs o presidente Vargas e restaurou a democracia, que desde 1930 estava de alguma forma cassada. O Golpe Militar de 1964 pode ser explicado a partir dos movimentos que estavam presentes desde o fim da Era Vargas, passando pelas tensões que ocasionaram o seu suicídio, em 1954, os conflitos do governo de Juscelino Kubistchek para, então, chegar no ambiente do golpe, com os governos de Jânio Quadros e João Goulart. O legado de Vargas na política nacional foi posto em cheque em 1964:

¹ Apesar da data de 31 de março de 1964 ser a data colocada pelos militares como sendo a do dia do golpe, devido à sua efetivação no dia 1º de abril, essa é a data que alguns estudiosos, com Rollemberg (2006), colocam como sendo o dia no qual aconteceu a instauração do Regime Militar, dessa forma sendo o dia do Golpe Militar de 1964.

Não é de espantar que a deposição em março de 1964 de seu principal herdeiro, o presidente João Goulart, e o afastamento da cena política de um grande número de partidários do PTB e do PSD tenham proporcionado uma conjuntura negativa para o cultivo de sua memória. Os militares que tomaram o poder em 1964 apresentavam-se como aqueles que iriam pôr fim à Era Vargas (FERREIRA, 2006, p. 3).

A combinação dos elementos externos e internos permitiu a ditadura que se instaurou no país após a deposição de João Goulart e durou de 1964 a 1985. Tivemos como presidentes Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel, Figueiredo. Esse período, devido ao fechamento do regime, ficou conhecido como os Anos de Chumbo.

Os militares tinham planos de tomar o poder desde 1954, no governo de Getúlio Vargas quando retornou à presidência pelo voto popular (FERREIRA, 2006). Diante do ambiente de crise, Vargas “deixa a vida para entrar na história”. Nos anos 60, o Brasil foi regido pelos presidentes Kubitschek e, depois, Jânio Quadros, que renunciou, deixando uma crise no governo e, na sequência, a cadeira presidencial a João Goulart. O novo presidente propôs reformas ao país, as chamadas Reformas de Base, como a agrária, política, urbana etc. Parte da população, regida pelos direitistas, não aprovavam as ações progressistas e foram parte da organização que, com o apoio dos EUA e setores conservadores da Igreja Católica, deu o golpe de estado em 1964 (TOLEDO, 2004)

O Regime Militar foi marcado por dezessete Atos Institucionais (AI), sendo os primeiros cinco os que vão desenhar a ditadura no país. O AI 5, no governo de Costa e Silva, promoveu o maior fechamento dos Anos de Chumbo (BRASIL, 2014). Nesse período, a repressão estava extrema, todo aquele que discordasse das ações do regime militar poderia ser enquadrado na lei de segurança nacional e sofrer imputações devido a isso. A repressão à imprensa foi poderosa, os grupos que lutavam contra a ditadura eram arrasados, como foi a Guerrilha do Araguaia ou episódios como a chacina da Lapa. À medida que as repressões aumentavam, também aumentava a resistência. Há um grande saldo de mortos e desaparecidos sob condições não bem explicadas e que agora se está tentando elucidar com os trabalhos das Comissões da Verdade.

A documentação desse período da história é importante para que se saiba o que aconteceu de fato nos anos de chumbo. Há diversas fontes das quais podemos retirar essas informações. É interessante frisar, porém, que o discurso é uma instância que nos possibilita a leitura da ideologia do que produz o determinado discurso. O discurso porta a representação da realidade na qual o sujeito está inserido e, dessa forma, o sujeito expressa aquilo que ele pensa através do discurso, reproduzindo suas visões de mundo. Os discursos podem ser portadores de ideologia, entendo que ideologias são

significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformações das relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

As ferramentas para a verificação dessas ideologias na análise dos discursos estão descritas na

próxima seção. Com a leitura do discurso interpretada através delas, conseguimos, sistematicamente demonstrar como essas ideologias se dão na constituição do discurso.

3. Ferramenta para interpretação dos dados

Essa seção será para a explicação das lentes pelas quais nós vamos enxergar o nosso corpus e, então, interpretar nossos dados. Vamos começar da LSF, seguir com a ADC e, então, apresentar a TRAS. As três, juntas, no arcabouço montado, nos possibilitará enxergar o posicionamento da revista no corpus que decidimos analisar.

3.1. Linguística Sistêmico-Funcional (LSF)

A teoria linguística na qual está localizada esse nosso trabalho e os demais que trabalham com a ADC de fundo faircloughiano (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001; FAIRCLOUGH, 2003) é a LSF. Na teoria gramatical da LSF temos a Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), que é o instrumento que vamos usar para descrever a linguagem. Nela, a gramática é chamada de sistêmica e funcional. Sistêmica, porque vê a língua como rede de sistemas de linguagem que se interligam e dos quais nos servimos para construir significados e fazer coisas no mundo em que vivemos. É também funcional, já que o funcionamento da língua é que lhe molda as regras e não o contrário (FUZER & CABRAL, 2010). Vamos apresentar ela aqui já que, na análise, vamos usar as notações específicas da GSF.

O principal objetivo de Halliday ao escrever a sua obra é não para orientá-la a uma determinada aplicação, mas para fazer uma gramática geral para fins de análise e interpretação de textos, como se ela fosse uma espécie de “língua franca” que pudesse ser adaptada a qualquer sistema linguístico (MARTIN et al. 2010).

A GSF lança luz no que Saussure chamara de Eixo Paradigmático, em oposição ao que seria o Eixo Sintagmático. Ela “busca identificar as estruturas de linguagem específica que contribuem para o significado de um texto. As análises que se realizam nessa perspectiva teórica se propõem a mostrar ‘como e por que um texto significa o que significa’” (FUZER & CABRAL, 2010, p. 9). Por isso é que há vários outros termos além dos inerentes à gramática tradicional, já que a GSF é essencialmente semântica. Também é empírica, não prescritiva ou para fins de etiqueta linguística.

Uma gramática funcional é uma gramática que respeita o direito dos falantes de usar sua própria consciência sobre o que eles devem escolher para falar; ao mesmo tempo, ela alerta explicitamente as escolhas que eles têm, então eles podem fazer uma decisão informada sobre a opção que eles tiveram (MARTIN et al., 2010, p. 3).²

A GSF é uma teoria que pode ser usada para diversos fins, como o ensino de crianças e/ou adultos, o estudo sobre doenças e práticas ligadas à saúde, a investigações sociais etc. e tem originado trabalhos em

²As traduções de obras em língua estrangeira são traduções livres feitas por nós.

diversas outras línguas, além do inglês e chinês, as primeiras a serem estudadas. “Gramáticos funcionais raramente param na simples descrição da gramática de uma língua particular. Eles normalmente vão além e fazem algo com o que eles conseguiram descobrir” (MARTIN et al., 2010, p. 1). É por isso que a LSF/GSF é um aporte linguístico extremamente produtivo e pertinente para se fazer uma ADC.

A LSF divide a linguagem em três metafunções, que se realizam simultaneamente no evento linguístico: A metafunção ideacional que vê a oração como representação do mundo; A metafunção interpessoal que vê a oração como troca; A metafunção textual que vê a oração como mensagem (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014). Da metafunção interpessoal, nós vamos focar no sistema de Modo, uma categoria da LSF, que é “um dos elementos da estrutura interpessoal da oração” (FUZER & CABRAL, 2010, p. 113). Ele combina a forma com a qual o verbo está se apresentando temporal e modalmente, chamado de Finito, e o Sujeito, que é a parte que negocia o significado interpessoal, ou seja, que é responsável pela construção dele. Quanto à metafunção ideacional, vamos nos focar nos Processos, que é a forma com que a GSF categoriza os grupos verbais. O Processo “é o elemento central da configuração, indicando a experiência se desdobrando através do tempo” (FUZER & CABRAL, 2010, p. 27).

3.2. Análise de Discurso Crítica (ADC)

A vida social na modernidade tardia é cada vez mais marcada, em suas práticas sociais, por momentos discursivos. Estudar os momentos discursivos das práticas sociais é estudar como essas práticas sociais “funcionam”. O estudo das relações sociais a partir da análise semiótica é uma frutuosa forma de ingressar dentro dessas estruturas e, dessa maneira, compreender a tessitura da sociedade como um todo. Nós entendemos o discurso como um momento das práticas sociais, numa relação na qual “os momentos de uma prática são articulados dentro de uma dialética – cada um internaliza os outros sem ser reduzível a eles” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 37). As práticas sociais que são motivadas pelas ideologias, portanto, são passíveis de serem lidas através da análise discursiva e o caráter mediado pelo discurso da vida na atualidade corrobora com o que dissemos antes, que a análise discursiva é um bom mecanismo de enxergar a sociedade e as relações que estão nela, incluindo aí as relações de poder.

Abaixo, a proposta do arcabouço metodológico de Chouliaraki & Fairclough (1999, p. 60):

Quadro 1. Arcabouço teórico apresentado por Chouliaraki & Fairclough (1999) – Adaptação nossa

- | |
|---|
| <p>1 – Um problema;</p> <p>2 – Obstáculos para serem superados;</p> <p> a) Análise da conjuntura;</p> <p> b) Análise da prática particular;</p> <p> i) Práticas relevantes</p> |
|---|

- ii) Relação do discurso com outros momentos da prática
- c) Análise de discurso;
 - i) Análise estrutural
 - ii) Análise interacional
- 3 – Função do problema na prática;
- 4 – Possíveis maneiras de superar os obstáculos;
- 5 – Reflexão sobre a análise.

Ele se baseia em cinco pontos distintos. O primeiro é a percepção de um problema, que pode ser uma assimetria de relações de poder ou questões correlatas, numa perspectiva sempre crítica. O segundo é a identificação de obstáculos para que esse problema seja superado, que envolve a análise da conjuntura, da prática particular e a análise de discurso. O terceiro é a função do problema na prática, onde são feitas as descrições dos conflitos de poder, dentro das práticas discursivas e sociais. O quarto ponto são os possíveis modos de ultrapassar os limites e superar os obstáculos, explorando possibilidades de mudança que a análise pode trazer. Por fim, o quinto ponto fala sobre a reflexão sobre a análise, onde ela, também fazendo, de certa forma, parte da prática social que analisa, interfere nessa mesma prática. As análises a partir dele não exigem que necessariamente se utilizem todos os pontos apresentados, mas, dependendo do que se deseja analisar, podem ser elencadas as partes mais valiosas para a análise que se quer fazer. Vamos trabalhar, do arcabouço teórico, com a definição do problema, a análise da conjuntura e a análise de discurso.

Um problema (atividade, reflexividade):

“A ADC acontece por se perceber um problema de origem discursiva em alguma parte/momento da prática social [...] ou na construção reflexiva da prática social” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 60). O primeiro pode envolver as funções do discurso, ideacional, interpessoal, textual, o segundo são problemas ideacionais, problemas de representação e de não entendimento. Problematizamos quando apresentamos a atividade da mídia sobre a Ditadura e, particularmente, a partir da análise do texto da apresentação da coleção, que são instâncias discursivas, observando como elas representam/refletem um problema, que é o apoio da mídia ao Regime.

Análise de conjuntura:

O primeiro obstáculo é a análise de conjuntura, “uma especificação da configuração das práticas nas quais o discurso em foco está localizado” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 61). É a situação, as práticas sociais, nas quais são desenvolvidos os atos. A segunda seção de nosso trabalho, quando apresentamos a Ditadura Militar e os Anos de Chumbo, é a apresentação da conjuntura na qual as práticas discursivas se localizam.

Análise do discurso:

A análise de discurso é simultaneamente orientada à estrutura e à interação – para os recursos sociais que executa e toma a interação e para a visão que os recursos são interativamente trabalhados, isto

é, para o interdiscurso, e suas realizações na linguagem e outras semioses. A realização da análise do discurso envolve uma dupla orientação, para os sistemas semióticos, e para como seleções do potencial semiótico estão trabalhando nos processos textuais. Essa parte do arcabouço se faz com a GDV que propomos.

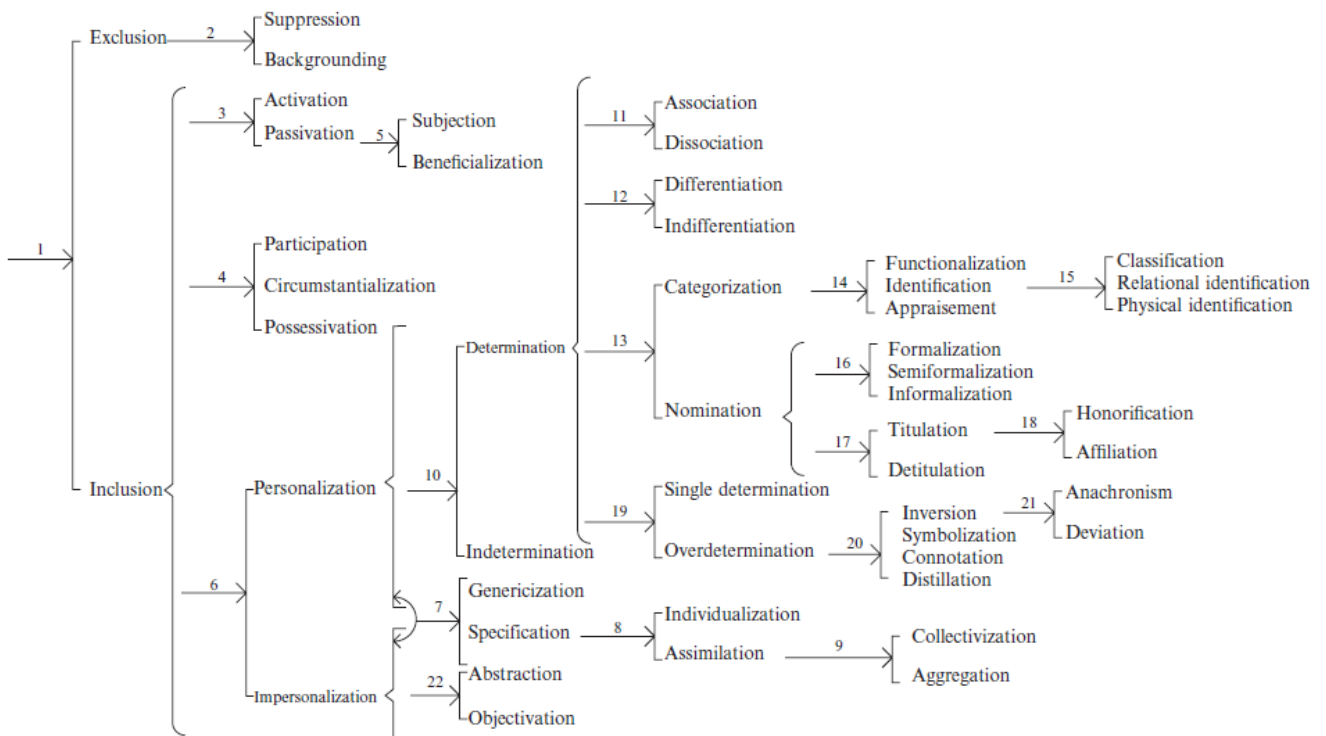
Além do que foi apresentado, para o processo de análise também vamos utilizar uma outra teoria para leitura do objeto.

3.3. Teoria da Representação dos Atores Sociais (TRAS)

Um amplo quadro teórico-metodológico de descrição, interpretação e explicação dos meios pelos quais as categorias linguístico-discursivas constroem a representação das identidades contemporâneas dos atores sociais consiste no modelo crítico de análise do discurso desenvolvido pelo linguística Theo Van Leeuwen (2008), a chamada Teoria da Representação dos Atores Sociais (MELO, 2013, p. 56).

Essa teoria é ampla e complexa. É apresentada em Van Leeuwen (2008). Abaixo, um quadro de resumo das categorias em análise:

Quadro 2. Teoria da Representação dos Atores Sociais (VAN LEEUWEN, 2008, p. 52)



Desse arcabouço, vamos utilizar o processo de inclusão e exclusão dos sujeitos da semiose em análise, além de, quando os sujeitos são incluídos, se estão ativos ou passivos nas atividades que desenvolvem, uma vez que “representações incluem ou excluem atores sociais para adequá-los a seus interesses e propósitos em relação aos leitores aos quais estão direcionados” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 28).

Sobre a exclusão, temos que a “exclusão tem um aspecto importante na análise de discurso crítica” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 28). Quando são incluídos, podem estar, entre outras categorias, em processos de ativação ou passivação: “Ativação ocorre quando os atores sociais são representados como ativos, forças dinâmicas numa atividade, passivação quando eles são representados como ‘passando’ pela atividade, ou como estando ‘no receber do fim disso’” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 33). Essas categorias apresentadas serão interessantes para a análise dos dados na seção seguinte, elas nos ajudarão a fazer nosso processo de análise de discurso crítica, em suas etapas de descrição e interpretação.

4. Análise de dados

Os textos em análise estão disponíveis no site de coleções da Revista Veja (ARQUIVO VEJA, 2014). A metodologia para análise dos dados se dará com as seguintes marcações: o destacado de **verde** se refere aos militares; o destacado de **amarelo** se refere à revista veja; o destacado de **celeste** se refere à resistência ao regime; os termos em posição de sujeito estão em **negrito** – essa marcação nos ajuda a ver a marcação dos atores aos quais nos referimos e que originam a interpretação que se segue; os processos estão em *itálico* e nos ajudam a perceber as ações aos quais os sujeitos se ligam. Essa metodologia foi usada por julgarmos ser de bom proveito para demonstrar como a Revista representa os militares, a resistência e, então, como se insere nesse processo, destacando seu papel dentro do momento histórico que relata nesse texto. A partir do que for descrito com essa marcação, vamos fazer uma interpretação com as categorias da TRAS, dentro do contexto de situação do texto, sobre o que ele problematiza, sendo essas categorias da ADC (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999) que estamos utilizando.

4.1. Os dados

Entre 1964 e 1985, **o Brasil** foi governado pelos **militares**. Durante esse período, **as instituições democráticas** sofreram restrições, **as liberdades individuais** foram limitadas e **a imprensa** foi censurada. Em contrapartida, **a economia do país** teve um crescimento inédito. Lançada em 1968, **VEJA** viveu e registrou durante 17 anos o cotidiano brasileiro sob o comando **dos generais**. Poucos meses após a estréia da revista, **o Ato Institucional nº 5** fechou o Congresso, cassou o mandato de mais de meia centena de políticos e suspendeu as garantias constitucionais. **VEJA** foi uma das primeiras vítimas do AI-5: **a edição sobre o ato que endurecia o regime** foi recolhida das bancas em dezembro de 1968. Por uma década, **a sigla** marcaria a fase mais feroz dos 21 anos de ditadura.

Se de um lado **o estado** massacrou liberdades básicas dos cidadãos, de outro, **um punhado de jovens radicais e organizações de esquerda** entraram no delírio de derrubar **o regime** na base da luta armada. **As diferentes formas de resistência ao governo fardado** renderam uma série de capas históricas, como a do **congresso clandestino da UNE** em Ibiúna, em 1968, ainda antes do AI-5. Ali, só podiam entrar **os**

estudantes que *tivessem* em mãos um exemplar de VEJA daquela semana - **a revista** era a "senha". De leitores, **os estudantes** *passariam* a protagonistas da revista. Ao *serem* descobertos e presos, *estamparam* a capa da semana seguinte.

Também *marcaram* época **o seqüestro do embaixador americano** por **um grupo guerrilheiro em 1969** e a **perseguição a Carlos Marighella**, o mais destacado líder da luta armada. **A morte do ex-capitão de infantaria Carlos Lamarca**, que *trocou* a farda pela subversão, também *seria* destaque em 1971.

Ainda no fim de 1969, com duas reportagens de capa sobre o tema, **VEJA** *se tornou* o primeiro órgão de imprensa do país a investigar de maneira abrangente e detalhada a prática de torturas nos porões **do regime militar**. Duas décadas depois, já *finda* **a ditadura**, **a revista** *publicaria* outra capa sobre o assunto, desta vez com a inédita confissão de um torturador.

Na primeira metade dos anos 1970, **o milagre econômico do governo militar** *exibia* resultados, traduzidos em grandes obras de infra-estrutura, como estradas, hidrelétricas e redes de comunicação. **Essa era** a face benigna **do regime**. **A maligna** *começaria* a de desintegrar em 1978, com o fim mais do que tardio do AI-5. No mesmo ano, **uma sentença** que *declarou* a responsabilidade da União no caso do **jornalista Vladimir Herzog - preso, torturado e morto** nas dependências do DOI-CODI paulista -, *colocou* o Brasil no degrau das nações civilizadas, onde **a administração pública** *responde* pelos atos de seus agentes.

A partir de 1979, **a anistia** *foi* o tema que dominou os debates. **VEJA** *acompanhou* a decisão **do presidente Figueiredo** desde o nascedouro até a conclusão do projeto de lei. Naquele ano, **o general** *concedeu* **a revista** a primeira entrevista exclusiva formal a **um órgão de imprensa** desde o golpe militar de 1964. **O presidente** que *assinou* a anistia e *permitiu* a transição para o poder civil *foi* o militar que mais vezes *apareceu* na capa de **VEJA**.

Quando a campanha pelas eleições diretas evidenciava o ocaso do **regime**, **a revista** conseguiu também entrevistas históricas com dois personagens fundamentais da história do Brasil: **Golbery do Couto e Silva e Emílio Médici**, que quebraram o silêncio para uma edição de maio de 1984.

4.2. A interpretação

A partir das marcações que fizemos, podemos perceber que sobre os militares temos doze referências à Ditadura Militar. Temos as seguintes construções sobre os militares e/ou governo militar: Militares, generais, ditadura, governo fardado, governo militar, Presidente Figueiredo, general, presidente e quatro vezes como regime. A maneira como esses atores agem, ou recebem as ações, é predominantemente de ordem positiva ou sob uma avaliação não negativa. Quando falado sobre os desmandes do governo militar, sobre as torturas que aconteceram durante o regime, é ressaltado que é responsabilidade da união, não dos militares diretamente. Outro ponto é que o momento em que os militares são acusados pelas torturas, com a recuperação da informação de que a Veja fez amplas buscas

sobre, inclusive com duas capas sobre o tema, uma das capas dizia “O presidente não admite torturas” (ARQUIVOS VEJA, 2014), ou seja, sempre deixando os militares isentos, ao menos minimamente, dos atos da época. A única grande problemática que os militares trouxeram, segundo o texto, foi o AI-5, que inclusive a Revista se coloca como vítima dele e o indica sendo uma ingerência nas liberdades da população. No penúltimo parágrafo se faz presente a ação do Presidente Figueiredo sobre a Lei da Anistia. Nela não há a agentividade nenhuma das instâncias contrárias ao regime. Com a agentividade apenas do presidente e do regime, o que parece é que não houve nenhuma participação da população nesse momento da ditadura, como se o processo de redemocratização do país tivesse sido apenas uma concessão do próprio Regime Militar, a partir de uma ação do Presidente Figueiredo. Ainda, com a maneira como os contrários ao regime são representados, aparenta-se que eles apenas atrapalharam o curso que o governo queria dar ao Brasil, que sempre teria sido o do rumo da democratização. Isso pode ser visto pela forma com que os atores sociais são representados, como já fora dito acima: sem agentividade quando referida à prática democrática e com agentividade quando em momentos de conflito infrutífero para a democracia. O mal que é apontado que foi de realização do Regime Militar foi unicamente o AI-5. Sequer a tortura é colocada como grande problema do Regime Militar, mas é apagada, colocada como culpa da união e não da administração do Estado. A revista aponta que o governo não teria sido favorável à tortura, como a capa da edição referida demonstra e como o texto apresentado também aponta.

Sobre a maneira como os contrários ao regime são representados, temos oito vezes a aparição desses atores, com as seguintes construções: Um punhado de jovens radicais, diferentes formas de resistência, congresso clandestino da UNE, os estudantes, um grupo guerrilheiro em 1969 e a perseguição a Carlos Marighella, a morte do ex-capitão de infantaria Carlos Lamarca e Jornalista Vladimir Herzog - Preso, torturado e morto. Os termos usados, como punhado, radicais, clandestino, dão conta de demonstrar a maneira negativa sob a qual os adversários são representados. Ao dizer ainda que o fato deles estarem em delírio ao tentar derrubar o regime entra na mesma interpretação. Além de serem representados em quantidade menor que os atores da ditadura, são feitos de maneira depreciativa, derrotada, por assim dizer. A ação deles não teria representado nenhum momento de conquista democrática. A TRAS nos ajuda a ler que nas ações da reconquista da democracia, no texto representado pela Lei da Anistia, esses atores são invisibilizados e apenas os próprios governantes, no caso o Presidente Figueiredo, é que tem prerrogativa de dar à população, ao seu bel prazer, a anistia. Ainda, quando esses sujeitos não são invisibilizados, eles são colocados estrategicamente com agentividade nas ações que seriam contrárias à ordem, subversivas, expressas também de maneira negativa em adjetivação.

A participação da Revista Veja é de uma colocação como vítima da Ditadura, quando fala sobre o AI-5 e o que sofreu diante disso, assim como se coloca como revista de ampla circulação desde o começo de sua história, quando fala do congresso de Ibiúna. Em nenhum momento há expressões como “apoiamos o regime” ou coisas do tipo, muito embora, como nas análises nos parágrafos anteriores, isso seja perceptível

da revista, dada a maneira que ela retrata os atores do tempo do Regime, sejam os atores que perpetuavam o sistema ou os que lutavam contra a Ditadura. O ato de se colocar como vítima é uma ação de preservação da face³, isto é, de preservar a imagem que tem, dado que, opinião corrente, ser contrário à ditadura é algo democrático, de bom tom, então ela se coloca como vítima para que, depois tenha possibilidade de questionar os que lutaram contra a ditadura. Em outras palavras, se colocar como alguém que lutou de uma maneira e nem por isso sofreu torturas e outras coisas da chamada face maligna da ditadura.

5. Conclusão

A leitura desses dados sob o arcabouço teórico apresentado demonstra que setores da mídia apoiaram e deram estrutura para que o Regime pudesse se manter. Aqui escolhemos usar a Veja, mas poderíamos ter escolhido outros veículos que também apresentam tais indícios. Apenas com esses apoios é que foi possível, para o governo militar, poder ficar os 21 anos no poder no Brasil.

É interessante e relevante discutir essas questões, uma vez que o processo de redemocratização não é algo já concluído em nosso país, mas uma contínua construção. Esse construir democrático enfrenta, inclusive, diversos entraves tão graves quanto no Regime Militar ou, ainda, maiores, uma vez que não são tão explícitos e os instrumentos de dominação. Essas estratégias de poder, quanto mais são menos aparentes, mais são frutuosas em nos seus fins de manutenção do poder (FAIRCLOUGH, 2001). Há, mesmo depois de quase três décadas do fim do Regime Militar, diversas faces da Ditadura que persistem em nosso país. Apresentar como o Regime foi construído pela mídia é ver como alguns pontos são explicitados e as estratégias usadas para esconder determinados pontos incômodos para as ideologias que querem ser explicitadas. Trabalhar com o discurso da mídia, em suas estratégias de apresentação dos atores, também faz parte da relevância de nosso trabalho.

Diante do exposto, corrobora-se a tese de que o Golpe para a instauração da Ditadura Militar, mais que Militar apenas, foi Civil-Militar, já que contou com ampla participação dos civis na consolidação do regime que durou 21 anos. A participação da imprensa na manutenção da ditadura foi essencial para exaltar quem o governo militar queria e omitir os fatos negativos desse mesmo governo. Outrossim, resgatar tais informações e falar sobre esses dados faz parte do processo democrático e das discussões sobre democracia que estão presentes por ocasião da memória dos 50 anos do Golpe Civil-Militar de 1964.

Referências bibliográficas

ARQUIVO VEJA: Coleções | Regime militar: ditadura, AI-5, Médici, Geisel, Figueiredo, Lamarca, Marighella,

³Face aqui compreendida dentro do exposto em Maingueneau (2004), isto é, como fenômeno linguístico relativo à polidez e a formação uma imagem de si. “Todo ato de enunciação pode construir uma ameaça para uma ou várias dessas faces” (MAINGUENEAU, 2004, p. 38). Assim, preservar a face é preservar imagem construída de si mesmo, com essa preservação construída na negociação discursiva, dentro da relação social em que se insere.

terror, torturas, Herzog, anistia. Disponível em: <<http://migre.me/ksAvV>>. Acesso em: 30 jun 2014.

BRASIL. **Atos Institucionais** — Portal da Legislação. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em 29 jun. 2014.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity: Rethinking social discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London; New York: Routledge, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Getulio Vargas: uma memória em disputa**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 16f.

FICO, Carlos et al. (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FICO, Carlos. O Golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In: FICO, Carlos et al. (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FUZER, Cristiane; CABRAL, S. R. S. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa**. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa, 2010.

HALLIDAY, M. A. K., & MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An Introduction to Functional Grammar**. 4. ed. London: Edward Arnold, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M.I.M.; PAINTER, C. **Deploying functional grammar**. Beijing: the Commercial Press, 2010.

MELO, Iran Ferreira de. **Ativismo LGBT na imprensa brasileira: análise crítica da representação de atores sociais na Folha de S. Paulo**. 2013. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://migre.me/gkUEP>>. Acesso em: 2013-10-01.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e barbárie. 1968-1974. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

SOUZA, F. F. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)**, v. 3, p. 159-176, 2011.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Jul 2015.

VAN LEEUWEN, Theo. **Discourse and Practice: New tools for critical discourse analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

VIEIRA, J. Antunes; AQUINO, J. F. **Percursos e avanços do texto multimodal: novas perspectivas na contemporaneidade**. Discursos Contemporâneos em Estudo, v. 1, p. 9-24, 2011.

Abstract: *A coup d'état civilian and military started in Brazil, by April 1st of 1964, a dictatorship that lasted until 1985. The objective of this research is to demonstrate the support from media sectors to the coup and the strategies they constructed discursively to make this position. We chose the presentation of the collection of editions about the Military Regime of Veja magazine as analysis object. The theory we use as framework is Critical Discourse Analysis (CHOULIARAKY & FAIRCLOUGH, 1999), where the discourse is presented as a moment of the social practices. In addition, in Critical Discourse Analysis, the methodology we used can be found the discursive methodology we take. We used, as well, interpretations founded in the Theory of Representation of the Social Actors (VAN LEEUWEN, 2008) and some contributions of Systemic Functional Linguistics (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014). In this research, the explanation stage was made by the presentation of the historic conjunction; the Critical Discourse and the Theory of the Representation of the Social Actors made the interpretative one; Systemic Functional Linguistics made the descriptive stage. We can see, in the discursive analysis, a position more favorable to military governments within the magazine.*

Keywords: *Dictatorship Civilian-Military, Media Discourse, Critical Discourse Analysis, Systemic Functional Linguistics, Representation of the Social Actors.*

A representação de negros anônimos em *Raça Brasil*: a construção da autoestima minoritária em uma revista de nicho

Filipe Mantovani FERREIRA (USP)
filipe.mantovani.ferreira@usp.br

Resumo: A vinculação de indivíduos, grupos e instituições ao discurso (deles ou de outrem) tem influência na concepção que se tem deles e que eles têm de si. Os discursos têm papel preponderante, portanto, nos processos de construção e reconstrução de identidades. Analisamos, nesse trabalho, quatro narrativas biográficas curtas publicadas pela revista *Raça Brasil* (voltada a negros) protagonizadas por negros, com o objetivo de identificar quais são os contornos que a revista atribui, por meio de seu discurso, à identidade negra, além de descrever procedimentos linguístico-discursivos de que ela se vale para isso. Para tanto, adotamos, como base teórica, os trabalhos de Charaudeau (2009), van Dijk (1984, 2006), Tajfel (1981), de Bruner (2002), entre outros.

As análises permitiram observar que a revista *Raça Brasil* procura fomentar uma autoestima negra por meio de recursos linguístico-discursivos de naturezas bastante variadas, os quais permitem a vinculação dos protagonistas negros a qualidades como o talento, a capacidade intelectual, a disposição para o trabalho e a beleza. Conclui-se, ademais, que a revista estabelece uma relação polêmica com os discursos discriminatórios responsáveis pela criação e/ou perpetuação de identidades negativamente avaliadas de negros em nossa sociedade.

Palavras-chaves: Revistas; minorias; discurso; narrativas; identidade.

1. Introdução

Minorias são definidas como segmentos subordinados de sociedades complexas que possuem uma ou mais características desprestigiadas por segmentos dominantes (Wagley e Harris, 1958). Trata-se de grupos negativamente avaliados, que sofrem a rejeição de outros grupos. São características negativamente avaliadas em nossa sociedade, por exemplo, a cor de pele negra, a prática de religiões de matriz africana, comportamentos não heterossexuais, as deficiências física e mental, entre diversas outras.

De acordo com Shotter e Gergen (1989), a identidade de um indivíduo é construída em função do modo como ele se vincula a um discurso¹⁰⁸, seja ele o seu próprio ou o dos outros. Afirma-se, desta forma, a importância dos discursos que circulam em uma determinada sociedade ou grupo social para que se conceba a identidade, tanto sua própria quanto a de outras pessoas.

Nesse sentido, é inegável a importância dos discursos sobre uma determinada minoria para sua constituição identitária, uma vez que eles têm papel preponderante para a perpetuação da discriminação ou para o questionamento e eventual eliminação dela.

Tendo isso em vista, propomos, neste trabalho, investigar o modo como as identidades de indivíduos negros são criadas em pequenas narrativas biográficas publicadas na revista *Raça Brasil*,

¹⁰⁸A palavra *discurso* refere-se, neste trabalho, à linguagem situada social, política e historicamente.

título voltado ao público negro. Nossa hipótese é que a revista *Raça Brasil* faz uso de uma variedade de procedimentos linguístico-discursivos com o objetivo de construir uma identidade negra positiva, que seja capaz de fomentar, no seio de seu público leitor, o orgulho da pertença à minoria negra, além de questionar a associação de traços negativamente avaliados (tais como a falta de capacidade intelectual, de beleza ou de disposição para o trabalho) à minoria negra.

Foram selecionadas para análise quatro narrativas, as quais foram digitalizadas, anexadas a este trabalho e numeradas, conforme a tabela a seguir.

Tabela 1. Listagem das narrativas a serem analisadas

Número da narrativa	Título da narrativa	Edição da revista	Página de publicação na revista
1	Guerreira	127	25
2	Multifacetado	130	42
3	Além da vocação	131	9
4	Futuro nos palcos	136	49

Nas seções seguintes, procedemos a uma breve discussão teórica acerca da questão das minorias, levando em conta a relação delas com o discurso, a cognição e a sociedade; em seguida, propomos uma breve discussão a respeito da natureza e das funções das narrativas. Posteriormente, passamos à descrição do contexto de formação e circulação da revista *Raça Brasil*, à análise do *corpus* e ao registro das conclusões dela decorrentes.

2. Minorias, cognição, sociedade e discurso

Segundo Tajfel (1981), a habilidade cognitiva inata de categorização é utilizada de forma bastante produtiva e recorrente no âmbito da interação humana. Tal habilidade consiste, basicamente, na identificação de características que possam ser utilizadas como critérios para a alocação de elementos em grupos. Segundo esse autor, a vida humana é significativamente marcada por esforços de segmentação da realidade sensível, os quais são possibilitados pela categorização e outras habilidades cognitivas. Especificamente no que diz respeito à segmentação da sociedade em grupos menores, aos quais são atribuídas características específicas, a habilidade de categorização tem papel preponderante, sendo condição para o processo de consolidação de grupos hegemônicos e dominados, tanto valorizados quanto desvalorizados.

É significativo que se observe que a categorização em si mesma não implica a atribuição de valor positivo ou negativo a algo; a atribuição de valor a indivíduos, grupos, eventos ou objetos é, na verdade, culturalmente regulada por meio da construção de uma *atitude*, conceito-chave para compreender a base psicocognitiva da discriminação.

De acordo com van Dijk (1984), a atitude pode ser entendida como um *esquema de grupo*, ou seja, um conjunto de crenças e opiniões que funciona como base cognitiva para o processamento das informações sobre os membros desses grupos. Esse estudioso esclarece que as atitudes não correspondem a quaisquer avaliações que as pessoas façam sobre alguma coisa, alguém ou algum evento, mas a sistemas de memória organizados, isto é, a aglutinações de crenças sobre objetos sociais, tais como outras pessoas, grupos, estruturas ou fenômenos sociais (VAN DIJK, 1984).

Rodrigues (1975), por sua vez, acentua o papel que os afetos têm no processo de consolidação de uma atitude referente a um determinado objeto social. Para ele, atitudes podem ser entendidas como “uma organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto social definido, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a este objeto” (p. 397).

Sabe-se que alguns grupos de uma sociedade são comumente associados a afetos negativos, tais como ansiedade, irritação, nojo, entre outros, os quais podem interferir de maneira bastante significativa tanto no modo como vemos os indivíduos de um determinado grupo, quanto no julgamento que se fazem deles e no modo como a interação com eles é encaminhada. São esses os afetos que estão na base dos comportamentos preconceituosos direcionados a minorias com os quais temos contato em nosso dia a dia (BODENHAUSEN, 1993, p. 14). A atribuição desses afetos a minorias constitui a base para a misoginia, a homofobia, o racismo, além de outras formas de discriminação que caracterizam a sociedade brasileira.

Nesse sentido, van Dijk (2006) salienta que as atitudes socialmente compartilhadas não são modificadas ou adquiridas da noite para o dia, mas são, ao contrário, desenvolvidas a partir de generalizações e abstrações feitas com base em modelos mentais formados a partir de discursos específicos, tais como notícias, declarações oficiais, filmes, etc.¹⁰⁹. Desta forma, a discriminação de grupos minoritários não pode ser entendida estritamente como um fenômeno cognitivo, social ou discursivo, mas como na articulação entre essas três dimensões.

Tajfel (1981) argumenta que a categorização está na base de um processo de construção de estereótipos, o qual cumpre uma função de economia de processamento cognitivo, uma vez que facilita as interações de indivíduos em um entorno social complexo por meio da construção de “atalhos” mentais que dão a impressão de conhecer alguém ou algo com base na pertença a um

¹⁰⁹ Observe-se que a noção de construção das atitudes a partir dos discursos que circulam em sociedade, defendida por van Dijk, não é aceita univocamente por todos os estudiosos. Durante algum tempo, os pesquisadores da área de Psicologia Social conceberam a atitude como algo construído mediante a experiência de contato entre um indivíduo e um objeto, o qual era mediado pelos cinco sentidos (percepção) e levava ao processamento cognitivo das informações obtidas. Trata-se, em outras palavras, de uma perspectiva que valoriza a individualidade e o processamento mental. Atualmente, nos estudos da atitude, predomina uma perspectiva mista, que articula as perspectivas discursiva e cognitiva, possibilitando que se reconheçam tanto no discurso quanto na experiência individual elementos que colaboram para a construção de atitudes (cf. Farr, 1996). Neste trabalho, por propormos uma análise discursiva, privilegamos o papel do discurso na construção de atitudes e identidades, sem, entretanto, subestimar o papel da experiência individual na construção delas.

determinado grupo. Dessa forma, a vinculação de um determinado indivíduo a categorias como negro ou feminista permite que sejam feitas inferências significativas para que ocorra a vinculação dele a afetos positivos ou negativos, processo que desempenha papel fundamental no encaminhamento das interações.

Tendo em vista o fato de o *corpus* deste trabalho ser composto por narrativas biográficas, procedemos, na seção a seguir, à discussão teórica sobre as narrativas, sobretudo no que diz respeito às características essenciais a elas e às relações que elas estabelecem com as questões de identidade.

3. Narrativas

Bruner (2002) reconhece nas narrativas uma forma de criação de modelos de realidade, por meio dos quais se atribuem sentidos a ela. Em outras palavras, a construção de narrativas é responsável pela segmentação da realidade que a torna inteligível. A esse respeito, o autor observa que

[...] nós raramente questionamos a forma que se dá à realidade conforme a reciamos como história. O senso comum defende com veemência que a narrativa é uma janela transparente com vista para a realidade, não um cortador de biscoitos que impõe forma a ela (BRUNER, 2002, p. 06)¹¹⁰.

A criação de narrativas, conforme concebida por Bruner, corresponde àquilo a que Charaudeau (2009) se refere quando trata da transformação de um “mundo a comentar” em um “mundo comentado”. Conforme o estudioso francês, “o acontecimento se encontra nesse ‘mundo a comentar’ como efeito de uma fenomenalidade que se impõe ao sujeito, em estado bruto, antes de sua captura perceptiva e interpretativa”, enquanto o “mundo comentado” é produto do olhar de um sujeito que se estende sobre o “mundo a comentar” e o integra em um sistema de pensamento que o torna inteligível (CHARAUDEAU, 2009, p. 95).

Tendo isso em vista, pode-se dizer que a objetivação da realidade propiciada pela linguagem é, por conseguinte, redutora da realidade que substitui e implica a adoção de um ponto de vista, fato que faz com que toda a informação que chega a alguém por meio do discurso de outrem seja necessariamente relativizada. As narrativas constituem-se, assim, como uma manifestação discursiva, por meio da qual se criam representações do “mundo a comentar”.

De acordo com Charaudeau (2009, p. 99), “o acontecimento nasce e vive numa dialética permanente da ordem e da desordem, dialética que pode estar na natureza, mas cuja percepção e significância dependem de um sujeito que interpreta o mundo”. Este autor fornece, como exemplo

¹¹⁰ Tradução livre de “[...] we rarely make inquire as to the shape reality is given when we dress it up as story. Common sense stoutly holds that the story form is a transparent window on reality, not a cookie-cutter imposing a shape on it.”

da dimensão interpretativa do narrar, os diversos modos de designação de uma morte. A esse respeito, esclarece Charaudeau:

Mortos são mortos [...], mas sua significação evenemencial, o fato de que esses mortos sejam designados como parte de um “genocídio”, de uma “purificação étnica”, de uma “solução final”, de que sejam declarados “vítimas do destino” (catástrofe natural) ou da “maldade humana” (crime), depende do olhar que o sujeito humano lança sobre esse fato, ou seja, as redes que ele estabelece, através de sua própria experiência, entre os diversos sistemas de pensamentos e crenças (CHARAUDEAU, 2009, p. 99).

Tendo isso em vista, pode-se dizer que os grupos minoritários são discriminados como consequência de representações negativas discursivamente criadas acerca deles, as quais têm influência na atitude que se tem com relação a esses grupos. Dessa forma, um desejo de modificação dessas representações e da atitude delas decorrente deve estar atrelado, portanto, a um esforço de modificação ou silenciamento dos discursos que as engendram.

A respeito do processo de criação de narrativas, Bruner (2002) explica que elas são construídas conforme acontecimentos são ligados por uma relação de causa e efeito e dispostos num eixo temporal. Para este autor, as narrativas, em todas as suas formas, constituem-se como a dialética entre aquilo que se espera e aquilo que aconteceu, o que significa que, para que haja uma história, é indispensável que algo inesperado aconteça. O autor defende, ademais, que a cultura é responsável por estabelecer aquilo que é esperado ou não. Isso significa dizer que toda cultura traz embutido em si um repertório de transgressões possíveis.

Pode-se dizer, dessa forma, que a estrutura da narrativa fundamenta-se em um conjunto de expectativas reconhecíveis a respeito do estado de coisas do mundo e na quebra dessas expectativas, decorrente da *peripécia*, em sua acepção aristotélica.

Com relação a essa questão, Bruner escreve:

Algo inesperado deve acontecer; caso contrário, não há nada a contar. A narrativa relaciona-se a esforços para lidar com a quebra de expectativa e suas consequências e aceitá-las. E finalmente há um resultado, um tipo de resolução (BRUNER, 2002, p. 17).¹¹¹

Ao reconhecerem nas narrativas uma forma de representação da realidade possibilitada pelo olhar de um indivíduo que assume o papel de narrador, tanto Bruner quanto Charaudeau identificam nelas uma impossibilidade de neutralidade essencial a todo esforço de semiotização da realidade.

Para Charaudeau (2009), à semiotização da realidade corresponde um processo de atribuição de significação psicossocial. Para além da discretização da realidade em si, o processo de produção discursiva submete-se a uma série de parâmetros, tais como as hipóteses sobre a identidade do outro (seus saberes, posição social, seu estado psicológico, suas aptidões, seus interesses etc.), o

¹¹¹ Tradução livre de “Something goes awry, otherwise there’s nothing to tell about. The story concerns efforts to cope or come to terms with the breach and its consequences. And finally there is an outcome, some sort of resolution”.

efeito que se pretende produzir no outro, o tipo de relação que se pretende instaurar com esse outro e o tipo de regulação que se prevê com relação aos parâmetros precedentes, a fim de que um determinado discurso atinja seus objetivos.

Os parâmetros definidos por Charaudeau articulam-se com o conceito de *coda* formulado por Bruner (2002), que consiste na avaliação do significado de uma narrativa¹¹², sendo certo que este significado só pode realmente ser criado se os parâmetros definidos por Charaudeau forem levados em consideração.

É significativo observar o importante papel que as narrativas desempenham na constituição de identidades, as nossas próprias e as dos outros. Bruner (2002, p. 65) defende que o processo de construção de si (*self-making*) ocorre tanto de dentro para fora quanto de fora para dentro, isto é, somos influenciados pelas narrativas que nós construímos a respeito de nós mesmos e por aquelas que são construídas a nosso respeito, o que resulta numa rede de narrativas continuamente construída e reconstruída. Além disso, as narrativas podem também ser responsáveis pela criação de identidades de grupos (e não apenas de indivíduos), as quais são construídas por meio das narrativas formuladas tanto por membros deles quanto por pessoas que não pertencem a eles. A respeito disso, escreve Bruner:

Quero começar propondo, de modo ousado, que, na verdade, não existe uma identidade intuitivamente óbvia e essencial a ser conhecida, uma identidade que apenas aguarde para ser retratada por meio de palavras. Na verdade, nós constantemente construímos e reconstruímos nossas identidades para nos adaptarmos às necessidades impostas pelas situações que encontramos e fazemo-lo utilizando como baliza nossa memória do passado e nossas esperanças e medos relativos ao futuro. Contar algo sobre si a outra pessoa é como criar uma história sobre quem ou o que somos, o que aconteceu e por que fazemos o que fazemos. Isso não significa que tenhamos que começar as histórias do zero toda vez. As histórias que propiciam a construção de si acumulam-se ao longo do tempo [...]. Elas tornam-se obsoletas não apenas porque nos tornamos mais velhos ou mais sábios, mas porque elas precisam adaptar-se a novas circunstâncias, novos amigos, novas empreitadas (BRUNER, 2002, p. 65).¹¹³

Ao refutar a existência de uma identidade dada aprioristicamente, Bruner ressalta a importância das narrativas para a construção e reconstrução — ambas constantes — das identidades de indivíduos e grupos. Ratifica-se, assim, a impossibilidade de apreensão da realidade, salvo por sua (re)criação discursiva, a qual sempre implica uma série de distorções decorrentes da adoção de um ponto de vista. Dessa forma, as narrativas biográficas publicadas em *Raça Brasil* podem ser

¹¹² Bruner (2002:20) define *coda* como “a retrospective evaluation of what it all might mean”.

¹¹³ Tradução livre de “I want to begin by proposing boldly that, in effect, there is no such thing as an intuitively obvious and essential self to know, one that just sits there ready to be portrayed in words. Rather, we constantly construct and reconstruct out selves to meet the needs of the situations we encounter, and we do so with the guidance of our memories of the past and our hopes and fears for the future. Telling oneself about oneself is like making up a story about who and what we are, what’s happened, and why we’re doing what we’re doing. It is not that we have to make up stories from scratch each time. Our self-making stories accumulate over time [...]. They get out-of-date, and not just because we grow older or wiser but because our self-making stories need to fit new circumstances, new friends, new enterprises”.

entendidas como discursos que contribuem para a (re)construção das identidades tanto dos negros que as protagonizam quanto do grupo minoritário ao qual pertencem.

Antes de passarmos à análise dos textos biográficos, procedemos, na seção seguinte, a uma breve descrição do projeto editorial da revista *Raça Brasil* e da tradição de publicações a que ela se vincula.

4. A revista *Raça Brasil* no contexto das publicações negras

O Homem de Côr, primeiro periódico brasileiro dedicado exclusivamente às questões da população negra, foi lançado no Rio de Janeiro em 1833. De acordo com Pinto (2006), seu lançamento coincide com um período de prematura afirmação da democracia brasileira, ocorrido nos anos após a proclamação da independência com relação a Portugal. Trata-se de um período em que a imprensa de tendência liberal, tanto moderada quanto exaltada, cresceu significativamente em diversas cidades brasileiras. Boa parte da imprensa negra estava vinculada, nessa época, ao movimento abolicionista, que ganhou força durante o Primeiro Reinado e o Período Regencial.

A autora esclarece ainda que o surgimento de publicações voltadas especificamente a negros decorre da conjunção de uma série de fatores, entre os quais podem ser destacados o crescimento da população urbana de negros libertos e livres, a obtenção de renda por parte da população afro-brasileira por meio da realização de atividades urbanas remuneradas, além do aprendizado da escrita e da leitura por meio do contato com habitantes letrados das cidades.

Com a assinatura da Lei Áurea, em 1888, não se observou mudança significativa na situação desprivilegiada da população negra, que continuava à margem da sociedade. Isso significa que a demanda social por publicações negras que tivessem caráter reivindicatório não cessou, e a imprensa negra encontrou condições e razões para permanecer viva também durante o século subsequente.

Ramos (2010) esclarece que a situação socioeconômica dos negros determinava, de modo geral, a indisponibilidade de capital para a compra de publicações que se voltassem a essa etnia, o que tornava a subsistência desses veículos um desafio. Estes se mantinham em atividade, na maior parte das vezes, tendo por motivação apenas o idealismo de seus criadores, que produziam textos de circulação gratuita, de modo a obter alcance mais significativo no interior de seu público-alvo.

Tal estrutura de produção e circulação de periódicos corresponde ao que Kucinski (1991) denomina *imprensa alternativa*, que se caracteriza por um desejo de transformação social, pela inexistência de uma estrutura empresarial e pelo desinteresse com relação ao lucro.

Ao longo das últimas duas décadas do século XX, observou-se uma transição da imprensa negra, que passou a integrar o circuito comercial das revistas. Dessa forma, publicações voltadas a negros passaram a ser produzidas por empresas de comunicação com o objetivo de conquistar novos

mercados e obter lucros. Foram lançadas, nessa época, revistas como *Ébano*, *Swingando e Agito Geral*, as quais tiveram existência relativamente curta, ao contrário da revista *Raça Brasil*, que alcançou sucesso sem precedentes desde suas primeiras edições, apesar de, diferentemente dos periódicos alternativos que a precederam, não ser distribuída gratuitamente¹¹⁴.

O êxito estrondoso obtido por *Raça Brasil* quando de seu lançamento, em 1996, chamou a atenção de diversos órgãos da imprensa nacional e internacional (Oliveira, 2007). Em seu primeiro editorial, *Raça Brasil* prometeu que a revista estaria comprometida em dar visibilidade à parcela negra da população brasileira, de modo a neutralizar a invisibilidade a que está relegada, e, além disso, propiciar uma melhoria da autoestima negra, conforme observamos nos excertos transcritos a seguir:

Todos os dias nascem negros neste país – mas o país não sabe disso, ou finge não saber. Estamos por toda parte. Nas ruas, nos escritórios, nos shoppings, restaurantes... No entanto somos invisíveis! Como pode um país não enxergar mais de metade de seu próprio povo?

Felizmente os tempos estão mudando. [...]

RAÇA BRASIL nasceu para dar a você, leitor, o orgulho de ser negro. Todo cidadão precisa dessa dose diária de auto-estima: ver-se bonito, a quatro cores, fazendo sucesso, dançando, cantando, consumindo. Vivendo a vida feliz.¹¹⁵

A respeito do projeto editorial da revista, Brasileiro (2003) chama a atenção para o fato de que a revista apresenta uma divisão em seções temáticas, nas quais há textos sobre temas como beleza, cultura, religião e arte que poderiam facilmente ser encontrados em outras publicações. O eixo comum a todo o conteúdo da revista é a negritude. Chama a atenção, no conjunto dos textos que compõem as revistas, a profusão de narrativas biográficas de negros famosos e desconhecidos.

É significativo observar que, conforme se pode depreender do editorial, *Raça Brasil* não reivindica para si a imagem de publicação que visa à divulgação de notícias, mas de órgão que objetiva a construção de uma autoestima minoritária e de uma estrutura que dê visibilidade à minoria negra.

Raça Brasil parece, assim, propor a continuidade da tradição da imprensa negra alternativa do século XX, que, segundo Bastide (1973), constitui-se muito mais como uma imprensa de educação e protesto que como uma imprensa de informação, na medida em que tem como objetivo precípuo “dar-lhes [aos negros] o senso da solidariedade, encaminhá-los, educá-los a lutar contra o complexo de inferioridade [...]” (p.130).

As análises apresentadas a seguir sugerem que as observações de Bastide sobre a imprensa negra alternativa descrevem de maneira acurada o projeto de *Raça Brasil*, que, para além da

¹¹⁴ A época em que foram publicados os textos analisados neste trabalho, cada revista era vendida por R\$7,90.

¹¹⁵ Trecho da seção *Linha de Frente*, publicada na primeira edição de *Raça Brasil*, em setembro de 1996. Trecho transcrito de Brasileiro (2003:49). Grafia e uso de negrito e caixa alta mantidos com relação à fonte.

obtenção de lucro, busca criar e/ou fortalecer a noção de que negros são indivíduos capazes de conquistas significativas, dotados de beleza e potencial de realização de objetivos.

5. Análise

Em suas teorias, tanto Bruner (2002) quanto Charaudeau (2009) procuram dar conta da impossibilidade de apreensão integral da realidade; segundo ambos os teóricos, os sujeitos, ao procurarem apreender a realidade por meio de seus discursos, criam representações dela, as quais são sempre interpretativas e redutoras de sua complexidade. Desta forma, versões do que vem a ser a realidade são criadas conforme um sujeito lance ao mundo sensível um olhar interpretativo, fato que tem como corolário impossibilidade de existência de discursos neutros. Na análise a seguir, procuramos identificar, no *corpus*, os procedimentos linguístico-discursivos que colaboram para que representações positivas dos protagonistas sejam construídas. Conforme se poderá observar, os procedimentos analisados são de naturezas bastante diversas, mas articulam-se na medida em que permitem a criação de uma representação positiva dos protagonistas das narrativas e, por extensão, da minoria a que eles pertencem. Por esse motivo, procedemos à análise de elementos tão diversos quanto a constituição das narrativas, a seleção dos protagonistas, a seleção de fatos da vida dos protagonistas, estrutura narrativa, escolhas lexicais, operadores discursivos, marcadores de pontuação, entre outros.

Retomamos, para fins de análise, o raciocínio de Bruner (2002), para quem a narrativa deve contar algo inesperado, isto é, deve promover a quebra das expectativas daqueles que com ela têm contato, característica que justificaria sua existência.

Essa noção de narrativa parece particularmente produtiva se analisarmos as quatro biografias selecionadas para constituir o *corpus* deste trabalho, as quais se dedicam, basicamente, ao relato das rotinas e percursos profissionais de seus protagonistas. Inicialmente, não parece haver nelas espaço para a ruptura com relação ao prosaísmo, para a narração de algo que fosse capaz de quebrar as expectativas de um leitor. Ao ler as narrativas, informamo-nos sobre a vida de pessoas desconhecidas do grande público, cujas vidas parecem não apresentar quaisquer singularidades com relação às de grande parte da população: os protagonistas dedicam-se a trabalhar e/ou estudar e têm ambições ligadas a suas carreiras.

O caráter aparentemente prosaico das narrativas parece implicar, à primeira vista, contradição com relação à teoria de Bruner. “Afim, qual é a subversão de expectativas promovida pelas narrativas aparentemente tão estáveis de *Raça Brasil?*”, poderia perguntar um leitor ou um analista. Essa contradição é, no entanto, apenas aparente, conforme argumentamos a seguir.

Com efeito, o ponto de vista a partir do qual a revista *Raça Brasil* propõe a percepção da história é o de uma publicação voltada para a minoria negra e consumida por ela. É a partir da adoção desta perspectiva que se identificam as subversões de expectativas a que procede a revistas.

Uma primeira subversão reside no fato de que todas as narrativas selecionadas são protagonizadas por negros, o que corresponde a uma afirmação tácita de que a revista considera as narrativas, prosaicas e aparentemente pouco significativas, um conteúdo de interesse para seu público, suficientemente relevante para merecer ser publicado e divulgado. Subjaz a esta seleção de pauta a ideia de que negros podem e merecem ter espaço significativo na mídia de massa. Este espaço lhes é atribuído por meio da narração de histórias em que desempenhem função de protagonistas. Ao proceder dessa forma, a revista posiciona-se de modo contrário à tradição de não concessão de papéis de protagonistas a negros, a qual, em contexto brasileiro, ainda é perpetuada, por exemplo, pelas telenovelas.

Outra subversão a ser observada corresponde ao fato de que as pessoas selecionadas para protagonizar as narrativas são desconhecidas do grande público. Diante desse fato, infere-se que a revista assume a posição de defesa da possibilidade de negros, independentemente de terem conquistado fama, dinheiro ou reconhecimento, serem elegíveis para o papel de protagonistas de narrativas. Trata-se, em outras palavras, da valorização do negro comum. Além disso, ao eleger protagonistas desconhecidos do público, a revista possibilita o surgimento de uma identificação entre protagonistas de narrativas e leitores, o que pode ser interpretado como uma tentativa de incremento da autoestima destes. Pode-se dizer, dessa forma, que a prerrogativa de seleção de protagonistas para as narrativas é utilizada estrategicamente por *Raça Brasil* em função de seus objetivos discursivos, quais sejam, o enaltecimento de indivíduos negros e a constituição de um orgulho de pertença ao grupo minoritário negro.

Dito de outra maneira, os textos biográficos parecem constituir-se com o objetivo de propiciar a consolidação de uma atitude positiva com relação à minoria negra no seio do próprio grupo negro, com vistas à construção ou fortalecimento de uma autoestima negra. Conforme se poderá observar ao longo da análise, essa tendência se manifesta de diversas outras maneiras no corpus.

Saliente-se, além disso, que o processo de semiotização (Charaudeau, 2009), pressuposto no processo de construção de uma narrativa, implica a imposição de um olhar interpretativo a uma realidade heteróclita, que só pode ser apreendida parcialmente. Esse olhar interpretativo é utilizado de maneira estratégica pela revista, a fim de conseguir criar uma imagem favorável dos protagonistas e, por extensão, do grupo minoritário a que pertencem.

Observe-se a tabela a seguir:

Tabela 2. Resumo das rotinas e objetivos dos protagonistas

Narrativa	Protagonista	Situação profissional	Objetivos ("sonhos")
-----------	--------------	-----------------------	----------------------

1	Fernanda Valentim	Estudante do terceiro ano de Radiologia Médica que trabalha à tarde e à noite em profissão não especificada.	Terminar a faculdade e ter uma vida estável.
2	Carlos Benne	Ator com 25 espetáculos no currículo e sócio de uma empresa de treinamentos corporativos teatralizados.	Participar como ator de um filme de longa metragem.
3	Marcelo Violla	Iluminador e ex-ator de peças infantis.	Aprender inglês. Estudar tecnologia teatral fora do Brasil.
4	Marcos Miguel	Metalúrgico que perdeu seu emprego devido a um corte de custos devido à crise. Segundo lugar em um concurso de beleza.	Tornar-se ator, conhecer Los Angeles, Hollywood.

A análise das narrativas permitiu observar que o narrador tende a destacar quase que exclusivamente fatos relacionados aos percursos profissional e acadêmico dos protagonistas. Nas quatro narrativas selecionadas, mencionam-se principalmente as atividades acadêmicas e profissionais dos protagonistas, havendo relativamente poucas referências à vida social, familiar ou afetiva ao longo do *corpus*. Além disso, todas as narrativas mencionam objetivos profissionais (“sonhos”) ainda não alcançados, conforme se pode depreender da tabela. Trata-se de narrativas cujos desfechos não estão circunscritos ao passado, a um tempo anterior ao da narrativa, mas a um momento indefinido posterior a ela, que pode ou não vir a acontecer. Tal construção da narrativa sugere a grande importância do futuro como possibilidade de ascensão social no percurso profissional dos protagonistas.

Decorre da opção por fazer referência ao futuro — e da possibilidade de identificação do público com os protagonistas a que nos referimos anteriormente — a ideia de que é possível, mesmo a alguém que ocupa um lugar marcado pela discriminação em nossa estrutura social, conseguir sucessos profissionais e obter êxito acadêmico. Dessa forma, a publicação sugere que existe a possibilidade, também para o leitor, de ambicionar (e eventualmente obter) posições acadêmico-profissionais avaliadas favoravelmente pela sociedade.

Nesse sentido, merece destaque o fato de que, em duas das narrativas, a revista *Raça Brasil* manifesta-se abertamente no sentido de apoiar a ascensão acadêmica e/ou profissional dos protagonistas, conforme se pode observar nos excertos (1) e (2) a seguir¹¹⁶:

- (1) “Assim que terminar meu curso, vou começar a fazer inglês. Meu sonho é poder estudar tecnologia teatral fora do Brasil — e trabalhar com grandes nomes do teatro”, planeja, **sem deixar dúvidas de que o futuro será brilhante!**¹¹⁷

(Narrativa 3)

¹¹⁶ Ao longo das análises, sempre que necessário, serão transcritos trechos das narrativas. Nesses casos, serão mantidas a grafia e a pontuação originais do texto. Serão indicados todos os grifos que tenham sido feitos com o objetivo de facilitar as análises.

¹¹⁷ Grifo nosso.

- (2) Marcos sabe que o caminho é longo, mas segue sossegado e na paz, acreditando que cedo ou tarde vai encontrar o sucesso. **Nós também acreditamos!**¹¹⁸

(Narrativa 4)

Nesse caso, o uso dos pontos de exclamação, nos excertos (1) e (2), colabora para que a tomada da palavra por parte da publicação, feita com o objetivo de enfatizar a crença na capacidade de obtenção de sucesso dos dois protagonistas, ganhe um tom emotivo, em que se reconhece o entusiasmo em face da possibilidade de conquista de posições sociais mais valorizadas.

Conforme dito anteriormente, os protagonistas anônimos desempenham função de modelo junto ao público da revista. Essa tendência é particularmente observável nas narrativas 1 e 2. Ambas foram extraídas de uma seção da revista intitulada *Negro gato* ou *Negro gata*, a depender do gênero a que pertence o protagonista da narrativa nela apresentada.

Tal seção tem como uma de suas características principais, além do relato da biografia dos protagonistas, a tentativa de caracterizá-los, por meio de recurso a figurinos e maquiagem, como uma celebridade negra, cuja foto é posicionada abaixo do texto biográfico. Na narrativa 1, a protagonista Fernanda Valentim é vestida e penteada de modo a assemelhar-se à cantora e atriz estadunidense Lauryn Hill; na foto que ilustra a narrativa 2, Carlos Benne, por sua vez, é caracterizado a fim de que se assemelhe ao cantor e ator brasileiro Toni Garrido.

Nesse contexto, Lauryn Hill e Toni Garrido, artistas amplamente conhecidos, são tomados como modelos de beleza, cuja aparência é digna de ser imitada. Afirma-se tacitamente, dessa forma, a possibilidade de que negros sejam considerados belos, mesmo negros que não sejam celebridades. Novamente, observa-se um esforço de valorização do grupo negro, cujas características físicas (forma do nariz e textura dos cabelos, por exemplo) foram historicamente desvalorizadas.

Outro fator que colabora para a criação e uma identidade positivamente avaliada nas narrativas é a escolha lexical utilizada para se fazer referência aos protagonistas. Observe-se a tabela a seguir:

Tabela 3. Levantamento das formas utilizadas para nomear os protagonistas

Narrativa	Protagonista	Referências aos protagonistas	Imagem projetada
1	Fernanda Valentim	Guerreira, bela, pinta de diva.	Mulher trabalhadora e persistente, dotada de beleza e carisma.
2	Carlos Benne	Gato, ator, produtor artístico, sócio (de uma empresa de eventos).	Homem atraente e com diversos talentos. Empreendedor.
3	Marcelo Violla	Guerreiro, iluminador, sonoplasta.	Homem trabalhador, persistente.
4	Marcos Miguel	Jovem, modelo, modelo fotográfico.	Homem jovem, atraente.

As referências podem ser divididas, *grosso modo*, em três tipos: (a) as que valorizam a aparência dos protagonistas (“bela”, “pinta de diva”, “gato”); (b) as que sugerem uma tendência à

¹¹⁸ Grifo nosso.

grande capacidade de trabalhar e persistir em seus esforços visando à obtenção de objetivos (“guerreira”, “guerreiro”); e (c) as que se referem diretamente às profissões dos protagonistas (“modelo”, “iluminador”, “produtor artístico”, “sócio”).

As referências de tipo (a), (b) e (c) contribuem para que a publicação leve a cabo seu plano de enaltecimento de uma identidade negra. Em (a) e (b), o indivíduo negro é representado, ao mesmo tempo como belo, resiliente e trabalhador. A nomeação dos indivíduos por meio das profissões que exercem — referências de tipo (c) — é sintoma da grande importância atribuída ao fato de os indivíduos representados serem capazes de exercer profissões diversas, o que pressupõe um conjunto diversificado de talentos e capacidades, e ganharem a vida honestamente.

É significativo observar, ademais, que a revista faz uso estratégico de operadores argumentativos a fim de enaltecer os protagonistas. Observe-se, a título de exemplo, o uso do operador *já* no excerto (3) a seguir:

- (3) Em dez anos de profissão, Benne **já** fez 25 espetáculos, entre eles *Ópera do Malandro*, com direção de Chico de Assis; *Rastro Atrás*, de Waterloo Gregório; e o musical *Godspell*, de Moisés Miastkowsky.¹¹⁹

(Narrativa 2)

O uso de *já* dá relevo, nesse contexto, à experiência do protagonista Carlos Benne, sugerindo que o número de espetáculos realizados em dez anos de carreira é grande e colaborando, assim, para a construção de uma imagem de ator trabalhador, talentoso e intensamente produtivo.

Outro operador utilizado com função de enaltecimento de membros da minoria negra é o *só*, conforme se observa nos excertos (4) e (5) a seguir, ambos extraídos da narrativa 1:

- (4) Estudante do terceiro ano de Radiologia Médica, a moça acorda todos os dias às 5 horas para chegar à faculdade e **só** vai deitar por volta da 1 hora, depois de um dia inteiro de trabalho.¹²⁰
- (5) Namorado? Por enquanto, Fernanda **só** tem tempo para pequenos flertes, embora responda disfarçando um leve sorriso travesso [...].

No segmento (4), o uso de *só* dá ênfase à ideia de que a protagonista sofre em virtude da falta de tempo, sugerindo que superar a barreira do cansaço decorrente do trabalho consiste em um esforço. O uso do operador parece indicar, no contexto, que o narrador considera surpreendente o fato de a protagonista deitar-se a tão tarde, apesar de se ter levantado muito cedo. Fenômeno análogo ocorre no excerto (5), em que *só* é novamente utilizado para sugerir que o tempo de que a protagonista da narrativa dispõe é curto.

¹¹⁹ Grifo nosso.

¹²⁰ Grifos nossos.

Constata-se, portanto, que a protagonista da narrativa 1 é retratada pela revista como uma mulher trabalhadora, comprometida com suas metas de vida e bastante ocupada em virtude de seu trabalho.

A tentativa de criação de identidades positivas para os membros do grupo negro marca-se linguisticamente também na narrativa 3, por meio do uso reiterado de locuções verbais do tipo “chegar a + verbo”, conforme se pode depreender dos segmentos da narrativa transcritos a seguir:

- (6) De tanto assistir ao mesmo espetáculo, o musical infantil *Os Saltimbancos*, **chegou a decorar** as falas dos personagens do coro sem desconfiar que um dia pudesse fazê-lo.
- (7) Nos finais de semana **chega a trabalhar** cerca de 16 horas por dia.
- (8) “[...] Viagens também são constantes neste meio, inclusive, **cheguei a fazer** um cruzeiro. Quando é que eu faria um se não fosse a trabalho? [...]”.

Em todas as suas ocorrências, o uso da locução verbal indica que o protagonista da narrativa obteve êxito, malgrado as dificuldades que se interpuseram em seu percurso. Dessa forma, decorar as falas do coro de *Os Saltimbancos*, trabalhar 16 horas por dia e fazer um cruzeiro (apesar de ser pobre) são retratados como feitos significativos, verdadeiras conquistas que atestam, respectivamente, a capacidade intelectual, a capacidade de trabalhar por longas horas e o progresso profissional do protagonista.

Por fim, detectou-se também um uso significativo de oposições no processo de representação dos protagonistas das narrativas. Observem-se os seguintes excertos:

- (9) O jeito franzino esconde um guerreiro. Com um sorriso largo de quem não guarda ressentimentos, ele conta que, aos três anos de idade foi morar no bairro do Cangaíba, na Zona Leste, com a avó e a mãe adotiva. A infância não foi fácil, mas o destino generoso.
(Narrativa 3)
- (10) Trabalhava em uma metalúrgica, mas com a crise financeira a empresa realizou vários cortes de custos e eu fui um deles”, diz, entre risos. Mas desistir está longe dos planos do moreno.
(Narrativa 4)

Pela leitura do excerto, podem-se depreender as seguintes oposições:

guerreiro x franzino

sorriso largo x morar em Cangaíba com a avó e a mãe adotiva¹²¹

rir e perseverar x ser demitido

Todos os elementos alocados à direita nas oposições são retratados como potencialmente impeditivos com relação aos elementos à esquerda. Tal leitura do texto evidencia uma tendência à

¹²¹ Essa oposição pode ser depreendida nesse contexto porque o narrador articulou as informações de modo que a mudança para Cangaíba com a avó e a mãe pareça uma experiência passível de causar a tristeza do protagonista, o que não ocorre *apesar* da mudança dele para o referido bairro. Poder-se-ia especular que tal tomada de posição por parte do narrador deva-se ao fato de ele julgar que viver em Cangaíba seja uma experiência desagradável, por ser este um bairro pobre da periferia da cidade de São Paulo.

organização deste por meio de relações de concessão implícitas, fato que pode ser observado conforme articulamos os elementos das oposições por meio de operadores concessivos, sem que isso altere o conteúdo proposicional do texto, tal como feito a seguir:

(i) **Embora** seja franzino, ele é um guerreiro.

(ii) **Apesar de** se ter mudado para Cangaíba com a mãe adotiva e a avó, ele mantém um sorriso largo.

(iii) **Ainda que** tenha sido demitido, ele ri e persevera.

As relações de concessão prototípicas pressupõem a existência de implícitos que são contraditos. No período (i), subentende-se que não se espera que um indivíduo magro possa ser um guerreiro, mas é declarado que o protagonista pode ser caracterizado assim, apesar de sua aparente fragilidade física; em (ii), fica implícito que a mudança para Cangaíba com a avó e a mãe adotiva poderia ser motivo de infelicidade, mas afirma-se que o protagonista da narrativa conseguiu mesmo assim manter-se feliz; por fim, o período (iii) sugere que ser demitido é motivo de infelicidade e de desânimo, mas é dito que o protagonista da narrativa não se deixa influenciar por essas emoções.

Observa-se, portanto, que a utilização de estruturas concessivas favorece a criação de representações favoráveis dos protagonistas, as quais salientam a perseverança e a resiliência dos indivíduos que protagonizam as narrativas.

6. Considerações finais

A ideia de Bruner (2002) de que não existe uma essência que preceda a representação de alguém ou de algo por meio da narrativa abre espaço para o embate de vozes que caracteriza a vida em sociedades humanas. A inexistência de uma essência dada aprioristicamente é condição para que as identidades de indivíduos, grupos e instituições sejam criadas e recriadas continuamente por meio de discursos circulantes, os quais ora se ratificam, ora se contradizem, levando à criação de atitudes positiva ou negativas, que, embora sejam relativamente estáveis, podem ser modificadas conforme as representações discursivas acerca de algo mude.

Nesse sentido, a análise das narrativas publicadas em *Raça Brasil* consiste em uma oportunidade privilegiada para a observação de discursos conflitantes, na medida em que elas consistem em discursos que visam, por meio de procedimentos linguístico-discursivos diversos, à desconstrução de uma identidade negativamente avaliada dos negros, opondo-se, assim, aos discursos de cunho discriminatório, que promovem a perpetuação do preconceito racial em nossa sociedade.

A análise das narrativas biográficas selecionadas como *corpus* deste trabalho permitiu concluir que a revista *Raça Brasil* se vale de procedimentos linguístico-discursivos variados com vistas à

criação de uma identidade negra que tenha como características salientes a beleza, a resiliência, a determinação, o talento, grande capacidade de realizar trabalhos de tipos diversificados e a capacidade de galgar posições socialmente mais valorizadas do que aquelas a que tiveram acesso por nascimento.

Dessa forma, pode-se dizer que a revista utiliza da noção estereotípica de negro — indivíduo pobre, sem vontade de trabalhar, indolente e pouco inteligente — como uma espécie de guia para a construção de seu discurso, o que resulta na insistência com que a publicação procura, por diversos meios, criar uma identidade de negro que seja basicamente o oposto da identidade criada pelos discursos discriminatórios.

Tendo isso em vista, pode-se afirmar que a revista *Raça Brasil* procura construir uma identidade negra que seja favorável ao grupo, mas o faz seguindo parâmetros que são impostos de fora para dentro, por grupos dominantes. Marca-se, dessa forma, uma submissão de *Raça Brasil* à dominação de grupos não negros, a qual se conserva a despeito dos esforços da revista de promover a autoestima e a emancipação negra.

Referências bibliográficas

- BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. In: **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BODENHAUSEN, Galen. Emotions, arousal, and stereotypic judgments: a heuristic model of affect and stereotyping. In: HAMILTON, David L.; MACKIE, Diane M. (eds.). **Affect, cognition, and stereotyping: interactive process in group perception**. San Diego: Academic Press, 1993.
- BRASILEIRO, Yara Brito. **Um quilombo na mídia: um estudo discursivo da revista *Raça***. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp, 2003.
- BRUNER, Jerome Seymour. **Making stories: law, literature, life**. New York: Farrar, Straus & Giroux, 2002.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009.
- FARR, Robert. **As raízes da psicologia social moderna**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FUTURO nos palcos. **Raça Brasil**. São Paulo, n. 136, ano 13, p.49, set. 2009.
- GOMES, Kátia. Além da vocação. **Raça Brasil**. São Paulo, n. 131, ano 12, p.09, abr. 2009.
- GUERREIRA. **Raça Brasil**, São Paulo, n. 127, ano 12, p. 25, dez. 2008.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários da imprensa brasileira**. São Paulo: Escrita, 1991.

MULTIFACETADO. **Raça Brasil**. São Paulo, n. 130, ano 12, p.42, mar. 2009.

OLIVEIRA, Lindomar Alves de. **Raça, comunicação e cultura**: a temática racial na revista *Raça Brasil* (1996-2006). 237 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

PINTO, Ana Flavia Magalhães. **De pele escura e tinta preta**: a imprensa negra do século XIX (1833-1899). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RAMOS, Daniele Gross. **Raça em revista**: identidade e discurso na mídia negra. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SHOTTER, John; GERGEN, Kenneth. **Texts of identity**. London: Sage, 1989.

TAJFEL, Henri. **Human groups and social cognition**: studies in social psychology. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

VAN DIJK, Teun A. Discourse and manipulation. In: **Discourse and Society**, vol. 17(2): 359-386. London: Sage, 2006.

_____. **Prejudice in discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company, 1984.

WAGLEY, Charles; HARRIS, Marvin. **Minorities in the New World**. New York: Columbia University Press, 1958.

Anexos

Narrativa 1

BELEZA MIX NEGROGATA

Guerreira

Com 1,67m e pinta de diva, **Fernanda Valentim**, 22 anos, é pra lá de tímida – um charme peculiar. Estudante do terceiro ano de Radiologia Médica, a moça acorda todos os dias às 5 horas para chegar à faculdade e só vai deitar por volta da 1 hora, depois de um dia inteiro de trabalho. “Meu sonho é me formar e ter uma vida estável”, resume a bela.

Os finais de semana também são reservados para os estudos e compras nos shoppings. “Gosto de fazer a minha moda”, diz, revelando personalidade até em se vestir. Namorado? Por enquanto, Fernanda só tem tempo para pequenos flertes, embora responda disfarçando um leve sorriso travesso, que muito lembra a cantora **Lauryn Hill**, musa inspiradora desta seção de fotos.

Lauryn Hill



WWW.RACAIBRASIL.COM.BR

RACA BRASIL 125

CRÉDITOS: ESTÚDIO BRUNO; ESTILO: FERNANDA; MAQUIAGEM: CAROLINA DE ANDRADE; COLARES E ANEL: SILVIA; BRINCO E PULSEIRA: GONCALVES; CINTURA E ALÇA PRECOSA: MARCELINA; CLOUTIER: MOURÃO



Narrativa 2

BELEZA MIX **NEGROGATO**

Multifacetado

Não, ele não é o Toni Garrido. O gato de 27 anos, 1,94m, 95kg é **Carlos Benne**, ator e produtor artístico. Ele mesmo apostou na semelhança com o músico e sugeriu a foto dando vida a mais um personagem da sua carreira. Em dez anos de profissão, Benne já fez 25 espetáculos, entre eles *Ópera do Malandro*, com direção de Chico de Assis; *Rastro Atrás*, de Waterloo Gregório e o musical *Godspell*, de Moisés Miastkowsky. No momento ele divide a paixão pelos palcos com os treinamentos corporativos teatralizados, oferecidos pela Iconix Eventos, onde é sócio e usa de seus talentos musicais (ele já teve banda de samba-rock e pop-soul) e circenses para atrair um público pouco habituado às artes cênicas. "É um trabalho prazeroso e também bastante puxado. Mal sobra tempo para outras atividades", comenta, revelando um desejo inerente à profissão: "Todo ator gosta de cinema. Um dia ainda quero fazer um longa."

Toni Garrido





FOTO: GUY ARLUS / ASSISTENTE DE FOTOGRAFIA: VILAS IR / PRODUÇÃO: ANDREA DA RIBCHA / ASSISTENTE DE PRODUÇÃO: MARINA GONÇALVES / MAKE: CARLOS ROBERTO FERREIRAS / ESTILO: LUIS CARLOS BRANCA / CÂMERAS: GABRIEL

22 | BRUNO BASSA



Narrativa 3

EU NA RAÇA

Além da vocação

texto e foto KÁTIA GOMES

Iluminador e sonoplasta **Marcelo Violla**, 30 anos, é uma dessas pessoas que passam por nós na rua e mal fazemos idéia de sua trajetória de vida. O jeito franzino esconde um guerreiro. Com um sorriso largo de quem não guarda ressentimentos, ele conta que, aos três anos de idade foi morar no bairro do Cangaíba, na zona leste de São Paulo, com a avó e a mãe adotiva. A infância não foi fácil, mas o destino generoso. Através de amigos que moravam do outro lado da cidade, conheceu o homem que mudaria sua vida: Paolino Raffantti, diretor teatral.



Violla, que tinha apenas 12 anos e era empacotador de mercadorias na feira, começou a trabalhar nas costas do teatro, ajudando a montar cenários. "Eu me fascinei por aquele ambiente e comecei a vislumbrar outros horizontes e novas possibilidades", recorda. De tanto assistir ao mesmo espetáculo, o musical infantil *O Saltimbancos*, chegou a decorar as falas de um dos personagens do coro sem desconfiar que um dia pudesse fazê-lo.

"Meses depois, o ator que o interpretava precisou sair da peça e eu fui convidado para substituí-lo". Violla agarrou a oportunidade e só deixou os palcos após quatro anos, quando já estava crescendo para o papel. A partir daí, começou a se dedicar aos bastidores: montagem de cenário, operação de som e luz, sempre depois do expediente no *Programa Menor Aprendiz*, desenvolvido pela Caixa Econômica Federal.

"Nada foi planejado. Fui conhecendo

peças que perceberam minha curiosidade em aprender e me ensinaram", diz Violla que, após conseguir uma bolsa de estudo para um curso técnico de iluminação, pode trabalhar com atores do porte de Pedro Paulo Rangel, Marcelo Mansfield, Eduardo Silva, Gabriel Braga Nunes, Bianca Rinaldi e, atualmente, com Clarice Niskier na peça *A Alma Imoral*, em cartaz até final de maio no Teatro Erva Herz, em São Paulo.

Hoje consegue viver exclusivamente de sua arte e ajuda, majoritariamente, a compor o orçamento para o sustento de mais seis pessoas. "A mulher que me criou morreu e há cinco anos, depois de muito tempo morando sozinho, voltei para a casa da minha mãe biológica. Estou resgatando o convívio familiar e prezo a qualidade de vida deles". Por enquanto, ainda mora na periferia, paga aluguel e pega quatro conduções de manhã para chegar à Zona Oeste, na Lapa, onde faz o curso de Radialista-Sonoplastia do Senac.

Nos finais de semana, chega a trabalhar cerca de 16 horas um dia. "Eu amo o que faço. O teatro me proporciona momentos que eu não poderia imaginar experimentar em outras circunstâncias como a troca com pessoas de universos distintos que me motivam a crescer como ser humano e ter outra visão do mundo. Viagens também são constantes neste meio, inclusive, cheguei a fazer um cruzeiro. Quando é que eu faria um se não fosse a trabalho?", rebate, sem perder o bom humor. Acostumado a iluminar histórias alheias, Violla espera que a luz do seu caminho não se apague. "Assim que terminar meu curso, vou começar a fazer inglês. Meu sonho é poder estudar tecnologia teatral fora do Brasil — e trabalhar com grandes nomes do teatro", planeja, sem deixar dúvidas de que o futuro será brilhante!

WWW.RACABRASIL.COM.BR

RAÇA BRASIL | 9

AGRADECIMENTOS: ESPAÇO DOS PALCOS/PAULISTE

Narrativa 4



Abstract: *The way in which individuals, groups and institutions are portrayed in discourse (their own or someone else's) influences the way in which they conceive themselves and are conceived by others. Discourse plays thus a major role in the processes of construction and reconstruction of identities. This paper proposes the analysis of four short narratives published on Raça Brazil magazine, all of which have as protagonists black individuals. The objective of this paper is to provide insight on how the identities of black individuals are (re)created and describe linguistic-discursive procedures that are made use of in this (re)creation process. In order to achieve such a goal, works by Charaudeau (2009), van Dijk (1984, 2006), Tajfel (1981), Bruner (2002), and others have been resorted to.*

The analysis made it possible to observe that the magazine seeks to boost a black self-esteem by means of linguistic-discursive resources of varied natures, which make it possible to portray the black protagonists as talented, intellectually capable, hard-working, and beautiful. The analysis made it possible to conclude, besides that, that the magazine does not comply with the discriminatory discourses that are responsible for the creation and perpetuation of negatively-evaluated black identities in society.

Keywords: *Magazines, minorities, discourse, narratives, identity.*

Entre o fato e o ideal feminista: a construção da notícia em *Fêmea*

Gerlice Teixeira ROSA (UFMG)¹
gerlice.rosa@yahoo.com.br

Resumo: A proposta de discutir a construção discursiva da notícia no jornalismo impresso é o que norteia o debate estabelecido nestas linhas. A ideia é traçar os elementos argumentativos, estratégicos, factuais e ficcionais usados na construção das notícias que tematizam as mulheres no jornal *Fêmea*, especialmente as que focalizam a luta feminina em prol dos seus direitos. A grande questão a ser discutida é como o grupo feminista CFEMEA noticia assuntos relacionados a interesses e demandas feministas. Partindo do pressuposto de que a notícia é a construção de um acontecimento (CHARAUDEAU, 2007), interessa-nos verificar qual a estratégia usada pelo grupo feminista para ordenar, relatar e noticiar os fatos relativos à prática na construção de notícias que tratam diretamente de temas femininos (ou feministas). Balizam nossa pesquisa os trabalhos de Charaudeau (1995, 1998, 2007), Leal (2008) e Mello (2003), entre outros. O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) assume a luta pelos direitos das mulheres e minorias frente ao congresso nacional. Para dar visibilidade a suas ações, o grupo publica trimestralmente o jornal *Fêmea*, cuja linha editorial é promover a igualdade de gênero e raça.

Palavras-chave: *Fêmea*; notícia; critérios de noticiabilidade.

1. Introdução

As ações linguageiras, sejam elas mediadas ou não, envolvem sujeitos discursivos, intenções, estratégias e o próprio funcionamento da cena discursiva, momento em que os sujeitos são colocados em cena para desempenhar seus papéis sociais. No ambiente midiático, especificamente o jornalístico, não é diferente. A escolha de um fato a ser noticiado em um jornal está relacionada a diversas escolhas editoriais, estratégicas e técnicas.

Neste artigo, pretendemos discutir de que maneira as decisões de um determinado grupo editorial podem influenciar na definição do que é ou não uma notícia em um periódico. Sendo assim, tomamos como base um ramo de jornalismo especializado, o jornalismo de cunho feminista. Pretendemos verificar como um grupo institucionalizado e assumidamente feminista seleciona, organiza e noticia assuntos relacionados às mulheres e suas manifestações sociais e políticas. Trazemos para a discussão trechos de uma notícia publicada no jornal *Fêmea*, publicação trimestral vinculada ao Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), sediado em Brasília. Trata-se de uma organização não governamental que tem como objetivo promover as minorias sociais, raciais e de gênero. Utilizamos a edição referente aos meses de julho a setembro, do ano de 2013 para verificar a maneira como as notícias são construídas no jornal *Fêmea*.

¹Gerlice Rosa é doutoranda em Linguística do Texto e do discurso, pelo Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bolsista CNPQ.

Os postulados desenvolvidos pelo linguista Charaudeau, no que diz respeito à construção discursiva da notícia e ao engendramento de elementos discursivos para tal, serão mesclados aos conceitos desenvolvidos na área do Jornalismo sobre acontecimento, notícia e critérios de noticiabilidade².

Definir os limites entre real e ficcional não é tarefa fácil. A discussão já é antiga na Literatura e vem tomando outros rumos na Análise do Discurso a partir das temáticas levantadas por Charaudeau e, mais recentemente pelos trabalhos desenvolvidos por Mendes (2004), entre outros. Interessa-nos aqui discutir esse tópico direcionado ao jornalismo e suas estratégias de construção discursiva da notícia.

O universo jornalístico tem um caráter teoricamente factual e carrega certo valor de verdade. Desse modo, tudo aquilo que é dito pela instância jornalística assume um *status* assertivo e, de alguma forma, incontestável. A função do jornalista de dizer sempre a verdade e construir a notícia de modo que ela pareça verdadeira, sem manchas de subjetividade parece-nos um mito. Dizemos isso porque a famosa imparcialidade do jornalismo, que anda sempre de mãos dadas com a neutralidade, são, discursivamente, impossíveis de se encontrar. Ao adentrarmos o universo de relacionamento entre os sujeitos discursivos, vemos serem colocados em cena sujeitos que se criam, se transformam no discurso para emoldurar seu papel social, para fazerem-se reconhecidos, ou mesmo para serem ouvidos. Na própria instância jornalística, há uma necessidade latente de reconhecimento. O jornalista não é, pelo seu papel social, um ser digno de autoridade para dizer o que é certo ou errado, o que deve ou não ser feito. Desse modo, ele precisa adquirir seu direito de fala através da conquista da sua credibilidade. Seu discurso precisa ser credível, precisa fazer-se ouvido, o que só será garantido se ele usar essa *camuflagem* da neutralidade, da isenção nos fatos e da objetividade. Pelo viés da Análise do Discurso muito tem se discutido a respeito do papel das mídias na construção do discurso. Na Comunicação Social, a perspectiva do acontecimento e do rearranjo estrutural tem sido recentemente abordada no sentido de desmascarar essa aura de neutralidade de tal discurso. Assumimos aqui a postura de que há uma construção discursiva que direciona o jornalismo e todas as escolhas que envolvem tal produção midiática. Sendo assim, na rotina jornalística, a simples escolha dos assuntos que são ou não notícia, ou seja, que podem (ou devem) ser publicados em um meio de comunicação envolve elementos definidores da vinculação social, política e econômica daquele grupo. Muitos teóricos do jornalismo, dentre eles Mello (2003), Medina (1988) e Traquina (2005), têm estudado a composição das notícias em jornalismo e suas implicações.

Sabe-se, pois, que a escolha dos conteúdos a serem publicados é feita por meio da análise do que se chama de *critérios de noticiabilidade*. Segundo Wolf e Traquina (2005), a proximidade, a generalidade, o interesse humano, a novidade e o conflito são considerados critérios de noticiabilidade. A organização desses elementos definirá se determinado conteúdo é capaz de tornar-se notícia de interesse para o público alvo. Dessa maneira, temas que motivam mais o público têm destaque na mídia e outros temas que

² Este conceito será discutido mais adiante.

parecem menos interessantes e menos impactantes são menos evidenciados na mídia ou, até mesmo, nem chegam a ser publicados como notícia. O grupo editorial é responsável por avaliar e julgar aquilo que mais interessa ao público destinatário daquele discurso e, desse modo, definem o que é notícia.

normalmente, a selecção de assuntos a noticiar não depende unicamente de escolhas subjectivas. Há mecanismos que se sobrepõem à subjectividade jornalística. Entre eles estão os critérios de noticiabilidade (ou de valor-notícia), que são aplicados pelo jornalista, conscientemente ou não, no momento de avaliar os assuntos que têm valor como notícia. (SOUSA, 2001, p.39)

A presença dos critérios de noticiabilidade torna-se, na rotina jornalística, um elemento essencial e, por vezes, inerente à prática profissional. Sendo assim, o jornalista não consegue por si só categorizar uma notícia sem antes consultar (consciente ou inconscientemente) aquilo que definem os critérios de noticiabilidade. A definição de *notícia*, publicada no Manual de Jornalismo da Folha de São Paulo apresenta-se bastante rigorosa. Segundo eles, notícia

É a informação que se reveste de interesse jornalístico; puro registro de fatos, sem comentário nem interpretação. A exatidão é seu elemento-chave. Mas vários fatos, descritos com exatidão, podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir uma informação ou inseri-la pode alterar o significado da notícia. A definição do interesse jornalístico depende de critérios flexíveis que variam em função do tempo, lugar, tipo de publicação, etc. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1987, *apud* MARQUES, 2003, p.33).

A negação à interpretação e à subjetividade coloca o jornal em uma posição de reprodutor da verdade. Esse posicionamento tem sido revisto e discutido, especialmente em pesquisas da Comunicação e da Análise do Discurso. A seção seguinte apresentará elementos para discutirmos a notícia sob outro viés, como construção e espaço para surgirem as representações sociais.

2. Notícia como construção e representação

O ambiente jornalístico é constituído por diversos gêneros. Mello (2003) divide-os em gêneros opinativos, informativos, diversionais. Segundo a divisão, há nos jornais gêneros que cumprem o objetivo de mostrar opinião da instância produtora (opinativos), outros que têm o papel de informar (informativos) e ainda outros que servem para divertir o leitor/interlocutor (diversional). Nesse sentido, notícias, notas e grandes reportagens são consideradas gêneros informativos; artigos de opinião, cartas do leitor e crônicas são gêneros opinativos e histórias em quadrinho, charges e charadas fazem parte dos gêneros diversionais. A classificação mais usual do jornalismo é a proposta por Mello e a que usaremos neste artigo. Há diversas outras formas de classificar os gêneros no jornalismo, considerando elementos tais como temas envolvidos, materialidades, etc. Porém, acreditamos que a mais coerente seja esta que utilizamos neste artigo. Não desconsideramos a mescla de gêneros e o imbricamento discurso que pode haver entre um e outro gênero, porém, por questões metodológicas, utilizaremos a divisão estanque propostas pelos teóricos da área.

Interessa-nos aqui especialmente o gênero notícia. Compreendemos que ela se dá como uma construção no discurso, de modo a revelar maneiras de perceber o mundo e relatá-lo. Sendo assim, o modo com uma empresa jornalística compreende o mundo, pode ser diferente da maneira como o outro grupo o compreende. Essa diferenciação está relacionada a valores, crenças, percepções, estratégias, posições sociais, interesses econômicos, entre tantos outros fatores que definem, em instância micro, o próprio ser humano. Ao referirmos a uma empresa, a lógica é semelhante ao que se observa em cada indivíduo: os valores e as crenças condicionam e determinam as ações de cada um.

O linguista Patrick Charaudeau dedicou seus estudos do discurso à mídia e suas relações com os sujeitos discursivos e as implicações decorrentes da situação de comunicação específica em que se dá a *mise em scène*. Para Charaudeau,

(o discurso) resulta da combinação de circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala. É pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido. Descrever sentido de discurso consiste, portanto, em proceder a uma correlação entre dois polos. (CHARAUDEAU, 2007, p.40)

A relação entre aquilo que é exterior ao discurso e o que é produzido em seu interior confere uma relação de tensão entre essas forças. Desse modo, o que se observa na construção da notícia é a mistura das forças do interior do discurso, ou seja, próprias da situação de comunicação (no caso, a jornalística) com as forças exteriores, referentes a condicionamentos políticos, representações sociais, etc. “A informação é pura enunciação. Ela constrói saber e, como todo saber, depende ao mesmo tempo do campo de conhecimentos que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento”. (CHARAUDEAU, 2007, p.36). Sendo assim, a situação de comunicação exige a construção de uma *mise em scène* que recupera elementos exteriores a ela. Para que a notícia seja reconhecida socialmente ela precisa estar embasada em dados exteriores à enunciação.

Fica patente, assim, a construção de *enquadramentos* por parte dos jornalistas no que confere à criação de uma cadeia simbólica com vistas a dar sentido aos acontecimentos tidos como relevantes. Longe de uma reprodução objetiva, a notícia é reportada sob olhares de uma comunidade específica que se desenvolvem durante o processo de produção lingüística (sic) dos acontecimentos. (MARROQUIM, 2010, p.9)

Nesse sentido, o jornalista é o intermediador dos fatos. Cabe a ele o papel de repassar os fatos acontecidos cotidianamente para o ambiente midiático, de forma que se tornem compreensíveis para os destinatários do discurso. Trazemos para este artigo a discussão a respeito da perspectiva do acontecimento no jornalismo.

O acontecimento, como usualmente compreendido no pensamento jornalístico, estaria fora do texto, ficando, portanto, na relação entre os fatos e suas consequências diretas sobre a vida em

determinada sociedade. O jornalismo coloca-se como o mediador que possui a tarefa de trazer esse acontecimento exterior para a interioridade do texto, dando-lhe o destaque pertinente à importância que esses fatos tomam para o público em geral. O jornalismo mostra-se como o próprio lugar em que o acontecimento transforma-se em texto. (PONTES & SILVA, 2010, p.52)

Sob a perspectiva da Análise do Discurso, compreendemos formar-se um discurso, mais completo, que está além da materialidade, envolvendo sujeitos discursivos, intenções, e o relacionamento (ainda que indireto) com o público destinatário. Os estudos de Bruno Leal resumem nosso entendimento sobre a forma como o jornalista se comporta perante o fato e como este se torna notícia, emoldurada por um discurso.

Nessa perspectiva, as notícias podem ser vistas sob um duplo olhar: em relação aos acontecimentos que lhes antecedem, elas, como narrativas, já são resultado de uma ação hermenêutica que os transforma em fato. Imagem do acontecimento, portanto, a notícia põe em circulação leituras, explicações, uma visão peculiar da economia de tensões nele presentes. Por outro lado, como aponta Mouillaud, os acontecimentos podem se tornar, “a sombra projetada de um conceito produzido pelo sistema de informação” (2002, p.51). Ao produzir uma notícia, o jornalismo opera uma leitura, um enquadramento do mundo que produz sua visibilidade, ou seja, faz emergir o acontecimento como informação. Essa operação, lembra Mouillaud, constitui uma realidade discursiva, um campo dotado de profundidade, pois encerra em seu interior um referente e um relevo, e um extra-campo, um conjunto de referências que contextualizam e tornam possível a visibilidade almejada (LEAL, 2008, p.13).

Para compreender melhor a construção da notícia no discurso midiático especializado (de cunho feminista), passaremos para a análise dos elementos essenciais na construção da notícia em *Fêmea*.

3. A construção discursiva da notícia no jornal *Fêmea*

Neste artigo, nosso objetivo é verificar como se dá a construção discursiva da notícia no jornal *Fêmea*. Tomamos como exemplo a edição 170 do jornal, do ano de 2013. Seleccionamos um jornal feminista para verificar exatamente como se dá a construção da notícia nesta mídia especializada, com público destinatário tão orientado como o é o jornal *Fêmea*.

Metodologicamente, analisaremos a composição da situação discursiva, a seleção lexical da notícia, as temáticas recorrentes e os imaginários convocados para o discurso.

Trata-se de uma situação monologal, em que a instância de produção (o grupo editorial) produz um discurso que visa atingir um público específico (leitores e leitoras de *Fêmea*). O objetivo dessa troca discursiva já estabelece qual tipo de visada discursiva será mais apropriada e quais estratégias serão necessárias para que se cumpra o objetivo da instância de produção.

Por ser um jornal especializado, de cunho feminista, as especificações são ainda maiores. O grupo CFEMEA deixa bem clara a intenção ao produzir seu discurso: lutar em benefício das minorias excluídas. Sendo assim, a todo momento faremos referência a esse objetivo que pauta os direcionamentos do jornal.

Apresentamos a materialidade da notícia analisada: texto publicado na seção “Matéria de capa”, notícia de três páginas (seis a oito), boxes explicativos e tabelas com recursos imagéticos, uso de subtítulos e intertítulos na separação do corpo do texto.

As temáticas desenvolvidas no decorrer da notícia corroboram para o cumprimento do objetivo do jornal. O fichamento da notícia permitiu definir os seguintes temas (sejam eles diretos ou indiretos) nas três páginas da notícia: divisão sexual do trabalho, superexploração feminina, plano plurianual do governo, desigualdades de gênero, saúde, família, idosos, crianças, equidade, trabalho, economia do cuidado e política. Todos os temas tangenciam a problemática dos direitos da mulher, seja na casa, seja na família, seja no governo. A construção que se estabelece na notícia tem como objetivo principal discutir o papel social da mulher na sociedade, sob o viés da divisão familiar do trabalho.

Além das temáticas, outro ponto que interessa a este estudo são as escolhas lexicais. As palavras utilizadas na notícia relacionam-se ao universo de exclusão feminina, empregabilidade, governo e equidade. Tomamos como exemplo o trecho seguinte: “As atividades produtivas que concentravam a **força de trabalho feminina**, saúde, educação, por exemplo, não desfrutaram das **mesmas medidas** e as trabalhadoras ficaram **ainda mais desprotegidas**” (FEMEA, 2013, p.6, grifo nosso). Ao analisar esse excerto, destacamos o adjetivo *desprotegidas*, que tende a revelar o imaginário que se sustenta no discurso com relação às mulheres perante a força de trabalho. Ao relatar que as mulheres *não desfrutaram das mesmas medidas*, coloca-se em xeque a equidade sonhada e ainda não conquistada pelas mulheres.

Há no discurso uma gradação dos fatos que envolvem a figura feminina e sua presença no mercado de trabalho. Elencam-se fatos positivos que culminam com um resultado negativo, o que revela a incoerência (ou desigualdade) da sociedade. Se a mulher já evoluiu em suas conquistas, certo seria que ela seguisse evoluindo em seus direitos e alcançando outras vitórias, fato que não ocorre, segundo a narrativa jornalística.

O fato central é a dificuldade da mulher se inserir no mercado de trabalho. As justificativas levam-nos ao universo da marginalização. As mulheres não se inserem no mercado. Diante desse fato, três justificativas são apresentadas: elas são subjugadas pelos homens, a crise mundial afetou o ritmo de trabalho, elas têm outros afazeres em casa que as impedem de exercer atividades remuneradas fora do ambiente doméstico.

De maneira pontual conseguimos notar no discurso um dos responsáveis pela dificuldade de consolidação do trabalho feminino no mercado. O título da notícia, *O papel do estado na economia do cuidado*, já nos convida a averiguar a função do Estado na determinação das tarefas da mulher na sociedade. Vemos surgir um discurso que evidencia a participação dos homens e do Estado na definição da condição social e econômica vivida pelas mulheres no país. Os intertítulos seguem a mesma linha: “O Estado e a infraestrutura social, O cuidado de idosos@s, deficientes e o acesso da população à saúde; Falta de creche: motivo da exclusão da mulher no mercado de trabalho” (FEMEA, 2013). Há uma relação lógico

argumentativa construída na notícia que leva-nos a lembrar/reconhecer o papel do Estado e visualizar a não realização das tarefas que lhe são cabíveis. Desse modo, a notícia estimula o leitor a refletir sobre as demandas femininas que não são atendidas e, em certa medida, não o são pela falta de cumprimento do papel do Estado.

É interessante observar que a nomeação masculino/feminino está presente de forma sutil no discurso de *Fêmea*. Em todas as edições o uso do símbolo @ convida-nos a enxergar a proposta de equidade. Homem e mulher podem ser lidos nesse discurso e serem, de fato, encontrados nas palavras do grupo editorial. Essa marca discursiva muito se relaciona à proposta de igualdade sustentada pela ONG. O trecho a seguir discute... “O governo respondeu às reivindicações de participação social nesse processo, criando um Fórum específico para o debate com conselheir@s e representantes de organizações da sociedade civil”.

São utilizados na notícia elementos factuais/históricos, resgatados para o discurso com o objetivo de fornecerem uma comprovação mais real da situação da mulher no mercado de trabalho. Essa contextualização localizada justifica o cenário de preferência pela mão de obra masculina.

Essa situação agravou-se com a crise financeira internacional. O enfrentamento da crise favoreceu setores da indústria intensivos em mão-de-obra quase que exclusivamente masculina. As atividades produtivas que concentravam a força de trabalho feminina, saúde, educação, por exemplo, não desfrutaram das mesmas medidas e as trabalhadoras ficaram ainda mais desprotegidas. Ademais, a atividade reprodutiva, que onera sobremaneira as mulheres, face a escassez de recursos nas famílias (agravada pela crise) e a falta de infraestrutura social para os cuidados, terminou por cobrar ainda mais horas das mulheres no trabalho não remunerado. (FEMEA, 2013, p.6)

Toda a notícia é intercalada com avaliações do próprio grupo CFEMEA. Essas ponderações servem de condução para o destinatário. Dito de outra forma, o grupo editorial determina uma linha de pensamento e utiliza em sua construção noticiosa elementos discursivos, em sua maior parte factuais, para que à notícia possa ser atribuído um valor de verdade. O trecho a seguir revela como as avaliações aparecem intermediadas pelo fato jornalístico.

Ademais, a atividade reprodutiva, que **onera sobremaneira** as mulheres, face à escassez de recursos nas famílias (**agravada pela crise**) e a falta de infraestrutura social para os cuidados, terminou por cobrar ainda mais horas das mulheres no **trabalho não remunerado**. (FEMEA, 2013, p.6, grifo nosso)

Os trechos grafados na citação acima mostram direta ou indiretamente o posicionamento do jornal frente ao que é vivenciado pela mulher no mercado de trabalho. A partir do trecho, pode-se concluir que o jornal considera a maternidade um ônus para a mulher, um trabalho não remunerado. Tal construção discursiva corrobora o pensamento de Leal, quando afirma que:

(...) como produto de linguagem, o acontecimento noticioso exige que o seu receptor realize operações que lhe atribuam sentido e o (re)insiram no cotidiano. Para tanto, busca antecipar, orientar,

conduzir, apropriar-se do gesto de recepção à espera de que o receptor tome a notícia para si, dê-lhe validade, autentique-a. (LEAL, 2008, p.4)

Essa busca pela construção de sentido, aliada à necessidade de reconhecimento e compreensão do fato por parte do grupo editorial, é o que pauta as decisões estratégicas do jornalista ao elaborar seu discurso. Analisamos abaixo como o recurso da retomada da voz de outro para o discurso confere credibilidade ao que está sendo dito. Um trecho revelador de *Fêmea* auxilia-nos na análise:

A naturalização do trabalho reprodutivo como sendo **necessariamente** feminino em um contexto no qual **as mulheres já se encontram amplamente inseridas no mercado de trabalho** traz à tona a relevância de se pensar o papel do estado neste processo, é o que **afirma Moema Guedes em seu livro A economia do cuidado: as instituições no Brasil.** (FEMEA, 2013, p.7, n.170, grifo nosso)

O excerto acima também faz referência ao pensamento do grupo editorial. Nesse sentido, todo o empenho da cega objetividade no jornalismo cai por terra ao surgir no discurso que compõe a notícia elementos capazes de revelar o que pensa o grupo. Recorre-se, na notícia, a uma estratégia muito comum no discurso jornalístico: o uso da voz de terceiros para consolidar um pensamento, uma opinião. A citação do livro de Moema Guedes cumpre o papel de corroborar com a asserção anterior de que o estado tem culpa no processo de exclusão da mulher do mercado de trabalho.

A notícia segue um caminho interessante na construção do discurso jornalístico. Há uma hierarquização dos fatos de modo a construir uma sequência, uma gradação de elementos que nos levam a determinada conclusão (aquela almejada pela instância de produção). Sendo assim, podemos inferir que:

(1) O objetivo principal da notícia é chegar à culpabilidade do Estado frente à pouca valorização da mulher no mercado de trabalho.

(2) Há um processo de avaliação/julgamento na composição da notícia que evidencia o posicionamento do jornal.

Hierarquicamente, o texto segue as seguintes etapas:

- (1) Apresentação dos avanços e das conquistas femininas
- (2) Apresentação do retrocesso da empregabilidade em função da crise
- (3) Avaliação da função feminina na casa e no mercado de trabalho
- (4) Questionamento sobre a divisão do trabalho familiar
- (5) Julgamento das obrigações do estado

De forma argumentativa, o jornal segue um caminho específico em direção ao alvo de responsabilização do Estado. As análises do CFEMEA feitas durante a notícia contribuem para reafirmar tal posicionamento editorial. Para consolidar a tese de que o estado é responsável pela má colocação da mulher no mercado, a equipe de jornalismo apresenta, inicialmente, as contradições sociais no que se refere à empregabilidade feminina. A partir desse ponto, vários questionamentos são feitos com o objetivo de despertar no leitor o senso crítico perante a situação descrita. Ao final, o estado é julgado, pelo fato de a

mulher não estar totalmente inserida no trabalho remunerado. Pode-se perceber tal julgamento através do último intertítulo utilizado na notícia: “Falta de creche: motivo da exclusão da mulher no mercado de trabalho”. Nesse momento discursivo, o grupo editorial empreende esforços para levantar argumentos que comprovem a culpa do governo diante da exclusão feminina do mercado de trabalho. O uso de elementos racionais marca a necessidade de se comprovar a tese defendida pelo grupo. Sendo assim, ao lermos o trecho a seguir, notamos tal empenho argumentativo.

Apenas 18% das crianças com até três anos de idade são atendidas por creches no país. Tendo que cuidar d@s filh@s, as mulheres, especialmente as que não têm condições de pagar escolas ou babás, não conseguem buscar trabalhos remunerados ou têm que optar por alternativas informais, sujeitando-se a condições de trabalhos precárias e a remuneração mais baixa. Este é um dos motivos que faz com que apenas 60% das brasileiras com mais de 16 anos estejam inseridas no mercado de trabalho remunerado, enquanto o percentual de homens chega a mais de 80%. É por isso que reivindicamos que sejam criadas políticas que tornem o cuidado das crianças um problema de todos e todas, uma questão social. (FEMEA, 2013, p.8)

O trecho acima está recheado de dados, porcentagens, números que comprovam (ou tentam comprovar) a dificuldade de a mulher trabalhar fora de casa tendo que cuidar dos filhos e da rotina doméstica. Os dados levantam um questionamento e parecem esperar por uma solução. O trecho é finalizado com o verbo reivindicar, usado na primeira pessoa do plural. Há aqui o surgimento de um coletivo (de mulheres) que inclui as jornalistas do CFEMEA e busca, por conseguinte, encontrar soluções para o problema. A reivindicação está mesclada à *mise em scène* discursiva e midiática, ou seja, é através da possibilidade de fala que o discurso jornalístico oferece que tal voz é levantada, ouvida e tem a intenção de ser colocada em prática.

Além dos dados, que conduzem a notícia para o universo do *logos*, da razão, sob outra perspectiva podemos encontrar alguns efeitos de realidade (MENDES, 2004). Mobilizamos aqui os conceitos de real e ficção para refletir sobre o uso que a imprensa faz de elementos ficcionais ou, melhor dizendo, de *efeitos* para construir a realidade tal como se deseja, sob o viés de determinado grupo editorial. Dito de outro modo, há um efeito na notícia (efeito de real) que nos faz crer que ela é apenas a reprodução da verdade a respeito de determinado assunto, mas por trás dessa construção, está o rearranjo de elementos ficcionais, opinativos e estratégicos que compõem a publicação periódica. Não se trata de dizer que a notícia em *Fêmea* é uma inverdade, mas há nela elementos que a aproximam de um artigo de opinião (portanto, não seria notícia), mas que são camuflados com determinados efeitos que fazem o discurso parecer simplesmente um fato noticiado a respeito da inserção da mulher no mercado de trabalho e sua jornada de trabalho em casa. De acordo com Mendes (2004), “as fronteiras entre as situações reais e as situações factuais são representadas como sendo porosas, possuem permeabilidade e permitem uma série de movimentações e deslocamentos (...)” (MENDES, 2004, p. 153). Sendo assim, compreender o que é factual e o que é ficcional não é tarefa tão simples. Os estudos de Mendes contribuem para definir que uma situação factual seria

o espaço onde, a partir de conjunturas situacionais específicas, os fatos seriam tidos como reais, como passíveis de serem submetidos a provas. No entanto, tal definição estaria subordinada às identidades dos parceiros da situação de comunicação, à finalidade da troca linguageira, à proposição formulada e às circunstâncias materiais que determinam certos espaços, nos valendo aqui de conceitos de Charaudeau (1995) (MENDES, 2004, p.156)

O jogo que se estabelece aqui é entre o jornalista e o grupo editorial (ao levantar questionamentos e impor certos valores) e os sujeitos destinatários (aqueles que acolhem fielmente o pensamento do grupo e suas restrições). Há imaginários recuperados na notícia no que se refere à imagem da mulher, especialmente. O imaginário da mulher submissa, dona de casa (exclusivamente), que não se prende ao dinheiro e que não se valoriza é duramente combatido por outro imaginário (oposto): mulher decidida, trabalhadora, capaz de exigir seus direitos (perante o governo) e reivindicar espaço para si socialmente.

É preciso analisar a perspectiva da intencionalidade discursiva da notícia. Segundo Charaudeau (2004), as visadas são formas de entender o funcionamento das situações discursivas e as especificidades que cada discurso é capaz de produzir. Ao voltarmos o olhar para o discurso em questão, percebemos a necessidade de divulgar a notícia camuflada ao desejo de avaliar, julgar e ponderar as ações do Estado. Charaudeau chama de visada informativa aquela em que o sujeito “quer mandar fazer e está legitimado em sua posição de saber; tu se encontra na posição de dever saber alguma coisa sobre existência dos fatos ou sobre o porquê ou como de seu surgimento” (CHARAUDEAU, 2004, p.24). Desse modo, o destinatário (leitor de *Fêmea*) assume a posição de dever saber algo a respeito dos fatos noticiados, enquanto a instância de produção assume sua legitimidade para falar em nome do jornal, incumbida de dizer a verdade, de levar conhecimento e informação à instância cidadã.

O léxico utilizado constrói o universo propício para a confirmação da visada informativa. Ao se referir às fontes, usam-se os verbos *discendi* (explicar, mostrar, levantar questões) que buscam construir a *mise em scène* do ensino, do repasse de informação. Além disso, as fontes utilizadas na notícia são: o professor de mestrado do ENCE/IBGE, José Eustáquio; Moema Guedes, socióloga e professora na UFRRJ; o informe da CEPAL, dados do suplemento da saúde, etc.

Outro ponto que revela a visada informativa é a sequência de fatos apresentados no início da notícia, como se fossem manchetes, ou enunciados topicalizados. A intenção de recuperar dados e fatos ocorridos no Brasil e, portanto, informar os acontecimentos aos leitores fica patente no discurso em questão.

A conclusão da notícia concretiza um *locus social* para *Fêmea*. Conforme trecho seguinte, a conclusão apresenta-se marcadamente avaliativa e imperativa:

Para que a promessa da presidenta Dilma se concretize, é fundamental que se acelere o ritmo da construção das creches, que se amplie o volume de recursos federais para esse fim e que os municípios assumam a responsabilidade pela sua manutenção – inclusive e especialmente pela contratação de professor@s e outr@s profissionais para creches e pré-escolas (FEMEA, 2013, p.).

Dessa maneira, vale ressaltar o que diz Traquina (2004) a respeito da posição social do jornalista, intermediador entre fato e discurso: “Os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais veem certas coisas e não outras, e veem de uma certa maneira coisas que veem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado” (BOURDIEU, 1997, p.12).

A breve análise feita da notícia “O papel do estado na economia do cuidado” revela-nos que as marcas de posicionamento dos editores perante a construção discursiva da notícia podem alterar, ainda que levemente, a configuração do fato em si.

De acordo com o que vimos anteriormente, podemos levantar alguns pontos que contribuem para a construção da notícia, pautada nos interesses do grupo feminista (CFEMEA). Podemos afirmar que a fala dos professores e pesquisadores valida a opinião do grupo editorial. A estrutura jornalística, a moldura de notícia também pode caracterizar o gênero como tal. O léxico próprio do ambiente jurídico/político também confirma a factualidade do discurso em questão. Assim, compreendemos que há na notícia em *Fêmea* uma moldura de notícia em um conjunto marcadamente opinativo, que deveria pertencer a outro gênero (segundo a classificação de Mello). O detalhamento dos pontos mais importantes abordados neste artigo está nas considerações, feitas a seguir.

4. Considerações finais

A proposta deste artigo foi discutir, ainda que brevemente, o papel do jornalista inserido na situação discursiva “imprensa” e a relação que existe entre suas escolhas editoriais e a composição da notícia. Com esse intuito, trouxemos para a discussão a notícia “O estado e seu papel na economia do cuidado”, matéria de capa da edição 170 do jornal *Fêmea*. A análise da notícia citada permitiu-nos perceber que os interesses que direcionam a atividade jornalística podem ser vistos linguisticamente e discursivamente na seleção e hierarquização de fatos em cada periódico. Consequentemente, cada notícia assumirá um perfil específico, um modo peculiar de tratar o fato que está relacionado aos interesses da instância de produção. A seleção léxica, a avaliação tendenciosa do fato e a forma de marcar graficamente a identificação homem/mulher são indícios de um discurso especializado, marcadamente feminista.

No geral, a notícia segue o padrão jornalístico no uso de fontes, título, recursos gráficos e imagens para retratar a matéria. Porém, a noção de fato distancia-se do ideal jornalístico, uma vez que não há um fato pontual na reportagem. O fato aparece intermediado por diversas avaliações e julgamento do CFEMEA em relação ao Estado, aos homens e à família.

As discussões levantadas permitem-nos concluir que se um tema for de interesse do jornalista (e da sua empresa e grupo editorial), o assunto pode adquirir proporções diferentes daqueles assuntos que não afetam a linha editorial.

É possível concluir que o jornalista assume, na rotina de produção, a tarefa de elaborar discursivamente a realidade e a partir de critérios jornalísticos, econômicos, sociais e culturais, definir o

que é ou não notícia. Tal elaboração caracteriza e especifica os jornais e revistas diante do seu público-alvo. Sendo assim, os jornais e revistas especializados são moldurados de acordo com os interesses socioeconômicos que sustentam a empresa jornalística. Isso condiciona não só o conteúdo jornalístico a ser publicado, mas também os interesses a nível publicitário e de prestação de serviços.

Os critérios de noticiabilidade estão relacionados não só ao público destinatário (ao leitor, no caso dos impressos), mas também ao ambiente que rodeia o jornalista. Importa a realidade sócio-histórica na qual se vive, para se compreender o que deve ser noticiado e a maneira como esta notícia deve ser apresentada ao leitor.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, In: Mello, R. MACHADO, I.L. (orgs) **Gêneros, reflexões em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2004.

FEMEA. Brasília, edição 170, ano 2013, n.170, maio/agosto. 2013.

LEAL, B. **Telejornalismo e autenticação do real: estratégias, espaços e acontecimentos**. In: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós - Graduação em Comunicação E-Compós, Brasília, v.11, n.2, maio/ago.2008.

MARROQUIM, R. Jornalismo e construção social da realidade: o despertar do acontecimento e a composição da notícia. In: **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010.

MELO, J. M. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

PONTES, F. S; SILVA, G. Acontecimento jornalístico e história. In: ENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (org.). **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2010.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo. Porque as notícias são como são**. Vol. 1 Florianópolis: Insular, 2.ed, 2005.

Anexos

Anexo I – Transcrição da notícia analisada: O papel do estado na economia do cuidado (Jornal Fêmea, edição 170)

O papel do estado na economia do cuidado

A queda do desemprego feminino. A posição do Brasil em terceiro lugar no ranking latino-americano sobre paridade econômica e laboral entre homens e mulheres, elaborado pela Articulação Feminista Marco-Sur. A crescente presença das mulheres no mundo público e a desconstrução da figura masculina como única provedora do consumo da unidade familiar. Esses avanços, no entanto, não vem sendo acompanhados de uma divisão mais equânime das responsabilidades familiares com o cuidado de crianças, idosos, enfermos e com as tarefas domésticas. A permanência da concentração deste trabalho nas mãos das mulheres faz com que seu lugar na família, particularmente o fato de ter ou não filh@s pequen@s, influencie diretamente no seu desempenho no mundo do trabalho. Essa situação agravou-se com a crise financeira internacional. O enfrentamento da crise favoreceu setores da indústria intensivos em mão-de-obra quase que exclusivamente masculina. As atividades produtivas que concentravam a força de trabalho feminina, saúde, educação, por exemplo, não desfrutaram das mesmas medidas e as trabalhadoras ficaram ainda mais desprotegidas. Ademais, a atividade reprodutiva, que onera sobremaneira as mulheres, face a escassez de recursos nas famílias (agravada pela crise) e a falta de infraestrutura social para os cuidados, terminou por cobrar ainda mais horas das mulheres no trabalho não remunerado.

O professor titular do mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/ IBGE), José Eustáquio Diniz Alves, explica que quanto maior o peso das atividades domésticas, menor é a disponibilidade de tempo que as mulheres podem ofertar ao mercado de trabalho remunerado. “Por exemplo, famílias com muitos filhos pequenos exigem maior presença feminina no cuidado de seus membros, o que, em uma enviesada divisão sexual do trabalho, limita o potencial produtivo das mulheres”.

José Eustáquio levanta questões que se colocam, em termos de políticas públicas e de redivisão sexual do trabalho, e interroga: como liberar as mulheres para o exercício do seu direito ao emprego remunerado, como comprometer os homens com a economia do cuidado e como o Estado pode fornecer os instrumentos para a redução da distância entre a produção e a reprodução social.

A naturalização do trabalho reprodutivo como sendo necessariamente feminino em um contexto no qual as mulheres já se encontram amplamente inseridas no mercado de trabalho traz à tona a relevância de se pensar o papel do estado neste processo, é o que afirma Moema Guedes em seu livro *A economia do cuidado: as instituições no Brasil*. “Nesse sentido, as análises sobre as políticas públicas nos campos de saúde e educação básica e creches são de suma importância para a visualização do tipo de encargo sofrido pelas famílias, particularmente as mulheres, quando são compostas por membros que requerem cuidados especiais (crianças, idosos, indivíduos doentes etc.). Além disso, esse olhar amplia o escopo da discussão acerca da dupla jornada de trabalho feminina para além da esfera familiar e a recoloca numa dimensão pública, dando visibilidade a um tipo de trabalho que é tradicionalmente ocultado”.

O Estado e a infraestrutura social

O debate sobre o novo Plano Plurianual do governo federal está em curso. O governo respondeu às reivindicações de participação social nesse processo, criando um Fórum específico para o debate com conselheir@s e representantes de organizações da sociedade civil. A Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB) enfatiza a importância de instituir a prioridade estratégica da infraestrutura reprodutiva enfrentando a divisão sexual do trabalho e a superexploração das mulheres.

E ressalva a proposta de inserção no PPA da Infraestrutura para economia do cuidado: construção de creches, restaurantes populares, casas de repouso, hospitais-dia, escolas em tempo integral etc).

Segundo o informe da CEPAL, “Que tipo de Estado? Que tipo de igualdade?” a conciliação entre a vida profissional e familiar baseada na redistribuição das tarefas de cuidado entre o Estado, o mercado e as famílias continua a ser o ponto cego das políticas públicas da América Latina e do Caribe. As obrigações legais com o cuidado de descendentes e ascendentes não correspondem aos serviços, a infraestrutura e as provisões disponíveis para sua realização. Nesta situação, as desigualdades de gênero são evidentes. Segundo Alicia Bárcena, Secretária Executiva da CEPAL na apresentação do documento, não será possível conseguir igualdade de trabalho para as mulheres enquanto não for resolvida a carga de trabalho não remunerado e de cuidados que recai historicamente sobre nós.

Para José Eustáquio existem duas coisas importantes a serem tratadas: “primeiro responsabilizar os homens pelo cuidado. As tarefas reprodutivas (cuidado com crianças, idosos, tarefas domésticas etc.) não podem ser vistas como atividades exclusivas das mulheres - a maternagem e a paternagem.

Em segundo lugar, é preciso DESFAMILIZAR as políticas públicas. Isto é, tirar os encargos de cima da família e o Estado responsabilizar por políticas relacionadas à economia do cuidado. Por exemplo: creche e educação infantil é fundamental para liberar as mulheres para o mercado de trabalho”.

O cuidado de idos@s, deficientes e o acesso da população à saúde

O quadro de tarefas e atribuições socialmente construídas como femininas que se articulam à chamada economia do cuidado é formado não apenas pela educação e cuidado com os filhos mas também pela assistência à todos os integrantes familiares que necessitem de atenção especial como idos@s ou enferm@s. Moema Guedes explica a importância do acesso da população a programas de saúde que assegurem atendimentos integrais com serviços médicos de enfermagem, e outros cuidados, ao invés de transferir para as famílias, particularmente às mulheres, os ônus de tempo e gastos que envolvem os tratamentos necessários para a plena recuperação e estabilidade da saúde dos indivíduos.

Dados do Suplemento de Saúde, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgados em março de 2010, referente a perspectiva da economia do cuidado, mostram que 59,5 milhões de pessoas sofrem A economia do cuidado envolve a criação d@s filh@s, a guarda das crianças, a atenção com os parentes idos@s ou com necessidades especiais, as atividades de educação, saúde e dos afazeres domésticos, assim como a convivência das pessoas que cuidam umas das outras e do ambiente natural.

Falta de creche: motivo da exclusão da mulher do mercado de trabalho

Apenas 18% das crianças com até três anos de idade são atendidas por creches no país. Tendo que cuidar d@s filh@s, as mulheres, especialmente as que não têm condições de pagar escolas ou babás, não conseguem buscar trabalhos remunerados ou têm que optar por alternativas informais, sujeitando-se a condições de trabalhos precárias e a remuneração mais baixa. Este é um dos motivos que faz com que apenas 60% das brasileiras com mais de 16 anos estejam inseridas no mercado de trabalho remunerado, enquanto o percentual de homens chega a mais de 80%. É por isso que reivindicamos que sejam criadas políticas que tornem o cuidado das crianças um problema de todos e todas, uma questão social.

As creches no governo Dilma

A criação de creches foi um compromisso assumido pela presidenta Dilma desde a campanha eleitoral em 2010. Até 2014, afirma Dilma, seis mil creches serão instaladas em todo o país, que poderão atender até 140 mil crianças e terão custo de R\$ 7,6 bilhões.

Contudo, para 2011, está prevista a construção de apenas 772 creches, o que corresponde a 13% das unidades prometidas. Analisando a execução dos recursos da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2011 até o mês de agosto, constatamos a existência de cinco ações destinadas à implementação e ao funcionamento de creches, que somam mais de dois bilhões de reais previstos para este ano: 0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica; 09CW – Apoio a reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica; 8746 – Apoio a Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública da Educação Infantil; 09CW – Apoio

a Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica; 12KU – Implantação de Escolas para Educação Infantil; 8682 – Apoio a Elaboração da Proposta Pedagógica, Práticas e Recursos Pedagógicos para Educação Infantil. Juntas, essas ações executou até agora menos de 10% dos mais de 2 bilhões previstos para o ano.

Não é a primeira vez que o governo federal fica longe da meta traçada. Em 2008, o compromisso era construir 1.700 novas creches até 2011 e ampliar em 12% as vagas para as crianças de 0 a 6 anos. Não vai dar para chegar nem à meio caminho das metas estabelecidas no I e II PNPM.

A principal ação nesse sentido, orientada à implantação de escolas para educação infantil (12KU), faz parte do PAC 2 e, embora tenha comprometido (empenhado) 98,5% dos recursos, até o momento executou de fato apenas 11,8% do montante autorizado. Outra importante ação, de apoio à reestruturação da rede física pública da educação básica (09CW), comprometeu (empenhou) mais da metade de seus recursos, mas executou apenas 13,6%.

As demais ações, que prevêem montantes menores, não estão sendo implementadas ou caminham a passos muito lentos, o que compromete a qualidade das creches já existentes, a exemplo da Ação de Aquisição de Equipamentos para a Educação Infantil (8746) que, dos R\$ 65,2 milhões de reais previstos para o ano todo, executou apenas R\$ 90 mil (0,1%).

Além disso, as creches também recebem parte dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). No total o FUNDEB, dispõe das seguintes ações orçamentárias: 0903 – Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica; 1061 – Brasil Escolarizado.

No caso do FUNDEB, observa-se um ritmo de execução adequado, com mais de 50% liquidados até o momento. No entanto, não se tem a informação sobre quanto desses recursos vai diretamente para a educação infantil, já que o FUNDEB financia também a Educação Fundamental. Segundo o Ministério da Educação (MEC), a distribuição dos recursos do FUNDEB entre Ensino Fundamental e Educação Infantil (que engloba creches e pré-escola) é proporcional ao número de matrículas efetuadas em cada grupo. Esta forma de dividir os recursos perpetua o enorme déficit de vagas para a Educação Infantil.

Para que a promessa da presidenta Dilma se concretize, é fundamental que se acelere o ritmo da construção das creches, que se amplie o volume de recursos federais para esse fim e que os municípios assumam a responsabilidade pela sua manutenção – inclusive e especialmente pela contratação de professor@s e outr@s profissionais para creches e pré-escola

Abstract: *The proposal to discuss the discursive construction of news in print journalism is what guides the debate established in these lines. The idea is to trace the argumentative, strategic, factual and fictional elements used in the construction of news that analyze women in the newspaper *Fêmea*, especially those regarding women's struggle for their rights. The big question to be discussed is how the feminist group CFEMEA reports issues related to interests and feminist demands. Assuming that the news is the construction of an event (Charaudeau, 2007), what interests us is the strategy used by the feminist group to sort and report the facts relating to the practice in the construction of news that directly address feminine (or feminist) issues. Guiding our research is the work of Traquina (ano); Charaudeau (1995, 1998, 2007) and Mello (2003), among others. The Feminist Centre for Studies and Advisory Services (CFEMEA) takes the struggle for rights of women and minorities facing the national congress. To give visibility to their actions, the group publishes, every three months, the newspaper *Fêmea*, whose editorial policy is to promote equality of gender and race.*

Keywords: *Fêmea; news; criteria of newsworthiness; effects, strategies.*

A MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO SUJEITO NIPO-BRASILEIRO REPRESENTADO PELA LITERATURA

Hugo Hajime KIMURA (UEM/Capes-DS)¹
hajimekimura3@hotmail.com

Roselene de Fátima COITO (UEM)²
roselnfc@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho por meio da análise do discurso francesa tem como objetivo discutir as memórias discursivas que constituem o romance *Nihonjin* em relação com a construção de identidades representadas do sujeito imigrante japonês e seus descendentes no Brasil, analisando a trajetória do imigrante japonês retratado nesse meio artístico brasileiro. Fazendo-se um recorte na questão referente à memória discursiva e coletiva, da perspectiva de Pêcheux (1999) e Davallon (1999) temos a questão de uma memória coletiva afetando o indivíduo e o que se perde e se ressignifica na mudança de território. Para tanto, será feita uma leitura interpretativa de *Nihonjin* (2011), do escritor Oscar Nakasato, que retrata o processo de imigrantes japoneses que saíram de sua pátria e deslocaram para o Brasil, um país com traços distintos da memória que permeia esse sujeito. Nesse contato, procura-se descrever por meio da materialidade, como se constitui o sujeito no trabalho com a memória.

Palavras-chave: Imigração; Nipo-brasileiro; Japão; Discurso; Identidade.

1. Introdução

Desde quando os primeiros japoneses imigraram para o Brasil, passaram-se mais de um século, atravessando o oceano para uma terra totalmente desconhecida. Nesse tempo, esses imigrantes tiveram momentos de dificuldades de adaptação: o contato, principalmente por causa da língua, e o choque cultural, contribuíram para essas dificuldades. Hoje, pode-se dizer que, apesar das barreiras iniciais, o processo de integração destes e seus descendentes, permitiu uma completa inserção de nipo-brasileiros na sociedade brasileira.

Esse acontecimento que se iniciou em 1908, com a chegada do navio *Kassato Maru*, é retratado nos meios artísticos brasileiros e japoneses, como cinemas, novelas, romances. Desta forma, por meio da análise do discurso este trabalho tem como objetivo discutir as memórias discursivas que constituem o romance *Nihonjin*, em relação com a construção de identidades representadas no romance, fazendo-se um recorte na questão referente à memória coletiva e discursiva, analisando os embates de identidades provocadas pela imigração e a relação de poder constituída neste discurso.

Por meio da perspectiva de Pechêux (1999), procuraremos relacionar a memória discursiva, que reestabelecem os “implícitos”, com a memória coletiva desenvolvida por Davallon(1999), em que se

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá.

² Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá.

percebe a sua capacidade de conservar o passado, na constituição da identidade do sujeito imigrante japonês e seus descendentes no Brasil.

Desde a chegada dos imigrantes japoneses temos as memórias coletivas que se perderam ou foram ressignificadas ao longo das gerações, em relação ao ambiente, a culinária, ao isolamento, à língua, casamento, tradição, costumes entre outros. Com isso, temos a questão de uma memória coletiva afetando o indivíduo e o que se perde e se ressignifica na mudança de território.

Para tanto, será feito uma leitura interpretativa de *Nihonjin* (2011), do escritor maringense Oscar Nakasato, obra vencedora do prêmio Jabuti, no ano de 2012, na categoria romance, que retrata o processo de imigrantes japoneses que saíram de sua pátria e deslocaram-se para o Brasil, um país com traços distintos da memória que permeia esse sujeito. Neste contato, procura-se descrever por meio da materialidade, como se constituiu o sujeito no trabalho com a memória.

Observando os anos de publicação de obras de artes que retratam o nipo-brasileiro, elas começam a aparecer significadamente somente na década de 80, como por exemplo, o filme “*Gaijin – caminhos da liberdade*” (1980) de Yamazaki, que na época fez um grande sucesso por ser um tema inédito. Relacionado ao romance, diversos autores brasileiros e nipo-brasileiros também já escreveram sobre o tema, mas o “*Nihonjin*” de Nakasato, com certeza, é um destaque no meio dessas produções por percorrer todo o percurso de tempo do personagem *Nikkei* no Brasil, com uma narrativa envolvente e repleta de questionamentos do imigrante e seus descendentes.

Tendo em vista que as produções artísticas sobre o nipo-brasileiro começaram mais efetivamente na década de 80, nos perguntamos: se a imigração japonesa iniciou-se no ano de 1908, por que ela é representada somente depois de um grande espaço de tempo na literatura, novela ou cinema?

Para responder a essa questão nos apropriamos do conceito de letramento. “Podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos.” (KLEIMAN, 2004, p.19). Ou seja, na sociedade encontramos diversas práticas sociais que usam a escrita direta ou indiretamente para seus objetivos de acordo com os mecanismos de poder.

Para que houvesse a inserção de autores nipo-brasileiros nessas práticas letradas, diversos fatores foram essenciais. Com certeza a apropriação da língua portuguesa foi fundamental, mas levou tempo. Nos primórdios alguns imigrantes costumavam escrever *haikais* e contos em língua japonesa, ficando essa produção restrita à determinada comunidade. Nacionalmente o tema com nipo-brasileiro dentro de ficção só começará a ter destaque com a geração dos filhos e netos dos imigrantes japoneses que adquirem o domínio da língua portuguesa, acompanhada da inserção da comunidade e de seus descendentes nos mais variados setores da sociedade brasileira, um processo demorado.

À medida que acontece a inserção há também o reconhecimento da cultura e da identidade japonesas. Bhabha (2007) discute o encontro cultural relacionado à identidade no mundo moderno definindo a noção de “entre-lugar”. Ele se preocupa em analisar o que se passa nesse encontro cultural.

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (BHABHA, 2007, p. 20)

Assim, o aparecimento da imigração em uma obra de arte, dentro de práticas sociais letradas, é um processo lento e demorado, já que pela sobreposição e deslocamentos, o interesse cultural é negociado. Nessa fronteira da diferença cultural, a negociação pode ser feita por consenso ou por conflitos. Através de Bhabha (2007), consegue-se refletir sobre a identidade que se forma nas fronteiras, ou no entre-lugar, com novas estratégias de subjetivação, por meio do imigrante que carrega a sua memória em contraposição ao lugar onde se propõe fixar.

Esse trabalho se divide em três partes. Primeiramente, será feito um levantamento teórico sobre a memória. Em um segundo momento será analisado como esse conceito permeia o sujeito nipo-brasileiro na sua constituição identitária no romance. Por fim, apresentamos os resultados obtidos com essa análise.

2. A memória discursiva: entre a repetição e a regularização

Na perspectiva da análise do discurso francesa, diversos teóricos discutem questões envolvendo a memória discursiva, associada com o acontecimento. Para Pêcheux (1999), “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (...) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.” (PÊCHEUX, 1999, p. 52) Ou seja, pela memória discursiva, conseguimos recuperar os elementos pré-construídos, citados, relatados, os dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos e dão sentidos .

Nunes (1999) descreve na introdução do livro “Papel da memória” os vários sentidos a respeito da memória, que por vezes é interpretada por lembranças, memória social ou coletiva, memória institucional, memória mitológica, memória registrada, memória do historiador. O crítico questiona como a memória pode ser produzida, como ocorre o deslocamento, a ruptura e a conservação. Pêcheux (1999) diz que devemos entender memória não no sentido individual e psicologista, mas no entrecruzamento da memória mítica e da memória social inscrita em práticas com a memória construída pelo historiador.

Segundo Jean Davallon (1999, p. 25), “para que haja a memória é necessário que o acontecimento saia da indiferença, que ele deixe o seu domínio da insignificância.” Observamos a memória a partir do momento em que o acontecimento é apreendido na consciência dos enunciados entrecruzados em um

determinado momento. Para Davallon (1999), o que ainda é vivo na consciência de um indivíduo ou comunidade é visto como memória social.

Lembrar um acontecimento ou um saber não é forçosamente mobilizar e fazer jogar uma memória social. Há necessidade de que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade; e sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social. Esse fundo comum, essa dimensão intersubjetiva e sobretudo grupal entre eu e os outros especifica, diz-nos Halbwachs, a memória coletiva. (DAVALLON, 1999, p. 25)

A memória social ou coletiva nos faz pensar a capacidade de conservar o passado e a fragilidade devido ao fato de que poderá desaparecer com os membros dentro de um grupo social. Davallon (1999) baseando-se em Halbwachs faz a oposição da memória coletiva com a história, dizendo que esta resiste ao tempo e que aquela não. Por meio de Davallon (1999), podemos pensar a respeito do acontecimento que foi a imigração japonesa para o Brasil. A partir do momento em que são retratadas em filmes, romances, novelas, poesias entre outras materialidades, além de meios artísticos, esse acontecimento sai da sua insignificância e passa a ser absorvido por uma memória.

Observa-se a questão da memória social e coletiva que afeta o indivíduo nesse desenraizamento da sua terra de origem, ocupando o entre-lugar no choque cultural. Com isso, temos na memória aquilo que Pêcheux descreve como materialidades discursivas complexas, em que há a repetição e a regularização. Ao longo das gerações temos as memórias sociais ou coletivas que se perderam ou se resignificaram. Nessa negociação de sobreposição e deslocamentos resolvidos por consenso ou conflitos existe a visão do imigrante que vê a cultura brasileira e a visão do brasileiro que vê o imigrante japonês, e sua cultura.

Procura-se a seguir, pela leitura e interpretação do romance *Nihonjin* analisar as memórias que abarcam o sujeito nipo-brasileiro em sua constituição identitária. Como todos esses meios de produção artística percorrem historicamente desde o processo imigratório, do processo de integração até a inserção na sociedade brasileira, há uma produção que representa o contexto em relação com a realidade que também tem a força de conservar o memorável estando entre a repetição e a regularização do dizer.

3. *Nihonjin*: a memória na constituição da identidade

O romance *Nihonjin* (2011), do escritor maringáense Oscar Nakasato, foi obra vencedora da primeira edição do prêmio Benvirá de literatura, do qual participaram 1932 concorrentes de todo o Brasil e também venceu o prêmio Jabuti, no ano de 2012, na categoria romance.

Na obra, observamos toda uma trajetória de um imigrante japonês, Hideo, que deixando seu país veio se aventurar em um lugar totalmente desconhecido: o Brasil. O narrador do romance é o neto desse imigrante, e através dele sabemos o percurso da instalação de Hideo Inabata e sua família japonesa no Brasil.

O confronto com sistemas de valores interculturais é o principal foco descrito na obra de Nakasato. Hideo com o objetivo de enriquecer chega ao Brasil e começa a trabalhar nas fazendas de café, porém apresenta certo sentimento nacionalista de veneração a sua pátria. Quer ganhar dinheiro logo e depois ir embora ao Japão.

Já de início, com a mudança de localidade, têm-se inúmeras barreiras inimagináveis para o imigrante. Tendo-se em vista que a memória coletiva se instaura naquilo que afeta o indivíduo, existem alguns elementos no romance que revelam as barreiras do cotidiano do imigrante, tais como a língua dificultando a comunicação; o ambiente de moradia com suas particularidades como o ofurô para tomar banho e o costume de andar descalço dentro de casa que não existia no Brasil; a culinária totalmente diferente e o modo de comer com a tigela e *hashi* dos japoneses, ao contrário de prato, garfo e faca neste solo; o clima e o trabalho diferente do local de origem; o modo que o colono japonês via o trabalho no campo.

O narrador começa descrevendo Kimie, primeira esposa de Hideo, uma mulher calada e focaliza a sua indumentária. “Usava um quimono pobre, de tecido claro com bolinhas rosadas, que ia até os tornozelos. Nos pés, meias brancas e chinelos com base de palha e tiras de pano” (NAKASATO, 2011, p.11). Notam-se, assim, as vestimentas adaptadas ao ambiente de trabalho nas lavouras de café brasileiras. Com a chegada ao Brasil, o conceito de vestimenta é readaptado ao ambiente, e talvez não fosse mais possível usar quimono todos os dias, pelo clima e trabalho. Atualmente, no Japão poucos são as pessoas que usam quimonos no dia a dia, porém este traje tradicional começou a desaparecer do cotidiano diário das pessoas somente após a Segunda Guerra Mundial no país, ao contrário dos imigrantes que tiveram que fazer a sua adaptação para o trabalho com a imigração.

Para pensar sobre o processo de (re)construção da identidade de imigrantes japoneses é necessário atentar para a instalação de estratégias de manutenção da cultura desse povo. Em *Nihonjin*, com o passar do tempo são feitos outros utensílios como mesas e cadeiras. Para manterem o conforto, construíram até um ofurô, arte de Jintaro, desse modo, as famílias de imigrantes japoneses da fazenda podiam relaxar e tirar o cansaço pelo seu dia de trabalho. Então havia a adaptação aos novos costumes e, ao mesmo tempo, tinha-se a preservação da cultura de origem. No Brasil não se tinha esse costume, porém banhava-se a família de Hideo, a família Kawahara e às vezes vinham até outros vizinhos.

Quanto à imigração, os imigrantes japoneses se iludiam, devido à política imigratória japonesa, como expressa o romance “- *Ojichan* lembra o nome da fazenda? – Ouro Verde. O nome da fazenda era a promessa que lhes haviam feito no Japão, metonímia de uma terra sem fim, onde faltavam braços para arrancar de suas entranhas a riqueza que oferecia” (NAKASATO, 2011, p. 19). O próprio nome da fazenda “Ouro Verde” trazia uma ilusão de que se podia ganhar muito nessas terras. Embora a realidade fosse outra. Yamochi (1991) mostra que,

Os primeiros imigrantes desembarcados no Porto de Santos , passaram a residir, inicialmente, nas fazendas de café do interior Paulista, introduzidos como uma forma de

substituição da mão-de-obra escrava, porém, com diferentes características: trabalhos por empreita nas formações dos cafezais e assalariamento (1991, p.78).

Depois de receberem os salários anuais com o pagamento das dívidas, era pouco o que sobrava. Porém, acreditavam realmente que ganhariam dinheiro trabalhando na agricultura e que em poucos anos voltariam à sua terra natal. Para isso, a família de Hideo trabalhava até de domingo com as suas hortas, plantações particulares e costuras de roupas para economizar gastos nas mercearias da fazenda, embora nesse dia também os orientais lembrassem-se do país e confessassem suas frustrações. A política trabalhista dos imigrantes japoneses, diferentemente dos brasileiros e outros colonizadores contrariava o conceito católico de ter o domingo como dia de descanso. Assim, construía-se a imagem dos japoneses como um povo trabalhador em comparação com os trabalhadores vindos de outros países:

Houve muitas dificuldades iniciais de adaptação pela falta de conhecimento e de relacionamento entre japoneses e brasileiros, aliadas as dificuldades de comunicação. Até praticamente depois da Segunda Guerra Mundial, os japoneses eram considerados muito trabalhadores, porém, de difícil adaptação ao Brasil (YAMOCHI, 1991, p. 78).

Havia uma grande dificuldade para se comunicarem com as outras pessoas da fazenda (os italianos, os negros), devido a suas diferentes línguas de origem. Os japoneses eram muito fechados e geralmente não falavam português, nem se interessavam em falar. Por isso, poucos aprendiam a língua portuguesa. Organizavam-se em comunidades fechadas e evitavam contatos com os brasileiros e outros grupos de imigrantes. Isso é expresso no romance a partir da personagem Hideo que quase não se misturava com povos de etnias diferentes. Nakasato (2002, p.16) argumenta que no início da imigração nipônica

a língua usada era a japonesa. Para eles era difícil se integrar à língua portuguesa e à cultura brasileira, o que é compreensível se considerarmos que permaneceram mais de dois mil anos insulados, formando a sua identidade e matutando a sua cultura, sem experiência de emigração para além-mar.

Nakasato (2002, p.16) nos estudos sobre a imigração, escreve que os japoneses nas primeiras décadas cultivavam a escrita poesias, principalmente o *Haikai*, como manutenção da cultura natal. Em *nihonjin* vemos Jintaro (membro “adotado” pela família de Hideo, já que para imigrarem, antes da Segunda Guerra Mundial, para o Brasil, os japoneses precisavam formar famílias de pelo menos três pessoas, formando-se as famílias artificiais) que escreve *haikai* como lazer durante as noites. *Haikai* é uma forma poética que em três linhas; valoriza-se a objetividade. Um desses poemas é mostrado a Kimie, em que depois acaba se “relacionando” com ela: “*Vejo no momiji / O vermelho triste do céu / Cor de outono*” (p.36).

Acendia a lamparina, deixava a chama alta para ver melhor, para não ver fantasmas, e escrevia sobre as quatro estações do ano: a triste vermelhidão do céu que as folhas de momiji copiavam o outono, o manto branco sobre as cerejeiras durante o inverno, o canto do rouxinol saudando a primavera, a sinfonia das cigarras nas noites de verão. Era um modo de se sentir no Japão (NAKASATO, 2011, p.35).

No segundo capítulo de *Nihonjin*, desvelam-se o importante papel das cartas, que davam forças para aturar o duro trabalho e a saudade. Além de trazer informação da família e do país, era um diálogo

existente com as suas raízes, mais uma forma de manutenção da cultura oriental. Na época não existia telefone, muito menos internet, sendo a carta o principal meio comunicador, esperadas ansiosamente como descritas abaixo.

As cartas eram sempre aguardadas com ansiedade, e era angustiante não saber quando viriam. Elas davam elementos para que ojichan seguisse elaborando a história da família, que permanecera no Japão, garantiam o aperto dos laços que o prendiam àquele país. Através delas sentia a presença dos pais, dos irmãos, sobretudo da mãe, que frequentemente lhe aparecia nos sonhos, às vezes com o semblante triste da despedida, outras vezes com o sorriso que sempre lhe iluminava o rosto quando ele e seus irmãos, ainda crianças, retornavam da escola. (NAKASATO, 2011, p.45)

Após a morte da primeira esposa, Hideo ficou sozinho na casa, sem ninguém da família. Os anos trabalhados nesta primeira fazenda fez com que aprendesse o básico sobre a agricultura; ainda ele percebe que foi iludido sobre a oferta de ganhar muito dinheiro. Por não poder ocupar uma casa sozinho, pelas regras da fazenda, o imigrante *nihonjin* vai morar com a família Mikimura, e casa novamente, agora com Shizue, uma mulher diferente de Kimie, tanto com habilidades no cafezal como nos afazeres domésticos.

Então se casaram ojichan e obachan em uma cerimônia no terreiro da fazenda. Alguém entoou o cântico nupcial *Tasaka*, um amigo da família fez um longo discurso de apresentação dos noivos, tão longo que enervou os poucos convidados, inútil porque todos conheciam Hideo e Shizue, mas necessário porque era sempre assim: alguém falava do bom caráter do noivo, de seus pais, que o criaram para ser um homem honesto e fiel ao imperador, de sua dedicação ao trabalho, e das habilidades da noiva na arte culinária, de sua disposição de ser mãe, da educação primorosa que recebera em sua casa. Depois falou o pai, que agradeceu os presentes e se desculpou pela festa, que era pobre, que não tinham saquê como gostaria, só tinha limonada e pinga para tomar, que não tinha manju, só mandioca frita, bolinhos de arroz e um bolo de milho para comer (NAKASATO, 2011, p.49-50).

Nesta cena, nota-se a presença de todo um ritual de festa de casamento japonês, mais um instrumento de manutenção dos costumes japoneses. Antes de iniciar a festa um casamento tradicional, apresenta-se os noivos, todo percurso percorrido por ambos até aquele momento e o currículo dos noivos, isso porque os membros da família não conhecem a vida do noivo ou da noiva. Depois disso vem a fala do pai de agradecimento à presença de todos e por estar promovendo a união do casal. Presencia-se assim um casamento japonês em terras brasileiras, com pinga e mandioca na comemoração, marcando, nessa passagem, o entre-lugar que a comunidade japonesa instaurava-se, com a permanência de uma tradição e, ao mesmo tempo, a fragilidade desta tradição ao vivenciarem o costume de uma terra estranha.

Depois do casamento, Toshio, o sogro, se torna pai de Hideo ou otochan (“otochan” quer dizer pai e “okachan” mãe). Há mais este traço da cultura japonesa, pois em famílias japonesas o sogro e a sogra são considerados como pai e mãe, chamando-os de otochan e okachan. Com a esposa também acontece o mesmo, embora não haja essa relação na fábula, já que Hideo viera casado e ficara viúvo. Shigueru, filho de Toshio sente ciúmes de Hideo pelo pai dar mais atenção ao genro. Instala-se aí uma relação de conflito familiar, devido à hierarquia que a família japonesa estabelece.

- Parece que o tochan se esqueceu que tem um filho – queixou-se Shigueru. Toshio riu, retrucou que era uma grande bobagem o que dizia o filho, que era um rapazote, lembrou Hideo era mais velho e experiente, era natural que tivessem mais o que conversar, e que não ficasse despeitado porque, quando uma filha se casava, o pai e a mãe ganhavam outro filho, e assim seria quando ele, Shigueru, também se casasse: a sua esposa seria uma filha. (NAKASATO, 2011, p. 50-51)

Se tratando da culinária, muitos são os hábitos que foram trocados pelos imigrantes com a chegada ao Brasil. O chá foi trocado pelo café, o saquê pela pinga e alguns pratos eram mais gordurosos do que estavam acostumados a comer.

Hideo se encarregou de tratar o animal e, dia após dia, via o seu desenvolvimento. Ele, que nos primeiros tempos no Brasil se enjoava com a carne gordurosa do porco e passara mal algumas vezes após ter se aventurado a comê-la, acostumou-se com o seu sabor. Toshio, Shigueru e Shizue também haviam se acostumado. Além da carne, comiam ainda a linguiça, que no início lhes parecia tão estranha. Somente mãe de Shizue se recusava. (NAKASATO, 2011, p.53-54)

Esta passagem, em que os hábitos alimentares se mostram diferentes, remete a uma memória que restabelece o “pré-construído” de uma cultura outra. Dito de outro modo, o romance vai ganhando contornos dos sentidos que vão sendo estabelecidos no acontecimento da imigração e que vai perpetuando, de uma certa forma, as imagens sobre este imigrante, tanto dele para com ele mesmo, como dele para com o outro, ou ainda, do outro sobre ele. Neste sentido, ao mesmo tempo em que há uma repetição e uma regularização do dizer sobre si e sobre o outro, há um deslocamento, tanto que com o desenvolver da trama e o nascer dos filhos, destacam-se os conflitos culturais, a não aceitação da identidade de *gaijin* (estrangeiro), embora conviva junto e na terra de *gaijins*.

Este conflito é percebido com mais veemência, quando ocorre a discussão de Hideo com o filho Haruo, pondo em jogo se ele é um *nihonjin* (japonês) ou brasileiro, pois ao freqüentar a escola brasileira, entra em contato com esta cultura e com uma educação diferente do Japão. O filho de Hideo, nascido no Brasil, fica na escolha da contradição entre duas culturas. Por um lado a visão do pai, que quer que o filho seja um *nihonjin*, sem influências brasileiras, de outro lado, a visão da professora brasileira que fala que ele é brasileiro, pois nasceu no Brasil.

Hall (2000, p.108) avalia a necessidade de ao se pensar em identidades considerar os processos de globalização e imigração (forçada ou livre) que, geralmente, modificam o “caráter relativamente estabelecido da identidade”. Por meio de seus postulados vemos que a instabilidade faz com que o sujeito, no caso Haruo, recorra a única identidade que reconhece – a japonesa, imposta pela família –, mas ao mesmo tempo se sente brasileiro. O estrangeiro aqui está em transformação e não se reconhece mais nele, já não tem certeza de quem é. Neste momento Haruo está se deparando com uma concepção de identidade a qual

aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar

ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, p.108).

Assim a posição de Hideo é ambígua. Pode-se dizer que ele tem seu pensamento focado na noção de memória que ele tem de seu país – o Japão – com todos os costumes que assimilou lá. Segundo Silva (2009) “a memória pode ser entendida como um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, da mesma forma que ela é essencial para a coerência de uma pessoa ou de um grupo” (p.30).

Esta memória que constitui o sentimento de identidade é abalada durante a Segunda Guerra Mundial. No contexto da Segunda Guerra Mundial, o romance retrata a prisão de Hideo, por conversar em japonês na frente de policiais brasileiros. Nesse momento, italianos, alemães e japoneses passaram a viver dentro de um país de inimigos. Getúlio Vargas baixou leis contra esses imigrantes, “em São Paulo a Superintendência de Segurança Política e Social publicara uma portaria que tornara um inferno a vida dos japoneses, bem como dos italianos e alemães” (NAKASATO, 2011, p.88). O romance aponta as proibições dessa portaria, dentre elas, se reunirem em grupos a título de comemoração, utilizarem hinos e saudações características de seus países, discutirem ou trocaram ideias sobre a situação internacional, falarem e escreverem em seu idioma natal. A proibição relacionada à língua materna foi uma das mais severas, como se os imigrantes fossem obrigados a negar sua identidade, entendida como sua origem, e ‘vestir’ a identidade brasileira que lhes era imposta.

O imperador até terminar a Segunda Guerra Mundial era a figura máxima para o Japão, como se fosse um Deus, sendo venerado e muito respeitado. Embora o poder do país fosse administrado por famílias distintas, sempre existiu o imperador. Ele mantém essa genealogia há mais de dois mil anos, na qual por vezes o imperador governava outras vezes as famílias que detinham o poder. O imperador dessa época possuía descendência direta com os primeiros, estando atualmente no 125º. Por essa grande tradição mesmo nos dias de hoje, considera-se uma pessoa significativa.

Na fábula, o imperador sempre é venerado por Hideo. Para ele, cultivar a tradição japonesa significava honrar o imperador. “Em casa, Hideo ainda podia seguir fiel ao imperador japonês e às tradições que trouxera no navio que aportara em Santos.” (NAKASATO, 2011, p.92). O povo japonês sempre teve uma sociedade formada de hierarquias. No topo estava o imperador, respeitado pela população. Já na família o pai era o chefe, depois vinha a esposa e os filhos ocupando posições inferiores.

Quanto ao casamento, era uma questão conflituosa a união entre japoneses e não japoneses. A princípio os imigrantes e os filhos escolhiam alguém da colônia, pois a mistura de etnias não era bem vista pelos orientais. São diversos os fatores que envolvem esse pré-conceito. Primeiro tem características culturais. Recupera-se a memória do longo período de isolamento, os japoneses não eram um povo acostumado a se misturarem. O país oriental com a sua política conservadora, contrastava com o Brasil que recebia uma gama de diversidades étnicas no país. Ainda, o casamento promovendo a mistura apagava a

preservação da cultura de origem. A língua para se comunicarem com a família, a culinária e os costumes também sofrem variação. Pode-se observar assim a dificuldade que os nipo-brasileiros tiveram para se miscigenar no matrimônio do Brasil.

Em *Nihonjin* quem sofre esse conflito é a Sumie, filha de Hideo e mãe do narrador da obra. Sumie trabalhava na loja de artesanato do pai, na Rua Conde de Sarzedas, no bairro da Liberdade, junto com sua amiga Matiko, a quem confessa a relação para tentar resolver a questão. Lá conhece um brasileiro, Fernando, se apaixona por ele e namora às escondidas. A partir daí, Sumie vive um conflito interno em que deve escolher ou o namorado ou a sua família.

Para Hideo, uma das filhas casar com *gaijin* representava uma vergonha para a família. Entre família e o namorado escolhe fugir com *gaijin*, objetivando morar juntos com o namorado no Rio de Janeiro. Entretanto, na saída se comove com uma conversa com a mãe, depois é impedida pelo irmão Hanashiro de partir. Abaixo podemos ver a visão que o irmão tinha sobre o casamento.

- Não fuja como se fosse uma ladra, seria uma vergonha. Pense bem, não daria certo, nihonjin é nihonjin, gaijin é gaijin, e não tem essa história de que nihonjin é melhor que gaijin, não é isso, é que ... Imagine, ele não vai gostar da comida que você fizer, vai implicar com a nossa religião, e você não vai deixar de ir ao templo budista, não é? Ele logo vai se cansar, você vai sentir falta do ofurô, do tsukemono de okachan, de todos nós, e será pior que perder alguém que morre, porque com a morte a gente se conforma. E mesmo que você se acostume com a vida de gaijin... Sumie, não seja egoísta, pense em otochan, pense em okachan, em todo sofrimento que você vai causar. Fique, e um dia você se casará com um nihonjin que seja trabalhador, será feliz com ele. (NAKASATO, 2011, p. 112).

Sumie escuta o irmão mais velho, desiste da possível fuga e explicando a seu amado os motivos, mostra os deveres das mulheres japonesas e, de certo modo, a supremacia dos homens desse povo: “Depois lhe explicou sobre o *on*. Era um dever, um compromisso de lealdade. Ela era filha, e uma filha tem pais, sobretudo pai. Era irmã, e irmã de um irmão mais velho. Era assim.” (NAKASATO, 2011, p.114). Resolve seguir as ordens do pai, depois de várias tentativas de escolha entre os homens da colônia casa-se com Osamu, que a princípio gosta, esquecendo-se do *gaijin*. Tem filhos e um deles é o nosso narrador da história, Noboru. Com o passar do tempo, a vida de dona de casa, dependente do marido, submissa, que recebia tudo, que não podia trabalhar fora, não agrada mais Sumie. Descontente com toda esta situação, foge com Fernando para sempre.

Observamos também a supremacia dos homens na cultura japonesa na passagem que fala sobre o período de violências da Shindo Renmei, em que Haruo passou a ser perseguido, Shizue não entendia direito o que acontecia, pois “era Hideo a sua principal fonte de informações, e ele não a informava de tudo. Quando dizia algo, era eufemístico para protegê-la: ela era mulher, e há assuntos que são para os homens” (NAKASATO, 2011, p.147). Logo, vemos a limitação da mulher japonesa, controlada pelo marido, até mesmo, no que deveria saber ou não.

Ainda, a herança da família de imigrantes japoneses era dividida somente entre os filhos homens, as filhas não recebiam nada. Como aborda o romance no período em que Tomie (nora de Hideo, esposa do primogênito) fala sobre a reação de Emi (filha de Hideo) diante da divisão do dinheiro, entre os irmãos, da venda de alguns imóveis de Hideo: “Ela sabia que herança só se divide entre os homens, eu mesma não recebi nada de meu pai...” (NAKASATO, 2011, p.166).

Outro trecho da obra que mostra a posição das mulheres nas famílias japonesas é este, a seguir, que expõe o costume das refeições japonesas:

Hideo exigia que, aos domingos, todos estivessem juntos durante o almoço. Ele se sentava à cabeceira da mesa; à direita ficava Hanashiro, que era o primeiro filho, e Hitoshi, que era o segundo, e à esquerda, Haruo, depois, Hiroshi, que era o mais novo. Antes de começarem a refeição, não se esqueciam, juntavam as mãos, diziam itadakimasu, Hitoshi, Haruo e Hiroshi rapidamente, já que a fome e a gula sempre tinham pressa, Hideo e Hanashiro pausadamente, pois eram o pai e o primogênito e haviam aprendido a controlar a ansiedade. A esposa, que também era mãe, e as filhas, que também eram irmãs, aguardavam de pé ao redor da mesa, enchiam o prato que ficava vazio, levavam ao fogão a tigela e a traziam de volta com missoshiro fumegante. (NAKASATO, 2011, p.92-93)

Tem-se aqui todo um modo de sentar-se à mesa, do mais velho ao mais novo. O filho primogênito era mais importante, pois era quem assumiria o posto de chefe da família depois do pai. As mulheres tinham o papel de servir o marido, não se sentavam à mesa. A esposa e os filhos eram submissos ao marido ou pai. Essa submissão e centralização nas decisões em torno do pai eram necessárias para os fatos caminharem sem problemas, pois alguém tinha que ceder a voz. Assim, uma esposa não se achava mais importante que o marido, mesmo discordando dele. Era uma posição herdada do Japão medieval.

Entretanto, Haruo que possuía influencia brasileira não tinha a mesma ideia e pensamento do pai, sempre discordando dele, queria viver como os outros brasileiros.

Haruo reclamava, não se cansava de reclamar: que sentassem também as mulheres à mesa, que era um absurdo aquele costume. [...] – otochan tem cabeça dura, não percebe que os anos passam e as coisas mudam, que é burrice se comportar aqui como se ainda estivesse no Nihon (NAKASATO, 2011, p.93-94)

Desta forma, observa-se a choque de identidade cultural de Hideo com o filho. O pai que tinha todo o espírito japonês, o orgulho de ser *nihonjin*, e o filho criado no Brasil, com a cultura brasileira.

Terminando a Segunda Guerra Mundial, houve a ação violenta promovida pela organização *Shindo Renmei* no Brasil. Segundo a Sociedade Brasileira de Bugei, instituição fundada em 2002 com o objetivo de preservar e difundir a cultura do Bugei (Arte Militar tradicional japonesa) no Brasil, a *Shindo Renmei*, traduzida como “liga do caminho dos súditos”, foi uma organização nacionalista fundada em Marília, interior de São Paulo, em 1942 (ainda antes da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial). Com o fim da guerra, muitos integrantes da *Shindo Renmei* recusaram-se a acreditar nas notícias oficiais sobre a derrota do Japão, crendo que elas eram propaganda dos aliados para quebrar a moral dos japoneses. Para a instituição, a comunidade japonesa era dividida em dois grupos: os vitoristas (*kachigumi*) - que

concordavam com a organização - e os derrotistas (*makegumi*) - que não acreditavam na vitória do Japão e, por isso, deveriam ser punidos.

Assim, os membros da *Shindo Renmei* com o desejo de calar os que “denegriam” a imagem do país, divulgar a “verdade” (que o Japão venceu a guerra) e defender a honra do imperador, passaram a punir aqueles que se manifestassem publicamente confessando acreditar na derrota do Japão na guerra. Para isso usaram diversos meios, caluniando, e, até mesmo, matando.

Em *Nihonjin*, Haruo é perseguido por esta instituição se mostrando como um homem de cabeça aberta e opinião formada, inclusive, sua mulher Satoko “se encantara com o modo determinado de Haruo defender as suas ideias” (NAKASATO, 2011, p. 133). Ele acreditava no que vivenciava e, desde a infância, contestava a “identidade japonesa utópica” pregada pelo pai. Através de seu artigo, Haruo, que não podia se deixar calar, buscava tirar os japoneses da ‘cegueira’, abrir seus olhos para o que realmente estava acontecendo, “precisava gritar ao vento, e o vento diria a todos que era hora de ascender incensos e velas e lamentar a morte de japoneses e americanos, de alemães e brasileiros” (NAKASATO, 2011, p. 133).

Depois da publicação de um artigo no jornal da comunidade sobre a derrota na guerra, o resultado foi a perseguição do nipo-brasileiro, começada na pichação no muro de sua casa com a frase “lave a sua garganta, traidor”, escrita em japonês com tinta vermelha. Pode-se notar que as cores, vermelho e branco, descritas neste episódio do livro remetem às cores da bandeira japonesa. Haruo sabia que a frase era uma ameaça de morte, devido ao seu significado na cultura japonesa de que um traidor condenado à morte deveria lavar sua garganta antes da execução. Recupera-se toda uma ideologia nacionalista e uma memória do período samurai, embora ressignificado, em que homens matavam homens.

Hideo deu um longo suspiro. Haruo percebeu que era inútil: os tokkotais haviam sido bem instruídos, eram ignorantes e determinados. Ele olhou o pai, que estava impassível em um canto da sala, caminhou lentamente em direção ao homem que segurava a bandeira e a adaga, levantou as mãos para pegá-las, mas em vez de fazê-lo, empurrou-o com força e correu para a porta. Não cometeria haraquiri, não tinha feito nada de que se arrependesse ou de que se envergonhasse, não era nenhum criminoso. Morreu ainda na varanda, atingido por dois tiros disparados por dois tokkotais que estavam à espreita. (NAKASATO, 2011, p.158)

O romance se encerra com neto de imigrante japonês (narrador) integrado à sociedade brasileira. O narrador se reúne com os amigos para estudar Marx; ele fez faculdade de história no Brasil e é também professor de uma escola. Mesmo morando e trabalhando no Brasil decide ir trabalhar no Japão, fazendo o caminho inverso do avô, com o igual objetivo que ele tinha quando veio ao Brasil. Observa-se que as imigrações são promovidas pela situação econômica mundial, e o romance apresenta isso como um círculo de saída e retorno ao Japão pela mesma família. O alto valor recebido no Japão em comparação com o salário brasileiro, fez muitos nipo-brasileiros se aventurarem na terra de seus antepassados.

Antes de fazer a sua viagem, o narrador decide visitar o seu *ojiichan* (avô) para se despedir. A conversa dele com tia Tomie mostra a mudança dos valores no papel da mulher. A mulher que era

submissa ao marido, que tem todo um ritual de respeito, mesmo discordando com o marido, é apagada, mas vemos o retrato de uma mulher fofoqueira, que fala de tudo em que os valores antigos de origem foram alterados por influências do país. “Eu esperava uma pequena brecha para dizer algo, qualquer coisa que a fizesse parar de falar, mas tia Tomie parecia nem respirar”. (NAKASATO, 2011, p.165)

Já Hideo fala que perdeu o seu local de origem, ou *furusato*, na conversa com o neto.

- Ojiichan, quer que eu lhe envie alguma coisa do Nihon?

- O que eu posso querer do Nihon?

- É furusato de ojiichan.

Ele levantou os olhos.

- Furusato... o meu furusato não existe mais.

Ficou alguns instantes em silêncio, talvez buscando no passado o furusato que julgava perdido para sempre. Depois disse que o Japão perdera a Segunda Guerra Mundial, o imperador se humilhara diante dos estados Unidos, assumira a sua identidade de homem comum e negara a sua origem divina... (NAKASATO, 2011, p.169).

Principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, o imperador japonês se rende diante do povo, com o discurso de que não é um Deus, mas sim um ser humano comum. Isso fez com que muitas pessoas perdessem a veneração e até a identidade de ser um japonês, principalmente os nacionalistas. Hideo que era amparado na figura do imperador e era nacionalista fica desamparado na sua jornada. Depois da Segunda Guerra que Hideo decide permanentemente viver no Brasil. As consequências e condições de vida pós-guerra no Japão eram sofridas. O imigrante esperançoso em voltar desiste dessa ideia.

Desta forma, a atitude de Hideo em valorizar a identidade de ser um *nihonjin* foi sendo alterada, e a partir disso passa a aceitar a cultura *gainjin* também. Na fábula, o que antes Hideo não aceitava de modo algum, por exemplo, a posição do filho Haruo influenciado pela sociedade brasileira, que contrariava as ideias de preservação *nihonjin* do pai, muda pelo arrependimento no último capítulo.

- Haruo era um bom menino – começou ele, e era uma conclusão.

[...] Disse que às vezes tinha raiva do filho por não ter prejudicado a vida, que se tivesse se escondido em um lugar mais seguro ainda estaria vivo, e ele, que era pai, teria tido chance de compreender o filho e lhe dizer que o compreendia, teria tido a chance de compreender os próprios erros e reconhecê-los diante dele. (NAKASATO, 2011, p.171)

Isso não quer dizer que tenha abandonado a sua cultura de origem, Hideo ainda saboreia a comida japonesa, ouve as músicas de *Pinkara Kyodai* e *Misora Hibari* e cultiva bonsai. Por um lado observamos a sua cultura de origem, que veio com a imigração de Hideo ao Brasil, por outro vemos a assimilação de outra cultura, resultando na reconstrução de uma nova identidade formada pelo imigrante japonês e seus descendentes, que assimilaram a cultura local, sem esquecer a origem e hoje estão engajadas na sociedade brasileira.

Ojiichan ergueu os olhos cansados, quase sem brilho, e disse em palavras nuas que o Brasil era a minha terra. Eu não contestei, somente entendi que ojiichan gostava de mim, que ele não queria para o neto a sua experiência do desterro. Por isso lhe disse que os

tempos eram outros, que eu iria e voltaria sem as dificuldades de outrora. [...] O tempo só existe porque se fazem coisas, uma após outras, e elas, quando são evocadas, surgem em novas realidades, e então não são as mesmas. Ojiichan sabia. E eu. O passado agora habitava outro espaço, surgiu para justificar o presente, era reconstruído, e não se necessitava ter restauradores, que eles são rigorosos, preocupam-se com milímetros e cores exatas. O tempo é atemporal (NAKASATO, 2011, p. 174).

4. Considerações Finais

Por meio do percurso da obra, passamos por todo o contexto da imigração japonesa desde o seu início até os dias atuais. Podemos observar o choque de culturas e as memórias discursivas que são recuperadas, representadas e ressignificadas por todo o romance, já que a memória no discurso está ligada às condições sociais e históricas que reconstrói o passado na forma em que se organiza o presente e que uma memória individual, segundo Halbwachs (*apud* Paveau, 2013, p. 94) “é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que muda conforme o lugar que ocupo e com as relações que estabeleço com outros meios”.

Também, pode-se dizer que através daquilo que Davallon (1999) chama como memória social, a capacidade de conservar o passado, ou o que ainda é vivo dentro de uma comunidade, apreendemos pela leitura interpretativa as memórias coletivas que se perderam nas gerações posteriores. Primeiramente, houve o embate cultural da identidade do imigrante com os valores culturais totalmente contrárias do país que o recebeu, entrando em contraposição. Depois percebemos o que Bhabha (2007) coloca como entre-lugar, *que dão signos a novos signos de identidade*. Ainda, percebe-se também que as memórias sociais de um grupo ou comunidade está em constante mudança e transformação.

Relacionando a memória com a identidade, com relação ao imigrante, o mesmo sentia-se japonês porque nasceu no Japão e veio ao Brasil para enriquecer e voltar. Pelo fato de ser japonês e de ter a certeza da volta, criava seus filhos fazendo-os acreditar que eram japoneses, tanto que não aceitava nem a amizade e nem o casamento com pessoas que não eram japonesas. Tinha uma identidade marcada pelo nacionalismo. Havia certo receio de assimilar a cultura do outro, visto como negativo. A memória atua na forma de conservar os traços constitutivos do ser japonês e dos valores que circulavam na época como verdades, representados na obra. Como se pode ver, nesse primeiro momento, construíam-se escolas, os filhos aprendiam a língua japonesa, viviam em comunidades fechadas, cultivavam o imperador como Deus, acreditando ser superior.

Nos filhos de japoneses que nasciam no Brasil visto no romance, pode-se dizer que, muitas vezes, encontram-se no entre-lugar, revelando uma identidade híbrida – tinha a identidade dos pais – pela criação e pelo isolamento de outras etnias que viviam no Brasil - e tinha uma identidade brasileira, por aqui nascerem e verem outros hábitos que não os japoneses. Eram vistos pelos outros como japoneses pelo fato

de viverem isolados e pelo fato de falar e aprender japonês. Por causa de ser uma época de guerra, havia não japoneses que acreditam que o Japão, ao enviar imigrantes, tinha interesse nas terras brasileiras.

Em *Nihinjin* o conflito se instala por causa do isolamento da comunidade japonesa – a dificuldade de adaptação – e por causa do distanciamento das coisas do Japão. Embora Haruo tenha sido criado para se sentir e ser um japonês, ele reluta e se inscreve no discurso como brasileiro, mesmo que seus colegas de escola o chamem de japonês por causa dos traços específicos desta etnia. Não há um conflito de Haruo consigo mesmo, mas com o pai. Nesta identidade híbrida – japonês e brasileiro – ele tem, desde criança, uma identidade construída subjetivamente, nos seus discursos e nas suas práticas, bem marcada – a brasileira.

De maneira geral, o romance *Nihonjin* nos conduz a um contato com a identidade cultural japonesa, sob o enfoque histórico, político, sociológico e cultural presente no Brasil. É um romance inovador por ser pioneiro em tratar sobre os imigrantes japoneses, como eles se sentiam ao chegar num país desconhecido, e é um romance cativante que envolve os leitores em uma saga oriental em que as memórias social e discursiva se mostram flutuantes, movediças, fragmentadas, assim como o próprio sentimento dos nipo-brasileiros que aqui vivem e constituem a sua identidade.

Também há que se ressaltar que o letramento, como uma prática social escrita, foi um impecilho ao imigrante na sua adaptação e inserção em solo brasileiro, que começa a se desfazer com seus descendentes que hoje, tem em sua memória coletiva regularizações e ressignificações do ser japonês e que mesmo inseridos na sociedade mostram-se, no século XX, com uma nova refratação identitária, ou seja, ao traçarem o caminho contrário de seus avós, sentem-se brasileiros em terra japonesa e assim são tratados pelos japoneses no Japão. Portanto, memória(s) e identidades se dão no entre-lugar assim como este romance literário tão bem coloca, numa repetição da memória e na regulação do dizer.

Referências bibliográficas

- BHABHA, Homi. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p.23-37.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KLEIMAN, Angela. B. Introdução: O que é letramento? Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. B (Org.). **Os significados do letramento**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

NAKASATO, Oscar Fussato. **Imagens da integração e da dualidade**: personagens nipo-brasileiros na ficção. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2002.

_____, Oscar Fussato. **Nihonjin**. São Paulo: Benvirá, 2011.

NUNES, José Horte. Introdução. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p.7-10.

PAVEAU, Marie-Anne. A memória no discurso. IN: **Os pré-discursos: sentido, memória, cognição**. Trad. Graciely Costa e Débora Massmann. Revisão: José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p.49-57.

ROCHA, Simone. O poder da linguagem na era Vargas: o abasileiramento do imigrante. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL, 6, 2004, Florianópolis, SC. MIOTO, Carlos et. al. (Orgs.). **Anais**. Florianópolis, Celsul, 2006. Disponível em <<http://www.celsul.org.br/Encontros/06/Individuais/124.pdf>>. Acesso em 02 nov. 2012.

SILVA, José Junio da. **Configurações de identidades culturais de imigrantes japoneses**. (Colônia Pirianito: 1936-1956). Maringá, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – UEM, 2009.

YAMOCHI, Yoshikazu. **Imigração Japonesa**: Ontem e Hoje – O exemplo dos japoneses da comunidade Nikkei de Uraí (PR – Brasil). São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1991.

Abstract: *This research, based on french discourse analysis, aims to discuss the discursive memories that constitute the novel Nihonjin in connection with the identities construction of the japanese imigrant subject and his decendants in Brazil, analyzing the trajectory of the Japanese immigrants portrayed in this Brazilian art scene. Proceeding the selection of material related to the question of the discursive and collective memory from Pêcheux (1999) and Davallon (1999) perspectives, there is a collective memory affecting the individual. Moreover there are losses ressignificances when there is a territorial change. Thus, in this study an interpretive Reading of Nihonjin (2011) by Oscar Nakasato, will be done. This novel portrays the imigration process of Japaneses who left their homeland and moved to Brazil, a country with distinct traces of memory that permeate the subjects. In this contact, we aim to describe through the materiality, as the subject is constituted in relation with memory.*

Keywords: *Immigration; Japanese-Brazilian; Japan; Discourse; Identity.*

REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DO HOMEM DO CAMPO NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS DE *CHICO BENTO* *MOÇO: O CAIPIRA NA CIDADE?*

Illa Pires de AZEVEDO (UFBA)¹
illaazevedo@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo é parte da pesquisa de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia – UFBA, cujo objetivo consiste em analisar o modo como ocorre a representação discursiva do homem do campo nas histórias em quadrinhos (HQS) de Chico Bento (Moço), personagem de Maurício de Sousa. Para este trabalho, tomaremos como *corpus* alguns trechos da revista *Chico Bento Moço: confusões na cidade grande*, a qual relata a chegada do protagonista adolescente à cidade de Nova Esperança, onde fará o curso de Agronomia. Assim, tendo como base o aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso configurada por Michel Pêcheux, pretende-se analisar as formações discursivas e ideológicas acerca do homem do campo veiculadas nas referidas histórias, observando-se como estas se relacionam com o interdiscurso. Para tanto, serão considerados os elementos sociais, as ideologias, a História e as condições de produção do discurso, tendo como base a ideia de que os discursos não são fixos, mas se transformam e acompanham as transformações sociais da humanidade, conforme enfatiza Fernandes (2008), sendo constituídos na História e pela História.

Palavras-chave: discurso; história em quadrinhos; homem do campo; cidade; ideologia.

1. Introdução

Através da linguagem, representações discursivas são hierarquizadas em nosso meio, são metafóricas nas relações e são mediadas com o real. “Linguagem e ideologia são vinculadas, esta se materializa naquela” (FERNANDES, 2008, p.21). As histórias em quadrinhos (doravante HQS) tornaram-se bastante populares, sobretudo, nas últimas décadas e, por isso, um meio através do qual estereótipos são facilmente difundidos. Como produção artística, configuram-se como manifestação cultural de um povo, de uma geração. Desse modo, pode-se dizer que, nas práticas discursivas diárias, expõem-se visões de mundo construídas e reconstruídas ao longo do tempo, de uma época.

De acordo com a Análise de Discurso (AD), teoria que embasa este trabalho, é no discurso que observamos a relação entre a língua e a ideologia, ao passo que esta tem no discurso a sua materialidade específica. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. A ideologia é, então, a condição *sine qua non* para a constituição dos sujeitos e dos sentidos.

Com relação às HQS, é possível afirmar ainda que estas passaram por algumas transformações, objetivando estar de acordo com o contexto atual da sociedade. Para Silva (1984, p. 59):

As revistas de histórias em quadrinhos, como meio de comunicação, acompanharam o desenvolvimento tecnológico. Com o tempo, a história em quadrinhos foi sendo aprimorada na sua forma gráfica de apresentação, impressa no papel com cores variadas, traços sutis, balões, enredos variando desde o modo lúdico de viver até as situações de

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC), da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

trabalho e de conflitos da sociedade. E, por vários motivos, as pessoas procuram as revistas com histórias em quadrinhos, ou são induzidas a comprá-las.

Pode-se dizer, então, que as histórias em quadrinhos possuem um poder de comunicação inegável. Com o aparecimento da cultura de massa, a produção das revistas em quadrinhos cresce e, em consequência da aceitação e do uso generalizados, as HQS são introduzidas nos livros didáticos como recurso adicional à aprendizagem, tratando de diversos assuntos. Hodiernamente, elas visitam os bancos escolares, servindo de material didático auxiliar para inúmeros exercícios e configurando uma alternativa interessante às atividades pedagógicas mais tradicionais, conforme acrescem Iannone e Iannone (1994) e, como produto largamente difundido na indústria cultural, os quadrinhos acabam influenciando a formação e educação de crianças, de jovens e até de adultos. Logo, deve-se atentar para os efeitos de sentidos processados por determinados personagens e histórias.

A revista *Chico Bento Moço*, por sua vez, foi lançada em 2013 pela Editora Panini e objetiva contar as aventuras do personagem Chico Bento e sua turma na versão adolescente. O protagonista deixa, aos 18 anos, a Vila Aboborinha, zona rural, para estudar em Nova Esperança, onde fará o curso de Agronomia e, em consequência disso, passa a residir em uma república de estudantes. Os personagens ganharam novas características e, no caso de Chico Bento, as mudanças no traço do corpo e no modo de falar são bastante notórias. Na primeira edição, apresentam-se os rumos de cada personagem e a despedida de Chico Bento da roça; na segunda, as histórias se passam já na cidade, assim como as edições posteriores.

Dito isso, consideramos relevante observar a forma como o homem do campo é representado discursivamente nesses textos, uma vez que tal gênero faz parte da vida cotidiana das pessoas, inclusive de estudantes, como já pontuamos e, por isso, auxiliariam na difusão de imagens estereotipadas de grupos sociais diversos, dentre os quais se destaca o homem do campo.

2. Pressupostos teóricos: algumas considerações

Historicamente, a Análise do Discurso de Linha Francesa de base pecheutiana (doravante AD), teoria sobre a qual se debruça este trabalho, constituiu-se como campo disciplinar em meados da década de 60 do século XX, na França, e tem como seu fundador o filósofo Michel Pêcheux, cujo objetivo era propor uma transformação da prática nas ciências sociais, de maneira a torná-la uma prática verdadeiramente científica; e, para isso, seria necessário fornecer a essas ciências um instrumento apropriado. Daí o seu objetivo em desenvolver uma análise automática do discurso. (Henry, 2010). Michel Pêcheux instaura, dessa forma, nos estudos da linguagem, a possibilidade de associar o linguístico ao sócio-histórico: língua e ideologia. Segundo Orlandi:

[...] a importância de Pêcheux está justamente em perceber que para pensar a ideologia era preciso colocar em jogo a linguagem. Daí suas aproximações dos linguistas, daí a formulação de um novo objeto nas ciências da linguagem e, em consequência, pelo seu modo de formulação, nas ciências humanas: o discurso, pensado junto à ideologia

(ORLANDI, 2012b, p. 14).

Epistemologicamente, a análise do discurso proposta por Michel Pêcheux emerge da articulação de três áreas do conhecimento científico: o materialismo histórico, a Linguística e a teoria do discurso. Pêcheux e Fuchs (2010) justificam-nas da seguinte maneira:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 160).

Nessa perspectiva, para a Análise do Discurso interessa a forma como a língua é praticada, produzindo sentidos, dentro da sociedade e da história, constituindo-se pela contradição das três áreas supracitadas e não a soma de ambas, vale pontuar. Como afirma Orlandi (2012a, p. 20):

[...] trabalhando na confluência desses campos do conhecimento, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto: este novo objeto é o discurso.

Como versa o próprio nome, o objeto de estudo da AD é o discurso. Não é a língua, nem o texto, nem a fala, embora a AD necessite desses elementos linguísticos para existir materialmente. Na análise de discurso fundada por Michel Pêcheux, a concepção de discurso acarreta toda uma declinação teórica do que se entende por sujeito, sentido, memória, história, sociedade, língua, ideologia, dentre outras. (ORLANDI, 2012b). A noção de discurso está, pois, ligada à noção de sentido e, para falar em discurso, devem ser considerados, ainda, os elementos que existem no social, as ideologias e a História. Isto porque:

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” [...] mas, ao contrário, é determinado pela posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

Daí, então, dizer-se que os sentidos não são fixos, prontos e acabados, bem como não são construídos de forma ingênua e aleatória, sendo, porém, ideologicamente construídos. É delicado precisar, portanto, qual o sentido de determinado texto ou mesmo o que alguém quis dizer. A AD não corrobora com o sentido exato, dicionarizado, denotativo, imutável, visto que não há um sentido central, apenas margens. (Orlandi, 2012c), o que se concebe como literal é ideológico. Há, nos enunciados, os pontos de deriva: o lugar em que sentido pode ser outro, o efeito metafórico. De acordo com Pêcheux:

[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não *tem* um *sentido* que lhes seria próprio, preso a sua literalidade; *nem*, acrescentaremos, *sentidos* deriváveis a partir dessa literalidade por meio de uma combinatória lógico-linguística que domaria sua ambiguidade [...] o sentido é sempre uma palavra, uma expressão, ou uma proposição *por* uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição [...]. De fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições

recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem (PÊCHEUX, 2009, p. 239-240, grifos do autor).

Ser assujeitado – isto é, sempre constituído por formações discursivas e ideológicas – é a primeira característica que se pode atribuir ao sujeito da análise do discurso e também o que diferencia este campo teórico, dentre outros aspectos, de teorias e correntes de estudo, como a Pragmática e a Análise do Discurso Crítica. Ao invés de considerar o sujeito como origem e dono do dizer, a AD o concebe como um sujeito que é submetido tanto a regras sociais, como à língua e a ideologias, o qual não controla os sentidos, embora tenha a ilusão de que o faça, e, sendo assim, não é intencional. É livre apenas para escolher à qual formação discursiva se filiar quando enuncia, uma vez que sempre fala de um lugar. Trata-se ainda de um sujeito clivado, dividido, ora interpelado pela ideologia, ora pelo inconsciente (vozes sociais). Como bem descreve Grigoletto:

O sujeito da AD não é o indivíduo, sujeito empírico, mas o sujeito do discurso, que carrega consigo marcas do social, do ideológico, do histórico e tem a ilusão de ser fonte do sentido. A teoria do discurso trabalha a ilusão do sujeito como origem, através dos processos discursivos, mostrando que linguagem e sentido não são transparentes (GRIGOLETTO, 2005, p. 1).

A noção de formação discursiva pode ser considerada como um ponto fulcral nos estudos pecheutianos. Nas palavras de Gregolin (2011, p.162):

O conceito de FD é central para o desenvolvimento do edifício teórico da AD. Ele sinaliza a constante refacção a que a teoria do discurso foi submetida na obra de Pêcheux, já que, por meio das reconfigurações desse conceito, ele trabalha a linha tênue entre a regularidade e a instabilidade dos sentidos no discurso.

Em Pêcheux (2009, p. 147), lê-se que uma formação discursiva deve ser entendida como

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sobre a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura.

Dessa maneira, entende-se que o sujeito, ao enunciar, não é livre para dizer o que quer, visto que sempre fala de um lugar, inscrito em uma FD e se apropria de discursos que estão disponíveis para ele. Os indivíduos, segundo Pêcheux, são interpelados em sujeitos pelas formações discursivas, as quais representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhes são correspondentes, e o sentido de suas palavras é oriundo da formação discursiva onde são produzidos. Daí, a possibilidade de uma mesma palavra mudar de sentido ao passar de uma FD para outra, ou palavras distintas, no interior de um FD, ter o mesmo sentido.

As formações discursivas são heterogêneas, conforme destacamos, apresentam aspectos de outras formações discursivas e a relação entre ambas; dentro de um mesmo texto, por exemplo, pode ser de confronto, de sustentação mútua, de exclusão etc. (Orlandi, 2012c). Em suma: “A formação discursiva é, enfim, o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito. É nela que todo sujeito se reconhece

(em sua relação consigo mesmo e com os outros sujeitos) [...]”. (Orlandi, 2012c, p. 78).

Acerca das formações discursivas diz-se, ainda, que estas são componentes das formações ideológicas, as quais podem comportar uma ou várias formações discursivas interligadas. A noção de formação ideológica está, pois, ligada às posições sociais que o sujeito ocupa. Pêcheux pega a noção de FD já abordada por Foucault e faz alterações, incluindo a questão da ideologia, abandonada por este. Vale ressaltar, contudo, que, para a análise materialista do discurso, a ideologia não é vista como ocultação da realidade, nem recebe um sentido negativo (ORLANDI, 2012b). Michel Pêcheux re-significa essa noção e trabalha o discurso associado a ideologia.

De acordo com Orlandi (2012a, p. 46, 47), “a ideologia é a condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos”; os sentidos, por sua vez, “é uma relação determinada do sujeito – a afetado pela língua – com a história.”. É no discurso que observamos a relação entre a língua e a ideologia, ao passo que esta tem no discurso a sua materialidade específica. Nas (poéticas) palavras da autora supracitada:

[...] a materialidade específica da ideologia é o discurso e a do discurso é a língua, podemos dizer que, sem o discurso, não há materialidade específica. [...]. Assim, não se pode pensar o real sem a relação discurso/ língua. E a ordem própria da língua, sua não transparência liga-se à materialidade do discurso (e a fecundá-la decorre) (ORLANDI, 2012b, p. 76).

Na esteira dessas discussões, Pêcheux e Fuchs (1997, p.166), consideram que “[...] cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”. De acordo com Pêcheux, faz-se necessário entrar na ordem do discurso para se constituir sujeito. Os indivíduos são interpelados em sujeitos pela ideologia. Ideologia e inconsciente vêm juntos, se apresentam juntos, não há anterioridade de um em relação ao outro. (ORLANDI, 2012b).

De acordo com Lagazzi (1988), a formação ou as formações discursivas só podem ser atingidas através da noção de condições de produção, que, segundo a autora, Pêcheux definiu como sendo “ao mesmo tempo o efeito das relações de lugar no interior das quais se encontra inscrito o sujeito, e a “situação” no sentido concreto e empírico do termo [...]”. Lagazzi salienta que, quando as condições de produção do discurso não são consideradas, a análise se torna incapaz de explicar o funcionamento discursivo. As condições de produção, assim como o contexto, são constitutivas do sentido, explica Orlandi (2011).

Sumariamente, as condições de produção compreendem os sujeitos e a situação, assim como a memória. (ORLANDI, 2012a). Repetindo Pêcheux: “Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória construída do historiador.” (PÊCHEUX, 2010a, p. 50). Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas, explica Pêcheux:

[...] por exemplo: o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou

a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado na *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz [...]. (PÊCHEUX, 2010b, p. 75-76 - grifo e aspas do autor).

As condições de produção envolve o sujeito, o macro, a memória, a qual retrata uma realidade através dos discursos. Segundo Pêcheux (2010b, p. 78), “*é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção*” (grifos do autor).

Outra concepção, sobremaneira importante para se compreender o funcionamento do discurso, bem como sua relação com os sujeitos e a ideologia, segundo Orlandi, é o fato de que há um interdiscurso, um já dito, que também faz parte das condições de produção, definido por ela, com base nos escritos de Pêcheux, como “[...] todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que ela já façam sentido” (ORLANDI, 2012a, p. 33). Assim, tudo o que já se disse sobre o homem do campo, volta a significar nos quadrinhos de Maurício de Sousa. Nas palavras de Pêcheux: “[...] ‘algo fala’ (ça parle) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2009, p. 149).

A noção de interdiscurso é, pois, basilar nos estudos pecheutianos, visto que parte-se do princípio de os discursos surgem a partir de já-ditos e não de forma aleatória. Há, porém, neste campo do saber controvérsias sobre a concepção da referida noção. Segundo Michel Pêcheux (2009, p. 148-149), “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...]”.

Contudo, ressalta Orlandi (2012a), não se deve confundir interdiscurso com intertexto: apesar de os dois mobilizarem relações de sentido, o interdiscurso, todavia, é da ordem do saber discursivo, memória afetada pelo esquecimento, ao longo do dizer; ao passo em que o intertexto restringe-se à relação de um texto com outros textos, e aqui o esquecimento não é estruturante, como o é para o interdiscurso.

Tratando-se de esquecimento no discurso, nos estudos pecheutianos podem-se observar duas formas: o esquecimento número dois, da ordem da enunciação; e o esquecimento número um, conhecido como esquecimento ideológico.

Concordamos em chamar *esquecimento nº 2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada*. Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o

esquecimento nº 1, que dá conta de o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina (PÊCHEUX, 2009, p. 16 - grifos e aspas do autor).

O esquecimento número dois se refere ao momento que enunciamos: ao falarmos, fazemo-lo de uma forma e não de outra e, enquanto isso, formam-se famílias parafrásticas, as quais mostram que o dizer sempre podia ser outro. É esse esquecimento, pois, que produz nos sujeitos a impressão da realidade do pensamento, ou seja, fá-lo acreditar que há uma relação direta entre linguagem, pensamento e mundo, de maneira que o leva a pensar que o que fora dito só poderia ser com aquelas palavras e daquela maneira. (Orlandi, 2012, a). Trata-se de um esquecimento parcial, pré-consciente, visto que, dentro de uma FD, o sujeito pode selecionar uma palavra do léxico, por exemplo, “ocupação” ou “invasão”.

Já o esquecimento número um é da instância do ideológico e resulta da maneira como o sujeito é afetado pela ideologia. Através desse esquecimento, tem-se a ilusão de ser a origem do dizer, quando, na realidade, se retoma sentidos já existentes. Ilustra-se pelo sonho adâmico: ser o primeiro homem a proferir as primeiras palavras, cujos significados fossem controlados.

De modo, correlato ao que já fora dito, duas outras noções também são fundamentais nesta teoria: paráfrase e polissemia. Ambas se constituem, segundo Orlandi (2011, p. 116), como dois grandes processos da linguagem: a matriz e a fonte do sentido, respectivamente. A paráfrase, salienta Orlandi, é definida na Análise de Discurso de modo diferente do da Linguística, assim como a metáfora é concebida de maneira diferente da dos Estudos Literários.

Michel Pêcheux em sua AAD69 definiu a paráfrase de maneira composicional: “duas frases estão em relação de paráfrase se a soma de suas partes constitui um mesmo sentido por identidade ou equivalência lexical”, contudo, o próprio Pêcheux conclui que deve haver uma relativização no lugar da paráfrase, pois reconhece que, dentre outras questões, um discurso não se limita à produção de significações por substituição lexical (Pêcheux et al, 2010b, p. 275).

Orlandi, num estudo acerca dessas noções, pontua: "A polissemia se define como multiplicidade de sentidos e paráfrase como sendo formulações diferentes para o mesmo sentido. A articulação entre polissemia e paráfrase é que atribuo o jogo entre o *mesmo* e o *diferente* na linguagem" [...] (ORLANDI, 2011, p. 84, grifos da autora). Dito de outra maneira: é no processo parafrástico que se encontra a produção do mesmo sentido a partir de formas variadas e, ainda que proferido por diferentes enunciadores, reafirma o mesmo sentido. No processo polissêmico, por outro lado, tem-se o deslocamento, a ruptura dos processos de significação, ou seja, diferentes movimentos de sentidos no mesmo objeto simbólico.

Na perspectiva da análise de discurso, o texto, unidade de análise, é visto como a unidade complexa de significação, consideradas as suas condições de produção, e constituído no processo de interação (ORLANDI, 2012c). É, pois, constituído de vários discursos, não importando, assim, o que ele significa, mas

como significa. Desse modo, discorda da ideia de que os sentidos estão prontos e únicos no texto e que podem ser apreendidos por um leitor, que, por sua vez, assume um lugar passivo e em nada contribui no momento da leitura para considerá-lo como uma atividade complexa de geração de sentidos.

3. Um pouco das histórias em quadrinhos

Os gêneros discursivos surgem e se integram na cultura de uma sociedade não só por suas características linguísticas, mas também pela realização comunicativa que estabelecem. Os gêneros discursivos, então, “podem ser definidos como tipos relativamente estáveis de enunciados produzidos e reproduzidos nas diversas esferas de comunicação pelos integrantes dos diversos campos de atividade humana” (MIOTELLO; TURATI, 2011, p.288).

As HQS, assim como outros textos, são construídas a partir de certa leitura de mundo num determinado momento da sociedade. É sabido também que vários são os motivos que inspiram os autores a criar as estórias, desde motivos particulares, a motivos mais gerais, e, como sujeitos, os seus discursos são constituídos com base em uma formação discursiva, representando a ideia que se tem sobre algo, e não outra, para ter um sentido e não outro; logo, os sentidos são determinados ideologicamente, conforme explica Orlandi (2012a). Consoante Quella-Guyot (1994, p. 73) “o que as histórias em quadrinhos revelam são visões de mundo particulares de uma época e que se tornam, enquanto tais, testemunhos insubstituíveis”. Quella-Guyot, citando Michel Pierre, pontua ainda que “[...] a história em quadrinhos não é ideologicamente ‘neutra’. Ela é uma imagem das ideologias e, por vezes, achando-se investida de uma função de propaganda, é uma ideologia em imagens” (QUELLA-GUYOT, 1994, p. 72).

A origem das histórias em quadrinhos, segundo alguns estudiosos mais radicais, remonta à época das pinturas rupestres. Iannone e Iannone (1994), por sua vez, admitem que, embora se possam encontrar rudimentos das HQS na arte pré-histórica, os precursores desse gênero, tal como o conhecemos hodiernamente, surgiram apenas na Europa, em meados do século XIX, com as histórias de Busch e de Topffer.

Estudiosos apontam as inscrições que nossos antepassados deixaram nas cavernas, no período pré-histórico, como a origem mais remota das histórias em quadrinhos. Talvez a afirmação seja um tanto exagerada, mas o desenho é, sem dúvida, uma das formas mais primitivas de expressão utilizada pelo homem. Precursores ou não dos quadrinhos, os desenhos pré-históricos foram a maneira pela qual os homens, desconhecendo ainda a escrita registraram suas impressões sobre o dia-a-dia ou fatos que consideraram importantes (IANNONE; IANNONE, 1994, p 18).

Os referidos autores salientam que o primeiro herói dos quadrinhos nasceu no fim do século XIX, com o Menino Amarelo (Yellow Kid), desenhado por Richard Outcault e publicado semanalmente no jornal New York World, personagem esse que trouxe uma importante inovação para época: o texto não vinha mais no

rodapé do desenho, mas sim, junto aos personagens, o que lhes conferia mais vitalidade. Em seguida, foram incorporados os balões, até hoje, o *locus* da linguagem verbal nas HQS. (MENDONÇA, 2010).

As histórias em quadrinhos, de acordo com Iannone (1994), nasceram nos Estados Unidos, onde foram batizadas de comics – palavra inglesa que significa “cômico ou humorístico”, haja vista que, no início, os conteúdos das HQS eram predominantemente humorísticos. A expressão tornou-se universal e ainda é utilizada, inclusive para designar histórias que não são de caráter cômico.

No Brasil, durante algum tempo (até meados de 1960), as histórias em quadrinhos foram chamadas de “historietas em quadrinhos” ou apenas “historietas”, numa suposta apropriação da palavra em espanhol. As revistas em quadrinhos ou revistinhas receberam o diminutivo devido ao formato reduzido a partir dos anos 50 e do público para o qual eram destinadas: crianças e adolescentes. O termo “gibi”, por sua vez, nasceu de uma famosa revista semanal lançada em 1939 por Roberto Marinho. (GONÇALO JÚNIOR, 2004).

Durante um grande período, as histórias em quadrinhos não foram bem vistas pela sociedade: sob pena de transformarem negativamente o caráter das crianças e jovens, os quadrinhos foram estigmatizados e, não menos, considerados subliteratura, subarte ou mesmo leituras superficiais, carregadas de erros gramaticais. Para muitos, ler quadrinhos era perda de tempo. Eram, portanto, meios de desnacionalização das crianças, além de incentivadoras do crime, da prostituição, do homossexualismo. Nas palavras de Cirne (1971, p. 9):

Durante muito tempo as histórias em quadrinhos foram tidas e havidas como uma subliteratura prejudicial ao desenvolvimento intelectual das crianças. Sociólogos apontavam-nas como uma das principais causas da delinquência juvenil. Aos poucos, porém, foi-se verificando a fragilidade dos argumentos daqueles que investiam contra os quadrinhos: uma nova base metodológica de pesquisas culturais conseguiu estruturar a sua evolução crítica, problematizando-os a partir do relacionamento entre a reprodutibilidade técnica e o consumo em massa, que criariam novas posições estético-informacionais para a obra de arte.

Como resultado desse histórico, resquícios de preconceitos respigaram sobre as histórias em quadrinhos durante muitos anos, mas paulatinamente o cenário apresenta mudanças, visto que:

Houve um tempo no Brasil em que levar histórias em quadrinhos para a sala de aula era algo inaceitável. Era um cenário bem diferente do visto no início deste século. Quadrinhos, hoje, são bem-vindos nas escolas. Há até estímulo governamental para que sejam usados no ensino. Vê-se uma outra relação entre quadrinhos e educação, bem mais harmoniosa. A presença deles nas provas de vestibular, a sua inclusão no PCN (Parâmetro Curricular Nacional) e a distribuição de obras ao ensino fundamental (por meio do programa Nacional Biblioteca na Escola) levaram obrigatoriamente a linguagem dos quadrinhos para dentro da escola e para a realidade pedagógica do professor (RAMOS, 2014, p. 13).

Contudo, apesar dos avanços, é comum que se veja, nas histórias em quadrinhos, uma forma de literatura, pensamento reforçado com as adaptações em quadrinhos de clássicos literários, pontua Ramos (2014):

Chamar quadrinhos de literatura, a nosso ver, nada mais é do que uma forma de procurar rótulos socialmente aceitos ou academicamente prestigiados (caso da literatura, inclusive a infantil) como argumento para justificar os quadrinhos, historicamente, vistos de maneira pejorativa, inclusive no meio universitário. Quadrinhos são quadrinhos. E, como tais, gozam de uma linguagem autônoma, que usa mecanismos próprios para representar os elementos narrativos. (RAMOS, 2014, p. 21)

Ainda sobre os quadrinhos, é pertinente relatar que existe uma diversidade de gêneros os quais têm em comum o uso da linguagem dos quadrinhos; são exemplos os cartuns, as charges, as tiras cômicas etc. Desse modo, de acordo com Ramos (2014), os quadrinhos seriam um grande rótulo que agrega vários gêneros e compartilham uma mesma linguagem em textos predominantemente narrativos. Linguagem essa que possui uma série de recursos para representar a fala, sendo os balões sua principal identificação como linguagem (RAMOS, 2014). Pode-se dizer que, visualmente, as histórias em quadrinhos são facilmente identificáveis, dada a particularidade dos quadros, dos desenhos e dos balões. Contudo, as HQS revelam-se um gênero tão complexo quanto os outros no que tange a seu funcionamento discursivo. (MENDONÇA, 2010).

4. Chico Bento Moço e as confusões na cidade grande: breve análise do *corpus*

Tendo como suporte teórico-metodológico a Análise de Discurso de linha pecheutiana, o objetivo deste trabalho, como já fora dito, consiste em analisar como a representação do homem do campo é construída nas histórias em quadrinhos de Chico Bento Moço, personagem do cartunista Maurício de Sousa, bem como discutir como tais representações estão ligadas ao interdiscurso, ao já-dito sobre o homem do campo e quais sentidos podem ser recuperados a partir das formações discursivas (FD) e de quais formações ideológicas (FI) – ou de qual – estas FD são provenientes. Selecionaram-se para tanto dois momentos da história “Vida na República”, edição nº 2 de Chico Bento Moço.

Figura 1. Chico Bento despertando de um sonho. Fonte: SOUZA, Maurício de. Chico Bento Moço, nº 2, Ed. Panini, p. 8.



O episódio Vida na república tem início com Chico Bento despertando de um sonho onde a roça era o palco. Ao se deparar com seu modo de fala habitual, acorda desesperado, policiando sua fala e sentindo-se aliviado pelo fato de não haver ninguém acordado para ouvi-lo no momento em que o “caipirês” veio à tona: *Onde...? Os pasto... Galinheiro... Sumiu! [...] Ara... Foi só mais um daqueles sonho, sô! Opa! Tenho que tomar cuidado para não falar ansim! Digo... Assim! Bom, não tem ninguém acordado para ouvir meu caipirês!* (p. 8). Tal episódio interessa-nos pelo funcionamento da ideologia da língua como restrita a um único padrão, em que se descaracterizam outros modos de falar, bem como torna natural o sentido de que as pessoas da cidade falam da maneira correta (apenas!), enquanto o morador do campo fala “caipirês”, considerado errado, e, portanto, estando em um ambiente urbano, o modo de falar deve ser adequado.

Em outros momentos da história, o personagem volta a se autocorriger: “[...] Peguei! Sorta! Sorta! Digo, solta! Solta!” (p. 26). Discursivamente, isso se deve, segundo Pechêux, às formações imaginárias que

aparecem no processo discursivo através da antecipação. Articulado de maneira mais explícita: o enunciador – neste caso, Chico Bento – idealiza uma representação imaginária do enunciatário, a cidade e seus habitantes, e, a partir dessa representação, procura suas estratégias no discurso: quem sou eu (Chico Bento) para lhe falar assim, e quem é ele – ou quem são eles – para que eu lhe (s) fale assim. Pode-se dizer que a norma padrão é a forma legitimada dentro de uma sociedade. A ideia do bem falar e escrever se perpetuou e tem seu espaço. Contudo, pensar que a língua se resume apenas a determinadas regras é subestimá-la.

Provavelmente, Chico Bento aprendeu na escola ou até ouviu falar de que na cidade, diferente da roça, as pessoas falam de maneira “correta”. Como um sujeito marcado ideologicamente – ora interpelado pela própria ideologia, ora pelas vozes, inclusive a da escola – estando em um ambiente citadino, deve agir como tal. E outra vez torna a corrigir sua fala: “*Vai ser uma beleza dividir o teto com ocois... Digo, vocês!* (p. 29). E outra: *Oia... Digo, olha como fala! [...]*.(p. 56). Em outras palavras: a ortografia do certo ou errado. (Orlandi, 2012b). Ora, não podemos pensar o campo ou a cidade sem levar em consideração que ali existem sujeitos e sentidos e que a ideologia está sempre em funcionamento nesta relação, bem como a ideia de que a linguagem é um fato social e é por ela que o sujeito se constitui e planeja sua relação com o grupo. (Orlandi, 2012b).

A ideologia de que o ambiente urbano representa o desenvolvimento e o ambiente rural, o atraso (por não se adequar a determinadas normas), pode ser observada nesse trecho, pelo uso da linguagem caipira. Ainda sobre esse aspecto, de acordo com Possenti (2012) não é aceitável aplicar grafias erradas apenas à forma de falar de Chico Bento, pois, dessa maneira insiste-se na tese equivocada de que só os grupos que ele representa falam assim, e é sabido que várias marcas da fala de Chico Bento são comuns a todos, mesmo aos cultos e, não menos, aos citadinos. Da mesma forma, visto que todo processo discursivo, de acordo com Pêcheux, presume a existência dessas formações imaginárias, acontece com os novos colegas de Chico Bento: como sujeitos discursivos, já projetavam uma imagem sobre as pessoas que vivem no campo, oriundas, certamente, de processos discursivos anteriores.

Figura 2. Momento em que Chico Bento chega a república de estudantes. Fonte: SOUZA, Maurício de. *Chico Bento Moço*, nº 2, Ed. Panini, p. 14



Ao chegar à república, utilizando roupas e alguns objetos não muito comuns na cidade, Chico Bento foi tido como objeto de gozação por parte de seus novos colegas: *De onde ele fugiu? De um programa humorístico? [...] Manda embora esse ator e traz seu primo de verdade!* (p. 30). As palavras *fugir*, *programa humorístico* e *ator*, no contexto ora utilizado, evoca-nos a situações e pessoas que se caracterizam para fazer a diversão alheia, como palhaços e atores que se travestem para satirizar ou caricaturar algum personagem e cujo objetivo é obter o riso de seu público, dentre outros. O fato de ter “fugido” atesta efeitos de sentidos de que, segundo aquele sujeito, Chico Bento ainda se encontrava com as roupas utilizadas na apresentação e não estaria, portanto, apresentável àquela situação. Dessa maneira, Chico Bento fogia da representação natural de um homem da cidade, sendo visto sob o olhar do

estranhamento. Podem-se recuperar os já ditos com a ideia de que “todo homem do campo é caipira, não sabe se vestir, é cafona”. Logo, tem-se a vestimenta não apenas como algo por cima da pele, que cobre a nudez, trata-se, também, de uma “pele social” (Orlandi, 2012b), que caracteriza a integração do sujeito a um determinado grupo e uma diferença para os que estão fora deste. Sujeito e corpo, assim, se constituem numa dimensão para a produção dos discursos (Milanez, 2011).

O termo caipira fora utilizado em vários momentos pelos colegas de Chico Bento, como vocativo ou para caracterizá-lo. Entretanto, este não aceitava a ideia de ser chamado assim, posto que tinha um nome e este deveria ser utilizado. A palavra caipira, originada do tupi – *curupira*, estritamente falando, designa a população rural do interior de São Paulo e se refere ao universo da cultura rústica desse estado; contudo, não se restringiu apenas à área de influência histórica dos paulistas, antes se refere à população rural e tradicional do Brasil. Identifica um modo de vida e não um tipo racial. Adjetivou-se e é comumente utilizada para caracterizar o estilo de vida “isolado e antiquado” dos habitantes de áreas rurais, em contraponto ao modo de vida urbano. (Cândido, 1964 citado por Bortoni-Ricardo, 2011).

Dessa maneira, a sociedade, marcada pela história, constrói uma imagem acerca do morador do campo e esse imaginário, por sua vez, exerce influência entre os sujeitos e suas posições. Observando-se a construção da frase, verbos como zombar, achincalhar, debochar etc. poderiam ser usados na formulação sem acarretar problema algum. Tal expressão nos permitiria a formulação de paráfrases, quais sejam: *Poxa/ Puxa! Outra vez zombando de mim!* e *Droga! Outra vez debochando de mim!* Ambas coincidindo com posições-sujeitos distintas da principal e evidenciando uma posição cuja fala é mais característica do ambiente urbano. Nessas condições, pode-se observar como os modos de produção estão ligados a uma forma social: *Ara!* e *caçoar*, então, funcionam claramente para marcar, outra vez, o discurso “caipira” de Chico Bento.

Além de caipira, outras palavras e expressões foram utilizadas para caracterizar Chico Bento durante sua chegada à cidade: *gente da roça* (p. 13); *bicho do mato* (p. 14), *caipira* (p. 35), *o maior de todos [caipira]* (p. 35), *muito caipira* (p. 34), *Caipirão*, *caipira da gema*, *matuto épico* etc., conforme observaremos a seguir. Nesses processos discursivos, formaram-se as famílias parafrásticas.

Expressões como “caipira da gema” e “um legítimo espécime de *matutis caipirandus*” corroboram com a ideia de que há uma discrepância entre o morador do campo e o da cidade, tomando-os como seres de espécies diferentes, conforme se verifica no enunciado em itálico, que, por sua vez, marca a presença de um discurso transversal: “Venham ver! Venham ver uma curiosidade científica! [...] Vejam! Um legítimo espécime de *matutis caipirandus!*” (p. 32-33). Trata-se de um discurso científico derivado de caracterizações científicas de espécies de animais, conforme pode ser observado pela formulação do nome. De um modo geral, nas ciências biológicas, os estudiosos utilizam o nome científico das espécies estudadas, pois, trata-se de um código universal para nomear plantas e animais. Chico Bento, dessa maneira, deixa de ser discursivizado como um ser humano e caracterizado como um animal, de cujo nome científico deriva

suas características: matuto e caipira. Palavras essas já utilizadas em outros momentos, conforme se percebeu durante esta análise.

“Caipira da gema”, por sua vez, retoma já-ditos como “carioca da gema”, expressão comumente utilizada para designar a pessoa que nasceu e cresceu no Rio de Janeiro. Diz-se, também, que “da gema” se refere a quem nasce em um determinado lugar, assim como seus pais e outros ascendentes familiares. Houve aí um deslizamento de sentido não apenas para afirmar que Chico Bento nasceu e cresceu na zona rural, mas para reafirmar o discurso de alguém oriundo do interior, com pouca instrução.

“Matuto épico”, isto é, não apenas matuto, aquele que habita na roça, ignorante, dentre outros possíveis significados; mas um matuto épico, vale salientar. Historicamente, o termo épico nos remonta a Literatura: o gênero Épico, os grandes poemas épicos, a exemplo dos *Lusíadas*, de Camões, ou seja, algo histórico e grandioso. Chico Bento, então, seria um caipira memorável, o maior de todos. Tem-se aqui, uma tensão entre paráfrase e polissemia. A repetição do mesmo, que permite a possibilidade de um deslizamento de sentido.

Todas as expressões supracitadas, assim como outras já cristalizadas, como o termo “jeca”, ratificam a construção discursiva estereotipada sobre esse segmento social brasileiro. São discursos disponibilizados pelo interdiscurso, que influenciam no modo como cada sujeito significa em uma dada situação discursiva (Orlandi, 2012). Ora, tudo o que é dito em relação ao campesino na análise em questão, já fora dito, em outro lugar, em algum momento, e, por sua vez, estabelece sentido em relação à atitude de Chico Bento em se diferenciar dos cidadãos utilizando um chapéu.

Há ainda a ação da ideologia que naturaliza a ideia de que existem povos superiores a outros. Nesse caso, o superior é o homem da cidade, enquanto o homem do campo é inferiorizado. A partir do que fora dito, temos sujeitos inscritos na formação discursiva que subestima o morador do campo, legitimando assim ideologias de que todo aquele que não vive na cidade é matuto, ignorante, bobo.

5. Considerações finais

A análise desse corpus possibilitou a apreensão de alguns dos sentidos possíveis e nos permite concluir que o homem do campo é comumente visto/representado como alguém que desconhece a cidade, até nas coisas mais simples, com visão restrita apenas ao campo e suas particularidades e que, ao se deparar com a área urbana, apresenta comportamento avesso ou até ridículo.

Dessa maneira, pudemos constatar que a ingenuidade do homem do campo é oposta à dinâmica e a racionalidade apresentada pelos personagens da cidade. Entretanto, como tentamos mostrar em outros momentos, há uma ingenuidade exacerbada, a qual chega a ridicularizar o morador rural, colocando-o, por vezes, em situações vexatórias; conseqüentemente, este é visto de maneira estereotipada pelos “urbanos”.

Pode-se dizer que, neste percurso, alguns sentidos sobre o homem do campo foram silenciados: não

se diz sobre o agricultor que trabalha no setor primário da economia e fornece subsídios para os demais setores. Outrossim, silenciou-se o fato de que os moradores do campo têm acesso à escola, e prova disso é o próprio Chico Bento que ingressou na Universidade através do vestibular, dentre outros. Temos, então, a representação do homem do campo, um segmento social brasileiro, de maneira bem marcada, estereotipada, construída, então, a partir de já-ditos, ou seja, de outros discursos já constituídos acerca destes. Por fim, de acordo com Milanez (2011, p. 294) “As identidades não são dadas. Elas se constroem na relação entre os sujeitos e sua história.”. Vale ressaltar que, para a análise de discurso, os sentidos não se esgotam, sendo, portanto, pertinentes outras análises e, provavelmente, outras possibilidades de verificar como esse texto significa.

Referências bibliográficas

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Do campo para a cidade**: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CIRNE, Moacy. **A explosão criativa dos quadrinhos**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1971.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2ª ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

GADET, Françoise; Hak, Tony. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

GONÇALO JÚNIOR. **A guerra dos gibis**: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura dos quadrinhos, 1933-64. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido**: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2 ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

GRIGOLETTO, Evandra. **Do lugar social ao lugar discursivo**: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: Anais do II SEAD, Rio Grande do Sul, 2005, 11 p. ISSN: 2237-8146.

IANNONE, Leila Rentroia; IANNONE, Roberto Antonio. **O mundo das histórias em quadrinhos**. São Paulo: Moderna, 1994.

LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

MENDONÇA, Márcia Rodrigues de Souza. **Um gênero quadro a quadro**: a história em quadrinhos. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. São Paulo: Parábola editoria, 2010.

MILANEZ, Nilton. **O nó discursivo entre corpo e imagem: intericonicidade, brasilidade**. In: TFOUNI, Leda Verdiani; MONTE-SERRAT, Dionéia Motta; CHIARETTI, Paula (Orgs.). *A análise do discurso e suas interfaces*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

MIOTELLO, Valdemir. **Para uma leitura do texto materialmente heterogêneo**. In: BARONAS, Roberto Leiser; MIOTELLO, Valdemir (org.). *Análise de discurso: teorizações e métodos*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 6ª ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 10ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

ORLANDI, Eni. **Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia**. 2ª ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b.

ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura**. 9ª ed, São Paulo: Cortez, 2012c.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi et al. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

POSSENTI, Sírio. **Somos todos Chico Bento**, 05/2012, Estado de São Paulo (O), Vol. 7-7, São Paulo, 2012.

RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

QUELLA- GUYOT, Didier. **A história em quadrinhos**. Tradução de Maria Stela Gonçalves; Adail Ubirajara Sobral. Edições Loyola. São Paulo: Unimarco, 1994.

SILVA, João Nelson. (1984). **HQ nos livros didáticos**. In: LUYTEN BIBE, Sonia M. (Org.). *Histórias em quadrinhos: leitura crítica*. São Paulo: Edições Paulinas.

SOUSA, Maurício de. **Chico Bento Moço: confusões na cidade grande**. / *Vida na república*, nº 2/ Setembro de 2013. ISBN 978-85-4260-062-9.

Abstract: This paper is a part of a Master Course's research developed in the Post-Graduation Program in Language and Culture (PPGLinC) of the Federal University of Bahia – UFBA, which aims at analysing the way in which the discursive representation of the country man occurs in the comic books of Chico Bento (Moço), a Mauricio de Souza's character. For this work, some pieces of the magazine *Chico Bento Moço: confusões na cidade grande* will be taken as the corpus. The magazine narrates the arrival of this teen character to Nova Esperança city, where he's going to study Agronomy. Thus, having as basis the theoretical and methodological approach of Discourse Analysis developed by Michel Pêcheux, this paper aims at analyzing the discursive and ideological formations related to the country man, conveyed in the cited stories above, observing how they relate themselves with the interdiscourse. To do so, the social elements, ideologies, History, conditions of production will be considered, having as basis the idea of that discourses are not fixed, but transform themselves and follow the social changes of humanity, as Fernandes (2008) emphasizes, being constructed in History and by History.

Keywords: discourse; comic books; country man; city; ideology.

UMA ABORDAGEM SEMIÓTICA DO CONTO: “A CARTOMANTE”

Ione Vier DALINGHAUS (UFMS)¹
ioneufms@gmail.com

Anailton de Souza GAMA (UEMS)
anailtongama@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a obra de Machado de Assis, “A Cartomante” (1999) à luz dos postulados da semiótica greimasiana. Porém, antecipando a análise, far-se-á uma retomada teórica, no intuito de situar o leitor quanto ao percurso a ser seguido. Greimas (1998) propõe três níveis de estudo analíticos: nível narrativo ou intermediário, nível fundamental ou profundo e nível discursivo ou superficial, podendo-se depreender de cada nível citado, um componente sintático e um semântico. Nesta análise, exploram-se, portanto, os diferentes níveis, mostrando-se, por meio de teorias e de exemplos extraídos da narrativa, a construção do sentido no texto. Este trabalho, ancorado em Barros (1986; 1999; 2003) e Fiorin (1990; 2006; 2010), além de outros autores que se dedicam a estudos semióticos, objetiva somar-se a outros estudos que têm como foco as obras machadianas e, dessa maneira, valorizar a literatura clássica brasileira.

Palavras chave: semiótica francesa; percurso gerativo de sentido; narrativa; conto machadiano; performance.

1. Introdução

Como o próprio título anuncia, o presente artigo propõe-se a analisar a construção do sentido no conto “A Cartomante”, obra de Machado de Assis publicada, originalmente, na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, em 1984. O estudo ampara-se na semiótica greimasiana (semiótica do discurso ou semiótica francesa), cuja teoria foi inaugurada na década de 60, ganhando espaço efetivamente no início da década de 1970, época em que se notavam os maiores avanços no nível narrativo.

Tomando o texto como objeto de significação, a semiótica estuda os mecanismos que o constituem como um todo significativo. Pode-se dizer que os semioticistas tentam descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz, isto é, descreve-se o percurso realizado para gerar o sentido desejado. Trata-se de uma teoria em constante processo de constituição que promoveu uma ruptura com estudos relativos à significação dos textos.

Na perspectiva dos estudos semióticos, significar é atribuir “sentido” a uma experiência, examinando-se os valores, por meio das ações do sujeito (dessas ações). É essa busca do objeto que constitui a performance do sujeito. Em outras palavras, o sentido se origina da quebra de uma situação de harmonia e da necessidade de sua retomada.

No entanto, para que o sujeito inicie o percurso, ele precisa entrar em conjunção com o objeto, seja por desejo ou por obrigação. É necessário, portanto, o querer-fazer ou o dever-fazer. Para ser considerado

¹Doutoranda em Letras - Linguística – DINTER - Universidade Presbiteriana Mackenzie SP e UFMS, MS.

competente, este sujeito precisa não só querer-fazer, mas sim, poder-fazer e saber-fazer. É nesse momento que entra o destinador-manipulador, cuja função é motivar ou estimular o sujeito da ação. A manipulação ocorre por *intimidação, provocação, tentação e sedução*, termos que serão elucidados no decorrer deste trabalho.

Enfatiza-se que a execução da performance depende do próprio destinador que pode ser uma instituição, outro sujeito ou ele próprio. Terminando o percurso, há um destinador-julgador que julga o sujeito e a ação realizada. Nesta etapa, verifica-se se o contrato inicial foi cumprido e, a partir dessa informação, é aplicada ou não uma sanção, que pode ser um prêmio ou um castigo, dependendo, é claro, do resultado apurado.

Convém lembrar que a semiótica, antes voltada especialmente ao aspecto narrativo do texto, tem ampliado seu foco de análise para a enunciação. Além de examinar qualquer tipo de texto, dedica-se também à comparação dos enunciados analisados. Analisa-se, por um lado, a enunciação como organização sintática narrativa, o sujeito da enunciação e, por outro, trata-se da enunciação em um conjunto de textos. Portanto, busca-se a identidade do sujeito-ator, que na verdade não é o autor de carne e osso. Estudam-se suas ações na narrativa, as manipulações que ocorrem entre enunciador e enunciatário e também as sanções que ocorrem em função de determinadas ações.

No percurso gerativo sugerido por Greimas, distinguem-se plano do conteúdo e plano da expressão, uma vez que todo e qualquer texto tem um plano de expressão e um plano de conteúdo. O plano de expressão pode ser entendido de várias formas, funcionando como uma espécie de suporte, como a manifestação de algo que se apresenta para os nossos sentidos e exige uma “decodificação”. É pertinente dizer que alguns textos, os chamados textos sincréticos, são constituídos por mais de uma categoria: sonora, visual, verbal, etc., misturando o visual e o verbal, os sistemas simbólicos visual e verbal e os sistemas semissimbólicos visual e verbal.

Assim, todo processo de significação é justamente esse momento de passagem do plano de expressão para o plano de conteúdo. Essa noção (de passagem do plano de expressão para o plano de conteúdo) não é fácil de ser apreendida, porque estamos imersos no senso comum, que erroneamente acha que para cada coisa há apenas um significado. Cotidianamente, no entanto, o ser humano se confronta com situações nas quais essa “divisão” aparece com mais clareza.

A semiótica está preocupada com o plano de conteúdo, mas é através do plano de expressão que adquire o sentido. Em muitos processos de significação tem-se acesso ao plano de expressão, mas não ao conteúdo. A busca pelo significado se dá, justamente, nessa passagem do plano da expressão para o plano de conteúdo.

Convém dizer que esse processo não é natural, inocente, nem individual; cada um de nós está imerso em uma visão de mundo que nos impede de dar sentido a certas experiências e possibilidades e, por outro lado, dar foco e reforço a outras. Cada um de nós também introjeta discursos para explicar nossos

problemas, sonhos, dificuldades, desejos. Dar significado a qualquer coisa é, portanto, deixar-se dominar por todas essas coerções, não importa o grau de consciência que se tenha do processo.

A teoria semiótica caracteriza-se, segundo Barros (1986, p. 31) “por propor uma abordagem interna do objeto, procurando chegar ao sujeito por meio do texto” por meio de uma explicação do plano de conteúdo que se organiza por um percurso gerativo de sentido “cujas etapas são susceptíveis de explicações autônomas” e que conta com três patamares: a) nível das estruturas fundamentais; b) nível das estruturas de superfície e; c) nível das estruturas discursivas. Como o percurso gerativo do conteúdo é independente da manifestação por uma expressão particular (verbal ou não-verbal), pode-se explicar o plano de conteúdo de um texto visual no mesmo quadro teórico em que se analisam textos verbais.

Ainda, conforme Barros (1986), a relação entre expressão e conteúdo pode ser considerada de duas formas distintas em qualquer sistema de significação. A expressão é a face do signo que pode tornar-se sensível em qualquer ordem sensorial e que suporta ou expressa o significado, o conteúdo. Outra forma de relacionar expressão e conteúdo são os sistemas semissimbólicos secundários que geralmente expressam uma oposição semântica entre dois termos. Os sistemas semissimbólicos não se instauram entre termos isolados, mas entre categorias, enquanto os sistemas simbólicos têm relação termo a termo, entre os dois planos.

Mendes (2012) pontua que “Em vista disso, estruturalistas como A. J. Greimas e outros teóricos interessados nos mecanismos internos do texto buscaram estabelecer modelos que, a partir de estruturas mais profundas e abstratas, predissessem as configurações narrativas mais concretas.” Algirdes Julien Greimas é, portanto, o fundador de um novo projeto científico, cuja preocupação fundamental incidiria sobre a construção do sentido no âmbito textual. Esta teoria, inicialmente denominada *Semântica Estrutural* (Greimas, 1973), deu origem ao que hoje se conhece como *semiótica*.

Lembra Tatit (2006, p. 189), que “o projeto de Greimas tinha, como meta, a descrição do que Louis Hjelmslev denominou ‘forma do conteúdo’, uma espécie de estrutura geral da significação que subjaz aos textos, sejam eles verbais ou não-verbais.” Assim, também de acordo com Tatit, a semiótica concebe, desde seus primórdios, uma teoria para a análise do conteúdo humano “que se manifesta em dimensão transfrasal, independentemente da configuração textual escolhida para a sua organização e difusão.”

Assim, por meio da teoria semiótica de Greimas, a qual dá sustentação a este trabalho, podem ser analisados diferentes textos, tanto visuais como verbais como músicas, filmes, pinturas, textos literários, etc. Neste trabalho, optou-se pelo texto literário como objeto de análise, um conto repleto de suspense e mistério, características marcantes dos contos machadianos. Utilizando-se do recurso da intertextualidade, Machado induz o leitor a refletir sobre o comportamento humano, sempre num clima de muito suspense e mistério. “Hamlet observa a Horácio que há mais coisas no céu e na terra do que sonha a nossa filosofia.” Esclarece-se que Hamlet e Horácio são personagens de uma das mais famosas peças de Shakespeare em que Horácio é conselheiro de Hamlet, príncipe da Dinamarca, único a saber que o herói finge loucura.

Hamlet se caracteriza pela indecisão, e a peça realiza o jogo entre o agir e o pensar. Este mesmo jogo pode ser facilmente identificado na obra selecionada para o presente trabalho.

Pretende-se, pois, nesta análise semiótica, apresentar a construção do sentido a partir dos três níveis de estudo propostos por Greimas (1998): nível narrativo ou intermediário, nível fundamental ou profundo e nível discursivo ou superficial, podendo-se depreender, de cada nível citado, um componente sintático e um semântico. Considerando-se esses três patamares, a enunciação é vista como instância da mediação. Pontua Fiorin (2010, p. 36), que sendo “a enunciação a instância constitutiva do enunciado, ela é a instância linguística logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado.”

Para melhor compreensão da análise, apresentamos brevemente os personagens ou actantes do conto e a relação existente entre eles: Vilela, Camilo, Rita e a Cartomante. Os dois primeiros são amigos de infância. Vilela segue a carreira de magistrado e a convivência entre os três gera intimidade. Rita, casada com Vilela, passa a ser amante de Camilo. A cartomante, que aparentemente tem papel secundário, detém o fazer persuasivo e é considerada a principal responsável pelo trágico desfecho.

2. Percurso gerativo dos sentidos

Para Barros (2008, p. 188) a noção deste percurso gerativo vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto; há assim, enriquecimento e concretização do sentido da etapa mais simples e abstrata à mais complexa e concreta, ou seja, os elementos que se manifestam na superfície do texto estão já ‘enriquecidos’ e ‘concretizados’ e provêm, metodologicamente, de relações semânticas mais simples e abstratas; cada uma dessas relações é explicada por uma gramática autônoma, muito embora o sentido do texto dependa da relação entre os níveis.

A primeira etapa do percurso, a mais simples e abstrata, é a do nível fundamental, em que a significação se apresenta como uma oposição semântica; no segundo nível, o narrativo, organiza-se a narrativa do ponto de vista de um sujeito e finalmente; na terceira etapa, a mais complexa e concreta, a das estruturas discursivas.

O analista do percurso gerativo de sentido pode “entrar no texto” e entender como o objeto se estrutura a partir de seu plano de conteúdo, na busca de um entendimento mais do caráter inteligível (cognitivo) do que do sensível, desenvolvendo assim, uma única metodologia que, independente da manifestação, pode ser utilizada para qualquer texto. Iniciemos, portanto, a nossa análise, pelo nível narrativo.

2.1 Nível Narrativo

O *percurso narrativo* é conhecido também como *percurso da ação* ou *do sujeito* cujo esquema é a *Manipulação* seguida da *Ação* e da *Sanção*. No percurso da Manipulação um sujeito leva o outro a fazer.

Para Barros (1998, p.18): “[...] é preciso reconhecer sujeitos humanos que realizam mudanças descritas como operações lógicas, no nível fundamental”. A organização narrativa se torna discurso, graças aos procedimentos de temporalização, espacialização, actorialização, tematização e figuritização que completam o enriquecimento e a concretização semântica, já mencionados.

Neste nível do percurso gerativo de sentido as perspectivas de análise dividem-se em *sintaxe narrativa* e *semântica narrativa*. Naquela, destaca-se a trajetória em busca do *objeto de valor*. Ressalta-se que a narrativa apresenta, na maioria das vezes, dois sujeitos ou mais – Sujeito A e Sujeito B – ambos interessados no mesmo valor. Assim, a polêmica se dá quase sempre em torno do objeto.

Vale lembrar que neste nível, as categorias fundamentais são convertidas à ordem do fazer. Existem dois tipos de enunciados elementares: os de estado, em que um sujeito está em relação de conjunção ou de disjunção com um objeto, e os de fazer, em que se opera uma transformação na relação entre sujeito e objeto. Essa transformação se dá, portanto, por disjunção para conjunção ou vice-versa. As operações de aquisição e de perda de objetos correspondem, respectivamente, à afirmação e à negação de valores no nível fundamental.

Em “A Cartomante”, Rita e Camilo são mutuamente Sujeito e Objeto do desejo, pois se procuram reciprocamente. Inicialmente temos como destinador/manipulador Rita, cujo destinatário é Camilo. No momento em que ele aceita a proposta dela, ambos passam a manipular Vilela e a própria sociedade, pois o casamento é um contrato de fidelidade e este é violado em segredo.

A relação dos dois passa por conflitos a partir do momento em que surge a primeira carta anônima. Quando a dúvida toma conta de Rita, esta visita uma cartomante. Camilo diz não acreditar em cartomantes e confessa que “[...] em criança, e ainda depois, foi supersticioso, teve um arsenal inteiro de crendices, que a mãe lhe incutiu e que aos vinte anos desapareceram. [...] limitava-se a negar tudo. Portanto, como acreditaria numa cartomante”?

No entanto, Camilo estremece ao receber, em seu trabalho, um bilhete de Vilela pedindo-lhe que viesse até sua casa o mais rápido possível. “[...] Vem já, já, à nossa casa; preciso falar-te sem demora”. Por ironia do destino, coincidência, mas principalmente por insegurança, Camilo procura a mesma cartomante antes visitada pela amada. Ela o tranquiliza: “Vá, vá, ragazzinoamorado”. E assim volta a confiar que está tudo bem e corre para seu destino: “A verdade é que o coração ia alegre e impaciente, pensando nas horas felizes de outrora e nas que haviam de vir. [...] Camilo olhou para o mar, estendeu os olhos para fora, até onde a água e o céu dão um abraço infinito, e teve assim uma sensação do futuro, longo, longo, interminável”.

Notam-se aí várias transformações em Camilo que, antes incrédulo, ria de Rita quando esta relatava sobre a cartomante. E ela dizia: — Ria, ria. Os homens são assim; não acreditam em nada. Porém, antes de ir à casa de Vilela, Camilo visita a cartomante que o convence. Mas deixa de acreditar novamente quando chega à casa de Vilela e se depara com a cena cruel de homicídio, da qual passa a fazer parte: “Vilela não

lhe respondeu; tinha as feições decompostas; fez-lhe sinal, e foram para uma saleta interior. Entrando, Camilo não pôde sufocar um grito de terror: — ao fundo sobre o canapé, estava Rita morta e ensanguentada. Vilela pegou-o pela gola, e, com dois tiros de revólver, estirou-o morto no chão”.

A cartomante tem, portanto, papel decisivo nesse desfecho, pois detém o fazer persuasivo e pode ser considerada a principal responsável pelo final trágico, por iludir os dois sobre a inexistência de perigo, incentivando-os a continuarem o romance secreto.

Os elementos de manipulação, já mencionados neste trabalho, funcionam de diferentes formas, dependendo de quem é o manipulado. Na *tentação*, o Sujeito oferece um valor positivo; na *intimidação*, um valor negativo que representa uma ameaça ao destinador; na *provocação*, faz-se uma imagem negativa da competência do outro e, finalmente, na *sedução*, faz-se uma imagem positiva do outro, ou seja, do destinatário.

Sabe-se que toda a comunicação é uma manipulação (seja para o bem ou para o mal), mas é pertinente lembrar que nem sempre o destinador manipula intencionalmente. Para Barros (1998, p.27) a intencionalidade é a tensividade fundamental com um começo e um fim. Rita manipula intencionalmente seu Objeto de valor, por meio da tentação. O excerto a seguir evidencia a referida manipulação: “Camilo quis sinceramente fugir, mas já não pôde. Rita, como uma serpente, foi-se acercando dele, envolveu-o todo, fez-lhe estalar os ossos num espasmo, e pingou-lhe o veneno na boca”.

Portanto, o destinatário cede, deixando-se seduzir completamente por Rita, põe de lado os escrúpulos, tornando-se um cego de juízo, que não vê mais nada, vive intensamente, sem enxergar a realidade e o rumo que as coisas vão tomando. Assim, a ação de Rita resulta em dupla apropriação, pois esta passa a ser também o Objeto de valor de Camilo. A partir do momento em que entram num acordo, vivenciam um amor proibido, desapropriando Vilela, marido e amigo.

A narrativa aborda o adultério, a traição, a paixão proibida; o que se observa na narrativa é a ruptura aos padrões romanescos, nos quais a mulher e o homem sofriam de amor e reprimiam essa paixão ou esse amor por temer a si mesmos e à sociedade. A inadaptação à vida e à sociedade conduziam-nos ao escapismo, às fantasias e ao sonho.

A destinadora/manipuladora, Rita, é construída ao longo da narrativa como uma mulher corajosa e amante da paixão, pois, enfrenta não somente o medo de Camilo (amante), mas a sociedade vigente para viver uma profunda e alucinante paixão. “[...] Rita estava certa de ser amada, Camilo, não só o estava, mas via-a estremecer e arriscar-se por ele, correr às cartomantes, e, por mais que a repreendesse, não podia deixar de sentir lisonjeado”.

A destinadora/manipuladora apresenta-se fielmente em seus desejos carnis mais íntimos, sutil, e inquiridora e nunca ingênua, mas também com um comportamento um tanto duvidoso. Quando Rita e Camilo se conhecem, observamos a iniciativa de Rita, evidenciando ser uma mulher além do seu tempo, desinibida, comunicativa, talvez por ser a mais velha do triângulo: “[...] É o senhor? Exclamou Rita,

estendendo-lhe a mão. Não imagina como meu marido é seu amigo, falava sempre do senhor” nos mostra o perfil de uma mulher além do tempo; desinibida, comunicativa e a mais velha do triângulo amoroso que, por isso mesmo, é uma mulher realista, que enfrenta seus medos, desfruta de paixões, luta pelo que quer. sem medo de sofrer as consequências.

O triângulo se intensifica quando a mãe de Camilo vem a falecer. [...] “Como daí chegaram ao amor, não o soube ele nunca. A verdade é que gostava de passar as horas ao lado dela... Liam os mesmos livros, iam juntos a teatros e passeios... Agora a ação da pessoa, os olhos teimosos de Rita, que procuravam muitas vezes os dele, que os consultavam antes de fazê-lo ao marido”. Camilo reconhece que aquela paixão proibida feriria o seu melhor amigo, mas seu coração já estava tomado pelo amor de Rita e a ela pertencia “[...]Rita como uma serpente, foi-se acercando dele, envolveu-o todo, fez-lhe estalar os ossos num espasmo, e pingou-lhe o veneno na boca [...]”.

"Adeus, escrúpulos!" Daí em diante o triângulo está consumado.

Cartas anônimas começam a ser enviadas a Camilo alcunhado nelas de "imoral e pérfido" por violar a convenção social da fidelidade no matrimônio e por desconsiderar a sinceridade do amigo. As cartas anônimas perturbam o comportamento do casal: Camilo carrega em si o sentimento de medo e covardia; Rita se desdobra em leviandade e inconsequência.

Rita procura a cartomante para reconquistar a confiança, mesmo sabendo que seu romance com Camilo um dia traria muitos conflitos para os amantes e o esposo Vilela. As características de Rita elencadas anteriormente ajudam-na a se convencer da verdade do que a cartomante "lê" nas cartas: Camilo continua a amá-la e, diferentemente de Rita, oscilando entre a incredulidade e a ironia, ouve, "por outras palavras" que há mais mistérios no céu e na terra do que supõe a nossa filosofia. E como ele ainda graceja, Rita arremata (em discurso indireto): “Se ele não acreditava paciência; mas o certo é que a cartomante adivinhara tudo. Que mais? A prova é que ela agora estava tranquila e satisfeita”.

Ao tomar conhecimento dos fatos, Vilela, o esposo traído, ganha espaço e vida na narrativa; até então, Sujeito manipulado, passa a ser o Sujeito manipulador. Utiliza-se da *intimidação* enviando um bilhete a Camilo para que este venha a sua casa (dever- fazer) “Vem já, já, à nossa casa; preciso falar-te sem demora.” O bilhete não deixa claro o objetivo e Camilo fica na dúvida. Porém, ao atender à solicitação do “amigo” lhe concede a *competência* para o fazer. “Era mais de meio-dia. Camilo saiu logo; na rua, advertiu que teria sido mais natural chamá-lo ao escritório; porque em casa? Tudo indicava matéria especial, e a letra, fosse realidade ou ilusão, afigurou-se-lhe trêmula. Ele combinou todas essas cousas com a notícia da véspera.”

Barros (1999, p. 85) define a competência como “um tipo de programa narrativo em que o destinatário sujeito recebe do destinador, a qualificação necessária à ação.” Entendendo-se, desta forma, pode-se afirmar que a cartomante também concedeu competência a Vilela ao convencer Rita e depois, a Camilo sobre a inexistência de perigo. Ao mesmo tempo, Camilo enfrenta em sua consciência o sentimento

de covardia e a necessidade de agora ter de enfrentar seus erros e assumi-los. Ocorre então a *performance*, um programa narrativo em que a ação do sujeito do fazer leva à transformação do sujeito de estado.

Quando Camilo chega à casa de Vilela, este se vinga, mostrando o corpo de Rita já sem vida e estirado ao chão e matando o amante dela em seguida. Este é o denominado percurso da sanção, última etapa do esquema da Manipulação, em que, de acordo com Postal, (2007, p. 83), distribuem-se prêmios ou castigos. É importante enfatizar que o percurso da sanção é sempre de dois tipos: Sanção Cognitiva (reconhecimento) ou Sanção Pragmática (punição ou recompensa). Nesta narrativa, a sanção foi pragmática, resultando no assassinato de Rita e Camilo.

Ainda no nível narrativo, vale informar que, “A Cartomante” reflete a contradição entre as modalidades veridictórias ser/parecer, em que o que parece e é, corresponde à verdade e o que parece e não é, corresponde à mentira/falsidade. Observe-se que Camilo parecia ser amigo de Vilela; Rita parecia ser fiel a Vilela; este parecia não saber da traição e a cartomante parecia dizer a verdade. No entanto, ao final, caem todas as máscaras e confirmam-se a mentira e a falsidade.

De acordo com a teoria greimasiana, este jogo de máscaras pode ser ilustrado, definindo-se um eixo principal, o dos termos de oposição ser/não ser que, por sua vez estabelecem uma relação de contradição negando-se a si próprios: ser versus não-ser e parecer versus não-parecer. Assim, a mentira equivale ao parecer e não ser, em que se enquadram perfeitamente a cartomante, Camilo e Rita.

Podem-se estabelecer também, neste texto, quatro sequências narrativas, cujas ações são realizadas pelos actantes: Camilo, Rita, Vilela e a Cartomante. Na primeira, ocorre uma ação secreta movida por Rita (actante 1), que por meio da tentação e sedução manipula o seu destinatário. Resulta, dessa ação, uma alteração no nível do ser de Camilo (actante 2) que muda seu comportamento também em relação ao amigo Vilela, marido de Rita (actante 3), distanciando-se dele. Tem-se assim, o percurso da sanção do reconhecimento, isto é, uma sanção cognitiva.

Na segunda sequência, o actante 3, Vilela, toma conhecimento dos fatos e começa “[...]a mostrar-se sombrio, falando pouco, como desconfiado”. Ocorre então uma mudança de apropriação para uma privação reflexiva, isto é, o actante 2 reconhece o perigo: “Mais valia acautelarem-se, sacrificando-se por algumas semanas. Combinaram os meios de se corresponderem, em caso de necessidade, e separaram-se com lágrimas”. Constata-se, aqui, uma ameaça de privação do Objeto desejado e novamente uma sanção cognitiva.

Na terceira sequência, o actante 3 acaba com a farsa, matando primeiramente a mulher e, em seguida, o amante. “Vilela não lhe respondeu; tinha as feições decompostas; fez-lhe sinal, e foram para uma saleta interior. Entrando, Camilo não pôde sufocar um grito de terror: — ao fundo sobre o canapé, estava Rita morta e ensanguentada. Vilela pegou-o pela gola, e, com dois tiros de revólver, estirou-o morto no chão”. Tem-se aí, a sanção pragmática, isto é, a punição.

A última sequência relatada corresponde à desapropriação ou espoliação, pois Camilo e Rita perdem o Objeto desejado e a própria vida. Com a morte dos dois, acabam o casamento, o adultério, a amizade, o amor, o medo e a vida. O percurso de sanção identificado é, novamente, de ordem pragmática, uma vez que as personagens recebem a punição pelos atos praticados.

2.2 Nível fundamental

Esta etapa da geração do sentido se subdivide em semântica fundamental e sintaxe fundamental. Na primeira, estudam-se as relações de oposição e contraste entre os termos-objeto, de forma mais abstrata. Na segunda, observam-se as mudanças de estado que ocorrem durante a trajetória das personagens. Explica-se que na gramática semiótica, a sintaxe e a semântica estabelecem relação de dependência, partindo-se do abstrato para o concreto.

De acordo com Fiorin (1999):

Uma categoria semântica é uma oposição tal que a vs b . Podem-se investir nessa relação oposições como vida vs morte, natureza vs cultura, etc. Negando-se cada um dos termos da oposição, teremos não a vs não b . Os termos a vs b mantêm entre si uma relação de contrariedade. A mesma coisa ocorre com os termos não a vs não b . Entre a e não a e b e não b há uma relação de contraditoriedade. Ademais, não a mantêm com b , assim como não b com a , uma relação de implicação. Os termos que mantêm entre si uma relação de contrariedade podem manifestar-se unidos. (FIORIN, 1999, p. 4)

Pode-se dizer que, no início da trama, Camilo e Rita viviam em estado de felicidade e satisfação, uma relação amorosa aparentemente tranquila. Na semiótica greimasiana, as transformações de estado em relação ao Objeto de valor do Sujeito são *enunciados de estado* que podem ser assim representados: $S \cap O$ (estado de conjunção) ou $S \cup O$ (estado de disjunção), sendo o primeiro relacionado com a euforia e , o segundo, com a disforia. Assim, no começo da narrativa, os sujeitos Camilo e Rita parecem felizes, satisfeitos, portanto, em estado de conjunção com o Objeto de valor: $S \cap O$. Porém, a tranquilidade e a confiança são ameaçadas por cartas anônimas recebidas por Camilo, alterando-se o estado dos dois, colocando-os em disjunção: $S \cup O$.

O adultério é, pois, causador da mudança de estado, pois ambos estão interessados no mesmo objeto de valor, a felicidade. Enfatiza-se que no conto em análise, o Objeto de valor está nos próprios actantes, Camilo e Rita, que vivem momentos especiais de felicidade até ser descoberta a traição. Depreende-se assim, uma oposição semântica fundamental:

Vida/felicidade (euforia) X Morte/infelicidade (disforia)

Conforme dito acima, no nível da sintaxe fundamental observam-se as mudanças de estado que ocorrem durante a trajetória dos actantes. Na obra tomada como objeto de análise, as atitudes de Camilo mudam ao ceder à sedução/tentação de Rita, que age intencionalmente. “[...] Camilo era um ingênuo na vida moral e prática. Nem experiência, nem intuição”. O personagem passa por um processo de

transformação, adquirindo experiência e perda da inocência. Ambos traem, sem escrúpulos, e tornam-se dependentes um do outro.

Negam-se, assim, os valores presentes na ingenuidade e afirmam-se os da astúcia. A partir do momento em que ficam juntos, rompe-se o contrato da fidelidade até então existente entre Rita e seu esposo. Constata-se, na verdade, uma dupla infidelidade, pois Rita deixa de ser fiel ao marido e Camilo deixa de ser fiel ao melhor amigo.

Como já explicitado, na Semiótica, as transformações das personagens são explicadas pelas categorias semânticas eufórica e disfórica. De acordo com Barros (1998, p. 24): “Eufórica é a relação da conformidade do ser vivo com o meio ambiente, e disfórica, sua não conformidade.”

Finalizando esta etapa da análise, sintetizamos as transformações ocorridas: Vida/felicidade/confiança (eufóricas); tensão/ conflito/ incerteza e morte (disfóricas). Pode-se afirmar, portanto, que o texto em análise é disforizante.

2.3 Nível discursivo

Passamos à terceira e última fase de análise do percurso gerativo de Greimas: a das *estruturas discursivas*. Nesta etapa, o sujeito da enunciação “desdobra-se num enunciador e num enunciatário” (FIORIN, 1990, p. 40). Aquele, realiza um fazer persuasivo, ou seja, tenta convencer o enunciatário, enquanto este realiza um fazer interpretativo.

No nível da *sintaxe discursiva* e de acordo com o esquema dos focos narrativos apresentados por Friedman (1967, Apud BARROS, 1998, p. 83) tem-se no conto “A Cartomante”, uma narrativa em terceira pessoa, em que o narrador pode ser classificado como onisciente, pois domina o relato e demonstra saber até mais que os próprios personagens. Foi por esse tempo que Rita, desconfiada e medrosa, correu à cartomante para consultá-la sobre a verdadeira causa do procedimento de Camilo. De acordo com D’Onofrio (1983, p.172), “o conto apresenta uma plurifocalização: ao discurso em terceira pessoa do narrador, que dá um tom de objetividade à narrativa, se alterna o discurso em primeira pessoa das personagens que assumem momentaneamente o papel de narradores”. Entende-se, no entanto, que o discurso das personagens está subordinado ao do narrador. Os interlocutores falam somente por meio de *debreagens* de segundo grau.

No conto em análise, o narrador não participa dos acontecimentos, mas para torná-los mais reais, utiliza-se alternadamente dos discursos direto e indireto, recurso frequentemente utilizado nos textos literários e denominado *debreagem alternada*. A *debreagem enunciativa* (*enunciado*) *provoca um efeito de subjetividade*, pois a terceira pessoa é projetada no discurso (aquele de quem se fala), não relacionando o espaço e o tempo diretamente com o momento da enunciação. Na *debreagem enunciativa* – (enunciação) *provoca-se um efeito de maior aproximação e objetividade*, pois o discurso é realizado em primeira pessoa,

num tempo e espaço determinados (eu/ agora/ aqui). Exemplifica-se: “— Bem, disse ela; eu levo os sobrescritos para comparar a letra com as das cartas que lá aparecerem; se alguma for igual, guardo-a e rasgo-a [...]”.

Denomina-se, portanto, *debreagem ou desembreagem* “A operação e os procedimentos pelos quais a enunciação realiza a projeção mencionada. “[...] Com a *desembreagem* criam-se, ao mesmo tempo, o sujeito, o tempo e o espaço da enunciação e a representação actancial/actorial, espacial e temporal do enunciado.” (BARROS, 1998, p. 74). Para Benveniste (1966, Apud BARROS, 1998, p.74), a categoria de pessoa, explorada na *debreagem actancial*, articula-se em /pessoa (eu/tu) / vs. / não-pessoa (ele).

Na sintaxe do discurso, os efeitos de realidade decorrem, em geral, dessas *debreagens* internas, criando-se a ilusão de situação real. (POSTAL, 2007, p. 86) O discurso direto é, portanto, um recurso utilizado para dar mais veracidade à narrativa, uma das características da grande maioria das prosas literárias, especialmente nas obras de Machado de Assis.

Em relação aos tempos enunciativos, a narrativa não segue uma linearidade e é através de um olhar retrospectivo que o narrador apresenta as personagens, intercalando o modo indicativo (presente, pretérito imperfeito e pretérito perfeito): “*Hamlet observa a Horácio que há mais coisas no céu e na terra do que sonha a nossa filosofia. Era a mesma explicação que dava a bela Rita ao moço Camilo, numa sexta-feira de novembro de 1869, quando este ria dela, por ter ido na véspera consultar uma cartomante; a diferença é que o fazia por outras palavras. [...] Apenas começou a botar as cartas, disse-me: ‘A senhora gosta de uma pessoa...’ Confessei que sim, e então ela continuou a botar as cartas, combinou-as, e no fim declarou-me que eu tinha medo de que você me esquecesse, mas que não era verdade.*”

Ora, a cartomante é um tipo de mulher que, conhecedora dos anseios e medos que afligem uma sociedade, aproveita-se da situação para tirar proveito de pessoas inflexíveis. Assim, aproveitando-se do momento e da pessoa, a cartomante joga com sentimentos e anseios do consultado e Rita é manipulada pela mulher que sabe e pode fazer o jogo da manipulação.

O conto remete a princípios de 1869, quando “[...] voltou Vilela da província, onde casara com uma dama formosa e tonta; abandonou a magistratura e veio abrir banca de advogado”. Apesar de não estarem explícitas no texto outras descrições de tempo, constatam-se na narrativa, frequentes referências ao passado: “*Também ele, em criança, e ainda depois, foi supersticioso, teve um arsenal inteiro de crendices, que a mãe lhe incutiu e que aos vinte anos desapareceram*”. Observam-se também, o tempo presente e a progressão temporal na reflexão de Camilo, em relação ao bilhete que recebera de Vilela: “*Vem, já, já, para quê? Era perto de uma hora da tarde. A comoção crescia de minuto a minuto.*”

Em relação aos espaços enunciativos, tem-se neste conto a casa de Vilela e Rita, a casa de Camilo, a cada da cartomante e o local dos encontros secretos: “*A casa do encontro era na antiga Rua dos Barbonos, onde morava uma comprovinciana de Rita. Esta desceu pela Rua das Mangueiras, na direção de Botafogo, onde residia; Camilo desceu pela da Guarda Velha, olhando de passagem para a casa da cartomante*”. Em

relação à casa da cartomante, o narrador fez questão de mostrar detalhes. É possível ver os encadeamentos dos espaços neste fragmento, em que Camilo chega à casa da adivinha. “[...] enfiou pelo corredor, e subiu a escada. A luz era pouca, os degraus comidos dos pés, o corrimão pegajoso [...] Dali subiram ao sótão, por uma escada ainda pior que a primeira e mais escura. Em cima, havia uma salinha, mal alumada por uma janela, que dava para o telhado dos fundos. Velhos trastes, paredes sombrias, um ar de pobreza, que antes aumentava do que destruíra o prestígio”.

Todas estas características remetem a um espaço sombrio, melancólico e perigoso, como um prenúncio do que aconteceria em seguida com Camilo e Rita. Coexistem, portanto, duas forças contraditórias que moldam o sujeito no espaço da narrativa: o espaço aberto, da felicidade que vivem os amantes e o espaço fechado e sombrio da casa da cartomante, que podem ser assim representados:

Vida (espaço aberto) X Morte (espaço fechado)

Barros (1998, p. 115) enfatiza que “Temas e figuras, relacionados, repetem, no nível discursivo, a conciliação e a diferenciação das duas dimensões da linguagem, a abstrata e a figurativa.” Lembra que é possível obter-se mais de um percurso temático a partir de um mesmo valor.

“A Cartomante” revela como Machado de Assis interpreta o comportamento humano: um ser que por amor e paixão é capaz de trair, correr riscos de morte. Camilo e Rita, vivendo um romance secreto, extrapolam o *poder-fazer* e o *poder-ser*, por dois motivos: por ela ser casada e, mais que isso, casada com o amigo dele. Demonstra-se assim a hipocrisia, a falta de escrúpulos do ser humano. A cartomante, por sua vez, representa a ilusão e a mentira, capazes de mudar completamente o destino de uma pessoa, como aconteceu no desfecho deste conto.

No percurso das estruturas fundamentais, visto anteriormente, ocorre uma ruptura no modo de ser de Camilo em relação a valores sociais, especialmente em relação ao casamento, à moral e à família. Evidencia-se assim, a oposição entre ingenuidade e astúcia, que negam os valores relacionados à vida e afirmam os valores relacionados à morte.

3. Considerações finais

O presente estudo propôs-se a analisar, à luz dos postulados da semiótica greimasiana, uma das mais conhecidas obras de Machado de Assis, “A Cartomante”. A retomada teórica evidencia que existem diferentes caminhos para explorar o sentido na obra literária, cabendo ao analista escolher o que considera o mais pertinente para cada tipo de estudo. Neste trabalho, a análise seguiu os três níveis de estudo analíticos propostos por Greimas (1998) – nível narrativo ou intermediário, nível fundamental ou profundo e nível discursivo ou superficial – o que nos permite fazer as considerações que seguem:

“A Cartomante” é uma obra literária de suspense que leva a uma reflexão mais profunda sobre o ser humano, a exemplo de muitos outros contos escritos por Machado de Assis. O sentido se constrói por meio

de valores contraditórios, em que a cartomante tem função significativa, pois interfere no comportamento das personagens, utilizando-se da mentira e falsidade.

A expectativa negativa projetada no leitor, no início da narrativa, é quebrada quando aparece a cartomante que tranquiliza o casal. O efeito contraditório é causado no desfecho, com a morte de Rita e Camilo. Por isso, tudo indica que, sem a personagem cartomante, os efeitos literários não teriam sido os mesmos, pois tanto ela quanto o narrador tentam decifrar o comportamento humano.

“A Cartomante” é, portanto, um conto que reflete a contradição entre a máscara e o desejo, entre o parecer e o ser, a mentira e a verdade, em que a punição é a pior possível, a morte.

Referências bibliográficas

ASSIS, M. de. A cartomante. In: **Contos**. São Paulo: Objetiva, 1999.

BARROS, D.L.P de. **Teoria Semiótica do Texto**. Ática. São Paulo. 1986.

_____. **Teoria do discurso: Fundamentos Semióticos**. 3 ed. São Paulo: Humanitas, 1999.

_____. Estudos do Discurso. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à Linguística** (Vol. 2): Princípios de Análise. São Paulo: Contexto, 2003, p. 187-219.

D’ONOFRIO, Salvatore. **O texto Literário: teoria e aplicação**. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1990.

_____. (org) . **Introdução à Linguística**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **As Astúcias da Enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2010.

GREIMÁS, A. J. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1973.

_____. **Sobre o Sentido: Ensaio Semióticos**. Petrópolis: Vozes. 1998.

MATTE, A. C. F.; LARA, G. M. P. Panorama da Semiótica Greimasiana. In: **Revista de Linguística Alfa**. V. 53, n. 02, 2009. p. 339-350. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/2119/1737>>. Acesso em 16 de setembro de 2014.

MENDES, Conrado Moreira. A noção de narrativa em Greimas. In: **Revista on line E-xacta**. Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/ecom/article/viewFile/1002/581>. Acesso em 16 de setembro de 2014.

OLIVEIRA, Ana Cláudia de; LANDOWSKI, Eric. **Do inteligível ao sensível: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas**. São Paulo: EDUC, 1995.

POSTAL, J. Análise semiótica do texto a parábola do filho pródigo. In: **Revista online Integração**, nº 48. São Paulo, 2007, p. 83-88.

TATIT, Luiz. Abordagem do texto. In: FIORIN J.L. **Introdução à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2006.

Abstract: *The aim of this paper is to analyse Machado de Assis' work, "A Cartomante" (1999) in the light of the Greimasian semiotics. Before the analysis, a theoretical revision is done to situate the reader in relation to the trajectory to be followed. Greimas (1998) proposes three levels of analytical study: narrative or intermediate level, fundamental or profound level and discursive or superficial level. From each level a syntactic and semantic component is grasped. Therefore, in this analysis different levels are exploited, through theories and examples extracted from the narrative, meaning making within the text. This work, based on Barros (1986; 1999; 2003) and Fiorin (1990; 2006; 2010), among other authors who dedicate to semiotic studies, intends to add to other studies which focus on Machado de Assis' work and in this way valorize the Brazilian canonical literature.*

Key words: *French semiotics; meaning gerative process; narrative; Machado's short story; performance.*

Análise Crítica do Discurso para o estudo da inclusão/exclusão de LGBT na imprensa brasileira

Iran Ferreira de MELO (UPE)
iranmelo@hotmail.com

Resumo: Este trabalho consiste na análise de como homossexuais, bissexuais e transexuais (LGBT) são representados/as na Folha de S. Paulo. O material que serviu de corpus ao trabalho foi composto por notícias sobre a realização do evento denominado Parada do Orgulho LGBT na cidade de São Paulo. Propusemos investigar o discurso produzido por notícias e, aqui, relataremos a análise da visibilidade includente ou excludente de LGBT, isto é, a verificação de quão visível é, na Folha, o fato noticioso em tela e seus participantes – principalmente LGBT – a partir de um exame de elementos contextuais da prática particular de publicação jornalística desse periódico, bem como do olhar sobre as estruturas da notícia na imprensa descritas por van Dijk (1996). Para desenvolvermos o relato de como procedemos e do que constatamos, apresentamos aqui o registro dos resultados por ocorrência de publicação (identificando quantas notícias sobre a Parada o jornal veiculou), por ocorrência de Resumo na capa (presença de elementos como Abertura, Chamada e Foto-legenda), por tipo de caderno e por ocorrência de Resumo no caderno (indicando a ocorrência de Chapéu, Linha fina, Olho e Intertítulo).

Palavras-chave: LGBT; discurso; representação; visibilidade; imprensa.

1. Overview do trabalho

Neste estudo, analisamos notícias que nos serviram de dados sobre a representação de LGBT no discurso da *Folha de S. Paulo* (publicadas de 1997 a 2012). Em tais textos, encontramos elementos que surtem efeitos de sentido diversos e que nos auxiliam a entender como LGBT “chegam” Brasil afora por meio desse jornal. Como exposição da quantidade e qualidade desses elementos, relataremos, neste trabalho, o conjunto de exames que fizemos do grau de visibilidade que LGBT receberam nas referidas notícias sobre a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo que coletamos na Folha.

Dividimos o estudo em dois momentos: no primeiro, fizemos um relato descritivo dos dados, uma análise descritiva; já, no segundo, procedemos a uma leitura dos constituintes descritos no primeiro momento, buscando interpretá-los como prática particular de representação dialeticamente integrada à rede de práticas maior que é a conjuntura histórica do ativismo LGBT, uma análise interpretativa. A análise descritiva foi subdividida em duas seções: (1) Inicialmente, fizemos um panorama histórico-descritivo, ano a ano, das edições das Paradas e das notícias, composto por resumos de importantes informações sobre o evento e seus contextos sociopolíticos, bem como por transcrições das notícias que compõem nossos dados; (2) em seguida, registramos o modo de produção das notícias como prática de visibilidade de LGBT na Parada, apresentando, notadamente, aspectos da organização semiótica que, conforme van Dijk (1996), formam o discurso produzido nas notícias que compõem nosso corpus e que nos orientaram para a análise do discurso em si. Denominamos esse olhar descritivo da segunda seção de “análise da visibilidade”; é dele que trataremos neste artigo. Para essa atividade operamos algumas etapas.

Mostramos em que datas as notícias foram publicadas e qual o grau de visibilidade por ocorrência de publicação, a fim de que possamos aferir o nível de adesão e negligência quanto ao acontecimento público

que é a Parada. Em função disso, foi importante saber: (1) se a Folha apagou completamente a existência da Parada da pauta do jornal tanto no dia em que o evento ocorreu quanto na véspera desse dia; (2) se esse jornal publicou, sequer, alguma notícia sobre o evento numa dessas ocasiões; ou (3) se esse periódico transformou a Parada em fato noticioso que deve ser acompanhado integralmente, suitando-o em notícias de dias subsequentes (abordando, assim, não apenas as informações de caráter primário, como aquelas que respondem ao Lide, mas também as de caráter secundário, que permitem comentários e aprofundamento, como as respostas às questões do Sublide). Essa gradação de realizações no jornal classificamos, para fins de registro em nossos dados, em três tipos: Apagamento, Registro Parcial e Registro Total.

Expomos se as notícias possuíam estrutura de Resumo na capa, como Manchete, Abertura, Chamada e Foto-legenda. Com isso, observamos as ocorrências (ano, data) e as frequências dessas estruturas, assim também apresentamos como esse procedimento ajuda a identificar o grau de visibilidade dado ao evento, de acordo com a escolha em colocá-lo num plano de destaque no jornal (na capa) isto é, como um dos fatos noticiosos mais importantes da edição. Essa localização funciona como um processo de tematização do conteúdo a ser lido no jornal inteiro, pois aponta um modo de produção semiótica que revela, por sua posição na camada mais externa do suporte (ou seja, na camada mais imediata de leitura), a escolha de um lugar de acesso. Em outras palavras, a seleção da notícia para a capa do jornal permite um contato mais direto com o/a leitor/a (muitas vezes, salientado por imagens coloridas, letras maiores e mais destacadas). Se a notícia for apresentada na capa (por qualquer que seja a estrutura), garantirá mais visibilidade, pois, desse modo, será apreendida não apenas por quem ler o Relato, mas também por quem não optar por abrir e folhear o veículo.

Apresentamos em quais cadernos as notícias foram editadas. Com isso, temos o intuito de verificar o foco temático do jornal, bem como os possíveis efeitos de sentido desse foco para localizar a Parada como fato noticioso. Consideramos pertinente essa observação, visto que, em geral, o público-leitor associa o macrotema do caderno ao conteúdo das notícias nele inseridas. De acordo com o caderno escolhido pela Folha, podemos afirmar se a realização da Parada e, portanto, a atuação de seus/suas participantes é representada, *stricto sensu*, como um fato político, cultural, do cotidiano paulistano etc., a depender de onde a notícia estiver localizada. Isso não desconsidera o papel performativo das estruturas textuais micro, mas ajuda a situar significativamente o discurso num contexto específico de produção, distribuição e leitura capaz de causar efeitos de sentido também específicos para a compreensão do fato noticiado.

Registramos se as notícias possuem estruturas de Resumo no caderno, como Chapéu, Linha Fina, Olho e Intertítulo. Da mesma forma que a análise dos elementos de capa, observamos as ocorrências (ano, data) e frequências dessas estruturas, bem como identificamos o grau de visibilidade dado ao evento, de acordo com a concentração desses recursos, que ajudam a ampliar o espaço da notícia no corpo do caderno. A presença de Olho, Chapéu e Linha Fina funciona como um processo de tematização do

conteúdo a ser lido, pois aponta um modo de produção semiótica que revela maior contextualização e visibilidade dentro do caderno. Essas três estruturas põem a notícia num lugar de tematização e visibilidade média, pois o fato noticiado pode alcançar maior visibilidade do público caso venha registrado na capa. Quando há Intertítulo, do ponto de vista representacional na estrutura do gênero notícia, tal tematização e visibilidade se acentuam e possibilitam uma nova topicalização ou o reforço do tópico principal, favorecendo a inserção de outros comentários que ampliam a notoriedade do evento (independentemente de ser positiva ou negativa).

2. Relato de análise

Quanto ao grau de visibilidade do evento por ocorrências da notícia de acordo com ano e data de publicação, percebemos que a Parada foi reportada pela *Folha de S. Paulo* em todos os anos que aconteceu, ainda que esse evento tenha passado por mudanças estruturais significativas, que geraram diferentes modos de visibilidade. Diante disso e considerando que, em outros estudos (MELO, 2010), já tínhamos comprovado o fato de ações coletivas lúdicas de LGBT nem sempre serem alvo da agenda dos maiores jornais no Brasil, a Folha se apresenta como um canal de alta visibilidade quanto às ocorrências de publicações sobre a Parada de São Paulo.

Das dezesseis edições da parada paulistana, onze foram noticiadas pela Folha no dia em que aconteceu o evento e na data posterior (trata-se das edições realizadas de 1999 a 2007, em 2009 e em 2012), ou seja, com Registro Total – segundo o nosso recorte de pesquisa–, inclusive apresentando detalhamento de informações contidas no Relato. As outras cinco edições serviram de pauta do jornal em apenas um desses dois dias, isto é, com Registro Parcial: na data em que se realizou o evento (as edições de 1997 e 2008) ou no dia seguinte (1998, 2010 e 2011). O quadro a seguir reúne esses dados, destacando com sombreamento as linhas que discriminam o Registro Parcial.

Quadro 1. Registro das ocorrências de notícias sobre a Parada na Folha

Edições da Parada	Ano	Data de publicação
1ª	1997	28/06
2ª	1998	29/06
3ª	1999	27/06 28/06
4ª	2000	25/06 26/06
5ª	2001	17/06 18/06
6ª	2002	02/06 03/06
7ª	2003	22/06

		23/06
8ª	2004	13/06 14/06
9ª	2005	29/05 30/05
10ª	2006	17/06 18/06
11ª	2007	10/06 11/06
12ª	2008	25/05
13ª	2009	14/06 15/06
14ª	2010	07/06
15ª	2011	27/06
16ª	2012	10/06 11/06

A variação de ocorrência de notícias sobre a Parada nesses anos em que tal evento se deu – ora duas publicações, ora uma – possui inúmeras razões que não analisamos. No entanto, podemos inferir possibilidades, seguindo as reflexões de Simões e Facchini (2008). Os dois primeiros anos talvez tenham recebido apenas uma matéria porque a proposta de Paradas LGBT era nova no Brasil e não tinha ainda grande adesão da população, a ponto de se sobressair entre os já variados eventos de contestação pública que se realizavam na avenida Paulista. Além disso, a ordem de discurso reivindicatória predominante nos primeiros anos (principalmente nas duas edições iniciais) era construída semioticamente por formações de discursos característicos da militância política (*stricto sensu*), mormente da militância de esquerda – faixas, cartazes, bandeiras, palavras de justiça, clamor por democracia –, o que não diferia de outros tipos de protesto já tradicionais na cidade – como as manifestações de sindicalistas, de movimentos estudantis, ambientalistas, e de trabalhadores/as rurais sem-terra – e, portanto, não chamando a atenção da sociedade em geral.

Ainda conforme Simões e Facchini (2008), com as mudanças estruturais a partir da edição de 1999 (financiamento do mercado segmentado, apoio estatal e criação da Associação da Parada) e mais particularmente com o processo de carnavalização que caracterizou o evento dos anos 2000 em diante, a Parada se consolidou não apenas como uma vultosa mobilização política, mas também como o um dos principais atrativos turísticos da cidade de São Paulo e o maior evento do gênero no mundo. Isso talvez justifique o Registro Total de publicações em nove anos consecutivos (de 1999 a 2007), refletindo maior interesse do jornal em publicar o evento.

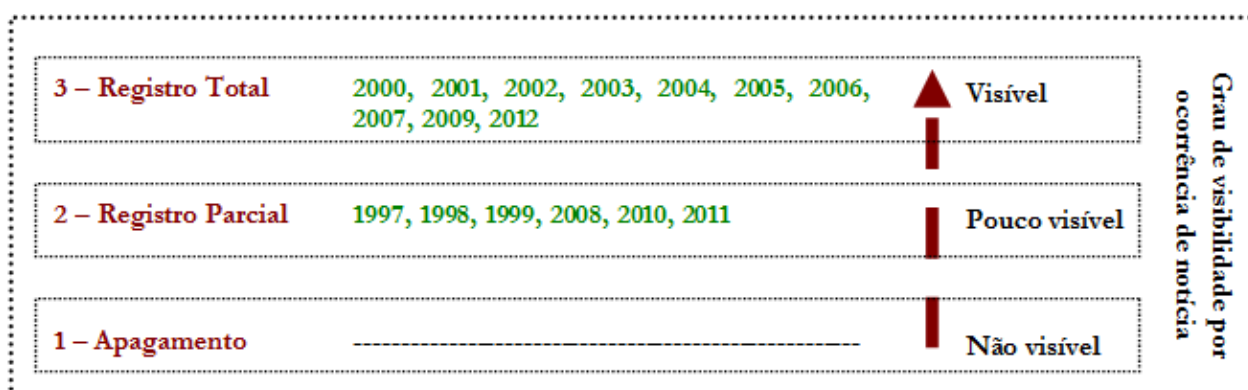
Já, nos últimos cinco anos (de 2008 a 2012), com a consolidação da Folha Online como um veículo de comunicação bastante acessado pelo público-leitor para buscar informações sobre os fatos que são noticiados enquanto estão ocorrendo (em tempo real) (FOLHA DE S. PAULO, 2007), a função noticiosa do jornal impresso é prejudicada, pois a publicação do noticiário nesse suporte é posterior à sua transmissão

pela web. Com os meios eletrônicos e digitais e a televisão, os fatos tendem a ser noticiados enquanto estão ocorrendo, de maneira que a função noticiosa do jornal impresso é afetada, pois se torna rapidamente obsoleta. Isso possivelmente limitou a publicação impressa na Folha. Esse fato pode justificar o Registro Parcial nos anos 2008, 2010 e 2011, ainda que haja alternância com dois anos de Registro Total, 2009 e 2012, sendo este último caracterizado como uma tendenciosa ocorrência, visto que, nesse período, havia interesse do jornal em publicar na notícia suitada alguns dados fornecidos pelo Datafolha sobre a quantidade de participantes que acompanhou a Parada.

Tais escolhas do jornal correspondem a uma posição explícita quanto à eleição de pauta e, de acordo com van Dijk (1996), são resultado de uma atuação do grupo de Controle da empresa para garantir a manutenção ideológica do Poder. No contexto de práticas de representação da Folha, podemos entender que isso se deu a partir do momento em que o jornal expandia-se como uma forte fatia do oligopólio do mercado editorial de comunicação e no Brasil. Nessa época, esse periódico caracterizou-se por ampla atuação na formação de um conglomerado midiático voltado a diversos nichos de mercado (PILAGALLO, 2012).

Enfim, por não constatarmos Apagamento de publicação, percebemos que a Folha, quanto à ocorrência de notícia, produziu um alto grau de visibilidade da Parada. Isso não aponta para a qualidade da representação dos atores no evento, mas significa um traço de escolha para a produção de notícias no jornal e implica uma espécie de focalização que esse periódico fornece a tal atividade pública e a consequente possibilidade de acesso do público ao evento, ainda que este ocorra por mediação jornalística. Podemos ilustrar essa verificação na imagem seguinte.

Figura 1. Resultado do Grau de visibilidade por ocorrência de notícia



Em relação ao grau de visibilidade que a Parada recebeu por meio de notícias que têm extensão de Resumo na capa do jornal, constatamos, em nossos dados que há presentes três elementos: Abertura, Chamada e Foto-legenda. Por não haver nenhum caso de Manchete, desde já podemos afirmar que as notícias sobre a Parada de São Paulo não foram representadas, em nenhum momento, como a informação

mais relevante para a Folha nas edições que analisamos. Esse registro revela não apenas o grau de importância dado pelo jornal ao evento como fato noticioso, mas também aponta o nível de visibilidade que as notícias receberam diante do público-consumidor do periódico, que, nesse caso, resvalou para as outras estruturas de menor destaque na capa. Quanto às ocorrências das outras estruturas, vejamos uma síntese no quadro a seguir:

Quadro 2. Registro das ocorrências de elementos do Resumo na capa

Edições	Ano	Datas de publicação	Abertura	Chamada	Foto-legenda
1ª	1997	28/06			
2ª	1998	29/06			
3ª	1999	28/06			
4ª	2000	25/06			
		26/06	X		
5ª	2001	17/06			
		18/06			X
6ª	2002	02/06			
		03/06	X		
7ª	2003	22/06			
		23/06	X		
8ª	2004	13/06		X	
		14/06			X
9ª	2005	29/05		X	X
		30/05	X		
10ª	2006	17/06			
		18/06			X
11ª	2007	10/06		X	
		11/06	X		
12ª	2008	25/05			
13ª	2009	14/06		X	
		15/06	X		
14ª	2010	07/06		X	
15ª	2011	27/06			X
16ª	2012	10/06			
		11/06	X		

Identificamos sete ocorrências de Abertura, sendo distribuídas entre os anos 2000 e 2012, sem o acompanhamento das outras estruturas de capa que estamos verificando aqui. Sua realização se deu sempre no segundo dia de publicação, momento em que a notícia vem, em geral, caracterizada como reportagem. Isso talvez explique a escolha dessa estrutura de capa, que se caracteriza por resumir notícias mais extensas, que apresentam uma sequência investigativa e requintes de detalhes sobre o fato noticiado. Nesses anos em que a Folha apresentou a Abertura como estrutura do Resumo na capa, de acordo com Simões e Facchini (2008), a Parada vivenciava sua ascensão como evento de visibilidade, o que pode

justificar o uso maior de reportagens (para dar conta das muitas nuances que esse ativismo passou a suscitar) e conseqüentemente a opção por esse elemento textual. Somado a isso, verificamos que esse elemento se apresentou em nossos dados quase sempre sob o padrão de dois parágrafos que resumem os dados do Lide e Sublide da notícia publicada dentro do caderno, um exemplo da edição de 03/06/02 segue abaixo.

(1)

Parada gay reúne 400 mil em São Paulo

A sexta edição da Parada do orgulho gay em São Paulo reuniu ontem, segundo estimativa da Polícia Militar, 400 mil pessoas. Esse número recorde no Brasil superou o das últimas paradas na França (250 mil pessoas) e em São Francisco, nos EUA (300 mil).

Pela primeira vez na Parada, a avenida Paulista foi interditada no sentido Consolação Paraíso. Nenhum incidente foi registrado. A prefeita Marta Suplicy e políticos do PT estavam presentes.

Já a Chamada, numa quantidade menor em nossos dados (cinco ocorrências), esteve presente nos anos 2004, 2005, 2007, 2009 e 2010, e também, como a Abertura, no período de enorme ascensão da Parada como expressão do movimento LGBT no Brasil. Entretanto, ao contrário dessa outra estrutura, a Chamada, em nosso corpus, aparece – exceto em 2010 – nas datas de realização da marcha, dias em que a notícia tem menor extensão se comparada àquela prevista para ser seguida, pois não dispõe de muitas informações para preencher o Relato. Esse pode ser o motivo da escolha pela estrutura genérica Chamada, e não pela Abertura nesses dias, já que a primeira corresponde a um recurso de menor abrangência sobre o acontecimento noticiado.

Encontramos apenas uma edição que reúne a Chamada e outra estrutura de capa observada. Consideramos esse caso atípico, pois, num mesmo registro, podemos perceber uma estrutura tipológica de Chamada unida a algo que parece ser um Texto-legenda. Trata-se da ocorrência publicada na edição de 29/05/05:

(2)

ARCO-ÍRIS

PARADA TENTA BATER RECORDE NA PAULISTA

A Drag Drindy brinca em parque de diversões paulistano, no Gay Day, que integra o programa oficial da Parada do Orgulho GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros). Organizadores esperam hoje cerca de dois milhões de pessoas na avenida Paulista.

Esse registro é introduzido por um Chapéu e sucedido por um Título (elemento de contextualização que pode haver na Chamada), sugerindo apontar para uma argumentação que está presente no segundo período do corpo textual: a expectativa da Parada (entendamos por “expectativa dos organizadores dos eventos”) em agrupar um número recorde de pessoas. Além disso, no primeiro período, o texto apresenta

uma descrição da imagem onde está enquadrado, o que é característico de um Texto-legenda. No entanto, como a informação verbal e a foto não correspondem ao que foi dito no Título e no restante do texto, mas apontam para outro dado (a participação de LGBT num evento de sociabilização integrado ao programa do Mês do Orgulho LGBT da cidade de São Paulo), não podemos classificar o hibridismo entre uma Chamada e um Texto-legenda, mas entre uma Chamada e uma Foto-legenda, estrutura autônoma que não compreende uma informação dependente dos argumentos da notícia.

Quanto às ocorrências de Foto-legenda entre os nossos dados de capa, verificamos a mesma quantidade que a Chamada: cinco casos. Seu registro é constatado a partir da edição de 18/06/01, época em que a Parada estava recebendo cobertura midiática cada vez mais e tornando-se um evento reconhecidamente de massa. Os outros quatro casos se deram nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2011, e, na maior parte das ocorrências, essa estrutura foi publicada em datas posteriores ao dia da Parada, coincidindo apenas uma vez com outra estrutura de capa que citamos aqui (a Chamada); trata-se do caso que ilustramos.

Como elemento de grande visibilidade, pois une dois modos de linguagem (escrita e fotografia), a Foto-legenda, em geral, ocupa lugar de destaque na capa das edições que escolhemos, estando, às vezes, no centro da página, assemelhando-se em tamanho a outras fotos e apresentando um comprimento que chega a englobar um terço da lauda, como podemos ver nos três exemplos a seguir.

Figura 2. Disposição da Foto-legenda na capa



Diferentemente do que visualizamos nos registros de Abertura e Chamada – publicados de modo quase regular entre os anos de ocorrência –, a Foto-legenda aparece com maior concentração em notícias publicadas de 2004 a 2006 (três casos). Essas publicações enquadram-se

no período de maior visibilidade por ocorrência de publicação no jornal (de 2000 a 2007), o que nos leva a atribuir a sua realização às mesmas razões que comentamos ao tratarmos dessa variável no tópico anterior. Além disso, todos os casos de Foto-legenda encaixam-se no interstício dos anos em que as notícias receberam Abertura, isto é, durante os anos 2000. É nesse espaço de tempo que verificamos, na verdade, a concentração das três estruturas do Resumo na capa que encontramos em nossos dados.

Atrrelado a isso, na edição de 30/05/05, o conjunto dessa dupla estrutura (Abertura e Foto-legenda) conta ainda com duas Frases sobre o evento, ambas citações de José Serra, então prefeito de São Paulo, e Marta Suplicy, ex-prefeita dessa cidade e que, na ocasião, a Folha alegara ter participado do evento para fazer campanha eleitoral. Embora essas Frases não façam parte de nosso corpus – pois consideramos que, por ter uma única ocorrência, não caracterizam representatividade diante das outras estruturas –, vale salientar que, no bojo dos constituintes textuais que apontam para a notícia sobre a Parada naquela edição, esse elemento fortalece a visibilidade de capa. Vejamos, nas imagens a seguir, do que estamos falando:

Figura 3. Frases de capa



Segundo os resultados de nossa observação sobre o uso das quatro estruturas que a literatura teórica nos aponta como sendo índices de visibilidade da notícia na capa de um jornal

(Manchete, Abertura, Chamada e Foto-legenda), percebemos primeiramente que esses recursos só passaram a ter existência em nosso corpus a partir do ano 2000, quando se noticiava a quarta edição da Parada e isso pode ter relação com o crescimento do evento que começa nessa época, sendo fruto dele e, ao mesmo tempo, reforçando-o, ao passo que o registro dessas estruturas de capa pode dar mais notoriedade à passeata e, com isso, mais pessoas também podem se interessar em conhecê-la. Outro aspecto importante é verificar que esses recursos do Resumo na capa tornaram-se comuns após sua primeira aparição no jornal. Das 21 edições posteriores ao primeiro registro, somente 06 não apresentaram esse destaque. Além disso, é relevante também dizer que, entre 2003 e 2007 – justamente o período em que a Parada bateu o recorde de público – somente uma edição não contou com nenhum dos três recursos que descrevemos nos dados; somaram-se 09 registros deles nesse período. Da mesma forma, entre as ocorrências de 2009 e 2012, apenas uma publicação não possuiu as estruturas de capa que citamos aqui. Nessa fase, houve menos edições do jornal sobre a Parada, mas, ainda assim, encontramos cinco casos das estruturas temáticas de capa.

Mesmo sem ocorrência de Manchete, as outras estruturas (Abertura, Chamada e Foto-legenda) foram vistas com uma relativa frequência, levando-nos a afirmar que houve um bom grau de visibilidade por tematização na capa e, o que é mais pertinente para a pesquisa, levando-nos a reconhecer uma coerência entre os anos de “ebulição” do evento (é claro que em termos quantitativos) e o ascendente uso dessas estruturas. Esse grau de visibilidade somado ao desenvolvimento tecnológico e a maior atenção do Grupo Folha às questões que envolviam a práxis mercadológica do segmento LGBT são fatores que não podemos desconsiderar quando traçamos um olhar crítico sobre os vários momentos da história de representação do ativismo LGBT na *Folha de S. Paulo*. Em outras palavras, a relação do conjunto de práticas que envolvem a luta por visibilidade LGBT com as práticas particulares semióticas produzidas pela Folha é capaz de gerar um discurso e um sistema de representação complexos do ponto de vista social.

No que diz respeito aos cadernos em que as notícias foram editadas, exceto as publicações dos dias 27/06/99 e 13/06/04, os demais textos de nosso corpus foram publicados no espaço dedicado à editoria “Cotidiano” ou, num outro de mesma função chamado, à época, de “São Paulo” (edições de 29/06/98 e 28/06/99). Ser noticiado nesses cadernos dá ao acontecimento, no mínimo, o status de trivialidade, orientando o público-leitor a compreender o evento representado como algo que faz parte da rotina da vida paulistana. Em outras palavras, ter a

Parada inserida nesses cadernos significa colocá-la na ordem do dia e equipará-la a outros eventos correntes do dia-a-dia de uma megalópole como São Paulo.

Assim, dividindo lugar com notícias sobre a temperatura na cidade, problemas de trânsito, dados demográficos, programas assistenciais, saúde e educação pública, entre outras informações, o foco temático do jornal, bem como os possíveis efeitos de sentido desse foco, recaem sobre a noção de um evento que começa a fazer parte do cenário de caos urbano da cidade. Em função disso, várias publicações (sobretudo a partir das notícias de 2001 – ano em que a Parada começou a bater recordes de público) passam a ressaltar o impacto da marcha no tráfego das avenidas, na limpeza urbana, na rede hoteleira, no mercado em geral e noutras esferas, embora, muitas vezes, deem mais ênfase a esses fatos do que à própria Parada, como veremos na análise da representação.

Outro aspecto a se registrar é que esses cadernos atraem bastante o interesse da população porque reserva espaço para informações que afetam diretamente os/as munícipes e as comunidades da Grande São Paulo (reforma e construções de logradouros públicos, mudanças de itinerários e reajuste nas tarifas de passagem do transporte coletivo, funcionamento de hospitais e unidades de saúde, entre outras). Em face de isso, inserir uma notícia sobre a Parada nesses espaços textuais possibilita acesso à voz da militância LGBT (ainda que no texto isso fique, algumas vezes, deturpado) num campo de grande evidência do jornal. Em outros termos, quanto à seleção do caderno, podemos afirmar que a Folha fornece grande visibilidade à causa política LGBT e a Parada paulistana.

Sobre o grau de visibilidade que a Parada recebeu através de notícias que possuem um Resumo no caderno, verificamos, em nossos dados, a presença de Chapéu, Linha Fina, Olho e Intertítulo. As ocorrências desses elementos apontam para o processo de tematização do conteúdo a ser lido nas notícias e fornecem maior contextualização e visibilidade ao acontecimento noticiado. Além disso, a seleção desses recursos indica ainda o grau de destaque dado pelo jornal à Parada, considerando-a como fato noticioso, uma vez que essas estruturas ajudam a ampliar o espaço da notícia no corpo do caderno. O quadro-síntese a seguir mostra a quantidade de casos desses elementos em nosso corpus.

Quadro 3. Registro das ocorrências de elementos do Resumo no caderno

Edições	Ano	Datas de publicação	Chapéu	Linha Fina	Olho	Intertítulo
1ª	1997	28/06				
2ª	1998	29/06	X			
3ª	1999	27/06	X	X		
		28/06	X	X		
4ª	2000	25/06	X	X		X
		26/06	X	X		X
5ª	2001	17/06	X	X		
		18/06	X	X		
6ª	2002	02/06				
		03/06	X	X		X
7ª	2003	22/06	X	X		
		23/06	X	X		X
8ª	2004	13/06	X	X		
		14/06	X	X		X
9ª	2005	29/05				
		30/05	X	X		
10ª	2006	17/06		X	X	X
		18/06		X	X	
11ª	2007	10/07		X	X	
		11/07		X	X	
12ª	2008	25/05		X	X	X
13ª	2009	14/06		X	X	X
		15/06		X	X	X
14ª	2010	07/06		X		
15ª	2011	27/06		X	X	X
16ª	2012	10/06		X	X	
		11/06		X	X	X

Dos 29 textos analisados, 14 vinham antecidos de Chapéu no Resumo do caderno, compondo praticamente todos publicados entre os anos de 1998 e 2005. No entanto, podemos dizer que essa estrutura pode ser considerada anacrônica hoje, posto que, há sete anos, não se faz presente nos textos noticiosos da Folha sobre a Parada publicados no interior do jornal, como mostra o quadro a seguir com o registro dos Chapéus em nosso corpus.

Quadro 4. Registros de Chapéu no caderno

Edição	Ano	Data	Chapéu
1ª	1997	28/06	Sem Chapéu
2ª	1998	29/06	DIA DE PROTESTO
3ª	1999	27/06	PARADA
		28/06	PASSEATA
4ª	2000	25/06	PASSEATA DA PAULISTA
		26/06	PASSEATA
5ª	2001	17/06	ORGULHO GAY
		18/06	SÃO PAULO
6ª	2002	02/06	Sem Chapéu
		03/06	ORGULHO GAY
7ª	2003	22/06	FESTA
		23/06	DIVERSIDADE
8ª	2004	13/06	EVENTO
		14/06	DIVERSIDADE
			DIVERSIDADE
9ª	2005	29/05	DIVERSIDADE SEXUAL
		30/05	DIVERSIDADE SEXUAL
10ª	2006	17/06	Sem Chapéu
		18/06	Sem Chapéu
11ª	2007	10/06	Sem Chapéu
		11/06	Sem Chapéu
12ª	2008	25/05	Sem Chapéu
13ª	2009	14/06	Sem Chapéu
		15/06	Sem Chapéu
14ª	2010	07/06	Sem Chapéu
15ª	2011	27/06	Sem Chapéu
16ª	2012	10/06	Sem Chapéu
		11/06	Sem Chapéu

Como resultado de uma estratégia de produção da notícia ou apenas como fruto de coincidência, após 2006, uma das estruturas de Resumo que prevaleceu foi o Olho, elemento não presente no período de uso do Chapéu, o que parece configurar uma substituição de um recurso pelo outro. As duas estruturas correspondem a recursos de forte função contextualizadora e tematizadora, assim como de impacto visual e comunicativo na notícia. Outra característica interessante no processo de visibilidade da Parada em nossos dados foi o uso do Chapéu combinado com a Linha Fina em notícias divididas por mais de um foco temático (através de Intertítulo), como aconteceu bastante de 1998 a 2005. Essa associação também constituiu um compósito de grande acessibilidade à leitura dos textos noticiosos em questão na nossa pesquisa.

Embora sejam típicas do Resumo no interior do caderno, constatamos algumas ocorrências do Chapéu nas capas que também analisamos, estando diante das estruturas que já citamos noutro tópico.

Isso indica o reforço de destaque que o jornal concedeu às notícias sobre a Parada. Adiante segue a lista desses casos.

Quadro 5. Registros de Chapéu na capa

Edição	Ano	Data	Estrutura da capa	Chapéu
5ª	2001	18/06	Foto-legenda	RECORDE
8ª	2004	14/06	Foto-legenda	NOVO RECORDE
9ª	2005	29/05	Chamada/Foto-legenda	ARCO-ÍRIS
10ª	2006	18/06	Foto-legenda	METRÓPOLE GAY
11ª	2007	10/06	Chamada	PARADA GAY
15ª	2011	27/06	Foto-legenda	GAROA COLORIDA

Somente em 02/06/02 não encontramos ocorrência de Chapéu nas notícias de nossos dados. Já com o uso desse recurso na capa, dos 6 registros que contatamos dois se deram no dia do evento. Além disso, quase todos os registros de capa apresentaram esse recurso perante a Foto-legenda, como pudemos ver no quadro anterior. Tais dados podem ter essa configuração, pois, já que o Chapéu funciona como uma espécie de tópico, tal qual um Título, a Folha talvez entenda que a sua aplicabilidade seja redundante diante de uma Abertura, elemento que é necessariamente intitulado.

Podemos reunir as lexias usadas como Chapéu em 08 grupos, de acordo com os campos semânticos que cada uma evoca. No quadro 16, expomos esses grupos, tais lexias e a quantidade de ocorrências entre parênteses.

Quadro 6. Tipos de Chapéu

<p>1. Localização espacial “SÃO PAULO” (1) “METRÓPOLE GAY” (localizador espacial + caracterizador identititário) (1)</p>
<p>2. Atividade 2.1 Atividade genérica “EVENTO” (1) 2.2 Atividade de marcha “PARADA” (1) “PASSEATA” (2) “PASSEATA NA PAULISTA” (atividade + caracterizador espacial) (1) 2.3 Atividade de contestação “DIA DE PROTESTO” (atividade de contestação como caracterizador de tempo) (1) 2.4 Atividade de celebração “FESTA” (1)</p>
<p>3. Identidade coletiva 3.1 Identidade coletiva genérica “DIVERSIDADE” (3) 3.2 Identidade coletiva de sexualidade “DIVERSIDADE SEXUAL” (2)</p>
<p>4. Sentimento categorizado “ORGULHO GAY” (2)</p>
<p>5. Escopo da Parada “RECORDE” (1)</p>

<p>“NOVO RECORDE” (escopo de evento + caracterizador para atualização) (1)</p> <p>6. Parada</p> <p>6.1 Nominalização da Parada</p> <p>“PARADA GAY” (1)</p> <p>6.2. Metaforização da Parada</p> <p>6.2.1 Símbolo da Parada</p> <p>“ARCO-ÍRIS” (1)</p> <p>6.2.2 Alegoria de uma edição da Parada</p> <p>“GAROA COLORIDA” (1)</p>

A maior ocorrência se dá com palavras que representam LGBT e seus contextos de atuação ativista, ora para nominalizar o evento (“PARADA GAY”, “FESTA”), ora para simbolizá-lo (“GAROA COLORIDA”, “ARCO-ÍRIS”) ou ainda para apontar algum interesse ou alcance seu (“RECORDE”, “NOVO RECORDE”), dentre outras formas. Somente o Chapéu “SÃO PAULO” não se refere exatamente ao evento, mas a cidade onde ocorreu, o que dá margem para significados que não operam diretamente com ideias sobre a Parada.

Esses dados revelam um percurso linear e histórico de representação da Parada e seus atores, pois percebemos que, no decorrer dos anos, houve uma mudança de tematização que partiu da classificação do evento com termos que podem remeter a uma atividade de contestação (Chapéus como “DIA DE PROTESTO” e “PASSEATA”) para a caracterização da identidade social coletiva dos atores LGBT, reconhecendo a diversidade identitária desse grupo (registros como “GAROA COLORIDA” e “ARCO-ÍRIS”). Essa mudança representa o evento como uma ação mais contestatória nos anos iniciais em que a Parada se assemelhava à proposta primacial estadunidense e depois mais como uma atividade celebrativa, nos anos em que a Parada se revestiu de características carnavalizadas e também mercadológicas.

É importante ainda notar que alguns Chapéus pressupõem a participação de atores que podem ser evocados a partir das palavras escolhidas. Por exemplo, aquelas relativas ao processo de caminhar publicamente (“PASSEATA” e “PASSEATA NA PAULISTA”) pressupõem atores em suas atividades motoras de andar, caminhar e marchar, geralmente, em nossa cultura, associadas a uma ação contestatória e, portanto de caráter eminentemente político, o que já fica evidente no registro “DIA DE PROTESTO”. Em contrapartida, o uso do termo “FESTA” é capaz de nos fazer mobilizar indiretamente a participação de atores envolvidos em práticas comemorativas e de entretenimento, portanto de caráter lúdico. Essa duplicidade de representação implícita caracteriza a díade do processo carnavalizado da Parada, que tenta conjugar uma polifonia de interesses tanto reivindicatórios e atrelados ao protesto por uma sociedade mais igualitária quanto ligados ao divertimento e exposição da irreverência identitária.

Já a presença da Linha Fina foi quase unânime em nosso corpus. Elemento de forte contextualização para a leitura do texto, esse recurso só não esteve presente em três notícias que analisamos. Isso demonstra o quanto a Folha buscou indicializar as informações contidas nas notícias sobre a Parada, pois quanto maior é a presença desse recurso mais o público-leitor pode ser indicado sobre o que aborda a notícia antes mesmo de lê-la. Além disso, da mesma maneira que o Título (este compulsório ao gênero

notícia), a Linha Fina se encarrega de reforçar o controle discursivo do jornal na medida em que não apenas aponta para o que é desenvolvido no Relato, mas também demarca os argumentos que considera pertinentes na exposição feita no corpo do texto.

Nesse sentido, o que vimos nas notícias que compõem nosso corpus é um destaque na Linha Fina para informações sobre a estimativa de participantes na Parada e a quantidade que efetivamente participou, configurando uma operação de controle discursivo que acompanhou quase todos os registros dessa estrutura em nossos dados, como exemplificam os três casos a seguir.

(3)

- “Evento espera reunir 14 mil pessoas para estender a bandeira do arco-íris e estimular o orgulho junto à comunidade” (FSP-27/06/99)
- “Estimativa de público é da Polícia Militar; público dobra em 2 anos”(FSP-03/06/02)
- “São Paulo ultrapassa San Francisco e sedia maior evento homossexual do mundo, afirmam organizadores” (FSP-14/06/04)

A seleção dessas informações como complemento do Título (conforme preconiza a literatura teórica que citamos no terceiro capítulo) indica, desde já, uma representação da expectativa da organização do evento e de outros atores sociais referidos quanto à adesão popular da Parada e à tentativa de bater recordes a cada ano. Esse enfoque dado pela Folha visibiliza um aspecto importante para uma ação de caráter político como a Parada de São Paulo, qual seja, o aumento de pessoas nas ruas, demonstrando apoio aos pleitos apresentados ali. Entretanto, a escolha dos argumentos – o que envolve a mobilização de determinados itens lexicais e a combinação entre eles no contínuo da oração – parece ter limitações.

No que tange ao uso do Olho nos textos que analisamos, constatamos sua presença em 11 notícias de nosso corpus, quase todas publicadas de 2006 a 2012. Como recurso introdutório ao Lide, o Olho está presente em 08 notícias e, como recurso de continuidade, em 03 notícias, sendo estas publicadas nos últimos dois anos, o que pode apontar para um formato que o jornal assumirá nas futuras edições sobre a Parada. Sempre integrado a textos que também apresentam Linha Fina na estruturação e a muitos que possuem divisão tópica por meio de Intertítulo, o Olho pode ser entendido como um elemento de acréscimo e destaque de informação que a Folha quis produzir sobre a Parada.

Evidenciada com negrito, essa estrutura é marcada nas nossas notícias como um componente de forte visibilidade para as informações expostas, sejam elas típicas do Lide, tais como o horário e o percurso da Parada; do Sublide, a exemplo de algumas causas que levaram a estruturação do evento a ser da forma que aconteceu; ou do Relato, como alguns exemplos de situações inusitadas ocorridas durante a passeata. Abaixo segue uma sequência de três respectivos casos.

(4)

- “Evento está programado para iniciar na av. Paulista, às 14h, e seguir para r. da Consolação; CET vai interditar o tráfego no local” (FSP-17/06/06)
- “Donos de casas noturnas têm de pagar R\$ 10 mil de taxa de inscrição para festa e desistem de sair no evento pela primeira vez neste ano” (FSP-14/06/09)
- “Quatro pessoas foram presas; três dos 23 trios da festa tiveram problemas, e um deles chegou a ficar enroscado em viaduto” (FSP-11/06/07)

Quando se configura especificamente como Olho de continuidade, essa estrutura, nas três notícias que apresentaram esse tipo de Olho, está presente 13 vezes nos nossos dados. Sob sua forma canônica, tal registro destacou, entre argumentos favoráveis e contra a Parada, trechos da fala de um membro da organização do evento, do arcebispo metropolitano de São Paulo, do governador de São Paulo, de pessoas sugeridas como LGBT, e de outros atores que são representados por suas profissões e por serem moradores da região da avenida Paulista, local onde se realiza a Parada, ou apreciadores do evento. Esse enfoque, para a fala de pessoas que não são identificadas necessariamente como LGBT, fornece uma visibilidade maior à perspectiva da população (concordando ou não com o evento) do que à opinião dos atores para quem o evento é destinado. Abaixo seguem dois exemplos dos registros preponderantes.

(5)

- “Tem orelhão quebrado, muito lixo. O barulho também atrapalha” MARIA HELENA SABA, 29, moradora da Paulista” (FSP-11/06/12)
- “Estou achando o máximo. Hoje nós [heterossexuais] somos a minoria!” CLÉO HONORATO, 42, dona de casa, em sua 1ª Parada Gay” (FSP-11/06/12)

Diante disso, o fato é que, da forma como foi conduzido, o Olho serviu ao jornal (muito mais do que o Chapéu) como uma espécie de indutor da leitura e da visibilidade para alguns aspectos sobre a Parada que a notícia apresenta. Ademais, o Olho, em nossos dados, representa um importante elemento de orientação para o que o Poder do jornal quer enfatizar. Mais até do que o Título da notícia, ele oferece – seja em sua forma tradicional, seja como Olho de continuidade – o que o Poder do jornal quer enfatizar: a opinião da população sobre o evento, as contingências ocorridas no percurso, as informações elementares da notícia (horário, local, participantes), dentre outros dados que a Folha reveste de relevância e, muitas vezes, aponta como prioritários ao público, quando os materializa sob o destaque do tamanho da fonte, da cor e da localização do Olho.

Já sobre o uso de Intertítulo em nosso corpus, alegamos que, como recurso que possibilita uma nova topicalização ou o reforço do tópico principal, favorecendo a inserção de novos comentários, buscamos identificar se as notícias que analisamos possuem divisão tópica introduzida por Intertítulo e para o que este apontava. Assim, pudemos verificar objetivamente quais textos foram publicados sob uma explícita

divisão temática e quais as implicações disso para a análise da visibilidade, uma vez que a quantidade de tópicos dos textos pode apontar para a multiplicidade de enfoques na representação do assunto, funcionando ou não como ganchos jornalísticos.

Onze textos do corpus apresentaram divisão tópica e, portanto, incluem Intertítulos. Todos se dividiam em dois tópicos – expondo um Título e um Intertítulo. A única distinção está nas edições de 14/06/04 e 11/06/12, que apresentam dois textos e, assim, dois Títulos, sendo apenas um dos textos com Intertítulo. O quadro a seguir expõe esses dados, mostrando os Intertítulos em linhas sombreadas.

Quadro 7. Registros de Títulos e Intertítulos

Edição	Ano	Data	Títulos e Intertítulos
1ª	1997	28/06	Gays fazem passeata no Rio e em SP
2ª	1998	29/06	Capitais têm passeatas do orgulho Gay
3ª	1999	27/06	Celebre os 'gay 90's' na avenida Paulista
		28/06	Parada Gay atrai 20 mil manifestantes em São Paulo
4ª	2000	25/06	Homossexuais querem reunir 100 mil hoje
			Parada limpa
		26/06	Parada gay congestionada o centro de SP
			Performances e fantasias
5ª	2001	17/06	Parada muda o trânsito na avenida Paulista e no centro
		18/06	Parada gay registra recorde de público
6ª	2002	02/06	6ª edição da Parada começa às 14h
		03/06	Parada leva às ruas 400 mil pessoas e bate recorde e bate recorde em SP
			Xuxa e Donna Summer
7ª	2003	22/06	Parada do orgulho Gay terá 21 trios elétricos hoje
		23/06	Parada Gay dobra e leva 800 mil à Paulista
			Gays, famílias e idosos
8ª	2004	13/06	Parada Gay altera Domingo na Paulista
		14/06	Parada Gay reúne 1,5 milhão e bate recorde
			Turistas reforçam público na Paulista
			Colorido
9ª	2005	29/05	Parada tem início às 11h com show dos anos 80
		30/05	Parada Gay tem ampla presença feminina
10ª	2006	17/06	Parada Gay tenta manter recorde hoje
			Cabeleireiros no trabalho
		18/06	Parada Gay resiste à Copa e supera recorde de público
11ª	2007	10/07	Parada Gay aquece mercado de luxo
		11/07	Parada Gay cresce; diversão e problemas também
12ª	2008	25/05	Em sua 12ª edição, Parada Gay fica mais globalizada
			Multidão
13ª	2009	14/06	Parada desfila na contramão sem trios de boates gays
			Arco-íris cinza
		15/06	Sem trios de boates, política avança na Parada Gay de SP
			Abaixo-assinado
14ª	2010	07/06	Menos cor no arco-íris

15ª	2011	27/06	Garoa na parada
			Debutante
16ª	2012	10/06	Parada Gay atrai turista profissional a São Paulo
		11/06	Parada Gay reúne 270 mil pessoas, afirma Datafolha
			“Se não foi mais, ficou em 4 milhões”, diz organizador
			Falta de apoio

Todos os Intertítulos topicalizam o foco discursivo da segunda metade dos textos através de itens lexicais nominais, ou seja, não formam orações. Interessa-nos observar a que semanticamente apontam esses nomes. Nesse sentido, verificamos que, em geral, se referem: à própria Parada (“Parada limpa”; “Debutante”); aos/às participantes da Parada (“Gays, famílias e idosos”; “Multidão”); a itens abstratos, relativos ou não ao campo semântico da Parada (“Colorido”, “Arco-íris cinza”); e a itens metonímicos e alusivos (“Performances e fantasias”, “Xuxa e Donna Summer”, “Abaixo-assinado”, “Cabeleireiros no trabalho”).

Exceto nas edições 23/06/03 e 14/06/09, os Intertítulos não complementam a informação dos Títulos e do que é apresentado no Lide e no Sublide, funcionando assim como introdutores de novos assuntos, todos relativos ao evento. Não constatamos nenhum gancho, logo a mudança explícita de tema nas notícias mantém a visibilidade do assunto maior, que é a Parada e conseqüentemente dos atores envolvidos nela. Alguns temas desenvolvidos no segundo tópico são citados na Linha Fina, estrutura que, como explicamos, tem também papel de antecipar alguns argumentos do texto. Somado a isso, percebemos que o uso do segundo tópico serviu ora para reforçar a amplitude de estrutura do evento e participação de público (por exemplo, nos trechos intitulados “Colorido” e “Multidão”), funcionando, assim, como uma espécie de tópico agregador à visibilidade positiva do evento; ora para apontar vicissitudes da organização da passeata (como em “Arco-íris cinza” e “Falta de apoio”), servindo, então, para apresentar um contraponto negativo ao funcionamento da Parada.

Como observação de tudo isso, é possível dizer que os Intertítulos em nosso corpus representam mais uma forma de garantir a visibilidade do evento, uma vez que esses introdutores de tópicos iniciam um momento de discussão que amplia as respostas do Lide, do Sublide e até do que está convencionado para o Relato. Pode ser que isso justifique o fato de que somente no ano 2000 esse recurso passou a ser utilizado, já que a partir dessa época o evento foi ganhando maior participação e conseqüentemente as notícias que o reportavam cresceram, abrindo espaço para diferentes temas ligados à Parada e ao movimento LGBT.

Em resumo, sob a miríade de aspectos que as estruturas do Resumo revelam, está o fato de que o jornal Folha de S. Paulo soube aproveitar muito bem o papel de cada elemento citado neste tópico, a fim de garantir a função de governança do gênero notícia como atividade discursiva de visibilidade e representação da Parada. Foi possível que os textos produzidos por esse jornal articulassem, de acordo com o que pudemos perceber, os potenciais de visibilidade que as estruturas facultativas da notícia

(Chapéu, Linha Fina, Olho e Intertítulo) podem operar. Sempre em coerência com os diferentes momentos históricos da Parada nesses 16 anos; acompanhando os pleitos políticos, as conquistas e as querelas do movimento LGBT no Brasil, principalmente em São Paulo; e buscando usar os recursos tecnológicos (de fotografia, edição e interatividade) que o Grupo Folha dispôs, esse periódico (tanto em sua versão impressa quanto digital) esteve na vanguarda da visibilidade dada à maior parada LGBT do mundo. Resta-nos verificar de que modo a representação desses elementos da notícia conjugada às outras variáveis que citamos neste tópico impactam no projeto jornalístico da Folha e na visibilidade desse evento.

3. Considerações finais

Conforme o que constatamos com a descrição e a quantificação dos itens referentes às ocorrências e estruturas que citamos neste artigo, podemos registrar, como síntese do resultado obtido, que tanto a Parada quanto seus atores, sobretudo LGBT, recebem uma acentuada visibilidade no jornal *Folha de S. Paulo*. Dada a história pregressa desse periódico (PILIGALLO, 2012), em muitos momentos, o grupo empresarial que dirige a Folha esteve interessado em cobrir assuntos que aproximassem o jornal do grande público. Em algumas ocasiões na formação das diferentes corporações que compuseram o que chamamos hoje de Grupo Folha, seu jornal de maior inserção encabeçou campanhas com distintos objetivos, muitas delas incitando a participação popular e fazendo a empresa se posicionar claramente acerca do pleito apresentado.

Entretanto, em nenhuma de suas fases históricas, esse jornal esteve oficialmente ligado a um projeto de visibilidade de minorias, muito menos a ações ativistas de LGBT. Isso faz com que o trabalho de tematização e destaque empreendido através do noticiário sobre as Paradas nesse periódico funcione como uma espécie de prática jornalística inédita na trajetória político-ideológica da Folha e, em virtude da representatividade desse jornal no cenário da imprensa brasileira, faz também com que tenha o mesmo significado na história da imprensa de nosso país. De mesmo modo, considerando os modelos de gestão exercidos por todo percurso de edificação do Grupo – até mesmo quando ainda compreendia um conjunto de jornais avulsos no início do século XX –, o grau de interesse da Folha em pautar e publicar a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo responde a um jogo de mercado e segue um padrão de agendamento social da imprensa e da sociedade contemporânea, tendente a compreender, muitas vezes, o papel da mídia como uma janela de espetáculos e/ou promotora de denúncias dos problemas sociais vigentes.

É sob o horizonte dessas características que a imprensa reserva, como no caso da Folha, uma espécie de espaço para ações de contestação pública como a Parada, já que esse evento, por si, congrega elementos “anfíbios” de forte apelo sinestésico e político. Isso reveste quem lhe visibiliza de um poder para direcionar o foco de reportagem numa escala que pode ir da imagem do estritamente ridículo e atrativo até o polo oposto, o anúncio público de conflitos sociais característicos da sociedade atual (portanto,

evidenciando um caráter denunciativo da imprensa). Estando em qualquer ponto dessa escala (sobre isso veremos no próximo tópico) a *Folha de S. Paulo* conseguiu, conforme os quesitos que enumeramos neste trabalho, dispor a Parada de São Paulo num lugar de grande notoriedade a partir:

- a) do total registro de realização do evento, noticiando-o em todas as edições ocorridas;
- b) do estratégico uso de recursos contextualizadores de capa (Abertura, Chamada, Foto-legenda) facilitadores do primeiro acesso ao interesse e à leitura do público;
- c) da inserção de quase todas as notícias no caderno Cotidiano, espaço de grande notoriedade aos fatos jornalísticos e editoria onde os acontecimentos ganham tratamento de bem público;
- d) das variadas ocorrências de estruturas de Resumo na notícia (Chapéu, Linha Fina, Olho e Intertítulo), que não só introduzem e sinalizam o texto, mas também permitem que o discurso ganhe espaço na página do jornal e apontam para uma tentativa da Folha em ampliar as possibilidades de comentários sobre o evento.

Em resumo, podemos dizer que a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo e seus atores, principalmente LGBT, foram objeto de uma organização semiótica que favorece positivamente a imagem do evento e das pessoas que dele participam, na medida em que os coloca em nítido destaque, recebendo alta visibilidade, como requerido por toda ação coletiva pública dessa natureza. Entretanto, não coube até esse ponto do estudo, analisar a qualidade dessa visibilidade e interpretar a que outras práticas da ordem social do ativismo LGBT ela está associada. Vale a pena, num estudo como este, continuarmos a relatar a descrição dos dados, mas agora no que se refere às escolhas textuais que constroem a representação dos atores no evento, para, assim, unirmos ambos os resultados e procedermos a uma discussão sobre seus potenciais efeitos de sentido na rede de práticas da imprensa brasileira e na conjuntura do movimento LGBT.

Referências bibliográficas

- FOLHA DE S. PAULO. **Manual da redação da folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2007.
- MELO, Iran Ferreira de. **Análise Crítica do Discurso**. Um estudo da representação de LGBT em jornais de Pernambuco. Recife: EDUFPE, 2010.
- PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista**. Jornalismo e poder de Dom I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.
- VAN DIJK, Teun. Discourse, power and access. In: CALDAS-COUTHARD, Carmen Rosa.; COUTHARD, Malcolm (Orgs.) **Texts and Practices: readings in critical discourse analysis**. London; New York: Routledge, 1996. p. 84-104.

Abstract: *This work is the analysis of how gay, bisexual and transgender (LGBT) are represented in the Folha de S. Paulo. The corpus was composed of news about the event called LGBT Pride Parade in Sao Paulo. We proposed to investigate the discourse produced by news, and, here, we report the analysis of the inclusive or exclusive of LGBT visibility, checking how visible is the news fact and its participants – especially LGBT –, examining contextual elements of the practice of journalistic publication of this journal and the structure of the news media described by van Dijk (1996). To report what we find, we present here the result by occurrence of publication (identifying how many news about the newspaper presented the Parade), Summary (presence of Opening, Call and Photo-caption), notebook and the notebook occurrence Summary (Hat, Hairline, Eye and Intertitle).*

Keywords: *LGBT; discourse, representation; visibility; press.*

A Ergonomia da Atividade e a relação discursiva entre o Trabalho prescrito e o Trabalho real

Irene SCÓTOLO (USP)¹
irenescotolo@uol.com.br

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo investigar como a Ergonomia da Atividade, disciplina que se preocupa com a adaptação do trabalho ao homem, pode contribuir para a reflexão do agir dos professores. Para essa pesquisa, tomamos por base a representação dos docentes sobre o trabalho prescrito (a tarefa) e o trabalho real (a atividade), tendo por referência o agir *linguageiro*, explicitado no discurso desses professores. Utilizamos para esse fim, os aportes da Clínica da Atividade, conceito proposto por Yves Clot, e do Interacionismo Sociodiscursivo, de Jean-Paul Bronckart. A Ergonomia da Atividade, utiliza-se de instrumentos de pesquisa propostos por esta última, para análise do trabalho, tais como entrevistas, autoconfrontação e exercícios de instrução ao sócio. Embora esses instrumentos sejam os mais utilizados, optamos pelo questionário como instrumento dessa pesquisa. Por meio dos questionários de perguntas abertas, tentamos identificar os tipos de discursos reproduzidos pelos professores, bem como as figuras de ação mais presentes no discurso. Espera-se com este trabalho, verificar o agir dos professores por meio de seu discurso e como esse agir pode ser objeto de reflexão e compreensão do fazer docente.

Palavras-chave: trabalho prescrito; trabalho real; ergonomia da atividade; interacionismo sociodiscursivo; agir *linguageiro*.

1. Introdução

A educação brasileira, sobretudo na formação básica, tem se mostrado ineficiente, como indicam os exames para aferir a competência dos estudantes, bem como as pesquisas destinadas a esse fim. Abordar a falência escolar e outros problemas relacionados à escola não é objetivo desta pesquisa, em razão de ser necessário considerar as dimensões políticas, históricas e sociais para esse tipo de análise. Interessa-nos, entretanto, refletir por que a responsabilidade do baixo desempenho dos alunos é atribuída somente aos docentes, especialmente ao docente da escola pública.

Parece-nos que o professor, seja ele de qualquer nível de ensino, não tem sido visto pela sociedade como “profissional”, como ocorre com profissionais de outras áreas, sobretudo aqueles ligados às profissões consideradas, atualmente, de maior prestígio. Essa questão pode estar relacionada à crise que enfrentam as carreiras do magistério, evidenciada na crise por que passam os cursos de licenciatura em todo o país. Aliada a essa questão de certo desprestígio social, está a visão de que o professor deve ser o “cumpridor” das normas ou regras prescritas pelo Estado, pela instituição, pelos pais, entre outros aspectos.

Segundo Maurice Tardif (2010), os professores são atores competentes, sujeitos de conhecimento, porém não têm sido considerados nessa visão, sendo vistos como técnicos que aplicam conhecimentos produzidos por outros (pesquisadores, ministérios, instituições, etc.) ou como agentes sociais em que a atividade é determinada

¹ Professora Mestre em Estudos Linguísticos em Inglês pela Universidade de São Paulo. Coordenadora do Curso de Especialização em Estudos Linguísticos e Literários do Centro Universitário Fundação Santo André.

por forças sociais (cultura dominante, estruturas sociais majoritárias, etc.). Acrescenta, ainda, que apesar das diferenças entre as visões tecnicista e sociológica, ambas convergem para a ideia de colocar o professor não como um ator social, mas como um reproduzidor dos saberes produzidos por peritos ou por agentes das forças sociais que determinam o seu agir. Para esse autor, o professor não é um mero reproduzidor das ideias de outrem, mas um ator que exercita sua prática a partir das próprias representações, de um saber-fazer de sua própria atividade, que ele mesmo estrutura. Diante desse posicionamento, as pesquisas sobre ensino devem considerar os professores e o saber-fazer realizado por eles em seu cotidiano.

Os trabalhos em que a subjetividade dos professores é considerada seguem, atualmente, três orientações teóricas: a primeira diz respeito a pesquisas nas ciências cognitivas, sobretudo a psicologia cognitiva. Nessa orientação, os saberes dos professores são representações mentais, a partir das quais o professor elabora uma representação da ação e lhe dá forma. Nessa orientação, a subjetividade do professor é reduzida à sua cognição. A segunda baseia-se no estudo sobre as crenças dos professores, os seus próprios relatos referentes ao seu ofício. Nessa orientação, a subjetividade dos professores é considerada em maior grau que na primeira, em que o professor é considerado como sujeito ativo que aborda sua prática a partir de sua vivência, de sua história de vida. Nessa orientação, interessa a experiência relativa ao trabalho do professor, com seus dilemas, tensões e rotinas. A terceira orientação se baseia em enfoques propostos no campo da sociologia, do estudo da linguagem comum ou cotidiana, estudo da comunicação e das interações sociais. Nessa orientação, a subjetividade dos professores é submetida às regras e linguagens sociais que estruturam a experiência dos atores nos processos de comunicação e interação cotidiana, orientação esta que mais se aproxima de nossa proposta de pesquisa.

Tomando-se por base as ideias de Tardif, é possível dizer que o autor compreende o fazer docente como trabalho. Para ele, todo trabalho exige um sujeito que produz seus saberes no trabalho, independentemente de estar inserido em uma das orientações anteriormente descritas.

Além das orientações mencionadas por Tardif, há pesquisas na área da Educação e da Linguística que vêm utilizando aportes das Ciências do Trabalho para estudar o ensino sob a ótica do trabalho. Entre esses pesquisadores, podemos destacar, na área da Educação, Jacques Therrien e Francisco Antonio Loiola que, inspirados especialmente no pensamento de Tardif², discutem a questão do saber-ensinar na perspectiva da Ergonomia. Na Linguística, há estudos em que a análise do trabalho docente é feita com base nos aportes da Ergonomia da Atividade e da Clínica da Atividade, caminhos estes que nos orientarão nesta pesquisa, sobretudo orientar-nos-á a ergonomia da vertente de linha francesa, apoiada em teorias das ciências do trabalho, como a Clínica da Atividade.

Neste trabalho, concentramo-nos em uma grande questão norteadora: como a Ergonomia da Atividade, disciplina que, no conceito da escola francesa, tem por preocupação central a adaptação do

²Tardif, Maurice. Pesquisador canadense, filósofo e sociólogo de formação, dirige o mais importante centro de pesquisa canadense sobre a profissão docente. É membro de vários grupos, comissões e associações de pesquisa no Brasil. Nos últimos anos, suas obras sobre ensino foram publicadas em países como Bélgica, França e Canadá.

trabalho ao homem, pode contribuir para a reflexão do agir dos professores, especialmente aqueles que lecionam no Ensino Fundamental? Para responder a esta questão, tomamos por base o trabalho docente, considerando-se a representação de docentes do Ensino Fundamental II sobre o trabalho prescrito (a tarefa), o trabalho realizado (a atividade) e o agir *linguageiro*, utilizando, para esse fim, os aportes da Clínica da Atividade, conceito de Yves Clot e do Interacionismo Sociodiscursivo, proposto por Jean Paul Bronckart.

Um dos aspectos que consideramos importante na análise do agir dos docentes diz respeito ao trabalho realizado com a leitura. Temos observado que crianças tanto da escola pública quanto da particular têm apresentado dificuldades de leitura, ainda que, atualmente, tenham escrito mais em decorrência do uso das novas tecnologias (*facebook, twitter, msnmessenger*), o que os leva a desenvolver uma “nova” competência linguística. A leitura, entretanto, não tem ocorrido na mesma proporção, o que nos parece interferir na competência para o ato de ler, levando o aluno a apresentar dificuldades no entendimento daquilo que lê, sobretudo quando nos referimos à leitura em suportes diferentes aos relacionados às novas tecnologias, como o livro impresso, por exemplo.

Quanto a essa dificuldade, tem-se atribuído aos docentes a responsabilidade dessa incapacidade leitora de seus alunos, sob o argumento de que esses docentes não acompanham a revolução tecnológica e não a utilizam na sala de aula, sobretudo na escola pública, em que esses artefatos pouco existem ou, quando existem, têm de ser divididos entre todos da escola. Logo, recai sobre o trabalho docente essa incapacidade leitora identificada no aluno, gerando angústia ao docente quanto à realização do seu trabalho, por vezes julgado incompetente e ineficiente.

Com base nesses argumentos, é que avaliamos o trabalho docente acerca de seu agir e das representações de seu trabalho, considerando a hipótese de que a Ergonomia, especialmente a de vertente francesa, pode ser uma área a ser considerada no ensino, tendo em vista que por meio da Ergonomia vêm sendo realizados estudos voltados à melhoria do trabalho nas áreas da engenharia e da educação física; mais recentemente, há estudos ergonômicos voltados à área da educação. Por isso, nos pautaremos, para essa avaliação, de algumas reflexões acerca do fazer docente, bem como as orientações teóricas que têm direcionado as pesquisas relativas à área da Educação. Discorreremos sobre o surgimento da Ergonomia até chegarmos ao conceito da Ergonomia da Atividade, vertente da Ergonomia que utilizaremos em nossas discussões, tomando por base a noção que discute o ensino como trabalho, visão recentemente adotada por estudiosos da área.

Tendo em vista que o trabalho docente nem sempre é visto ou valorizado como trabalho, pois é muito comum, para muitos, a opção pela atividade docente como secundária, ao contrário do que ocorre em outras áreas, de supervalorização ou de *status*, utilizaremos a teoria do *gênero profissional* ou *gênero*

da atividade, com base nos conceitos de Yves Clot³, que ampliou os conceitos da Ergonomia da Atividade. O gênero, nesse sentido, pode ser entendido como o modo de agir de um determinado coletivo profissional, que estabelece usos e costumes e um fazer *linguageiro* entre os pares. E é nesse fazer *linguageiro*, em que serão considerados os alunos do Ensino Fundamental II e os artefatos disponíveis, que tentaremos identificar como o docente de Língua Portuguesa interpreta, avalia o seu trabalho, o seu fazer docente em suas atividades, especialmente na atividade de leitura.

Para a análise do agir *linguageiro*, tomaremos por base o discurso de alguns docentes e o analisaremos por meio do referencial teórico do Interacionismo Sociodiscursivo, que estabelece diálogo com as abordagens propostas por Clot, tendo em vista que o mesmo Interacionismo Sociodiscursivo tem por projeto básico considerar as ações humanas em suas dimensões sociais e discursivas constitutivas. (BRONCKART⁴, 2012, p.31).

Colocamo-nos, nesta pesquisa, na posição de “pesquisador ingênuo”, isto é, aquele que desconhece a prática, o trabalho docente e, por meio de um questionário constituído de seis perguntas relacionadas ao fazer docente, aplicado a vinte docentes de Língua Portuguesa das séries do ensino Fundamental II, de escolas públicas e privadas, localizadas na região do ABC, tentaremos, através de seu agir *linguageiro*, da sua escrita, refletir acerca do trabalho docente: Como é visto? Quais implicações e dilemas enfrentados, tanto na sala de aula quanto fora dela? Perguntas essas que levam em consideração a intrínseca relação existente entre professor-instituição, professor-aluno, em que são estabelecidas relações através de um meio de trabalho.

Para análise do discurso dos docentes, ou seja, da manifestação verbal situada no solo concreto da vida social, impregnada de valores de uma determinada realidade, tomamos por empréstimo o Interacionismo Sociodiscursivo, que dialoga com a Clínica da Atividade, nos detendo, especificamente, nos tipos de discurso e nas figuras do agir ou figuras de ação.

A relevância do estudo dos discursos dos docentes e sua importância para os estudos da Ergonomia da Atividade são confirmadas pelas considerações de pesquisadores que analisaram o perfil do homem e sua relação com o trabalho. Por fim, uma análise dessa natureza se justifica, já que o trabalho docente é sempre singular e que cada indivíduo jamais faz algo igual ou perfeitamente igual ao dos outros, ainda que regulado por um saber instituído. Logo, essa diferenciação, evidenciada no agir, seja verbal ou não verbal, poderá ser estudada a fim de buscar a melhoria do ensino, pelo ponto de vista do professor, seja como agente ou ator e, conseqüentemente, da aprendizagem.

³CLOT, Yves. Professor, psicólogo do trabalho e pesquisador do CNAM – Conservatoire National de Arts et Métiers de Paris. Autor do livro *A função psicológica do trabalho*, publicado em 2006, pela Editora Vozes.

⁴Bronckart, Jean-Paul é professor de didática de línguas na Universidade de Genebra. Suas pesquisas são direcionadas para a análise da estrutura e do funcionamento dos textos, em suas relações com a atividade humana, e para os problemas de ensino da língua e dos textos. Os estudos de Bronckart, na obra *Atividade de linguagem, textos e discursos* (1999) têm por base a influência da psicologia da linguagem e do interacionismo social. Essas orientações, além das orientações de Bakhtin, como o gênero do discurso, e de outras de caráter filosófico, estão na base do interacionismo sociodiscursivo.

2. O conceito de Ergonomia

A Ergonomia, *grosso modo*, pode ser definida como conforto na relação homem/objeto, cujo objetivo é adequar o trabalho ao homem, possibilitando-lhe condições de bem-estar com o trabalho e com o meio. A Ergonomia também é definida como um processo construtivo e participativo que exige conhecimento das tarefas/atividades desenvolvidas para realizá-las e das dificuldades enfrentadas para se atingir o desempenho, dado que ela pode ser encontrada nas seguintes variáveis: física, voltada ao estudo de ferramentas, máquinas, instalações; e a lógica, voltada ao estudo dos códigos, sinais, linguagem, procedimentos relacionados ao mundo do trabalho.

Embora a Ergonomia tenha surgido na Grã-Bretanha e na França quase que simultaneamente, as suas vertentes foram distintas nesses países: na Inglaterra, visava-se à adaptação da máquina ao homem, ao passo que na França buscava-se a adaptação do trabalho ao homem. Nesse sentido, voltamos nosso olhar à Ergonomia francesa, que tem abordado o trabalho humano e sua interação no aspecto físico, psicológico e organizacional. A Ergonomia aborda, portanto, a atividade de trabalho como o elemento central em situações de trabalho. Segundo Buzzo (2008), citando Wisner (1994):

A Ergonomia francesa aborda o trabalho humano e suas interações no contexto social e tecnológico, buscando mostrar a complexidade da situação de trabalho e a multiplicidade de fatores que a compõem. Estamos nos referindo à *Ergonomia situada* ou da *atividade*, ou seja, à metodologia de investigação que busca entender a atividade de trabalho no momento em que o mesmo se realiza, procurando observar a distância que há entre o *trabalho prescrito* pela empresa (a tarefa dada, ou seja, a ser cumprida pelo operário) e o *trabalho realizado* (o resultado da adaptação da tarefa prescrita), pois é preciso conhecer o trabalho para poder transformá-lo. (BUZZO, 2008, p.16).

Com base nas observações de Buzzo acerca da Ergonomia da Atividade, usaremos como referência nesta pesquisa a tradição francesa da ergonomia, tendo em vista o seu foco de observação, que é o de adaptar o trabalho ao homem. Tomando-se por base as ideias de Souza-e-Silva (2004), uma das vertentes da Ergonomia utiliza-se de dois importantes conceitos: o *trabalho prescrito* e *trabalho real*, que podem ser entendidos, respectivamente, por tarefa e por atividade. O trabalho prescrito é o conjunto de normas que estabelecem a conduta do trabalhador em uma determinada situação; são os regulamentos institucionais de um estabelecimento e, no caso do ensino, são decretos, normas, portarias, regulamentos, entre outros documentos. O trabalho prescrito, ou tarefa, é, então, o que deve ser cumprido pelo trabalhador. Já o trabalho realizado, ou atividade, diz respeito ao conjunto de ações realizadas ou estratégias desenvolvidas pelo trabalhador para adaptação à situação de trabalho. Nesse sentido, podemos dizer que a atividade está relacionada aos processos mentais a que o indivíduo recorre para realizar a sua ação. A Ergonomia tem, portanto, como um de seus objetivos mostrar as diferenças existentes entre o trabalho prescrito (a tarefa) e o trabalho realizado (a atividade) do trabalhador.

Segundo Mazzilo (2008), o trabalho prescrito e o trabalho realizado devem ser considerados na ótica do ensino, para compreender o trabalho na perspectiva da Ergonomia da Atividade:

A relação trabalho prescrito/trabalho realizado é fundamental para a análise do trabalho de ensino sob a ótica da ergonomia da atividade, tendo em vista que o trabalho do professor está sempre ligado a uma instituição que prescreve normas para a sua execução, além das normas externas pré-existentes, tais como as leis e os decretos, que já mencionamos. (MAZZILO, 2008, p.33).

O trabalho docente, entretanto, não tem sido visto, ou pelo menos avaliado, nessa perspectiva, ao contrário do que ocorre em outras áreas profissionais, em que há uma preocupação para a melhoria da tarefa, mas não sob o ponto de vista da avaliação, do observador externo que vai avaliar positivamente ou negativamente o trabalho do professor. O objetivo da abordagem ergonômica é o de compreender como o professor utiliza e retrabalha os meios à sua disposição (que podem ser as normas, a infraestrutura da sala de aula, os recursos midiáticos, entre outros), assim como a sua adaptação à realidade de seus alunos a partir do que lhe é prescrito, para atingir os objetivos de sua atividade de ensino. É possível dizer, portanto, que o trabalho docente envolve não só as regras prescritas, mas também formas de agir, intenções, objetivos, a linguagem em sala de aula.

A melhoria do trabalho docente tem sido avaliada ou questionada pelos órgãos instituídos (ministérios, secretarias, etc.). Os órgãos governamentais têm, de algum modo, trazido ou implementado alternativas para a melhoria do trabalho docente, como estabelecer parâmetros curriculares que lhe indiquem certas alternativas a seguir, a criação de projetos em que o professor possa atuar, bolsas de estudo, treinamentos ou aperfeiçoamento por meio de escolas de formação, entre outros. Mas essas alternativas não têm sido suficientes o bastante, haja vista que, associadas a essas melhorias, se faz necessária a reflexão sobre o fazer docente, questionamento que é possível por meio da Ergonomia da Atividade, tendo em vista que uma das suas ações é, em diálogo com Bakhtin, *“fazer à atividade do sujeito novas perguntas que ele mesmo não se faria.”* (BAKHTIN, in: CLOT, 2006, p. 134).

Além do repensar do fazer docente acerca dessas perguntas que deixam de ser feitas, é preciso considerar que o fazer docente esbarra em outras complicações que decorrem de sua prática social e do mundo social de seus alunos, fato que traz implicações ao trabalho prescrito e ao trabalho realizado. O professor, na sala de aula, tem de dar conta de tarefas que lhe são impostas, que não fazem parte de sua prática social, tampouco da prática social de seus alunos, o que pode, por vezes, tornar inócuo o trabalho docente. No caso do professor de Língua Portuguesa, que é o nosso objeto de estudo, essa dificuldade é evidenciada, sobretudo, nas aulas de leitura, nas quais nem sempre os textos prescritos no livro didático ou de outro suporte estabelecido pelas instituições podem estar de acordo com a realidade vivenciada por aquele grupo de alunos. Além disso, não se tem referência ou informações de que o professor tenha sido consultado acerca dessas prescrições, o que pode dificultar o seu fazer docente.

Essas contradições, vivenciadas entre as tarefas estabelecidas pelas instituições e o trabalho do professor, tomando-se por base as ideias de Érnica, têm reflexo no ensino de leitura. Segundo o autor,

[...] No que diz respeito ao ensino de leitura e produção de textos, é comum haver um confronto entre o mundo social dos alunos e as práticas sociais subentendidas no objeto de ensino. Não é raro que os próprios professores não participem de práticas sociais mediadas pelos textos que, no entanto, devem ensinar. Assim, também para eles alguns dos objetos de ensino e os saberes necessários para seu uso social fazem parte de um outro universo. Esse outro universo, porém, tem poder sobre o professor e concentra prestígio social atribuído à cultura erudita. (ÉRNICA, M., 2004, p.123).

Nosso trabalho não tem por objetivo avaliar as implicações do trabalho docente que decorrem da problemática advinda da situação evidenciada hoje na escola, seja ela pública ou particular (professores e alunos desmotivados, baixos salários para docentes, mudanças recorrentes na legislação, desprestígio, conflitos entre a escola, o professor e o aluno, entre outros); porém, ele quer demonstrar que o trabalho docente é constituído de relações que estão além da relação aluno-professor, que depende de relações entre professor, aluno e instituição, o que nos leva a supor que muitas vezes, nessa relação, está sendo mais considerado o *dever ser* (a tarefa prescrita) do que o que *efetivamente existe* (a tarefa realizada).

Nessa perspectiva de trabalho prescrito e trabalho realizado, recorreremos à ideia de Amigues (2004)⁵. Para o autor, o trabalho do professor é uma atividade instrumentada e direcionada, uma vez que “[...] a atividade não é a de um indivíduo destituído de ferramentas, socialmente isolado e dissociado da história; pelo contrário: ela é socialmente situada [...]” (AMIGUES, 2004, p. 41).

Para Amigues, a atividade docente é atravessada pelas prescrições, pelos coletivos, pelas regras do ofício e pelas ferramentas. Na perspectiva da Ergonomia de linha francesa, as prescrições são orientadoras e constitutivas da atividade do professor, como exemplo, os conteúdos preestabelecidos em cada uma das séries e essa prescrição se liga também ao coletivo. É no coletivo que os professores se organizam em seu ambiente de trabalho e se mobilizam para construir respostas comuns às prescrições. Um professor pode pertencer a vários coletivos: da disciplina que leciona, do professor da escola e de um coletivo mais amplo, que é o da própria profissão. As regras do ofício são as regras que ligam os profissionais entre si, os modos de fazer ou gestos genéricos da atividade do professor ou até, por exemplo, de cada disciplina. Em relação às ferramentas, o professor, segundo Amigues, utiliza mais ferramentas elaboradas por outros do que por ele mesmo. Giz, lousa, quadro, as prescrições estabelecidas pelo governo, o diário de classe são ferramentas (ou artefatos) que são transformados pelos professores, os quais podem aceitar ou não esses instrumentos, de modo a se tornarem eficazes, ou seja: a ferramenta transformada em instrumento de ação.

Com base nessas observações, para que o trabalho docente seja observado, além do aporte da Ergonomia da Atividade, nos embasamos também nos conceitos trazidos por Yves Clot, que amplia os conceitos da Ergonomia da Atividade, incorporando-lhe as vivências do sujeito. Para ele, às dimensões do trabalho

⁵Professor de Ciência da Educação no Instituto Universitário de Formação de professores (IUFM) de Aix-Marselha. Há vários anos vem desenvolvendo, no campo da educação, métodos utilizados nas Ciências do Trabalho, especialmente na perspectiva da Ergonomia da Atividade.

prescrito e do trabalho real deve ser acrescentado o real da atividade, ou seja, o que deve ser feito e o que se faz efetivamente devem ser incorporados às vivências internas do sujeito.

2.1 Os gêneros da atividade

Ao se falar em vivências do sujeito, é possível supor que essas vivências, no âmbito do trabalho, estejam apoiadas numa cultura profissional coletiva. Isso quer dizer que a competência individual do sujeito, as suas vivências, foi construída ao longo de suas práticas e também de sua relação com o outro. A esse conjunto de formas de realizar determinada atividade, de maneiras de fazer de um determinado grupo, que compreende e avalia a situação de determinada maneira, Clot e Faïta⁶ denominam *gênero da atividade* ou *gêneros profissionais*. Para eles, os gêneros da atividade são as regras do ofício, como as nomeou Amigues, que podem ser explícitas ou implícitas e que são construídas pelo grupo de trabalhadores de um determinado grupo. Poderíamos dizer, genericamente, que se trata dos modos de fazer já constituídos numa memória coletiva.

Os autores se fundamentam no conceito de gênero do discurso de Bakhtin para desenvolver a ideia de gênero da atividade. Segundo Bakhtin (2003), para nos comunicarmos, utilizamos os gêneros do discurso, isto é, nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente constante de estruturação. A utilização do conceito de gênero do discurso, como estruturado por Bakhtin, nos permite incorporar elementos de ordem social, histórica e cognitiva, além de se considerar as condições de produção, posicionamentos ideológicos e hierárquicos dos interlocutores, etc. É nessa perspectiva que os autores desenvolvem o conceito de gênero da atividade, tendo em vista que este compreende um estoque de enunciados convencionados em determinado grupo (os gêneros do discurso) e também os gestos e ações materiais (os gêneros de técnicas). Ao pensar no professor de Língua Portuguesa, poderíamos supor, como exemplo, que o modo de ensinar a leitura ou o de ensinar a interpretar textos pode ser considerado um gênero da atividade ou gênero profissional. Na perspectiva de Clot e Faïta, o gênero é a parte subtendida da atividade que alguns trabalhadores reconhecem, aprovam ou criticam. Seriam as formas de fazer, de uma prática languageira que caracteriza um determinado grupo profissional, ou o agir *languageiro*, na perspectiva de Bronckart.

Ao lado da ideia de gêneros da atividade, Clot & Faïta associam a ideia de *estilos profissionais*. Trata-se da adaptação do gênero da atividade a uma determinada situação de trabalho, lugar onde está inserido o aspecto subjetivo do profissional. Os estilos individuais transformam o gênero no momento de agir, dependendo das circunstâncias. O estilo é a transformação do discurso no momento do agir. Desse modo,

⁶Linguista de formação, professor do Instituto Universitário de Formação de Professores (IUFM) de Aix-Marselha (França). Fundador, ao lado do filósofo Yves Schwartz, do centro de pesquisa “Análise Pluridisciplinar das Situações de Trabalho”. Instituiu o método da autoconfrontação cruzada.

é possível supor o fato de que há uma diversidade e heterogeneidade da composição do gênero, devido à diversidade e à heterogeneidade do agir humano.

Parece-nos, entretanto, que esse gênero da atividade, bem como os estilos têm refletido direta ou indiretamente no ensino da leitura e, conseqüentemente, na aprendizagem dela, pelo distanciamento entre o que é prescrito e o que é realizado. Aquilo que é prescrito nem sempre é devidamente apropriado pelo professor ou, em alguns casos, é interpretado ou lido é transmitido por outros que não ele. Segundo Amigues (2004), essas interferências institucionais, que deveriam tornar o trabalho prescrito mais preciso em relação ao trabalho realizado, o tornam mais fluido, possibilitando ou sugerindo interpretações por parte do professor.

A abordagem ergonômica da atividade não tem por objetivo avaliar o trabalho do professor do ponto de vista da tarefa cumprida ou não cumprida, daquilo que é certo ou errado, se estão cumprindo devidamente o que lhe foi prescrito. A abordagem ergonômica consiste em compreender o trabalho do professor: quais são os meios, os instrumentos, as estratégias que utiliza diante das prescrições que lhe são feitas. Consiste em interpretar como se dá a adaptação do professor ao que lhe é prescrito, às condições da sala de aula, à sua condição intelectual, bem como à condição social e intelectual de seus alunos.

Para dar conta dessa abordagem ergonômica, tomamos por base o dizer do professor, por meio de suas respostas, sobre o seu agir em sala de aula.

2.3 Os instrumentos de pesquisa da Ergonomia da Atividade

Na análise do trabalho algumas técnicas podem ser utilizadas. Na Ergonomia da Atividade as técnicas podem ser divididas em técnicas objetivas ou diretas, ou subjetivas ou indiretas. Entre as técnicas objetivas ou diretas, pode ser considerada a *Registro das atividades* ao longo de um período, por exemplo, através de um registro em vídeo. Já nas técnicas subjetivas ou indiretas, destacam-se os questionários, os *check-lists* e as entrevistas. Esses tipos de coleta de dados podem levar a distorções da situação real de trabalho, se consideradas em uma apreciação subjetiva.

A Ergonomia da Atividade, em uma proximidade com a Clínica da Atividade, utiliza-se de instrumentos de pesquisa para análise do trabalho, como entrevistas, a *autoconfrontação simples*⁷, a *autoconfrontação cruzada*⁸ e os *exercícios de instrução do sócio*⁹. Utilizaremos desta via como meio, em

⁷A *autoconfrontação simples* consiste no método em que o trabalhador reflete acerca de sua própria experiência, tornando-se, ao mesmo tempo, sujeito e ator de sua atividade.

⁸ Na *autoconfrontação cruzada*, é feita uma gravação em vídeo da atividade de um profissional, sendo essa atividade analisada por um colega de trabalho ou com o mesmo nível de especialização. Nesse caso, essa atividade tem por objetivo levar o sujeito a não só explicar aquilo que faz, mas também “levar o outro a pensar, a sentir e a agir segundo a perspectiva do sujeito”. (Paulhan, 1929 citado por Clot, 2006, p. 135). Há uma troca das experiências vivenciadas, em que cada profissional avalia o trabalho do outro e também repensa a sua prática.

sua função autoconfrontação simples, para análise de nosso corpus. Tais métodos analisam a experiência adquirida e produzem novas experiências, como assinalou Clot:

[...] O empreendimento da autoconfrontação não visa a uma simples restituição da experiência adquirida; em vez disso, produz uma experiência. Seria possível dizer, de nosso ponto de vista, que, na história do sujeito, a análise do trabalho confere um valor adicionado à experiência descrita. (CLOT, 2006, p. 143).

Embora a Ergonomia da Atividade se utilize desses instrumentos, a nossa dificuldade de dispor de gravações ou vídeos de professores em sala de aula para utilizar a autoconfrontação cruzada, tivemos de buscar outro método de pesquisa, mas que tivéssemos, do mesmo modo, a possibilidade de identificar um agir *linguageiro* no discurso dos professores. Diante disso, nos valem do instrumento questionário para a aplicação desta pesquisa. Por meio do questionário, podem-se obter as opiniões, as atitudes em relação aos objetos, mas ele não permite acesso ao comportamento real na realização da tarefa.

Optamos em nosso trabalho pelo questionário de perguntas abertas, pois essa tipologia oferece mais possibilidade de o entrevistado responder às questões com mais liberdade e favorece a interpretação do discurso dos entrevistados. Em nosso caso, é possível que as dimensões do trabalho prescrito e do trabalho realizado não sejam evidenciadas na representação dos docentes, mas possivelmente identificaremos um determinado estilo profissional e determinada figura de agir que poderão ser evidenciados em seu discurso.

Em relação ao agir *linguageiro* em questionário de pesquisa, Machado e Brito (2008) refletem acerca do problema da coleta de dados em Ciências Humanas. Segundo as autoras, retomando o pensamento de Bronckart, a produção de qualquer texto é influenciada pelas condições de produção, pelo papel social exercido pelos interlocutores, pela instituição social em que o texto é desenvolvido, etc. Por essa razão, o pesquisador deve “desconfiar”, termo usado pelas autoras, do discurso dos informantes e não deve avaliar o que é dito sem considerar a situação do entrevistado, tendo em vista que, dependendo de sua situação, o seu dizer poderá ser afetado de uma maneira ou de outra.

Elaboramos seis perguntas que dizem respeito ao trabalho docente, a serem respondidas por professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental que atuam tanto na rede pública de ensino quanto na rede particular. Utilizamos, para elaboração das perguntas, os elementos constitutivos da atividade docente, tais como prescrições, instrumentos ou artefatos, regras do ofício, sem, entretanto, nomeá-las. São elas: 1) Até que ponto o conteúdo aprendido em sua formação acadêmica contribui ou tem contribuído para seu fazer docente, sobretudo no ensino de leitura? 2) Que metodologias você utiliza para o ensino de leitura? Descreva um procedimento ou sequência didática adotado em uma aula de

⁹Com base na experiência de profissionais da indústria automobilística, na década de 1970, em que um profissional dava instruções a outro que ocuparia seu lugar, Clot introduz esse método na Clínica da Atividade. Esse método tem por objetivo analisar e remediar erros ou reproduzir a experiência.

leitura. 3) Os artefatos disponíveis em sua escola (computador, projetor, sala de vídeo, sala de aula, etc.) interferem no seu trabalho, especialmente para o ensino de leitura? Como você utiliza esses artefatos em seu fazer docente? 4) Como você vê seu trabalho docente na perspectiva administrativa, como preenchimento de diários, planilhas, elaboração de relatórios (relatório de aproveitamento/dificuldade de aluno), etc.? 5) Como você vê seu trabalho em relação ao que lhe é prescrito pelas normas: instituições (MEC, Secretaria da Educação, escola), leis (tanto governamentais do sistema de ensino do estado/país, quanto da escola), apostilas, se elaboradas pela escola, livro didático, se prescrito/adotado por órgãos superiores, etc.? 6) A sua escola promove momentos entre os docentes, para que eles compartilhem seu trabalho docente/ fazer docente? De que maneira isso ocorre?

Com base nas respostas dadas pelos professores, tentamos identificar as semelhanças e divergências existentes em seus textos no que diz respeito ao fazer docente de cada um. Segundo Bronckart, é na linguagem (textos orais ou escritos), que encontramos a possibilidade de interpretar o agir, tendo em vista que as unidades linguísticas possibilitam demonstrar as representações construídas pelos humanos em sua relação com o mundo. Como a Clínica da Atividade tem como referência o fazer *linguageiro* e dialoga, por essa razão, com o Interacionismo Sociodiscursivo, proposto por Bronckart, é com base nessas abordagens, lançando mão da análise do questionário respondido pelos docentes, que analisaremos o agir docente.

3. Clínica da Atividade

Os estudos de Yves Clot no campo da psicologia do trabalho têm início na década de 1980, com o objetivo de transformar a psicologia do trabalho em psicologia dos trabalhadores. Em seus estudos, o autor introduz obras de Vygotsky, bem como as relacionadas à Ergonomia, o que leva a construir uma base teórica e metodológica para a análise psicológica do trabalho. Clot amplia o conceito de atividade, como unidade de análise, entendendo-a em três direções: a do sujeito, a do objeto e a do outro, por isso considera a importância de estabelecer o *gênero da atividade* para cada situação.

Com base nesse quadro teórico, Clot desenvolveu procedimentos metodológicos de intervenção para tentar compreender o que um trabalhador faz diante daquilo que lhe é pedido. É por meio do discurso, da enunciação de sua ação, que o trabalhador evidencia as realidades do trabalho, a relação entre as prescrições e as realizações. Esse é o objetivo da Clínica da Atividade, que dialoga, nesse sentido, com o Interacionismo Sociodiscursivo.

3. O interacionismo Sociodiscursivo

O Interacionismo Sociodiscursivo “tem por projeto básico considerar as ações humanas em suas dimensões sociais e discursivas constitutivas” (BRONCKART, 2012, p.31). Por essa razão, tomá-la-emos por base para a nossa pesquisa. Ao se falar em Interacionismo Sociodiscursivo, antes é necessário falar em

interacionismo social. Este analisa as condutas humanas como ações significantes, em que se identifica que as estruturas e funções dessas ações são um produto da socialização, perspectiva herdada das concepções de Vygotsky, que compreendia o conceito de atividade, considerando os aspectos fisiológicos, verbais e comportamentais. Seu objetivo, entretanto, não foi atingido e só mais tarde é que sua teoria foi ampliada por Leontiév, seu discípulo, que propunha a ideia de ação e atividade como unidades integradoras (BRONCKART, 2012, p. 29). É dessa concepção teórica que derivam ou são orientadas as propostas do Interacionismo Sociodiscursivo.

Além da teoria de Vygotsky e Leontiév, o Interacionismo Sociodiscursivo manterá diálogo com a sociologia de Habermas. Segundo este autor, na espécie humana a cooperação dos indivíduos na atividade é regulada e mediada por interações verbais, atividade esta chamada de agir comunicativo. À medida que o sujeito se comunica com outro por meio da linguagem, veicula representações coletivas do meio que, segundo ele, são chamadas de mundos representados. Para ele, três mundos podem ser distinguidos: o mundo objetivo, em que representações sobre o ambiente são construídas socio-historicamente: são os conhecimentos acumulados. No quadro da atividade, os signos também incidem sobre o modo de organizar a tarefa, são as convenções de determinado grupo, o que se chama de mundo social. Acrescenta, por fim, que os signos incidem sobre as características de cada um dos indivíduos na tarefa (habilidade, eficiência, etc.). Esses conhecimentos estão relacionados ao mundo subjetivo.

Segundo Bronckart, essas incidências mostram os níveis do efeito do social sobre o humano. Nessa perspectiva, o mundo social regula as formas de estruturação do mundo objetivo e do mundo subjetivo.

Ao retomarmos a ideia dos mundos representados e nele considerarmos que é possível dizer que já foram “ditos” antes de nós, podemos afirmar, segundo Bronckart, que as produções de linguagem de um indivíduo dialogam de certa forma com as dimensões sociais e históricas dos grupos precedentes. Nesse contexto, é possível dizer que o agir *linguageiro* dos professores se repete em razão de um já dito, bem como do estabelecido nas representações que fazem acerca do trabalho do professor.

3.1 Os tipos de discurso

Segundo Bronckart, a atividade de linguagem, em razão de sentidos por ela produzidos, cria mundos virtuais. A esses mundos virtuais dá-se o nome de *mundos discursivos*. Esses, por sua vez, geram tipos de discurso que apresentam propriedades linguístico-discursivas específicas que se articulam por meio de mecanismos textuais e enunciativos. De acordo com suas características, os tipos de discurso se dividem em:

Discurso interativo (DI) - Geralmente, é caracterizado por marcas de interação verbal, mesmo em produções orais ou escritas, com presença de frases interrogativas, exclamativas. No que diz respeito aos tempos verbais, nota-se predominantemente o presente ou o passado (pretérito perfeito), além da

presença de unidades que remetem ao tempo e ao espaço da interação dos sujeitos envolvidos na interação, representados por meio de pronomes, adjetivos, dêiticos espaciais e temporais.

Discurso Teórico (RT). As formas verbais usadas se assemelham às do discurso interativo, com predominância do presente e do futuro do pretérito. Neste discurso, ao contrário do discursivo interativo, há ausência de unidades que remetem aos sujeitos envolvidos na interação ou ao espaço e tempo da produção. Os pronomes são ausentes na primeira pessoa do singular, mas se nota o uso de primeira pessoa do plural, não identificando o interlocutor. Notam-se, ainda, no discurso teórico marcadores argumentativos e modalizadores.

Relato interativo (RI) - É marcado, sobretudo, por verbos no pretérito perfeito e pretérito imperfeito. Ocorre em situações em que o sujeito fala ou conta sobre si mesmo, é marcado pela presença de pronomes e adjetivos de primeira e segunda pessoa do singular ou do plural, indicando os protagonistas da interação em que o relato se desenvolveu.

Narração (N)

A narração geralmente é um tipo de discurso escrito, disjuncto da situação da produção. Sua construção é marcada, sobretudo, pela presença de verbos no pretérito perfeito e imperfeito, com ausência de pronomes e adjetivos de primeira e segunda pessoa do singular e do plural, que indicam a ausência de marcas de implicação do enunciador.

Na perspectiva de Bronckart, a linguagem existe nas práticas verbais, em um agir dirigido a alguém, e essa prática verbal, associada ao agir, pode ser compreendida por discurso. Tendo em vista que o termo discurso diz respeito a uma prática situada, pode ser daí decorrente o uso da expressão agir *linguageiro*.

3.2 O agir languageiro

A expressão agir *linguageiro* vem sendo ressaltada nas pesquisas desenvolvidas pelo grupo Langage et Travail, na França. A parte languageira do trabalho tem por objetivo dar conta de que muitas atividades, sejam mecânicas ou corporais, são acompanhadas por atividades de ordem languageira: processos de deliberação e regulação do trabalho são implantados; as práticas languageiras nas interações são pré-determinadas, etc. O grupo mostrou que, no universo profissional, as atividades languageiras são condicionadas pelos dispositivos organizacionais e técnicos, dispositivos estes aos quais os agentes devem se adaptar.

Segundo Bronckart, as produções languageiras geralmente estão relacionadas a enunciados verbais, ações não verbais, a intervenções sobre o ambiente, entre outros. Além dessas questões, essas pesquisas interessam-se também pelas modalidades de expressão do trabalho prescrito e as atividades projetadas; a identificação de características sintáticas e discursivas próprias nas produções verbais em situações de trabalho. É nesta última questão, nas produções verbais em situação de trabalho, que analisamos o agir *linguageiro* dos docentes que participaram da pesquisa.

Adotaremos a definição dos termos “agir”, “atividade” e “ação” à luz dos conceitos adotados por Bronckart. Desse modo, nos centraremos nas referências básicas do termo “agir”, o qual designa uma produção verbal que veicula uma mensagem com objetivo de produzir um efeito sobre um destinatário; a atividade, que é uma leitura do agir que envolve as dimensões motivacionais e intencionais que ocorrem no nível do coletivo (agir no coletivo); e a ação, que também é uma leitura do agir que envolve as mesmas dimensões no nível pessoal particular (agir individual).

Os textos, segundo Bronckart, possibilitam identificar os elementos do agir. Sendo o agir “[...] qualquer forma de intervenção orientada de um ou de vários seres humanos no mundo. [...]” (BRONCKART, 2008, p.120), podem ser constituídos pelos seguintes elementos:

No plano da motivação (determinantes externos: originados no coletivo; motivos: razões de agir interiorizados no nível individual); *No plano da intencionalidade* (finalidades: de origem coletiva e validadas na sociedade; intenções: são os fins do agir, interiorizados por alguém); *No plano dos recursos para o agir* (instrumentos (ferramentas materiais); capacidades: recursos mentais ou comportamentais atribuídas a um indivíduo); *No âmbito dos seres humanos que intervêm no agir* (actante: qualquer pessoa implicada no agir; ator: quando construído dotado de capacidades, responsabilidades, intenções e motivos; agente: quando não é dotado de intenções, motivos, capacidades nas representações textuais).

A análise desses elementos do agir, nos textos produzidos, possibilita-nos identificar “figuras de ação”, segundo Bronckart. Em seu trabalho com entrevistas realizadas com enfermeiras, Bronckart identificou três figuras principais, chamadas de *figura de ação-ocorrência*, de *ação-experiência* e *ação-canônica*, resumidas de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 1. Agir linguageiro

Figura de ação	Posição em relação ao agir	Nível linguístico		
		Tipo de discurso	Pronomes	Verbos
Ação-ocorrência	implicação	Discurso interativo	Eu	Presente/futuro
Ação-experiência	menor implicação	Discurso interativo	Eu, a gente	Presente genérico
Ação-canônica	não implicação	Discurso teórico	A gente	Presente

A *figura de ação-ocorrência*. Neste tipo de figura, a implicação é presente, e o actante é posto como ator. Essa figura pode ser evidenciada por meio das seguintes marcas: pronomes em primeira pessoa e uso dos verbos no presente ou no futuro do indicativo.

A *figura da ação-experiência* apresenta-se como uma ação habitual construída pelo agente, com base em sua experiência anterior ou de seus colegas em relação ao agir. Em termos do discurso, predomina o discurso interativo. A implicação é menor que na figura ação-ocorrência, sendo evidenciada pelas seguintes marcas: pronomes *eu, você* e, *às vezes*, pelo uso de *a gente*. Os verbos são usados em um presente genérico, demonstrando uma ação habitual do agente, que pode ser descontextualizada ou recontextualizada.

A *figura ação-canônica* não é contextualizada em relação ao agir, também marcada pelo uso de verbos no presente genérico. Nesta figura, predomina o discurso teórico, e a agentividade¹⁰ é anulada, sendo demonstrada pelo uso de “a gente”. A ação se desenvolve pelas normas prescritas; logo, se tem, nessa figura, um agente.

Tomando-se por base as figuras identificadas por Bronckart, buscamos identificar duas situações nos questionários respondidos: a) quais as dimensões do agir são representadas nas respostas produzidas pelos professores e como esses docentes colocam-se diante dos determinantes, da motivação, dos instrumentos; b) quais os tipos de discurso que podem ser identificados nas respostas (textos) produzidas pelos professores?

4. Percurso analítico

4.1. Identificação dos discursos

Para a identificação dos tipos de discurso presentes nos questionários respondidos, tomamos por referência os pronomes, para analisar a implicação/não implicação, e os verbos, para a conjunção/disjunção. No quadro a seguir, demonstramos os tipos de discurso que apareceram nos questionários, sendo identificados mais de um tipo, tendo em vista que não há discursos puros, como afirma Bronckart.

Quadro 2. Tipos de discurso

	Questionário 1	Questionário 2	Questionário 3	Questionário 4	Questionário 5	Questionário 6
questão 1	DI	RI	RI	RI	DI	DI
questão 2	DT	DI	DI	DI	DI	DI
questão 3	DT	DI	DI	DI	DI	DI
questão 4	DT	DT	RI	DI	DI	DI
questão 5	DI	DT	DI	DI	DI	DI
questão 6	N	DI	DI	DT	DI	DI

Ao observarmos o quadro anterior, podemos verificar que estão presentes, nos questionários, todos os tipos de discurso, havendo predominância do discurso interativo, seguido do relato interativo. Percebe-se que há implicação dos actantes na maior parte das questões respondidas pelo uso do pronome de

¹⁰ Termo utilizado por Bronckart, J-P. como *relações de agentividade*. In: **O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2008. p.173.

O conceito de agentividade surge possivelmente com a noção de sujeito Agentivo, quando há uma ação realizada por parte do sujeito. Logo, a agentividade pressupõe uma ação em que se tem um sujeito agentivo.

primeira pessoa do singular ou do plural “eu”/“nós” e pelo uso dos verbos no presente do indicativo. Já nas questões em que o professor deveria manifestar-se em seu trabalho docente na perspectiva administrativa, em relação ao trabalho prescrito/trabalho realizado, houve uma não implicação do sujeito, identificado pela ausência de pronomes de primeira pessoa. Nota-se, ainda, a presença de frases passivas, como nos exemplos a seguir: “Algo necessário” (Q₂/q₅) ou “Regras que precisam ser seguidas” (Q₂/q₁).

Na frase “Regras que precisam ser seguidas” (Q₂/q₁), o uso da forma verbal “*precisam*” indica uma determinação, algo que deve ser cumprido. Neste caso, as normas fazem parte de um já-dito, interiorizado na formação docente, que o coloca em uma situação de passividade em relação às regras.

No que diz respeito às atividades de leitura, parece haver uma implicação dos docentes, pois é possível verificar a predominância do pronome de 1ª pessoa do singular (eu), bem como a predominância de um *estilo profissional* que parece ser uma perspectiva já herdada, um já-dito dos grupos precedentes, como afirmou Bronckart. Nos exemplos a seguir, podemos verificar essa afirmação em trechos extraídos dos questionários analisados:

Geralmente separo uma aula da semana para a prática de leitura. Primeiramente, leio o texto escolhido em voz alta, em seguida peço para os alunos fazerem a leitura, divido por parágrafos, comento o texto, dependendo do conteúdo faço um debate com a sala. (Q₂/q₂).

No ensino de leitura, primeiramente, faço uma leitura em voz alta para eles e vou refletindo sobre o texto. Depois do término da leitura, faço uma reflexão geral sobre o texto lido através de questionamentos. (Q₂/q₃).

Verifica-se, nesses casos, que a linguagem evidencia o nosso agir, demonstrando um agir no discurso e, conseqüentemente um agir no trabalho. Para compreender como se dá esse agir, as figuras de ação tornam-se mecanismos de análise necessários para definir tais ações.

4.2. Identificação das figuras de ação

Para este momento de apresentação da análise, tomamos como exemplos apenas dois questionários dentre os pesquisados. Ao tomarmos por referência o **QUESTIONÁRIO 1**, nota-se, pelas respostas dadas, que não há interferência do actante; o trabalho é realizado como uma prática procedimental, como pode ser visto no exemplo a seguir, quando perguntado sobre a metodologia para o ensino de leitura: “*Textos relacionados a temas da atualidade. Os textos são lidos aos alunos e, após esta etapa, é feita uma reflexão sobre o texto lido*”. (Q₁/q₂). Neste caso, nota-se que o professor desenvolve a sua tarefa de acordo com procedimentos já estabelecidos para o ensino de leitura; há um estilo profissional sendo considerado. Podemos observar, nesse caso, a predominância da figura ação-canônica. Nesta figura, a agentividade é praticamente nula, uma vez que não se percebe o uso de pronomes.

Ao verificarmos a questão relacionada aos artefatos (q₃), podemos dizer que a agentividade também é quase nula. Nota-se que não há qualquer manifestação sobre como esses artefatos são utilizados, demonstrando haver um posicionamento genérico a respeito do interesse dos alunos pela aula: “*Sim, com*

estes artefatos, inclusive os computadores, a leitura fica mais dinâmica e prazerosa. Os alunos se interessam mais pela aula.” (Q₁/q₃). Porém, o docente não dá indícios de como esses artefatos são utilizados para tal dinâmica, não demonstrando suas intenções, o que o torna apenas um agente na ação.

Quando solicitado o seu posicionamento em relação ao trabalho prescrito e ao trabalho realizado (q₅), pode-se perceber, uma relativa implicação, identificada pelo uso do pronome “eu”, implícito na frase: *“Procuro abordar o conteúdo planejado por estas instituições, porém não fico preso só a estas estratégias de trabalho; procuro diversificar minha metodologia de ensino.”* (Q₁/q₅). Ainda que tenha conhecimento das prescrições, o docente posiciona-se como ator, embora não se possa ter conhecimento de que maneira a metodologia a que faz referência como “sua” (minha metodologia) é desenvolvida. Parece-nos que o docente, embora tenha conhecimento das regras e normas comuns ao seu grupo social, torna-se um opositor a elas.

Ao analisarmos o **QUESTIONÁRIO 3**, percebemos que há uma maior implicação do actante, o que podemos verificar pelo uso de pronomes de 1ª pessoa: *“No ensino de leitura, primeiramente, faço uma leitura em voz alta para eles e vou refletindo sobre o texto. Depois do término da leitura, faço uma reflexão geral sobre o texto lido através de questionamentos.”* (Q₃/q₂). Pode-se dizer, neste caso, que o docente posiciona-se como ator em seu trabalho, o que nos leva a perceber a predominância da figura ação-ocorrência. No que diz respeito à sua formação, o docente posiciona-se de maneira clara, demonstrando que o aprendizado na universidade não lhe possibilitou competência para o trabalho com leitura em sala de aula, sendo necessário, para isso, buscar a experiência de seus colegas. Percebe-se, nesse discurso, que a docente recorre ao já-dito por outros, toma seu agir com base na experiência de seu grupo, o que faz prevalecer a figura da ação-experiência.

No que diz respeito aos artefatos, a mesma figura parece ocorrer. Embora apareçam verbos de 1ª pessoa, o docente parece não utilizar artefatos como o computador ou o projetor, por exemplo, mas utiliza com frequência o quadro negro (verde), reproduzindo sua atividade com base em experiências anteriores. *“Em alguns momentos, a lousa verde interfere em meu trabalho por não estar totalmente limpa e arrumada. Entre os artefatos citados, o que mais utilizo é a sala de aula. A utilizo passando o conteúdo na lousa e explicando.”* (Q₃/q₃). Nesse caso, no plano da motivação e no plano dos recursos do agir, o professor tem seu agir influenciado de modo aparentemente negativo, notadamente pelo uso da forma verbal “interfere”.

Em relação ao trabalho prescrito e ao trabalho realizado, parece prevalecer também a figura da ação-experiência. O docente parece se posicionar como ator na ação; porém, cumpre as regras como uma ação habitual. Nota-se, no discurso, que pode se tratar de uma docente ainda principiante na carreira do magistério, especialmente pelo uso do marcador “com o tempo”, conforme a frase a seguir: *“Com o tempo, estou adquirindo a prática em relação ao preenchimento de diários e planilhas. Em minhas aulas, a maioria dos alunos não acompanha a aula e só dá para sentir dificuldade em alguns alunos, somente aqueles que mostram interesse.”* (Q₃/q₄).

Em seu discurso, o docente evidencia que as situações cotidianas como o fato de somente uma pessoa por vez ir ao banheiro, por exemplo, torna-se uma prescrição que pode interferir, de maneira negativa, em sua atividade: *“Sempre procuro dar o melhor de mim. Onde leciono há um fator positivo de não haver semanas de provas. As regras são boas e justas; a única coisa ruim é o fato de só poder ir uma pessoa por vez ao banheiro. Por fim, as apostilas oferecidas pelo governo são mal elaboradas. E os livros didáticos estão em falta, o que às vezes prejudica os alunos”*. (Q₃/q₅). O docente demonstra um agir que pode ficar, de certo modo, comprometido. Ao se falar em normas prescritas, parece haver regras e procedimentos que não interferem nas condições do agir docente, mas sim no aprendizado dos alunos, como supõe o docente, conforme podemos verificar, tomando por base o exemplo a seguir: *“[...] as apostilas oferecidas pelo governo são mal elaboradas e os livros didáticos estão em falta, o que às vezes prejudica os alunos.”* O docente posiciona-se em relação às normas prescritas e critica a falta de livros didáticos, entretanto modaliza o seu discurso ao fazer o uso do advérbio “às vezes”, demonstrando que essa falta traz um prejuízo, mas não frequente aos alunos.

Embora o docente identifique tais ações e se coloque no “plano da motivação”, confirmada na frase *“Sempre procuro dar o melhor de mim.”*, parece situar-se, em sua representação textual, como agente e não como ator em seu agir, tendo em vista que não apresenta uma capacidade de intervir nesse agir.

No que diz respeito ao trabalho prescrito e ao trabalho realizado, os momentos entre os docentes, para que compartilhem o trabalho/fazer docente, parecem ser rotina nas reuniões chamadas ATPC ou HTPC, que exigem do docente, nesse caso um agente, uma ação padrão que não parece ser explícita, mas percebida por ele: *“Percebo que isso ocorre na reunião pedagógica, chamada ATPC. No entanto, há vários assuntos na reunião e o principal deles é o modo como ensinamos o conteúdo. Há na reunião um momento de troca de experiências.”* (Q₃/q₆).

5. Considerações finais

Pode-se dizer que houve a predominância de determinadas figuras de ação em cada um dos questionários, especialmente no que diz respeito às questões relacionadas à metodologia, aos artefatos e ao trabalho prescrito e realizado. Verificou-se maior implicação nas questões em que o trabalho realizado pode ser evidenciado e uma menor implicação quando os docentes referiam-se ao trabalho prescrito. Nas questões relacionadas a metodologias utilizadas para o ensino de leitura, grande parte dos docentes demonstrou um agir implicado, em que prevaleceu a figura da ação-ocorrência. Nota-se, embora prevaleça o agir implicado, que alguns procedimentos para o ensino de leitura repetem-se entre os docentes, sendo comum serem utilizadas a leitura em voz alta, a leitura como treino para entonação e para interpretação de parágrafos do texto lido. Esse aspecto demonstra que os docentes possuem um estilo profissional já herdado ou, ainda, compartilhado entre seus pares, como identificado por Yves Clot.

Na questão relacionada aos artefatos, a figura predominante foi a da ação-experiência, evidenciando que o fazer-docente é, muitas vezes, historicamente reproduzido, prevalecendo a experiência adquirida.

No que diz respeito ao trabalho prescrito e ao trabalho realizado, houve predominância da figura ação-canônica. A agentividade passa a ser genérica, demonstrando que a maior parte dos docentes cumpre a tarefa prescrita como uma ação necessária, que deve ser cumprida e que somente em alguns casos o trabalho prescrito contribui para o trabalho realizado.

O trabalho docente é influenciado por vários actantes: o docente, o aluno, a escola, a família, o governo, tornando-o um trabalho complexo; por isso, não deve ser analisado considerando-se um só aspecto, uma vez que o trabalho não depende somente do docente ou dos alunos da sala de aula. Diante disso, a Ergonomia da Atividade e a Clínica da Atividade, associadas ao Interacionismo Sociodiscursivo, podem ser aportes que possibilitarão a análise do trabalho e as implicações dele decorrentes.

Pode-se perceber, nessa pesquisa, que o discurso, associado às ciências do trabalho, pode ser um instrumento de compreensão, de reflexão e, se possível, de melhoria do fazer docente e, conseqüentemente, de seu trabalho.

Referências bibliográficas

AMIGUES, R. Trabalho do professor e trabalho de ensino. In: MACHADO, A. R. (org.). **O ensino com trabalho: uma abordagem discursiva**. Londrina: Eduel, 2004. p. 37-53.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRITO, J. E. de. **Reflexões epistemológicas sobre a Ergologia**. Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação. FaE/UFMG. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/posteres/GT09-1830--Int.pdf>>. Acesso em 13 jun. 2012.

BRONCKART, J. P. **O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores**. Trad. Anna Rachel Machado, Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

BRONCKART, J. P. **Atividades de linguagem, texto e discurso: por um interacionismo sociodiscursivo**. Trad. Anna Rachel Machado, Péricles Cunha. 2. ed. São Paulo: Educ, 2012.

BUZZO, M. G. **Os professores diante de um novo trabalho com a leitura: modos de fazer semelhantes ou diferentes?** Tese de Doutorado. LAEL. PUC-SP, 2008.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. São Paulo: Vozes, 2006.

Ergonomia, conceitos, origens, cronologia. Disponível em: <<http://www.ergonomia.com.br/htm/metodos.htm>>. Acesso em 1º fev. 2013.

ÉRNICA, M. O trabalho desterrado. In: MACHADO, A. R. (org.). **O ensino com trabalho: uma abordagem discursiva**. Londrina: Eduel, 2004.

MACHADO, A.R.; BRITO, C. **O agir *linguageiro* no questionário de pesquisa**. [artigo científico]. Disponível em: <moodle.stoa.usp.br/file.php._CB_ComLisboa.pdf>. Acesso em 3 abr. 2013.

MAZILLO, T. M. F. **O trabalho do professor representado e avaliado em diários de aprendizagem**. Tese de Doutorado. LAEL. PUC-SP. 2006.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TERRIEN, J.; LOIOLA, F. A. **Experiência e competência no ensino: pistas de reflexões sobre a natureza do saber-ensinar na perspectiva da ergonomia do trabalho docente**. Educação & Sociedade, ano XXII, nº 74, abril/2001.

Abstract: *This research aims for investigating as the Ergonomics of Activity, subject that deals with the work adaptation to human, can contribute to the reflection of teachers act. For this research, we built on the faculty representation about the prescribed work (the task) and the real work (the activity), referencing to the languageiro act, expressed in those teachers' speech. We used for this purpose the contribution of the Clinic of Activity, a concept proposed by Yves Clot, and of Socio-discursive Interactionism, from Jean-Paul Bronckart. The Ergonomics of Activity, for having proximity to the Clinic of Activity, uses research instruments proposed by the latter for work analysis such as interviews, self-confrontation and instruction exercises to the double. Although these instruments are the most widely used, we opted for the questionnaire as instrument of this research. Through the open question questionnaires, we tried to identify the types of speeches reproduced by the teachers, as well as the figures of action more present in the speech. With this work we expect to check the teachers act through their speech and how this act can be the object of reflection and comprehension concerning the teacher's work.*

Keywords: *Prescribed Work; Real Work; Ergonomics of Activity; Socio-discursive Interactionism; Languageiro.*

O Sujeito no discurso da Marcha das Vadias

Isaac COSTA (UFPE)¹
isaac.mello@live.com

Resumo: Este texto objetiva discutir, ainda que brevemente, a noção de sujeito para a Análise de Discurso de base pecheuxtiana (PÊCHEUX, 1969/1997, 1975/2009; PÊCHEUX & FUCHS, 1975/1997), centrando-se nos movimentos de identificação, contra-identificação e desidentificação das posições-sujeito em relação à forma-sujeito e, conseqüentemente, à formação discursiva que organiza (COURTINE, 2009; GRIGOLETTO, 2005; INDURSKY, 2008). Interessa ainda a noção de individualização da forma-sujeito por uma dada posição-sujeito (ORLANDI, 2006; 2007), principalmente no que diz respeito ao processo dessa individualização. Apontamos a escrita enquanto uma das manifestações desse processo, e pensamos na sua materialização no corpo coletivo. Para tanto, concebemos essa inscrição enquanto extensão da simbolização de uma posição-sujeito constituída por novas formas de subjetivação, notadamente os escritos nos corpos das manifestantes da Marcha das Vadias.

Palavras-chave: Sujeito; Posição-Sujeito; Corpo; Marcha das Vadias; Análise de Discurso.

1. Introdução: SlutWalk e as origens do movimento

De maneira geral, podemos associar o surgimento da Marcha das Vadias a um movimento feminista canadense chamado *SlutWalk*. O referido movimento surgiu em janeiro de 2011, quando o policial Michael Sanguinetti proferiu no campus da York University, um discurso que objetivava discutir a prevenção do crime de estupro na cidade de Toronto. Na ocasião declarou o seguinte: "I've been told I'm not supposed to say this – however, women should avoid dressing like sluts in order not to be victimized.". O pronunciamento levou as cofundadoras do *SlutWalk*, Sonya Barnett e Heather Jarvis a expor, em nota divulgada no site slutwalktoronto.com (BARNET & JARVIS, 2011)², o descontentamento geral com a polícia canadense, acusando-a de perpetuar através de Sanguinetti o mito/estereótipo de “vadia/slut”. Segundo elas, o relato do crime de estupro à polícia local, já muito escasso, estaria ainda mais prejudicado pelo fato de o discurso de Sanguinetti dar margem a interpretações que sugerissem alguma parcela de culpa às vítimas pelo ato, tomando como referencial a roupa que estavam vestindo no momento do estupro.

A partir de então, organizou-se uma marcha exigindo uma reformulação na maneira com que a polícia lidava com situações desse tipo, sendo assim de responsabilidade dessas autoridades “take serious steps to regain our trust” (idem, 2011, s/p), garantindo às mulheres sentirem-se seguras e respeitadas, e, sobretudo, assegurar que as pessoas que as protegem compreendam o que de fato é ser sobrevivente de abuso sexual – “slut or otherwise” (idem, 2011, s/p). Nesse enquadramento, foi realizada uma passeata em que três mil mulheres marcharam desde o Queen’s Park até a Central de Polícia de Toronto, vestidas com roupas curtas, lingerie à mostra, perucas e salto alto – o que acreditavam caracterizar as sluts,

¹ Mestrando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

² Disponível em: <slutwalktoronto.com>. Acesso em Junho de 2013.

mencionadas no dizer do policial –, com cartazes e discursos que defendiam a liberdade feminina, e protestavam contra a iniquidade, ineficácia e falta de tato da polícia canadense. Segundo a colunista Jessica Valenti, com menos de dois meses de organização e um único dia de protesto, a marcha se tornou o maior e mais significativo movimento feminista dos últimos vinte anos (Wisconsin State Journal. Retrieved Jul 10, 2011).

Desde sua repercussão, passeatas agrupadas sob o título de *SlutWalk* vêm sendo realizadas não somente no Canadá, como também nos Estados Unidos; na cidade de Londres, na Alemanha, em Israel, Jerusalém, Portugal e, finalmente, no Brasil. O movimento aporta em solo brasileiro ainda no ano de 2011 sob o título de Marcha das Vadias (doravante “MDV”) por via da publicitária curitibana Madô Lopes, que na ocasião mobilizou cerca de seis mil pessoas por meio de uma página do *facebook*. Depois de Curitiba, foram organizadas Marchas nas principais cidades brasileiras, onde a movimentação continua a ocorrer seguindo o modelo da primeira marcha organizada por Madô: são anunciadas as passeatas via internet – mais comumente por meio do *facebook*, onde a data e local são designados. Depois de acertadas as minúcias, um grupo de pessoas se reúne e a marcha acontece reproduzindo o ocorrido no Queen’s Park.

É sob este pano de fundo que tecemos a proposta em foco, a de investigar as diferentes posições-sujeito da Marcha das Vadias em sua relação com o *SlutWalk*, levando em consideração a fragmentação da forma-sujeito que organiza os saberes de sua formação discursiva. A ancoragem teórica explora, além da referida noção de fragmentação conforme discutida por Courtine (2009), os processos de individualização da forma-sujeito por uma dada posição-sujeito (ORLANDI, 2007), dos quais destacamos a escrita, principalmente em sua expressão no corpo social. Discutiremos, num primeiro momento, a noção de sujeito em Pêcheux (1997; 2009), passando brevemente pelos conceitos de formação social e ideológica, indispensáveis para a compreensão da formação discursiva, de maneira a aprofundarmo-nos em sua heterogeneidade e nas posições-sujeito daí decorrentes, exemplificadas pelas inscrições nos corpos das manifestantes da MDV.

2. O sujeito pecheuxtiano

Michel Pêcheux, em sua *Análise Automática do Discurso* (AAD, 1969/1997a)³, delineia uma nova maneira de se conceber a questão da subjetividade, essencialmente diferente daquela encontrada na tradição estruturalista de inspiração saussuriana – que suponha um sujeito psicológico, uno, na origem do discurso e no controle de seu sentido. O sujeito em Pêcheux surge do entrecruzamento entre duas instâncias (que apesar de distintas dialogam em autores contemporâneos a ele, como Louis Althusser, por exemplo): de um lado a psicanálise, ao passo que desconstrói essa suposta unicidade do sujeito pelo viés da relação com o inconsciente e o imaginário; e de outro o marxismo, por considerar que o material (nesse

³ Reedição de “Analyse automatique du discours” (1969) pela Editora da UNICAMP em 1997.

caso o linguístico) estaria em constante diálogo com o psicológico, o social e o ideológico, tanto alterando o ambiente, quanto sendo alterado por ele.

No que tange à primeira dessas instâncias, a subjetividade pecheuxtiana explora os estudos psicanalíticos pós-freudianos de Jacques Lacan (1954/1985)⁴, que concebem o sujeito como uma imagem à qual me identifico e na qual me reconheço, mas que não representa necessariamente o que eu sou, na medida em que, entre o que eu penso e o que eu sou, há uma abertura que permite que eu possa ser, a todo instante, outro. Esse sujeito descentrado, dividido, coloca-se assim distante do sujeito consciente não somente porque não é completamente livre e dono de si, mas principalmente pelo fato de ele não coincidir com o eu; o eu “não é [eu], é outra coisa - um objeto particular dentro da experiência do sujeito” (LACAN, 1985, p. 62-63).

Pelo viés do marxismo, mais precisamente do materialismo histórico, a história não é uma sequência de acontecimentos, mas um processo de transformações sociais motivadas pela contradição existente entre as forças produtivas e os meios de produção: conflitos entre os proprietários e não-proprietários que, na acepção da filósofa Marilena Chauí (2000), podem ser encarados como a gênese do Estado (a instância que rege os interesses dos proprietários) e da ideologia⁵ (o mecanismo abstrato que os sustenta). A ideologia nesse sentido nos faz crer que somos de fato sujeitos livres, donos de nós mesmos e de nossos dizeres, quando, na verdade, somos assujeitados por ela, interpelados como livres, para que nos submetamos livremente à dominação de um sujeito superior, um “Sujeito” nos termos althusserianos (ALTHUSSER, 2001, p. 113). A este sujeito assujeitado costumou-se associar a designação de “sujeito da ideologia”, a contraparte social do sujeito pecheuxtiano, descentrado pelo inconsciente, interpelado em discurso pela ideologia, histórica e materialmente revestido pela linguagem – na concepção marxista do termo, e, finalmente, em constante contradição consigo por ser um e ser outro ao mesmo tempo.

Com a arquitetura de uma categoria do sujeito em diálogo com a psicanálise e o materialismo histórico, Pêcheux buscou desautomatizar a relação dos sujeitos com a linguagem, e para tanto instaurou um campo de questionamentos no interior da própria linguística, problematizando não só temas pouco explorados pelo segmento saussuriano, como o próprio sujeito e sua relação com a história; mas conceitos já cristalizados, como a noção de língua, tão cara ao círculo de estudos estruturalista, que se distancia do

⁴ Reedição do “Le Séminaire de Jacques Lacan. Livre II: Le moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse” (1954), pela Zahar em 1985.

⁵ Para esta autora, os conflitos entre as classes parecem ser uma disputa entre os interesses globais e os individuais, mas, na verdade, onde há propriedade privada, há interesse privado, e não pode existir interesse global. No entanto, os proprietários partilham de interesses comuns, como a manutenção do seu poder de dominação, e por isso formam parcerias que têm por objetivo regular as relações entre os detentores da riqueza e a classe trabalhadora, não de maneira declarada, o que poderia gerar revoltas, mas de forma que este poderio aparente estar correto, legítimo e válido para todos, daí a gênese do Estado, poder separado da sociedade, “portador do direito e das leis, dotado de força para usar a violência na repressão de tudo quanto pareça perigoso à estrutura econômica existente” (CHAUÍ, 2000, p. 538); nesse aspecto, os trabalhadores podem vir a rejeitar um poder autoritário encarnado, visível, mas não um poder que se apresente distante e impessoal, e que zele pelo bem estar da população, sua justiça e ordem; aceitam a dominação, pois a concebem como não-autoritária. O Estado não é, mas aparenta ser, dito de outro modo, ele instaura uma imagem favorável, uma ideologia que permite a unificação e identificação social, que encobre a luta de classes, nega as desigualdades sociais e, enfim, identifica o Estado como originário do contrato entre homens livres e iguais.

seu caráter meramente formal e categorizador à medida que se aproxima de uma ótica discursiva, constituindo um traço fundamental para a construção do sujeito e do sentido.

Este sentido, por sua vez, teria de ser exposto não somente a partir de uma análise de conteúdos, mas pela identificação de formações, objetos e processos discursivos, a fim de se discutir os dispositivos ideológicos que atravessam os textos e se mostram para o analista por intermédio da falha, do esquecimento, do não-dito da língua. Tal prática de se repensar estruturas solidificadas e identificar os significados implicados nas suas lacunas, reorientando os conceitos não só linguísticos, mas também filosóficos e sociológicos para um viés desconstrucionista⁶ e ao mesmo tempo sócio-histórico, foi utilizada não só por Pêcheux, mas por pensadores contemporâneos a ele, tais como Jacques Derrida (cf. *De la grammatologie*, 1967), Michel Foucault (cf. *L'Archéologie du savoir*, 1969); Roland Barthes (cf. *L'Empire des signes*, 1970) e todo um grupo de intelectuais franceses influenciados pelo grande apelo que obteve o discurso esquerdista numa França pós-revolução de 1968.

É nesse momento de furor político que a Análise de Discurso de Pêcheux⁷ surge como uma ação intervencionista intuindo combater o até então excessivo pensamento formalista “visto como uma nova facção de tipo burguês”, nas palavras da analista de discurso Maria Cristina Leandro Ferreira (2005a, p. 40). A filiação de Pêcheux ao pensamento anticapitalista e althusseriano-marxiano é demonstrada não só pelo já referido materialismo histórico, ou o assujeitamento e os aparelhos ideológicos de Estado, mas também pelo vínculo à ideia de formação social para a concepção de formação ideológica, amplamente discutida hoje sob a ótica de diferentes perspectivas, desde a lógica do multiculturalismo, a exemplo do filósofo esloveno Slavoj Žižek (cf. “Društvo za teoretsko psihoanalizo”, 2010), até a heterogeneidade ideológica nas relações sociais pós-modernas, por via de pesquisadores da linguagem como Maurício Beck, Phellipe Marcel e Rodrigo Fonseca (cf. “O marxismo de Michel Pêcheux”, 2012). Para a constituição do conceito pecheuxtiano de formação ideológica é igualmente relevante a noção marxista que preconiza a existência de um conflito entre as diferentes formações sociais, a exemplo da luta entre as classes proprietárias e não-proprietárias.

3. Formação social, Formação ideológica e Formação discursiva

Ao revisarem a obra teórica que inaugura a Análise de Discurso Francesa (doravante “AD”)⁸, a AAD-69, Pêcheux, em pareceria com a linguista francesa Catherine Fuchs (“A propósito da Análise Automática do

⁶ Significa dizer que o sentido expresso por uma proposição (textual, iconográfica, social, política, etc.) não é único. No texto, por exemplo, existem diversas possibilidades interpretativas impressas nas lacunas manifestadas pelo não-dito. Seguindo essa linha de pensamento, um discurso comportaria em si mesmo um contra-discurso, uma perspectiva que subverte as intenções expostas na “superfície textual”, que necessita ser desconstruída para que seja verdadeiramente compreendida.

⁷ A referência é à dupla fundação da Análise do Discurso, alcunha utilizada tanto por Pêcheux quanto por Jean Dubois, que apesar de tratarem de discurso, mobilizam conceitos distintos e operam de maneira diferente.

⁸ Nesse enquadramento, vale destacar que daqui em diante quando utilizarmos a expressão “AD” estaremos nos reportando a esta corrente de estudos francesa, em contraposição a outras teorias de discurso, como por exemplo, a vertente Crítica de Norman Fairclough (*Discourse and Social Change*, 1992; *Critical Discourse Analysis*, 1995); segmento que adota uma perspectiva mais

Discurso: Atualização e Perspectivas”, 1975/1997b)⁹ afirmam que a relação que se estabelece entre as formações sociais é constituída de divergências entre as suas posições políticas e ideológicas, afronta que se dá até mesmo dentro dos aparelhos ideológicos; cada formação social abrigaria assim uma ou várias formações ideológicas, distintas umas das outras, e diretamente ligadas às posições de classe inseridas nessa luta.

Ainda segundo Pêcheux & Fuchs (1997b) essa relação entre a ideologia e o discurso nas formações ideológicas deve ser encarada nos moldes do parentesco apresentado entre gênero e espécie, podendo-se afirmar que a “espécie discursiva”, a instância menor, pertence ao “gênero ideológico”, maior e mais amplo, o discurso é nesses moldes uma parte, uma manifestação da ideologia, seu aspecto material. Uma vez que o discurso é materialização da ideologia, não se pode pensar em formação ideológica isenta de discurso, cada formação ideológica, ou seja, cada postura e representação filiada a determinadas posições sociais e políticas, comporta uma ou várias formações discursivas (doravante FDs) que articulam o que pode ou não ser dito a partir de determinados “fatores” intrínsecos à conjuntura na qual se estruturam essas formações, no caso da MDV essas especificações correspondem à relação conflituosa com o machismo perpetuado pela ideologia que rege o discurso moralista. De um modo geral, essas características determinam os modos de produção de um discurso, histórica e ideologicamente condicionados. A esse conjunto de fatores que podemos considerar como sendo “externos” à superfície linguística de um discurso, leia-se o seu lugar de concretização, Pêcheux & Fuchs (1997b) atribuem o termo condições de produção.

O conceito de condição de produção aparece ainda num primeiro momento de desenvolvimento da teoria do discurso¹⁰, contudo, é nesta segunda fase que Pêcheux & Fuchs (1997b) dão indícios do que seria a relação entre as condições de produção e o conjunto de discursos possíveis em seu interior, esboçando o que seria posteriormente tratado como “interdiscurso”, um leque de possibilidades discursivas as quais um

intervencionista sobre a instância discursiva, de vez que busca analisar onde os discursos circulam e de que forma se estruturam, almejando sempre instaurar deslocamentos práticos. A tradição francesa, por sua vez, se interessa pela análise do material linguístico com vistas a entender de que forma os discursos se constroem e são distribuídos na sociedade, além de como eles falam sobre nós, sobre a história, e sobre as suas condições de produção. Contudo, não cabe ao analista de discurso vinculado à escola francesa intervir nessas produções, a exemplo do que acontece com o analista fiel à vertente Crítica. Talvez pelo fato de a própria teoria ser, seguindo a linha filosófica de Derrida, desconstrucionista, esse analista se preocupa em desconstruir, em dissecar um discurso, identificando suas lacunas. É a partir dessa implosão do discurso trazida pelo analista que podemos pensar em abordagens práticas e reerguer os sentidos do discurso, resignificando nossas posturas, já que a teoria francesa é iminentemente descritiva e não prescritiva, aplicada.

⁹ Reedição de “A propósito da Análise Automática do discurso: Atualização e perspectivas” (1975), pela Editora da UNICAMP em 1997.

¹⁰ A referência é à categorização evolutiva da AD pelo próprio Michel Pêcheux (“Análise de Discurso: Três Épocas”, 1983) em três fases distintas, quais sejam “AD-1”, ou primeira fase, marcada pela publicação da AAD-69, e que delimita o terreno da AD na França, muito embora deixe em aberto questões acerca da concepção de sujeito e do papel da linguística na análise discursiva. “AD-2”, a segunda dessas fases, inaugurada tanto pela discutida “Atualização e Perspectivas” de 1975, quanto pela publicação de “Les vérités de la Palice” no mesmo ano. E, por fim, a terceira e última dessas fases, “AD-3”, é conhecida por três publicações de 1981, “Matérialités discursives”; “Ouverture du colloque”; assim como “La Langue introuvable”, em parceria com Françoise Gadet. Nessa última fase Pêcheux aprofunda o conceito de sujeito e de alteridade (por via da psicanálise), assim como o de enunciação (sua implicação para o discurso, heterogeneidade enunciativa) e interdiscurso, esboçados nas duas fases anteriores.

dado objeto discursivo filia-se mnemonicamente, um diálogo entre um discurso dado e um já-dito que está na base de constituição dos processos discursivos.

Para exemplificar de que maneira articulamos esses conceitos, cabe discutirmos a perspectiva tomada aqui enquanto “método de análise”. O nosso objeto, como anteriormente mencionado, são as inscrições no corpo das manifestantes da MDV; essas escrituras foram observadas em fotografias da última Marcha realizada na cidade do Recife, no dia 31 de março de 2014. As imagens provêm de várias fontes, qualquer manifestante ou simpatizante pode registrá-las e postá-las no grupo que reúne informações sobre a MDV no facebook. Foi de lá que retiramos o corpus. Para esta análise em específico, foram relevantes dois fatores, o primeiro ligado às inscrições que remetessem ao aborto; e o segundo, inscrições relacionadas à relação de pertencimento ao grupo da MDV (voltarei a comentar essa relação no item 5). Interessa destacar que minha análise incluiu identificar, num primeiro momento, a superfície linguística do discurso da MDV, sua materialização no corpo; essa superfície precisou ser, nos termos de Pêcheux e Fuchs (1997) “de-superficializada” (1997b, p. 181), ou seja, foi necessário expor que a disposição dos elementos nessa materialização não é aleatória, ou um processo completamente consciente do sujeito, mas sim histórica e ideologicamente determinada. O sujeito não utiliza essa construção em detrimento daquela porque deseja, posto que é condicionado a enunciar dessa forma.

A isso significa anular o efeito do esquecimento nº 2, o que prediz um sujeito integralmente conhecedor dos múltiplos sentidos que pode assumir o seu discurso. A direção que trilhamos ao desmistificar esse primeiro efeito ilusório, foi construir um objeto discursivo que nos serviu de objeto de análise; em posse desses dados, restou averiguar as formações ideológicas e discursivas de nosso objeto discursivo, o que revela as possíveis filiações dos sujeitos (forma e posições-sujeitos) a determinados discursos. Esse ato analítico igualmente desmistifica a segunda das ilusões constitutivas do sujeito pecheuxtiano, o esquecimento que prediz um sujeito uno, na origem do discurso e no controle de seu sentido, chamado esquecimento nº 1¹¹. Nessa perspectiva um intradiscurso, a formulação horizontal do fio do discurso do sujeito, relaciona-se interdiscursivamente com outro (intra)discurso previamente construído, através de formações discursivas que recortam o interdiscurso refletindo diferentes filiações ideológicas e posições dos sujeitos. Percursos como esse refletem o que ocorre com o sujeito do discurso, dividido em identificar-se com um outro eu, pelo viés do esquecimento nº 2, e assujeitado por um “Outro” do inconsciente do esquecimento nº 1.

¹¹ O esquecimento nº 1 é da ordem da ideologia, do intradiscurso/interdiscurso, e por isso mesmo é inacessível ao sujeito (inconsciente); enquanto que o esquecimento número dois, é parcialmente acessível ao sujeito por ser da instância enunciativa e se encontrar na “zona pré-consciente/consciente” do mente humana (PÊCHEUX & FUCHS, 1997, p. 177).

4. Forma-Sujeito

Segundo a analista de discurso Evandra Grigoletto (2005b) é desse caráter contraditório (dividido) do sujeito que resulta a distinção feita por Pêcheux & Fuchs entre a “base linguística (esquecimento nº 1) e processo discursivo (esquecimento nº 2)” (2005b, p. 100). A AD opera assim com a ilusão do sujeito enquanto origem, a fim de explicitar a opacidade da linguagem e do sentido. Acrescenta a autora que o lugar do sujeito não é vazio, mas preenchido por aquilo que Pêcheux (1975/2009) denomina forma-sujeito (sujeito do saber), instância que permite ao sujeito inscrever-se numa determinada FD identificando-se com ela e constituindo-se, assim, como sujeito. Formula Pêcheux (2009) que a interpelação do indivíduo em sujeito se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina, processo que ocorre pelo viés da forma-sujeito. Destarte, podemos afirmar que o sentido só se produz pela relação do sujeito com uma determinada forma-sujeito, organizadora da formação discursiva.

Para Pêcheux (2009) existem três modalidades de tomada de posição no interior da forma-sujeito. A primeira delas se dá pela superposição do sujeito com a forma-sujeito, a plena identificação do sujeito enunciativo com o do saber, de maneira a reduplicar a identificação com a formação discursiva, o que ele denominou discurso do bom sujeito. No entanto, e já apontava o próprio Pêcheux, não existe ritual sem falhas. A tomada de posição do bom sujeito é apenas uma modalidade dessa tomada de posição, o que instaura uma suposta unidade na identificação do sujeito; quando ela ocorre o sujeito tem a ilusão de estar na origem do dizer, e instaura assim um efeito da ordem do imaginário, um efeito-sujeito. Na contramão do discurso do bom sujeito, está o sujeito que se contra-identifica com a forma-sujeito, aquele que apesar de identificar-se, não o faz de maneira plena, mas com reservas, o que termina por denunciar a inexistência da unicidade na constituição da forma-sujeito. A terceira e última dessas modalidades de posição é a de desidentificação, quando ocorre o rompimento do sujeito com os saberes de determinada forma-sujeito. Isso não significa, no entanto, que este sujeito é livre da pressão da ideologia, mas que possui um certo espaço de liberdade que o permite identificar-se com outra forma-sujeito. Quando um sujeito se desidentifica com uma determinada forma-sujeito, já está, ainda que inconscientemente, vinculado a outro domínio de saber já consolidado ou em construção – o que, grosso modo, constitui um novo acontecimento discursivo: a identificação do sujeito desidentificado com uma nova FD / forma-sujeito em processo de constituição (INDURSKY, 2008, p. 21).

4.1 Posição-Sujeito

Ainda sobre as posições-sujeito, é relevante levarmos em consideração a expansão da noção de Formação Discursiva proporcionada por Jean-Jacques Courtine (1982/2009)¹² ao discutir sua heterogeneidade. Para este autor as fronteiras de uma FD são suficientemente porosas para deixarem

¹² Reedição de “Análise do Discurso Político – O discurso comunista endereçado aos Cristãos” pela EdUFSCar em 2009.

afetar-se pelos saberes de outras FDs que se façam presentes, uma vez que a ideologia que as atravessa é heterogênea (não é idêntica a si mesma) e vive sob o signo da contradição (dialética) de dar unidade aos contrários. Se as Formações Discursivas são heterogêneas, a forma-sujeito que as organiza também o é, assim como as posições-sujeito que abriga. Desta maneira podemos conceber o conjunto de diferentes posições-sujeito numa dada FD enquanto modalidades particulares de identificação “do sujeito da enunciação com o sujeito do saber, considerando os efeitos discursivos específicos que aí se relacionam” (2009, p. 88). Desta maneira, a especificidade da posição-sujeito se dá na interpelação do sujeito do saber em sujeito ideológico, que ao se identificar com o sujeito enunciador, assume uma (ou mais de uma) posição no discurso.

Graças à abertura conceitual que propôs Courtine (2009) podemos tratar dessas posições numa escala gradativa de identificação com a forma-sujeito, agora fragmentada. Freda Indursky (2008) denomina posição-sujeito dominante à posição que duplica o saber da forma-sujeito, o que corresponderia ao bom sujeito pecheuxiano. Ainda segundo a autora, entre a forma dominante e aquela que não se superpõe à forma-sujeito, id. est. o mau sujeito, existem formas fragmentadas e gradativas de identificação com o sujeito do saber. A consequência dessa fragmentação da forma-sujeito é que o sujeito do discurso não se identifica diretamente com o sujeito do saber, mas com uma de suas posições-sujeito. O sujeito do discurso alcança os saberes que emanam de uma determinada posição-sujeito, para dessa posição alcançar a forma-sujeito, e através dela, identificar-se com a formação-discursiva, logo, essa identificação continua a ocorrer, muito embora se dê “com apenas uma parcela dos saberes desta FD” (INDURSKY, 2008, p. 20). Assim, a forma-sujeito do discurso da Marcha das Vadias (id est., a do *SlutWalk*), ao materializar os saberes advindos do interdiscurso, pode vincular-se a diferentes formações discursivas, o que possibilita ao sujeito da Marcha identificar-se com posições-sujeito distintas (dominante e dissidentes), como demonstrar-se favorável ou contrária ao aborto, por exemplo.

5. Individualização do Sujeito

Por seu turno, Eni Orlandi (2007) reforça a ideia de que ao inscrever-se na língua o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, daí resultando uma forma-sujeito histórica, para a autora, o sujeito do capitalismo. A interpelação que constitui o sujeito, também constitui o sentido, de maneira que ele age num ato sócio-historicamente marcado (daí a relação com o capitalismo na contemporaneidade), onde se reflete sua interpelação pela ideologia. De maneira que “a ordem da língua e a da história, em sua articulação e seu funcionamento, constituem a ordem do discurso” (ORLANDI, 2007, p. 12).

A mesma autora (2007) nos aponta dois momentos no movimento de constituição do sujeito: além da anteriormente referida interpelação pela ideologia, de onde decorre a afetação pelo simbólico e pelo histórico; as diferentes formas de individualização do sujeito em relação ao Estado. Entendemos a conexão entre o Estado e o sujeito nos moldes da dominação ideológica (da ideologia da hegemonia). Como a

natureza da classe pensante é a de dominar o grupo não-proprietário, uniformizar o seu pensamento, a ideologia é pensada para não corresponder à realidade concreta, que é conflituosa; na ideologia não existe relação entre capitalistas e trabalhadores, mas relações do Homem com os aparelhos ideológicos do Estado¹³. Isso neutraliza, por exemplo, o efeito de consciência particular em prol das ideias pregadas por instituições maiores que o cidadão, como próprio Homem, a Pátria, o Exército, a Escola, etc., instituições que têm por função assegurar o que Althusser denomina “sujeição à ideologia dominante” (ALTHUSSER, 2001, p. 22). Para este autor, o mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar é a sujeição social, um mecanismo com duplo efeito já que “o agente se reconhece como sujeito e se assujeita a um Sujeito absoluto” (2001, p. 8).

Um dos movimentos do sujeito neste segundo momento de constituição, e tomando a perspectiva do sujeito do capitalismo, seria o de resistência à uniformização, de individualização frente à referida neutralização / apagamento dos interesses individuais pelo Estado. Desta maneira, esse sujeito busca maneiras de cair fora da norma para afirmar-se sujeito numa conjuntura social de segregação, afetada pela urgência que tem o homem pós-moderno em conquistar algo sólido, o quanto antes possível, em ver resultados sem preocupar-se com os meios de obtenção, numa busca egoísta, hedonista, e muitas vezes simulada (cf. Nazário, 2008). Pensando no modo como essa individualização se articula, Orlandi (2007), elege a cidade, o ambiente urbano, como exemplo de espaço social politicamente dividido, e nele, as diferentes formas de marcação do sujeito por intermédio da escrita. É importante ressaltar que nesse contexto a dimensão da escrita é alargada para além do papel ou da tela, em direção às portas de estabelecimentos comerciais, às placas, aos muros e viadutos. Essa é uma escrita pensada em relação à construção do social no imaginário urbano, nas palavras de Orlandi:

Refletimos pois sobre a escrita, pensando o desenho atual do espaço urbano com os loteamentos fechados e condomínios que têm redistribuído o espaço da cidade, rarefazendo a prática da sociabilidade, redesenhando o que é público em bolsões e corredores, redefinindo os territórios que se tornam muitos raros e muito cheios. (ORLANDI, 2007, p. 16).

A autora passa então a analisar o grafite como meio de o sujeito individualizar a forma-sujeito e, ao mesmo tempo, denunciar a segregação social por intermédio dessa inscrição que grita a “todo momento ‘eu existo’, ‘eu estou aqui’” (2007, p. 19). Se tomarmos essa noção estendida de escritura não somente enquanto ato de individualização da forma-sujeito, mas também como modo de autoafirmação e pertencimento, de solidariedade entre os membros de um determinado grupo resistente, podemos pensar na inscrição como símbolo na construção de pontos de referência para o sujeito. Orlandi (2006), em seu

¹³ O conceito é de Althusser em “*Idéologie et appareils idéologiques d'état (Notes pour une recherche)*” (1969), reeditado pela Presença e distribuído no Brasil pela Martins Fontes em 2001.

ensaio “À flor da pele: indivíduo e sociedade” utiliza-se da noção de *esprit de corps*¹⁴ para conceber também a tatuagem (além do tag, do grafite e do pixe) como uma dessas referências, um símbolo que representa a singularidade do sujeito na tentativa de ser Um, no todo da sociedade.

No caso das manifestações de linguagem analisadas por Orlandi, o discurso era o urbano, a escritura de si nos sujeitos da sociedade contemporânea. Nosso intuito, no entanto, é pensar a escritura no corpo enquanto extensão da simbolização de uma posição-sujeito constituída por novas formas de subjetivação do urbano, notadamente os escritos nos corpos dos manifestantes da cidade, resistentes ao movimento de apagamento dos interesses individuais pelo Estado. Nesse enquadramento destacamos as manifestações contra duas posições do Estado, na sua representação hegemônica: a moralista e a machista. Onde situamos a luta a favor da reconstituição da legislação, no relativo ao crime de estupro e ao aborto, abarcada pela Marcha das Vadias. Tomemos como exemplo a imagem (1) que segue.

Figura 1. Posição-sujeito dominante.



Duas constatações são importantes de serem destacadas. Em primeiro lugar, nos moldes das colocações de Indursky (2008), a identificação do sujeito do discurso com a posição-sujeito dominante do discurso da Marcha das Vadias, por intermédio da simbolização da palavra “vadia” textualizada no corpo; gesto que aponta para o desejo de destacar-se do corpo coletivo, do “eu comum” (Orlandi, 2006), significando no interior de uma segunda comunidade, a da MDV, na qual o sujeito se constitui como tal. O desenho que acompanha a palavra vadia, a impressão da pata de um cachorro em cor-de-rosa, remete metonimicamente a outra expressão comumente utilizada com sentido pejorativo, similar ao de vadia, “cachorra” ou “cadela”, o que reforça o movimento retórico comumente utilizado pela Marcha – o de resignificar expressões ofensivas em termos que despertem o sentimento de pertencimento, de unificação do grupo alvo de determinada ofensa. Este artifício discursivo é utilizado não somente com “vadia” e

¹⁴ “Espírito da sociedade”, do conceito freudiano encontrado em *Psychologie des masses et analyse Du Moi*. Segundo ele, nas palavras de Orlandi (2006), ninguém deve se colocar à frente, mas parecer ter a mesma coisa (2006, p. 24); uma equivalência entre o corpo e o grupo; ou o corpo do sujeito e o corpo social, com membros, cabeça (líderes), órgãos, células, etc.

“cachorra/cadela”, mas também “puta” e “safada”, o que se nota, inclusive, em vários outros “movimentos minoritários”, como o Movimento Queer, por exemplo.

Em segundo lugar, o fato de a manifestante usar o sutiã à mostra ecoa sentidos advindos tanto da SlutWalk, quanto de outros movimentos feministas mnemonicamente marcados por essa peça de roupa, que envolviam a maneira de vestir e comportar da mulher perante a sociedade, como é o caso da Queima dos Sutiãs, em 1968. Assim, a posição que ocupa este sujeito é a de identificação com os ideais defendidos pelo SlutWalk e reduplicados pela posição-sujeito dominante da Marcha das Vadias, em sua relação com a forma-sujeito e, conseqüentemente, com a FD que articula o seu discurso em resistência aquele representado por Sanguinetti – no Brasil, o discurso conservador, de direita, e do patriarcado; e no caso de Sanguinetti, o discurso que estabelece vínculos estreitos com a posição ideológica republicana norte-americana, cujas bases das políticas sociais, segundo Arthur Gilman ao tratar da “Origin of the Republican Party” (2005), zelam pelo purismo, preservação da moral, incentivo à religião, aos bons costumes “and many other moral grounds” (GILMAN, 2005, p. 5)¹⁵.

A referência que faço aos ideais defendidos pela posição-sujeito dominante da Marcha das Vadias diz respeito à reestruturação da forma com a qual a polícia lida com as situações relacionadas ao crime de estupro: aí inseridos o esclarecimento e o fortalecimento das medidas de prevenção, assim como o incentivo à denúncia, a rigorosidade da punição, e, finalmente, o apoio e proteção à vítima de crime sexual. Questões como a legalização do aborto e a garantia dos direitos de transexuais (atualmente defendidos por um segmento da MDV), por exemplo, não integram o cerne de discussões abarcadas pela posição-sujeito dominante, ligada à forma-sujeito do SlutWalk, cujo foco era a criação de medidas preventivas contra o crime de estupro, além da conscientização de que a roupa que usa a vítima (curta ou longa, de freira ou de vadia) não tem conexão direta com o ato em si.

É razoável afirmar que, apesar de filiar-se à forma-sujeito do SlutWalk, a MDV não conseguiria tornar-se uma extensão desse movimento, tanto pelo fato de ter ocorrido sob condições de produção distintas; quanto pela dimensão que a MDV tomou no Brasil, ramificando-se e englobando outros temas, advindos de outras lutas, que marcam a participação de posições-sujeito diferentes da dominante. Vejamos as imagens (2; 3) que seguem.

¹⁵ A formação ideológica em que se pauta o SlutWalk é democrata, bipartidária dos republicanos, cujas políticas sociais são de base socialdemocrata, logo de esquerdista. No Brasil, a expressão esquerdista não é representada de dentro de uma epistemologia da socialdemocracia, mas de um marxismo que começa fervoroso – Partido Comunista Brasileiro, (PCB a.k.a. “Partidão”), Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL) –, e vai gradualmente atenuando-se, caminhando para um socialismo democrático, a exemplo do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Popular Socialista (PPS) e, finalmente o Partido dos Trabalhadores (PT).

Figura 2. Aborto legal**Figura 3. Meu Corpo**

O que quero chamar atenção nesses casos não se resume à especificidade que assumem essas inscrições (voltarei a esta questão), mas engloba a paulatina apropriação de um corpo tomado metaforicamente e que agora, além de individualizar-se, materializa-se. A relação entre o universal e o particular, principalmente ao tratarmos de corpo, é bastante presente. Quando elencamos o corpo, e mais especificamente as inscrições no corpo, enquanto modalidade de individualização do sujeito; inseridos naquilo que Orlandi (2006) encara como resistência ao movimento da ideologia homogeneizante do Estado, pensávamos na relação corpo x grupo e na noção de *esprit de corps*, de pertencimento a um grupo por intermédio da metáfora do corpo social. Contudo, na mesma medida em que a individualização avança – afunilando o sentido de pertencimento para apropriação, torna-se tátil a materialização desse corpo universal em corpo físico, próprio, carnal.

Tomando como exemplo o que acontece com as posições-sujeito da Marcha das Vadias, podemos colocar num polo a posição-dominante, ligada à forma-sujeito do SlutWalk e que pensava o corpo de uma maneira social, universal; e noutro a posição que individualiza o corpo, tornando-o físico e aproximando-se de questões relativas ao livre arbítrio sobre ele. Na imagem (2), marcamos um distanciamento dos ideais da posição-dominante, no sentido de que o foco deixa de ser a prevenção do estupro e passa a ser a legalização do aborto no Brasil. A descaracterização com relação à (1) se dá também por meio da ausência do sutiã à mostra, e de qualquer inscrição da modalidade retórica anteriormente mencionada (*vadia*, *cachorra*, etc.), que expresse a identificação desse sujeito com a forma-sujeito do SlutWalk. Em (3), apesar de a caracterização do sutiã estar presente, o sujeito está mais identificado com a posição-sujeito de (2), do que com a de (1), isso porque a expressão “meu corpo” é geralmente acompanhada, nas condições de produção da Marcha, por “minhas regras” (*meu corpo, minhas regras / meu corpo, minha revolução / meu corpo, minha decisão*), um dos argumentos utilizados pelo grupo favorável à legalização do aborto.

Desse movimento entre as diferentes posições-sujeito na MDV cabe indagarmos se existe desidentificação com a forma-sujeito, o que implicaria na inscrição do sujeito em outra FD constituída (menciono “constituída” por descartar a possibilidade do surgimento de um acontecimento discursivo no caso da posição-sujeito dissidente da Marcha. Isso porque questões relativas à legalização do aborto não

são inéditas, nem muito menos se colocam explicitamente contrárias aos interesses defendidos pela MDV que, em maior ou menor medida, ainda vinculam-se à defesa do corpo da mulher), ou se as posições dissidentes da dominante apenas contra-identificam-se com ela, sem romper com o domínio de saber da forma-sujeito. A meu ver, esse efeito dissenso é produto da fragmentação da forma-sujeito do SlutWalk nessas diferentes posições-sujeito (dentre elas a posição dominante da Marcha das Vadias); além disso, a luta por questões que envolvem o corpo feminino, metafórica ou corporalmente, de maneira universal ou particular, as une. É isso que as permite inscreverem-se na mesma formação discursiva e relacionarem-se, mesmo que maneira conflitante, com a mesma forma-sujeito.

6. Considerações Finais

Para encerrar esta brevíssima discussão, sem pretensão de esgotá-la, reitero esse movimento de subjetivação de um sujeito urbano que sai do silêncio em direção a um espaço cultural que acolha as suas manifestações próprias, que valide suas inscrições, pixações e grafitagens. Estampas que refletem o que as pessoas sentem em relação ao convívio urbano e com elas mesmas, e que rompem com a uniformização pelo Estado da forma-sujeito histórica do capitalismo, por intermédio de um gesto social que desata o seu corpo do corpo social. Esse corpo se volta para a união com outros corpos, outros grupos, outras vozes resistentes, outros sentidos. Essa tomada de posição que o sujeito faz ao identificar-se com estes outros saberes de diferentes posições-sujeito inscritas numa FD, produz um ponto de vista, uma individualização. Tal ponto é histórico, social, e se configura por meio de posicionamentos contrários ou favoráveis a certos saberes que preexistem ao dizer do sujeito. Desta maneira, para além da identificação, contra-identificação e desidentificação, e em direção à individualização, os movimentos que realiza o sujeito constituem não só novos sentidos, como também a eles mesmos.

Referências bibliográficas

AGGIO, Alberto (1999). **Revolução e democracia no nosso tempo**, 2º ed. São Paulo: UNESP, 1999. (1º ed. de 1997).

ALTHUSSER, Louis (2001). *Idéologie et appareils idéologiques d'état (Notes pour une recherche)*. RAMOS, Joaquim de Moura (trad.). **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado** (Notas para uma investigação). Lisboa: Editoria Presença. Distribuição no Brasil: Martins Fontes, 2001. (Original publicado em 1969).

BARNET, Sonya; JARVIS, Heather. **WHY**. Toronto, 2011. Disponível em: <slutwalktoronto.com>. Acesso em Junho de 2013.

BEAUMONT, Hilary. **Don't Rape, Part I**. The Dominion, 69, Sexuality Section, 4 July, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/IkXw9m>>. Acesso em Fevereiro de 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COURTINE, Jean-Jacques (2009). **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009. (Original publicado em 1982).

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **O Quadro Atual da Análise de Discurso no Brasil**. In: INDURSKY, Freda. (Org.). Michel Pêcheux e Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar. 1ed. São Carlos: Clara Luz, 2005a, p. 13-22.

GRIGOLETTO, Evandra. **Do lugar discursivo à posição-sujeito**: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica. In: MITTMANN, Solange et. al. (Orgs.). Práticas Discursivas e Identitárias – sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

_____. **O Discurso de Divulgação Científica**: Um Espaço Discursivo Intervalar. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005b.

INDURSKY, Freda. **Unicidade, desdobramento, fragmentação**: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange et. al. (Orgs.). Práticas Discursivas e Identitárias – sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

LACAN, Jacques (1985). *Le Séminaire*. PENOT, Marie Christine Lasnik (trad.). **O Seminário, livro 2 – O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. P. 45-85. (Original publicado em 1954).

NAZARIO, Luiz (2008). Quadro Histórico do Pós-Modernismo. In: GUINSBURG, Jacob; BARBOSA, Ana Mae (eds.). **O Pós-Modernismo**, 1º ed., 1º reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2008. (1º impressão em 2004).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **O Sujeito discursivo contemporâneo**: um exemplo. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda. Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Clara Luz, 2007.

_____. À flor da pele: indivíduo e sociedade. In: MARIANI, Bethania (Org.). **Escrita e os Escritos**: Reflexões em Análise do Discurso e Psicanálise. São Carlos: Clara Luz, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. ORLANDI, Eni Puccinelli (trad.). 4º ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009. (Original publicado em 1975).

_____. (1997a). **Análise Automática do discurso (AAD-69)**. In: GADET, F. & HAK, T. (Org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. (Original publicado em 1969).

_____; FUCHS, Catherine (1997b). **A propósito da Análise Automática do discurso**: Atualização e perspectivas. In: GADET, F. & HAK, T. (Org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à

obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. (Original publicado em 1975).

_____ (1997c). **Análise de Discurso: Três Épocas.** In: GADET, F. & HAK, T. (Org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. (Original publicado em 1983).

Abstract: *This paper aims to discuss, albeit briefly, the notion of subject through french discourse analysis (PÊCHEUX, 1969/1997, 1975/2009; PÊCHEUX & FUCHS, 1975/1997), focusing on the identification of the movements of “against-identification” and “disidentification” of subject-positions in relation to the subject-form and hence the discursive formation that organizes them (COURTINE, 2009; GRIGOLETTO, 2005; INDURSKY, 2008). Also concerns the notion of individualization of the subject-form by a given subject-position (ORLANDI, 2006, 2007), especially with regard to this individualization process. We point writing as one manifestation of this process, and believe in its materialization in the collective body. To do so, we designed this description as an extension of symbolization of a subject-position constituted by new forms of subjectivity, especially the writings on the bodies of the protesters of the SlutWalk.*

Keywords: *Subject; Subject-position; Body; SlutWalk; Discourse Analysis.*

O Diabo, da Tevê ao YouTube

Ivana Soares PAIM (PUC)
iveblackwell@gmail.com

Resumo: No contexto das comunicações realizadas por redes sociais de compartilhamento de informação, este artigo estuda as figurações do Diabo oriundas dos palcos da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e divulgadas no YouTube. Especificamente, examina a produção da imagem diabólica nos discursos dos “possuídos” por esse personagem do imaginário cristão, quando entrevistados e gravados por pastores dessa Igreja. O *corpus* do trabalho constitui-se de registros dessas entrevistas no YouTube, entre 2010 e 2014, anos de contínua expansão e atualização dessa Igreja. Para levar adiante este estudo, foram considerados aspectos históricos sobre períodos de consolidação e expansão de instituições religiosas, como a Católica e as Neopentecostais, as teorias de Patrick Charaudeau sobre a construção do discurso televisivo e seus efeitos de realidade e verdade e o conceito de “inteligência coletiva”, de Pierre Lévy. As ideias de Charaudeau originalmente destinadas ao estudo da televisão, foram aplicadas ao estudo das postagens daquelas entrevistas no YouTube, e o conceito de “inteligência coletiva” de Pierre Lévy foi contrastado às intenções subjacentes à divulgação daqueles exorcismos no site, por integrantes da Igreja em questão. Ao final, este estudo aponta o significado da retomada da imagem do Diabo para o discurso persuasivo da IURD.

Palavras-chave: YouTube; neopentecostalismo; Diabo; cibercultura; inteligência coletiva.

1. Introdução: a história do diabo cristão se repete

Como afirmam Lipovetsky e Serroy, no mundo atual tomado pelo materialismo, pareceria contraditório falar da expansão de instituições religiosas, ligadas à esfera da espiritualidade (LIPOVETSKY & SERROY, 2011, p.133). Porém, continuam os autores, atualmente ocorre a proliferação dessas instituições, que vêm surpreendentemente sustentar a ideia de desenvolvimento do mercado e do consumo. De fato, se a cultura de mercado está centrada na dimensão do presente e do curto prazo, nem por isso descarta a dinâmica espiritual que incita a memória religiosa e mobiliza relatos fundadores e origens sagradas. Assim, o aparecimento de novos movimentos religiosos como os evangélicos, a *new age*, a cientologia, entre outros, permite reavaliar as leituras que reduzem o hiperindividualismo à febre das paixões consumistas e competitivas, pois demonstra a necessidade que muitas pessoas têm de unidade e sentido, de segurança emocional, de ancoragem e calor comunitários, sendo essa a nova competência das espiritualidades religiosas atuais, que demonstram maior preocupação com o bem-estar pessoal e com a felicidade intramundana do que a busca da salvação em outro mundo (*Ibidem*, p.134).

Para oferecer a noção de sentido, unidade e proteção para a vida dos fiéis, as igrejas neopentecostais atribuem poder de ação somente a Deus (Pai-Filho-Espírito Santo) e ao Diabo. Nessa visão de mundo, segundo Mariz (In: BIRMAN et al., 1997, p. 47), Deus e o Diabo são responsáveis pelo sucesso ou pela desgraça na vida de uma pessoa, e não há responsabilidade humana ou origens históricas para o bem ou para o mal. A autora ainda afirma que os conceitos de exorcismo, Diabo e possessão estão presentes no cristianismo desde sua origem e fazem parte tanto do universo cognitivo do catolicismo oficial como do popular, e que, por isso, “o pentecostalismo mantém com o catolicismo uma relação de continuidade” (*Ibidem*, p.47).

Nogueira (2002, pp.52-56) e Link (1998, pp.95-129) sustentam que a ideia do Diabo já havia sido usada pela Igreja Católica como recurso para criar nos fiéis a necessidade dessa instituição como mediadora do divino, tanto em seu período de expansão, entre os séculos V e X, como em seus períodos de crise, entre os séculos XI e XV, para assegurar sua existência. Outro recurso utilizado pela Igreja Católica em seu período de expansão foi demonizar os deuses de outros povos e até mesmo certas comunidades como a Judaica e a Muçulmana. Lutando contra os chamados “heréticos”, ou não seguidores do Cristianismo e mais tarde contra aqueles ditos “feiticeiros”, os católicos continuaram a associá-los ao Diabo, para reforçar na sociedade ocidental a necessidade da proteção que sua Igreja oferecia, pois contra um inimigo tão terrível são precisos protetores cada vez mais eficientes.

Imagens horrendas de infernos, diabos animalescos e encenações de mistérios e milagres com demônios foram tomando conta de igrejas e textos religiosos ao longo daqueles anos, principalmente a partir de 1184 até o Renascimento, quando a Igreja Católica passou a sofrer grande questionamento de seus dogmas pela ciência (LINK, 1998, pp.109-110).

Assim como a Igreja Católica esteve num processo de expansão entre os séculos V e X, as igrejas pentecostais e neopentecostais enfrentam essa fase atualmente e lançam mão da figura do Diabo da mesma forma que a Igreja Católica havia feito: usam o Diabo para aterrorizar os fiéis e legitimar sua existência como salvadoras.

No Brasil, além de garantir largo número de fiéis com essa estratégia, as igrejas neopentecostais estabelecem uma relação de rivalidade com as demais religiões em progressão como as umbandistas, candomblecistas, ou mesmo a católica, ao transformar os santos, os orixás ou os espíritos sagrados dessas religiões em Diabos. No mundo neopentecostal, santos, espíritos e orixás continuam a existir, mas são demonizados, dando ao fiel a impressão de que será tentado por eles a afastar-se de Deus. Converter no neopentecostalismo brasileiro significa “redefinir o demônio ou descobrir um novo demônio ativo em áreas não percebidas como demoníacas” (MARIZ. In: BIRMAN et al., 1997, p.49). E assim, as igrejas neopentecostais fortalecem no fiel a ideia de que a igreja tem o poder de protegê-lo contra o Diabo, e atribuem a si mais credibilidade.

Para alcançar o maior número de pessoas, além dos cultos presenciais espetaculares, muitas das igrejas neopentecostais têm utilizado meios de comunicação como o rádio, a tevê e atualmente a internet. Por ser uma das igrejas neopentecostais de maior projeção no uso da tevê e por ter explorado um novo modelo de espetáculo litúrgico: as entrevistas com o Diabo, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) será especificamente abordada neste artigo. Além da rede televisiva Record, tevê aberta, a IURD possui a IURD TV online, e divulga no YouTube imagens de entrevistas que pessoas “possuídas” pelo Diabo concedem a pastores, que terminam sempre com seu exorcismo. Este trabalho mostra como o Diabo, aqui entendido como um personagem do imaginário cristão é configurado nas entrevistas entre os “possuídos” da IURD e os pastores exorcistas, levando em conta as teorias de Charaudeau sobre a construção do discurso

televisivo, aplicadas às postagens daqueles vídeos no YouTube. Nesta pesquisa, os diálogos entre os pastores e os fiéis “possuídos” são comparados às entrevistas de tipo “celebridade”, descritas por Charaudeau (2012, pp.114-117), e são analisados sob o viés dos efeitos de realidade e verdade que suscitam na tentativa de persuadir o telespectador; efeitos também descritos por Charaudeau (2012, pp.109-112). Ademais, esta pesquisa contrasta o conceito de “inteligência coletiva” de Pierre Lévy (2010 e 2011) com as intenções subjacentes à ação de divulgação daqueles vídeos no YouTube por integrantes da IURD. Para compreender mais claramente a relação desse conceito com os ideais implícitos na divulgação daquele material no site, este trabalho apresenta as relações estabelecidas entre as instituições tradicionais como escolas e igrejas, e o ciberespaço. Ao final, observa que o resgate da imagem do Diabo realizado pela IURD reforça suas estratégias discursivas que se apoiam na intenção de emocionar para persuadir e convencer, muito semelhantes ao discurso propagandístico, descrito por Charaudeau (2012), e se distanciam de quaisquer ideais de construção de conhecimento e repertório baseados em argumentação, como preconiza Lévy (2011).

2. Os efeitos de realidade e verdade do Diabo televisionado

O líder e fundador da Igreja Pentecostal Deus é Amor, David Miranda, celebrou-se no meio evangélico na década de 60 por introduzir um inusitado espetáculo litúrgico no rádio: as entrevistas de pastores com o Diabo, que se sustentaram muito bem, tendo apenas a fala como seu principal recurso de expressão (KLEIN, 1999, p.109). Nessas entrevistas, as pessoas conversavam com o pastor como se fossem o próprio Diabo, estando assim por ele “possuídas”. Esbravejavam em sons guturais as maldades que o Diabo lhes vinha impingindo, até que o pastor Miranda os salvasse por meio do exorcismo, mostrando assim a força de sua palavra e de sua Igreja. Foi Edir Macedo, na década de 80, quem transpôs esse tipo de espetáculo para a televisão ao adquirir a rede Record, aliando ao discurso expressivo da fala o poder persuasiva da imagem.

A televisão conjuga a imagem e a fala no vídeo, e dessa relação solidária depende a estruturação do sentido (CHARAUDEAU, 2012, p.109). Charaudeau esclarece ainda que imagem e fala são matérias significantes e cada uma possui uma organização interna, formando um sistema semiológico próprio, cujo funcionamento discursivo constrói universos de sentidos particulares, estando a imagem mais associada à representação do sensível, e a palavra mais associada ao conceitual, por meio da evocação, e gozando de certa autonomia em relação à outra (*Ibidem*, p.109). “Assim, não há para a significação televisiva, imagem em estado puro como poderia ser o caso em algumas criações figurativas da fotografia ou das artes plásticas, pintura, escultura” (*Ibidem*, p.110). Portanto, imagem e fala não se excluem no vídeo, e mesmo sendo pertencentes a universos semiológicos diferentes, acabam por se completar. Esse estudo considera a imagem e a fala que se conjugam na constituição das entrevistas entre pastores e Diabos, que embora

ocorram em ambiente e tempo presenciais, templos e cultos, já nascem destinadas à reprodução em tevê e no YouTube.

Charaudeau (2012, pp.109-112) salienta que a imagem televisiva pode produzir três tipos de efeito: o de realidade, quando se presume que ela reporta de modo direto o que surge no mundo; o de ficção, quando tende a representar analogicamente um acontecimento passado, como nas reconstituições; e o efeito de verdade, quando torna visível o que não era antes visto a olho nu, como mapas na perspectiva de voo de pássaro ou satélite nos dias de hoje, gráficos com dados abstratos, ou *zooms* de seres microscópicos, que mostram a realidade por um anglo diferenciado e penetram o universo oculto dos seres e objetos do mundo.

Nas entrevistas de pastores aos fiéis “possuídos” pelo Diabo, mostradas na tevê e compartilhadas no YouTube, a imagem produz tanto o efeito de realidade quanto particularmente o de verdade. O efeito de realidade se dá pelo fato de as entrevistas serem gravadas no momento em que o culto acontece, ou seja, mostram diretamente o que surge no mundo: o “possuído” é levado ao palco onde se encontra o pastor, e ao ouvir palavras que o pastor segreda em seus ouvidos, coloca as mãos para trás, como se estivesse algemado, ajoelha-se ou fica de pé com os ombros curvados, aguardando as perguntas que lhe serão feitas.

Como observado nos vídeos postados no YouTube, a entrevista e o exorcismo final ocorrem na frente de todo o público da igreja, e na frente das câmeras que os registram diretamente, garantindo assim um efeito de realidade, justamente porque enfatizam a noção de veracidade causada pela captação direta do ocorrido.

Já o efeito de verdade se dá pela própria figuração do Diabo na expressão do “possuído” e pelo colóquio que trava com o pastor, ou seja, por meio de um discurso pautado por um tom de voz animalesco e de cunho maldoso a pessoa concretiza e torna presente a imagem do Diabo. Nessas entrevistas, a câmera mostra um corpo que apresenta a manifestação do Diabo, personificação do mal no imaginário cristão, cuja existência está ligada à crença no mundo sobrenatural e misterioso, de difícil acesso. Assim, o contato dos demais fiéis e do pastor com esse elemento do imaginário no âmbito do sagrado, provoca o efeito de verdade, que se apoia na ideia de revelar ao telespectador algo surpreendente ou de difícil acesso.

Ao criar os efeitos de realidade e verdade, as entrevistas com o Diabo dão maior credibilidade à proteção oferecida pela Igreja Universal, especialmente ao utilizar a figura do Diabo subjugado pelos pastores, representantes da Igreja. No entanto, é necessário ressaltar que essas entrevistas de viés televisivo oferecem sempre uma ilusão ou efeito de verdade ou realidade, pois já se originam no culto com o intuito de convencer os fiéis da força e proteção da Igreja. Além disso, ao serem reproduzidas na tevê e na *web*, vem recortadas, como partes de uma realidade selecionada pelo câmera, pelo diretor e pelo editor. Dessa forma, segundo Charaudeau (2012, p.112), a televisão mostra um olhar opaco sobre as coisas do mundo, pois já traz em sua imagem a interpretação e a intenção das pessoas que a elaboraram. Nas imagens do Diabo mostradas na tevê e no YouTube o corte ou a seleção da cena, feita no *continuum* do

culto, deixa claro o desejo de mostrar apenas a entrevista e o exorcismo final, com a intenção de ressaltar aquele momento culminante de salvação e, assim, alcançar de forma mais direta e rápida a atenção do telespectador e do visitante do YouTube para persuadi-lo a crer na palavra e na ação do pastor, graças aos efeitos de realidade e verdade que criam.

Para Charaudeau (2012, p.203), a noção de gênero, adotada de outros campos de conhecimento como a Linguística e a Literatura, pode auxiliar também a compreensão dos fenômenos da comunicação midiática, sendo nesse âmbito, acompanhada de qualificativos que a especificam segundo o suporte midiático: os gêneros jornalísticos, os gêneros televisivos e os gêneros radiofônicos. Os tipos de gêneros midiáticos se caracterizam por três categorias básicas que são: os modos discursivos, que podem ser os acontecimentos relatados, os comentados e os provocados; a instância enunciativa, externa ou interna a uma instituição; e o grau de engajamento dos enunciadores a uma determinada ideologia (*Ibidem*, pp.203-212). A entrevista televisiva é um desses gêneros, pois ela pode ser definida por ser um modo de discurso provocado, assim como o debate; por ter instância enunciativa interna, pelo fato de estar ligada a uma emissora de tevê; e por apresentar forte engajamento dos entrevistadores com a ideologia da emissora.

Nas entrevistas com o Diabo, provocadas pela atmosfera persuasiva e espetacular do culto, que faz com que alguns fiéis incorporem o personagem – interpelado pelo pastor propositadamente – é possível notar o engajamento do líder religioso, do “possuído” e da produção televisiva aos objetivos e ideais da IURD, no que dizem respeito à tarefa de angariar fiéis, ao apresentar pastores de palavra tão forte, capazes de obrigar o Diabo a conversar com eles e a expulsá-lo do corpo afetado no final da entrevista – o que torna esses pastores dignos de confiança aos olhos dos fiéis. Essa confiança na palavra do pastor e no poder da igreja se dá porque durante a entrevista, tanto as pessoas ali presentes quanto aquelas que a assistem posteriormente (via YouTube ou tevê) identificam-se com o fiel “possuído”. O fiel descreve as maldades que acontecem com ele, como se fossem causadas pelo Diabo que se apoderou de seu corpo; e enquanto a descrição ocorre, os ouvintes sentem que também estão vulneráveis às tentações do Diabo, e assim, ao final têm a sensação de que estão seguros por causa da expulsão do demônio do corpo do outro fiel.

No gênero “entrevista”, tido por Charaudeau como a palavra na interioridade, que instaura uma relação particular entre o enunciador e o seu ouvinte, a identificação se dá também pela intimidade criada pela voz, que movimenta a afetividade, trazendo “sentimentos favoráveis ou desfavoráveis, o tremor das emoções, frieza ou paixão, as vibrações do espírito, verdade ou mentira” (CHARAUDEAU, 2012, p. 213). A entrevista com o Diabo ocorre apaixonadamente, quando os arroubos do pastor subjagam o personagem, que se torna cativo e quase inofensivo aos olhos dos demais fiéis, que assim, sentem-se confiantes e protegidos pela força da Igreja.

O fiel “possuído” responde às questões do pastor de maneira malcriada e animalesca, causando apreensão em quem o escuta, mas esse sentimento não dá vazão ao desespero nos fiéis que os assistem, porque todos sabem que no final da entrevista o pastor vencerá o inimigo, libertará o “possuído”, e tudo

acabará bem. Esse desfecho já está previsto, pois o pastor, no papel de questionador divide a cena com o Diabo no lugar de questionado, e assim, a alternância de fala se acha regulada e controlada pela instância entrevistadora, segundo suas finalidades, que no caso são as de mostrar para os fiéis que sem a proteção da Universal podem ficar vulneráveis ao ataque do Diabo. Ao observar os diálogos travados entre o pastor e o personagem, pode-se constatar que a ideia desse Diabo geralmente vem do envolvimento do fiel com a religiosidade afro-brasileira, pois nas entrevistas o Diabo geralmente consegue apossar-se daqueles que frequentaram centros do candomblé ou da umbanda, ou que de certa forma se envolveram em alguns rituais dessas religiões por intermédio de amigos ou parentes.

Levando em conta os variados tipos de entrevistas listados por Charaudeau (2012, pp.214-217), como a entrevista de política, de cultura, de especialista, de testemunho e de celebridades ou estrelas, as entrevistas com o Diabo, divulgadas na tevê ou encontradas no YouTube, aproximam-se mais da última. O linguista afirma que nas entrevistas de estrelas o convidado está obrigado a aparecer na mídia para alimentar sua notoriedade e se presta com maior ou menor boa vontade às perguntas do entrevistador, que procura fazê-lo falar de sua vida particular (*Ibidem*, p.216). Durante as entrevistas, os pastores geralmente perguntam ao Diabo “incorporado” naquele “possuído” que tipo de maldades vem fazendo com a pessoa, por que a possuiu, de que maneira, quem mais afeta em sua família, em quantos estão naquele corpo, como é o inferno e quem está lá. Contudo, o personagem é na verdade coadjuvante nesse jogo discursivo no qual a estrela principal é o pastor, imbuído da intenção de reafirmar a força de sua igreja como protetora dos fiéis.

Nessas entrevistas, a celebridade não é o entrevistado, mas o entrevistador: o pastor. A figura manifestada do Diabo é apenas usada para atribuir ao líder religioso mais confiabilidade e brilho, e toda a cena torna-se experiência testemunhada pelos espectadores ali presentes, ao assisti-la na tevê ou ao acessá-la no YouTube. A imagem do Diabo como coadjuvante endossa os ensinamentos da igreja e auxilia os pastores a construir todo um discurso doutrinador pautado nos efeitos de realidade e verdade dessa imagem que se constrói nas entrevistas, que justifica e dá sentido à existência daquela instituição na vida do fiel e na sociedade.

3.0 Diabo subjugado e levado ao YouTube

Ao ser compartilhadas no YouTube, as entrevistas ficam disponíveis para ser assistidas e comentadas pelos visitantes daquele site, deixando de pertencer somente à instituição que lhes serviu de berço, no caso, a rede de televisão da Igreja Universal. Os vídeos dessas entrevistas podem até mesmo migrar para outras redes sociais como Tweeter, WhatsApp, Facebook, entre outros, dependendo da vontade do visitante que as acessaram no site. Isso indica uma modificação no que Charaudeau (2012, p.35) chama de instância de transmissão, pois a partir de sua liberação no YouTube, essas entrevistas podem ser levadas ou

transmitidas para outras redes sociais pelos próprios usuários do site, e não apenas pelos pastores ou integrantes da IURD TV. Embora pareça incoerente da parte da Igreja Universal liberar essas entrevistas para que sejam livremente comentadas e compartilhadas pelos usuários do YouTube, essa divulgação acaba por reforçar a estratégia de expansão da igreja, pois aumenta sua visibilidade.

As entrevistas permanecem no YouTube como dados de memória latentes, esperando ser acessadas ou consultadas, como vídeos em uma videoteca; e no momento em que são acessadas, vistas ou revistas, o usuário do site pode deixar ali registrada sua opinião sobre o que acabou de assistir. Graças aos fóruns abertos que oferecem a oportunidade de interação, essa opinião pode ser comentada por outros usuários e visitantes do site. No YouTube, na maioria das vezes, esses fóruns ficam disponíveis para ser lidos por qualquer pessoa que se interesse pelo assunto e venha a acessar aquelas páginas, não sendo restritos a uma rede de contatos mais particular como o Facebook, por exemplo. Assim, os visitantes dessas páginas interagem entre si – mesmo que não tenham se conhecido antes em rodas de amigos presenciais ou virtuais – e constroem um debate escrito no espaço disponibilizado para isso, logo abaixo da tela de exibição da imagem televisiva. O debate que ali ocorre parece ser uma transposição do modelo de debate televisivo entre celebridades, no qual, segundo Charaudeau (2012, p.218) pessoas famosas são convidadas a debater um tema polêmico, geralmente em voga nos jornais impressos ou na tevê. Nesses debates de celebridades reina a opinião baseada na experiência pessoal de cada uma das pessoas participantes, e o espetáculo é garantido por discursos emocionados ou alterações de humor, como nos debates ocorridos em programas de auditório. Todavia, nos debates travados nos fóruns do YouTube, não há celebridades, mas pessoas não pertencentes ao mundo da televisão, apenas interessadas num tema comum.

As pessoas que registram sua opinião nos fóruns do YouTube, relativos às entrevistas com os fiéis “possuídos”, vêm de diferentes grupos sociais, com maior ou menor domínio da norma culta da língua portuguesa, mais preocupadas em sustentar sua própria opinião do que dispostas a considerar a opinião alheia. Há ali naqueles fóruns uma sobreposição de comentários que afirmam ou rechaçam a crença nos Diabos encarnados, muitos com tom agressivo, e poucos tratam o assunto com maior reflexão e polidez.

Na cascata de afirmações e declarações, em sua maioria emocionadas, o visitante ocupa o lugar da celebridade na televisão, e passa a ter sua opinião vista por outras pessoas que se interessam por aquele mesmo tema. Nas páginas do YouTube, a televisão chega a diminuir a distância entre sua instância midiática e seu público, abdicando até mesmo de sua posição como enunciadora única. As entrevistas uma vez mostradas somente na tevê dão pouca abertura para o *feedback* do espectador; já no YouTube tornam-se motivo para a realização de fóruns, bem próximos às propostas de debates televisivos. No YouTube tornam-se também passíveis de novos compartilhamentos em outras redes sociais, o que levaria a pensar na realização de uma real democratização de saberes proporcionado pela *web*. Entretanto, as entrevistas com o Diabo ou os debates sobre elas mostrados naquele site, ainda conservam a atmosfera de espetáculo televisivo, que serve aos interesses de divulgação e expansão da IURD, sendo difícil crer na potência dessas

interações midiáticas para transformar opiniões e ampliar o repertório de saber dos indivíduos com elas envolvidos, como aconteceria no sistema que sustentasse a sonhada “inteligência coletiva” de Pierre Lévy (2011) abordada a seguir.

4. As instituições tradicionais e a cibercultura

Ao apresentar suas ideias sobre a comunicação humana mediada pela *web*, Lévy (2011, p.68) não esconde certo tom utópico e otimista, crê na possibilidade de um dia vir a existir o que chama de “inteligência coletiva”, ou “a dinâmica aberta da composição de vozes e de negociação de mensagens” (*Ibidem* p.69), que dispensaria o intermédio de instituições, líderes ou quaisquer outras instâncias de domínio individual ou de uma minoria, em prol da construção de um saber coletivo e anônimo. Teriam acesso a esse saber coletivo todos aqueles que compartilhassem o ciberespaço, “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 2010, p. 94). Segundo o autor, o ciberespaço se tornará o principal canal de informação e suporte de memória da humanidade a partir deste século, e a possibilidade de troca de mensagens oferecida por ele oportunizará a criação dessa maneira particular de inteligência, distribuída por toda parte, disponível a todo tempo, mobilizadora das efetivas competências e saberes de seus participantes, libertos de qualquer estigma, seja ele social, cultural ou econômico (LÉVY, 2011, p.70).

Para Lévy (2011, p.70), o ciberespaço já instaura uma modificação nos operadores sociais que acompanham a humanidade desde a invenção da escrita, que são a universalização e a totalização da produção e acesso ao sentido de mensagens. Nas sociedades orais, as mensagens linguísticas eram recebidas no tempo e local onde eram emitidas, já nas sociedades onde havia a escrita, um novo espaço de comunicação se abria, pois, ficava possível tomar conhecimento de mensagens produzidas a milhares de quilômetros, a anos atrás, de culturas diversas. Assim, as mensagens transcendiam seu contexto de produção, e um grande esforço para compreendê-las começava a ser feito, como a criação de gramáticas e dicionários, que garantissem sua interpretação e recuperassem seu sentido. Por sua vez, os produtores, ou escritores também passaram a preocupar-se em garantir, a longo prazo, o sentido de suas mensagens.

Àquela árdua busca de entender e fazer-se entender Lévy (2011, p.118) chama de universalização e totalização de um sentido e explica que a totalização repousa especificamente na tentativa de manter de forma mais completa possível o sentido da mensagem que vai ao longo dos variados contextos, e que esses vários contextos corresponderiam à universalização. Para o pesquisador, as mídias de massa, a imprensa, o rádio, a tevê e o cinema “dão continuidade à linhagem cultural do universal totalizante iniciado pela escrita” (*Ibidem*, p.118).

Até então, a diferença entre o contexto midiático de massa e o contexto oral era que os telespectadores – diferentemente dos interlocutores – quando envolvidos emocionalmente na

comunicação, não podiam tomar o papel de participantes como aqueles das sociedades de tradição oral. A verdadeira ruptura com a prática da comunicação, vigente a partir da escrita, não se dá com o rádio, o cinema ou a tevê, mas com as trocas interativas do ciberespaço, que permitem que o usuário não tenha mais a necessidade de resgatar e preservar o sentido da mensagem, desvinculado de um contexto há muito perdido, pois ali ele pode partilhar o mesmo contexto, ou hipertexto vivo e disponível. Seja qual for o texto, ele é fragmento de um hipertexto que o engloba, o conecta a demais textos e serve de mediador para uma comunicação interativa, interrompida e retomada, que acessa o contexto e garante o sentido da mensagem naquele mesmo espaço virtual (*Ibidem*, p.119).

No regime clássico da escrita, o leitor era fadado a reatualizar o contexto a um alto custo, ou “a restabelece-lo a serviço das igrejas, instituições ou escolas, empenhadas em ressuscitar e fechar o sentido” (*Ibidem*, p.120).

Com o ciberespaço, diz Lévy, (2011, p.21) essas visões totalizantes do sentido são abolidas, pois os usuários da rede não são meros receptores de informações, mas também produtores e interagentes nas trocas comunicativas. Dessa forma, quanto mais pessoas tiverem acesso à *web*, menos totalizantes serão os discursos e uma nova noção de universalização seria vigente: a universalização sem a totalização do sentido. Para Lévy, “a cibercultura dá forma a um novo tipo de universal: o universal sem totalidade” (*Ibidem*, p.122). Portanto, o ciberespaço na visão do autor, passa a ser um direito de todos os seres humanos, e daí sua nova universalidade, o que garantiria a efetiva democratização dos saberes naquele novo espaço.

Ao apontar as modificações culturais trazidas pelo ciberespaço, Lévy apresenta as instituições tradicionais formadoras de opinião e de resgate de sentidos, tais quais as igrejas, e as escolas, como entraves à busca independente de conhecimento travada pelos usuários da *web*, que as poderiam dispensar como mediadoras de sentido e resgate de contextos, devido ao fato de a própria rede oferecer inúmeros caminhos de atualização desses contextos na construção de seus saberes, por meio de acesso a hipertextos interligados (*Ibidem*, p.123).

Contudo, parece que Lévy desconsidera o fato de que essas instituições também sofrem modificações internas, que dizem respeito igualmente a suas estratégias de comunicação e diálogo com seu público, num eterno atualizar-se para não deixar de existir. A Igreja Universal, por exemplo, divulga no YouTube as entrevistas com os “possuídos” pelo Diabo que exhibe tanto na Record, quanto na IURD TV via internet. A utilização de um site de compartilhamento de vídeos como o YouTube não é gratuita, pois muitas pessoas, entre participantes dessa igreja ou não, tem acesso a ele, e interessam-se pelos temas suscitados por elas.

Grande parte das pessoas que divulgam os vídeos da Universal no YouTube pertencem à igreja, pois se identificam como pastores, obreiros ou fiéis em seus perfis disponíveis no site. Isso significa que mais uma vez, os debates são provocados para que o espetáculo não acabe, e mais e mais pessoas conversem sobre o

assunto. A própria figura do Diabo, tão abandonada pelo protestantismo de confissão Luterana, é retomada e atualizada com toda força nos cultos performáticos das igrejas neopentecostais, nos quais o corpo é fonte de expressão e comunhão entre os pastores e os fiéis (KLEIN, 1999 pp.99-101), que são convidados a participar dos exorcismos finais erguendo as mãos e ordenando juntamente com o pastor a saída do Diabo do corpo do “possuído”.

Assim, na era da interatividade, as igrejas neopentecostais estimulam cada vez mais a participação dos fiéis em seus cultos, seja presencialmente ou virtualmente, com entrevistas e exorcismos de “Diabos incorporados”, testemunhos emocionados, ou acirrados debates. Conservam o espetáculo pertencente à mídia televisiva e exploram o ciberespaço, lançando mão dele para divulgar e reforçar seu discurso totalizante, cuja função arraiga-se ao esquema descrito por Charaudeau (2012, p.48): emocionar para fazer crer.

Levando em conta o fato de que as instituições tradicionais se atualizam, é cabível reconhecer que algumas, como as escolas e emissoras de tevê de cunho educativo e informativo podem oferecer oportunidades de relativizar e problematizar o sentido ou o saber divulgado por elas mesmas e por outras instituições. Assim, seriam aliadas na formação da inteligência coletiva, idealizada por Lévy; porque tornariam clara para as pessoas que entrassem em contato com elas a ideia de que no ciberespaço devem procurar informação em vários sites e ver o mesmo tópico por diferentes pontos de vista, tendo assim a oportunidade de ampliar seu repertório e conhecimento sobre o assunto.

Dessa forma, instituições tradicionais como escolas, museus e algumas tevês poderiam não ser entraves, mas parceiros das interações possíveis no ciberespaço para a criação da “inteligência coletiva”, pois ao evidenciar que saberes devem ser relativizados, reforçariam a ideia de que as pessoas são livres para escolher em que acreditar, com base em convicções construídas por elas mesmas, ao buscar diferentes fontes de informação sobre um mesmo assunto.

5. Considerações finais

A Igreja Universal tem demonstrado ao longo dos anos grande flexibilidade e rápida assimilação dos processos comunicativos, como a estratégia propagandística baseada na identificação de necessidades de um público e na espetacularização de discursos para convencê-lo de sua verdade, conseguindo assim cada vez maior número de fiéis, seja nos pontos estratégicos da implantação dos templos nas cidades (ALMEIDA, 2009, p.53), seja nos discursos interpeladores dos pastores, ou nas entrevistas com os “possuídos”. Tudo é chamativo e grandioso, feito para comover, emocionar e assim, convencer a crer que aquela instituição é necessária para a vida das pessoas, pois lá encontrarão proteção e prosperidade.

Nesse percurso, a Universal demoniza as entidades da umbanda e do candomblé como a igreja católica havia feito com os antigos deuses das povoações dominadas pelo império romano, então

cristianizado, retomando essa estratégia ao longo dos anos de sua expansão e crise, entre os séculos V e XIV. Nos palcos da Universal, as entidades da umbanda e do candomblé perdem seu caráter original, sendo padronizadas numa figuração de Diabo, animalesca e rude, que reforça em sua fala gutural a ideia de que só será salvo e próspero quem se filiar àquela igreja e recusar o contato com aquelas de origem africana ou mesmo de cunho Kardecista.

Ao apoiar-se na figura do Diabo expressa em gesto e fala, como grande antagonista do ser humano e legitimador da existência da igreja, a Universal resgata para o protestantismo o uso da imagem, como o catolicismo popular havia feito. Coincidentemente, tanto a igreja Católica quanto a Universal não atribuem à ideia de Deus qualquer imagem, mas a atribuem ao Diabo, seu oponente, que no caso da Universal, serve claramente para amedrontar os fiéis e justificar assim a necessidade de estar vinculado à igreja. Segundo Almeida (2009, p.71), as igrejas protestantes de raízes históricas e carismáticas não lançam mão de qualquer imagem para legitimar sua existência, centrando-se mais no estudo da bíblia; ao passo que a utilização da figura do Diabo aparece com mais veemência nas igrejas neopentecostais. Isso porque o discurso dessas igrejas é baseado num discurso que privilegia a persuasão como aqueles do âmbito televisivo: espetacular e interpelativo, que emociona para convencer, premissa encontrada nos variados gêneros televisivos como o debate, a entrevista de estrela ou celebridade, os *talk shows* e as próprias propagandas. Como aponta Charaudeau, (2012, p.110) o desejo de atingir mais rapidamente o emocional dos interlocutores ou telespectadores justifica o uso da imagem, que alcança mais rapidamente o campo do sensível e assim, as emoções.

É importante ressaltar que as entrevistas ocorridas nos palcos da Igreja Universal já nascem para ser transportadas para a televisão e para o YouTube, ou seja, seus participantes sabem que o destino daquela conversa é a tevê, e assim, pastor e “possuído” atuam de maneira dramática. Ainda assim, estando praticamente prontas para serem reproduzidas na íntegra, dispensando maior trabalho de edição, são separadas de seu contexto de produção, que é o culto e recontextualizadas em programas na tevê ou nas postagens do YouTube. Charaudeau (2012, p.151) afirma que o universo da informação midiática é sempre um universo construído, pois o acontecimento não é transmitido em seu estado bruto, mas é racionalizado, editado.

Esse discurso de caráter televisivo se espalha, reverbera nos meios de comunicação mais novos como o YouTube e outras redes sociais, num constante processo de atualização e expansão, que sequer chega a ter ameaçado seu discurso totalizante, mesmo ao ser colocado sob a manipulação dos usuários da *web*. O que mais interessa à Igreja Universal nesse momento é expandir-se e para isso, a visibilidade torna-se mesmo mais importante do que o que se diz sobre ela. É por isso que muitas das postagens do YouTube, que antes mantinham a possibilidade de criação de fóruns de debate bloqueada, acabaram desbloqueando-as, porque o importante é que a igreja seja lembrada o mais frequentemente possível. Para o processo de expansão da Igreja, o mais eficiente é que seja lembrada, evocada pela mídia, e que assim,

possa chamar a atenção sobre si com o intuito de angariar mais e mais fiéis. Como indica Almeida (2009, p.55), toda a estrutura de funcionamento da Igreja Universal baseia-se em estratégias propagandísticas, que promovem sua visibilidade: seja com a construção de templos grandiosos, seja com os discursos inflamados dos pastores, com as visitas de fiéis a hospitais e prisões, ou seja com o oferecimento de consultas espirituais via tevê, via internet ou presencialmente no templo, ou com as entrevistas dramáticas terminadas em exorcismos, quando a imagem do Diabo é também usada para emocionar, amedrontar, convencer e converter.

Essa pesquisa espera contribuir para aumentar o leque de informações sobre aspectos da comunicação midiática, especificamente aquela realizada em mídias convergentes como o YouTube, e o uso que instituições tradicionais, como as igrejas têm feito dessas mídias. Espera contribuir também para a compreensão da retomada de figuras do imaginário humano como o Diabo, que ao longo da história, vão sendo atualizadas e vão reaparecendo nos discursos que determinam as relações sociais.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Ronaldo de. **A Igreja Universal e seus demônios**: um estudo etnográfico. São Paulo: Terceiro Nome/FAPESP, 2009.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. Trad. Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2012.
- KLEIN, Alberto Carlos Augusto. **Culto e Mídia, os códigos do espetáculo religioso**: um estudo de caso da Igreja Renascer em Cristo. 1999. 140f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 8. ed. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2011.
- _____. **Cibercultura**. 3. ed. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto F. **O diabo no imaginário cristão**. 2 ed. São Paulo: EDUSC, 2002.
- LINK, Luther. **O diabo**: a máscara sem rosto. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- LIPOVETSKY, Gilles. & SERROY, Jean. **A cultura mundo**: resposta a uma sociedade desorientada. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- MARIZ, Cecília Loreto. O demônio e os pentecostais no Brasil. In: BIRMAN, Patrícia et al. **O mal à brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

Abstract: *Concerning the communication that occurs on the web, this paper studies the figuration of a character belonging to the cristian imaginarium, the Devil, in a church called Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). This essay analyses the building of the diabolic image in the speeches of those who believe are “possessed” by the entity during interviews provoqued by the shepherd of that Church. It also takes in account the processes of reverberation of those interviews on YouTube. The corpus of this research is made of the register of those interviews published on that web site from 2010 to 2014, years of continuous expansion of IURD. The corpus is analised under the light of Patrick Charaudeau’s and Pierre Lévy’s theories. In order to build this study, some historical aspects concerning the consolidation and expansion of religious institutions were considered, as well as Charaudeau’s ideas towards the effects of reality and true caused by television. For this essay, Charaudeau’s theories, originally applied for the study of television were taken to analyse the interviews posted on YouTube. Lévy’s concept of the collective intelligence was contrasted to the intentions of IURD members, when sharing those interviews on YouTube. In the end, the study remarks what the rescue of the image of the Devil means to the persuasive speech of that Church.*

Keywords: *YouTube; neoprottestantism; Devil; cyberculture; collective intelligence.*

Teorias do romance de Georg Lukács e de Mikhail Bakhtin. Entre ética e estética

João Carlos Felix De LIMA (ISCP)¹
jchilst@yahoo.com.br

Resumo: O texto apresenta, de modo sucinto, as duas mais influentes teorias do romance, gestadas por Georg Lukács e por Mikhail Bakhtin no início do século XX. Toma, para isso, como parâmetro, a *Teoria do romance* do jovem Lukács, de um lado, e os textos que compõem os esforços de Bakhtin em identificar no romance suas principais características e motivos estéticos, de outro, tal como lidos em *Questões de literatura e de estética*. Para que a análise esteja sedimentada pelo solo da história, não dispensamos a (embora liminar) ligação histórica entre os dois teóricos e o movimento intelectual que os cercava.

Palavras-chave: Lukács; Bakhtin; Teoria do romance; Estéticas literárias do século XX; História da crítica literária.

1. Entre Lukács e Bakhtin

Falar das teorias do romance de Mikhail Bakhtin e de Georg Lukács de fato não se constitui tarefa fácil, em vista da amplitude e do número de escritos desses autores, bem ainda do ambiente intelectual que os gerou e que, dentro ou fora, acabou definindo as trajetórias de ambos no estreito século XX. É difícil ainda pelo número enorme de autores que recepcionaram suas obras no intercurso de mais ou menos 100 anos. Sendo o romance um gênero literário vencedor dentre todos os outros gêneros, e a obstinação que tiveram esses autores em colocá-lo em evidência – não apenas descrevendo-o, mas demonstrando como seu sucesso foi fundamental para que se colocassem questões éticas – torna-se indispensável repensar o contexto em que surge um dos debates mais fascinantes da teoria literária no século XX e que vem ainda movimentando as análises hoje, direta ou indiretamente. Isso demonstra o quanto ainda nos ressentimos de substitutos à altura dessas teorias e o quanto também essa marca implica o retorno do mesmo em contextos distintos dos de sua produção inicial. Cabe saber até em ponto isso seria saudável.

No caso desses dois importantes teóricos literários, nem sempre sua trajetória foi bem sucedida, com exceção de um ou outro autor, nem sempre tiveram uma boa acolhida à obra por eles produzida. Demandando um diálogo com seu tempo, mas também com os pares e grupos por onde transitavam, Lukács e Bakhtin perpassam as interpretações e as nascentes estéticas literárias, principalmente, que ocorrem com os eslavos, no caso do formalismo, depois, do *New criticism*, com os norte-americanos, chegando, talvez já sem força, pelo estruturalismo e pela estética da recepção.

Em Lukács, a força de seu marxismo demonstra uma radicalização que não se mostrava no período em que pleiteava uma cadeira universitária na Alemanha, e que se impunha pelo rigor dos tempos políticos e da intensa participação de Lukács em diversos lugares da Europa. Bakhtin, por seu lado, impedido de

¹ Doutor em Teoria da literatura pela Universidade de Brasília, com tese sobre Alfredo Bosi. Mestre pela mesma instituição, com dissertação sobre Hilda Hilst. Trabalha no Instituto Superior de Ciências Policiais em Brasília – DF. Este texto é parte de uma pesquisa maior a respeito das estéticas literárias no século XX, cujos resultados em breve serão publicados.

atuar enquanto professor universitário, depois, como exilado ao longo de vários anos, pelo sistema formal de Stálin, até ser redescoberto já perto do fim da vida por um grupo de admiradores, inicialmente, de seu texto sobre Dostoievski, depois, do texto escrito a respeito de François Rabelais. Graças a esses estudiosos, parte dos escritos de Bakhtin foi resgatada.

Pensando nisso, em que medida os aspectos estéticos defendidos por um e outro poderiam render uma aproximação historicamente defensável, ou, pelo menos, que pudesse ser justificável pela justaposição e a conclusão inevitável de uma linha de pesquisa conjunta, em que se refletiriam, digamos, os mesmos prolegômenos, os mesmos tabus ou totens? Difícil é a resposta. O que consta, a respeito de Bakhtin pelo menos, é que ele começou uma tradução da então recém-lançada *Teoria do romance*, mas foi dissuadido da ideia por um colaborador da revista onde a publicaria, que o próprio Lukács havia desistido do livro, neste caso, em vista, talvez, do andamento da Revolução Russa, e de seu envolvimento político com ela, como dissemos.

A aproximação, contudo, vista desse ângulo apenas parece não colidir exatamente do que se espera de uma aproximação que seja histórica. Pensemos, portanto, no espectro intelectual do qual ambos são devedores. Ainda aqui é difícil discriminar como ambos se moviam, o que se sabe com alguma certeza é que militavam em um ambiente encharcado de neokantismo e mesmo de hegelianismo, frentes que seriam superadas pelo marxismo dominador, no caso de Lukács, e um desdobramento dos aspectos éticos que já se vinham avizinando desde os primeiros escritos, como acontece com Bakhtin. Lukács ainda será muito influenciado pelo dinamarquês Kierkegaard, cuja raiz cristã jamais deixará de ser discutida por ele, menos ainda por Bakhtin. Com certeza o que os une nessas décadas iniciais do século é a leitura assídua de Dostoiévski, ponto de partida para algumas importantes reflexões que ambos farão daí em diante.

É notável, por exemplo, que ao ler Dostoiévski, Lukács tenha se apercebido da possibilidade de uma ética depreendida das linhas do autor russo, tão notável quanto o pessimismo que cinge as considerações de Lukács nesse tempo. Daí que a *Teoria do romance* apareça, segundo Leszek Kolakowski, como uma espécie de antídoto a esse pessimismo, e ainda como possibilidade de resgate de uma utopia marcada pela junção entre forma literária e instituições sociais. De outro ponto, Bakhtin não se aproximou de Dostoiévski, ao que se saiba, como alguém que procura uma disciplina literária, ou uma ética. Não pelo menos num primeiro momento. Mas a leitura o conduziu ao desenvolvimento de ideias filosóficas que se vinham gestando desde os anos 20. Na verdade, para ser preciso, Bakhtin vinha trabalhando em vários textos que o notabilizariam pelo enquadramento filosófico em diálogo com os autores já então de sua predileção. É desse tempo uma versão do livro sobre Dostoievski, publicado apenas em 1929.

Dentro do quadro histórico, portanto, e ainda no movimento histórico que nos move, Bakhtin trafega por uma “pesada influência do neo-kantismo e da fenomenologia”, bem como pelo freudismo, pelo marxismo, pela linguística e pelo formalismo (CLARK et HOLQUIST, 2008, p. 38). Nessa época gesta-se e se aprofunda um desejo de incorporação de teorias que dessem conta dos aspectos literários, principalmente

do romance. Lukács, aluno dileto de Georg Simmel em Heidelberg, apodera-se de um vocabulário que denuncia sua ascendência kantiana e a influência de Rickert, Windelband, sob os auspícios de Weber, Stefan George, Emil Lask e Ernst Bloch, notórios intelectuais que fariam história no século. É lógico que falar de ambiente intelectual necessariamente não infere nenhum tipo de saber sobre a obra de ninguém, é apenas a ponta do *iceberg*, como diria Alfredo Bosi. Mas pode apontar fatores de confluência e pontos de partida.

Um fato notável nestes que estudamos é a ausência de análises de poesia. Assim, eles são, de fato, analistas de romances, têm uma predileção que os caracteriza por escolhas centro-europeias, próprias ao seu ambiente de formação. Bakhtin mesmo tem pouquíssima coisa publicada sobre poesia, algo muito curto sobre Púchkin, quase apenas isso. Lukács toca no assunto, mas seu centro de interesse é o romance, que acaba sendo, dado seu dogmatismo, o romance realista do século XIX, e a quase exclusão de obras importantes do panteão literário do século seguinte, que lhe garantiria ainda um importante debate com Brecht e ainda com os expressionistas. No entanto, isso não lhes impediu de constituir um lugar à poesia em suas estéticas, dado ser uma manifestação literária importante, muitíssimo estudada pelos formalistas russos, por exemplo, e disseminada pelas vanguardas de modo incansável nos anos iniciais daquela época.

Para o nosso caso, e em vista do pouco espaço que temos, analisaremos brevemente o livro de Lukács e os textos de Bakhtin que foram gerados no mesmo tempo – isto é, os anos iniciais do século XX – dada a dispersão de forças que obrigaram Bakhtin a distanciar-se tanto de sua própria produção intelectual quanto de sua cátedra. Lukács renegaria o livro, dadas suas posteriores posições em vista do Partido Comunista, que rejeitaria como idealista, também, seu principal livro, *História e consciência de classe*. Bakhtin acresceria outros modos de compreensão da coisa romanesca, avultando o rico espectro de suas análises.

2. Lukács: *Zeitgeist* e forma literária

A *Teoria do romance* é um *tour de force* pelas formas romanescas surgidas com a modernidade, especialmente em virtude da ascensão da individualidade, pensadas em paralelo com as filosofias de Descartes, Locke e outros. Lukács não faz qualquer menção a Marx neste texto, o que se nota é uma devoção à teoria da história de Kant e uma percepção central da transição dos tempos, através de Hegel: “Lukács regards literary forms as the expression of changing historical totalities, each of which in turn seeks to achieve self-consciousness in artistic creation”. Tendo nascido sob alguma esperança de que os tempos indicassem melhores saídas éticas para o tempo, Lukács apodera-se do vocabulário hegeliano concordando no essencial, isto é, na indicativa de que a mudança das formas literárias acompanha a mudança dos tempos. “The very existence of the novel bore witness to a cultural disease, the inability of human beings to communicate directly” (ambas: LESZEK, 2005, p. 992).

Muito bem sucedida, esta obra em particular funcionou como uma espécie de leme dentre as estéticas do romance nos anos seguintes à sua publicação. Basta lembrar, para isto, a recepção que tem nas obras de Benjamin e Adorno, Ian Watt e Fredric Jameson, bem como nas de Antonio Candido, Alfredo Bosi e Roberto Schwarz, por aqui, isso sem contar, é claro, nas inúmeras obras que floresceram no mundo, todas elas influenciadas pelo seu *parti pris* filosófico.

O estilo do livro, por seu lado, é diferente de tudo o mais que publicaria, associando uma espécie de apoteose dos tempos literários, muito bonita por sinal, e muito nostálgica também. O eixo pelo qual se move Lukács, aqui, é a comparação entre a antiga epopeia e o romance burguês. Para ele, os tempos modernos ressentem-se de uma ausência de ligação espiritual entre a alma e as formas, título, aliás, de seu primeiro livro. Ausência que tornaria “todo ato da alma (...) significativo e integrado” (LUKÁCS, 2000, p.25). Isto não se veria na antiguidade, segundo ele, já que a Grécia, berço das formas épicas do Ocidente, integrava como *necessárias* tais formas. É esse o principal ponto de ligação que estreita tanto *necessidade* quanto a produção literária dos tempos heroicos. A epopeia seria uma resposta à pergunta “como pode a vida tornar-se essencial?” (LUKÁCS, 2000, p. 27). Três seriam as espécies que guiariam o conceito transcendental de Lukács: amor, pátria e família, um “aprofundamento da falha entre a contextura das relações sociais objetivas” e as “aspirações morais da ‘alma’” (TERTULIAN, 2008, p. 113). Curioso lembrar que essas categorias só aqui apareceriam com o sentido que têm, e não seriam retomadas por ele. Isso explica a busca por saídas epistemológicas que tomariam a pena de Lukács, e a perspectiva melancólica vivida na Europa nos anos posteriores e contíguos à Guerra.

Note-se que o romance, isto é, sua forma, seria entendida como “expressão do desabrigo transcendental” (LUKÁCS, 2000, p. 38). É importante que não se perca de vista que, por desabrigo transcendental, Lukács entende a desvinculação entre aquelas instâncias sociais e sua realização estética no romance. Eis um passo de difícil entendimento no livro como um todo. Voltemos, portanto, um instante para que isso se clarifique. Na Grécia, a forma da grande épica integra o homem em sua atmosfera espiritual: “a feliz totalidade existente da vida está subordinada ao verso épico segundo uma harmonia preestabelecida” (LUKÁCS, 2000, p. 57). Em outras palavras, ela é perfeita imanência. Tal imanência se viu ainda, segundo uma teologia cristã, no mundo medieval “em Giotto e Dante, em Wolfran de Eschenbach e Pisano, em São Tomás e São Francisco o mundo voltou a ser uma circunferência perfeita, abarcável com a vista, uma totalidade” (LUKÁCS, 2000, p. 35).

Quer dizer, os tempos modernos viram nascer uma atmosfera totalmente irrespirável, resultado do desânimo mortal que atingia os intelectuais da geração de Lukács, e, segundo sua análise, teria como correspondente a forma-romance, definida como “a epopeia de uma era para a qual a totalidade extensiva da vida não é mais dada de modo evidente” (LUKÁCS, 2000, p. 55). Isto é, um mundo degradado. Isso não seria objetado como juízo de valor, “mas um *a priori* determinante dos gêneros: o todo da vida não permite

nela indicar um centro transcendente e não tolera que uma de suas células arvore-se em sua dominadora” (LUKÁCS, 2000, p. 52-3).

Para não cair em um apriorismo sem fundo, Lukács indica no romance *Don Quijote* o ponto de aporte de sua construção teórica, já que na gesta do romance se poderia ver claramente o declínio da pátria transcendental que o romance inaugura ferozmente. Nas palavras de Lukács, trata-se de um período de puro “demonismo”, o de Cervantes, em que a esfera da perfeição, lida em Dante e Giotto, não mais poderia ser traduzida:

É o período do demonismo à solta, o período da grande confusão de valores num sistema axiológico ainda em vigência. E Cervantes, o cristão devoto e o patriota ingenuamente leal, atingiu, pela configuração, a mais profunda essência desta problemática demoníaca: que o mais puro heroísmo tem de tornar-se grotesco e que a fé mais arraigada tem de tornar-se loucura quando os caminhos de uma pátria transcendental tornaram-se intransitáveis (LUKÁCS, 2000, p. 107).

É claro que o aporte que Lukács infere dessa relação é arbitrário, mas não se pode negar que sua episteme ganha vulto à medida que avança a argumentação, e, parece, é quando também fenecem as forças da ética que ele buscava ressaltar na ascensão do romance. Mas permanece firme o ideal de que o verdadeiro romance guarda com o seu tempo uma relação não apenas conflituosa, daí sua negatividade, mas também desveladora do momento em que é produzido, daí sua pregnância histórica, sua vinculação ao tempo – ao seu tempo. Por isso, um texto posterior, escrito em virtude da sua leitura dos romances naturalistas e realistas, com evidente esforço de mostrar a força dos últimos em detrimento dos primeiros, “Narrar ou descrever”, apõe desde esse tempo o conflito que merece especial atenção na percepção do jovem e mesmo no maduro Lukács. Há linhas de força que ligam os fios, desatados apenas no desenvolvimento da estética, agora sim, marxista, de Lukács, mesmo na sua chamada grande *Estética*, escrita no curso final de sua extensa carreira.

É mesmo interessante como o *insight* de Hegel pudesse contribuir tão singularmente com os apelos tanto das ordens liberal, quanto das ordens mais à esquerda do espectro teórico, que está expresso na ideia de que o romance seria a moderna épica burguesa e ganhasse tanto vigor e fôlego na pena de tantos intelectuais, inclusive de Lukács, por essa época, sendo Hegel, como se sabe, uma de suas principais influências do período. Tal seria, tempos depois, no livro de Ian Watt, *A ascensão do romance*, as impressões que ficariam da leitura de *Linguagem e silêncio*, de George Steiner, que partem, todos eles, de pressupostos liberais, como a formação do leitor médio na Inglaterra do século XVIII, da importância dos cafés e dos debates públicos, bem como da importância de formadores de opinião pública, como os jornais e os críticos – aspecto descrito com perfeição por Jürgen Habermas em sua tese de doutorado, *Mudança estrutural na esfera pública*. No caso de Lukács, esse termo, romance, é percebido como momento de franca decadência, como dissemos, de desvinculação das relações da *forma* com a *vida*, entendida como momento de síntese que cruzaria as diversas acepções do romanesco.

Percebida assim, a obra literária indicaria por si própria um contorno ético, tal como ele entende sua intencionalidade: “no romance a intenção, a ética, é visível na configuração de cada detalhe e constitui portanto, em seu conteúdo mais concreto, um elemento estrutural eficaz da própria composição literária” (LUKÁCS, 2000, p. 72). É daqui que um importante passo rumo àquele elemento político liberal que citamos acima aparece na configuração de Lukács, que estaria longe dos apriorismos filosóficos presentes nas inúmeras estéticas literárias, já que imerso na configuração imediatamente histórica da ascensão do romance burguês: “o processo segundo o qual foi concebida a forma interna do romance é a peregrinação do indivíduo problemático rumo a si mesmo” (LUKÁCS, 2000, p. 82). O exemplo que ele dá é o romance *Wilhelm Meister*, de Goethe, prenhe de indicações nesse sentido, mais ainda sujeito a uma imediata identificação com a teoria lukacsiana, já que um romance de formação. Não custa nada recordar as grandes parcelas também da ascensão do conceito de indivíduo, sem dúvida, geradas nas filosofias de Descartes, na percepção cristã de alguns medievos, e, especialmente, no Romantismo alemão.

3. Bakhtin e o anti-hegelianismo

É fato, como dissemos, que Bakhtin procurou no início de sua carreira acompanhar o livro de Lukács, talvez como forma de dar voz às suas próprias inquiuições no assunto, talvez também, no intuito de atualizar o tema do romance na União Soviética. O fato é que ele acabou erigindo uma teoria oposta, valorizando outros elementos formais e conduzindo a um outro tipo de ética, e, por conseguinte, da estética do romance:

Bakhtin's essays on the novel, written during the ninethin-thirties, when Lukács and Lifshitz were together constructing a Hegelian-Marxist theory of literature, constitute an attempt to break away from the Hegelian-Lukacsian theory of the novel. They offer an alternative explanation for the genesis and rise of the novel form and propose a semiology to do so, seeing in it not a ramification of the epic but its antithesis, not in any philosophical sense, but as an anti-generic, constantly innovative force within the literary sense (JHA, 1983, p. PE-40).

Muito do que dissemos até aqui não vem conduzido, esperamos, por nenhum tipo de *a priorismo* filosófico, sendo ramo que é da pura teoria literária, sem sua contaminação nas obras individuais. Pelo contrário, ambos os autores cingem suas perspectivas de exemplos que realizam o melhor possível suas construções teóricas. Por isso, o movimento da teoria bakhtiniana é mais vasto, mais dilatado, também mais ambicioso. É bom, antes de indicar o movimento no sentido indicado por Jha, repensar que, tanto para o Lukács da *Teoria do romance*, quanto para Benjamin, em seu texto sobre o narrador, aponta-se a impossibilidade do narrar nos tempos extremos em que viviam, por isso, não é como provocação que Bakhtin imprime seus conceitos, mas como resposta a esses mesmos tempos extremos, indicando uma alternativa para a ética romanesca, que pudesse ser vivida nas palavras, por meio do dialogismo

propugnado pelo romance. Daí seu conceito de forma híbrida, grávido de nuances e de clarões verdadeiramente iluminadores para o futuro e para a leitura deste gênero literário.

Quando Jha aponta o anti-hegelianismo e anti-lukacsianismo presentes nas assertivas bakhtinianas, na verdade está indiretamente mostrando que Bakhtin pretende, com isso inviabilizar, por meio desse entendimento, outras leituras que estivessem ausentes de sua própria epistemologia, primeiro passo das considerações de Bakhtin: “[a] pretensão de construir a ciência de cada arte em particular, independentemente do conhecimento e da definição sistemática da singularidade estética na cultura humana” (BAKHTIN, 1988, p. 15). Isto significa que primeiro deveria haver uma espécie de *aggiornamento* de ordem epistemológica, nas bases do que se entendia a ciência da literatura até aquela época.

O problema com que se defrontava Bakhtin foi direcionado para a forma, além do movimento intencional no contorno do próprio gênero literário, sentido na “tensão emocional e volitiva da forma (...) expressa pelo tamanho – pelo ritmo, pela harmonia, pela simetria e por outros elementos formais – [que] t[ê]m um caráter por demais tenso, por demais ativo para que se possa interpretá-lo como restrita ao material” (BAKHTIN, 1988, p. 22). Em outras palavras, Bakhtin dirigia-se ao centro da cultura que contempla o autor do romance, “é neste campo que se evidenciam as relações que o homem mantém com o mundo através da linguagem – ponto fundamental do *dialogismo*”, como diz Irene Machado (MACHADO, 1995, p. 21). Note-se que aqui mesmo já se anuncia algo distinta a teoria de Bakhtin, e onde ela ganha especial interesse.

Enquanto Lukács move-se pelo espectro do épico, movimentando-se nostalgicamente pelas formas gregas e, *en passant*, pela arte medieval (especialmente Dante e Giotto), assumindo a partir daí um discurso que se solidifica inexoravelmente primeiro por Cervantes (*Don Quixote*), depois por Goethe (*Wilhelm Meister*), Bakhtin arrisca-se movimentar-se por uma amplidão muitíssimo maior de autores para apoiar-se no gênero como um todo, não apenas nas suas manifestações laterais ou modernas. Na Grécia ou nos romances latinos, Bakhtin seleciona praticamente todos os grandes autores da antiguidade e os rege, por assim dizer, para “compreender [este] objeto estético na sua singularidade e estrutura” (BAKHTIN, 1988, p. 22). Concorda, no entanto, que o “romance é uma forma de realização épica”, diz ele à página 24 do mesmo ensaio.

“As formas arquitetônicas são as formas dos valores morais e físicos do homem estético”, diz Bakhtin à página 25. Sob esta denominação quase hermética, Bakhtin possibilita um tipo de leitura inovadora e generosa do romance. Ele faz uma distinção que será importante no contexto de criação da arte, apondo entre o que se cria e a vida uma ligação espiritual, que será vista como trivial, ou emocional, se levada apenas pelo espectro da forma (o que nos lembra seu ambiente intelectual e sua ligação com os formalistas russos), e a importância de religar o homem produtor de cultura à vida. Vale o que disseram Gary Morson e Caryl Emerson

O que torna qualquer uma obra estética é o grau em que essa segunda consciência [a criação de um ser humano total, dizem, responsável, digo eu] tem uma lógica e uma dinâmica próprias, com as quais a autor interage. Nesse projeto, a forma pertence primariamente ao autor, o conteúdo primariamente ao herói (MORSON et EMERSON, 2008, p. 88).

A forma *pura* é uma invenção e, enquanto conceito, é falso desde que se entenda o todo da cultura que se mescla às construções arquitetônicas, portanto, artísticas, subprodutos da interação do homem com as formas linguísticas, por definição, inseparáveis de sua existência. Um exemplo bastante claro disso são as paródias incorporadas como forma literária pelos romances humorísticos (principalmente ingleses e alemães, mas também franceses) dos séculos XVIII e XIX, especialmente Fielding, Jean Paul, Dickens, Thackeray, enfim. É nesse tipo de romance, aliás, que Bakhtin encontra as formas mais variadas de incorporação das vozes *em redor*, inclusive nos romances da antiguidade, por ele citados:

Conforme o objeto de representação, a narração reproduz parodicamente tanto as formas da eloquência parlamentar ou jurídica, como as formas específicas do protocolo dessas duas instâncias, as formas de reportagens jornalísticas, a árida linguagem mercantil da *City*, as bisbilhotices dos mexeriqueiros, a linguagem científica pedante, o estilo épico elevado ou o estilo bíblico, o estilo dos sermões moralizantes, enfim, a maneira de falar de algum personagem concreto e socialmente definido, do qual trata a narração (BAKHTIN, 1988, p. 107-8).

O contraste entre os dois autores não poderia ser maior. Embora eles estejam em patamares diferentes, e trilharão caminhos diversos, tanto na vida, quanto na teoria: Bakhtin ficará exilado por um período enorme de sua vida, proibido de publicar e desligado da Universidade, fato que o tornará ausente dos debates (especialmente no Ocidente). Lukács, por sua vez, renegará o livro, bem como sua obra prima, *História e consciência de classe*, por ordem do PC. A *Teoria do romance* será posteriormente publicado com posfácio em que Lukács pondera seu idealismo dos tempos de juventude. Na sua longa carreira, Lukács passará para a História como passadista, desdobrando sua erudição em torno do romance histórico, e rejeitando os romances (especialmente) de vanguarda, próximos, segundo ele, da estética naturalista, que ele já havia rejeitado anteriormente. Bakhtin não poderá debater suas pesquisas, infelizmente, até que um grupo de estudantes encontre um exemplar de seu livro sobre Dostoiévski, no que acabaria tendo parte de sua obra recuperada e publicada. No entanto, quanto às estéticas propugnadas pelas vanguardas, será Bakhtin, mesmo que retrospectivamente, lido com maior apelo, dada a abertura que sua teoria deu ao diálogismo.

4. Um caso de recepção: Antonio Candido

Cabe, pelo menos entre nós, averiguar como se deu a recepção das obras desses autores (que infelizmente ficará para um próximo texto, sendo aqui apenas mencionado *en passant*), especialmente no caso da leitura de romance no Brasil, o que parece ser um momento bastante interessante, já que inúmeros autores, como Antonio Candido, por exemplo, parecem ter absorvido o legado (principalmente

de Lukács) ainda quando através das traduções italianas, mesmo elas, raras entre nós. Seria de fato um trabalho por demais interessante e compensador, ainda mais se pudéssemos ponderar historicamente quais textos teriam sido lidos, e quais seriam as diretrizes apontadas como necessárias dentro do escopo pretendido pelos autores. Interessante lembrar um texto de 1961, em que Candido aponta a notória influência de Lukács ao abordar semelhante problema que ele (Candido) vinha gestando nesse tempo:

O problema desta [disciplina, ou teoria] é diverso, e pode ser ilustrado por uma questão formulada por Lukács no início de sua carreira intelectual, antes de adotar o marxismo, que o levaria a concentrar-se por vezes demasiadamente nos aspectos políticos e econômicos da literatura (...) 'o elemento histórico-social possui, em si mesmo, significado para a estrutura das obras, em que medida?' Ou 'seria o elemento sociológico na forma dramática apenas a possibilidade de realização do valor estético (...) mas não determinante dele?' (CANDIDO, 2010, p. 14)

Ora, neste texto, Candido já apõe um *mea culpa* à teoria do Lukács maduro, isentando-o por conta de sua (bem-vinda) teoria do drama, encostada à *Teoria do romance*, pois que publicado na mesma década. Esse é um capítulo particular e bem sucedido de apreensão de uma teoria que foi bastante bem aplicada no Brasil, com resultados em alguns casos inesperados e fecundos; que se pense, por exemplo, na recepção que Roberto Schwarz dá à teoria do efeito estrutural de Candido. Entanto, isto ficará para outro dia.

5. Considerações finais

Agora que chegamos ao final de nosso texto, cabem algumas poucas palavras, ainda que a título de breve nota. As teorias que analisamos aqui liminarmente não devem ser inquiridas de modo absoluto. Constituem possibilidades de leitura da coisa literária e não podem ser absolutizadas, sob risco de perderem sua especificidade e seu contexto histórico.

Tampouco devem servir de capítulo da história das ideias ou da crítica literária, numa espécie de museu de tudo. Podem, e devem, ser lidas à luz da experiência intelectual na Europa Central e na influência que a Revolução de 1917 trouxe aos pensadores, à direita ou à esquerda. No caso de Bakhtin, hoje, sua influência só cresce, a ponto de alguns autores apontarem uma espécie de culto de Bakhtin, será isso verossímil? E Lukács, no aludido posfácio, cambiou sua opinião a ponto de renegar esse texto, dentre outros. Os caminhos que ambos trilham, contudo, ainda é uma senda aberta para o diálogo e para uma possível ética do romance, quem sabe, tão próxima quanto possível.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais.**

Trad. Yara Frateschi. São Paulo: Hucitec. Brasília: Edunb, 1987.

_____. **Questões de literatura e de estética. A teoria do romance.** Trad. Aurora Fornoni Bernardini et. al.

São Paulo: Hucitec/Unesp, 1988.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5 ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Estética da criação verbal**. 5 ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

_____. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. Valdemir Miotelo et Carlos Faraco Moura. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010c.

_____. & MEDVEDEV, P. N. **The formal method in literary scholarship. A critical introduction to sociological poetics**. Translated by: Albert J. Wehrle. London: John Hopkins University, 1991.

CANDIDO, Antonio. Crítica e sociologia in: **Literatura e sociedade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008, pp. 13-27.

CARLI, Ranieri. **A estética de Lukács e o triunfo do realismo na literatura**. Rio de Janeiro: Edufrj, 2012.

CLARK, Katerina & HOLQUIST, Michael. **Mikhail Bakhtin**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2008.

EMERSON, Caryl. **Os 100 primeiros anos de Mikhail Bakhtin**. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

HOLZ, Hans Heins; KOFER, Leo; ABENDROTH, Wolfgang (Orgs.). **Conversando com Lukács**. Trad. Giseh Vianna Konder. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

JHA, Prabhakara. Lukács or Bakhtin: some preliminary considerations towards a sociology of the Novel. **Economical and political weekly**, v. 18(31), pp. PE35-PE44, (jul. 30, 1983).

KOLAKOWSKI, Leszek. **Main currents of marxism. The founders, the golden age, the breakdown**. Trad. from the polish by P. S. Falla. New York: W. W. Norton Company, 2005.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance. Uma ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades/34, 2000.

_____. **História e consciência de classe. Estudos sobre a dialética marxista**. Trad. Rodney Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. **O romance histórico**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. **As formas e a vida. Estética e ética no jovem Lukács (1910-1918)**. São Paulo: Unesp, 2004.

MACHADO, Irene. **Analogia do dissimilar. Bakhtin e o formalismo russo**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

_____. **O romance e a voz. A prosaica dialógica de Mikhail Bakhtin**. Rio de Janeiro: Imago. São Paulo: Fapesp, 1995.

MORSON, Gary Saul & EMERSON, Caryl. **Mikhail Bakhtin. Criação de uma prosaística.** Trad. Antonio de Pádua Danese. São Paulo: Edusp, 2008.

NEUBAUER, John. Bakhtin versus Lukács: inscriptions of homelessness in Theories of the Novel. **Poetics today**, v. 17(4), pp. 531-546, 1996.

TERTULIAN, Nicolas. **Georg Lukács. Etapas de seu pensamento estético.** Trad. Renira Lisboa de Moura Lima. São Paulo: Unesp, 2008.

TEZZA, Cristovão. **Entre prosa e poesia: Bakhtin e o formalismo russo.** Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel.** São Paulo: 34, 2000.

Abstract: *In a concise manner, the text presents the two most influential theories of the novel gestated by Georg Lukács and Bakhtin in the early twentieth century. Take, for that, as the parameter the Young Lukács' Theory of the novel, on one hand, and the texts that make up the efforts in identifying the novel Bakhtin its main characteristics and aesthetic reasons, on another, such as dealing in Questions of Literature and Aesthetics. For the analysis to be sedimented by the soil of history, we can not do without the (although preliminary) historical connection between the two theoretical and intellectual movements that surrounded them.*

Key-words: *Lukács; Bakhtin; Theory of the novel; Literary Aesthetics in the 20th century; History of the literary criticism.*

Implícito: uma estratégia discursiva nas capas do Meia-Hora

Jonathan Ribeiro Farias de MOURA (UFRJ)
jrfm_88@hotmail.com

Resumo: O Jornal Meia-Hora é conhecido por suas famosas capas que têm tom de humor que o atravessa. Tal tom é evidenciado quando o periódico utiliza elementos como o léxico, a imagem e os implícitos. A discursividade montada nas manchetes de capa, às vezes, mesclam léxico, imagem e faz com que o sujeito-leitor precise de um conhecimento prévio da notícia para poder entender o que está sendo noticiado. Para esse trabalho serão utilizadas oito capas do jornal Meia-Hora para serem analisadas e ratificar as ideias propostas no trabalho de que o jornal usa vários recursos (Imagem, léxicos ambíguos e implícitos) e isso o torna complexo. O objetivo do trabalho é mostrar o quão complexa são as capas do jornal e como essa relação entre imagem, léxico e implícito se materializa. Como pressupostos teóricos serão utilizados teóricos que são filiados a Análise de Discurso de linha francesa como Pêcheux, Orlandi e Souza; e Ducrot da Teoria polifônica Enunciação.

Palavras-Chave: Implícito; Discursividade; Estratégia; Capas; Meia-Hora.

1. Introdução

Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado em que analiso as capas do jornal *Meia-Hora*. O tabloide é muito conhecido por suas famosas capas que têm um cunho totalmente popularesco. O tom de humor é constituído através dos jogos de linguagem que o jornal tece em suas manchetes de capa. Seja através de polissemia lexicais/de expressões, jargões conhecidos, mesclagens e uso de imagens.

Com temáticas variadas que noticiam sobre a vida dos famosos, ocorrências policiais, fatos sobre o futebol, etc; o periódico foge do formalismo jornalístico presente em jornais como *O Globo* e *Folha de São Paulo*, por exemplo. O Meia-Hora é o terceiro jornal mais vendido no estado do Rio de Janeiro. No entanto, na internet ele ganha maiores proporções nas redes sociais e angaria mais seguidores, que, às vezes, podem não estar nas classes sociais que o editorial do jornal visa como público alvo.

2. Pressupostos Teórico-Metodológicos

Aqui serão analisadas apenas 6 capas de diferentes temáticas. Não houve um período exato de coleta de dados, eles foram coletados pelos jogos de linguagem, o nível de complexidades e pelas questões implícitas tão corriqueiras nas capas. Isso quer dizer, o que denominamos como complexidade é essa ligação que o jornal faz com seu público alvo, ao selecionar itens lexicais/ expressões que são tão disseminados popularmente e não aparentar um caráter objetivo de linguagem. Uma vez que muitas pessoas podem não estar expostas a esse tipo de linguajar. Tal caráter é também um dos quesitos para designar se o jornal é bom ou ruim, uma vez que se busca certa transparência do fazer jornal.

O aparato teórico será embasado pela Análise de Discurso de linha francesa cujos autores são: Michel Pêcheux(2009), Eni Orlandi(1983; 2010; 2012), Tania Clemente de Souza(1998; 2001); e da Teoria polifônica da Enunciação como Oswald Ducrot (1987).

O conceito de Implícito, trabalhado por Ducrot (1987), será discutido para ver as questões linguísticas nos enunciados das manchetes. A ideia de Discursividade, logo o jogo entre Interdiscurso e Intradiscurso trabalhado em Pêcheux (2009) e Orlandi (2012), também será discutida para ver como tal conceito se apresenta nas capas. E por fim, para análise do não verbal, o conceito de Policromia formulado por Souza (1998; 2001), e, dessa forma, explicitar como o não verbal é explorado nas capas.

Como objetivos deste trabalho, temos de demonstrar os jogos de linguagem que ocorrem nas manchetes das capas do jornal e mostrar como elas possuem uma complexidade muito grande. Também evidenciaremos a análise da discursividade das capas, e como essa está intrinsecamente ligada à questão dos jogos de linguagem. É uma relação mútua em que um depende do outro, no caso, a discursividade se dá nos jogos de linguagem. E o mesmo acontece nos jogos de linguagem com a discursividade. Outra questão a ser trabalhada é: se há implícito sem silenciamento. Essa questão já é posta por Orlandi (2010), mas retornaremos aqui para ratificar o que a autora propõe e observar como ocorre nas manchetes de capa.

2.1 Discursividade

Um dos pontos deste trabalho é análise da discursividade. Qual seria a diferença de analisar o discurso, em contrapartida de analisar a discursividade? Temos posto que discurso “é efeito de sentido entre interlocutores” (Orlandi, 2012), logo o sentido de discurso na linha de Análise de Discurso iniciada por Pêcheux e difundida no Brasil por Eni Orlandi não tem discurso, apenas, relacionado aos atos de fala, vai além disso. Podemos ter a imagem como discurso, podemos ter um elemento arquitetônico como discurso, em suma, discurso é algo bem amplo nessa vertente teórica.

Por sua vez, discursividade, é algo mais restrito. Ela está num cruzamento entre os conceitos de Interdiscurso com o Intradiscurso. O Interdiscurso é a memória dos dizeres que atravessam o sujeito. Já Intradiscurso é o momento de elaboração, digamos que é o em curso. Nas palavras de Pêcheux:

(...) diremos que a forma-sujeito(...) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro “já-dito” do intra-discurso, no qual ele se articula por co-referência. (PÊCHEUX, 2009, P.154).

Através do “já-dito” o sujeito consegue formular o seu dizer e o coloca em ação. O sujeito se coloca como “fala inicial” e faz inconscientemente os discursos/dizeres que já o atravessaram.

2.2 Implícito

O conceito de Implícito vem do trabalho de Oswald Ducrot. Dentro desse conceito há uma divisão entre Pressuposto e Subentendido. O primeiro é ligado a um “nós” de uma interação e tem caráter linguístico, logo, está na língua, no nível da frase/enunciado. Já o segundo está ligado a um “tu” da interação e tem caráter retórico, está no raciocínio do ouvinte. Nas palavras de Ducrot:

(...) Ora, tem-se frequentemente necessidade de dizer certas coisas e ao mesmo tempo de poder fazer como se não as tivéssemos dito, de dizê-las mas de modo tal que se possa recusar a sua responsabilidade. (Ducrot, 1987)

Nesse fragmento vemos a responsabilização do não-dito nos enunciados. Ou seja, os implícitos estão ligados ao dito e só assim ele faz sentido nos enunciados. E o que colocamos em questão neste trabalho é: tem como o implícito existir sem o silenciamento? Ao longo da análise iremos verificando tal questionamento.

2.3 Policromia

O conceito desenvolvido por Souza (2001) corrobora de maneira simbiótica com as capas do *Meia-Hora*. Isso porque o não verbal é altamente explorado nas capas, desta forma, Souza postula o conceito de policromia:

O texto de imagens também tem na sua constituição marcas de heterogeneidade, como o implícito, o silêncio, a ironia. Marcas, porém, que não podem ser pensadas como vozes, porque analisar o não-verbal pelas categorias de análise do verbal implicaria na redução de um ao outro. Nesse caso, por associação ao conceito de polifonia, formulamos o conceito de policromia (Souza, 1997b) buscando analisar a imagem com mais pertinência.

O conceito de policromia recobre o jogo de imagens e cores, no caso, elementos constitutivos da linguagem não-verbal, permitindo, assim, caminhar na análise do discurso do não-verbal. O jogo de formas, cores, imagens, luz, sombra, etc nos remete, à semelhança das vozes no texto, a diferentes perspectivas instauradas pelo *eu* na e pela imagem, o que favorece não só a percepção dos movimentos no plano do sinestésico, bem como a apreensão de diferentes sentidos no plano discursivo-ideológico, quando se tem a possibilidade de se interpretar uma imagem através de outra. (Souza, 2001, PG.10)

Nas seis capas aqui analisadas, podemos ver o quão o não verbal é importante, principalmente a imagem. É através dela também que podemos verificar o humor, o implícito, a ironia. A imagem significa como tal e, no caso do jornal, é um processo em que um se relaciona com o outro numa relação simbiótica e de contemplação, mas cada um significando a sua maneira.

3. Análise de dados

Antes de entrar nas análises, é bom pontuar algumas características do tabloide *Meia-Hora*. É um jornal com um cunho totalmente popular, que vai desde o preço (já foi R\$0,50, passou para R\$0, 70 e agora custa R\$1,00). O público alvo são as classes C e D. E o lugar onde ele circula é na região metropolitana do Rio de Janeiro, no entanto, ele já circulou em São Paulo também.

A primeira capa (Figura 1) traz a notícia sobre a briga do ator Darlan Cunha com a namorada, menor de idade. O periódico trabalha a questão verbal, ou seja, a polissemia que o item lexical dá aos leitores. Sabe-se que o ator, Darlan, começou sua carreira no cinema, mas foi na televisão que ganhou uma maior fama. Com a personagem Laranjinha da série *Cidade dos Homens* exibida na rede Globo de Televisão.

Ao noticiar a briga de casal, o jornal recupera o nome da personagem e explora no mesmo campo semântico do outro sentido que a palavra pode ter. Então, dessa forma, é recuperado o que o nome também pode designar (no caso uma fruta, laranja) e coloca-se o vocábulo “espreme” para retratar a briga.

Figura 1. Briga de Darlan Cunha



Os elementos não verbais são consideráveis aqui, primeiro pela cor de fundo da notícia, a cor laranja. Depois pela forma como a foto do ator está “espelhada” com metade da laranja. O elemento que dá margem à graça é quem foi “espremida”, como o jornal divulga a namorada do ator. No entanto, a

“metade” da foto do ator é uma laranja, também em formato circular. Isso porque a jovem agredida é menor de idade, logo não pode ter sua imagem exposta em nenhum veículo de comunicação.

Todos esses elementos são consideráveis, com diferentes semioses o jornal textualiza a notícia e coloca-a num tom de denúncia. Desta forma, o político se textualiza na matéria e o jornal cumpre seu papel, sem expor a menor de idade, que foi agredida.

A segunda capa (Figura 2) noticia sobre o imprevisto que ocorreu durante a Jornada Mundial da Juventude. Depois das chuvas, em que o Campo da Fé, em Guaratiba, na cidade do Rio de Janeiro, ficou intransitável a organização do evento resolveu deixar a missa na praia de Copacabana onde já estavam ocorrendo os eventos ao longo da semana.

Figura 2. Peregrinos na JMJ



Porém, a prefeitura do Rio impediu que os fiéis armassem as barcas, por haver uma lei que proíbe tal prática. As pessoas poderiam ficar na praia só com cangas, toalhas, mas não poderiam levantar barracas. Ao trabalhar a expressão “armar barraca” o jornal joga com o linguajar popular e a ambiguidade que o termo traz. Em circunstâncias específicas, “armar barraca” significa que o homem está com ereção. Levando-se em conta que Copacabana é um bairro no qual a prostituição é conhecida internacionalmente, o jornal trabalha com a expressão que soa ambígua no enunciado. Todavia, transfere a situação inusitada em que os fiéis se envolveram, no caso de ficarem na praia, para um possível sentido sexual que pode haver. É a partir daí que entra o tom de humor, uma vez que é um evento religioso. O periódico quebra a expectativa de se fazer uma matéria retratando uma jornada religiosa, ao fazer um trocadilho com a expressão “armar barraca”. A partir dessa quebra surge o humor irônico, ou seja, uma simulação sutil de dizer uma coisa por outra. Entretanto o humor só surge para aqueles que não estão inseridos nessa manchete, uma vez que tal efeito de humor, como foi construído, pode acarretar em injúria para aqueles que vivenciaram o que foi noticiado.

Terceira capa (Figura 3) traz a notícia do desaparecimento das vigas que sustentavam a Perimetral, linha expressa no porto da cidade do Rio de Janeiro. As vigas foram roubadas e ninguém viu ou soube testemunhar sobre o roubo. Isso parece irreal, uma vez que os suportes eram enormes e pesavam toneladas. O jornal traz um meme de internet, que já estava acontecendo nas redes sociais, cujos super-heróis roubaram as vigas. Por isso há as fotos do Magneto, Hulk, Coisa e Homem de Ferro. Eles são os “culpados” por fazerem tal façanha. O tom de denúncia e a brincadeira com as personagens dos quadrinhos são uma maneira de noticiar a incapacidade dos governantes e o descaso com o dinheiro público, uma vez que tais vigas valiam milhões de Reais.

Figura 3. Roubo das vigas da Perimetral



A quarta capa (Figura 4) traz a notícia sobre o jogador Juninho do Vasco que mostrou o dedo médio (o que configura como um gesto obsceno) para a torcida do Flamengo. Durante o campeonato Brasileiro de 2013 o Vasco estava mal no campeonato, quase sempre na zona de rebaixamento. Com o gesto para a torcida adversária e sendo penalizado pelo ato, Juninho desfavoreceu seu time, o qual já não estava indo bem no campeonato. Por isso o jornal utiliza a imagem e os elementos verbais que simulam o som das mãos para mostrar que o ato do jogador “fodeu” com o clube.

A forma como o jornal tece essa capa é interessante. Primeiro por conta da imagem textualizando em conjunto com o verbal. Segundo, e isto recupera-se pelo histórico que o jornal tem de provocar os times de futebol, o linguajar usado para compor a manchete, tais como: “Dedada”; a ideia que a foto oferece ao simular o gesto obsceno e a imagem do jogador com destaque para o ato aqui noticiado.

Figura 4. Caso do Juninho



Todos esses fatores mostram o fator de crítica que o jornal impõe aos times mas também de alimentar a rivalidade entre os torcedores. Essa inferência se dá, porque o jornal é bem popular e basicamente voltado para o público masculino. Dessa forma, não quer perder público e, assim, fazer com que o número de vendagem caia.

Figura 5. Mudança de Fátima Bernardes para programa solo



A capa a seguir (Figura 5) retrata sobre a mudança da jornalista Fátima Bernardes do Jornal Nacional para um programa solo. O Meia-Hora brinca com a expressão “fazer programa” uma vez que é um sintagma que denota a prática de trabalho de garotas de programa, ou profissionais do sexo. Como os produtos televisivos também são chamados de programas, o periódico aproveita e faz um trocadilho, porque além da expressão, a outra pessoa retratada na notícia é o marido e companheiro do jornal televisivo, Willian Bonner. Outra vez o jornal usa expressões polissêmicas, para falar sobre pessoas publicamente conhecidas, e colocar a apresentadora numa situação que dá margem a uma situação ambígua a partir do enunciado.

Há um outro aspecto importante ainda nessa manchete, a horizontalidade dos enunciados. Se pensarmos no trocadilho que o tabloide faz com a expressão “fazer programa”, podemos interpretar que a diagramação não foi aleatória. Ao colocar a foto da modelo Bárbara Evans para divulgar sua exposição numa revista masculina, vemos certa intenção por parte do jornal de ratificar a “brincadeira” exposta na primeira notícia aqui exposta. O deslizamento de sentido que há entre as notícias pode parecer não evidente, mas se confirma quando vemos a cor escolhida (tons de rosa), o enunciado da primeira notícia e a foto da modelo na segunda notícia. Em suma, todos esses elementos corroboram para textualizar e dessa maneira noticiar as manchetes e trazer esse tom cômico para a manchete.

A última capa (Figura 6) explana sobre os bandidos do bairro Jacaré, na cidade do Rio de Janeiro, que foram mortos pelos policiais. A manchete joga com o nome do bairro de onde os bandidos são oriundos e a prática ilegal de extrair o couro de jacarés. Por uma relação metonímica, cuja relação coloca pessoa/lugar como uma correlação.

Figura 6. Morte de traficantes do jacaré



Se lêssemos de forma literal, pareceria que as pessoas tiveram suas peles retiradas e teriam virado bolsas. Mas não é essa a relação. O que o jornal faz é trabalhar o item lexical “Jacaré” e ramificar pelos significados que ele tem, no caso os sentidos de animal e de bairro. O periódico explora esse domínio semântico e abre as possibilidades de sentido que o termo pode ter. Essa complexidade que o *Meia-Hora* cria é muito difícil de ser analisado, porque há uma ordem de vários fatores- ou seja, precisa-se saber que Jacaré é um bairro que é em sua totalidade uma comunidade em que o tráfico habita- para ter-se uma melhor compreensão.

Em termos ideológicos, vemos que o jornal propaga a ideia de “bandido bom é bandido morto!” por conta das circunstâncias as quais os bandidos são referenciados. Além do “viram bolsa de madame”, há um balãozinho na cor vermelha com os dizeres “inferno tá cheio!”. Isso mostra que o jornal não tem nenhum problema de demonstrar sua posição ideológica, que por sinal é semelhante ao da classe social que consome o tabloide. E, assim, continua perpetuando e não problematizando a questão que está por trás das pessoas entrarem para o mundo do crime.

4. Considerações Finais

Depois de analisar as capas, vemos que o conceito de implícito de origem ducrotiana não recobre toda a complexidade que o jornal tece em suas capas. Seja através das ambiguidades lexicais (ou das expressões conhecidas no linguajar popular), seja através do uso de imagens, o jornal vai além dos implícitos. O periódico, às vezes, espera que o sujeito-leitor já tenha certa familiaridade com a notícia ou com o linguajar para que possa compreender o enunciado da matéria. Vemos que há um silenciamento que recobre “os outros sentidos” que é específico das línguas, porque o não dizer não é necessariamente silenciar. No caso das capas aqui analisadas está ligada a autocensura que é da ordem do ideológico.

Embora coloquemos conceitos de ordens teóricas diferentes, os implícitos, de alguma forma, dialogam com o estudo sobre o silêncio que Orlandi propõe. E como há um direcionamento apenas ao verbal no estudo de Ducrot, mesmo levando em consideração o contexto, acreditamos que a teoria de Orlandi recobre tanto verbal como não verbal. E faz com que contemple a análise feita aqui neste trabalho.

Verbal e não verbal (imagens, implícitos, silenciamento) textualizam as notícias e nesse jogo de linguagem observamos os vários níveis de complexidade. Há também algo político que atravessa todas as capas, como, por exemplo, o artifício de usar um pedaço da laranja para “ilustrar”, e assim denunciar, a briga entre o ator e a menor de idade. A diagramação de manchetes que aparentemente não tem nada a ver uma com a outra, mas proporcionam aos leitores outros sentidos, quando lidas em uma contiguidade, que não estão evidenciados. Enfim, procuramos aqui demonstrar os níveis de complexidade que estão diretamente ligados aos níveis de linguagem.

Referências bibliográficas

<http://www.meiahora.ig.com.br/> Consultado em 14/12/2013

DUCROT, Oswald. **O Dizer e o Dito**. Ed: Pontes. Campinas, SP. Ano 1987.

MOURA, Jonathan Ribeiro Farias. **A relação do verbal e não-verbal nas manchetes de capa do jornal Meia-Hora**. *Anais do Silel*. Volume 3, número 1. Uberlândia. Ano 2013

_____. **O Funcionamento discursivo dos léxicos/imagens nas manchetes de capa do jornal Meia-Hora**. Revista da ALED Brasil. Volume 1, número 1. São Carlos/SP. 2014.

_____. **Capas do Jornal Meia-Hora: análise discursiva do verbal e não verbal**. 87 páginas. Dissertação de Mestrado defendida pelo programa de pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2015.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento: As Formas do Discurso**. Editora Brasiliense. São Paulo. Ano 1983

_____. **As Formas do Silêncio**. No movimento dos sentidos. Ed. Unicamp. Campinas, SP. 6ª edição. Ano 2010.

_____. **Princípios & Procedimentos**. Ed: Pontes. 10ª edição. Campinas, SP. Ano 2012

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Ed. Unicamp. 4ª edição. Campinas. Ano 2009

SOUZA, Tania Conceição Clemente. **Discurso e Imagem: Perspectiva de análise não verbal**. Revista eletrônica Ciberlegenda. UFF. Niterói, 1998.

_____. **A Análise do não-verbal e os usos da imagem na mídia**. Campinas: 7, RUA, 2001.

Abstract: *Meia-Hora* journal is known for its famous covers that have tone of humor that runs through it. This tone is evidenced when the journal uses elements such as vocabulary, the image and implicit. The discourse mounted on the cover headlines sometimes mixed lexicon, image and makes the subject-reader need a prior knowledge of the news in order to understand what is being reported. For this work will be used eight *Meia-Hora* newspaper covers for consideration and ratification of the ideas proposed in the work that the newspaper uses various resources (image, ambiguous and implicit lexical) and this makes it complex. The objective is to show how complex are the newspaper covers and how this relationship between image, lexicon and implicit materializes. As theoretical assumptions will be used theorists who are affiliated with French Discourse Analysis as Pêcheux, Orlandi and Souza; and Ducrot's polyphonic theory Enunciation.

Keywords: *Implicit; Discourse; Strategy; Covers; Meia-Hora.*

ANÁLISE MULTIMODAL DA REPRESENTAÇÃO DE GÊNEROS SOCIAIS EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO

Joseli Ferreira LIRA (IFSUDESTE-MG)
joseli.lira@ifsudestemg.edu.br

Sônia Maria de Oliveira PIMENTA (UFMG)
soniapimenta1@gmail.com

Resumo: As relações de gêneros sociais ainda hoje são pautadas pela hierarquização e não pela completude. Imagens que transmitem essa e outras ideologias estão publicadas em livros didáticos brasileiros e, nem sempre, há uma orientação para a leitura dessas imagens, pois não é oferecida aos alunos a oportunidade de desenvolver a habilidade da leitura crítica dos variados modos semióticos que compõem os textos, em que subjazem ideologias reforçando ou mudando ações sociais discursivas. Pensando nesse desafio, este trabalho apresenta 2 análises de textos multimodais, publicados em uma coleção de livro didático de língua Portuguesa para o Ensino Médio. O objetivo foi descobrir qual é a representação dos gêneros sociais no livro didático, tendo como base a teoria da Análise Crítica do Discurso e as categorias propostas por Kress e van Leeuwen na Gramática do Design Visual. Nessa análise, percebemos que a representação de gêneros sociais restringiu-se à matriz homem x mulher, com uma certa valorização do homem em detrimento da mulher. O homem é representado como corajoso, forte, sem manifestação de emoções e a mulher é representada como fútil, fraca, sensível e emotiva. Esse discurso confirma e perpetua os estereótipos de masculinidade e feminilidade do discurso hegemônico.

Palavras-chave: gênero social; imagem; multimodalidade; livro didático; leitura.

1. Introdução

A leitura ainda é um grande desafio na educação do Brasil. Esse desafio se faz cada vez mais complexo atualmente, pois temos contato a todo instante com gêneros textuais compostos por variados sistemas semióticos. Uma grande presença de imagens passou a fazer parte da maioria dos gêneros textuais que circulam na sociedade em diversas áreas, devido, principalmente, ao avanço das tecnologias de comunicação com seus múltiplos recursos. Assim, a leitura exige mais do que decodificar e compreender a linguagem verbal, ela exige interpretar os vários modos semióticos (fonte, textura, som, imagem, desenho, expressão corporal) que se imbricam com o verbal em textos multimodais¹.

Esses textos estão presentes também no Livro Didático de Língua Portuguesa (LDP), por isso o desafio de cada professor se amplia no sentido de dar conta da realização de aulas de leitura que contemplem um olhar para o que está além da linguagem verbal, apresentando-se carregadas de ideologias². É imprescindível que a escola proporcione aos alunos o letramento visual, para que eles deem conta da leitura desses textos nas práticas sociais contemporâneas.

¹ De acordo com Kress e van Leeuwen (2001, p. 4), textos multimodais são produções de significados usando múltiplas articulações (língua, som, imagem, discurso, interatividade, design, produção e até distribuição).

² O termo ideologia é usado no sentido negativo, como explica Guareschi (2010, p.40): a ideologia é “constituída pelas ideias distorcidas, enganadoras, mistificadoras; seriam as meias-mentiras, algo que ajuda a obscurecer a realidade e a enganar as pessoas. (...) Expressando interesses dominantes e como que sustentando relações de dominação.” (GUARESCHI, 2010, p. 40)

Sobre essa negligência de imagens nas interpretações de texto orientadas pelo livro e consequentemente pelo professor nas aulas de leitura, Pimenta (2007) observa que:

Até recentemente, a pedagogia do letramento era projeto cuidadosamente restrito; restrito a formas de linguagem monolíngues, monoculturais e monomodais orientadas por regras. Vivemos numa era de imagens visuais. Nas sociedades pós-modernas, a maioria das pessoas passa seu tempo vendo telas de TV, telas de computadores gráficos digitais, ilustrações (muito presentes hoje na mídia impressa e nos livros didáticos) e outros tipos de apresentações visuais. Consequentemente, muitos advogam a necessidade de um sistema educacional com mais ênfase na modalidade visual, mais focada no letramento visual, ou seja, na comunicação e na recepção de mensagens visuais. (PIMENTA, 2007, p. 152)

Nos textos multimodais dos livros didáticos de língua portuguesa, há abordagens de diversos temas como: violência, sexualidade, gêneros sociais, família, religião, natureza, preconceito, arte, trabalho, amizade, educação, alimentação, comportamento, tecnologia, saúde e outros. Escolhemos o tema gênero social para ser analisado nesse trabalho, para mostrar as ideologias implícitas nas imagens e, ao mesmo tempo, apontar uma possibilidade de leitura do modo visual.

2. Pressupostos teóricos e metodológicos

A língua é uma forma de expressão escolhida pelo falante dentre variadas formas de linguagens. Por isso é preciso reconhecer que a compreensão do fenômeno da linguagem não deve ser buscada apenas na língua, sistema ideológico neutro, mas nos discursos como ações da vida em sociedade. Aspecto essencial no arcabouço teórico da Análise Crítica do Discurso (ACD). Pois é no discurso como forma de mediação que acontecem as articulações e rearticulações predominantes na vida social. O discurso, então, é uma prática social, que pode mudar ou reforçar comportamentos. A Análise Crítica do Discurso possibilita uma análise discursiva da linguagem em uso, ou seja, em um dado contexto social.

Outro aspecto importante do discurso é a relação dialética de articulação e internalização dos elementos sociais, pois influencia e é influenciado por elementos sociais, podendo destruir e construir conflitos, como expõe Norman Fairclough (2001). De acordo com Resende e Ramalho (2006), através da análise de amostras discursivas, historicamente situadas (textos), podem-se perceber as ideologias nos discursos. Essas ideologias formam redes sustentadas por relações sociais de poder, consequentemente, essas articulações de discursos nas práticas sociais estão ligadas a lutas hegemônicas³. As autoras concluem que “toda hegemonia é um equilíbrio instável, e a ACD, no seu papel de teoria crítica, trabalha nas brechas ou aberturas existentes em toda relação de dominação” por defender que a hegemonia não é total e constante, mas possível de ser mudada (RESENDE E RAMALHO, 2006, p.43).

É o caso das relações entre os gêneros sociais, há uma hegemonia de dominação do masculino sobre o feminino que estabelece entre ambos uma hierarquização. Por isso, ainda são relevantes as pesquisas

³Hegemonia é a liderança tanto quanto dominação nos domínios econômicos, político, cultural e ideológico de uma sociedade (FAIRCLOUGH, 2001)

que se dedicam ao tema, colocando em pauta questionamentos sobre as relações de gênero, seja sobre homem, mulher ou outra *performance* de gênero.

A partir de uma perspectiva histórica, Scott (1995) define gênero social como uma categoria analítica que pressupõe o processo de construção social das diferenças sexuais e de percepção quanto ao modo como são construídos referenciais do que se concebe como masculino e feminino, contribuindo para desmistificá-los, enquanto categorias naturais e imutáveis. Estudos de Judith Butler (2003, p.48) acrescentam a esse conceito a ideia de *performance*, quando explica que “não há identidade de gênero atrás de expressões de gênero; a identidade é constituída performativamente pelas várias expressões”. Portanto, gênero é uma *performance*. É o que fazemos em situações e formas diferentes. Butler (2003) afirma que o gênero não se limita ao que somos ou ao que temos, mas se estende ao efeito produzido pelo que fazemos, ou seja, é uma *performance*.

Para entendermos esta concepção, devemos pensar na diferença entre sexo e gênero. De acordo com Gouveia e Camurça (1997), quando falamos em sexo nos referimos aos aspectos físicos, biológicos relativos à ideia de macho e fêmea. É a partir da observação e do conhecimento dessas diferenças sexuais que “a sociedade cria ideias sobre o que é um homem, o que é uma mulher, o que é masculino e o que é feminino, ou seja, as chamadas representações de gênero” (GOUVEIA E CAMURÇA, 1997, p. 8).

Judith Butler (2001) discute a construção do sujeito com base nos estudos de Louis Althusser, que defende a materialização da ideologia pelos aparelhos ideológicos do Estado como Igreja, Família, Escola e o próprio Estado. A autora explica que quando Althusser, para ilustrar o poder da ideologia na construção do sujeito, recorre ao exemplo da voz divina para nomear, ao fazê-lo, dá existência a seus sujeitos. Ou seja, “as palavras, na teoria da interpelação, que dá conta da construção do sujeito ideológico, está estruturada pelo poder divino de nomear” (BUTLER, 2001, p. 124). O batismo exemplifica os meios linguísticos pelos quais o sujeito é forçado a ser social. Butler questiona o fato de antes de ser nomeado (chamado) haver uma predisposição para a interpelação da autoridade e para a subordinação às regras e leis. Onde está esse sujeito anterior que responde a essa autoridade?

Esse sujeito anterior tem predisposição para a subordinação às leis sociais, condição para que lhe seja assegurada a própria existência. Os estudos de Althusser apontam como condição para a eficácia da ideologia, a manifestação da consciência, que impõe restrições para aquilo que é decidido ou representado. Butler (2001, p. 128) argumenta que se entendermos esta consciência como reflexividade preexistente (uma volta sobre si mesmo realizada por um sujeito pré-fabricado) como um ato de reflexão do sujeito que possibilitará a condição de uma verdadeira construção de si. Ela explica que, ao se formar em instituições de ensino, por exemplo, o sujeito aprende e reproduz as relações sociais existentes antes de sua existência. A autora conclui que a formação dos sujeitos e da ideologia não são estanques.

Portanto, ser dominado por ideologias e imposições sociais não é simplesmente aceitá-las, mas repeti-las, o que acontece com homens e mulheres que são sujeitos constituídos pelo discurso hegemônico

e por isso o reproduzem. Porém, alguns não estão dispostos a sujeitar-se e possuem uma postura resistente às ideologias não as aceitando e não as repetindo. É na brecha da ideologia, onde há falhas, que surgem os sujeitos com suas subjetividades, os quais a noção hegemônica do social não aceita validar. Há uma divisão entre a materialidade da ideologia (Escola, Família, Igreja e outros) e a subjetividade, ou seja, as ideias interiores de cada sujeito, as quais podem materializar-se e não se identificarem com os aparelhos ideológicos do Estado. (BUTLER, 2001, p. 135).

Essa subjetividade, de acordo com Butler (2001, p. 136), “entendida como a experiência vivida e imaginária do sujeito, se deriva ela mesma de rituais materiais que constitui os sujeitos” para Butler (2001), nos estudos de Althusser, não há espaço para essa subjetividade. Dolar (1993) apud Butler (2001) estabelece uma oposição entre a materialidade e a repetição das ideologias em rituais ou práticas sociais. Para Althusser, os rituais constroem o sujeito. Para Dolar (1993) apud Butler (2001, p. 140), os rituais não produzem sujeitos, mas subjetividade. Mesmo se constituindo nas relações sociais que não são materiais, mas subjetivas, o sujeito decide seu destino e continua ou não reproduzindo as ideologias ou os rituais sociais. O que lhe garante isso é o ato da reflexividade ou da consciência de si mesmo.

Os estudos sobre gênero iluminam as práticas pedagógicas, principalmente, para professores no trabalho com adolescentes do ensino básico. Com as contribuições da Análise Crítica do Discurso, o professor terá condições de discutir as ideologias hegemônicas presentes nos discursos que tratam das relações de gênero. A compreensão da hegemonia pode levar a práticas discursivas menos sexistas e preconceituosas nas escolas, onde jovens que não se “adequam” ao modo binário homem/mulher sofrem diversas agressões. Apesar da necessidade de uma formação que busque a igualdade de gênero, pesquisas mostram que há escolas em que a formação da masculinidade está ligada a padrões como poder, autoridade, força e competência com as quais não combinam a demonstração de sentimento. Por outro lado, os signos de fraqueza são associados ao universo feminino (SWAIN, 2005, p. 216).

Os currículos escolares têm forte influência na formação da masculinidade, pois somente os garotos são incentivados a terem sucesso em alguns tipos de esportes e as meninas não. Também os meninos são mais incentivados a prepararem seus corpos para parecerem fortes e poderosos. Nos jogos escolares, a disputa entre os meninos é incentivada como uma linguagem metafórica de guerra. Os grupos de meninos na escola têm uma forte influência na construção da identidade masculina. Em consequência, os garotos ficam em um conflito, entre o que os pais querem deles, o que eles querem ser e os padrões estereotipados seguidos por seus pares, ou colegas de escola, porque eles não querem ser diferentes dos colegas, mas nem sempre isso é possível no ambiente escolar. (SWAIN, 2005, p. 217). Swain (2005) conclui que é papel da escola mostrar formas alternativas para a formação de um status de masculinidade mais colaborativa e compreensiva, para evitar a homofobia, a misoginia e as ações violentas por parte de homens.

Connell (2005) destaca pesquisas escolares que mostram casos em que meninos detêm o controle da vida social com hostilidade direta contra as meninas e meninos percebidos como sendo diferentes. O *status quo* é defendido, a todo momento, nas escolas entre adolescentes. Alguns homens aceitam mudanças, mas, na prática, ainda atribuem o trabalho doméstico e o cuidado das crianças apenas às mulheres. É imprescindível envolver os homens na luta pela igualdade de gêneros e isso deve começar a ser feito na formação básica de meninos.

Há muitos homens descontentes com funções sociais tradicionais determinadas pelo modelo hegemônico de masculinidade. No contexto escolar, apesar de haver grupos de meninos, muitas vezes, seguindo um padrão dominante ou hegemônico de masculinidade, existem também outros padrões que envolvem mais igualdade e relações respeitadas com as meninas. Connell (2005, p. 1812) comenta que homens e meninos podem variar, ou usar estrategicamente, definições convencionais de masculinidade. É possível ensinar meninas e meninos como fazer isso nas escolas, como têm mostrado experiências em salas de aula australianas. Mesmo para o indivíduo que se orienta claramente por noções tradicionais de gênero, há uma gama de identidades de gênero possíveis de serem abordadas, dependendo do contexto de fala (CAMERON, 2005, p. 145).

Os textos multimodais, publicados no LDP, são uma dessas práticas discursivas que representam as relações de gênero organizadas pela sociedade, muitas vezes confirmando os valores e normas estabelecidos, outras vezes, contestando-os. No entanto, nem sempre há uma leitura crítica nas aulas de leitura para que os estudantes possam refletir sobre isso. Principalmente, quando se trata de textos multimodais.

Kress e van Leeuwen (2006, p.16) observam que, nos primeiros anos de escolaridade, as crianças são constantemente incentivadas a produzirem imagens para ilustrar os trabalhos escritos. O professor chega a comentar a relação da imagem com o texto, porém ao contrário da escrita, a imagem não é corrigida, nem sujeita a críticas detalhadas. Os autores explicam que a imagem é vista nessa fase como uma expressão espontânea e não como uma forma de comunicação que precisa ser desenvolvida de forma mais sistemática como a escrita. Ao longo dos anos de escolaridade, as ilustrações vão desaparecendo dando lugar a desenhos específicos e a escrita aumenta em frequência, importância e profundidade.

Os autores definem a multimodalidade como o uso de vários modos semióticos na organização do produto ou evento semiótico, acrescido de uma forma particular de combinar esses modos. Na multimodalidade, segundo Santos (2013, p.47), a maioria dos textos envolve um complexo jogo entre textos escritos, cores, imagens, elementos gráficos e sonoros, enquadramento, perspectiva da imagem, espaços entre imagem e texto verbal, escolhas lexicais, com predominância de um ou de outro modo, de acordo com a finalidade da comunicação, sendo, portanto, recursos semióticos importantes na construção de diferentes discursos. Diante disso, se torna necessário que os alunos desenvolvam habilidades de leitura e produção de textos multimodais.

Kress e van Leeuwen discutem no livro *The Grammar of Visual Design* (GDV) o entrelaçamento entre Semiótica Social e multimodalidade. Em 2001, ampliam o conceito de multimodalidade, colocando-o como uma abordagem que considera todos os modos semióticos como produtores possíveis de mensagens e de comunicação. Sobre semiótica⁴, destacamos o que Hodge e Kress (1988) priorizam como orientação de análise: o aspecto social. Para entender os modos semióticos, é preciso considerar os construtos sociais que partem da necessidade de comunicação dos seres humanos. É no contexto que os signos fazem sentido, por isso a ênfase de análises recai sobre o processo de produção de significados e não sobre o signo de forma isolada.

A Gramática do *Design* Visual orienta para uma análise de textos multimodais com bases na teoria de Halliday e será usada como categoria básica da análise de textos aqui proposta. Essas categorias se dividem em significados representacionais, interativos e composicionais, de acordo com Kress e van Leeuwen (2006). Para a análise de imagens, os autores introduzem os termos 'Participantes Representados' (PR) e 'Participantes Interativos' (PI).

A partir do exposto, propomos a análise de dois textos publicados nos livros didáticos de Willian Cereja e Thereza Cochar Magalhães, cujo título é Português: linguagens, voltado para o ensino médio. O primeiro texto (Figura 1) "Do coração partido" foi publicado no volume 1, página 30 da coleção e o segundo texto (Figura 2) "Tirinha de Fernando Gonsales" foi retirado do volume 2, página 296.

A composição das páginas do livro didático se dá, muitas vezes, pela junção de elementos significativos de modos semióticos diferentes, como cor, linguagem verbal, imagens – desenhos, fotos, obras de arte, e organização desses elementos na página. O que forma um todo significativo, mesmo que o texto usado na página tenha sido elaborado primeiro com apenas um modo semiótico. É o caso do texto da Figura 1, na página 30 do livro vol.1 da coleção analisada; na qual há um texto de Marina Colasanti concebido anteriormente no modo verbal. No entanto, quando esse texto é inserido em uma página acompanhado de outros elementos semióticos como as cores, a ele é dada uma composição multimodal para o fim didático a que se propõe. Portanto, analisaremos o modo verbal e o modo visual do texto, pois no livro didático o que se apresenta ao aluno é uma página composta de vários modos semióticos que compõem um todo significativo.

Sobre isso Kress e van Leeuwen (2006, p.111) explicam que o que antes era chamado de ilustração, nos textos de crianças, faz parte do texto. Quando a imagem não duplica o texto, não representa visualmente o que já foi representado do ponto de vista linguístico, trazendo uma nova informação, deve ser lida como parte do texto. Isso acontece com na elaboração de uma página de livro didático já que, aos textos previamente concebidos, se juntam imagens que trazem significados a mais. É assim que o texto é

⁴Hodge e Kress (1988, p.261) definem a semiótica como sendo "o estudo geral da semiose, isto é, dos processos da produção e reprodução, recepção e circulação dos significados em todas as suas formas, utilizadas por todos os tipos de agentes de comunicação".

apresentado e interpretado pelos alunos, um todo com modos semióticos diferentes, cores, imagens e linguagem verbal. O modo visual nem sempre é lido como parte do texto e, muitas vezes, não é lavado em consideração nas aulas de leitura. No entanto, o aluno recebe a mensagem da imagem e a interpreta sem orientação ao longo de sua formação básica.

O principal objetivo, nesse trabalho, é de analisar a ideologia sobre gênero social representada nos textos e, de que forma, essa representação acontece. Chamaremos a atenção para o uso das categorias de análise em aulas de leitura para o ensino médio. A Tabela 1 - Categorias de análise apresenta resumidamente as categorias usadas para esta análise. O detalhamento de cada uma se dará na análise, assim poderemos apresentá-las exemplificando-as.

Tabela 1. Categorias de análise

Significados representacionais: Representação das experiências de mundo por meio da linguagem visual.	Estrutura narrativa: Ação (Transacional, Transacional bidirecional, Não transacional); Processo mental; Processo verbal; Localização; cor e tipografia.
Significados interativos: Estratégias de aproximação/afastamento para com o leitor.	Contato ou Olhar: Oferta e demanda Enquadramento ou distância social: intimidade, social. Atitude: Subjetiva/objetiva Modalidades: valor de verdade
Significados composicionais: Modos de organização do texto	Valor de Informação (Ideal – Real, Dado – Novo) Saliência: elementos mais salientes que definem o caminho de leitura. Moldura: o modo como os elementos estão conectados na Imagem.

Fonte: Adaptado de Kress e Van Leeuwen (2006)

3. Análises

Passo agora à apresentação e análise dos dois textos, com o objetivo de exemplificar a aplicação das categorias da GDV para identificar ideologias implícitas sobre as relações de gênero. A sequência da análise se dá, em um primeiro momento, pela análise do modo verbal, na sequência, pela análise do modo visual, com explicitação das categorias usadas.

Figura 1. Texto: “Do coração partido”

TEXTO III

Do seu coração partido

Sentada junto à sacada para que com a luz lhe chegasse a vida da rua, a jovem costurava o longo traje de seda cor de jade que alguma dama iria vestir.

Essa seda agora muda — pensava a costureira enquanto a agulha que retinha nos dedos ia e vinha — haveria de farfalhar sobre mármore, ondeando a cada passo da dama, exibindo e ocultando nos poços das pregas seu suave verde. O traje luziria nobre como uma joia. E dos pontos, dos pontos todos, pequenos e incontáveis que ela, aplicada, tecia dia após dia, ninguém saberia.

Assim ia pensando a moça, quando uma gota de sangue caiu sobre o tecido.

De onde vinha esse sangue? perguntou-se em assombro, afastando a seda e olhando as próprias mãos limpas. Levantou o olhar. De um vaso na sacada, uma roseira subia pela parede oferecendo, ao alto, uma única rosa flamejante.

— Foi ela — sussurrou o besouro que parecia dormir sobre uma folha. — Foi do seu coração partido.

Esfregou a cabeça com as patinhas. — Sensível demais, essa rosa — acrescentou, não sem um toque de censura. — Um mancebo acabou de passar lá embaixo, nem olhou para ela. E bastou esse nada, essa quase presença, para ela sofrer de amor.

Por um instante esquecida do traje, a moça debruçou-se na sacada. Lá ia o mancebo, afastando-se num esvoejar de capa em meio às gentes e cavalos.


— Senhor! Senhor! — gritou ela, mas nem tão alto, que não lhe ficaria bem. E agitava o braço.

O mancebo não chegou a ouvir. Afinal, não era o seu nome que chamavam. Mas voltou-se assim mesmo, voltou-se porque sentiu que devia voltar-se ou porque alguém do seu lado virou a cabeça de súbito como se não pudesse perder algo que estava acontecendo. E voltando-se viu, debruçada no alto de uma sacada, uma jovem que agitava o braço, uma jovem envolta em sol, cuja trança pendia tentadora como uma escada. E aquela jovem, sim, aquela jovem o chamava.

Retornar sobre os próprios passos, atravessar um portão, subir degraus, que tão rápido isso pode acontecer quando se tem pressa. E eis que o mancebo estava de pé junto à sacada, junto à moça. Ela não teve nem tempo de dizer por que o havia chamado, que já o mancebo extraía seu punhal e, de um golpe, decepava a rosa para lhe oferecer.

Uma última gota de sangue caiu sobre a seda verde esquecida no chão. Mas a moça costureira, que agora só tinha olhos para o mancebo, nem viu.

(Marina Colasanti. 23 histórias de um viajante. São Paulo: Global, 2005. p. 157-9. by Marina Colasanti.)



Fabiana Shizue

TEXTO IV**A jornada de trabalho deveria ser reduzida para 12 horas semanais?**

LEANDRO ABBUD
SÓCIO DA ABBUD E AMARAL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Discordo. As empresas não vão contratar novos trabalhadores. Isso é mais custoso devido à enorme carga tributária incidente sobre a folha de pagamento e à enorme gama de direitos que protegerá o novo empregado. Compensará que os próprios empregados supram as necessidades com horas extras. Nosso País não tem estrutura para suportar que as pessoas ingressem no mercado de

O texto III da atividade, que inicia o capítulo de gêneros textuais do volume I, é composto por três modos: o verbal, o visual e as cores. O conto “Do seu coração partido” faz parte do livro “23 histórias de um viajante”, de Marina Colasanti, lançado em 2005. É a história de uma moça costureira que trabalhava pensativa junto à sacada onde entrava a luz e a vida da rua. De repente, pinga uma gota de sangue sobre a

seda que costurava. Então, um besouro diz que o sangue é de uma única rosa que pendia da roseira na sacada da casa. Acrescenta que um mancebo acabou de passar e não olhou para a rosa que, sensível, sofreu de amor. A moça grita ao rapaz para que volte e, sem esperar que a costureira falasse o motivo de seu chamado, decepou a rosa para ofertar-lhe. Analisando a linguagem verbal, fica evidente que a moça desejava ter acesso à vida da rua, ao movimento, as pessoas que passavam, no enunciado "... que lhe chegasse à vida da rua...". Outra leitura possível é a esperança de que a rua lhe trouxesse vida equivalente a um amor, a um reconhecimento.

A natureza é representada pela rosa e pelo besouro. Percebe-se que a costureira não tem medo do besouro, como é dado às mulheres ter medo de bichos, e homens não. Pelo contrário, ela dialoga com ele. A relação com a rosa é de identificação pela delicadeza e sensibilidade. Podemos dizer que a rosa está para moça numa relação metafórica de sentimentos em relação ao rapaz. O besouro critica a rosa pela sensibilidade exagerada. O besouro, nesse caso, é uma voz masculina na narrativa ou talvez o próprio inconsciente da moça, que se culpa ao censurar a rosa por tamanha sensibilidade de sofrer por não ser percebida pelo mancebo. Essa narrativa de Colasanti mostra uma integração da feminilidade com o elemento da natureza representado pela rosa. A flor é uma metáfora que representa o coração da moça assim como a cor vermelha também apresenta um sentido metafórico que remete à vida, ao sangue e ao coração.

No enunciado “_Senhor! Senhor! _ Gritou ela, mas não tão alto, que não lhe ficaria bem.” Encontramos um ato moderno na iniciativa de chamar o mancebo, se contrapondo a observação do grito em público não poder ser alto porque não ficaria bem para uma mulher. O que não é regra para o homem, mas considerado apropriado para uma moça costureira, meiga e mulher, que consegue chamar o mancebo. A autora do texto verbal mistura conceitos novos e velhos ao mostrar a realização do amor pela iniciativa feminina, sem perder a delicadeza da alma feminina. O que vai ao encontro de uma possível proposta de igualdade de gênero, sem que a mulher tenha que perder as características femininas. No conto, não é negada ao homem, a atitude de oferecer flores. Também é uma característica imposta ao homem ser cavalheiro e gentil com a moça delicada que gosta de flores. Afinal são as flores que efetivam a conquista. Porém, com certa rudez sugerida pelos itens lexicais “punhal” e “decepar”.

Em relação às categorias da gramática do *design* visual, temos 4 Participantes Representados (PRs): a moça, o besouro, a rosa e o rapaz. Na imagem aparece a rosa e a moça. Da rosa cai uma gota de sangue e a moça com um braço estendido olha admirada para a rosa.

No significado representacional há uma estrutura narrativa transacional. Essa categoria se aplica quando há uma ação com interação de olhar para algo também representado. Nesse caso temos dois participantes representados: a rosa e a moça. A linha do olhar da moça para a rosa é denominada vetor. A rosa, para onde a linha do olhar da moça se direciona, é chamada de meta. Dessa forma a moça é o ator

nesse processo. Portanto, há uma ação acontecendo entre os elementos representados por isso chama-se narrativa e é transacional porque um interage com o outro pelo olhar.

Temos uma relação interpessoal no significado interativo, no qual o olhar é de oferta, assim chamado por oferecer uma representação sem exigir participação do leitor, apenas está lá para ser observado. Então o aluno/leitor observará o fenômeno sem participar da cena, pois ele não é objeto do olhar da imagem. O enquadramento em maior proximidade cria uma relação mais íntima e de identificação entre o gênero feminino e os participantes representados (moça e rosa). A perspectiva, no ângulo vertical da rosa, dá a ela maior poder e destaque, o que implicitamente valoriza e empodera o amor e a sensibilidade representados pela rosa. Esse poder é enfatizado pelo olhar da moça que se encontra em um lugar um pouco mais abaixo da rosa. A moça está no ângulo horizontal, gerando maior empatia com a aluna/leitora.

Quanto à modalidade, percebemos uma saturação de cor no desenho, um fundo verde que toma todo o texto e remete à natureza. Sugere a representação da roseira de onde pende a rosa, da qual cai uma gota de sangue com o tom do vermelho mais forte. Esses marcadores de modalização distanciam a imagem do real, portando temos uma baixa modalização que condiz com o aspecto fantasioso da história.

O significado composicional é obtido pela organização dos elementos na página, o que atribui ao texto significados distintos. Quanto à demarcação vertical do modo visual (a imagem), observamos a flor na parte superior, lugar do Ideal, do sonho, do imaginário: uma rosa de onde pinga uma gota de sangue de tristeza. Já na parte inferior está a moça, representando todas as moças reais que desejam um amor. A saliência é dada à rosa que chama a atenção pela cor e destaque em toda a página, representando a sensibilidade feminina e o amor verbalmente exposto no conto. Não há uma moldura que separe a imagem do texto, esses elementos estão organizados em um fundo verde que se completa.

A disposição dos modos semióticos nesse texto confirma a representação das relações de gêneros de forma binária homem/mulher reforçando a ideologia hegemônica. Essa representação remete a um aspecto importante dos discursos: a relação dialética de articulação, explicada por Fairclough (2001). Nesse caso, pode haver uma internalização desse discurso que alimentará ainda mais as ideologias sexistas dominantes. Pois há uma confirmação quando marca a postura feminina e a masculina com comportamentos normatizadores. Impondo, implicitamente, modelos a serem seguidos por meninas e meninos.

Porém, na realidade isso pode não acontecer, pois como explica Judith Butler (2003, p.48), “não há identidade de gênero atrás de expressões de gênero; a identidade é constituída performativamente pelas várias expressões”. Portanto gênero é uma *performance*, é o que fazemos em situações e formas diferentes. Butler (2003) afirma que o gênero não se limita ao que somos ou ao que temos, mas se estende ao efeito produzido pelo que fazemos, ou seja, é uma *performance*. Connell (2005, p. 1812) comenta que homens e meninos podem variar, ou usar estrategicamente, definições convencionais de masculinidade. È

A tirinha usada na aplicação de conhecimentos sobre adjunto adverbial não é analisada no exercício. Entendo que nem sempre em um livro didático, é possível fazer análises de todos os textos detalhadamente. Nesse caso, penso ser viável a presença de, pelo menos, uma questão que suscite um pensamento sobre o conteúdo do texto. Quando não houver sequer uma questão dessas, cabe ao professor, em momento oportuno, refletir sobre o discurso produzido em textos usados somente para exemplificar aspectos gramaticais.

A tirinha da página 296, do volume II, da coleção citada, possui somente dois quadros: no primeiro, vemos um rato, o personagem Níquel Náusea criado pelo cartunista Fernando Gonsales, dizendo que as coisas não mudaram muito em cem anos. No segundo, aparece uma cena de um casal remetendo à época em que o homem vivia na caverna. O rato, representando o homem, diz à mulher “Você não precisa de um casaco de peles!” e a rata, representando a mulher responde “Mas eu quero”. A participante representada (PR) é identificada na imagem como mulher pelos seios e pelo cabelo amarrado no alto da cabeça por um osso. O PR homem, pela ausência de tais elementos. Os dois estão nus.

O significado representacional se dá em uma clara estrutura narrativa que compõe um processo de ação e um processo verbal, constituído pelos balões de fala. No primeiro quadrinho temos um processo de ação não transacional, já que o ator olha para algo fora da imagem. No segundo quadrinho, há uma interação entre os atores que são metas reciprocamente. Pois um olha para o outro enquanto conversam. A ação verbal, formada pelos balões de fala, nos leva a uma sequência cronológica distante em cem anos. O que faz o aluno/leitor entender que há uma comparação entre épocas distintas: na época do homem primitivo e hoje.

É na fala do primeiro quadrinho que percebemos o discurso de que tanto o homem como a mulher não mudaram muito. Nesse discurso, desde a pré-história a mulher tem desejos por coisas fúteis, das quais não tem necessidade, e seu argumento para justificar tal desejo de posse é um simples “Mas eu quero.” O homem também não mudou, ele não entende e refuta a necessidade aparente da mulher de possuir um casaco de couro. Esse discurso pode ser elemento de identificação para os leitores/alunos ao ser relacionado de forma interdiscursiva com outros discursos que constituem a sociedade moderna atual. Como: o que as mulheres desejam são coisas fúteis. Minimizando, assim, os desejos femininos em detrimento dos desejos masculinos e confirmando a hierarquização entre homem e mulher. O discurso de que as coisas não mudaram representa as relações de gênero de forma a confirmar, mais uma vez, a ideologia binária, baseada no modelo homem/mulher. Mesmo com essa perspectiva de normatização do ser feminino e masculino, há uma possibilidade de reflexão. Para Butler (2001, p. 128), se entendermos a consciência como reflexividade preexistente (uma volta sobre si mesmo realizada por um sujeito pré-fabricado) como um ato de reflexão, possibilitará a condição de uma verdadeira construção do sujeito. Ela explica que, ao se formar em instituições de ensino, por exemplo, o sujeito aprende e reproduz as relações sociais existentes antes dele nascer e cristalizadas em escolas e outras instituições que não questionam as

ideologias hegemônicas e sexistas. Butler (2001) conclui que a formação dos sujeitos e da ideologia não são estanques. Mesmo se constituindo nas relações sociais que não são materiais, mas subjetivas, o sujeito decide seu destino e continua ou não reproduzindo as ideologias, os rituais sociais. O que lhe garante isso é o ato da reflexividade ou consciência de si mesmo.

Além do discurso verbal, a imagem contém informações importantes para a interpretação desse texto. Há uma função interpessoal ou um significado interacional em que se analisa a interação entre os PRs e o leitor em três aspectos: olhar, enquadramento e perspectiva. No primeiro quadrinho, destaca-se o olhar de demanda do PR, ou seja, o rato olha para o leitor/aluno construindo um vínculo direto, pelo qual o produtor do texto cria um tipo de relação imaginária de afinidade, de cumplicidade ou de convite a aceitação do dito. Assim, o leitor/aluno é convidado a interagir com o ratinho, na constatação, mesmo que implícita, de que a mulher não mudou nos últimos cem mil anos.

O enquadramento no primeiro quadrinho intensifica o endereçamento de demanda ao representar o PR de forma mais próxima ao leitor, com um menor distanciamento que no segundo quadrinho. O enquadramento se dá em posição de médio, expressando credibilidade e incluindo o cenário, elemento importante para a produção de sentido. No segundo quadrinho, o enquadramento, com maior distância e de forma panorâmica, oferece ao leitor a contemplação de onde a cena acontece. A perspectiva é horizontal, no contexto da caverna, o que aproxima os PRs do leitor sugerindo identificação entre ambos.

Quanto ao significado composicional destaca-se, no primeiro quadrinho, Níquei Náusea em saliência, ou seja, como elemento de maior destaque na narrativa. No segundo quadro, a PR fêmea está em saliência pela posição de primeiro plano na imagem, estando a sua frente dois ossos e, mais ao fundo, está o PR masculino.

Esses elementos visuais destacam a mulher como centro desse discurso e afirmam a ausência de mudança no perfil feminino ao longo dos anos. O que pode ser aceito ou não pelos participantes interativos leitores/alunos.

4. Considerações finais

Com base na análise, podemos afirmar que uma ideologia hegemônica e sexista ainda se perpetua no livro didático, nos textos analisados, por meio da valorização de um gênero (masculino), em detrimento de outros. O problema dessas representações se agrava, pois sabemos que os alunos e alunas do Brasil não possuem habilidade de leitura suficiente para criticarem e conscientemente rejeitarem ou aceitarem essas ideologias. As imagens são lidas como algo certo e dado, portanto inquestionáveis. As relações dessas ideologias formam redes sustentadas por relações sociais de poder, como afirma Fairclough (2001).

Nessa imposição de valores, atitudes e ideologias hegemônicas, quem sofre são os alunos/adolescentes e as alunas/adolescentes. Pois, principalmente os meninos, buscam não

demonstrarem seus sentimentos, serem homens fortes, dominadores, conquistadores, sem nenhum compromisso com afazeres domésticos. Quando os meninos não conseguem essa representação sexista de valorização do homem heterossexual, forte, racional e conquistador sofrem, se sentem fracassados e com autoestima baixa.

O homem não é representado demonstrando sentimentos, mas como o macho que não chora e tem desenvoltura com o sexo oposto. As mulheres são representadas como fúteis, consumidoras, sensíveis e apaixonadas. Em algumas situações, elas aparecem sem medo de insetos, com uma certa iniciativa na conquista, mas, de forma bem sutil como na Figura 1. A mulher que trabalha, estuda, é mãe e dona de casa não é representada no livro didático. O homem que ajuda nos trabalhos domésticos, no cuidado com os filhos ou que demonstra sentimentos também não é representado nos livros. Assim como não há a representação de homossexuais, transgêneros e outras identidades de gênero.

Esperamos que a análise ora proposta, tenha auxiliado na compreensão de uma possibilidade de leitura do modo semiótico visual e verbal. Além de mostrar as ideologias subjacentes aos discursos do livro didático. Como salienta Dionísio (2014), p. 59)

[...] em nenhum momento, os estudiosos defendem a supremacia da imagem sobre a linguagem verbal. Nessa perspectiva, postulam que os modos de representação verbal e visual (i) não são equivalentes nem veiculam os mesmos significados, (ii) não meramente coexistem e (iii) a imbricação entre eles pode afetar a forma e a leitura da mensagem veiculada." (DIONÍSIO, 2014, p. 59)

Acredito que, o acréscimo da leitura de imagem é um desafio para o trabalho com a leitura no Brasil e deve ser uma preocupação das pesquisas na área e ensino e dos cursos de formação de professores.

Referências bibliográficas

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____, Judith. **Mecanismos psíquicos del poder: teorías sobre la sujeición**. Trad. Jacqueline Cruz. Madrid: Ediciones Cátedra Universitat de València Instituto de la mujer, 2001.

CAMERON, Deborah. Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual. In: **Linguagem, Gênero, Sexualidade: clássicos traduzidos**. Trad. e org. Ostemann, Ana Cristina e Fontana, Beatriz. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, pág. 129-149.

CEREJA, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: linguagens**. Ensino Médio: volume 1 e 2. Ed. 7. São Paulo: Saraiva, 2010.

CONNELL, Raewyn. Change among the Gatekeepers: Men, Masculinities, and Gender Equality in the Global Arena. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**. Vol. 30 (3), The University of Chicago, p. 1802-1819, 2005. Disponível em < <http://www.jstor.org> >. Acessado em 19 de setembro de 2014.

- DIONÍSIO, Angela Paiva. **Multimodalidades e leituras: funcionamento Cognitivo, recursos semióticos, convenções visuais**. Recife: Pipa Comunicação, 2014.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. MAGALHÃES Isabel. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- GOUVEIA, Taciana e Silvia CAMURÇA. O que é gênero. **Cadernos SOS corpo**. Vol. 1, Recife, outubro de 1997.
- GUARESCHI, Pedrinho A. Representações sociais e ideologia. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p.33-46, 2000.
- HODGE, R., KRESS, G. **Social Semiotics**. London: Polity Press, 1988.
- KREES, Gunther and LEEUWEN, Theo van. **Reading images: the grammar of visual design**. 2nd ed. London e New York: Routledge, 2006.
- _____. **Multimodal discourse. The modes and media of contemporary communication**. London: Oxford University Press, 2001.
- PIMENTA, Sônia M. O. e A., Carolina D. A. Santana. Multimodalidade e semiótica social: o estado da arte. In: MATTE, Ana Cristina F. (org.) **Lingua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática**. Rio de Janeiro: Lucena; Belo Horizonte, MG: FALE/UFMG, 2007, p. 152 -174.
- RAMALHO, Viviane e RESENDE, Viviane de Melo. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- SANTOS, Zaira Bomfante dos. **A REPRESENTAÇÃO E A INTERAÇÃO VERBAL E VISUAL: uma análise de capas e reportagens de revistas na perspectiva da Gramática Sistêmico-Funcional e da Gramática do Design Visual**. Belo Horizonte, 2013. 257f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras- Universidade Federal de Minas Gerais.
- SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em http://archive.org/details/scott_gender, acessado em 06 de maio de 2012.
- SWAIN, Jon. Masculinities in education. IN: KIMMEL, Michael S., HEARN, Jeff. e CONNELL, Robert W.(orgs.). **Handbook of studies on men e masculinities**. Thousand Oaks, California: Sage Publications, p. 213- 229, 2005.

Abstract: *Social gender relationship is nowadays still based on hierarchy rather than completeness. Images that convey this idea, among other ideologies, are published in Brazilian coursebooks and there is not always orientation as to how these images should be read. Thus being so, students are not offered the opportunity to develop critical reading of the various semiotic modes that make up the texts, in which there are underlying ideologies reinforcing or changing social-discursive actions. Having this challenge in mind, this study presents two analyzes of multimodal texts, published in a collection of Portuguese Language books for High School. The objective was to discover what is the social representations in the coursebooks, having as bases the theories of Critical Discourse Analysis among other categories proposed by Kress e van Leeuwen in the Visual Design Grammar. In this analysis, we realize that the social gender representations was limited to the matrix man X woman, with some value towards men to the detriment of women. Men are depicted as corageous, strong, non-emotional, while women are depicted as futile, weak, sensitive and emotional. This discourse confirms and perpetuates masculinity and feminity steereotypes held by hegemonic discourses.*

Keywords: *social gender, image, multimodality, coursebooks, reading*

A MEMÓRIA DISCURSIVA E AS FORMAS DE SILENCIAMENTOS NO (SOBRE) DISCURSO DO MORADOR DE RUA: OS EFEITOS DE SENTIDOS NOS TEXTOS DO JORNAL “AURORA DA RUA”

José Gomes FILHO (UFBA)¹josegomes@ifba.edu.br

Resumo: A partir do discurso do morador de rua, materializado no jornal “Aurora da Rua” (Salvador, BA) em confronto com o jornal “Boca de Rua” (Porto Alegre), descrever e interpretar como a memória discursiva sob a forma de pré-construído e “articulação” produz efeitos de sentidos tanto na representação social que se faz sobre o homem em situação de rua, na representação que ele próprio tem de si mesmo, como na representação que o jornal faz sobre o morador de rua. Assim se utilizarão as ferramentas teóricas da Análise do Discurso francesa (AD), considerando a abordagem de “memória discursiva” de Courtine (1981) e o pensamento de Pêcheux em “Semântica e Discurso” (1975) a fim de explicar o funcionamento discursivo de diversas formas-sujeito em contradição, relacionando a determinação do interdiscurso com as diversas possibilidades sintagmáticas do intradiscurso. A pesquisa revela que a memória discursiva através da regularização pré-existente com os implícitos que veicula se modifica com o choque do acontecimento, provocando novas paráfrases, por isso dois jornais, embora trabalhem com a mesma temática da exclusão do morador de rua, têm diferentes manifestações discursivas e ideológicas, já que estão sob a influência de diferentes condições de produção e se subordinam a diferentes formações discursivas.

Palavras-chave: memória; discurso; silenciamento; morador de rua.

1. Introdução

A memória discursiva se torna importante na descrição e interpretação dos objetos discursivos porque ela não se confunde com o sentido psicologista de “memória individual”, nem com o sentido historiográfico de “documento”, mas identifica-se com a memória mítica, a memória social inscrita no nível da linguagem e do simbólico. Assim, este conceito está subjacente no discurso quando o sujeito, por antecipação, imagina o que ele é, o que vai dizer ao outro, a imagem que ele faz do outro (formação imaginária) ou mesmo no funcionamento discursivo quando o interdiscurso na forma de “pré-construído” como aquilo que diz em algum lugar interfere na própria formulação do intradiscurso, portanto na produção dos sentidos e na construção da subjetividade do sujeito.

Segundo Pêcheux (2010, p.52), a memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto que “surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer mais tecnicamente os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível)”. Quando se fala aqui em implícitos não significar dizer “pressuposição” da Pragmática porque esta se vincula à formulação da lógica, mas àquela regularização sob a forma de remissões, de retomadas e efeitos de paráfrase, chegando até a possibilidade de construção de estereótipos. Em relação ao jornal “Aurora da Rua”, a estabilidade daquilo que se repete tanto no nível das

¹ Professor doutorando do programa “Língua e Cultura” do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia

sentenças discursivas (paráfrase) como no nível da interpretação (interdiscurso) tem a possibilidade de ilusão como se constituísse numa identidade fechada do jornal, movida por uma formação discursiva homogênea. Isto negaria as evidências da heterogeneidade discursiva.

A memória funcionaria de outra forma: ela seria reconstruída a partir da enunciação que não advém do locutor, mas das operações que regulam o encargo, a retomada e a circulação do discurso, provocando deslocamentos interpretativos (ACHARD, 2010, p.17). Sobre esta colocação, Pêcheux diz que haveria o jogo de força na memória sob o choque do acontecimento, agindo de dupla maneira: “manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como ‘boa forma’, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo”; a outra forma seria “jogo de força de ‘desregulação’ quem vem perturbar a rede dos ‘implícitos’” (PÊCHEUX, 2010, p.53). Isto ajuda a entender a construção identitária do jornal, pois não é fixa e homogênea; ao contrário, por efeito de memória, é dinâmica e permanentemente renovada num misto de estabilidade e instabilidade.

A memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando a interrupção, pode desmanchar essa ‘regularização’ e produzir retrospectivamente outra série sobre a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (PÊCHEUX, 2010, p.52).

Da concepção original do jornal até hoje, a pesquisa quer demonstrar que várias formações discursivas de ordem científica, política ou jurídica já intervieram no constructo discursivo do jornal, de tal forma que, em cada edição, a memória absorve o acontecimento, transformando-o numa nova memória sem que se possa dizer onde e como ela está inscrita, porque só existe nos implícitos, portanto na opacidade da linguagem. Por isso, os recortes de análise são retirados de cinco edições do jornal “Aurora da Rua” (“**SOMOS IGUAIS, SOMOS HUMANOS**” nº 32, jun./jul./2012; “**RUA, MINHA CASA**”, nº 21, ago./set./2010; “**BICHOS DE ESTIMA E AÇÃO**”, nº6, fev./mar./2008; “**O SABER DA RUA**”, nº 34, out./nov./2012; “**VAMOS COMER FORA**”, nº 12, fev./mar./2009. Devido à exiguidade de espaço, não há como analisar recortes de todas as edições para demonstrar o processo de regularização ou desregularização. Do jornal “Boca de Rua”, a escolha recaiu sobre as seguintes edições: “**NOSSO TETO É O CÉU**”, nº39, abri./maio/jun./2011; “**VOZES DE UMA GENTE INVISÍVEL**”, nº 0, dez./2000; “**SOMOS TODOS DESIGUAIS**”, nº 45, out./nov./dez./2012; “**SOBRA COMIDA**”, nº 38, jan./fev./mar./2011; “**MORADORES DE RUA SÃO SERES ECOLÓGICOS**”, nº 41, out./nov./dez./2011. A seleção foi feita, seguindo alguns critérios: a temática como moda, a moradia, a gastronomia de rua, diferentes momentos históricos, textos de autoria coletiva. Como não havia possibilidade de se descrever e analisar 50 ou 60 edições, a amostragem foi utilizada como técnica de coleta de dados.

2. A memória e o silêncio na construção dos sentidos

Com Courtine ([1981], 2009, p.104), houve a introdução da “memória discursiva” em AD por influência da concepção de FD de Foucault em “Arqueologia do Saber” (1969) quando diz que “ toda formulação apresenta em seu ‘domínio associado’ outras reformulações que ela repete, refuta, transforma, denega” em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos”. O domínio da memória é um conjunto de seqüências discursivas pré-existentes “à seqüência discursiva de referência”, provocando na produção discursiva uma rede de reformulações a partir das quais se verificarão, na enunciação, os efeitos discursivos como lembranças, redefinição, transformação, mas também esquecimento, ruptura e denegação do já dito.

Por isso, a memória discursiva e a caracterização dos “efeitos de memória” numa determinada formação discursiva, considerando determinadas condições de produção, podem ocorrer em dois níveis de descrição:

- Nível interdiscursivo em que os enunciados existem num longo tempo de memória, trazendo aquelas informações de geração a geração, sob o controle dos Aparelhos Ideológicos do Estado (Althusser).
- Nível do intradiscorso em que as formulações são identificadas no tempo curto da atualidade, portanto do acontecimento.

Assim, “o efeito de memória resulta do funcionamento destes níveis simultâneos: interdiscorso e intradiscorso, ao se fazer emergir uma ‘formulação origem’ na atualidade de uma ‘conjuntura discursiva’”. A formação discursiva determinada pelo interdiscorso pode inscrever duas modalidades: a **memória plena** que funcionaria na superfície discursiva a partir de elementos retomados no passado e reatualizados, criando um efeito de consistência e estabilidade no interior das formulações e usando a repetição como estratégia; a **memória lacunar** funcionaria como produtor de deslocamentos, vazios e esquecimento, causando instabilidade e inconsistência no nível do dizível. Para uma formação discursiva homogênea, o único instrumento é o apagamento ou silenciamento (BRANDÃO, 2004, p. 101).

Para a pesquisa, foi importante trabalhar também o silêncio como elemento constitutivo do discurso, não no sentido passivo e negativo, mas na ligação do não dizer à história e à ideologia. O silêncio trabalha na incompletude da linguagem, pois é o não dito no interior da linguagem. A este silêncio, Eni Orlandi o chama de “silêncio fundador” como a “ respiração da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é ‘um’, para o que permite o movimento do sujeito (ORLANDI, 2007, p.13).

Outra forma é a política do silêncio em que aparece o silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não dizer; o silêncio local que se refere à censura propriamente dita em que aquilo é proibido dizer em determinada conjuntura. Nem tudo que se encontra na memória pode ser dito no nível

da formulação discursiva, sob pena de sofrer algum tipo de interdição (silenciamento) ou disciplinamento (silêncio) como forma de controle no sentido de Foucault (“Ordem do Discurso”). O que mais se vê nos jornais da pesquisa é a manifestação do silêncio sob a forma de imagens, na linguagem dos corpos ou na linguagem dos textos.

Vejamos o texto abaixo:



O SABER DA RUA

Pessoas como o Pedro compõem esse universo múltiplo das ruas, e surpreendem quando se colocam diante da sociedade. São indivíduos que, julgados pelo que meramente os olhos veem, não têm as suas habilidades valorizadas e, muitas vezes, são vistos como incapazes de formular ideias, expor opiniões, mostrar suas capacidades. Para muitos, essa experiência não precisa ser apenas de sofrimento, pode ser um tempo de grandes descobertas sobre si mesmo, sobre o outro e sobre o

Imagem do morador de rua lendo seus textos, isolado, debaixo de uma árvore, ao lado da rua é a própria manifestação do silêncio múltiplo enquanto significante em busca de vários significados. Os outros o ignoram como se o silêncio fosse a materialidade linguística de um discurso que o despreza por ser diferente. Por ser maltrapilho, isto não significa que não possa ser um escritor, porque o silêncio imposto é violência contra o outro.

Há um silêncio que advém da criação e da linguagem. “Quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas silenciam.” (ORLANDI, 2007, 14). Por sobre elas, incidem os efeitos de memória sobre o tecido do intradiscurso, provocando formulações de contradição, de transformação, de rupturas ou mesmo de apagamento. O silêncio se repete por reverberação da memória discursiva, como pode, no nível do acontecimento, provocar deslocamentos, dispersão, resistência ou crescimento.

O silêncio não é transparente nem na imagem, nem na frase: “*Moradores de rua mostram sabedoria além do que os olhos veem.*” A palavra “sabedoria” é polissêmica, por isso tanto a memória como o silêncio se inscrevem na realidade dos implícitos, pois a palavra pode significar erudição, conhecimento científico, grande experiência de vida, só as condições de produção e/ou a formação discursiva a que estiver subordinada podem atribuir-lhe efeitos de sentidos.

No corpo do texto, o personagem Pedro, pela memória, sente a força do silenciamento feito pelo outro (“...*não têm as suas habilidades valorizadas...*”), mas pode o próprio silêncio ser uma forma de autodescoberta, de construção pessoal (“*tempo de grandes descobertas sobre si mesmo*”). Aqui se

materializam três formas constitutivas do silêncio a partir dos efeitos de memória: o silenciamento advindo, através dos tempos, da formação imaginária da sociedade que considera o morador de rua na cidade do Salvador como uma escória feita de vagabundos, mendigos, delinquentes a qual é objeto do desprezo porque surjam os locais públicos (*“julgados pelo que meramente os olhos veem...”*); o silêncio constitutivo do jornal “Aurora da Rua” que, ao dizer que a experiência de ser morador de rua pode ser um tempo de “grandes descobertas, de transformação e desvelamento de alguns preconceitos” pode estar também não dizendo que, implicitamente, existe outra forma mais grave de silêncio (*“não precisa de sofrimento”*); o silêncio fundante do próprio morador de rua que, vivendo no mais profundo silêncio de todas as linguagens (corporal, visual, linguística) não abdica de sua condição humana, transforma a sua invisibilidade social na construção de uma escritura fora dos padrões estéticos oficiais e mostra *“sabedoria além do que os olhos veem”*, por isso *“surpreende quando se coloca diante da sociedade”*.

3. A memória plena e silenciamento histórico-cultural

A imagem estereotipada que a sociedade tem sobre os moradores de rua é sempre homogênea, pois considera que desvinculados da família e do trabalho buscam a sobrevivência nos caminhos do país. Nas cidades, vivem prostrados nas ruas, “não são vistos como semelhantes, mas como bichos, espécies distintas. Estão sujos, cheiram mal e são feios. Não são homens e mulheres embora um dia talvez o tenham sido. Invadem as calçadas e incomodam” (NASCIMENTO, 2000, p.56). Outros, por falta de qualificação profissional, vivem de “bicos” e moram em “mocós” de papelão debaixo de viadutos ou marquises das principais avenidas das cidades, tentando manter um mínimo de privacidade e de dignidade. Em Salvador, no centro histórico, observam-se, ao cair da noite, “exemplos de circunstâncias de vulnerabilidade social vivenciadas, servindo de dormitório a inúmeras pessoas. Homens, mulheres, crianças e idosos são encontrados sob as marquises dos viadutos do antigo terminal do Aquidabã ou da Barroquinha” (ESPINHEIRA, 1999).

Os grupos sem vínculos com os mundos do trabalho e da cidadania, que não têm direito a ter direitos e cujas potencialidades da condição humana encontram-se limitadas a conseguir sobreviver, não interessam a ninguém, são supérfluos e desnecessários à vida social, são descartáveis, e podem ser eliminados das mais diferentes formas, ostensivas ou opacas, que ninguém os reclamará. Expulsos da ideia de Humanidade, sua eliminação (matando, mandando matar ou deixando morrer) não interpela responsabilidades públicas nem sociais (SCOREL, 1999, p.80)

A intolerância atual para com o morador de rua na cidade do Salvador não é um fenômeno decorrente das circunstâncias estruturais ou conjunturais do século XXI como o modelo econômico centralizador, desigualdades sociais, desenvolvimento pífio do produto interno bruto da economia, mas uma reverberação da “higienização” social contra os vagabundos e mendigos no século XIX (FRAGA FILHO, 1996) ou mesmo a segregação ou a deportação tão comuns no período colonial. A memória trabalha não só

com o repetível, mas também com a resignificação da rejeição social do momento presente nos textos e nas imagens da mídia, nos livros didáticos ou em teses científicas.

A higienização contemporânea assume uma feição social e institucional. No primeiro caso, a sociedade estimula ou é indiferente aos números casos de homicídios de moradores de rua como forma de limpar a cidade destes seres imundos e inúteis. A cidade deve lembrar-se da madrugada do dia 16 de janeiro de 2010, em que os moradores do Cabula VI, bairro residencial de Salvador, capital da Bahia, região Nordeste do Brasil, foram acordados com os tiros que vitimaram quatro moradores de rua. Itamar Silva de Jesus, Luís Eduardo da Paixão, Élio Barreto Silva e Rosalvo foram assassinados à queima roupa com tiros na cabeça. As investigações ainda não foram concluídas e não há indícios de quem praticou os crimes e qual a motivação. Próximo aos corpos dos quatro homens não foram encontradas drogas ou armas. A pouca informação que se tem sobre os moradores de rua é que juntavam lixo para sobreviver. Com medo, os moradores do bairro não querem se pronunciar. Assim, mais um episódio envolvendo a população de rua corre o sério risco de ficar sem solução e cair no esquecimento (AURORA DA RUA, nº 37, p.4).

A presença de grupo de extermínio em relação aos moradores de rua, tanto em Salvador como em outras capitais, revela não só insatisfação diante de ineficácia do Estado ante a questão estrutural da desigualdade social decorrente do sistema de produção capitalista, mas também verberação recorrente da memória social em que a elite do período colonial não suportava conviver com os “desclassificados” como mendigos, vagabundos, por isso estes homens inúteis porque não tinham uma atividade econômica produtiva eram recolhidos compulsoriamente para fazerem parte das “entradas”, da construção dos presídios, de obras públicas, das atividades da lavoura, da segurança privada dos donos das minas, do povoamento de regiões fronteiriças com objetivo de expansão territorial e do corpo das milícias e das tropas militares (MELLO E SOUZA, 2004, p.103)² Em Salvador, a realidade não era diferente, pois o vagabundo era uma figura boêmia, inconveniente pelo seu parasitismo pernicioso. Na cidade, havia uma forma de controle quando se usavam as medidas repressivas como as rondas noturnas das patrulhas, a iluminação das ruas, o próprio recrutamento para as milícias e para a tripulação das naus. Às vezes, estes homens “inúteis” se tornavam úteis quando eram recrutados à força para a construção de obras públicas, na formação de entradas para a exploração do sertão, na condução de tropas de mulas ou mesmo na composição das forças militares (AZEVEDO, 1969)³

A filantropia privada ou oficial, sob formas diferentes, reveste-se de um assistencialismo que tem origem desde a Idade Média quando se tolerava a pobreza sob o argumento de oferecer às pessoas o exercício das virtudes cristãs como a caridade e amor ao próximo. As igrejas, os conventos ou as irmandades religiosas tinham o hábito de oferecer aos mendigos alimentação como o Convento dos Franciscanos no Pelourinho em Salvador. O governo, ao desenvolver políticas públicas pontuais, como o

² Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII, 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004

³ Azevedo, Thales de. Povoamento da Cidade do Salvador. Salvador (BA): Editora Itapuã, 1969.

“Bahia Acolhe”⁴, criando centros de acolhimento (“Centropop”), repúblicas de moradores de rua, cursos profissionalizantes, não resolve a questão básica da inviabilidade social do homem em situação de rua, pois são medidas paliativas que incidem apenas no contexto situacional do aqui e agora. Estas ações não resultam de um respeito à condição humana do morador de rua, mas de um temor de aumento da criminalidade e da violência. Os efeitos de memória funcionam como uma recorrência de fatos que marcaram a história da cidade, sobretudo, no século XIX, quando, em 1850, Salvador passou por reformas urbanas e não aceitava que os pontos de escolas fossem vistos como lugares sujos, repugnantes e perigosos à salubridade pública. Já não admitia mais que homens, mulheres e crianças vagassem pelas ruas, “ocupassem vias públicas com suas roupas esfarrapadas, seus corpos sujos, feridas abertas e linguagem recheada de ‘palavras indecentes’. Eles deveriam ser confinados em instituições criadas para este fim” (FRAGA FILHO, 1996).

4. Memória lacunar e a invisibilidade social

Se a representação que a sociedade tem sobre os moradores de rua decorre de uma formação discursiva homogênea que produz sentidos fechados, a representação que eles fazem de si mesmos é heterogênea que se configura na multiplicidade de sentidos. No silêncio do seu dizer e de ser, não aceitam a caverna de Platão, pois sonham com a luz do exterior. Vejamos o texto abaixo:

VOZES DE UMA GENTE INVISÍVEL

O povo da rua passa fome, não tem onde morar, dorme na beira das calçadas, debaixo da ponte, dentro dos esgotos, em cima dos banheiros públicos, nos carrinhos de papelão ou em casarões abandonados. Mas o povo da rua fala. O povo da rua tem boca.

10 Tem famílias inteiras morando na rua, mas tem gente também que veio para a rua porque fugiu da família. Não queriam ficar com a família porque eram esculachados, apanhavam. Os mais fracos morrem. Os outros passam tudo que é tipo de dificuldade. No inverno, por exemplo, morre muita gente porque não tem cobertas, a roupa é pouca e o atendimento médico não existe. O que mais dá é Aids, tuberculose, dor de dente e bala de revólver.

A fome é o pior. Aí o primeiro recurso é roubar, mas também pedem nas casas, pedem emprego. Tem gente que xinga, mas tem os que ajudam. Dão comida, dão roupa. Tem uns que até ensinam a ler. Também tem a violência da polícia e até da população. Mesmo entre o povo das ruas existe violência.

15 Hoje em dia as pessoas têm medo de dormir dentro de caixas de papelão no inverno porque acontece bastante de tocarem fogo nas caixas. Às vezes, são os **boyzinhos**, mas, outras vezes, é a gurizada da rua mesmo, que está de marcação ou uma criança pequena que cheirou loló e "viajou". Para eles, tudo é festa. Quem mais sofre são as pessoas velhinhas. Mas também na rua se aprende a respeitar as coisas dos outros, a mulher dos outros.

⁴ O programa é voltado para o atendimento à população em situação de rua. O objetivo é oferecer um conjunto de ações de assistência social a este público, que convive, diariamente, com a pobreza e a violência, expressas das mais variadas formas. Através do Bahia Acolhe, estão sendo implantadas centrais de acolhimento, representando a porta de entrada na rede de proteção social. De funcionamento ininterrupto, os portais devem oferecer aos usuários acesso à alimentação, higienização, serviços de enfermagem e abrigo provisório, se for necessário. Disponível em: http://www.sedes.ba.gov.br/pagina/bahia_acolhe.

20

Tem muita droga na rua. Tem droga dia e noite. E um passatempo para fugir dos problemas e da fome. Tem de tudo: loló, maconha, cocaína.

25

. Cada vez mais a cocaína. Injetam, cheiram, fumam pedra de crack. Para conseguir dinheiro para droga assaltam, fazem arrombamento. Alguns são usados como "aviãozinho" pelos traficantes.

30

Ninguém sabe ao certo quantas pessoas vivem na rua. Tem gente que se esconde em uns buracos que ninguém sabe que existe.

Mas o povo da rua não é invisível. Quem faz o povo da rua invisível é a sociedade que passa e nem olha. Enquanto o cara não trabalha, é como se não existisse. Está marginalizado. Mas é difícil conseguir trabalho porque a maioria tem só a quarta série. Muitos são analfabetos e não têm documento (**BOCA DE RUA**, Ano I, número 0, dezembro 2000).

Segundo o texto, a imagem que o morador de rua tem si mesmo é a da exclusão, pois *“não tem onde morar, dorme na beira das calçadas, debaixo da ponte, dentro dos esgotos, em cima dos banheiros públicos, nos carrinhos de papelão ou em casarões abandonados”* (l.1-3), mas não aceita o silenciamento imposto pela sociedade, porquanto *“o povo da rua fala. O povo da rua tem boca.”* (l.4). Há um silêncio constitutivo no nível da enunciação (intradiscurso) atravessado pelos efeitos de memória, cujos reflexos ultrapassam o passado, o presente e o futuro com o uso de verbos no presente atemporal (*“No inverno, por exemplo, **morre** muita gente porque não **tem** cobertas, a roupa **é** pouca e o atendimento médico não existe. O que mais **dá** é Aids, tuberculose, dor de dente e bala de revólver”*(l.7-10).

Entre a linguagem e a história, existe um fio discursivo em que o sujeito, por efeito metonímico, é múltiplo e heterogêneo, pois dentro da mesma forma-sujeito da exclusão age com dissimulação e contradição (*“A fome é o pior. Aí o primeiro recurso é roubar, mas também pedem nas casas, pedem emprego”* l.11-12). Esta representação também ocorre no nível do comportamento social dos moradores de rua que *“têm medo de dormir dentro de caixas de papelão no inverno porque acontece bastante de tocarem fogo nas caixas”*. E o responsável nem sempre são os *“boyzinhos”*, mas *“outras vezes, é a gurizada da rua mesmo, que está de marcação ou uma criança pequena que cheirou loló e “viajou”* (l.17-18). Na rua, não há somente coisas ruins como drogas, assaltos, crimes, ou são usados como "aviãozinhos" pelos traficantes”; predominam também muitas formas de aprendizagem como *“aprender a respeitar as coisas dos outros, a mulher dos outros.”*(l.20). Existe, na sua discursividade, o embate de duas formações discursivas que se materializam em duas formas de silêncio: o silenciamento imposto pela sociedade que ignora o morador de rua e o silêncio constitutivo da resistência à invisibilidade social (*“Mas o povo da rua não é invisível. Quem faz o povo da rua invisível é a sociedade que passa e nem olha. Enquanto o cara não trabalha, é como se não existisse. Está marginalizado.”* l 28-30).

Percebe-se, neste texto, um controle do discurso, a exemplo da correção linguística para um padrão culto, deixando apenas algumas marcas da fala do morador de rua (*“aviãozinho”, “esculachados”, “mocó”*). A formação discursiva predominante do jornal *“Boca de Rua”* não se assemelha àquela do jornal *“Aurora da Rua”*, porque este jornal carrega forte herança carnavalesca. No jornal gaúcho, há a predominância do

discurso jornalístico pela maneira de organizar os textos e a diagramação, do discurso acadêmico sobre os movimentos sociais. Não há influência religiosa, mas, em comum, existe a presença de uma consciência humanista de valorizar o “homem” que existe em cada morador de rua.

Como discurso transversal, esta resistência se fundamenta na Declaração dos Direitos Humanos, na luta contra a ditadura militar e na Constituição Federal de 1988, sobretudo a Constituição Federal que defendeu a dignidade da pessoa humana, por isso surgiram o Estatuto do Idoso, a Lei Maria da Penha, o Movimento População de Rua. Estes acontecimentos discursivos provocam deslocamentos na maneira tradicional de olhar o homem em situação de rua, pois, quando se vê hoje como um cidadão, a memória discursiva de silenciamento se atualiza para outra formação discursiva em que não há lugar para novas formas de higienização como o esquadrão da morte, expulsão compulsória de moradores de rua para albergues noturnos, doação de casas populares, acesso temporário ao trabalho após cursos profissionalizantes “relâmpagos” (curtíssima duração).

5. Memória virtual e as vozes da rua

Igual fenômeno acontece com a publicação dos jornais de rua, como o jornal **Aurora da Rua** e o **Boca de Rua**, pois a experiência de produzir um jornal ou revista como forma de criar renda para ajudar pessoas em fragilidade social já existia há muito tempo na Europa. No Brasil, outras publicações antecederam o jornal **Aurora da Rua**, como “Boca de Rua” (2000) em Porto Alegre, “**O Trecheiro**” (2001) e a revista **Ocas** (1999) em São Paulo. Desde a sua fundação em 2007 até hoje, o jornal “Aurora da Rua” mantém-se firme nos seus propósitos de construir a cidadania do homem em situação de rua através de ações como o artesanato, o trabalho em comunidade e a oração; reproduz a mesma estrutura com as respectivas seções. Mesmo assim, não é indiferente aos novos acontecimentos discursivos como o Movimento População de Rua, criado, na Bahia, em 2010 cujas propostas políticas e jurídicas de exigir dos poderes públicos os direitos do homem de rua, aproximam mais da formação discursiva predominante no jornal Boca de Rua.

Ainda que o jornal seja feito com a ajuda dos moradores de rua, nem tudo pode ser dito no nível de intradiscursos devido ao controle de uma formação ideológica que necessariamente não é religiosa (“Levanta e anda”), mas valores que refletem um “humanismo universal”, conforme defende Henrique Pelegrino⁵, o Presidente do Conselho Editorial do jornal “Aurora da Rua” numa entrevista dada ao pesquisador. Indagado sobre o que motiva a publicação do jornal, se era um discurso religioso ou jornalístico, respondeu, dizendo:

Não contém discurso religioso no jornal “Aurora da Rua” não. Diria que é uma coisa humanística, ele nasceu da população de rua durante anos e anos. Minha vida foi sete anos convivendo com a população de rua quando a gente começou. Todas as nossas experiências nos ajudaram a ter um olhar diferenciado sobre a população de rua, sabendo

⁵ Religioso que idealizou e fundou a Comunidade da Trindade em Salvador onde o jornal “Aurora da Rua” é produzido. Foi o criador do jornal e continua como o principal orientador desta iniciativa.

de todos os reveses, de todas as violências, de todas as dificuldades, mas sabendo também de todas as belezas que os homens e mulheres que atravessam a situação das ruas reservam dentro deles: a solidariedade, as partilhas, as experiências espirituais, a luta contra a dependência química. Então, o que a gente desejou profundamente é que o jornal pudesse não embelezar a realidade da rua que é muito dura, muito agressiva, muito violenta, mas que revelasse a beleza que existe nos seres humanos..” (PEREGRINO DA TRINDADE, **Entrevista concedida a José Gomes Filho**, Salvador (BA.), 20.nov.2014, p. 4).

Embora a Comunidade da Trindade tenha conteúdo religioso, não só pelos rituais, mas também pelas práticas discursivas, isto não ocorre no jornal. Pela pesquisa, o humanismo do jornal não é teocêntrico, nem antropocêntrico do séc. XVI, nem marxista porque não é resultado de alienação, nem de luta de classe. Nasce do humanismo cristão medieval, cujas raízes estavam na cultura judaica e na filosofia cínica dos gregos. O despojamento material da comunidade, a autonomia e o sentido da liberdade, o respeito pelo outro não decorrem só do amor cristão, mas de uma forma cínica de viver como Diógenes em Atenas. O cinismo vai influenciar o pensamento de François Rabelais com o espírito crítico de suas obras “Gargantua e Pantagruel”, Balzac no séc. XIX; vai influenciar o cristianismo e os movimentos libertários. Estudando a obra de Rabelais, Bakhtin vai criar o conceito de “carnavalização”, evidenciando como a cultura popular medieval invertia as relações hierárquico-sociais, valorizando um novo *modus* de relações mútuas do homem com o homem.

Elimina-se toda a distância entre os homens e entra em vigor uma categoria carnavalesca específica: *o livre contato familiar entre os homens*. Esse é um momento muito importante da cosmovisão carnavalesca. Os homens, separados na vida por intransponíveis barreiras hierárquicas, entram em livre contato familiar na praça pública carnavalesca. Através dessa categoria do contato familiar, determina-se também o caráter especial da organização das ações das massas, determinando-se igualmente a livre gesticulação carnavalesca e o franco discurso carnavalesco... O carnaval aproxima, reúne, celebra os esponsais e combina o sagrado com o profano, o elevado com o baixo, o grande com o insignificante, o sábio com o tolo, etc. (BAKHTIN⁶, 2013, p. 140).

Bakhtin vai desenvolver o conceito de carnavalização em literatura, por isso evidencia esta abordagem em autores do séc. XVII e XVIII na Rússia ou no Ocidente, preferencialmente na obra de Dostoiévski no século XIX. Apresenta a carnavalização romântica de Victor Hugo, na França com a obra “Os miseráveis” ou a carnavalização realista de Balzac. No Brasil, a carnavalização na literatura se encontra na obra de Lima Barreto, valorizando a linguagem popular carioca e denunciando os preconceitos na vida urbana do Rio de Janeiro, na obra de Monteiro Lobato, retratando o brasileiro abandonado, sobretudo da zona rural (“Jeca-Tatu”), na obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha, denunciando o genocídio do povo abandonado de Canudos. O jornal “Aurora da Rua” nasceu de uma peregrinação a Canudos, porque havia muita semelhança entre aquela massa de pobres esquecidos sob a liderança de eremita Antônio Conselheiro e os próprios moradores de rua. O auge desta carnavalização vai ocorrer na Semana de Arte

⁶ BAKHTIN, M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 5. ed. Revista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

Moderna em 1922, com a publicação do livro antropofágico “Macunaíma” de Mário de Andrade que resgata os valores primitivos como forma de sintetizar a alma brasileira. Só mais recentemente, esta carnavalização se atualiza em Salvador com o “Manifesto da Literatura Divergente” (2012) de Nelson Maca⁷ que nasce da alma negra do Pelourinho⁸, negando os modelos hegemônicos de escritura e, em São Paulo, com o “Manifesto Antropofágico da Periferia” (2007) de Sérgio Vaz prefere realçar a criatividade dos suburbanos.

E aqueles que acharem aqui algum nó de diálogo ou dobra de perspectiva crítica poderão levar minha escrita para debates em campo de linguagem não vislumbradas a priori...A expressão Literatura Divergente não pretende, de maneira simples e de superfície, conceituar academicamente uma estética, embora esta seja uma consequência direta desta manifestação pelo simples fato de seu manifestante transitar simetricamente entre a casa e a rua, ou ainda, entre o universal e o particular. Vale atentar para o fato de o conceito Literatura Divergente que persigo aqui tratar da orientação não de uma, mas de múltiplas textualidades, fundadas em posturas que assumem o conflito como fim, desprezando, no seu eterno porvir, a comodidade da busca da síntese... (MACA, Manifesto Literatura Divergente, 2012).

Assim, o jornal “Aurora da Rua” é também uma manifestação da “literatura divergente” porque assume uma textualidade que não é resultado de nenhuma hierarquia de poder, mas fruto de uma escolha direta e consciente do escritor. Segundo o Manifesto, mesmo carregando um corpo físico dos bolsões da miséria e “pouco letramento oficial e normativo, é um desejo social potencialmente divergente.”. Abordar a invisibilidade, a anulação e a morte pela percepção e expressão do condenado em vida, “pela cegueira social, pela diluição da diferença, pela impotência do gênero ou pelo extermínio físico é divergir das estratégias literárias consagradas historicamente ‘de fora pra dentro e cima para baixo’”. Ora, estes dizeres estão carregados de memória que potencializam as manifestações discursivas daqueles que, embora tenham voz, são impedidos de falar para poderem viver na invisibilidade social. Este manifesto é a prova viva do conceito de “carnavalização” na literatura, defendido por Bahktin.

O jornal “Aurora da Rua”, ao preferir os aspectos positivos a enfatizar os negativos do homem de rua adota uma postura “carnavalesca”. O termo “carnavalesco” não tem a interpretação simplista, nem a concepção boêmia do carnaval atual. “O carnaval é uma grandiosa cosmovisão universalmente popular dos milênios passados. Essa cosmovisão, que liberta do medo, aproxima ao máximo o mundo do homem e o homem do homem, opõe-se somente à seriedade oficial unilateral e sombria” (BAHKTIN, 2013, p.184). Os efeitos de memória funcionam na construção do discurso, porque o pensamento da carnavalização atual é uma retomada da visão dos cínicos na Grécia, quando andavam nus, pediam esmolas como forma de contrapor às elites de Atenas. Os sujeitos que fazem o jornal não têm consciência destas e outras determinações, porque ocorre o esquecimento ideológico, um silêncio constitutivo que escolhe uma forma

⁷ É poeta, ligado ao Movimento Negro em Salvador, professor universitário e desenvolve o site “Blacktude: as vozes negras da Bahia”.

⁸ Bairro no centro de Salvador onde se concentram as forças do movimento negro como o Olodum, o Museu Afro e o afoxé “Filhos de Ghandi”.

de dizer para não dizer de outra forma, pois “a partir do primado do interdiscurso, concebe-se a ideia de que todo discurso provém de já dito, de uma rede de pré-construídos, não existindo formações discursivas que sejam totalmente isoladas das outras” (HEINE, 2012, p.53).

A pesquisa, para chegar a estes achados, teve que ir além do arquivo onde estavam os textos dos jornais, o pesquisador precisou conviver com as pessoas da comunidade durante quatro anos para saber como se construía a formação ideológica que legitimava aquela forma de viver e, conseqüentemente, explicava a opção de o jornal só focar aspectos positivos do morador de rua. Como pesquisa etnográfica, foram feitas várias entrevistas informais e formais com cinco representantes: três vendedores do jornal, a jornalista responsável pela redação e o idealizador do jornal, como também foram registradas várias observações participantes do cotidiano das pessoas. Em todos os depoimentos, coexistia uma polifonia de vozes na construção do discurso, porque os efeitos da memória consciente ou inconsciente reverberam naquilo que é dito como intradiscurso. A heterogeneidade discursiva é real porque coexistem outras determinações como a “Rede Rua”⁹ que orienta a uniformidade dos jornais de rua (discurso jornalístico), a cooperação com o Movimento População de Rua (discurso político e jurídico), a incorporação da correção linguística e dos conceitos de cidadania (discurso acadêmico).

Veja a entrevista com a vendedora “Jéssica”¹⁰ quando foi indagada sobre a venda do jornal, se tinha um caráter religioso ou assistencialista. Ela respondeu o seguinte:

Quando você vai vender numa paróquia, vender numa missa, você vende, mas a pessoa sente que compra o jornal como se fosse esmola, pra você ajudar, é assim que eles fazem... Às vezes, a pessoa diz: “Eu não tenho um real, toma aqui uma moedinha”. Aí respondo: “Não, não estou pedindo esmola, estou trabalhando, estou vendendo um produto”. Outras pessoas chegam e dizem: “Tenho dois reais e fique com o troco pra lhe ajudar”. É ruim, vou lhe dar dois jornais e você distribui entre seus amigos. Tem essa coisa de assistencialismo, tem... e muito. Então somos nós, vendedores do jornal, que devemos tirar isto da cabeça da população. Nenhum vendedor de rua vende o jornal por esmola, porque nós estamos trabalhando o jornal “Aurora da Rua”. Deus nos colocou no nível de ser humano com dignidade “tome aqui e vá trabalhar”. Quando alguém compra o jornal, ele está nos incentivando a não ficar na rua pedindo, está resgatando a nossa dignidade.

(JÉSSICA. **Entrevista a José Gomes Filho**. Salvador (BA.), 05 maio 2015)

Pela memória das pessoas, o morador de rua é um ser desqualificado que merece a piedade ou a compaixão, jamais o olha como um ser humano, por isso compra o jornal como “esmola”. Nunca vão imaginar que exista um jornal de rua, cuja preocupação básica não é informação política ou social, mas um instrumento de geração de renda para quem vive em situação de rua. Veja a posição do vendedor que rejeita a “moedinha” porque ele não é um esmoler, mas um cidadão trabalhando, vendendo um produto. São duas formações discursivas em conflito, o que exige do vendedor uma consciência de que o fato se

⁹ ASSOCIAÇÃO REDE RUA atua na área da comunicação alternativa, educacional e da promoção social desde 1990 por meio do projeto REDE RUA DE COMUNICAÇÃO, que promove a inclusão social por meio da comunicação e busca da cidadania, possibilitando a organização da população em situação de rua. Disponível: <http://www.rederua.org.br/rederua/rrcomunicacao.html>

¹⁰ Nome fictício por exigência da ética em pesquisa.

repete (regularização), por isso não deve achar estranho, mas sabe que pode mudar esta realidade (“devemos tirar isto da cabeça da população”).

Este discurso de “resgatar nossa dignidade” não pertence à entrevistada que, por uma ilusão subjetiva, pensa que é a autora do dizer, mas, na verdade, reproduz inconscientemente a orientação do jornal, que se fundamenta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na obediência às leis divinas ou na ideologia do Movimento População de Rua? Sabe-se que ninguém resgata ninguém, o sujeito é que deve buscar a sua autonomia. Este protagonismo, baseado na liberdade e na independência é proveniente de fontes inscritas no passado que, de repente, se tornam vivas na enunciação do discurso sem que as pessoas tenham consciência. Observa-se esta filosofia de vida na hora das refeições, na interação com outros vendedores, nos momentos de reflexão, o que termina influenciando a construção dos textos do jornal “Aurora da Rua”.

A memória discursiva não incide aqui apenas pelo processo da repetição, mas pela regularização discursiva, pois a “memória se instaura pelo retorno de acontecimentos e enunciados de um mundo sociocultural, só que sob novas condições sócio-históricas e ideológicas” (COSTA, 2011). É um processo de constante atualização daquilo que foi dito em algum lugar, provocando deslocamentos, rupturas ou reconfigurações, que passam a constituir um saber e um poder.

A forma-sujeito que constitui o jornal **Aurora da Rua** leva o morador de rua a se significar como sujeito, considerando que este cuidar de si não decorre de uma abstração, mas de uma prática discursiva de pessoas que vivem numa comunidade de experiências em que aprendem a respeitar as pessoas, a dividir e a preparar o alimento, a cuidar da natureza. É neste aspecto que reside a identidade, a singularidade deste jornal de rua em Salvador. Vejamos outro fragmento:

Que tal comeremos fora?

Moradores de rua exibem suas habilidades culinárias e revelam os segredos de cozinhar nas ruas.

A imagem de pessoas reunidas à mesa para partilhar o alimento sempre foi símbolo de comunhão. Para grande parte das famílias, a refeição é o lugar de encontro que nutre o corpo e aquece os laços afetivos. Nas ruas, alimentar-se também pode receber um significado que ultrapassa a satisfação do apetite. Muitos moradores de rua assumem a liderança da culinária e conseguem proporcionar momentos de união através de uma comida peculiar feita de improviso e reciclagens. São tantos caprichos que dá até para brincar dizendo: “Que tal jantarmos fora hoje?”.

O fogão é o fogo a lenha. A panela pode ser um latão. A água natural se consegue em qualquer posto de gasolina. Os alimentos são arrecadados com a partilha em grupo. Cada um fica responsável em conseguir um ingrediente. Eles inovam a arte de cozinhar e mostram que para um bom prato de comida nas ruas, o importante mesmo é a cooperação. “A minha equipe da Baixa dos Sapateiros tinha umas 28 pessoas. Todos faziam correria. No final, dava um a panelona de comida”, lembra Jailton.

Toda culinária representa parte da cultura do seu povo. O modo de cozinhar criado pelo povo de rua revela características do seu próprio estilo de vida. Nem sempre há os utensílios e os espaços necessários para se fazer boas receitas. Mas como a precariedade não é maior do que o engenho dos moradores de rua, eles sempre reaproveitam o que

encontram para substituir aquilo que precisam. “Transformamos garrafas Pet em vasilhas, latas em panelas, recuperamos verduras caídas das barracas de feira. Nada se perde em nossas mãos” explica Robson

Portanto, há muitos motivos para a preferência dos moradores de rua continuar fazendo a comidinha feita por eles. O preparo é simples, genuíno e digno. O fogo, além de dar um sabor especial, aconchega e ainda aquece do frio da noite. “É melhor do que comida de restaurante porque rende, você se serve à vontade e sai mais barato”, diz Elias com a experiência de quem já provou muitas comidas de rua. (Aurora da Rua, fev./mar 2009, Ano 3, nº 12, p. 4-5)

A expressão "Vamos comer fora"? contém um conteúdo de ironia e de sarcasmo por seu caráter ambíguo, pois, para o morador de rua, ela significa literalmente comer nas ruas em oposição ao sentido conotativo da classe dominante que entende isto: comer em restaurantes da moda ou de famoso glamour. Esta visão antitética de pobreza absoluta diante da riqueza e do desperdício nos remete ao tom de zombaria e de escárnio dos kynistas (cínicos) às convenções e aos modos de vida da elite em Atenas, mostrando-lhe a estupidez de existência. A partir do funcionamento da memória, o jornal ressignifica todos os acontecimentos, provocando novos efeitos de sentido como é o caso da comida de rua. Prevalece, às vezes, a imagem negativa de que o morador de rua só se alimenta do lixo, das sobras quando, na verdade, ele possui uma gastronomia sofisticada.

O morador de rua não tem vergonha de cozinhar, substituindo a panela por um latão, tendo como base dois ou três tijolos ao invés do fogão, queimando pedaços de madeiras, recolhidos do material reciclável, pois não tem dinheiro para comprar gás liquefeito. O alimento não é comprado em supermercados, mas recolhidos nas feiras populares, seja porque não têm valor comercial, porque estão machucados, seja porque estão imprestáveis porque caíram no chão. Tudo é aproveitado, usando um ingrediente especial: a cooperação. Cada um contribui do seu jeito, trazendo um tipo de alimento. É evidente que a vida assim experienciada não contém dissimulação, não se preocupa com as aparências. Pode ser sofrida, mas esta comunhão ameniza a fragilidade social em que se encontra o morador de rua. Muitos não recebem comida pronta; ao contrário, têm que cozinhar o pouco alimento debaixo dos viadutos, nas calçadas das ruas. Este comportamento é influenciado por este cinismo judaico-cristão. *"Portanto eu lhes digo: Não se preocupem com sua própria vida, quanto ao que comer ou beber; nem com seu próprio corpo, quanto ao que vestir. Não é a vida mais importante que a comida, e o corpo mais importante que a roupa? Observem as aves do céu: não semeiam nem colhem nem armazenam em celeiros; contudo, o Pai celestial as alimenta. Não têm vocês muito mais valor do que elas? (Mateus, 6 26-30).*

Esta forma de ver a comida de rua é uma desregulação, uma desconstrução da representação hegemônica da sociedade, portanto o homem de rua carnaliza sua alimentação, pois, mesmo sendo feita de forma precária, tem sabor de solidariedade, de criatividade. Além da criatividade, a comida de rua tem um sabor diferente, não só porque é simples e gostosa, mas também porque é feita com participação, sabedoria e engenho numa época em que predominam o individualismo, a competição e a destruição do

outro. O tempero não é feito somente com cebolas, alhos e coentro, mas, sobretudo, com o espírito de comunhão, de repartição, o que não se verifica nos esquemas hegemônicos da sociedade. Na Comunidade da Trindade, o cozinhar é sempre em forma de rodízio, outro limpa as verduras, corta os legumes. Só não participam os velhos ou os doentes. Todos, de alguma forma, participam de todas as atividades. Não há desperdício, come-se o suficiente para sobreviver. Quando há sobras, a comida é dividida entre todos os animais que vivem na comunidade.

O tratamento carnavalesco não acontece só com a comida, mas em outros temas como o amor, a moda, a religiosidade, a amizade do homem de rua em que os estereótipos são ressignificados. O amor de rua é mais puro do que o amor burguês, porque não existe beleza, dinheiro para oferecer ao outro, mas apenas o sentimento de cuidar um do outro. É visível também no jornal “Aurora da Rua” a correção linguística, mais acentuada do que no jornal “Boca de Rua”, pois as falas dos moradores de rua sempre se acham aspeadas. Outra coisa importante: nas imagens do jornal, o riso está sempre presente no rosto do homem de rua; as cores vibrantes do jornal (amarelo, preto e vermelho) são vibrações carnavalescas como são as cores do “Ilê-Aiyê” ou do “Olodum”, grupos carnavalescos de Salvador.



Tanto na prática discursiva da vida em comunidade, como no fio discursivo nos textos do jornal, a repetibilidade está na base da produção discursiva que garante a constituição de uma memória social que sustenta os dizeres, porque só há sentido, pois antes já havia sentido. Esta repetição não só sustenta a um só tempo a regularização dos sentidos que se encontram em circulação social, mas também o processo de sua desregularização e transformação, que afinal sustentam a discursividade social. Assim, os efeitos de memória não se constituem numa herança imóvel no intradiscorso, mas como um jogo de força que, a partir dos acontecimentos discursivos, podem refutar, transformar as formulações originais.

No caso do jornal Aurora da Rua, estes dois processos (regularização e desregularização) são evidentes, pois, nestes últimos sete anos, aconteceram muitas mudanças devido às múltiplas condições de produção: atualização editorial, treinamento dos vendedores do jornal, forma das oficinas de textos, mudança de colaboradores, aumento qualitativo de pontos de venda como o lançamento do “Buzu” na Rodoviária da capital baiana, um carrinho estilizado que serve para a venda do jornal aos passageiros em embarque ou desembarque. Recentemente, as últimas edições apresentam as matérias da capa com textos

assinados por jornalistas devido à dificuldade de realizar as “oficinas de textos” em praças públicas na capital baiana porque cresceu a violência urbana. O jornal busca, então, reformular o sentido da produção coletiva e tenta produzir os textos com apoio de moradores de rua que se encontram em albergues.

6. Considerações finais

A pesquisa revela que, no discurso do morador de rua, possui uma formulação intradiscursiva, presente nos textos do jornal **Aurora da Rua** ou nas entrevistas com os moradores da Comunidade da Trindade. Esta formulação se constitui a partir do primado do interdiscurso ou da memória discursiva, conceitos que necessariamente não são sinônimos. O interdiscurso compreende uma memória ampla, totalizante, saturada, referente ao complexo de todas as formações discursivas, enquanto que a memória discursiva é regionalizada, circunscrita ao que pode ser dito em uma formação discursiva. Desta realidade, resulta na inconsistência de uma representação homogênea sobre os moradores de rua sobre a qual se baseiam os projetos de filantropia e projetos governistas e revela a heterogeneidade discursiva, tanto do jornal, como das pessoas em situação de rua.

Ainda que existam, de maneira implícita, silenciamentos, predominam as formas de silêncio, que agem no discurso na formação dos sentidos. O jornal **Aurora da Rua** consegue constituir os moradores de rua em sujeitos de sua história através da reconstrução de sua autoestima que lhe dá condições de arranjar um emprego, sair do mundo das drogas, reconstituir os laços afetivos, culturais e sociais. Sem esta base psicossocial, é uma ilusão acreditar que, dando-lhe uma casa ou um emprego, o problema estará resolvido, pois o morador de rua vende o imóvel ou abandona o emprego e volta para as ruas. Falar dos aspectos positivos do morador de rua, como forma de ele se encontrar consigo mesmo e com os outros é o que se repetiu no jornal nas suas cinquenta edições, sem esquecer a diagramação, a quantidade de seções, como se fez nos textos: “Saber da Rua” e “Vamos Comer Fora?” Agora, o fenômeno da desregularização se materializa a cada tema abordado, pois novos sentidos se impõem, refutando, modificando velhas concepções inscritas na memória diante de novos acontecimentos discursivos, a exemplo do “conhecimento” e da “comida de rua” nos textos analisados.

Cresce, nos estudos discursivos, o conceito de “formação cultural”, ao lado de formação social, formação discursiva, pois a cultura, sendo um conjunto de lendas, mitos, valores de um povo, está inserida nas atuais categorias como memória discursiva, interdiscurso, formação ideológica. Não adianta querer resgatar a dignidade do homem em situação de rua, ignorando as influências culturais, não só no diagnóstico do problema da exclusão, como na inclusão social e humana das pessoas sem abrigo. É impossível querer identificar a subjetividade dos sujeitos que compõem o jornal “Aurora da Rua” ou da Comunidade da Trindade sem conhecer a realidade histórico-social de Salvador, os valores e as tradições da região do Pelourinho no centro histórico da cidade, a cultura popular medieval, a teologia da libertação, a

pedagogia do oprimido de Paulo Freire, as comunidades eclesiais de base. Muitos teóricos podem dizer que isto já está incluído na categoria “condições de produção” ou “formação discursiva”, mas é bom lembrar que nenhuma teoria pode ficar na inércia em seus conceitos.

Enfim, desta convivência com a Comunidade da Trindade, com os moradores de rua, desta pesquisa sobre os jornais de rua, constata-se uma experiência de vida que contém em si uma pedagogia que encanta a todos que leem o jornal **Aurora da Rua** ou visitam o sítio onde se encontra a comunidade. Logo, esta filosofia de vida pode ter um caráter profético à medida que aponta uma alternativa de solução para a exclusão do homem de rua, porque as razões que o levam para as ruas são de ordem externa e interna. Não adianta resolver a questão externa com emprego ou casa própria sem tratar primeiro do reequilíbrio emocional, resolvendo as mágoas do passado. Por isso, com a divulgação do projeto, em termos nacionais e internacionais, tem aumentado o número de trabalhos acadêmicos, de visitas escolares, de palestras em universidades, clubes sociais ou igrejas.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da Cidade do Salvador**. Salvador (BA): Editora Itapuã, 1969.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Ver. –Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- COSTA, Iraneide Santos. A mulher do século XXI: (in) alterada? In: HEINE, Palmira (Org.). **Entre o texto e o discurso**. Simões Filho: Kalango, 2011, p. 61-77.
- COURTINE, Jean-Jacques. [1981] **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Eduscar, 2009.
- SCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos os moradores do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel (Org.) **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p.139-170.
- ESPINHEIRA, Gey. Salvador: a cidade das desigualdades. Cad. CEAS, Salvador, 1999.
- FOUCAULT, Michel. [1969] **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. Salvador (BA): Edufba, 1996.
- HEINE, Palmira. **Tramas e temas em análise do discurso**. Curitiba, PR: CRV, 2012.
- LUBISCO, Nídia Maria Lienert. Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses. 4. ed. rev. e ampl. Salvador: Edufba, 2008.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro de. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, Marcel (Org.) **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p.56-87.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Os desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII, 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

O SABER DA RUA. Aurora da Rua. Ano 5, nº 34, out./nov. 2012, p. 4

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre... [et al.]. **Papel da memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

VOZES DE UMA GENTE INVISÍVEL. Boca de Rua, Ano I, número 0, dez. 2000, p. 1

ANEXOS

SALVADOR, BAHIA, FEVEREIRO/MARÇO 2009 ANO 3 - Nº12

AURORA DA RUA

O JORNAL QUE NASCE DA RUA

VAMOS COMER FORA?

Conheça os segredos e os temperos da culinária que é feita fora de casa por cozinheiros super criativos: o povo da rua. Págs. 4 e 5

Cozinha e arte
Descubra a arte de cozinhar e de enfeitar um belo prato com Elias. Pág. 8

Encontro com o Presidente
Lula sugere criação de linha telefônica para receber denúncias de violência contra população de rua. Pág. 3

Receita de vida
Bárbara conta sua trajetória e dá a receita para melhorar a vida. Pág. 7

R\$ 1,00

R\$ 0,75 do preço de capa é do vendedor. Por favor compre apenas de vendedores autorizados.



O Saber da Rua

Moradores de rua mostram sabedoria além do que os olhos podem ver. Págs. 4 e 5



Educação

Eduardo se inspira na poesia para partilhar conhecimento. Pág. 7

Projeto

Através do EIACAV, moradores de rua retomam a vida escolar. Pág. 3



Lirismo

Na vida e na arte, toda a sensibilidade do músico

Abstract: *From the homeless' speech, materialized in the newspaper "Aurora da Rua" (Salvador, Bahia, Brazil) in confrontation with the newspaper "Boca de Rua" (Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil) to describe and interpret how the discursive memory in the form of pre-constructed and "articulation" takes effect of meaning both in the social representation, which is on the man living on the streets, in representation that he has about himself, as in representation that the newspaper does on the homeless. Thereby theoretical tools of the French Discourse Analysis (AD) will be used, considering the "discursive memory" approach of Courtine (1981) and the thought of Pêcheux in "Semantics and Discourse" (1975) in order to explain the discursive functioning of various forms-subject in contradiction, relating to determination of interdiscourse with the various syntagmatic possibilities of intradiscourse. The research reveals that the discursive memory by pre-existing regularization with implied that is conveyed changes with the shock of the event, causing new paraphrases. Therefore, two newspapers, although they work with the same theme of exclusion of homeless, have different discursive and ideological manifestations, since they are under the influence of different conditions of production and are subordinated to different discursive formations.*

Keywords: *memory; discourse; silencing; homeless.*

Autoficção e discurso do íntimo

Julia SCAMPARINI (UFF)
juliascamparini@gmail.com

Resumo: As autoficções tratam de temas biográfico-familiares de seus autores e caracterizam-se pela presença do autor na obra (pelo nome, pela imagem) - escolhas que, segundo a crítica, as desloca de um posicionamento político e coletivo e acaba por diminuir seu valor estético. Através do romance *Divórcio* (2013), de Ricardo Lísias, e do documentário *Histórias que contamos* (2012), de Sarah Polley, investigamos como a mescla de ficção e realidade se relaciona com o discurso da intimidade, próprio de obras autoficcionais e hoje muito difundido; como atualmente se pensa a escrita (registro, memória) pela palavra e pela imagem; e como as possibilidades abertas para atuação, troca, e invenção dos indivíduos pelas novas tecnologias potencializam a reflexão sobre o sujeito contemporâneo, que hoje “entra” na mídia. A escolha de um livro e um filme justifica-se por ilustrarem a intermedialidade do gênero da autoficção, lugar em que, a nosso ver, o posicionamento ideológico pelo exercício da subjetividade se manifesta com vigor. Para tanto, o referencial teórico é o pensamento de Michel Foucault, de seu método de investigação arqueológica às indagações sobre a estética da existência, e a teoria da intermedialidade.

Palavras-chave: sujeito, mídia, literatura, cinema, íntimo.

1. Introdução

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos. (FOUCAULT, 1995, p. 231)

A leitura de um romance autoficcional foi, para mim, uma experiência desconcertante. Não sou leitora de autobiografias, mas sou de romances e contos, e nunca havia me deparado com uma prosa autointitulada ou considerada pela crítica como “autoficcional”. Acredito que meu impacto tenha se dado inicialmente por eu compartilhar de partes da história contada no romance *O céu dos suicidas* (2012), de Ricardo Lísias, meu contemporâneo na faculdade de Letras na UNICAMP.

O segundo romance autoficcional que li, *Divórcio* (2013), também de Ricardo Lísias, foi igualmente impactante. Mas desta vez não porque eu compartilhava dos fatos narrados; muito pelo contrário, pois até hoje não sei se o romance de fato se baseia em coisas acontecidas ou se o que dá esta impressão são outros elementos importantes, como o nome do narrador-protagonista, que é Ricardo Lísias, o estilo linguístico “confessional”, que se aproxima ao de um diário, as referências a acontecimentos recentes amplamente divulgados na mídia, o uso da fotografia, que apresenta a imagem do autor quando criança, e, finalmente, a metalinguagem, pois a escrita do romance é dos temas principais do livro. Muitas são as perguntas que me faço desde então como leitora, dentre as quais vale a pena citar as seguintes:

Por que este autor usa nomes de pessoas reais e não as protege criando novos nomes para seus personagens?

O que ele deseja com este romance ao dar-lhe as características de um diário pessoal?

Como ele nos dá a impressão de estarmos lendo relatos íntimos que parecem verdadeiros, se estamos no âmbito da ficção?

O mesmo processo tem acontecido em filmes como *Histórias que contamos* (2012), que nomeio de documentários autoficcionais. É uma forte tendência do documentário atual contar histórias familiares ou pessoais de seus autores – aqui entendido como autor o diretor de um filme, aquele que imprime a marca estética na obra – desde meados do ano 2000. Assim como na literatura, a presença do autor na obra tornou-se uma constante, e alguns trabalhos cinematográficos motivam perguntas análogas às que acabo de listar a respeito dos romances de Lísias:

Por que Sarah Polley, a diretora de *Histórias que contamos*, expõe seus próprios familiares e não cria personagens a partir desta história de um segredo de família?

O que ela está operando através deste documentário ao dar-lhe características de ficção?

Como ela nos dá a impressão de termos acesso a uma história verdadeira se vemos imagens claramente encenadas, ou performadas?

A autoficção como gênero narrativo nasce em 1977 na França, quando Serge Doubrovsky batiza seu romance *Fils*, uma mistura de ficção e biografia, de autoficção. Gênero já consolidado na França, no Brasil ganha atenção e destaque a partir do final dos anos 1980, quando escritores do calibre de Silviano Santiago adjetivam suas obras como autoficcionais, e pesquisadores da área de literatura dedicam-se ao fenômeno¹. No cinema, filmes como *Um passaporte Húngaro* (2001) e *Santiago* (2007) são considerados precursores da tendência.

Ainda que no cinema e na literatura sempre tenha havido obras autoficcionais, isto é, que mesclam fatos conhecidos da vida do escritor à invenção, o *boom* da autoficção no Brasil é contemporâneo à emergência do “eu” e à difusão da mídia digital, o que dá características inéditas à prática.

O que ocorre na passagem de um século para outro é uma “fenda aberta” em que a democratização dos canais midiáticos abre possibilidades de atuação, de troca, de invenção dos indivíduos. Assim, todos somos protagonistas e produtores de conteúdos, e queremos, muito de nós, ser lidos. É junto com essa possibilidade de comunicação total que acontece o “show do eu”, expressão de Paula Sibilia (2008) em sua obra sobre a intimidade como espetáculo. Logo na introdução, a teórica cita a escolha da personalidade do ano de 2006 pela revista *Time*. Segundo o periódico, que aponta anualmente as pessoas que mais afetaram o noticiário e as vidas, incorporando o que foi importante no ano, foi *você*. Não apenas *você*, mas também *eu* e todos *nós*.

Esta fenda aberta em que os “eus” se instalam acaba por se caracterizar pelas escritas de si, pela exposição da intimidade, pelo que se critica como prática de um “umbiguismo” exacerbado. Não somente se divulga a opinião de todos sobre tudo, mas também se expõe o que normalmente ficaria restrito ao

¹ Para um histórico do gênero ver HIDALGO, Luciana. A imposição do eu. In: **Rascunho**. Disponível em: <http://rascunho.gazetadopovo.com.br/autor/luciana-hidalgo/>

universo particular. A intimidade materialmente realizada, isto é, documentada pela escrita verbal e pela imagem, fotográfica e em movimento, precisa ser consumida.

Causa de grande controvérsia no meio literário, o termo autoficção tem se tornado pejorativo, sendo motivo de escárnio para o romancista estudado neste trabalho. No âmbito dos estudos de cinema, foi pouquíssimo aplicado, tendo sido motivo de interesse para comentários breves de Jean-Claude Bernardet em seu *blog* outraspalavras.org/jcbernardet/. A rejeição ao termo provém, dentre outros motivos, do paralelo que se estabelece quase imediatamente entre estas obras e produtos culturais tais como os *reality shows*, fundados na exposição da intimidade. A nosso ver, contudo, obras que contam com a presença do autor, cunhadas ou não de autoficção, merecem destaque porque, além das muitas dimensões que costumam alcançar – algumas das quais abordaremos neste trabalho – estabelecem um novo espaço discursivo para o receptor: acostumados a aderir ao contrato de leitura que o discurso pressupõe, o estranhamento da mescla de gêneros é inevitável.

O cerne das autoficções está justamente nesta quebra do pacto com o leitor (LEJEUNE, 2008), no deslocamento da ordem do discurso que se lê, ou que se vê. A ordem do discurso romanesco imprime, dentre outros atributos, a expectativa do ficcional, e a ordem do discurso documentário, por sua vez, é a de um real em sentido naturalista, pois como espectadores esperamos que algo do mundo nos seja mostrado tal como é, sem interferência da ficção². Uma vez que em ambos os casos o pacto é quebrado, podemos ver o fenômeno como uma *desordem* do discurso: no caso do romance *Divórcio*, porque há um direcionamento ao documental; no caso do documentário *Histórias que contamos*, porque há a busca pelo ficcional.

O nome próprio do autor na obra também abre espaço para um exercício singular de memória. Bourdieu (1996) demonstra que o nome próprio pode atuar como um empecilho à permanente transformação do indivíduo, pois que é rótulo que o pré-define como um todo inabalável. Mas o que se constata com as obras aqui estudadas é que, através da duplicação do nome e da imagem de um suposto eu integrado – o autor de um romance ou de um documentário –, pode-se encontrar mais liberdade para a costura das memórias, que passa pela escrita e pelo corpo, pela palavra e pela imagem, pelo real e pela ficção.

As artes narrativas sempre incorporaram o discurso sobre a intimidade, tanto da alma quanto do corpo; a diferença ao se atribuir esse discurso às autoficções contemporâneas é que ele tem um “dono”, e esse dono parece alguém real que se transfigura na obra de arte, o que traz à tona a tríade polifônica indivíduo/autor/narrador, intrínseca ao que se entende pela literatura e pelo cinema que assumem esse gênero como forma, dando potência à problemática do sujeito.

² Não nos interessa averiguar em que medida os acontecimentos narrados correspondem aos fatos, mas nos interessa sobremaneira a forma como a mescla real x ficcional acontece como quebra de contrato e, conseqüentemente, o posicionamento do sujeito no interior da narrativa.

2. Quadro teórico-metodológico

Em “O que é um autor?”, Michel Foucault demonstra que o conceito de autoria não corresponde à referência de um indivíduo criativo portador de ideias e opiniões que escreveu determinado livro, mas sim a uma *função* que, para ser preenchida, exige que certas premissas sejam respondidas. Trata-se de uma operação que desloca o nome do escritor para uma esfera em que ele não mais designa a pessoa real, mas torna-se praticamente um título que reúne uma obra caracterizada por uma gama de qualidades, como estilo e coerência conceitual, e é reconhecidamente pertencente a tal autor. Este processo se dá a partir do momento em que o discurso literário se torna parte do sistema de propriedade que caracteriza nossa sociedade, tal como é também o fílmico: na medida em que os textos se transformaram de *ato* em *produto*, passaram a ter proprietários, de forma que, hoje, “o anonimato literário [e cinematográfico] não nos é suportável” (FOUCAULT, 2006, p. 276). Entre a autoria e o indivíduo designados por um mesmo nome próprio, não há, portanto, uma entidade una à qual se possa referenciar. Não obstante, a recepção de uma obra autoficcional nos leva inicialmente a unir duas ou mais posições subjetivas – autor/indivíduo/narrador –, e essa aparente simultaneidade de posições desdobra-se em novas formas de vivenciar o atrito entre real e ficcional.

O real a que as obras do gênero autoficção se vinculam não é aquele oposto ao que tacitamente consideramos ficcional (eventos criados, imaginados), mas pode ser tomado de duas formas: primeiramente, como um real traumático, possivelmente extraído das vivências pessoais do escritor como gatilho para a arte literária ou cinematográfica, ou seja, um real que “não deve ser confundido com a ‘realidade’ tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista, [mas que] deve ser compreendido pela chave do *trauma*, de um evento que justamente resiste à interpretação” (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 373). Por outro lado, o real autoficcional pode ser tomado como um real provocador, vinculado à figura do autor e escolhido como forma para problematizar essa época em que a tecnologia embaralha os espaços imaginários, reais, virtuais, ficcionais em que vivemos.

Ao examinar as problemáticas que o gênero por si só apresenta, os enunciados e a configuração geral dos textos literários e fílmicos aqui estudados relacionam novos entendimentos acerca do sujeito contemporâneo e da memória, sendo que essa relação sujeito-memória se desdobra em reflexões que envolvem a mídia e o discurso.

Foucault (2008) entende por discurso uma dispersão regida por objetos, conceitos, estratégias e modalidades enunciativas, elementos que, reunidos por suas (ir)regularidades, delineiam formações discursivas. Por *modalidades enunciativas* Foucault entende o lugar, o status e os papéis que poderá assumir o sujeito que se servirá de um determinado discurso por compartilhar da ideologia a que ele se vincula. O sujeito aqui é tomado, portanto, como assujeitado, servo discursivo de suas filiações ideológicas

e reificado pela dinâmica social e suas instituições, que se fundam pelos sistemas de dominação que colocam em prática, em determinada época.

Mas a noção de *dispositivo*, também foucaultiana, demonstra que o discurso é, na verdade, um dos modos através dos quais esses sistemas de dominação são colocados em vigor pelas instituições de poder e de governo. Conforme explica sinteticamente Courtine (2010, p. 29), “o discurso deve ser compreendido a partir daquilo que Foucault chama de dispositivo, isto é, um conjunto heterogêneo de instituições e de leis, de coisas e de ideias, de atos e de práticas, de falas e de textos, de dito e não dito”.

As relações de poder e o governo dos outros são traços comuns da vida em comunidade, mas são noções naturalizadas comumente como negativas e pertencentes a regimes de governos autoritários ou totalitários. Nesse sentido, entendemos os sujeitos como peças do móbil manipulado pelas redes de dominação institucionais, responsáveis pelos ditos e não ditos sob os quais inevitavelmente organizamos nossa existência no mundo. Paradoxalmente, uma vez vivendo em regimes democráticos, compreendemo-nos como sujeitos livres.

Foucault argumenta que o que se deu no poder democrático moderno foi a adoção de um sistema de dominação por meio de mecanismos de *sujeição* – e não de *exploração* ou *dominação*, como em séculos anteriores. Assim, no interior mesmo da estrutura política que conhecemos como Estado, há uma astuciosa combinação de técnicas de individualização e de procedimentos de totalização baseados no “poder pastoral” (FOUCAULT, 1995, p. 236 – 239), nascido com o cristianismo, mas que

ampliou-se subitamente por todo o corpo social: encontrou apoio numa multiplicidade de instituições. E, em vez de um poder pastoral e de um poder político mais ou menos ligados um ao outro, mais ou menos rivais, ha[via] uma “tática” individualizante que caracteriza[va] uma série de poderes: da família, da medicina, da psiquiatria, da educação e dos empregados. (idem, p. 238)

Diz-se individualizante porque, neste tipo de mecanismo de poder inclui-se o elemento *liberdade*, que garante aos sujeitos “um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (idem, p. 244) – o que é totalmente oposto a um regime de escravidão, por exemplo. Ou seja, o paradoxo é lícito, pois fazemos parte de uma época em que somos livres dentro de um mecanismo de poder que nos assujeita.

Toda essa breve digressão pelos conceitos de *discurso*, *dispositivo* e *poder* é necessária para que possamos conhecer, através das práticas discursivas e institucionais, os mecanismos de sujeição em voga e, neles imersos, encontrar espaços de individualização por meio de práticas de liberdade. Seria como reconhecer o oponente para, na impossibilidade de vencê-lo, viver junto a ele da melhor forma possível. É um tipo de atitude que à primeira vista pode parecer de resignação, mas que na verdade é o que leva, através de práticas individuais de liberdade, a um possível processo de liberação (FOUCAULT, 2012b).

O termo *sujeito* reúne, portanto, formas de assujeitamento bem como de singularização: mais do que uma modalidade enunciativa que inconscientemente se apropria de discursos, é também o

posicionamento possível para o cuidado de si, para a inserção nas frestas abertas dos espaços discursivos disponíveis na contemporaneidade.

Tais *espaços discursivos* multiplicaram-se de forma incomparável na História. O discurso, ou o enunciado, “forma indefinidamente repetível e que pode dar lugar às enunciações mais dispersas” (FOUCAULT, 2008), desdobra-se em uma variedade de materialidades, as quais devem ser tomadas a partir de suas especificidades, de modo a não nos voltarmos a elas ingenuamente. Assim, se pensamos nas especificidades das artes aqui estudadas, a literatura como dispositivo tradicionalmente envolve, além do discurso literário, o livro de papel, o suporte digital, a autoria, o sistema editorial e de bibliotecas, a crítica, a Academia, uma rede de conceitos, como o de “literariedade”, entre tantos ditos e não ditos. Analogamente, o cinema como dispositivo envolve o discurso cinematográfico, a película, a autoria coletiva – simbolizada e institucionalizada pela figura do diretor –, as leis de incentivo, os festivais, a crítica, uma rede teórica própria, e a tecnologia digital.

Ao pensar em poder, encaminhamo-nos geralmente à observação dos sistemas de dominação e muito raramente às mídias, entendidas aqui inicialmente como *objetos* que fazem parte de uma rede discursiva. A poesia tornou-se algo a ser lido com a invenção da imprensa: tradicionalmente, poemas eram performados e, portanto, vistos e ouvidos; o filme era acessível apenas em salas de cinema até quando a televisão foi inventada, mudando nossos hábitos como espectadores; e quando a câmera Portapak foi disponibilizada, a possibilidade de o sujeito atuar como produtor de imagens em movimento fez emergir a videoarte. As mídias livro, TV e câmera evidentemente exercem um poder de outra natureza, que não passa necessariamente pelo conteúdo dos discursos, mas sim pela forma, o que nos direciona a novas experiências perceptivas e discursivas, como leitores e escritores de linguagens.

O conceito de *mídia* (meio, mediação) tomado pela Teoria da Mídia aproxima-se ao de dispositivo, e não somente porque hoje fazemos uma ligação quase que natural entre mídia massiva e poder. Por *mídia* entende-se tanto *meio de comunicação de massa* como *suporte*, sentidos comuns ao brasileiro, como *meio*, *mediação* ou *rede* (num sentido semelhante ao de dispositivo), acepções permitidas pelo alemão, língua do país em que teve início o *media turn*, a partir dos anos 1980 (MÜLLER, 2012). Desta forma, tanto a literatura (dispositivo) como o livro (suporte) são mídias, e tanto o cinema como um filme também o são. Para entender a importância de se tomar as relações entre a arte e as mídias, podemos rememorar o célebre texto de Walter Benjamin, que relaciona a reprodutibilidade técnica a novas formas de percepção da arte e mesmo de nosso conceito de realidade, que desde então passa pela imagens técnicas. Por isso, segundo Müller (idem, p. 169):

Literatura e cinema devem ser entendidos como mídias que se inter-relacionam de modos diversos, dentro de um universo midiático bastante amplo, que inclui mídias diversas, como a tradição oral, a canção popular, o rádio, a imprensa escrita, a televisão, as artes visuais, a internet, o videogame, etc. O estudo dessas inter-relações configura o campo da intermedialidade.

Teóricos da mídia chamam a atenção para o poder que a mídia por si só exerce sobre seus usuários, tal como a tipografia e a era da informação que com ela nasce, ou mesmo uma máquina fotográfica e sua tecnologia, que de antemão define cores, luz, padrões visuais que determinam um novo mundo, desenhado pelas imagens técnicas (FLUSSER, 2002). Para Machado (2005), a mídia digital produz novos sujeitos, fragmentados da mesma forma que a imagem é hoje fragmentada em *pixels*. No histórico que faz em seu estudo intitulado *O sujeito na tela*, Machado examina como, a partir do cinema narrativo, outros sujeitos “entram” na tela, como aquele que nos “mostra” as histórias no cinema, ao mesmo tempo ignorado e assumido por todos os espectadores de filmes “transparentes” (XAVIER, 2005), aqueles não expõem ou abordam a linguagem cinematográfica como tema. Da película para a tecnologia analógica e, hoje, com a tecnologia digital, o audiovisual vai muito além do cinema, impondo novas formas de perceber e lidar com a imagem, estática ou em movimento, com a mente e o corpo – ainda que estejam tão naturalizadas em nossas vidas ao ponto de não notarmos sua onipresença: quando assumimos a identidade de um personagem de *videogame*, a relação sujeito-na-mídia fica evidente, mas ao digitar um texto também estamos lidando com a imagem técnica, o que demonstra uma grande mudança em nossa forma de convívio com o que vemos.

Esta entrada do sujeito na imagem através das possibilidades digitais comporta, portanto, uma ruptura importante em nossas práticas de escrita, de leitura, e mesmo de estar no mundo. Essas rupturas impõem que analisemos as formas como os sujeitos estão atuando neste universo e, como se sabe, muitas pesquisas em Linguística já vêm incorporando a imagem e a tecnologia como parte do material com o qual o aluno de Letras tem que lidar, para pensar seja a linguagem como a literatura hoje. Assumir que todo material verbal e discursivo passa pela imagem e pela rede (dispositivo, mídia) é o primeiro passo para examinar as malhas do discurso e nelas encontrar espaços de singularização.

Um encontro com a singularidade pode se dar, para o teórico do cinema Comolli (2008), no antes e depois de uma entrevista concedida, no registro de um *backstage*, numa fala acidentalmente gravada entre documentarista e documentado. Da forma como coloca, o documentário tal como o concebemos prototipicamente em nada acessaria o real, ou a realidade dos sujeitos retratados, pois somente nas fendas abertas entre a encenação é que se pode ter acesso ao autêntico, ao verdadeiro e ao subjetivo. Este exemplo é emblemático porque aponta para lugares do sujeito dentro das possibilidades da mídia e dos discursos a ela vinculados e por ela tomados, assim como as obras analisadas buscam fazer, como veremos.

Finalmente, o que chamamos “discurso do íntimo”, temática colocada em pauta pelas obras analisadas, liga-se a discussões sobre o par *público x privado* nascidas na filosofia e desdobradas por intelectuais de diversos campos de saber. Se procedêssemos a uma análise arqueológica, veríamos que determinadas épocas lidaram com a intimidade de forma variada: os antigos, por exemplo, não tinham o conceito de privado que temos hoje, o que se desdobra no desconhecimento do que entendemos por íntimo, levando a cabo até mesmo a ideia de um discurso sobre a intimidade. Ao mesmo tempo, as práticas

de cuidado de si eram mais comuns, seja como exame de consciência, escrita de si, correspondência, ou meditação.

Apesar da mescla hoje inegável entre privado e público, ainda causa estranhamento enquadrar o íntimo em determinadas regras de formação discursiva, pois há pouco tempo abordar a intimidade nos levava (e ainda leva) ao terreno do não-dito, da reserva que compartilhamos apenas com nossos botões. Arfuch (2010) defende que mais produtivo do que a crítica e o lamento que busca o retorno a uma divisão mais categórica entre lugares canônicos de privado e público é aceitar a ambiguidade atual e, a partir dela, empreender “uma reflexão mais atenta sobre a atualidade, sobre os modos cambiantes de expressão, manifestação e construção de sentidos” (idem, p. 96).

Assim, se hoje podemos falar em representações discursivas da intimidade, é porque o falar de si e do que entendemos como assunto privado tem se estabelecido como formação discursiva, fato marcante não somente nos novos espaços criados pelos canais midiáticos mais democráticos, como também na literatura e no cinema. Nesse sentido, fazer uso de um discurso sobre si através da narrativização de eventos biográficos ou familiares distancia-se do privado de uma forma contundente, a ponto de transformar um discurso considerado terapêutico ou umbiguista pela crítica em ato discursivo, ato político sobre a subjetividade contemporânea.

3. Resultados parciais

Divórcio conta a história de uma separação traumática após 4 meses de casamento, rompimento que se torna inevitável depois que Ricardo Lísias, o narrador, lê o diário da esposa. *Divórcio* também é uma narrativa sobre o processo de escrita do romance homônimo, que reconstrói o processo de recuperação emocional do autor-personagem costurado a lembranças pessoais e familiares que o marcaram. É um livro sobre ética pessoal e profissional, e sobre a construção da memória através da escrita.

Ainda que tenhamos na história do romance a obra de Rousseau, pai da escrita autobiográfica, normalmente romance e autobiografia são tidos como gêneros distintos. Partindo do território do ficcional, que lhe é basilar, esta prosa de Lísias faz uso de signos que deslocam o leitor e a obra para um espaço biográfico, sem contudo colocar-se como biografia. O nome próprio do autor duplicado no personagem é o primeiro item de estranhamento, vinculação ao mundo real que se estabelece também por fotos e por declarações feitas em outros canais, acessíveis por um circuito discursivo-midiático que corrobora o incômodo gerado pelo romance: ainda que o autor afirme categoricamente que *Divórcio* é uma ficção, ele conversa com temas do livro, tais como a ética de uma classe de jornalistas, em entrevistas, depoimentos e redes sociais, e, ao fazê-lo refere-se a fatos do livro tomando-os como realidade. Dentro e fora da obra os regimes de ficcionalidade ou realidade não são identificados.

Nesta mistura bastante atual entre ficção e real, a imagem entra no livro como ilustração, e principalmente como texto. Em alguns casos, uma fotografia vem separada por marcações tipográficas da mesma forma que pedaços de textos de um mesmo capítulo, o que nos faz *ler* a foto de modo diferente, interpretando-a conforme o já-lido mas também através de um desvendamento do que a foto faz ver, no que diz respeito a textura, signos, e também ambiente, época, estilo. Percebe-se, portanto, que a relação que o romance estabelece com o real passa por uma concepção de fotografia como documento, já que reconhecemos o Lísias autor quando criança, em um movimento análogo ao da doação do nome ao narrador, mas também como memória, uma vez que, ao que parece, o passado não é acessado (explicado) a não ser por meio de fotos (imaginado).

Lísias coloca em debate o conceito mesmo de documento, forçando ainda mais a provocação ao leitor com respeito à dinâmica entre palavra e imagem. As fotos em que ele não está presente podem ser de qualquer pessoa, mas, num primeiro momento e levados pela dedução, as assumimos, como “verdadeiras”, imagens dos avós do autor Ricardo Lísias, por exemplo. Nada prova a favor ou contra, mas o próprio romance acaba por induzir à reflexão sobre nossa relação com as imagens: assumimos que a fotografia é intrinsecamente documental, enquanto o próprio romance demonstra que podemos manipulá-la em diversos níveis, em favor do discurso desejado.

A palavra escrita também aparece em sua dupla utilidade documental e ficcional. É da leitura do diário da ex-mulher pelo narrador, cujos trechos aparecem repetidas vezes ao longo do romance, que se conhece a verdade sobre o casamento. Mas Lísias empreende aqui também um jogo ambíguo, pois tanto o diário da ex-mulher como o romance são textos que abordam o íntimo mais absoluto. No entanto, o romance, como parte do dispositivo literário, é materialidade de outra ordem, que permite que o discurso do íntimo seja abordado como tema. Lísias parece estar afirmando que, a serviço da memória, o uso que podemos fazer da palavra e da imagem é infinito.

Seu discurso do íntimo aborda os temas da sexualidade, da família, das drogas, dos afetos, o que inevitavelmente vincula uma obra como esta a produtos midiáticos baseados nesse tipo de exposição. A superposição das posições de autor, dada pelo entendimento do discurso como literatura, e de indivíduo, recuperada pelos índices referenciais nominal e imagético (restringindo-nos ainda ao objeto livro) deslocam a posição enunciativa do sujeito que fala de dentro do discurso da intimidade. A nosso ver, esta sobreposição de falantes estabelece uma dinâmica entre discurso do íntimo e mídia que vai além da ordem do sujeito e se esparrama pela própria mídia: se as entranhas desta “entidade” (não importa quem seja, real ou fictício) estão expostas, as entranhas da mídia a acompanham nessa exposição.

Temos, assim, um romance que conta a história de sua feitura, da relação entre autor e editor, que apresenta a intertextualidade em vida, e, principalmente, um romance que mostra a relação visceral entre quem escreve e o texto que se constrói:

(1) No sexto dia, com o corpo sem pele queimando apesar do frio, não me senti morto: tive certeza de ter enlouquecido. Eu acabara de escrever um SMS chamando minha mulher de puta quando, na metade de uma frase autobiográfica, achei que estava vivendo um dos meus contos. Com certeza eu assinaria essa história.

(LÍSIAS, 2013, p. 15)

Histórias que contamos é um documentário sobre a mãe da diretora Sarah, Diane Polley, que faleceu quando a filha era adolescente deixando um segredo pessoal (e familiar) que só seria revelado anos mais tarde. Além disso, *Histórias que contamos* mostra o processo de feitura do próprio filme, apresentando a investigação da diretora por meio de entrevistas a familiares e amigos, e entre performances e encenações. É um filme sobre a narrativa, a versão dos fatos que se constrói para/por cada sujeito que viveu uma história e a reconstrói através do discurso.

Da forma como o entendemos a partir da posição de espectadores, o documentário é o gênero cinematográfico que se liga ao real e, além disso, tem a responsabilidade de nos mostrar um real “correto” sobre o mundo ou sobre o homem. Dentro desta expectativa, as imagens que nos chegam também devem ser reais, não construídas em estúdio ou manipuladas demais. O documentário de Sarah Polley, no entanto, engendra um complexo jogo de imagens e situações que confunde o espectador, pois faz uso do fictício através da encenação e da performance.

Palavras de sentido muito próximo, aqui aplicamos o termo *encenação* para as cenas que fazem referência ao passado da diretora, à época em que a mãe ainda era viva. Vemos imagens de duas mulheres que claramente representam Diane, e demoramos a perceber quais são reais, registradas no passado em tecnologia super 8, e quais são encenadas para preencher lacunas imagéticas de momentos particulares da mãe, e momentos em família.

Figura 1. Diane Polley real



Figura 2. Diane Polley fictícia



As imagens documentais e encenadas são indistintas, não há marca entre passado (sépia ou preto e branco) e presente colorido, de forma que somente as mulheres, ou o signo preponderante no quadro, diferenciam-se.

As *performances*, por sua vez, referem-se aos momentos vivenciados para a câmera pela própria diretora-protagonista, geralmente em companhia de um entrevistado, em que ela encena situações passadas (de revelação, no geral) como se estivessem ocorrendo sob o testemunho da câmera. Também o pai da diretora executa uma performance ao ler um texto sobre a história da família, gravado em estúdio,

escrito por si próprio. O texto escrito, ao ser lido e repetido, torna-se outro texto, numa reflexão sobre o escritor e seu texto editado, e a enunciação deste texto para a filha e para o filme.

Se Sarah escolhe contar ao público esta história tão íntima, também há, assim como em *Lísias*, uma motivação. Aqui, reflete-se sobre a palavra dita e a palavra escrita, a imagem materializada (em foto, em filme) e a imagem (mental, conceitual) construída verbalmente. Por isso vemos no filme o maquinário envolvido nas filmagens, os familiares e amigos antes e/ou depois dos depoimentos oficialmente começados/terminados, e temos inclusive declarações explícitas sobre do que se trata o documentário, logo que começamos a assisti-lo. Não há segredos, apesar de o real e o ficcional se confundirem.

A narrativa que vai sendo construída sobre sua mãe faz emergir uma imagem sobre ela que, de início, concorda com as imagens que efetivamente vemos. No decorrer do filme, no entanto, a imagem mental e as imagens reais passam a divergir, já dando a constatar que apesar de parecer uma história verdadeira, realmente vivida pela diretora e por toda a sua família, a memória que se construiu sobre Diane Polley é, efetivamente, uma construção discursiva. Uma construção discursiva que pode desmoronar se o espectador esperar para ver o último depoimento, logo após os créditos finais: um único enunciado coloca em xeque toda uma narrativa e a memória afetiva por ela edificada.

No que concerne à historicidade dos discursos, Courtine (2011, p. 147) já demonstrou o peso do espetáculo nas discursividades políticas tradicionais, que foram recobertas “pelos formas breves, vivas e efêmeras do discurso publicitário”. Da mesma forma, é possível lançarmos a hipótese de que esses autores estejam acenando para a interferência do discurso midiático nas representações discursivas sobre a intimidade. Saímos do lugar do segredo e do voyeurismo em direção à exibição e ao espetáculo. Conforme a tabela a seguir demonstra, a dinâmica comporta dois eixos que se desenvolvem a partir do que pressupõe o conceito de autoficção – a mescla entre um *eu* sujeito e objeto do discurso, a mescla entre ficção e realidade (coluna 2) – e entram em relação com a mídia (coluna 3) e o discurso da intimidade (coluna 4):

Quadro 1. Autoficção e discurso do íntimo na literatura e no cinema

	Do gênero discursivo - AUTOFICÇÃO	Da mídia - ROMANCE/DOCUMENTÁRIO	Da historicidade – DISCURSO DO ÍNTIMO
Eixo do SUJEITO	EU como sujeito e objeto	Autoria	Íntimo do sujeito
Eixo da MÍDIA	Mescla de ficção e realidade	Formas canônicas	Íntimo do processo

Em ambas as obras, o lugar enunciativo do sujeito é sobreposto ao lugar enunciativo do autor que se serve do discurso da intimidade, deslocando-o da esfera do íntimo para a esfera da visibilidade total. Da mesma forma, real e ficção se sobrepõem de maneira a não se esconder e ao mesmo tempo a nos

confundir, mostrando o avesso do processo de feitura do livro e do filme e fazendo do literário e do cinematográfico discursos opacos, não mais transparentes.

Numa esfera mais abrangente, pode-se concluir que a emergência do falar de si consolidou uma forma narrativa que se apresenta em livros e filmes, a autoficção. Escolhida como forma, cria-se um profícuo embate entre lugares enunciativos (eu sujeito/eu narrador + eu autor) e regimes discursivos (desordem do discurso: ficção busca documento, documentário lança mão da ficção) dos grandes gêneros romance e documentário. A autoria é colocada em xeque de forma a confundir nossas noções de real e imaginário, e vice-versa. Falar de si convoca a intimidade, assunto tão em voga nesta virada de século, e vemos a reserva dos sujeitos exposta ao lado da intimidade das mídias, dos dispositivos, do discurso: abordar a autorreflexividade da linguagem que se está usando torna-se uma consequência do falar de si em formatos canônicos.

4. Considerações finais

Esta análise parcial do romance *Divórcio* (2013), de Ricardo Lísias, e do documentário *Histórias que contamos* (2012), de Sarah Polley, procurou descrever os efeitos que a presença do autor produz em romances e documentários autoficcionais, lugares em que o discurso do íntimo vai se desenhando como um discurso possível, que sai da ordem do não-dito para a ordem do dito. Estes resultados são parte de um trabalho de maiores proporções, que investiga as dinâmicas entre sujeito e mídia através de formações discursivas da contemporaneidade, tal qual a da intimidade.

Seria ingênuo afirmar que estas obras configuram escritas de si como técnicas de governo de si. Ao mesmo tempo, desconfia-se do caráter terapêutico aproveitado por esses autores ao dissecar histórias pessoais através da arte, o que, contrariamente ao que se critica, consideramos válido. Através da dinâmica entre narrativas construídas por meio de palavras e imagens, por meio de lembranças escolhidas e desejos de memória, temos que conhecer as mídias – e aqui por mídia entendemos a própria imagem técnica assim como a palavra ou a literatura – para ter consciência de sua força atuando sobre nossas subjetividades. E, nesse sentido, nada mais autêntico ou verdadeiro do que confissões como as dessas obras – sejam elas reais ou não.

Com o foco no sujeito como objeto mais do que no sujeito-autor, este trabalho ainda busca respostas reunidas em três eixos:

Que efeitos de sentido sobre o sujeito contemporâneo (assujeitado x singularizado) estão sendo produzidos com/por estas obras?

Quais os efeitos de sentido sobre literatura e cinema (como dispositivos e como mídia) estes autores estão operando ao escolher o gênero da autoficção?

Qual é o posicionamento discursivo acerca das representações da intimidade que se realiza com estas obras?

Ao empenhar-se na investigação histórica de como são compostas as maneiras de existir do sujeito, Foucault fez, em sua trajetória, diferentes apanhados: resgatou os gregos e suas práticas de cuidado de si, passou pela descrição e análise das sociedades disciplinares e atentou para a emergência histórica do Estado e de suas intervenções biopolíticas sobre o corpo do indivíduo e da população. O que parece estar acontecendo é um posicionamento dos autores em relação tanto ao lugar do autor como ao lugar do indivíduo, massacrado pelos dispositivos de controle e, ao mesmo tempo, pelas leis da comunicação total. Um indivíduo que tem que entrar nas malhas da mídia para uma tentativa de controlá-la, e que tem que entrar nas malhas de um discurso que, antes pertencente à ordem do não-dito, era menos subjugado ao sistema. Um indivíduo que usa a mídia para o cuidado de si, fazendo a escrita de si, para proceder a um processo de singularização:

O que chamo de processos de singularização é algo que frustra esses mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos, algo que pode conduzir à afirmação de valores num registro particular, independentemente das escalas de valor que nos cercam e espreitam por todos os lados. (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p. 47)

Os possíveis interpretáveis são muitos, mas um deles nos parece que não excluirá nenhum outro: o fato de essas obras se configurarem como atos discursivos muito mais do que produtos culturais subjugados a um sistema de propriedade – ainda que façam parte dele. E outro possível interpretativo não excludente é que também um ato político desses livros e filmes sobre experiências tão pessoais pode ser identificado na exposição discursiva do trauma, no mostrar e falar sobre o que comumente se quer esconder: minha mãe fez um filho fora do casamento, minha mulher me traiu. Trata-se de um ato político que se limita à esfera dos afetos mais íntimos, dos discursos que raramente ganham voz, mas que cada vez mais fazem parte de um posicionamento subjetivo do século XXI.

Referências bibliográficas

- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.
- CHARTIER, Roger. A leitura e seus suportes. In: Milanez, N. e Gaspar, N. R. (Org.) **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

COMOLLI, Jean-Louis. Sob o risco do real. In: **Ver e poder** - A inocência perdida: cinema, televisão, documentário. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

COURTINE, Jean-Jacques. Discurso, história e arqueologia. In: Milanez, N. e Gaspar, N. R. (orgs). **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. In: Sargentini, V., Curcino, L. Piovezani, C. (orgs) **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**. São Paulo: Relume Dumará, 2002.

FOUCAULT, Michel. Isto não é um cachimbo. In: MOTTA, M.B. (org). **Estética: Literatura e pintura, música e cinema**. Coleção Ditos & Escritos III. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.

_____. O que é um autor? In: MOTTA, M.B. (org). **Estética: Literatura e pintura, música e cinema**. Coleção Ditos & Escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. A escrita de si. In: MOTTA, M.B. (org). **Ética, sexualidade e política**. Coleção Ditos & Escritos V. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2012a.

_____. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: MOTTA, M.B. (org). **Ética, sexualidade e política**. Coleção Ditos & Escritos V. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2012b.

_____. Uma estética da existência. In: MOTTA, M.B. (org). **Ética, sexualidade e política**. Coleção Ditos & Escritos V. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2012c.

_____. Verdade, poder e si mesmo. In: MOTTA, M.B. (org). **Ética, sexualidade e política**. Coleção Ditos & Escritos V. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2012d.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GUATTARI, Félix. & ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HIDALGO, Luciana. A imposição do eu. In: **Rascunho**. Disponível em: <http://rascunho.gazetadopovo.com.br/autor/luciana-hidalgo/>. Último acesso em: 27/10/2013.

KLINGER, Diana. **Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

LINS, Consuelo; REZENDE, Luiz Augusto; FRANÇA, Andréa. A noção de documento e a apropriação de imagens de arquivo no documentário ensaístico contemporâneo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 21, p. 54-67, jun. 2011.

LÍSIAS, Ricardo. **O céu dos suicidas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

_____. **Divórcio**: São Paulo: Alfaguara, 2013.

MACHADO, Arlindo. **O sujeito na tela**: modos de enunciação no cinema e no ciberespaço. São Paulo: Paulus, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **O discurso literário**. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

MÜLLER, Adalberto. **Linhas Imaginárias**: poesia, mídia, cinema. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MÜLLER, Adalberto & SCAMPARINI, Julia. **Muito além da adaptação**: literatura, cinema e outras artes. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

SCAMPARINI, Julia. Presença do autor: autoficções de Ricardo Lísias e de Lúcia Murat. **Revista Itinerários**, Araraquara, n. 36, p.277-286, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/5694/4723>

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). **História, memória, literatura**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

STORIES WE TELL (Histórias que contamos). Direção e roteiro: Sarah Polley. Documentário. Canadá, 2012. [DVD]. (108 min), colorido.

UMA LONGA VIAGEM. Direção e roteiro: Lúcia Murat. Documentário. Brasil, 2011. [DVD]. (95 min), colorido.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico**: a opacidade e a transparência. São Paulo: Paz e terra, 2005.

Abstract: *Autofictions deal with biographic-familiar themes and are characterized by the presence of the author inside the work (by his/her name or image). According to critics, these are choices that move autobiographic narrative works away from a political approach as much as a possible aesthetical value. In the opposing direction, with *Divórcio* (Divorce, 2013), a novel by Ricardo Lísias, and *Stories we tell* (2012), a documentary by Sarah Polley, we investigate how the discourse of intimacy, typical of autofictional works and very common today, relates with reality and fiction mixed together; how the act of writing with images and words (as document, as memory) becomes object of reflection; and how possibilities given by new technologies empower a reflection on the contemporary subject, which “moves into” the media today. The choice of a book and a film symbolizes the intermediality of the autofictional gender, a place where ideological and political positioning for the exercise of subjectivity rises strong. To do so, our references move from the contributions of Michel Foucault, from his archeological investigations to his studies on the aesthetics of existence, and the theory of intermediality.*

Key-words: *subject, media, literature, cinema, intimacy.*

O DIALOGISMO NA OBRA OS SERTÕES DE EUCLIDES DA CUNHA

Jussaty Luciano CORDEIRO JUNIOR¹
jussaty@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de discutir a questão do dialogismo bakhtiniano (2000), na obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. A partir dos elementos discursivos presentes na obra abordaremos os aspectos dialógicos que compõem as três matrizes discursivas presentes: a histórica, a literária e a científica natural. Utilizaremos o termo “matrizes discursivas” para nos referirmos a essas formas de dizer, relativamente estáveis, que emergem em certos espaços de circulação de discursos (compartilhando assim com a noção de gêneros do discurso de Bakhtin (2000)) pertinentes a cada um desses domínios discursivos que se observam no texto de Euclides da Cunha. O alinhamento dessas “matrizes discursivas” dá-se, em grande medida, pelo cientificismo influente da época e presente no discurso do autor. Sobre esse aspecto, observa-se a influência da filosofia positivista que alinha o discurso científico-natural, o historiográfico e o literário, a qual analisaremos para compreendermos como se dá a construção da narrativa. Primeiramente, abordaremos as questões teóricas que nos orientam e permitem compreender o fenômeno dialógico em Bakhtin (2000). Em seguida, abordaremos as noções de interdiscurso de Maingueneau (2005) e as questões ligadas a heterogeneidade discursiva de Authier-Revuz (2004). Num momento seguinte, exploraremos o aspecto teórico referente às identidades discursivas ligadas ao campo do discurso literário balizando-se nos preceitos de Charaudeau (2010) no que diz respeito a teoria semiolinguística e ao modo de organização do discurso narrativo. Identificaremos as matrizes discursivas e analisaremos pequenos trechos para revelarmos as questões ideológicas que perpassam a obra e o pensamento de Euclides da Cunha como escritor, historiador e cientista natural.

Palavras-chave: Linguística; Análise do Discurso, dialogismo.

1. Introdução

Antes de iniciarmos nossas reflexões sobre a obra de Euclides da Cunha e os textos literários, salientamos que *Os Sertões* tem um caráter híbrido: possui traços marcantes dos caracteres literários em sua métrica, forma e estilo. Por seu turno, temos as abordagens e as indicações das ciências naturais, pelos termos, conceitos, análises e explicações, seguida de citações e referências diretas a autores ligados à disciplina; e uma singular matriz do texto historiográfico com referências a historiadores, estruturas e preocupações metodológicas de vertentes da história.

A discussão e a repercussão do texto literário ganham força pela crítica e rendem a Euclides da Cunha um lugar na Academia Brasileira de Letras, como já expomos anteriormente. Por fim, a esfera que concerne ao domínio do texto da história, que revelaria aspectos motivadores do conflito, dos interesses ocultos, das características e do jogo político que permeavam os acontecimentos.

Uma importante obra que reverberava o eco dos leitores de Euclides da Cunha foi publicada logo após a publicação de *Os Sertões*. Essa publicação intitulada *Juízos críticos* nos dá um breve, porém, rico panorama do alcance e das várias interpretações e críticas que o trabalho de Euclides da Cunha produziu.

¹ Doutorando em estudos linguísticos pela FALE/UFMG, na linha de pesquisa Análise do Discurso.

Na referida obra, *Juízos Críticos*, de José do Nascimento e Valentim Fiacoli, existem depoimentos e análises críticas d' *Os Sertões* no calor da recepção que o texto de Euclides produziu na sociedade brasileira à época. Um aspecto relevante nas observações que se fazem sobre a obra de Euclides da Cunha reside exatamente na sua característica híbrida. *Os Sertões* consolida-se como obra de difícil classificação em função da sua abrangência. As discussões sobre o seu estatuto são recorrentes aos intelectuais e leitores que se interessam pela obra literária e literatura brasileira, bem como aqueles que se interessam pela história, sociologia e política nacional.

Portanto, as discussões sobre a recepção e a revelação da natureza híbrida da obra de Euclides da Cunha, estabelecem algumas notáveis expectativas e análises em debate: as influências observadas em sua escrita, os interlocutores inscritos no texto, as aproximações entre a escrita e a história, a filosofia, a geologia e geografia, a sociologia, entre outros. Isso porque,

A Laemmert [...] num livro intitulado *Juízos críticos* [...], permite reconstruir o debate ocorrido em torno de *Os Sertões*: remontar à natureza da sua recepção e às razões de seu sucesso nos meios culturais brasileiros no início do século XX. (FACIOLI & NASCIMENTO, 2003, p. 7)

Em uma das primeiras análises contidas no livro *Juízos Críticos* da editora Laemmert, há o parecer de José Veríssimo, "homem de ciência, geógrafo, geólogo, etnógrafo, homem de pensamento, filósofo, sociólogo, historiador, homem de sentimento, poeta, romancista, que sabe ver e descrever" (VERÍSSIMO, 1902, p. 1), que enumera uma série de atributos que *Os Sertões* e o seu autor atingiram e conquistaram. J. da Penha utiliza uma certa expressão que também será utilizada pelo próprio Euclides da Cunha: "consórcio entre a arte com a ciência" (PENHA, 1902, p. 34). Tais impressões também foram percebidas e repercutidas por outros leitores e articulistas-escritores brasileiros.

Assim, as considerações anteriores nos levaram a propor uma análise que considera o dialogismo e o interdiscurso como primeiro elemento para entendermos a formação do discurso de Euclides da Cunha na obra *Os Sertões*. Assim, nos apoiaremos nas noções de dialogismo e polifonia de Bakhtin (2000) e na noção de interdiscurso de Maingueneau (2005). Além disso, para avançarmos nas discussões sobre essa problemática, também faz-se necessário abordarmos as noções de heterogeneidade discursiva de Authier-Revuz (2004).

Bakhtin (2000) concebe o dialogismo como um princípio constitutivo da linguagem e a prerrogativa na construção do sentido. Assim, afirma o linguística José Luiz Fiorin (2006, p. 24), ao comentar seus posicionamentos sobre o tema, afirma que, "[...] o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado." Se a palavra do sujeito é atravessada pelas palavras dos *outro* deduz-se que o sujeito seria influenciado e condicionado. Assim, perderia seu espaço de subjetivação. Essa tendência é reforçada pelos estruturalistas no qual o sujeito se vê apagado pelas determinações da estrutura da linguagem. Na perspectiva da enunciação, e em relação à teoria do

dialogismo, a sua alteridade fica definida na escolha do repertório de enunciados, aos quais o sujeito foi experimentado.

Nesse sentido, as noções de Bakhtin referentes ao papel dialogal da língua abordam o processo de comunicação com base na relação entre os parceiros da comunicação de maneira dinâmica. Bakhtin irá definir a questão da alteridade do sujeito e sua construção identitária pela definição do desdobramento do *eu* no processo de interação verbal. Para o referido teórico o sujeito do discurso se desdobra em três categorias: o *eu-para-mim*, o *eu-para-o-outro* e o *outro-para-mim*. (BAKHTIN, 2000). Nesse aspecto, o teórico nos diz:

Pode colocar [...] que a palavra existe sobre três aspectos: [...] a palavra *neutra* da língua e que não pertence a ninguém; como palavra do *outro* pertencente aos outros e que preenche o eco dos enunciados alheios, e finalmente, com palavra *minha*, pois na medida em que uso essa palavra numa determinada situação com uma intenção discursiva, ela já se impregnou de minha expressividade. (BAKHTIN, 2000, p. 313)

Percebe-se que subjetividade e identidade constroem-se pelos referenciais teóricos, sociais, linguísticos, culturais, entre outros, de uma época numa determinada comunidade discursiva vivida. Desta forma, a noção de interdiscursividade está fundamentada na noção de dialogismo.

Característica imanente de toda linguagem humana a noção de dialogismo postula a “plurivocalidade” de qualquer enunciado, sempre perpassado pelas palavras de enunciados anteriores. Para tratarmos dessa dimensão é preciso considerar primeiramente a heterogeneidade do discurso, pois, “O discurso mostra sua heterogeneidade através de marcas explícitas, como a negação e o discurso relatado em que se delimita de forma clara a alteridade discursiva.” (BRANDÃO, 2012, p. 87)

Nesse sentido, observamos a importância dessa noção de heterogeneidade para compreendermos a dimensão dialógica da linguagem. O dicionário de análise do discurso (MAINGUENEAU, 2004) postula que a *heterogeneidade* é predominante na maioria dos discursos e se manifesta em sequências textuais, em *gêneros do discurso* e evidenciando a presença de outros discursos. De certa forma, é que o que propomos ao analisarmos o trabalho de Euclides da Cunha em *Os sertões*: sua heterogeneidade articulada a um dialogismo que expõe traços do discurso científico-natural, histórico e literário.

Em relação ao conceito e a classificação de heterogeneidade, Maingueneau (2005) afirma que há duas formas de distingui-las: a *heterogeneidade mostrada* e a *heterogeneidade constitutiva*. Maingueneau baseia-se no trabalho de Authier-Revuz (2004) que faz uma classificação sobre os tipos de heterogeneidade. Assim, para categorizar a *heterogeneidade mostrada*, Authier-Revuz (2004, p. 13) “[...] o locutor faz uso de palavras inscritas no fio de seu discurso, [...] e ao mesmo tempo, ele as mostra.” Podemos dar como exemplo, as citações diretas e indiretas e o discurso relatado.

No que diz respeito à *heterogeneidade constitutiva*, a referida teórica argumenta que, “[...] a consideração da heterogeneidade constitutiva é, [...] uma ancoragem necessária ao exterior linguístico.” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 22) Assim, um dos possíveis caminhos a se considerar para a compreensão,

identificação e análise desse tipo de heterogeneidade está na teoria do dialogismo de Bakhtin e Maingueneau.

Desta forma, retomando Maingueneau, a sua teoria sobre a interdisciplinaridade assenta-se na noção de *heterogeneidade constitutiva* como elemento primordial naquilo que ele denomina como *primado do interdiscurso*. Essa noção, segundo Maingueneau (2005, p. 33) “[...] amarra, em uma relação inextricável, o mesmo do discurso e seu outro.” Para tanto, o teórico argumenta que é preciso distinguir alguns conceitos pertinentes ao termo interdiscurso. São eles: *universo discursivo*, *campo discursivo*, e *espaço discursivo*. *Universo discursivo* refere-se a um conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada. Assim, segundo o dicionário de Análise do discurso:

[...] o analista é levado a recortar campos discursivos, em que um conjunto de formações discursivas ou de posicionamentos estão em relação de concorrência no sentido amplo, delimitando-se reciprocamente.” (MAINGUENEAU)

O *campo discursivo* pode ser referir ao campo político, dramatúrgico, filosófico, entre outros. Eles podem concorrer entre si, ou se aliar, ou manterem-se neutros, delimitando assim o caráter amplo da classificação de “concorrência” entre esses campos. (MAINGUENEAU, 2005) No interior do *campo discursivo* constituem-se os discursos com seus respectivos elementos de identificação.

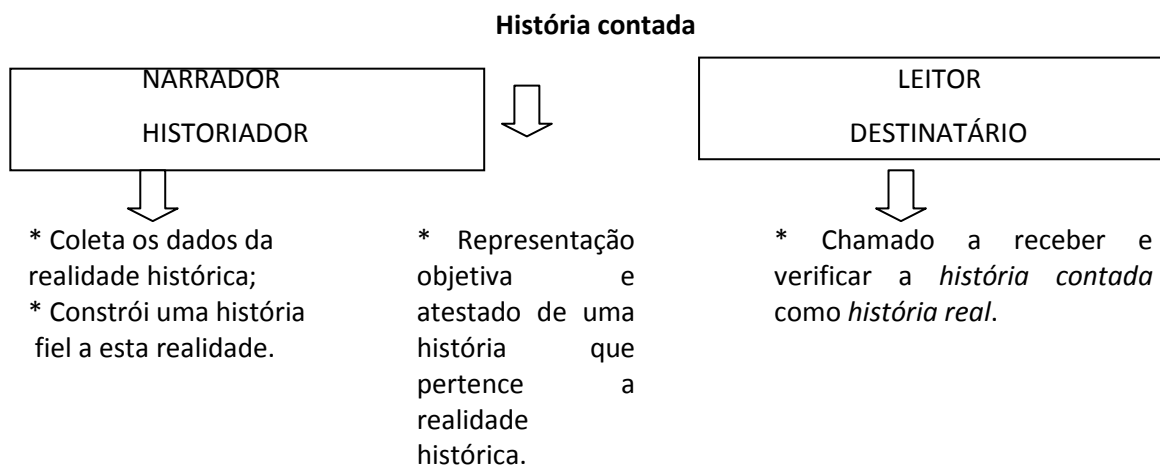
Por fim, os *espaços discursivos* são “[...] subconjuntos de formações discursivas” (MAINGUENEAU, 2005, p. 37) Para ilustrar suas considerações, Maingueneau realiza uma análise entre o discurso humanista devoto e o discurso jansenista. Nesta análise, o teórico explora as relações entre um discurso e outro: seus embates, contrastes, similitudes, recorrências. Passaremos a analisar as questões relativas ao modo de organização do discurso narrativo para tratarmos do discurso da história em *Os Sertões*.

2. O modo de organização do discurso narrativo

Temos uma perspectiva mais clara quanto à posição de narrador-historiador e narrador-contador de histórias, pela perspectiva da teoria dos “modos de organização do discurso” de Charaudeau (2010). Na situação em que o narrador é um narrador-contador de histórias, o leitor-destinatário é reconhecido e fez parte da aposta comunicativa do narrador-contador como sendo competente e capaz de ler e reconhecer seu papel comunicativo. Desta forma, em relação ao conteúdo do texto, tanto narrador quanto leitor estão dispostos a reconhecê-lo como uma história contada como ficção.

Numa segunda possibilidade, temos o narrador como um narrador-historiador. Nesse caso, o seu leitor destinatário deverá ser capaz de reconhecer o conteúdo da comunicação como sendo a história contada como real. Esse reconhecimento se dá pela história de vida do narrador-historiador ligado a algum projeto de escritura ou a sua biografia no ofício de escrever história. O leitor deve recebê-la com algo que de fato aconteceu, pela credibilidade calcada pela corrente da história na seleção das fontes, testemunhos, etc.

Nesse sentido, o quadro de encenação ligado à história enquanto disciplina se apresenta pelo papel de um historiador que organiza a representação do passado realizando-a de melhor e mais objetiva maneira possível. Ele deve utilizar arquivos, documentos, fontes orais e escritas, testemunhos, entre outros. Assim, vejamos o esquema abaixo:



O narrador-historiador deve reconhecer o destinatário como um destinatário leitor de uma história contada que este deve receber como “representação fiel de uma história real” (CHARAUDEAU, 2010, p. 187) Por outro lado, o narrador-contador de histórias cria e organiza uma narração referente a um mundo inventado. Esse narrador-contador exige de seu leitor que esse reconheça o seu texto como uma história inventada num mundo de ficção.

Desta maneira, observemos esse fragmento da obra para identificarmos e analisarmos os vários discursos presentes no trabalho de Euclides da Cunha:

Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos, a nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos. A afirmativa é segura. (CUNHA, 2009, p. 52)

O trecho revela toda uma vertente determinista e positivista na análise da formação do personagem brasileiro dos sertões. As referências a Gumpowicz (1899) e Buckle (1877). Para os referidos teóricos a história de um povo deve ser estudada a partir da análise da terra, do estudo do homem para, em seguida, compreender as narrativas e as ações desses homens no tempo. Nesse sentido, o autor de *Os Sertões* apresenta essa influência não só nas referências mostradas em seu texto com na estrutura da própria obra e que obedece tais preceitos teóricos. *Os Sertões* está dividida em três partes, a saber: “A terra”, “O homem” e “A luta”.

Tal consideração aponta para a genealogia e evolução das culturas com base nos referenciais positivistas e deterministas do século XIX. Vejamos outro trecho da obra em que o autor cita especificamente suas bases teóricas para evidenciarmos suas vertentes dialógicas:

A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável "força motriz da História" que Gumplowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes. A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. (CUNHA, 2004, p. 9)

Outro aspecto tratado na obra são as considerações do autor referentes ao trabalho do historiador.

Nesse sentido ele nos expõe que:

A civilização avançará nos sertões por essa implacável força "motriz da história" que Gumplowicz, maior que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes [...]. (CUNHA, 2009, p. 9)

E ainda:

Sem dar crédito às primeiras testemunhas que encontrei, nem às minhas próprias impressões, mas narrando apenas os acontecimentos de que fui espectador ou sobre os quais tive informações seguras. (CUNHA, 2009, p. 366)

Desta forma, Euclides da Cunha revela as vertentes teóricas que orientam a organização de sua narrativa, o conteúdo das análises e as impressões que teve ao escrever a história da guerra de Canudos. As referências à Gumplowicz e a descrição do método utilizado na seleção dos fatos e das testemunhas, evidencia a preocupação com as fontes e o método científico. Assim, compreende-se as relações que estabelecem-se entre os discursos de sua época e as formações discursivas a que foi exposto e apoiou-se.

3 Considerações finais

Nesse artigo procuramos identificar o papel exercido pelos interdiscursos na formação da constituição dialógica da linguagem segundo os pressupostos Bakhtinianos. O dialogismo é marcado pelas referências diretas aos seus interlocutores e a organização da estrutura e exposição das narrativas sobre a guerra.

Na análise de Silvano Santiago (2000) sobre a literatura de Euclides da Cunha, compartilhamos o seu posicionamento frente ao caráter dessa virada de sentido que o autor de *Os Sertões* realiza na análise do conflito. Santiago afirma que Euclides "[...] não cai na armadilha que, na realidade, é tão perigosa quanto o elogio indiscriminado das ações da República" (SANTIAGO, 2000, p. 105). Euclides não se aliou aos monarquistas que faziam críticas a ação do exército em Canudos e ao regime com um todo.

Assim, em *Os Sertões*, Euclides da Cunha concilia as aspirações modernizadoras da sociedade republicana com as classes e segmentos menos privilegiados e esquecidos do país. Inspirando-se no narrador sincero de Taine, o autor realiza uma narrativa que revela todo o caráter científico, cultural e ideológico de sua época sem deixar de ser lúcido em suas conclusões.

Referências bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPOUCRS, 2004, 257 p.

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins fontes, 2000, 421 p.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do discurso**. São Paulo: UNICAMP, 2ª ed, 2004, 117p.
- BUCKLE, Henry Thomas. **History of civilization in England**. New York: The Appleton and co. V. 1, 1877. Disponível em:<<https://archive.org/stream/historyciviliza25buckgoog#page/n8/mode/2up>> Acesso em 23 ago. 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2010, 256 p.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004, 555 p.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Nova Cultural, 2003b, 366 p.
- FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do. **Juízos Críticos: Os Sertões e os olhares de sua época**. São Paulo: UNESP, 2003, p158 p.
- FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. Rio de Janeiro: Ática, 2006, 144 p.
- GUMPLOWICZ, Ludwig. **Outlines of sociology** (1899). Translate Fredrick Moore. Kitchener: Batoche books, 1999.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese do discurso**. Curitiba: Criar edições, 2005, 189 p.
- PENHA, J. da. Um livro. In: **Gazeta de notícias**, Rio de Janeiro, 18 de Dez. 1902.
- SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da Letra: ensaios**. Rio de Janeiro: ROCCO, 2000, 275 p.
- VERÍSSIMO, José. Uma história dos sertões e da campanha de Canudos. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, n. 538, Ano II, ed. 03 Dez. 1902. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1902_00538.pdf>. Acesso em 18 dez. 2013.

Abstract: *This article has the objective to discuss the issue of Bakhtin's dialogism (2000), part of the book Os Sertões, Euclides da Cunha. From the discursive elements present in the book we will cover the dialogic aspects of the three discursive domains: the historical, literary and natural science. We use the term 'discursive domains' to refer to these forms to say, relatively stable, which emerges in certain spaces of speeches' circulation (thus sharing with the notion of speech genres Bakhtin (2000)) relevant to each of these domains discursive occurring in the text of Euclides da Cunha. The alignment of these "discursive domains" takes place largely at influential scientism of the time and present on the author's speech. On this aspect, there is the influence of positivist philosophy that aligns the natural-scientific discourse, historiography and literary, which analyzes to understand how is the construction of the narrative. First of all, we will discuss the theoretical issues that guide and allow us to understand the dialogic phenomenon in Bakhtin (2000). Secondly, we will discuss the notions of interdiscourse of Maingueneau (2005) and the points of the discursive heterogeneity of Authier-Revuz (2004). We will also explore the theoretical aspect concerning the discursive identities linked to the field of the literary discourse based in the precepts of Charaudeau (2010) with regard to semiolinguistics theory and the method of organizing narrative discourse. We will identify the discursive pillars and analyze the snippets to reveal the ideological issues that permeate the book and the thought of Euclides da Cunha as a writer, historian and natural scientist.*

Keywords: *Linguistics; Discourses Analysis; dialogism.*

A representação linguística de personagens-tipo na ficção

Katiuscia Cristina SANTANA (USP)
kathycris@gmail.com

Resumo: Para se concretizar o estudo de manifestações de linguagem em uma determinada comunidade, um dos modos possíveis é a análise dos diálogos das personagens literárias. Com base nos parâmetros teóricos da Sociolinguística Interacional, da Análise da Conversação e da Pragmática, o presente trabalho orienta-se para o estudo da caracterização de personagens-tipo, estes que são representantes de uma sociedade ou um grupo social, na peça *O Juiz de Paz da roça*, de Martins Pena. Com foco principal nas formas de tratamento, nos aspectos fonológicos e no léxico, busca-se identificar, descrever e analisar as estratégias linguísticas utilizadas pelo escritor para representar a sociedade ou um grupo social. A hipótese deste estudo é que a linguagem empregada pelas personagens na peça teatral tenta reproduzir a sociedade ou os grupos sociais do Brasil no Rio de Janeiro da época. Destacam-se as pesquisas de Hilgert (2003), Kerbrat-Orecchioni (1990; 2006), Nascentes (1953) e Robinson (1977) utilizadas aqui para embasamento teórico. Verificamos, inicialmente, que as principais estratégias para construir um papel social estão relacionadas às escolhas lexicais e às escolhas tratamentais, complementadas com os aspectos fonológicos, a ação, as atitudes das personagens, o ambiente e o vestuário das personagens.

Palavras-chave: análise conversacional; personagens-tipo; formas de tratamento; léxico; fonologia.

1. Introdução

A literatura pode nos fornecer subsídios para o estudo de manifestações linguísticas em uma comunidade de fala, principalmente em se tratando de épocas anteriores, como o século XIX no Brasil. Para se concretizar o estudo de manifestações de linguagem em uma determinada comunidade, um dos modos possíveis é a análise dos diálogos das personagens literárias, diálogos esses que constituem uma espécie de personificação tanto “física” quanto linguística no texto de ficção.

O presente trabalho orienta-se para o estudo da caracterização de personagens-tipo na peça *O Juiz de Paz da roça*, de Martins Pena. Com foco principal nas formas de tratamento, nos aspectos fonológicos e no léxico, busca-se identificar, descrever e analisar as estratégias linguísticas utilizadas pelo escritor para representar a sociedade ou um grupo social.

Luís Carlos Martins Pena é considerado o precursor da dramaturgia brasileira, a da comédia de costumes. Para estudiosos como Bárbara Heliadora (2000), o autor criou um teatro vivo e brasileiro, não só em termos de costumes da época em que sua obra está inserida, mas também em termos de vida dramática e cênica. O comediógrafo destacou-se por criticar as instituições e seus representantes, uma novidade na época.

A hipótese deste estudo é que a linguagem empregada pelas personagens na peça teatral tenta reproduzir a sociedade ou os grupos sociais do Brasil no Rio de Janeiro da época. Justifica-se, portanto, pesquisar a relação da caracterização dos tipos sociais por meio da linguagem.

Para a realização deste estudo, elegemos como *corpus* a comédia *O Juiz de Paz da roça*, primeira peça escrita pelo autor. Consultamos a edição datilografada da SBAT (Sociedade Brasileira de Autores)

vinculada à Biblioteca Nacional, para o estabelecimento de um texto mais fidedigno em termos de linguagem da época.

Verificamos as estratégias de uso das formas de tratamento, do léxico e de aspectos fonológicos para o estabelecimento de uma hierarquia social e a construção de um *status* visando à identificação dos tipos sociais na peça, com base nos parâmetros teóricos da Sociolinguística Interacional, da Análise da Conversação e da Pragmática.

2. O corpus

O Juiz de Paz da roça foi a primeira peça escrita por Martins Pena quando este tinha apenas dezoito anos. A peça foi considerada a primeira comédia do nosso país e destacou-se no cenário nacional.

Comédia em um ato, ela tem como pano de fundo a vida rural brasileira da primeira metade do século XIX. Retrata as confusões de uma família, quando a filha, Aninha, resolve fugir para se casar com um oportunista, José da Fonseca, e evidencia o autoritarismo de um juiz de paz. Manuel João, pai de Aninha, é lavrador e guarda nacional, encarregado de recrutar José da Fonseca para o Rio Grande, no período em que se desenrola a Guerra dos Farrapos. Pela falta de cadeias, o pai de Aninha é obrigado a levar o recruta para casa, momento propício para a fuga do casal e que acaba em casamento.

Os principais tipos sociais criados pelo comediógrafo nesta comédia são: Manuel João, pequeno lavrador; Aninha, sua filha, o namorado José, sujeito oportunista e a figura do Juiz de Paz - que dá título à peça - responsável pelos momentos cômicos na peça. A comédia retrata o contraste entre as personagens roceiras e o Juiz de Paz. Fixa também, a posição da mulher dentro da sociedade patriarcal por meio das personagens Maria Rosa e Aninha.

3. O léxico na caracterização de personagens-tipo

Uma característica muito comum em autores que tentam criar a realidade de uma personagem é o uso de um vocabulário comprometido com as peculiaridades de época, de classe social, de ambiente, entre outros em relação ao momento em que foi escrita a obra. As escolhas lexicais refletem o contexto de uma situação comunicativa e o papel social de um indivíduo.

Biderman entende que “léxico é o conjunto abstrato das unidades lexicais da língua; vocabulário é o conjunto das realizações discursivas dessas mesmas unidades” (BIDERMAN, 1996, p.32). A autora sustenta que o vocabulário exerce um papel crucial na veiculação do significado, que é, afinal de contas, o objeto da comunicação linguística. A informação veiculada pela mensagem faz-se, sobretudo, por meio do léxico, das palavras lexicais que integram os enunciados.

Reconhecemos que o vocabulário é fundamental para a veiculação de uma mensagem e acrescentamos, tal como Preti (2003), que a dinâmica de uma sociedade é expressa nas transformações do

léxico. As escolhas lexicais são fundamentais para a cultura de uma sociedade ou para a configuração de grupos sociais, mas devem ser consideradas juntamente com o contexto situacional. Neste sentido, Hilgert afirma que

[...] tratar da seleção lexical na construção de um texto implica também focalizar a construção do sentido no texto e do texto. E a produção do sentido, para a qual a seleção lexical concorre, identifica-se com o próprio ato da enunciação. O enunciador, em seu fazer enunciativo, faz escolhas lexicais para produzir os sentidos que viabilizem os seus propósitos em relação ao enunciatário, na interação em desenvolvimento. (HILGERT, 2003, p.72)

Benveniste (2006) acredita que a relação língua/sociedade é mais evidente no léxico, observado o nível linguístico. Benveniste defende que

O vocabulário conserva testemunhos insubstituíveis sobre as formas e as fases da organização social, sobre os regimes políticos, sobre os modos de produção que foram sucessiva ou simultaneamente empregados, etc. (BENVENISTE, 2006, p.100)

Os diferentes locutores de uma mesma comunidade linguística não utilizam os mesmos usos linguísticos e as mesmas escolhas lexicais, pois as línguas manifestam variação e mudança a todo instante.

Os fatores extralinguísticos responsáveis pela variação são numerosos e de importância variada, tais como o regional, o social, o estilístico e o temporal.

Esses fatores não devem ser desconsiderados nos textos de ficção, uma vez que uma maneira de se marcarem as personagens socialmente se dá por meio do léxico. Para Bally (1951), a linguagem não é somente um fato psicológico, mas um fato social. Para ele, a linguagem é uma expressão de um pensamento comunicado a outro ou expresso para a representação do outro e classifica, de uma maneira ou de outra, o falante individual e socialmente. Essa classificação tem um caráter moral, aparentemente.

Dessa forma, diferentes usos linguísticos e diferentes escolhas lexicais podem ser afetados pela estruturação social: por exemplo, espera-se um empresário não falará como um operário, um universitário não falará como um analfabeto. Há usos linguísticos e escolhas lexicais que os indivíduos reconhecem como mais valorizados e outros julgados como estigmatizados. Nesse sentido, essa variação diferencia a sociedade em função de uma hierarquia social.

Escolhemos alguns excertos na peça *O Juiz de Paz da roça* para análise do léxico. A primeira parte da rubrica da cena 4 em *O Juiz de Paz da roça*, transcrita a seguir, retrata a situação de Manuel João na história por meio de uma descrição da vestimenta. Ele é descrito como um lavrador, vestido de maneira simples e pobre, portando uma enxada no ombro, objeto de seu trabalho na roça. A personagem usa uma calça de ganga, cujo tecido se caracteriza pela sua simplicidade. Segundo o *Houaiss*, a palavra ganga data de 1577 e se caracteriza por ser “um tecido vulgar, geralmente azul ou amarelo, que antigamente se fabricava na Índia”. Além de vestir uma calça de ganga, ele se veste com uma japona que, segundo *Houaiss*, é um agasalho geralmente usado por oficiais e praças por cima do uniforme:

(1) *Entra Manuel João com uma enxada no ombro, vestido de calça de ganga azul, com uma das pernas arregaçadas; jadona de pano azul, e descalço. Acompanha-lhe um negro com um cesto na cabeça e uma enxada no ombro, vestido de camisa e ceroulas de algodão.* (Cena 4)

“Ganga” indica uma escolha lexical que caracteriza Manuel João como um lavrador simples, da roça, ou seja, a época, o ambiente e a classe social. Por outro lado, o uso da jadona já indica a outra função de Manuel João, o de guarda nacional. No decorrer das cenas, fica claro que Manuel João veste a farda quando ele vai capturar José da Fonseca para levá-lo à cidade:

(2) *Manuel João – Passa fora! Mulher, arruma esta sala, enquanto me vou fardar.* (Cena 5)

(3) *Maria Rosa – Não se dá maior injustiça! Manuel João está todos os dias vestindo a farda. Ora pra levar presos, ora pra dar nos quilombos ... É um nunca acabar.* (Cena 6)

A seguir, na rubrica inicial da cena 7, embora Manuel João tenha se fardado, ele ainda porta as mesmas calças, tamancos e chapéu de palha, mostrando que o autor caracteriza as personagens de forma a contrastar as vestimentas. Isto é, novamente, a personagem se veste de acordo com a profissão de guarda e também de acordo com a de lavrador. Ele está com a mesma vestimenta, porém porta uma jaqueta de chita, tecido conhecido também pelo seu pouco valor:

(4) *Entra Manuel João com as mesmas calças e jaqueta de chita, tamancos, chapéu de palha e um grande pau na mão.*

Manuel João, entrando – Estou fardado. Adeus, senhora, até amenhã. (Dá um abraço.) (Cena 7)

Quando Manuel João se veste como guarda, ele explicita “Estou fardado.”, fato que por ser explicitado, parece distingui-lo dos demais.

Neste mesmo sentido de contraste, O Juiz de Paz é descrito na rubrica inicial da cena 9, excerto reproduzido a seguir, de uma maneira humilde e, embora exerça um cargo de respeito e autoridade que demandaria uma vestimenta mais formal condizente com o cargo, ele se veste com um rodague, ou seja, um casaco, porta chinelas verdes e não porta gravata, um acessório masculino utilizado em ambientes formais e de respeito:

(5) *Casa do Juiz de paz. Haverá uma mesa com alguns papéis; cadeiras. Entra o Juiz de paz vestido de calça branca, rodague de riscado, chinelas verdes e sem gravata.* (Cena 9)

Além desses contrastes, indicados pela vestimenta e referências linguísticas, o uso do léxico também inclui aspectos de configuração de classe social, haja vista o excerto a seguir, em que a pouca condição financeira de José da Fonseca é enfatizada com o termo “vintém”, que era antigamente uma moeda de prata de pouco valor fabricada nas casas de moeda da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, segundo *Houaiss* e *Aulete*. A palavra data de 1624 e continua vigente em nossa língua portuguesa brasileira com o sentido de “pouco dinheiro ou quantia ínfima” segundo os dicionários consultados:

(6) *Aninha - O Sr. agora tem dinheiro, porque não me pede a meu pai?*

José da Fonseca - Dinheiro! nem vintém. (Cena 2)

Na mesma cena, José da Fonseca diz a Aninha que está pobre como Jó, referência à personagem bíblica Jó que perdeu tudo o que tinha. A expressão “estar pobre como Jó” continua presente no português brasileiro atual com o sentido de uma pessoa desprovida de bens, o que enfatiza ainda mais a condição financeira da personagem, como no excerto a seguir:

(7) *José da Fonseca* - Você sabe que eu agora estou pobre como Jó. Assim tenho pensado em uma coisa ... Nós nos casaremos na freguesia sem que teu pai o saiba, depois partiremos para o Rio de Janeiro para lá vivermos. (Cena 2)

Além das escolhas lexicais, as formas de tratamento também organizam a sociedade em papéis sociais, já que geralmente revelam uma hierarquia social.

4. As formas de tratamento na caracterização de personagens-tipo

Kerbrat-Orecchioni (1990) entende que as formas de tratamento são o conjunto de expressões que o locutor dispõe para designar seu interlocutor. Salienta, ainda, que essas expressões têm, geralmente, um valor dêitico e servem para estabelecer um tipo particular de elo social. As formas de tratamento englobam os pronomes pessoais e as formas nominais. Robinson (1977) acredita que as formas de tratamento são um componente de um sistema de comunicação cuja eficiência depende de convenção e é necessário que tais convenções sejam geralmente conhecidas na cultura daqueles que estão envolvidos no discurso.

Neste estudo, entendemos que as formas de tratamento são “palavras ou sintagmas que o usuário da língua emprega para se dirigir e/ou se referir à outra pessoa”, tal como define Silva (2003, p.170).

O uso de diferentes formas de tratamento não é indiferente e implica múltiplas relações entre os vários *status* sociais e os consequentes papéis para desempenhá-los.

Para a análise do *corpus*, consideramos duas possibilidades de empregar as formas de tratamento: um tratamento direto – como os locutores e os interlocutores presentes na cena teatral dirigem-se uns aos outros durante a interação e um tratamento indireto – como os locutores mencionam ou tratam indiretamente os interlocutores que não participam do ato interacional no momento da fala, presentes ou não na cena.

Para Kerbrat-Orecchioni (2006, p.63), os locutores e interlocutores podem se mostrar mais ou menos “próximos” ou “distantes” no decorrer de uma interação e as formas de tratamento são uma das possibilidades desse tipo de indicação que pode variar no decurso da conversa.

Entendemos o termo “distância”, em consonância com Kerbrat-Orecchioni (2006), como metáfora espacial, “guardar suas distâncias”, “ser/estar distante”, “ser/estar próximo de alguém”, espacial ou emocionalmente. Trata-se de um eixo gradual orientado, de um lado, para a distância; e, de outro, para a familiaridade e para a intimidade.

Kerbrat-Orecchioni (1990, p.35) sustenta que há um sistema de expressão da relação interpessoal organizado a partir de três dimensões gerais, a saber:

- 1) a relação “horizontal”: eixo da distância;
- 2) a relação “vertical” : eixo da dominação ou de um sistema hierárquico; e
- 3) a relação conflitual *versus* consensual.

Tudo isso se relaciona a uma troca particular que depende das características externas e internas de uma interação, de acordo com os seguintes princípios, aqui resumidos, tal como sustenta a referida pesquisadora (2006, p.63):

- 1) Toda interação desenrola-se em um determinado contexto e põe em presença determinadas pessoas, com características particulares e com um tipo de laço socioafetivo;
- 2) Na interação, ocorrerá em um determinado número de eventos e será trocado um número de signos (verbais e não verbais);
- 3) Os comportamentos produzidos na interação são em grande parte determinados pela situação, mas as pressões contextuais deixam aos interlocutores uma “margem de manobra”, tais como uma mudança na forma de tratamento. Assim, o tratamento geralmente é negociável, dependendo da situação.

Kerbrat-Orecchioni (1990) ainda destaca que as informações contextuais são dependentes de alguns fatores, tais como:

- a) As propriedades intrínsecas e relativas a cada participante, como o sexo, a idade e o *status* social. A idade, por exemplo, tem um papel decisivo na interação entre jovens e idosos;
- b) A natureza da relação prévia entre os participantes da interação: grau de conhecimento, tipo de ligação (familiar, amizade, profissional, hierárquico ou não) ou parte eventual de um mesmo grupo (clã, casta, clube, partido, sindicato etc.). Em geral, por exemplo, os membros de uma mesma família usam uma forma mais informal, mesmo sendo de gerações diferentes. Se a interação é entre adultos que não pertencem à mesma família, há outros fatores como a relação cognitiva, social e afetiva e que são responsáveis pelas escolhas do tratamento adequado;
- c) O tipo particular de contrato que os une durante a troca comunicativa. Kerbrat-Orecchioni (1990) ilustra como exemplo uma situação em que um motorista de táxi abre a porta do carro para uma senhora e esta responde por um agradecimento com um “Obrigada”; e
- d) A natureza do *setting*¹, o número de participantes, o caráter mais ou menos formal da situação de interação etc.

Alguns dados não verbais podem confirmar e colaborar com a posição de um interlocutor inserido em uma sociedade. Para Kerbrat-Orecchioni (1990, p.55), os gestos também constituem um indicador do

¹Trata-se do espaço físico (espaço e tempo) e psicológico.

estado da relação em uma interação face a face. Eles são facilmente percebidos em uma conversação, porém, no texto literário, nem sempre eles são verbalizados, sobretudo em uma narrativa. No texto teatral, os gestos adquirem importância para a encenação e, por isso, sempre são verbalizados por meio das rubricas presentes no roteiro de teatro. Além disso, na representação no palco, a postura e a orientação do corpo podem evidenciar uma relação íntima ou não.

Kerbrat-Orecchioni (1990, p.75) ainda destaca outros elementos não verbais em uma interação, tais como:

- 1) aparência física – tamanho, vestimenta, acessórios;
- 2) dados proxêmicos – como ocupamos o espaço do outro, a orientação do corpo e do rosto;
- 3) comportamentos que indicam a submissão - ajoelhar-se, inclinar-se em relação ao outro etc; e
- 4) olhares – afronta visual, olhar tímido ou subalterno, olhar dominante, abaixar os olhos etc.

Além dos fatores listados acima, a referida pesquisadora (1990) destaca também fatores prosódicos ou vocais, tais como a intensidade vocal, a imposição da palavra por meio de um tom de voz mais alto etc. O mesmo tipo de estratificação pode ser verificado em diferentes dialetos, regionalismos, gíria e linguagem técnica. Um simples sotaque regional indica a origem dos participantes da interação, por exemplo.

Dessa forma, o uso das formas de tratamento pode ser determinado por fatores, tais como a hierarquização da sociedade, a natureza do laço socioafetivo, a natureza da situação comunicativa (informal ou formal), a idade, o sexo, a hierarquia profissional, a posição familiar; os interlocutores devem atentar um ao outro a isso para estabelecer uma interação sem conflitos, sem transgredir as normas sociais.

Analisamos as escolhas tratamentais entre Aninha e Maria Rosa, personagens que constituem o subnúcleo feminino do núcleo familiar na peça e depois centralizamo-nos na relação de Aninha e de seu namorado José da Fonseca.

Aninha e Maria Rosa são responsáveis pelos afazeres domésticos da casa e também do campo. Na primeira cena da peça, Maria Rosa e Aninha interagem em uma relação de familiaridade apontada pelas formas de tratamento, uma vez que se trata de uma relação entre mãe e filha no ambiente doméstico. Um dos tratamentos escolhidos por Aninha para fazer referência à mãe é o pronome possessivo. Ele enfatiza a familiaridade entre as duas, destacando o elo familiar pela posse e estabelece a relação de proximidade entre elas, como nos exemplos extraídos do *corpus* a seguir:

- (8) *Aninha* – Minha mãe preparou a jacuba pra meu pai?(Cena 1)
- (9) *Aninha* - Minha mãe, a carne seca se acabou. (Cena 5)
- (10) *Aninha* – E minha mãe, me perdoa?(Cena 20)

O pronome possessivo indica valores afetivos, tanto de intimidade e amizade quanto de simpatia e de interesse, segundo Cintra e Cunha (2001). As formas escolhidas por Aninha expressam, então, proximidade e afetividade em relação à figura materna. Mesmo quando Maria Rosa não está presente no

ato interacional, Aninha mantém o mesmo tratamento, quando a menciona para o público/leitor, sem a participação das outras personagens:

(11) *Aninha* - Minha mãe já ia tardando a sair daqui. Eu pensava que não poderia falar hoje com o Sr. José da Fonseca. Ele está me esperando debaixo dos cafezeiros. Mas, como minha mãe está ocupada lá dentro e meu pai não entra nesta meia hora, eu posso fazê-lo entrar aqui. (*Chega na porta e acena com o lenço*). Ele aí vem. (Cena 1)

No exemplo dado, Aninha está falando com o público/leitor sobre o encontro com José da Fonseca, personagem que ainda não apareceu na história e que é desconhecida por Maria Rosa e Manuel João. José da Fonseca entrará em cena graças ao gesto de Aninha com um lenço, apontado na rubrica “*chega na porta e acena com um lenço*”.

Em relação aos tratamentos usados por Maria Rosa para direcionar o diálogo para a filha, há diferentes usos dependendo da situação. Em geral, o tratamento preferido de Maria Rosa é o uso do diminutivo do nome Ana, Aninha. Não só de Maria Rosa, mas também é um tratamento usado pelo pai e conforme escolhido por Martins Pena, expresso pelas rubricas desde o princípio da peça. Em uma simulação de interação face a face, Maria Rosa registra vários usos no decorrer da peça:

(12) *Maria Rosa* – Aninha, vai buscar o jantar de teu pai. (Cena 5)

Nesta cena, Maria Rosa usa o diminutivo do nome de Ana com função de vocativo. O uso do diminutivo pode ser entendido de duas maneiras no contexto: a primeira destaca a juventude de Aninha, pois se trata de uma menina ainda de pouca idade e, a segunda, indica também uma linguagem mais afetuosa. Neste sentido, Skorge (*apud* Cintra e Cunha 2001, p.198) destaca que o sufixo diminutivo “indica ao leitor ou interlocutor que aquele que fala ou escreve põe a linguagem afetiva no primeiro plano”.

O uso das formas de tratamento na peça *O Juiz de Paz da roça* também mostra, em vários excertos, o retrato da família patriarcal brasileira. O *status* da mulher na sociedade patriarcal era de submissão, tanto na relação “marido-mulher” quanto na de “pai-filha”.

Na peça, é frequente o tratamento de “senhor” para namorado ou marido por questão de respeito, tais como os exemplos do *corpus* a seguir:

(13) *Aninha* - Minha mãe já ia tardando a sair daqui. Eu pensava que não poderia falar hoje com o Sr. José da Fonseca. Ele está me esperando debaixo dos cafezeiros. Mas, como minha mãe está ocupada lá dentro e meu pai não entra nesta meia hora, eu posso fazê-lo entrar aqui. (*Chega na porta e acena com o lenço*). Ele aí vem. (Cena 1)

Neste excerto retirado da cena 1, Aninha dirige-se ao público/leitor para detalhar a sua intenção em cena, o futuro encontro com José da Fonseca, seu namorado secreto. Esta cena inclusive é fundamental para a apresentação da nova personagem em cena e para o andamento das próximas ações. Ela se refere ao namorado como “Sr. José da Fonseca”, um tratamento extremamente formal e condizente com a época da peça, embora a personagem José da Fonseca ainda não esteja presente na interação de fato. O uso

deste tratamento pode ser explicado pelo fato de que Aninha está diante de desconhecidos (público/leitor), testemunhas de toda a interação na cena presente, que não participam da ação, mas que são passíveis de julgá-la moralmente. Em outros excertos, a menina mantém um tratamento de respeito em relação ao namorado no momento de interação face a face simulada, ora com o uso de “Sr.José”, ora com o uso somente de “senhor” ou “Sr.”, mesmo que teoricamente eles tenham uma relação de proximidade pelo elo amoroso:

(14) *Aninha* - Fique quieto, Sr.José. Eu não gosto destes brinquedos, eu quero casar-me com o senhor, porém não quero que me abrace antes de casar-nos.(Cena 2)

(15) *Aninha* - O Sr. agora tem dinheiro, porque não me pede a meu pai?(Cena 2)

(16) *Aninha* - Deixemo-nos de cumprimentos. Ora diga-me, como foi o senhor preso?(Cena 18)

Embora o tratamento entre esposa/namorada seja de proximidade, deve-se levar em consideração a época em que o texto foi escrito, século XIX. Há de se ponderar, no entanto, que esse costume começou a ser modificado nesse período. De acordo com Freyre (2011), as mulheres ainda tratavam o marido por “senhor”, mas as mais ousadas chamavam-no de “tu” e outras de “você”, acabando com o rígido tratamento colonial de “senhor” da parte das esposas e dos filhos. Até então, esposas e filhos achavam-se quase no mesmo nível dos escravos. Neste sentido, Aninha também apresenta em seus diálogos essa mudança de comportamento da mulher brasileira na interação face a face entre ela e José da Fonseca:

(17) *Aninha* – O que há na corte de tão bom, que você não fala em outra coisa? (Cena 2)

(18) *Aninha* - Quando é que você pretende casar-se comigo, para podermos ir para corte?(Cena 2)

(19) *Aninha* - Aí vem meu pai, vai-te embora antes que ele te veja.(Cena 2)

(20) *Aninha* – Adeus, não faltes.(Cena 2)

(21) *Aninha* – Você podia dizer que não queria ser soldado.(Cena 18)

É interessante notar que Aninha usa predominantemente o tratamento “você” em uma situação de interação face a face distensa, enquanto “tu” ocorre quando a menina percebe a aproximação do pai próximo à casa onde o casal está, situação, portanto, tensa. Nesta mesma cena 2, Aninha o trata por “senhor”, “você”, “tu”. As duas últimas formas de tratamento indicam aproximação maior e intimidade entre os falantes, dentro da situação de comunicação. Ao que tudo indica, “você” é utilizado quando a conversação atinge um nível mais informal, sobretudo porque a cena não tem a presença dos pais de Aninha. Ao desenvolver ainda mais o diálogo e quando aumenta a tensão em cena, a menina usa o tratamento “tu”, em que utiliza “ele te veja” e no exemplo com o verbo “faltar” conjugado na segunda pessoa do singular. Percebe-se que a fala de Aninha se desenvolve em uma gradação: começa de maneira formal e conforme o desenvolvimento do diálogo adquire um registro mais informal.

Embora a menina alterne um tratamento próximo e distante dependendo da situação comunicativa com o namorado, José da Fonseca sempre mantém um tratamento de proximidade com a namorada nas interações simuladas de face a face. Ele usa, por exemplo, o possessivo mais o diminutivo “Minha Aninha” em função vocativa:

(22) *José da Fonseca* – Adeus, minha Aninha! (*Quer abraçar Aninha*). (Cena 2)

(23) *José da Fonseca* – Perdoa, minha Aninha. (Cena 2)

(24) *José da Fonseca* - Minha Aninha, não chores! Olha, se tu soubesses como é bonita a corte! ... Eu tenho um projeto que quero te dizer. (Cena 2)

(25) *José, entrando* – Oh, minha Aninha, eu te devo! (Cena 18)

Nos exemplos apontados, José da Fonseca usa o pronome sujeito “tu”, reconhecido como registro mais informal e próximo, em uma relação de intimidade. Ele também usa “você” em um registro de mais proximidade e informalidade, como constam também nos exemplos a seguir:

(26) *José da Fonseca* - Você sabe que eu agora estou pobre como Jó. Assim tenho pensado em uma coisa ... Nós nos casaremos na freguesia sem que teu pai o saiba, depois partiremos para o Rio de Janeiro para lá vivermos. (Cena 2)

(27) *José da Fonseca* – Eu te digo. Há dois teatros; em um deles pode caber vinte pés de mangueira. (Cena 2)

(28) *José da Fonseca* – Sim, maquinismo. Eu te explico. Há um homem que de repente vira-se macaco; paus tornam-se em cobras; um lenço queima-se nas mãos de um deles sem que botem fogo; e outras coisas que fazem a gente ficar de boca aberta. (Cena 2)

(29) *José da Fonseca* - Lembras bem. O vigário a estas horas deve estar na igreja; assim não tardemos. (Cena 18)

Por meio dos exemplos dados, as formas de tratamento revelam a posição submissa da mulher dentro da sociedade patriarcal do século XIX. No entanto, transformações no comportamento da mulher da época também refletem as escolhas tratamentais, ou seja, as mudanças sociais refletem nas escolhas tratamentais e nos usos linguísticos em geral.

5. Os aspectos fonéticos e fonológicos e a caracterização de personagens-tipo

Os fenômenos de ordem fonética surgem em função de serem facilitadores da articulação dos fonemas. Por isso, são bastante empregados pelas camadas menos favorecidas (populares) e, inclusive, pelas camadas mais cultas, na linguagem informal. Na escrita, esses fenômenos são passíveis de representação e se configuram em variantes² linguísticas ortográficas também.

Vários desses fenômenos chamam a atenção no diálogo das personagens na peça. Um dos exemplos é o uso do verbo “pretender”, por exemplo. Aninha e Manuel João, ambos roceiros, usam a forma “pertender” por metátese, forma que o povo ainda usa. Salienta-se que, no entanto, na época de Martins Pena concorriam as formas “pretender” e “pertender”.

Nascentes (1953) realizou um importante estudo das alterações sofridas no português brasileiro, em especial no linguajar carioca no ano de 1922. Segundo o referido pesquisador, era muito comum o fenômeno da metátese na classe inculta, pois se evitavam esforços articulatórios inúteis. Era um fenômeno comum na época, mas continua presente no discurso oral nos dias de hoje. Os exemplos a seguir destacam

²Entendemos por “variantes” as diferentes formas linguísticas que são intercambiáveis por veicularem o mesmo sentido.

o fenômeno da metátese nas falas de Aninha e Manuel João, ambos roceiros e que compartilham o mesmo local de habitação:

(30) *Aninha* - Quando é que você pertende casar-se comigo, para podermos ir para corte?(Cena 2)

(31) *Manuel João* – Obrigado (*bebendo a jacuba*). Hoje trabalhei como gente... Limpei o mandiocal que estava muito sujo.... fiz uma derrubada do lado de Francisco Antônio e abri uma vala para esgotar as águas que estavam fazendo o feijão apodrecer... e hoje à tarde pertendo colher um pouco de café... Aninha?(Cena 5)

Outro fenômeno interessante acontece novamente na fala de Manuel João. Ele usa a palavra “corgo” por haplogogia em vez de “córrego”. A forma “corgo” encontra-se, por exemplo, dicionarizada. Em seu estudo, Nascentes (1953) salienta também que este fenômeno se dá na classe inculta.

Além de todos esses fenômenos levantados, há também o uso de “recuruta” em vez de “recruta”, por suarabácti. Nascentes (1953) sustenta que é comum esse fenômeno entre os grupos com / e com r, sobretudo para facilitar a pronúncia de algumas palavras:

(32) *Escrivão* –Venho da parte do senhor juiz de paz intimá-lo para levar um recuruta à cidade.(Cena 5)

(33) *Juiz* – Vamo-nos preparando para dar audiência hoje. (*Arranja a mesa*) O escrivão já tarda; sem dúvida está na venda do Manuel do Coqueiro ... O último recuruta que fizemos já me vai fazendo peso. [...](Cena 9)

(34) *Juiz* – Aqui está o recuruta que deve levar para cidade. Deixe-o no quartel do Campo de Santana e vá levar esta parte ao general. (*Dá um papel.*)(Cena 12)

(35) *José da Fonseca* – Assim que botei os pés fora desta porta, encontrei com o juiz de paz, que me mandou prender para recuruta.(Cena 18)

(36) *Manuel João* – Misericórdia! Minha filha fugir com um vadio daqueles! Eis, aí está o que fazem as rugas do Rio Grande. Se não fosse o Rio Grande, não haviam recurutas e minha filha não fugiria com um deles.(Cena 19)

É interessante observar que o fenômeno ocorre tanto nas falas dos roceiros quanto na fala das autoridades, como o *Escrivão* e o *Juiz de Paz*. Exemplo semelhante com o mesmo fenômeno ocorre com a palavra “bilitre”, em que acrescentamos o “i” entre o “l” e o “t” da palavra “bilitre”, fenômeno que acontece em duas falas do *Juiz de Paz*:

(37) *Juiz* – Ah, então não é rebelião... Mas vossa filha casada com um bilitre destes?(Cena 22)

(38) *Juiz* - A menina não perde ocasião! Agora, o que está feito está feito. O senhor não irá mais para a cidade, pois está casado [...]. (*Para José:*) O senhor queira perdoar se o chamei de bilitre; já aqui não está quem falou. (Cena 22)

De acordo com os exemplos dados, é importante observar que as variantes fonológicas não caracterizam a classe social das personagens, visto que todas as personagens apresentam algum tipo de variante em termos de alteração fonética. Caracterizam o ambiente e a época em que as personagens estão inseridas.

Os escritores podem tentar reproduzir elementos prosódicos da fala das personagens, ou seja, os sons, o acento e a entoação. Para isto, necessita de recursos escritos que representem a fala na escrita.

Os fenômenos elencados podem caracterizar o falante em uma interação, desde o local de habitação até o grau de instrução, mas devem ser analisados juntamente com os vários usos linguísticos.

6. Considerações finais

Propusemo-nos a analisar a construção das personagens-tipo na comédia *O Juiz de Paz da roça*, de Martins Pena, precursor das comédias de costumes no contexto sócio-histórico do Brasil do século XIX. O escritor representou a língua do povo, época em que ela começa a aparecer na literatura. A peça de teatro, texto marcado pelo diálogo, aproxima-se da fala real, por mimetizar as principais características de uma conversação, e revela um retrato dos valores e costumes da época.

O estudo apresentou a relação entre linguagem e construção de um papel social, englobando um breve estudo da importância das escolhas lexicais para a configuração de sentido no texto, um estudo das formas de tratamento, que revelam a organização de uma comunidade linguística em uma dada situação de fala e o levantamento de alguns aspectos fonéticos e fonológicos recorrentes no discurso oral.

Procuramos examinar os elementos linguísticos que nos possibilitaram identificar as diferentes configurações das personagens. Verificamos, inicialmente, que as principais estratégias para construir um papel social estão relacionadas às escolhas lexicais e às escolhas tratamentais, complementadas com a ação, as atitudes das personagens, o ambiente e o vestuário.

Utilizando vocábulos típicos da língua oral, Martins Pena consegue caracterizar as suas personagens-tipo, estas que são inseridas em um contexto bem delineado pelo autor. As escolhas lexicais são ligadas em uma rede semântica que progride com o correr do texto. Além das escolhas lexicais, as formas de tratamento colaboram para a identificação dos tipos sociais e das classes sociais de cada personagem.

As formas de tratamento que as personagens utilizaram em contextos diversos também se revelaram fundamentais para a caracterização dos papéis. Ressaltamos, a partir do exposto, que a situação comunicativa e a hierarquia social interferem na escolha das formas de tratamento, visto o modo como as mulheres empregam as formas de tratamento nas interações face a face com os respectivos companheiros.

A escolha das formas de tratamento também expõe a aproximação entre locutor e interlocutor e a intimidade familiar em intercâmbios comunicativos de informalidade, caracterizados pela aproximação afetiva entre o locutor e o interlocutor, tais como “minha Aninha”, “minha mãe”. Em algumas situações, no entanto, escolhas tratamentais revelam a autoridade exercida no seio familiar ou no ambiente de trabalho.

As mulheres, na peça, mantêm uma relativa formalidade em relação aos homens, embora demonstrem afetividade e intimidade algumas vezes. Elas revelam um comportamento condizente com os estudos de Freyre (2011) que defende a mudança de tratamento durante o século XIX na relação mulher-homem (do uso de “senhor” para “tu” e “você”).

As alterações fonéticas e fonológicas são importantes na análise do discurso oral, no entanto, não encontramos uma relação entre essas alterações e as personagens-tipo. Os aspectos fonéticos e fonológicos configuram mais o ambiente em geral e a época na peça.

Estudamos uma peça do século XIX porque acreditamos que a escrita é uma fonte da preservação linguística de uma sociedade e a pesquisa colaborará para estudos futuros relacionados à Análise da Conversação e à Sociolinguística Interacional. Acreditamos que este estudo contribui para compreender a relação entre linguagem e sociedade, porque essa linguagem e sociedade são representadas pela literatura.

Referências bibliográficas

AULETE, Caldas; GEIGER, Paulo. **Novíssimo Aulete - Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon Editorial, 2012.

BALLY, Charles. **Traité de stylistique française**, vol. I. Paris: Klincksieck, 1951.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. 2.ed. Trad. Eduardo Guimarães, Marco Antônio Escobar, Rosa Attié Figueira, Vandersi Sant'Ana Castro, João Wanderlei Geraldi e Ingedore G.Villaça Koch. Campinas, SP: Pontes, 2006.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Léxico e vocabulário fundamental. **ALFA**. Volume 40, São Paulo, p.27-46, 1996.

CINTRA, Luís F. Lindley; CUNHA, Celso Ferreira da. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa – Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2011.

HELIODORA, Bárbara. **Martins Pena, uma introdução**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2000.

HILGERT, José Gastón. A seleção lexical na construção do texto falado. In: **Léxico na língua oral e na escrita**. São Paulo: Humanitas, p.69-102, 2003.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Les interactions verbales**, tome II. Paris: Armand Colin, 1990.

_____. **Análise da conversação: princípios e métodos**. 1.ed. Trad. Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

PRETI, Dino. Oralidade e narração literária. **Revista da ANPOLL**. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP, v.4, p.81-96, 1998.

PRETI, Dino. Variação lexical e prestígio social das palavras. In: PRETI, Dino (Org.) **Léxico na língua oral e na escrita**. São Paulo: Humanitas, p.47-67, 2003.

ROBINSON, William Peter. **Linguagem e comportamento social**. 1.ed. Trad. Jamir Martins. São Paulo: Cultrix, 1977.

SILVA, Luiz Antônio da. Tratamentos familiares e referenciação dos papéis sociais. In: PRETI, Dino (Org.) **Léxico na língua oral e na escrita**. São Paulo: Humanitas, p.169-194, 2003.

Abstract: *In order to achieve the study of manifestations of language in a particular community, one of possible ways is the analysis of dialogues of literary characters. Based on the theoretical parameters of Interactional Sociolinguistics, Conversation Analysis and Pragmatics, the present work focuses on the study of the characterization of stock characters, which represent a society or a social group in the play O Juiz de Paz da roça by Martins Pena. With a main focus on forms of treatment, in phonological aspects and in the lexicon, we seek to identify, describe and analyze the language strategies used by the writer to represent a society or a social group. The hypothesis of this study is that the language employed by characters tries to play the society or social groups of Brazil in Rio de Janeiro of the time. We highlight the researches of Hilgert (2003) Kerbrat-Orecchioni (1990; 2006), Nascentes (1953) e Robinson (1977) used here for theoretical foundation. We check, initially, that the main strategies to build a social role are related to lexical choices and forms of treatment, complemented with the phonological aspects, the action, the attitudes of the characters, the environment and the clothing of the characters.*

Keywords: *Conversation analysis; stock characters; forms of treatment; lexicon; phonology.*

Direto ao assunto com Dilma Rousseff: derrisão, humor e heterogeneidade

Ligia Mara Boin Menossi de ARAUJO (UFSCar)¹
ligiamenossi@gmail.com

Resumo: Tendo como corpus videomontagens do *YouTube* em que o alvo dos discursos humorísticos derrisórios é Dilma Rousseff, esse trabalho objetiva compreender o funcionamento discursivo da heterogeneidade enunciativa (AUTHIER-REVUZ, 1990, 2004), sobretudo o de uma heterogeneidade dissimulada (BARONAS, 2005) já que acreditamos que a noção de heterogeneidade constitutiva mostrada e marcada formulada necessita de uma reconfiguração no tocante ao tratamento de *corpora* políticos derrisórios, sobretudo os que circulam em suportes como o *YouTube*. Desse modo, defendemos que para se pensar a derrisão do político em suportes como o *YouTube* a noção de heterogeneidade possa ser expandida e pensada enquanto heterogeneidade dissimulada.

Palavras-chave: discurso político; heterogeneidade; *YouTube*; humor; simulacro.

1. Introdução

Duas videomontagens do site *YouTube* em que o alvo derrisório é Dilma Rousseff, enquanto candidata às eleições presidenciais de 2010, constituem o *corpus* de análise desse trabalho que é parte de nossa pesquisa de doutorado. Temos como objetivo investigar, por meio da Análise do Discurso de linha francesa, como se dá o funcionamento do discurso político derrisório e buscamos compreender como o ator político Dilma Rousseff é tornado, em derrisão, pelo *YouTube* durante as eleições. Para a fundamentação teórico-metodológica, entendemos que a noção de heterogeneidade enunciativa de Authier-Revuz (2004) constitui uma importante ferramenta conceitual para refletir sobre a relação do discurso com os seus Outros constitutivos, mas quando se trata de um Outro satírico, zombeteiro, que é trazido para o fio do discurso do Eu, cremos que esse discurso satírico se apresenta sempre dissimulado nos traços do interdiscurso.

Desse modo, nossa hipótese é a de que para se pensar a derrisão do político em suportes como o *YouTube*, a noção de heterogeneidade possa ser expandida e pensada enquanto heterogeneidade dissimulada. Acreditamos que a noção de heterogeneidade constitutiva mostrada e marcada formulada por Authier-Revuz, embora bastante pertinente para dar conta de *corpora* políticos marcadamente sérios, que circulam em suportes textuais tradicionais necessita de uma reconfiguração no tocante ao tratamento de *corpora* políticos derrisórios, sobretudo os que circulam em suportes não tradicionais como o *YouTube*.

Além disso, não se trata de uma negociação em que o discurso do Eu delimita ou denega o discurso do Outro, mas uma tentativa de apagamento desse discurso do outro que se dá legitimado pelo interdiscurso. Isso acontece por meio de uma interincompreensão regrada do discurso do Outro, discurso

¹ Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (PPGL/UFSCar) e bolsista Fapesp Processo no. 2011/09851-8.

esse que é traduzido para o discurso do Mesmo por meio da construção de um simulacro do discurso primeiro (MAINGUENEAU, 2005) o que permite a emergência da heterogeneidade dissimulada.

2. Heterogeneidade Enunciativa

Sabemos que o humor reúne estratégias que conseguem dizer pelo sujeito aquilo que ele gostaria de ter dito, mas que não teve força para isto – como se um “Outro” falasse por ele. Ou, ainda, nas situações em que antes se utilizava um tapa ou uma bofetada para derrubar o adversário, usa-se, um chiste, um enunciado de humor derrisório para destruí-lo. É desse modo também que se entende que a noção de heterogeneidade mostrada e constitutiva, proposta por Authier-Revuz (2004) que trata do sujeito e do seu discurso sob dois grandes pilares, possa ser refletida e expandida ao ser mobilizada em nossas análises.

O primeiro pilar que sustenta a concepção de heterogeneidade é o da concepção bakhtiniana de dialogismo, ou seja, o discurso como palco de mediação, interação e constituição entre sujeitos em suas esferas de atividade e compreensão sócio-históricas. Em outras palavras, Bakhtin afirma que o sujeito precisa do seu outro para se constituir, e é esse outro quem estabelece as fronteiras discursivas que podem compor um sujeito e seu discurso, a partir de interações sociais, na arena cotidiana, em que esses sujeitos se inscrevem por meio da comunicação verbal ou não verbal humanas. Ele não seria “o seu duplo de um frente a frente, nem mesmo o ‘diferente’, mas *um outro que atravessa constitutivamente o um*” (BAKHTIN, 1963 apud AUTHIER-REVUZ, 2004, p.25). Diríamos que o dialogismo é a base da constituição do sentido que não vem construído sob um só pilar, mas *no* e *pelo* entrecruzamento de diferentes discursos que podem convergir ou divergir; é com o discurso outro que o discurso do sujeito se forma e *pelo* discurso outro também, os outros discursos seriam seu “exterior constitutivo” (AUTHIER-REVUZ, 2004). Isto porque o lugar do discurso outro não é em frente e nem ao lado, mas *no* discurso, o que pode ventilar nossas ideias quanto à questão da heterogeneidade constitutiva de Authier-Revuz pertencer a um discurso sem se mostrar de maneira explícita.

O segundo pilar no qual se apoia Authier-Revuz (2004) é uma releitura lacaniana de Freud, que aborda o sujeito e sua relação com a linguagem nos moldes da psicanálise, nos quais o discurso é atravessado pelo inconsciente –, assim, o sujeito é dividido, não uno, e a sua fala é heterogênea. A autora lembra a afirmação de Freud de que a “ilusão do eu” propicia ao sujeito uma ilusão de que o seu discurso tem origem centrada em si mesmo e que é a fonte da sua enunciação, pois “nesta afirmação de que, constitutivamente, no sujeito e no seu discurso está o Outro, reencontram-se as concepções do discurso, da ideologia, e do inconsciente, que as teorias da enunciação não podem, sem riscos para a linguística, esquecer” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28). O sujeito, quase sempre, esquece a heterogeneidade presente em seu discurso e acredita ser a fonte de sua enunciação. Assim, quando se mostra como o centro da enunciação, crendo que ele é a fonte única de seu discurso, não há a lucidez de que o seu discurso nada

mais é do que uma possibilidade discursiva, oriunda do momento histórico e do espaço em que vive e produz sua enunciação, e que o sujeito é efeito da linguagem e do discurso e não a causa de ambos. Um dos principais postulados da psicanálise é a possibilidade de se interpretar certo número de fenômenos demonstrados pelos sujeitos como manifestações do inconsciente sendo a tarefa do analista reconstruir o discurso ausente a partir das pistas deixadas por esses esquecimentos.

Authier-Revuz (2004) denomina de heterogeneidade constitutiva é uma presença velada e/ou em alusão da fala do outro/Outro no discurso que se enuncia, criando a ilusão de que o sujeito é a origem do seu enunciado, com raízes no inconsciente; e mais ainda, criando as próprias condições de produção para o discurso desse outro/Outro, ou seja, sem esta heterogeneidade não há constituição dos discursos. A heterogeneidade constitutiva pode ser explicitada por meio de uma heterogeneidade mostrada, em que, no fio do discurso, o sujeito produz formas que inscrevem o outro na cadeia discursiva. Portanto, Authier-Revuz expõe que o conceito de heterogeneidade enunciativa comporta duas concepções: a de *heterogeneidade constitutiva* e a de *heterogeneidade mostrada marcada ou não marcada*, ambas implicando a presença do outro/Outro na produção do discurso do eu.

A **heterogeneidade mostrada** traz o outro para a cadeia discursiva e se deixa ver com mais clareza pelo seu caráter de não “ocultamento” – por meio da análise, esse outro pode ser recuperado de maneira explícita. Ela pode não se apresentar com marcas visíveis em um discurso (AUTHIER-REVUZ, 1990), mesmo conscientemente produzida pelo sujeito, podendo, assim, constituir-se de duas formas: *marcada e não marcada*. A **heterogeneidade mostrada marcada** é da ordem da enunciação, visível na materialidade linguística e pode ser entendida a partir de duas categorias: a primeira assinala explicitamente as formas que inserem, na linearidade do fio do discurso, o outro. Sendo esse outro, o do discurso relatado como no **discurso direto e no indireto** com seus delineamentos sintáticos apontam que há um outro ato de enunciação discursiva. Já as que denominamos segunda categoria apontam para um alteridade enunciativa que sinaliza um sentido especial ou um outro sentido que vem conotado por um enunciador outro. Assim, as formas marcadas de *conotação autonímica* em que o locutor, mesmo não mencionando o discurso do outro, o integra a cadeia discursiva numa continuidade sintática (AUTHIER-REVUZ, 2004) e assim o faz por meio de **aspas, itálico, bold, parênteses** ou por uma **entonação**.

A **heterogeneidade mostrada não marcada** manifesta-se em discursos em que não há uma fronteira prontamente delimitada entre o Um e o outro, como no **discurso indireto livre**, na **ironia**, na **antífrase**, na **imitação**, na **alusão**, no **pastiche**, na **reminiscência** e no **estereótipo**; caracterizam-se por instaurar a presença do outro de maneira mais diluída no discurso, não é possível apreendê-la no fio discurso, só é possível reconhecê-las e interpretá-las “a partir de *índices recuperáveis* no discurso em função de seu exterior” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 18, grifos da autora). Entretanto, muitas vezes, a diluição do outro é tão acentuada que se torna arriscada, pois aproxima-se das “fronteiras” da heterogeneidade constitutiva a ponto de poder perder-se diante dela e acabar por ser dissolvido; assim, a heterogeneidade mostrada seria

“um modo de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva de seu discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.26).

3. O Outro e o Mesmo no simulacro do discurso

Tomando as ideias de Maingueneau sobre a interincompreensão do discurso é que chegamos a questão do simulacro que nos é tão cara para tecer nossa reflexão acerca de uma heterogeneidade dissimulada do discurso que, como enunciamos, trata-se de uma tentativa de expansão do conceito de heterogeneidade enunciativa de Authier-Revuz (2004).

Em Maingueneau (2005, p. 103), a questão do simulacro está diretamente ligada a *interincompreensão* do discurso, ou seja, devemos compreender um espaço discursivo como uma “rede de interação semântica”, na qual podemos encontrar diferentes “posições enunciativas que possibilitam o ato de enunciar por meio de sua formação discursiva”. Esse processo simultâneo de enunciações que se constroem de FDs diferentes faz emergir um “desentendimento recíproco”, do qual germina a ideia de que os enunciados do Outro só são entendidos quando trazidos para o interior do “fechamento semântico do intérprete,” isto é, para a compreensão de cada FD, na qual os discursos não podem ser tomados – até pela questão da identificação, isto é, o que e com o que sujeitos inscritos nas mais distintas práticas discursivas se identificam – tal como foi enunciado pelo Outro, mas sim no simulacro que se constrói sobre ele. Nas palavras do autor,

esses enunciados do Outro só são “compreendidos” no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele (MAINGUENEAU, 2005, p.103).

Assim, cada posição discursiva interpreta os enunciados de seu Outro, quando traduzindo-o dentro das categorias negativas de seu próprio sistema, já que cada discurso está assentado sobre um conjunto de semas que constituem a grade definidora do discurso do intérprete ou do sujeito Outro. Entendemos que enunciar é estar em acordo com uma posição discursiva e ao mesmo tempo rejeitar a outra. Em outras palavras, o discurso do intérprete se constitui a partir de uma interincompreensão regrada do discurso do Outro que erige de um simulacro criado pelo próprio intérprete que produz seu discurso com o escopo de descaracterizar o Outro criando uma relação de polêmica (MAINGUENEAU, 2005).

O modo de funcionamento interpretativo do discurso jansenista sobre o humanista devoto e a construção do simulacro que um faz do Outro é um dos grandes estudos acerca do tema que Maingueneau (2005) explora para tratar de suas postulações teóricas-metodológicas. Essas relações discursivas de interincompreensão suscitam a noção de “polêmica” que constitui-se pelo modo como semanticamente estes discursos estão em embate e não, simplesmente, por uma controvérsia violenta; o que permite

entender a noção de polêmica como uma troca regrada na qual um discurso polemiza ao entrar em contato com seu Outro, isto é, esse discurso se estabelece a partir do que compreende, isto é, traduz do seu Outro.

Ademais, “polemizar é, sobretudo, apanhar publicamente em erro, colocar o adversário em situação de infração em relação a uma Lei que se impõe como incontestável” (MAINGUENEAU, 2005, p.114), isto é, o que se pretende é descaracterizar o adversário deixando claro que ele transgride as regras estabelecidas quando mente, traz informações erradas, é incompetente, pouco inteligente etc. e, por isso, é possível sucumbir seu direito [à palavra independente de qualquer conteúdo]. Nesse caminho, é possível entendermos que a polêmica supõe uma instância maior, pois o desacordo funciona dentro de um campo discursivo partilhado em que a convergência se sobrepõe a divergência, há um “código” maior que perpassa os discursos antagônicos e lhe é permitido decidir entre o que é justo e o que é injusto.

Assim, na polêmica, os enunciados estão sempre sendo partilhados ou rejeitados e nessa transparência ou nessa opacidade, torna-se possível silenciar o Outro e afastar a alteridade própria do discurso; por isso, o Mesmo vai polemizar com aquilo que conseguiu separar dele e que também o constituía por meio dos enunciados produzidos, o Outro é o que constitui o discurso, mas, ao mesmo tempo, é o que deve se apartado.

4. Dilma Adestrada

O *corpus* discursivo que mobilizamos circula no *site YouTube* e o material de análise é composto por videomontagens que foram postadas e circularam (e ainda circulam) no ano eleitoral de 2010. Elas têm como alvo o ator político Dilma Rousseff, então candidata à presidência, as montagens selecionadas foram intituladas como: “Direto ao assunto: Episódio #01 – Família” e “Direto ao assunto: Episódio #03 – Meio Ambiente”.

A primeira montagem “Direto ao Assunto: Episódio #01 – Família” tem apenas 32 segundos, compõem uma “série” de seis episódios e seu sujeito-enunciador utiliza o pseudônimo de *Exilados na Rede*. Postada no dia 28 de abril de 2010, período que antecedeu às eleições, é composta por slides que carregam o discurso do sujeito-enunciador e um trecho de uma entrevista da candidata, trazendo imagens e sons que provocam determinados efeitos de sentido acerca do tema focado: família. O primeiro slide traz a imagem abaixo (figura 1) com o seguinte discurso: “? Direto ao assunto com a ex-ministra do Presidente Lula !”, enquanto o visualizamos ouvimos uma espécie de jingleem que é possível perceber um assobio e alguns instrumentos que se permanecem durante todo o vídeo; em suma, podemos inferir que a música é de alguém que assobia distraidamente e de modo descontraído.

figura 1 (00:00 – 00:04) e (00:28 – 00:31)



figura 2 (00:05 – 00:10)



Em seguida, é inserida outra imagem (figura 2) que vai se formando em alguns segundos, nela visualizamos um quadro negro ou lousa, característicos das salas de aula, com a seguinte pergunta redigida com o giz branco: “Ex-ministra do presidente Lula, qual será o nome do seu neto?”.

O sujeito-enunciador, então, traz o recorte (00:12 – 00:27) de um dos momentos de Dilma em seu blog *Dilma na Web*² durante a pré-campanha presidencial em que foi possível enviar perguntas a candidata e ela respondia ao vivo; os internautas mandavam suas dúvidas e em seguida já podiam obter uma resposta. Na imagem abaixo (figura 3), temos Dilma no centro da mesa que era transmitida ao vivo pela internet, do seu lado direito está o coordenador da campanha de Dilma na internet Marcelo Branco e do lado esquerdo uma mulher – Helena – que assim como Marcelo recebe as perguntas³, o trecho também focaliza Dilma como podemos ver na figura 4 quando ela termina de responder supostamente a pergunta formulada pelo sujeito-enunciador.

figura 3 (00:13)



figura 4 (00:18)



O discurso é iniciado pela reprodução da primeira imagem – figura 3 – e continua com a exibição da figura 4, Dilma “responde”:

“Olha, tinha uma...⁴, uma divergência, é... (podemos observar, nesse instante, que o produtor insere uma pausa no vídeo de cinco segundos e enquanto o vídeo é pausado,

² Link do lançamento da pré-campanha na internet: <<http://www.youtube.com/watch?v=b7jiOBGbpZg>> e link do vídeo que o produtor recorta o discurso da candidata: <<http://www.youtube.com/watch?v=eapKzN9LZWc>> Acesso em 24 de março de 2014.

³ Podemos verificar pelo vídeo: <<http://www.youtube.com/watch?v=I9uPmUIhtjg>> Acesso em 24 de abr de 2014.

⁴ As reticências usadas na transcrição representam uma pausa breve na fala.

ouvimos o tic-tac de um relógio que é encerrado por uma campainha que dá continuidade ao discurso de Dilma) entre os pais, um queria Pedro, outro queria Gabriel, ganhô Gabriel, então ele vai chamar Gabriel (ouvimos então palmas durante o final de sua resposta, como se Dilma, depois de confusa, tivesse acertado a resposta num jogo de perguntas e respostas, um Quizz Show).

Em seguida, o produtor insere novamente a imagem da figura 1 e a videomontagem é finalizada. Diante do exposto, podemos dizer que os recursos de edição utilizados colaboram para a construção do simulacro do discurso de Dilma e permitem que se construa determinados efeitos de sentido. A resposta que Dilma supostamente dá para pergunta do quadro-negro, elaborada pelo sujeito-enunciador, é editada com uma pausa, fato que possibilita a emergência de alguns implícitos tais como: “quem demora para responder é porque não se lembra”, “uma avó atenciosa jamais esqueceria o nome de seu (primeiro) neto”, “a candidata está com dificuldades para responder rapidamente a pergunta do internauta, será que está preparada para assumir um cargo tão importante?”, é sedimentada a possibilidade interpretativa de que Dilma não saiba ou não se lembre do nome do seu neto, por isso “demora” para responder a pergunta.

É possível entender que o produtor ao utilizar a pausa, traduz o discurso do outro (Dilma) que é trazido para o vídeo (entendemos discurso do Mesmo) sob suas categorias, a partir do seu interdiscurso, ele permite que a voz da candidata apareça; entretanto, com o uso dos recursos de edição, permite a construção de algumas possibilidades interpretativas sustentadas por implícitos, havendo, assim, uma tentativa de apagamento do discurso Outro/outro e outras interpretações passam a não existir, como as de que Dilma é uma ótima mãe e boa avó, dedicou-se sempre a família como irá dedicar-se ao país.

Igualmente, é possível pensarmos em uma relativa simulação do que foi dito originalmente para produzir determinados efeitos de sentido e assim corroborar com ideias de que Dilma não poderia ser a “Mãe do Povo”⁵. Em suma, diríamos que uma das possibilidades interpretativas construídas é a de que se Dilma não se lembra do nome de seu próprio neto, não tem cuidado com a família, não terá cuidado com o país, o povo. E, como será possível notar nas demais videomontagens, um dos objetivos do sujeito-enunciador é produzir sentido em torno da ideia de que Dilma não consegue responder de improviso ou até espontaneamente nenhum tipo de pergunta, pois ela é sempre treinada, ensaiada por Lula. Logo no enunciado do primeiro slide encontramos o sujeito-enunciador denomina a candidata Dilma como *Ex-ministra do presidente Lula* e assim segue durante toda a montagem, ela é sempre denominada como “ex-ministra do Lula”, como se entre esses dois atores políticos houvesse uma relação intrínseca e de sobrevivência para Dilma no âmbito político.

A videomontagem intitulada “Direto ao assunto Episódio#03 – Meio Ambiente” é composta por recortes de diferentes momentos da então candidata, isto é, pequenos vídeos que são intercalados por slides elaborados pelo sujeito-enunciador acompanhados ou não de música, além da inserção de sons e

⁵ O epíteto “Mãe do Povo” foi uma estratégia para mostrar o bom plano de governo com forte apelo emocional, apresenta grande força no imaginário social já que não estabelece relação de enfrentamento homem-mulher, afinal homem não disputa com a mãe, fato que poderia dotar Dilma de carisma (PIRES, 2011).

figuras nas imagens retiradas dos vídeos. Como as demais da série, apresenta som, imagem e materialidade discursiva acopladas a características de sua multimodalidade e de um gênero mais específico: videomontagens de humor.

Como já citamos no início deste capítulo, essa videomontagem, postada no ano eleitoral de 2010 no dia 04 de maio, tem como alvo principal do discurso humorístico derrisório⁶ a então candidata à presidência da República Dilma Rousseff. Trata-se do terceiro episódio de seis da série *Direto ao Assunto* de um suposto produtor-editor que utiliza o pseudônimo de *Exilados na Rede*. A videomontagem começa com um trecho de uma entrevista de Dilma em seu blog durante a pré-campanha eleitoral⁷, a candidata cumprimenta os internautas e pergunta para onde deve olhar, se referir (figura 5):

E6⁸: Oi, eu falo pra onde? Pra lá? (E aponta, figura 5).

E7: Pra aquela câmera.

figura 5 (00:00 - 00:08)



figura 6 (00:09 - 00:14)



Em seguida, temos a inserção do slide (figura 6) que é comum nas demais videomontagens enquanto o visualizamos, ouvimos uma espécie de jingle, uma música com alguém que assobia distraidamente e de modo descontraído e observamos a materialização do seguinte enunciado: E1: !Direto ao assunto com a ex-ministra do Presidente Lula?

Logo após visualizarmos o slide representado pela figura 6, é inserido o trecho do mesmo vídeo do início da videomontagem em que Dilma responde a perguntas de internautas em um “bate-papo” ou entrevista produzida ao vivo em seu blog durante a pré-campanha presidencial. Neste vídeo, ela encontra-se sentada em frente a uma mesa com toalha branca e um computador, do seu lado direito está um homem de cabelos longos que também tem um computador na mesa, ele é Marcelo Branco, nomeado pelo partido como coordenador da campanha de Dilma na internet e, do lado esquerdo, vemos uma mulher com outro computador e que lê a pergunta dos internautas para Dilma. Vejamos a figura 7 que exemplifica

⁶ Legenda do vídeo: “Talk-Show com a ex-ministra do Presidente Lula. Assunto de Hoje – Meio Ambiente – Este é um vídeo de humor. Comentários ofensivos serão deletados. É possível ser crítico sem incorrer a infrações. www.twitter.com/exilado”.

⁷ Link da entrevista: <<http://www.youtube.com/watch?v=eapKzN9LZWc>> Acesso em 24 de abr de 2014.

⁸ E1: Sujeito-enunciador; E7: Marcelo Branco sentado do lado direito de Dilma; E8: Mulher sentada ao lado esquerdo de Dilma – Helena; E6: Dilma Rousseff.

um trecho do vídeo e, em seguida, a transcrição da fala da então candidata e da mulher que lê a pergunta (figura 7):

figura 7 (00:15 - 00:40)



figura 8 (00:41 – 00:52)



E8: Chegou aqui uma mensagem da Lara Sales do interior da Paraíba, de 16 anos e ela “tá” preocupada com o desmatamento da Amazônia. Todos nós, não é Ministra?

E6: Faz muito bem, viu, é uma coisa muito boa, viu, Lara (ministra fala e pega a folha onde supostamente está a mensagem e continua) porque é algo que a gente tem que se preocupar, de fato, nós inclusive lá em Copenhague⁹ fomos os que tiveram oposição, eu acho que em termos da mudança do clima mais consequente ...

A fala da candidata é interrompida e entra uma tela com chuviscos que por um segundo para; então, o sujeito-enunciador insere um recorte da fala de Dilma em Copenhague (figura 8):

E6: ...o meio ambiente é, sem dúvida nenhuma, uma ameaça ao desenvolvimento sustentável e isto significa que é uma ameaça para o futuro do nosso planeta e dos nossos países...

Como plano de fundo, temos o mesmo jingle do primeiro slide, um assobio com tom de descontração. Slide este (figura 6) que também é inserido após este pequeno recorte do discurso de Dilma para finalizar a videomontagem.

É possível notar que o seu sujeito-enunciador traz para o seu discurso, o discurso do outro (Dilma) e no fio do seu próprio discurso ao provocar a junção de dois momentos distintos e que, de certo modo, se contradizem, permite a emergência de outras possibilidades interpretativas que produzem efeitos de sentidos acerca da imagem da candidata. De maneira sucinta, o produtor tenta repassar a ideia de que no discurso de Dilma há algum problema ao recortar dois momentos distintos de seus discursos. No primeiro (figura 7), ela afirma a importância do governo em se preocupar com o desmatamento da Amazônia e o aquecimento global: “é algo que a gente tem que se preocupar, de fato, nós inclusive lá em Copenhague fomos os que tiveram oposição, eu acho que em termos da mudança do clima mais consequente ...”,

⁹ A Convenção de Copenhague aconteceu em Copenhague, na Dinamarca, entre os dias 7 e 18 de dezembro de 2009. É o décimo quinto encontro realizado pelos países signatários da Convenção macro sobre Mudança Climática, acordo firmado durante a ECO-92, no Rio de Janeiro, que estabeleceu diretrizes para uma coordenação internacional contra o aquecimento global. O objetivo deste encontro é negociar, redigir e aprovar os termos da segunda parte do Protocolo de Kyoto – a primeira foi elaborada e definida em 1997, entrou em vigor em 2005 e expirou em 2012. Essa continuidade do Protocolo estabelecerá novas metas de redução da emissão de gases de efeito estufa a serem cumpridas a partir de 2013 ou 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/perguntas-respostas/convencao-clima-copenhague.shtml>> Acesso em: 13 de julho de 2011.

contudo, no segundo recorte inserido que traz parte do discurso da ministra na Convenção de Copenhague (figura 8), ela elabora um enunciado contraditório: “...o meio ambiente é, sem dúvida nenhuma, uma ameaça ao desenvolvimento sustentável e isto significa que é uma ameaça para o futuro do nosso planeta e dos nossos países...”. Essa maneira de organizar a sequência dos recortes resulta em possíveis efeitos de sentido porque pode fazer emergir ideia como a de que Dilma possa ser uma pessoa incoerente ou desatenta e, portanto, não tenha habilidades para bem governar o país.

Ademais, na montagem, é possível notar um apagamento de outras possibilidades interpretativas, ou seja, não é focado a ação do Brasil na Convenção em Copenhague, é evidenciado o enunciado contraditório proferido pela então ministra. Fato que pode direcionar nosso olhar para essa constatação de que Dilma seria incoerente e, por isso, incapaz de governar, são os recursos como som – o assobio que reverbera para uma determinada memória acerca do seu uso, isto é, o descompromisso – e a imagem (figura 8) que apresenta um ponto de interrogação logo acima da cabeça do senhor que está do lado direito de Dilma, o que permite interpretarmos que esse senhor seu também não teria entendido o enunciado contraditório da ministra.

Em suma, as materialidades multimodais acopladas de maneira simultânea na produção de sentido do discurso da videomontagem (jogo de imagem, enunciados e som) colaboram para a construção do simulacro do discurso de Dilma que é trazido para o discurso da videomontagem por meio de uma *interincompreensão regrada* que se faz da sua imagem como candidata a partir das categorias do sujeito-enunciador da montagem. Essa voz do Outro/ Dilma no discurso do Eu/sujeito-enunciador traduzida em forma de simulacro é característica da heterogeneidade dissimulada do discurso.

Dizendo de outro modo, o trecho não apresenta uma negociação em que o discurso do “Eu” delimita ou denega o discurso do Outro como no processo de negociação entre a heterogeneidade constitutiva e mostrada, mas o que ocorre é uma tentativa de apagamento desse discurso do “Outro” por meio dos recursos multimodais acrescentados, tais como: o assobio, a tela com chuviscos, o ponto de interrogação acima do senhor que está do seu lado direito na imagem e a própria inserção/justaposição dos dois recortes, daí a hipótese de uma heterogeneidade dissimulada.

Esse processo de apagamento, contudo, se dá legitimado pelo interdiscurso de que Dilma Rousseff, *ex-ministra do presidente Lula*, como diz o primeiro e o último slides, não tem competência para bem governar assim como o então presidente Lula. O sujeito-enunciador refere-se a Dilma como a *ex-ministra do Presidente Lula*, e não como Dilma Rousseff, candidata ou outro sinônimo que a predique ao cargo em questão. Há aqui semanticamente a construção de um sentido outro, aquele de que Dilma não teria competência ou não seria apta a ocupar um cargo de presidência. Existe, nesse trajeto de sentido criado, um apagamento do traço semântico “competência”, que se supõe ser necessário a um futuro presidente(a) da República, algo que a montagem deixa subentendido faltar em Dilma.

Cabe ressaltar que os discursos de momentos distintos são postos numa sequência do discurso do produtor que permitem a construção de uma *polêmica como interincompreensão regrada* (MAINGUENEAU, 2007) visto que é o sujeito-enunciador que constrói o seu discurso ao tomar o discurso do outro – Dilma – e, ao mesmo tempo, evidenciar o suposto equívoco naquele discurso Outro/outro que não é dele. Portanto, ao tomar esse discurso por meio da sua formação discursiva, ele possibilita a criação um *simulacro* do discurso do Mesmo e levanta uma relação de polêmica. “Esses enunciados do Outro só são ‘compreendidos’ no interior do fechamento semântico do intérprete [...], o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele” (MAINGUENEAU, 2007, p.103).

4. Considerações Finais

Fica evidenciado por meio da descrição do material que há materialidades multimodais acopladas de maneira simultânea que garantem a produção de determinados efeitos de sentido no discurso da videomontagem humorística derrisória, recursos como jogo de imagem, materialidade linguística e som entre outros que em conjunto buscam descaracterizar a candidata em torno da ideia de que ele seja um robô, seja programada para agir de uma determinada maneira. Quando essa programação, ensaio ou adestramento “mostrados” no início e no final da montagem não acontecem, há, conseqüentemente, a falta de clareza em seu discurso.

Há regularidades enunciativas em torno da ideia principal da descaracterização, afirmar a falta de competência administrativa de Dilma que permitem a emergência de alguns implícitos como: “ela seria apenas um fantoche, um ser político adestrado, robotizado por Lula”. Notamos que tanto na figura 1 quanto na 6, o sujeito-enunciador refere-se a Dilma como **ex-ministra de Lula**, a expressão faria referência a Lula o verdadeiro mentor e idealizador da campanha, aquele que realmente iria presidir o Brasil.

Ao apresentar o discurso de Dilma na videomontagem, o sujeito-enunciador a partir de uma *interincompreensão regrada* do discurso do outro (MAINGUENEAU, 2005) possibilita a criação de um simulacro que brota de uma não compreensão dos enunciados do outro. Ou seja, o produtor não só inscreve o outro na sequência do discurso, mas também traz esse discurso outro que o constitui traduzido sob suas categorias interdiscursivamente, permitindo a emergência de uma heterogeneidade dissimulada, já que o Outro é satírico e permanece abrigado no humor derrisório, portanto, recebe sanções, e não punições.

Referências bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Apres. Marlene Teixeira. Revisão da trad. Leci B. Barbisan e Valdir do N. Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. Heterogeneidades enunciativas. In: **Cadernos de estudoslingüísticos**, 19. Campinas: IEL, 1990.

_____. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Trad. Maria Onice Payer et al.. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

BARONAS, Roberto Leiser. Derrisão: um caso de heterogeneidade dissimulada. In: **Polifonia**. Cuiabá: EDUFMT, 2005. p. 99-111.

BONNAFOUS, Simone. Sobre o bom uso da derrisão em J.M.Le Pen Trad. de Maria do Rosário Gregolin e Fábio César Montanheiro. In: GREGOLIN. M.R. (org.) **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

Direto ao assunto: Episódio #01 – Família. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=laasXCsm1Tk>> Acesso em 30 de março de 2012.

Direto ao assunto: Episódio #03 – Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=8wllFaF2r4c&feature=relmfu>> Acesso em 30 de março de 2012.

MAINGUENAU, Dominique. **Análise do discurso e suas fronteiras**. Trad. Décio Rocha. In: Revista Matruga, nº 20, Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

_____. **Gênese dos Discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

Abstract: *Having as videomontagens corpus YouTube in which the target of derisive humorous speeches is Dilma Rousseff, this work aims to understand the discursive function of enunciative heterogeneity (AUTHIER-REVUZ, 1990, 2004), especially the heterogeneity of covert (BARONAS, 2005) as we believe that the notion of constitutive heterogeneity shown and marked formulated needs a reconfiguration with respect to the treatment of political derisive corpora, especially those circulating in media like YouTube. Thus, we argue that to think the derision of political media like YouTube in the notion of heterogeneity can be thought of as expanded and disguised heterogeneity.*

Keywords: *political discourse; heterogeneity; YouTube; humor; simulacrum.*

Atribuição de identidade pela mídia aos atores sociais do Movimento Passe Livre¹

Lílian Noemia Torres de Melo GUIMARÃES (UFPE)
lilian.noemia@gmail.com

Maria Sirleidy de Lima CORDEIRO (UFPE)²
sirleidy_lima@hotmail.com

Resumo: O trabalho tem como objetivo analisar como os atores sociais responsáveis pelo Movimento Passe Livre no Brasil são categorizados pelo discurso noticioso. Visa também analisar as identidades sociais que serão atribuídas, por meio das distintas categorizações, aos atores sociais mobilizadores e participantes desse movimento. Esse artigo fundamenta-se na idéia de que as categorias são marcadas por uma “instabilidade constitutiva”, ou seja, elas não são preexistentes, mas elaboradas no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos (MONDADA e DUBOIS, 2003). Os materiais utilizados para a delimitação do *corpus* da pesquisa restringem-se ao domínio jornalístico, tendo como foco notícias de divulgação pública *on-line*, no jornal Folha de S. Paulo, sobre o Movimento Passe Livre no Estado de São Paulo. Para as análises, parte-se de uma metodologia de caráter essencialmente analítico e interpretativo com base na abordagem qualitativa, e delimita-se à análise da categorização dos atores sociais. Como resultado das análises, percebe-se que, mesmo havendo, no decorrer das notícias, uma mudança na categorização atribuída aos atores sociais responsáveis pelo movimento, as categorias nominadas pelo discurso das notícias possibilitaram uma maior visibilidade social de imagens negativas desses grupos sociais.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; Categorização; Identidade Social; Movimento Passe Livre, Notícias.

1. Introdução

Partindo da ideia de que o processo de categorização constitui-se em um dos mecanismos responsáveis pela construção de identidades sociais, objetivamos neste artigo investigar como os atores sociais responsáveis pelo Movimento Passe Livre no Brasil são categorizados pelo discurso noticioso.

O Movimento Passe Livre (MPL) constitui-se em uma organização de um grupo social brasileiro que solicita a gratuidade no transporte público coletivo. Embora esse movimento tenha conseguido uma maior visibilidade na mídia no ano de 2013, ele já existia desde 2005, ano de sua fundação em Porto Alegre. O MPL, acreditando ser a melhor maneira de conseguir seu objetivo, começou a ir às ruas em 2013, a fim de pressionar o poder público e lutar pela tarifa zero. Logo, milhares de pessoas juntaram-se a esse movimento e começaram também a reivindicar por esse e outros objetivos.

Baseando-nos no conceito de que identidade social se constitui no grau de visibilidade do homem na esfera pública, isto é, na posição que ele ocupa na hierarquia organizada das relações sociais (SIGNORINI, 1998), pretendemos analisar também as identidades sociais que serão atribuídas, por meio das distintas categorizações, aos atores sociais mobilizadores e participantes do movimento passe livre.

¹ Trabalho realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

² Alunas do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL).

Ancoramo-nos na ideia de que as categorias são marcadas por uma “instabilidade constitutiva”, ou seja, elas não são preexistentes, mas elaboradas no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos (MONDADA e DUBOIS, 2003).

Baseamo-nos também nas considerações de que o processo de construção identitária sempre ocorrerá em um contexto marcado por relações de poder, ou seja, sempre estará relacionada com a atribuição de valores. Por isso não podemos definir identidade sem inseri-la em um contexto marcado por relações sociais e de poder. Dessa maneira, ela se constituirá na posição da pessoa, em relação à posição dos demais dentro da sociedade (CASTELLS, 2002).

Fundamentamo-nos ainda na ideia de que as identidades não são algo particular de um grupo ou de um indivíduo. São construções sempre inequivocadamente realizadas como um trabalho simbólico de um grupo com sua cultura. As condições para a construção das identidades estão intimamente vinculadas às condições de existência, à cultura e às relações sociais em que o indivíduo ou o grupo se encontra inserido, ou seja, as construções identitárias são influenciadas pelo contexto, pela interação de indivíduos no curso de eventos comuns (HOFFNAGEL, 2010). Dessa forma, concebe-se a ideia da possibilidade de múltiplas identidades sociais que são construídas sobre diferentes referenciais disponíveis e distintos recortes (PENNA, 1997). A respeito disso ressalta Bauman:

uma identidade coesa, firmemente fixada e solidamente construída seria um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade de escolha. Seria um presságio da incapacidade de destravar a porta quando a nova oportunidade estiver batendo (BAUMAN, 2005, p. 60).

Frente a tantas abordagens e olhares direcionados para os temas de categorização e de construção identitária, procuraremos direcionar o nosso olhar para eles tendo como guia os pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso (ACD). Assumimos esta posição, pois consideramos que o processo de atribuição de identidades é sempre marcado por relações de poder e o campo de estudo da Linguística que se dedica a analisar a força discursiva na “produção, manutenção e mudança das relações sociais de poder” (PEDRO, 1997, p.22) é a ACD.

Para atingir os propósitos de nossa investigação, os materiais utilizados para a delimitação do *corpus* restringem-se ao domínio jornalístico, tendo como foco notícias de divulgação pública *on-line*, no jornal Folha de S. Paulo, sobre o Movimento Passe Livre no Estado de São Paulo. A eleição de tal jornal, em detrimento de outros, deveu-se ao fato de ele ser considerado o jornal de maior tiragem e circulação em todo o país³. As notícias foram coletadas em dois momentos (de 6 a 10 e de 22 a 25 de junho de 2013), pois procuramos verificar se ocorreram mudanças de categorizações dos atores sociais, e com isso, da visibilidade social que esses grupos vieram a ter durante o movimento. Para as análises, detivemo-nos à análise da categorização dos atores sociais, partindo de uma metodologia de caráter essencialmente

³Informação obtida pelo Índice Verificador de Circulação de veículos impressos e digitais (<http://www.ivcbrasil.org.br>).

analítico e interpretativo, recorrendo à abordagem qualitativa e quantitativa dos dados para uma melhor exemplificação.

2. Categorização: algumas noções

O processo da categorização diz respeito à atividade de construir objetos de discurso numa ação linguística, cognitiva e contextual. Desse modo, partimos de uma perspectiva de que a língua não é vista como uma “etiquetagem” do mundo, mas, na concepção de que a língua proporciona uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Para Marcuschi,

a realidade mundana não está segmentada da forma como a concebemos e as coisas não estão no mundo da maneira como as dizemos aos outros. As coisas ditas são coisas discursivamente construídas e a maioria de nossos referentes são “objetos-de-discurso” (MARCUSCHI, 2007, p.89).

Nesse aspecto, os objetos de discurso são construídos discursivamente nas práticas sociais situadas, de maneira dinâmica e dentro de um encadeamento (con)textual. Partimos também da perspectiva de que a referenciação é uma atividade discursiva (MONDADA e DUBOIS, 2003; MARCUSCHI, 1998, 2003; KOCH, 2004), uma vez que as categorias utilizadas para dizer o mundo possui uma dimensão intrínseca ao discurso e a cognição. E é sob essa atividade discursiva que as categorias possuem uma instabilidade constitutiva, isto é, não se caracteriza por “valores de verdade”; elas são ligadas à dimensão constitutivamente intersubjetiva das atividades cognitivas” (MONDADA e DUBOIS, 2003, p. 35). Isso significa dizer que a instabilidade das categorias caracteriza uma multiplicidade de pontos de vista que depende muito mais da maneira como os sujeitos compreendem o mundo, do que de um acordo delimitado pelas coisas do mundo. No entanto, tal instabilidade é estabilizada no discurso e pelo discurso por meio das articulações realizadas no processo de interação individual e social, submetendo-se a um conjunto de operações sociais, cognitivas e necessariamente contextualmente situados.

É importante expor que, para Mondada e Dubois (2003, p. 33), “uma categoria lexical impõe um ponto de vista, um domínio semântico de referência, a concorrer com outras categorias sugeridas, e produzindo sentido a partir do contraste com o precedente”. Assim, entendemos que os discursos materializam-se em categorizações as quais enquadram situações linguísticas socialmente situadas e, ao mesmo tempo, funcionam como poderosas estratégias de manipulação de argumentos, gerando pontos de vista diversos na interpretação do leitor. Conforme as autoras,

as categorias utilizadas para descrever o mundo mudam por sua vez, sincrônica e diacronicamente: quer seja em discursos comuns ou em discursos científicos, elas são múltiplas e inconstantes; são controversas antes de serem fixadas normativa ou historicamente (MONDADA; DUBOIS, 2003, p.22).

Portanto, diante dessas concepções, entendemos que as categorizações são objetos de discurso dinâmicos, os quais possuem uma instabilidade *a priori*. Entretanto, ao serem utilizados em um evento

comunicativo, terão uma estabilidade construída pelo autor do texto e, conseqüentemente, produzirão sentidos diversos. Sendo assim, os objetos de discurso, como postula Koch (2008), ao serem introduzidos, vão sendo modificados, desativados, reativados, recategorizados, de modo a construir-se ou reconstruir-se o sentido no curso da progressão textual.

3. Categorização: mecanismo de atribuição identitária

Van Leeuwen (1997), estudando a representação social, em discursos, de alguns atores sociais, apresenta algumas estratégias a que os locutores recorrem para representar esses atores. Cada uma das estratégias propostas pelo autor está ligada a realizações linguísticas específicas. Afirma o estudioso que tais realizações linguísticas podem indicar alguns posicionamentos valorativos em relação a eles e a suas atividades. Dentre essas estratégias, duas nos chamam a atenção por estarem relacionadas às identidades dos indivíduos e, por isso, merecem aqui algumas considerações. São as de: nomeação e categorização. Diz o autor que nós podemos ser representados em termos de nossa identidade única, a qual ele denomina como sendo uma estratégia de nomeação, ou em termos de identidades e funções que nós partilhamos com outros indivíduos, sendo a estratégia de categorização. Como nosso trabalho se detém aos aspectos relacionados às identidades sociais, vamos nos limitar aos aspectos da categorização.

Considera Van Leeuwen (1997) que a categorização dos atores sociais pode ocorrer de duas maneiras fundamentais, uma relacionada às atividades que os atores realizam, como, por exemplo, às suas funções ou ocupações, denominada, por isso, de funcionalização, e, outra, relacionada não a aquilo que os atores fazem ou desempenham, mas a aquilo que eles são, ou seja, o que os constitui e os diferencia de outros indivíduos, denominada de identificação. Este tipo de representação pode ocorrer também de acordo com alguns aspectos específicos, como: classificação, identificação relacional e identificação física.

Classificação, como o próprio nome já indica, diz respeito à representação dos atores sociais segundo a diferenciação de classes de pessoas, incluindo “idade, sexo, origem, classe social, riqueza, raça, etnicidade, religião, orientação sexual, etc” (VAN LEEUWEN, 1997, p.202). A identificação relacional representa esses atores em termos da relação pessoal, seja de parentesco ou de trabalho que os indivíduos têm entre si, como, mãe, tio, amigo, colega, etc. E a identificação física os representa em termos de características físicas, que os identificam e diferenciam em um determinado contexto como, alto, negro, careca, loiro, etc. (VAN LEEUWEN, 1997).

Para nós, esses tipos de categorizações a que o estudioso se refere servem de orientação para as atribuições identitárias de um indivíduo, é como se existissem vários mecanismos para as construções de identidades de uma pessoa, e um deles fosse exatamente as representações sociais que se fazem desses indivíduos. A maneira como esses atores sociais serão representados (categorizados) nos diversos discursos se constituirá no caminho para as distintas e múltiplas construções identitárias de um ser.

Consideramos, embasadas em Hoffnagel (2010), que as atribuições de identidades sociais são sempre inequivocadamente realizadas como um trabalho simbólico de um grupo com sua cultura. As condições para a construção das identidades estão intimamente vinculadas à cultura e às relações sociais em que o indivíduo ou o grupo se encontra inserido, ou seja, as construções identitárias são influenciadas pelo contexto, pela interação de indivíduos no curso de eventos comuns (HOFFNAGEL, 2010). Dessa forma, concebe-se a ideia da possibilidade de múltiplas identidades sociais que são construídas sobre diferentes referenciais disponíveis e distintos recortes (PENNA, 1997).

4. Olhar da Análise Crítica do Discurso para a mídia

Estudar e refletir sobre atribuição de identidades sociais em vários âmbitos, como por exemplo, a imprensa, constitui-se em um aspecto relevante, pois possibilita que compreendamos que as identidades nunca são fixas, muitas das suas construções são apenas reflexos da ideologia e do poder de uma classe dominante.

Essas considerações nos permitem refletir sobre a importância de se analisar tais identidades atribuídas pela imprensa e, desse modo, divulgadas pela mídia, tomando por base os pressupostos defendidos pela ACD. Esse campo de estudo considera o discurso, não apenas como uma representação da vida social, mas também, como uma maneira de constituí-la. Logo, a forma como nós, indivíduos, posicionamo-nos e somos posicionados no discurso será considerado como um ponto fundamental para a compreensão de quem somos no mundo social.

Alguns trabalhos que têm a Análise Crítica do Discurso como guia teórico para a análise dos discursos da mídia dedicam-se a analisar a produção, os usos e as funções dos discursos midiáticos, como também, a refletir sobre a influência dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas. Isso acontece devido à mídia ser considerada como um meio que tem uma enorme capacidade de atingir um grande número de pessoas e ter ampla influência, força e poder na formação de opinião dos indivíduos.

Embora a mídia apele para a neutralidade, o discurso midiático apresenta e reforça os interesses, predominantemente, dos grupos dominantes. Dessa maneira, os discursos dos grupos dominados são induzidos a conteúdos que mascaram o exercício de dominação, manipulação de poder pelos dominantes (BATISTEL, 2010).

O que acontece é que nem sempre nós, envolvidos pela comunicação midiática, estamos conscientes da influência que ela realiza em nossas mentes e comportamentos. Por isso que os trabalhos dedicados pela Análise Crítica do Discurso à mídia são de grande pertinência, pois eles se preocupam em analisar os discursos nela veiculados e revelar que a mídia se constitui em um lugar que privilegia alguns discursos para serem divulgados e que eles não são neutros e imparciais. Eles revelam as distintas posições de valores que

os indivíduos possuem na esfera social e refletem, por isso, os vários preconceitos existentes em nossa sociedade.

Assegura Van Dijk (2005) que precisamos dedicar uma atenção especial às estruturas e estratégias que esses discursos veiculados na mídia utilizam e aos modos como eles se relacionam com as instituições que divulgam as informações e com a audiência que as recebe. O autor tem a preocupação em mostrar como os discursos da mídia podem influenciar a interpretação dos leitores sobre determinados fatos e quais são os seus efeitos persuasivos para os indivíduos.

O objetivo do estudioso é o de analisar criticamente os discursos e explicar os mecanismos de processamento cognitivo do discurso na mente dos indivíduos. Mostra o autor que esse processamento terá uma enorme influência nas interpretações e compreensões que os leitores terão das informações que são divulgadas na mídia, como também, nas imagens sociais ou identidades que os indivíduos representados nos discursos vão ter para a sociedade.

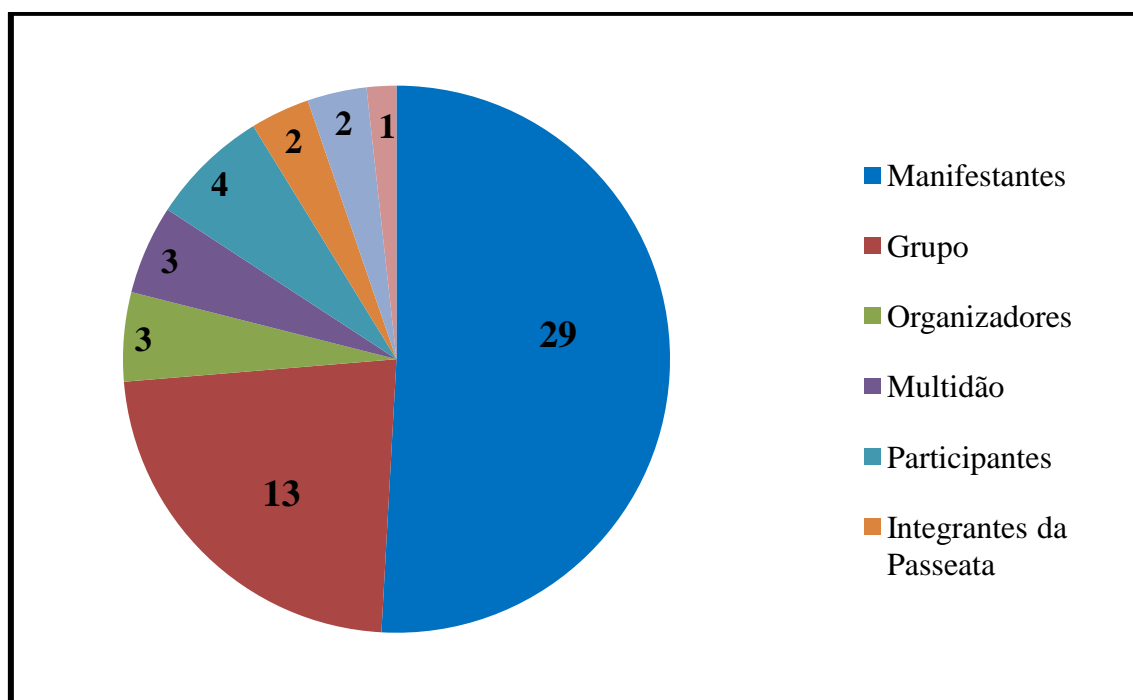
Apropriamo-nos de tais considerações sobre a relação entre mídia e ACD, uma vez que procuramos dedicar a nossa atenção nesse artigo aos discursos divulgados pela pelas notícias *on-line*, ou seja, pela mídia. Acreditamos que, independente de já existirem tantas discussões acerca dos discursos veiculados por notícias, é relevante que novas pesquisas, com base na perspectiva da Análise Crítica do Discurso, continuem sendo desenvolvidas sobre tais discursos. Dessa maneira se enfatizará que os indivíduos não devem ser passivos a todos os discursos que a notícia divulga e a todos os objetos de discurso estabilizados pela mídia, pois se compreenderá que ela sempre tem vários outros objetivos, além do de simplesmente divulgar informações.

5. Atores sociais do Movimento Passe Livre: como são categorizados pela mídia?

Antes de nos determos às análises mais detalhadas dos textos noticiosos que compunham o nosso *corpus*, a fim de investigarmos as distintas identidades que eram atribuídas aos participantes do Movimento Passe Livre, realizamos um levantamento das categorizações que o jornal decidiu eleger para se referir a esses atores sociais.

Vejamos o gráfico abaixo que apresentamos para ilustrarmos um panorama geral dessas categorizações.

Figura 1. Categorização dos atores sociais



Dados coletados do jornal Folha de S. Paulo. Elaboração nossa.

No que se refere à ocorrência quantitativa das categorizações dadas aos atores sociais em dezoito notícias de publicação *on line* do jornal Folha de S. Paulo, foram encontrados: **29** vezes a categorização manifestantes, sendo assim, a categorização mais recorrente; **13** vezes a categorização grupo; **3** vezes a categorização organizadores; **3** vezes a categorização multidão; **4** vezes a categorização participantes; **2** vezes a categorização integrantes da passeata, **2** vezes a categorização pessoas e apenas **1** (uma) vez a categorização povo.

Como podemos observar, a **maior** opção de escolha para categorizar os atores sociais foi a palavra **manifestantes**. Vale salientar que, no decorrer das análises, houve uma suavização nas categorizações, uma vez que o Movimento Passe Livre vai adquirindo mais credibilidade na sociedade e a mídia foi construindo outros objetos de discursos menos persuasivos negativamente.

Não nos detemos na análise das notícias apenas à categoria nominal dos participantes do movimento, como mostramos acima no gráfico, mas também, a como tais atores são construídos no discurso como um todo, de maneira a proporcionar suas atribuições identitárias. Para melhor evidenciar essa discussão, vejamos dois exemplos⁴:

Exemplo 1:

⁴Mesmo analisando um *corpus* de dezoito notícias, limitamo-nos, por restrições de espaço, a apresentar neste artigo apenas a análise de dois textos. Entretanto as considerações levantadas referem-se ao *corpus* como um todo.

Protesto contra aumento do ônibus termina em confronto no centro de SP

Manifestantes⁵entraram em confronto com a Polícia Militar na noite desta quinta-feira durante um ato na região central de São Paulo, contra o aumento das tarifas de ônibus, metrô e trem na capital paulista. A Avenida Paulista, uma das mais importantes da cidade, foi fechada e liberada apenas por volta das 20h40.

Os manifestantes se concentraram na praça Ramos, por volta das 18h, e seguiram em passeata, passando pelas avenidas 23 de Maio e Nove de Julho, que chegaram a ser fechadas. Após deixar a Paulista, **o grupo** também passou pela Brigadeiro Luís Antônio, onde foram dispersados por grupos de policiais de moto, armados com espingardas e munição não letal. Não houve, porém, confronto no local.

Segundo a Polícia Militar, **os manifestantes**atearam fogo em caixas de madeira em três pontos da 23 de Maio, quebraram placas de sinalização, invadiram o terminal Bandeira e picharam ônibus. Houve ainda atos de vandalismo contra ao menos uma banca de jornal na avenida Paulista. Parte das bancas foram destruídas e revistas e jornais foram espalhados pela calçada. [...]

Com isso, a PM afirma ter usado gás lacrimogênio e tiros de bala de borracha para reprimir o protesto, o que provocou correria. Até as 20h20, o Batalhão de Choque da PM estava no local. Não havia, porém, registros de pessoas feridas ou presas.

Organizadores disseram que parte dos manifestantes pichou alguns estabelecimentos e ruas durante o protesto, mas argumentou que não era possível controlar toda a multidão. Segundo eles, cerca de 6.000 participaram do protesto. Já a PM aponta que eram cerca de 2.000 **manifestantes**.

Eles usavam baterias, tambores e faixas contra o prefeito Fernando Haddad (PT). As passagens dos ônibus, metrô e dos trens da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), que eram R\$ 3, foram reajustadas para R\$ 3,20 no último domingo (2).

Texto publicado em 06/06/13. 19h32. Atualizado às 21h01.

Nessa notícia, vemos que as categorizações atribuídas aos atores sociais são sempre seguidas de ações violentas, demonstrando o modo como a mídia (re)significa as ações do Movimento Passe Livre, como podemos observar nos trechos sublinhados, como por exemplo: “**manifestantes entraram em confronto com a Polícia Militar**”. Ao analisarmos essa estrutura linguística e as outras sublinhadas no exemplo acima, constatamos que o autor utiliza verbos e complementos que melhor se adaptam ao seu projeto de descrever, ou melhor, de interpretar os acontecimentos socialmente situados.

⁵ Grifos nossos.

Por conseguinte, os itens lexicais, como: **“atearam fogo”, “quebraram placas de sinalização”, “invadiram o terminal”, “picharam ônibus”, “houve ainda atos de vandalismo”, “foram destruídas e revistas e jornais foram espalhados pela calçada”**, funcionam como uma poderosa estratégia textual-discursiva de construção de sentidos que guia o leitor para o entendimento da notícia. Nesse caso, as ações são marcas e pistas verbais que (re)categorizam e (re)significam a direção argumentativa que o jornal quer dar aos fatos, bem como, são âncoras textuais e cognitivas que conduzem os atores sociais aos seus respectivos atos e ações.

Exemplo 2:

Protesto contra PEC 37 bloqueia pista da avenida Paulista⁶

Cerca de **50 pessoas⁷** estão bloqueando uma das pistas da avenida Paulista, no sentido Paraíso, em São Paulo no início da noite desta terça-feira (25) em protesto contra a PEC 37[...].

Por volta das 18h30, já com quórum de 50 **manifestantes**, um megafone foi usado para sugerir que **o grupo**, até então na calçada da praça, ocupasse uma das faixas da Paulista.

O dono do megafone disse que não era necessário avisar a Polícia Militar para fazer o bloqueio.

Depois que **os manifestantes** percorreram uma quadra atravessando na frente de carros e ônibus, duas viaturas e dez motos da PM passaram a acompanhar o trajeto.

O grupo grita palavras de ordem contra o governo, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e o deputado Marco Feliciano (PSC-SP) e palavrões à presidente Dilma Rousseff. Dois protestos fechavam pistas das rodovias Presidente Dutra, no interior de São Paulo, e Fernão Dias, na região de Minas, por volta das 19h10 de hoje. Na via Dutra, o bloqueio estava no km 152, na pista expressa, na altura de São José dos Campos (a 97 km de São Paulo). Com isso, o tráfego estava sendo desviado para a pista local, que tinha 2 km de congestionamento. Na Fernão Dias, a interdição estava no km 502, nos dois sentidos, na região de Betim (MG). Com isso, havia 18 km de filas no sentido Belo Horizonte, e mais 18 km no sentido São Paulo. Ontem, várias rodovias já tinham sido bloqueadas por manifestações. Ocorreram interdições na Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes, além de rodovias de Minas, Goiás, Tocantins, Rio Grande do Sul e Maranhão.

Texto publicado em 25/06/13. Atualizado às 19h19.

Nesse exemplo, as categorizações atribuídas aos atores são menos persuasivas negativamente, como por exemplo, a categorização **“50 pessoas”**, e as ações são construídas de maneira mais branda, no que se refere à ênfase de violência dos atos realizados pelos atores do movimento. Quando a notícia diz: “[...]”

⁶Por restrições de espaço também não apresentamos essa notícia na íntegra.

⁷Grifos nossos.

um megafone foi usado para sugerir que o grupo, até então na calçada da praça, ocupasse uma das faixas da Paulista [...]”, vemos explicitamente a organização harmoniosa da estrutura linguística e a utilização de verbos como: **sugerir, ocupar**. É ainda nesse caso que podemos constatar como os discursos contidos na mídia podem manter ou mudar as categorizações e o foco argumentativo, uma vez que o jornal direciona as opiniões públicas, as interpretações do leitor e, conseqüentemente, constrói representações identitárias dos atores sociais envolvidos no Movimento Passe Livre em São Paulo.

6. Considerações finais

Como resultado das análises, pudemos constatar que, mesmo havendo, no decorrer das publicações dos textos noticiosos, uma mudança na categorização atribuída aos atores sociais responsáveis pelo movimento, as categorias nominadas pelo discurso das notícias possibilitaram uma maior visibilidade social de imagens negativas desses grupos sociais.

É importante destacarmos que, mesmo nossas análises indicando quais foram as categorizações sociais atribuídas aos atores responsáveis pelo Movimento Passe Livre, e procurando mostrar as possíveis construções identitárias que tais categorizações possibilitavam aos atores sociais, não consideramos que as identidades sejam pontuais. Ou seja, que cada categorização vai proporcionar uma atribuição identitária única àquele grupo. Consideramos, sim, que as identidades sociais são processuais. Ou seja, todos os objetos de discursos presentes em uma notícia vão servir de orientação para que os atores sociais envolvidos no relato noticioso sejam vistos como grupos que apresentam imagens sociais positivas ou negativas.

Com este estudo, chegamos à confirmação de que é necessário ter muito cuidado com as (re)categorizações e (re)significações dadas pela mídia aos atores sociais, visto que existe uma ação discursiva de posicionamentos valorativos, em maior ou menor grau, nas categorizações. Ressaltamos, ainda, o indicativo de que mais estudos devem ser realizados para investigar as categorizações dos atores sociais no Movimento Passe Livre, pois, como lembra Mondada (2007), a maneira como dizemos aos outros as coisas do mundo é decorrência de nossa atuação linguística sobre o mundo.

Embasados na Análise Crítica do Discurso, pudemos perceber que os jornalistas categorizavam seus objetos de discurso e persuadiam o leitor a acreditar no ponto de vista do jornal. Sendo assim, este estudo, convoca o leitor a fazer leituras mais atentas e críticas do gênero notícia, uma vez que a mídia exerce um papel muito importante na formação de opiniões públicas e na construção de identidades sociais.

Referências bibliográficas

BATISTEL, Silmara S. 2010. **Lula-lá e o PT em circulação nas charges de Angeli, um estudo em Análise Crítica do Discurso**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Oeste do Paraná. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/pos/media/File/letras/silmara.pdf>> Acesso em: 05 de julho de 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005..

CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FALCONE, Karina Azevedo. **O acesso dos excluídos ao espaço discursivo do jornal**. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, 2005.

_____. **(Des)legitimação**: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social. Recife, 2008. 276 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Pernambuco.

HOFFNAGEL, Judith Chambliss. **Temas em antropologia linguística**. Recife: Bagaço, 2010.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Como se constroem e reconstroem os objetos de discurso. **Investigações**, v. 21, n. 2, p. 99-114. 2008.

_____. **Introdução à Linguística Textual: Trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Cognição, linguagens e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. Processos de referenciação na produção discursiva. **D.E.L.T.A** ., vol.14, no. especial, p.169-190, 1998.

_____. Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção do sentido. In: MARCUSCHI, L. A. **Cognição, Linguagem e Práticas Interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BIASI-RODRIGUES, Bernadete; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p.17- 52.

PEDRO, Emilia Ribeiro. O Discurso dos e nos *Media*. In: PEDRO, Emilia Ribeiro (Org). **Análise Crítica do Discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997, p. 293-312.

PENNA, Maura Lúcia Fernandes. **Identidade social, linguagem e discurso**. Recife, 1997. 253 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Pernambuco.

SIGNORINI, Ines. (Des)construindo bordas e fronteiras: letramento e identidade social. In: SIGNORINI, Ines. (Org). **Língua(gem) e Identidade**. São Paulo: Mercado de Letras, 1998, p. 139-171.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso, notícia e ideologia**. Porto: Campo das Letras, 2005.

VAN LEEUVEN, Theo. A Representação dos atores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro (Org.). **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997, p.169-222.

Abstract: *This study aims to analyze how social actors responsible for the Free Pass Movement in Brazil are categorized by news discourse. It also aims to examine the social identities attributed to the social actors members of this movement, through different categorizations. This article is based on the idea that categories are marked by a "constitutive instability", in other words, they are not preexisting, but developed in the course of its activities, emerging within contexts (MONDADA and DUBOIS, 2003). The materials used for the delimitation of the research corpus were restricted to the journalistic domain, focusing on public online news, from the Folha de S. Paulo newspaper, about the Free Pass Movement in São Paulo. For the analysis, we utilize a methodology that is essentially analytical and interpretative based on a qualitative approach, focused on examining the categorizations of the social actors. As a result of the analysis, we realized that, although throughout the different newspieces, there was a change in the categorization assigned to the social actors responsible for movement, the journalistic domain provides a greater social visibility of negative images of those social groups.*

Keywords: *Critical Discourse Analysis; Categorization; Social identity; Free Pass Movement, News.*

O discurso apocalíptico da obra *Vivendo no fim dos tempos* de Slavoj Žižek

Lucas Frederico Andrade de PAULA (UPF)¹
lucaskafka@gmail.com

Resumo: Este artigo faz parte de dissertação de mestrado que examina o funcionamento da repetição e das relações de contradição no enunciado *fim dos tempos*, focalizando os desdobramentos de memória, as designações e determinações e as noções estudadas na Análise de Discurso (AD) de tradição pecheutiana. Trata-se, especificamente, de uma análise de alguns recortes da obra *Vivendo no fim dos tempos*, do filósofo esloveno Slavoj Žižek, a fim de explorar sua espessura semântica. Consoante ao aporte teórico de Michel Pêcheux (1975), a pesquisa abarca a questão apocalíptica de que o enunciado é constituído, cujos gestos de leitura possibilitam a análise da posição-sujeito diante de temas como política, história, sistema. No trabalho de descrição e interpretação dos processos discursivos, isto é, no trabalho de leitura, leva-se em conta a desconstrução da estabilidade dos sentidos esperada pelo sujeito-autor, desconstrução esta em relação aos desafios metodológicos para as práticas de leitura numa dimensão histórico-social em que ocorrem os saberes próprios aos lugares sociais em que o sujeito-leitor está inscrito. Referir-se à espessura semântica de um enunciado significa partir de uma perspectiva materialista da língua, ou seja, levar em conta as condições de produção no âmbito linguístico.

Palavras-chave: enunciado; espessura semântica; contradição; apocalíptico; fim.

1. Introdução

O presente artigo - resultado da dissertação de mestrado *O discurso apocalíptico de fim dos tempos: análise da espessura semântica e das relações de contradição nos desdobramentos de memória* - pretende recortar alguns fragmentos da obra *Vivendo no fim dos tempos*², do filósofo esloveno Slavoj Žižek, com o intuito de explorar seu apocalitismo discursivo, decorrente das especulações filosóficas frente às crises contemporâneas, de sua criticidade instaurada no desenvolvimento argumentativo das diversas questões que compõem a obra. Com amarras de uma expressão em comum, o autor combina uma semântica apocalíptica subjacente aos preceitos da contingência histórico-contemporânea, a fim de designar em seu universo simbólico um título concernente à problemática das condições de produção do sistema, sobretudo em suas formas catastróficas de leitura da realidade em contraponto com certo pragmatismo diante de crises distintas, oriundas da constelação crítica de um repertório materialista, inscrito no âmbito simbólico, político, social.

A representação apocalíptica de fim faz parte de nossos saberes alegóricos e se materializa na língua constantemente. Cria, no imaginário, uma ruptura entre a regularidade categórica do cosmos e simboliza nosso historicismo mítico incrustado em sua expressividade. O envolvimento com o enunciado³ *fim dos*

¹ Mestre em Letras pela Universidade de Passo Fundo (UPF); Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pelo Centro Universitário de Maringá (Cesumar); *lucaskafka@gmail.com*.

² Na versão original, *Living in the end times*

³ “Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (PÊCHEUX, p.53, 2012).

tempos apresenta uma porta de saída do espaço em que estamos inseridos como sujeitos. Esse lugar simbólico tem sua semântica marcada pelo atravessamento de diversas perspectivas sobre a concepção de finitude. Materializa-se pela língua e, por meio dela, dissolve-se em sua substância.

O real intocável nos desafia a trabalhar com a língua sempre a partir de representações. É nesse universo em constante expansão que nos relacionamos com a estrutura da língua e significamos na decorrência de vozes ditas em outro lugar. Um tópico importante refere-se a práticas sociais e a construções imaginárias: interessa especificamente a relação língua e história, estudo que privilegia o acontecimento, definido como “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2012, p. 17).

Mesmo com a concepção geral de finitude que permeia as relações entre nós, seres harmonicamente constituídos de um acidente natural, expostos a uma espécie de guerra cósmica mediada pela entropia, temos em comum um ciclo enraizado em nossa estrutura simbólica. Trata-se da referência ao fim como um prognóstico preciso de nossa existência. Não só num plano individual, tal alusão ao *fim dos tempos* carrega uma memória constituída em sua historicidade.

Essa ordem configurada por um empirismo substancial denota uma indissociabilidade do sujeito e da língua em referência ao fim. O entremeio que retrata o espaço e o tempo como substâncias organizacionais das relações entre sujeitos, significados pela língua, transporta suas marcas para além dessa estrutura, num processo de concreção discursiva.

Na medida em que se avança no território das ciências humanas, nos espaços de discussão epistemológica, deparamo-nos com noções históricas constituídas pelo silenciamento de vozes que, uma vez criadas pelo esboço da parcialidade, ecoam no clamor da oposição. Somos capazes de enunciar o fim de um ciclo, ou o *fim dos tempos*, rumo à imersão catártica do sentido num universo alegórico, idealizado e configurado como o alto da hierarquia da ordem, das leis, de sua movimentação arbitrária. Além dessa estrutura simbólica, retratada constantemente por diversos ramos da ciência, e de sua observação culminada em regularidade como ruptura do misticismo do mundo antigo, para assim, nascer a astronomia, uma ideia apocalíptica se faz presente no imaginário coletivo contemporâneo. Transfere-se de seu arcabouço mítico para ocupar outros lugares no corpo social.

É, pois, com base em trabalhos de interpretação, que nos perguntamos: “como percorrer esse percurso na leitura do enunciado *fim dos tempos* sem considerar a contradição?”. Partindo do pressuposto de que a contradição é constitutiva do sujeito e da própria história, é nela que fixamos um ponto norteador fundamental em relação ao objeto de nosso interesse, que é explicitar o que diferencia o discurso atual dos já existentes no livro *Vivendo no fim dos tempos*. Contudo, produzir um conhecimento “novo” sobre o enunciado implica um olhar sobre o que já está posto, num plano inteligível, histórico, cultural, que legitima e atualiza esse “velho” apocalipse quando em choque com o mundo contemporâneo. Além disso, não se trata de uma leitura hermenêutica que identifica o enunciado na sintaxe e atravessa o texto em

busca de sentido, mas na convergência de saberes apocalípticos correlacionados numa espécie de *modus operandi* do *fim dos tempos* em sustentação dos fragmentos recortados para a análise discursiva. Esse registro que o autor⁴ postula ao publicar um material de tal natureza tem uma esclarecida representatividade no cenário social, no imaginário coletivo, povoado de significações a partir do mesmo universo discursivo.

Devido ao espaço coercitivo deste artigo, pretendemos demonstrar apenas algumas análises⁵ provenientes de dissertação de mestrado, expondo a temática apocalíptica que amarra a obra discursivamente, por meio de alguns dispositivos teóricos da AD. Isto é, nosso exercício de teorização, postulado pelo estudo de Pêcheux (1975) e pelas teses althusserianas, apontam um percurso de interpretação do *corpus*, localizado no enlace entre o discurso apocalíptico e o mundo contemporâneo.

A próxima seção deste artigo apresenta os procedimentos metodológicos. Em seguida, algumas análises expõem nosso ponto de vista discursivo sobre fragmentos da obra, organizados em sequências discursivas. Por fim, as considerações revelam resultados em efeito.

2. Sobre o campo da AD

Ao trabalharmos com uma disciplina de entremeio - a Análise de Discurso -, enfrentamos alguns desafios relacionados ao diálogo entre áreas distintas que, ao mesmo tempo, complementam-se num processo de interpretação do objeto discursivo. A partir da língua, temos estrutura e contradição interligadas no jogo linguístico, espaço de articulação, de ruptura das amarras formais, que insurge nos intervalos do sistema. Para compreendermos como funciona a relação do velho e do novo sob o olhar da Análise de Discurso, é necessário fazer intervir a noção de interdiscurso proposta por essa teoria. O interdiscurso possibilita constante atualização do já-dito, no qual emergem significados constituídos num outro lugar, independente da vontade do sujeito. Atravessa as formações discursivas e os saberes que constituem o que o autor chama de desigualdade-contradição-subordinação.

[...] propomos chamar de interdiscurso a esse “todo complexo dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 2009, p. 149)

O interdiscurso é apresentado por Pêcheux (1975/2009) como o lugar onde se situam os enunciados (velho) que o sujeito busca para fazer parte de seu discurso (novo). O autor remete ao atravessamento da

⁴De acordo com Orlandi (2005), a questão da autoria trata-se de uma função do sujeito. “A função-autor, que é uma função discursiva do sujeito, estabelece-se ao lado de outras funções, estas enunciativas, que são o locutor e o enunciador, tal como as define O. Ducrot (1984): o locutor é aquele que se representa como ‘eu’ no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse ‘eu’ constrói” (ORLANDI, 2005, p. 74).

⁵ Análises oriundas da dissertação de mestrado *O discurso apocalíptico de fim dos tempos: análise da espessura semântica e das relações de contradição nos desdobramentos de memória* – na qual foram analisadas cinco sequências discursivas de referência (SDR) e outras 17 sequências discursivas (SD). Para o presente artigo, designamos seis fragmentos por SDs, devido ao espaço reduzido.

língua pelo interdiscurso e pela ideologia num percurso de compreensão do objeto discurso por meio da consideração de outros dizeres, de outros lugares, que compõem o emaranhado da língua. Além disso, o efeito de objetividade se dá pelas formações discursivas, estabelecidas pelo complexo da ideologia.

O próprio de toda a formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (ça parle) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 2009, p. 149, grifo do autor)

Essa dissimulação da formação discursiva cria pontos de identificação por meio de tal efeito de transparência, onde o atravessamento da ideologia tanto produz efeitos de naturalização dos sentidos quanto interpela os sujeitos e se materializa pelas práticas sociais.

Orlandi (2010) trabalha com a questão do interdiscurso⁶ a partir de sua relação com a memória discursiva, que se desenvolve pelo eixo vertical de articulação na língua, para assim desaguar na materialidade do dizer. Para a autora, a definição da natureza da memória discursiva está no fato de que “quando enunciamos, há essa estratificação de formulações já feitas que presidem nossa formulação e formam o eixo de constituição de nosso dizer” (2010, p. 18). Ou seja, os dizeres e os sentidos têm uma história. Essa concepção da AD justifica o estudo do discurso por meio dessas considerações, que elegem o interdiscurso como articulador da língua. Lugar de contradição e esquecimento, o interdiscurso se apresenta pela memória discursiva, que desloca o formalismo lexical de seu eixo de enunciação, para fazer emergir a concepção da historização dos sentidos e de sua memória incrustada nas expressões de língua. A analista do discurso chama a atenção para os sentidos, sobre os quais não temos controle, e para o esquecimento que acompanha os dizeres “já ditos”.

Isso é mais um elemento que mostra que não temos controle de como os sentidos se formam em nós, sujeitos. Assim, todo dizer se acompanha de um dizer já dito e esquecido que o constitui em sua memória. A esse conjunto de enunciações já ditas e esquecidas e que são irrepresentáveis é que damos o nome de interdiscurso. (ORLANDI, 2010, p. 22)

A partir do interdiscurso, podemos estabelecer relações de compreensão com o movimento de significações no interior do funcionamento dos pré-construídos, dos dizeres historicamente formados e atualizados no plano imaginário, constituindo o universo simbólico, suscetível às formulações da língua, aos saberes flutuantes, à memória discursiva em seu estatuto de articulação dos enunciados e enunciações.

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos,

⁶ Gostaríamos de registrar que, seguindo estudos de Pêcheux e Courtine, interdiscurso e memória discursiva são noções distintas, embora ambas deem espessura à historicidade dos sentidos. Vale dizer, a memória discursiva está relacionada com os saberes que sustentam a FD, já que é possibilidade da constituição dos sentidos no discurso e visa organizá-los no interior da FD para que o sujeito possa enunciar acreditando em si a origem dos sentidos e esquecendo-se de que o que ele diz é um já-dito em outras condições sócio-históricas.

elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÉCHEUX, 2010a, p. 52)

Além do interdiscurso e da memória discursiva, o modo como se configura a teorização da Análise do Discurso em relação à língua passa pela concepção do modelo althusseriano de ideologia. Ou seja, a delimitação epistemológica da AD consiste na proposição de uma perspectiva materialista da linguagem, que, a nosso ver, relaciona-se à rediscussão da noção de ideologia marxista, sobretudo no que diz respeito à questão da “interpelação” ou do “assujeitamento” do sujeito como sujeito ideológico. A disciplina de interpretação pressupõe uma semântica que percorre a história e filosofia, incidindo, na filiação do materialismo, sua ótica de criticidade, seu caráter social.

Fazer o balanço em relação à filosofia marxista-leninista quer dizer muito simplesmente o seguinte: compreender claramente, e da maneira mais aprofundada possível, qual é essa filosofia, como atua e como deve ser utilizada para servir, segundo a fórmula de Marx, não para “interpretar o mundo”, mas para “transformá-lo”. (ALTHUSSER, 1999, p. 26)

Essa transformação⁷ de que Althusser se refere pertence à máxima marxista, que rompe com o idealismo filosófico para eleger em seu lugar o materialismo histórico como base de compreensão e alteração da realidade.

A tese althusseriana de ideologia concebe sua existência material: ideologia existe sempre em um aparelho e em suas práticas, os indivíduos conduzem sua atitude pelo que é regulado no Aparelho Ideológico do Estado no qual está inserido o sujeito. Com Althusser, nós temos a interpretação de que “toda prática existe por meio de e sob uma ideologia; toda ideologia existe pelo sujeito e para o sujeito” (1999, p. 209).

Ainda de acordo com Althusser, a ideologia não tem história, é eterna e presente. Destaca o filósofo: “segundo a concepção *freudiana*, que nossa proposição – *a ideologia não tem história* – pode e deve [...] ser colocada em relação direta com a proposição de Freud segundo a qual o *inconsciente é eterno*, isto é, não tem história” (1999, p. 198, grifo do autor). Essa comparação inscreve uma amarra crucial no âmbito teórico da AD, já que nos interessa a relação da língua com a ideologia e as consequências desse atravessamento num sujeito dotado de inconsciente. Há que se ressaltar, neste ponto, a imutabilidade advinda da tese althusseriana, a qual indica um percurso de interpretação que incita o funcionamento do inconsciente na constituição do complexo da ideologia.

Se eterno significa, não transcendente a qualquer história (temporal), mas onipresente, portanto, imutável sob sua forma em toda a extensão da história, irei ao ponto de retomar, palavra por palavra, a expressão de Freud e escreverei: a ideologia é eterna, do mesmo modo que o inconsciente. (ALTHUSSER, 1999, p. 198)

⁷ “[...] a contradição é base do materialismo dialético, que, aliado ao materialismo histórico, orienta o trabalho de interpretação, tanto no sentido de permitir o debate, a polemização sobre as questões da luta de classe, quanto no sentido de fornecer base para a análise das condições de produção/reprodução/transformação no desenvolvimento das classes e de sua ação como força histórica e política, visto que é preciso transformar, não simplesmente reproduzir.” (SCHONS, 2006, p. 91)

Para avançarmos na tese althusseriana, é preciso marcar, na concepção ideológica de seu estudo, o pensamento sobre a história e sua constituição social de forma inerente à compreensão da realidade enquanto objeto do materialismo histórico, e de sua representação pelo imaginário. Isso significa que Althusser (1999) interroga a ideologia marxista para além de sua dimensão e insere sua materialidade no campo das práticas do sujeito, na preocupação com as condições de produção (e reprodução), e nas formações ideológicas por meio dos aparelhos ideológicos de Estado.

Para utilizar uma linguagem marxista, se é verdade que a representação das condições de existência reais dos indivíduos que ocupam postos de agentes da produção, da exploração, da repressão, da ideologização e da prática científica, depende em última instância das relações de produção e das relações delas derivadas, nós diremos o seguinte: em sua deformação necessariamente imaginária, toda ideologia representa não as relações de produção existentes (e as outras relações que delas derivam), mas antes de tudo a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas derivam. (ALTHUSSER, 1999, p. 205)

Esse ponto é nodal para a compreensão da memória discursiva e de seu conceito configurado como interdiscurso na relação do sujeito com a língua e sua representação do real. No enlace entre ideologia e inconsciente, Althusser (1999) perscruta tal associação no âmbito do materialismo histórico, clareando, assim, a concepção de realidade em oposição à sua deformação imaginária e concentrando sua tese na existência material da ideologia.

Referindo-nos aos aparelhos ideológicos de Estado e às suas práticas, dissemos que cada um era a realização de uma ideologia (sendo que a unidade dessas diferentes ideologias – religiosa, moral, jurídica, política, estética, etc. – é garantida por sua subsunção à ideologia de Estado). Retomamos esta tese: uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Essa existência é material. (ALTHUSSER, 1999, p. 206)

O estudo de Althusser (1999) indica um novo caminho de interpretação à questão ideológica junto à sua materialidade e à sua interpelação. Em aparelhos ideológicos de Estado, o autor amarra as relações da superestrutura com a infraestrutura num movimento de análise materialista, interrogando o papel dos aparelhos na reprodução das condições de produção (do sistema) e na questão dominante que direciona o modo como a superestrutura irá conduzir essas condições.

Em todo esse esquema, constatamos, portanto, que a representação ideológica da ideologia é, em si mesma, obrigada a reconhecer que todo sujeito, dotado de uma consciência e acreditando nas ideias que sua consciência lhe inspira ou aceita livremente, deve “agir segundo suas ideias”, portanto, deve inscrever nos atos de sua prática material suas próprias ideias de sujeito livre. (ALTHUSSER, 1999, p. 207, grifo do autor)

Esse “agir”, de que trata Althusser, aborda a especulação da ideologia em seu funcionamento pelas práticas sociais. Ou seja, sua consciência, suas ideias que determinam o agente enquanto ser livre sofrem um processo ideológico de identificação. Além disso, esse processo é histórico, uma vez que todo indivíduo é social, torna-se sujeito pelo assujeitamento à língua e existe numa determinada conjuntura histórica.

Ao relacionar linguística, psicanálise e materialismo histórico, Pêcheux (1975) delimita as questões centrais da teoria: uma delas é a relação língua/discurso. A crítica do autor desponha para a linguística que

considera o sujeito autônomo em suas palavras, que não compreende o social/histórico enraizado na língua, justamente pela própria oposição ocupada pela AD em relação às teorias ideologicamente constituídas pelo universo acadêmico formalista.

Como devemos então, conceber a intervenção da filosofia materialista no domínio da ciência Linguística? Tentaremos mostrar que, longe de fornecer resultados, essa intervenção consiste, sobretudo, em abrir campos de questões, em dar trabalho à Linguística em seu próprio domínio e sobre seus próprios “objetos”, por meio de sua relação com objetos de um outro domínio científico: a ciência das formações sociais. (PÊCHEUX, 2009, p. 80, grifo do autor)

Nesse sentido, a distinção epistemológica em que Pêcheux (1975) remete ao princípio de que a língua é produzida em dadas condições de produção e de que os sentidos “de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, ‘não existem em si mesmo’ [...], mas, ao contrário são determinados pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico” (2009, p. 146). Essa perspectiva de base materialista proposta pelo autor incide sobre o modo de conceber a língua. Esclarece-se, desse modo, que é o discurso que realiza a ligação da ideologia com a língua, ou seja, a chamada “semântica discursiva”, proposta por Pêcheux, analisa os processos de uma formação discursiva, levando em conta as condições nas quais o discurso é produzido.

3. Análise do *corpus*

Antes de passarmos para a análise, algumas considerações sobre a primeira sequência discursiva (SD)⁸ permitem esclarecer alguns pontos.

A SD seguinte foi extraída do início da obra *Vivendo no fim dos tempos*, parte esta denominada como *A perversidade espiritual do céu*, considerando que as sequências discursivas representam as análises tomadas da formação discursiva de referência – que é a formação discursiva socialista (FDS), na qual se inscreve o discurso de Žižek a partir dos recortes de sua obra.

SD1: “A premissa subjacente deste livro é simples: o sistema capitalista global aproxima-se de um ponto zero apocalíptico. Seus ‘quatro cavaleiros do Apocalipse’ são a crise ecológica, as consequências da revolução biogenética, os desequilíbrios do próprio sistema (problemas de propriedade intelectual, a luta vindoura por matéria-prima, comida e água) e o crescimento explosivo das divisões e exclusões sociais.” (Žižek, 2012, p. 11-12)

A referência de Žižek sobre a questão geral do livro, em que a crise do capitalismo é estabelecida e configurada pela criticidade em relação ao sistema econômico vigente, é um sentimento de muitos ativistas sociais. O gesto de leitura nos leva diretamente à temática do capitalismo global e de seus espaços de ruptura. Se a crítica de Žižek se sustenta pelo apocaliptismo de sua visão sobre o sistema, o argumento

⁸Consideramos que as sequências discursivas selecionadas são representativas no processo de observação do modo como o enunciado ganha espessura semântica.

representado pelos “quatro cavaleiros do Apocalipse” toma como transferência de sentidos o rumo do sistema como catástrofe. Essa relação marcada com “premissa subjacente” nos convoca como leitores desse desastre, seguido de “ponto zero apocalíptico”. Contraditoriamente, o “ponto zero” pode representar um novo princípio, visto que estabelece uma relação de causa (capitalismo) e consequência (crise, desequilíbrios, carestia de suprimentos e contínua divisão social). Dizemos, então, que o “ponto zero”, do qual fala Žižek, está relacionado ao rearranjo na infraestrutura, desarranjo desta que não cessará de repetir e de retornar ao princípio selvagem de civilização. Cabe destacarmos que, enquanto sujeito da enunciação inscrito na FDS, observa que a mudança das práticas do homem contemporâneo não ocorreu e continua se constituindo em um processo devastador, juntamente em suas relações com as estruturas. Se, no passado, predominavam a peste, a guerra, a fome e a morte, hoje estes se assentam sobre o modo como o homem contemporâneo se relaciona com a natureza, com a ciência, com o sistema e a distribuição de renda. E, nessa engrenagem, um acaba derrotando outro.

Desse modo, elaboramos um quadro que exemplifica a divisão da SD1 por meio da tese althusseriana, juntamente com as considerações pecheutianas de contradição, com intuito de representar de que forma podemos ler e interpretar a premissa do livro, além de configurar a base do materialismo histórico em contraponto com o sistema econômico dominante. Nesse exercício de compreensão, que subjaz a filiação da AD com o materialismo histórico, é possível discernir quais os espaços ocupados pela perspectiva de crise, tanto no âmbito da base material, quanto das relações de reprodução das condições de produção.

Nessa divisão, posicionamos algumas questões que norteiam a obra de Žižek a partir de um esquema feito com as considerações althusserianas, para obtermos um prisma da reprodução dos *quatro cavaleiros do apocalipse* no movimento de interpretação de suas relações, e da necessidade de representar tal problemática rumo à concreção crítica do sistema por meio das materialidades que o compõem, das estruturas que significam.

Quadro-síntese 1. Os quatro cavaleiros do apocalipse⁹ e as relações de produção

Base material	Modo de produção dominante	Reprodução das relações de produção
1. Recursos naturais	→ ... exploração e destruição	→ ... crise ecológica
2. Conhecimento	→ ... pesquisas como meio	→ ... abusos, atentados contra a própria e outras espécies
3. Estrutura social	→ ... hegemonia de alguns países, sobredeterminação do capital em detrimento do social	→ ... desequilíbrios do próprio sistema (problemas de propriedade intelectual, a luta vindoura por matéria-prima, comida e água)
4. Distribuição do capital	→ ... concentração de poder econômico e político nas mãos de uma minoria	→ ... crescimento explosivo das divisões e exclusões sociais

Fonte: elaborado pelo autor.

Para melhor configurar a disposição dessa divisão, é preciso que as teses althusserianas sejam expostas no movimento de análise/interpretação, contudo, o comentário de Žižek no livro *Mapa da Ideologia*, organizado por ele, encontra tal argumentação sob um plano apocalíptico de uma obscura constatação. “Parece mais fácil imaginar o ‘fim do mundo’ que uma mudança muito mais modesta no modo de produção, como se o capitalismo liberal fosse o ‘real’ que de algum modo sobreviverá, mesmo na eventualidade de uma catástrofe ecológica global...”. (ŽIŽEK, 2010, p. 7, grifo nosso).

De acordo com a obra *Sobre a reprodução*, de L. Althusser (1999), podemos ver a representação da metáfora do edifício a partir das estruturas justapostas na teoria marxista, que descrevem o processo de relação, de forma determinante, entre superestrutura e infraestrutura. Essa visão ocorre da interpretação da realidade a partir de suas condições de produção, isto é, por meio do pensamento marxista.

Todos nós podemos facilmente nos convencer de que essa representação da estrutura de toda sociedade como um edifício que comporta uma base (infraestrutura) sobre a qual se erguem os dois “patamares” da superestrutura, é uma metáfora, mais precisamente, uma metáfora espacial: uma tópica. Como toda metáfora, esta sugere, faz ver alguma coisa. O quê? Justamente o seguinte: os andares superiores não poderiam “manter-se” (no ar) por si sós, se não repousassem precisamente sobre sua base e seus alicerces. (ALTHUSSER, 1999, p. 79, grifo do autor)

O autor avança na concepção dessa metáfora de modo a inscrever sua tese de interpretação da realidade a partir do que chama de vantagem teórica, ao se referir à ótica de sua filiação com o materialismo histórico. Essa determinação advinda da divisão de análise do pensamento althusseriano nos indica um campo de interpretação.

Portanto, podemos dizer que a grande vantagem teórica da tópica marxista, portanto, da metáfora espacial do edifício (base e superestrutura), consiste, simultaneamente, em fazer ver que as questões de determinação (ou de índice de eficácia) são capitais; em fazer

⁹A capa da obra traz a ilustração *Os quatro cavaleiros do Apocalipse*, de Albrecht Durer.

ver que é a base que determina em última instância todo o edifício; e, por consequência, em obrigar a formular o problema teórico do tipo de eficácia “derivada” próprio da superestrutura, isto é, obrigar a pensar o que a tradição marxista designa pelas expressões conjugadas de autonomia relativa da superestrutura com a ação de retorno da superestrutura sobre a base. (ALTHUSSER, 1999, p. 80, grifo do autor)

Ou seja, o que somos obrigados a ver, a partir das considerações althusserianas elencadas e citadas, instiga-nos a relacionar o *fim dos tempos* de Žižek numa ordem apocalíptica por meio das divisões estruturais. A crítica se inscreve tanto no âmbito filosófico/socialista, que interroga as práticas sociais e as grandes questões políticas, quanto no âmbito econômico/capitalista, que reproduz suas condições de produção num ciclo constante, sem espaço para que questões como igualdade social, por exemplo, possam emergir historicamente e funcionar na esfera do capital.

Coloquemos as cartas na mesa. Julgamos que é a partir da reprodução que é possível e necessário pensar a existência e a natureza da superestrutura. Basta nos situarmos no ponto de vista da reprodução para que fiquem esclarecidas várias das questões, cuja existência era indicada pela metáfora espacial do edifício, sem que lhes tivesse sido dada uma resposta conceitual. (ALTHUSSER, 1999, p. 81, grifo do autor)

Trata-se da relação direta da reprodução com a superestrutura, do mesmo modo em que a AD relaciona a língua com suas condições de produção histórica e com a ideologia.

A AD considera a ideologia incrustada na língua, em contato com as estruturas sob a ótica marxista. Essa problemática cresce na medida em que a interpretação ganha subsídios teórico/práticos na leitura da realidade. “Nossa tese fundamental é que não é possível fundamentar esses problemas (e, portanto, encontrar solução para os mesmos) a não ser do ponto de vista da reprodução” (ALTHUSSER, 1999, p. 82, grifo do autor). Logo, o âmbito da reprodução abarca toda a realidade, e essa mesma realidade é confrontada pelo enunciado *fim dos tempos*.

O apocaliptismo faz parte do posicionamento de alguns intelectuais diante do sistema atual. Transforma o enunciado *fim dos tempos* num divisor de períodos de crise, pois implica código de articulação sob a forma de catástrofe numa inscrição pela língua que confere um estatuto apocalíptico.

Para pensar a questão do papel do intelectual em seu exercício, a sequência mobilizada abaixo permite compreender mais claramente a problemática levantada por Žižek:

SD2: “Ficamos tentados a propor, portanto, uma leitura radical dessa síndrome: talvez o que os pobres intelectuais não consigam suportar seja o fato de levarem uma vida basicamente feliz, segura e confortável, de modo que, para justificar sua nobre vocação, são obrigados a construir um cenário catastrófico total?”. (ŽIŽEK, 2012, p. 292)

A SD2, retirada do posfácio da segunda edição, denominado como *Bem-vindo a tempos interessantes!*, configura uma discussão sobre a prática intelectual. O que o autor chama de “síndrome” carrega certo grau de criticidade sob um prisma ideológico. De acordo com o recorte, tal sintoma acadêmico representa os intelectuais que, em sua atividade cotidiana, estão presos às amarras do sistema, mesmo com um trabalho reflexivo diante das contradições inerentes ao Estado. Ao ficar tentado a “propor”

essa conclusão radical, Žižek representa o que chama de “pobres intelectuais” como uma classe que leva uma “vida basicamente feliz, segura e confortável” e que a justificativa para isso os faria escrever sobre os rumos da sociedade de forma calamitosa. Além disso, o recorte expõe a “nobre vocação” dos intelectuais como algo a ser justificado de forma obrigatória. O autor levanta a questão sobre o processo para tal legitimação com uma pergunta sobre a forma (posicionamento) com que os intelectuais encaram sua realidade ao “construir um cenário catastrófico total”.

Isso significa também que o percurso trilhado pelo recorte, na atual conjuntura apocalíptica de que tratamos, constitui a argumentação subjacente de que a obra trata, afirmando tal oposição à organização da sociedade contemporânea (global). Concomitantemente, temos um recorte que insere o sujeito discursivo em sua representação intelectual, questionando seu trabalho a partir do enunciado *fim dos tempos*. Trata-se, como está materializado no fragmento, de um “cenário catastrófico total”. Logo, podemos considerar este sujeito que enuncia no papel crítico de sua atividade “intelectual”, observando sua atividade a partir da dúvida, da ética em reconhecer as contradições de seu exercício, além da problemática ideológica liberal, que compromete tal prática sob seus domínios de produção.

Considerando que, para Pêcheux (1997, p. 83), “todo processo discursivo pressupõe a existência de formações imaginárias”, a título de ilustração, formulamos o quadro disposto na sequência, no qual é possível visualizar o modo pelo qual o sujeito da SD2 se posiciona em relação à produção intelectual, tendo em vista que esta é considerada um dos cavaleiros do apocalipse e responsável pelo “fim”. Vejamos:

Quadro-síntese 2. Configuração da posição-sujeito

Indeterminação	Ponto de vista sobre o lugar social dos sujeitos na história do conhecimento	Determinação
(produção intelectual)	uma síndrome	apocalíptica
socialismo	pobres	intelectuais
capitalismo	nobre	vocação
cenário	catastrófico	sistema

Fonte: elaborado pelo autor.

Cabe registrar que os saberes herdados do socialismo como a percepção de uma condição de intelectuais “comprometidos” entre si (em “relação a todo mundo”), marcada pela diferença, que simboliza a revolução e concretiza a transformação, emergem no discurso da negação dos saberes capitalistas, que aparecem como determinantes na classe dos intelectuais. Nessa medida, o sujeito da SD2 entende o “fim” como incapacidade do intelectual para o que está além de sua produção.

Historicamente, o pesquisador é levado a ocupar tal lugar de ser “reprodutor” do que já está consagrado, construindo subprodutos discursivos em sua prática acadêmica, e gerando estudos e discussões diante do fenômeno social.

O parâmetro mais aproximado da questão está na universidade. Devido às práticas de reflexão no ambiente acadêmico, cujo objetivo, em linhas gerais, direciona-se na formação de alunos comprometidos com o conhecimento e com seus desdobramentos, o papel do intelectual transfigura-se no mediador das ciências e em sua intervenção prática a partir do processo teórico que o constitui. Contudo, em relação à sociedade, o papel do intelectual sofre certo obscurecimento pelo ideário positivista, tecnicista, liberal, que contrapõe a própria prática reflexiva diante do cientificismo ideológico dominante.

Isso significa dizer, ou melhor, considerar, que as ciências humanas sofrem certo efeito de apagamento pela estrutura posta, já que o lugar de interpretação social está preenchido por dispositivos responsáveis pela sua reprodução, como as instituições, por exemplo. Nessa mesma engrenagem, existe o sujeito-intelectual, que se posiciona por meio de sua prática, com a consciência voltada às problemáticas que ocupam espaços consideráveis nas lacunas da superestrutura, engendrando assim a continuidade das ciências humanas como suporte de leitura e compreensão do mundo, filiados ao estatuto da análise e reflexão filosóficas.

No plano da leitura e interpretação, o sujeito-intelectual pratica seu percurso pelo estudo e reprodução de conhecimento, entretanto, sofre na configuração prática de seu papel efetivo na sociedade pelo sentimento de incapacidade diante de eventos sociais, como podemos exemplificar na próxima sequência discursiva.

SD3: “Os radicais invocam a necessidade de mudança revolucionária como uma espécie de símbolo supersticioso que levará a seu posto, ou seja, que impedirá a mudança de realmente acontecer. Quando acontece, a revolução tem de ocorrer a uma distância segura: Cuba, Nicarágua, Venezuela... Assim, ainda que meu coração se anime ao pensar nos eventos distantes, eu posso continuar a promover minha carreira acadêmica”. (ŽIŽEK, 2012, p. 292)

Nesse trecho temos uma afirmação que compara a “mudança revolucionária” com um “símbolo supersticioso”. O que o autor chama de “radicais” materializa a concepção ostensiva de oposição ao sistema, de resistência das amarras sociais, criando, pela significação de seu percurso, um dispositivo mítico da revolução, algo que culminaria num processo simbólico, sem uma “mudança” real. Esse impedimento estaria preso ao ideário da revolução sem a revolução. Žižek prossegue com o fato de a revolução estar numa “distância segura”, ao citar “Cuba, Nicarágua, Venezuela”. Demarca novamente a problemática que se estende sob o trabalho intelectual, no ponto nodal de discussão acadêmica, principalmente no que diz respeito às filiações prático-teóricas do materialismo histórico. O recorte segue com “ainda que meu coração se anime ao pensar nos eventos distantes, eu posso continuar a promover minha carreira acadêmica”. De forma explícita, o autor insere os intelectuais filiados à problemática da revolução

diretamente pelo trabalho, pela atividade acadêmica, sem, no entanto, participar de fato do movimento, da revolução *per se*. Mesmo com a consciência voltada para o materialismo histórico e suas implicações prático-teóricas, a “distância segura” do fato faz com que possa “continuar a promover minha carreira acadêmica”. Esse trecho dialoga diretamente com o recorte anterior, em que aponta para os “pobres intelectuais” “levarem uma vida basicamente feliz, segura e confortável”, que discursivamente se integra na promoção da carreira acadêmica.

Portanto, se no espaço revolucionário tem-se a questão da passagem de um mundo a outro, a relação com o invisível é aí inevitavelmente colocada, do mesmo modo como nas formas históricas da contrarrevolução: o conjunto constitui um só processo, contraditório, no qual se tramam as relações entre língua e história. (PÊCHEUX, 1990, p. 9)

O apocaliptismo da obra, ao tratar desse assunto, insere-se em perspectivas distintas, tanto no âmbito revolucionário, que questiona a legitimidade dessa revolução, ou apenas da ideia de revolução, que os aproximaria mais dos idealistas do que do materialismo histórico, quanto da instância acadêmica, que produz o estudo reflexivo da questão, com os subsídios necessários para a compreensão da problemática social do ponto de vista da superestrutura, mas com a prática submersa às amarras do Estado, pela interpelação, pela economia que dita a reprodução das condições de produção de forma ideológica. Essa falta de saída é levantada numa conjuntura de *fim dos tempos*, pois, ao tratar das crises globais e identificar o capitalismo como responsável pelas enfermidades sociais, questiona o papel da academia como lugar de articulação, e não apenas de identificação.

De um lado ou de outro dessa fronteira, a mesma palavra, a mesma frase, não têm, de novo, o “mesmo sentido”: e, como no caso da ideologia política burguesa, sua transposição, deliberada ou não, pode ser uma questão de vida ou morte: paradoxalmente, a desconfiança dos revolucionários com respeito à fraseologia engendrou a nova fraseologia do discurso-real autoprotetor, nova “frase democrática” que, ao repetir o que todos sabem, permite calar o que cada um entende sem confessar. (PÊCHEUX, 1990, p. 15)

Esse jogo do qual Pêcheux evidencia uma regra *invisível* toca de forma abrangente no complexo da língua e em sua relação com o silenciamento¹⁰, que muitas vezes, de forma paradoxal, configura-se como um gesto de resistência do sujeito em sua tomada de posição.

A SD a seguir contém o seguimento da problemática anterior, na qual Žižek levanta uma interrogativa filosófica sobre o apocaliptismo intelectual diante da “situação real” como justificativa e resultado da prática reflexiva.

SD4: “Qualquer que fosse a situação real, ela tinha de ser acusada de “catastrófica” e, quanto mais positiva parecesse, mais se praticava esse exercício; portanto, sejam quais forem nossas diferenças ‘meramente ônticas’, todos participamos da mesma catástrofe ontológica”. (ŽIŽEK, 2012, p. 300)

¹⁰“O frequente ressoar de ininterruptas vozes que repetiam “calar é consentir” trouxe o desconforto, colocando-se diante de nós como objeto de “sedução”. E foi aí que, refletindo sobre os efeitos produzidos pela palavra velada, encontramos na contradição um modo de dizer que calar é “não consentir”.” (SCHONS, 2000, p.11)

O que Žižek chama de acusação nos transmite o posicionamento discursivo apocalíptico diante do sistema. O trecho “qualquer que fosse a situação real” indica que, independente de como estivesse a situação, sempre sobraria espaço para o apocalipse das bases que sustentam a estrutura, para a crítica revolucionária de combate à divisão de classe, para educação reflexiva longe das amarras ideológicas liberais. Trata-se do “exercício” intelectual da catástrofe, que constitui o *fim dos tempos* como designação da insatisfação social diante do sistema, da inscrição do autor numa conjuntura coletiva de articulação, que pretende enunciar que, diante de nossa vida posta nesta ordem social, está o *fim dos tempos* de forma subjacente à engrenagem do liberalismo. “Portanto, sejam quais forem nossas diferenças – ‘meramente ônticas’ – todos participamos da mesma catástrofe ontológica”. Isso significa que, independente de nós sermos diferentes como indivíduos, sob uma perspectiva individual, fazemos parte da espécie que vive na ordem posta, como sujeitos ideologicamente interpelados como tal, e, a partir disso, “participamos” da catástrofe “ontológica” como seres presos na superestrutura. Sem adentrar na problemática “ontológica” que perscruta a primazia filosófica diante das ciências humanas em geral, e da relação do sujeito com o entendimento de seu eu incrustado num percurso teórico, a participação da “catástrofe ontológica” dissipa as possíveis afinidades com a ordem social, para estabelecer, discursivamente, uma imanência apocalíptica de sentido, que emerge da argumentação sobre o coletivo.

SD5: “Temos de nos aventurar no abismo do novo em condições totalmente inadequadas; temos de reinventar aspectos do novo apenas para manter o que era bom no velho (educação, assistência médica etc.).” (ŽIŽEK, 2012, p. 362)

A SD5 elucida a inscrição do autor na FDS, ao encontrar em seu argumento, embora apocalíptico, uma saída para a falta de conjecturas sociais que realmente transformem as coordenadas da realidade. Mesmo que para isso tenhamos de nos aventurar no abismo do novo, e mesmo que isso signifique o fim dos tempos, é disso que trata o autor, ao se referir à problemática da ação socialista.

Com as marcas “educação, assistência médica” o autor inscreve a concepção de “velho” em oposição ao “novo” com carências muito maiores que no passado. A inexistência da assistência médica e da educação, no sistema capitalista, é retratada de forma catastrófica pelo fragmento, que se inscreve na discursividade apocalíptica, já que considera a falta desses direitos no âmbito social de forma equivalente à expressão de fim dos tempos na articulação de tal representatividade. Além disso, a educação está vinculada a prevenção, ao passo que assistência médica é indispensável no nível social. Como podemos relacionar essa carência com a atitude capitalista, liberal, individualista? Se invertermos a leitura, podemos encontrar, no percurso dessas características do modelo dominante, o próprio processo que leva a carência supracitada.

Por meio dessa problemática relação entre o social e o sistema dominante, podemos passar para a SD6 a fim de explorar o enlace das questões anteriores de forma complementar.

SD6: “O comunismo, hoje, não é o nome da solução, mas o nome do problema: o problema das áreas comuns em todas as suas dimensões – as áreas comuns da natureza como substância da vida, o problema da área comum biogenética, o problema da área comum cultural (‘propriedade intelectual’) e, por último, mas não menos importante, o problema da área comum como espaço universal de humanidade, do qual ninguém deveria ser excluído. Seja qual for a solução, ela terá de resolver esse problema.” (ŽIŽEK, 2012, p. 362)

Na mesma esfera de pensamento da SD5, na SD6 o autor conclui que o comunismo é o nome do problema, embora indique que esse problema das áreas *comuns* deve ter alguma solução. Ou seja, a solução de que trata no final do recorte se inscreve no comunismo e, ao mesmo tempo, aproxima-se de possibilidades alternativas de lidar com os temas levantados, o que sugere certo pragmatismo de Žižek diante de questões específicas, concomitante com sua relação direta ao universo comum do comunismo, o qual designou como Vivendo no fim dos tempos.

Uma vez atingido o processo discursivo que é o que faz o texto significar, o texto ou os textos particulares analisados desaparecem como referências específicas para dar lugar à compreensão de todo um processo discursivo do qual eles – e outros que nem mesmo conhecemos – são parte. (ORLANDI, 1998, p. 61)

Além disso, essa espécie de enigma deixada pelo autor incita a tal *solução* num âmbito de ceticismo. Após toda apreciação ao sistema capitalista, bem como a pauta sobre a *inação* da esquerda em tempos de obscurantismo intelectual da sociedade, ele cria, pelo viés da contradição, um estatuto semântico de significação que dialoga com o contrassenso social e suas amarras contemporâneas. Perscruta, em seu exercício intelectual, as evidentes crises do sistema, sem se perder na ilusão dos tempos do passado. Essa renovação do pensamento, sua atualização histórica e crítica – traços que não apenas contornam crises, mas que também trabalham em seu interior – constroem um processo de concreção de seu julgamento filosófico, inserido na filiação marxista, que hoje enuncia o fim dos tempos.

4. Considerações finais

Nessa complexa trama de sentidos está a (re)avaliação da realidade conjugada à base material de análise, que pela língua calcada em suas condições de produção, revela possibilidades heterogêneas de leitura, mesmo por meio de blocos discursivos. Isso significa que na arena da língua, a sobreposição circunstancial das enunciações demonstra as relações de poder em seu caráter ideológico, tendo como suporte discursividades historicamente instauradas na conjuntura significativa dos sentidos.

Desse modo, Žižek alerta sobre o *fim dos tempos* em sua própria representação, conduzindo um olhar de oposição às coordenadas da realidade, onde tal simbolismo corrobora na constituição de um cenário catastrófico do ponto de vista social. Essa relação apocalíptica com o universo contemporâneo inscreve o autor na FDS, cujo objeto se revela a partir do movimento histórico de interpretação, sob um

pano de fundo coletivo, capaz de elucidar mistérios instaurados de forma obscura na estrutura social, como a autonomia do sujeito frente suas escolhas não determinadas pelo capital, por exemplo. Ao considerar a ideologia, o autor rebate o argumento de seu fim pelo mundo pós-moderno, já que trabalha com tal concepção como matriz determinante do sujeito.

Esse tema já desgastado nas ciências humanas é (re)inscrito sob um novo prisma, já que o filósofo e psicanalista se debruça na superestrutura para compreender fenômenos sociais, que emergem dessa relação contraditória entre homem e mundo.

Podemos considerar que a FDS funciona, nas sequências discursivas, juntamente com a concepção apocalíptica de realidade, a partir do sistema capitalista, e que o *fim dos tempos* se configura como significação crítica, ao fazer repensar o mundo por uma espécie de simulação. Além disso, não se trata de uma simples definição do que é socialista, ou do que parte do apocaliptismo, mas de evidenciar, junto à materialidade textual, o discurso enquanto fio condutor do pensamento, da história e das práticas sociais. Portanto, não podemos entender a realidade termo-a-termo (ORLANDI, 1998), e sim a partir de uma construção de seu histórico, de seu percurso de significação.

Por meio disso é que podemos ler o enunciado *fim dos tempos* e seu funcionamento no decorrer da obra de Žižek (e fora dela), a partir de algumas perspectivas de interpretação. A pesquisa assenta-se justamente nesse movimento que se transfigura num plano discursivo de compreensão da linguagem. Se há uma intencionalidade de remeter-se ao ideário apocalíptico para fazer dele uma plataforma de indagação, há, também, o inverso, que inscreve os textos e as argumentações em direção ao *fim dos tempos*. Nessa relação contínua, alguns discursos podem ser identificados por meio de sua historicidade, tanto no trabalho de interpretação da AD e de sua teorização, quanto no âmbito filosófico de uma semântica aprofundada e enraizada em suas condições de produção.

Enfim, nosso objetivo estende-se à concepção crítica de que a AD faz parte, seja no âmbito linguístico, histórico ou filosófico, em seu percurso de entremeio, que desafia a língua em sua interpretação intervalar de desconstrução, de elucidação do assujeitamento pela palavra, como disciplina do eco histórico imbricado em nossa linguagem. Do simbólico ao ideológico, os deslocamentos que se inscrevem em nossa leitura são o resultado de formulações flutuantes que compõem o interdiscurso, dispositivo determinante na especulação do objeto discursivo, que historiciza os espaços da memória e determina nossos dizeres. Desse modo, a abordagem de *fim dos tempos* e suas relações com o mundo caracterizam um enunciado poderoso, que, em sua abertura, além de evocar o efeito de catástrofe, encerra e inicia diversas concepções históricas e sociais sob um prisma de criticidade cíclica, capaz de influenciar a indignação dos apocalípticos e instigar a discussão dos conformados sobre vozes só ouvidas pela enunciação do fim.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). In: ŽIŽEK, Slavoj. Um mapa da ideologia. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 105-142.
- _____. Sobre a reprodução. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.
- COURTINE, J.-J. (1981). Análise do discurso político: discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. Trad. de Jose Horta Nunes. Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.
- _____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012.
- _____. (1975). **Semântica e discurso**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- ORLANDI, Eni; LAGAZZI, Suzy (Orgs.). **Discurso e textualidade: Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 2010.
- SCHONS, Carme R. **“Adoráveis” revolucionários**. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- _____. **Saberes Anarquistas: reiteraões, heterogeneidades e rupturas**. Passo Fundo: UPF, 2000.
- ZANDWAIS, Ana. **Perspectivas da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso**. Santa Maria: PPGL/UFSM, 2009.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contratempo, 2010.
- _____. **Vivendo no fim dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012.

Abstract: *The following article is part of a Master Degree's dissertation that analyses the functioning of repetition and relations of contradiction in the enunciate "end times", focusing in the memory unfolding, in the designations and determinations and in the notions studied in Pêcheux's Analysis of Discourse (AD). Specifically, this article is an analysis of some cuttings of Slavoj Žižek's work "Living End Times" and it aims to explore semantic thickness in the cuttings. According to Michel Pêcheux's (1975) theoretical basis, the research comprehends the apocalyptic issue that constitutes the enunciate whose gestures of reading enable the analysis of subject position about themes like politics, history, system. While describing and interpreting the discursive processes, that is, while reading, it is taken into account the deconstruction of stability of senses awaited by the subject-author, a deconstruction regarding methodological challenges for reading practices in a social-historical dimension in which the knowledge proper to social places where the subject-reader is take place. Referring to semantic thickness of an enunciate means starting from a materialistic perspective of language, that is, taking into account de conditions of production within linguistics.*

Keywords: *enunciate; semantic thickness; contradiction; apocalyptic; end.*

Revisitando os conceitos e a análise linguístico-discursiva de marcadores discursivos em gêneros da esfera jornalística

Magno Santos BATISTA¹
magnosantos01@yahoo.com.br

Maria D' Ajuda ALOMBA RIBEIRO²
profdajuda@gmail.com

Resumo: O propósito deste estudo é revisar concepções teóricas acerca dos marcadores discursivos (doravante MDs) e investigar como os MDs são trabalhados nos gêneros da esfera jornalística presentes nos manuais didáticos de Língua Portuguesa da segunda série do Ensino Médio adotados por duas escolas públicas estaduais na cidade de Itabuna-Ba. Além disso, analisar as orientações discursivas e os aspectos morfossintáticos dos MDs encontrados no artigo de opinião e no Editorial nos manuais didáticos. Esta pesquisa enquadra-se no conjunto de estudos que defende a tese que a escrita de um texto demanda vários recursos e dentre eles, o uso dos conectores e de estratégias discursivas. Esses recursos possibilitam organizar os argumentos, a construção de inferências e a sequência textual. O arcabouço teórico ancora-se principalmente nos estudos acerca dos Marcadores Discursivos sob a perspectiva da Argumentação de Alomba Ribeiro (2005); Ducrot (1972, 1981,1987); Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005); Portolés (2001); Sánchez (2008). A abordagem metodológica constitui de uma análise linguístico-discursiva e das orientações argumentativas de alguns MDs encontrados em um artigo de opinião e editorial localizados no manual didático do Ensino Médio . Por fim, os resultados alcançados demonstram que os MDs constituem-se de afinidades semântico-discursivas entre os enunciados, orientam a argumentação e sinalizam a coerência e a coesão textual. E que há necessidade dos autores desses manuais explorarem de forma mais consciente e aprofundada essas marcas que são fundamentais em textos argumentativos como os apresentados no artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Marcadores discursivos; Orientação argumentativa; Manual didático; Gêneros discursivos da esfera jornalística;

1. Introdução

As concepções que norteiam os marcadores discursivos (doravante MDs) transitam nas esferas linguísticas da Pragmática, Linguística Textual e da Argumentação. Dentre essas teorias, a perspectiva teórica que prevalece na pesquisa é da argumentação. A partir dessa, realizamos uma análise linguístico-discursiva dos MDs, tendo em vista as orientações argumentativas, defendidas por Ducrot (1972, 1981, 1987). Análise ocorre em um artigo de opinião e um editorial respectivamente apresentados nos manuais – **Português:** literatura, gramática, produção de texto (2012). **Português linguagens:** Literatura, Produção de Texto e Gramática (2012). Os manuais pertencem ao segundo ano do Ensino Médio de duas escolas públicas, da cidade de Itabuna-Bahia.

Além da análise, apresentamos algumas definições, dentre elas, as de que os MDs são unidades linguísticas que estabelecem vínculos semânticos e pragmáticos entre os enunciados. Entre os teóricos

¹ Mestre em Letras: Linguagens e Representações e Tutor do curso de Letras Vernáculas (UESC).

² Doutora em Linguística Aplicada e docente do Mestrado em Letras: Linguagens e Representações e do Mestrado Profissional em Letras, em Rede Nacional (PROFLETRAS), ambos na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

estudados que sustentam essa afirmação, encontram-se, Alomba Ribeiro (2005), Portolés (2001), Sánchez (2008), Pallard (2011), os quais ainda dizem que os MDs são elementos complexos e ainda exigem investigações acerca de sua definição e categorização.

A escolha dos manuais se deu porque a maioria dos professores que pertencem ao quadro efetivo de vários estabelecimentos públicos de ensino da cidade de Itabuna-Bahia, utilizam um dos manuais analisados nesta pesquisa. Além disso, da necessidade de saber como os MDs são apresentados nos manuais didáticos e de que forma análise linguística e as orientações argumentativas nos gêneros artigo de opinião e editorial localizados nos manuais didáticos em estudo, podem contribuir para que a análise seja mais aprofundada e consciente e também perceber a importância desses itens na escrita do texto dissertativo-argumentativo.

Além do mais, para que a comunidade acadêmica, como também os professores que atuam na Educação Básica, principalmente no Ensino Médio. Percebam a importância desses itens linguísticos nos textos jornalísticos e da inserção dos estudos da orientação argumentativa nos manuais didáticos do Ensino Médio. Principalmente porque, os MDs são mecanismos que estabelecem vínculos sintáticos e semânticos. E estes vínculos são características essenciais da escrita de textos dissertativo-argumentativos, tipologia mais solicitada nos exames que selecionam os discentes para as universidades.

Na primeira seção do artigo, discutem-se as concepções acerca das orientações argumentativas e dos marcadores discursivos. Na segunda seção, são apresentadas considerações sobre o manual didático e dos gêneros da esfera jornalística, especificamente, o editorial e o artigo de opinião. Nessa também, são apresentadas breves análises de algumas atividades acerca das conjunções.

Na terceira seção, encontra-se a análise dos marcadores discursivos em um artigo de opinião e um editorial extraído do *corpus*. Dentre os marcadores discursivos analisados estão o **mas** e **portanto**. Por fim, as considerações finais e as referências bibliográficas. Assim, acredita-se que a pesquisa, bem como, as análises constatou que seja necessário ampliar e fomentar os estudos acerca dos MDs e a inserção desses itens nos manuais didáticos como orientadores discursivos, não apenas como elementos que estabelece um vínculo sintático.

2. Considerações acerca dos marcadores discursivos e da orientação argumentativa

Os marcadores discursivos são apresentados em manuais didáticos e gramáticas como itens morfológicamente marcados, a saber, advérbios, preposições, conjunções e locuções. Além dessas marcas, os MDs têm a função de unir um membro discursivo a outro, de organizar o texto e de guiar as inferências dos interlocutores no texto oral ou escrito. Assim:

Los marcadores del discurso son unidades lingüísticas invariables, no ejercen una función sintáctica en el predicación oracional y poseen un cometido coincidente en el discurso: el

guiar, de acuerdo con sus distintas propiedades morfosintácticas, semánticas y pragmáticas, las inferencias que se realizan en la comunicación. (PORTOLÉS, 2001, p.25)³

As propriedades sintáticas dos marcadores, a exemplo das conjunções subordinativas e coordenativas dos enunciados, colaboram para a construção da coesão conectiva e referencial do texto, bem como marcam os discursos implícitos e explícitos dos interlocutores, ou seja, as inferências que estão subentendidas e pressupostas nas esferas macro ou micro do texto. Além disso, a compreensão das características morfosintáticas dos MDs permite aos interlocutores entenderem que os morfemas e lexemas da língua são constituídos de sentido e estão a serviço do falante.

Estudar apenas a estrutura não contempla os aspectos que correspondem ao semântico, a exemplo da apreensão das inferências. Estas exigem dos interlocutores entender os fatores extralinguísticos que estão presentes no texto, principalmente o contexto. A análise inferencial dos MDs a partir do contexto compreende a constituição dos valores sintáticos, semânticos e pragmáticos, os quais colaboram para a formulação de hipóteses, estabelecem uma relação intrínseca entre o sintático-semântico-discursivo e conduzem os interlocutores a compreenderem os movimentos superficiais e globais que as unidades linguísticas executam entre os enunciados. “Las gramáticas tradicionales del español esbozan, pues, una cierta sistematización de los marcadores del discurso, que afecta a su morfología, a su sintaxis y a su caracterización semántica”⁴. (ZORRAQUINO e DURÁN, 2008, p.25)

Isso quer dizer que as gramáticas limitam as funções dos marcadores, pois, assim como a língua, os itens linguísticos são livres e quem determina a sua função são os falantes durante o processo comunicacional. A sistematização gramatical ignora as orientações discursivas desencadeadas a partir do uso dos mecanismos linguísticos, como também que os MDs são formados de uma semântica, morfologia e sintaxe própria que, no processo comunicacional, marcam as escolhas dos argumentos e evidenciam o ponto de vista dos interlocutores.

Além do mais, os MDs sustentam os argumentos a favor ou contra ao projeto discursivo dos locutores/interlocutores e também estabelecem o processo de persuasão e direcionam a ação interpretativa. Essas ações são decorrentes das escolhas lexicais dos sujeitos envolvidos e dos itens morfológicos, sintáticos e semânticos, que marcarão os pontos de vista, direcionarão e convencerão o outro.

Além das considerações de Ducrot (1987); Portolés (2001) e Zorraquino e Duran (2008) sobre os MDs. Os autores Adarve e Rodríguez (2005) afirmam que, os marcadores são carregados de conteúdos semânticos, contêm instruções de processamento mental e são partículas pragmáticas que marcam a sentença de modo textual ou interativo. Essa relação tríplice entre conteúdo semântico, instruções de

³ Os marcadores discursivos são unidades linguísticas invariáveis, não exercem uma função sintática no predicado oracional e possuem uma obrigação coincidente ao discurso: o de guiar, de acordo com suas distintas propriedades morfosintáticas, semânticas e pragmáticas, as inferências que se realizam na comunicação. (tradução nossa)

⁴ As gramáticas tradicionais do espanhol esboçam, pois, uma certa sistematização dos marcadores discursivos, que afeta a sua morfologia, a sua sintaxe e a sua caracterização semântica. (tradução nossa)

processamento mental e partícula pragmática dos MDs institui a complexidade e as inúmeras discussões acerca da conceituação desses itens linguísticos, sobretudo dos aspectos textuais e interativos que os compõem. Em relação ao modo textual ou interativo dos MDs, percebe-se:

el marcador textual relaciona bloques de palabras – unidades – de manera directa, pero, indirectamente, se convierte en vínculo del modo como el hablante formaliza con palabras esa serie de operaciones lógico-lingüísticas respecto al referente. Y los marcadores interactivos su papel ya no consiste tanto en relacionar o articular unidades discursivas, como en informar indirectamente de las repercusiones de lo que se dice en el ánimo de los hablantes, de lo que las intenciones pretenden bajo forma interrogativa, de petición o de aserto, con un volumen o un tono determinado, cuando no directamente en forma de lo que la gramática tradicional llamaba interjección. (ADARVE e RODRÍGUEZ, 2005, p.144)⁵

As concepções ressaltadas anteriormente pelos autores, isto é, a de Portolés (2001) e de Adarve e Rodríguez (2005), corroboram quanto à ideia de que os MDs são unidades linguísticas constituídas de aspectos sintáticos, morfológicos e estabelecem as relações homogêneas no texto e também de características semântico-discursivas que promovem a interação discursiva entre os enunciados. O modo textual e interativo dos MDs integra-se às especificidades pragmático-discursivas e completam as lacunas desencadeadas do uso inadequado de algum item textual. A interatividade dos MDs também contribui, assim como qualquer elemento linguístico, na coesão e na coerência textual e, do mesmo modo, as particularidades textuais colaboram para a interação entre os argumentos e na ação interpretativa dos interlocutores.

El punto de contacto – o la transición, si se quiere – entre la lingüística del texto y los marcadores textuales de un idioma reside en que los idiomas (al menos todos los que se conocen) disponen de estos recursos especiales, más allá de la oración, para expresar lo que venimos denominando sentidos o funciones textuales, organización del discurso, etc. Y un enfoque coherente con tal comprobación nos debe llevar a plantearnos si, para expresar una determinada función textual, que conocemos en virtud de nuestra competencia textual, existe(n), alguna(s), regulada(s) idiomáticamente en una lengua concreta. (VELARDE, 2008, p.61)⁶

O ponto de contato entre a Linguística Textual e as funções textuais dos MDs concentra-se na competência do falante ao usar essas unidades linguísticas, sobretudo nos aspectos correspondentes à coesão e à coerência. A coesão e a coerência são particularidades linguísticas que cooperam na organização discursiva dos falantes e os ajudam a formular inferências e também direcionam a orientação argumentativa dos interlocutores. Zorraquino e Durán (2008) apontam que as funções textuais e as

⁵ O marcador discursivo textual relaciona blocos de palavras – unidades – de maneira direta, mas, indiretamente, se converte em vínculo de modo como o falante formaliza com as palavras uma série de operações lógico-linguísticas a respeito do referente. E os marcadores interativos seu papel já na consiste tanto em relacionar ou articular unidades discursivas, como em informar indiretamente das repercussões do que se disse ao ânimo dos falantes e quais as intenções pretendem a partir de forma interrogativa, de petição ou de assertiva, com um volume ou tom determinado, quando não diretamente em forma do que a gramática tradicional chamava de interjeição. (tradução nossa)

⁶ O ponto de contato – o de transição, assim queira – entre a Linguística de Texto e os marcadores textuais de um idioma reside em que os idiomas (ao menos todos os que se conhecem) dispõem de certos recursos especiais, mais além da oração, para expressar o que vimos denominado de sentido ou funções textuais, organização do discurso, etc. E um enfoque coerente com tal comprovação nos deve levar a planejarmos, para expressar uma determinada função textual, que conhecemos em virtude de nossa competência textual, existe(m), alguma(s), regulada(s) idiomáticamente em uma língua concreta. (tradução nossa)

organizações sintática e morfológica dos discursos obedecem aos estudos dos MDs relacionados à gramática de texto e que esta auxilia a Linguística Textual.

Isso quer dizer que as funções textuais dos marcadores discursivos situam-se no campo da sintaxe e morfologia, atribuindo, muitas vezes, aos advérbios e as preposições os papéis morfossintáticos. Além desses, os MDs organizam os textos escritos e orais e determinam a competência textual dos falantes e compreendem do ponto de vista discursivo e pragmático o seu uso efetivo. Nos estudos dos MDs, nos ramos linguísticos da Pragmática e da Linguística Textual, constituem-se uma relação mútua e indissociável, isto é, ambas cooperam para compreender os mecanismos, as especificidades e as particularidades linguístico-discursivas dos enunciados que apresentam os MDs.

Além dos estudos da Pragmática e da Linguística Textual, o fenômeno da gramaticalização também analisa os marcadores discursivos. Segundo Gonçalves *et al* (2007), o item linguístico ao alcançar o “status” de marcador discursivo é descaracterizado, ou seja, ele perde as suas funções prototípicas de advérbio, substantivo e verbo. E, em um processo de descategorização, passa a ocupar níveis mais abstratos e, assim, a exercer funções mais textuais. Essa perspectiva não corresponde a da argumentação que entende o marcador como item linguístico constituído dos aspectos gramaticais, ou seja, exercem no texto as funções prototípicas e também a de orientador do discurso. “Los marcadores del discurso pertenecen a una categoría gramatical determinada y este hecho impedirá que se den en ciertas construcciones.” (PORTOLÉS, 2001, p.78)⁷

Os MDS são recursos linguísticos que orientam os discursos de acordo com a intenção comunicativa dos interlocutores, pois a direção de um signo linguístico depende da permissão ou desautorização dos locutores envolvidos no processo comunicativo, isto é, a orientação discursiva das sentenças oral ou escrita é guiada a partir do conjunto de itens linguísticos envolvidos, a exemplo das cortesias, prosódias e também da seleção lexical e, sobretudo do implícito e explícito, quesitos que ficam a cargo do locutor do texto.

Em nossa abordagem, os MDs formam uma classe de unidades comparáveis às outras classes de unidades (nomes, verbos, adjetivos, advérbios etc.): as unidades que formam a classe dos MDs podem ser definidas por uma semântica específica e um conjunto de propriedades que correspondem à sua distribuição. (PAILLARD, 2011, p.166).

Considerar os MDs como uma unidade da língua, composta de uma semântica específica e de propriedades linguístico-discursivas, que obedecem a uma distribuição, constitui um avanço nos estudos sobre os MDs, uma vez que os itens linguísticos que pertencem a esse grupo exercem funções diferenciadas e incubem ao locutor escolher um dos aspectos pragmáticos, discursivos ou morfossintáticos e usá-los de acordo com seus anseios e com o contexto.

Além dos estudos acerca dos MDs sob a ótica textual e discursiva, há a perspectiva da argumentação que os enquadra nos conceitos de classe argumentativa e escala argumentativa. “Na medida em que uma

⁷ Os marcadores discursivos pertencem a uma categoria determinada e este feito impedirá se dê em certas construções (tradução nossa).

classe argumentativa comporta semelhante relação de ordem, chamamo-la de escala argumentativa” (Ducrot, 1981, p.181). Podemos perceber melhor esse conceito a partir do exemplo a seguir:

Maria sabe muito, tem licenciatura e terminou o doutorado. Argumentos de mais peso são argumentos que apoiam a mesma conclusão (Maria sabe muito).

Podem-se usar vários argumentos para apoiar uma mesma conclusão. Esse conjunto de argumentos coorientados forma uma classe argumentativa. O conjunto de uma classe argumentativa ordenada constitui uma escala argumentativa. O argumento mais forte ocupa o lugar mais alto na escala argumentativa e este possibilita a origem de diversos argumentos com a mesma orientação, no entanto, diferentes forças. Por exemplo:

João não pode dirigir ônibus

Mais força– João não tem carteira

João não tem experiência

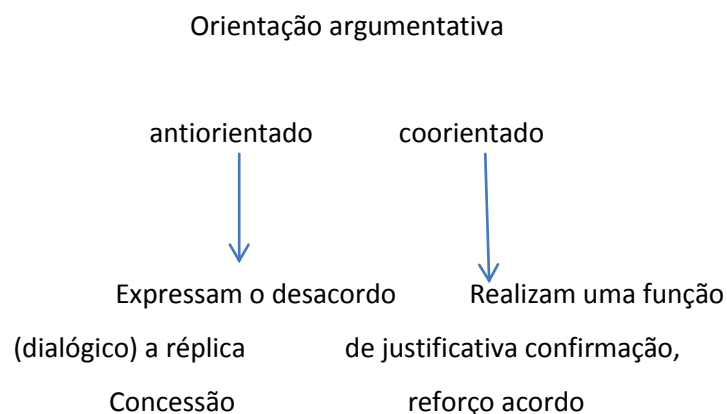
João tem antecedentes

Por exemplo:

Joana é sabida. Encontrará trabalho.

Joana é sabida. Vai ser reprovada.

O primeiro exemplo representa argumentos coorientados. O segundo favorece outras possíveis continuações, a não aprovação dessa conclusão chama-se de argumento antiorientado, ou seja, Joana é sabida, entretanto, vai ser reprovada.



Assim, o argumento mais forte se sobressai em relação ao mais fraco, isto é, o locutor apresenta proposições fortes que suprimem as fracas e orientam o discurso do locutor para a aceitação do interlocutor. Essa orientação se dá, sobretudo, no uso de mecanismos linguísticos, dentre eles, os MDs. No exemplo citado acima, percebe-se que o uso do verbo de ligação no presente do indicativo direciona para o argumento de que Joana irá encontrar trabalho. “Las propiedades semánticas de las que no se puede dar cuenta en este nivel, se las describiría en un segundo nivel, por medio de lo que llamábamos “leyes

discursivas” (ANSCOMBRE e DUCROT, 1998, p.76).⁸ Além das leis discursivas apontadas por Anscombe e Ducrot (1998), diversos ramos linguísticos estão buscando enquadrar os MDs em um quadro teórico-metodológico que comporte todas as suas especificidades.

Desde siglos, rétores y gramáticos han conocido los marcadores discursivos, pero ha habido que esperar a los últimos tiempos para disponer de las herramientas teóricas que permitieran su descubrimiento, conceptualización y estudio sistemático, también la E/LE. En los últimos años, los marcadores discursivos han sido objeto de una intensa investigación dentro de tres grandes corrientes: la sociolingüística interaccional, la lingüística del texto y la pragmática, claramente relacionadas con el funcionalismo y el cognitivismo. (SÁNCHEZ, 2008, p.10)⁹

A relação intrínseca entre os MDs e os ramos linguísticos da Sociolingüística, da Pragmática e da Linguística de Texto designa a complexidade dos estudos dos MDs, além disso, há necessidade de mais investigações para conceituá-los e defini-los em um quadro teórico e metodológico que deem conta dos aspectos discursivos, linguísticos e pragmáticos.

En estos tiempos de globalización informativa y comunicativa, en los que cualquier novedad se populariza en seguidas; las materias, problemas, líneas de investigación degeneran con suma frecuencia en modas. El éxito de una determinada teoría asociada a algunos problemas concretos concita casi al instante tal número de escritos que al poco tiempo esos problemas se convierten en asuntos agotados, impracticables, tediosos. Este es sin duda, como al lector no se le escapa, el peligro que acecha a los marcadores discursivos, cuyo estudio inició la Lingüística y la Gramática del Texto (Halliday, Fuentes, Casado), y luego han proseguido exitosamente la Sociolingüística Interaccional (Schiffrin, Cortés Rodríguez) y la Pragmática (Blakemore, Anscombe y Ducrot, Martín Zorraquino, Portolés, Montolío...), dentro de ese espacio constituido por el análisis del discurso actual. (ALOMBA RIBEIRO, 2005, p.81)¹⁰

Essa gama de autores com a fomentação dos diversos ramos linguísticos apontado por Alomba Ribeiro (2005) contribuiu para a construção da teoria argumentativa, principalmente, Anscombe e Ducrot, que iniciaram a investigação sobre os MDs e a análise dos Topoi e da Retórica como produtos inerentes à língua. Diante do exposto, os MDs constituem-se de aspectos linguísticos, discursivos e pragmáticos, assim, há necessidade de investigá-lo com mais afinco e inseri-los em um quadro teórico e metodológico que comporte as particularidades discursivas, pragmáticas e morfossintáticas.

⁸ As propriedades semânticas de que não se pode dar conta neste nível, se escreveriam no segundo nível, por meio do que chamamos de leis discursivas. (tradução nossa)

⁹ Desde os séculos, retóricos e gramáticos conhecem os marcadores discursivos, mas esperou os últimos tempos para dispor das ferramentas teóricas que permitiram a sua descoberta, conceituação e um estudo sistemático, também língua materna e estrangeira. Nos últimos anos, os marcadores discursivos têm sido objeto de uma intensa investigação dentro de três grandes correntes: a Sociolingüística Interaccional; Linguística de Texto e a Pragmática, claramente relacionadas com o funcionalismo e o cognitivismo.

¹⁰ Nos tempos de globalização informativa e comunicativa, em que qualquer novidade se populariza em segundos; os materiais, problemas, linhas de investigação se corrompem com frequência em moda. O êxito de uma determinada teoria associada a alguns problemas concretos reuni quase ao mesmo instante tal número de escritos que em pouco tempo esses problemas se convertem em assuntos esgotados, impraticáveis, tendenciosos. Este é sem dúvida, como leitor não se escapa, o perigo que acerca os marcadores discursivos, cujo estudo iniciou na Lingüística e Gramática de Texto (Halliday, Fuentes, Casado), y logo proseguido com sucesso para a Sociolingüística Interaccional (Schiffrin, Cortés Rodríguez) y la Pragmática (Blakemore, Anscombe y Ducrot, Martín Zorraquino, Portolés, Montolío...), dentro desse espaço constituído pela análise do discurso atual. (tradução nossa)

3. Concepções linguísticas acerca dos marcadores discursivos nos manuais didáticos

O estudo dos fenômenos linguísticos transita nas diversas esferas linguísticas, dentre elas, a Pragmática e a Argumentação. Assim, a análise dos marcadores discursivos nos manuais didáticos a partir dessas duas correntes da Linguística terá que partir do princípio de que a linguagem constitui-se através do uso e que os aspectos históricos e sociais contribuem para a formação linguística dos sujeitos. Nesse sentido,

a Linguística Pragmática descreve a língua sob o ponto de vista do seu uso, isto é, em relação aos seus usuários. Ela examina as atuações linguísticas (atos de falas), ou seja, os enunciados comunicativos, levando em consideração os contextos e as situações de fala nas quais estão inseridos. Ela procura esclarecer a relação existente entre as proposições e seus enunciados sob a forma dos atos de fala. (SCHMIDT, 1978, p.30)

Os atos de fala são produzidos em contextos históricos e sociais nos quais os sujeitos estão inseridos. A análise dos fenômenos linguísticos a partir dessa perspectiva exige do analista entender os fatores contextuais que contribuem para as particularidades linguístico-discursivas dos enunciados veiculados nas diversas situações sócio-históricas. Os sujeitos são seres que agem sobre o outro a partir da linguagem, isto é, a transformação social e comportamental dos sujeitos se dá a partir da intervenção dos interlocutores através do uso da língua. Assim, os autores dos manuais didáticos precisam a todo instante buscar mecanismos que atenda, mas necessidades linguísticas dos sujeitos. Vale enfatizar que não é uma tarefa fácil, pois não sabemos se os autores conseguiriam agrupar em uma única obra as inúmeras funções dos itens linguísticos e os diferentes usos realizados pelos falantes. Reconhece-se que:

en la mayoría de los enunciados hay ciertos rasgos que determinan su valor pragmático independientemente de su contenido informativo. Y estos rasgos ni siquiera pueden ser considerados siempre rasgos marginales, cuyo carácter excepcional confirmaría la regla a la que se oponen – lo que a lo sumo sería el caso para las interjecciones y las injurias - . Por el contrario, con frecuencia se trata de marcas imbricadas en la estructura sintáctica. (ANSCOMBRE e DUCROT, 1998, p.31)¹¹

Isto quer dizer que o valor pragmático da maioria dos itens linguísticos consiste não apenas na configuração do seu conteúdo informativo, mas na imbricação que ocorre do ponto de vista sintático em sua natureza linguística. As categorias gramaticais sob a ótica da Pragmática são heterogêneas e o uso é que determina as suas funções nas situações comunicativas.

Em alguns momentos do manual didático, os autores apresentam características pragmáticas, por exemplo, a atividade abaixo extraída do manual didático dos autores William Cereja e Thereza Cochar Magalhães:

¹¹ Na maioria dos enunciados há certas características que determina seu valor pragmático, independentemente de seu conteúdo informativo. Estas características nem se quer podem ser consideradas sempre como características marginais, cujo caráter extraordinário confirmaria a regra a que o opõem – que seria o caso das interjeições e dos insultos. Ao contrário com frequência se trata de marcas imbricadas na estrutura sintática.


Figura 1. Atividade acerca das conjunções

3. Leia este poeminha, de Mário Quintana:

O poema

Uma formiguinha atravessa, em diagonal, a página ainda em branco. Mas ele, aquela noite, não escreveu nada. Para quê? Se por ali já havia passado o frêmito e o mistério da vida...

(*Poesias*. Porto Alegre: Globo, 1972. p. 70.)



a) Com que finalidade o poeta empregou a conjunção coordenativa adversativa *mas* no início da frase "Mas ele, aquela noite, não escreveu nada"? Para mudar a sequência do assunto iniciado anteriormente.

b) Indique o valor semântico da preposição destacada na expressão "Para quê?". finalidade

c) Que valor semântico a conjunção subordinativa *se* tem na frase "Se por ali já havia passado o frêmito e o mistério da vida..."? Expressa a causa de o poeta não desejar escrever nada aquela noite.

Fonte: CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Português linguagens: Literatura, Produção de Texto e Gramática. v. 02 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010

Percebe-se nessa atividade que a preocupação do autor é mostrar que as conjunções, especificamente o *mas*, não exercem apenas a função sintática e, sim assumem outros valores semânticos. Por exemplo, o marcador adversativa *mas* assume o valor de sequência de assunto e, em uma análise mais discursiva, exerce a função do marcador discursivo *além disso*. Na língua em uso são recorrentes as mudanças dos valores pragmáticos dos itens gramaticais. É necessário demonstrar ao discente essas transformações que acontecem ao usarmos os elementos que compõem a gramática.

Nessa atividade pode-se explorar o uso dos artigos definidos e indefinidos, o título, uma vez que o locutor do poema narra à história da formiguinha, ao invés de discorrer sobre o gênero poema. As posições que exercem a partícula *se*, tanto a sintática, quanto à semântica. Portanto, realizar uma análise linguística dos itens que compõem o texto, oportuniza os alunos a entender a funcionalidade dos mecanismos linguísticos e atribuir os valores pragmáticos de acordo a intenção comunicativa. Pois:

de ahí que lleguemos a la conclusión de que sea preciso poder mencionar la enunciación desde el primer momento en el que se interpreta las conjunciones, y no sólo en un segundo análisis que hiciera una nueva interpretación pragmática de una lectura puramente informativa. (ANSCOMBRE e DUCROT, 1998, p.33-34)¹²

A análise das categorias gramaticais, sobretudo as conjunções, exige dos autores dos manuais didáticos, bem como dos professores de língua materna compreensão, interpretação e conhecimento das normas gramaticais. Além disso, na análise linguística dos itens gramaticais, podemos perceber outras marcas linguísticas, a exemplo das inferências e a orientação argumentativa.

¹² Até aqui chegamos a conclusão de que seja preciso poder mencionar a enunciação desde o primeiro momento em que se interpreta as conjunções, e não somente em uma segunda análise que se inicia uma nova interpretação pragmática e uma leitura puramente informativa. (tradução nossa)

De acordo com Anscombe e Ducrot (1998), a primeira leitura configura o início da interpretação e é partir da segunda que inicia uma análise pragmática. Nela, há interpretação das outras funções que os itens gramaticais exercem no texto. Nesse sentido, o locutor compreende que os itens gramaticais não exercem apenas funções de ordem sintática, mas pragmáticas e argumentativas e que o contexto e as escalas argumentativas contribuem para a intenção comunicativa e a compreensão leitora do interlocutor. Ademais:

pela prática da leitura e da produção de texto, sabe-se que as chamadas conjunções são elementos de fundamental importância na organização textual. Ao observar, no entanto, os estudos sobre estas formas, vemos que elas, nas gramáticas escolares de largo uso no Brasil, se limitam a repetir a classificação das conjunções em coordenativas e subordinativas, repetindo, também, a subclassificação ali existente. Esta taxonomia, tal como estas gramáticas a apresentam hoje, se repete há pelo menos uns cinquenta anos. (GUIMARÃES, 2001, p.35)

Essa perspectiva estritamente estruturalista perdurou durante muito tempo nas gramáticas e nos manuais didáticos. Mas, como já foi dito antes, os manuais didáticos analisados não apresentam totalmente essa visão, certamente porque o advento das novas correntes linguísticas, por exemplo, da Semântica Argumentativa contribuiu para a formulação de gramáticas e manuais didáticos mais contextualizados.

Na perspectiva da argumentação, os manuais didáticos analisados apresentam vários gêneros discursivos que cooperam para que os discentes produzam textos argumentativos. Por exemplo, editoriais e artigos de opinião. Por fim, vários fatores são relevantes para que os autores de manuais didáticos adotem totalmente a perspectiva da Pragmática e da Argumentação.

No entanto, alguns aspectos contribuem para que isso não ocorra, dentre eles: não há condições de contemplar todas as correntes linguísticas, porque os livros não podem ter um número elevado de páginas, uma vez que existem os custos de produção. Além disso, a predominância do ensino de gramática, a sociedade em geral cobra o ensino de gramática e dos gêneros literários, pois acredita que uma boa produção de texto está atrelada ao domínio das regras gramaticais.

Além da discussão acerca do manual didático, vale ressaltar, que o vilão da ausência do ensino das estratégias argumentativas não é apenas o manual didático, outros vilões também protagonizam essa cena, a saber, a ausência de qualificação dos professores de língua materna. Nesse caso, é necessário destacar que a maioria dos profissionais de educação não têm condições do ponto de vista financeiro e também não são incentivados pelas instituições as quais estão vinculados.

Diante do exposto, é necessário que a linguagem seja vista como uma forma de ação sobre os interlocutores, ação que traz consigo as intenções comunicativas, os objetivos de modificar e transformar as condições comportamental e social dos emissores, receptores, isto é, dos professores, alunos e autores de livros didáticos no Brasil.

4. Manuais Didáticos – uma análise: marcadores discursivos em um artigo de opinião e um editorial

Para análise dos marcadores discursivos, **mas,então,além disso, não e portanto**, selecionamos um artigo de opinião do manuais didáticos: **Português**: literatura, gramática, produção de texto e **Português linguagens**: Literatura, Produção de Texto e Gramática..

O primeiro texto pertence ao manual didático: **Português**: Literatura, Gramática, Produção de Texto. A temática do texto faz parte do ambiente educacional. A construção dos argumentos também transita nas esferas dialógicas e argumentativas. Na análise, percebe-se que há um diálogo entre os locutores e os interlocutores, em outras palavras, o autor do artigo dialoga com alunos, corpo docente, enfim todo o sistema educacional que vivenciou ou vivencia o problema do bullying.

Texto 01¹³

Bullying e incivilidade

O bullying não é um fenômeno moderno, mas hoje os pais estão bem preocupados porque parece que ele se alastrou nos locais onde há grupos de crianças e jovens, principalmente na escola. Todos têm receio de que o filho seja alvo de humilhação, exclusão ou brincadeiras de mau gosto por parte dos colegas, para citar exemplos da prática, mas poucos são os que se preocupam em preparar o filho para que ele não seja autor dessas atividades.

Quando pensamos no bullying, logo consideramos os atos violentos e agressivos, mas é raro que os consideremos como atos de incivilidade. Vamos, então, refletir a respeito desse fenômeno sob essa ótica.

Por que é que mesmo os adultos que nunca foram vítimas de atos de violência, como assalto ou furto, sentem uma grande sensação de insegurança nos espaços públicos? Simples: porque eles sentem que nesses locais tudo pode acontecer. A vida em comunidade está comprometida, e cada um faz o que julga o melhor para si sem considerar o bem comum.

Outro dia, vi uma cena que exemplifica bem essa situação. Em uma farmácia repleta de clientes, só dois caixas funcionavam, o que causou uma fila imensa. Em dado momento, um terceiro caixa abriu e o atendente chamou o próximo cliente. O que aconteceu? Várias pessoas que estavam no fim da fila e outras que aguardavam ainda a sua vez correram para serem atendidas. Apenas uma jovem mulher reagiu e disse que estavam todos com pressa e aguardando a sua vez. Ela se tornou alvo de ironias e ainda ouviu um homem dizer que “a vida é dos mais espertos”. Essa cena permite uma conclusão: a de que ser um cidadão responsável e respeitoso promove desvantagens.

¹³Texto de autoria de Rosely Sayão do Jornal Folha de São Paulo publicado em 06 de março de 2008 no Caderno Equilíbrio. No manual de didático localiza-se na p.465-466

É esse clima que, de um modo geral, reina entre crianças e jovens: o de que ser um bom garoto ou aluno correto não é um bem em si. Além disso, as crianças e os jovens também convivem com essa sensação de insegurança de que, na escola, tudo pode acontecer. Muitos criam estratégias para evitar serem vistos como frágeis e se tornarem alvo de zombarias. Tais estratégias podem se transformar em atos de incivilidade.

O título, os argumentos e o uso de elementos linguísticos e extralinguísticos constituem a configuração textual e discursiva do texto “Bullying e incivilidade”. Os sujeitos que pertencem ao ambiente educacional e o autor conversam, porque o tema afeta milhares de crianças que frequentam escolas e a partir da leitura do texto, surgem perguntas cujas respostas ainda não são satisfatórias, a saber: o que fazer com as crianças que praticam o bullying e são vítimas de bullying? A visita ao psicólogo resolve? A expulsão do aluno resolve? O castigo? E as consequências físicas e psicológicas? Essas questões são evidenciadas, principalmente quando o locutor narra às cenas.

A partir do título, visualiza-se a primeira premissa, isto é, o jogo dialógico e dialético entre as palavras *Bullying* e *incivilidade*. Estamos diante de um termo inglês que em sua semântica constitui os significados de violência, preconceito e ato ilícito. O léxico *incivilidade* apresenta também atos contrários provocados pela presença do prefixo *in*. Esse jogo iniciado no título atravessa o texto e, possivelmente, conquista o interlocutor, pois se trata de uma temática, reiterando o que foi dito antes, que pertence ao ambiente educacional e a sociedade em geral.

Além disso, a presença de marcadores discursivos contribui para a construção do projeto discursivo dos interlocutores e estabelece algumas premissas e inferências. Por exemplo, no trecho abaixo, extraído do texto em análise encontra-se o MD *mas* e as seguintes considerações sintáticas e discursivas.

Todos têm receio de que o filho seja alvo de humilhação, exclusão ou brincadeiras de mau gosto por parte dos colegas, para citar exemplos da prática, mas poucos são os que se preocupam em preparar o filho para que ele não seja autor dessas atividades. .

A força argumentativa do conector *mas*, embora incida a atenuação do argumento a partir do uso do MD *poucos*, em sua essência prototípica, conserva o valor adversativo, entretanto, analisando sob a ótica discursiva o uso do marcador discursivo *mas* desencadeia inúmeras inferências. No texto supracitado, as seguintes funções e argumentos oriundos do uso do conector são:

- Na função restritiva a partir do uso do MD *poucos*, ou seja, o número pequeno de pais que se preocupam em preparar o filho para que não sejam autores de *bullying*.
- Na escala argumentativa, o marcador *todos* perde força para o *mas*, uma vez que o conector adquire status afirmativo.
- No enunciado, o MD *pouco* restringe o MD *todos*, apresentado no primeiro enunciado.

- No enunciado, *todos*, representa o número de interessados preocupados e com medo que os filhos sofram humilhação, neste caso, a família, a sociedade e os país.
- No enunciado, o marcador *mas*, exerce a função contra-argumentativa.

Outro MD selecionado para análise foi o *então*, constatam-se as seguintes instruções sintático-discursivas do marcador no enunciado abaixo:

Vamos, então, refletir a respeito desse fenômeno sob essa ótica.

O uso do verbo ir na primeira pessoa do plural convida o leitor a refletir sobre a temática e também sob a ótica apresentada pelo locutor do texto. Esse convite também representa um jogo dialógico-argumentativo, uma vez que, possivelmente, a intenção do locutor seja persuadir o outro.

Os acordos e o jogo persuasivo continuam quando o locutor do texto utiliza o MD ***então***. O marcador discursivo ***então*** sob a perspectiva de Portolés (2001) configura-se como um conector consecutivo. Entretanto, para a gramática tradicional é uma conjunção conclusiva. No enunciado selecionado para a análise do MD ***então***, verificam-se as seguintes funções:

- De concessão a partir do momento que o enunciador concede ao ponto de visto do outro.
- De reformulação do argumento, ou seja, para convencer o outro o interlocutor concede ao ponto de vista do locutor, enquanto busca um argumento que o convença.
- Na escala argumentativa o conector *então* perde força argumentativa a partir do momento que concede ao argumento do locutor.
- Do ponto de vista prototípico exerce a função conclusiva.

Além do conector ***então***, outro MD analisado foi ***além disso***, a partir do enunciado abaixo:

Além disso, as crianças e os jovens também convivem com essa sensação de insegurança de que, na escola, tudo pode acontecer. .

O MD, ***além disso***, exerce as seguintes funções sintático-discursivas:

- Adição de um membro discursivo ao outro.
- Inclusão de outro ponto de vista.
- Na escala argumentativa, a força argumentativa do conector é reforçada a partir do uso do conector também.
- Apresenta a orientação argumentativa de que toda a sociedade sofre com a insegurança e que a escola é um lugar sem segurança.

O texto a seguir é um editorial, extraído do Jornal *Folha de S. Paulo* e utilizado no manual didático dos autores William Cereja e Therezar Cochar Magalhães. O autor do editorial discute a propaganda de cerveja.

Texto 02¹⁴

Propaganda a ser limitada

É grande a força do lobby de cervejarias, TVs e agências de propaganda. Mais uma vez, conseguiu evitar que a publicidade de cervejas fosse equiparada à das demais bebidas alcoólicas e proibida das 6h às 21h.

O projeto de lei do Executivo restituindo um pouco de lógica à legislação que regula a propaganda de álcool estava pronto para ser votado. Mas um acordo entre parlamentares e governo conseguiu retirar a urgência da proposta, que agora fica sem prazo para ir ao plenário. A julgar pelos precedentes, isso dificilmente ocorrerá antes dos Jogos Olímpicos de Pequim, em agosto, ou quem sabe da Copa de 2014. Em termos de saúde pública e ciência, não há justificativa para tratar a publicidade de bebidas alcoólicas de qualquer gradação de forma diversa da do tabaco, que é vedada quase totalmente.

O álcool é uma droga psicoativa com elevado potencial para provocar dependência. Estudo da Organização Mundial da Saúde atribui ao abuso etílico 3,2% das mortes ocorridas no planeta (cerca de 1,8 milhão de óbitos anuais). Metade delas tem como causa doenças, e a outra metade, ferimentos. No Brasil, dados da Secretaria Nacional Antidrogas (2005) apontam que 12,3% da população entre 12 e 65 anos pode ser considerada dependente.

Não se trata de proibir o consumo de álcool, mas esses números deixam claro, por outro lado, que ninguém deveria ser estimulado a beber. A propaganda é uma atividade legítima para a esmagadora maioria dos produtos e serviços existentes. O caso das drogas lícitas é uma exceção. A Constituição Federal, em seu artigo 220, prevê restrições a esse tipo de publicidade.

Não faz, portanto, sentido a campanha que a Associação Brasileira de Agências de Publicidade mantém desde o final de abril afirmando que a restrição à publicidade de cervejas teria o mesmo efeito que proibir “a fabricação de abridores de garrafa”.

Louvar as virtudes reais ou imaginárias de abridores de garrafa não costuma levar jovens a consumir quantidades crescentes de drogas psicotrópicas. Já a propaganda de cerveja o faz.

O autor do editorial apresenta uma discussão acerca da legalização das propagandas de cerveja e as consequências desencadeadas pelo marketing realizado pelas cervejarias. O autor utiliza recursos linguísticos como dados estatísticos e afirmações fundamentadas em fontes. Além dessas, o uso de dois MDs marcam dois pontos de vista cruciais para a compreensão do texto, que são o **portanto** e o **não**, usados no quinto parágrafo.

¹⁴ O texto foi publicado em 11 de maio de 2008 no Jornal Folha de São Paulo. No manual didático localiza-se na p.406

De acordo com Anscombe e Ducrot (1998) a negação, constitui de propriedades argumentativas, por exemplo, a manifestação de argumentos de conclusão, elogios, críticas e recomendação. Essas características de cunho argumentativo atravessam o que os autores chamam de leis de negação. Para a gramática e os manuais didáticos, incluindo os que estão sendo analisados, o MD representa um advérbio de negação. Assim no enunciado a seguir:

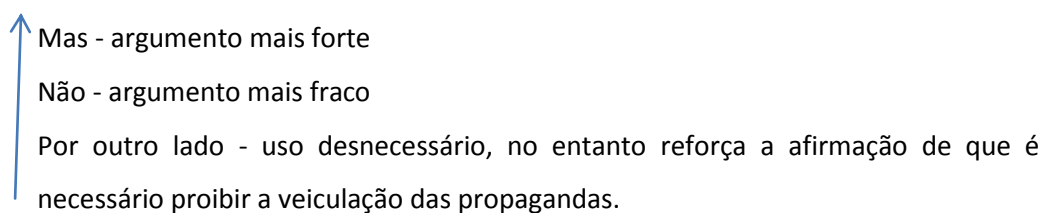
Não se trata de proibir o consumo de álcool, mas esses números deixam claro, por outro lado, que ninguém deveria ser estimulado a beber.

O MD ***não*** estabelece articulação entre o enunciado anterior e o posterior. Além da conexão entre os parágrafos, o uso do conector marca uma posição que condiz com os argumentos usados no decorrer do texto. A expressão, “não se trata de proibir”, permite o leitor inferir que o objetivo do autor é que o projeto de lei seja aprovado, porque o número de acidentes e viciados em álcool apresenta-se de modo preocupante e é necessário realizar alguma ação para impedir o crescente uso das bebidas alcoólicas, sobretudo da cerveja. Além disso, que a proibição da veiculação das propagandas no horário das 9h às 21h seria uma alternativa para diminuir os problemas causados pelo uso de bebidas alcoólicas.

Além do mais, o uso do conectivo contra-argumentativo ***mas*** valida a inferência com a afirmação de que os números são assustadores e que ninguém deveria ser estimulado. Em relação às propriedades argumentativas e textuais temos:

- Advérbio de negação.
- Articulação entre os parágrafos.
- Marcação de um ponto de vista do autor do editorial.
- Afirmação.
- Atenuação do argumento de que seria necessário proibir a venda de álcool.

Em relação à escala argumentativa percebe-se:



O MD ***não*** no enunciado representa o argumento mais fraco, porque não sustenta a argumentação do autor do editorial e serve ao texto para atenuar ou não radicalizar a posição do locutor. O conectivo ***mas*** reforça a argumentação e esclarece o posicionamento do locutor.

Encontram-se no texto, outros MDs ***não***. Esses são usados com a finalidade de afirmar que é necessário proibir a veiculação das propagandas de cerveja e também para articular as ideias do editorial e na função de advérbio de negação, embora todos inclinam a orientação do leitor para afirmação.

Além do Md *não*, analisaremos a seguir o comportamento linguístico do conectivo **portanto**. No enunciado a seguir exerce as seguintes funções sintático-discursivas:

Não faz, portanto, sentido a campanha que a Associação Brasileira de Agências de Publicidade mantém desde o final de abril afirmando que a restrição à publicidade de cervejas teria o mesmo efeito que proibir “a fabricação de abridores de garrafa.

- Conjunção conclusiva.
- Represália à afirmação da campanha da ABAP.

Os MDs **não** e **portanto** pertencem a mesma escala argumentativa, uma vez que orienta o mesmo argumento, ou seja, a comparação entre a propaganda de cerveja e a fabricação de abridores constitui um argumento desprezível.

Assim realizamos uma análise linguístico-discursiva dos marcadores discursivos supracitados nos textos selecionados, tendo em vista que com a análise, os interlocutores percebam que essas unidades exercem outras funções além das prototípicas e também para que os mesmos percebam a importância dos MDs na articulação das ideias no texto, na formulação das orientações argumentativas e na produção das inferências. Na análise são apresentadas as funções de cunho sintático, bem como as discursivas, sobretudo em relação à escala argumentativa e a força argumentativa dos marcadores discursivos.

5. Considerações finais

Acredita-se que a pesquisa apresentou algumas formas de conceituar e classificar os MDs e também de analisá-los a partir da análise linguística e das orientações discursivas. Além disso, a discussão acerca dos MDs nos manuais didáticos possibilitou-nos reconhecer a importância dos conectores na tessitura do texto e também fomentar a reflexão e o uso desses itens linguísticos pelos docentes\discentes. Além de compreender que esses mecanismos exercem as funções coesivas e de coerência textual e, sobretudo, discursivas.

Não tivemos o propósito de definir o marcador discursivo, mas apresentar concepções e classificações teóricas que procuram inserir os MDs em um quadro metodológico que abarque todas as suas especificidades. Assim, chegamos à conclusão de que há inúmeras divergências entre as definições e classificações e que caracterizar os MDs não é uma tarefa fácil.

Retomar os conceitos de argumentação e pragmática possibilitou-nos compreender também a dimensão discursiva em que os MDs se inscrevem, dimensão marginalizada nos manuais didáticos e do contexto da sala de aula. Assim, analisar os MDs nos gêneros da esfera jornalística, especificamente o artigo de opinião e o editorial nos manuais didáticos, possibilitou-nos reconhecer a riqueza desses gêneros e a importância de trabalhar os MDs a partir desses gêneros, primeiro porque são predominantemente

argumentativos e, segundo, os MDs marcam o ponto de vista do interlocutor do texto e terceiro determinam os argumentos orientados ou coorientados.

Em síntese, é importante ressaltar que o fato de os textos analisados, o gêneros jornalísticos, especificamente, o artigo de opinião e o editorial, terem sido retirados de manuais didáticos, o que parece já constituir um avanço em direção à abordagem que se espera dos marcadores discursivos, restando aos autores desses manuais explorarem de forma mais consciente e aprofundada essas marcas que são fundamentais em textos argumentativos como os apresentados no artigo.

Referências Bibliográficas

ADARVE, María Matilde Camacho; RODRÍGUEZ, Luis Cortés. **Unidad de segmentación y marcadores del discurso**: elementos esenciales en el procesamiento discursivo oral. Madrid-Espanha: Arco Libros. 2005.

ALOMBA RIBEIRO, Maria D'Ajuda Alomba. **Los conectores argumentativos en los aprendices hispanohablantes de portugués**. Madrid, 2005. 370f. Tese (Doutorado em Língua Aplicada) -. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Alcalá.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. 2ª ed. Madrid: Editorial Gredos, 1998.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português linguagens**: Literatura, Produção de Texto e Gramática. v. 02 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Ducrot, Oswald. **Princípios de semântica linguística**. Trad. Carlos Vogt; Rodolfo Ilari; Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix. 1972.

_____ Provar e Dizer: **Linguagem e Lógica**. Trad. Maria Aparecida Barbosa; Maria de Fátima Gonçalves Moreira; Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global Editora. 1981.

_____ **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas-SP: Pontes, 1987.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Celia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (Orgs). **Introdução à gramaticalização**: princípios teóricos e aplicação. São Paulo: Parábola, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e Argumentação**: um estudo de conjunções do português. 2ª ed. Campinas-SP: Pontes, 2001.

LEITÃO, Selma. O lugar da argumentação na construção do conhecimento em sala de aula. In: DAMIANOVIC, Maria Cristina; LEITÃO, Selma (orgs). **Argumentação na escola**: o conhecimento em construção. Campinas-SP: Pontes, 2011. p.13-46

PAILLARD, Denis. Marcadores discursivos e cena enunciativa. In: VOGUÉ, Sarah de; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis.(orgs). **Linguagem e enunciação**: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011. p.161-186.

PORTOLÉS, José. **Marcadores del discurso**. Barcelona: Ariel, 2001.

RODRÍGUEZ, M^o Del Camino Garrido. **Conectores contraargumentativos en la conversación coloquial**. León: Universidad, Secretariado de Publicaciones y Medios Audiovisuales, 2004.

SÁNCHEZ, Manuel Martí. **Los marcadores en español L/E**: conectores discursivos y operadores pragmáticos. Madrid-Espanha: Arco Libro, 2008.

SARMENTO, Leila Lauar; TUFANO, Douglas. **Português**: literatura, gramática, produção de texto. São Paulo:Moderna, 2010.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Funções retórica da escolha dos elementos coesivos em textos jornalísticos informativos e opinativos. In: SELLA,Aparecida Feola; BUSSE, Sanimar ; CORBARI, Alcione Tereza (orgs) **Argumentação e Texto**: Revisitando Conceitos, propondo análises. Campinas, SP: Pontes, 2012.

SCHMIDT, Siegfried J. **Linguística e teoria de texto**. Trad. Ernst F. Schurmann. São Paulo: Pioneira Editora, 1978.

VELARDE, Manuel Casado. Linguística del texto y marcadores del discurso. In: ZORRAQUINO, María Antonia Martín; DURÁN, Estrella Montolío (orgs). **Los marcadores del discurso**: Teoría y análisis. 2 ed. Madrid-Espanha: Arco Libro, 2008.

ZORRAQUINO, Maria Antonia Martín; DURÁN, Estrella Montolío. **Los marcadores del discurso**: Teoría y análisis. 2 ed. Madrid-Espanha: Arco Libro, 2008.

Abstract: *The purpose of this study is to revisit the theoretical conceptions of the Discursive Markers (DMS) and to investigate how they are used in the journalistic sphere genders, present in some teaching manuals of the Portuguese Language, those used by the second year high school of two public schools in the town of Itabuna in Bahia. Also it has the intention of analyzing the discursive orientations and the morphosyntactic aspects of the DMs that has been found in the opinion and in the editorial of the teaching manuals. This research falls within the set of studies that supports the thesis that the written of a text requires several resources and among them, the use of connectors and discursive strategies. The theoretical framework is anchored mainly on studies of the Discourse Markers from the perspective of arguing by Alomba Ribeiro (2005); Ducrot (1972, 1981, 1987); Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005); Portolés (2001); Sánchez (2008). The methodological approach is a linguistic and discourse analysis and argumentation guidelines of some DMs found in a opinion and editorial article located didactic manuals of Ensino Médio. Finally, DMs are constituted by semantic-discursive affinities between utterances, guide the arguments and provide the textual coherence and cohesion. And there is need of the authors of theses manuals explore more consciously and deepened those brands that are critical in argumentative texts as presented in the article.*

Keywords: *Discourse Markers; Argumentation orientation; Teaching Manual; Discursive journalistic.*

Livro de autoajuda ajuda? Reflexões acerca do discurso de autoajuda na modernidade avançada

Maria de Fatima Carvalho de Oliveira FELIX (UNB)
fatimaunb@gmail.com

Resumo: A literatura de autoajuda destaca-se por sua constante adaptação às tendências mercadológicas e às alterações da organização da vida em sociedade, fundadas nas instituições do novo capitalismo. Com publicações desde 1859, os livros de autoajuda podem ser caracterizados pela utilização de tecnologias de linguagem empregadas nas composições textuais, que materializam o discurso de autoajuda. Esse discurso, por sua vez, é um discurso-chave da modernidade avançada, que tem potencial para colonizar o mundo da vida – o trabalho, as relações sociais, as subjetividades, a vida privada (Fairclough, 2008) – para moldá-lo à lógica mercadológica. Como proposta de comunicação, apresentamos, portanto, uma breve análise acerca da literatura de autoajuda. Utilizamos o livro *O monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança*, de James C. Hunter, como base para o desenvolvimento da análise sociodiscursiva. Esse livro foi uma das obras mais vendidas no Brasil, nos anos de 2000 a 2010. Nesta pesquisa, nosso objetivo é investigar aspectos acionais implicados na composição desse texto que materializa o gênero situado “livro de autoajuda”. O principal referencial teórico-metodológico da pesquisa é a Análise de Discurso Crítica, de vertente britânica e latino-americana (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003a, 2003b, 2008; RAMALHO & RESENDE, 2011).

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica; literatura de autoajuda; discurso da autoajuda

1. Introdução

O sucesso de vendas e de consumo de livros de autoajuda tem chamado a atenção de muitos pesquisadores/as, interessados/as principalmente na busca do entendimento de como mecanismos linguísticos, literários, econômicos, entre outros, funcionam e garantem a permanência desses livros, principalmente nas sociedades ocidentais, como objetos de consumo intensamente procurados pelo público leitor, na modernidade avançada. Vários questionamentos impulsionam estudiosos/as de várias áreas do conhecimento a buscarem respostas ou mesmo teorias que expliquem o fenômeno autoajuda. Entre esses questionamentos, destaca-se um que divide muitas opiniões: livros de autoajuda ajudam seus/suas leitores/as?

Neste trabalho, trago algumas reflexões e considerações a respeito do discurso da autoajuda, materializado em textos, presente em vários produtos de massa comercializados largamente na modernidade avançada. O consumo desses produtos, como, por exemplo, livros, sites, programas de TV, entre outros, tem potencial para produzir efeitos reais na vida em sociedade, principalmente, ao considerarmos que sua circulação é massiva em várias práticas sociais, além de prover, conforme destaca Illouz (2010), um novo repertório linguístico para o “eu” moderno e para a negociação das relações sociais.

Para esse trabalho, nossa intenção é apresentar também algumas reflexões a respeito da literatura de autoajuda. Nessa trilha, o objetivo desse trabalho será demonstrar que textos que materializam o discurso da autoajuda podem veicular sentidos ideológicos, normalmente empregados para sustentar ou estabelecer relações de dominação. Assim, para essa tarefa, especificamente, nos apoiaremos na

perspectiva linguística da Análise de Discurso Crítica, como aporte teórico e metodológico, para tecer algumas reflexões e considerações a respeito dessa literatura.

2. Livro de autoajuda ajuda? A literatura de Autoajuda como discurso e prática social

Muitos/as estudiosos/as começam suas pesquisas acerca da autoajuda com esse questionamento em mente. Todavia, encontrar uma resposta para essa questão não é uma tarefa das mais fáceis. Nas últimas três décadas, conforme destaca Illouz (2012: 12), se acumularam muitos estudos e críticas a respeito da terapia e de suas vertentes, como, por exemplo, a autoajuda. Embora sejam diferentes em relação aos métodos empregados e/ou perspectivas teóricas, vários estudos chegaram a algumas conclusões comuns, como, por exemplo, a questão de que a terapia e suas vertentes são, por excelência, produtos modernos que exploram geralmente muitos temas em comum, como os seguintes: a burocratização; o narcisismo; a construção de um falso eu; o controle das vidas modernas por parte do Estado; o colapso das hierarquias culturais e morais; a intensa privatização da vida causada pela organização social capitalista; o vazio do eu moderno separado das relações em comunidade; a vigilância em grande escala; a expansão do poder e a legitimação estatal; a sociedade do risco; e o cultivo das vulnerabilidades do eu. Para essa autora,

Graças ao consumo e à prática terapêutica, o eu tem sido rapidamente integrado às instituições da modernidade, fazendo com que a cultura perca seu poder de transcendência e de oposição à sociedade. A própria capacidade de sedução do consumo e da autoabsorção terapêutica marcam o declínio de qualquer oposição séria à sociedade e o esgotamento generalizado da civilização ocidental. (ILLOUZ, 2010, p. 13)

Nessa mesma linha, podemos citar os estudos de Cheng (2008). A autora também destaca que muitas pesquisas foram desenvolvidas com base em seleção de grandes *corpora*, formados por muitos títulos, outras com *corpora* um pouco menores. Todavia, essas pesquisas, desenvolvidas em macronível, permitiram empregar abordagens que propiciaram a identificação, nos livros, de características comuns e padrões desenvolvidos ao longo do tempo em relação aos contextos sociais e históricos, o que produziu várias definições de autoajuda e muitas conclusões a respeito desse fenômeno. Entretanto,

suas avaliações do fenômeno de autoajuda são diferentes: alguns veem os livros como uma força negativa, incentivando ou reforçando certas ideologias; enquanto outros veem efeitos positivos. Apesar dessas perspectivas conflitantes sobre livros de autoajuda, existem alguns consensos em torno de algumas características. Primeiro, eles respondem aos problemas sociais de um determinado período de tempo e fazem-no por reafirmar valores tradicionais americanos. A segunda ideia comum em pesquisas sobre autoajuda sustenta que a recente onda de livros de autoajuda está mais focada naqueles produzidos com a temática da cultura de si, do eu. Terceiro, existem várias características retóricas comuns entre os livros de autoajuda. O gênero, como não acadêmico e não científico, evita o uso de dados ou estudos para apoiar sua mensagem. Em vez disso, seguindo a tradição de não ficção popular, ele depende de artifícios retóricos, como narrativas pessoais, metáforas, parábolas, analogias, e metacomentários. Além disso, esses livros

podem usar uma estrutura de problema-solução, no entanto, a natureza do problema e as soluções apropriadas variam. (CHENG, 2008, p. 2-3).

Vale enfatizar que, para efeitos deste estudo, o discurso da terapia abrange um conjunto de “objetos ecléticos” (ILLOUZ, 2010, p.12), tais como: o método da “cura pela fala”; livros de autoajuda comerciais com proposta de solução rápida; grupos de apoio; programas de treinamento de assertividade; trabalhos, mesclados ao mundo empresarial, desenvolvidos por profissionais da psicologia, com objetivos diferentes da atividade-fim da psicologia; e uma variedade de programas de televisão que fornecem aconselhamentos terapêuticos. Todavia, o foco desta pesquisa é o discurso da autoajuda materializado no gênero situado “livro de autoajuda”.

A literatura de autoajuda se destaca dos demais tipos de literatura por concentrar certas características, relacionadas à produção, à circulação, à recepção e à apropriação por parte do público, que as coloca em uma posição de realce, principalmente nos estudos linguísticos, que oferecem ferramentas para entender seus mecanismos de funcionamento. Conforme realçam Papalini e Rizo (2012, p. 120), a literatura de autoajuda se destaca principalmente por ser um produto de um mercado editorial, que modernizou os modos de criação, de reprodução e de circulação, o que acabou por atribuir-lhe um caráter de mercadoria “em um jogo essencialmente capitalista” (PAPALINI & RIZO, 2012, p. 120). Esse mercado editorial possui uma estrutura de funcionamento que compreende diversas frentes trabalho, que abarcam os meios de produção, de difusão, de circulação, e de comercialização dos livros, montando, assim, um sistema organizado que rende milhões, todos os anos. As autoras ainda acrescentam:

O circuito de leitura é impulsionado por todos os atores participantes, desde os autores – que trabalham por inspiração, desejo, solicitação, obrigações contratuais ou necessidade –, até a indústria editorial, passando pelas comunidades de aficionados, pelas revistas culturais, pelas instituições vinculadas ao livro e pelo maquinário de outorgamento de prêmios, para chegar até o público. (PAPALINI & RIZO, 2012, p. 121)

Como outras literaturas de massa, os livros de autoajuda também passam por processos de produção similares aos dos *Best Sellers*: os livros são produzidos em série, para um público amplo, mas hipotético, delineado por meio de variáveis em pesquisas de mercado, dividido em subgrupos ou segmentos, de acordo com características que lhe conferem alguma homogeneidade. Em alguns casos, produtores/as constroem, em torno de autores/as, verdadeiras marcas comerciais, que adquirem valor de mercado, por meio de estratégias publicitárias, produzindo personalidades altamente vendáveis, que, por si só, são referências em torno de determinados assuntos. Há também uma alta rotatividade de títulos e autores/as que são lançados rapidamente no mercado, em substituição aos anteriores.

Em relação ao público consumidor de literaturas de autoajuda, Papalini e Rizo (2012, p. 128) esclarecem que, em vez de produtos voltados para indivíduos, em suas particularidades, o mercado editorial prepara livros voltados para grupos, nos quais são consideradas múltiplas identidades leitoras. Há, portanto, circuitos de especialistas, vozes autorizadas, recomendações de pessoas confiáveis ou com

determinados saberes reconhecidos, que estipulam as formas como esses livros são compostos. Além disso, há uma indústria cultural que “se retroalimenta e se multiplica a todo tempo, se renova, muda de suporte: do livro a filmes, da revista ao livro, do filme à série televisiva.”

Um dos parâmetros mais usado por pesquisadores/as para a definição de livro de autoajuda é a recorrência de certos temas explorados nessas publicações.

Embora seja possível encontrar uma grande variedade de temáticas e enfoques que permitem sua classificação em subgêneros, o tema da “solução de problemas” está presente em todos eles. Esse tema se apresenta como uma estratégia ao alcance da mão para resolver diferentes problemas cuja chave se encontra no próprio sujeito. Sua função geralmente é utilitária: é abordada a interioridade do sujeito, ou seja, expurgando do relato aquilo que singulariza o relato da vivência para facilitar a síntese. Os livros de autoajuda geralmente publicitam sua eficácia fora dos limites do texto. Neles há uma promessa condicionada para os leitores que seguem o caminho indicado pelo texto.” (PAPALINI & RIZO, 2012, p. 131).

Podemos também elencar a contribuição de Rüdiger (1995) para as pesquisas a respeito da autoajuda. Para esse autor, a literatura de autoajuda pode ser assinalada como “um conjunto de relatos, de manuais, de textos, às vezes multimídia, que ensina como conduzir a vida, sobrepujar a depressão, manejar com pessoas, exercitar a sexualidade, parar de fumar, prosperar financeiramente, etc.” (RÜDIGER, 1995, p. 9). Ele também destaca que esse tipo de literatura de massa está entre os fenômenos da indústria cultural

que construíram seu próprio universo espiritual e responderam com sucesso às demandas colocadas pelas condições que suscitaram seu florescimento, engendrando, com o passar do tempo, uma série de práticas, sobretudo de leitura, através das quais o indivíduo comum vem tentando descobrir, dentro de si, os recursos e a solução dos problemas pessoais criados pela vida moderna.” (RÜDIGER, 1995, p. 9).

Ainda, de acordo com o autor, o fenômeno de massa da autoajuda constitui, portanto, uma série de práticas que “oferecem apoio, estratégias, recursos para o cultivo de si, o manejo da interioridade” (RÜDIGER, 1995, p. 9), para supostamente, elas próprias procurarem soluções que darão conta de resolver seus problemas, além de lidar com as dificuldades impostas pelas relações estabelecidas pela organização da sociedade na modernidade avançada. Assim, supostamente a autoajuda oferece mecanismos para as pessoas conseguirem alcançar certas posições individuais ou sociais. Todavia, a autoajuda tem potencial para promover o condicionamento do público aos discursos hegemônicos concebidos pela lógica do capitalismo, a exemplo de grandes monopólios de comunicação, de mercado editorial, como também de estilos de vida (RÜDIGER, 1995; ILLOUZ, 2011; FELIX, 2013; BOSCO, 2001).

Podemos dizer que a literatura de autoajuda oferecida no mercado possui alguns elementos comuns nas diversas publicações existentes. De acordo com Illouz:

a literatura de aconselhamento combina diversas exigências: por definição, deve ser de caráter geral, isto é, usar uma linguagem nomológica que lhe confira autoridade e lhe faculte fazer afirmações normativas; deve variar os problemas abordados, a fim de ser um produto consumido regularmente; além disso, dirige-se a vários segmentos do público leitor, com diferentes valores e pontos de vista (...) sobre os problemas (...). Por fim, deve ter credibilidade, ou seja, ser proferida por uma fonte legítima.” (ILLOUZ, 2011, p. 19).

Portanto, a literatura de autoajuda configura uma tradição em livros que atravessa a modernidade. No decorrer dos períodos históricos, ela foi adaptada e readaptada às tendências mercadológicas e às alterações da organização da vida em sociedade, fundadas nas instituições do novo capitalismo. O discurso da autoajuda na modernidade avançada é, portanto, um discurso-chave “tecnologizado”, isto é, consiste em um tipo de tecnologia discursiva pautada na racionalidade técnica do “manager”, no discurso de aconselhamento do terapeuta, adaptado aos padrões das práticas terapêuticas, e de outras áreas afins. Esses discursos colonizam o mundo da vida – o trabalho, as relações sociais, as subjetividades, a vida privada – (BOSCO, 2001; FAIRCLOUGH, 2008), adequando-o à lógica mercadológica.

3. Análise de Discurso Crítica – ADC: aporte teórico

Com base ontológica no Realismo Crítico (BAHSKAR, 1989), a Análise de Discurso Crítica – ADC é uma abordagem teórico-metodológica interdisciplinar, que se propõe como ferramenta para a explanação crítica de problemas sociodiscursivos. Conforme Resende e Ramalho (2006), essa postura justifica-se pela intenção da metodologia abarcar, em sua prática, abordagens que focalizam as relações entre os atores sociais, os recursos linguísticos utilizados por esses atores e os aspectos das redes de práticas sociais nas quais as interações discursivas acontecem.

A ADC abarca várias abordagens críticas de discurso, que, embora diferentes em alguns aspectos, guardam algumas características em comum, como, a interdisciplinaridade, o caráter posicionado do pesquisador/a ao realizar pesquisas nessa linha de estudos de discurso, e a utilização de categorias linguísticas, usadas como ferramentas para a crítica social. Este trabalho foi desenvolvido com base nos pressupostos teórico-metodológicos utilizados na ADC, de vertente britânica e latino-americana (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003a, 2003b; RAMALHO & RESENDE, 2011). Fairclough propõe, portanto, para as análises, uma articulação entre a Linguística Sistêmica Funcional e a Sociologia.

Para essa linha de estudos críticos, a linguagem é concebida como parte irredutível da vida social, o que pressupõe relação interna e dialética de linguagem e sociedade. Desse modo, questões sociais são vistas como parcialmente questões de linguagem, e questões de linguagem são vistas como parcialmente questões sociais. Práticas Sociais e Discurso são conceitos centrais para essa abordagem crítica do discurso.

Podemos caracterizar a ADC, principalmente, por seu engajamento social, além da possibilidade de prover pesquisas realizadas nas ciências sociais com um aporte teórico-metodológico robusto, com categorias linguísticas que possibilitam entender o papel da linguagem na vida social contemporânea. Considerando, portanto, o caráter posicionado do/a pesquisador/a, pesquisas em ADC devem, antes de tudo, ser/estar interessadas em investigações “que relacionam o uso da linguagem a contextos situados que envolvem o poder” (RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 20). Dessa maneira, como ressalta Wodak

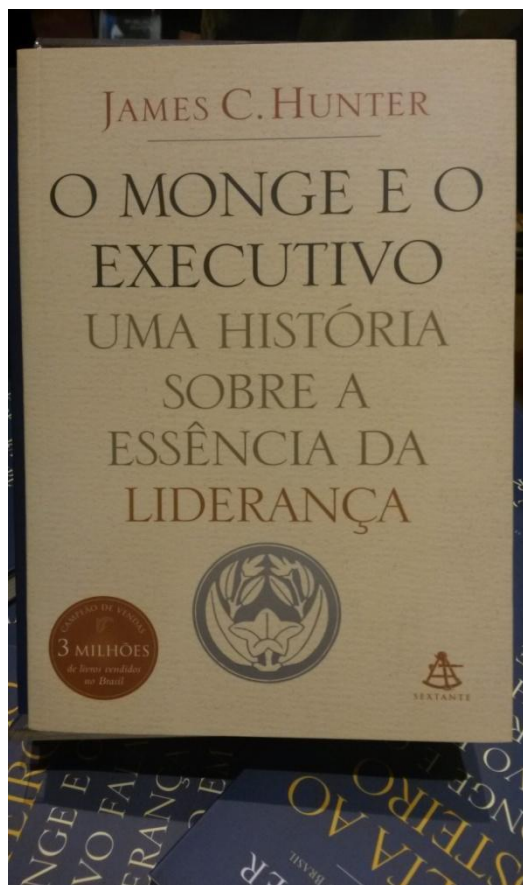
(WODAK, 2004, p. 225), a ADC pode ser definida/caracterizada por “investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada pelo uso do discurso” (WODAK, 2004, p. 225).

Por fim, por oferecer um escopo ampliado e categorias linguísticas para a análise, que permitem agregar à análise linguística aspectos da realidade social na qual está inserida a prática social da autoajuda, viabilizando, assim, a crítica social, a ADC foi escolhida como referencial teórico-metodológico para a consecução deste trabalho.

4. O Monge e o Executivo: exemplo de análise

Nesta seção, apresentamos, a seguir, uma breve análise acerca de um exemplar da literatura de autoajuda. Utilizamos o livro *O Monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança*, de James C. Hunter, como base para o desenvolvimento da análise sociodiscursiva. Nosso objetivo neste trabalho é investigar aspectos acionais implicados na composição desse texto que materializa o gênero situado “livro de autoajuda”.

4.1 – Capa do livro *O Monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança*, de James C. Hunter



Quadro 4.2 – Ficha técnica de *O monge e o Executivo*

Título – versão brasileira	<i>O monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança</i>
Título Original – inglês	<i>The servant - A simple story about the true essence of leadership</i>
Autor	James C. Hunter
Editora	Sextante
Segmento editorial	Autoajuda; Administração e Negócios
Publicação no exterior	1998
Publicação no Brasil	2004 – Rio de Janeiro
Traduzido por	Maria da Conceição Fornos de Magalhães

O livro *O monge e o executivo*, de James C. Hunter, foi lançado nos Estados Unidos em 1998, mas, em termos de número de vendas, teve um desempenho modesto em sua casa. Sua consagração como *Best seller* no ramo de livros de autoajuda aconteceu no Brasil, onde foi vendido mais de três milhões de cópias e figurar em listas de livros mais vendidos, divulgadas pela imprensa, desde a sua publicação no Brasil, em 2004. Trata-se de um livro que aborda o tema liderança. Ele é voltado, portanto, para o campo social da Administração e Negócios; para pessoas que estão envolvidas em atividades sociais que exijam delas, em algum momento, “posições ou comportamentos de líder”.

Na versão brasileira para o livro, o título “*O monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança*”, foi alterado em relação ao original estadunidense. Aparentemente, essa troca produz apenas uma adaptação simplória de uma versão para o público brasileiro. Contudo, essa modificação parece trazer outro significado. Além de criar uma referência em relação às principais personagens da história – um monge e um executivo –, a expressão parece construir uma relação entre dois tipos de atores sociais/identidades que, *supostamente*, exercem funções sociais distintas, produzindo um sentido que ressalva um antagonismo entre essas duas personagens. Entretanto, essa relação inicialmente conflitante é oferecida ao/à leitor/a como alternativa de solução, mesmo que em um contexto que, inicialmente, parece ser desfavorável – o que potencialmente propicia um “reconforto” ao/à leitor/a – com a inserção da “explicação”: trata-se de “uma história sobre a essência da liderança”.

Podemos perceber, então, que a relação semântica “problema-solução”, muito comum no discurso publicitário (FAIRCLOUGH, 2003a; RAMALHO, 2008), é utilizada como recurso textual inicial para atrair e conquistar a atenção de leitores/as, como genericamente encontramos em textos publicitários, nos quais são oferecidos produtos. Mais que isso, o título é a expressão de oferta de um produto/serviço: o autor nos oferece para consumo uma relação entre um monge e um executivo, que tem algo a nos ensinar a respeito da *essência* da liderança. Aqui começa, portanto, a construção/desconstrução de um argumento

pertencente ao discurso da vida: as pessoas, ao lerem o livro, podem “descobrir qual é a verdadeira essência da liderança”, até então supostamente desconhecida.

Nas práticas sociais cotidianas, utilizamos simultaneamente o discurso de três principais maneiras: para agir e interagir; para representar aspectos do mundo e para identificar a si mesmo e aos outros. Essas principais maneiras como o discurso figura simultaneamente em práticas sociais relacionam-se aos três significados do discurso: acional/relacional, isto é, maneiras relativamente estáveis de agir e interagir; ao significado representacional, isto é, maneiras relativamente estáveis de representar aspectos do mundo, de pontos de vista particulares; e significado identificacional, maneiras relativamente estáveis de identificar a si e aos outros. Para esse trabalho, vamos nos ater a algumas considerações a respeito dos aspectos acional/relacional e representacional.

Fairclough (2003a, p. 75) argumenta a análise da prática particular deve considerar a relação entre as redes de práticas, entre os indivíduos e entre as instituições, além das distâncias socialmente estabelecidas entre as instâncias da hierarquia social, a fim de compreender como essas distâncias hierárquicas são construídas e/ou fomentadas nos gêneros. No caso do livro de autoajuda, podemos destacar as relações constituídas entre mercado editorial, escritores/as, comerciantes e, na ponta, leitores/as, em macronível. Já, em micronível, é estabelecida a relação escritor/a – leitor/a. Essa interação é realizada em uma via, de forma mediada, por meio da tecnologia de comunicação no suporte livro, o qual pode combinar diferentes modalidades semióticas, como, por exemplo, imagens, fotografias, desenhos, textos, gráficos etc. Fairclough (2003a) classifica essa interação como estratégica, ou seja, uma simulação de interação comunicativa com fins estratégicos, na qual ao/à leitor/a não é dada a possibilidade de intervenção/resposta com o/a autor/a de forma imediata.

No caso do livro analisado, é possível perceber, em certa medida, que o autor projetou um texto direcionado a um público que possivelmente esteja envolvido em práticas sociais relacionadas à temática do livro. Isso é perceptível pela utilização de recursos discursivos que denotam uma tentativa de diálogo entre autor e leitor/a, de maneira mais “empática”, ao escolher para a composição genérica do livro utilizar a narrativa ficcional, com a qual, por meio do exemplo de vida da personagem principal, busca essa aproximação com o leitor/a.

Nos termos de Fairclough (2003a, p. 71), o papel da linguagem no texto de Hunter configura-se como ação estratégica, isto é, comunicação para alcançar objetivos/resultados. De um lado, podemos observar o autor, que, por meio de uma história ficcional, escrita nos moldes de uma parábola – uma história *exemplar*, com um final que oferece a quem a escuta ou a lê uma “moral da história” –, oferece “lições” sobre liderança; de outro, os/as leitores/as, que podem encontrar nessa história um novo ponto de vista a respeito do tema abordado no livro e, em consequência, estarem expostos/as a uma representação particular de um modelo de liderança. Nessa perspectiva, podemos endossar a leitura de Fairclough (2003a, p. 71), que ressalta que a modernização da vida social promoveu a emergência de complexos

sistemas sociais mais racionalizados, nos quais as interações são predominantemente estratégicas, orientadas para produzir resultados; os gêneros articulados nesse tipo de literatura, portanto, caracterizados pela comunicação estratégica, são partes significativas desses sistemas sociais.

Em relação à estrutura genérica de *O monge e o executivo*, podemos evidenciar algumas características. Em termos de *pré-gêneros*, conforme abordagem proposta por Fairclough (2003a) para a análise de gêneros, o livro recorre aos *pré-gêneros* *narração*, *exposição*, *descrição*, *diálogo* e *argumentação*, para a composição do gênero desencaixado, conforme pode ser observado nos exemplos (1) e (2) a seguir:

- (1) A ESCOLHA FOI MINHA. Ninguém mais é responsável por minha partida. Olhando para trás, acho quase impossível acreditar que eu — um superocupado gerente-geral de uma grande indústria — tenha deixado a fábrica para passar uma semana inteira num mosteiro ao norte de Michigan. (HUNTER, 2004, p. 7).
- (2) Liderança: É a habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasticamente visando atingir aos objetivos identificados como sendo para o bem comum. (HUNTER, 2004, p. 25).

O excerto (1) exemplifica a materialização no texto do *pré-gênero* narrativa. No caso do livro, a narração constitui o principal *pré-gênero* da composição textual, característico da ação discursiva no *gênero desencaixado narrativa de ficção*.

Nesse caso, podemos perceber também que o gênero desencaixado “narrativa de ficção” articula os *pré-gêneros* narração (Exemplo 1) e exposição (Exemplo 2). Esse gênero desencaixado organiza, portanto, as sequências em que aparecem os *pré-gêneros*. Como efeito de criação de significados, temos uma narrativa que organiza as ações das personagens no enredo e temos a exposição e o diálogo que estabelecem os conselhos/ensinamentos apresentados na história, sustentando, assim, a argumentação do autor. Essa ação genérica, no caso da obra analisada, materializa, nesse texto, o gênero situado livro de autoajuda.

O excerto (3) também ilustra a dinâmica adotada em todo o texto: trechos narrativos intercalados a trechos expositivo/argumentativos — “ensinamentos”:

- (3) Fiquei confuso e por isso perguntei: - Simeão, não está clara para mim a diferença entre poder e autoridade. Ajude-me a entender.
Com prazer, John — Simeão respondeu. - Um dos fundadores da sociologia, Max Weber, escreveu há muitos anos um livro chamado *The Theory of Social and Economic Organization* (A teoria da organização econômica e social). Neste livro, Weber enunciou as diferenças entre poder e autoridade, e essas definições ainda são amplamente usadas hoje. Vou parafrasear Weber o melhor que puder.
Simeão voltou para o quadro e escreveu:
Poder: E a faculdade de forçar ou coagir alguém a fazer sua vontade, por causa de sua posição ou força, mesmo que a pessoa preferisse não o fazer.

- Todos sabemos como é o poder, não é? O mundo está cheio disso. "Faça isso ou despedirei você", "Faça isso ou bombardearemos você", "Faça isso ou bateremos em você" ou "Faça isso ou castigaremos você durante duas semanas". Em palavras simples, "Faça isso senão...". Todos vocês concordam com essa definição?

Todos nós concordamos. Simeão voltou ao quadro e escreveu:

Autoridade: A habilidade de levar as pessoas a fazerem de boa vontade o que você quer por causa de sua influência pessoal.

- Isto é um tanto diferente, não é? Autoridade é levar as pessoas a fazerem de boa vontade o que você deseja porque você pediu que fizessem. "Vou fazer porque Bill me pediu — eu atravessaria paredes por Bill" ou "Vou fazer isso porque mamãe me pediu". E notem que poder é definido como uma faculdade, enquanto autoridade é definida como uma habilidade. Não é necessário ter cérebro ou coragem para exercer poder. Crianças de dois anos são mestras em dar ordens a seus pais. Houve muitos governantes maus e insensatos ao longo da história. Porém, estabelecer autoridade sobre pessoas requer um conjunto especial de habilidades. (HUNTER, 2004, p. 26).

Ao observarmos o exemplo acima, é possível perceber que o gênero desencaixado história ficcional serve como suporte para o desenvolvimento da argumentação, característica do livro de autoajuda e de outros gêneros também. O autor intercala as falas das personagens, nas tomadas de turno características de um diálogo montado em um momento da história, com trechos argumentativos, para fomentar a discussão e defesa de um ponto de vista em torno do tema central do livro. Assim, é possível evidenciar que a narrativa como pré-gênero principal serve de suporte para o processo argumentativo do texto, que legitima o discurso do manager, que preconiza que as pessoas devem estar dispostas a endossar mudanças impostas pela modernidade, a fim de se serem absorvidos por ela.

Thompson (2002) realça que as transformações no novo capitalismo, principalmente aquelas relacionadas às alterações necessárias para a continuidade do poder de grupos particulares, necessitam de ser reexplicadas e justificadas, de maneira que o consenso de ordem “natural” seja mantido. O autor (2002: 83) explica, por exemplo, que processos de legitimação que funcionam nesse sentido podem ser incorporados nos textos por “histórias [que] são contadas tanto pelas crônicas oficiais como pelas pessoas no curso de suas vidas cotidianas, servindo para justificar o exercício do poder por aqueles que o possuem ou servindo, também, para justificar, diante dos outros, o fato de que eles não têm poder”.

Nesse caminho, podemos perceber que o uso da narrativa em textos como o ora analisado pode servir a esse propósito: ela tem potencial para naturalizar e legitimar uma situação ou estilo de vida, ao contextualizar em uma história modos de ação e representação particulares como se fossem compartilhados por todos/as.

5. Considerações finais

Conforme já destacado anteriormente, livros de autoajuda são produzidos dentro da lógica mercadológica de produtos de massa, isto é, são parte de uma prática social na qual são tratados como

mercadorias, o que esclarece o fato de esses livros serem divulgados amplamente pela indústria editorial, por meio de grande apelo comercial.

Além desse apelo de mercado, livros de autoajuda destacam-se pela utilização de tecnologias discursivas que promovem os textos. O próprio discurso de autoajuda é exemplar do quanto alguns discursos na modernidade avançada são rearticulados e remodelados, para que continuem ativos e hegemônicos.

Por ser também um dos discursos-chave da modernidade – como, por exemplo, também é o discurso da publicidade –, conforme destaca Fairclough (2008), o discurso da autoajuda tem potencial para veicular ideologias e servir de instrumento de colonização de outros campos sociais e, em consequência, legitimar relações sociais instituídas pelo novo capitalismo, baseado na informação.

Por fim, podemos destacar que gêneros podem legitimar discursos hegemônicos e contribuir para inculcá-los em identidades. Assim, em processos de identificação, as pessoas podem interiorizar discursos hegemônicos, motivados à sustentação do poder de grupos específicos. Livros como *O monge e o executivo* podem ser lidos por pessoas que, por meio das estratégias retóricas usadas pelos/as autores/as, podem “desenvolver uma empatia” em relação aos discursos apresentados, isto é, identificar-se com eles, e, potencialmente, internalizá-los. Nesse processo de internalização, é possível que esses discursos hegemônicos inculquem/conformem identidades.

Referências bibliográficas

BOSCO, Angelo Marcos . **Sucessos que não ocorrem por acaso: literaturas de auto-ajuda**. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

CHENG, Martha . **The selves of self-help books: Framing, argument, and audience construction for social and autonomous selves**. Rollins College, LORE 6.2 May, 2008.

CHOULIARAKI, Lilie & FAIRCLOUGH, Norman **Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinbourg University, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. Londres: Routledge, 2003a.

FAIRCLOUGH, Norman. **El análisis crítico del discurso como método para La investigación em ciências sociales**. In: R. WODAK & M. MEYER (orgs.). Métodos de Análisis Crítico del Discurso. Trad. Fernández y B. Eguibar. Barcelona: Gedisa, 2003b.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad.Org. Isabel. Magalhães. Brasília: UnB, 2008.

- FELIX, Maria de Fatima Carvalho O. **Se tu te ajudas, tu me ajudas: um estudo crítico da (inter)ação no discurso da autoajuda**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2013.
- HUNTER, James C. **O monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança**. 19ª edição. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- ILLOUZ, Eva. **La Salvación del alma moderna – Terapia, emociones y La cultura de la autoayuda**. Trad. Santiago LLach. Buenos Aires: Kats Editores, 2010.
- ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- PAPALINI, Vanina & RIZO, Ana Valeria. **Literatura de circulación massiva: de la producción a la recepción. El caso de lós lectores de autoayuda**. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v13 (2). Brasília: Thesaurus, 2012.
- RAMALHO, Viviane & RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Col. Linguagem e Sociedade. v. 1. Campinas: Pontes, 2011.
- RESENDE, Viviane de Melo & RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- RÜDIGER, Francisco. **Literatura de Auto-ajuda e Individualismo: contribuição ao estudo da subjetividade na cultura de massa contemporânea**. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, 1996.
- SILVA, Denize Elena Garcia; RAMALHO, Viviane. **Reflexões para uma abordagem crítica dos gêneros discursivos**. ALED/Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso, v. 8 (1), 2008.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Trad. Pedrinho A. Guareshi. Petrópolis: Vozes, 2002.
- WODAK, Ruth. **De qué trata el análisis crítico del discurso (ACD). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos**. In: R. WODAK & M. MEYER (Orgs.). *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Trad. T. Fernández y B. Eguibar. Barcelona: Gedisa, 2003.

Abstract: *The self-help literature stands out for its constant adaptation to market trends and changes in the organization of society, founded on the institutions of the new capitalism. Publications since 1859, the self-help books can be characterized by the use of language technologies employed in textual compositions that embody the discourse of self-help. This discourse, in turn, is a key discourse of advanced modernity, which has the potential to colonize the world of life - work, social relations, subjectivities, private life (Fairclough, 2008) - to mold them into the market logic. As communication proposal, therefore, is a brief analysis about the self-help literature. We use the book *The Monk and the executive: a story about the essence of leadership*, James C. Hunter, as a basis for the development of sociodiscursive analysis. This book was one of the works most sold in Brazil, from 2000 to 2010. In this research, our goal is to investigate actional aspects involved in the composition of this text that embodies the genre situated like "self-help book." The main theoretical and methodological framework of the research is the Critical Discourse Analysis, British shed and Latin American (Chouliaraki & Fairclough, 1999; Fairclough, 2003a, 2003b, 2008; RAMALHO & Resende, 2011).*

Keywords: *Critical Discourse Analysis; self-help literature; discourse of self-help.*

A representação discursiva da vítima e do agressor em boletins de ocorrência

Maria de Fátima Silva dos SANTOS¹ (UFRN)
fatimasena2006@yahoo.com.br

João Gomes da SILVA NETO (UFRN)
gonet46@yahoo.com.br

Resumo: Neste trabalho, apresentamos um estudo sobre a representação discursiva da violência contra a mulher em históricos de boletins de ocorrência policial. Trata-se de um recorte de pesquisa que aborda a construção de imagens da vítima e do sujeito agressor, com base na noção de representação discursiva (Rd) encontrada em Adam (2011), Grize (1996), dentre outros. Para este momento, nosso objetivo é analisar como policiais e escrivães constroem as representações discursivas da vítima e do agressor em históricos de boletins de ocorrência. Para a construção dessas representações, analisaremos a ocorrência das categorias semânticas referência e predicação, presentes nos textos dos históricos, que contribuem para a construção da imagem desses sujeitos. Seguindo princípios da pesquisa documental, de base qualitativa, exploramos um *corpus* constituído de boletins de ocorrência coletados em uma delegacia especializada de amparo à mulher, em Natal, Rio Grande do Norte. Para fundamentar a análise, buscamos respaldo nos pressupostos teóricos e metodológicos advindos dos estudos relativos ao discurso e à linguística de texto (ADAM, 2011; KOCH, 2004, 2011; CAVALCANTE, 2011; MARCUSCHI, 2012; MAINGUENEAU, 2005, dentre outros).

Palavras-chave: análise textual dos discursos; representações discursivas; referência; predicação; boletim de ocorrência.

1. Introdução

A Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) configura-se como um lugar social onde mulheres em situações de risco procuram apoio para combater as diversas situações violentas que envolvem, quase sempre, seus relacionamentos conjugais. Essa instituição constitui-se, assim, como um instrumento de defesa dessas mulheres, e isso pode ser observado nas diversas práticas discursivas que ali acontecem. Aliás, importa ressaltar que as práticas discursivas têm uma relação direta com a natureza do texto produzido em certo quadro institucional e, portanto, em conformidade com o contexto situacional em que é produzido, de modo que se configura conforme modalidades genéricas que ali circulam e se fazem reconhecer em suas especificidades. Nessa perspectiva, os sentidos do texto derivam, em certa medida, dos discursos que o motivam e lhe dão corpo, nos usos da língua, em contexto, de modo que, na análise de tais discursos, faz-se necessário tratá-lo em sua relação com os sujeitos e com e as circunstâncias de produção daquilo que eles enunciam. Em outras palavras, em nossas análises, assumimos que, “De um ponto de vista linguístico, é preciso dizer que o contexto entra na construção dos sentidos dos enunciados.” (ADAM, 2011, p. 52), daí a pertinência metodológica da reconstituição do quadro enunciativo em que se costuma produzir o registro de ocorrências nas DEAM. De fato, ao mesmo tempo em que organizam

¹ Bolsista da CAPES – Proc. nº BEX 3002/15-2.

direções de sentidos e formas de agir no todo social, as práticas discursivas são legitimadas e institucionalizadas, e é isso que pretendemos estudar nos textos dos boletins policiais que constituem o *corpus*.

Nas práticas discursivas de uma delegacia especializada, vários são os documentos elaborados que garantem e instituem o seu papel em face da violência contra a mulher. Além dos registros de ocorrência, que resultam no documento conhecido como boletim de ocorrência e que dará origem, eventualmente, ao inquérito policial, outros documentos, tais como guias para exames de lesões corporais, intimações, termos circunstanciados e instauração do inquérito policial compõem a prática discursiva documental dessa delegacia. Geralmente, nas unidades policiais, os procedimentos de apuração de uma denúncia são iniciados com esses registros. Esse procedimento contribui para que as delegacias tenham informação e controle sobre o que está sendo investigado. Socialmente, o boletim de ocorrência é considerado o documento mais popular entre as mulheres que procuram a instituição jurídica e, muitas delas fazem uso desse documento como um instrumento para resolver a situação conflituosa em que está envolvida. Segundo Peron (2007, p. 45), o boletim de ocorrência tem a principal “[...] função, em termos sociais e pragmáticos, de levar ao conhecimento da autoridade policial um fato aparentemente criminoso para que sejam tomadas as devidas providências e instaurado o inquérito.”. Vale ressaltar que, no Brasil, segundo dados estimados pela Secretaria Especial de Política para as Mulheres (2006), apenas 10% dos casos de violência contra as mulheres são denunciados. Conforme Queiroz (2008), isso ocorre por vários fatores, dentre os quais a vergonha de expor em público uma situação conflituosa da vida privada, o medo da morte ou de punições mais severas diante da ameaça do agressor, caso seja feita a denúncia, dentre vários outros. Essa autora (op.cit.) informa-nos, ainda, que as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher foram instituídas com a finalidade de realizar uma prática inovadora, se comparadas às delegacias comuns, na tentativa de adotar soluções novas para velhos problemas, o que tornaria essas delegacias mais eficientes e eficazes em relação aos processos de administração de conflitos pessoais e das violências deles decorrentes. Nessas delegacias, quando uma mulher comparece para efetuar uma denúncia, o primeiro procedimento a ser feito é o registro da ocorrência. O documento resultante constitui-se de um texto que obedece a certos padrões linguísticos e discursivo-textuais e tem a função de registrar, de forma detalhada, o histórico da ocorrência, com a caracterização dos sujeitos envolvidos e das circunstâncias em que ocorreram os fatos alegados.

Diante do exposto, abordamos, neste artigo, a representação discursiva da violência contra a mulher em históricos de boletins de ocorrência policial. Trata-se de um recorte de pesquisa que investiga a construção de imagens da vítima e do sujeito agressor, com base na noção de representação discursiva (Rd) encontrada em Adam (2011) e Grize (1996), dentre outros. Para este momento, nosso objetivo é analisar como policiais e escrivães constroem as representações discursivas da vítima e do agressor em históricos de boletins de ocorrência. Para a construção dessas representações, analisaremos a ocorrência das

categorias semânticas referência e predicação, presentes nos textos dos históricos, que contribuem para a construção da imagem desses sujeitos. Seguindo princípios da pesquisa documental, de base qualitativa, exploramos um *corpus* constituído de boletins de ocorrência coletados em uma delegacia especializada de amparo à mulher, em Natal, Rio Grande do Norte. Para fundamentar a análise, buscamos respaldo nos pressupostos teóricos e metodológicos advindos dos estudos relativos ao discurso e à linguística de texto (ADAM, 2011; KOCH, 2004, 2011; CAVALCANTE, 2011; MARCUSCHI, 2012; MAINGUENEAU, 2005, dentre outros).

Em nossas reflexões, inicialmente, a título de estado da arte, apresentamos alguns trabalhos voltados para o estudo das representações discursivas. Na sequência, apresentamos nosso referencial teórico, com uma breve retomada da noção de representação discursiva, mais especificamente das macrooperações descritivas de construção das representações discursivas, bem como das categorias semânticas que contribuem para a construção das Rd, a saber, referência, predicação, modalização, localização e analogias. Dando continuidade, apresentamos a abordagem metodológica e os resultados preliminares da análise da construção das representações discursivas da vítima e do agressor. Para a construção dessas representações, neste momento, por questões de espaço, analisaremos apenas a ocorrência das categorias semânticas referência e predicação, presentes nos textos dos históricos, que contribuem para a construção da imagem desses sujeitos. Por fim, as conclusões e as referências bibliográficas.

2. O estado da arte: as representações discursivas

A representação discursiva é uma das principais noções utilizada pela Análise Textual dos Discursos (ATD) para o estudo da dimensão semântica do texto, o qual tem sido tema de algumas pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, mais especificamente pelo Grupo de Pesquisa Estudos Linguístico do Texto e do Discurso.

Em dissertação intitulada “A representação discursiva da figura feminina no jornal O Porvir (Currais Novos / Rio Grande do Norte – 1926-1929)”, Oliveira (2013) analisa a construção das representações discursivas da figura feminina no jornal *O Porvir*, periódico quinzenal que circulou na cidade de Currais Novos/RN no início do século XX (1926 a 1929). Para a análise, a pesquisadora descreveu os procedimentos semânticos de construção das representações dessa figura feminina e verificou, também, as representações discursivas predominantes nos textos analisados. Para tanto, Oliveira (*op. cit*) utilizou as categorias semânticas de referência, predicação, modificação e localização espacial e temporal.

Nos resultados, a pesquisadora observou que as representações da figura feminina no jornal *O porvir* dizem respeito à representação de um dado grupo social. Isso porque, segundo ela, os modelos sociais de

figura feminina vigente sempre se construíram com base em determinados grupos, considerando também classe econômica, social, dentre outros critérios. Ressalta, ainda, que existia um modelo a ser seguido, porém, nem todas se inscreviam nesse modelo, por não se enquadrar no perfil perspectivado. A análise e interpretação dos dados apontaram que senhorinha, mãe, esposa e dona de casa foram as representações mais recorrentes, em consonância sempre com as questões de ordem da maternidade, do casamento e da dedicação ao lar, as quais não se distanciaram dos modelos preconizados no início do século XX, para servirem de padrão para essa figura.

Na tese intitulada “Representações discursivas de *Ficar* e *Namorar* em textos de vestibulandos e Pré-vestibulandos”, Ramos (2011) investiga a construção das representações discursivas de ficar e namorar nas produções textuais de vestibulandos e pré-vestibulandos. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa e quantitativa em que se investigou um corpus constituído por cento e sessenta e oito textos empíricos produzidos por vestibulando do PSV/2005 da UFRN e por estudantes do 3º ano de uma escola do estado do RN. Nos textos analisados, Ramos (2011) observou diferentes construções de representações discursivas de *ficar* e *namorar* por meio da designação dos referentes, da predicação, da aspectualização, das circunstâncias espaços temporais e do uso de metáforas.

Com base nas categorias semânticas de análise das Rd de ficar e namorar, Ramos evidenciou, no tocante à referenciação, que os sujeitos fazem uso de referentes distintos para designar e redesignar os participantes das Rd de ficar e namorar. Os nomes “pessoas”, “jovens”, “adolescentes”, “parceiros” e “ficantes” foram designados para o referente ficar. Já o referente do processo de namorar recebeu outras designações, tais como “pessoas”, “moças/garotas”, “rapazes/meninos”, “casal” e “companheiro”, dentre outras.

Com relação à predicação, o autor constatou que os verbos utilizados, em sua maioria, ajudaram a construir uma representação erótica (curtir, divertir-se, transar, beijar...) e ao mesmo tempo transitória (sair, despedir-se...) para o referente ficar e uma representação mais afetiva (conhecer, aprender, amar...) e duradoura (casar, construir...) para namorar.

No tocante à aspectualização, os referentes do processo de ficar receberam qualificações negativas (irresponsáveis, imaturos, descompromissados...) enquanto os referentes de namorar foram qualificados positivamente (confiáveis, maduros, sérios, responsáveis e comprometidos). Para Ramos (2011), provavelmente essas qualificações estejam relacionadas com as formas sociais de representar culturalmente as duas formas de relacionamento: ficar e namorar no contexto atual. Contudo, o autor constatou também qualificações positivas para ficar (livre, liberal, moderno) e negativas para namorar (ultrapassado, conservador, tradicional).

Quanto à localização, os participantes do processo de ficar são situados, quase sempre, em espaços físicos relacionados à festa (casa de *show*, bares, danceterias), locais onde geralmente ocorrem as “baladas”. Outros espaços físicos foram destacados pelos jovens (escola, colégio), além do motel, espaço

próprio para adultos, relacionando o ato de ficar ao sexo. Já namorar, por sua vez, ocorre geralmente em casa, no ambiente familiar ou virtual (internet), o que restringe esse tipo de relacionamento a um espaço mais convencional. Do ponto de vista temporal, ficar é representado como um ato passageiro, efêmero, transitório; enquanto namorar é representado por uma relação mais duradoura e estável, podendo durar meses e anos e até a “vida inteira”.

No que tange à analogia, Ramos (2011) evidenciou o uso de diversos tipos de metáforas para ficar e namorar (metáforas de restauração, de percurso, criativas e naturais). As metáforas para namorar apresentaram um tom positivo: “O namoro é o alicerce para o casamento”. Já as utilizadas para ficar apresentaram, em sua maioria, um tom negativo: “Ficar é uma onda”, destacando a transitoriedade e a superficialidade característica dessa forma de relacionamento na atualidade, segundo comentários do autor.

Por fim, o autor ressalta as implicações dos estudos sobre as Representações discursivas para a ATD e para o ensino aprendizagem de língua portuguesa. No primeiro caso, o autor observa que a ATD deve ampliar os estudos teóricos e as análises empíricas sobre as representações discursivas construídas em instituições educacionais diversas, a fim de “[...] contribuir efetivamente para uma compreensão dos fenômenos discursivos (oralidade e/ou escrita), quer seja em nível proposicional, quer seja em nível textual, em qualquer gênero de texto.” (RAMOS, 2011, p. 160). Ele esclarece, ainda, que é possível estabelecer interfaces com outras disciplinas de áreas afins, se for o caso, com vistas a uma compreensão mais global da temática em questão. No segundo caso, o autor atenta para o fato de que o ponto de partida e de chegada para o estudo da língua portuguesa é o texto, por ser uma atividade que possibilita o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à participação ativa do aluno na escola e no contexto social.

3. A noção de representação discursiva

Abordamos, nesta seção, a noção de representação discursiva que corresponde à dimensão semântica do texto, na perspectiva da Análise Textual Discursiva (ATD), com base nos pressupostos teóricos e metodológicos propostos por Jean-Michel Adam (2008).

Para Adam (2008, p. 103), “Toda proposição enunciada possui um valor descritivo. A atividade discursiva de referência constrói, semanticamente, uma representação, um objeto de discurso comunicável”. Em outras palavras, uma representação semântica do discurso constrói-se, minimamente, a partir de “[...] **um tema** ou **objeto de discurso posto** e o desenvolvimento de uma **predicação** a seu respeito. A forma mais simples é a estrutura que associa um sintagma nominal a um sintagma verbal”. (grifos nosso). Semanticamente, uma proposição pode, também, se reduzir a um nome e a um adjetivo.

A esse respeito, Rodrigues, Silva Neto e Passeggi (2010, p. 173), em consonância com Adam (2008), observam que “[...] toda proposição, na condição de ‘microuniverso semântico’, constitui uma representação discursiva mínima.”. Nessa perspectiva, segundo esses autores, “A dimensão referencial da proposição apresenta uma certa ‘imagem’ do(s) referente(s) discursivo(s), posto que cada expressão utilizada categoriza ou *perspectiva* o referente de uma certa maneira.”. Assim, nessa perspectiva, a linguagem faz referência e o texto passa a ser concebido como uma proposição de mundo que solicita do sujeito interpretante uma atividade semelhante, mas não simétrica, de (re)construção dessa proposição de (pequeno) mundo ou Rd.

Na teoria linguística da enunciação, o texto é, ao mesmo tempo, uma proposição de mundo e de sentido, um sistema de determinações e um espaço de reflexividade metalinguística. (cf. ADAM, 2008). Desse modo, “Todo texto constrói, com maior ou menor explicitação, uma representação discursiva do seu enunciador, do seu ouvinte ou leitor e dos temas ou assuntos que são tratados”. (RODRIGUES, SILVA NETO e PASSEGGI, 2010, p. 173). O sujeito falante sabe que a língua nem sempre pode dizer tudo, e que, em certas situações, a comunicação pode ser falha, mas ele sabe, também, que isso não é suficiente para impedir a referência ao mundo, às palavras, à própria situação de enunciação e aos co-enunciadores.

Com o intuito de articular o campo linguístico da análise dos discursos ao da retórica e ao da teoria da argumentação, Adam (2011) aproxima a noção de representação discursiva daquilo que Grize² (1996) designa como imagem do locutor no modelo que ele propõe de esquematização: “O conceito-chave da lógica natural [...] é o de esquematização, portanto, de representação discursiva.”. Grize (1978) distingue a imagem da noção de representação neste modelo:

Eu distinguirei as representações das imagens desta forma: as representações são aquelas do locutor, enquanto as imagens são propostas pelo discurso. As imagens são aquilo que a esquematização permite ver. As representações só podem ser inferidas a partir de índices, as imagens podem, em princípio, ser descritas com base nas configurações discursivas. (GRIZE, 1978, p. 48).

Adam (2011) apresenta quatro razões principais para abordar a representação discursiva nos termos da noção de esquematização proposta por Grize. Primeiro, porque qualquer ‘atividade discursiva’ origina uma esquematização que remete tanto a um processo (enunciação) quanto a um resultado (enunciado).

Definir o objeto da análise de discurso menos como um *enunciado*, um *texto* ou um *discurso* do que como um *esquematização discursiva* é, deliberadamente, reunir, em um mesmo termo, a enunciação como processo e o enunciado como resultado. A substantivação do verbo ‘esquematizar’ enfatiza o duplo sentido de um objeto que os termos enunciado e enunciação separam, e que os conceitos de texto e de discurso não comportam absolutamente. (ADAM, 2011, p. 96).

Assim, a atividade discursiva deve ser considerada, antes, uma esquematização-processo que leva a muitas esquematizações resultados. Isso porque, “[...] cada uma das proposições que constituem o texto é

² GRIZE, Jean-Blaise. *Logique naturelle & communications*. Paris: P.U.F., 1996.

somente uma fase em um movimento argumentativo dinâmico complexo que prepara e conduz ao seguinte.”. (ADAM, 2001, p. 101).

Segundo, esquematizar significa construir uma representação discursiva parcial e seletiva de uma realidade, de modo que qualquer discurso constrói uma espécie de microuniverso semântico, que envolve sempre uma dimensão descritiva, conforme enfatiza Grize (1996):

Uma esquematização tem [...] sempre alguma dimensão descritiva. Mesmo arriscando-se a uma descrição cujos elementos são imaginários, o autor deve, em todos os casos, se dedicar à escolha dos aspectos que representará, ele deve selecionar os traços pertinentes de sua referência. (GRIZE³, 1996, *apud* ADAM, 2011, p. 102).

Essas esquematizações, segundo Adam, passam por predicções que se apoiam não sobre conceitos verdadeiros, mas sobre noções. Essa imprecisão faz com que cada sujeito em situação de interação interprete o que lhe é proposto, de modo que de esquematização em esquematização, as noções (imagens) se transformam e evoluam.

A terceira razão apresentada por Adam encontra-se associada à ideia de que a coerência do microuniverso construído pela atividade de esquematização discursiva encontra-se marcada por dois fatores: a) a finalidade do esquematizador e b) as expectativas que o esquematizador prepara para seu auditório. Desse modo, “Uma esquematização tem por função fazer alguém ver alguma coisa, mais precisamente, é uma representação discursiva orientada para um destinatário sobre como seu autor concebe ou imagina uma determinada realidade.”. (GRIZE⁴, 1996, *apud* ADAM, 2011, p. 105).

Dessa forma, conforme enfatiza Grize, a essência de uma esquematização deve ser reconstruída por seu destinatário, logo, deve ser interpretada, com vista à construção do sentido do texto. Esse autor ressalta, ainda, que uma representação discursiva é sempre situada, o que requer do analista conhecimentos que a ultrapassem. Cita como exemplo que um discurso de geometria sobre os triângulos contém as informações necessárias para a sua interpretação. Já um artigo de jornal sobre o Triângulo das Bermudas exige o domínio de vários conhecimentos que não estão no artigo. Desse modo, o trabalho analítico de reconstrução deve pautar-se em três pontos, quais sejam: a situação sociodiscursiva da interação, as condições de produção e as condições de recepção.

Finalmente, na quarta razão apresentada, “toda esquematização é uma proposição de imagens”, Adam (2011) afirma que é necessário distinguir o sujeito no mundo e a imagem esquematizada desse sujeito no discurso. Por “sujeito no mundo”, o autor entende a pessoa do orador com sua função (lugar) e o(s) papel(eis) que assume, com seus fins próprios, seus pré-construídos culturais e representações da situação de enunciação, do objeto do seu discurso, do auditório (B) e as representações psicossociais de si

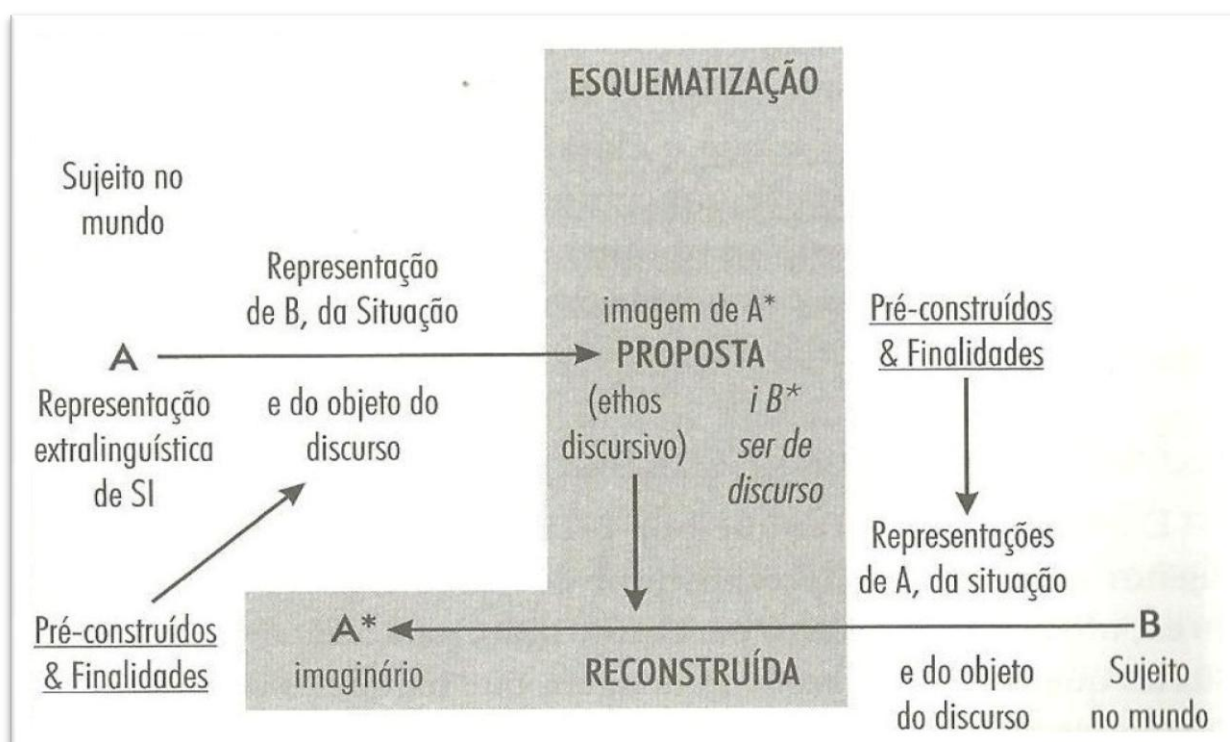
³ GRIZE, Jean-Blaise. *Logique naturelle & communications*. Paris: P.U.F., 1996.

⁴ Idem.

mesmo. Essas representações devem ser distinguidas das imagens dos diferentes componentes propostos pela esquematização e, ainda, reconstruídas pelo sujeito interpretante (ouvinte ou leitor).

De fato, para interagir com o outro, o locutor constrói uma representação da situação da qual participa, ou seja, constrói uma imagem não apenas do seu interlocutor e do tema ou objeto de seu discurso, mas também uma imagem de si mesmo enquanto interveniente no processo comunicativo. É o que nos mostra o quadro 1, reproduzido de Adam, que sintetiza o sujeito no mundo e a imagem esquematizada desse sujeito no discurso:

Quadro 1. O sujeito no mundo e a imagem esquematizada desse sujeito no discurso



Fonte: Adam, 2011, p. 108

Conforme ilustrado no quadro (1), B é um sujeito no mundo que tem uma representação de A anterior – presente (ou ausente) em sua memória discursiva – ao discurso. Adam (2011, p. 108) afirma que “É precisamente do confronto dessa representação psicossocial de A com o *ethos* esquematizado do orador que surge uma figura que é a do outro, um outro sempre imaginário (A)”.

A esse respeito, Grize (1996, p. 69) postula: “Eu denomino representação aquilo que é relativo a A e B e imagem aquilo que ‘é visível no texto’.”. Deste modo, esquematização é uma proposição de imagens – imagem do esquematizador em (A), imagens do coesquematizador em (B), imagens do tema do discurso em (T). Conforme se observa, Grize teoriza, portanto, três imagens de base; Adam, por sua vez, insiste sobre as imagens da situação de interação sociodiscursiva em curso, as imagens da língua do outro ou daquela que o outro espera que se produza e as imagens da materialidade do discurso.

Ainda com relação à construção de imagens, Rute Amossy (2011, p. 9) afirma que “Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si.”. Para isso, no entanto, a autora acrescenta, logo em seguida, que o locutor não precisa, necessariamente, fazer seu autorretrato, tão pouco detalhar suas qualidades nem falar explicitamente de si. “Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa.”. Assim, o locutor efetua em seu discurso uma representação de si. Contudo, conforme ressalta a autora, essa representação de si não se limita a uma técnica apreendida ou a um artifício: ela se efetua, frequentemente, na interação com o outro, nas trocas verbais mais corriqueiras e mais pessoais.

3.1 As macrooperações descritivas de construção das Representações discursivas

Descreveremos, nesta seção, alguns procedimentos de construção semântica da proposição, com base nas operações que a ATD define para a sequência descritiva (ADAM, 2008, p. 215-224), a saber: tematização, aspectualização, relação e expansão por subtematização.

3.1.1 Operações de tematização

A tematização é a macrooperação principal que garante unidade a um segmento, caracterizando-o como uma espécie de sequência. Adam (*idem*, p. 217-218) afirma que essa operação pode ser aplicada de três maneiras bastante distintas para a construção do sentido: *pré-tematização (ou ancoragem)*, *pós-tematização (ou ancoragem diferida)* e *retematização (ou reformulação)*.

Na primeira aplicação, a denominação imediata do objeto encontra-se ancorada no início do período descritivo. Já na segunda, ocorre uma denominação adiada do objeto, em que a descrição é nomeada no curso ou no final da sequência. Nesse caso, em que a descrição é dada tardiamente, a descrição pode permanecer obscura, dificultando, assim, a construção do sentido. Finalmente, na terceira aplicação por retematização, ocorre uma nova denominação ou reformulação do referente (objeto do discurso).

3.1.2 Operação de aspectualização

A macrooperação de aspectualização apoia-se na tematização. Agrupa duas operações: fragmentação e qualificação. O primeiro caso consiste em selecionar partes do objeto da descrição por meio da fragmentação ou partição desse objeto, tendo em vista a focalização pretendida, ou seja, o objetivo da ação verbal. No segundo caso, colocam-se em evidência as propriedades do todo e ou das partes selecionadas pela fragmentação para atribuir-lhe uma qualidade. Essa operação “[...] é realizada, geralmente, pela estrutura do grupo nominal nome + adjetivo e pelo recurso predicativo ao verbo ser.”. (ADAM, 2008, p. 219).

3.1.3 Operação de relação

A macrooperação de relação agrupa duas outras operações – contiguidade e analogia. A primeira envolve uma situação temporal que situa o objeto de discurso em um tempo histórico ou individual e, ainda, uma situação espacial que relaciona o objeto de discurso com outros objetos suscetíveis de tornar-se o tema de um procedimento descritivo. Na relação por analogia, a descrição do todo ou das partes são colocadas em relação com outros objetos por meio da assimilação comparativa ou metafórica.

3.1.4 Operações de expansão por subtematização

A extensão por subtematização consiste na expansão descritiva de qualquer operação a (ou combinada com) uma operação anterior. Essa extensão independe do objeto da descrição e do gênero de discurso. Adam (2008, p. 223) explica que “Na medida em que um segmento descritivo não comporta nenhuma linearidade intrínseca, a passagem do repertório de operações à textualização implica a adoção de um plano.”. Desse modo, os planos de textos e suas marcas específicas são fatores decisivos para a legibilidade e a interpretação de qualquer descrição.

3.2 As categorias semânticas de construção das representações discursivas

3.2.1 Referenciação

A categoria semântica de referenciação é um conceito desenvolvido pela Linguística de Texto (Koch e Marcuschi, 1998; Koch e Elias, 2006; Cavalcante, 2011, dentre outros). Neste artigo – a exemplo de Rodrigues, Silva Neto e Passeggi (2010); Ramos (2011) –, reinterpretemos a operação semântica tematização como um caso específico de referência / referenciação.

Para abordarmos o conceito de referenciação, acreditamos ser necessário iniciarmos com a apresentação do que se entende por referente. Segundo Cavalcante (2011, p. 15), “[...] referentes são entidades que construímos mentalmente quando enunciamos um texto. São realidades abstratas, portanto, imateriais.”. Contudo, a autora ressalta que os referentes não são significados, muito embora reconheça que não é possível falar de referência sem recorrer aos traços de significação.

Apesar de os referentes, em geral, se realizarem por meio de expressões referenciais, eles não são formas cristalizadas. Isso significa que o modo como o enunciador e seus possíveis interlocutores constroem a representação dos referentes (objetos de discurso) em suas mentes nunca é o mesmo em qualquer situação efetiva de comunicação.

O ato de referir é sempre uma ação conjunta. [...] É na interação, mediada pelo outro, e na integração de nossas práticas de linguagem com nossas vivências socioculturais que

construímos uma representação – sempre instável – dessas entidades a que se denominam referentes. (CAVALCANTE, 2011, p. 15-16).

Por sua vez, Koch e Marcuschi (1998), baseados nos estudos de Mondada e Dubois (1995), conceituam a *referenciação* como *uma atividade discursiva*, que implica uma visão não referencial da linguagem. Nessa perspectiva, a referenciação passa a ser concebida como o resultado de um processamento estratégico dinâmico e, sobretudo, intersubjetivo, que se estabelece no quadro das interações entre sujeitos sociais atuantes, capaz de se transformar no curso dos desenvolvimentos discursivos, de acordos e desacordos. Essa perspectiva é assinalada pela substituição do termo *referência* por *referenciação*, visto que passam a ser objetos de análise as atividades de linguagem realizadas por sujeitos históricos e sociais em interação, sujeitos que constroem mundos textuais cujos objetos não espelham fielmente o mundo real, mas são interativamente e discursivamente construídos em meio às práticas sociais, ou seja, são *objetos-de-discursos*. (cf. KOCH e ELIAS, 2006).

Cavalcante (2011) divide, nos trabalhos sobre referenciação, duas maneiras de abordar os objetos de discurso dentro de um texto. A primeira prioriza a manifestação das expressões referenciais no cotexto para descrever diferentes processos de introdução, de anáfora e de *dêixis*. A segunda, por sua vez, prioriza a construção sociocognitivo-discursiva do objeto de discurso em detrimento do critério primário da explicitação das expressões referenciais. Logo em seguida, a autora faz a seguinte observação:

Embora, em ambas as abordagens dos fenômenos referenciais busque-se analisar o modo como a representação mental do objeto de discurso vai se configurando, não somente a partir de indícios fornecidos pelo cotexto, mas também de todos os outros dados do entorno sociocultural e situacional dos enunciadores e coenunciadores, a prioridade dada à menção das expressões referenciais, na primeira visão, termina sendo decisiva, sobretudo, para a separação entre estratégias de introdução referencial e de anáfora. (CAVALCANTE, 2011, p. 53).

De acordo com a primeira perspectiva, existem duas possibilidades de introdução do referente. Na primeira possibilidade, as entidades (objetos de discurso) são introduzidas no texto pela primeira vez por meio da ocorrência de introdução referencial. Na segunda, os referentes já mencionados no texto são evocados por pistas explícitas no cotexto, isto é, de anáforas. No primeiro caso, as expressões referenciais tem a função de introduzir, formalmente, um novo referente no universo discursivo. Já no segundo caso, tem a função de promover a continuidade de referentes já estabelecidos no universo discursivo. Observe-se o fragmento seguinte:

(1)

A vítima¹ compareceu a esta Unidade Policial para informar que [1]manteve um relacionamento com **o autor**²durante oito anos, não tendo filhos com **o mesmo**². Todavia, [1]relatou que acerca de três meses [1]rompeu sua relação, em virtude não ter sentimentos por **este**², alegando ainda não suportar mais o fato de ter que se relacionar com **ele**² na prisão, onde [2]cumpria pena por tráfico de drogas.

Fonte: *Corpus* da pesquisa.

Nesse fragmento, composto por dois períodos, os referentes – *A vítima e o autor* – são introduzidos formalmente no texto pela primeira vez. O referente “A vítima” é retomado pelo pronome elíptico *ela* (1). Por sua vez, o referente “o autor” é evocado pelas expressões anafóricas “o mesmo”, “este”, “ele” e pelo pronome elíptico “ele” (2).

Essas duas possibilidades ou tipos de processos de introdução de referentes textuais são designados por Koch e Elias (2006, p. 127) pelos termos “[...] ‘ativação ‘ancorada’ e ‘não ancorada’.”. Para essas autoras, a introdução será “não ancorada” quando um objeto de discurso totalmente novo é introduzido no texto. Têm-se “uma ativação ancorada” sempre que um novo objeto é introduzido no texto com base em algum tipo de associação com elementos já presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo.

3.2.2 Predicação

Essa categoria semântica não se encontra em Adam (2008), mas será utilizada neste trabalho como uma categoria de análise, tendo em vista que a predicação (verbal) é uma operação que remete, segundo Rodrigues, Silva Neto e Passeggi (2010, p. 175), “[...] tanto à operação de seleção dos predicados, no sentido amplo (ações, estados, mudanças de estado etc.), como ao estabelecimento da relação predicativa no enunciado.”.

(2)

A vítima compareceu a esta Unidade Policial para informar que manteve um relacionamento com o autordurante oito anos, não tendo filhos com o mesmo. Todavia, relatou que acerca de três meses rompeu sua relação, em virtude não ter sentimentos por este, alegando ainda não suportar mais o fato de ter que se relacionar com ele na prisão, onde cumpria pena por tráfico de drogas.

Com relação ao papel que os verbos desempenham em um enunciado, Neves (2006) afirma que além de assumirem uma posição central numa estrutura predicativa, são responsáveis pelo acionamento de uma estrutura argumentativa, podendo indicar as seguintes funções: ação (função de sujeito agente); processo (sujeito afetado ou experimentador); ação-processo (sujeito agente/causativo e sujeito afetado/efetuado); e estado (sujeito neutro ou inativo).

A esse respeito, segundo Perine (2010, p. 135), “Quando conhecemos o verbo de uma oração – isto é, seu significado e os complementos com que ele co-ocorre – podemos determinar boa parte da estrutura das orações em que ele figura.”. Cita como exemplo o verbo *confiar*: a presença desse verbo em uma oração prever que haverá um sujeito com o papel temático⁵ de Experienciador⁶; que por sua vez, exige um

⁵ “Papel temático é a relação semântica que existe entre o verbo e os diversos sintagmas que co-ocorrem com ele na oração.”. (PERINE, 2010, p. 147). Em outras palavras, o papel temático diz respeito à “[...] relação de significado que liga uma palavra que exprime ação, estado ou evento (muitas vezes um verbo, mas nem sempre) com as unidades que exprimem os participantes dessa ação, estado ou evento”. (PERINE, 2006, p. 121).

⁶ Os papéis temáticos “[...] experienciador / causador de experiência se vinculam a verbos de significado sensorial ou emocional.” (Idem, p. 125).

complemento governado pela preposição *em*, com o papel de Causador de experiência. Veja-se essa ocorrência no fragmento (3) a seguir:

(3)

[...] Paulo⁷ a agredia fisicamente, alegando que não tinha confiança nela (em + ela = nela).

Importa ressaltar, ainda, que o sujeito pode ter várias funções semânticas. Observe-se que em (3), o sujeito Paulo assume dois papéis temático: no primeiro caso, Paulo é o agente da ação verbal (agredir). Já no segundo caso, Paulo é o experienciador, ou seja, é o ser que experimenta um fenômeno interno, nesse caso específico, o sentimento (emocional) de desconfiança.

3.2.3 Modalização

Essa categoria semântica refere-se às características ou propriedades atribuídas tanto aos referentes (objetos de discurso) como também aos verbos em enunciados ou estruturas de predicções. Segundo Queiroz (2013, p. 67), essa categoria semântica “[...] apresenta as propriedades ou qualidades tanto dos referentes como das predicções, por isso ela pode ser subdividida em modificação da referenciação e modificação da predicção.”

Ao abordar sobre os componentes da construção descritiva, Charaudeau (2012, p. 112-116) apresenta três tipos de componentes, os quais são, ao mesmo tempo, autônomos e indissociáveis, a saber: “*nomear, localizar-situar e qualificar*.”. Ao abordar especificamente sobre o componente qualificar, o autor afirma que esse componente consiste em atribuir a um ser, de maneira explícita, uma *qualidade* que o caracteriza e o especifica, classificando-o em um subgrupo.

Qualificar, portanto, assim como nomear, segundo Charaudeau (*Idem*, p. 115), “[...] é reduzir a infinidade do mundo, construindo classes e subclasses de seres. [...] a *qualificação* atribui um sentido particular a esses seres, e isto de maneira mais ou menos objetiva.”. Com efeito, conforme enfatiza esse autor, toda qualificação tem origem no olhar que o sujeito lança sobre o outro e o mundo.

3.2.4 Localização

Essa categoria semântica é um desdobramento da operação de “relação por contiguidade” proposta por Adam (2008). Segundo Rodrigues, Silva Neto e Passeggi (2010), “[...] a **localização** indica as circunstâncias espaçotemporais nas quais se desenvolvem os processos e os participantes.”: Por sua vez, Charaudeau (2012, p. 113) afirma que localizar/situar “[...] é determinar o lugar que um ser ocupa no espaço e no tempo e, por um efeito de retorno, atribuir características a este ser na medida em que ele

⁷ Por questões éticas, os nomes mencionados aqui serão fictícios, a fim de preservarmos a identidade dos sujeitos envolvidos nas cenas descritas nos Boletins de Ocorrência e no Inquérito Policial.

depende, para a sua existência, para a sua função”. Ou seja, para a sua razão de ser, para a sua posição espaço-temporal.

Com relação ao uso da categoria da qualificação relacionado a lugares e épocas, Charaudeau (2012) destaca como procedimento de análise a “*Acumulação de detalhes e de precisões* de tipo factual sobre as maneiras de ser e de fazer”. Esses procedimentos, às vezes, são realizados com recursos a termos especializados, mais ou menos técnicos, com o objetivo de produzir um efeito de coerência realista:

Ainda com relação à localização, Perine (2006, p. 123-124) destaca o papel temático *localizando / local* em que o primeiro elemento expressa a posição, ou seja, indica a localização do evento descrito (*a residência da sua ex-companheira*). Já o segundo elemento, por sua vez, especifica o lugar em que se dar o evento ou estado expresso pelo verbo (*A vítima compareceu a esta Unidade Policial*); geralmente, esse papel é representado por um advérbio de lugar ou por um sintagma precedido de preposição.

3.2.5 Analogias

Essa categoria semântica será abordada neste trabalho como um desdobramento das operações de “relação por assimilação” proposta por Adam (2008). A analogia é uma operação que estabelece relações semânticas de semelhanças entre termos distintos (cf. Ramos, 2011).

Segundo Charaudeau (2012, p. 138), a analogia é um “[...] procedimento que consiste em *pôr em correspondência* os seres do universo e as qualidades que pertencem a âmbitos diferentes.”. A analogia, segundo o autor, pode ser explícita, pelo emprego de termos de comparação (*[...] passa pela sua porta fazendo pouco dela, assoviando, como se nada tivesse acontecido*) e implícita, pelo aspecto de transferência de sentido (metáforas, metonímias etc.) (*[...] a agredia fisicamente, alegando que não tinha confiança nela vítima, sendo doente de ciúme.*).

4. Abordagem da pesquisa: metodologia e procedimentos de análise

Apresentamos, nesta seção, a abordagem metodológica e alguns procedimentos utilizados na seleção, análise e tratamento dos dados que constituem o *corpus* deste trabalho.

Este estudo encontra-se vinculada ao grupo de pesquisa em Análise Textual dos Discursos (ATD) e à base de pesquisa “Análise linguística de textos: teoria e descrição”, do programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Esse grupo focaliza, em suas pesquisas, a descrição, a análise e a interpretação de textos concretos e autênticos, produzidos em situações reais de interação comunicativa. Para tanto, baseiam-se nos pressupostos teóricos e metodológicos advindos da Análise Textual dos Discursos, proposto pelo linguista francês Jean-Michel Adam (2011[2008]).

Em sua metodologia, esta pesquisa assume as características de uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental, tendo em vista que a mesma busca “[...] descrever/classificar características de uma situação e estabelece conexão entre a base teórico-conceitual existente ou de outros trabalhos já realizados sobre o assunto e os fatos coletados.” (CHAROUX, 2004, p. 39). A opção pela pesquisa qualitativa para desenvolver a metodologia desta investigação parte da concepção de que a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

Com relação à pesquisa qualitativa, Strauss e Corbin (2008, p. 23) afirmam que essa abordagem metodológica refere-se a “[...] qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação.”. Segundo esses autores, ainda que alguns dados possam ser quantificados, a exemplo do censo ou de informações históricas sobre pessoas ou objetos estudados, todavia o grosso da análise é interpretativa. Para Strauss e Corbin (op. cit., p. 23-24), “[...] o termo ‘pesquisa qualitativa’ é confuso porque pode significar coisas diferentes para pessoas diferentes.” Isso porque alguns pesquisadores reúnem dados através de entrevistas e observações, técnicas geralmente associadas aos métodos qualitativos. No entanto, quando os pesquisadores codificam os dados de modo que permita que sejam estatisticamente analisados, esses dados são, na verdade, dados qualitativos quantificados. (cf. STRAUSS e CORBIN, 2008).

Por sua vez, Silvia et al. (2009, p. 4555) afirmam que a definição e a escolha pelo método de investigação devem estar diretamente relacionada “[...] à natureza e aos objetivos da pesquisa, assim como também às condições estruturais que dispõe o pesquisador para responder às suas questões de investigação e apreender o seu objeto de estudo.”. Isso significa que deve haver uma tessitura coerente em todo o delineamento do planejamento e a execução do estudo. Desse modo, ainda segundo Silvia et al. (2009), no âmbito da abordagem qualitativa, diversos métodos são utilizados para se aproximar da realidade social e citam, como exemplo, o método da pesquisa documental. Para essas autoras, a pesquisa documental possibilita ao pesquisador compreender a realidade social de forma indireta, por meio da análise dos inúmeros tipos de documentos produzidos pelo homem. Desse modo, com base nos critérios dos objetivos de nossa pesquisa, bem como nos procedimentos de coleta de dados e fontes de informação, adotamos, neste trabalho, uma pesquisa de base qualitativa, do tipo descritiva e documental.

A elaboração dos procedimentos utilizados para a seleção e a análise dos dados desta pesquisa envolveu algumas etapas, dentre as quais destacamos as seguintes: a escolha do tema, o levantamento bibliográfico a respeito do tema a ser pesquisado, a seleção do *corpus*, a escolha das categorias teóricas de análise para a construção das representações discursivas e a interpretação do objeto pesquisado. Sendo assim, nossa pesquisa trata de descrever, analisar e interpretar as representações discursivas da vítima e do agressor em boletins de ocorrência e no inquérito policial, documentos produzidos em uma delegacia

especializada de amparo à mulher, em Natal/RN. Na descrição, abordamos a materialidade linguístico-textual do boletim de ocorrência e do inquérito policial, na sua linearidade e não linearidade do encadeamento das proposições enunciadas que formam o plano de texto desses documentos. Na interpretação, realizamos a análise textual dos elementos linguístico-discursivo que constroem as representações discursivas da vítima e do agressor.

5. Conclusões

Conforme visto, a representação discursiva remete ao nível semântico do texto, por isso, sua descrição pode ser feita com base em algumas categorias semânticas, dentre as quais destacamos aqui a referencialidade e a predicação. Uma representação discursiva é construída pelos participantes da interação, a partir dos enunciados, em função de seus objetivos e intenções e dos conhecimentos de mundo partilhado, bem como de seus pressupostos culturais. Com isso, entende-se que, nos documentos analisados, as Rd estão diretamente relacionadas com as formações discursivas em que se situam os enunciadorees agentes das delegacias especializadas em atendimento à mulher.

Embora a temática da violência contra a mulher não seja o foco da nossa pesquisa, ressaltamos que esse tipo de violência, principalmente na relação conjugal, constitui ainda hoje um espaço de lutas e reivindicações. Denunciar um ato de violência conjugal é retirá-lo do âmbito privado e transformá-lo em objeto visível, é torná-lo público. Geralmente, quando uma mulher procura ajuda em uma delegacia especializada e faz uma denúncia, o primeiro procedimento legal é o registro da denúncia no boletim de ocorrência.

Diante da importância social do texto institucional, em especial do boletim de ocorrência policial, destacamos a relevância em desenvolver pesquisas que abordem o estudo da dimensão semântica do texto, principalmente na construção das representações discursivas dos sujeitos envolvidos na cena enunciativa. Nosso trabalho encontra-se em sua fase inicial de análise, no entanto, acreditamos que nossas reflexões poderão contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas na área da ATD e, notadamente, nos textos de caráter institucional.

Referências bibliográficas

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. 1. ed. Trad. Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. São Paulo: Cortez, 2008.

ADAM, Jean-Michel. Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos.** Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírío Possenti. São Paulo: Contexto, 2011, p. 93 - 118.

AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos.** 2 ed. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírío Possenti. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas.** 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CHAROUX, Ofélia Maria Guazzelli. **Metodologia: processos de produção, registro e relato do conhecimento.** São Paulo: DVS Editora, 2004.

KOCH, Ingedore G. Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore G. Villaça; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. **D.E.L.T.A. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 14 (n. especial), 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** 4. ed. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de texto: o que é e como se faz?.** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. **Não se rima amor e dor: cenas cotidianas de violência contra a mulher.** Mossoró, RN: UERN, 2008.

QUEIROZ, Maria Eliete de. **Representações discursivas no discurso político. “Não me fiz sigla e legenda por acaso”:** o discurso de renúncia do senador Antônio Carlos Magalhães. Natal, 2013. 186f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da. (et all). **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf>. Acesso em 17 abr. 2014.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

RAMOS, Milton Guilherme. **Representações discursivas de ficar e namorar em textos de vestibulandos e pré-vestibulandos.** Natal, 2011. 222f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGUI, Luis; SILVA NETO, João Gomes da. (Orgs.) “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. In ADAM, Jean-Michel; HEIDMANN, Ute; MAINGUENEAU, Dominique. **Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicações**. São Paulo: Cortez, 2010.

Abstract: *In this paper, we present a study on the discursive representation of violence against women in historical police reports. This is a research outline that addresses the construction of images of the victim and the aggressor subject, based on the notion of discursive representation (Rd) found in Adam (2011), Grize (1996), among others. To this point, our goal is to analyze how policemen and clerks build the discursive representations of the victim and the aggressor on historical police reports. For the construction of these representations, we analyze the occurrence of semantic categories referencing and predication, present in historical texts that contribute to the construction of the image of these subjects. Following principles of documentary research, qualitative basis, we explore a corpus collected police reports in a specialized police station support to women, in Natal, Rio Grande do Norte. To support the analysis, we seek to support the theoretical and methodological assumptions arising from studies relating to speech and text language (ADAM, 2011; KOCH, 2004, 2011; CAVALCANTE, 2011; Marcuschi, 2012; MAINGUENEAU, 2005, among others).*

Keywords: *textual analysis of speeches; discursive representations; referencing; predication; police report.*

Marcas da representação da fala no gênero inquérito policial

Maria do Socorro OLIVEIRA (UFRN)¹
msocorrooliveira67@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta resultados preliminares do recorte de uma pesquisa de doutorado, em andamento, voltada para o estudo da Responsabilidade Enunciativa (RE) no gênero Inquérito Policial (IP). O estudo focaliza as marcas da representação da fala dos sujeitos que atuam no gênero IP. Os respaldos teóricos advêm da Linguística Textual (LT), dos estudos linguísticos do texto, dos gêneros textuais e do discurso (ADAM, 2011; KOCH, 2004, 2011; KOCH; ELIAS, 2006; MARCUSCHI, 2002, 2008; BAKHTIN, 1997, BAZERMAN, 2005; MAINGUENEAU, 2004, 2008; CHARAUDEAU, 2010) e da linguística da enunciação (DUCROT, 1987; BENVENISTE, 2006; AUTHIER-REVUZ, 1998, 2004). Quanto à metodologia da pesquisa, trata-se de uma abordagem documental, de base qualitativa, em que se investiga um *corpus* constituído de IP, originados a partir de denúncias realizadas em Boletins de Ocorrência (BO), registrados em uma Delegacia Especializada de Amparo à Mulher (DEAM), em Natal, Rio Grande do Norte. Os resultados parciais do estudo apresentam uma incidência das marcas dos tipos de representação da fala das pessoas, propostos por Adam (2011) e do Discurso Relatado (DR), proposto por Authier-Revuz (1998), no gênero IP, principalmente, marcas do Discurso Direto (DD) e do Discurso Indireto (DI).

Palavras-chave: representação da fala; responsabilidade enunciativa; inquérito policial; discurso relatado; discurso direto e discurso indireto.

1. Introdução

Neste artigo apresentamos marcas da representação da fala e do DR no gênero IP. Conforme Nucci (2012, p.76), o IP é “[...] um procedimento preparatório de ação penal, de caráter administrativo, conduzido pela polícia judiciária e voltado à colheita preliminar de provas para apurar a prática de uma infração penal e sua autoria”. Para este momento, selecionamos 1 (um) IP, dentre os demais que constituem o *corpus* da nossa pesquisa de doutorado. Quanto ao modelo de estudo, esta pesquisa é descritiva, de natureza qualitativa, situada no âmbito da linguística, da análise textual dos discursos e da enunciação e, de modo mais específico, nos estudos da RE. Ela consiste também em revisão bibliográfica. Segundo Gil (2009), a revisão bibliográfica

[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2009, p. 44).

A pesquisa descritiva, conforme Santos (2011, p. 26), [...] “é um levantamento das características conhecidas, componentes do fato/fenômeno/problema. É normalmente feita na forma de levantamento ou observações sistemáticas do fato/fenômeno/problema escolhido”. Quanto à pesquisa qualitativa, ela é definida por Straus e Corbin (2008) como,

[...] qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

sentimentos, e também à pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações (STRAUS; CORBIN, 2008, p. 23).

Esse tipo de pesquisa é um campo de investigação que atravessa disciplinas, campos e temas, como as tradições associadas ao funcionalismo, ao positivismo, pós-fundamentalismo, pós-positivismo, pós-estruturalismo e às diversas perspectivas e metodologias de pesquisa relacionadas aos estudos culturais e interpretativos.

A nossa pesquisa classifica-se, também, como pesquisa documental, pois os IP analisados são documentos administrativos que circulam do âmbito policial ao jurídico e que antes não passaram por nem um tratamento de análise. A pesquisa documental é definida por Santos (2003, p. 172) como “trabalhada com base em documentos que não receberam tratamento de análise e síntese. Foi realizada na Delegacia Especializada de Amparo à Mulher – DEAM² - Zona Sul, localizada na Ribeira, em Natal/RN. Essa delegacia foi criada em junho de 1986, ligada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do governo do Estado do Rio Grande do Norte. A DEAM da Ribeira foi a terceira delegacia especializada em atendimento à mulher criada no Brasil.

Quanto à estrutura do artigo, na segunda seção fazemos uma abordagem da representação da fala, segundo os pressupostos de (Adam, 2011), uma abordagem sobre o DR, conforme os pressupostos de (Authier-Revuz, 1998) e também uma abordagem sobre a retextualização e a transcodificação. Na terceira seção, com base na teoria apresentada na seção anterior, apresentamos fragmentos de textos de 1 (um) IP que exemplificam os diferentes de representação da fala das pessoas propostos por Adam (2011) e das observações sobre o DR propostas por Authier-Revuz (1998). Na quarta seção apresentamos as conclusões e, em seguida, as referências bibliográficas.

2. Marcas de representação da fala e discurso relatado

De acordo com Authier-Revuz (1998, p.133), o Discurso Relatado (DR) corresponde aos “modos de representação no discurso de um discurso outro”. A autora afirma, também, que, numa visão tradicional, o discurso tem sido, limitadamente, apresentado como uma espécie de progressão e exposto de três formas:

- a) o discurso direto (DD), “funcionamento “simples” no plano sintático e “fiel” e “objetivo” no plano semântico-enunciativo.”.
- b) o discurso indireto (DI); “[...] uma variante morfossintática, derivável” a partir do DD por “regras” de transformação das pessoas e dos tempos”.

²As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher compõem a estrutura da Polícia Civil, essas delegacias realizam ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal. Dentre as ações realizadas por elas, destacam-se o registro de boletim de ocorrência e do termo de representação, solicitação ao juiz das medidas protetivas de urgência nos casos de violência doméstica contra as mulheres. (Cf. https://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/busca_subservico.php?uf=RN&cod_subs=11).

- c) o discurso indireto livre (DIL) “um indireto suavizado pela supressão do termo subordinante, ou uma mistura de DI e DD, caracterizado como forma literária [...]”.

Esses tipos de discurso (DD, DI e DIL) são descritos, por Authier-Revuz (1998, p. 134-135), da seguinte forma: o DD - é relativamente bem mais complexo que o DI, sua propriedade característica é a autonomia³ e não a textualidade. Conforme Authier-Revuz (1998, p. 134), esse tipo de discurso “não pode ser considerado como “objetivo”, na medida em que reproduzir a materialidade exata de um enunciado não significa restituir o ato de enunciação [...]”; o DI - esse tipo de discurso não é um DD subordinado, pois ele não deriva de nem uma das regras gramaticais, ele deriva de duas operações distintas referentes ao discurso outro que é relatado e, conforme a autora, são a citação - relíquia (DD) e a reformulação-tradução (DI); o DIL – é uma forma original, não é uma forma especificamente literária, pois esse tipo de discurso existe em grande quantidade no discurso oral cotidiano, no campo político, na imprensa e nos ensaios.

Ainda em relação ao DD, DI e DIL, Authier-Revuz (1998, p.134-135) afirma que essa trilogia DD, DI, DIL “é uma descrição parcial⁴ e empobrecedora⁵ do campo da representação do discurso outro no discurso.”. De acordo com a autora, o discurso relatado no sentido estrito assume as formas de DD e DI. Assim, ela faz uma associação do DI com a autonomia. Nesse sentido, Authier-Revuz (1998, p.139) afirma que “No DI, o enunciador relata outro ato de enunciação e usando suas próprias palavras, pelas quais ele reformula as palavras de outra mensagem: o modo semiótico do DI é, de maneira heterogênea, o modo padrão.”. E, no DD, a autora afirma que

o enunciador relata um outro ato de enunciação e, usando suas próprias palavras na descrição que faz da situação de enunciação e (quem fala, a quem, quando...?), ou seja, naquilo que chamamos sintagma introdutor, mas faz menção às palavras da mensagem que relata: o modo semiótico do DD é assim, heterogêneo: padrão no sintagma introdutor, ele é autônomo na parte “citada”, isto é, mostrada (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 139).

Os dois exemplos⁶ apresentados, a seguir, ilustram as propriedades destacadas por Authier-Revuz (1998, p. 139) que, segundo ela, o DD apresenta para a autonomia.

1 *Talvez João lhe diga para ficar.*

Modo-padrão; L usa suas palavras

2 *Talvez João lhe diga: “Não vá.”*

Modo-padrão modo autônomo

L usa suas palavras L menciona palavras que imagina para l (= João)

Desse modo, conforme Authier-Revuz (1998, p. 139-140),

³ “Fenômeno linguístico caracterizado pela menção de um signo como forma de autodesignação”. (FLORES *et al.* 2009, p. 55)

⁴ “[...] de um lado existem outras formas tais como o discurso direto livre e, de outro, o conjunto da modalização do discurso em discurso segundo,”. (cf. AUTHIER-REVUZ 1998, p. 134-135).

⁵ “[...] ela não situa o inventário das formas da representação, num discurso, de um outro discurso – formas que se podem chamar formas da “heterogeneidade mostradas” - pela relação ao fato capital que se pode chamar “heterogeneidade constitutiva” de todo discurso, designando, com isso, a presença permanente, profunda, de “outros lugares”, do “já dito” dos outros discursos condicionando todas as nossas palavras e ressoando nelas.”. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 134)

⁶ Exemplos retirados do texto original (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 139).

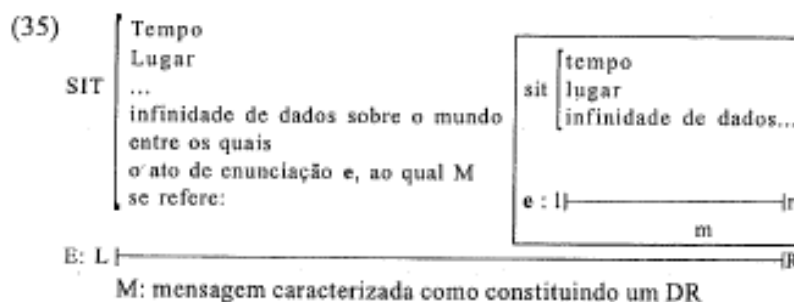
- (a) a mensagem relatada, colocada na escrita entre aspas, tem a função, na frase global, de um SN substituindo as funções de OD do verbo *discendi*, qualquer que seja sua natureza sintática. Assim, o DD oferece, via estatuto autônomo de sua citação, uma estrutura sintática particular, na qual qualquer coisa pode vir a funcionar como OD do introdutor sem perturbar a gramaticalidade da frase, ao contrário do DI, que é uma frase “normal” que obedece a todas as coerções e restrições de combinação da gramática da língua.

[...]

- (b) a mensagem citada em DD, em seu caráter autônomo, suspende a possibilidade de sinonímia: isso significa que a mensagem “mostrada” em DD é dada em sua materialidade significante: o DD não enuncia um conteúdo como o DI, ele mostra uma cadeia significante.

Assim, a autora mostra que “essa propriedade será – no caso em que o sintagma introdutor descreve um ato de enunciação como tendo efetivamente acontecido anteriormente (ele disse...; ele diz frequentemente) _ interpretada mais freqüentemente como correspondendo a uma reprodução textual da mensagem inicial.”. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 140). No que diz respeito às formas de DR, no sentido estrito de formas explícitas, conforme Authier-Revuz (1998), essa forma de discurso é constituída pelo discurso direto e pelo discurso indireto. Nesse sentido, a autora faz a seguinte afirmação: “o que um DR relata não é uma frase ou um enunciado, é um ato de enunciação⁷” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 145-146). O esquema, a seguir, representa, segundo AUTHIER-REVUZ (1998), os elementos (DD e DI) que estão envolvidos em todo DR.

Figura 1. Esquema 35 - representação dos elementos envolvidos em todo DR (DD ou DI)



Fonte: (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.146)

Desse modo, com base nos elementos envolvidos no DR, Authier-Revuz (1998, p. 146) faz duas observações:

- 1) sobre a questão das fronteiras do DR;
- 2) sobre a questão do sentido dos enunciados.

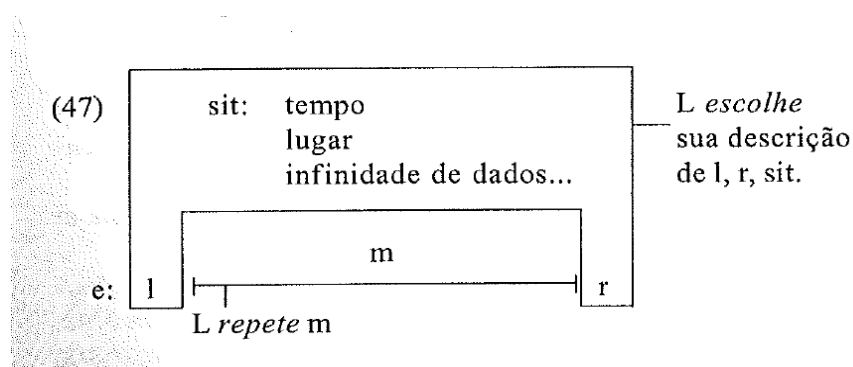
⁷ “[...] um ato de enunciação E, definido por um par de interlocutores L, R, uma situação SIT, com seu Tempo, seu Lugar, e, entre a infinidade de dados referenciais, um acontecimento particular que é o ato de enunciação e que é objeto da mensagem M de E: e sendo ele mesmo, definido por l, r, sit...” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 146)

No que diz respeito à questão das fronteiras do DR, Authier-Revuz (1998) mostra que o DR “supõe que *e* (o objeto de *M*) seja diferente de *E*: é o que significa relatar um outro ato de enunciação”. Authier-Revuz (1998, p. 146, grifos da autora). E Sobre a questão do sentido, de acordo com Authier-Revuz (Ibid., p. 148), “O DR impõe crucialmente a questão do sentido de um enunciado, isto é, de um acontecimento de fala único na situação particular de enunciação, que não se deve confundir com o significado de uma frase, descritível de modo diferenciável no interior do sistema da língua”. E, conforme a autora, “[...] o que caracteriza todo o DR (DD ou DI) é que a situação de enunciação *e* na qual e através da qual a mensagem *m* de *e* ganha sentido não é um dado de fato, como em um ato de fala ordinário, mas está presente apenas pela descrição que *L* faz dela em *M*” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 148, grifos da autora). Assim, diante do exposto, a autora conclui que:

- 1) nenhum DR, por mais longa e minuciosa que seja a descrição da situação de enunciação dada por *L* (quem fala, para quem, quando, onde, em que circunstâncias, que atmosfera, em que tom, com que gestos etc.?) no sintagma introdutor, pode ser considerado como restituição “completa”, fiel, de outro ato de enunciação que ele tenha como objeto;
- 2) um DD escrupulosamente *textual* não pode, por isso, ser considerado como fiel ou objetivo. Citar *m* exatamente não impede que *e* reconstruído, descrito por *L*; e é essa descrição de (*l*, *r*, *sit*) por *L* que dá a grade, o quadro de interpretação do *m* reproduzido (AUTHIER REVUZ, 1998, p. 148-149, grifos da autora).

Quanto ao modo de operação de DD textual, Authier-Revuz (1998) apresenta o esquema 47, a apresentado, a seguir, com o objetivo de enfatizar o papel dos sintagmas introdutores, das descrições definidas e dos inúmeros elementos adverbiais.

Figura 2. Esquema 47 – Modo de operação de DD textual



Fonte: (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 149)

Assim, Authier-Revuz (1998, p. 149) mostra que tendo em vista o que está exposto no esquema 47, ressalta-se a importância daquilo que é denominado de sintagmas introdutores, pois neles “estão em jogo a variedade lexical dos verbos *discendi*, a das “descrições definidas” pelas quais um indivíduo (*l,r*) pode ser nomeado, e a infinidade dos elementos adverbiais suscetíveis de serem adjuntos do verbo *discendi*.”. Desse modo, ao apresentar o DD: estrutura heterogênea vs. O DI: estrutura homogênea, Authier-Revuz (1998)

afirma que não se trata de duas variantes sintáticas em que o DI seria obtido por uma transformação de subordinação a partir do DD, mas sim que,

[...] trabalhamos com os DD/DI como dois modos radicalmente distintos de representação de um outro ato de enunciação: um, o DD, correspondendo a uma operação de citação da mensagem do ato relatado; o outro, o DI, como uma operação de reformulação, isto é, de produção de um enunciado como tendo o mesmo sentido que a m do ato relatado (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 150).

Portanto, a autora mostra que ocorre, em vários níveis de análise, uma oposição entre o DD que apresenta uma estrutura heterogênea, excepcional na língua, e o DI que apresenta uma estrutura homogênea, da sintaxe normal da língua. Desse modo, Authier-Revuz (1998) apresenta seu estudo realizado sobre o discurso relatado dividido em três modalidades:

- discurso direto;
- discurso indireto;
- discurso indireto livre.

A autora mostra, também, que na perspectiva tradicional há impropriedades. Um exemplo da observação feita por ela, nesse sentido, é dizer que o DD reproduz, com fidelidade e objetividade, as palavras ditas por outrem, pois para Authier-Revuz (1998), o DD na cadeia discursiva, é outro ato de enunciação.

Após a exposição feita sobre o discurso relatado com base nos estudos de Authier-Revuz (1998), apresentamos os diferentes tipos de representação da fala propostos por Adam (2011, p. 119). Assim, conforme o autor, “**Os diferentes tipos de representação da fala** das pessoas ou das personagens geram uma tensão entre a busca de uma continuidade enunciativa da narração e as rupturas que toda fala representada introduz.”. Desse modo, para Adam (2011), a descontinuidade é marcada com o **discurso direto (DD)**, e a sua forma não-marcada, chamada **discurso direto livre (DDL)**, é atenuada pelo caráter integrado do **discurso indireto (DI)** e do **discurso narrativizado (DN)**, nos quais a continuidade dos índices referenciais nominais, dos dêiticos (índices de pessoas e advérbios) e dos tempos verbais é garantida. Assim, conforme o autor, o **discurso indireto livre (DIL)** introduz uma representação mais complexa da fala: nem heterogeneidade mostrada (DD e DDL), nem homogeneidade (DI e DN). Nesse sentido, o autor adverte que não se deve confundir essas primeiras formas de representação da fala com as modalizações em discurso segundo ou fixação de um quadro mediador.

Para fundamentar ainda mais a base teórica desse artigo, além dos estudos de Authier-Revuz (1998) e de Adam (2011), apresentamos, também, noções de retextualização e de codificação propostas por Marcuschi (2011). Assim, quanto à atividade de retextualização, Marcuschi (2001) chama a atenção para um aspecto que, segundo ele, é ignorado, mas tem uma grande importância nessa atividade. Esse aspecto é a compreensão. Nesse sentido, segundo Marcuschi (2001, p. 47), “[...] para dizer de outro modo, em outra modalidade ou em outro gênero o que foi dito ou escrito por alguém, devo inevitavelmente

compreender o que foi que esse alguém disse ou quis dizer.”. Portanto, conforme o autor, para ocorrer a atividade de transformação textual, primeiro deve ocorrer uma atividade de compreensão. O autor destaca, também, que essas atividades de retextualização são frequentes e bastante automatizadas, mas não são mecânicas e se mostram como ações, pelo que se pode perceber, não-problemáticas, pois lidamos constantemente com essas ações nas diversas reformulações dos mesmos textos numa emaranhada variação de registros, gêneros textuais, níveis linguísticos e estilos. Dessa forma, conforme o autor, “Toda vez que repetimos ou relatamos o que alguém disse, até mesmo quando produzimos as supostas citações *ipsis verbis*, estamos transformando, reformulando, recriando e modificando uma fala em outra.” (MARCUSCHI, 2001, p. 48). O autor destaca, ainda, que as atividades de retextualização podem acontecer de formas muito diversificadas em nossas sociedades e em seus eventos linguísticos.

Após essa abordagem, de um modo geral, sobre a retextualização, conforme Marcuschi (2001), abordamos, de modo mais específico, sobre as atividades de transcrição e transcodificação. Assim, de acordo com Marcuschi (2001, p. 49), na atividade de transcrição “Transcrever a fala é passar um texto de sua realização sonora para a forma gráfica com base numa série de procedimentos convencionalizados.”. Pois, segundo ele, “[...] as mudanças operadas na transcrição devem ser de ordem a não interferir na natureza do discurso produzido do ponto de vista da linguagem e do conteúdo.”. (*ibidem*) E, na retextualização, “a interferência é maior e há mudanças mais sensíveis, em especial, no caso da linguagem.”. O autor afirma também que “Transcrever não é uma atividade de metalinguagem nem é uma atividade de simples interpretação gráfica do significante sonoro. A transcrição representa *uma passagem, uma transcodificação* (do sonoro para o gráfico) que já é uma *primeira transformação*, mas não é ainda uma retextualização.”. (MARCUSCHI, 2001, p. 51, grifos do autor). Nesse sentido, com base nos estudos de Rey-Debove (1996)⁸, Marcuschi afirma que

O texto oral transcrito perde o seu caráter original e pessoal e passa por uma neutralização devida à *transcodificação*. Assim, na passagem da oralidade para a escrita realizada pela transcrição, dá-se uma transcodificação em que se passa da *substância e forma da expressão escrita* com todas as consequências inerentes a esse processo. (MARCUSCHI, 2001, p. 51, grifos do autor).

Assim, Marcuschi (2001, p. 52-53) faz a distinção entre transcodificação, que é “a passagem do sonoro para o gráfico” e a adaptação “que já é uma transformação na perspectiva de uma das modalidades e que aqui chamaremos sistematicamente de retextualização”. O autor faz também a distinção entre transcodificação e paráfrase, pois para ele, a paráfrase refaz o texto de um formato linguístico para outro formato que diga algo equivalente. E, para ele, na transcodificação não ocorre essa preocupação. O autor destaca, também, que não há uma fórmula para a transcrição neutra ou pura, em virtude de, na escrita, toda transcrição ser uma primeira interpretação.

⁸ REY-DEBOVE, Josette. 1996. À procura da distinção oral/escrito. In: CATACH, Nina. (org.). *op cit.* São Paulo, Ática. pp. 75-90.

No item seguinte, apresentamos as marcas de representação da fala e do discurso relatado que identificamos no IP analisado.

3. Marcas de representação da fala e do discurso relatado no gênero inquérito policial

O IP analisado neste artigo é constituído por 21 páginas, ele faz parte do *corpus* da pesquisa de doutorado da autora, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A pesquisa está em andamento e tem como título “A responsabilidade enunciativa no gênero inquérito policial”. Para a elaboração deste artigo, por se tratar de um gênero textual bastante amplo que envolve outros gêneros textuais, foi selecionado apenas um IP dentre os IP que constituem os dados da pesquisa. Desse modo, o IP selecionado é denominado como IP 01. Esse IP é constituído pelos seguintes documentos: autuação; boletim de ocorrência; certidões de cartório e de despacho; ofícios; portarias; termo de declarações prestado pela vítima; termo de depoimento prestado por duas testemunhas da vítima; pedido de medidas protetivas de urgência (apresentado pela vítima); auto de qualificação e interrogatório do acusado; boletim de vida pregressa e boletim individual do acusado e o relatório.

Os dados⁹ estão apresentados de acordo com a indicação da parte do IP, ou seja, dos autos (gêneros) que constituem o IP analisado, dentre essas partes utilizamos exemplos da ocorrência do tipo de discurso (DD ou DI), retirados do histórico da ocorrência, do termo de declaração prestado pela vítima, do termo de depoimento prestado pelas testemunhas (são duas testemunhas) e do auto de qualificação e interrogatório prestado pelo acusado, conforme quadros 1 e 2, apresentados a seguir.

Quadro 1. Ocorrências do discurso direto no gênero IP

IP 01	GÊNERO	EXEMPLOS DISCURSO DIRETO
-	Histórico da ocorrência	<i>Exemplo 1</i> [...] O MESMO DISSE O SEGUINTE: “QUE IRIA DAR-LHE UMA FACADA, MAS EM SEGUIDA DISSE QUE IRIA DAR-LHE UNS TIROS QUE ERA PARA VÊ-LA ALEIJADA, PARA QUANDO SE OLHAR E VER AS CICATRIZES, SE LEMBRAR DELE”; [...].
	Termo de declaração prestado pela vítima	<i>Exemplo 1</i> [...] Que, no dia xx e xx/xx/ 2012, xxxxx passou o dia em frente a casa da VÍTIMA deitado e fez a seguinte ameaça: “Eu vou te pegar, se você sair na rua, eu vou dar em você.”. [...]

⁹ Os fragmentos de texto utilizados para a análise neste artigo seguem a forma como são apresentados no texto original, ou seja, são transcrições *ipsis litteris* do *corpus*.

		<i>Exemplo 2</i> [...] <i>Que, por tal motivo, começou a ameaçar a VÍTIMA dizendo: “Eu só saio daqui com você morta!”. [...]</i>
-	Termo de depoimento prestado pela testemunha 2	<i>Exemplo 1</i> [...] <i>Que no dia xx/xx/ 2012, à tarde, a depoente estava em casa quando xxxxx chegou e perguntou: “Cadê xxxxx? Eu tô atrás dela para matá-la! Ou eu mato ela ou deixo na cadeira de rodas! Eu vou ali usar droga, voltar doidão e matar todo mundo!”. [...]</i>

Fonte: dados da pesquisa

Conforme os exemplos apresentados, destaque em negrito para as ocorrências de DD, podemos constatar que no DD, o narrador (escrivão(ã)) apresenta as palavras do outro (vítima, testemunhas, acusado), ou seja, faz uma retextualização¹⁰ da fala do outro na tentativa de fazer uma reprodução o mais próximo possível da realidade da fala desse outro, para isto utiliza uma linguagem técnica. Mas entendemos que a reprodução das falas da vítima, das testemunhas e do acusado, registradas pelo (a) agente policial ou escrivão(ã), acontece em uma situação comunicativa diferente da situação, do dia e do momento em que os fatos aconteceram, pois entendemos que no processo de transcodificação¹¹ das mensagens, ou seja, na transcrição das falas dos sujeitos que atuam no IP, na condição de depoentes (vítima, testemunhas e acusado), da modalidade oral para a modalidade escrita da língua, podem ocorrer mudanças de elementos linguísticos e extralinguísticos, organizados em torno da realização do ato de enunciação.

No exemplo 1, que é um fragmento de texto retirado do **histórico da ocorrência**, documento que serve de base para a instauração do IP, temos: [...] **O MESMODISSE O SEGUINTE: “QUE IRIA DAR-LHE UMA FACADA, MAS EM SEGUIDA DISSE QUE IRIA DAR-LHE UNS TIROS QUE ERA PARA VÊ-LA ALEIJADA, PARA QUANDO SE OLHAR E VER AS CICATRIZES, SE LEMBRAR DELE”;** [...]. Nesse fragmento, podemos observar, pela assinatura do documento, que quem fez o registro do fato (ocorrência) foi o (a) agente policial (servidor) que se encontrava de plantão na delegacia no momento em que a vítima chegou a este local para fazer o relato de que sofreu um ato de violência. A vítima fez o relato na modalidade oral e o(a) agente policial fez a transcodificação, ou seja, passou o relato da vítima da modalidade oral para a modalidade escrita, ao fazer o registro do boletim de ocorrência. As expressões “mesmo” e “dele” referem-se ao

¹⁰ “Trata-se de um processo que envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem-compreendidos da relação oralidade-escrita. Assim, para evitar mal-entendidos, faz necessária uma observação preliminar em relação ao que está em jogo nestas atividades. Em hipótese alguma se trata de propor a passagem de um texto supostamente “descontrolado e caótico” (o texto falado) para outro “controlado e bem formado” (texto escrito). Fique claro, desde já, que *o texto oral está em ordem* na sua formulação e no geral não apresenta problemas para a compreensão. Sua passagem para a escrita vai receber interferências mais ou menos acentuadas a depender do que se tem em vista, mas não por ser a fala insuficientemente organizada. Portanto, *a passagem da fala para a escrita não é a passagem do caos para a ordem: é a passagem de uma ordem para outra ordem*” (MARCUSCHI, 2001, p. 46-47).

¹¹ Passagem do texto da modalidade oral para a modalidade escrita realizada pela transcrição, ou seja, do sonoro para o grafemático. (cf. Marcuschi, 2001, p. 51).

acusado e as expressões “lhe” e “lá”, referem-se à vítima. Assim, percebemos que há marcas da fala do acusado e da vítima nesse fragmento de texto. Identificamos também a presença do verbo do dizer “disse” e o uso de dois pontos e das aspas, pois a fala do acusado que foi retextualizada pela vítima e transcodificada pelo(a) agente policial ou o(a) escrivão(ã) aparece no texto após o emprego de dois pontos e entre aspas.

E, no exemplo 1, fragmento retirado do **Termo de declaração prestado pela vítima**, temos: *Que, no dia xx e xx/xx/ 2012, xxxxx passou o dia em frente a casa da VÍTIMA deitado e fez a seguinte ameaça: “Eu vou te pegar, se você sair na rua, eu vou dar em você.”* Na primeira parte desse fragmento, identificamos marcas da fala da vítima codificada pelo (a) escrivão (a) “*Que, no dia xx e xx/xx/ 2012, xxxxx passou o dia em frente a casa da VÍTIMA deitado e fez a seguinte ameaça:*”. Seguido de dois pontos e contém a expressão “*fez a seguinte ameaça*”, expressão que está relacionado a uma agressão verbal. Em seguida o (a) escrivão (a) apresenta qual foi a ameaça feita pelo acusado, utilizando aspas “*Eu vou te pegar, se você sair na rua, eu vou dar em você!*”. Nesse fragmento a expressão “*eu*” refere-se ao acusado e as expressões “*te*”, “*você*”, referem-se à vítima.

No exemplo 1 do **Termo de depoimento prestado pela testemunha 2**, identificamos a seguinte ocorrência de DD: “*Cadê xxxxx? Eu tô atrás dela para matá-la! Ou eu mato ela ou deixo na cadeira de rodas! Eu vou ali usar droga, voltar doidão e matar todo mundo!*”. Nesse fragmento, o pronome pessoal “*eu*” e o adjetivo “*doidão*” referem-se ao acusado. A expressão representada por “*xxxxx*”¹², “*dela*”, “*la*”, “*ela*” referem-se à vítima e a expressão “*todo mundo*”, refere-se à família da vítima.

Assim, com base no exposto, podemos afirmar que é o DD que traduz a fala do outro, ou seja, o DD é uma forma de citar o outro.

No **Termo de depoimento prestado pela testemunha 1** e no **Auto de Qualificação e Interrogatório prestado pelo acusado** não identificamos ocorrências do DD, por isso esses documentos não apareceram no quadro 1.

Após essa exposição a respeito do DD, passamos a apresentar exemplos de ocorrências do DI, retirados do **histórico da ocorrência, do termo de declaração prestado pelas vítimas** e do **termo de qualificação e interrogatório prestado pelo acusado**, conforme quadro 2, apresentado a seguir.

¹² Por se tratar de dados sigilos e por razões éticas, todos os nomes ou qualquer outro dado que possibilite identificação foram substituídos pela expressão xxxxx.

Quadro 2 – ocorrências do discurso indireto no gênero IP

IP 01	GÊNERO	EXEMPLOS DE DISCURSO INDIRETO
-	Histórico da ocorrência	Exemplo 1 <i>QUE A VÍTIMA MANTEVE UMA UNIÃO ESTÁVEL COM A PESSOA DO AUTOR, DURANTE QUASE 03 (TRÊS) ANOS, TÊM 01 (UM) FILHO, ESTÃO SEPARADOS HÁ CERCA DE 15 (QUINZE) DIAS, A VÍTIMA SE FEZ PRESENTE A DEAM/ZS [...]</i>
-	-	Exemplo 2 <i>[...] QUE O REFERIDO ELEMENTO PASSOU QUASE 01 (UM) ANO PRESO RESPONDENDO PELO CRIME DE ROUBO DE 01 (UM) CARRO, FOI PARA O REGIME SEMI-ABERTO, PASSOU SOMENTE UM MÊS COMPARECENDO, FOI PRESO NOVAMENTE [...]</i>
-	Termo de Declaração prestado pela vítima	Exemplo 1 <i>[...] Afirma que está cursando a 5ª série do Ensino Fundamental. Inquirida acerca dos fatos que deram origem ao presente feito. [...]</i>
-	-	Exemplo 2 <i>[...] E nada mais disse e nem lhe foi perguntado, deu-se por findo o presente termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pela autoridade, pela declarante e por mim _____, Escrivã (o) de polícia que o digitei. [...]</i>
-	Termo de depoimento prestado pela testemunha 1	Exemplo 1 <i>[...] Que a VÍTIMA está com muito medo de xxxxx, pois o mesmo é usuário de drogas e costuma ameaçá-la dizendo que se a mesma não ficar com ele , vai deixa-la numa cadeira de rodas; [...]</i>
-	Termo de depoimento prestado pela testemunha 2	Exemplo 1 <i>[...] Que xxxxx vai para a frente da casa da VÍTIMA, fica bagunçando e, inclusive, nesta semana, todos ficaram trancados dentro de casa com medo, sem poder sair com medo das ameaças dele; [...]</i>
-	Auto de Qualificação e Interrogatório prestado pelo acusado	Exemplo 1 <i>[...] Afirma que estudou até a 2ª série do Ensino Fundamental, só sabendo assinar o nome, mas tem dificuldade de assinar e prefere colocar a digital.[...]</i>
-	-	Exemplo 2 <i>[...] afirma que, no dia do fato, quando a vítima xxxxx chegou do trabalho, discutiu com a mesma. [...]</i>

Fonte: dados da pesquisa

No exemplo 1, fragmento de texto retirado do **histórico da ocorrência**, identificamos, dentre as ocorrências do DI, a seguinte: *QUE A VÍTIMA MANTEVE UMA UNIÃO ESTÁVEL COM A PESSOA DO AUTOR, DURANTE QUASE 03 (TRÊS) ANOS, TÊM 01 (UM) FILHO, ESTÃO SEPARADOS HÁ CERCA DE 15 (QUINZE) DIAS, A VÍTIMA SE FEZ PRESENTE A DEAM/ZS [...]*. Nesse exemplo o (a) agente policial fez a transcodificação do relato da vítima, iniciando o relato com o emprego do pronome relativo “QUE” e não utilizou verbos do dizer.

No exemplo 2, também retirado do **histórico da ocorrência**, [...] *QUE O REFERIDO ELEMENTO PASSOU QUASE 01 (UM) ANO PRESO RESPONDENDO PELO CRIME DE ROUBO DE 01 (UM) CARRO, FOI PARA O REGIME SEMI-ABERTO, PASSOU SOMENTE UM MÊS COMPARECENDO, FOI PRESO NOVAMENTE [...]*, o relato também foi feito pelo (a) agente policial, iniciando com o uso do pronome relativo “QUE” e também não utilizou verbos do dizer.

No exemplo 1 do **termo de declaração** prestado pela vítima *Afirma que está cursando a 5ª série do Ensino Fundamental. Inquirida acerca dos fatos que deram origem ao presente feito*. Nesse fragmento o(a) escrivão (ã) utilizou a expressão “Afirma que” para fazer o registro das informações prestadas pela vítima no termo de declaração.

E, no exemplo 2, que é o fechamento do depoimento prestado pela vítima, aparecem marcas da fala da escrivã “[...] *E nada mais disse e nem lhe foi perguntado, deu-se por findo o presente termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pela autoridade, pela declarante e por mim _____, Escrivã(o) de polícia que o digitei*”. Nesse caso, as expressões “nada mais disse”, “E nem lhe foi perguntado”, “declarante” referem-se a vítima, a expressão “autoridade” refere-se ao (a) delegado (a), que é autoridade responsável pela delegacia e pelo IP. Já a expressão “mim” refere-se a escrivã de polícia que assinou o documento analisado.

No exemplo 1, retirado do **Termo de depoimento prestado pela testemunha 1**, “[...] Que a VÍTIMA **está com muito medo** de xxxxx, pois **o mesmo é usuário de drogas e costuma ameaçá-la** dizendo que se a mesma não ficar com **ele, vai deixá-la numa cadeira de rodas**; [...]”. As expressões “xxxxx”, “o mesmo”, “é usuário de drogas”, “ele”, “costuma ameaçá-la”, “vai deixá-la numa cadeira de rodas” referem-se ao acusado e as expressões “está com muito medo”, “la”, “a mesma”, referem-se à vítima. E, no exemplo 2, retirado do **Termo de depoimento prestado pela testemunha 2**, temos “[...] Que xxxxx **vai para a frenteda casa da VÍTIMA, fica bagunçando** e, inclusive, nesta semana, **todos ficaram trancados dentro de casa com medo, sem poder sair com medodas ameaçsdele**; [...]”. As expressões “xxxxx”, “vai para a frente da casa da VÍTIMA”, “fica bagunçando”, “das ameaças”, “dele”. A expressão “a frente da casa da VÍTIMA” refere-se à vítima e as expressões “todos ficaram trancados dentro de casa com medo” e “sem poder sair com medo das ameaças dele”, referem-se à vítima e à família da vítima.

Nos exemplos 1 e 2, que são fragmentos retirados do **Auto de Qualificação e Interrogatório prestado pelo acusado**, temos, no exemplo 1, [...] *Afirma que estudou até a 2ª série do Ensino*

Fundamental, só sabendo assinar o nome, mas tem dificuldade de assinar e prefere colocar a digital., o relato do acusado, transcodificado pela escritã iniciando com a expressão, “Afirma que”, nesse contexto quem afirma é o acusado. E no exemplo 2, [...] *afirma que, no dia do fato, quando a vítima xxx chegou do trabalho discutiu com a mesma*. Nesse segundo exemplo quem afirma também é o acusado.

Ao utilizar o discurso indireto, o enunciador (escrivão (ã) ou agente policial) procura repassar, com suas palavras, o que considera necessário para a situação comunicativa, ou seja, para que os fatos sejam esclarecidos da melhor forma possível, adaptando a fala da vítima, das testemunhas e do acusado ao contexto de comunicação, no caso, ao que é adequado ao uso da linguagem no gênero IP. Assim, o discurso indireto evidencia a adaptação da fala da vítima, das testemunhas e do acusado às necessidades do(a) agente policial ou escrivão(ã) em repassar para os autos do IP, com suas palavras, utilizando uma linguagem técnica, sem os traços expressivos da voz original (vítima, acusado, testemunhas). Assim, no momento em que o(a) agente policial ou escrivão(ã) transcreve o que foi dito pelos depoentes, entendemos que nesse processo de retextualização ou transcodificação o texto possa sofrer acréscimos ou reduções, mesmo que o(a) agente e escrivão(ã) não possam emitir qualquer juízo de valor ao que foi narrado ou alterar o conteúdo dos depoimentos prestados, pois nesse evento de comunicação o escrivão(ã) ou agente policial assume a posição de sujeito institucional que diz, ou seja, transcodifica, o que lhe foi relatado pela vítima, pelas testemunhas e pelo acusado da modalidade oral para a modalidade escrita.

4. Considerações finais

Nosso objetivo neste artigo foi fazer uma análise das marcas da fala das pessoas no gênero IP. Com base nos estudos de Authier-Revuz (1998) sobre o DR e de Adam (2011) sobre as marcas dos tipos de representação da fala das pessoas, utilizamos, também, os estudos de Marcuschi (2001) sobre a retextualização e, de modo mais específico, sobre a transcodificação. Os resultados parciais do estudo apresentaram uma incidência significativa dessas marcas no gênero IP, dentre estas, marcas do DD e do DI no IP analisado. Estudamos o discurso direto e o discurso indireto como formas de representação da fala dos sujeitos (vítima, testemunhas e acusado) que atuam no gênero IP.

Constatamos que no gênero IP o discurso relatado manifesta-se nas formas de DD e de DI. E no IP analisado predominou as ocorrências do DI. Constatamos, também, que a forma como o DR é construído isenta o(a) escrivão(ã), o delegado(a) da responsabilidade pelas palavras ditas pela vítima, testemunhas e acusado. Assim, o DR isenta as autoridades institucionais (o(a) agente policial, escrivão(ã), (delegado(a)) da responsabilidade pelas palavras ditas pelos declarantes (vítima, testemunhas, acusado), pois ao mesmo tempo em que o DR procura reproduzir as palavras dos sujeitos que atuam no IP, ao mesmo tempo isenta as autoridades institucionais da responsabilidade pelas palavras desses sujeitos.

Ao fazer a transposição do relato da vítima, das testemunhas e do acusado da modalidade oral para a modalidade escrita, o(a) agente policial ou escrivão(ã) representa a voz destes, por meio do DI que, conforme Authier-Revuz (1998), é uma forma de retomar um outro ato de linguagem, e, nessa condição, o locutor (agente policial, escrivão(ã)), funciona como tradutor dos dizeres dos interlocutores, ou seja, é uma instância mediadora dessas falas, pois é o sujeito que diz o que lhe foi relatado.

O DD possibilita ao escrivão(ã) ou ao agente policial atribuir a responsabilidade da fala à vítima, às testemunhas ou acusado, possibilitando, assim, aos mesmos um distanciamento, pois, dessa forma, eles atribuem a responsabilidade da fala aos depoentes. O discurso indireto é mais utilizado pelos agentes policiais ou escrivães. Já o discurso direto é mais utilizado ao citar a fala da vítima, testemunhas ou acusado *ipsis litteris*. Desse modo, o discurso direto e o discurso indireto revelam as vozes presentes nos relatos.

Referências bibliográficas

- ADAM, Jean-Michel. **A Linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Trad. Maria das Graças Soares Rodrigues *et al.* 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011.
- AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- DEAM - **Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher**. Disponível em: <https://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/busca_subservico.php?uf=RN&cod_subs=11>. Acesso 13 out. 2014
- FLORES, Valdir do Nascimento *et al.* **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- SANTOS, Izequias, Estevam. **Textos selecionados de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.
- STRAUS, Anselm.; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2. ed. Tradução Luciene de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Abstract: *This paper presents preliminary results of part of a research PhD in progress, aimed at the study of expository Responsibility (SR) in the genre Police Inquiry (PI). The study focuses on the representation of speech trademarks of subjects operating in the genre. The theoretical backrests come from Textual Linguistics (LT), the linguistic studies of text, genres and discourse (ADAM, 2011; KOCH, 2004, 2011; KOCH; ELIAS, 2006; Marcuschi, 2002, 2008; BAKHTIN, 1997; BAZERMAN, 2005; MAINGUENEAU, 2004, 2008; CHARAUDEAU, 2010) and linguistic enunciation (DUCROT, 1987; BENVENISTE, 2006; AUTHIER-REVUZ, 1998, 2004). Regarding research methodology, this is a documentary approach, a qualitative basis, in that it investigates a corpus of PI originated from complaints made in official reports (BO) registered at a police station Specialized Support to woman (DEAM), Natal, Rio Grande do Norte. Partial results of the study show an incidence of brands of types of representation of speech of the people, proposed by Adam (2011) and Reported Speech (DR), proposed by Authier-Revuz (1998), the PI genre remains by brands Direct discourse (DD) and Indirect speech (DI).*

Keywords: *representation of speech; enunciative responsibility; police investigation; reported speech; direct speech and indirect speech.*

A PRESENÇA DO LEITOR NA REVISTA *CAPRICO*: UMA ANÁLISE DIALÓGICA

Maria Teresa Silva BIAJOTI¹
mariabijoti@hotmail.com

Marina Célia MENDONÇA
marinamendonca@fclar.unesp.br

Resumo: Este artigo faz parte dos estudos iniciais da pesquisa de mestrado *A presença do leitor na revista Capricho: uma análise dialógica* que está embasada nos estudos bakhtinianos do discurso. O interesse desta pesquisa é fazer um estudo de gêneros do discurso jornalístico a fim de refletir sobre a presença da voz do leitor nos diversos gêneros veiculados em revista voltada ao público adolescente, uma voz de suposta “autoridade” dentro dos gêneros presentes na revista. A proposta é investigar enunciados verbais e não-verbais da revista impressa para adolescentes *Capricho* a fim de refletirmos sobre as diversas vozes de leitores que o periódico traz para compor suas matérias, compondo uma rede de compartilhamento de opiniões, diferentemente do jornalismo convencional, em que o discurso jornalístico busca embasamento para as matérias em opiniões/posicionamentos de profissionais nos assuntos tematizados nos textos. Assim, apresentamos alguns apontamentos iniciais da pesquisa a fim de refletir sobre a proposta bakhtiniana de se considerarem os gêneros do discurso como espaços de estabilidade/instabilidade.

Palavras-chave: Gêneros do discurso. Esfera jornalística. Estudos bakhtinianos do discurso.

1 Introdução

De acordo com Bakhtin (1997), o trabalho de investigação de um material linguístico concreto lida inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais) relacionados a diferentes campos da atividade humana e da comunicação. Assim, o uso da língua está relacionado com as diversas esferas sociais, e em cada uma dessas esferas sociais os gêneros se formam e se diferenciam a partir das suas finalidades discursivas, dos participantes da interação e das suas relações sociais.

Este estudo está relacionado com a teoria bakhtiniana, a qual postula que os indivíduos utilizam-se dos enunciados oriundos das esferas da atividade humana ou práticas sociais que se produzem, se constituem e funcionam nas diferentes esferas da atividade humana. São, portanto, as esferas que regularizam e legitimam as atividades sociais que, por sua vez, elaboram seus “tipos relativamente estáveis de enunciado” (BAKHTIN, 1997, p.279), os chamados gêneros do discurso.

As esferas da atividade humana são multiformes e, por isso, os gêneros do discurso apresentam diversidades infinitas. Por serem multiformes, os gêneros são heterogêneos, tanto os orais quanto os escritos.

Para Bakhtin (1997, p.302), “aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero” e ao relacionar gênero do discurso à atividade social, à interação, esse pensador (VOLOCHÍNOV/BAKHTIN, 1979) afirma

¹ Bolsista Capes de Mestrado no curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa na Universidade Estadual - Araraquara.

que são a situação social e os participantes mais imediatos que determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação.

É nesse contexto que se insere a nossa proposta de pesquisa, um estudo dos gêneros do discurso jornalístico a fim de refletir sobre a presença da voz do leitor adolescente nos diversos gêneros veiculados em revista voltada ao público adolescente, uma voz de suposta “autoridade” dentro dos gêneros presentes na revista. Analisaremos na revista impressa para adolescentes *Capricho* as diversas vozes de leitores que o periódico traz para compor suas matérias, diferentemente do jornalismo convencional onde o discurso jornalístico é composto prioritariamente por profissionais no assunto.

O jornalismo convencional abre espaço para as opiniões de leitores prioritariamente na carta do leitor, entretanto, na revista para adolescentes o leitor aparece disseminado em diversos gêneros da revista, como carta do leitor, reportagens (como argumento de autoridade) e entrevistas, compondo uma rede de compartilhamento de opiniões.

Dessa maneira, esta proposta de pesquisa tem como objetivo investigar enunciados verbais e não-verbais a fim de refletirmos sobre algumas questões, como por exemplo: de que maneira se concretiza a presença da voz do leitor adolescente nas diversas seções e gêneros do discurso presentes neste periódico impresso? Como se dá a interação dos leitores no espaço dessa revista impressa? Assim, refletindo sobre a possibilidade de a revista constituir-se como um espaço de compartilhamento de opinião. Pretende-se, com isso, dialogar com o pressuposto bakhtiniano acerca da estabilidade/instabilidade dos gêneros.

É nesse espaço teórico que se situa esta proposta de pesquisa, os conceitos que serão mobilizados são essencialmente: enunciado concreto, gêneros do discurso, esfera de atividade e diálogo.

O corpus desta pesquisa de mestrado constitui-se de exemplares da revista impressa *Capricho* (esse corpus será composto a partir de seleção qualitativa, considerando os objetivos da pesquisa, entre exemplares divulgados no ano de 2013, tendo em vista o desenvolvimento de uma análise sincrônica).

Após a produção do corpus, procederemos a uma análise de gêneros jornalísticos presentes na revista, como entrevistas, reportagens, opiniões, cartas de leitores e seções onde o leitor aparece como uma voz de autoridade. Essa análise se dará partindo da proposta metodológica da análise dialógica do discurso. Dessa maneira, pretendemos colocar em relação os enunciados selecionados, na tentativa de realizar, a partir dessa relação, uma compreensão responsiva. É importante destacar que o pesquisador, nessa perspectiva, é um outro em relação ao sujeito pesquisado, bem como “enfrenta” o corpus como um sujeito que responde, de seu lugar social e com os valores que o definem, ao discurso de outros. (GEGE, 2012)

2 Estudos Bakhtinianos do Discurso

2.1 Diálogo e Sujeito

Nos estudos do Círculo de Bakhtin a linguagem é caracterizada como dialógica, destacando-se o conceito de diálogo. (MARCHEZAN, 2006) Ou seja, “[...]a língua, em sua totalidade concreta, viva, em seu uso real, tem a propriedade e ser dialógica” (FIORIN, 2006, p.18). Assim, todo discurso é constituído levando em conta o discurso de outrem, estabelecendo assim, relações de sentido entre dois enunciados. Portanto, todos os enunciados são dialógicos, sendo todo discurso ocupado pelo discurso alheio. (FIORIN, 2006)

Aprofundando-se nesse conceito, o enunciado é criado durante o processo dialógico da comunicação e que deve ser entendido e analisado de uma forma não isolada, isto é, segundo suas relações ideológicas, culturais, sociais, etc. e ainda por atos sociais de caráter não verbal, o que torna cada enunciado único, mesmo que aparentemente idêntico a qualquer outro. Neste processo, existe uma interatividade entre sujeitos falantes. O receptor não é um ser passivo, ao contrário, ao ouvir e compreender um enunciado adota para consigo uma atitude responsiva, quer dizer, ele pode concordar ou não, pode completar, discutir, ampliar, direcionar, enfim, atuar de forma ativa no ato enunciativo. (VOLOSHINOV/BAKHTIN, 1979) Dessa forma, o sujeito bakhtiniano é dialógico pois ele é pensado em suas relações com outros sujeitos que o constituem e são também constituídos por ele, assim, o sujeito se constitui na interação com outros sujeitos.

O enunciado, portanto, é produzido a partir de enunciados anteriores, em forma de resposta, e, ao mesmo tempo, espera novas produções estimuladas pela sua. A linguagem, segundo as noções do Círculo, é um diálogo constante, seja em seus contornos mais óbvios e imediatos, seja em seu caráter mais amplo, do grande diálogo. “A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa [...] toda compreensão é preche de resposta”. (BAKHTIN, 1997, p.290)

Esses enunciados se realizam sempre como “tipos relativamente estáveis” de conteúdo temático, estilo de linguagem e principalmente de construção composicional, originando o que Bakhtin denomina gêneros do discurso. (BAKHTIN, 1997)

Bakhtin vai teorizar sobre o gênero levando em conta o processo de produção, ou seja, de que maneira os gêneros se constituem, pensando no vínculo entre a utilização da linguagem e as atividades humanas. (FIORIN, 2006) Para Bakhtin, o caráter e os modos de utilização da língua estão sempre relacionados com as esferas de atividades humanas. (BAKHTIN, 1997)

2.2 Gêneros do Discurso

Os seres humanos agem em esferas de atividades, e essas implicam na utilização da linguagem na forma de enunciados. Os enunciados, por sua vez, são sempre produzidos dentro dessas esferas de ações, e são determinados pelas condições e pelas finalidades específicas de cada esfera. Dessa forma, essas esferas

ocasionam o surgimento de tipos de enunciados, que se estabilizam de forma precária e mudam em função de modificações nessas esferas. Assim, podemos dizer que cada esfera de utilização da língua produz tipos relativamente estáveis de enunciados. (BAKHTIN, 1997)

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. (BAKHTIN, 1997, p.279)

Para Bakhtin, os *gêneros do discurso* são tipos de enunciados relativamente estáveis, caracterizados por três elementos, conteúdo temático, estilo e construção composicional. Dessa forma, sempre nos expressamos por meio de gêneros no interior de uma esfera específica de atividade, estabelecendo uma interconexão da linguagem com a vida social. Os gêneros são meios de assimilar a realidade, assim, novas formas de ver a realidade demandam o aparecimento de novos gêneros ou a modificação dos já existentes, e, ao mesmo tempo, novos gêneros proporcionam novas maneiras de ver a realidade. (FIORIN, 2006)

Vale ressaltar que a variedade de gêneros do discurso é infinita, pois a variedade de atividades humanas é também inesgotável, e cada esfera de atividade permite um conjunto de gêneros do discurso que se diferencia e modifica-se à medida que a esfera se desenvolve. (BAKHTIN, 1997) Dessa forma, os gêneros estão ligados às situações sociais de interação, e mudanças nessa interação gerarão alterações nos gêneros.

Para Bakhtin, todo gênero discursivo constitui-se de um estilo verbal, de um conteúdo temático e de uma construção composicional. Conteúdo temático é um domínio de sentido de que se ocupa do gênero, dentro de um conteúdo temático pode haver vários assuntos diferentes; a construção composicional é a maneira de organizar um texto, é preciso localizá-lo em um tempo, em um espaço e em uma relação de interlocução, a construção composicional do texto refere-se ao modo como ele é apresentado, com seus contornos definidos, sob uma forma estruturada que permite ao interlocutor antever, de início, de que gênero se trata e como interpretá-lo, sendo responsável por levar o leitor a assumir de antemão uma postura responsiva; e o estilo é a seleção dos meios linguísticos, ou seja, a seleção que fazemos de determinados meios lexicais, gramaticais e fraseológicos pensando na imagem do interlocutor e na sua compreensão responsiva ativa do enunciado.

Para o Círculo, os gêneros são “formas relativamente estáveis de enunciado” (BAKHTIN, 1997), ou seja, o termo relativamente implica em algo que é ao mesmo tempo estável e mutável. O gênero é estável porque conserva traços que o identificam e é mutável porque está sempre em transformação, havendo casos em que um gênero se transforma em outro. (SOBRAL, 2009) Dessa forma, à medida que as esferas se desenvolvem, gêneros aparecem, desaparecem ou ganham novos sentidos. Para entender a questão da estabilidade do gênero, Sobral parte de outra definição de gênero, sendo “formas e tipos da comunicação

discursiva”. (VOLOCHÍNOV apud SOBRAL, 2009, p.116) Assim, essas formas são estáveis, pois o ambiente sócio-histórico requer a cristalização de formas para que não seja preciso reinventar os modos de se falar a cada vez que se fala. Entretanto, como isso ocorre no nível da comunicação discursiva, essa estabilidade é mutável (SOBRAL, 2009).

Dessa forma, estabilidade e mudança estão em uma tensão permanente já que, para o Círculo, não existe o absolutamente mesmo nem o absolutamente novo. O absolutamente mesmo presumiria uma imutabilidade do mundo humano, e o absolutamente novo presumiria sujeitos que conhecem tudo o que existe para poder criar e identificar (SOBRAL, 2009).

Como podemos observar, os gêneros abrangem a totalidade do uso da linguagem, sendo assim, Bakhtin divide os gêneros em primários e secundários. Os primários (simples) são gêneros que pertencem ao cotidiano, à comunicação verbal espontânea. São predominantemente, mas não somente, orais, por exemplo, ao bate-papo, a conversa telefônica, o e-mail, o bilhete. Os gêneros secundários (complexos) aparecem na esfera de comunicação cultural, mais complexa e evoluída, a religiosa, a política, a artística, a filosófica. São predominantemente, mas não exclusivamente, escritos, por exemplo, o romance, o discurso ideológico, o discurso parlamentar, o teatro (FIORIN, 2006).

Não há razão para minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso e a conseqüente dificuldade quando se trata de definir o caráter genérico do enunciado. Importa, nesse ponto, levar em consideração a diferença essencial existente entre o gênero de discurso primário (simples) e o gênero de discurso secundário (complexo). Os gêneros secundários do discurso — o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. - aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. (BAKHTIN, 1997, p.281)

2.3 Estilo

O conceito de estilo está ligado ao enunciado, ou seja, ao gênero do discurso. O enunciado em qualquer esfera da comunicação verbal é individual, e assim, pode refletir a individualidade do enunciador, o seja, um estilo individual. Para Bakhtin (1997) alguns gêneros são mais propícios para refletir a individualidade e outros não são tão propícios ao estilo individual. Os gêneros mais propícios são os literários onde o estilo faz parte do empreendimento enunciativo, já os menos favoráveis ao aparecimento do estilo individual são aqueles gêneros que requerem uma forma padronizada, tais como, documento oficial, notas oficiais e etc. (BAKHTIN, 1997)

A ligação entre gênero e estilo é percebida com clareza no fato de que o estilo linguístico é o estilo de um gênero próprio de uma determinada esfera da atividade e da comunicação humana. Para o Círculo o estilo é vinculado às unidades temáticas e às unidades composicionais, como: tipo de estruturação, tipo de relação entre o locutor e os outros integrantes da comunicação. Assim, “O estilo entra como elemento na unidade de gênero de um enunciado”. (BAKHTIN, 1997, p.284)

Brait afirma que o dialogismo está na base da concepção de estilo, ou seja, a relação constitutiva entre interlocutores e entre os discursos que atravessam os enunciados proferidos ou não por esses interlocutores. O estilo também implica qualquer interação, em qualquer atividade da linguagem, e não somente na atividade literária. (BRAIT, 2008)

Dessa forma, o estilo vai deixar de ser pensando como uma questão individual, como uma maneira peculiar de um enunciador, e ser pensando a partir da ideia de linguagem como atividade, e a inclusão de questões como esferas de produção, circulação e recepção. (BRAIT, 2008)

3 A revista *Capricho*

A *Capricho* foi criada² em 18 de junho de 1952 pelo fundador da Editora Abril, o Sr. Victor Civita; é a primeira revista feminina da editora e do Brasil. Nos seus primeiros 30 anos, foi uma revista de fotonovelas, passando aos poucos a falar de moda, beleza e comportamento. Em 1982, o periódico passa a ter seu foco nas adolescentes, adotando uma temática diversa passa a abordar moda, comportamento, relacionamento, drogas, música, celebridades e sexo, adota em 1985 o slogan “A revista da gatinha”. As fotonovelas românticas são substituídas pelo destaque à correspondência com a leitora. Para Mira (2003), apesar de ser uma característica antiga das revistas femininas, a correspondência com as leitoras passa a ter novas características, a conversa tende a ser mais liberal, mais aberta, pois o feminismo já faz parte das redações e do senso comum da leitora.

A revista, que era mensal, passa em 1996 a ser distribuída quinzenalmente e tem sua grande mudança gráfica e editorial em 2006, passando a ter também conteúdos exclusivos em um site na Internet, facilitando o contato e a participação dos leitores. Atualmente o periódico é publicado quinzenalmente e é voltado ao público adolescente feminino entre 13 e 18 anos, pertencente às classes A e B.

De acordo com o site da Editora Abril, hoje a revista atinge cerca de 2,6 milhões de leitoras por edição, sendo líder na comunicação com garotas brasileiras.

3.1 A presença do leitor: apontamentos iniciais

Freire Filho (2006) descreve que um dos grandes objetivos da *Capricho* seria criar uma "comunidade virtual" entre as leitoras, um lugar onde as adolescentes pudessem se identificar e conviver tendo a revista como referência, propiciando um sentimento de pertencimento. A partir de 2006 quando o site da revista é criado essa relação entre leitor e revista é facilitada, já que por meio do site eles podem escrever *e-mails*, opinarem sobre matérias passadas e sobre assuntos que ainda irão para a revista impressa.

Assim, o leitor é convidado a compartilhar suas experiências, opiniões e dúvidas que serão respondidas por outras adolescentes e por profissionais através da publicação na revista impressa. Dessa

²A informação aparece no site da revista *Capricho*: <http://capricho.abril.com.br/revista/historia.shtml>

forma, em alguns gêneros jornalísticos presentes na revista, como entrevistas e reportagens o leitor aparece como uma voz de autoridade (seções como *Diz aí, Terapia em grupo, Comportamento, Confessionário* e *Amizade*), é a partir da publicação de suas dúvidas, experiências e opiniões acerca de determinado assunto proposto pela redação que a reportagem é formada, e não apenas com profissionais no assunto abordado. A revista transmite a sensação de que todas as adolescentes compartilham as mesmas angústias e preocupações e por isso elas são capazes de se ajudarem.

Abaixo temos um exemplo de uma reportagem composta por vários trechos de opiniões e experiências de leitores sobre um tema específico, definido previamente.

(CAPRICO, 2013)

ELÉ SEMPRE ME DEIXA FELIZ

"Conheci o Eduardo de um jeito bizarro: ele era amigo do meu ex. No começo, pensei que ele estava dando em cima de mim, mas algum clique me fez sentir amor por ele - e a gente não se desgrudou mais. Além de termos muito em comum, é ele que me faz gargalhar no meio de qualquer confusão."
Natalia, 18 anos

ELÉ GUARDA OS MEUS SEGREDOS

"O Silvío é mais que um amigo: é meu cúmplice! O melhor da nossa amizade é que ele me entende mais do que qualquer amigo hétero. As brincadeiras são mais descontraídas, a conversa flui e os assuntos são os mais variados possíveis. Com o Silvío, eu tenho abertura pra falar sobre qualquer assunto sem vergonha nenhuma."
Jacqueline, 17 anos, Campinas, SP

É OU NÃO É?

O que fazer quando você desconfia que ele é gay, mas ainda não assumiu?

Ele é seu melhor amigo. Ok. Mas lembre-se de que assumir a orientação sexual envolve outros fatores além da confiança em você. Em primeiro lugar, pode ser que ele nem tenha certeza. Daí, não adianta fazer alarde! Evite forçar a barra e perguntar na lata (ou pior, ficar insinuando). Isso pode deixar seu bff mais confuso ainda! O melhor a fazer é ouvir. Com certeza, ele vai dividir esse segredo com você quando for a hora certa.

AGORA É COM VOCÊ

Seu bff é gay. E você com isso?

Ele pode ter a família e os amigos mais incríveis do universo, mas, em um mundo tão cheio de preconceitos e crenças malucas, ele pode passar por aborrecimentos. Como amiga de verdade, seu papel é o mesmo de sempre: oferecer seu ombro amigo, opinar, ajudar e até comprar brigas se for preciso.

É importante engrossar o coro daqueles que, como você, sabem que ser gay não interfere no caráter de ninguém. Afinal, nem todo mundo pensa desse jeito.

Fique atenta para a forma como os amigos e as pessoas próximas a ele reagem a tudo isso. Vocês precisam ter em mente que, em uma situação de discriminação, quem está errado é sempre quem discrimina. Simples assim.

“NÃO IMPORTA SE VOCÊ É GAY OU HÉTERO. O QUE IMPORTA É QUE SOMOS AMIGOS.”

Kurt Hummel, personagem de *Glee*, pode até parecer o típico clichê do gay fashionista, mas ele é muito mais do que isso. Depois de quase desistir do colégio por causa do preconceito, ele começa a bater de frente contra o bullying - com um namorado a tiracolo. Além disso, Kurt dá ótimos conselhos: o amigo que todo mundo quer ter!

FALA, KURTI

ELÉ É MUITO SINCERO

"O Felipe é o cara mais parceiro que já conheci. Acho que nós, garotas, enrolamos muito para falar o que sentimos com medo de machucar o outro. Os meninos são mais diretos e sinceros, e isso abriu meus olhos muitas vezes! Ano passado, acabei gostando de uma menina, e ele me apoiou. Isso foi importante pra mim!"
Lara, 16 anos

ELÉ ME AJUDA COM OS MENINOS

"Nathan é meu guru para todos os assuntos: ele melhora meu humor, me consola quando ninguém tem, saco comigo e me arrasta para as festas mais top do mundo! Ele sabe quando um ficante está sendo sincero comigo ou não e dá os melhores conselhos nessas horas. Até para me produzir, eu fico enchendo o Nathan."
Gabriela, 17 anos

“Sim, às vezes eu sofro um pouco por ser diferente, mas graças à amizade da Naty, me sinto forte para enfrentar este momento da vida!”

Eduardo, 15 anos

“Sinto que mudei por dentro por causa da Jacqui: ela me ensinou a ser mais sensível com as pessoas e comigo mesmo.”

Silvío, 18 anos

“As meninas têm um jeito diferente, que nos faz ter vontade de contar todos os nossos segredos para elas. Com a Lara, é total assim.”

Felipe, 17 anos

“Eu e a Gabi conseguimos conversar só pelo olhar. Ela é a irmã que eu não tive... Somos cúmplices, amigos, irmãos de verdade.”

Nathan, 16 anos

Neste exemplo, na matéria *Meu melhor amigo gay* da seção *Amizade*, podemos notar que a revista traz diversas vozes de leitores para compor sua matéria, a maior parte da página é composta por trechos de opiniões e relatos com experiências positivas de como é ter um amigo gay. Aqui o relato é editado pela revista, sendo apresentado apenas em trechos entre aspas, sendo que a opinião dos garotos é apresentada

com aspas maiores e coloridas de roxo, e nos trechos com a opinião das meninas são colocados, no início, um desenho com reticências coloridas. Os relatos são acompanhados pelo nome da pessoa, idade e algumas vezes pela cidade onde o leitor mora, eles apresentam subtítulos destacando o principal argumento do relato ou opinião do leitor. Os trechos com as opiniões dos meninos são destacados em amarelo, como se tivessem sido destacados com caneta marca texto, indicando algo que é importante, que merece destaque.

No canto direito da página uma psicóloga responde a duas questões colocadas pela revista, "O que fazer quando você descobre que ele é gay e não assumiu?" e "Seu *bff* é gay. E você com isso?", trazendo soluções para possíveis situações problema. Nesse caso a revista e a psicóloga se colocam como uma irmã mais velha da leitora, aconselhando-a. A linguagem informal, as gírias e expressões próprias de adolescentes são usadas tanto nos trechos com as opiniões dos leitores quanto no aconselhamento da psicóloga, como *bff* (melhor amigo em inglês), *ok* e "perguntar na lata", ao mesmo tempo em que se tenta atender à norma padrão. No jornalismo convencional é utilizada uma linguagem formal, entretanto, no caso da *Capricho* a linguagem informal é utilizada a fim de estabelecer uma proximidade com o leitor, leitor dialogando com leitor e a revista colocando-se como mediadora, como uma amiga próxima da leitora ou uma irmã mais velha que aconselha, mas não é autoritária. Dessa maneira, podemos destacar a influência do meio de circulação da revista nos gêneros jornalísticos da revista impressa, afinal, a revista sabendo que seu público leitor é adolescente busca uma linguagem mais próxima do leitor, assim como a composição da matéria veiculada se baseia em compartilhamentos de opiniões dos próprios adolescentes, já que muitas vezes a revista procura se colocar como uma amiga. Assim, neste exemplo, a revista entende que as experiências dos leitores, contadas por meio de falas diretas, seja mais importante na construção da matéria do que a opinião de especialistas. Dessa maneira, podemos pensar a respeito da estabilidade/instabilidade dos gêneros discursivos na revista impressa *Capricho*.

No meio da página uma foto de uma celebridade está destacada, se trata do personagem Kurt Hummel do seriado *Glee*. A revista usa o exemplo de um personagem gay famoso entre os adolescentes para exemplificar para os leitores que ter um amigo homossexual é uma vantagem.

As opiniões, os relatos e os conselhos da psicóloga apesar de terem uma ordem na disposição física da revista não precisam ser lidos em uma única ordem, o leitor pode ler os trechos em qualquer ordem sem prejudicar o entendimento global, diferentemente de uma matéria jornalística tradicional. Dessa forma, a matéria é interpretada pelo leitor de maneira diferente de uma matéria escrita no padrão tradicional de reportagem, onde a matéria é escrita com uma linguagem formal e com uma ordem para ser lida. Assim, neste exemplo de matéria feita pela *Capricho* a página se aproxima de um exemplo de um mural. Os trechos têm subtítulos coloridos, grifados e dividem a página com ilustrações e fotos. Diferentemente de uma matéria jornalística tradicional, a matéria abordada apresenta uma mistura de estilos de fontes tipográficas, apresentando a forma tipográfica sem serifa (convencional em revistas impressas) e a fonte

cursiva, lembrando a escrita à mão. A fonte cursiva nos faz pensar em uma relação de proximidade com o leitor, de intimidade, já que a letra cursiva é uma letra pessoal, com a qual escrevemos em cadernos, diários, etc.

Dessa forma, a presença do leitor na revista *Capricho* aparece de maneira disseminada na revista, e não apenas em seções específicas destinadas a eles, como a carta do leitor, formando uma rede de compartilhamento de opiniões compondo a matéria da revista, como o exemplo utilizado neste artigo. A revista, tendo uma imagem do seu leitor, se coloca como uma amiga íntima da menina, assumindo uma linguagem própria da adolescente, com uso de gírias, exclamações e expressões próprias dos jovens.

4. Considerações finais

A partir da teoria Bakhtiniana entendemos que são as esferas da atividade humana que regularizam e legitimam as atividades sociais que, por sua vez, elaboram os "tipos relativamente estáveis de enunciado", os gêneros do discurso. Assim, em cada uma dessas esferas sociais os gêneros se formam e se diferenciam a partir das suas finalidades discursivas, dos participantes da interação e das suas relações sociais. Dessa forma, podemos refletir sobre a presença do leitor como autoridade e a estabilidade/instabilidade dos gêneros jornalístico na revista *Capricho*.

Na seção da revista analisada a matéria é composta prioritariamente com trechos de opiniões e relatos de experiência selecionados e editados pela revista. Essas citações aparecem em destaque, a página é bastante colorida e com ilustrações, há uma mistura de fontes tipográficas, utilizando também a fonte cursiva, incomum nos gêneros jornalísticos tradicionais. No exemplo analisado a revista responde, através da psicóloga, a possíveis dúvidas das leitoras, entretanto, sem se colocar como uma autoridade. O foco da matéria são as opiniões e os relatos de leitores sobre os aspectos positivos de se ter um amigo homossexual, o leitor é a autoridade nessa matéria. Aqui se prevê um leitor que se identifique com o que outros leitores relataram, um leitor que toma como importante a opinião de outros adolescentes sobre o assunto.

Nesses apontamentos iniciais sobre a pesquisa podemos entender que na revista *Capricho* os gêneros jornalísticos sofrem influência da esfera de circulação. Ou seja, os gêneros se modificam a partir das suas finalidades discursivas, dos participantes da interação e de suas relações sociais. A matéria analisada, diferentemente do jornalismo convencional, apresenta uma rede de compartilhamento de opiniões e experiências, com um padrão de textos curtos e colocados em colunas, facilitando a leitura do jovem. O leitor tem um papel de autoridade no texto, onde o profissional/especialista no assunto é chamado, quando chamado, apenas para corroborar a opinião dos leitores. No jornalismo tradicional as revistas buscam embasamento para as matérias em opiniões/posicionamentos de profissionais nos assuntos tematizados nos textos.

Desta forma, em nossa pesquisa buscamos compreender a relação do gênero com a esfera de atividade e o processo de estabilização. Assim, os estudos que abarcam os gêneros do discurso mostram-se ricos em questões a serem pesquisadas e debatidas.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M.M. *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fonte, 1997.

BRAIT, B. *O conceito de estilo em Bakhtin: dimensão teórica e prática*. Artigo 2008.

FIORIN, J.L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo, Editora Ática, 2006.

FREIRE FILHO, João. Em cartaz, as meninas superpoderosas: a construção discursiva da adolescência feminina na revista capricho. *Revista Fronteiras - estudos midiáticos*, São Leopoldo, v.3 n.2, p.102-111, maio/agosto 2006.

GEGE (Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso) (Org.) *Palavras e contrapalavras: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

MARCHEZAM, R. C. Diálogo. In: BRAIT, Beth (org). *Bakhtin: Outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação e da cultura do século XX*. São Paulo: FAPESP. 2003.

CAPRICHIO. (Abril/2013). *Rebelde?. Edição 1172*.

SOBRAL, A. *Do dialogismo ao gênero*. Campinas, Mercado de Letras, 2009.

VOLOSHINOV, V. (BAKHTIN, M.). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

Abstract: *This paper pertains to initial studies of the master's research The reader's presence on Capicho's magazine: a dialogical analysis, which is based on Bakhtin Circle's speech. This paper aims to perform a genre study of journalistic speech in order to think about reader's voice presence at the different genres spread on teenager's magazine, a supposed "authority" voice inside genres of this magazine. The intention is to investigate verbal and non-verbal statements of Capricho's magazine in order to think about the diverse readers' voices that the periodical uses to compose its subjects, making an opinion sharing network, differently from conventional journalism, wherein the journalistic speech seeks foundation for the subjects on professional opinions and positionings. Therefore, we present some initial research appointments in order to reflect on Bakhtinian proposal to consider speech genres as a stability/instability area.*

Keywords: *Discursive genres; Journalistic sphere; Bakhtin Circle's speech; Dialogism.*

O gênero capa de revista na mídia impressa: a constituição de sentidos implícitos na linguagem verbo-visual

Maria das Vitórias dos Santos MEDEIROS (UFRN)¹
medeiros.vitoriasantos@gmail.com

Maria Assunção Silva MEDEIROS
masilvame@gmail.com

Resumo: Este trabalho objetiva analisar, no âmbito da Linguística textual, alguns aspectos semióticos presentes no gênero Capa de revista. O *corpus*, aqui estudado, é constituído por três capas da revista *Veja*, nas edições de Março e Abril de 2014, as quais refletem, por meio das imagens e das palavras, os traços da intencionalidade do enunciador sobre os recentes escândalos envolvendo o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Petrobrás. Considerando que a linguagem se revela cada vez mais heterogênea e que a compreensão de textos vai muito além do sentido expresso nas frases, apoiamos-nos em estudos de BAKTHIN, (2011), BRAIT (2012), VIEIRA, (2007), KRESS (2001, 2006) entre outros para discutir sobre a multimodalidade textual apresentada nesse gênero. As informações implícitas nas imagens e nas cores tem o objetivo de chamar a atenção do leitor, e ao mesmo tempo posicionar-se em favor de um determinado ponto de vista. Esse gênero, predominantemente imagético, apresenta uma situação de comunicação, em todo o seu *design*, que exige do leitor um letramento verbo-visual, permitindo-o interagir com o visual e estabelecendo conexões com o texto escrito, o que possibilitará compreender o sentido global do texto.

Palavras-chave: Gênero discursivo; Multimodalidade; Verbo-visual; semiótica; letramento.

1. Introdução

Este estudo tece algumas considerações a respeito dos gêneros do discurso no campo da linguística textual, buscando entender como esses gêneros, relativamente estáveis, se configuram nas práticas sociais discursivas a partir da enunciação e representação da linguagem como processo de interação social.

Como citado no título, buscamos discorrer sobre o gênero Capa de revista, o qual é construído a partir de uma multiplicidade de códigos semióticos que dialogam entre si, de modo a constituir o sentido global do texto. O *corpus* aqui analisado circulou na mídia impressa entre Março e Abril de 2014 e, nesse caso, é direcionado aos leitores da revista *Veja*. Representando vozes sociais que expressam comportamentos e opiniões, o enunciado é composto pela linguagem verbal e não verbal e apresenta um posicionamento do enunciador sobre o assunto em questão, que interage com um co-enunciador, o qual compreenderá a informação a partir do texto e de seus conhecimentos prévios, além do contexto de comunicação em que veicula esse gênero.

Desse modo, objetiva-se, nesse estudo, apresentar uma breve análise do gênero na perspectiva bakhtiniana (BAKTHIN, 2011) e da análise dialógica do discurso (BRAIT, 2012). Além disso, outro ponto de

¹ Aluna do Mestrado em Letras em Rede Nacional (PROFLETRAS), da UFRN, Departamento de Letras do CERES, Campus de Currais Novos-RN.

análise é buscar entender como as *capas de revistas* apresentam as informações, trazendo o uso da linguagem multimodal de forma pensada a seduzir o leitor (VIEIRA, 2007) e apresentar ainda algumas reflexões sobre o ensino de Língua Portuguesa.

Nesse sentido, o artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, na primeira seção, introduzir-se-á a temática e os objetivos da pesquisa. Na segunda seção, compreendida pelo referencial teórico será discutida a noção de gênero na perspectiva bakhtiniana, bem como o dialogismo presente no discurso. Na terceira seção será abordado o texto/discurso constituído de códigos semióticos que compõe o seu sentido global. Na quarta seção será realizada a análise do corpus, o qual é constituído por três capas da revista *Veja* dos meses de março e abril de 2014. Na quinta seção serão apontadas algumas reflexões sobre o ensino de Língua Portuguesa, tendo em vista a perspectiva do letramento verbo-visual e, por fim, a seção final que direciona as considerações finais.

2. O gênero capa de revista

A preocupação com o estudo dos gêneros que apresentam mais de um código em sua constituição tem ganhado um espaço considerável nas últimas décadas, tendo em vista a propagação destes na comunicação de massa e nos ambientes virtuais, revelando-nos que os estudos sobre multimodalidade está intimamente ligado ao desenvolvimento tecnológico e as novas formas de interação entre os indivíduos na sociedade. Assim, a multimodalidade, de acordo com KRESS (2001, 2006) focaliza a inter-relação dos distintos modos semióticos, presente nos textos, incluindo o linguístico, o visual, o gestual etc. Esses gêneros, classificam-se de acordo com sua construção composicional que o determina como tal. Segundo Bakhtin (2003)

Nós aprendemos a moldar nosso discurso em formas de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos um determinado volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo da fala. Se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível (BAKHTIN, 2003, p. 283).

Os gêneros do discurso são determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Assim, esses gêneros incluem-se numa espécie de colônia com finalidades diversificadas, sendo em alguns casos mais flexíveis e em outros menos suscetíveis a variações. Em se tratando do gênero *capa de revista*, entendida como uma unidade de comunicação, ela é percebida como um tipo relativamente estável que se compõe por três elementos básicos, quais sejam: conteúdo temático, estilo e construção composicional. Conforme afirma Bakhtin (2011)

Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo, não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional - estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos *relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos de *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2011, p. 261-2)

Evidentemente, todo gênero discursivo manifesta uma intenção do autor. A *capa de revista* tem como principal propósito comunicativo seduzir o leitor e, para isso, utiliza-se da linguagem verbal e da linguagem não verbal, constituindo-se um enunciador capaz de convencer o seu interlocutor.

Desse modo, esse trabalho surgiu de questões suscitadas em três capas da revista *Veja*, em semanas sequenciadas, cujas imagens e textos remetem ao recente acontecimentos envolvendo os escândalos entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e a empresa petrolífera Petrobrás. A escolha da revista *Veja* como objeto de análise justifica-se ainda por essa ser de grande circulação no país, podendo ser considerada formadora de opinião. A essa reflexão interessa não o fato em si, mas como a revista tratou discursivamente o episódio em suas capas.

A *capa de revista* tem como característica o foco na notícia principal apresentando elementos que permitem ao leitor identificar o posicionamento em relação ao fato em discussão. Apresenta uma estrutura mais ou menos fixa com elementos verbais e não verbais, além de chamar a atenção para a recepção do texto/discurso, o qual somente será “fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso” (BAKHTIN, 2011, p. 274), isto é o discurso só será concretizado se houver enunciados concretos dos falantes, sujeitos do discurso.

Bakhtin *apud* Brait e Silva (2003) afirmam que

O enunciado (enquanto plenitude do discurso) não pode ser reconhecido como unidade de nível último e superior ou andar na estrutura da língua (sobre a sintaxe), uma vez que ele faz parte de um mundo de relações inteiramente diversas (dialógicas), não confrontáveis com relações linguísticas de outros níveis [...]. O enunciado pleno já não é uma unidade da língua [...] mas uma unidade da comunicação discursiva, que não tem significado, mas sentido. (Isto é, um sentido pleno relacionado com valor [...] e que requer uma compreensão responsiva que inclui em si o juízo de valor). A compreensão responsiva do conjunto discursivo é sempre de índole dialógica. (BRAIT E SILVA, 2012, p.17)

A revista *Veja* conta com um público-alvo mais ou menos determinado, constituído por profissionais liberais e intelectuais, com nível de escolaridade significativo. Sob esse prisma, há por um lado uma imagem que deve atender as expectativas desse público e, por outro, a intenção comunicativa da empresa responsável pela revista, que segue uma ideologia, mantendo um diálogo nem sempre conciliador, uma vez que a revista se propõe isenta e o público busca uma informação exata do fato. Conforme Bakhtin (2011)

[...] o diálogo é a forma clássica de comunicação discursiva. Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui uma conclusibilidade específica ao exprimir certa posição do falante que suscita resposta, em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva

(...) ao mesmo tempo as réplicas são interligadas. Mas aquelas relações que existem entre as réplicas do diálogo – as relações de pergunta-resposta, afirmação-objeção, afirmação-concordância, proposta-aceitação, ordem-execução, etc. – são impossíveis entre unidades da língua (palavras e orações), quer no sistema da língua (no corte vertical) quer no interior no enunciado (no corte horizontal). (BAKHTIN, 2011, p. 275)

Assim, apesar de comporem um conjunto integral, as capas de revistas tem um acabamento que depende da leitura interpretativa de seus leitores, tendo em vista as suas atitudes responsivas, as quais se configuram a partir do contexto histórico e social de cada indivíduo. Assim, estabelecendo um diálogo com outros em contextos distintos, permite várias possibilidades interpretativas, desde que estas mantenham relação com o contexto daquele momento, a proposta de comunicação da empresa e a sua ideologia. De acordo com Puzzo (2009)

(...) apesar de comporem um conjunto integral, tais capas têm um acabamento provisório porque dependem em sua leitura interpretativa do contexto histórico-social dos leitores. Sendo assim, estabelecem um diálogo com o contexto em que estão inseridas, propiciando várias possibilidades interpretativas, mas todas elas articuladas pela proposta de comunicação da empresa e de sua ideologia. Além disso, cada edição estabelece relações significativas, tanto com o contexto daquele momento, quanto com o das edições posteriores e anteriores. Portanto, o enunciado presente em cada exemplar isoladamente está intimamente ligado aos outros que os precedem e os sucedem ao longo do tempo (...) (PUZZO, 2009, p. 132)

Desse modo, as três capas aqui analisadas não terão a mesma leitura para todos os interlocutores, uma vez que a interação entre o enunciator e o co-enunciador depende de todo um contexto de comunicação. Além disso, as capas não concluem o seu conteúdo, exemplo disso é que as três matérias em semanas subsequentes abordam o mesmo conteúdo, o que permitirá ao leitor dialogar com essas matérias, construindo conexões entre as mesmas.

3. Os vários códigos semióticos na construção de sentidos do discurso no gênero capa de revista

Em todas as esferas da sociedade há uma crescente utilização de textos que se apresentam com mais de um elemento semiótico em sua constituição. Denominados de gêneros multimodais, eles combinam o código visual e o verbal na produção de significados, sendo isso bastante recorrente nos textos publicitários.

O Gênero *capa de revista*, objeto desse estudo, apresenta essas duas modalidades da língua na constituição do enunciado com o objetivo de comunicar o fato de acordo com o seu ponto de vista e sua intenção comunicativa. De acordo com KRESS *apud* VIEIRA (1997)

As modalidades escrita, oral e visual concedem ao construtor do signo a realização do seu propósito ideológico. A vantagem do texto multimodal é que as imagens, combinadas às cores, são extremamente fortes e facilmente absorvidas, compreendidas e memorizáveis e, por esse motivo, perpetuam-se rapidamente na cognição, alterando, modificando ou transformando ideologias e paradigmas. (VIEIRA, 2007, P. 29)

Assim, a imagem constitui elemento essencial na composição do gênero *capa de revista*, haja vista que faz parte do seu estilo composicional, objetivando informar o leitor, ou mesmo persuadir sobre determinada posição em relação a um fato específico, a partir do choque das imagens e das cores, além do léxico escolhido. Maroun *apud* VIEIRA (2007) afirma que

A imagem impõe domínio próprio devido a sua relevância no mundo contemporâneo e, de certa forma, torna-se invasora da vida das pessoas, pois, mesmo quando não queremos, as imagens invadem todos os espaços de nossa vida de modo rápido e dominador. O que pretendemos dizer é que podemos ler ou não os textos escritos, mas dos textos imagéticos é mais difícil escaparmos de sua sedução, manifestada pelo tamanho de imagem, pelo movimento e pela cor e beleza. Um fato ou outro sempre atrairá o nosso olhar e nos aprisionará. (MAROUN, 2007, P. 79)

O que mais chama atenção para esse gênero discursivo é a capacidade de informar de modo imediato sobre o assunto principal da revista, mostrando ao leitor proficiente o direcionamento da abordagem da notícia, além de objetivar seduzir esse leitor para a recepção da revista, e a consequente compra, já que a revista em análise é uma mercadoria do mundo capitalista. Para Maingueneau (2013)

Compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário, é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo ideia de um enunciado que possua um sentido fixo fora de um contexto que não é um dado preestabelecido e estável. A própria ideia de um enunciado que possua um sentido fixo fora de contexto torna-se insustentável. (MAINGUENEAU, 2013, p. 23)

Sendo assim, é necessário que o leitor desse gênero esteja apto a fazer interações entre o verbal e o visual para construir as hipóteses relacionadas ao enunciado apresentado, e a partir daí posicionar-se, seja pela aceitação ou refutação, parcial ou total.

4. Análise do *corpus*

A modalidade escrita da língua sempre teve lugar de privilégio nas representações sociais. Porém, na contemporaneidade outros códigos semióticos tem ganhado relevância, permitindo ao interlocutor fazer leituras a partir de imagens, cores, formas etc. Para Medeiros (2013)

[...] não é possível ler prestando atenção apenas na mensagem escrita, pois esta constitui apenas um dos elementos representacionais que coexiste com uma série de outros. Dentre esses elementos não verbais, destacam-se: a formatação da mensagem, o tipo de fonte, a presença de imagens e todo tipo de informação advinda de quaisquer modos semióticos embutidos na cultura humana e que estão presentes no texto, como a comida, as roupas, a diversão, a arte, a música, a fotografia etc. (MEDEIROS, 2013, p.120)

Nesse contexto, as *capas de revistas*, aqui analisadas, devem necessariamente serem lidas a partir desse conjunto do verbal e do visual para que haja o entendimento global do enunciado proposto pela revista. A edição nº. 2366 da revista *Veja* aborda como notícia principal a presidente Dilma que, segundo a revista, se complica com as irregularidades na administração financeira da Petrobrás. Vejamos a figura 1:

Figura 1. Revista Veja, Março de 2013, ano 47, nº. 2366



O posicionamento da revista revela que o autor, no caso a revista, culpa a presidente Dilma, bem como outros membros PT como protagonistas nos escândalos de corrupção ligados a empresa. Associado a modalidade verbal, com a seguinte expressão: “O que era solução virou problema: Dilma fez (quase) tudo certo no caso de Pasadena, mas o aparelhamento da Petrobrás está levando a presidente a sofrer até por suas virtudes”, o discurso da revista apresenta a presidente Dilma como alguém que está intimamente ligada a esse caso, o que se justifica nas edições seguintes da mesma revista, mostrando o seu posicionamento ideológico, já que a mesma, apesar de se dizer imparcial, é patrocinada pelas edições globo, a qual mantém uma ideologia de partido de direita, logo sustentam um posicionamento diferente dos integrantes do PT, o partido de esquerda.

As cores revelam se tratar de um assunto relacionado à Petrobrás, e para mostrar essa informação traz a imagem da presidente Dilma vestindo uma roupa alaranjada, com o logotipo da Petrobrás, e imersa em um líquido escuro – preto – que infere a ideia do petróleo. Ainda apresenta a presidente, com as mãos ao alto, passando a impressão de que a mesma está tentando se redimir de uma certa culpa, uma vez que tenta mostrar as mãos limpas. A capa da revista ainda mostra que há no seu conteúdo um especial de 44 páginas, com informações sobre a Ditadura Militar de 1964.

Na capa da revista da semana seguinte, esta traz a imagem da presidente Dilma numa gangorra, na qual ela encontra-se embaixo e com uma seta indicando que a bolsa está subindo. Além do enunciado não verbal, também traz a seguinte frase: “Por que quando Dilma cai a bolsa sobe”. As cores também são pensadas de modo a constituir o sentido do texto. O vestido vermelho da presidente, cor típica do Partido dos Trabalhadores (PT) em contraposição a outras cores que correspondem à bolsa de valores. Vejamos a figura 2:

Figura 2. Revista Veja, Março de 2013, ano 47, nº. 2367



Essas imagens permitem a interpretação de que a presidente Dilma e o seu partido inseriram o Brasil em um estado de risco, o que acarreta no nível de confiança dos investidores, passando a mensagem de que o governo é o problema, isto é, a capacidade de governar da presidente Dilma Rousseff está sendo questionada e quando a mesma cai nas pesquisas, cresce a disposição de se investir no Brasil.

O posicionamento da revista é bem claro de que a presidente está insatisfeita com essa situação, sendo isso perceptível na caricatura desta, a qual está com as sobrancelhas puxadas e um olhar de preocupação. A edição ainda traz na capa assuntos secundários relacionados as lições da Nova Zelândia, considerado o país menos corrupto do mundo, fazendo um contraponto com o Brasil; os supertécnicos que sem diploma universitário conseguem sucesso no mercado de trabalho, e foca ainda no tema da água, chamando atenção para a redução do consumo. Obviamente, esses últimos são apenas conteúdos secundários, uma vez que o que predomina na capa da revista está relacionado a presidente Dilma Rousseff e a Bolsa de Valores.

Na edição nº. 2.368 da mesma revista, a capa traz uma imagem que podemos considerá-la como a mais crítica em relação as outras duas aqui apresentadas. A estrela, principal símbolo do PT, manchada de Petróleo, completamente enegrecida, com o seguinte enunciado: “Como o PT está afundando a Petrobrás” denunciam claramente que a revista Veja está apresentando o PT como responsável, ou como um dos responsáveis, pela crise na Petrobrás, já que a imagem-símbolo está completamente suja de petróleo.

Figura 3. Revista Veja, Março de 2013, ano 47, nº. 2368



Além da imagem-símbolo, a capa ainda traz um especial de 16 páginas apresentando “os diálogos da corrupção”, sendo estas conversas flagradas pela Polícia Federal envolvendo membros do partido, que discutiam sobre os acordos feitos entre o PT e a Petrobrás.

A escolha das formas e das cores não é feita de maneira aleatória, elas tem um significado e são peças fundamentais para a construção de sentidos do texto. Nesse sentido, podemos entender que a posição da revista nas três capas apresenta um posicionamento de denúncia do PT sobre os escândalos envolvendo a Petrobrás, uma vez que utiliza imagens que tem uma relação negativa com os acontecimentos.

Para Bakhtin *apud* Vieira (1997)

[...] ao conceber o discurso como prática social, temos de entendê-lo como histórico, intertextual e interdiscursivo (...) Por sua natureza dialógica, o discurso apresenta caráter interdiscursivo e desfruta de relação constante com as práticas sociais que devem ser compatíveis com os gêneros do discurso. Nenhum discurso é novo, único. Logo é a regularidade, a recorrência dos eventos que denuncia determinada prática discursiva. Nesse sentido, em todo o discurso ecoam vozes do passado, que criam perspectivas novas da realidade social, permitindo uma abordagem multimodal. (VIEIRA, 2007, p. 19)

Assim, as capas analisadas mostram um posicionamento da revista em relação aos escândalos da Petrobrás e a inserção dos membros do PT nesse evento. As cores, como já citado, mantem uma relação de significância para a construção de sentidos do discurso, mantendo a partir das imagens escolhidas uma relação dialógica com outros textos (símbolos) apresentados a sociedade brasileira.

O léxico escolhido pela revista para interagir com o código não verbal também revela o posicionamento em relação aos escândalos da Petrobrás, envolvendo o PT. Assim, podemos entender que verbal e não verbal se coadunam de modo a construir o sentido global do texto, conforme se vê abaixo:

Quadro 1. O léxico apresentado nas capas das revistas analisadas

Figura I	Enunciado	Leitura
	<p>➤ <i>O que era solução virou problema: Dilma fez (quase)¹ tudo certo no caso de Pasadena, mas² o aparelhamento da Petrobrás está levando a presidente a sofrer até³ por suas virtudes</i></p>	<p>¹ - Advérbio de intensidade – QUASE - indicando que Dilma não agiu corretamente;</p> <p>² - Conjunção adversativa – MAS - indicando que “o quase” certo está em contraposição com as provas – aparelhamento – da Petrobrás;</p> <p>³ - Advérbio de intensidade – ATÉ - indicando que a presidente está à sofrer por suas escolhas.</p>
Figura II	<p>Porque¹ quando Dilma cai a bolsa sobe</p>	<p>¹ POR QUE – separado e sem acento - Preposição (POR) + pronome relativo (QUE) - Indicando que há um antecedente expresso ou subentendido, motivo, causa ou razão.</p> <p>Em títulos de livros ou de artigos de revistas e jornais, apesar de vim sem ponto de interrogação, é usado separadamente. Entende-se que esses títulos estão querendo explicar, indagar ou narrar as causas de algum fato ou fenômeno (GARCIA e REIS, s/d)</p>
Figura III	<p>Como¹ o PT está afundando² a Petrobrás ESPECIAL – 16 páginas³</p>	<p>¹COMO – inferindo uma pergunta;</p> <p>²AFUNDANDO – Verbo que denuncia o PT como responsável pela crise da Petrobrás;</p> <p>³ESPECIAL – 16 páginas – Chama a atenção do leitor, com a ideia de um detalhamento do tema abordado.</p>

5. A escola e o letramento verbo-visual

A partir da análise dessas três capas e, considerando que na sociedade moderna, a linguagem multimodal tem carregado uma significação cada vez mais abrangente, torna-se necessário que as escolas repensem o seu currículo para trabalhar leitura não apenas com o significado da linguagem não verbal. Não que ela não seja importante, pelo contrário, é essencial, mas também torna-se indispensável que haja práticas de leituras na escola que a tratem a partir das várias semioses presentes nos textos.

É evidente que esse tipo de linguagem vem se destacando nas interações sociais, pois contempla inúmeras situações que o sujeito vivencia na sociedade contemporânea. Sob esse aspecto, nota-se que o domínio cognitivo da leitura e da escrita, em suas múltiplas possibilidades, deve estar associado às práticas da linguagem, de modo que o sujeito seja capaz de interagir com os sentidos dos textos sugeridos nas mais variadas esferas sociais.

Em virtude disso e da inserção de novas tecnologias, as quais influenciam nas práticas de linguagem, configura-se a necessidade da formação de sujeitos letrados, isto é, capazes de fazer uso da leitura e/ou da escrita, estabelecendo relações com imagem e palavra e traçando sentidos entre os mais distintos códigos semióticos, ampliando, dessa forma, o conjunto dos conhecimentos discursivos na construção de sentidos do texto.

Para Koch e Elias (2013)

[...] o sentido de um texto é construído na interação texto-sujeitos e não algo que preexista e essa interação. A leitura é, pois uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza evidentemente com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo. (KOCH e ELIAS, 2013, p. 11)

Haja vista essa necessidade de interação do sujeito-leitor com os textos é essencial que se construa, na escola, hábitos que levem os alunos a conhecer novas formas de linguagem que dê conta dessa diversidade textual, a qual engloba a modalidade verbal e a visual, e, com isso, seja capaz de formar indivíduos letrados em suas práticas cotidianas, contribuindo para a aquisição de uma competência leitora crítica de textos concretos e que partem de uma determinada realidade social. Rocha (2007) comenta que

[...] entender os textos multimodais requer uma amplitude interdisciplinar de métodos de análise. O desafio para os professores de LP é profundo: eles têm de encontrar maneiras para darem sentido à multiplicidade de informações a fim de trabalhar através do labirinto de materiais com os alunos; tem de interpretar os muitos sentidos. (ROCHA, 2007, p.73)

Tal abordagem permite compreender que os textos com imagens, sons e outros recursos semióticos interagem com o leitor de forma mais rápida nas práticas da leitura e da escrita na sociedade atual, na perspectiva do letramento verbo-visual, o qual assume uma importância fundamental na vida das pessoas e no convívio social a partir de um conjunto de competências individuais a produção e compreensão de textos. Rocha (2007) ainda comenta que

(...) a escola, ao capacitar os aprendizes apenas ao grafocentrismo pode torna-los mais facilmente alienáveis, porque os modos de operação da Ideologia agem por meio de vários modos simbólicos, que servem de cognição social, e influenciam na formação de sujeitos (...) Levar os alunos a reconhecerem esses modos de manobra da Ideologia e introduzi-los em formas arrojadas de letramento, é fortalece-los para que se tornem sujeitos conscientes, críticos, emancipados para uma participação cidadã e, assim, tornarem-se aptos a fazerem suas escolhas. (ROCHA, 2007, p.73)

Nesse sentido, a escola, como principal agência de letramento, e, essencialmente nas aulas de Língua Portuguesa, deve inserir em seu currículo textos que aproximem essa concretude do verbo-visual da análise do alunado, para que estes se tornem agentes proficientes em relação as mais variadas leituras que ele faz socialmente.

6. Considerações finais

O conceito de gênero e de multimodalidade aqui discutido nos remete a ideia que na sociedade contemporânea estamos imersos em uma grande quantidade de textos que exigem do leitor mais do que simplesmente a decifração dos elementos grafocêntricas. É necessário que esse leitor estabeleça relações, associando o código verbal ao visual de modo a constituir sentido para a compreensão global do discurso.

Assim, as *capas das revistas Veja*, aqui analisadas, são formadas por um conjunto de cores, formas, desenhos, imagens, fotografias etc. que incorporados a escrita, remetem ao sentido global pretendido pelo seu produtor. Esse conjunto verbo-visual forma uma cadeia de sentidos mais significativa, do que simplesmente as palavras escritas.

Concluindo, compreende-se que esse estudo, apesar de não contemplar uma grande quantidade de gêneros, é relevante para a discussão sobre os gêneros multimodais, bem como a representação do verbo-visual, associadas às práticas de leitura desenvolvidas nas aulas de Língua Portuguesa, as quais devem, necessariamente, partir do princípio de formar indivíduos letrados, isto é, capazes de estabelecer sentido entre a imagem e a palavra escrita.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 6. ed. 2011, p. 263-306.
- BRAIT, Beth; SOUZA-e-SILVA, Maria Cecília (orgs). Texto ou discurso? **Perspectiva dialógica**. São Paulo, Contexto, 2012, p. 9-29.
- KOCH, Ingedore Villaça; Elias, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. **Leitura, texto e sentido**. São Paulo, Contexto, 2013, 3. ed. p. 9-37.
- KRESS, Gunther R. e van LEUWEN, Theo. **Multimodal Discourse: the modes and media of contemporary communication**. London: Arnold, 2001.

KRESS, G. R. e van LEEUWEN, T. *Reading Images: a Grammar of Visual Design*. Londres: Routledge, 2006 [1996].

MAINGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. **Enunciado e contexto**. São Paulo, Cortez, 2013, 6 ed. p. 21-33.

MEDEIROS, M. A. S; MEDEIROS, C.M (org). *Estudos linguísticos diferenciados: da linguística ao ensino da língua materna. A prevalência da intertextualidade nas marcas de propagandas*. Natal, Edufrn, 2013, p. 85-112.

PUZZO, Mirian. **Gêneros discursivos: capas de revista**. Caminhos em Linguística Aplicada - Universidade de Taubaté – UNITAU - Volume 1, Número 1, 2009. P. 63-71. Disponível em <file:///C:/Users/Cliente%20Office/Downloads/903-2916-1-PB.pdf> Acesso em 30 set. 2014

VIEIRA, Josenia Antunes (et al). **Reflexões sobre a língua portuguesa: uma abordagem multimodal**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2007.

VEJA. São Paulo, edição 2.366, ano 47, n. 13, Març. 2014

VEJA. São Paulo, edição 2.367, ano 47, n. 14, Abr. 2014

VEJA. São Paulo, edição 2.368, ano 47, n. 15, Abr. 2014

Abstract: This paper aims to examine, within the textual Linguistics, semiotics some aspects present in the genre magazine cover. The corpus, studied here, consists of three magazine covers See, in the editions of March and April 2014, which reflect, through images and words, enunciating the intentionality of traces of the recent scandals involving the Party (PT) and Petrobras. Whereas the language are becoming ever more heterogeneous and that reading comprehension goes beyond the express meaning in sentences, we support you in Bakhtin studies, (2011), BRAIT (2012), Vieira (2007), KRESS (2001, 2006) among others to discuss the textual multimodality presented in this genre. Implicit information on the images and colors is intended to draw the reader's attention, while positioning itself in favor of a particular point of view. This genre, predominantly imagery, presents a situation of communication throughout the design, which requires the reader a verb-visual literacy, allowing you to interact with the visual and estabelendo connections to the written text, which possibilitará understand the overall meaning text.

Keywords: discursive Gender; Multimodality; Word-visual; semiotics; literacy.

O acabamento da personagem no amor do autor

Maryllu de Oliveira CAIXETA (FAPESP)¹
maryllucaixeta@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho fará considerações acerca de um dos contos de **Tutaméia: terceiras estórias**, de João Guimarães Rosa, que alegoriza a autoria. Nossa análise considerará o conceito de autoria desenvolvido por Bakhtin a partir da relação do autor com a personagem. “Reminiscção” narra a estória de amor do sapateiro Romão que também serve como alegoria da autoria. “Reminiscção” é um dos três contos que levam as iniciais do nome do autor e que interrompem a ordem alfabética do índice de leitura de **Tutaméia**. O sapateiro distingue-se por uma valorização amorosa de sua mulher a ponto de desenredar a opinião pública que, desde o princípio do conto, hostiliza-a apelidando-a de Drá (dragão). No desenrolar da trama, ela trai o marido, adoce e enfeia ainda mais, o que lhe vale o apelido de Pintaxa. Os insucessos da mulher não abalam a devoção do marido que, ao morrer, transforma as avaliações da comunidade. Desde então, a mulher passa a ser reconhecida *como a* luminosa Nhemaria. Nossa comunicação trata da visão de Romão que transforma o material e insere na cultura de Cunhãberá uma nova mulher elaborada com inteireza graças ao amor, que Bakhtin considerava fundamental para o acabamento da personagem.

Palavras-chave: Guimarães Rosa; **Tutaméia**; “Reminiscção”; Bakhtin; autor.

1. Introdução

Tutaméia: terceiras estórias, de João Guimarães Rosa, tem dois índices de leitura. Um posicionado no começo do livro e outro no final, com modificações sutis entre um e outro. No primeiro, os quatro prefácios do livro aparecem no meio da mesma lista de nomes dos quarenta contos. No segundo, os prefácios são citados numa primeira lista à parte. Essas listas de títulos, de prefácios e contos, têm ordenação alfabética. Os dois índices acompanham epígrafes de Schopenhauer que aconselham paciência para uma segunda leitura, ressaltam a necessidade de relacionar cada parte ao conjunto e prometem iluminação. A ordem alfabética do índice é interrompida por três contos cujos títulos começam com as iniciais do nome do autor. Ao interromper a ordem alfabética adotada como convenção para organizar o universo ficcional do livro, o nome do autor assume uma função desordenadora e tangente ao caráter convencional da representação. Três desses contos alegorizam a autoria e entre eles está “Reminiscção” do qual trataremos aqui. Dois títulos anteriores completam as iniciais do nome do autor: “João Porém, o criador de perus” e “Grande Gedeão”. As iniciais dos nomes dos protagonistas dos três contos também coincidem com as do nome do autor: João Porém, Gedeão e Romão.

A primeira recepção crítica censurou a literatura de Rosa posterior às *Primeiras estórias* por considerar que ela decaiu ao corresponder a modismos literários como a metalinguagem e o autobiografismo, como no estudo de Covizzi (1978). De acordo com **O insólito em Guimarães Rosa e Borges**, é estranho o modo como a literatura de Rosa se serve de matéria e procedimentos peculiares ao realismo alterando suas funções em perspectivas inusitadas pertinentes “aos novos rumos da literatura

¹ Faço Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Literatura do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH, na USP. Com financiamento da FAPESP, pesquisa “A inscrição do nome do autor na ordem ficcional de Tutaméia” sob a supervisão do Prof. Dr. João Adolfo Hansen.

contemporânea – não realista” que requerem um tratamento linguístico produtor de uma visão de mundo singular. Matérias aproveitadas tanto da cultura livresca como da oral; procedimentos como narrativas introduzidas *in medias res*, narrações em 3ª pessoa, mesmo onisciência, mas por expectadores envolvidos em enigmas que eliminam a distância crítica entre narrador e narrativa. Covizzi endossa o argumento de Candido para quem Rosa seria um “surregionalista”. Para Covizzi, **Tutaméia** distingue-se pelo tratamento linguístico, que já peculiarizava a literatura de Rosa, e pelas inovações estruturais, no que se assemelha a outros livros contemporâneos. Algumas dessas inovações estruturais já haviam sido experimentadas em livros anteriores: os índices duplos e invertidos foram empregados a partir de *Corpo de baile* com designações de gênero diferentes para uma mesma narrativa, como “Campo geral” que é poema e romance. As narrativas extensas de 1956, **Grande sertão: veredas** e **Corpo de baile**, adequaram-se a critérios como metalinguagem e originalidade aos quais aquela época reputou gerarem uma nova visão de mundo como a celebrada resultante do tratamento da ambientação rural com experimentação linguística. A partir de **Primeiras estórias**, as narrativas vão encurtando à medida que a linguagem hipertrofia-se, o que, segundo Covizzi, diluiu os resultados da estrutura composicional já obtida, que era capaz de engendrar uma nova percepção, em malabarismo linguístico: formalismo combinado ao didatismo temático. Os resultados já obtidos em 1956 são: o enredo não-linear e a consequente subversão do princípio lógico racional, como na ficção do século XX, combinados à caracterização dos personagens como seres de exceção com “comportamento estranho e injustificável”. A verossimilhança do tratamento dado ao espaço rural e à língua é substituída pela “violentação da linguagem” ou “formalismo redundante” segundo arbítrio do autor com seu sertão ficcional de “pílulas narrativas” novidadeiras agora endereçadas ao leitor urbano (COVIZZI, 1978, p.58-61, 69, 74).

O estudo de Covizzi pontua muitos aspectos relevantes da literatura de Rosa e também nos ajuda a compreender o impacto que esse último livro editado pelo autor, **Tutaméia**, teve na primeira recepção crítica. **Tutaméia** incomodou a crítica por adotar procedimentos do cômico, por tratar com muito humor algumas das questões mais difíceis enfrentadas pelo país naquele período, quando havia intensa migração do campo para a cidade que acomodou muitos dos sertanejos nas periferias e favelas. O caráter irônico e parodístico de **Tutaméia** ultrapassa a metalinguagem por corresponder a um ato de intervenção no campo literário. Essa intervenção se faz por meio do deslocamento dos padrões realistas de representação e pela intervenção nas expectativas por eles geradas: em vez de fazer uma crítica, o narrador semeia a dúvida; em vez de esclarecer, gera equívocos, etc. Rosa inclui elementos biográficos no livro, como as iniciais de seu nome nos índices que encaminham ao debate acerca das funções assumidas pelo autor na representação. Alguns dos textos de **Tutaméia** foram publicados primeiro em periódicos e jornais da época, o que reforça a impressão de que se trata de literatura moderna para leitores urbanos. Alguns críticos comparam a literatura de Rosa ao regionalismo para apontar as diferenças entre eles e a superação apresentada pelo regionalismo de vanguarda do ficcionista. De acordo com João Adolfo Hansen (2012, p. 121), Rosa parodia

matérias extraídas da literatura regionalista brasileira, que era a mais tradicional entre nós naquele período, e as relativiza e esvazia ao combiná-las com outras matérias e procedimentos paródicos da literatura universal. O conto “Reminiscção” alegoriza a autoria, principalmente por meio do personagem Romão que encarna a recusa das representações realistas usadas pela comunidade para tipificar a mulher que ele ama. De acordo com Bakhtin (2011), percebemos a visão do autor por meio da relação que ele desenvolve com a personagem. O acabamento melhor realizado da obra e da personagem pressupõe o amor do autor. Por meio do apaixonado Romão, Rosa alegoriza sua relação com a obra, com as personagens e com o campo literário ou com a comunidade.

2. A questão da autoria, da forma e da personagem

Bakhtin debruçou-se sobre a figura do autor em todos os seus estudos e a tematizou em um dos primeiros deles: **O autor e a personagem na atividade estética**. O crítico trouxe ao centro da discussão a categoria autor por ver nela o ponto de partida da obra que é a visão crítica do autor acerca dos valores experimentados pela sociedade da qual participa. Essas avaliações motivam a atividade do escritor e também podem ser notadas nas inúmeras avaliações que a obra encerra e estimula, no que diz respeito ao autor e ao contemplador. De acordo com Bakhtin, as avaliações do autor se fazem sentir no modo como ele se relaciona com a personagem. Tanto o autor como o contemplador devem manter-se ativos como produtores de valores a partir do modo como vivenciam ou se relacionam com a personagem. Essa atividade gera noções éticas e conhecimento, uma visão de mundo e uma compreensão dos valores socialmente admitidos. O autor e o contemplador se unem na expressão *autor-contemplador*; ambos levam a cabo uma visão axiológica e estética quando fazem convergir perspectivas diferentes acerca da personagem, perspectivas externas e internas que produzem um excedente de visão. De acordo com Bakhtin (2011, p.42):

a verdade artística da ação expressa e externamente percebida, seu entrelaçamento orgânico com o tecido externo da existência ao redor e sua capacidade de correlacionar-se harmoniosamente com o fundo enquanto conjunto do mundo material presentemente estável são, por princípio, transgredientes à criação do próprio agente; eles só podem ser realizados por uma consciência situada fora do agente, estranha à ação em seu objetivo e seu sentido. Só posso perceber artisticamente e enformar a ação de outro homem, de dentro de mim mesmo; a ação, por princípio, não se presta à informação artística e ao acabamento.

A visão externa capta o corpo e a visão interna percebe a alma da personagem que consiste na história de sua vida-morte. O autor pode contar uma história de vida-morte porque está posicionado fora da personagem. Para não dar-se por satisfeito com essa visão superficial dada pela aparência, o autor deve vivenciar com empatia a vida interior da personagem, seus sofrimentos, e procurar compreender as situações que os geram. Explorando a personagem por meio da observação e da empatia, o autor desenvolve romances capazes de levar a um conhecimento efetivo e ético. A visão interna da personagem

crece de acordo com o amor que o autor demonstra por ela e acaba por afetar as soluções que adota para a caracterização exterior, para o acabamento. Essa relação de amor mostra a capacidade do autor para a experiência da alteridade por meio da qual escapa de fazer da personagem apenas a expressão de sentimentos e pensamentos dele mesmo, autor. Como outro, a personagem e sua situação tornam-se estudos dos valores colocados em questão no romance. A preocupação com a alteridade sinaliza a primeira fase do crítico, a chamada fase fenomenológica. Nela, seus estudos orientaram-se por uma preocupação com a verdade e com a conduta humana (BAKHTIN, 2011, p.24-25 e 33).

O autor dá forma à personagem a partir da visão espacial que tem dela e que se consolida no acabamento posterior à vivência empática da alma da personagem, de sua temporalidade.

É esse o todo esteticamente significativo da vida interior do homem, a sua alma: esta é ativamente criada e só se enforma positivamente e se conclui na categoria de *outro*, que permite afirmar positivamente a presença além do sentido-imperativo. A alma é o todo fechado da via interior, o qual é igual a si mesmo, coincide consigo mesmo e postula o ativismo amoroso distanciado do outro. A alma é uma dádiva do meu espírito ao outro. (BAKHTIN, 2011, p.120-121)

O acabamento correspondente à vivência empática seguida da visão externa adquire o estatuto de um gênero, pois a forma produzida desse modo tem uma unidade semântica necessária. A visão axiológica que o autor-contemplador tem da situação narrada conduz à forma espacial da personagem e ao todo temporal dela. A alma da personagem não pode ser completamente conhecida pelo autor que deve elaborá-la levando em consideração esse desconhecimento parcial, o que Bakhtin entende como uma manifestação de amor. Quando o autor ama a personagem, caracteriza sua vida interior com certa *transgrediência*, de um caráter que excede o acabamento dado pela visão do autor e pela do narrador. Como em qualquer relação humana, as informações sobre a forma externa do outro são limitadas segundo a perspectiva mais ou menos privilegiada do narrador e do autor. Para levar em conta essa outra limitação, o autor também deve demonstrar que as informações que possui sobre a personagem não são suficientes para uma valoração determinante dela. O acabamento externo da personagem também deve dar a ela certa transgrediência, o que é condição para uma visão completa, capaz de produzir conhecimento e experiência estética (BAKHTIN, 2011, p.192).

De acordo com Bakhtin, o cristianismo revelou a alteridade constitutiva do sujeito que veio a desenvolver-se na história do pensamento ocidental (CLARK; HOLQUIST, 2008, p.109 apud SILVA; LEITE, 2012, p.24). O romance favoreceu a incorporação do valor da alteridade que já apontava desde a sátira menipéia.

É necessário ressaltar mais uma vez a unidade orgânica de todos esses indícios aparentemente muito heterogêneos e a profunda integridade interna desse gênero. Ele se formou na época da desintegração da tradição popular nacional, da destruição daquelas normas éticas que constituíam o ideal antigo do 'agradável' ('beleza-dignidade'), numa época de luta tensa entre inúmeras escolas e tendências religiosas e filosóficas heterogêneas, quando as discussões em torno das 'últimas questões' da visão de mundo

se converteram em fato corriqueiro entre todas as camadas da população e se tornaram uma constante em toda parte onde quer que se reunisse gente: na praça pública, nas ruas, estradas, tavernas, nos banhos, no convés dos navios, etc.; nestas ocasiões, a figura do filósofo, do sábio (o cínico, o estoico, o epicurista) ou do profeta e do milagreiro tornou-se típica e mais frequente que a figura do monge na Idade Média, época em que o florescimento das ordens religiosas chegou ao auge. Era a época de preparação e formação de uma nova religião: o cristianismo. (BAKHTIN, 1981, p.102)

Ao dar acabamento à personagem, o autor propõe a representação de um mundo ficcional que corresponde à visão do autor sobre o mundo vivenciado por ele. Essa coerência da composição da personagem inserida no mundo do romance é favorecida pelo amor que expande a percepção e a capacidade de investimento do autor no acabamento, interno e externo, da forma. Tal construção bem acabada equivale à libertação da personagem e, potencialmente, do contemplador, graças à forma bem realizada que produz conhecimento prático e valor estético. O ponto de partida da forma é o valor da alteridade incorporado pelo autor, valor que vem sendo assimilado no ocidente a partir da revelação do amor cristão. O ativismo do autor-contemplador é investido de um desígnio transcendental em relação ao personagem considerado como outro que produz sentido no mundo. A produção de sentido na imagem autoral do mundo é uma tarefa religiosa que implica em uma visão do mundo e do outro. Bakhtin propõe como solução do problema da forma moderna a transfiguração amorosa da personagem que ocorre quando o autor a ama a ponto de ter dela a visão excedente necessária para superar a determinidade da situação.

Bakhtin entendeu a literatura de Dostoiévski como um marco na história do Ocidente por ter dado à personagem um acabamento transgrediente, amoroso, respeitoso quanto aos mistérios humanos. A partir da lição do romancista russo, os autores podem avançar na caracterização das personagens com maior consideração e amor pela liberdade delas; com maior disposição para a experiência da alteridade. Ao dar à personagem certo inacabamento, Dostoiévski estaria incentivando o contemplador a portar-se de modo menos razoável e responsável? Questões como essa causaram alguns incômodos aos contemporâneos do romancista. Bakhtin defende a forma como resultado da visão interna e externa a partir da lição da fenomenologia acerca da existência e dos valores que ela mobiliza. A visão axiológica do autor acerca da personagem implica na escolha de um estilo, de um tratamento, da escolha do material e da superação dos valores originalmente atrelados ao material escolhido, por meio da transgrediência da visão amorosa (BAKHTIN, 2011, p.157, 174-175 e 186).

Bakhtin se opôs às correntes teóricas da literatura de sua época, que eram a teoria da expressão e a teoria impressiva. Essa oposição se evidencia na consideração que o crítico prestou à figura do autor da qual depende inteiramente o conceito de forma. A estética da expressão também é uma estética de conteúdo, como se o autor se ocupasse dos próprios sentimentos e pensamentos ao traçar os personagens e o mundo do romance. Por outro lado, a teoria impressiva atenta de modo exagerado ao material, também justificando essa ênfase como um jogo amoroso, afetivo; “o próprio objeto estético, representado

pela palavra, evidentemente não se constitui só de palavras, embora haja nele muito de puramente verbal, e esse objeto da visão estética possui uma forma espacial interna artisticamente significativa, representada pelas palavras” (BAKHTIN, 2011, p.85). Bakhtin concorda parcialmente com essa corrente e ressalta a relevância da participação do autor, com sua visão transformadora e amorosa, no acabamento da personagem e da forma. Ao recusar a ênfase no material, Bakhtin também repele a noção de que o crítico deve ocupar-se da metalinguagem da obra e estudar suas funções, descrever sua forma segundo critérios científicos inapropriados. Bakhtin considera a adoção da cientificidade como um critério anacrônico e alheio ao comportamento dialógico dos discursos (TODOROV, 2011, p.XXX). O caráter dialógico dos discursos é melhor percebido quando consideramos o autor e o contemplador como figuras ativas em relação aos personagens. A teoria impressiva colaborou para a constituição de uma crise do autor ao ignorá-lo e dar preferência a uma descrição científica do uso do material, dando as costas também ao contemplador. Bakhtin estudou, principalmente, o romance realista por entendê-lo como a representação das vozes da época, das situações nas quais elas atuam produzindo e modificando valores.

O autor chega à forma por meio da superação do material ou dos aspectos determinantes incluídos nele. Inventar a forma equivale a propor valores transgredientes à situação vivenciada pela personagem. Por meio de valores transgredientes ou de um certo inacabamento do personagem e da situação, o autor torna-se ativo em relação ao modo como a forma atua também no ativismo do contemplador. A personagem atua de maneira excedente aos limites que a caracterizam e as significações de sua vida-morte escapam um pouco às avaliações do narrador, do autor e do contemplador (BAKHTIN, 2011, p.82). A forma da personagem deve ser singular como uma vida-morte e o autor tem em vista um propósito semântico ao constituí-la (BAKHTIN, 2011, p.88).

O autor pode dar à personagem diferentes modos de acabamento e efetua um tipo de forma a partir das decisões envolvidas no tratamento do material. O autor dá acabamento a cada personagem de acordo com o grau de transgrediência, interna e externa, com o qual trata as matérias usadas na composição. O grau de transgrediência é proporcional ao grau de interação da personagem com os valores do mundo do romance que correspondem aos valores também diversos do mundo do contemplador. Os romances de Dostoiévski têm um nível elevado de transgrediência ou têm correspondências com os valores diversos agregados a uma representação inclusiva deles. Esse tipo de acabamento difere do que vinha sendo feito pelos romancistas e ficcionistas modernos que, segundo Bakhtin, optavam por um acabamento monológico da forma. Um acabamento totalizante, fechado, era coerente com a personagem épica que comunicava algo mais ou menos estável sobre o mundo do contemplador. Para fazer jus à instabilidade e à diversidade das valorações no mundo moderno, os autores de literatura, a exemplo de Dostoiévski, agraciam a personagem com algum inacabamento devido a uma visão do autor que excede o ponto de vista humano, uma visão que corresponde a uma concepção multiplicadora de perspectivas. Esse esforço de inclusão de pontos de vista divergentes na caracterização da personagem contribuem para certa independência dela

em relação ao autor ou por uma diferenciação da autoconsciência da personagem e da expressão da consciência do autor. Não se trata de um esforço apenas devido a uma preferência de Dostoiévski, mas de uma escolha motivada pela necessidade de representar a época por meio de procedimentos que possibilitam ao autor e ao contemplador ter uma experiência estética sentida como uma visão da verdade (BAKHTIN, 2011, p.23)

Os estudos da fase fenomenológica de Bakhtin chegaram a um resultado importante para a definição de um conceito posterior que tem sido relevante para a compreensão crítica da ficção. Trata-se do conceito de polifonia. Num primeiro momento, o crítico propôs o conceito de transgrediência mínima por preocupar-se com o acabamento da personagem por meio da experiência-visão amorosa do autor. Para não se limitar à própria opinião ou consciência, nem aderir a determinada opinião pública, o autor moderno pode procurar a autoridade da enunciação no coro, que é a origem da personagem no teatro antigo. A lírica conserva uma enunciação semelhante à do coro, e mesmo o poeta moderno mantém a capacidade de falar como se fosse outro, de expressar as emoções de outros. O romancista moderno pode superar a representação monológica denunciada em **Problemas da poética de Dostoiévski** como um impasse do romance realista superado pelo romancista russo por meio da polifonia e do dialogismo que soluciona o problema moderno da correspondência da forma à verdade da vida pública. Bakhtin propõe uma genealogia da forma do romance que começa com a carnavalesca antiga e que, a partir da revelação do cristianismo, incorpora o valor da alteridade à lição socrática do dialogismo já aprendida pela sátira menipéia que é um dos ramos da carnavalesca que vai dar no romance. Essa genealogia é traçada segundo linhas de evolução que culminam no romance polifônico, e a ideia de que os gêneros nascem e evoluem na direção do desenvolvimento humano, na história da cultura, aponta para o crédito dado a Hegel pelo pensamento de Bakhtin, da segunda fase (BAKHTIN, 1981, p.40-41, 155, 237-239).

Coerente com o propósito de cooperar na evolução do homem, Bakhtin aproxima-se da teoria impressiva ao manter como horizonte um padrão científico de abordagem da literatura; sem, por isso, deixar de lado a figura do autor e a motivação axiológica do olhar dele. Nos estudos da segunda fase, o crítico aproveitou um dos conceitos de Einstein para caracterizar o comportamento do espaço e do tempo. Cronotopo é um conceito extraído da Teoria da Relatividade que Bakhtin usa como imagem crítica do acabamento que o Dostoiévski dá ao espaço-tempo considerando-o apto a representar a dimensão ontológica dele. Os gêneros modificam-se segundo as épocas, o que quer dizer que têm uma significação temporal e histórica que Bakhtin procurou mapear e desenvolver, considerando também outras categorias temporais como o sujeito e sua atuação no espaço geográfico. O conceito do cronotopo é muito utilizado ou subentendido por Bakhtin nos estudos que fez sobre o romance de formação. Uma situação determinada, em uma época específica, pode ser representada em uma imagem que a concretiza e torna o autor-contemplador consciente, ativo em relação a ela. Essa consciência também diz respeito ao gênero

adotado ou ao acabamento da forma, ou seja, às soluções que o autor encontra para tratar o material de modo amoroso para com a personagem (CLÉBER, 2012, p.25, 26, 32 e 34).

3. A alegoria da autoria

A Teoria de Einstein influenciou a teoria de Bakhtin e também o conto “Reminiscção”. O sapateiro possui certa matemática que, aparentemente, não é razoável, mas acaba sendo bem sucedida porque lida com métodos mais complexos e mais precisos que os da observação a olho nu. Essa matemática avançada de Romão serve como alegoria da autoria que opera transfigurações amorosas na forma das personagens, que compõe a forma com decisões “abstratas” ou estranhas aos hábitos mentais do leitor de literatura realista. Se Romão tem uma matemática de ponta, como a teoria da relatividade, o enredo precisa adaptar-se a outro princípio que não o da causalidade do enredo aristotélico ou da metodologia platônica da reminiscência alcançada pelo filósofo. O autor do conto brinca com os dois paradigmas matemáticos, o clássico e o de Einstein, para atender às demandas por justificação de suas escolhas estéticas como mais avançadas e contemporâneas. A matemática de Romão é a da invenção. Se o enredo clássico visava ao encadeamento “necessário” das ações segundo uma autorização “científica” da unidade, o enredo de “Reminiscção” apaga esse conceito clássico de enredo, opera como um *desenredo*, neologismo que nomeia outro conto do livro cujas operações ratificam a oposição do autor à autoridade “lógica” do enredo aristotélico. A operação de *desenredar* é recorrente na literatura de Rosa e participa da recusa que o autor faz do modelo clássico, que tem no enredo “lógico” e na unidade dois de seus fundamentos, e também participa da recusa dos padrões realistas de representação (HANSEN, 2007; 2012). O autor emprega a retórica da atualização matemática como metáfora crítica da atuação de Romão em Cunhãberá que a recebe como um novo jeito de representar ao admitir Nhemaria.

“Reminiscção” opera deslocamentos no padrão clássico-realista de enredo ao encenar uma estória de amor incondicional protagonizada por um sapateiro e uma mulher que teria todas as características de uma personagem cômica: feia, pobre, má e desprezada. O que também poderia resultar apenas cômico, mas ultrapassa esse efeito, é a persistência do amor do sapateiro que acaba convencendo a comunidade não só a aceitar Drá como também a admiti-la na figura elevada de Nhemaria. Cunhãberá passa das concepções cômicas incluídas nos apelidos que dá à mulher do sapateiro, Drá (dragão) e Pintaxa, à visão hagiográfica de Nhemaria. Quer dizer, a atuação amorosa de Romão leva a comunidade a mudar os padrões de representação que utiliza para conceber a mulher do sapateiro. As palavras usadas pelo narrador para descrever a mudança não têm o tom elevado da hagiografia; o narrador informa que o povo viu o rosto de Nhemaria como um “aflato”. O dicionário define “aflato” como: “substantivo masculino. 1. ar expelido pela boca ou nariz, sopro, expiração; 2. (derivação: sentido figurado) bafejo, disposição. (...) 3. (rubrica: medicina. Diacronismo: obsoleto) espécie de erisipela ou inchação” (HOUAISS; VILLARA, 2009). A escolha

do substantivo “aflato” para designar uma aparição angélica é estranha, pois se trata de um vocábulo médico que nomeia um estado doentio. Esse atributo repugnante do nome, que a situação torna simultaneamente angélico, distancia o autor da opinião pública anterior e da atual. O autor não adere às avaliações de Cunhãberá ao assinalar a adesão coletiva e instantânea a um novo padrão de representação que encontra a justificativa do milagre na morte de Romão. É significativo que essa mudança do padrão de representação cômico para o hagiográfico se dê no momento da morte de Romão que alegoriza a morte do autor. A morte do autor pode ser recebida como uma justificação utópica da adesão do campo literário a padrões de representação não realistas como os adotados por expoentes da literatura moderna. O autor toma parte nessa escolha utópica e mostra ter consciência dela, o que indica que não faz a defesa da invenção de modo irreflexivo.

Também é significativo que Nhemaria tenha sido mais que uma concepção, ela apareceu como uma *visão* pública. Essa cena se liga diretamente ao título do conto nomeado com um neologismo que acopla dois substantivos femininos: reminiscência e invenção. Os usos anteriores dos dois substantivos mobilizam retóricas divergentes; a concepção platônica do fundamento unívoco da verdade científica concebida como memória da Ideia; a concepção romântica da invenção como produto da imaginação para o qual se postula a validade transcendental da experiência estética. Acopladas no neologismo *reminiscência*, essas retóricas se deformam mutuamente. A visão de algo superior é, na verdade, a visão de um *aflato*, de uma inchação; a adesão à invenção resulta na morte de Romão que não exerce uma função liberadora no imaginário de Cunhãberá capaz apenas de adotar um outro padrão de representação como justificativa decorosa do sacrifício do apaixonado.

O nome que a comunidade dá à visão redentora da amada também é um neologismo que acopla dois substantivos. O primeiro vem do guarani *nhe-ẽ* que tem o sentido de nome, palavra e canto (TIBIRIÇÁ, 1989, p.123). O nome *Maria*, por sua vez, faz parte do campo semântico do sagrado na tradição religiosa cristã e, simultaneamente, serve como instrumento da fala popular para apelidar e tipificar as pessoas: *Maria vai com as outras*, *Maria gasolina*, *Maria casamenteira*, etc. Essa capacidade do nome Maria de fazer referência a coisas divergentes tem a qualidade bivocal dos discursos apreciados por Bakhtin em Dostoiévski. Também no caso do neologismo Nhemaria, a cena na qual ele aparece modifica os usos anteriores dos substantivos acoplados. A situação de mudança e elevação da personagem comunicada por meio da escolha comunitária de outro nome para nomeá-la, na cena final, destaca o valor do nome, *nhe-ẽ*, e a função transfiguradora de seu emprego na poética do autor.

A visão axiológica do autor alegorizada em Romão implica na escolha das matérias com as quais trabalha deformando-as que podem ser não-literárias, como o vocábulo guarani *nhe-ẽ* e o platonismo, ou literárias como os padrões de representação: o realista adotado para a denúncia dos problemas do sertão geográfico; o cômico e o hagiográfico que são muito utilizados nas narrativas comunitárias. Os contos de **Tutaméia** compartilham convenções do cômico, notadamente os finais felizes, ou melhor, finais de

superação das situações limite iniciais. A maior parte dos personagens são sertanejos de estratos sociais baixos e suas ações irreflexivas colaboram nos enredos na superação das situações limite iniciais tratadas sem rebaixamento e mitificadas, o que favorece o humor e desmotiva o riso derrisório. Essas superações das dificuldades vividas pelos protagonistas, nos desfechos dos contos, são sempre surpreendentes e desenredam a primeira leitura ou requerem outra leitura. O elemento surpresa é constitutivo da anedota e tem função transcendental.

Por vezes, a literatura moderna recorreu ao humor ao enfrentar as dificuldades de avaliar de modo crítico a atividade literária. O humor dos modernistas brasileiros sintonizou-os à poesia moderna que recusa a normalização da linguagem como meio de comunicar o mesmo. O humor dos modernistas favoreceu, por exemplo, a revisão do projeto da brasilidade, contra o tom grandiloquente do discurso nacionalista romântico. O humor de Rosa, que recorre bastante aos neologismos, está menos vinculado a essa preocupação com a construção da identidade nacional e o percebemos melhor nas escolhas que o autor faz de elementos das narrativas populares como os do cômico, da hagiografia, das anedotas, etc. O conto espanta por encorajar e malograr uma expectativa razoável, principalmente quanto ao desfecho inusitado que sugere uma segunda leitura mais atenta às avaliações comunitárias de Drá.

Quando os românticos e os modernos interessaram-se pela revisão dos gêneros tradicionais, colocaram em questão os modelos clássicos de *mimesis* e de gênero. O conto “Reminiscção” coloca lado a lado gêneros com efeitos diversos como a hagiografia e o cômico. Ao reuni-los, o conto evidencia o artifício da narrativa que se parece ao artifício do sapateiro Romão. Como o autor, o sapateiro Romão trabalha nos domínios do artifício, de fazer sapatos. Cunhãberá satiriza o casamento de um homem remediado como Romão e Drá que a comunidade considera feia e má. Romão morreu sorrindo e fazendo seu ponto de vista verossímil para a comunidade. No teatro grego antigo estudado por Aristóteles na *Poética*, o riso é um efeito da comédia, que sempre pode disparatar, e a verossimilhança um produto do enredo trágico. O conto sobrepõe esses dois efeitos no sorriso verossímil de Romão que tem o poder de lançar um novo mote e um novo padrão de representação para a longa narrativa comunitária, a recordação de horror e fundo de consolo, que desde então se inicia a respeito de Nhemaria.

Por narrativa comunitária entendemos aquela em que, embora previsível a autoria individual, cabe à comunidade o papel de preservação, escolha e propagação. Por definição, a narrativa comunitária é alheia ao ou independente do livro, sendo pois antagônica, quer ao poema gráfico quer a gênero, como o romance, que supõe o desenvolvimento da imprensa e o declínio do relato oral (COSTA LIMA, 1974, p.17).

As histórias de *Tutaméia* têm algumas características de narrativas orais. Segundo o prefácio “Aletria e hermenêutica” a história opera com dispositivos observados pelo autor em categorias narrativas comunitárias do universo cômico como a anedota, a adivinha, o *Koan*, a piada, etc. “Reminiscção” tem por personagem a comunidade de Cunhãberá e atribui a ela a longa memória aproveitada pelo autor para compor o conto curto.

Vai-se falar da vida de um homem; de cuja morte, portanto. Romão – esposo de Nhemaria, mais propriamente a Drá, dita também a Pintaxa – ímpar o par, uma e outro de extraordinem. Escolheram-se, no Cunhãberá, destinado lugar, onde o mal universal cochila e dá o céu um azul do qual emergir a Virgem. Sua história recordada foi longa: de tigela e meia, a peso de horror. O fundo, todavia de consolo. Esse é um amor que tem assunto. Mas o assunto enriquecido – como do amarelo extraem-se ideias sem matéria. São casos de caipira. (ROSA, 1979, p.81)

O modo como o narrador apresenta os protagonistas do conto lembra o postulado da liberdade feito por Bakhtin como uma prova de amor do autor ao personagem: “ímpar o par, uma e outro de extraordinem.” A singularidade dos protagonistas participa de uma situação igualmente singular, de ordem extraordinária. O extraordinário da estória, ou sua recusa do realismo, não se faz por meio do fantástico nem do milagre, embora Cunhãberá perceba os acontecimentos nessa chave. A singularidade é atribuída à estória de vida-morte de Romão que dá uma unidade estranha à estória, uma unidade alegórica, que recusa as retóricas que refere, nega os padrões realistas, propõe uma forma à medida que a deforma, não corresponde a um valor biográfico pois Romão é enfaticamente artificioso como personagem e admitimos sua atuação como invenção do autor para comunicar algo sobre a literatura. O sapateiro Romão trabalha com o artifício e, por excelência própria à dedicação amorosa, torna-o admissível. O artifício, ou a invenção de Romão, não foge à interação com as valorações da comunidade, desloca-as, proporciona oportunidades de reflexão e de transcendência estética.

No final do conto, o narrador compara o sapateiro, no momento da morte dele, ao triângulo, rompido das amarras e rodeado por ilhas. “Romão dormido caiu, digo, hem, inteiro como um triângulo, rompido das amarras. Ele era a morte rodeada de ilhas por todos os lados. Mentiu que morreu. Deu tudo por tudo.” (ROSA, 1979, p.83) O narrador faz a comparação reunindo e deslocando duas metáforas que remetem ao triângulo e à ilha. A figura geométrica do triângulo representa a perfeição na teoria platônica das reminiscências. A metáfora da ilha é modificada no que diz respeito à concepção negativa e limitante do homem que cresce na imagem do continente que participa do planeta. As duas metáforas apresentam imagens ascendentes: o triângulo é uma imagem do transcendente e a ilha é uma imagem de integração da parte ao todo ou do indivíduo à comunidade. O que ocorre no conto, no entanto, é uma ênfase no caráter produtivo dos discursos e na necessidade de coloca-los em movimento por meio da reflexão para evitar a adesão coletiva a valorações automáticas.

4. Considerações finais

Em “Reminiscção”, as informações biográficas do autor e o modo como ele se relaciona com as personagens pressupõem a avaliação das matérias regionais e universais deformadas ao serem parodiadas. O protagonista apaixonado por uma mulher desprezada pela comunidade acaba revertendo essa situação inicial ao insistir em negar as avaliações da opinião pública e em optar por um discurso amoroso. O comportamento de Romão alegoriza a função do autor de modo semelhante aos ensinamentos de Bakhtin

acerca do acabamento da personagem que deve respeitar a transgrediência mínima devida à alteridade. A relação amorosa do autor com a personagem, alegorizada no amor de Romão por Drá, leva à transfiguração dos usos originais das matérias selecionadas na forma.

Rosa utiliza técnicas narrativas da literatura realista para realizar um outro tipo de literatura que se aproxima mais daquela realizada no século XX, não realista, ao realizar o postulado moderno das inovações estruturais. O aproveitamento de técnicas realistas num texto moderno como **Tutaméia** não foi bem recebido por parte da crítica que o considerou uma adequação formalista às modas literárias da época. A opção pela publicação dos contos curtíssimos em jornais e periódicos reforçou em alguns críticos a impressão de uma adesão à literatura urbana ou de uma desistência de representar as realidades do sertão. Outros críticos saudaram os últimos livros de Rosa como um regionalismo de vanguarda. Hansen (2012) assinala as paródias que Rosa faz das técnicas realistas e das representações regionalistas, entre outras representações da literatura universal, para chegar a uma forma que as esvazia e relativiza. Como no conto “Reminiscência”, o autor faz do protagonista a sua persona que escolhe amar uma mulher contraindicada pela comunidade e representa-la de modo não realista, mas amoroso. A estória de amor de Romão alegoriza a estória de amor de Rosa com sua literatura, levando em conta o campo literário. O autor ama a personagem ao investir em um estilo meio inacabado que deixa algumas questões em aberto e permite a superação da determinidade da situação-limite inicial. Os contos de **Tutaméia** começam com o protagonista em uma situação-limite, como o amor de Romão por uma mulher no mínimo desaconselhável, e nos últimos parágrafos revertem-na em uma situação favorável ou em um ponto de vista redentor. Bakhtin considerava o amor do autor pela personagem como um sinal de respeito pelos mistérios humanos. Superar o monologismo implicado na determinidade que o narrador tradicional dava à personagem é fundamental para que a narração faça jus à diversidade de realidades do mundo moderno. A perspectiva do narrador tradicional repete-se na perspectiva de Cunhãberá que Romão acaba conseguindo reverter por persistir, com valor e humor, em recusar o modo como a comunidade representa a sua amada. O sapateiro é artificioso ao negar as representações comunitárias e propor outras, fora de qualquer determinação, apoiadas no amor. Ao morrer, ou fingir morrer, consegue o que pretendia: mudar a chave de leitura da comunidade que abandona o ponto de vista satírico e adere ao hagiográfico.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- _____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 1. ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- BEHNKE, Kerstin. A crise da representação. **Caderno do mestrado / Literatura**, Rio de Janeiro, UERJ, nº 10, p.7-24, 1994.

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CLÉBER, Araújo Cabral. Notas sobre o cronotopo no pensamento de Bakhtin. In: BRANDÃO, Luis Alberto. **Respostas a Bakhtin**. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, p. 25-37, 2012. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/vivavoz/data1/arquivos/respostasabakhtin.pdf> . Acesso em: 10 jun. 2014.

COVIZZI, Lenira Marques. Prefácios travestidos: estudo sobre as funções dos prefácios de “Tutaméia: terceiras estórias”. In: _____. **O insólito em Guimarães Rosa e Borges**. São Paulo: Ática, p.88-102, 1978.

COSTA LIMA, Luiz. **Mímesis e modernidade: formas das sombras**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. Mito e provérbio em Guimarães Rosa. **Revista Colóquio/Letras**, n.17, p.14-28, jan. 1974.

HANSEN, João Adolfo. “Forma literária e crítica da lógica racionalista em Guimarães Rosa”. **Letras de Hoje**, v.47, n.2, abr./jun., p.120-130, 2012.

_____. *Grande sertão: veredas* e o ponto de vista avaliativo do autor. **Nonada**, v. 10, p.57-75, 2007. Disponível em: <<http://seer.uniritter.edu.br/index.php/nonada/article/view/39/13>>. Acesso em: 27 mai. 2009.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2009, CD-ROM.

MITIDIÉRI, André Luis. Para uma filosofia do ato: base filosófico-linguística da reflexão bakhtiniana. **Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v.8, n.1, jan/jun., p.290-308, 2012.

ROSA, João Guimarães. 5. ed. “Reminiscção”. In: _____. **Tutaméia: terceiras estórias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, p.81-83.

TIBIRIÇÁ, Luíz Caldas. **Dicionário Guarani-Português**. São Paulo: Traço Editora, 1989.

Abstract: *This paper shall make considerations about one of the short stories in **Tutaméia: terceiras estórias**, by João Guimarães Rosa, which allegorizes the authorship. Our analysis shall depart from the concept of authorship developed by Bakhtin when dealing with the relation of the author to the character. "Reminiscção" narrates the love story of Romão, the shoemaker, who is also deployed as an allegory of authorship. "Reminiscção" is one the three short stories, which take the initials of the author's name and interrupt the alphabetic order of **Tutaméia's** index of reading. The shoemaker distinguishes himself by amorously valuating his wife to the point of untangling the public opinion, which, since the beginning of the short story, is hostile to Romão's wife, nicknaming her "Drá" (dragon). In the unwinding of the plot, she betrays the husband, gets ill, and becomes even uglier, what grants her the nickname "Pintaxa". The woman's failures don't shake the husband's devotion, who, on his death-bed, transforms the community's judgment. From then on, the woman comes to be known as the luminous "Nhemaria". Our talk deals with Romão's vision, which transforms the material and insert in the culture of Chunchãberá a new woman elaborated with entirety, thanks to love. Bakhtin considered love fundamental for the final touch of the character.*

Keywords: *Guimarães Rosa; **Tutaméia**; "Reminiscção"; Bakhtin; author.*

Trabalhadores do Brasil, mis queridos descamisados: a (re) invenção do imaginário social do trabalhador no Brasil e na Argentina

Mayra Coan LAGO (PROLAM/USP)*
mayracoan@usp.br

Resumo: Este estudo pretende investigar como Vargas e Perón deram continuidade a (re) invenção dos imaginários sociais sobre os trabalhadores a partir dos seus discursos políticos nas festas cívicas dos Primeiros de Maio no Segundo Governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e no segundo momento do Primeiro Peronismo (1951-1955). Deste modo, este trabalho estará estruturado em três partes principais: na primeira apresentaremos os aportes teóricos da pesquisa e, mais especificamente, a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (2013), *locus* dos imaginários sóciodiscursivos; na segunda procuraremos situar os imaginários sociais sobre os trabalhadores nos tempos de Vargas e Perón; e na terceira estudaremos e analisaremos os discursos políticos dos governantes nestas datas cívicas específicas, procurando identificar, em um primeiro momento, qual e como o trabalhador estava sendo projetado e “imaginado” e, em um segundo momento, encontrar elementos que aproximavam ou distanciavam estes imaginários sociais projetados pelos governantes. Com relação as (re) invenções, consideraremos a dupla dimensão, isto é, simbólica ou imaterial, como os imaginários sociais produzidos e reproduzidos, e material, como a legislação trabalhista e as políticas sociais mencionadas nos discursos políticos, para pensarmos e estudarmos as produções e (re) produções destes imaginários sociais, um dos mecanismos pelo qual os governantes procuraram legitimar-se como os grandes representantes não apenas de suas nações, mas, sobretudo dos trabalhadores, e reafirmar imaginários e projetos políticos sobre si e seus Governos.

Palavras-chave: Discurso Político; Getúlio Vargas; Juan Domingo Perón; imaginários sociais; trabalhadores.

1. Introdução

Este estudo inicial pretende investigar como Vargas e Perón deram continuidade as (re) invenções dos imaginários sociais sobre os trabalhadores a partir do discurso político dos Primeiros de Maio no ano de 1951 no Segundo Governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e no segundo momento do Primeiro Peronismo (1951-1955). Para lograr o objetivo, nos utilizaremos da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (2013) e, mais especificamente, do *locus* dos imaginários sociodiscursivos.

Antes de observarmos a continuidade das (re) invenções nestes discursos políticos, precisamos refletir acerca de alguns questionamentos como: O que consideramos como invenção? E o que consideramos como (re) invenção sobre os trabalhadores?

A ideia de (re) invenção foi proposta por nós em outro estudo, que se baseava no estudo dos discursos políticos de Vargas, nas festas cívicas dos Primeiros de Maio e 10 de novembro, durante o Estado Novo (1937-1945) e de Perón, nas festas cívicas dos Primeiros de Maio e 17 de outubro, durante o Primeiro Peronismo (1946-1955). O termo (re) invenção foi proposto pois consideramos que nos momentos anteriores ao varguismo e ao peronismo, isto é, antes das décadas de 1930 e 1940, sobretudo no tocante

* Mestre pelo Programa Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Especialista em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP-SP). Graduada em Relações Internacionais pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

aos trabalhadores, houve “invenções” seja por parte dos próprios trabalhadores ou por parte dos Estados, via Governo e Governantes. Assim, tais invenções e representações, seja pelos próprios trabalhadores ou sobre eles, ocorreram das mais variadas e complexas formas antes do varguismo e do peronismo.

A entrada em cena política nacional de Vargas e Perón nas décadas de 1930, Vargas como Presidente Provisório, e de 1940, Perón como Secretário de Trabalho e Previdência, além de Vice-Presidente e Ministro de Guerra, reconfiguraria as relações entre Estado e classe trabalhadora, constituindo as raízes das (re) invenções sobre os trabalhadores. Tais (re) invenções seriam consagradas no Estado Novo e no Primeiro Peronismo e continuariam a ser utilizadas no Segundo Governo de Vargas e no segundo momento do Primeiro Peronismo.

Com relação ao segundo questionamento, sobre o que consideramos (re) invenções, vale dizer que, para nós, a (re) invenção seria composta pela dupla dimensão, a simbólica, sobretudo relacionada aos imaginários sociais sobre os trabalhadores produzidos e reproduzidos nos discursos políticos, e a “material”, composta pela legislação trabalhista e a política social promulgadas no período. Além desta dupla dimensão, outros aspectos fundamentais como os usos políticos do passado e das experiências da classe trabalhadora no Brasil e na Argentina, em momentos anteriores ao varguismo e ao peronismo, a construção e reprodução de determinada imagem dos governantes e a relação com os trabalhadores, tal como o papel, a imagem e o significado da cidadania e da participação política no Brasil e na Argentina também devem ser considerados.

Considerando a diversidade de fontes para estudarmos a continuidade destas reinvenções, selecionamos os discursos políticos dos governantes em uma festa cívica específica: o Primeiro de Maio de 1951. A data foi selecionada por três motivos principais: o primeiro por ser emblemática para grande parte dos trabalhadores do mundo, constituindo-se como um momento de tradição da classe; o segundo por ter sido apropriada e ressignificada pelos governantes em questão; e, por fim, pelo ano de 1951 constituir-se como o “reencontro” entre os governantes e os trabalhadores nestas festas, visto que foi o ano em que Vargas e Perón iniciam seus Segundos Governos.

Para lograr o objetivo este trabalho tem três partes principais, além desta introdução e das considerações finais: na primeira apresentaremos os aportes teóricos da pesquisa e, mais especificamente, a Teoria Semiollingüística de Patrick Charaudeau (2013), *locus* dos imaginários sóciodiscursivos; na segunda procuraremos situar os imaginários sociais sobre os trabalhadores nos tempos de Vargas e Perón; e na terceira estudaremos e analisaremos os discursos políticos dos governantes nestas datas cívicas específicas, procurando identificar, em um primeiro momento, qual e como o trabalhador estava sendo projetado e “imaginado” e, em um segundo momento, encontrar elementos que aproximavam ou distanciavam estes imaginários sociais projetados pelos governantes.

De imaginários sociais a imaginários sociodiscursivos

Para tratarmos do que compreendemos por imaginários sociais, utilizaremos as contribuições de Bronislaw Bazcko (1985) e de Patrick Charaudeau (2013). Vale dizer que não pretendemos recuperar o histórico do termo ou do conceito, senão apresentar alguns aspectos do que entendemos por imaginários sociais, de seu papel nas sociedades e a sua relação com a dimensão política.

O primeiro dos aspectos a ser mencionado é que os imaginários sociais não são, como dão a entender seu emprego corrente e uma das acepções do dicionário, aquilo que se opõe à realidade, completamente fictício e irreal. Como constatou Bazcko (1985), os sistemas de representação produzidos por cada época não isolaram o “verdadeiro” e o “ilusório”, pelo contrário, uniu-os por meio de um jogo complexo e dialético. A partir das ilusões que uma época alimenta de si própria, ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua “verdade”, tal como o lugar que lhe cabe na história.

Os imaginários sociais constituem um universo de significações, que fundam a identidade do grupo na medida em que é o que mantém uma sociedade unida simbolicamente, cimentando seu mundo de significações. Estas significações procedem de uma dupla relação: a relação que o homem mantém com a realidade por meio de sua experiência e a que estabelece com os outros para alcançar o consenso de significação. No cruzamento dessa dupla interação, produzem-se implicações complexas em que os gestos, as pulsões, as práticas, os atos e as representações se misturam e se instruem mutuamente.

De acordo com Charaudeau (2013), alguns os imaginários sociais podem: ser racionalizados por discursos-texto, como nas instituições que ensinam estes imaginários sociais (escolas, Constituições de Estado, religiões, entre outros); circular de maneira não consciente, sendo encontrados nos julgamentos implícitos veiculados pelos enunciados que estão de tal modo assimilados pelos membros do grupo social que funcionam de maneira natural como maneiras de falar, rituais sociolinguageiros, julgamentos de ordem ética, entre outros; estarem submersos no inconsciente coletivo, constituindo uma memória coletiva de longo termo que na prática é identificável apenas por uma abordagem histórica e antropológica; entre outros.

Neste sentido, o segundo aspecto a ser sublinhado é o de que os imaginários sociais são inventados, construídos, e não dados. Dizer que são construídos não significa afirmar que sejam construções sólidas, rígidas, senão que seus elementos são selecionados, de maneira nem sempre arbitrária, relacionando significantes (imagens, palavras) e significados (representações) que fazem sentido para determinada sociedade, época, contexto, grupo e assim por diante. Os grupos sociais não cessam de produzir, reproduzir, interpretar, reinterpretar e questionar estes imaginários sociais que dão sentidos ao “mundo”, isto porque quem atribui sentidos ao mundo, a partir de suas experiências é o homem.

Todas as épocas tiveram as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar os imaginários sociais, tal como as modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar. Neste sentido, as

produções imaginárias não são isomorfas, senão polissêmicas e ambivalentes. O que nos leva também ao terceiro aspecto que é justamente a multiplicidade e heterogeneidade destes imaginários sociais, que vão ter as particularidades e especificidades de acordo com as classes, sociedades, países, épocas, entre outros elementos, em outras palavras, de acordo com o contexto sócio-histórico em que forem produzidos e (re) produzidos.

Baczko (1985) constatou que no centro do imaginário social se encontra o problema do poder legítimo ou o problema da legitimação do poder. A questão da legitimidade não é particular de um país ou um fenômeno recente. Deste modo, constatou-se que todo o poder tem de se impor não só como poderoso, mas também como legítimo, o que implica, necessariamente, na produção de sentidos.

Assim, o quarto aspecto a ser sublinhado é a relação dos imaginários sociais com o poder. Ainda de acordo com o autor, a elaboração de imaginários sociais é parte integrante de qualquer regime político. Para o autor, o controle dos imaginários sociais, de sua reprodução, difusão e manejo assegura, em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças. Em outras palavras, por meio dos imaginários sociais é que se pode atingir não apenas a cabeça, mas também o coração e a mente, isto é, os medos, as esperanças e as aspirações de uma sociedade.

Para Baczko (1985), nas épocas de crise de um poder se intensifica a produção dos imaginários sociais concorrentes e antagonistas, tal como as representações de uma nova legitimidade e de um futuro diferente proliferam e ganham difusão e agressividade. Portanto, os imaginários sociais têm importância fundamental para esta legitimação do poder de modo que envolvem, pela forma simbólica, os grupos, as sociedades e assim por diante.

Para desempenhar seu papel de “espelho identitário”, os imaginários fragmentados, instáveis e essencializados têm necessidade de ser materializados. Se por um lado precisam ser materializados, por outro precisam ser sustentados por uma racionalização discursiva, o que Charaudeau (2013) denominaria como imaginários sociodiscursivos, isto é, os imaginários sociais que existem e circulam no interior dos grupos sociais, instituindo-se em normas de referência por seus membros.

Para o autor, a definição de imaginário sociodiscursivo encontra duas das características dos imaginários sociais, destacadas por Bayart:

A função do imaginário é indissociável da ordem da materialidade: é em virtude dessa propriedade que ela é estruturante e que os processos políticos ou econômicos são traduzidos em sua dimensão.

Em termos de corolário, só se pode enfocar uma materialidade em sua relação com o imaginário.

Enfim, em uma dada sociedade, o imaginário não representa uma totalidade coerente, uma vez que engloba uma galáxia de figuras heterogêneas, em fuga perpétua. As produções imaginárias não são, portanto, necessariamente isomorfas. Além disso, são, por definição, enquanto produções simbólicas, polissêmicas e ambivalentes. É a esse título

que elas contribuem para “consolidar” de uma sociedade, sem que “a consolidação de seu mundo de significações” jamais possa ser demonstrada, nem mesmo postulada de maneira demonstrável (BAYARD apud CHARAUDEAU, 2013, p. 207-208).

Deste modo, os imaginários sociodiscursivos, enquanto produções simbólicas, são polissêmicos e ambivalentes. Ademais, ainda de acordo com Charaudeau (2013), os imaginários sociodiscursivos circulam em um espaço de interdiscursividade. Assim, os imaginários sociodiscursivos dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais. No âmbito político, por exemplo, circulam imaginários sobre o comportamento que o político deve adotar, de acordo com a situação em que se encontre: campanha eleitoral, alocução televisiva, debate, reunião, entre outros, relativos ao *ethos* que ele deve construir para si em função de uma expectativa coletiva dos cidadãos, imaginários de opinião que sustentam os programas eleitorais, as profissões de fé ou os escritos analíticos. De acordo com o autor, frequentemente, esses imaginários se sobrepõem e constroem espécies de arquétipos coletivos inconscientes.

Selecionamos a Teoria Semiolinguística de Charaudeau (2013) e, mais especificamente, *locus* dos imaginários sóciodiscursivos, pois concordamos com ao autor ao afirmar que a descrição e a análise dos imaginários sociodiscursivos contribuem para a construção de epistemes, as “grades de inteligibilidade do campo social” que falava Foucault. Com relação ao campo do discurso político, estes imaginários são frequentemente utilizados com fins de persuasão e legitimação de ação.

2. Trabalhadores e descamisados nos tempos de Vargas e de Perón

Consideramos Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón personagens emblemáticos para pensarmos acerca das produções e reproduções de imaginários sociodiscursivos sobre os trabalhadores em seus países. Tanto Getúlio Vargas quanto Juan Domingo Perón emergem na cena política nacional a partir das décadas de 1930 e 1940 anunciando ao menos um aspecto em comum: a preocupação com a “questão social” e, principalmente, com os trabalhadores.

Em um primeiro momento, para auxiliar na análise posterior, é preciso retomarmos breves considerações sobre os trabalhadores e os imaginários sociodiscursivos produzidos acerca dos mesmos antes do período a ser estudado, isto é, no Estado Novo (1937-1945) de Vargas e no primeiro momento do Primeiro Peronismo (1946-1951). No caso do Brasil, desde o golpe que inaugurara o Estado Novo em 1937, Vargas afirmava a necessidade de reconstruir o Brasil, nos âmbitos político, econômico, social e cultural. A “obra” de reconstrução do país faria com que a política e o papel do Estado fossem pensados em novas bases, fundamentadas na concepção da sociedade como uma totalidade, um “organismo”, em que todas as partes deviam se harmonizar. Deste modo, a forma do Estado ficaria submetida ao paradigma de uma

sociedade ordenada, isto é, hierarquizada e harmônica, recolocando o significado da democracia e da cidadania (CAPELATO, 2009).

A argumentação teórica e a legislação trabalhista² promulgada seriam combinadas com a produção de imaginários sociodiscursivos projetados e divulgados amplamente pela propaganda estadonovista. Quem era o cidadão desse novo Estado? Quais eram seus direitos e deveres? Eis alguns dos questionamentos que os teóricos do regime e o governante procuravam responder.

Neste contexto que os imaginários sociodiscursivos sobre os trabalhadores estão inseridos e foram produzidos. Nos discursos políticos das comemorações anuais do regime estadonovista é possível notar a dicotomia estabelecida entre o “velho” e o “novo” Brasil e, conseqüentemente, entre o “velho” e o “novo” trabalhador. Nestes discursos políticos, o trabalhador que antes era marginalizado e excluído da sociedade e da política, sem condições mínimas de vida, de trabalho e sem direitos, passaria a ser “incluído” na política e na sociedade a partir da ideia fundamental de cidadania. Segundo Vargas, a cidadania estava diretamente relacionada aos deveres e direitos sociais e, sobretudo, ao trabalho.

As produções dos imaginários sociodiscursivos dos trabalhadores revelavam, no início do Estado Novo, um trabalhador inconsciente, inculto, indisciplinado, mal-educado e não cidadão. Por outro lado, nos discursos políticos de Vargas, estes imaginários sociodiscursivos sobre o trabalhador começavam a ser alterados devido às políticas do Governo que produziram um trabalhador consciente, educado, disciplinado e cidadão, em outras palavras, o Estado Novo era o responsável pela mudança. Ademais destas imagens, Vargas procurou produzir uma imagem *de si mesmo* de identificação, credibilidade e legitimidade a partir do *ethos* de trabalhador, humanidade, solidariedade, seriedade, familiaridade, amizade e sacrifício, entre outros, sendo que todos foram amplamente difundidos nos discursos políticos do calendário festivo.

No caso do primeiro momento do Primeiro Peronismo também houve esta produção de imaginários sociodiscursivos a partir da dicotomia entre a “nova” e “velha” Argentina e o “novo” e “velho” trabalhador. No entanto, diferentemente de Vargas que procurou apagar a história das lutas dos trabalhadores desde a Primeira República, Perón não pode fazer. Assim, não os colocou como inconscientes, indisciplinados ou desorganizados, senão como desamparados, excluídos e marginalizados da política. Estes imaginários sociodiscursivos foram amplamente projetados não apenas nas propagandas políticas mas, sobretudo, nos discursos políticos das festas cívicas para diferenciar e marcar a “velha” e a “nova” Argentina e demonstrar as “grandes obras sociais” de Perón.

Também nestes discursos políticos Perón projetou *imagens de si* de identificação, credibilidade e legitimidade, procurando aproximar-se dos trabalhadores a partir das imagens de amigo, trabalhador,

² Dentre a legislação trabalhista promulgada no Brasil, na Era Vargas, figuravam: concessão de férias; Carteira profissional; horário de trabalho do comércio e da indústria; regulamentação do trabalho da mulher e de menores; criação da Justiça do Trabalho; criação das Convenções Coletivas de Trabalho; nova Lei de Férias dos comerciários e dos operários, entre outras, que seriam reunidas na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) em 1943 (LAGO, 2015).

humano, humilde, sacrificador, entre outros. *Ethos* que embora sejam semelhantes na nomeação são distintos na forma de serem produzidos e projetados.

No tocante à imagem da cidadania, a questão também foi apresentada de forma distinta do varguismo. Assim, o peronismo procurou refundir o problema total da cidadania em um molde novo, de caráter social, alinhado aos direitos e deveres dos trabalhadores³ (JAMES, 2013).

Apesar do peronismo também pregar, em suas propagandas e discursos políticos, a ideia “totalista” do trabalho, isto é, todos trabalham, e relacioná-la com a cidadania, há uma diferença significativa entre os dois regimes. Segundo Capelato (2009), enquanto o varguismo privilegia o trabalho como fator de produção destinado ao desenvolvimento material, o peronismo salienta a justiça social como elemento prioritário no que se refere ao mundo do trabalho, o que auxilia na compreensão dos regimes, uma vez que as bases são distintas.

É a partir destas breves considerações que iniciaremos a apresentação e análise da continuação da propagação dos imaginários sociodiscursivos no próximo tópico. Que imaginários sociodiscursivos continuaram a ser produzidos? Os imaginários sociodiscursivos dos tempos do Estado Novo e do primeiro momento do Primeiro Peronismo foram mantidos ou reformulados?

3. Trabalhadores e descamisados: produção e reprodução de imaginários sociodiscursivos

Para Gomes (1994) a deposição de Vargas em outubro de 1945 caracterizou um movimento assimétrico, isto é, caía o Estado Novo, mas crescia o “prestígio” do até então ditador. Como exemplo deste “prestígio”, tomamos o movimento queremista, com os dizeres “Queremos Getúlio” e “Constituinte com Getúlio”, constituído por grande parte dos trabalhadores brasileiros no ano de 1945. Vargas retornaria a cena política nacional, por meio democrático, no ano de 1951.

No caso da Argentina, Perón é reeleito em 1951, também por meio democrático. No obstante, o seu primeiro Governo, devido à conjuntura nacional e internacional, propiciou mais benesses do que o segundo aos trabalhadores. Ademais, com a morte de Evita no ano seguinte, este segundo momento ficou ainda mais complicado, pois ela também produzia e projetava imaginários sociodiscursivos sobre os trabalhadores, conjuntamente com Perón, com um tom e apelo emocional significativo.

³ Dentre a legislação trabalhista argentina, promulgada no Primeiro Peronismo, figuravam: 13º salário; fixação do salário diário para os acidentados no trabalho; lei do salário-mínimo, o regime de trabalho de menores; a cobrança de salários nos feriados; férias anuais remuneradas para todos os trabalhadores; criação do Instituto Nacional de Previdência Social; criação da Administração Nacional da Moradia para os trabalhadores; aprovação do regime legal das Associações Profissionais, que regulamentava o funcionamento dos sindicatos, entre outros, que seriam reunidas nos Direitos dos Trabalhadores, inseridos na Constituição de 1949. Além disso, destacam-se as políticas sociais do período, realizadas pelo Governo com o apoio da *Fundación Eva Perón*, como: os direitos dos idosos, os direitos da criança, plano de assistência médica para os humildes (Plan Carrillo), educação primária universal e gratuita, as políticas de habitação, entre outras. (LAGO, 2015).

Os Primeiros de maio do ano de 1951 são interessante para iniciarmos nossas análises sobre os imaginários sociodiscursivos em ambos os governos, pois constituíram-se como momento de reencontro oficial entre os governantes e os trabalhadores. Com relação ao Primeiro de Maio, Vargas, ainda no Estado Novo, se apropria e ressignifica a data, impedindo comemorações paralelas no mesmo dia e distinguindo os Primeiros de Maio no seu Governo dos anteriores. Tal como Vargas, Perón, desde o primeiro momento do Peronismo, também se apropria da data, ressignificando-a e ajustando-a aos interesses de seu governo.

Ainda que ambos tenham se apropriado da data, as apropriações ocorreram de maneira distinta. Vejamos o reencontro de Vargas com os trabalhadores em 1951:

Esta festa de 1 de maio tem para mim e para vós uma expressão simbólica: é o primeiro dia de encontro entre os trabalhadores e o novo governo. E é com profunda emoção que retorno ao vosso convívio, neste ambiente de regozijo e de festa nacional, em que nos revemos uns aos outros a céu aberto e em que o governo fala ao povo, de amigo para amigo, na linguagem leal e franca com que sempre vos falei (VARGAS, 2011, p. 676).

A memória discursiva⁴ sobre a data é revelada de duas formas: a primeira a partir da simbologia da data, para todos os proletários do mundo, recordando então Chicago de 1886, marco para o início da data; e a segunda a partir da ideia de reencontro e de retorno. Interessante atentarmos os termos cultos utilizados e as imagens de identificação e de credibilidade, como os *ethos* de trabalhador e de confiança. Também é importante observarmos o imaginário sociodiscursivo dos trabalhadores amigos de Vargas.

No caso de Perón, a interdiscursividade⁵ e a memória discursiva aparecem de forma mais explícita:

Hace ya muchos años, en Chicago, en un 1 de mayo como este, eran ahorcados por una justicia de clase engeguedada, un grupo de trabajadores que sólo reclamaban más pan para sus hijos y justicia para sus hermanos. El justicialismo argentino rinde hoy homenaje a su recuerdo habiendo destruido aquí la explotación capitalista e instaurado la justicia social por la que ellos murieron (PERÓN, 1952, p. 400).

Em um primeiro momento, notamos que Perón não apenas cita como recorda a origem da data e destaca a justiça e a fome como questões fundamentais do momento. Diferentemente de Vargas, Perón estabelece uma relação com o presente, com o Justicialismo argentino, que não apenas presta homenagem à data como também destruiu a exploração capitalista e instaurou a justiça social pela qual aqueles trabalhadores morreram.

Vale dizer que a memória discursiva e o interdiscurso contribuem para a produção e reprodução dos imaginários sociodiscursivos, uma vez que auxiliam na própria construção de imagens. Após estabelecerem a diferença do momento anterior, os governantes seguem com as projeções de imagens sobre os

⁴ De acordo com Charaudeau e Dominique Maingueneau (2014), o discurso também é dominado pela memória de outros discursos. De acordo com os autores, uma formação discursiva é tomada por uma dupla memória, externa e interna. A memória externa é filiada a formações discursivas anteriores, enquanto a memória interna é criada com o tempo, com os enunciados produzidos anteriormente no interior da formação discursiva. Deste modo, o discurso apoia-se então numa “tradição”, mas cria, pouco a pouco, a sua tradição. A memória discursiva então é composta pelo modo de existência de cada formação discursiva, que tem uma maneira própria de gerir essa memória.

⁵ Para Charaudeau e Maingueneau (2014), o interdiscurso é um espaço discursivo, um conjunto de discursos que mantém relações de delimitação recíproca uns com os outros. O interdiscurso seria composto por um jogo de reenvios entre discursos que tiveram um suporte textual, mas de cuja configuração não se tem memória.

trabalhadores. No caso de Vargas, novamente a memória discursiva aparece, possivelmente para retomar os momentos do final do Estado Novo, sobretudo do golpe que o derrubou:

Nas horas de glória e de triunfo, assim como nas de sofrimento e perseguições, os trabalhadores foram sempre fiéis, desinteressados e valorosos (...). Pleitearam sempre pela coletividade a que pertencem, pelo reconhecimento dos seus direitos, pela melhoria das suas condições de vida, pelas reivindicações da classe e pelo bem-estar dos seus semelhantes (VARGAS, 1951, p.676).

Neste trecho podemos notar as dicotomias reveladas pela glória versus sofrimento e triunfo versus perseguições, seguida por imagens dos trabalhadores como fiéis, desinteressados e valorosos. Acompanhados destes imaginários sociodiscursivos, os trabalhadores também prezam pelos imaginários sociodiscursivos de coletividade, acompanhando a ideia de pertencimento e de reconhecimento dos direitos e da melhoria das condições de vida propiciadas por Vargas no Estado Novo. Ademais é interessante notarmos o uso do termo “reivindicações”, o que indica e sustenta os imaginários sociodiscursivos produzidos no momento com relação à consciência do trabalhador a partir do Estado Novo.

Outra imagem importante é a da gratidão, isto é, os trabalhadores eram gratos pela grande obra propiciada pelo Estado Novo. Portanto, constitui-se uma imagem do trabalhador fiel, desinteressado, consciente e grato.

Com relação à Perón, o discurso político do Primeiro de Maio retoma de maneira mais explícita os anos anteriores do primeiro Governo. Perón reforça os imaginários sociodiscursivos com relação à união e solidariedade entre e com os trabalhadores. Do mesmo modo que Vargas, a “consciência” política dos trabalhadores também aparece quando o governante considera que os políticos profissionais e os agitadores são conhecidos pelos trabalhadores.

Han pasado cinco años de nuestro gobierno y como el primer día el gobierno y los trabajadores se encuentran estrechamente unidos y solidarios (...) Nada podrán los políticos profesionales desplazados ni sus agitadores a sueldo en los sindicatos argentinos. Son cartas demasiadas conocidas porque los trabajadores argentinos conocen bien como procedieron ellos cuando desquiciaron el país y lo sumieron en la explotación y en la vergüenza (PERÓN, 1952, p.404)

A imagem de organização dos trabalhadores, como nos sindicatos por exemplo, foram também bem mencionadas, incentivadas e projetadas pelos governantes. No caso do Brasil, Vargas conclamava os trabalhadores a “uní-vos”, o que pode ser entendido, a partir da ideia de interdiscurso, como também uma apropriação de um termo bem conhecido entre grande parte dos trabalhadores:

Chegou, por isso mesmo, a hora do Governo apelar para os trabalhadores e dizer-lhes: uní-vos todos nos vossos sindicatos, como forças livres e organizadas (...). O sindicato é a vossa arma de luta, a vossa fortaleza defensiva, o vosso instrumento de ação política (...). É através dessas organizações, sindicatos ou cooperativas, que as classes mais numerosas da nação podem influir nos Governos, orientar a administração pública na defesa dos interesses populares (VARGAS, 1951, p.678).

Utilizando-se do pronome na segunda pessoa do plural, Vargas reforça a importância do sindicatos, sobretudo para que os trabalhadores se mantenham unidos e lutem por seus direitos. Da mesma maneira que Vargas, Perón também reforça a importância dos sindicatos não apenas para mantê-los unidos como também para garantirem seus direitos:

Una vez más saludo a la CGT, y la felicito, y a todos los sindicatos argentinos. Este año 1950 de la organización sindical está sembrando el país de instituciones obreras de bien público que trabajan por la defensa del poder adquisitivo de sus salarios, de la salud física y moral de los obreros (...). Esas instituciones, ya beneméritas en el justicialismo, serán los pilares inmovibles del futuro argentino, donde se afirma la producción, la riqueza, el bienestar y la grandeza de la patria (PERÓN, 1952, p.405).

A partir do trecho podemos notar o trabalhador também como parte da sociedade argentina, que contribuirá para a produção de riqueza, bem estar e grandeza da pátria. Deste modo, cria-se um imaginário sociodiscursivo para além do trabalhador organizado que é o de útil e constitutivo da sociedade argentina. Combinado com estes imaginários sociodiscursivos está a ideia do justicialismo, como doutrina propulsora e garantidora destes direitos.

Por fim, cabe destacarmos os imaginários sociodiscursivos acerca da “simbiose” entre os trabalhadores e os governantes. No caso de Vargas, este trecho que revela a imagem de união entre ele e os trabalhadores é um dos que evocou mais emoção em seu discurso político de 1951:

Percam a ilusão os que pretendem separar-me do povo, ou separá-lo de mim. Juntos estaremos sempre, na alegria e no sofrimento, nos dias de festa, como o de hoje e nas horas de dor e sacrifício. E juntos haveremos de reconstruir o Brasil melhor, onde haja mais segurança econômica, mais justiça social, melhores padrões de vida e um clima novo de segurança e bem estar para este bom e generoso povo brasileiro (VARGAS, 1951, p.684).

O trecho segue com palavras dicotômicas como alegria versus sofrimento, combinadas com a ideia de união em dias de festa, sofrimento e sacrifício, o que revela a imagem de um “contrato simbólico” entre os trabalhadores e o governante. Neste “contrato simbólico” os trabalhadores e os governantes estariam juntos. O imaginário sociodiscursivo da simbiose seria utilizado para reafirmar a ainda reconstrução do Brasil, cujas condições de vida e de trabalho seriam ainda melhores para o bom e generoso povo brasileiro.

Notamos neste discurso a alternância do uso das palavras trabalhador e povo. Interessante atentarmos para o uso de 44 vezes da palavra “povo” e 23 vezes da palavra “trabalhador”. Analisando as ocorrências, notamos que uma das interpretações possíveis é que “povo” foi utilizado por Vargas para designar um apoio mais “amplo” dos brasileiros, enquanto “trabalhador” foi utilizado para designar a classe, que historicamente o tinha “apoiado”.

O discurso político peronista revela a combinação entre a projeção de seu imaginário político com os sociodiscursivos dos trabalhadores:

Finalmente, agradezco, como argentino y como trabajador, su unidad y su lealtad inmovibles. Hoy podemos decir que los trabajadores argentinos estamos organizados,

unidos y listos para luchar por nuestros derechos y nuestra dignidad y, para terminar que llegue a todos los trabajadores argentinos un gran abrazo, con el que los saludo y los estrecho muy fuerte sobre mi corazón (PERÓN, 1952, p.406).

Notemos que os imaginários políticos de Perón como argentino e trabalhador se combinam com o agradecimento da unidade e lealdade dos trabalhadores. Diferentemente de Vargas, Perón utiliza a primeira pessoa do plural (nosso) para se colocar na posição de trabalhador, indicando algo que pertence a ele e aos trabalhadores, reafirmando imaginários sociodiscursivos como trabalhadores organizados e unidos a fim de lutar pelos direitos e dignidade de ambos (Perón e trabalhadores). Finalmente, o governante se despede com um símbolo de amigo, que é o abraço.

Assim, o que podemos notar a partir dos discursos políticos analisados é que a continuidade da produção e reprodução dos imaginários sociodiscursivos sobre os trabalhadores, reforçando a reinvenção sobre os mesmos, foi baseada na produção e reprodução dos imaginários políticos dos governantes e as imagens de proximidade entre eles e os trabalhadores.

4. Considerações finais

Procuramos apresentar como os governantes deram continuidade as imagens de reinvenção dos imaginários sociodiscursivos do trabalhador nos Governos de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón a partir da análise de um discurso político específico e emblemático que foi o de Primeiro de Maio de 1951. Neste “reencontro” entre os governantes e os trabalhadores, Vargas e Perón procuraram retomar imagens de seus governos anteriores combinando-as com imagens sobre si, isto é, o Estado Novo e o primeiro momento do Peronismo e as qualidades dos Governantes, que refletem a dicotomia entre o momento anterior, o “velho” país e o “novo” país.

De maneira geral, os imaginários sociodiscursivos dos trabalhadores eram de desamparo, miséria, não cidadãos, enfim, excluídos das sociedades brasileiras e argentinas. Nestas dicotomias os governantes apresentam a situação anterior do trabalhador e a mudança graças aos seus governos anteriores. Neste sentido, cabe afirmarmos que esta mudança dos imaginários sociodiscursivos começaram a ser produzidas antes mesmo destes Segundos Governos, isto é, ainda no Estado Novo no caso do Brasil e no primeiro peronismo no caso da Argentina. Neste sentido, os governantes trataram de reafirmar e solidificar a reinvenção dos imaginários sociodiscursivos e dos imaginários políticos sobre si.

Estes imaginários sociodiscursivos dos trabalhadores, tanto no Brasil quanto na Argentina, como amigo, bom, consciente politicamente, generoso, disciplinado, grato, leal e organizado foram amplamente utilizados e difundidos não apenas pelos discursos políticos, pelas festas cívicas, mas também pela propaganda política. Combinado com estes imaginários sociodiscursivos estavam as projeções das imagens de Vargas e Perón como aqueles que entendiam e reconheciam as aspirações dos trabalhadores, garantindo melhores condições de vida e de trabalho.

Finalmente é importante dizer que embora estes imaginários coletivos tenham sido fortemente projetados, reproduzidos e repetidos, não podemos considerar uma recepção única pelos trabalhadores, tal como uma simples manipulação. Estudos como os de Jorge Ferreira (2005), Vanderlei Ribeiro (2001) e Marcus Dezemone (2008), a partir da análise das cartas enviadas aos Presidentes, demonstram como parte destes trabalhadores se apropriaram dos próprios discursos dos governantes para atingir seus interesses. Neste sentido, os discursos e imaginários sociodiscursivos propostos foram apropriados e ressignificados pelos próprios trabalhadores e, assim, os estudos sobre os trabalhadores precisam considerar a luta por direitos, a autonomia e heteronomia da classe, o controle e a resistência dos trabalhadores e as suas experiências, a partir das particularidades e especificidades de região e de trabalho.

Referências bibliográficas

- BACZKO, Bronislaw. "A imaginação social" In: LEACH, Edmund. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.
- DEZEMONE, Marcus. **Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)**. Niterói, PPGH-UFF. Tese de doutorado, 2008.
- FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GOMES, Ângela de Castro. **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- LAGO, Mayra Coan. **Trabalhadores do Brasil, Mis Queridos Descamisados: a (re) invenção dos trabalhadores no varguismo e no peronismo**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Integração da América Latina)- Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo-SP. 2015.
- PERÓN, Juan Domingo. **Los Mensajes de Perón**. Buenos Aires: Ediciones Mundo Peronista, 1952.
- VARGAS, Getúlio Dornelles. **Getúlio Vargas**. Maria Celina D'Araújo (org). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

Abstract: *This study aims to investigate how Vargas and Perón have continued the reinvention of imaginary social worker from political speeches Getulio Vargas and Juan Domingo Perón in civic events of the First of May in Second government of Getúlio Vargas (1951-1954) and the second moment of the First Peronism (1951-1955). Thus, this work is structured in three main parts: first we present the theoretical framework of the research; the second will seek to situate the social imaginary about the workers in times of Vargas and Peron; and the third study and analyze political discourse of civic leaders in these specific dates, trying to identify, at first, what and how the worker was being designed and "imagined" and, in a second moment, find elements that approached or distanced these social imaginary designed by rulers. We will consider two dimensions- symbolic or material and immaterial- to study the production and reproductions of these collective imaginary, one of the mechanisms by which the rulers sought to legitimize itself as not only great representatives of their nations, but , especially workers, and reaffirm imaginary and political projects about themselves and their governments.*

Keywords: *Political Speeches; Getúlio Vargas; Juan Domingo Perón; imaginary social; workers.*

Especificidades discursivas do webjornalismo independente

Michelle Gomes Alonso DOMINGUEZ (UERJ)¹
michelle.alonso@gmail.com

Resumo: Desde o ano passado, especialmente a partir das chamadas “jornadas de junho”, foram fortalecidos modos de informação alternativos, que na internet se distribuem nos diversos formatos de webjornalismo independente. Mediante tal constatação, iniciamos o projeto de pesquisa “O contrato comunicativo da mídia independente na internet e suas estratégias linguístico-discursivas”, cujos resultados iniciais são apresentados nesse estudo. O *corpus* da pesquisa se constitui de textos sobre as manifestações populares no Brasil, publicados de junho a agosto de 2013, em diferentes plataformas de webjornalismo independente (Pragmatismo Político, Mídia sem Máscaras, Mídia Ninja e Fazendo Media) e teve como primeiro ponto de análise as funções discursivas dos conteúdos lexicais e sintáticos associados aos processos, participantes e circunstâncias dos acontecimentos relatados/comentados. Chegamos, assim, à verificação de que, inversamente às práticas discursivas do webjornalismo tradicional, o posicionamento marcado frente aos fatos noticiados, bem como a ampliação do foco espaço-temporal dos eventos, são especificidades bastante claras e generalizadas nos diferentes formatos do webjornalismo independente.

Palavras-chave: webjornalismo; estratégias discursivas; contrato comunicativo

1. Introdução

O presente artigo apresenta as primeiras conclusões decorrentes do projeto de pesquisa “O contrato comunicativo da mídia independente na internet e suas estratégias linguístico-discursivas”, iniciado em 2011. Como o próprio título do projeto indica, propusemos-nos a observar as estratégias linguístico-discursivas utilizadas em webjornais independentes e, a partir de sua comparação com as estratégias de veículos tradicionais (impresso e web), identificar a necessidade de alteração dos parâmetros contratuais do discurso informativo. Diante disso, fazem-se necessários alguns esclarecimentos, e o primeiro deles diz respeito ao que consideramos independente e tradicional.

Por jornalismo tradicional entendemos os meios de informação vinculados a empresas; O Globo e Folha de São Paulo, em suas versões impressa e web são nossos representantes desse tipo de mídia informativa. Já o jornalismo independente, caracteriza-se por ser uma produção individual ou coletiva de sujeitos que podem ou não ser jornalistas, mas que não tem suas palavras mediadas por interesses mercadológicos e empresariais. Nossos representantes de tipo de jornalismo são o Carta Maior (CM), o Mídia Sem Máscaras (MM) e o Pragmatismo Político (PP).

O outro esclarecimento necessário refere-se aos parâmetros comparativos de estratégia e contrato comunicativo. A fonte primária de nosso projeto reside nas considerações de Patrick Charaudeau sobre o discurso midiático. São dele as bases de análise sobre as estratégias discursivas de impressos, rádio e tv, bem como a fundamentação dos parâmetros contratuais instituídos por esses dispositivos informativos, que intermedeiam as relações entre atores, propósito e finalidade da comunicação midiática. A elas foram

¹ Doutora em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadora do Círculo Internacional de Análise do Discurso (CIAD-Rio).

acrescidas as ponderações de Dominguez (2011, 2012 e 2014) no sentido de reconhecer a internet como um poderoso dispositivo midiático da atualidade e, conseqüentemente, propor alguns ajustes a teoria original.

Assim, este estudo se coloca como mais uma extensão integradora no caminho do entendimento mais amplo de nossas produções jornalísticas. Desse modo, iniciamos nossos comentários fazendo uma breve retrospectiva das construções teóricas que empreendemos, para, na sequência, ampliarmos as considerações no sentido de reconhecer as especificidades e, dessa forma, integrar o webjornalismo independente.

2. Estudos anteriores

Publicada em 1997, a obra *Le discours d'information médiatique*, de Patrick Charaudeau, traz uma leitura bastante ampla e ao mesmo tempo aprofundada dos discursos jornalísticos produzidos nos diferentes meios de informação. Naquele momento, a internet se instituíra ainda como meio de comunicação incipiente e, por isso, o texto restringe-se aos tradicionais veículos de informação: impresso, rádio e televisão.

Segundo a obra, como em todo ato comunicativo, a comunicação midiática circunscreve o ato informativo a um contrato que põe em relação instâncias de produção e recepção (atores) da informação, com finalidades comunicativas específicas (visadas), interessadas na divulgação de certos acontecimentos (propósito) e restritas a determinadas circunstâncias (dispositivo). Na máquina midiática e nos engendramentos sociais que a pressupõem, esses componentes se apresentam recobertos por determinadas categorias e se relacionam em função dos efeitos discursivos esperados e efetivamente construídos.

Não pretendemos aqui retomar os pormenores da teoria, mas apenas especificar alguns elementos do parâmetro contratual que apresentarão repercussão no webjornalismo. Assim, considerando as características dos três dispositivos tradicionais, temos que o contrato comunicativo midiático se constrói a partir de uma relação assimétrica entre produção e recepção, com a finalidade de informação e captação do público e através de rígidos critérios de seleção do propósito comunicativo, pautados no potencial de atualidade, socialidade e imprevisibilidade do acontecimento.

Em 2011, Dominguez partiu das considerações de Patrick Charaudeau sobre o discurso de informação midiática, para propor a reflexão sobre os possíveis ajustes teóricos necessários à contemplação das especificidades discursivas da produção webjornalística.

Menos afetado entre os quatro componentes do contrato, o propósito do discurso midiático é selecionado, segundo Charaudeau (idem), em função dos potenciais de atualidade, socialidade e imprevisibilidade do acontecimento. Entretanto, sendo o primeiro uma prerrogativa das mídias, a credibilidade do veículo estaria garantida no potencial de socialidade, enquanto a captação se

estabeleceria pela imprevisibilidade. Ocorre que, nos webjornais, o espaço ampliado de publicação e a atualização contínua diluem as restrições de seleção e elevam a importância do potencial da atualidade, que passa também a atuar como principal fator de captação.

Compondo, com a visada informativa, as finalidades do discurso midiático, a captação é determinada pelas características comerciais do veículo. E, por isso, o formato de comercialização adotado pelos webjornais faz da atualização contínua seu atrativo de acesso primordial. Porém, no que se refere à finalidade, o ponto mais relevante verificado na pesquisa foi a inclusão de mais uma visada, além das já identificadas informação e captação: a de “fazer fazer”. Também fundamentada pela questão comercial, a visada prescritiva se inscreve na encenação webjornalística através das diversas formas de relacionar os textos hipertextualmente organizados e de propor a interferência de sons e imagens na composição da matéria. Além disso, sinalizam para o que talvez seja a diferença mais significativa do discurso webjornalístico: a relação entre os atores.

O primeiro ponto de identificação dessa inovação se instaura no reconhecimento da internet como inauguradora de um dispositivo comunicativo todos-todos. Ora, qualquer discurso instituído nesse meio parte do princípio de que os lugares de produção e recepção são altamente intercambiáveis a cada troca comunicativa e, no discurso midiático, tal fato desconstrói as barreiras institucionais delimitadoras de dispositivos como o rádio, a televisão e o impresso. Não se afirma com isso a inocência da liberação do pólo emissor por parte das grandes empresas webjornalísticas, mas sim que, ainda que respeitando as determinações institucionais da produção jornalística, seu discurso é construído em função de um Tu-destinatário atuante.

Conforme verificado durante a análise, desde a formatação até a materialidade linguística de que se compõem os discursos, tudo é pensado em função da participação do leitor. As intervenções diretamente interativas através de *links* ou de espaços para comentários, a disponibilização de conteúdos em camadas distintas aprofundadas ao sabor dos interesses da recepção, a própria constituição linguística associada a um posicionamento mais objetivo, tudo parece estabelecido para proporcionar um espaço de co-construção textual e discursiva. E isso só se dá pelo conhecimento socialmente partilhado de que a comunicação via internet, incluindo-se aí o discurso informativo nela desenvolvido, requer uma postura de emissão e recepção mais colaborativa.

Decorre daí a necessidade de se acrescentar ao papel do Tu-interpretante – identificado por Charaudeau (2006a) como o de receber, compreender e interpretar – a função de intervir, responder, divulgar, ou seja, produzir. É essa sua expectativa e é essa também a imagem discursivamente construída pelos webjornais de seus destinatários. Assim, a inclusão do webjornalismo entre as situações comunicativas socialmente identificadas como atos de informação midiática e, portanto, regidas por um mesmo contrato, exige, juntamente com o reconhecimento de um webleitor, a reconsideração da

assimetria absoluta nas posições interlocutivas de emissão e recepção em modelos possivelmente mais cooperativos.

De acordo com as conclusões da pesquisa, as alterações promovidas pelo discurso webjornalístico no contrato midiático repercutem especialmente no papel diferenciado que o TU-interpretante adquire nessas produções. Desse modo, o caminho esperado no reposicionamento do jornalismo impresso seguiria no sentido de fortalecer o papel da instância enunciativa, seja pela presença cada vez mais clara de seu posicionamento enunciativo, pela relevância de seu papel na seleção das informações relevantes, ou pela demarcação dos limites entre enunciador-receptor, capaz de agregar à produção a aura de especialização e consequente autoridade. Se por um lado hoje essas expectativas continuam válidas, por outro, a delimitação entre as fronteiras do discurso webjornalístico e impresso parecem ter ganhado uma fluidez ainda imprevisível em 2011.

Uma das especificidades introduzidas pelo webjornalismo diz respeito à finalidade do contrato midiático. No webjornal, além das visadas de informação e captação, há o acréscimo da visada prescritiva, que, através de usos como “Leia mais”, “Saiba mais”, “Veja”, “Ouça” etc., em arquitetura hipertextual, instaura o ambiente interativo exigido pela comunicação via internet. Instituídos em função das características do suporte, tais usos seriam pouco prováveis no jornalismo impresso. Entretanto, ocorrências como as que seguem têm sido cada vez mais fartas, podendo chegar a mais de 10 em apenas uma edição: “Leia a íntegra da coluna na web”; “Infográfico: Veja a linha do tempo da Operação Porto Seguro da Polícia Federal”; “Sites de compra: confira a lista dos mais de 200 sites de compra que devem ser evitados pelo consumidor, segundo o Procon-SP”; “Acompanhe no blog Radicais os resultados do World Cup of Surfing, etapa Prime que começou ontem em Sunset, no Havaí”.

Em 2011, as referências ao meio digital ficavam restritas à primeira página, que trazia logo abaixo do nome do jornal – impresso em fonte propositalmente desproporcional – o endereço do webjornal. Um ano depois, a importância que o webjornalismo tem adquirido obriga os impressos a criar vínculos mais explícitos. Além de funcionarem como espaços de marketing para mais um produto da empresa, tais ocorrências não só estreitam os vínculos entre impresso e web como também, e principalmente, inscrevem a instância de recepção em um discurso historicamente pautado pelo distanciamento.

Não sendo uma necessidade e muito menos uma vocação do meio impresso, a inserção do imperativo cria um espaço de interlocução com o leitor que parece derivar do reconhecimento, por parte das instâncias midiáticas, de uma exigência (ou hábito) de atuação que as novas práticas de leitura têm construído. Se a hipertextualidade profunda que o ambiente online possibilita (e com ela a co-construção da notícia) ocorre, segundo os padrões atuais, de modo apenas incipiente na materialidade física do papel, o jornalismo impresso atende o anseio de participação do interlocutor estendendo seus limites até o webjornal. Assim, mantém-se atualizável e constrói discursivamente o espaço que supõe esperado por seus

leitores. Se inicialmente as estratégias linguísticas do impresso fundamentaram as primeiras experiências do jornalismo online, hoje, é o webjornalismo que parece se constituir como exemplar para o impresso.

3. O Webjornalismo Independente

O que dissemos até aqui sobre o webjornalismo se restringe a sua versão tradicional, ou seja, à mesma mídia corporativa do impresso, rádio e tv que agora se coloca em nova plataforma. No entanto, sabemos que atualmente a informação circula na internet muito além dos meios profissionais: sua fonte pode ser um indivíduo ou grupo sem ser empresa; sua divulgação é feita pelos próprios leitores; sua plataforma pode ser um site ou uma rede social. A essa informação chamamos webjornalismo independente. E é a ele que nos dedicaremos nesta seção.

Considerando os elementos constitutivos do propósito midiático, observe-se o quadro comparativo a seguir:

Tabela 1. Características do Propósito²

VEÍCULOS	IMPRESSO	WEBJORNAL TRADICIONAL	WEBJORNAL INDEPENDENTE
Seleção	Atualidade Socialidade Imprevisibilidade	Atualidade Socialidade Imprevisibilidade	Atualidade Socialidade Imprevisibilidade
Esfera	Política Cidadã Civil	Política Cidadã Civil	Política Cidadã Civil
Tratamento	Relatado Comentado Programado	Relatado Comentado Programado	Relatado Comentado Programado
Gênero	Notícia	Notícia	Artigo
MOD	Narrativo	Narrativo	Argumentativo Dissertativo

Nele, são apresentadas as características referentes ao potencial de seleção destacado em cada veículo, à esfera privilegiada do tema e o formato do texto (tratamento, gênero e modos de organização). Comparando a coluna do impresso com a do webjornal tradicional, podemos observar que as diferenças restringem-se à seleção e à esfera, sendo ambas explicadas pela mudança do suporte. A materialidade do

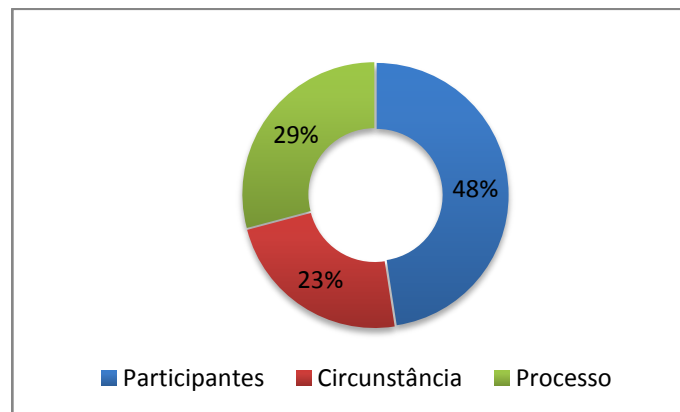
² Os elementos que demonstraram maior força estão destacados em negrito.

restrito do evento. No caso do webjornal tradicional, a ampliação temporal do evento é feita através de hiperlinks que retomam estágios anteriores (também restritos). Observe-se que essa deve ser uma construção do webleitor, não sendo, portanto, um movimento discursivo da instância enunciativa.

Já na cloud tag dos webjornais independentes, a recorrência dominante dos vocábulos “Brasil” e “política” sinaliza para um tratamento de evento construído como consequência de uma conjuntura mais ampla e, desse modo, necessariamente, incluído numa linha temporal que se estende para além dele. Outras diferenças dizem respeito ao tratamento do acontecimento e dos participantes, pois, se no webjornal tradicional o evento é construído pelos atores, no webjornal independente observa-se o tratamento do acontecimento, ele mesmo, como foco, “manifestações”, sendo os participantes apresentados como representantes das ideias em disputa, como atores sociais: “movimentos sociais”, “partidos”, governo” .

A distinção na abordagem do acontecimento também repercute na estrutura temática³ dos textos. Normalmente, os temas priorizados em notícias são os participantes (atores) e circunstâncias de lugar e tempo do evento, pois essas informações conduzem as narrativas de modo objetivo e sua presença atribui veracidade ao fato. No entanto, como já observamos, o tratamento textual dado ao evento nos webjornais independentes não é a narrativa. Nesses ambientes, predomina o gênero artigo e, conseqüentemente, o modo de organização dissertativo-argumentativo. Dito isso, temos então uma organização temática bastante distinta:

Gráfico 1. Estrutura Temática



No gráfico 1, observamos uma distribuição temática que prioriza a tematização do elemento experiencial participante, sendo este seguido do processo e, por fim, da circunstância. Além da estranheza da superioridade da tematização processual, frente a circunstancial em texto noticioso, há de se especificar

³ De acordo com a Gramática Sistemática Funcional (Halliday & Hasan, 1989) a Metafunção Textual dá à sentença o status de mensagem, estruturando-a em Tema e Rema. Em nossa análise, interessou a “qualidade” dos Temas enunciados, já que deles se constroem o ponto de partida da mensagem.

ainda a natureza diferenciada desses elementos. Quanto aos participantes, destacamos o fato de sua materialização não se dar através dos atores do evento noticiado, mas apenas como um argumento externo do núcleo oracional:

- (1) O rebaixamento da política à esfera do pragmatismo rasteiro exige partidos melhores [...]
- (2) A criminalização da política, dos partidos, sindicatos e movimentos sociais exige meios de comunicação mais responsáveis e menos comprometidos com grandes interesses privados.

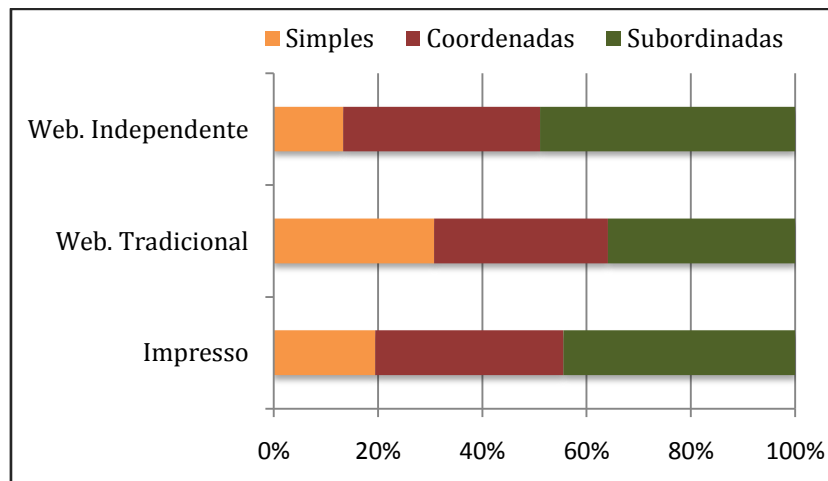
Processos e circunstâncias também apresentam suas especificidades: os processos tematizados são verbos de estado, de elocução ou pensamento, havendo raros casos de verbos de ação; as poucas ocorrências de temas circunstanciais apresentam um tempo, lugar e modo de maneira ampliada, não se restringindo aos limites espaço-temporais do evento noticiado. Vejam-se os exemplos:

- (3) Em um momento grave e difícil da história do país, o Congresso Nacional não está funcionando.
- (4) Dito isso, é preciso ter clareza que todos esses problemas só poderão ser resolvidos [...].

No exemplo 4, podemos observar, além da tematização experiencial do processo “ter”, a ocorrência dos temas textual “Dito isso” e ideacional “é preciso”, caracterizadores da tematização múltipla⁴, também bastante recorrente nos textos analisados.

Assim como o fluxo informacional, também notamos uma mudança no padrão organizacional das estruturas sintáticas. O gráfico a seguir mostra as ocorrências percentuais de estruturas simples, coordenadas e subordinadas no corpus:

Gráfico 2. Estruturas sintáticas



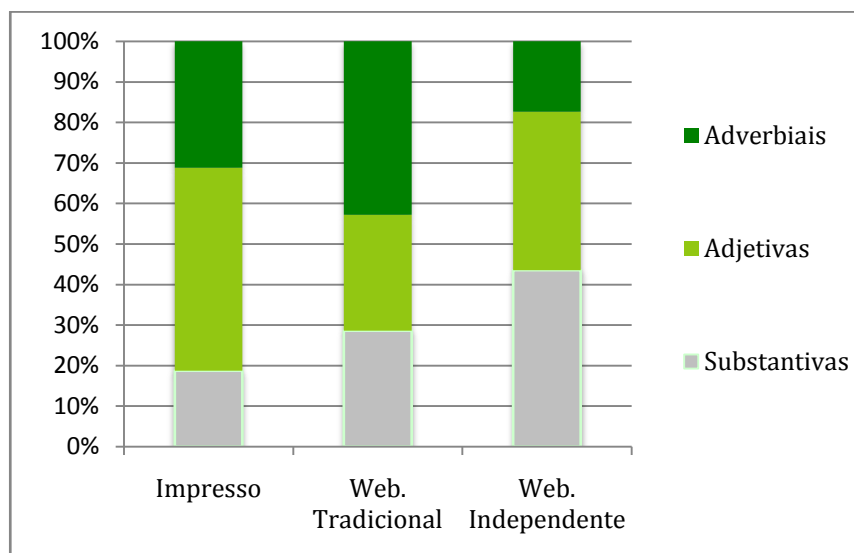
Comparando as ocorrências sintáticas, observamos um maior equilíbrio entre estruturas simples e complexas no webjornalismo tradicional, já que há uma distribuição em torno de 30% para cada tipo. No

⁴ O Tema é delimitado pelo primeiro elemento experiencial (participante, processo ou circunstancia), que, no entanto, pode ser antecedido por temas de outra natureza, como o textual (que relaciona as partes do texto) e o ideacional ou interpessoal (que diz respeito às relações enunciativas), constituindo assim temas múltiplos.

impresso, as ocorrências simples caem para 20%, havendo uma redução ainda maior no webjornalismo independente, 15%. O estranhamento aqui se dá em função da justificativa inicial de que as características do suporte internet (velocidade, memória, hipertextualidade e interatividade) seriam as responsáveis por determinados usos linguísticos, como por exemplo, estruturas mais curtas/simples. Se assim fosse, o webjornalismo independente seguiria a mesma lógica, o que não é o caso. Sua distribuição estrutural aproxima-se mais do suporte impresso. Feita essa ponderação, poder-se-ia ainda justificar tal diferença pela predominância distinta dos gêneros (notícia e artigo) textuais que os compõem. Mais uma vez, a suspeita não se fundamenta, pois o gênero predominante no impresso também é a notícia. Não fundamentada nas características do suporte ou exclusivamente nas expectativas do gênero, a redução de estruturas simples no webjornalismo independente se justifica pela necessidade de um encaminhamento discursivo mais complexo, permitido por sua ausência de vínculos mercadológicos e sua despretenção de massificação.

Tal complexidade fica ainda mais clara quando analisamos as relações sintáticas envolvidas. Enquanto entre as orações coordenadas do impresso e do webjornal tradicional predominam as relações meramente aditivas, no webjornalismo independente, as relações de conclusão e explicação são as mais recorrentes. Do mesmo modo, entre as subordinadas, se predominam adjetivas caracterizadoras no impresso e adverbiais de tempo e lugar no webjornalismo tradicional, nos webjornais independentes a própria estrutura argumental é construída complexamente, conforme demonstram os altos índices de orações substantivas, no gráfico a seguir:

Gráfico 3. Orações subordinadas



Por fim, devemos comentar as especificidades lexicais desse novo modelo de jornalismo. No jornalismo (impresso ou web) das grandes empresas, toda a construção textual é cuidadosamente

articulada para construir a aura de imparcialidade/neutralidade capaz de manter a credibilidade desses meios. Esses textos apresentam poucos adjetivos e modalização sutil, sendo sua posição construída de maneira mais opaca. Nos webjornais independentes, entretanto:

(5) A TV organiza a massa

A mudança da grade de programação, com a troca da novela pelas manifestações “ao vivo”, na última quinta (20), é ainda mais emblemática. Sinalizou para o telespectador que algo de muito grave estava ocorrendo e ele deveria ficar “ligado na Globo” para “entender” a situação. (CM, 22/06/13)

(6) Quando a imprensa insufla a loucura coletiva

A mídia quer forçar a barra. Quer legitimar a todo custo o protesto radical e violento, mesmo que tais práticas atentem contra a democracia e a legalidade.

A mensagem implícita desses protestos é clara: perigosamente divulga-se que os meios legais e formais da democracia não são suficientes. (MM, 25/06/13)

(7) A Globo apoiando o povo nas ruas?

A Globo se apropriou totalmente de um movimento digno, político, juvenil e maravilhoso para seus objetivos que são os piores. A Globo é um monopólio midiático que apoiou e elegeu Collor. A Globo abomina os pobres e sua luta por melhores condições de vida. A Globo sabota governos. A Globo é contra a democratização da mídia.

Quem criou o movimento que dê a resposta à Globo. (PP, 26/06/13)

O que observamos nos três exemplos é a manifestação clara de posição quanto ao tratamento dado pelas mídias tradicionais às manifestações. Diferentemente dos veículos tradicionais, não há nenhum artifício linguístico-discursivo de opacização da posição enunciativa e tal clareza se fortalece especialmente pelo volume lexical subjetivo do qual se compõem: adjetivos subjetivos, advérbios de intensidade e forte modalização. Como pudemos observar durante o texto, trata-se de um modelo de comunicação distinto dos meios tradicionais (impresso e web) em todos os níveis analisados.

4. Considerações finais

As considerações acerca da mídia tradicional citadas em (5), (6) e (7) dão conta da insatisfação dos veículos independentes com as práticas jornalísticas atuais. Seja pela “apropriação do movimento” para uma guinada à direita – conforme sugerido em 5 e 7 –, seja pelo apoio e legitimação de protestos de esquerda, que é sinalizado em 6, em todos há a negação da imparcialidade das grandes mídias e a acusação de uma tomada de posição. Diante de tal crítica, poderíamos pensar que as práticas jornalísticas dos webjornais independentes se fundariam em outros padrões. No entanto, de acordo com o que pontuamos durante a análise, em todos os níveis da língua, as escolhas são feitas no sentido da clara marcação de posição. A prática que parece se criticar, então, não é a adoção de posicionamentos, mas a utilização de subterfúgios linguístico-discursivos que os mascarem de “relato dos fatos”.

Parece haver neste ponto o acordo de que não há discurso imparcial; não há verdade dos fatos, mas versões deles. Mais uma vez, um entretanto se coloca, pois em todos os webjornais independentes as

posições adotadas são requeridas como realidades e não como “meras” perspectivas. Ilustraremos tal afirmativa com a seguinte citação:

A hora é de amadurecer caminhos que produzam maior permeabilidade das demandas sociais, de modo a reconquistar a legitimidade perdida.
Afinal, como diz a Constituição que todos querem preservar, o poder que emana do povo deve ser por ele exercido. (PP, 04/07/14)

Nela, observamos as modalidades epistêmica asseverativa (verbos no presente indicativo) e deôntica de obrigatoriedade (verbo dever), bem como os inúmeros implícitos (demandas sociais são pouco permeáveis; perdemos a legitimidade; todos querem preservar a Constituição; o povo tem poder; o povo não exerce o poder etc.) atuarem na construção de uma realidade que não se pretende apenas discursiva. Juntando-se aos elementos relatados durante nossa análise, os webjornais independentes se equivalem aos tradicionais no que se refere à construção de um posicionamento discursivo tomado como “verdade”, mas deles se diferem diametralmente pelas estratégias linguístico-discursivas mobilizadas para tal fim.

Diante disso, impõe-se a questão da credibilidade, pois, se as mídias tradicionais apoiam sua construção justamente nessa aparente neutralidade discursiva, a ausência dessa estratégia deveria colocar em xeque a credibilidade dos webjornais independentes. O que acontece nesses meios é justamente o inverso. No webjornalismo independente, é o claro posicionamento enunciativo que se responsabiliza pela captação dos webleitores, que não estão buscando novas informações⁵, mas sim novos argumentos para fundamentar sua percepção da realidade. A credibilidade desse novo jornalismo é, portanto, fortalecida pela equivalência ideológica que consegue manter com seus interlocutores.

Seguindo a tendência estabelecida por Dominguez (2011), a inclusão do webjornalismo independente para a consideração de um contrato midiático mais amplo não chega a alterar os parâmetros contratuais, mas gera uma alteração dos padrões, especialmente, no que se refere às relações interlocutivas. Se na análise do webjornalismo tradicional observamos a construção de uma textualidade superficialmente mais objetiva para a adaptação das funções de um webleitor (TU-interpretante) mais participativo e responsável por suas necessidades de aprofundamento da informação, o que vemos no webjornalismo independente é um aprofundamento da subjetividade no sentido de garantir uma realidade condizente com as crenças de um interlocutor que parece já investido da informação, da crítica e do pensamento.

Vale, por fim, ressaltar que as diferentes direções adotadas pelo webjornalismo (tradicional e independente) reforçam a ideia de que as características do suporte – no caso da web, memória, atualização, hipertextualidade e multimodalidade – não são capazes de determinar, por si, as características textuais-discursivas, colocando-se apenas como potenciais desenvolvidos (ou não) em função dos objetivos discursivos.

⁵ Atente-se que a atualidade é o potencial de seleção mais fraco desses meios.

Referências bibliográficas

- CHARAUDEAU, Patrick. Une analyse sémiolinguistique du discours. In: **Langages**, nº 117. Paris, 1995.
- _____. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, A. D. (org.). **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996.
- _____. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, H., PIRES, S., CRUZ, A., & MACHADO, I. L. (orgs.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG, 1999.
- _____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L. e MELLO, R. (orgs.). **Gênero: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG, 2004.
- _____. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- DOMINGUEZ, Michelle G. A. **Estratégias discursivas do webjornalismo: indícios de um novo contrato?** Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2011.
- _____. Estratégias linguístico-discursivas do jornalismo atual: os lugares do impresso e da WEB como veículos de informação. In: **Cadernos do CNLF**, vol. xvi, nº 04, t. 3; *Anais do XVI CNLF*, 2012. pp. 2819-2830.
- _____. O “novo” contrato midiático e as presenças do webjournal no jornalismo impresso. In: **Anais XI FELIN**. UERJ: Rio de Janeiro, 2014.
- FIDALGO, António. Sintaxe e Semântica das Notícias Online: para um jornalismo assente em base de dados. In: LEMOS, A. et ali. **Mídia.br**. Livro da XII Compós – 2003. Porto Alegre: Editora Sulina, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-jornalismo-base-dados.pdf>>. Acessado em 26/04/2010>.
- HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R. **Language, context and text**. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **La enunciacion de subjetividad en el language**. Buenos Aires: Edicial S.A., 1997.

Abstract: *Since 2013, alternative means of communication were brought into play during the "Raids of June" or "The Brazilian Spring", distributed on different formats of independent journalism. Following such events, we initiated a research group: "The communicative contract of independent media in the Internet and its linguistic and discursive strategies", and the first results will be presented on this essay. The research corpus is composed of texts on the civil demonstrations in Brazil, published from June to August '13 on various platforms of independent webjournalism (Pragmatismo Político, Mídia Sem Máscaras e Carta Maior) and we took for basis of analysis the discursive functions of lexical and syntactic content associated with processes, participants and circumstances of the reported/commented happenings. According to our study, we were able to outline the opposition of the "independent media" towards the discursive practices of traditional web journalism (mainstream media), throughout strong sense of questioning the reported facts presented combined with a strategy to expand the focus of events, creating the main characteristics of these new formats of journalism.*

Keywords: *webjournalism; discursive strategies; communicative contract.*

“Filosofia de Anitta”: a patemização como efeito e estratégia discursiva em um artigo de opinião

Nadja Pattresi de Souza e SILVA (UFF/IFRJ)
nadja.pattresi@gmail.com

Resumo: À luz da Semiologia, propõe-se a análise de um artigo de opinião publicado no jornal *O Globo*, em sua versão *online*, intitulado “Filosofia de Anitta” e assinado pela articulista Flávia Oliveira (maio de 2014). Em sua temática, o texto discute acontecimentos atuais no cenário brasileiro, em que se destacam as ondas de protestos e paralisações que se espalharam pelo país. Em consonância com o postulado de que o sentido se constrói na relação entre fatores internos e externos ao discurso, num movimento conhecido por *processo de semiotização do mundo*, a análise visa a investigar como elementos situacionais, discursivos e linguísticos são mobilizados para encaminhar a discussão proposta no texto. Dentre esses recursos, interessa-nos, sobretudo, aqueles que configuram o arranjo discursivo do artigo, caracterizando-o como um texto argumentativo, bem como as estratégias mobilizadas para interpelar o público-leitor, que podem ser consideradas patêmicas, pois figuram como possíveis desencadeadores de estados emocionais nesse grupo. Dentre as implicações do estudo, destacamos a variedade de recursos discursivos que os textos jornalísticos exploram não só para problematizar temas polêmicos pelo ato de *fazer-saber* e *fazer-criar*, por exemplo, como também para despertar possíveis efeitos patêmicos no público-leitor, captando-o, ainda, pelo ato de *fazer-sentir*.

Palavras-chave: Semiologia; contrato de comunicação; patemização; discurso jornalístico; artigo de opinião.

1. Introdução

Segundo a perspectiva semiológica de Análise do Discurso, comunicar envolve uma encenação. Essa metáfora nos remete a uma atividade que se constitui, dentre outros fatores, de um cenário, sujeitos em interação (os atores, seus personagens e o público) e elementos espaço-temporais, tal qual acompanhamos, por exemplo, em uma peça de teatro. Nesse contexto, importa considerar, ainda, a existência de determinado enredo, que se volta aos espectadores, seu destinatário principal, a quem não só cabe assistir, mas também interagir, em variados graus, com todos os elementos integrantes da dramatização.

No uso da linguagem, tal interação é tão importante para o estudo da significação que é possível dizer que sua análise e investigação só se tornam menos obscuras quando ultrapassamos o limite do que é falado e levamos em consideração também o modo como a linguagem é falada e faz falar.

Partindo dessa perspectiva, pretendemos analisar o artigo de opinião intitulado “Filosofia de Anitta”¹, assinado pela articulista Flávia Oliveira e recentemente publicado no jornal *O Globo*, em sua versão *online*, em 18 de maio de 2014.

A fim de investigar a encenação discursiva que se dá no texto em foco e considerar seu aspecto informativo e também persuasivo, com vistas a captar o leitor por meio de estratégias que intentam despertar, pelo discurso, certos estados emocionais, recorreremos, sobretudo, a dois pilares teóricos: o

¹ O texto integral consta do anexo deste trabalho.

modo de organização do discurso argumentativo (CHARAUDEAU, 2008), concretizado em um artigo de opinião neste caso; e o tratamento discursivo do efeito patêmico (CHARAUDEAU, 2010; EMEDIATO, 2010; GALINARI, 2007), que concorre para o encaminhamento argumentativo proposto no texto.

2. A Semiolinguística e o contrato de comunicação midiático

Ao reconhecer a relevância do fator situacional, discursivo e linguístico para o funcionamento da linguagem, a Semiolinguística pressupõe a existência de um quadro dinâmico e multifacetado que se denomina *contrato de comunicação*, em que se fazem presentes dois circuitos interdependentes: o espaço do *fazer* (circuito externo) e o espaço do *dizer* (circuito interno).

No circuito externo, localizam-se os *parceiros*, dotados de identidade psicossocial e chamados de *EU-comunicante* e *TU-interpretante*, conforme estejam, respectivamente, no polo produtor ou receptor do enunciado.

No circuito interno, situam-se os *protagonistas*, portadores de identidade discursiva, denominados *EU-enunciador* e *TU-destinatário*. Ao interagir com o outro, o sujeito se desdobra e se mostra em seus diferentes traços identitários que, mesmo desprovidos de uma essência una, podem ser analisados em termos de sua dupla constituição/dimensão: a psicossocial e a discursiva.

De modo geral, não se observa perfeita correspondência entre o que se pretende comunicar e o que efetivamente acontece na arena do discurso. Em que pesem as contingências e projeções sociais e discursivas, há sempre um espaço de manobra que permite inovações, desencontros e deslizamentos de sentidos. Em outras palavras, mobilizam-se estratégias discursivas para ressaltar e/ou escamotear aspectos identitários e ideológicos, em prol da construção e manutenção da legitimidade e da credibilidade dos parceiros em interação.

No caso da mídia e do discurso jornalístico, em particular, verifica-se que o *contrato de comunicação* proposto prevê uma finalidade binária: a de informação e a de captação. A primeira institui a mídia como o polo responsável por revelar o conjunto da realidade social ao leitor, inscrito num imaginário de democracia e de instância cidadã. A segunda, a seu turno, sublinha a lógica mercadológica que caracteriza a mídia como uma instância que precisa captar, seduzir e persuadir o leitor para que a existência do jornal como um produto comercial esteja garantida, o que leva tais veículos a mobilizar estratégias discursivas de dramatização e espetacularização dos acontecimentos, por exemplo.

Desse modo, ratifica-se, uma vez mais, o pilar de sustentação da própria teoria: não há ato de linguagem em si, mas apenas em sua vinculação a um conjunto de condições que o engendra e configura. Essa afirmativa está intimamente associada ao *processo de semiotização do mundo*, que se caracteriza pela passagem de um mundo a significar a um mundo significado, o que compreende, basicamente, os mecanismos de *identificação, qualificação, ação e causação* (relações de causalidade).

Em consonância com o ponto de vista já delineado, essas quatro operações só ganham sentido se subordinadas à própria interação entre os sujeitos no quadro situacional específico a que se relacionam. É sob essa ótica que nos interessa apresentar, ainda que brevemente, o modo de organização argumentativo do discurso, bem o gênero artigo de opinião, alvo do estudo apresentado neste trabalho.

3. O modo de organização argumentativo do discurso e o artigo de opinião

Os modos de organização do discurso caracterizam-se como uma das estratégias que os sujeitos em interação são capazes de mobilizar e reconhecer de acordo com as finalidades comunicativas colocadas em jogo. Além do argumentativo, que ora nos interessa mais especificamente, tais modos também contemplam o narrativo e o descritivo, que, de acordo com Charaudeau (2008), são estruturados por outro, que funciona como uma espécie de espinha dorsal para cada um deles: o modo enunciativo.

Sob essa ótica, o modo de organização enunciativo avulta como a forma pela qual o sujeito que fala se relaciona com ele mesmo, com o dito e com o interlocutor, caracterizando diferentes papéis enunciativos e modalidades discursivas: a *elocução*, em que predominam marcas de primeira pessoa; a *alocução*, em que sobressaem as marcas de segunda pessoa, já que o *tu* é aquele a quem se pretende influenciar diretamente; e a *delocução*, em que se apagam as marcas de pessoalização, denotando distanciamento.

Em síntese, cada modo de organização do discurso possui uma função central, chamada *função de base*, e um duplo princípio de organização, que dão conta da lógica de construção do “mundo referencial” (lógica descritiva, narrativa ou argumentativa), bem como da encenação desse mundo proposta por cada modo de organização do discurso (encenação descritiva, narrativa ou argumentativa). No caso do modo enunciativo, já que sustenta e participa dos demais, seu princípio de organização corresponde apenas aos três papéis já referidos (*elocução*, *alocução* e *delocução*).

O modo de organização argumentativo, em particular, responde pela “função de expor e provar causalidades numa visada racionalizante para influenciar o interlocutor” (CHARAUDEAU, 2008, p.75).

Tal configuração do discursivo possibilita, pois, a elaboração de explicações sobre asserções acerca do mundo em uma perspectiva demonstrativa (relações de causalidade em sentido amplo) e em uma perspectiva persuasiva (prova com base em argumentos que justifiquem as asserções sobre o mundo e as relações de causalidade entre elas).

A lógica argumentativa se constitui da seguinte maneira: parte-se de A1 (asserção de partida) para se alcançar A2 (asserção de chegada) via asserção de passagem, que se apoia, em geral, no conhecimento partilhado entre os sujeitos e no processo de inferência (A1 [asserção de partida] -- asserção de passagem → A2 [asserção de chegada]).

Já a encenação argumentativa sustenta-se em um tripé, constituído de *proposta*, *proposição* e *persuasão*. A *proposta* se configura como uma ou mais asserções sobre o mundo, por meio de uma relação argumentativa ($A1 \rightarrow A2$). Ao se colocar em causa tal *proposta*, situando-a num quadro de questionamento, resultando em tomada ou não tomada de posição por parte do sujeito, tem-se a *proposição*. Por fim, a *persuasão* visa a expor o quadro de raciocínio que levou à dada *proposição*, ou seja, que conduziu ao desenvolvimento de uma refutação, justificativa (ambas caracterizadas por uma tomada de posição) ou ponderação (caso em que não há tomada de posição).

Tal encenação apoia-se, segundo Charaudeau (2008, p. 231-6), em diferentes estratégias e procedimentos, a fim de se validar uma argumentação, isto é, produzir aquilo que tende a provar a validade de uma argumentação. Destacam-se, nesse conjunto, os procedimentos semânticos e os discursivos.

Os procedimentos semânticos dizem respeito à utilização de argumentos ancorados em consensos sociais, por meio dos quais os membros de um grupo sociocultural compartilham certos valores e domínios de avaliação. Esses domínios de avaliação podem pertencer a diferentes áreas, conforme os critérios mobilizados para a fundamentação dos argumentos.

Em síntese, elencam-se os seguintes domínios, conforme seus respectivos valores de julgamento: domínio da verdade, que mobiliza os valores do verdadeiro e do falso; o domínio do estético, que recorre aos valores do belo e do feio; o domínio do ético, que remete à ideia do bem e do mal; o domínio do hedônico, que compreende o que é agradável ou desagradável; e o domínio do pragmático, que se refere ao que é útil ou inútil.

Por sua vez, os procedimentos discursivos preveem o uso de categorias de língua de outros modos de organização do discurso a serviço da persuasão, tais como a definição, a comparação, a descrição narrativa, a citação, a acumulação e o questionamento.

Quanto ao gênero artigo de opinião, em particular, tem-se que ele se apresenta como argumentativo pelo fato de incluir um EU-enunciador que assume e defende dada perspectiva acerca de um tema polêmico. Nas palavras de Boff, Köche e Marinello (2009, p. 3):

o artigo de opinião é um gênero textual que se vale da argumentação para analisar, avaliar e responder a uma questão controversa. [...] Geralmente, discute um tema atual de ordem social, econômica, política ou cultural, relevante para os leitores. [...] nesse gênero, interessa menos a apresentação dos acontecimentos sociais em si, mas a sua análise [...].

O caráter interativo e dialógico do gênero em questão também merece destaque, o que se pode verificar, por exemplo, na utilização de dados, evidências e citações de outros autores, que se constituem em argumentos de autoridade. Quanto a isso, Cunha (2002, p. 179) sustenta que “o artigo de opinião é constituído de outros discursos sobre os fatos comentados e de antecipação das objeções do leitor, para fazer aderir ao seu ponto de vista e para criticar os outros com os quais mantém uma relação de conflito”.

A seguir, antes de apresentarmos a análise do artigo em questão, incluímos outro eixo teórico relevante para o estudo ora empreendido: a patemização como efeito discursivo.

4. A patemização: as emoções como um efeito discursivo

Diferentemente de seu uso corrente, quando se fala em “emoção” em termos discursivos não se trata de considerar as sensações e os sentimentos que se provocam e se manifestam em situações específicas. No âmbito da Semiologia, Charaudeau (2010), inclusive, opera a substituição do termo “emoção” pela expressão “efeito patêmico” e “patemização”, o que, a princípio, já demarca uma abordagem particular e diferenciada do fenômeno.

Na esfera discursiva, o que importa é verificar a intencionalidade prevista e presente no exercício da linguagem no que se refere a possíveis efeitos patêmicos, delineados por certas visadas discursivas. Sob esse ponto de vista, a emergência de efeitos patêmicos não se vincula à dimensão sensorial e fisiológica, mas à situação de comunicação, aos universos de saber partilhado e às estratégias enunciativas mobilizadas. Por isso, ao analista do discurso interessa investigar o processo pelo qual a “emoção pode ser colocada, ou seja, tratá-la como um efeito visado ou suposto [...]” (Charaudeau, 2010).

Cabe, ainda, sublinhar que a estruturação do universo patêmico pode ser realizada por mecanismos verbais e não verbais, explícitos ou implícitos e está, portanto, intimamente relacionada à situação social e sociocultural na qual se forja o intercâmbio comunicativo. Em síntese, entende-se por *pathos*:

[...] todos e quaisquer aspectos (*moyens*) linguístico-discursivos que, numa circunstância determinada, seriam capazes de desencadear no auditório algum tipo de reação afetiva. O *pathos* é, portanto, uma tentativa, uma expectativa, uma possibilidade contida nos discursos sociais, o sentido de despertar algum sentimento no alocutário. Nessa linha de raciocínio, o *pathos* não compreenderia propriamente as emoções, mas sim as suas garantias simbólicas ou, em termos linguísticos, os seus elementos linguageiros deflagradores (GALINARI, 2007, p. 229, grifos do autor).

No caso do discurso jornalístico (organizado sob um duplo contrato de comunicação), há determinados espaços que apresentam potencial patemizante. De acordo com Emediato (2007, p. 308), tais espaços se referem aos itens que são abaixo explicitados:

- um espaço de tematização, que responde pelo interesse cognitivo e também afetivo do leitor por certos temas;
- um espaço de problematização, que leva o leitor a interpretar e problematizar o que visto/lido a partir de perspectivas axiológicas pressupostas;
- um espaço de visualização, que confere maior destaque ao visível em detrimento do que não é enfocado, gerando diferentes efeitos;
- um espaço enunciativo, que prevê diferentes relações do sujeito com o dito e o dizer na mídia;
- um espaço descritivo, que oferece construções mais subjetivas ou mais objetivas do real e dos sujeitos;
- um espaço narrativo, que leva o leitor a considerar as ações sob uma ótica axiológica.

No próximo item, incluímos, por fim, uma proposta de análise do artigo de opinião “Filosofia de Anitta”.

5. “Filosofia de Anitta”: uma proposta de análise

Conforme os objetivos previamente delineados, o artigo de opinião “Filosofia de Anitta” será analisado a partir de dois eixos principais, a saber: o do modo de organização argumentativo do discurso em associação com as relações enunciativas mobilizadas no texto, e o dos possíveis efeitos patêmicos que tais fatores podem desencadear.

Quanto à sua temática, o texto discute acontecimentos atuais no cenário brasileiro, em que se destacam as ondas de protestos e paralisações que se espalharam pelo Brasil. Com base na organização argumentativa, identificamos três principais segmentos no texto, que aqui convencionamos chamar *momento 1*, *momento 2* e *momento 3*, segundo a sequência em que aparecem e a encenação argumentativa que delineiam, até que, enfim, no conjunto do texto, seja possível identificar o processo de construção de sentido discursivamente construído.

No *momento 1*, tem-se, de forma implícita, ao longo do primeiro parágrafo, a ideia de que as manifestações de maio deste ano seriam oportunistas, difusas e ilegítimas, atendendo a interesses de minorias. Essa concepção surge como a *proposta* nesse primeiro momento.

Em relação a essa ideia, observa-se que há uma tomada de posição por parte do EU-enunciador, que se encaminha no sentido de refutar tal tese. Isso pode ser verificado, por exemplo, no seguinte fragmento do artigo, em que se defende que as reivindicações são pragmáticas:

Em vez dos pleitos genéricos dos protestos contra-tudo-que-está-aí, a agenda das categorias profissionais, de motoristas de ônibus a vigilantes, de professores a policiais, foi montada com reivindicações objetivas. Reajuste salarial, ampliação de benefícios, redução da jornada de trabalho e limite ao acúmulo de funções são elementos historicamente presentes em acordos coletivos.

No mesmo trecho acima destacado, nota-se que, entre as estratégias mobilizadas para se construir a refutação da ideia inicial, na construção da *persuasão*, recorreu-se à comparação entre as “manifestações contra-tudo-que-está-aí” e as manifestações dos setores em foco (vigilantes, professores e policiais, por exemplo).

No *momento 2*, depreende-se uma segunda proposta, consubstanciada na tese de que as manifestações à revelia dos sindicatos indicariam uma possível reforma da CLT, conforme o trecho a seguir, extraído do segundo parágrafo do artigo:

Quando cruzam os braços à revelia de sindicatos — como fizeram garis, no carnaval passado, e motoristas de ônibus, agora —, as categorias sugerem que o modelo instituído por Getulio Vargas, 71 anos atrás, caducou.

A fim de corroborar essa *proposição*, inclui-se a voz de um especialista, Manuel Thedim, identificado como o diretor-executivo do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), citação que funciona como um argumento de autoridade a favor da ideia mencionada:

“As negociações caminharão para o chão de fábrica, por meio de comissões laborais e patronais”, opina Manuel Thedim, diretor-executivo do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets). “A crise de representatividade dos sindicatos pode ser o começo da reformulação da CLT”, completa.

Quanto a isso, observamos que o posicionamento adotado é o de ponderação, uma vez que se consideram pontos favoráveis e contrários à referida *proposta* ao longo do segundo e do terceiro parágrafo do artigo.

Para se elencar os aspectos favoráveis a essa tese, utilizam-se os argumentos de autoridade citados acima. Para se combater o mesmo ponto de vista, recorre-se, igualmente, à inclusão da voz de outro especialista (José Silvestre, coordenador de Relações Sindicais do Dieese), bem como à menção de expressões descritivas quantificadoras, que promovem um efeito de evidência e contribuem para fazer com que o leitor creia no que é apresentado. Tais elementos estão presentes no fragmento abaixo:

“Não percebo questionamento generalizado. Os últimos anos foram de negociações muito favoráveis feitas pelos sindicatos”, rebate José Silvestre, coordenador de Relações Sindicais do Dieese. A entidade acompanha quase 700 acordos coletivos por ano. Há quase uma década, 85% rendem correção salarial acima da inflação. Em 2013, 87% bateram o INPC, de 5,56%.

No *momento 3*, depreende-se a seguinte proposta: a atual onda de protestos se apresenta como uma nova forma de manifestação social, que se vale do momento mais adequado para reivindicar suas pautas.

Uma vez que tal ideia é a única dentre as demais anteriormente apresentadas que é justificada no artigo, concluímos que ela acaba por se destacar como a *proposta* central do texto. A fim de construir o quadro de raciocínio em que se defende essa tese, mobilizam-se estratégias como fragmentos narrativos, comparativos e, uma vez mais, argumentos de autoridade.

No quinto parágrafo, por exemplo, estabelece-se uma comparação entre as realidades brasileira, sul-africana e londrina, às vésperas de acontecimentos esportivos importantes, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, por meio de uma construção narrativa:

Uma espiada nos Jogos de Londres (2012) e na Copa da África do Sul (2010) permitiria antever as mobilizações no Brasil. Antes das Olimpíadas, motoristas de ônibus, maquinistas de trens e funcionários da imigração nos aeroportos ameaçaram parar na capital inglesa. O primeiro-ministro David Cameron chegou a se pronunciar contra as greves. Trabalhadores sul-africanos da construção pararam antes do Mundial e conseguiram um inédito acordo nacional.

Quanto ao argumento de autoridade que sustenta a mesma proposta, verificam-se as palavras de Nilton Freitas, representante para América Latina e Caribe do sindicato global dos trabalhadores do setor de construção e madeira:

“Saber explorar oportunidades na hora certa é parte do jogo”, ensina Nilton Freitas, representante para América Latina e Caribe do ICM, sigla em português do sindicato global dos trabalhadores do setor de construção e madeira.

Quanto aos possíveis efeitos patêmicos licenciados pelo texto, verificamos aqueles relacionados à própria tematização, já que tende a despertar o interesse cognitivo e também afetivo do leitor pelo tema das manifestações, bem como à problematização do tópico, já que o público é levado a refletir sobre o assunto a partir de perspectivas axiológicas pressupostas, como aquela que julga que as manifestações recentes são úteis ao país.

Considerando o nível situacional (projetando-se o público-leitor majoritário de *O Globo*), podemos conjecturar que as manifestações “oportunistas” não teriam a adesão, a simpatia, o apoio dessa parcela da sociedade. Daí, o potencial patemizante promovido ao se discutir e problematizar o tema.

Quanto ao espaço enunciativo, nota-se que, de forma delocutiva, citando a letra de uma música amplamente conhecida (“É hora”), defende-se, ironicamente, o momento das manifestações como sendo propício (1º parágrafo do texto). Isso também parece ser corroborado pelo título do artigo, que atribui à cantora de *funk* em foco (Anitta) a função de filósofa.

Tal título dialoga, ironicamente, com o episódio recente em que um professor de filosofia do Distrito Federal utilizou a letra de outra conhecida cantora de *funk*, Valesca Popozuda, em uma de suas avaliações, atribuindo a ela a caracterização de “grande pensadora contemporânea”. Tal vinculação é autorizada pela seguinte passagem do artigo: “É como diria aquela *outra* pensadora contemporânea, Anitta: “Prepara /Que agora /É a hora” (grifo nosso).

Como se constituísse uma espécie de interseção entre os dois eixos de análise, o trecho “Prepara /Que agora /É a hora”, citação textual da letra da música de Anitta, permite entrever um duplo apelo ao conhecimento de mundo do leitor, que mobiliza, na mesma proporção, uma perspectiva demonstrativa e um viés patemizante.

A perspectiva demonstrativa se faz presente no raciocínio a seguir, implicitamente desenvolvido ao longo do texto: se as cantoras de *funk* souberam aproveitar a oportunidade do momento de polêmica (“filósofa contemporânea”) para alavancar suas carreiras e foram bem-sucedidas, os trabalhadores que sabem se manifestar no momento oportuno também poderão ser.

Já o viés patemizante parece explicar o fato de se atribuir um verniz de autoridade a um discurso com que, em tese, o público-leitor de *O Globo* não se identificaria. Isso parece funcionar como uma tentativa inicial de despertar a simpatia do leitor em relação às manifestações, pois se torna possível depreender uma relação intertextual e interdiscursiva, a um só tempo, entre a letra citada e a música que foi o hino de outro momento histórico marcado por manifestações, com a qual o referido público-alvo do jornal provavelmente se identificaria.

Trata-se da canção *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, cujo refrão diz “Vem, vamos embora/ que esperar não é saber /quem sabe faz a hora,/ não espera acontecer”. O uso de tal recurso parece servir ao propósito de fazer com que essa identificação do passado seja transferida para a conjuntura atual.

Nesse ponto, também é relevante explicar porque destacamos que se trava uma relação tanto intertextual quanto intradiscursiva entre as duas músicas (“Show das Poderosas”, de Anitta, e “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré), relacionadas a dois momentos importantes e efervescentes (ainda que em diferentes medidas) da história do Brasil.

De acordo com Fiorin (1994, p. 30) “a intertextualidade é o processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo”. Quanto à interdiscursividade, o mesmo autor (op.cit.) postula que se trata da incorporação de elementos e temas de um discurso em outro, em que os elementos referidos ou aludidos servem de contexto para a compreensão do que foi incorporado.

Ao final do texto, movimento semelhante ao anterior se repete, com a referência direta à letra da própria cantora considerada como uma grande filósofa contemporânea pelo professor do Distrito Federal (“Beijinho no ombro”).

Isso, mais uma vez, parece buscar a adesão do leitor à tese defendida, estabelecendo uma provável aproximação entre o público-alvo do artigo e os atores sociais envolvidos nas manifestações, a partir da “filosofia” que as motivam (“É a hora” / “A fila andou” / “Beijinho no ombro”). Em outras palavras, essa construção discursiva carrega em si a pressuposição de que, mesmo carecendo de maior profundidade, os movimentos e protestos atuais se justificam, e possivelmente concorre para anular a desaprovação inicial que os movimentos grevistas poderiam despertar no leitor do jornal.

Em suma, pois, a argumentação desenvolvida no artigo de opinião em foco se apoia, sobretudo, no domínio pragmático, já que se discute o tema das greves a partir do que é útil/propício e, por isso, passa a ser recomendado como uma norma de comportamento.

6. Considerações finais

Dentre as implicações centrais deste trabalho, destacamos a variedade de recursos discursivos que os textos jornalísticos exploram tanto problematizar temas polêmicos, como também para despertar possíveis efeitos patêmicos no público-leitor, na dupla finalidade do *contrato de comunicação* sobre o qual se organizam (informação e captação).

Considerando a marcante influência que a instância midiática exerce no cotidiano dos mais variados leitores, parece cada vez mais relevante dedicarmo-nos ao estudo e à atenta investigação do discurso jornalístico. Nesse contexto, o artigo de opinião, foco deste trabalho, destaca-se como um das diversas

possibilidades de análise, que, a exemplo da proposta ora apresentada, acabam por demonstrar que, para influenciar “o outro”, tais discursos apoiam-se não apenas em uma lógica racionalizante, mas também em um movimento que busca comover, captar e mobilizar o interesse e as paixões de múltiplos interlocutores.

Referências bibliográficas

BOFF, Odete Maria Benetti; KÖCHE, Vanilda Salton; MARINELLO, Adiane Fogali. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. **ReVEL, Revista Virtual de Estudos de Linguagem**, v. 07 (13), p.1-12, 2009 [www.revel.inf.br].

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília & MACHADO, Ida Lúcia (Orgs.). **As emoções do discurso**, volume II. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

_____. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, Angela Paiva ; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

EMEDIATO, Wander. As emoções da notícia. In: MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William; MENDES, Emília (Orgs.). **As emoções do discurso**, volume I. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

FIORIN, José Luiz. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de & FIORIN, José Luiz. **Dialogismo, polifonia e enunciação**. São Paulo: Edusp, 1994.

GALINARI, Melliandro M. As emoções no processo argumentativo. In: MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William; MENDES, Emília (Orgs.). **As emoções do discurso**, volume I. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MENEZES, William Augusto. Um pouco sobre as emoções no discurso político. In: MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William; MENDES, Emília (Orgs.). **As emoções do discurso**, volume I. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

Anexo

Filosofia de Anitta (Flavia Oliveira, *O Globo*, coluna *Sociedade*)

Momento tão raro quanto favorável explica as mobilizações de trabalhadores do setor de serviços às vésperas da Copa. 'É a hora'

Oportunidade é o conceito por trás das manifestações trabalhistas que pipocam pelo Brasil a semanas da Copa 2014. Em vez dos pleitos genéricos dos protestos contra-tudo-que-está-aí, a agenda das categorias profissionais, de motoristas de ônibus a vigilantes, de professores a policiais, foi montada com reivindicações objetivas. Reajuste salarial, ampliação de benefícios, redução da jornada de trabalho e limite ao acúmulo de funções são elementos historicamente presentes em acordos coletivos. Dessa vez, foram despejadas em bloco sobre a mesa de negociações, às vésperas de o país sediar um evento esportivo de visibilidade internacional. Por inesperada, a jogada pôs no córner autoridades, empregadores (públicos e privados) e, em alguns casos, os próprios sindicatos de trabalhadores. É como diria aquela outra pensadora contemporânea, Anitta: “Prepara /Que agora /É a hora”.

Há quem veja nas greves sinais de implantação, na marra, de uma reforma trabalhista e sindical há tempos necessária, sempre adiada. Quando cruzam os braços à revelia de sindicatos — como fizeram garis, no carnaval passado, e motoristas de ônibus, agora —, as categorias sugerem que o modelo instituído por Getulio Vargas, 71 anos atrás, caducou. “As negociações caminharão para o chão de fábrica, por meio de comissões laborais e patronais”, opina Manuel Thedim, diretor-executivo do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets). “A crise de representatividade dos sindicatos pode ser o começo da reformulação da CLT”, completa.

Ou não. De dentro do movimento sindical, a visão é outra. Há, sim, trabalhadores insatisfeitos com instituições que não os representam. Mas não são maioria. “Não percebo questionamento generalizado. Os últimos anos foram de negociações muito favoráveis feitas pelos sindicatos”, rebate José Silvestre, coordenador de Relações Sindicais do Dieese. A entidade acompanha quase 700 acordos coletivos por ano. Há quase uma década, 85% rendem correção salarial acima da inflação. Em 2013, 87% bateram o INPC, de 5,56%.

O acirramento de 2014 tem a ver com circunstâncias tão raras quanto favoráveis. É a Copa. Categorias de passado pouco combativo, mas intimamente ligadas ao evento, partiram para a briga. Não à toa as paralisações estão fora da indústria, segmento de forte tradição sindical. Que o diga o ABC paulista.

Uma espiada nos Jogos de Londres (2012) e na Copa da África do Sul (2010) permitiria antever as mobilizações no Brasil. Antes das Olimpíadas, motoristas de ônibus, maquinistas de trens e funcionários da imigração nos aeroportos ameaçaram parar na capital inglesa. O primeiro-ministro David Cameron chegou a se pronunciar contra as greves. Trabalhadores sul-africanos da construção pararam antes do Mundial e conseguiram um inédito acordo nacional.

“Saber explorar oportunidades na hora certa é parte do jogo”, ensina Nilton Freitas, representante para América Latina e Caribe do ICM, sigla em português do sindicato global dos trabalhadores do setor de construção e madeira. A entidade aportou no Brasil em 2009. Em cinco anos, saiu de cinco para 27 sindicatos associados.

Nos estádios da Copa e construções relacionadas, os canteiros pararam em 2011 e 2012. Era o pico das obras, momento adequado à pressão. Em dois anos, 800 mil operários participaram de greves. A um mês do Mundial, é hora dos serviços. A fila andou. “Beijinho no ombro”.

(Disponível em: <oglobo.globo.com/sociedade/filosofia-de-anitta-12521412. Acesso: 20 mai. 2014)

Abstract: *This research is connected to Semiolinguistics and includes a study of an opinion article entitled “Filosofia de Anitta” by Flávia Oliveira, published on May, 2014, in the online edition of the daily newspaper O Globo. The referred article presents a discussion about the set of workers’ demonstrations and strikes all over Brazil. According to the theoretical perspective that text meaning relates to both inner and outer elements, in the so-called process of world semiotization, this analysis aims at investigating how situational, discursive and linguistic aspects are used in order to ground the discussion in the opinion article at stake. Among those aspects, we focus on the argumentative organization of the text as well as on the strategies which seek to draw readers’ attention. These strategies may be considered pathemic since they seem to trigger emotional states in the article target audience. Among the implications of this study, the variety of discursive resources used in journalistic texts may be highlighted. Moreover, it can be noticed that these strategies not only aim at discussing debatable themes by the act of informing and persuading, but also at catching readers’ interest by prompting certain emotional states by means of discourse itself.*

Keywords: *Semiolinguistics; communication contract; pathemization; journalistic discourse; opinion article.*

Atenção, consciência, instrução e leitura de *input* textual em L2: um estudo com os pronomes pessoais

Nívia Maria ASSUNÇÃO COSTA (IFG)¹
profnivia@gmail.com

Resumo: Este estudo experimental objetivou investigar o papel da atenção e seus potenciais efeitos conscientes na leitura textual em inglês como L2. Procurou-se verificar, ainda, o efeito da instrução formal e planejada para a tomada de consciência metalinguística do uso dos pronomes. Além disso, foram investigados os níveis de consciência para aquisição dos pronomes pessoais com valor sintático de sujeito e objeto. Esta pesquisa seguiu o modelo de estudo de Leow (1997) e Schmidt (1990) sobre o que constitui consciência. Os 50 participantes, aprendizes brasileiros de inglês como L2 de uma escola pública estadual da região Centro-Oeste, foram divididos em dois grupos igualmente: um grupo controle (não recebeu instrução) e um grupo experimental (recebeu instrução). O design experimental consistiu-se de quatro fases: (1) pré-teste; (2) instrução formal e planejada explicitamente (ELLIS, 2001) para o grupo experimental; (3) pós-teste imediato; e (4) pós-teste tardio. Em todas as fases de teste, os participantes foram submetidos a três versões de protocolos escritos simultaneamente a realização de protocolos verbalizados dos pensamentos em voz alta. Os resultados estatísticos indicaram que ambos os grupos tiveram um melhor aproveitamento na precisão gramatical, com resultados parcialmente superiores para o grupo experimental durante a leitura textual em L2.

Palavras-chave: atenção; consciência; instrução explícita e implícita; leitura textual; ensino/aprendizagem de L2/LE.

1. Introdução

Atualmente, grande parte das pesquisas sobre a atenção e consciência têm documentado resultados satisfatórios e positivos para o processo de desenvolvimento de práticas de uso da linguagem em condições determinadas, por exemplo, através da instrução do professor de Segunda Língua (L2) ou Língua Estrangeira (LE), da exposição do aprendiz à língua alvo e da preocupação em desenvolver uma ou mais das quatro habilidades linguísticas, isto é, escrever, falar, ler e ouvir (ASSUNÇÃO COSTA, 2013; BERGSLEITHNER, 2007; ELLIS, 2001; LEOW, 1997; SCHMIDT, 1990, 2001).

Por outro lado, a fim de observar o desempenho dos aprendizes pela compreensão dos sentidos do texto, é também igualmente importante refletir em torno da validade interna da atenção e consciência, bem como da compreensão e mensuração desses processos cognitivos, estabelecendo-se uma ponte interativa entre o ensino da língua alvo, a compreensão leitora e a atenção consciente aos aspectos linguísticos em L2/LE (ASSUNÇÃO COSTA, 2013).

Portanto, baseado nas concepções acima, o presente estudo (ASSUNÇÃO COSTA, 2013) procura brevemente discutir questões relacionadas aos aspectos cognitivos dos aprendizes, isto é, atenção e

¹ Mestra em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (UnB), especialista em Linguística Aplicada à Língua e à Literatura pela Faculdade de Selvíria (FAS), também especialista em Gramática pelo Centro de Ensino Superior do Brasil (CESB), e, ainda, especialista em Docência da Língua Inglesa pela Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF). Licenciada em Letras Português/Inglês e suas respectivas Literaturas pelo Centro de Ensino Superior do Brasil (CESB). Sua experiência profissional abrange a Educação Básica e o Ensino Superior junto às Secretarias de Educação (Goiás e Distrito Federal), Colégio Militar de Brasília (CMB), bem como a docência em escolas e faculdades particulares. Atualmente, é professora do Instituto Federal de Goiás (IFG), atuando nas áreas de ensino de Português e Inglês.

consciência que, durante o processo de ensino/aprendizagem de L2, podem interferir na leitura e compreensão dos sentidos do texto. Além disso, respaldada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais² (PCNs), considera-se que a prática da leitura e compreensão de textos tem permitido aos aprendizes o acesso às estruturas linguísticas³ de forma mais coerente, contextualizada e diversificada com a realidade do aluno (BRASIL, 2012). Paralelamente aos PCNs, este estudo percebeu um novo desafio de investigação: a leitura de insumo (*input*) textual para os pronomes pessoais com valor sintático de sujeito e objeto.

Ainda neste estudo, algumas questões de reflexões pedagógicas são também discutidas referentes às práticas de uso da linguagem:

Ensino e aprendizagem da língua inglesa.

Práticas da linguagem escrita através de protocolos escritos a fim de propiciar a leitura e compreensão textual.

Implementação de protocolos verbalizados dos pensamentos em voz alta no uso da linguagem oral a fim de observar os níveis de consciência posteriores sobre o insumo linguístico na língua alvo.

Portanto, as discussões levantadas neste estudo fazem referência aos seguintes objetivos (ASSUNÇÃO COSTA, 2013):

Investigar o papel da atenção e seus potenciais efeitos conscientes durante a leitura de textos em inglês como L2.

Verificar os efeitos da instrução formal e planejada para a tomada de consciência metalinguística do uso dos pronomes.

Identificar os níveis de consciência para aquisição dos pronomes pessoais com valor sintático de sujeito e objeto.

2. Fundamentação teórica

Sabe-se, através de uma perspectiva cognitiva, que a ênfase dada à natureza interconectada das capacidades mentais do ser humano, como a atenção e consciência, tem sido tópico relevante de muitas discussões, principalmente, para o desenvolvimento de uma L2. Todavia, Assunção Costa (2013) esclarece a necessidade de mais investigações sobre os efeitos da atenção e consciência na aquisição de uma L2, sobretudo porque algumas pesquisas já realizadas (LEOW, 1997; SCHMIDT, 1990, 2001) também têm documentado a existência de distintos níveis de consciência e seu efeito facilitador na aprendizagem de uma L2 pelo aprendiz.

² Segundo Ramos (2012), os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos referências que propiciam ao ensino brasileiro, em especial aos professores, subsídios atuais à prática de ensino-aprendizagem, visando à função de cidadania do aluno.

³ As estruturas, os aspectos linguísticos ou formas linguísticas (ou gramaticais) são usados de forma intercambiável e referem-se, neste estudo, a quaisquer unidades da língua, incluindo, a fonologia, ortografia, léxico, gramática e discursos (BROWN, 2007).

As crescentes pesquisas interessadas pelos fatores cognitivos internos, como, por exemplo, a atenção e consciência, apesar do merecido destaque nas investigações em Aquisição de Segunda Língua (ASL), têm mostrado diferentes conceitos para a atenção e que, por isso, Assunção Costa (2013) esclarece que é necessário levar em consideração definições e metodologias das pesquisas experimentais sobre a aprendizagem de línguas. Assim, reiterando as ideias de Leow (2013) sobre a ASL, Assunção Costa (ibidem) afirma que, durante a exposição da L2, como, por exemplo, a leitura de textos, é relevante que o aprendiz direcione o mínimo de atenção para o *input* linguístico, favorecendo, dessa forma, o *intake*, isto é, a parte internalizada da informação e para qual foi direcionada a atenção consciente pelo indivíduo. Portanto, a capacidade de prestar atenção consciente inicialmente para o *input* de uma L2 foi investigada neste estudo, como sendo necessária para o aprendiz poder desenvolver níveis de consciência distintos.

Ortega (2009) também declara a atenção como um componente imprescindível da cognição para o processamento e aprendizagem da informação pela mente humana. Contudo, esclarece, ainda, a atenção como um processo de capacidade limitada⁴, focalizada, seletiva e serial, ou seja, o foco da atenção concentra apenas uma informação de cada vez. Skehan (1998) reitera a importância da atenção para o aprendizado de uma L2 e, que diante de grande quantidade de *input* linguístico, o aprendiz deve direcionar mais atenção para um dos aspectos linguísticos, devido à capacidade limitada do registro atencional.

Segundo Assunção Costa (2013), o registro consciente (*noticing*) é um termo proposto por Bergsleithner (2007) na língua brasileira. Entretanto, o *noticing* foi proposto na literatura em ASL por Schmidt (1990, 1993, 1995), que trouxe uma enorme contribuição com a sua *Noticing Hypothesis* para a aprendizagem de uma L2 na atualidade. Portanto, Schmidt (1990) sugere um registro consciente, explícito e controlado dos aspectos linguísticos durante a exposição da L2 a fim de que o aprendiz possa acontecer. Assunção Costa (ibidem) esclarece que a ideia de *noticing* é que o aprendiz, em um processo natural, particular e espontâneo, faça comparações conscientes ao diferenciar o seu conhecimento atual de quaisquer aspectos linguísticos usados e o uso dessas mesmas estruturas linguísticas por um falante proficiente ao transmitir a mesma ideia do aprendiz.

Assunção Costa (2013) e Calderón (2013), corroborando as ideias de Schmidt (1990) sobre o *noticing*, reiteram que o uso de diferentes níveis de consciência pode facilitar positivamente o processamento posterior da forma alvo da L2. Entretanto, Assunção Costa (ibidem) em seu estudo, esclarece que é necessário que o aprendiz tenha uma experiência particular (*noticing*) a fim de desenvolver níveis mais conscientes sobre a língua, como, por exemplo, durante a leitura de textos.

Schmidt (1990, 1993, 1995) ainda declara que essa experiência particular do aprendiz pode ser operacionalmente definida como condições acessíveis de relatos verbalizados sobre diversos aspectos da língua. Assunção Costa (2013) reiterando as ideias de Leow (1997) sobre os relatos verbalizados dos

⁴ O sistema de atenção limitada faz referência ao modelo de memória de trabalho (ELLIS, 2005).

pensamentos em voz alta (*think-aloud protocols*), reitera que através de tais relatos, níveis de processos conscientes distintos podem ser mensurados, evidenciando o desenvolvimento de desempenho em L2 pelos aprendizes durante a leitura de textos em L2. Portanto, para este estudo, o maior reconhecimento imediato da forma alvo pelo aprendiz, evidencia o uso de um maior nível de consciência, isto é, níveis de processamento superiores, sugerindo uma maior compreensão do *input* de texto, durante a resolução de tarefas (ASSUNÇÃO COSTA, 2013).

Ademais, quanto aos relatos verbalizados simultaneamente à resolução de tarefas, Assunção Costa (2013) em concordância com as ideias de Leow (2001), esclarece que a consciência metalinguística pela atenção consciente sobre uma determinada estrutura alvo pode ser demonstrada explicitamente quando os aprendizes relatam seus pensamentos em voz alta e, implicitamente, quando tais aprendizes não verbalizam de forma relevante os aspectos de uma L2, sugerindo, portanto, a presença de uma baixa consciência metalinguística.

Ellis (2006) também propõe uma posição acerca do *noticing*, de este registro cognitivo poder contribuir através de uma atenção instrucional aos aspectos linguísticos, demandando a oportunidade de tarefas gramaticais bem elaboradas, interativas e compreensíveis durante a produção e processamento do *input* comunicativo e significativo em sala de aula. Portanto, a metodologia deste estudo (ASSUNÇÃO COSTA, 2013), em concordância com Ellis (2006), segue uma instrução gramatical contextualizada e de acordo com as reais necessidades e interesses dos aprendizes.

Por fim, o estudo de Assunção Costa (2013) se propõe a levar os aprendizes a notar conscientemente o *input* instruído, durante o tratamento gramatical sobre os pronomes pessoais com valor sintático de sujeito e objeto, levando em consideração a consciência metalinguística desses aprendizes pelos relatos verbalizados dos pensamentos organizados, simultaneamente, em torno do estudo da leitura de *input* de texto em contexto interativo e discursivo em sala de aula, levando em consideração a investigação sobre a atenção e seus potenciais efeitos conscientes sobre a forma alvo em L2, observando se há mudanças cognitivas sobre os pronomes pessoais nos participantes da pesquisa.

3. Metodologia

Este estudo (ASSUNÇÃO COSTA, 2013) consistiu de um estudo experimental quantitativo a fim de investigar o papel da atenção e seus potenciais efeitos conscientes durante a leitura de um *input* textual em inglês como L2, identificar os níveis processuais conscientes sobre a aprendizagem dos pronomes pessoais com valor sintático de sujeito e objeto, durante a realização de protocolos escritos, simultaneamente, aos protocolos verbalizados dos pensamentos em voz alta, e, ainda, verificar se, no grupo experimental, há alguma ocorrência da consciência metalinguística durante a leitura textual, causada pela instrução explícita.

Ademais, esta pesquisa procurou demonstrar as mudanças cognitivas sobre os pronomes pessoais, comparando as três fases deste estudo, ou seja, o pré-teste, o pós-teste imediato e, por fim, o pós-teste tardio (posterior) e os três tipos de tarefas de leitura realizadas em cada fase, ou seja, a tarefa de palavras cruzadas, de reconhecimento e de produção escrita. E, ainda, procurou-se verificar nos participantes se há alguma correlação estatística positiva entre os níveis de consciência dos dois grupos – controle e experimental – sobre os pronomes pessoais durante a leitura de *input* textual.

A amostra consistiu de cinquenta participantes brasileiros, sendo que quarenta e nove eram adolescentes e um adulto, com idade variando de treze a vinte e três anos de idade. Os participantes eram estudantes de inglês como L2 e cursavam a primeira série do Ensino Médio de aprendizado formal na região Centro-Oeste. Entre o número total de participantes, dezenove eram do sexo masculino e trinta e um do sexo feminino, sendo que, vinte e cinco fizeram parte do grupo controle e vinte e cinco, do grupo experimental, o qual recebeu intervenção pedagógica sobre os pronomes pessoais em um único encontro.

Inicialmente, a seleção dos participantes foi feita através da aplicação de um teste de nivelamento a fim de verificar o desempenho dos sujeitos sobre os pronomes pessoais, durante a prática de leitura textual em inglês a partir de Histórias em Quadrinhos e de dez questões de múltipla escolha sobre a estrutura linguística alvo. E, ainda, o teste objetivou nivelar tais sujeitos a fim de participar deste estudo experimental, sendo que, antes de se obter a amostra, partiu-se de um grupo de oitenta sujeitos, porém por questões de mortalidade, como, por exemplo, problemas com os áudios e infrequência dos sujeitos nas aulas, trinta e nove candidatos foram eliminados e um candidato foi excluído por já conhecer previamente a estrutura gramatical alvo ao alcançar score acima de cinco no teste de nivelamento, pontuação não permitida para ser participante deste estudo.

Quanto ao procedimento de dados, estes foram coletados por meio da leitura de protocolos escritos de *input* textual em inglês como L2, sendo que, no teste de nivelamento, os sujeitos foram submetidos à leitura textual de História em Quadrinhos e dez questões textuais sobre os pronomes pessoais, e nas demais subsequentes fases deste estudo, isto é, pré-teste, pós-teste imediato e pós-teste tardio, os candidatos foram submetidos à leitura textual de Carta de Leitor, seguida de dez questões relacionadas ao texto sobre os pronomes pessoais.

Além disso, simultaneamente à realização dos protocolos escritos de Carta de Leitor em três modelos de testes, isto é, o de palavras cruzadas, o de reconhecimento e o de produção escrita, os dados também foram coletados pelos protocolos verbalizados dos pensamentos em voz alta (*think-aloud protocols*), dos quais os participantes, individualmente, tinham, em um tempo de até aproximadamente trinta minutos, que explicitar oralmente a resolução das questões textuais sobre os pronomes pessoais, no laboratório de línguas.

Basicamente sobre o procedimento da coleta, esses instrumentos foram utilizados a fim de acessar os dados da consciência dos participantes, enquanto estes estavam envolvidos com a leitura de textos em

inglês e, ainda, analisar o desempenho sobre a acurácia gramatical da estrutura alvo nas fases deste estudo, isto é, os pronomes pessoais com valor sintático de sujeito e objeto. Por fim, foi ainda aplicado um questionário retrospectivo no término da coleta de dados a fim de reunir informações a respeito do conhecimento prévio dos cinquenta participantes sobre a estrutura alvo.

Acerca dos procedimentos de análise, os três modelos de protocolos escritos, isto é, o das palavras cruzadas, o de reconhecimento e o de produção escrita, bem como os protocolos verbalizados dos pensamentos em voz alta foram todos analisados, levando em consideração o desempenho em língua inglesa dos participantes sobre os pronomes pessoais durante a leitura de textos e, ainda, os níveis de consciência operacionalizada a partir de parâmetros (Anexo 1), adaptados do modelo de Leow (1997).

Por fim, somente a precisão gramatical da estrutura alvo foi mensurada por meio das questões elaboradas dos protocolos escritos, sem envolver outros aspectos linguísticos gramaticais, os quais não foram foco deste estudo (ASSUNÇÃO COSTA, 2013). Portanto, o desempenho gramatical pelos protocolos escritos, bem como os níveis de consciência pelos protocolos verbalizados dos pensamentos sobre os pronomes pessoais foram mensurados, individualmente, a partir de condições controladas dos dois grupos deste estudo.

4. Resultados e discussão

O anexo II mostra os resultados estatísticos descritivos para o desempenho da acurácia gramatical em porcentagem (%) e dos níveis processuais de consciência (c) da estrutura gramatical alvo nas fases do pré-teste (PT), pós-teste imediato (TI) e pós-teste tardio (TT). Ainda, o mesmo anexo também apresenta os resultados da estatística descritiva, comparando tais fases em cada teste – palavras cruzadas (1), reconhecimento (2) e produção escrita (3) – para cada grupo (controle e experimental).

Conforme o anexo II, o desempenho gramatical e os níveis de consciência dos participantes, utilizando uma ANOVA para amostras repetidas, revelaram uma diferença estatisticamente significativa ao compararmos a média do desvio padrão de cada grupo nas três fases deste estudo para os testes de palavras cruzadas, reconhecimento e produção escrita.

Considerando o desempenho gramatical e os resultados obtidos do desvio padrão para o teste de palavras cruzadas, em ambos os grupos, verificou-se uma diferença estatística para o desempenho gramatical, sendo que, para o grupo controle, os resultados foram de 16,61 no PT%, 24,33 no TI% e de 23,75 no TT%, e para o grupo experimental, as amostras de desvio padrão foram de 12,86 no PT%, 22,86 no TI% e de 19,33 no TT%.

E, ainda, sobre o desempenho gramatical no teste de reconhecimento, os resultados também mostraram diferença estatística para a forma linguística alvo, em ambos os grupos, sendo que as amostras de desvio padrão para o grupo controle foram de 11,18 no PT%, 21,21 no TI% e de 19,89 no TT%, e para o

grupo experimental, os resultados foram de 10,12 no PT%, 19,93 no TI% e de 20,31 no TT%. Contudo, para a produção escrita, somente o grupo experimental apresentou diferença estatisticamente significativa ao compararmos as médias do desvio padrão (de 22,11 no PT%, 18,68 no TI% e de 12,69 no TT%) com os resultados do desvio padrão do grupo controle (de 18,37 no PT%, 20,60 no TI% e de 18,51 no TT%).

Portanto, os resultados de desempenho gramatical descritos nos parágrafos anteriores demonstraram que os participantes de ambos os grupos dispensaram atenção consciente aos pronomes pessoais, evidenciando certa sustentação para o aproveitamento maior da acurácia gramatical em L2, durante a leitura de textos em inglês. Contudo, durante a realização do teste de produção escrita, o grupo controle demonstrou dificuldades de manutenção da atenção para o aproveitamento máximo da precisão gramatical, sugerindo que o grupo experimental mostrou um maior nível de atenção dispensada aos pronomes pessoais e também certa manutenção de desempenho linguístico contemplada pela atenção consciente à forma linguística, durante a realização do teste de produção escrita.

Ainda conforme o anexo II e as amostras dos níveis de consciência (c) sobre os pronomes pessoais com valor sintático de sujeito e objeto, verificou-se também diferença estatística nos resultados comparados de ANOVA, sendo que, no teste de palavras cruzadas, o grupo controle apresentou resultados de desvio padrão de 6,55 na cPT, 5,49 na cTI e de 5,58 na cTT, e para o grupo experimental, os resultados do desvio padrão foram de 4,45 na cPT, 4,06 na cTI e de 4,88 na cTT.

Assim como no teste de palavras cruzadas, os níveis de consciência para o teste de reconhecimento da forma alvo resultaram também em diferença estatística ao considerarmos as médias do desvio padrão em ambos os grupos, sendo que o grupo controle apresentou amostras de 3,26 na cPT, 1,74 na cTI e de 1,44 na cTT e, para o grupo experimental, os resultados de desvio padrão foram de 2,38 na cPT, 1,72 na cTI e de 2,26 na cTT. E, por fim, assim como nos testes anteriores, o teste de produção escrita também apresentou diferença estatística nos resultados para os níveis de consciência ao compararmos as amostras de desvio padrão, em ambos os grupos, ao longo do estudo, sendo que, para o grupo controle, os resultados foram de 4,26 na cPT, 4,26 na cTI e de 1,67 na cTT, e para o grupo experimental, as amostras de desvio padrão obtidas estatisticamente foram de 2,30 na cPT, 2,55 na cTI e de 1,74 na cTT.

Ademais, a fim de complementar e confirmar os dados anteriores sobre os níveis de consciência dos participantes sobre os pronomes pessoais, a correlação de *Spearman*, no anexo III, foi utilizada a fim de verificar se há alguma correlação positiva entre os níveis de processamento conscientes. Conforme o anexo III, os resultados sugerem uma série de correlações positivas associadas aos níveis de consciência, como, por exemplo, em cTT3 (0,97), onde o resultado foi considerado estatisticamente significativo ($p=0,00$), levando em consideração a estrutura alvo deste estudo, demonstrando certa sustentação de associação entre o desempenho gramatical e a consciência metalinguística pelos participantes⁵.

⁵Para maiores detalhes, veja-se Assunção Costa, (2013).

Assim, os resultados sobre os níveis processuais de consciência indicam que, ambos os grupos notaram conscientemente os pronomes pessoais, apresentando uma maior consciência metalinguística, durante a leitura de *input* textual em L2 ao longo deste estudo. Da mesma forma, os resultados sugerem haver diferença cognitiva, durante a realização dos testes simultaneamente à realização dos protocolos verbalizados dos pensamentos em voz alta, evidenciando que apesar da instrução explícita ter sido benéfica para o grupo experimental, a instrução implícita, de certa forma, também foi benéfica para o grupo controle, levando em consideração a demanda de atenção maior pela frequência do insumo (*input*) e do *input* de textos ricos na forma alvo.

Por fim, a atenção consciente, de acordo com os resultados deste estudo (ASSUNÇÃO COSTA, 2013), tem um papel imprescindível para o aumento da consciência metalinguística durante o *input* linguístico em L2, levando em consideração o resultado positivo da frequência e do tipo de *input* (rico na forma alvo e instruído) em sala de aula para a apresentação de um aproveitamento maior na precisão gramatical dos participantes, especialmente, quando tais sujeitos, durante a leitura de textos em inglês, tiveram que verbalizar a forma alvo.

Esse resultado pode ser confirmado ao compararmos as médias pareadas do desempenho linguístico e dos níveis processuais de consciência dos participantes entre os pares, isto é, entre o pré-teste e teste imediato, e entre pré-teste e teste tardio. Na comparação das médias dos níveis de consciência, considerando como exemplo o teste de produção escrita⁶, os resultados de análise de inferência estatística, no anexo IV, para esse tipo de teste apontaram diferenças estatísticas para os níveis de consciência metalinguística, na comparação entre cPT3 e cTI3 ($p < 0,05$) e cPT3 e cTT3 ($p < 0,05$) no grupo controle e entre cPT3 e cTI3 ($p < 0,05$) e cTI3 e cTT3 ($p < 0,05$) no grupo experimental. Aparentemente, a média dos níveis processuais de consciência dos participantes mudou estatisticamente, indicando que houve um desempenho maior do que foi notado conscientemente, durante o *input* linguístico através da realização do teste de produção escrita.

4. Considerações finais

Os resultados até aqui apresentados corroboraram vários outros estudos, como os conduzidos por Leow (1997) e Schmidt (1990). Tais estudos, assim como esta pesquisa, mostram a importância da atenção e consciência para o acesso a distintos níveis de consciência posteriores, durante o insumo (*input*) da língua em L2. Em concordância com esta suposição, Ellis (2001), por sua vez, mostra a importância do *input* instruído pela atenção consciente dos aprendizes, podendo causar resultados positivos na aquisição de L2 e, ainda, podendo acelerar o processo de aprendizagem. Adicionalmente, a frequência do *input* rico na

⁶Para a análise de inferência estatística dos demais modelos de testes desta pesquisa, veja-se Assunção Costa, (2013).

estrutura linguística alvo pode ser determinante para a recuperação da informação imediatamente, podendo, ainda, beneficiar maiores níveis de consciência metalinguística durante a leitura de textos.

Pesquisas futuras não apenas quantitativa, mas também com a combinação das qualitativas de cunho etnográfico por exemplo, precisam verificar a atenção e seus efeitos conscientes após a instrução por meio de uma metodologia e instrumentos combinados e diversificados, a fim de que os dados coletados sejam ainda mais eficazes para lidar com as variáveis internas subjetivas em contextos de interação social, levando em consideração as diferenças individuais e culturais dos sujeitos, a memória de trabalho, estudo em um tempo longitudinal, entre outras variáveis que possam envolver tarefas de leitura em L2.

É ainda importante destacar que o grande desafio dos pesquisadores e dos profissionais da área de ensino de L2 é lidar com os aprendizes de língua. Portanto, é imprescindível conhecer esses aprendizes de uma forma melhor, levando em consideração seus interesses e suas reais necessidades para a aprendizagem e uso de uma L2. Para isso, não apenas um estudo voltado para os construtos cognitivos como, por exemplo, a atenção e consciência, mas também uma pesquisa direcionada para as estratégias mais usadas pelos leitores proficientes serve como apoio complementar para um melhor entendimento do processo de ensino e aprendizagem em sala de aula e, ainda, da situação de uso da língua, ou seja, lendo, ouvindo, escrevendo ou falando.

Por fim, este estudo procurou contribuir para as pesquisas na área de aquisição de L2 a fim de entender a validade do processo atencional e seus efeitos conscientes, durante a leitura de textos de uma L2, quando os aprendizes têm a oportunidade de adquirir uma maior acurácia linguística e, conseqüentemente, certa compreensão textual.

Referências bibliográficas

ASSUNÇÃO COSTA, Nívia Maria. **Atenção, consciência, instrução e leitura de *input* textual em L2: um estudo com os pronomes pessoais**. Brasília, 2013. 181f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade de Brasília.

BRASIL, 2010. **Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás**. Secretaria de Educação de Goiás – SEE-GO. [S.l.]: MEC/SEDUC, 2012.

BERGSLEITHNER, Joara Martin. **Working memory capacity, noticing, and L2 speech production**. Santa Catarina, 2007. 153f. Tese (Doutorado em Letras/Inglês e Literatura Correspondente) - Universidade Federal de Santa Catarina.

BROWN, H. Douglas. **Principles of language learning and teaching**. 5.ed. New York: Pearson Longman, 2007.

CALDERÓN, Anne Marie. The effects of L2 learner proficiency on depth of processing, levels of awareness, and intake. In: BERGSLEITHNER, Joara Martin; FROTA, Sylvia Nagem; YOSHIOKA, Jim Kei (Eds.). **Noticing and second language acquisition: studies in honor of Richard Schmidt**. Hawaii: National Foreign Language Resource Center, 2013, p. 103-121.

ELLIS, Nick C. At the interface: dynamic interactions of explicit and implicit language knowledge. **Studies in Second Language Acquisition**, v. 24, (2) p. 297-339, 2005.

ELLIS, Rod. Investigating form-focused instruction. **Language Learning**, v. 51, (1) p. 1-46, 2001.

_____. Researching the effects of form-focused instruction on L2 acquisition. **AILA Review: themes in SLA research**, v. 19, p. 18-41, 2006.

LEOW, Ronald P. Attention, awareness, and foreign language behavior. **Language Learning**, v. 47, n. 3, p. 467-505, 1997.

_____. Schmidt's Noticing Hypothesis: More than two decades after. In: BERGSLEITHNER, Joara Martin; FROTA, Sylvia Nagem; YOSHIOKA, Jim Kei (Eds.). **Noticing and second language acquisition: studies in honor of Richard Schmidt**. Hawaii: National Foreign Language Resource Center, 2013, p. 11-24.

ORTEGA, Lourdes. **Understanding second language acquisition**. London: Hodder Education, 2009.

RAMOS, Zaíra Leite. **Conhecimentos pedagógicos**. 4.ed. Brasília: Vestcon, 2012.

SCHMIDT, Richard. The role of consciousness in second language learning. **Applied Linguistics**, v.11, p. 129-158, 1990.

_____. Awareness and second language acquisition. **Annual Review of Applied Linguistics**, v. 13, p. 206-226, 1993.

_____. Consciousness and foreign language learning: A tutorial on attention and awareness in learning. In: SCHMIDT, Richard. (Ed.). **Attention and awareness in foreign language learning**. Honolulu, Hawaii: University of Hawaii, National Foreign Language Resource Center, 1995, p.1-63.

_____. Attention. In: ROBINSON, Peter. (Ed.). **Cognition and second language instruction**. Cambridge University Press, 2001, p.3-32.

SKEHAN, Peter. **A cognitive approach to language learning**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

Anexos

Anexo I – Níveis de consciência

CATEGORIAS DE CONSCIÊNCIA	CODIFICAÇÃO REALIZADA	AMOSTRA	PARÂMETROS DE PONTUAÇÃO DAS CATEGORIAS DE CONSCIÊNCIA
CATEGORIA A (- experiência subjetiva, - verbalização metalinguística, - uso da regra).	O participante não alcançou os critérios da categoria de consciência.	“tarefa um... número... (leitura textual)...”.	ZERO ESCORE (0,0)
CATEGORIA Ai (- experiência subjetiva, - verbalização metalinguística, + uso da regra).	O participante alcançou apenas o critério quanto ao uso da regra.	“questão três... (leitura textual)...”.	MEIO ESCORE (0,5)
CATEGORIA B (+ experiência subjetiva, - verbalização metalinguística, - uso da regra).	O participante alcançou apenas o critério quanto à verbalização de sua experiência subjetiva.	“... (leitura textual)... them... não, them, não!... it”.	UM ESCORE (1,0)
CATEGORIA Bi (+ experiência subjetiva, - verbalização metalinguística, + uso da regra).	O participante alcançou os critérios da verbalização da experiência subjetiva e de uso da regra, exceto da verbalização metalinguística.	“décima questão... (leitura textual)... you... you não!... é you!... é you mesmo... décima... you”.	UM ESCORE E MEIO (1,5)

<p>CATEGORIA C (+ experiência subjetiva, + verbalização metalinguística, - uso da regra).</p>	<p>O participante alcançou os critérios da verbalização da experiência subjetiva e da verbalização metalinguística, exceto de uso da regra.</p>	<p>“... (leitura textual)... questão de número dois... vai ser essa resposta porque... o nome está depois de um verbo... e é usado como objeto”.</p>	<p>DOIS ESCORES (2,0)</p>
<p>CATEGORIA Ci (+ experiência subjetiva, + verbalização metalinguística, + uso da regra).</p>	<p>O participante alcançou todos os critérios da categoria de consciência.</p>	<p>“... bom... no segundo espaço da cruzadinha... (leitura textual)... então... vai ser they... ou... não!... Porque... a professora explicou o seguinte... que they significa pro sujeito... e como não... não é um sujeito... e tá depois do verbo... então... vai ser them... they, they, they... acho que sim, them!... them!”.</p>	<p>DOIS ESCORES E MEIO (2,5)</p>

Anexo II – Análise Descritiva de desempenho (PT%, TI% e TT%) de precisão gramatical e de consciência (cPT, cTI e cTT) da estrutura gramatical alvo durante a leitura de *input* textual dos grupos controle e experimental.

Teste	Grupo Controle					Grupo Experimental				
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
PT1%	25	0,00	50,00	18,86	16,61	25	7,14	57,14	26,00	12,86
PT2%	25	10,00	50,00	28,00	11,18	25	10,00	50,00	27,60	10,12
PT3%	25	0,00	70,00	39,60	18,37	25	0,00	80,00	38,40	22,11
TI1%	25	8,33	91,67	39,67	24,33	25	0,00	83,33	48,00	22,86
TI2%	25	0,00	90,00	48,00	21,21	25	10,00	90,00	48,40	19,93
TI3%	25	10,00	90,00	49,20	20,60	25	20,00	80,00	53,60	18,68
TT1%	25	0,00	78,57	33,43	23,75	25	14,29	78,57	43,43	19,33
TT2%	25	0,00	70,00	40,40	19,89	25	10,00	80,00	42,80	20,31
TT3%	25	10,00	80,00	44,80	18,51	25	20,00	60,00	38,80	12,69
cPT1	25	0,00	17,00	8,22	6,55	25	1,50	18,00	11,28	4,45
cPT2	25	1,00	12,50	9,46	3,26	25	1,50	12,50	10,72	2,38
cPT3	25	0,00	13,00	8,72	4,26	25	1,50	14,00	11,28	2,30
cTI1	25	4,00	26,50	12,48	5,49	25	0,00	18,00	13,02	4,06
cTI2	25	10,00	18,50	12,42	1,74	25	8,50	16,00	12,46	1,72
cTI3	25	0,00	21,50	10,92	4,26	25	5,00	19,00	12,74	2,55
cTT1	25	1,00	20,50	13,12	5,58	25	0,00	19,50	14,20	4,88
cTT2	25	8,50	14,50	11,74	1,44	25	2,00	14,00	11,62	2,26
cTT3	25	5,00	14,00	11,98	1,67	25	5,50	13,50	11,56	1,74

Anexo III – Correlações de *Spearman* para os níveis de consciência

2

	PT1%	PT2%	PT3%	TI1%	TI2%	TI3%	TT1%	TT2%	TT3%	cPT1	cPT2	cPT3	cTI1	cTI2	cTI3	cTT1	cTT2	cTT3
Correlação	0,81**	0,39**	0,19	0,59**	0,46**	0,47**	0,66**	0,55**	0,25	1,00								
cPT1 Sig. (2-caldas)	0,00	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08									
N	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50								
Correlação	0,58**	0,60**	0,363**	0,48**	0,50**	0,53**	0,50**	0,48**	0,36*	0,59**	1,00							
cPT2 Sig. (2-caldas)	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00								
N	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50							
Correlação	0,32*	0,30*	0,444**	0,37**	0,27	0,39**	0,35*	0,28*	0,28	0,46**	0,54**	1,00						
cPT3 Sig. (2-caldas)	0,02	0,03	0,00	0,01	0,06	0,00	0,01	0,05	0,05	0,00	0,00							
N	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50						
Correlação	0,44**	0,34*	0,381**	0,66**	0,34*	0,46**	0,57**	0,56**	0,40**	0,54**	0,35*	0,43**	1,00					
cTI1 Sig. (2-caldas)	0,00	0,02	0,01	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00						
N	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50					
Correlação	0,39**	0,50**	0,326*	0,55**	0,93**	0,67**	0,45**	0,52**	0,43**	0,48**	0,57**	0,34*	0,31*	1,00				
cTI2 Sig. (2-caldas)	0,01	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,03					
N	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50				
Correlação	0,52**	0,44**	0,15	0,60**	0,50**	0,79**	0,52**	0,53**	0,42**	0,57**	0,72**	0,60**	0,47**	0,59**	1,00			
cTI3 Sig. (2-caldas)	0,00	0,00	0,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
N	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50			
Correlação	0,63**	0,44**	0,377**	0,58**	0,41**	0,38**	0,76**	0,59**	0,39**	0,61**	0,55**	0,38**	0,53**	0,40**	0,50**	1,00		
cTT1 Sig. (2-caldas)	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00			
N	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50		
Correlação	0,67**	0,49**	0,345*	0,64**	0,55**	0,57**	0,68**	0,88**	0,50**	0,63**	0,58**	0,39**	0,52**	0,54**	0,60**	0,67**	1,00	
cTT2 Sig. (2-caldas)	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
N	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	
Correlação	0,27	0,55**	0,326*	0,36*	0,51**	0,58**	0,39**	0,43**	0,97**	0,26	0,37**	0,31*	0,42**	0,43**	0,44**	0,39**	0,51**	1,00
cTT3 Sig. (2-caldas)	0,05	0,00	0,02	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,07	0,01	0,03	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	
N	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50

Anexo IV – Teste *post hoc* para o teste de produção escrita nas três fases do estudo (cPT, cTI e cTT) para cada grupo

Pairwise Comparisons							
Grupo	(I) c3	(J) c3	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig. ^b	95% Confidence Interval for Difference ^b	
						Lower Bound	Upper Bound
Controle	1	2	-2,20*	,74	,02	-4,12	-,27
		3	-3,26*	,82	,00	-5,37	-1,15
	2	1	2,20*	,74	,02	,27	4,12
		3	-1,06	,77	,55	-3,05	,93
	3	1	3,26*	,82	,00	1,15	5,37
		2	1,06	,77	,55	-,93	3,05
Experimental	1	2	-1,46*	,40	,00	-2,48	-,43
		3	-,28	,35	1,00	-1,17	,61
	2	1	1,46*	,40	,00	,43	2,48
		3	1,18*	,37	,01	,22	2,13
	3	1	,28	,35	1,00	-,61	1,17
		2	-1,18*	,37	,01	-2,13	-,22

Abstract: *This experimental study aimed to investigate the role of attention and its potential effects on conscious textual reading in English as an L2. We sought to further investigate the effect of formal instruction and planned for making metalinguistic awareness of the use of pronouns. Furthermore, we investigated the levels of awareness for the acquisition of personal pronouns in syntactic value of subject and object. This research followed the model of study Leow (1997) and Schmidt (1990) on what constitutes consciousness. The 50 participants, Brazilian learners of English as an L2 in a state school in the Midwest region, were also divided into two groups: a control group (without instruction) and an experimental group (with instruction). The experimental design consisted of four phases: (1) pre-test; (2) formal instruction and explicitly planned (ELLIS, 2001) for the experimental group; (3) posttest; and (4) delayed post-test. In all phases of testing, participants underwent three versions of written protocols simultaneously conducting the think-aloud protocols. The statistical results indicated that both groups had a better use in grammatical accuracy, with partially superior results for the experimental group during the textual reading in an L2.*

Keywords: *attention; consciousness; explicit and implicit instruction; textual reading; teaching/learning of L2/LE.*

LE SILENCE DE LA MER: JEANNE E A PERSONIFICAÇÃO DA RESISTÊNCIA

Nyeberth Emanuel PEREIRA DOS SANTOS (UFCG)¹
 nyeberth@gmail.com

Resumo: O movimento resistente, importante no período da Segunda Guerra Mundial, trouxe consigo vários elementos que revelam o modo pelo qual o povo francês encontrou para não aceitar a invasão alemã. Sendo as obras de arte verdadeiras semioses reveladoras do discurso desta época, elas acabam por se configurar como uma possibilidade para se adentrar ao mundo dos franceses que participaram ativamente deste período. Sendo assim, encontramos no texto literário um dos pontos fortes reveladores deste discurso. Como figura central literária dessa época, revela-se o escritor Vercors, um dos principais fundadores das Éditions de Minuit e autor da obra *Le silence de la mer*. Dentre os textos publicados por ele, destaca-se a novela homônima ao livro, transformada em telefilme e exibido exclusivamente nas TVs europeias, em comemoração aos sessenta anos do fim da Guerra. Considerando toda a sua importância, apresentamos uma análise da personagem central do telefilme, Jeanne, como personificação da Resistência. Para isso, nos baseamos nos estudos de Teixeira (2009) e Giraud (2009), bem como em Peirce (2012), Santaella (2012), Brait (2010) e Orlandi (2007), e constatamos que vários elementos visuais e sonoros foram fundamentais para reforçar a figura de resistentes dos personagens do telefilme, sobretudo da protagonista.

Palavras-chave: Literatura; Telefilme ; Resistência; Personificação; Semiótica.

1. Introdução

Considerado como um dos marcos da Resistência francesa durante a Segunda Guerra Mundial, *Le silence de la mer*² ([1942] 2001) é um livro que reúne sete textos, contos e novelas, os quais foram escritos e publicados durante a ocupação nazista na França.

Com a assinatura de um armistício entre a Alemanha e a França, sob o regime do marechal Pétain, o povo majoritariamente contrário à Guerra e à tirania de Hitler se viu com desejo de justiça e democracia. Foi então que surgiram, de maneira clandestina, as diversas organizações que protestavam contra o governo e suas decisões, as quais utilizavam os meios diversos para resistir e não aceitar a filosofia alemã de 'soberania de raça'.

Entre as formas utilizadas como resistência encontra-se a literatura, na qual os textos escritos eram distribuídos em formato de folhetim, clandestinamente. Foi dessa maneira que os contos e novelas do livro *Le silence de la mer* alcançaram o povo, com objetivo de problematizar a identidade dos franceses e alemães, bem como mostrar de maneira poética os diversos recursos utilizados entre os cidadãos franceses para resistir.

De tal modo, sobressai entre o meio literário o nome de Vercors (pseudônimo de Jean Bruller), um dos maiores ícones da Resistência francesa e autor do livro supracitado. Graduado em engenharia elétrica, Jean Bruller tornou-se desenhista, humorista e ilustrador. Pacifista até 1938 entrou em seguida para a

¹ Professor de Língua e Literatura Francesa na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). É mestre em Linguagem e Ensino pela mesma instituição, com ênfase ao ensino de Língua e Literatura Francesa em contexto exolingue.

²*O silêncio do mar*.

resistência, encorajado por Pierre de Lescure. Foi então que ele adotou o nome de Vercors, que originalmente designa um conjunto de montanhas situado nos departamentos franceses de Isère e Drôme, e fundou com seu amigo e incentivador Les éditions de minuit, editora clandestina onde *Le silence de la mer* e outros livros foram publicados.

Diante da importância histórica de Vercors, foi filmado o telefilme *Le silence de la mer*, fruto de uma produção franco-belga e difundido, em larga escala, pelas TVs francófonas em 2005, em ocasião dos festejos de sessenta anos do final da Segunda Guerra Mundial. Adaptado por Anne Giafferi e dirigido por Pierre Boutron, conta com Thomas Jouanet, no papel do capitão Wener von Ebrennac, Michel Galabru no papel do avô e Julie Delarme no papel de Jeanne, a neta. Com explícita alusão à novela, homônimo do telefilme, e também ao conto *Ce jour-là*³, o telefilme apresenta três momentos, os quais julgamos necessários à sua leitura: a chegada dos alemães e estabelecimento do silêncio entre os personagens; a certeza da oposição entre os personagens franceses e o capitão alemão e, por fim, a aderência de Jeanne ao movimento Resistente.

Diante da importância e da grandiosidade da obra cinematográfica e literária, apresentamos aqui uma breve leitura da novela para, em seguida, analisarmos como a personagem Jeanne se personifica na própria resistência no telefilme. Sendo assim, nos valemos dos trabalhos desenvolvidos por Teixeira (2009) e Giraud (2009), os quais abordaram a tradução intersemiótica como referência maior ao processo de significação cultural das obras analisadas. É importante ressaltar que, embora estejamos nos baseando nos estudos citados, a divisão que foi feita em três momentos é fruto de nossa reflexão. Além disso, apesar do telefilme apresentar uma junção do conto *Ce jour-là* com a novela *Le silence de la mer*, faremos apenas alguns comentários referentes àquela narrativa, pois caso tomássemos as duas como corpus de análise, o trabalho seria demasiado longo. Portanto, apresentamos um breve referencial teórico que nos embasou em nossa leitura da narrativa e do telefilme e, em seguida, as respectivas considerações acerca dos mesmos.

2. O cinema e a tradução intersemiótica

Antes de adentrarmos ao conceito relativo à tradução intersemiótica, expomos, brevemente, algumas considerações acerca da materialidade fílmica. Deste modo, para compreendermos um pouco desta materialidade, apoiamo-nos inicialmente nos conceitos relativos ao cinema enquanto forma de arte e linguagem. Para tanto, nos baseamos nas considerações apresentadas por Bernadet (2006), Gardies (2010), Metz (2007) e Aumont et al (1995).

Em seu livro introdutório *O que é cinema*, Claude Bernadet (2006) apresenta essa arte de maneira simples, abordando, porém, toda a complexidade existente no processo de seu nascimento,

³Aquele dia.

desenvolvimento e comercialização. Segundo Bernadet, (*ibidem.*) o grande sucesso do cinema aconteceu graças à impressão de realidade que é projetada na tela, pois até sua criação, essa foi a única forma de arte que conseguiu realizar o “sonho do movimento, da reprodução da vida” (BERNADET, *ibidem*, p. 14).

Sobre a impressão da realidade, Metz (2007) ressalta que o filme dá a impressão de que se está diante de um espetáculo quase real, seja ele insólito, maravilhoso ou “realista”. Dessa maneira, o cinema se situa entre a fotografia e o teatro e mantém, na injeção de movimento na irrealidade da imagem, a maneira de atualizar o imaginário a certo grau que, até então, era desconhecido.

Aumont et al (1995), ao investigar essa impressão da realidade através do movimento, chegou à conclusão de que a explicação do movimento para o cinema está no cérebro humano e, através desse efeito-movimento, define o cinema como um processo mental, como arte do espírito, sendo então a arte:

- da atenção – É um registro organizado segundo os mesmos caminhos pelos quais o espírito dá sentido ao real [...];
- da memória e da imaginação – Permitem justificar a compressão ou a diluição do tempo, a noção do ritmo, da possibilidade de flashback, da representação dos sonhos e, mais geralmente, da própria invenção da montagem;
- das emoções – Fase suprema da psicologia, que traduz na própria narrativa, que Münsterberg considera como unidade cinematográfica mais complexa, que pode ser analisada em termos de unidades mais simples e que corresponde ao grau de complexidade das emoções humanas. (AUMONT et al., 1995, p. 225).

São essas características que, em uma relação dialética entre telespectador e obra de arte, garantem ao cinema a perpetuação, até os dias de hoje, por trazerem-nos, através da projeção, à sua realidade. Somadas a elas, Bernadet (2006) ainda ressalta que outro fator que fez do cinema uma maneira de arte importante foi o fato de se ter a impressão da realidade por máquinas que, aparentemente, não sofriam intervenções humanas. Tratava-se, então, de algo que fazia concebê-lo, no seio de seu nascimento, como uma arte neutra, em contraposição a outras como a pintura ou a fotografia, pois com os ânimos agitados pela Revolução Industrial, ter uma realidade apresentada por uma máquina era algo supremo.

Entretanto, ainda segundo esse pesquisador francês, embora seja essa uma das características da sétima arte, sabe-se que a sua impressão do real nada mais é que a junção de imagens que ganham movimento a partir do emprego de velocidade que lhe é colocada. Sendo assim, além de não ter o movimento em si, o cinema não é a representação do real, porque ao fazer parte de um campo cultural, representa um segmento da sociedade que dele se apropria e lhe atribui significação.

Desse modo, além das características estéticas que garantiram o sucesso do cinema, destaque-se ainda a sua capacidade de reprodução, uma vez que não é necessário que se ocupe um só lugar, em um determinado período de tempo e espaço para a sua exibição, mas pode-se fazer indeterminado número de cópias para serem exibidas a um indeterminado número de público ao mesmo tempo. Isso facilita, além da propagação, uma forma de arte que garante lucro mais rápido, em detrimento de outras como o teatro (BERNADET, *ibidem*, p. 24).

Somado ao sucesso de reprodução do filme, encontra-se a linguagem utilizada pelo cinema, fator que evoluiu dos filmes “naturais” do século XIX, para as superproduções em três dimensões que são feitas atualmente. Inicialmente, o filme era uma sucessão de “quadros” que tinham como suporte letreiros explicativos que “narravam” o que ainda não era possível projetarem. Dessa maneira, “a relação entre a tela e o espectador era a mesma que no teatro”. (*ibidem*, p. 32)

Com o passar do tempo, a linguagem cinematográfica evoluiu e a habilidade para contar histórias deixou de relatar cenas, para dizer “enquanto isso”. (*ibidem*, p. 33). Assim, a câmera abandonou sua rigidez e ganhou movimento, passando, então, a explorar espaços e criar movimentos que estabelecessem relação com outros elementos, garantindo uma maior significação de transparência e, conseqüente, impressão de realidade às produções. Entretanto, essa relação de transparência e impressão da realidade foi revista por outros movimentos cinematográficos além do predominante, como os soviéticos, que viam na montagem do filme uma nova realidade, até a escola documentarista britânica, que via no cinema documentário uma finalidade educativa, de maneira que sua função só teria sentido se colocado a serviço do povo.

Tomando por base essa impressão da realidade que o cinema impõe em suas produções, Gardiers (2010) afirma que o próprio da narrativa fílmica é o ato de contar a partir da linguagem audiovisual. De tal modo, a distinção que se faz dessa arte em relação a outras é o fato dela permitir a narração a partir do uso das imagens. Assim, o cinema tem a necessidade de mostrar para ser compreendido e, para tanto, duas competências são mobilizadas no espectador: a primeira que diz respeito à compreensão das atitudes dos personagens e as respectivas perdas ou ganhos conquistados por elas; a segunda que permite a compreensão de alternância entre duas séries de ações como uma só ação global.

Às competências supracitadas, outras características são apresentadas segundo os atributos do dispositivo cinematográfico: a primeira delas é o estado singular no qual o espectador é “imerso”, fazendo-o adentrar na experiência fenomenológica do “aqui-agora”; a segunda está na tela onde o filme é projetado, lugar que permite a ativação do processo do imaginário. Sendo assim, a narrativa fílmica permite que se fale o mais próximo possível em relação a outras mídias (GARDIES, 2010, p. 9-24).

De tal modo, comparada com a estruturação da linguagem verbal, a construção na linguagem fílmica recai sobre três decisões que implicam no seu produto final, ao passo que aquela é baseada apenas em dois eixos. Portanto, a primeira escolha que se faz para a estruturação dessa linguagem diz respeito à escolha dos dados que se deve ater: é a escolha paradigmática; a segunda se faz sobre a ordem na qual os elementos constitutivos do filme serão dispostos e, por conseguinte, a terceira diz respeito aos elementos que serão percebidos em simultaneidade e não somente em sucessão. É a solidariedade dos elementos constitutivos do filme que o compõe.

Andrew (2002), ao tratar das diversas teorias que investigam o cinema enquanto arte, aborda essa relação entre o real e o imaginário, que nas palavras de Munsterberg é resumido da seguinte maneira:

A peça cinematográfica conta-nos uma história humana ultrapassando as formas do mundo exterior – a saber, espaço, tempo e causalidade – e ajustando os acontecimentos às formas do mundo interior – a saber, atenção, memória, imaginação e emoção. ... [Estes acontecimentos] alcançam isolamento total do mundo prático através da perfeita unidade de enredo e forma pictórica. (MUNSTERBERG *apud* ANDREW, 2002, p. 34)

Logo, compreendemos que entre os elementos que propiciam tal imersão na obra de arte cinematográfica, contamos com o verbal e o não verbal, por possuírem papéis importantes enquanto elementos constitutivos: à imagem há o papel de representação do mundo, enquanto ao verbal há a tarefa de dizer o que ele é e de lhe dar sentido quando necessário. À música há, também, duas funcionalidades, a partir de sua integração ao filme; quando ela é integrada no mundo da narrativa fílmica e quando ela vem de outro lugar, pertencendo ao mundo do comentarista: no primeiro caso, ela é um evento desse mundo; no segundo, ela é parte do mundo do narrador, onde atenua a atmosfera de amor, tristeza, suspense, drama, etc.

Tendo por base os conceitos apresentados acima, traçamos em seguida considerações acerca do processo de adaptação literária para o cinema, tomando por base a teoria da tradução intersemiótica. Para tanto, temos como base os trabalhos desenvolvidos por Teixeira (2009) e Giraud (2009), respectivamente, além dos estudos de aprofundamento sobre tradução intersemiótica de Plaza (2010) e Diniz (1999; [s.n.t.]).

2.1. A tradução intersemiótica como base nos estudos da adaptação fílmica

Ao abordarmos o conceito da tradução intersemiótica e a conseqüente transposição das narrativas *Le silence de la mer* e *Ce jour-là* para as telas, nos baseamos nos estudos feitos anteriormente acerca da tradução da obra literária especificada aqui, a partir das quais ressaltamos a facilidade propiciada pela linguagem cinematográfica e dos aspectos culturais que ajudaram na (re)construção dos sentidos.

Sobre o processo de adaptação para o cinema, a literatura sempre foi foco de várias discussões; algo que não data de hoje, pois Virginia Woolf, desde os anos vinte do século passado, por exemplo, já criticava uma das adaptações fílmicas de *Anna Karenina*, romance do russo Leon Tolstói, afirmando que o cinema parasitava a literatura ao não inventar ele próprio as suas histórias. Logo, para Woolf o cinema deveria procurar sua especificidade particular para se estabelecer como arte autônoma⁴.

Enfrentar a relação da literatura com o cinema e, sobretudo, a obra adaptada, requer pensar nos percursos tomados por este mecanismo de transposição. Sendo assim, para Hutcheon (2011), que aborda essa relação entre literatura e cinema pelo viés da literatura comparada, encarar uma obra adaptada é considerá-la um palimpsesto transposto para uma mídia diferente daquela de origem, na qual pode haver mudança de foco, de contexto e/ou de apropriação ou recuperação do enredo, ao se tratar de sua

⁴ SILVA, Marcel Vieira Barreto. Adaptação literária no cinema brasileiro contemporâneo: um painel analítico. In: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/rumores/article/viewFile/6544/5951>

interpretação e perspectiva. Sendo assim, o leitor do texto cinematográfico sente a presença constante dos outros textos que lhe deram origem, desde que tenha conhecimentos dessas fontes.

Desse modo, embora não seja inocente, a adaptação pode conferir maior tom de realidade, a partir do diálogo das duas formas de texto com o contexto no qual ela é produzida e, “como processo de criação e de recepção [...] é necessário levar em consideração outros aspectos” (HUTCHEON, 2001 p. 39), que estão envolvidos no processo da adaptação de uma narrativa literária para as telas. Para isso, nos aprofundamos no processo da tradução intersemiótica como processo de transposição desse tipo de texto para o cinema, pois acreditamos que nesse campo teórico é possível responder os porquês de determinadas escolhas de diretores e roteiristas.

O conceito de tradução intersemiótica nasceu a partir dos estudos de Jakobson (2007), quando ele classificou os tipos de tradução existentes e os definiu como tradução intralingual, tradução interlingual e tradução intersemiótica. O autor definiu o primeiro tipo como sendo a interpretação dos signos verbais por sistema de signos também verbais de uma mesma língua; sobre o segundo tipo, o linguista afirmou que a interpretação também ocorre entre o mesmo sistema de signos, porém de idiomas diferentes; já o terceiro tipo é concebido como a interpretação de signos do sistema verbal para outros sistemas de signos, por exemplo, da literatura para a pintura, ou para o cinema, a música, entre outros sistemas semióticos.

Esta definição elaborada por Jakobson tem sua base na definição sógnica de Peirce. Para esclarecermos um pouco desta concepção sógnica, nos baseamos nos estudos de Santaella (1994), Coelho Netto (1990), Souza (2006) e Peirce (2012).

Para todos os teóricos, há um consenso ao tratar da teoria semiótica peirceana, pois ela é considerada muito mais filosófica porque envolve conceitos contrários às teorias linguísticas, que nas palavras de Netto (1990) “vai procurar nos efeitos práticos, presentes ou futuros, o significado de uma proposição, ao invés de ir procurá-lo em um jogo de relações internas do discurso” (NETTO, 1990, p. 55). Disto resulta a divisão mais contundente nesse campo de estudos do significado, no qual se definem os estudos semiológicos ligados às dicotomias saussureanas, e os estudos semióticos ligados às teorias de Peirce.

Assim, ao tratar do significado, ao invés de fazê-lo numa relação diádica entre significante e significado, o semiólogo norte-americano o faz em relação triádica, na qual o terceiro excluído é aceito e se constituem em signo, interpretante e objeto. Essa relação se mantém em movimento constante, no qual nós estamos no pensamento e não o contrário (SOUZA, 2006, p. 158). A partir dessa relação triádica, o signo é conceituado como algo que representa alguma coisa para alguém e, ao passo que este signo é criado na mente do receptor, ele recebe o nome de interpretante; quando essa coisa representada é conhecida, ela recebe a designação de objeto (PEIRCE, 2012, p.46).

A partir das relações estabelecidas entre o signo e outras instâncias de significação, Peirce definiu dez tricotomias e sessenta e seis classes de signos, mas que nos interessa apenas as três primeiras

tricotomias, as quais são definidas a partir da relação do signo em si mesmo, do signo com seu objeto e do signo com seu interpretante (SANTAELLA, 1994.).

A primeira tricotomia, da relação do signo considerado em si mesmo, se subdivide em qualissigno, que é uma qualidade; em sinsigno, que é uma coisa ou evento existente tomado como signo; e em legissigno que é uma convenção ou lei estabelecida socialmente. A segunda tricotomia é relativa às relações semânticas do signo com seu objeto e se subdivide em ícone, signo que tem relação de semelhança com o objeto representado; índice que se refere ao objeto denotado por ser diretamente influenciado por ele; símbolo que é um signo que se denota a partir de associações de ideias estabelecidas com ele, ou seja, das relações convencionais. A terceira tricotomia estabelece as características do signo em relação ao seu interpretante, ou seja, consideram-se suas relações pragmáticas. Sendo assim, o rema é um signo de uma possibilidade que pode ou não se verificar; o dicissigno corresponde à existência real e o argumento é um signo de lei, ou seja, corresponde a um juízo (NETTO, *op. cit.*; SANTAELLA, *op. cit.*; SOUZA, *op. cit.*; PEIRCE, *op. cit.*).

Às definições acima se podem somar consignações entre essas diferentes classes de signos, as quais estabelecem relações de significados sempre triádicas. Isso oferece a possibilidade da formação infinita da significação, uma das afirmações de Peirce. É, então, partindo dessas relações que a tradução intersemiótica se baseia atualmente para analisar as diferentes maneiras sob as quais um signo passa de um meio semiótico para outro, mantendo sua relação de significado dentro de um determinado espaço-tempo. De tal modo, várias foram as contribuições que consideraram as mais variadas formas de sistemas semióticos, dentre eles as que investigam a relação entre a literatura e o cinema. Nas palavras de Pignatari (2004), essa relação entre a literatura e o cinema, pelo viés da semiótica, possibilita que a literatura seja recuperada em nova conjunção sígnica, “em que o verbal é recuperado pelo não-verbal de modo a revelar novos estratos e novas virtualidades de sua própria natureza – em novas criações e em criações novas” (PIGNATARI, 2004, p. 116).

Logo, uma das características resultantes desses estudos contemporâneos ressalta a importância dos diversos fatores que se insinuam no texto durante o processo de tradução, entre eles a cultura, que para Diniz (1999) funciona como o interpretante do texto no momento de sua tradução [intersemiótica]. Desse modo, nas reflexões da autora, a tradução não é só o sentido transportado para outro texto através da leitura, uma vez que se deve considerar tudo o que circunda o texto e tudo o que é criado pela leitura, como o contexto de sua produção. Partindo dessas considerações, o texto é o conjunto das reativações de leitura, que por sua vez estão subordinadas ao contexto cultural no qual se inserem e, neste sentido, as leituras são consideradas signos icônicos umas das outras.

De tal modo, ao definir a tradução intersemiótica nos mais variados meios e formas, Plaza (2010) considera tal ato como a ação nas mais variadas formas de manifestação da linguagem e, conseqüentemente, diálogo entre signos, sendo, então, síntese e (re)escritura da história. Considerada

nestes termos, a cultura ganha papel importante, pois ela torna-se decisiva sobre os possíveis sentidos que um texto pode ter, sobre os significados que são colocados nos signos. Sendo assim, a cultura passa a ser entendida como o ponto central da tradução do sentido, correspondendo ao interpretante do signo peirceano.

Dentre os fatores de mudança dos meios semióticos, ou seja, dos equivalentes visuais para as imagens verbais, encontra-se o fator de utilização de algumas técnicas cinematográficas, que são próprias desse meio, para estabelecimento direto com outras que são específicas do meio literário. Sendo assim,

[...] O material de expressão do sistema cinematográfico é constituído não só de imagens mas também de palavras, signos impressos, música e ruídos. Por isso, especula-se sobre a existência de um cerne especificamente cinematográfico, seja ele um sistema múltiplo ou único de signos. (DINIZ, [S.n.t.], p. 316)

Este cerne cinematográfico, tendo sido estudado por muitos teóricos e cineastas pelo mundo, aspecto já citado ao abordarmos o cinema e sua linguagem, teve sua investigação aprimorada ao longo do tempo e, por isso, alguns embates teóricos que viam, desde a montagem até o posicionamento de câmeras, essa maneira de criar e recriar a linguagem literária verbal. De tal modo,

Para alguns teóricos, como Eisenstein (1949) e os formalistas russos, o cinema se distingue enquanto forma de arte distintiva, pelas possibilidades que oferece de criar significados através de técnicas específicas como justaposição, fragmentação, separação e reunião de imagens através do uso variado da angulação, desfocamento, focalização, perspectiva e distância entre a câmara e o objeto filmado. Outros teóricos realistas, como Bazin (1967), ao contrário, definem a especificidade do cinema em termos da relação privilegiada com uma realidade objetivamente verificável e consideram a montagem e outros recursos como manipuladores e distorcedores da realidade. Embora discordantes nesse aspecto, essas duas abordagens jamais negam a especificidade dos recursos cinematográficos. (DINIZ, *loc. cit.*).

O fato de não negarem essa possibilidade de uma especificidade da linguagem cinematográfica, sobretudo no tocante às técnicas utilizadas para a transposição do código verbal, faz do cinema uma forma de arte que, embora dialogue com a literária no processo de sua tradução, não seja ela em materialidade, mas em essência, sabendo que aquela passou pela transformação não só de um meio, mas de uma leitura e de uma “adequação” cultural. Neste ponto, poderíamos concluir que a literatura se encontra numa abordagem cultural de mídia lenta, enquanto o cinema encontra-se numa abordagem informacional, de mídia rápida, com alcance mais instantâneo e abrangente e, dentre os fatores que contribuem para isso, encontra-se o suporte e linguagem utilizada por cada uma dessas semioses (MATTELART, 2004, p. 40).

3. Le silence de la mer: uma leitura

A novela *Le silence de la mer* narra, de maneira alegórica, a ocupação nazista na França no período da Segunda Guerra Mundial. Dedicada à memória de Saint-Pol Roux, “poeta assassinado”, faz menção através dessa dedicatória a todos os resistentes que morreram durante uma das maiores tiranias humanas.

Inicialmente, o texto situa o leitor em relação ao momento histórico no qual foi escrito, que pode ser facilmente apreendido pelos elementos da guerra: soldados, os carros conversíveis da guerra, a cor cinza mencionada no texto.

Ao mesmo tempo em que situa o leitor sobre o período histórico, são constituídas as imagens dos personagens: a sobrinha e o tio, que se estabelecem na novela como representantes da Resistência Francesa e o capitão alemão de nome Werner von Ebrennac. No desenrolar do enredo, o tio e a sobrinha têm no silêncio a maneira encontrada para resistir ao invasor alemão, de modo que este aspecto se instaura na narrativa a partir do momento em que os alemães vão à casa da família para requisitar o imóvel para hospedagem do capitão. É então que a personificação dos alemães como invasores, perturbadores da paz, se instaura na novela.

Foi precedido por um grande desenrolar de aparelho militar. [...] Na manhã seguinte, um conversível de guerra, cinza e enorme, penetrou no jardim. [...] Depois, na manhã do terceiro dia, o grande conversível voltou. O jovem sorridente que carregava uma cantina espaçosa sobre seu ombro a levou ao quarto. Ele pegou em seguida sua mochila, a qual ele depositou no quarto vizinho. Ele desceu e, se dirigindo à minha sobrinha num francês correto, pediu lençóis. (VERCORS, [1942] 2004, p. 25-26)⁵

A partir da passagem acima, pode-se perceber o momento inicial do conflito da narrativa. Entretanto, o capitão alemão, ao contrário do que se esperava, tem consciência do seu papel de invasor e, em tom complacente e educado, pede desculpas por tamanho incômodo, algo explícito no texto pelas palavras pronunciadas por ele: “Eu sinto muito” (*ibidem*, p. 27). É então, a partir do reconhecimento do capitão enquanto invasor e dos franceses enquanto resistentes, que o silêncio se instaura no ambiente da novela, como meio de resistência: “A última palavra, pronunciada de maneira arrastada, caiu no silêncio” (*ibidem*, p. 28).

Outro fator importante dentro da narrativa é que o único personagem que tem um nome é o capitão alemão. Os personagens franceses são identificados apenas pelos papéis que eles exercem na sociedade, de tio e sobrinha respectivamente. Portanto, temos a Alemanha personificada no personagem do capitão Werner, enquanto a França é representada em sua totalidade, uma vez que não nomeando os personagens franceses, qualquer cidadão pode exercer tais papéis.

Contudo, como já foi dito, o tom complacente de Werner não é só em relação a sua atuação enquanto invasor, mas em toda admiração que o personagem nutre pela cultura francesa. Isto faz com que sua identidade, enquanto invasor, seja repensada e questionada constantemente, fazendo com que os seus receptores franceses tenham, também, suas identidades repensadas, algo que pode ser percebido no discurso proferido pelo oficial em relação aos nomes da literatura francesa, no qual o mesmo se personifica, discursivamente, na Fera, personagem do conto A Bela e a Fera, e personifica discursivamente,

⁵ Todas as traduções do francês para o português, neste trabalho, foram desenvolvidas por nós.

também, a sobrinha, em Bela. Logo, se utilizando de elementos culturais da França, o alemão exalta a literatura, a cultura francesa, em detrimento da cultura europeia e, especialmente, alemã.

- [...] Balzac, Barrès, Baudelaire, Beaumarchais, Boileau, Buffon ... Chateaubriand, Corneille, Descartes, Fenelon, Flaubert ... La Fontaine, France, Gautier, Hugo ... Que apelo! ele disse com um riso leve e assentiu. E eu estou apenas na letra H! ... [...] E nós fomos para a guerra! ele disse, balançando a cabeça devagar. [...] Mas esta é a última! Nós não lutaremos mais: nós nos casaremos! (*Ibidem*, p. 38-39)

Na citação acima, podemos perceber que a personificação do soldado em Fera se faz até mesmo na possibilidade de união com a Bela. Podemos inferir, então, que aí ocorre a metáfora entre os personagens e os seus respectivos países: Alemanha – Fera; França - Bela. De tal modo, o casamento citado pelo oficial alemão não diz respeito, especificamente, ao casamento carnal, passional, mas ao casamento dos dois países, união que pode ser confirmada quando o capitão diz: “Agora eu preciso da França. Mas eu peço muito: eu peço que ela me acolha. Não é nada estar nela como um estrangeiro. [...] Sua boca sorriu, mas não os seus olhos que observavam minha sobrinha”. (*Ibidem*, p. 43-44).

É interessante perceber que esse tom melancólico do capitão em relação a si mesmo recai todas as vezes que ele vê a sobrinha: é a maneira de se identificar como alemão diante da França e, assim, refletir o processo de ocupação na Guerra e a fragilidade dos ocupados. Essa noção das atrocidades que seu país está causando aos franceses e, além disso, a vontade de Werner em unir as duas culturas, em fazer dos dois países uma só nação de paz, é totalmente abalada após uma viagem que o alemão faz à cidade de Paris. Lá, através das conversas que o capitão tem com seus companheiros alemães, é descoberto que a real intenção dos nazistas é a destruição completa da cultura francesa e tudo o que ela representa para o mundo. Ao se deparar com a realidade chocante, o capitão se dá conta do seu verdadeiro papel e da sua verdadeira identidade nacional, fazendo com que ele peça transferência para outra base militar e desista do seu sonho de união entre a Alemanha e a França. É essa tomada de consciência de Werner que conduz ao final lúgubre, de trevas, o qual é anunciado na novela pela citação de Othello: “Apaguemos essa luz, para em seguida apagarmos essa da vida”. Essa consciência alemã diante do holocausto é reafirmada na imagem militar do capitão, que não pode, de maneira alguma, ser visto como um civil: “Eu imaginava vê-lo em civil, mas ele estava em uniforme. [...] Tudo o que eu disse estes seis meses, tudo o que os muros dessa casa ouviram [...] é necessário [...] é necessário esquecer. Nós tivemos a oportunidade de destruir a França, e ela o será. Não só seu poder: sua alma também”. (*Ibidem*, p.59-63)

A luz de todo o pensamento francês é, então, apagada. “Eles apagarão essa luz! Ele gritava. A Europa não será mais clareada por essa luz” (*Ibidem*, p. 64). Assim, acontece a personificação de Werner von Ebrennac na Alemanha, enquanto fera destruidora da luz, a qual estava em prol da implementação das sombras no mundo francês. É então que a sobrinha se apropria da fala, a qual não está relacionada à mesma fala utilizada pelo oficial alemão, pois ao utilizá-la, é o valor do silêncio que permanece ideologicamente em seu enunciado.

Eu acreditei que ele fosse fechar a porta e partir. Mas não. Ele olhou minha sobrinha. Ele a olhou. Ele disse, - ele murmurou: - Adeus. Ele não moveu. Ele ficou totalmente imóvel, e no seu rosto imóvel e tenso, os olhos estavam mais imóveis e mais tensos, fixados nos olhos, - mais abertos, mais pálidos – da minha sobrinha. Isto durou, durou – quanto tempo? - durou até que enfim a jovem garota moveu os lábios. Os olhos de Werner brilharam. Eu entendi: - Adeus. (*Ibidem*, p.70)

Logo, conclui-se que no estado final, a identificação de ambos os personagens através de suas identidades corrobora para a permanência do estado de sombras e de melancolia, no qual o silêncio é o ponto forte de referência e de preservação da identidade francesa. É o ponto forte dos resistentes, portanto, ele é o objeto de valor ideológico, sobretudo, pelas circunstâncias nas quais ele é empregado.

4. *Le silence de la mer* e Jeanne: tradução intersemiótica e personificação da Resistência.

O telefilme *Le silence de la mer* é fruto de uma produção franco-belga e difundido, em larga escala, pelas TVs francófonas em 2005, em ocasião dos festejos de sessenta anos do final da Segunda Guerra Mundial. Adaptado por Anne Giafferi e dirigido por Pierre Boutron, conta com Thomas Jouanet, no papel do capitão Wener von Ebrennac, Michel Galabru no papel do avô e Julie Delarme no papel de Jeanne, a neta. Com explícita alusão à novela, homônimo do telefilme, e ao conto *Ce jour-là*, o telefilme apresenta três momentos, os quais julgamos necessários à sua leitura: a chegada dos alemães e estabelecimento do silêncio entre os personagens; a certeza da oposição entre os personagens franceses e o capitão alemão e, por fim, a aderência de Jeanne ao movimento Resistente.

4.1. A chegada dos alemães: estabelecimento do silêncio entre os personagens.

O momento de chegada do capitão alemão é marcado por dois instantes: o que antecede tal evento e o outro no qual ele realmente chega à casa dos Larosières. Ao observarmos o momento que antecede sua chegada, essa já é marcada por reprovação e protesto em forma de silêncio, algo demarcado no filme pela posição da personagem principal, Jeanne Larosière, em sentido contrário ao local onde os oficiais alemães aparecem. Além dessa oposição de lugares, o olhar e a posição da cabeça da moça sinalizam para submissão, enquanto a maneira de se portar dos alemães sinaliza para superioridade. Além disso, o *close* que é dado pelo posicionamento da câmera ressalta bem o sentimento de indignação e reprovação da presença alemã em território francês (Anexo I).

A cena descrita acima é parte fundamental que estabelece o elo marcante entre as duas nações em guerra, de maneira que a função de professora de piano exercida pela jovem faz com que a música seja a ligação marcante e a principal linguagem que se estabelece no espaço diegético entre a francesa e o capitão alemão. Essa foi uma das maneiras, também, de unir as duas narrativas (*Le silence de la mer* e *Ce*

jour-là), pois elas se intercalam através dessa função da personagem principal, que por perpassar vários espaços, une o pano de fundo da narrativa.

Depois da chegada dos soldados, o espaço da cidade é revelado no momento em que Jeanne vai comprar flores para levar ao túmulo dos pais, e aí as cores e o cenário contribuem para o estabelecimento do tom lúgubre da paisagem da guerra. É então que se observa a relação intertextual explícita entre as narrativas de Vercors.

Essa contextualização do espaço-tempo contribui para a inserção do mar, espaço simbólico no qual ele é apenas aludido e muito forte na narrativa de Vercors e no filme ganha um lugar físico, tendo, além do significado simbólico, um significado geográfico (Anexo II). Essa contribuição para a construção da cidade a coloca como um lugar litorâneo na narrativa fílmica. Outro ponto importante no telefilme é a criação de um passado para a vida de Jeanne, retratando o parentesco que ela tem com o senhor com quem ela mora (avô), bem como suas origens, uma vez que é sinalizado o local onde se encontram seus pais, acarretando numa outra dimensão de significado de suas atitudes no espaço fílmico.

Diferente da narrativa de Vercors, ao apresentar Jeanne como uma cidadã com família, o telefilme apaga um pouco da generalização que existe no fato dos personagens da novela não apresentarem nomes, apenas papéis sociais: sobrinha e tio. Aqui, além da identidade do nome de cada uma delas e dos seus respectivos papéis, também existe um passado que envolve os personagens e suas atitudes. Com base neste fato, é interessante perceber que a data da morte do Pai de Jeanne, Albert Larosière, coincide com o ano do fim da Primeira Guerra Mundial. Além disso, a fotografia em seu túmulo o retrata em fardamento do exército, provavelmente, francês. Isso dá margem para que se acredite que ele tenha morrido no período da Primeira Guerra, muito provavelmente em decorrência dela. (Anexo III)

Além da relação de passado para os personagens envolvidos na trama telefílmica, essa relação de identidade conferida à personagem principal faz clara alusão à grande heroína e padroeira da França, Jeanne D'Arc, que foi mártir, morreu pela pátria durante a Guerra dos Cem Anos e, por vezes, era chamada de Donzela de Orléans. Esse perfil heroico é o que dá sentido às atitudes de Jeanne Larosière diante da Guerra.

Depois de ter a casa requisitada pelos oficiais alemães, é esperada a chegada do capitão que irá ocupar o quarto que antes era dos pais de Jeanne. Além da ocupação da casa, este fator contribui ainda mais para a revolta dos anfitriões. Para isso, os enquadramentos da câmera em relação à posição do capitão são sempre colocados de baixo para cima (contra-plongée), para reforçar a sua autoridade ao chegar à casa dos Larosières.

Jeanne recebe indignada o capitão Werner. A partir de sua chegada, a moça para de tocar o piano, fato que denuncia também sua indignação perante o oficial alemão, sua presença e tudo o que ela representa para sua nação. Desse modo, o olhar e a música se configuram em duas maneiras importantes de comunicação no telefilme. Nessa perspectiva, o silêncio é marca que começa a figurar dentro do

telefilme em oposição à fala alemã, mesmo que essa se mostre gentil, doce, de uma educação e índole quase impecáveis, totalmente contrárias ao que era esperado. Essa maneira de silenciar é retomada, também, através de outras técnicas que denunciam esse conflito entre as nações, como a ausência de luz no espaço da residência, sempre que o capitão se faz presente.

Essa característica do capitão Werner, contrária ao que se esperava do capitão que iria ocupar aquela casa, recai num jogo de ressignificações identitárias, tanto dele enquanto alemão, quanto dos franceses que o acolhem. Isso, além de transparecer no ambiente de conflito que cerca a habitação dos franceses, transparece em seu discurso, que é proferido tal qual no livro, onde ocorrem as personificações de Jeanne em Bela e do capitão em Fera, com a esperança de que um dia eles casem, assim como na narrativa infantil. Desse modo, embora Jeanne tenha certeza que reprova a presença do capitão e não concorde com algumas afirmações de seu avô, que chega a sentir simpatia pelo rapaz, durante a narrativa sua aparência estética e maneira de se portar vão se modificando, como se a moça retomasse a vida ao conviver, mesmo que forçadamente, como Werner.

Essa retomada de consciência de Jeanne, enquanto cidadã e mulher, é reforçada na noite de Natal, ao ficar em casa sozinha propositalmente. Enquanto ela toca piano e o capitão aguarda os amigos alemães irem buscá-lo para a comemoração junto deles, o posicionamento de câmera, juntamente com as atitudes dos personagens, propõe uma suposta união de espírito entre eles, fazendo com que a música seja uma maneira de se comunicarem, embora estejam imersos no silêncio da fala.

Não obstante se tenha a impressão de uma quase união entre o casal, o que se vê, no desenrolar da história, é uma redefinição das identidades de Jeanne e Werner e uma consequente retomada de postura de ambos diante da Guerra.

4.2. A redefinição identitária e a certeza de oposição.

A narrativa de *Ce jour-là* é inserida no telefilme como pano de fundo para *Le silence de la mer*, como já dito anteriormente. Tal fato faz com que Jeanne tenha contato com a família Duval, seus vizinhos e amigos, os quais fazem menção à família do garoto e do seu pai na narrativa de Vercors. A primeira alusão que surge no telefilme para a Resistência é no momento em que Jeanne, ao falar com Pierre, o filho de Marie, se depara com a situação dele lhe confessar que não pode voltar para casa porque sua mãe havia colocado o pote de gerânios na janela. Para sua surpresa, ele diz que sempre que ela faz isso, ele não pode voltar. Ao se aproximarem da casa de Marie, Jeanne a vê saindo de casa acompanhada de um homem e, enquanto ele pega a bicicleta para ir embora, ela retira o jarro de gerânios da janela. Essa primeira visão de Jeanne a faz inferir que se tratava de um caso amoroso e não de um movimento político, resultando na recusa e estranhamento da personagem ao ser convidada por Marie para entrar em casa.

As hipóteses de Jeanne sobre a relação de Marie com o homem só são esclarecidas diante de outro acontecimento: a prisão de um amigo de Marie pela polícia secreta alemã, fato presenciado por Jeanne. Enquanto o jovem é levado, ela compreende que ele lhe comunica algo pelo olhar e, de imediato, a jovem compreende que precisa avisar a sua amiga sobre tal acontecimento. Nesse momento, o telefilme começa a abordar a significação do silêncio na narrativa, dando-lhe o sentido mais amplo, o da Resistência. Jeanne, então, dirige-se à casa de Marie e lhe relata o acontecido. Ao final, preocupada, ela despede-se da amiga e olha para Pierre com um olhar de incertezas diante do que pode acontecer ao pequeno garoto.

Seguido a tais acontecimentos, Jeanne presencia um grupo de resistentes colocarem uma bomba no carro que levaria Werner em passeio com seus amigos. Ao ver a cena, na noite anterior ela fica atormentada, contudo não fala nada ao capitão. Somada a essa tomada de consciência de Jeanne, Werner se conscientiza de sua verdadeira identidade, enquanto capitão alemão e nazista, numa conversa que tem com seus companheiros de guerra. Embora o capitão sempre tenha mostrado tamanha simpatia e apreço pela cultura e povo francês, os seus colegas lhe dizem que é preciso fidelidade ao Führer, uma vez que eles tinham vencido a França. Desse modo, acontece um redirecionamento identitário de ambas as partes, que os fazem se enxergar enquanto cidadãos muito mais engajados numa filosofia patriótica do que individual e sentimental.

No dia seguinte, ao ver que os amigos de Werner chegam para buscá-lo e, ao saber da existência da bomba instalada no carro deles, Jeanne começa a tocar o piano num ritmo cada vez mais frenético. Ao escutá-la, o capitão que é apaixonado por música se volta para ela e se depara com uma situação que vai muito além da linguagem musical. Jeanne, em todo o momento, tenta avisá-lo, com o seu olhar, de que algo está prestes a acontecer. Ao compreender que a moça lhe diz alguma coisa com os olhos, Werner fica atordoado tentando decifrar essa mensagem, quando escuta o estrondo do carro e a compreende.

Ao perceber que o carro havia explodido com seus amigos dentro, a tomada de consciência de cada um em relação aos seus respectivos papéis na Guerra é reforçada, pois embora Werner corteje Jeanne e ela, por sua vez, sintasse atraída, tendo nele um objeto de desejo, eles nunca estarão inseridos numa relação contígua, mas sempre oposta. (Anexos IV e V)

A certeza de oposição entre Jeanne e Werner reforça nela a vontade de se engajar com os movimentos franceses, enquanto Werner vai para a frente Russa e reafirma seu papel de capitão alemão nazista, daquele que está inserido na sociedade francesa para a destruição da sua alma.

4.3. A adesão de Jeanne à Resistência.

Seguida à tomada de consciência de Jeanne Larosière sobre sua identidade francesa e aquela de Werner, ela acaba aderindo ao movimento da Resistência. Entretanto, não é só a ciência acerca de sua

identidade que confere à Jeanne essa atitude. Outro fator de relevante importância é a prisão dos pais de Pierre, seus vizinhos.

Ao serem pegos pela polícia secreta alemã, Marie e seu marido são levados sem nenhuma piedade. Ao ver os pais serem presos, Pierre sai correndo em direção ao carro que os leva embora. Por sorte, Jeanne vai passando em outro carro e presencia a cena, enquanto Pierre grita aos prantos pedindo para que os soldados o esperem. Enquanto o menino corre em direção ao carro que leva seus pais, Jeanne desce do veículo onde está e sai correndo em sua direção. A partir desse momento, Jeanne é, também, a personificação de madame Bufferand, do conto *Ce jour-là*, que toma Pierre para seus cuidados.

Após a tomada de consciência das identidades de cada um dos personagens, e abalada com tudo o que vinha acontecendo em sua volta, Jeanne quebra o silêncio que lhe é intrínseco durante toda a estadia de Werner em sua residência. Após o capitão se despedir de todos, revelando o objetivo que Hitler mantinha em destruir a luz e sabedoria francesa, aos prantos, a jovem pronuncia adeus para o capitão alemão, no instante em que ele entra no carro para partir. Este, porém, não é um adeus apenas à pessoa por quem ela se apaixonou, mas a tudo de ruim que ela representava.

A partir desse momento, a única imagem que nos é passada é de uma vida que retoma sua rotina, porém com um detalhe: Jeanne entra definitivamente para a Resistência. (Anexo VI)

5. Considerações Finais.

Ao se adaptar as narrativas *Le silence de la mer* e *Ce jour-là* para a televisão, foi possível fazer uma ressignificação do que foi o movimento Resistente para o povo francês, através de um olhar delicado e minucioso para os aspectos culturais da época na qual as narrativas foram produzidas, em consonância com os aspectos culturais do nosso tempo.

O diálogo cultural se deu, sobretudo, através da significação da personagem Jeanne Larosière, considerada por nós a personificação do movimento. Ao apresentar as características de uma jovem moça, que lutou bastante contra seus sentimentos pelo capitão alemão, com pais que lutaram e morreram pela pátria durante a primeira grande guerra, Jeanne se impõe na narrativa fílmica como um verdadeiro símbolo do movimento. Além de criar um passado, uma relação sócio histórica para a protagonista, a equipe que adaptou o filme foi extremamente feliz e nada arbitrária na escolha do seu nome, fato que faz clara alusão à Joana D'Arc, que tanto lutou e defendeu a pátria francesa.

Sendo assim, o desfecho do filme torna-se o momento principal, no qual a garota de vida austera, professora de piano, torna-se a própria Resistência, ao adentrar à casa de uma pessoa e um pote de gerânios ser colocado na janela. A flor, símbolo do movimento francês na época da Guerra, se assemelha à Resistência devido às intempéries a que é exposta e, ainda assim, permanece viva e bela. Logo, é na última cena que se revela toda a beleza, metaforicamente representada, de Jeanne Larosière: um verdadeiro

gerânio que sobreviveu e resistiu às intempéries que os alemães, especialmente o capital Werner, lhe causou, desde o amor proibido, ao terror de ver seus queridos serem levados por um poder superior ao seu. Jeanne é a Resistência personificada, é a flor de gerânios que a tradução cultural nos propiciou.

Referências bibliográficas

ANDREW, James Dudley. **As principais teorias do cinema: uma introdução**. Trad. Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

AUMONT, Jacques et *al.* **A estética do filme**. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BERNADET, Jean-Claude. **O que é cinema**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

_____. **Literatura e outras linguagens**. São Paulo: Contexto, 2010

DINIZ, Thaís Flores Nogueira. **Literatura e cinema: da semiótica à tradução cultural**. Ouro Preto: Editora UFOP, 1999.

_____. **Tradução intersemiótica: do texto para a tela**. [s.n.t.]

GREIMAS, Algirdas J.; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1994.

GIRAUD, Ana Claudia Barbosa. **Le Silence de la mer traduzido do texto para as telas: a representação da Ocupação e da Resistência**. Fortaleza: UECE, 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

Humanidades da Universidade Estadual do Ceará,

HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da adaptação**. Trad.: André Cechinel. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 24 ed. São Paulo: cultrix, 2007.

MOGRABI, Gabriel José Corrêa; REIS, Célia Maria Domingues da Rocha. **Cinema, literatura e filosofia: interfaces semióticas**. Rio de Janeiro, 7letras, 2013.

NOVA, Vera Casa et *al.* **Interartes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ORLANDI, Eni Pucchinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2012.

PIGNATARI, Décio. **Semiótica e literatura**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

RABELLO, Lúcia Sá; SCHNEIDER, Liane. **Construções literárias e discursivas da modernidade**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

SANTAELLA, Lucia. **Leitura de imagens**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

_____. **O que é semiótica?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SILVA, Marcel V. Barreto. **Adaptação literária no cinema brasileiro contemporâneo: um painel analítico**. In: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/rumores/article/viewFile/6544/5951>

TEIXEIRA, Charles Rocha. **Tradução e ideologia: uma análise da adaptação de Le silence de la mer e Ce jour-là para a televisão**. Fortaleza: UECE, 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

VERCORS. **Le silence de la mer**. Paris : Magnard, 2001.

FILMOGRAFIA

BOUFRON, Pierre. **Le silence de la mer**. Paris: Expand drama/RTBF (Télévision belge)/SAGA Film, Édition vidéo France Télévision Distribution, 2004. DVD 5: 1H32mn. PAL.2004

Anexos

Anexo I – Chegada dos alemães e reprovação de Jeanne Larosière.



Anexo II – “Mar calmo e tempo claro”

(GIRAUD, 2009, p. 122)



Anexo III – Visita ao túmulo dos pais



Anexo IV– Jeanne observa Werner por trás das chamas (GIRAUD, 2009, *loc.cit.*).



Anexo V– Werner tem consciência de que estão em lados opostos (GIRAUD, 2009, *loc.cit.*).



Anexo VI– Entrada de Jeanne no movimento resistente francês. (GIRAUD, 2009, p. 148)



Abstract: *The Resistant movement, important during the Second World War, brought with it many elements that show the way which the French people found to don't accept the German invasion. The works of art were the own semiosis revealing values of the speech of this time, they turn to set like a possibility to enter in the French people world that participated actively of this period. Thus, we find a strong point revealing this speech in the literary texts. As literary central figure of this time, the writer Vercors is revealed as one of the main founders of the Éditions de Minuit and the author of the novel *Le silence de la mer*. Among the texts published by him, stands out the homonymous novel to the book, which was turned into a TV film and exhibited only in European TV, celebrating the sixtieth anniversary of the end of the Second World War. Considering its importance, we present an analysis of Jeanne, the central character of the TV movie, as a personification of the Resistance Movement. Therefore, we rely on studies of Teixeira (2009) and Giraud (2009) and Peirce (2012), Santaella (2012), Brait (2010) and Orlandi (2007), and found that several visual and sound elements were fundamental to strengthen the figure of resistant characters of the telefilm, especially the protagonist.*

Keywords: *Literature; Telefilm; Resistance Movement; Personification; Semiotic.*

Expressividade lexical na poética de Paes Loureiro: uma análise estilística dos *Cantares amazônicos*

Raphael Bessa FERREIRA (USP)¹
ru-98@hotmail.com

Elis de Almeida CARDOSO (USP)²
elisdacar@yahoo.com

Resumo: Este trabalho, originário de pesquisa de tese em andamento, propõe-se a averiguar acerca dos elementos do plano da expressividade lexical presentes no estilo poético do escritor João de Jesus Paes Loureiro, mais precisamente em poemas que problematizam a realidade amazônica e pertencentes à trilogia intitulada *Cantares amazônicos*, que engloba os livros *Porantim*, de 1979; *Deslendário*, de 1981; e *Altar em Chamas*, de 1982. Assim, os aspectos oriundos ao plano do léxico, aliados ao estilo do autor, serão esmiuçados graças às teorias da Estilística Lexical. Desta feita, serão de grande valia o suporte teóricos de pesquisadores do estilo poético, como Martins (1989) e Lapa (1984); bem como o aporte sobre criatividade lexical de Guilbert (1975); e também das pesquisas de neologia e de lexicologia, como as de Alves (1989), Barbosa (1981) e Basílio (1987). Com isso, faz-se necessário averiguar na produção poética de Paes Loureiro a confluência de um estilo de escrita íntimo ao acervo lexical da Amazônia. Afinal, se o estilo do escritor reflete o seu mundo interior, a sua vivência, pode-se compartilhar da ideia de que a linguagem literária de Paes Loureiro apresenta recursos de uso de vocabulário regionalista (amazônico) que expressa um conjunto afetivo irmanado ao homem daquela região.

Palavras-chave: Paes Loureiro; *Cantares amazônicos*; Estilística; Expressividade; Léxico.

1. Introdução

O presente trabalho, fruto de pesquisa de tese em desenvolvimento, propõe-se a averiguar os recursos expressivos, mais precisamente os da ordem do léxico, presentes em poemas que problematizam a realidade amazônica e pertencentes à obra *Cantares amazônicos* – trilogia composta pelos livros *Porantim* (1979), *Deslendário* (1981) e *Altar em Chamas* (1982) –, do autor paraense João de Jesus Paes Loureiro. Assim, as criações neológico-lexicais utilizadas pelo poeta nas suas composições, marca individual de sua poética, serão o foco das discussões aqui elencadas.

Dessa forma, optou-se pela seleção de poemas que, além de discutirem problemas socioambientais da realidade amazônica, apresentam ainda criações neológicas por meio de composição por justaposição, derivação prefixal e derivação sufixal, no intuito de se traçar o rastro constitutivo, portanto particular, expresso na poética de Paes Loureiro. Criações estas que são fruto do entrelaçamento dos meandros linguísticos e poéticos enquanto experimentação artística evocadora do contexto da Amazônia, *locus* temático de discussão do autor.

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa da USP. Professor Assistente I da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

² Docente do Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela USP.

Assim, será de suma relevância, para tal empreitada, o auxílio do aporte teórico dos estudos de estilo, ou Estilística, mais precisamente na abordagem de Nilce Sant'Anna Martins (1990) e Manuel Rodrigues Lapa (1984); bem como o aporte sobre criatividade lexical de Louis Guilbert (1975); e também das pesquisas de neologia e de lexicologia, como as de Ieda Maria Alves (1989), Maria Aparecida Barbosa (1981) e Margarida Basílio (1987).

A partir desse mote epistemológico, subdivide-se a pesquisa em três instâncias. No primeiro momento, os variados e muitos conceitos de estilo, de estilística literária e de estilística morfológico-lexical serão discutidos de modo a colaborarem no intento da análise almejada. Posteriormente, já na segunda instância, o conjunto da obra *Cantares amazônicos* será esmiuçado, bem como será esclarecido o que comporta tal obra e no que consiste sua poética. Por fim, a análise da carga expressiva presente na poética dos *Cantares* será dissecada graças ao suporte da estilística, mais precisamente a de vertente morfológico-lexical, no intuito de se constatar a relação que há entre as criações lexicais e o estilo individual do autor estudado.

2. A estilística e o(s) estilo(s) do autor literário

Sabendo-se que a poesia é técnica estética transgressora de um padrão normativo da língua, não se olvidando que o poeta é um recriador desta, constata-se na escritura literária a apreensão e transmutação deste material comunicativo (a língua) graças a uma série de recursos de ordem retórica (figuras de linguagem ou de estilo), fônica (som), morfológica (a formação das palavras), sintática (ordem das palavras na frase), e mesmo discursiva (das ideologias presentes na mensagem). Tais recursos, quando inventivos ao texto poético, constituem marcas expressivas daquele autor e, conseqüentemente, daquela poética.

Ora, se então a literatura é arte da palavra, nada mais óbvio do que se constatar que a palavra, em seu sentido usual, comum e cotidiano, perde, quando em texto estético, suas características ordinárias para alçar carga significativa maior, rica e não-usual, plurissignificativa portanto. O aspecto amplificador dos recursos da língua constitui um jogo que inclina à literatura de um determinado autor uma relação singular que este tem com a língua e com a arte. O autor passa a estetizar a língua, marcando-a com traços e características pessoais, íntimas e exclusivas, dando a esta uma face distinta da de uso comum.

O estilo é a marca singular com a qual um determinado autor imprime ao texto, e à sua língua, recursos e expressividades que lhe são inerentes (ao autor). Conforme postula Nilce Sant'Anna Martins, o estilo alia a si “os fatos da expressão da linguagem, organizada do ponto de vista do seu conteúdo afetivo, isto é, a expressão dos fatos da sensibilidade pela linguagem e a ação dos fatos da linguagem sobre a sensibilidade.” (MARTINS, 1989, p.4).

Sendo fato expressivo da língua e que, portanto, carrega afeto (BALLY, 1951), o estilo é marcado pelo modo com o qual um autor se depara com a linguagem poética, com a sua comunicação e com sua carga

estética. O estilo de um escritor faz surgir renovação aos estilos outros já trabalhados, é marca individual que sintetiza uma visão de mundo particularizada daquele escritor.

Há no estilo de um escritor a junção de um valor sentimental (ou afetivo) a um valor intelectual (ou racional). Esses dois valores, segundo Manuel Rodrigues Lapa, andam ligados, “mas, por via de regras, em proporções diferentes” (LAPA, 1984, p.26). Com isso, conclui-se que o estilo “valoriza”, tanto de forma afetiva quanto de modo intelectual, a língua, motivando-a semanticamente em uníssono com a carga expressiva que se apresenta no material poético. O estilo demonstra, portanto, a potencialidade expressiva da língua em seu uso estético, revelando, em uma obra literária, parte de uma “unidade diferenciada da cultura da época de sua criação” (BAKHTIN, 2003, p.364).

A apreensão da carga expressiva perceptível no estilo de um autor demonstra “a ilusão que o texto cria no espírito do leitor.” (RIFFATERRE, 1976, p.48), tanto quanto age sobre este de modo a instar receptividade de construção de sentidos e de diálogo a um sujeito pressuposto, o que, diferentemente do que afirmava Buffon, de que “o estilo é o próprio homem” (BUFFON, 1946, p.25), na verdade o estilo “são dois homens” (DISCINI, 2009, p.07).

Desse modo, a análise estilística do texto incita ao leitor a apreensão dos mecanismos potencializadores da língua, sendo um desses o aspecto morfológico imbuído na estética literária, visto que por meio do estudo das palavras, e de suas formações no texto estético, o escritor plasma não somente uma visão de mundo particularizada, mas também contata um modo diferenciado e individual de se utilizar dos recursos da língua, afinal as “coisas são prenes da palavra” (BAKHTIN, 2003, p.294).

A essa subdivisão da estilística que trata dos aspectos morfológicos da língua dá-se o nome de estilística morfológica, que, segundo Elis de Almeida Cardoso, “preocupa-se com o estudo da expressividade obtida com a formação e com a flexão de palavras”. (CARDOSO, 2013, p.30).

Pelo estudo dos recursos expressivos utilizados pelo artesão da palavra na poesia, o leitor desvela um universo íntimo da realidade vivenciada pelo escritor. Afinal de contas, o léxico tem

nécessairement un aspect social; il exprime la vie, les structures sociales de cette communauté dans la langue et devient ainsi, lui même, une structure de cette communauté, soumise, comme elle, à une norme commune puisqu’il est un élément de sa vie et de sa survie. (GUILBERT, 1975, p.45)

O repertório linguístico empregado por um autor foca uma relação deste com sua comunidade linguística. O sertão confluyente de Minas Gerais, Bahia e Goiás não seria realmente poetizado sem o artifício da assimilação das marcas de oralidade e do lexical dos sertanejos que João Guimarães Rosa soube muito bem empregar em suas obras. O mesmo pode ser dito em relação ao pantanal mato-grossense de Manoel de Barros, o sertão nordestino de Ariano Suassuna ou mesmo a Moçambique de Mia Couto, todos escritores que souberam utilizar em suas obras recursos da língua em seus aspectos oral, coloquial e erudito, de modo a recriar esta potência comunicativa do homem.

Daí a estilística léxica preocupar-se com “os aspectos expressivos ligados aos componentes semânticos e gramaticais das palavras. (CARDOSO, 2009, p.68). O leitor, ao se deparar com a obra dos autores citados - Guimarães Rosa, Manoel de Barros, Ariano Suassuna, Mia Couto e Paes Loureiro - terá necessariamente de observar o teor inovador, e mesmo arcaico, com o qual estes autores aplicam teores estéticos à língua, renovando-a e recriando-a conforme suas intenções (dos autores), marcando com isso um estilo próprio.

3. Cantares amazônicos: o ciclo poético da linguagem mitomorfa

Na literatura brasileira, mais precisamente na de expressão amazônica, o poeta paraense João de Jesus Paes Loureiro marca um fenômeno singular com sua obra, visto que a poesia é, para este autor, uma real “encantaria da linguagem” (PAES LOUREIRO, 2008, p.07). Mas o que seria essa “encantaria” do material linguístico? que meios artísticos provenientes dessa lapidação textual constituem dado estranho à *poiesis* loureiriana? Certamente a confluência entre um conteúdo proveniente da realidade amazônica em concomitância à concepção criadora expressa na experiência languageira do poeta.

Essa oscilação entre forma e conteúdo do fazer poético estabelece, não obstante, um espaço reflexivo aos fundamentos da estruturação do próprio poema (plano da forma), bem como à compreensão dos múltiplos sentidos expressos nas relações significativas do jogo entre as palavras (plano do conteúdo).

A isso alia-se uma consciência impulsionadora do sentimento estético e religioso, daí o termo “encantaria”, que transcende a linguagem banal e cotidiana da comunicação rumo a uma dimensão simbólica do homem amazônico, em diálogo, é claro, com sua realidade, e com seus mitos e lendas. Farta matéria ensejada à cultura daquela região.

Não por acaso, Paes Loureiro expressa essa dimensão mágico-real do contexto amazônica no ciclo poético intitulado *Cantares amazônicos*. Composto por três obras, os *Cantares* reúnem os livros *Porantim* (1979), *Deslendario* (1981) e *Altar em Chamas* (1982), experiências poéticas que deflagram um caráter combativo e de responsabilidade denunciadora dos abandonos sociais flagelados ao povo amazônico, aos ribeirinhos, aos caboclos, etc; sem, no entanto, deixar de atentar à instauração de uma significatividade de vestes antirretóricas ao trabalho literário, no qual linguagem e mito conferem à poesia o *status* de mito-poema.

Assim, a trilogia dos *Cantares amazônicos* é composta por obras questionadoras do espaço e do mundo amazônico em seus problemas e conflitos contemporâneos. Tal *locus*, antes paradisíaco, jaz transformado ante ao “desenvolvimento” da região, processo político-transformacional no qual o mundo ancestral, de mitos, lendas e fantasias (o imaginário cultural amazônico) é vislumbrado em momentos finais devido à corrosão oriunda da perda das tradições e dos costumes locais.

Nessa paisagem, outrora edênica, jaz um mundo desencantado que se insurge como mote temático aos três livros do autor, ensejando com isso um ciclo poético de caráter lendário e primitivo, seja em sua fase de maior cunho ancestral, como em *Porantim*; ou nos angustiantes períodos de opressão ditatorial presentes naquela realidade, como em *Deslendario*; e mesmo no derradeiro e trágico momento, como em *Altar em Chamas*.

O autor, de modo a construir um ciclo temático de caráter denunciador, compõe nos três livros uma trajetória de percurso descendente, nos aspectos morais, políticos, sociais, econômicos e mesmo culturais. Em *Porantim*, o remo mágico dos indígenas dá início ao ciclo poético, abarcando ainda sentimentos heroicos e épicos da cultura amazônica; já em *Deslendario* há o falimento do mundo mítico devido os prejuízos trazidos pela economia capitalista (desmatamento, busca pelo ouro e conflitos agrários); e em *Altar em Chamas*, Belém, a não mais “metrópole da Amazônia”, é retratada melancolicamente, como a Paris de Baudelaire, possivelmente por conta da fragilização dada pela ausência de uma cultura fantástica e nativa, agora soterrada na memória.

Ao discutir a poética geral dos *Cantares amazônicos*, o crítico Benedito Nunes afirma que ao poeta:

cabe lamentar o que perece no vórtice da destruição e torná-lo matéria de canto. O seu juvenil compromisso político não desaparece, mas sofre uma metamorfose: transforma-se no valor afirmativo de resistência da palavra poética, o que pressupõe, como base da buscada visão amazônica do mundo que o sustenta, com a dimensão de um projeto existencial, não mais sancionado pela necessidade histórica, o engajamento do poeta e de sua obra à região – engajamento enquanto enraizamento, ou, segundo o mais forte termo de Mário de Andrade, enquanto radicação de ambos, obra e poeta, à terra. (NUNES, 2000, p.15).

Com isso, pelas suas temáticas, os *Cantares amazônicos* discutem o mundo amazônico; enquanto que, em seu aspecto estilístico, poético, portanto, a obra comporta o uso de recursos estilísticos pertencentes ao universo linguístico regional, se valendo de palavras íntimas àquele local no intuito de recriar, pelo artifício estético, uma realidade que se quer mítica, senão mitomorfa, já que os mitos, assim como a língua, se transsubstanciaram.

4. Na lavra das criações estilístico-lexicais de Paes Loureiro

Ao longo de toda obra de João de Jesus Paes Loureiro são recorrentes as aparições de palavras regionais (de uso frequente no *locus* amazônico), de vocábulos de origem tupi, de estrangeirismos, bem como de neologismos formados por inúmeros processos de formação lexical. Nos *Cantares amazônicos*, não é diferente, visto que muitas ocorrências de criações de palavras são vistas nos poemas pertencentes a este ciclo poético. Esse fenômeno, o da criação lexical, deve ser averiguado de modo especial na análise poética, afinal de contas, em “função da individualização das criações feitas por locutores na comunidade linguística” (BARBOSA, 1981, p.78), o poema espelha um mundo orgânico dos falantes, personagens

viventes daquele universo, estabelecendo, na ordem do poético, similitudes e diferenças da linguagem convencional.

No espaço cabível a este texto, um recorte de algumas destas neologias será exposto, dentre elas as criações por composições justapostas e as derivações, prefixal e sufixal, balizadas pela Regra de Formação de Palavras (RFM), conforme postula Sandmann (1992).

Destaca-se, entretanto, que a seleção das palavras aqui analisadas deu-se pela escolha daquelas que intrinsecamente dizem respeito à realidade amazônica, transfigurada pelo poeta principalmente com o uso de lexias de campo semântico ligado à água (ou aos rios da bacia amazônica), à flora (ou a vegetação típica da região, em processo de desmatamento) e mesmo a um repertório culturalmente significativo aos caboclos, povos indígenas e ribeirinhos do norte do país.

4.1 Criações neológicas por composições justapostas de palavras

A criação de palavras pelo processo de composição possui tradicionalmente uma divisão em seus conceitos (ALMEIDA; CORREIA, 2012, p.52): “composição por justaposição” e “composição por aglutinação”. Esta diferencia-se daquela pela subordinação tônica e perda de elemento mórfico de uma palavra constituinte, enquanto que na justaposição há uma integridade fônica dos constituintes em consonância com uma isenção de perdas ou cortes de suas partes mórficas.

Sublinha-se, contudo, que na seleção das composições por justaposição presentes na obra de Paes Loureiro, deu-se preferência àquelas que não possuem o auxílio do hífen e que, ao mesmo tempo, trazem à sua poesia uma relação semântica e simbólica ao contexto amazônico, dando a estas palavras carga expressiva revitalizadora.

Os oito exemplos de criação neológicas por justaposição possuem, semântica e lexicalmente, pertencimento ao campo de palavras oriundas de significatividade inerentes aos conceitos de rios, igarapés, braços fluviais e furos da bacia hidrográfica do imenso rio Amazonas.

Em dois casos analisados deste tipo de formação de palavra verifica-se o modo de combinação substantivo + substantivo, enquanto que nos outros seis exemplos há a combinação substantivo + adjetivo na ordenação determinado/determinante, em que o substantivo possui função de sujeito e o adjetivo tem a função predicativa.

Em “Paisagem recordada: Abaetetuba, de avião”, o autor se vale de uma composição de dois substantivos justapostos de modo a unir duas realidades hídricas distintas em extensão, tamanho e salinidade, o igarapé (de água doce) e o oceano (de água salgada):

Ali a vida – igarapeoceano –. (LOUREIRO, 2000a, p.265).

A junção destas duas palavras, de campo semântico idêntico, mas de significados distintos, promove no verso uma amplificação expressiva do substantivo “vida”, que é curta e vasta em sua extensão temporal

e afetiva. O neologismo, nesse caso, promove noção de qualidade (qual um adjetivo) à palavra “vida”, dando a esta característica grandiosa. Ao mesmo tempo, o neologismo transfigura a existência dos seres da região, não mais viventes apenas à beira do igarapé, mas também ao oceano Atlântico, onde as águas do Amazonas são lançadas, mesclando-se tanto os tipos de água (uma, doce; outra, salinizada) quanto ampliando-se o caráter infinito da vida daqueles caboclos.

No “Cântico III”, pertencente ao primeiro livro dos *Cantares amazônicos*, *Porantim*, verifica-se fenômeno de criação lexical semelhante ao se analisar o neologismo “maroceano”:

Agora o peixe lento vai sozinho
e busca a foz
o nada,
maroceano
mar do mar. (LOUREIRO, 2000c, p.34)

Neste caso, há uma amplificação de carga semântica, *ad infinito*, da vastidão imensurável do mar, pois agora ele se pactua ao oceano, expandindo-se incessantemente até unir-se novamente ao mar, tornando-se “mar do mar”. Isto é promovido graças a “uma fusão semântica” (SOUZA-E-SILVA; KOCH, 2011, p.54), que, neste caso, é completa.

Já no “Cântico X”, poema também incluso em *Porantim*, Paes Loureiro promove à criação neológica uma representação plástica, quase fotográfica, do movimento das águas e dos rios amazônicos, em movimento sinuoso, qual o realizado por uma serpente:

Cobracorrente
o rio
mundia a selva. (LOUREIRO, 2000c, p.45)

Constata-se assim que a união do substantivo “cobra” ao elemento “corrente” (curso das águas do rio), enseja modificação à palavra “rio” ao remontar-se semanticamente, pela junção de palavras, ao movimento ondulatório e irregular da geografia dos rios (sempre em formato irregular). Fenômeno lexical e semântico idêntico ao estruturado no “Cântico XIII”:

A correnteza da vida
- riocorrente. (LOUREIRO, 2000c, p.52)

O fluxo contínuo da correnteza, o fluir incessante das águas, sem início, meio ou fim, impõe ao neologismo a abertura significativa de uma leitura expansiva do poema e dos seus versos, principalmente ao vocábulo “vida”, que, em acepção puramente filosófica, de cunho heraclítico, torna-se mutável, fluidica e ininterrupta.

No “Cântico XV”, de *Porantim*, o movimento de vai-e-vem das águas do rio e do mar, em concomitância com a mudança cíclica das marés baixa e cheia, é representado por uma fusão de lexias que,

morfologica e fonicamente, combinam ao rio e suas águas o choque, “macaréu”, de sentimentos, “Amor” e “a/Mar”:

Amoracima
 Marabaixo
 Macaréu (LOUREIRO, 2000C, p.54)

No mesmo poema o rio toma proporções de trajetórias extensivas, ainda mais se instado ao sentimento de solidão que a grandiosidade da vastidão de suas águas dá ao espectador:

A solidão
 O riolonge (LOUREIRO, 2000c, p.54)

Para o poeta o rio ganha características humanas, tornando-se um ser vivente, ao mesmo tempo em que o eu-lírico torna-se rio, ganhando aspecto mítico:

riohumano a penar
 de margem a margem (LOUREIRO, 2000c, p.76)

4.2 Criações neológicas por derivação prefixal

A derivação prefixal é fenômeno bastante comum no estilo do poeta dos *Cantares amazônicos*, sendo constantes as criações neológicas que se dão a partir da junção de afixo prefixal + base. Nos casos aqui explorados, além da escolha de palavras novas à língua carregadas de valor expressivo ante a realidade e ao convívio amazônico, selecionou-se a recorrência da partícula *des-* presente em alguns versos de *Porantim*, *Deslendário* e *Altar em Chamas*.

Em “Primeiro poema da enchente amazônica ou deslenda fluvial II”, o autor traça o atual perfil dos personagens míticos da cultura amazônica. Agora não mais lendários e nem mesmo amazônicos:

desamazônicos seres deslendados (LOUREIRO, 2000b, p.165)

Ora, num contexto em que há a morte do aspecto sagrado e mítico de convivência entre os homens e os seres lendários, o uso do artifício da partícula prefixal *-des* promove às palavras-base uma ressignificação não só destas, como também de toda a carga semântica que possuem, já que este afixo tem como eixo modificador à base o caráter semântico de negação, oposição ou privação (ALMEIDA; CORREIA, 2012, p.49).

O aspecto mágico das lendas é esgotado, tornando-as, agora, não mais lendas (*deslendas*) e, com isso, não mais pertencentes ao universo do imaginário amazônico (*desamazônicos*). Estes seres foram privados de todo o teor mítico que antes possuíam. Não é por acaso que o título do livro no qual o poema se inclui chama-se *Deslendário*, que trata não menos sobre o fim da aura lendária da região, de sua natureza, de suas crenças e mitos.

É muito comum na poesia loureiriana a criação de palavras pela junção deste prefixo, *-des*, devido a este ser, na própria língua portuguesa, bastante produtivo (SANDMANN, 1992), sempre combinando, como de praxe, a estrutura determinante/determinado, visto que os elementos prefixais são expressivos a ideias gerais.

Na “Deslenda Rural X” é nítida a consonância entre o sentido de privação o qual a partícula *-des* promove à palavra-base, metaforizada no verso, de cunho semântico ligado à fecundação da natureza:

terra desplacentada, devastada. (LOUREIRO, 2000b, p.179)

Não mais terreno fértil, pois devastada, a “terra”, agora improdutiva, é ligada simbolicamente à figura materna, qual uma grande mãe (imagem arquetípica da mãe natureza ou de Gaia), visto não possuir a bolsa da fecundação, a placenta (*desplacentada*).

Ainda nessa discussão, semelhante criação lexical, do mesmo tom semântico de “fecundação”, ocorre no poema “Cântico XXI”, de *Porantim*, contudo apresentando tom adjetival ao substantivo “tédio”:

o tédio tudo
esse-um machofêmea desfecundo. (LOUREIRO, 2000c, p.179)

Aqui a ambivalência do gênero (machofêmea) e a indeterminação-determinação (esse-um) caracterizadores do substantivo “tédio” transmitem ares não fecundantes à vida, o “*desfecundo*” ou não fecundo.

Na “Deslenda narcísica do Boto III” o personagem folclórico que dá nome ao título do poema perde o seu caráter mágico. O poder de encantar, pela beleza, as ribeirinhas, de forma a fazer com que estas se apaixonassem por ele, é extraído do cetáceo, integrando a este ares intertextuais ao personagem mítico de Narciso:

Deslendido boto, desnarciso (LOUREIRO, 2000b, p.124)

A perda semântica que o afixo *-des* promove ao vocábulo “inocente” motiva, na “Deslenda Rural XV”, o poeta a refletir sobre o aniquilamento que o progresso provocara na cultura amazônica:

Desinocente sou
No colo da Mãe D’Água... (LOUREIRO, 2000b, p.203)

O neologismo “Desinocente” exprime, em tom de denúncia, o padecimento de um ser que se vê inútil diante de forças atrozetas que corrompem o seu *habitat*. Daí ele estar em posição infantil, qual um recém-nascido, nos colos da “Mãe D’água”, única das poucas figuras míticas sobreviventes naquele não mais *locus sacer*.

Caráter semântico semelhante pode ser visto no poema intitulado “Deslenda Rural XV”:

nessa desconstelada noite dos colonos
esburacada de balas. (LOUREIRO, 2000b, p.205)

O céu, metaforicamente simbolizando a liberdade dos colonos de terras, não é mais estrelado, uma vez que fora alvejado por “balas”, clara alusão à violência no campo. A simbologia da noite (o temor e o terror da violência) e da perda da luz (a esperança) são jungidas metaforicamente na criação neológica “desconstelada”, ou o que não tem estrelas.

4.3 Criações neológicas por derivação sufixal

Muito recorrentes nas criações lexicais da língua portuguesa, a derivação sufixal, além de seu aspecto morfológico (união de um afixo à direita de uma base), provoca ainda a atribuição de uma “ideia acessória” à palavra-base, bem como a “alteração da classe gramatical desta” (ALVES, 1989, p.29), determinando-lhe a categoria de derivado (ALMEIDA; CORREIA, 2012).

Optou-se aqui pela escolha de duas formas de criações neológicas formadas por derivação sufixal presentes na poesia de Paes Loureiro. Uma, a sufixação adjetival; outra, a sufixação adverbial. Para cada um destes processos de formação de palavras selecionou-se dois casos exemplificados.

Na poesia de Paes Loureiro encontra-se, dentre os neologismos ligados semanticamente ao rio Amazonas ou ao contexto amazônico, uma variedade de processos de formação de palavras por sufixação, dentre elas, como em “Deslenda Narcísica do boto VII”, tem-se o que ALMEIDA; CORREIA (2012, p.30) cunham de sufixação que visa “adjectivalizações denominais”:

Em aquerônticas águas já banhado,
nas brenhas e confins (LOUREIRO, 2000b, p.149)

O Aqueronte era o rio mitológico grego no qual, graças ao barqueiro Caronte, os mortos podiam realizar a travessia do mundo dos vivos para o mundo dos mortos. Sendo um dos afluentes do Estige, um dos rios gregos do Tártaro (a terra dos mortos), o Aqueronte é também conhecido por significar “rio do infortúnio”. Nos versos transcritos acima, a poesia de Paes Loureiro engloba aos rios amazônicos o aspecto trágico das águas míticas do Aqueronte graças ao acréscimo do sufixo *-ico*, elemento mórfico formador de adjetivos. Esse aspecto fúnebre que o neologismo dá ao rio sintetiza o que Lapa afirma provocar o sufixo no texto literário, uma vez que é “nos sufixos que a descarga das paixões se dá com maior energia. Os sentimentos que vulgarmente agitam a nossa alma e que se resumem, afinal, no amor e na aversão que manifestamos de ordinário pelas coisas e pelas pessoas, refletem-se perfeitamente em alguns sufixos” (LAPA, 1984, p.76).

Segundo Alves (1989, p.33) o sufixo *-ico* deriva ainda “adjetivos neológicos formadores de referências”. No poema “Ver-o-Peso” isto fica evidenciado na formação neológica de base oriunda também do universo mítico greco-romano:

Cunhantãs brotam dos rios suas graças afrodíticas... (LOUREIRO, 2000a, p.282)

Deusa da beleza e do amor, Afrodite inspirava aos seres humanos os sentimentos afetivos e sexuais ligados ao prazer. Nota-se que a criação neológica do verso, “afrodíticas”, semanticamente ligada aos anseios e volúpias da carne, referencia tanto o substantivo “graças” quanto “Cunhantãs”, pois são estas seres femininos, ainda virgens, que exalam apetite sexual aos homens.

Por sua vez, o sufixo *-mente*, comumente recorrente nas criações lexicais da língua falada e na escrita literária, é formador, nas palavras de Margarida Basílio, da “esmagadora maioria dos advérbios” (BASÍLIO, 1987, p.62). Sua alta produtividade para a criação de advérbios é posta em relevo à palavras-base de gênero feminino no intuito de designar-lhe “modo” (ALVES, 1989, p.35). Não é diferente na poesia loureiriana. Em “Tédio” o sufixo *-mente* é posto a um superlativo, pacientíssimo, de modo a ampliar nesta palavra a referência modal da relação do homem com o tempo:

Ah! Essa hora

Ruminando-me pacientissimamente. (LOUREIRO, 2000a, p.289)

Já no poema “Rua de madrugada”, a paisagem noturna, o céu estrelado, é plasmado no chão, na “poça d’água”, que, em círculos provocados no espelho da água, assemelha-se à imagem do processo de alimentação da Boiuna debaixo dos rios, em movimento reverberador na água:

Herança da chuva

a poça d’água

boiunamente digerindo estrelas. (LOUREIRO, 2000a, p.348)

5. Considerações finais

Após a análise atenta das marcas expressivas ligadas ao plano do léxico com as quais Paes Loureiro se vale em suas obras, constata-se que o autor possui um estilo de escrita de poesia ligado ao contexto linguístico e cultural da região amazônica. Palavras intimamente oriundas do universo cultural do caboclo, do ribeirinho e dos demais seres vivos daquele contexto, são traçadas nos versos de forma subversiva, recriando suas significações e imputando-lhes uma carga poética própria necessária à simulação mimética e estética daquela realidade.

Como visto, nos poemas pertencentes ao ciclo dos *Cantares amazônicos* são nítidos inúmeros processos estilísticos de criação morfológica. Tais recursos tornam-se eficazes na ampliação não só do campo lexical com o qual o leitor irá adentrar, mas também na pluralidade possível de carga significativa imbuída no campo semântico de tais lexias. As criações lexicais aqui analisadas demonstram parte de toda uma cosmovisão sobre a realidade amazônica, seus indivíduos e sua cultura, e que se faz como ponto referencial ao estilo do autor.

Submetendo à língua uma densa carga de afetividade e de expressividade, Paes Loureiro insufla ao material poético uma série proeminente de elementos transcendentais a uma dada vivência. Contudo, o

corpus que se aqui se analisou transmite apenas parte de toda a extensa criatividade deste autor. Os *Cantares amazônicos* constituem-se, portanto, de um vero cântico da língua portuguesa, seja em suas transformações morfológicas, em suas polissemias semânticas, ou mesmo na recriação de um mundo ideológico que se faz discurso válido na arte da palavra. Afinal, o enunciador dos *Cantares* está inserido em uma esfera social (MAINGUENEAU, 1997) e, pela comunicação proposta ao leitor no discurso, vislumbra-se uma mundividência que reflete suas “escolhas” (a expressividade do autor) imbuídas ao longo do enunciado poético (BAKHTIN, 2003).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos; CORREIA, Margarita. **Neologia em Português**. São Paulo: Parábola, 2012.
- ALVES, Ieda Maria. **Neologismo – Criação Lexical**. São Paulo: Ática, 1989.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BALLY, Charles. **Traité de Stylistique Française**. Paris: Klincksieck, 1951.
- BARBOSA, Maria Aparecida. **Léxico, produção e criatividade**. São Paulo: Global, 1981.
- BASÍLIO, Margarida. **Teoria Lexical**. São Paulo: Ática, 1987.
- BUFFON, Georges-Louis Leclerc. **Discours sur le style**. Paris: A. Hatier, 1946.
- CARDOSO, Elis de Almeida. A poesia: escolha lexical e expressiva. CARDOSO, Elis de Almeida, CONDÉ, Valéria Gil, GIL, Beatriz Daruj. **Modelos de Análise Linguística**. São Paulo: Contexto, 2009. p.67-77.
- _____. **Drummond – um criador de palavras**. São Paulo: Annablume, 2013.
- DISCINI, Norma. **O Estilo nos Textos – histórias em quadrinhos, mídia, literatura**. São Paulo: Contexto, 2009.
- GUILBERT, Louis. **La Créativité Lexicale**. Paris: Librairie Larousse, 1975.
- LAPA, Manuel Rodrigues. **Estilística da Língua Portuguesa**. Lisboa: Coimbra, 1984.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. Altar em Chamas. **Obras Reunidas**. São Paulo: Escrituras, 2000a. p.209-353.
- _____. Deslendário. **Obras Reunidas**. São Paulo: Escrituras, 2000b. p.97-208.
- _____. Porantim. **Obras Reunidas**. São Paulo: Escrituras, 2000c. p.23-96.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1997.
- MARTINS, Nilce Sant’Anna. **Introdução à Estilística – a expressividade na língua portuguesa**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989.

NUNES, Benedito. O nativismo de Paes Loureiro. LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Obras Reunidas**. São Paulo: Escrituras, 2000. p.01-20.

RIFFATERRE, Michel. **Estilística Estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1973.

SANDMANN, Antônio. **Morfologia Lexical**. São Paulo: Contexto, 1992.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília P. de; KOCH, Ingedore. **Linguística aplicada ao português – morfologia**. São Paulo: Cortez, 2011.

Abstract: *This work, originally from thesis in progress, is proposed to discuss about the elements of the lexical expressivity presents in the poetic style of the writer João de Jesus Paes Loureiro, more precisely in the poems belonging to the trilogy entitled “Cantares amazônicos”, which encompasses the books “Porantim”, 1979; “Deslendário”, 1981; and “Altar em Chamas”, 1982. Thus, the issues of lexicon, together with the author's style, will be scrutinized with theories of Lexical Stylistics. This time will be of great value to researchers support the theory of the poetic style, as Martins (1989) and Lapa (1984); and the creative contribution of the lexical by Guilbert (1975); and also the research of neology and lexicology, such as Alves (1989), Barbosa (1981) and Basíliol (1987). In this way, it is necessary to examine the poetics of Paes Loureiro as a confluence of a style belonging to the lexical heritage of Amazon writing. After all, if the style of the writer reflects your world, is possible share the idea that the literary language of Paes Loureiro represents a regionalist vocabulary (Amazon) that expresses an affective whole from the man from that region.*

Keywords: *Paes Loureiro; “Cantares amazônicos”; Stylistics; Expressivity; Lexicon.*

TEXTOS MULTIMODAIS E CONTEXTOS NO DISCURSO PUBLICITÁRIO: EXPRESSÕES VERBAIS E IMAGÉTICAS COM SEUS IMPLÍCITOS CULTURAIS NA REPRESENTAÇÃO DO FEMININO

Regina Célia Pagliuchi da SILVEIRA (PUC/SP)¹
regcpf@osite.com.br

Resumo: Este trabalho situa-se na Análise Crítica do Discurso (ACD) e trata da representação do feminino em anúncios publicitários brasileiros publicados em revistas. Busca-se contribuir para a análise discursiva de textos multimodais, com enfoque crítico. São objetivos específicos: 1. Examinar valores culturais/ideológicos, em anúncios publicitários brasileiros, relativos à construção implícita de uma identidade feminina; 2. Verificar, nos anúncios, a inter-relação do lingüístico com a imagem, para a explicitação de implícitos; 3. Analisar o “dado” e “novo” na composição multimodal. A pesquisa baseou-se na vertente Semiótica Social e da vertente Sociocognitiva da ACD e da Teoria das representações sociais. Os resultados indicam: 1. Os valores culturais e ideológicos guiam o anunciador publicitário na construção de uma necessidade de consumo para o seu auditório, a partir de contextos social, discursivo, cognitivo e de linguagem; 2. A relação entre o verbal e a imagem é recurso utilizado na construção retórica da sedução do consumidor, para apresentar o novo; 3. As categorias do anúncio publicitário são organizadas, em um movimento de redução e expansão que constrói uma lexia textual cujo significante é a designação do produto e o conteúdo, as predicções retóricas atualizadas. Conclui-se que urge analisar os anúncios publicitários inscritos em suas inter-relações multimodais.

Palavras-chave: anúncios publicitários; multimodalidade textual; representação do feminino; análise crítica do discurso; implícitos e contextos.

1. Introdução

Este texto está situado na área da Análise Crítica do Discurso e tem por tema a interrelação de texto, cotexto e contextos na explicitação de implícitos culturais e ideológicos contidos na representação do feminino, em textos multimodais, anúncios publicitários impressos.

O objetivo geral é contribuir com o enfoque crítico para a análise discursiva de textos multimodais, na representação do feminismo, no Brasil..

São objetivos específicos: 1. Examinar a seleção e a combinação de cognições sociais, expressas em anúncios publicitários, com seus respectivos contextos, na representação do feminino. 2. Examinar valores culturais/ideológicos, presentes em anúncios publicitários brasileiros, relativos à construção de uma identidade feminina; 3. Verificar, na organização textual e contextual desses anúncios, a inter-relação do lingüístico com a imagem, para a explicitação de implícitos; 4. Analisar o “dado” e “novo” na composição multimodal.

Tem-se por pressuposto que toda produção textual e a construção de sentidos são elaboradas cognitivamente pelo processamento da informação, na memória de trabalho das pessoas. Sendo assim,

¹ Doutora em Letras. Docente do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC/SP.

entende-se que para analisar os discursos, de forma crítica, é necessário inserir a categoria Cognição às categorias Sociedade e Discurso. (cf. van Dijk, 1997)

A pesquisa que vem sendo realizada situa-se na interrelação das vertentes social, sócio-cognitiva e semiótica social e trata dos valores culturais e ideológicos contidos na representação do feminino, no Brasil. Tem-se por ponto de partida que as raízes históricas da sociedade brasileira são machistas e os valores (negativos e positivos) atribuídos à mulher têm por parâmetro a sua submissão obediente ao homem.

Entende-se, segundo Fairclough (2003) que toda mudança social acarreta uma mudança no discurso e vice-versa. Sendo, assim, com as altas tecnologias houve uma mudança social que propiciou uma mudança no discurso. Nesse sentido, a pesquisa que vem sendo realizada busca verificar se houve mudanças em relação à representação do feminino, na sociedade brasileira atual.

O material analisado é constituído de anúncios publicitários multimodais impressos, publicados em revistas brasileiras, nos anos 2011 e 2013. As análises realizadas foram orientadas pelas categorias Sociedade, Cognição e Discurso e objetivaram examinar as relações cotextuais entre imagens, cores e expressões verbais, assim como os contextos selecionados na produção textual-discursiva.

Tem-se por ponto de partida que sexo e gênero são noções complexas que durante muito tempo foram consideradas sinônimas. A partir da década de 1960, ocorre uma diferença entre essas duas noções: sexo é uma noção ligada à Biologia, definida por gens e hormônios; ao passo que o gênero está relacionado à Sociologia e à Psicologia Social, sendo construído socialmente. Em outros termos, sexo é relativo a homem e mulher e gênero, a masculino e feminino que são representações sociais, construídas no e pelo discurso. Assim, desde que se entenda que a ideologia e a cultura guiam essas representações, a pesquisa, que vem sendo realizada, justifica-se, pois é necessário analisá-las de forma crítica, para verificar os valores positivos e negativos contidos nas expressões textuais, já que eles propiciam a manifestação e a reprodução de crenças sociais preconceituosas, relativas à questão social do feminino.

No que se refere à multimodalidade textual, justifica-se o tratamento dado, pois com a pós-modernidade e suas mudanças sociais, os textos multimodais do discurso publicitário passam a ocupar lugar importante nas interações discursivas, no capitalismo tardio. Anteriormente, os textos eram preferencialmente verbais e, quando construídos com outras semioses, projetavam significações fixas para o visual. Hoje, os textos multimodais são diferentes, pois estão compostos pelo inter-relacionar dinâmico da imagem e da cor com o verbal, exigindo outras estratégias de produção e compreensão textual. Sendo assim, é necessário tratar os textos multimodais para, com um enfoque crítico, verificar como eles manifestam traços culturais e disseminam reproduzindo ideologias.

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa mais ampla, a respeito das representações ideológicas e culturais do feminino em diferentes discursos. Entende-se que a construção social do feminino é realizada tanto por discursos públicos quanto eventos discursivos particulares; estes

são guiados por aqueles, mas, também, os modificam. Tal construção é perpassada pela cultura, valores sócio-cognitivos transmitidos de pai para filho, e pela ideologia, valores impostos pelo poder, de forma a impor discriminações, ou seja, valores sócio-cognitivos que atendem aos próprios interesses do poder. (cf. Silveira, 2009).

2. A Análise Crítica do Discurso (ACD)

A ACD está ligada à Escola de Frankfurt e utiliza o conceito de discurso como uma prática social que propicia investigar contextos específicos, a partir da linguagem (sons, letras, imagens, cores etc). Porém, o discurso, também, é visto como uma força dinâmica, um elemento mais abstrato da prática social que influencia a sociedade e é por ela influenciado, na construção de valores culturais e ideológicos que estão presentes nas formas de representação, ou seja, formas de conhecimento social e individual. Assim, a ACD é tanto uma teoria para análise linguística dos textos quanto uma teoria social para a análise dos fenômenos sociais, das práticas e costumes em comunidade; nesse sentido, busca tecer uma crítica social.

A ACD objetiva, por meio da investigação das práticas e da análise textual, verificar as representações que permeiam um dado evento e as estruturas que sustentam as práticas que lhes são subsidiárias, isto é, de que forma os discursos concorrem para a manutenção de um *status quo* dentro da estrutura social. Com uma visão crítica, os analistas do discurso estão atentos a questões relativas a injustiça, preconceito, perigo, sofrimento, como, também, os contextos em que essas distorções emergem, com vistas à mudança social.

De forma geral, a ACD é multi e transdisciplinar e centra-se em problemas sociais e busca analisar tanto os elementos das práticas sociais quanto os das práticas discursivas; logo, analisar o discurso de forma crítica requer teorização e descrição tanto dos processos e das estruturas sociais que dão lugar à produção de um texto, quanto das estruturas sociais e os processos com os quais os indivíduos ou os grupos sociais, como sujeitos históricos, criam sentidos em sua interação com os textos.

Segundo Fairclough (2001, 2003), a ACD objetiva, por meio da investigação das práticas e da análise textual, verificar as representações que permeiam um dado evento e as estruturas que sustentam as práticas que lhes são subsidiárias.

A ACD, segundo Wodak (2003), é constituída por diferentes vertentes, embora todas elas postulem uma dialética entre o social e o individual: o social guia o individual e este modifica o social. Logo, o discurso é um momento irredutível da vida social, em constante articulação dialética com outros momentos de práticas sociais: ação/interação, relações sociais, mundo material e pessoas, com crenças, valores, atitudes, histórias. Sendo assim, o sujeito é visto como um elemento dinâmico que, percorrendo as consciências humanas e as interações entre as pessoas, age conjuntamente com outros elementos das

práticas sociais discursivas tanto de forma positiva quanto negativa. Investigar tais práticas é um esforço de compreender os fenômenos sociais.

No que se refere ao verbal, de forma geral, os analistas do discurso com visão crítica têm por ponto de partida as categorias “dado” e “novo” da gramática sistêmico-funcional de Halliday (1985). Dessa forma, eles buscam o potencial ideológico do sistema de categorização das representações implícitas em determinados vocábulos, ou seja, com as maneiras particulares de “lexicalizar” a experiência e o modo pelo qual as estruturas gramaticais linguísticas organizam esses vocábulos em estruturas frasais.

No que se refere ao visual, os semiotistas sociais contribuem para o entendimento dos modos semióticos, nos atuais textos multimodais. Segundo Kress e van Leeuwen (2001) os modos semióticos inter-relacionam-se por três sistemas de significação: o valor funcional, a saliência e a moldura. Estar atento a esses modos propicia conferir os diferentes valores e os distintos eventos contidos na sintaxe textual, pela relação entre o verbal e o visual, para a representação de pessoas e de coisas do mundo.

O enfoque crítico da ACD é apresentado pelas diferentes vertentes, de forma a diferenciá-la de outras análises do discurso, como a francesa e a americana.

Fairclough (2001) propõe três dimensões para se analisar o discurso de forma crítica: texto, prática discursiva e prática social.

A dimensão do texto é analisada por uma série de categorias, a saber: léxico, gramática, coesão e estrutura textual.

A dimensão da prática discursiva é focalizada pela produção, distribuição e consumo de textos; nelas são abordados: a força dos enunciados, a coerência dos textos, a intertextualidade, a representação do discurso, a pressuposição e o controle interacional. A dimensão da prática social analisa a matriz social e as ordens do discurso, assim como seus efeitos ideológicos e políticos.

A Semiótica Social, embora apresente diferenças para seus pesquisadores, segundo Kress e van Leeuwen (2001), deve satisfazer a três requisitos, para ter uma visão crítica, a saber: 1. representar e comunicar aspectos relevantes das relações sociais que intervêm na comunicação; 2. representar e comunicar os feitos, estados de coisas e de percepções que o produtor quer comunicar; e 3. tornar possível a produção de mensagens que tenham coerência interna no texto e, externamente, com aspectos relevantes do entorno semiótico, o “contexto”.

2.1 a vertente Semiótica Social

Conforme Kress e van Leeuwen (1996), na pós-modernidade devido às altas tecnologias, houve o privilégio dos textos multimodais. Todavia, pouco se tem feito para propiciar o letramento de tais textos; por essa razão, os autores se propuseram produzir uma gramática das imagens, que trouxe grandes contribuições para a análise de textos multimodais. A pesquisa que vem sendo realizada objetiva examinar,

na composição textual do verbal com o visual (imagens e cores), as formas de disseminação da ideologia, instaurada pelo poder.

Para os autores, a Semiótica Social objetiva uma análise crítica dos textos multimodais para mostrar “o que é” que está contido nas imagens situadas espacialmente no texto; dessa forma, postula as categorias analíticas Sociedade e Discurso para responder as perguntas: 1. como as pessoas são representadas? 2. como as pessoas representadas relacionam-se ao observador? 3. como o verbal equivale, complementa ou contradiz o que é captado pelos sentidos, articulando as imagens, as cores e o verbal?

Dessa forma, poder-se-á analisar os elementos verbais com os não verbais e, para tanto, é necessário considerar como a linguagem verbal e os elementos não verbais articulam-se em uma peça discursiva, já que as imagens e as cores, a partir da pós-modernidade, passam a ter certas funções, anteriormente só desempenhadas por expressões verbais.

Em outros termos, a Semiótica Social objetiva, com uma visão analítica crítica, a descrição dos recursos semióticos e o exame da forma pela qual esses recursos manifestam, textualmente, as interpretações da experiência e os modos de interação social.

Segundo a teoria da multimodalidade, os textos multimodais produzem sentidos múltiplos, pois são produzidos com diferentes semioses. Kress e van Leeuwen (1996) asseveram que a comunicação não ocorre apenas entre pessoas de um mesmo grupo social e, por essa razão, é preciso que uma teoria da multimodalidade forneça explicações no caso das mensagens que exprimem valores e crenças dos outros grupos. Ao tratarem das imagens, os autores entendem que elas baseiam-se em padrões de realidade construídos cultural e historicamente e não na correspondência objetiva entre imagem visual e o mundo. Sendo assim, as imagens representam as relações entre pessoas, lugares e as coisas em um complexo conjunto de relações que possam existir entre as imagens e aqueles que as observam.

Para se analisar esse conjunto complexo de relações, Kress e van Leeuwen propõem quatro estratos:

- a. o **discurso**: são conhecimentos socialmente construídos, ou seja, os discursos desenvolvem-se em contextos sociais específicos que podem ser públicos ou não, como, por exemplo, contexto familiar e contextos explicitamente institucionalizados (publicidade, jornal, etc.). Os discursos podem ser realizados de diferentes maneiras; por exemplo, um discurso de guerra sobre conflito étnico pode ser realizado como parte de uma conversa em um café, um documentário de TV, uma coluna de jornal;
- b. o **design**: são maneiras de realizar discursos em contextos determinados, de forma a conceituar a forma dos produtos e dos eventos semióticos, conforme os propósitos e a concepção de quem será a audiência. Por essa razão, um mesmo *design* pode ser realizado de formas diferentes dependendo do contexto de produção;
- c. a **produção**: é a articulação na forma material dos produtos ou eventos para a produção real do texto produto. Outros conjuntos complexos de habilidades são requeridos, como

habilidades técnicas, artísticas, manuais e visuais. Neste estrato, a preocupação está situada nas fontes que possibilitam a produção semiótica;

- d. a **distribuição**: é o acesso ao público pela reprodução dos produtos e dos eventos semióticos. A distribuição não acrescenta nenhum sentido ao produto multimodal, mas é o facilitador das funções pragmáticas de preservação e distribuição. A distribuição importa na medida em que quanto maior e mais eficientes forem os meios de difusão, maior será o consumo pela audiência e, assim, maior disseminação ideológica.

Para Kress e van Leeuwen (2001), o grau em que a intenção e a interpretação serão compatíveis, dependerá do contexto.

2.2 a vertente sócio-cognitiva

Van Dijk (1997), na vertente sócio-cognitiva da ACD, propõe três categorias para analisar de forma crítica o discurso: Sociedade, Cognição e Discurso; elas estão de tal forma interrelacionadas que uma se define pela outra. A Sociedade é vista como um conjunto de grupos sociais, sendo cada qual formado por um conjunto de pessoas que se reúnem por ter um mesmo ponto de vista para focalizar o mundo.

A Cognição compreende as formas de conhecimento do grupo social, que em seu conjunto formam o marco das cognições sociais, que são construídas mentalmente, a partir do ponto de vista selecionado pelo grupo, para focalizar os eventos do mundo, criando para eles um estado de coisas. O ponto de vista decorre dos objetivos, interesses e propósitos do grupo social e ao ser projetado para focalizar o que é percebido no mundo, projeta ao mesmo tempo um conjunto de valores que passam a compor a representação cognitiva, como forma de conhecimento avaliativa. Sendo assim, é a partir do que é focalizado pelo ponto de vista que se maximizam ou minimizam e até se cancelam certas propriedades do que é focalizado, de forma a construir conhecimentos que são crenças sociais (valores culturais e ideológicos). Estas guiam a construção de formas de conhecimento individuais, decorrentes de experiências pessoais. Dessa forma, todas as formas de conhecimento são crenças por serem construídas com valores culturais e ideológicos, decorrentes do ponto de vista projetado. Logo, os grupos sociais diferenciam-se entre si por terem crenças diferentes. Todavia, os discursos públicos institucionalizados, constroem crenças extra-grupais, ou seja, uma unidade imaginária, também designada memória social, que identifica uma nação, em seu contexto histórico.

Desde que as formas de conhecimento são construções mentais, elas são produzidas e armazenadas nas memórias das pessoas. Kintsch e van Dijk (1983) tratam das estratégias de compreensão discursiva, a partir do modelo de memória por armazéns que diferencia a memória de curto, médio prazo e de longo prazo.

A memória de curto prazo é sensorial e dá entrada à informação que será processada pela memória de trabalho, situada entre a memória de curto e de médio prazo. A memória de trabalho transforma as expressões textuais em sentidos secundários e globais, de forma recursiva. Para tanto, recorre a conhecimentos armazenados na memória de longo prazo, ativando-os para a memória de trabalho, fazendo inferências e explicitando implícitos.

A memória de longo prazo comporta dois armazéns: o social e o individual. O armazém social, também designado memória semântica, arquiva as representações construídas socialmente em sistemas de conhecimentos distintos. Há pelo menos três sistemas gerais de conhecimento: o enciclopédico, conhecimentos de mundo, perpassados pela cultura e pela ideologia; o simbólico, conhecimentos de códigos semióticos, tais como os visuais, os de cores e os de línguas; e o interacional, conhecimento de esquemas interacionais comunicativos, tais como atos de fala, gêneros textuais-discursivos e quadros enunciativos. Esses sistemas de conhecimento organizam as representações mentais tanto do armazém social quanto do individual.

A memória de longo prazo social armazena as formas de conhecimento construídas socialmente, por discursos públicos e institucionais, tais como os da família, da igreja, do Estado, da empresa. Tais discursos são perpassados pela ideologia dos grupos de poder, construindo valores que compõem as crenças, cujos interesses são do próprio poder, de forma a impor um domínio das mentes das pessoas, para a discriminação, por exemplo, de raças, sexo, nações. Tais discursos, também, são perpassados pela cultura seja grupal seja extra-grupal.

Segundo Silveira (2009), a cultura compreende um conjunto de crenças, cujos valores são definidos pelo vivido e experienciado pelas pessoas em sociedade, como por exemplo, formas de se alimentar, dormir, vestir, festejar datas. Sendo assim, tanto as ideologias como as culturas são conjunto de valores que guiam o comportamento das pessoas e seus hábitos sociais. Ambas compõem as crenças: as ideologias, transmitidas e impostas pelo poder, porque ele tem acesso ao público com facilidade; as culturas são transmitidas de pai para filho na vida cotidiana e não objetivam discriminação. As ideologias nascem nas culturas, para satisfazerem interesses do poder; as culturas têm raízes históricas e dinamicamente se modificam a cada problema novo a ser resolvido, no cotidiano da vida das pessoas.

A memória de longo prazo individual armazena as formas de conhecimento construídas por experiências individuais, sendo, portanto, autobiográfica. Os conhecimentos sociais guiam os individuais, mas estes, progressivamente, modificam os sociais, devido a modificações sofridas para resolver problemas novos.

Segundo Kintsch e van Dijk (1983), é a ativação dos conhecimentos sociais e dos individuais que explica as razões de nenhum texto ter a mesma leitura nem para o mesmo leitor, em momentos diferentes, nem para leitores diferentes, ainda que haja um certo consenso de leitura entre eles. Para van Dijk (2012), o contexto cognitivo por ser composto por inferências e explicitações realizadas com conhecimentos sociais

e individuais armazenados na memória de longo prazo das pessoas, varia de pessoa para pessoa e para a mesma pessoa conforme modelos de situação, projetados pelo produtor dos sentidos.

A memória de médio prazo armazena, durante certo período de tempo, os sentidos produzidos durante o processamento da informação, modificando-os até construir os sentidos mais globais que serão armazenados na memória de longo prazo, como formas de conhecimento social ou individual. Todas as formas de conhecimentos são construídas no e pelo discurso. Logo, toda a produção/compreensão discursiva perpassa pela cognição.

Essas três categorias implicam a dialética entre o social e o individual. Sendo assim, a noção de um sujeito dinâmico é importante, pois o social guia o individual, mas este modifica o social: os discursos públicos constroem conhecimentos extragrúpicos que guiam os conhecimentos grupais, mas estes modificam os extragrúpicos, da mesma forma que os conhecimentos individuais, decorrentes de experiências pessoais, mas guiados pelos sociais, modificam os grupais e os extragrúpicos. Essas modificações ocorrem na interrelação de discursos públicos com eventos discursivos particulares.

Segundo van Dijk (1997), há três categorias para analisar de forma crítica os discursos públicos: Poder, Controle e Acesso. Cada uma dessas categorias está relacionada extra-textualmente a contextos. Estes se diferenciam dos textos, cuja construção coesiva intratextual é designada “cotexto”. O “contexto” compreende o entorno fora da sequência dos elementos presentes no produto textual.

Cada uma das categorias Sociedade, Cognição e Discurso agrupam seus próprios contextos, que são selecionados pelo produtor do texto para combiná-los no produto textual. van Dijk (2012) diferencia os seguintes contextos: cognitivo, de linguagem, social, discursivo e histórico.

3. A título de exemplificação: a representação do feminino em um anúncio publicitário multimodal direcionado a um auditório masculino (anúncio de um caminhão)

Neste texto, a representação do feminino está implícita na multimodalidade e explicitada apenas pela palavra “patroa”. O texto anuncia um caminhão da indústria Ford, porém mantém implícito um preconceito social: a mulher é submissa ao homem, seu papel é representado dentro do lar (dona de casa), ao passo que o do homem, que é livre, fora do lar, descortinando horizontes.



Fonte: revista *Veja*. Edição 2192, ano 43, n. 47, tiragem 1 235597, Editora Abril, 24 de novembro de 2010, p.37.

Segundo Kress e van Leeuwen (1996), ao tratarem da semiótica visual, os sentidos podem ser realizados pelas línguas e pela comunicação visual. Essas realizações, necessariamente, não se sobrepõem, pois algumas coisas podem ser expressas tanto pelo visual quanto pelo verbal; mas, outras, só pelo visual ou pelo verbal.

No texto exemplificado:

3.1 o verbal e o visual

- o verbal expressa crenças do marco das cognições sociais (cf. van Dijk, 1997):
- “Na ida eu acelero por causa do patrão. Na volta, por causa da patroa.”. Expressa, também, o que foi selecionado das cognições sociais como valores positivos, para caracterizar individualizando um caminhão da Ford, que metonimicamente - a parte (foco na roda esquerda) pelo todo - representa todos os demais produzidos por ela e que estão em campanha publicitária.

Esta objetiva seduzir os interlocutores para torná-los consumidores do produto anunciado; para tanto recorre à necessidade básica do dono da empresa de transporte e do caminhoneiro e que é representada pelo verbal: “Potência e Robustez. É disso que você precisa para encarar a estrada, é isso que você encontra na Ford”. E, ainda, “A performance do motor trabalha a seu favor e a robustez garante uma viagem tranqüila. Na ida e na volta.”

- **o visual** expressa a velocidade, de forma a explicitar o conteúdo da expressão verbal “acelerar” pela metonímia de um caminhão da Ford, ou seja, por um *flash* que recorta o lado dianteiro do caminhão, salientando pela focalização a roda em movimento de ida ou volta, pela estrada sem movimento, conservada, tranqüila e livre para deslocamento. Expressa ainda o cenário: céu claro de um amanhecer, montes sombreados e entrecortados por uma estrada de pista simples e bem conservada no piso e nas linhas demarcadoras. O caminhão é de cor vermelha que culturalmente para o brasileiro representa emoções fortes como o amor, o perigo, a atração, a paixão. O recorte de um caminhão Ford vermelho sugere que ele enfrenta os perigos, vencendo-os com “potência e robustez”.

3.2 Distribuição espacial do texto exemplificado

Segundo Kress e van Leeuwen (1996), a distribuição espacial das expressões, no texto multimodal, segue a diagramação dada ao texto:

- o “dado” e o “novo”: os textos, que usam o posicionamento das fontes selecionadas no eixo horizontal, consideram espacialmente a direita e a esquerda. Os elementos da esquerda são apresentados como o “dado” (o conhecido socialmente) e os da direita, como o “novo” (desconhecido). No texto exemplificado, o “dado” está situado à esquerda e sua representação, no texto, é pelo verbal que expressa a ida e a volta (“correr”) do caminhoneiro, para atender, respectivamente: “o patrão” e “a patroa”. Expressa, também, as crenças sociais relativas a uma viagem tranqüila e segura. O verbal está projetado sobre o visual (estrada de dupla mão, desimpedida e bem conservada). O “novo” está situado à direita, o *flash* metonímico de um caminhão da Ford, representado em sua metade (parte inferior da cabine do motorista e a roda em movimento veloz, respeitando as linhas demarcatórias da estrada).
- o real e o ideal: os textos que usam o posicionamento das fontes selecionadas consideram espacialmente, no eixo vertical, o real (embaixo) e o ideal (em cima). No texto exemplificado, o ideal está situado em cima, ou seja, um céu tranqüilo do amanhecer o dia, um céu sem limites. O real está situado em baixo: a roda do caminhão em movimento sobre uma estrada bem sinalizada e tranqüila e o verbal, projetado sobre o visual: “Faça revisões em seu veículo regularmente”.
- o valor da informação no centro ou na margem: quando essa seleção ocorre, esse tipo de composição significa que aquilo que é representado no centro é o núcleo da informação a que todos os outros elementos, em algum sentido, estão dependentes e, por isso, os elementos que ficam às margens são dependentes do central. No texto exemplificado não foi selecionado esse tipo para dar saliência à sua composição. No centro do referido texto está situada a

estrada de duas mãos, em baixo; em cima a elevação de um monte e o céu límpido e tranquilo sem limites.

- a saliência: dar saliência a elementos cria uma hierarquia de importância entre eles. No texto exemplificado, à direita há saliência de parte do caminhão da Ford, de modo a focalizar em tamanho maior a roda em movimento de ida ou volta (“acelerar com potência e robustez”) em uma estrada de mão dupla.

Sendo assim, essa saliência hierarquicamente ancora os demais elementos que compõem o texto na velocidade segura para ir e voltar (rapidez devido à potência e robustez dos caminhões Ford). A saliência é considerada a função principal para a integração dos elementos selecionados, para compor um texto multimodal, de forma a representar o tema textual.

3.3 Seleção das fontes e combinação semiótica do verbal com o visual

As fontes são selecionadas de paradigmas que compõem as partes do texto multimodal e podem ser vistas como interagindo e afetando umas às outras, conforme elas são combinadas para compor o todo do texto produto. É interessante observar que a noção de seleção, para a ACD, não implica a consciência do sujeito-produtor, devido à disseminação da ideologia, que instaura a dominação pelo Poder.

No texto exemplificado, as fontes são selecionadas de um paradigma social e de um paradigma mercadológico de produtos industrializados, além de um paradigma geográfico:

- paradigma social: dois grupos sociais foram selecionados: um familiar (marido-mulher) e um empresarial (patrão-empregado);
- paradigma de produtos industrializados: é selecionada a imagem recortada de um caminhão da Ford (à direita), para de modo hiperonímico representar, pelo verbal, todos os caminhões produzidos por essa empresa: (à esquerda) “Ford, caminhões. A gente tem estrada”.
- paradigma geográfico: é selecionado o elemento estrada que liga dois lugares “aqui- lá”, representados verbalmente por “ida-volta”. A estrada selecionada é secundária, pois se trata de uma estrada de mão dupla interiorana brasileira que possibilita o tráfico de mercadorias de grandes centros para pequenos centros urbanos e rurais. A paisagem recortada pela estrada representa o distanciamento dos grandes centros urbanos, pois não existem habitantes e propriedades, mesmo as rurais.

Os elementos selecionados são combinados no eixo horizontal e vertical da composição semiótica do texto.

3.4 A composição textual

Os textos diferenciam entre si pelos gêneros discursivos, decorrentes dos usos que esses textos têm em sociedade. Dessa forma, os gêneros textuais são vistos como formas discursivas, ligadas às esferas da vida social. Segundo estudiosos do gênero, as pesquisas devem ser realizadas para responder a seguinte pergunta: Por que os membros discursivos constroem textos da maneira como são feitos?

A inserção da categoria Cognição para o exame de contextos na produção de sentidos e para a composição do produto textual indica que o anúncio publicitário é um gênero textual construído com uma sequência textual explicativa incrustada em uma sequência argumentativa, de forma a seguir o esquema mental que formaliza a lexia de designação. Por essa razão, compõe, textualmente, o anúncio publicitário, seguindo a organização lingüística da expressão e do seu conteúdo: significante, área semântica e área sintática (cf. Pottier, 1974). Dessa forma, o texto traz explicitados, para o interlocutor, os semas selecionados para ficarem contidos em uma lexia nova, relativa à designação do produto anunciado. Logo, o referente textual, no texto exemplificado, é designado lexicalmente por “caminhões Ford”.

A área semântica dessa designação é composta por um conjunto de predições com valor positivo, sendo elas selecionadas das cognições sociais: “potência e robustez”. Explicitações: “potência = a performance do motor” (representação pelo verbal); “robustez” = garantia de uma viagem tranquila na ida e na volta (representação pelo visual e cores). Os argumentos são selecionados das necessidades que o dono da empresa de transportes e um caminhoneiro tem e tornam-se legítimos por participarem das cognições sociais do grupo: “potência e robustez: é disso que você precisa para encarar a estrada; é isso que você encontra na Ford”, para satisfazer a sua necessidade de rapidez, ou seja, “na ida eu acelero por causa do patrão. Na volta, por causa da patroa”.

A área sintática desse esquema textual da lexia de designação formaliza o produto anunciado como substantivo, caracterizado pela relação produtor-produto: implícita na designação “caminhões Ford” e ordena, no eixo horizontal e vertical além da saliência, a composição do verbal com as imagens e cores.

O tema do texto (rapidez e segurança no deslocamento) preenche o sema categorial da lexia textual e os comentários textuais (explicitações) preenchem os seus semas específicos.

Para responder a pergunta proposta pelos estudiosos do gênero, ter-se-ia:

- Por que os membros discursivos da publicidade constroem anúncios publicitários da maneira como são feitos?
- os publicitários constroem seus anúncios publicitários, seguindo o esquema de uma lexia, vista como uma unidade mental, porque têm por objetivo (macroato de fala) construir para seu auditório o conteúdo e a forma de uma designação “nova” que não é vocabular (lexia em estado de dicionário) da língua, pois é desse paradigma que se seleciona os elementos verbais para compor as expressões linguísticas do texto. As designações lexicais adquirem conteúdo para os falantes a partir de seu uso efetivo pelo discurso. A tarefa do publicitário é construir um texto que tem a função social de divulgar o produto que não é conhecido do auditório e, para tanto, apresenta-o por um esquema já

conhecido (designação com conteúdo e expressão), a fim de ser memorizado pelos interlocutores. Porém, sem ter consciência, constroem a multimodalidade guiados pelo social que no texto exemplificado é a representação do feminino como submisso ao masculino.

3.5 Os contextos no anúncio publicitário para a representação do feminino

Desde que se insira a categoria Cognição às categorias Sociedade e Discurso, todos os contextos são entorno do texto produto, enquanto formas de representação mental, ou seja, formas de conhecimento das cognições sociais e individuais.

Dessa forma, os sentidos produzidos são dependentes dos contextos ativados da memória de longo prazo para a memória de trabalho, a partir da percepção de como o texto multimodal está composto. Com o recurso dos contextos cognitivos, ocorre a explicitação dos implícitos.

No texto exemplificado, são prováveis pela sua composição, os seguintes contextos:

- **contexto social:** dois grupos sociais são selecionados das cognições sociais: um familiar e outro empresarial. As identidades dos papéis sociais são estabelecidas pelas relações sociais entre marido-mulher e patrão-empregado.

No grupo social familiar, o marido-caminhoneiro tem a sua função social identitária “fora do ambiente doméstico” (representada pelo recorte visual do caminhão vermelho da Ford) e a mulher-dona de casa tem a sua função “dentro do lar”. As ações que o marido-caminhoneiro pratica são relativas: na ida, ao transporte de mercadorias de cá para lá com segurança e rapidez (representado pela roda do caminhão com movimento veloz, em uma estrada desimpedida); é, assim, que atende às ordens do patrão, sendo, dessa forma, eficiente para ser digno do emprego e do salário; na volta, as suas ações atendem aos desejos da esposa, trazendo o dinheiro para o sustento de seu lar. As ações praticadas pela esposa são relativas: ao gerenciamento do salário do marido, de forma a garantir o abastecimento, a ordem e a saúde dos membros da família. Tais identidades são perpassadas pela cultura e pela ideologia: pela cultura - pela representação avaliativa de uma sociedade familiar matriarcal brasileira; pela ideologia - pela discriminação do feminino, na produção econômica do país.

No grupo social empresarial, patrão e empregado têm suas funções fora do lar, na empresa. As ações que o patrão pratica são relativas às ordens que dá ao empregado para o cumprimento de tarefas, transportando mercadorias que atendam a seus interesses de lucro da empresa (representação visual e em cores do caminhão, com saliência na roda em velocidade que se movimenta por uma estrada muito bem conservada, sob um céu iluminado pelo amanhecer). O patrão negocia e toma decisões, representando a autoridade do Poder. As ações que o empregado pratica são relativas à obediência ao patrão, de forma a atendem suas decisões com eficiência e segurança, indo de cá para lá (ida) e vindo de lá para cá (volta), madrugando. Tais identidades sociais são perpassadas pela ideologia do Poder, ou seja, o patrão é sujeito

agente e empregado, sujeito obediente que para ser digno do seu emprego precisa executar as decisões do patrão com eficiência e segurança. Tais identidades, também, são perpassadas pela história, pois com a pós-modernidade e as altas tecnologias, o valor positivo das crenças sociais é atribuído à rapidez e segurança para a obtenção do lucro. Além disso, as imagens de uma estrada secundária (pista dupla), muito bem conservada sob um céu azul e límpido do amanhecer é uma fantasia no Brasil atual, onde as estradas são esburacadas, devido ao desgaste, excesso de carga pesada e trânsito carregado, estradas antigas e mal conservadas; além disso, com a mudança climática, o período das chuvas é freqüentado por violentos temporais destrutivos. Dessa forma, o produto anunciado (caminhões Ford) é representado ideologicamente como a solução para os problemas de transporte da carga pesada, no Brasil.

- **contexto discursivo:** o discurso publicitário, visto como uma prática social institucionalizada, define-se por um esquema cognitivo, organizado pelas categorias Poder, Controle e Acesso, cada qual com seus participantes, funções e ações (cf. van Dijk, 1997).

O Poder é representado pelos donos da empresa que tomam a decisão de anunciar seus produtos. No texto exemplificado, os donos da empresa Ford que decidem anunciar os seus caminhões, para vender mais no mercado. Para tanto, contratam uma agência de publicidade.

O Controle é representado pelos participantes da agência de publicidade que têm por propósito produzir o anúncio publicitário que propicie a maior venda do produto anunciado. Para tanto, recorrem à pesquisa de mercado (*marketing*) a fim de saber o que falta para os consumidores do produto anunciado. Dessa forma, os participantes especialistas que executam as ordens do dono da agência publicitária produzem o anúncio, de forma a atender a três exigências: criar a necessidade de consumo, prometer que o consumo do produto anunciado satisfaz a necessidade com pouco gasto e em pouco tempo.

O Acesso é representado pelos participantes que distribuem o anúncio para que ele tenha acesso ao auditório selecionado pela agência (no texto exemplificado: auditório preferencialmente masculino e relativo ao transporte de cargas pesadas). É o acesso ao público que garante a realização das funções pragmáticas de preservação e distribuição, de forma a garantir maior disseminação ideológica. No caso exemplificado é a Revista *Veja* de grande circulação no Brasil. O discurso publicitário tem seu contexto discursivo ancorado na intenção de transformar seu interlocutor em consumidor.

- **contexto cognitivo:** as crenças sociais (conhecimentos avaliativos) compõem o contexto cognitivo, de forma a produzir um entorno relativo às identidades sociais e suas relações entre as pessoas. Nas cognições sociais, o grupo familiar selecionado é manifestado na situação familiar “marido-caminhoneiro” e “esposa- dona de casa”. Esse grupo é caracterizado por ter baixa renda e pouca escolaridade, com sobrevivência exclusivamente salarial. Como o marido tem suas funções fora de casa, a mulher é responsável pelo lar e pelo gerenciamento do salário do marido; por essa razão, é designada “dona de casa”. O grupo empresarial é representado por patrão-empregado, o patrão é caracterizado pela alta renda e escolaridade;

já o empregado, baixa renda e pouca escolaridade, dependendo do emprego para sobreviver com a família e, para tanto, é guiado, ideologicamente, para agir com rapidez e eficácia além de ter de garantir segurança com a sua atuação. Dessa forma, o contexto cognitivo cria o entorno para definir os modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, construindo a função textual de tema e comentário. Logo, a identidade social do “caminhoneiro”, ideologicamente, é representada por <<aquele que trabalha no transporte de mercadorias, obedecendo ao representante do Poder da empresa e à representante do núcleo familiar, deslocando-se com rapidez e segurança pelas estradas brasileiras, pois dirige caminhões Ford>>.

Nesse sentido, o texto exemplificado explicita a publicidade dos caminhões Ford, tematizados pela rapidez e eficiência tendo por comentário a potência e a robustez do veículo e a *performance* do motor e traz implícita a representação identitária ideológica do feminino. O que é tematizado e comentado está de acordo com as cognições sociais, cujos valores culturais e ideológicos guiam os desejos do caminhoneiro e de seu patrão, construindo, assim, argumentos de legitimidade e de reforço para o consumo do produto anunciado.

Da mesma forma, o papel do feminino no grupo social da família é representado pela submissão ao marido, embora tal representação esteja implícita, no texto multimodal exemplificado. Esse implícito contém valores que discriminam socialmente a mulher: o papel do feminino é representado entre as paredes do lar, cuidando de tudo, à espera do marido que trará dinheiro para ela e os membros da família sobreviverem; ela está excluída da vida social e não participa da economia produtiva do país. Também, implicitamente, o papel do empregado no grupo social da empresa é representado de forma preconceituosa: pela obediência, sem questionamentos e a necessidade de agir com rapidez para atender tanto ao patrão quanto à família.

- **contexto de linguagem:** o contexto de linguagem decorre do conhecimento que se tem a respeito dos diferentes usos da linguagem, a partir de variedades e variações lingüísticas, selecionadas para a composição do texto.

Nos grupos sociais de baixa escolaridade, devido ao baixo poder aquisitivo, a mulher é quem fica em casa e sua função é garantir o bem-estar dos membros de sua família; dessa forma, suas ações estão ancoradas no gerenciamento do salário do marido, para a manutenção da ordem no lar, segundo uma cultura machista, no Brasil. De forma geral, o vocábulo (lexia em estado de dicionário) que designa o papel representado por ela é “dona de casa” e suas ações, por “prendas domésticas”. Na variedade lingüística nativa, em uso por esses grupos sociais, ocorre a ressemantização do vocábulo “patrão”, no feminino: no masculino, “patrão” = <<aquele que toma as decisões, dá ordens, controla todas as ações, emprega e paga o salário>>; no feminino, com a ressemantização, “patroa” passa a conter <<a esposa, mãe de família, dona de casa e do lar, aquela que espera e atende aos membros da família>>.

Nos grupos sociais de mais escolaridade devido a uma melhor renda, são usadas as variedades: padrão real (oral) e padrão normativo (escrito) segundo as quais “patrão, patroa” = << ao dono ou dona de um negócio ou empresa>>; e “esposa” = <<mulher casada>>.

Assim sendo, devido ao conhecimento dessas variedades, o anúncio traz representado em língua duas sequências dialógicas:

- a primeira: diálogo do caminhoneiro e os interlocutores, leitores da revista *Veja* (“eu”- quem fala para o interlocutor: o uso das expressões é selecionado da variedade linguística nativa: “Na ida eu (caminheiro) acelero por causa do patrão. Na volta, (eu-caminheiro) por causa da patroa”. Essas expressões verbais contêm implícitos ideológicos relativos à submissão de atores sociais: empregado submetido aos interesses do patrão e esposa solitária, submissa ao marido e dedicada à sobrevivência da sua família.

- a segunda: diálogo dos fabricantes da Ford com os interlocutores, os caminhoneiros e os leitores da revista *Veja* (“eu”- quem fala para o interlocutor (“você” = o caminhoneiro ou o dono do caminhão que são meus interlocutores); o uso das expressões é selecionado da variedade padrão oral: “Potência e robustez; e da variedade nativa usada pelos condutores de caminhões: “É disso que você precisa para encarar a estrada, é isso que você encontra na Ford. A *performance* do motor trabalha a seu favor e a robustez garante uma viagem tranquila na ida e na volta”; - “ a gente (nós, fabricantes da Ford, para o auditório) tem estrada”. A seleção “tem estrada” é construída com a variedade linguística dos caminhoneiros: << muitos quilômetros percorridos para transporte de carga>>; mas, ressemantizada no texto passa a conter <<há muitos anos, a Ford tem o hábito de produzir bons veículos para conduzir cargas pesadas, com eficiência, pelas rodovias principais e secundárias>>.

- **contexto histórico:** o contexto histórico é construído com a ativação de conhecimentos que situam cronologicamente os eventos no mundo. No texto exemplificado, podem ocorrer dois tempos cronológicos: tempo anterior-tempo posterior.

- no tempo anterior: o Brasil foi regido por uma política de transporte ferroviário, sendo este o meio mais eficiente e barato para o transporte de carga pesada. Segundo o que é ensinado, na escola brasileira, em aulas de Geografia do Brasil, nossa primeira ferrovia foi inaugurada em 1854, construída pela Imperial Companhia de Estradas de Ferro, para ligar o porto de Mauá à Serra da Estrela, a caminho de Petrópolis. A partir daí foram construídas outras ferrovias, para o transporte do café e de outras economias agrícolas para exportação. De 1870 a 1920, ocorreu a “era das ferrovias”, passando de 14 km a 28.556 km de extensão. Em 1960, havia 38.339 km de ferrovias.

- no tempo posterior: o Brasil é regido por uma política de transporte rodoviário para o transporte de passageiros além de carga leve e pesada. Com isso, as ferrovias foram diminuindo a extensão até quase se anularem.

A composição do texto exemplificado é feita com a política de transporte rodoviário. Este é representado ideologicamente como seguro, eficaz e rápido, apagando o valor negativo atribuído ao preço alto de seu custo e as dificuldades brasileiras para a conservação e produção energética, além do desequilíbrio ecológico, devido à dependência energética do petróleo e do álcool, para a locomoção em rodovias.

Nesse mesmo contexto histórico, há incongruência, pois, no momento atual, a mulher ocupa diferentes papéis sociais, relativos às suas atividades dentro e fora do lar; mas no texto exemplificado, o feminismo é representado pela manutenção ideológica do ponto de vista machista, pela submissão, reproduzindo a ideologia machista, ou seja, o papel social da mulher é cuidar da casa e da família, sempre submissa ao marido.

4. à guisa de conclusão

Para finalizar, acredita-se que os objetivos propostos tenham sido cumpridos, pois os resultados apresentados indicam que tratar de textos multimodais (anúncios publicitários), pelo enfoque dos contextos e por considerar a categoria Cognição, com as categorias Sociedade e Discurso, contribui para descrever tanto aspectos da composição textual da modalidade verbal e visual, como estratégias de compreensão, aplicadas para a produção de sentidos. Sendo, assim, propicia a explicitação de implícitos culturais e ideológicos para a tomada de consciência de como a ideologia é reproduzida nos discursos. Logo, os sentidos produzidos são representações mentais que constroem socialmente as crenças contidas nas cognições sociais grupais e extra-grupais, perpassadas historicamente pela cultura e pela ideologia. Tais crenças são construídas no e pelo discurso, cujo produto é o texto.

Os resultados apresentados indicam, também, que os elementos selecionados pelo produtor participam de sistemas de conhecimento (semiótico, interacional e enciclopédico), armazenados na memória de longo prazo das pessoas após terem sido processados por elas. Todavia, é necessário considerar que essa seleção nem sempre é consciente e, por razão, a ideologia do Poder, que tem acesso ao público, por discursos públicos e institucionalizados, passa a dominar a mente das pessoas, levando-as a sustentar essa ideologia por sua reprodução textual, no e pelo discurso.

Nesse sentido, conclui-se que, na interação comunicativa entre as pessoas, todas as práticas sociais e os textos estão inter-relacionados, de algum modo, às formas de conhecimento, representações mentais sociais e individuais que são crenças originadas no social. Logo, são elas que guiam as ações das pessoas no mundo, tanto para manter quanto para modificar, dinamicamente, a memória social.

Os resultados apresentados abrem novas perspectivas de pesquisa para se tratar da representação do feminino por outros contextos implicados nos textos multimodais publicitários e em textos multimodais de outros discursos.

Referências bibliográficas

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Trad. brasileira coordenada por Isabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

-----**Analysing discourse: textual analysis for social research**. Londres: Routledge, 2003.

----- **Language and globalization**. London: Routledge, 2006.

HALLIDAY, M.. **An introduction to funcional Grammar**. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

KINTSCH, W. e VAN DIJK, T. **Strategies discursive comprehension**. London: Academic Press, 1983.

KRESS, G e VAN LEEWEN, Th. **Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication**. London: Arnould, 2001.

----- **Reading images: the grammar of visual design**. London: Routledge, 1996.

POTTIER, Bernard. **Linguistique générale. Théorie et description**. Paris: Klincksiek, 1974.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. Um novo olhar para as narrativas de humor: os sentidos no cotidiano e na cultura. **O texto em perspectiva**. PIRES, Leda Corrêa Pires, BEZERRA, Antônio Bezerra e CARDOSO, Denise (Orgs), Aracaju-SE: UFS, 2009.

VAN DIJK, T. **Racismo y análisis crítico de los médios**. Barcelona: Paidós, 1997.

----- **Sociedade e Discurso**. [Trad. Rodolfo Ilari], São Paulo: Cortez, 2012.

WODAK, Ruth. De qué trata el análisis crítico del discurso (ACD). **Métodos de análisis crítico del discurso**.

WODAK, Ruth; MEYER, Michel (Orgs). [Trad. Tomás Fernandez Aúz e Beatriz Eguibar], Barcelona:GEDISA, 2003.

Abstract: *This paper is located in Analysis Critical Discourse (ACD) and deals with the representation of women in Brazilian advertisements published in magazines. Seeks to contribute to the discursive analysis of multimodal texts, with critical focus. Specific objectives are: 1 Examine cultural / ideological, in Brazilian advertisements values for the implicit construction of female identity; 2 Check in the notices, the interrelation of language with the image, to explicit the implicit; 3 Analyze the "given" and "new" in multimodal composition. The research was based on strand Social Semiotics and the socio-cognitive aspects of ACD and theory of social representations. The results indicate: 1 The cultural and ideological values guide the advertising announcer in building a consumer need for your audience, from social contexts, discursive, cognitive and language; 2 The relationship between the verbal and the image feature is used in the rhetorical construction of the seduction of the consumer, to present the new; 3 The categories of advertisement are organized in a movement reduction and expansion that builds a significant textual lexia which is the product description and content, the updated rhetorical predications. We conclude that urgently address those enrolled in their commercials multimodal inter-relationships.*

Keywords: *advertising; textual multimodality; representation of the female; critical discourse analysis; and implicit contexts.*

SENTIDOS DA DOCÊNCIA: UM OLHAR PARA OS DISCURSOS DE PROFESSORES DE INGLÊS

Renata H. P. PUCCI (UNIMEP)¹
renata_pucci@hotmail.com

Resumo: A proposta deste texto é apresentar uma análise dos discursos de professores de língua inglesa realizada com o intuito de verificar os sentidos que estes atribuem à docência, que vozes vêm à tona, considerando o contexto das relações sociais mais imediatas e o contexto social mais amplo, quando questionados sobre a profissão de professor de inglês. Assumindo que as relações sociais participam da constituição do professor, proponho um olhar para as vozes dessas relações que emergem entretecidas nos discursos dos sujeitos. Fundamento o estudo no referencial teórico-metodológico histórico-cultural, com aporte em Vygotsky e Bakhtin. A compreensão desta abordagem de que o psiquismo é constituído no social, nas interações mediadas pela linguagem, possibilita um olhar metodológico para o sujeito em uma perspectiva de totalidade, também, a compreensão bakhtiniana das dimensões dialógica e ideológica da linguagem é fundante para o entendimento das relações discursivas que constituem os sujeitos. Os dados para análise foram construídos a partir de entrevistas semiestruturadas gravadas com duas professoras de inglês que atuam em contextos de trabalho diferentes. Foi possível observar nos discursos das professoras que o contexto no qual trabalham como parte de uma estrutura social, e as relações que ali estabelecem, interferem nos sentidos que estas atribuem à sua profissão.

Palavras-chave: Professores de inglês; Sentidos atribuídos à docência; Discursos; Abordagem histórico-cultural; Teoria bakhtiniana.

1. Introdução

Voltando nosso olhar aos estudos da área de formação de professores, observamos que os discursos dos professores, enquanto sujeitos de pesquisas, trazem consigo marcas do contexto histórico, cultural e social onde foram forjados e, portanto, constituem-se em uma profícua instância de investigação.

Revisando a literatura da área, com foco nos discursos dos professores de inglês e sua constituição, nos são revelados os inúmeros trabalhos sobre as crenças, as representações e a constituição da identidade dos professores de inglês. A variedade dos resultados das pesquisas chama a atenção para um profícuo campo de estudo, de relevância teórica e prática e com assídua demanda de novas investigações.

É observado por pesquisadores que se dedicam aos estudos das crenças (BARCELOS, 2000; CARVALHO, 2000; SILVA, 2000; SILVA, S., 2001; SILVA, 2001; VIEIRA-ABRAHÃO, 2001, 2004; SILVA, 2005, dentre outros), que os professores de inglês trazem para seus cursos de formação e também para suas salas de aulas, “conhecimentos, pressupostos, experiências, estratégias, estilos de aprendizagem, especialmente crenças que foram adquiridas ao longo de suas vidas” (VIEIRA-ABRAHÃO, 2004, p.131). Neste sentido, ganha maior importância um espaço na formação inicial de futuros professores de línguas para que os mesmos possam refletir sobre os fatores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira, a reflexão sobre os conceitos que os alunos trazem para os cursos de licenciatura do que seja aprender e ensinar uma outra língua ganha relevância. Podemos constatar que as crenças de

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

professores de inglês relativas à sua prática, ao processo de ensino-aprendizagem e ao próprio idioma são variadas e estão ligadas às experiências de cada sujeito e ao contexto sociocultural no qual ele se insere.

Outro tema recorrente na literatura é concernente às representações dos professores de inglês e sua construção identitária. Estudos de Paiva (1997), Leffa (2001), Rossi (2004), Castro (2004), Fernandes (2006), Ticks (2007), Nascimento (2008), Resende (2009), De Grande (2010) e Velasques e Freitas (2012), entre outros trabalhos, discutem e problematizam a questão da formação dos professores, suas representações referente à sua prática e a constituição de suas identidades profissionais. Os trabalhos, em geral, percebem a identidade como multifacetada, instável, não-fixa e construída sócio-históricoculturalmente. A pesquisa de De Grande (2010), que parte da perspectiva sócio-cultural dos estudos de letramento e da concepção dialógica e social de linguagem do círculo de Bakhtin, considera as identidades como construídas e reconstruídas nas práticas discursivas, sendo assim, múltiplas. De Grande revela que os discursos dos professores apoiam-se nas vozes que circulam na esfera de formação e prática docente para se fortalecerem enquanto grupo profissional frente ao formador, a academia e a opinião pública.

O que os estudos levantados nos apontam é que os sentidos que os professores de inglês atribuem a sua profissão e ao exercício de sua prática são forjados dentro de contextos históricos e sociais determinados, no âmbito das experiências vividas, nas relações em que interagem, nas demandas do dia a dia, i.e., em seu estar no mundo. Partindo dessa prerrogativa e no intento de compreender um pouco mais acerca do complexo processo constitutivo desses professores, este texto tem por objetivo, por meio da análise enunciativa do discurso de duas professoras de inglês, verificar quais os sentidos que elas atribuem à docência, que vozes vêm à tona, considerando o contexto das relações sociais mais imediatas e o contexto social mais amplo, quando questionados sobre sua profissão. Serão observados neste texto, as marcas das relações alteritárias estabelecidas no contexto de atuação das professoras.

Os sujeitos do estudo, duas professoras de inglês, atuam em contextos de trabalho distintos, entendendo que diversos são os contextos possíveis para ser professor de inglês e diversos são os sentidos que emergem das relações estabelecidas nesses contextos. Almejo assim, contribuir para ampliar o olhar para as especificidades desse profissional.

Fundamento-me na abordagem histórico-cultural com aporte nas contribuições de Vygotsky e Bakhtin, autores que a partir de áreas de estudos diferentes, conduziram suas investigações no sentido de superar as correntes teóricas vigentes de sua época e valorizar a natureza histórico-social dos processos psíquicos humanos fundamentais. Tanto nas concepções de Vygotsky quanto nas enunciadas por Bakhtin, observamos que através da linguagem, tão essencial ao nosso desenvolvimento intelectual, psíquico e afetivo, nos transformamos e transformamos o outro, influenciados e somos influenciados no processo de constituição de nosso ser.

2. Fundamentação teórico-metodológica

Segundo Freitas e Ramos (2010), a abordagem histórico-cultural compreende que o psiquismo é constituído no social, nas interações mediadas pela linguagem, e possibilitam um olhar metodológico em uma perspectiva de totalidade, superando as dicotomias interno/externo, social/individual. Para as autoras, o referencial histórico-cultural possibilita uma ampliação na compreensão dos diferentes aspectos da realidade, seja para explicá-la ou para transformá-la. Nesta abordagem teórico-metodológica, “o intuito da pesquisa qualitativa é a compreensão dos sentidos que são construídos e compartilhados por indivíduos socialmente relacionados” (FREITAS e RAMOS, 2010, p. 8).

Na perspectiva histórico-cultural, a teoria psicológica historicamente fundamentada de Vygotsky e a concepção enunciativa da linguagem de Bakhtin, se aproximam e dialogam. De acordo com Freitas (2007), tais teorias são passíveis de articulação, pois são fundamentadas no materialismo histórico-dialético, foram formuladas a partir das insatisfações e críticas de seus autores em relação aos reducionismos das concepções empiristas e idealistas, que trabalharam na perspectiva de superá-las. Para Smolka e Góes (2010) tal articulação se justifica uma vez que as abordagens dos autores focalizam práticas socioculturais, levam em conta aspectos pragmáticos e contextuais, centram-se na esfera simbólica e consideram a linguagem como ação/interação, tornando possível a análise de eventos, ultrapassando a simples descrição e priorizando o estudo de processos.

Da teoria vygotskyana, interessa-nos a concepção do indivíduo como um sujeito concreto, datado e marcado pelas relações culturais e sociais com as quais interage, entendendo que o homem se constitui em colaboração com outros homens. Pino (2005), estudioso de Vygotsky, assevera que o autor, psicólogo e educador russo, não fala de relações sociais como se fossem relações naturais, decorrentes de uma sociabilidade regida pelas leis da natureza e ideologicamente neutras. Ao contrário, o sistema de relações sociais é um sistema complexo de posições e de papéis associados a essas posições, que definem como os indivíduos se situam uns em relação aos outros dentro de determinada formação social e quais as condutas esperadas deles em decorrência dessas posições. Sendo assim, afirma que as funções mentais superiores se constituem a medida que o sujeito participa das práticas sociais do seu grupo cultural.

Pino explica que entende por práticas sociais as várias formas de pensar, falar e de agir das pessoas que integram determinada formação social. Dois aspectos caracterizam as práticas sociais em relação às outras formas de conduta social: possuir certa configuração, que as torna identificáveis, e veicular uma significação partilhada pelos integrantes do mesmo grupo cultural, por exemplo, as práticas discursivas.

Pino conclui que as funções mentais superiores não são simples transposição no plano pessoal das relações sociais, mas a conversão, no plano da pessoa, da significação que tem para ela essas relações, com as posições que nelas ocupa e os papéis ou funções que dela decorrem e se concretizam nas práticas sociais em que está inserida.

Freitas (2007) sintetiza que Vygotsky, ao elaborar sua teoria social do desenvolvimento, compreende o sujeito como constituído nas relações sociais via linguagem e não a partir dos fenômenos internos ou como produto de um reflexo passivo do meio.

Assim também o compreende Bakhtin. A perspectiva bakhtiniana nos ajuda a pensar um sujeito que vai se constituindo discursivamente, a medida que interage com as vozes sociais que constituem sua comunidade semiótica. A natureza de sua consciência é social, surge e edifica-se por meio da encarnação material de signos, e tem no processo da interação social sua fonte, onde banha-se do conteúdo ideológico. Em palavras de Bakhtin, “tanto a cultura como um todo quanto cada pensamento em particular de um ato ou ação viva, estão integrados no contexto único, individual do pensamento real como evento” (1993, p. 53).

A linguagem, na acepção de Bakhtin, não limita-se a um sistema de categorias gramaticais abstratas, mas trata-se de uma realidade saturada pelas axiologias sociais, pelos índices sociais de valor. Faraco também observa, segundo concepções bakhtinianas:

[...] aquilo que chamamos de língua não é só um conjunto difuso de variedades geográficas, temporais e sociais [...] Todo esse universo de variedades formais está também atravessado por outra estratificação, que é dada pelos índices sociais de valores, oriundos da diversificada experiência sócio-histórica dos grupos sociais. Aquilo que chamamos de língua é também e principalmente um conjunto indefinido de vozes sociais (2009, p. 57).

No escopo teórico de Bakhtin, entendemos que a construção de todo o enunciado compreende uma orientação apreciativa, a palavra em uso, em sua integridade, não reconhece o objeto como neutro, uma vez que a palavra proferida em direção a esse objeto já se mostra interessada, e não indiferente a ele. A palavra revela, por meio da entonação, “minha atitude valorativa em relação ao objeto” (BAKHTIN, 1993, p. 50). É característica da palavra seu valor apreciativo quando expressada (no discurso oral ou escrito) na fala viva. A entonação que exprime as apreciações dos falantes é determinada pela circunstância social imediata do emprego da palavra, e os valores agregados à palavra posicionam o locutor social e historicamente em sua expressão. Ou seja, os falantes sempre dialogam com os valores sociais de uma época.

Para Bakhtin a alteridade é o ponto de partida fomentador de toda atividade do eu. Os discursos dos outros não apenas emergem em nossos próprios discursos, mas também é a eles que respondemos, com os quais discutimos, concordamos ou discordamos, como explicita o próprio autor:

Uma visão de mundo, uma corrente, um ponto de vista, uma opinião sempre tem expressão verbalizada. Tudo isso é discurso do outro (em forma pessoal ou impessoal), e este não pode deixar de refletir-se no enunciado. O enunciado está voltado não só para seu objeto, mas também para os discursos dos outros sobre ele (BAKHTIN, 2006, p. 58).

O autor assevera que vivemos em um mundo de palavras dos outros, e que toda a nossa vida é uma orientação neste mundo, é reação às palavras dos outros (dentro das infinitas possibilidades de

manifestação dessa reação), desde o processo de assimilação inicial do discurso até a assimilação das riquezas da cultura humana, a palavra do outro é uma condição de toda ação do eu.

3. Caminhos Metodológicos

Os dados foram construídos a partir de entrevistas semiestruturadas, realizadas com os sujeitos do estudo, duas professoras de inglês. Ambas atuam na área há aproximadamente dez anos, em uma cidade no interior de São Paulo, porém possuem histórias de formação e contextos de trabalho diferentes. Chamo as professoras de Lilly e Hellen.

Lilly, trabalha no momento exclusivamente com aulas particulares e está terminando o curso de Letras Licenciatura em Inglês. Conforme relata na entrevista, após retornar de uma temporada no exterior, em 2005, Lilly almejava uma carreira na área de comércio exterior, porém como não tinha curso superior na área, não obteve sucesso e, como alternativa, buscou emprego como professora de inglês em uma escola de idiomas, onde permaneceu por aproximadamente seis anos, quando optou por trabalhar somente com aulas particulares. Iniciou o curso de Letras Licenciatura-Inglês em 2011.

Hellen ao escolher o curso de Letras Licenciatura Português/Inglês, há mais ou menos quinze anos atrás, o fez por gostar de inglês. cursou a faculdade e o encanto pelo idioma foi diminuído por conta das dificuldades que encontrava em dominar a língua inglesa. Após formar-se, prestou concursos para professora de português e também de inglês, para atuar em escolas públicas estaduais. *Por ironia*, conforme palavras de Hellen, foi melhor colocada para atuar como professora de inglês, profissão que exerce até hoje.

A partir do objetivo proposto, algumas perguntas abertas foram elaboradas e serviram de ponto de partida para que as professoras respondessem acerca do aprendizado do idioma, da formação no curso de letras e das relações no ambiente em que atuam.

As entrevistas foram transcritas e a construção dos dados foi feita a partir de retomadas das transcrições e da escolha de trechos pertinentes para a análise. Neste texto, opto por apresentar a análise de alguns trechos onde as professoras falam sobre o contexto em que atuam, o contexto de trabalho, e as relações ali estabelecidas.

A análise enunciativa realizada, tem aporte principal nos preceitos de Bakhtin. Segundo esse autor,

A enunciação realizada é como uma ilha emergindo de um oceano sem limites, o discurso interior. As dimensões e as formas dessa ilha são determinadas pela situação da enunciação e por seu *auditório*. A situação e o auditório obrigam o discurso interior a realizar-se em uma expressão exterior definida, que se insere diretamente no contexto não verbalizado da vida corrente, e nele se amplia pela ação, pelo gesto ou pela resposta verbal dos outros participantes (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2012, p. 129 – grifo do autor).

No excerto acima encontramos elementos importantes da perspectiva enunciativa bakhtiniana. Primeiramente, entendemos que a situação social concreta e, através dela, o contexto social mais amplo,

determina a enunciação, a forma de sua expressão. Em segundo lugar, notamos a referência à alteridade. O outro, para Bakhtin, é aquele de quem recebemos as palavras, já habitadas, jamais absolutamente neutras, mas já cheias de intenções, de valores e impregnadas do conteúdo ideológico de um grupo social e de uma época, e para quem orientamos nosso enunciado, a quem respondemos. Bakhtin (2010, p. 100) ressalta que cada palavra é povoada de intenções, evoca uma profissão, um gênero, uma tendência, uma obra, uma pessoa uma geração, etc., é “uma opinião plurilíngue concreta sobre o mundo”, assim a recebemos e a assimilamos. A palavra permanece semi-alheia até a povoarmos com nossas intenções, porém alerta Bakhtin, “a linguagem não é um meio neutro que se torne fácil e livremente propriedade intencional do falante [...]”, a alteridade inerente das palavras dificulta as tentativas do falante de tornar sua palavra integralmente própria.

4. Os sentidos de ser professor de inglês

Em uma perspectiva histórico-cultural, nas interações sociais, nos encontros entre o eu e o outro há sentidos construídos, sentidos esses que emergem nos contextos específicos de cada relação. E o que observamos nos discursos das professoras, é que o contexto no qual trabalham, como parte de uma estrutura social, política e econômica e as relações que ali se estabelecem, interferem diretamente nos sentidos que estas atribuem à profissão de professora de inglês.

Hellen, professora de uma escola pública que atende alunos de periferia se diz não satisfeita com a profissão de professora de inglês, *nem mesmo de professora*:

(...) é tudo tão difícil. A sala de aula é muito difícil, muito desgastante... a questão da educação me frustra muito. Então... não sei...eu não sei, eu tenho dez anos de profissão e não sei se eu vou me aposentar nessa profissão ou se eu mudo. – Hellen

Em vários momentos justifica sua frustração apoiando-se na relação com os alunos, como evidenciase nos excertos a seguir:

(...) primeiramente é essa dificuldade, eles não dominam nem a língua materna, para você trabalhar uma segunda língua. Em segundo lugar, eles não veem importância alguma em aprender uma segunda língua, não há um porquê, então quando você tenta motivá-los é sempre a mesma... a visão de mundo deles é muito limitada: eu não preciso de inglês porque eu não vou morar fora, né? - Hellen

(...)Eu me vejo totalmente limitada, sem condições alguma de aplicar a minha proposta, a proposta da minha disciplina. Totalmente limitada... pela falta de conhecimento mínimo da língua materna, pela total falta de interesse... de ver o porquê do inglês na vida deles, uma língua estrangeira. Me sinto totalmente limitada, frustrada. - Hellen

Os dizeres de Hellen corroboram a premissa de que a identidade do professor é construída na relação com a alteridade. Os sentidos que emergem sobre seu trabalho como professora de inglês são construídos nas relações, nas experiências vivenciadas por ela na sala de aula. Conforme nos orienta Pino (2005), em uma perspectiva vygotskyana, o sistema de relações sociais é um sistema complexo de posições e de papéis que são associados a essas posições, disso decorre que os indivíduos se situam uns em relação aos outros de acordo com seus papéis, e já tem definidas as condutas esperadas deles em decorrência das posições que ocupam. Para Hellen a escola é o lugar da realização e da apreciação de seu trabalho, é o lugar onde ela é considerada profissional. Hellen expõe sua limitação e frustração ao não conseguir desenvolver sua proposta, a proposta de sua disciplina na sala de aula: (...) *Eu me vejo totalmente limitada, sem condições alguma de aplicar a minha proposta, a proposta da minha disciplina*. Essa questão a perturba, vai de encontro às prerrogativas inerentes ao trabalho do professor, que é ensinar, compartilhar conhecimento, planejar e desenvolver sua aula.

Nos recortes da fala de Hellen, ao falar da disciplina que ministra, da sala de aula e da relação com os alunos, nos são revelados aspectos do contexto mais amplo, que participam da construção da visão que o professor tem de sua profissão. Hellen nos diz: *a questão da educação me frustra muito*, e também: *elas não veem importância alguma em aprender uma segunda língua, não há um porquê*. O discurso de Hellen é marcado pelo contexto em que sua prática se insere, a escola pública, que abriga inúmeros problemas, e pelos discursos produzidos sobre este espaço. Como explica Fontana, em uma perspectiva bakhtiniana,

Na enunciação concreta e única, o enunciado individual e os diferentes domínios da atividade humana entrelaçam-se: um enunciado significa em suas relações com a cadeia de enunciados (históricos) em que se insere. A exterioridade é constitutiva do conteúdo, da forma, do tom (estilo) e dos sentidos. Nele encontram-se e articulam-se múltiplas vozes (2010, p. 72).

Observamos no discurso de Hellen a reiteração do discurso, já arraigado, de que o aluno da escola pública não se interessa em aprender inglês. Souza (2013) analisa que é bastante comum a noção internalizada, muitas vezes bem-intencionada e ingênua, de que os alunos, pela sua origem de classe, pela posição social que ocupam, necessitam de determinados conhecimentos e prescindem de outros para fazer frente ao próprio futuro. As concepções que Hellen apresenta sobre seus alunos, quando diz que não sabem (*nem a "língua materna"*), não se interessam, são limitados, etc., são resultantes da apropriação de discursos socialmente engendrados relativos aos alunos da escola pública, recorrentes na própria escola, na academia, na mídia.

A palavra viva, para Bakhtin, não pertence a uma só consciência, por sua orientação dialógica, em todas as direções, o discurso se encontra com outros discursos e participa com estes de uma interação viva. Entre o discurso e o objeto, e entre o objeto e a personalidade do falante, nos diz Bakhtin, interpõe-se um meio flexível, de discursos alheios sobre o mesmo objeto, sobre o mesmo tema, “e é particularmente no processo da mútua-interação existente com este meio específico que o discurso pode individualizar-se e

elaborar-se estilisticamente” (Bakhtin, 1990, p. 86). Na perspectiva de que a constituição discursiva do sujeito se dá dialogicamente quando ele penetra na cadeia da interação verbal, nas relações sociais, recebe a palavra do outro já habitada, cheia de intenções, de valores, impregnadas do conteúdo ideológico de um grupo social e de uma época, podemos inferir que o indivíduo se define a partir das relações com outros sujeitos. Na relação com os outros, o indivíduo percebe suas características e elabora julgamentos sobre si próprio. Fontana sumariza:

A partir do julgamento que os outros fazem de nós, do julgamento que fazemos dos outros e percebendo os julgamentos dos outros sobre nós próprios, tomamos consciência de nós mesmos, de nossas especificidades e de nossas determinações (2010, p. 62).

Seus alunos, conforme Hellen os vê, não veem no inglês, seu objeto de ensino, nenhuma utilidade, como nos diz em outro excerto:

Então você colocar isso como, sabe, o inglês é necessário para o mercado de trabalho por isso, isso, é muito distante para eles. Quando não, é muito comum a gente ouvir, sabe, que o que você vai trabalhar não precisa estudar porque...relacionado a droga, a toda violência que eles convivem no bairro, a gente ouve muito isso, infelizmente, é comum. Então eu tento buscar, tento, né, mas é muito distante da realidade deles, muito, muito distante. - Hellen

Ao atribuir aos alunos o desinteresse em relação ao aprendizado de inglês, Hellen também não vê sentido em ensiná-lo. Assim, atuando em um contexto que considera adverso, sua afirmação profissional nos parece muito frágil e a leva a questionar sua escolha profissional: *Então... não sei...eu não sei, eu tenho dez anos de profissão e não sei se eu vou me aposentar nessa profissão ou se eu mudo.*

Pesquisas apontam que os professores de inglês que atuam na escola pública não acreditam que seja possível aprender inglês neste espaço e atribuem ao contexto das escolas particulares de idiomas o lugar ideal para o aprendizado dessa língua estrangeira (BARCELOS, 1995; FÉLIX, 1999; GRIGOLLETO, 2000, OLIVEIRA, 2003, COELHO, 2005, dentre outros estudos). Esses discursos trazidos à tona pela literatura da área, perpassam a prática dos professores de inglês. Aparentemente, segundo as pesquisadoras Cox e Assis-Peterson (2007), enquanto a escola pública configura-se como um contexto do “não ter” as condições adequadas para o ensino-aprendizagem de língua estrangeira, a escola de idiomas é caracterizada como um contexto do “ter” (tempo adequado de aprendizado, infraestrutura, professores qualificados, alunos interessados, etc.).

Os discursos, com conotação essencialmente negativa, acerca do ensino-aprendizado da língua inglesa no âmbito da escola pública se opõem ao discurso contemporâneo que impõe a urgência no aprendizado do inglês. O domínio do idioma é considerado como um lugar de status, de satisfação pessoal, das oportunidades profissionais na sociedade atual e do acesso a bens culturais.

Neste esteio, Lilly, professora de inglês para alunos particulares, em condições de trabalho e voltada para um público muito diferente de Hellen, também dá indícios da influência das relações vivenciadas por ela em suas aulas, na construção dos sentidos que emergem sobre seu trabalho como professora de inglês.

(...) hoje, já não trabalho mais em escola, hoje eu só dou aula particular, né? Então, é um conhecimento que ninguém vai tirar de mim. Então eu creio que eu vou poder trabalhar até quando estiver velhinha eu vou conseguir dar algumas aulas particulares... Mas, eu tenho muita gratidão, adoro meus alunos, ver o desenvolvimento deles assim, é muito gratificante.- Lilly

Lilly, diferentemente de Hellen, justifica sua realização profissional apoiando-se no êxito de seus alunos:

Olha, assim, meu trabalho é muito gratificante, principalmente quando os alunos vão viajar. Você acha que, você fica meio na dúvida, será que o aluno está aprendendo, não está, né, então, eu tive o caso de uma aluna o mês passado que foi para o Canadá, em um congresso, e ela postou no Face que ela conseguiu se virar e que ela está super feliz e que falaram super bem do inglês dela, então isso é uma satisfação, né, isso também gera outra indicação para outros alunos, então...eu creio que estou fazendo um bom trabalho. - Lilly

(...)eu gosto de trabalhar, gosto de ensinar, gosto de ver os alunos se saindo bem (...) quando você prepara o aluno para uma entrevista de emprego é super gratificante ele chegar e falar que conseguiu passar...então eu acho que isso é o que eu quero para o resto da minha vida. - Lilly

Para Lilly, a satisfação em ser professora é balizada pelas realizações de seus alunos através do inglês, seu objeto de ensino. Palavras como “gratificante”, que aparecem em seu discurso, são comumente utilizadas para descrever o trabalho do professor e no caso de Lilly, os resultados positivos dos alunos são tão visíveis para ela que justificam sua escolha profissional: *é super gratificante ele chegar e falar que conseguiu passar...então eu acho que isso é o que eu quero para o resto da minha vida*, e também a certificam: *eu creio que estou fazendo um bom trabalho*.

Bakhtin (2000, p. 378) postula que nos constituímos na relação com outros sujeitos: “(...) tudo o que me diz respeito a começar por meu nome, e que penetra em minha consciência, vem-me do mundo exterior, da boca dos outros (...)”, na relação com o outro percebo minhas próprias características e singularidades pessoais e profissionais, ou seja, me vejo inserido no mundo: “(...) tomo consciência de mim, originalmente através dos outros: deles recebo a palavra, a forma e o tom, que me servirão para a formação que terei de mim mesmo (...)”. Neste esteio, para o professor de inglês, seus alunos, sua escola, o sistema educacional, suas aulas, a valoração de seu objeto de ensino, dentre outros fatores o constituem, o dizem professor.

Para os alunos de Lilly, a língua inglesa tem uma “utilidade prática”, é um conhecimento relevante, e, portanto, também o é seu papel de professora da língua que todos “precisam aprender” na sociedade

contemporânea. Tanto Hellen, quanto Lilly trazem as vozes dos alunos para justificar o sucesso ou as limitações de sua prática e também são essas vozes que, nesses trechos, lhes dão “acabamento”, sustentam os sentidos que elas elaboram sobre si mesmas enquanto professoras. Enquanto para Hellen seus alunos prescindem de alguns conhecimentos, como o da língua inglesa, parecem estar marcados para continuarem onde estão, os alunos de Lilly são impulsionados, pelo conhecimento que ela agrega, a galgar novos espaços (viajar, intentar oportunidades profissionais, etc.).

São as marcas do contexto social mais amplo, dos valores sociais partilhados socialmente, e também das relações entre educador e educandos que participam da elaboração e do julgamento do ser professor, marcam os discursos das professoras, sua visão de mundo e sua identidade profissional em um movimento de construção de sentidos que é dinâmico único, mas que se dá em situações concretas e datadas, circunscritas dentro de um contexto social e histórico preciso.

5. Considerações finais

Percebemos que os sentidos que Lilly e Hellen atribuem ao trabalho docente são respostas das professoras aos vários outros que participam de seu contexto profissional. Os discursos das professoras refletem e refratam os discursos do contexto histórico, econômico, social, cultural e político que constitui o conjunto das condições de trabalho em que estão inseridas e com os quais dialogam, a eles respondem e vão assim atribuindo sentido ao que fazem.

Podemos observar o movimento dialógico presente na fala das professoras, que abrange o contexto mais imediato e o contexto mais amplo, como mutuamente fundantes. Segundo Bakhtin,

Um enunciado é um elo na cadeia da comunicação verbal de uma dada esfera. (...) Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são autossuficientes, conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (2000, p.316).

As relações vivenciadas pelas professoras com os alunos, em suas aulas, participam na construção dos sentidos que emergem sobre seu trabalho como professoras de inglês, bem como o contexto mais amplo, no qual se inserem seus contextos de trabalho. Observamos que, o mesmo objeto de ensino, a língua inglesa, têm para as professoras valores bem diferentes. Dentro de uma concepção bakhtiniana, nos apropriamos de discursos, sobre determinado objeto, já valorados, nunca neutros, portanto a língua inglesa, enquanto objeto de ensino, carrega os sentidos forjados em âmbitos específicos, marcados por suas condições históricas e culturais. Assim, confirma-se (infelizmente) o que pesquisas da área de ensino-aprendizagem de língua inglesa apontam, o inglês, enquanto objeto de conhecimento, na escola pública é diferente do inglês no âmbito das escolas de idiomas e das aulas particulares. Considerando as condições

concretas de ensino nos diferentes contextos, enquanto na escola pública o conhecimento da língua inglesa é tomado como supérfluo, 'sem utilidade' imediata para o aluno, que tem outras demandas (*falta de conhecimento mínimo da língua materna* – Hellen), nos institutos de idiomas e nas aulas particulares, este é muito importante, fundamental (*básico*, nas palavras de Lilly). O que dizem as professoras vão ao encontro de um discurso engendrado socialmente que contribui para a descaracterização da escola pública como lugar de referência para o ensino-aprendizagem de língua inglesa, e conseqüentemente afetam os sentidos que os professores que ali atuam elaboram acerca de sua profissão.

Referências bibliográficas

ARAGÃO, R. C. **São as histórias que nos dizem mais**. Emoção, reflexão e ação na sala de aula. Belo Horizonte, 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais.

BAKHTIN, Mikhail M. **Para uma filosofia do ato**. Tradução de Carlos Alberto e Cristovão Tezza da edição americana *Toward a philosophy of the act*. Austin: University of Texas Press, 1993 (tradução destinada exclusivamente para uso didático e acadêmico).

_____. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec, 2010.

BARCELOS, A. M. F. **Understanding teachers' and students' language learning beliefs in experience: A Deweyan Approach**. Tuscaloosa, 2000. Tese (Doutorado) – The University of Alabama.

CARVALHO, V. C. P. S. **A aprendizagem de língua estrangeira sob a ótica de alunos de Letras: crenças e mitos**. Belo Horizonte, 2000. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais.

CASTRO, S. T. R. Representações de alunos de inglês de um curso de letras. **The ESPECIALIST**, v. 25, n. especial, p. 39-57, 2004.

DE GRANDE, A. P. B., **Processos de construção da identidade profissional de professores em formação continuada**. Campinas, 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – IEL, UNICAMP.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FERNANDES, C.S. **Representações e construção da identidade do professor de inglês**. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FREITAS, M. T. de A. A pesquisa em educação: questões e desafios. **Vertentes**, n.29, p.28-37, jan./jun., 2007.

FREITAS, M. T. A, RAMOS, B. S. No fluxo dos enunciados, um convite à contrapalavra. In: FREITAS, Maria T. A, RAMOS, Bruna S. (orgs.). **Fazer pesquisa na abordagem histórico-cultural: metodologias em construção**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010, p. 7-12.

FONTANA, R. A. C. **Como nos tornamos professoras?** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LEFFA, V. J. Aspectos políticos da formação do professor de línguas estrangeiras. In: LEFFA, Vilson J. (Org.). **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão**. Pelotas, 2001, v. 1, p. 333-355.

NASCIMENTO, N. **Representações sobre os saberes e a prática de professor de língua estrangeira**. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado em Representações sobre os saberes e a prática de professor de língua estrangeira). Universidade de São Paulo.

PAIVA, V.L.M.O. A identidade do professor de inglês. **Apliemge: Ensino e pesquisa**, Apliemge/Fapemig, Uberlândia, n. 1, p. 9-17, 1997. Disponível em: <<http://www.veramenezes.com/identidade.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

_____. Como se aprende uma língua estrangeira? In: ANASTÁCIO, E.B.A.; MALHEIROS, M. R. T. L.; FIGLIOLINI, M. C. R. (orgs.). **Tendências contemporâneas em Letras**. Campo Grande: Editora da UNIDERP, 2005. p. 127-140.

PINO, Angel. **As marcas do humano: as origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski**. São Paulo: Cortez, 2005.

PUCCI, R. H. P. **O papel do professor na tomada da palavra pelo aluno na língua inglesa: uma análise enunciativa das interlocuções em sala de aula**. Piracicaba, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.

RESENDE, L. A. S. **Identidade e aprendizagem de inglês sob a ótica do Caos e dos Sistemas Complexos**. Belo Horizonte, 2009. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

ROSSI, E.C.S. **A construção do conhecimento e da identidade do professor de inglês**. Londrina, 2004. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem)–Universidade Estadual de Londrina.

SILVA, I. M. **Percepções do que seja ser um bom professor de inglês para formandos de Letras**: um estudo de caso. Belo Horizonte, 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada ao Ensino/Aprendizagem de Línguas Estrangeiras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVA, S. R. E. **Manifestações de controle do professor de inglês como língua estrangeira**: um estudo de caso. Belo Horizonte, 2001. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino/Aprendizagem de Línguas Estrangeiras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVA, L. O. **Crenças sobre aprendizagem de língua estrangeira de alunos formandos de Letras**: um estudo comparativo. Belo Horizonte, 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada ao Ensino/Aprendizagem de Línguas Estrangeiras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVA, K. A. **Crenças e aglomerados de crenças de alunos ingressantes em Letras (Inglês)**. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em Linguística aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

SMOLKA, Ana Luiza B., GÓES, Maria Cecília R. de. (Orgs.). **A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento**. 13ª Edição. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

SOUZA, B. M. **Práticas bem sucedidas de professores de inglês em escolas públicas**: sujeitos singulares, possibilidades plurais. 2013. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

TICKS, L. Representações de conceitos de linguagem, ensino e aprendizagem e de papéis no discurso de professores de inglês recém-formados. **Revista Linguagem em (Dis) curso**, v. 7 n. 2, 2007.

VELASQUES, M. T.; FREITAS, L. F. R. As tensões entre identidade docente e identidade discente de professoras de língua inglesa em formação. IN: **X Encontro do CELSUL** – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Anais. Cascavel-PR, 2012. Disponível em: [http://www.celsul.org.br/Encontros/10/completos/xcelsul_artigo%20\(157\).pdf](http://www.celsul.org.br/Encontros/10/completos/xcelsul_artigo%20(157).pdf) Acesso em 10 jul. 2014.

VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. Crenças, pressupostos e conhecimentos de alunos-professores de língua estrangeira e sua formação inicial. In: VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. (Org.) **Prática de ensino de língua estrangeira: experiências e reflexões**. Campinas: Pontes, Arte Língua, 2004, p. 131-152.

VYGOTSKY, Lev Semiónovich. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. **Formação social da mente**. 7ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZACCHI, Vanderlei J. A orquestração de discursos por professores de língua inglesa. **Letras & Letras**, Uberlândia, 23 (1) 185-199, jan./jun. 2007.

Abstract: *The aim of this paper is to present an analysis of English teachers' discourses in order to verify the meanings that they attribute to teaching the language, looking for other discourses that might appear in their speech when we question them about the profession of English teacher, considering the context of the immediate social relations and the broader social context. Assuming that social relations participate in the constitution of the teachers, we suggest a look at the voices of those relationships that emerge interwoven in their speeches. Based on the cultural and historical approach, the discussion counts on Vygotsky and Bakhtin. This approach understands the psyche is formed in social interactions mediated by language and provides a methodological approach to look at the subject from a perspective of wholeness, also, we understand that the dialogic and ideological dimensions of language reported by Bakhtin is foundational to comprehend the discursive relations which constitute the individuals. The data for analysis were constructed from recorded semi-structured interviews with two teachers of English, working in different contexts. We could observe in the speeches of the teachers that the context in which they work, as part of a social structure, interferes in the senses that they attribute to their profession.*

Keywords: *English Teachers ; Meanings attributed to teaching ; Discourses ; Cultural and historical approach ; Bakhtin's theory.*

Por dentro dos boxes: uma análise das mobilizações dos/as docentes de Brasília

Risalva Bernardino NEVES (UnB)
risalvabernardino@hotmail.com

Resumo: Este trabalho é uma parte de minha pesquisa de mestrado, que foi realizada junto à Universidade de Brasília, de 2011 a 2013. Trata-se de uma investigação sobre a mobilização dos/as professores/as da Secretaria de Educação do Distrito Federal, vista sob o prisma dos construtos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica (ADC) de linha britânica. A análise partiu da cobertura do *Correio Braziliense*, o mais tradicional e mais lido jornal da capital. Para a ADC, o discurso é tanto uma forma de inter(ação) quanto de representação e identificação, portanto serve para sustentar relações de opressão mas também serve para contestá-las (CHOULIARAKY & FAIRCLOUGH, 1999, FAIRCLOUGH, 2001, 2003, 2008). Para essa comunicação, fiz um recorte no *corpus*, escolhi os boxes¹, que figuraram ao lado das matérias jornalísticas porque muitos leitores os elegem em virtude de seu tamanho reduzido. Sendo assim, eles se constituem importantes resumos do texto e fonte de informação. Os resultados revelaram o uso da *dissimulação* (THOMPSON, 1995), construída por meio da *eufemização*, uma vez que se realçaram as valorações positivas do Governo do Distrito Federal, a estratégia de legitimação *autorização* (VAN LEEUWEN, 2008), o que convergiu no alinhamento do discurso do Jornal pesquisado ao discurso do GDF e, conseqüentemente, em representações negativas do evento investigado.

Palavras-chave: mobilização dos/as professores/as; ADC; *Correio Braziliense*; discurso; boxes.

1. Introdução

Há algum tempo pesquisas que têm o discurso como objeto de investigação vêm sendo desenvolvidas em diversas partes do mundo e no Brasil não é diferente. Tais pesquisas reconhecem a importância do discurso, o poder que ele pode conferir, as relações desiguais que ele pode sustentar e as mudanças que seu uso pode promover. Este estudo segue esse trilha, isto é, partilha de uma concepção de linguagem vista como parte da vida social interconectada dialeticamente a outros momentos (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999). Isso significa que existe uma ligação dialética entre linguagem e sociedade, uma é parte da outra, pois as pessoas na sociedade vivem e interagem usando, para isso, a linguagem.

Conforme já mencionado, este trabalho é uma pequena amostra de minha pesquisa de mestrado, concluída em 2013 junto à Universidade de Brasília. Um dos objetivos foi investigar os discursos do Jornal *Correio Braziliense* observando os aspectos acionais e interacionais do gênero situado *reportagem* jornalística a fim de identificar aspectos potencialmente ideológicos referentes às mobilizações grevistas bem como aos/as professores/as em greve. Para isso, coletei 22 textos, entre “reportagens” e “notas de imprensa”, que trataram do assunto. Além desses, analisei “Informes Publicitários” do Governo do Distrito Federal (GDF), notícias sobre os mesmos eventos publicadas do site Sindicato dos/as Professores/as do DF (SINPRO-DF) no mesmo período. Fiz, ainda, entrevistas com professoras de uma escola pública do DF.

¹ Jornalismo: quadro com texto de informação suplementar, às vezes cercado por fio ou com fundo colorido, editado junto a matéria jornalística, mensagem publicitária etc. (Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa).

Para este trabalho, escolhi apenas os boxes, que aparecem próximos aos textos principais, portanto a análise restringe-se a eles. Para uma melhor organização deste artigo, dividi-o em seções: na primeira, a introdução, apresento brevemente o trabalho; em seguida, volto-me para o arcabouço teórico e metodológico sobre o qual a pesquisa está ancorada; depois, apresento os dados e a análise dos resultados; por fim, faço as considerações finais.

2. Análise de Discurso Crítica: teoria e método

Os pesquisadores em ADC normalmente se debruçam sobre temas que os inquietam. Isso porque reconhecem a importância do discurso dentro da sociedade não somente como algo que reproduz as relações sociais que envolvem poder, mas sobretudo como uma ferramenta que pode questionar, deslegitimar tais relações ou até empoderar grupos sociais aliados.

Tal importância reside irrefutavelmente nos estudos iniciais de Foucault, denominados de 'arqueologia'. Fairclough (2008, p. 74), analisando tais estudos, aponta dois pontos teóricos principais: o primeiro é a visão constitutiva do discurso, "o discurso constitui os objetos de conhecimento, os sujeitos, e as formas sociais do 'eu', as relações sociais e as estruturas conceituais" (FAIRCLOUGH, 2008, p. 64); o segundo é a "ênfase na interdependência das práticas discursivas de uma sociedade ou instituição", isto é, o fato de os textos produzidos retomarem textos anteriores ou anteciparem os posteriores, estabelecendo um diálogo com eles, a chamada intertextualidade. Em seguida, na conhecida fase da "genealogia", Fairclough (2008, p. 74) observa que é acrescido o poder na discussão sobre a linguagem, ou seja, Foucault "localiza o discurso e a linguagem no coração das práticas e dos processos sociais", portanto o poder está imerso (e implícito) nas relações sociais.

A ADC constitui-se uma teoria e um método, ou melhor, uma abordagem teórico-metodológica com vistas à promoção da mudança social favorável a minorias. Tal área do conhecimento é orientada ontologicamente pelos princípios do Realismo Crítico (RC) (BHASKAR, 1989, *apud* RESENDE, 2009). Nessa perspectiva, temos uma compreensão do mundo social, da realidade e dos elementos que os compõem aliada a ferramentas para a realização de análises textuais situadas, tudo isso voltado para as mudanças sociais almejadas.

Dessa forma, pesquisas em ADC são uma mescla de investigações acerca de temas sociais e estudos linguísticos. Isso porque, segundo essa visão, os problemas sociais são também, em parte, problemas de linguagem, portanto não se pode investigar um problema social, analisando apenas questões sociais, como também não se podem investigar problemas discursivos, analisando apenas a linguagem, caso se pretenda ter uma visão mais profunda de questões sociais. Para a ADC, pesquisas focando apenas um desses aspectos reduziriam problemas sociais à ação humana (como se a ação humana fosse totalmente livre, isto

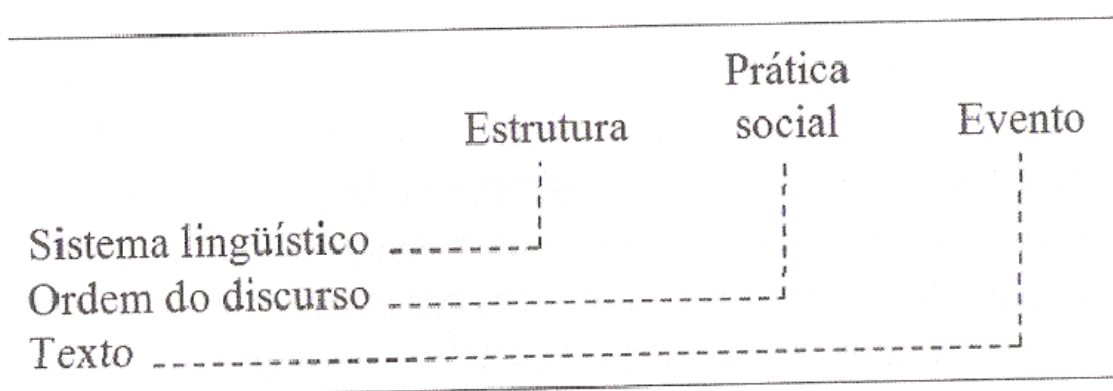
é, pudesse “tudo”) e problemas discursivos à linguagem como se essas duas instâncias não estivessem conectadas.

Conceituar discurso não é tão simples. Este pode ser pensado como um substantivo abstrato, com o significado de linguagem (incluindo outros tipos de semiose), como elemento da vida social ou mais concretamente, como substantivo contável, com o significado de maneiras particulares de representar o mundo ou parte dele. Em Chouliaraki e Fairclough (1999), encontramos essa distinção: quanto à primeira acepção, discurso como *um momento das práticas sociais* e, quanto à segunda, como *um modo de representação*, diz respeito aos discursos (pode ser pluralizado) veiculados na sociedade, materializados em textos diversos, sobre os quais os/as analistas de discurso se debruçam em investigações.

Sendo o discurso um modo de ação, de representação e de identificação, é parte da ação social, de eventos sociais e condutor potencial de ideologias, portanto pode ser utilizado para a instauração, reprodução de ideologias ou transformação social. Por meio dele podemos nos autoafirmar como indivíduos ou como grupo social, daí a necessidade de investigar os discursos sobre o/a professor/a em um momento específico como foi o caso das mobilizações grevistas de 2012.

Conforme já citado, para a ADC o mundo é um sistema aberto, no qual a estrutura (abstrata) tanto constrange quanto permite a ação social e esta, por sua vez, reproduz ou transforma a estrutura (posteriormente). Em um nível intermediário – entre as estruturas mais abstratas e os eventos mais concretos – estão as práticas sociais. Além disso, a ADC compreende a linguagem (ou semiose) como um dos estratos da sociedade, logo, um dos momentos da prática social. Disso decorre a concepção da linguagem como parte irreduzível da vida social interconectada dialeticamente com outros momentos do social (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999). A relação entre os elementos da estruturação social (do Realismo Crítico) e da estrutura discursiva, em termos de abstração/concretude, é apresentada na Figura 1:

Figura 1. Relação entre estrutura social e estrutura discursiva



Adaptado de Resende (2009, p. 33).

No nível mais abstrato da estrutura social, temos o sistema linguístico; no nível intermediário, está a prática social, que corresponde às (redes de) ordem do discurso; no nível mais concreto, temos o evento empírico, que corresponde ao texto. As estruturas sociais definem o potencial, isto é, o que pode, de fato, acontecer (o evento), mas não o determinam. Assim, as pesquisas em ADC investigam eventos sociais e textos, que são o material empírico do/a pesquisador/a sem, naturalmente, esquecer a relação desses com os outros elementos que compõem a vida social.

Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 22), as práticas possuem três características essenciais: a) “elas são formas de produção da vida social”; b) “cada prática está inserida em uma rede de relações com outras práticas” e c) “as práticas sempre têm uma dimensão reflexiva: pessoas sempre geram representações do que elas fazem como parte do que elas fazem”. Dessa forma, é importante entender a vida social organizada em torno das práticas sociais para podermos investigar os discursos (mais concretos) levando em consideração que eles fazem parte de uma prática social. Julgar que as práticas se resumem ao discurso é imaginar possibilidades (ou um poder) que o sistema linguístico sozinho não possui, assim como creditar toda a responsabilidade da mudança apenas agência humana é esquecer que a estrutura social *permite* mas também *constrange*.

Por esse motivo, pesquisas em ADC incluem a análise da conjuntura social na qual o problema sociodiscursivo está inserido, o que será explicitado mais adiante.

Uma vez que a ADC dialoga com as Ciências Sociais, são importantes os conceitos de ideologia e hegemonia. Discursos materializam ideologias que podem circular e serem disseminadas em contextos sociais. Ideologia é um conceito bastante complexo. Para Eagleton (1997), o contexto discursivo é muito importante, portanto não se pode analisar um enunciado, se é ideológico ou não, sem observar o contexto discursivo. E completa sugerindo que “a ideologia tem mais a ver com a questão de quem está falando o quê, com quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento” (EAGLETON, 1997, p. 22). Para Fairclough (2003), ideologias são representações de aspectos do mundo que podem contribuir para o estabelecimento, manutenção de relações assimétricas de poder, dominação e exploração. Essa visão ‘crítica’ de ideologia, como uma modalidade de poder, contrasta com várias visões ‘descritivas’ de ideologia como posições, atitudes, crenças, perspectivas, entre outros, de grupos sociais sem referência a relações de poder e dominação entre tais grupos.

A acepção de ideologia aqui adotada é proposta por Thompson (1995), um conceito de ideologia negativo e que diz respeito a um conjunto de práticas discursivas que servem para assegurar, manter e legitimar relações assimétricas de poder, quer dizer, dominar grupos desprivilegiados, subjugando-os. Essa definição deriva do ideário marxista, especificamente da *concepção epifenomênica* da ideologia, segundo a qual “a ideologia é um sistema de ideias que expressa os interesses da classe dominante, mas que representa relações de classe de uma forma ilusória” (THOMPSON, 1995, p. 54).

Para Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 26), “ideologias são construções de práticas a partir de perspectivas particulares posicionadas que forjam ou suprimem contradições, antagonismos, dilemas de acordo com seus interesses e projetos de dominação”. Dessa forma, se ideologias são construções discursivas, ou seja, representações, então a ideologia está imbricada na relação entre o discurso e outros momentos da prática social, sendo, portanto, um meio utilizado para legitimar o poder de grupos hegemônicos.

Hegemonia é um conceito proposto por Gramsci (1966 *apud* GRUPPI, 1978), apresentado como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer (GRUPPI, 1978). Se uma mudança no modo de pensar pode ser gerada de uma mudança na estrutura e vice-versa, então a hegemonia é um “equilíbrio instável” das relações sociais, das lutas pelo poder. Existe entre o discurso e a hegemonia uma estreita ligação, pois o discurso é o espaço onde são travadas as batalhas para se manter no poder. Este é considerado fluido, líquido, portanto necessita o tempo todo ser mantido, corroborado, sustentado por quem deseja manter-se “com ele”. Para isso, usam-se estratégias para tentar viabilizar esse “empoderamento”. Nesse sentido, dizemos que as lutas hegemônicas são constantes e a hegemonia é, pois, não estável. É importante frisar que da mesma forma que grupos privilegiados usam o discurso para sustentar relações assimétricas, grupos não privilegiados podem, por meio do discurso, tentar reverter essas tais relações. Assim, como em círculo, grupos podem se movimentar, ou se revezar, justamente porque a hegemonia, sendo instável e provisória, depende o tempo todo de práticas discursivas orientadas ideologicamente que a sustentem, dentre outras estratégias. Por conseguinte, ideologia e hegemonia são conceitos que se entrecruzam.

Thompson (1995, p. 79) sugere que formas simbólicas, isto é, “espectros de ações e falas, imagens e textos produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles como significativos”, podem ser utilizadas ideologicamente a fim de sustentar formas opressoras de dominação. Assim, ele propõe cinco modos gerais de operação da ideologia, a saber: *legitimação*, *dissimulação*, *unificação*, *fragmentação* e *reificação*. Cada *modus operandi* possui suas próprias estratégias de construção simbólica, que não são consideradas inerentemente ideológicas, mas que, a depender da forma como são construídas, podem servir para manter ou subverter, estabelecer ou minar relações de dominação (THOMPSON, 1995).

A *legitimação* consiste em estabelecer e sustentar relações de dominação por apresentá-las como justas ou dignas de apoio, isto é, como legítimas. Thompson (1995) ilustra que Weber distinguiu três tipos de bases sobre as quais a legitimação se sustenta: bases racionais (que apelam para a legalidade de certas regras), bases tradicionais (que apelam para a inviolabilidade das tradições imemoráveis) e bases carismáticas (que apelam para o caráter excepcional da imagem de uma pessoa vista como autoridade). Essas bases podem ser construídas por meio de estratégias de construção simbólica que são *racionalização*, *narrativização* e *universalização*. Por meio da primeira, o/a produtor/a de uma forma simbólica constrói

uma rede de raciocínio que busca defender ou justificar relações ou instituições sociais para persuadir o público de que esse raciocínio é digno de apoio. Por meio da segunda, o produtor conta histórias memoráveis sobre o passado a fim de justificar o presente como parte de uma tradição eterna e legítima. Por meio da terceira, o produtor apresenta acordos institucionais que são interessantes ou vantajosos para poucos como se assim o fossem para todos.

A *dissimulação* consiste em estabelecer ou sustentar relações de poder ao ocultar, negar, dissimular ou, ainda, representar de uma maneira que desvie a atenção ou que oculte as relações ou processos existentes. Ela pode ser expressa por estratégias diversas, entre as quais Thompson (1995) arrola o *deslocamento*, a *eufemização* e o *tropo*. Quanto à primeira, há uma recontextualização de termos de um determinado campo que são utilizados em outro, assim há uma transferência de conotações positivas ou negativas para pessoas, objetos ou instituições; a segunda realiza-se por meio de valorações positivas para relações sociais, ações ou instituições, assim dissimulando certas instabilidades; a terceira é entendida como o uso de figuras de linguagem com o intuito de, por exemplo, apagar relações de conflito.

A *unificação* é a construção simbólica de uma identidade coletiva sem levar em consideração aspectos que possam separá-los. A *padronização* e a *simbolização da unidade* são as estratégias usadas para unificar. A primeira diz respeito à referência a padrão, cujos fundamentos são partilhados e aceitos; a segunda implica a construção de símbolos de unidade, de identidade ou identificação coletiva, como bandeiras nacionais ou hinos, que são difundidos por um determinado grupo.

A *fragmentação* consiste em segmentar ou dividir grupos ou indivíduos que, se unidos, poderiam constituir obstáculo para a manutenção do poder. São suas estratégias a *diferenciação*, em que são feitas distinções entre grupos ou indivíduos, realçando justamente aquilo que os desunem a fim de desestabilizar as lutas hegemônicas, e *expurgo do outro*, que se realiza com a construção de um inimigo, representado como mau ou ameaçador, e que deve ser expurgado da sociedade.

Por fim, a *reificação* é a representação do estado transitório das coisas e das pessoas como se fosse natural e permanente, eliminando ou obscurecendo o caráter sócio-histórico dos fenômenos. As estratégias de *reificação* são: *naturalização*, *eternalização* e *nominalização/passivização*. Na primeira, uma dada situação é tomada como natural ou resultado inevitável, independente da ação humana; na segunda, fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como imutáveis, perenes e eternos; a nominalização, de caráter mais gramatical, diz respeito à transformação de processos em nomes, tornando-os genéricos ou vagos, e na passivização os atores são omitidos, conseqüentemente apaga-se a agência humana (ou a responsabilidade) como se os fenômenos acontecessem sem sua interferência. O Quadro 1 resume esses *modus operandi* da ideologia, propostos por Thompson (1995).

Quadro 1. Modos de operação da ideologia, segundo Thompson(1995)

MODOS GERAIS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA	ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA
LEGITIMAÇÃO Relações de dominação são representadas como legítimas	RACIONALIZAÇÃO (uma cadeia de raciocínio procura justificar um conjunto de relações) UNIVERSALIZAÇÃO (interesses específicos são apresentados como interesses gerais) NARRATIVIZAÇÃO (exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente)
DISSIMULAÇÃO Relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas	DESLOCAMENTO (deslocamento contextual de termos e expressões) EUFEMIZAÇÃO (valoração positiva de instituições, ações ou relações) TROPO (sinédoque, metonímia, metáfora)
UNIFICAÇÃO Construção simbólica de identidade coletiva	PADRONIZAÇÃO (um referencial padrão proposto como fundamento partilhado) SIMBOLIZAÇÃO DA UNIDADE (construção de símbolos de unidade e identificação coletiva)
FRAGMENTAÇÃO Segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante	DIFERENCIAÇÃO (ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo) EXPURGO DO OUTRO (construção simbólica de um inimigo)
REIFICAÇÃO Retratação de uma situação transitória como permanente e natural	NATURALIZAÇÃO (criação social e histórica tratada como acontecimento natural) ETERNALIZAÇÃO (fenômenos sócio-históricos apresentados como permanentes) NOMINALIZAÇÃO/PASSIVIZAÇÃO (concentração da atenção em certos temas em detrimento de outros, com apagamento de atores e ações)

Adaptado de Ramalho e Resende, 2011, p. 27-8, com base em Thompson (1995, p. 52).

Como observam Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 26), se “ideologias são construções de práticas a partir de perspectivas particulares posicionadas”, isso implica que ideologias são, em princípio, representações/discursos, e tais representações podem ser legitimadas em gêneros e inculcadas em identidades.

Conforme já mencionado, a ADC reúne uma teoria e um método, e este parte de um *problema social sustentado linguisticamente*, ou seja, uma questão social que envolve poder, potencialmente sustentada por discursos particulares. A seguir, o/a pesquisador/a tenta identificar os *obstáculos* que se interpõem à resolução do problema, fazendo as seguintes análises: (a) da conjuntura; (b) da prática particular; (c) de discurso. Dando sequência à abordagem teórico-metodológica proposta pela ADC, o passo seguinte é a *investigação do problema na prática*, que se relaciona com “se” e “como” o problema tem

uma função na prática social pesquisada. Nessa perspectiva, verifica-se a quem interessa o problema para, em seguida, investigar formas de superá-lo uma vez que as pesquisas visam à mudança social. A *investigação de possíveis modos de ultrapassar os obstáculos* do problema passa pela análise do *corpus* com vistas a mapear ações discursivas e práticas que possam ser tomadas em prol da resolução do problema pesquisado. Nesse sentido, é válido ressaltar a relação transformacional entre estrutura e ação, o que permite mudanças. Por fim, no procedimento de *reflexão sobre a análise*, que, de fato, permeia todo o fazer investigativo, pensamos sobre os limites e alcances da pesquisa. O quadro 2 sintetiza esse percurso metodológico.

Quadro 2. Abordagem teórico-metodológica da ADC

1. Percepção de um problema social com aspectos semióticos
2. Identificação de obstáculos para que o problema seja superado a) <i>Análise da conjuntura</i> b) <i>Análise da prática particular:</i> (i) práticas relevantes (ii) relação do discurso com outros momentos c) <i>Análise de discurso</i> (i) <i>análise estrutural: as ordens de discurso</i> (ii) <i>análise interacional</i>
3. Investigação da função do problema na prática
4. Investigação de possíveis modos de ultrapassar os obstáculos
5. Reflexão sobre a análise

Fonte: Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 60).

Em relação ao *corpus*, investiguei representações sobre docentes em reportagens sobre as mobilizações grevistas dos/as professores/as, publicadas pelo jornal *Correio Braziliense*, durante os meses de março a maio de 2012, em que a greve perdurou. Foram reportagens, notas de imprensa, informes publicitários do Governo do Distrito Federal (GDF), notícias sobre os mesmos eventos do Sindicato dos/as Professores/as do DF (SINPRO-DF), publicadas no site do Sindicato, e entrevistas com professoras. Para este estudo analisei apenas os boxes, que aparecem ao lado dos textos principais. Tal escolha se justifica por duas razões: primeiro, a restrição de tempo das comunicações individuais; segundo, o fato de serem os boxes resumos das reportagens e, pelo tamanho reduzido, muitas vezes substituírem a leitura total da reportagem.

3. Os dados, a análise e os resultados

Antes de apresentar o recorte de minha pesquisa para esta comunicação, é importante frisar que a Linguística Sistemico-Funcional (LSF) foi desenvolvida para tentar explicar o papel que a língua desempenha na cultura e no mundo. Trata-se uma gramática “sistêmica” e “funcional” por dois motivos: primeiro, por ter o objetivo de explicitar como se desenvolvem os sistemas gramaticais como um potencial para construir

significados sociais, como um recurso de que dispõem as pessoas para configurar suas experiências no mundo e interagir com os outros; segundo, por ter como uma de suas preocupações centrais investigar como a linguagem funciona em um dado contexto (GHIO & FERNANDEZ, 2005). Fairclough (2003) considera a LSF um valioso recurso para a análise de discurso crítica por apresentar uma evidente preocupação com a relação entre a linguagem e os outros elementos e aspectos da vida social. Dessa forma, o referencial da LSF é utilizado pelos/as analistas de discurso para a análise situada de textos. O principal expoente da LSF, Halliday (2004, p. 29), propõe que a linguagem, em nossas interações sociais, possui as funções básicas de significar nossa experiência e agir no mundo. Em outras palavras, a linguagem possui a função de “construir a experiência humana” uma vez que, segundo esse autor, não há experiência humana que não se transforme em algo significativo.

Nessa perspectiva, Halliday (2004) apresenta três macrofunções presentes simultaneamente na linguagem: a ideacional, a interpessoal e a textual. A primeira está ligada à representação das experiências, isto é, “os textos representam aspectos do mundo (o mundo físico, o social e o mental)” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 26-27). A segunda, interpessoal, refere-se à ação, uma vez que os textos “interpretam as relações sociais entre participantes de eventos sociais e as atitudes, os desejos e os valores dos participantes” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 27). A terceira, a macrofunção textual, refere-se à organização coerente das partes dos textos e sua conexão com o contexto, isto é, abarca os aspectos estruturais do texto, como questões gramaticais, semânticas.

Para Fairclough (2003), é possível localizar nos textos significados que remetem à inter-ação, à representação e à identificação, respectivamente os significados *acional*, *representacional* e *identificacional*, os quais são propostos a partir da operacionalização das macrofunções da LSF. Conforme o autor, a *representação* relaciona-se à *macrofunção ideacional* de Halliday, e a *inter-ação* se aproxima da metafunção interpessoal. Fairclough não separa uma função específica para os textos (macrofunção textual), mas integra essa função à inter-ação, portanto ela seria parte do *significado acional*. Além disso, Fairclough (2003) propõe que textos, além de serem formas de ação e representação, são maneiras de se identificar, isto é, apresentam também um *significado identificacional*.

É importante frisar que esses três significados aparecem simultaneamente nos textos, isto é, ao mesmo tempo em que agimos por meio do discurso, representamos o mundo, com nossos valores e crenças, e identificamos a nós mesmos/as e a outrem. Fairclough (2003) sugere uma correspondência entre ação e gêneros, representação e discurso, identificação e estilo. Gêneros, discursos e estilos são elementos das ordens de discurso. Essas são entidades intermediárias entre *sistema linguístico* e *textos*, estão, portanto, no nível das práticas sociais e possibilitam, organizam e controlam a variação linguística (RAMALHO & RESENDE, 2011).

Analisar gêneros, discursos e estilos em textos é produtivo uma vez que esses envolvem as pessoas no evento, suas relações com o conhecimento e com os outros participantes, suas crenças, relações de

poder. Os significados materializados nos textos podem ser investigados por meio de categorias com as quais estão ligados, que constituem formas e significados textuais.

Nessa nova configuração do mundo social, o homem experiencia riscos novos os quais as gerações anteriores não experimentaram, a influência dos acontecimentos distantes sobre eventos próximos e sobre o eu torna-se cada vez mais comum. Isso ocorre graças ao trabalho da mídia, que rompe as barreiras espaço-temporais e transforma o mundo em uma grande aldeia global. Nesse contexto, Marshall (2003, p. 23), lembra que “o jornalismo é a linguagem que codifica e universaliza a cultura hegemônica e legitima a lógica do mercado”. Daí o interesse de tantos/as pesquisadores/as oriundos/as dos diversos campos do conhecimento em investigar os meios de comunicação. Eles produzem e difundem *bens simbólicos* por meio da transmissão da informação, como propõe Thompson (1998). Para esse autor, no período atual, eles têm um papel muito importante na divulgação de ideias. É indiscutível que os textos veiculados pela mídia apresentem visões do mundo social, legitimando as posições daqueles que mais lhe interessam por meio da reprodução ou transformação delas. Sendo assim, é fato que as novas tecnologias de informação possuem enorme influência na era do Novo Capitalismo. A essas transformações e suas consequências Castells (2008, p. 366) chama de “política informacional” e acrescenta que ela reconfigura o debate político e as estratégias de busca de poder. Para esse autor, a mídia, seja ela impressa ou eletrônica, é o espaço onde se travam as lutas políticas e “sem ela, não há meios de adquirir ou exercer poder” (CASTELLS, 2008, p. 367).

Thompson (1998) realça a importância dos meios de comunicação na atualidade, mas desaprova a ideia de que o espectador seja um sujeito passivo, pronto a receber e a aceitar acriticamente tudo o que é veiculado. A relevância da linguagem é defendida por Fairclough (2003, p. 7), que incorpora à análise de temas sociais a análise de textos a fim de “refletir sobre como a teoria social pode dialogar com a análise textual e como a análise de texto pode aprimorar a pesquisa social”.

Em relação à educação, a mídia é contumaz em propagar o ‘discurso do heroísmo’ ao associar professores/as a heróis e heroínas, por meio de narrativas protagonizadas por esses/as profissionais de longínquos recônditos brasileiros que, a despeito da falta de recursos em meio a enormes dificuldades, conseguem “fazer milagres” e desenvolver um excelente trabalho. Sob pretexto de fazer homenagens aos/às mestres exemplares, grupos privilegiados fortalecem o nexo entre a atividade docente e o sacerdócio. Uma vez inculcada a crença de que a recompensa de fazer o bem, típica dos/as heróis/heroínas, já é suficiente recompensa, não haveria razão (nem necessidade) para remunerar bem o/a profissional porque ele/a já estaria realizado/a. Dessa forma, quando essa classe decide realizar ações em defesa de melhores salários e condições de trabalho, como é representada pelos meios de comunicação? Que discursos são divulgados? Com que vozes esses discursos estão alinhados?

Ressalto que tratarei aqui apenas do significado acional, que está ligado à ação humana por meio da linguagem, portanto este estudo resume-se à análise de gêneros, que são “o aspecto especificamente

discursivo de maneiras de ação e interação no curso de eventos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 65). Mais especificamente à estrutura genérica das reportagens, as quais incluem os boxes.

As reportagens do *Correio Braziliense* apresentam uma estrutura considerada comum, com título, imagens, textos e boxes, espaços com informações adicionais ou resumos da reportagem. Estes tiveram títulos curiosos “Para saber mais”, “Entenda o caso” e prestaram-se ao papel de complementar a reportagem trazendo mais informações sobre assuntos ligados à movimentação grevista. Ressalte-se que a análise restringiu-se à estrutura genérica, isto é, à organização/estruturação dos boxes e os efeitos de sentido que eles podem produzir junto ao leitor. O quadro 3 apresenta os boxes do *corpus*.

Quadro 3. Boxes das reportagens do *Correio Braziliense*

Nr.	Título do boxe	Data
1.	Para saber mais – DF paga três vezes o piso	9.3.12
2.	Entenda o caso – Veja as principais reivindicações dos professores e Veja o que diz o GDF	9.3.12
3.	Reivindicações – O que a categoria quer e O que o GDF vem fazendo	13.3.12
4.	Reivindicações– O que a categoria quer e O que o GDF vem fazendo	14.3.12
5.	Sem acordo – Confira os principais pontos da proposta oferecida pelo GDF	20.4.12
6.	Memória	28.4.12
7.	Cronologia	3.5.12
8.	Itens do acordo	3.5.12
9.	Cronologia da greve	8.5.12

Fonte: organização da autora (NEVES, 2013).

Esses boxes, conforme já citado, trazem mais informações sobre a paralisação. Pôde-se perceber não o propósito, mas os efeitos potenciais desses textos na configuração das reportagens. O exemplo (1) situa-se na primeira reportagem sobre as mobilizações, a qual traz como título “Prejuízo para todos”. Ele possui o subtítulo em letras grandes e negrito: “DF paga três vezes o piso”. Esse subtítulo, estruturado por meio de *afirmação categórica*, nos termos de Fairclough (2003), pode ter o efeito de desconstruir a legitimidade da reivindicação salarial, um dos aspectos das mobilizações. Logo na primeira reportagem, tais eventos são questionados, isto é, ao afirmar veementemente que o governo do Distrito Federal paga não o piso, mas três vezes o valor dele, sugere-se que a greve não se justifica uma vez que os/as docentes são bem remunerados/as. Consequentemente, fica subentendida a ideia de que o salário dos/as docentes é um privilégio se comparado à realidade do restante do país. Segue-se, então, o boxe 2 (Figura 2), da mesma data. Uma análise quantitativa mostra certa assimetria: no boxe “Veja as principais reivindicações dos professores”, há uma lista contendo quatro itens (reivindicações dos/as professores/as: reestruturação do Plano de Carreira; aumento salarial, convocação dos/as concursados/as, plano de saúde) enquanto em

“Veja o que diz o GDF”, há cinco itens (benefícios oferecidos pelo GDF aos/às docentes: melhoria do auxílio-alimentação, aprovação da Lei da Gestão Democrática, reajuste de 13,83% em 2011; retorno de 1,5 mil professores/as afastados/as; oferta de cursos de licenciatura na UnB).

Figura 2. Boxe Reivindicações (Correio Braziliense, 9.3.12)

Entenda o caso

Veja as principais reivindicações dos professores

- > Reestruturação do Plano de Carreira em 2012, 2013 e 2014. É este documento que define direitos e obrigações dos docentes e dá as garantias da carreira. Prevê jornada de trabalho e salários.
- > Aumento salarial. O pedido é que as remunerações sejam equivalentes à média do que é pago a outras categorias de nível superior.
- > Convocação imediata de todos os concursados aprovados na seleção realizada em 2010.
- > Criação e implementação imediata de plano de saúde da categoria.

Veja o que diz o GDF

- > Em 2011, o auxílio-alimentação teve reajuste: passou de R\$ 198 para R\$ 304, um aumento de 53,5%.
- > Aprovação da Lei da Gestão Democrática para a Rede Pública de Ensino, com eleições previstas para maio deste ano.
- > Reajuste de 13,83% concedido em 2011.
- > Retorno de 1,5 mil professores que encontravam-se em convênios, nas áreas administrativas da própria secretaria e das Regionais de Ensino, para salas de aula.
- > Oferta, pela UnB, do curso de licenciatura a mais de 800 professores que possuem apenas o ensino médio e complemento da licenciatura plena a mais de 540 professores que possuem a licenciatura curta, além de curso de especialização para 700 docentes.

Fonte: Texto 1, *Correio Braziliense*, 9.3.12 (NEVES, 2013).

Assimetria semelhante pode ser conferida no exemplo abaixo (Figura 3). Em razão da semelhança entre o conteúdo das figuras 2 e 3, fiz uma única análise.

Figura3. Boxe Reivindicações, *Correio Braziliense*, 13.3.12

>> Reivindicações

O que a categoria quer

- » Revisão do plano de carreira, com isonomia salarial e as carreiras de nível superior do GDF, previsto para janeiro de 2012
- » Implantação do plano de saúde
- » Nomeação dos professores aprovados em concurso
- » Salário justo para os educadores temporários
- » Aumento dos recursos repassados às escolas para investimento em materiais pedagógicos e de infraestrutura;
- » Discutir sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e criar a Lei de Responsabilidade Educacional;

O que o GDF vem fazendo

- » Concedeu reajuste de 13,83% em 2011
- » Contratou 400 professores efetivos
- » Está implantando a gestão democrática nas escolas
- » Aumentou o valor do auxílio-alimentação em 55%
- » Reformou 300 escolas, quase a metade de toda a rede pública
- » Aprovou o pagamento dos professores contratados temporariamente nos moldes dos professores efetivos
- » Oferece curso de licenciatura na UnB para mais de 800 professores que possuem o ensino médio
- » Complemento da licenciatura plena para mais de 540 professores que possuem a licenciatura curta
- » Especialização a 700 professores por meio de parceria com a UnB
- » Formação continuada para 10 mil docentes na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação

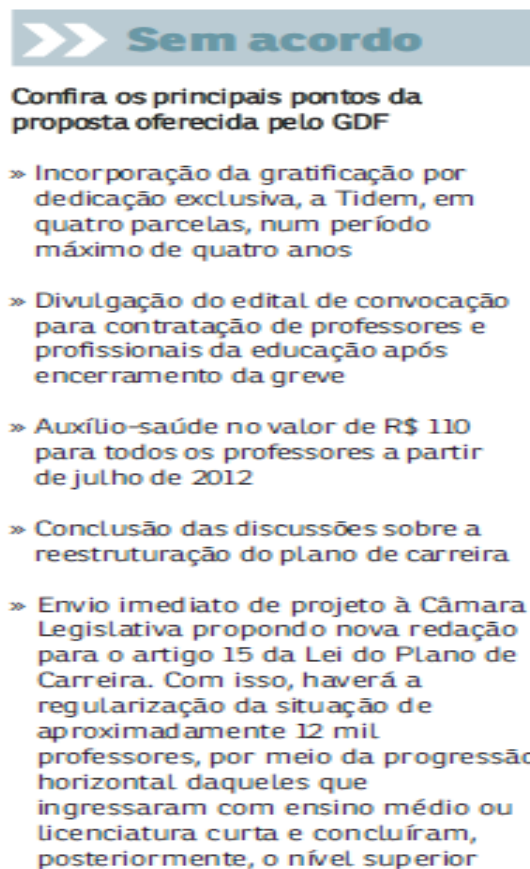
Fonte: Texto 2, *Correio Braziliense*, 13.3.12 (NEVES, 2013).

Como podemos observar na figura 3, são seis itens/reivindicações dos/as docentes na seção “O que a categoria quer” e dez itens/concessões aos/às trabalhadores/as em educação na seção “O que o GDF vem fazendo”. Uma leitura rápida pode deixar implícita a ideia de que a solicitação é pequena, mas muito já vem sendo feito pelo GDF. Dessa forma, o veículo de comunicação tem potencial para ir construindo junto ao público leitor a imagem de dois grupos: de um lado, os/as professores/as reivindicando poucos itens; do outro, o GDF fazendo/oferecendo muito. Ora, se o que os/as docentes reivindicam é sempre em número menor do que o GDF já oferece, por que então esses/as profissionais estão mobilizados/as? É válido ressaltar que o boxe que mostra as ações do GDF pode funcionar como um contraponto ao discurso dos/as docentes uma vez que apresenta uma espécie de propaganda institucional a qual supostamente informa os muitos benefícios oferecidos pelo governo. Mais uma vez percebe-se o efeito potencial de desconstrução e deslegitimação das reivindicações dos/as profissionais parados/as.

No que diz respeito ao exemplo (5), o boxe “Sem acordo” (Figura 4) traz uma lista contendo cinco elementos com as principais propostas oferecidas pelo GDF. O título da reportagem é *Professores rejeitam nova proposta*; o título do boxe é *Sem acordo*; o subtítulo deste, *Confira os principais pontos da proposta*

oferecida pelo GDF. Juntando todos eles, pode-se pressupor certa má vontade por parte dos/as grevistas. Acrescentando-se a isso a lista contendo cinco elementos (propostas do Governo), pode ficar subentendido que a categoria não está aberta ao diálogo uma vez que seriam apresentadas muitas propostas pelo GDF e a classe rejeitaria todas. Nesse sentido, o antagonismo professores/as *versus* governo é aguçado, a suposta bondade governamental é trazida à tona, é realçada ao mesmo tempo em que a rejeição da nova proposta é revelada. É relevante perceber que essas representações beiram o maniqueísmo, isto é, um lado é aberto e bondoso; o outro, radical e exigente.

Figura 4. Boxe Sem acordo, *Correio Braziliense*, 20.4.12



>> Sem acordo

Confira os principais pontos da proposta oferecida pelo GDF

- » Incorporação da gratificação por dedicação exclusiva, a Tidem, em quatro parcelas, num período máximo de quatro anos
- » Divulgação do edital de convocação para contratação de professores e profissionais da educação após encerramento da greve
- » Auxílio-saúde no valor de R\$ 110 para todos os professores a partir de julho de 2012
- » Conclusão das discussões sobre a reestruturação do plano de carreira
- » Envio imediato de projeto à Câmara Legislativa propondo nova redação para o artigo 15 da Lei do Plano de Carreira. Com isso, haverá a regularização da situação de aproximadamente 12 mil professores, por meio da progressão horizontal daqueles que ingressaram com ensino médio ou licenciatura curta e concluíram, posteriormente, o nível superior

Fonte: Texto 12, *Correio Braziliense*, 20.4.12 (NEVES, 2013).

No boxe (6), Memória, é feito um resumo dos principais fatos relativos às mobilizações no período. É relevante o uso da autoridade para legitimar o discurso do governo. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi utilizada, no exemplo (6) como um argumento para justificar o não atendimento às reivindicações, uma estratégia de legitimação que van Leeuwen (2008) denomina de *autorização*, aquela que evoca uma autoridade legitimadora, que pode ser pessoa (*expert*), lei, costume, mais especificamente, nesse caso, a *autoridade impessoal*, evocada pela LRF. Isso certamente ratifica a conotação positiva do ser representado

porque fica pressuposta a legalidade dos atos, isto é, é realçada a honestidade quem age assim de acordo com a lei.

O último exemplo (8), o boxe “Itens do acordo” (Quadro 4²), traz uma lista contendo doze elementos, os quais seriam o resultado do acordo entre governo e professores/as. A lista com os doze itens é grande, o que em uma leitura rápida e desatenta pode simular o resultado das mobilizações. É curioso observar que nos exemplos (3) e (4) são apresentadas as reivindicações dos/as docentes, que são seis. No entanto, o boxe (8) mostra doze itens acordados. Isso pode significar que as mobilizações foram muito proveitosas para um lado e o outro é extremamente generoso uma vez que concedeu quatro itens (a mais!) que nem sequer tinham sido reivindicados. Destarte, novamente é realçada a generosidade do Governo do Distrito Federal.

Quadro 4. Itens do acordo entre governo e professores/as

“**Continuidade** das negociações”
 “**Retomada**, a partir de setembro de 2012, das discussões sobre a reestruturação do plano de carreira e seus impactos”
 “**Garantia** da participação do Sinpro em mesa de discussão sobre o orçamento da educação pública do Distrito Federal, especialmente no que diz respeito ao Fundo Constitucional do DF e ao Fundeb”
 “**Encaminhamento** à Câmara Legislativa, em 30 dias, de proposta contendo os pontos consensuais da estrutura do plano de carreira que não tenham impacto financeiro”

Fonte: Neves, 2013, p. 88

Esses são os quatro primeiros itens do acordo entre governo e professores/as. Após uma leitura, percebe-se que se trata de novas promessas. Foram posicionados à direita da página, o novo, ocupando a coluna inteira, de cima a baixo, e podem ter o efeito de chamar mais a atenção do leitor e simular a generosidade do GDF. Segundo Kress e van Leeuwen (2006), o arranjo composicional dos textos permite a concretização de diferentes significados, isso se aplica tanto a imagens quanto à diagramação de textos verbais. Em outras palavras, a disposição das informações/imagens tem valores diferentes e pode influenciar na maneira como o significado será construído pelo leitor/telespectador: a sociedade ocidental realiza a leitura da esquerda para a direita e de cima para baixo; assim, organizado no sentido horizontal, os textos trazem informações já conhecidas (dadas) à esquerda e novas à direita. Acima, ficam as informações do campo do desejo, do sonho, o que os autores chamam “*ideal*”; abaixo ficam as informações do campo da realidade “*real*”. Os boxes ocupam um espaço à direita. Assim, o boxe (8) representa o “novo”, aquilo de que o leitor passará a ter conhecimento, além de ocupar não só o espaço do “ideal” como também o do “real”, no sentido vertical. Logo, essa coluna tem sua importância realçada pelo Jornal e a suposta legitimidade do GDF é, pois, propagada. Fica evidente, assim, a fusão entre discurso do jornal e do GDF.

Nota-se, também, a representação altamente generalizada dos “pontos da proposta oferecida pelo GDF”, no Quadro 3.2, representados em nominalizações (“incorporação”, “divulgação”, “conclusão”,

² O boxe “Itens do acordo” traz uma lista contendo doze itens, todavia organizei um quadro (Quadro 4) com apenas quatro elementos. O boxe completo e os outros podem ser visualizados em Neves, 2013, Anexo A.

"envio"). Fairclough (2003) destaca que eventos podem ser representados de maneira mais concreta, por meio da representação de ações em eventos e os atores envolvidos ou de maneira mais abstrata, por nominalizações, as quais consistem na transformação de um verbo em um substantivo. Dessa forma, essas "propostas da GDF" figuram como entidades, portanto a questão do tempo em "será incorporada?", quando? "foi incorporada?" não é levantada. Essa forma de representação pode, ainda, suprimir os participantes, isto é, excluir os agentes, nesse caso, o GDF, cuja responsabilidade lhe é retirada.

Em suma, o primeiro boxe já tem o efeito de pôr em xeque a legitimidade das mobilizações dando margem à interpretação de que os/as docentes, por receberem remuneração acima do piso, não teriam direito a fazer outras reivindicações. A quantidade de "ofertas" do governo é sistemática e paulatinamente repetida, o que colabora para a construção de uma imagem positiva deste perante a sociedade. Isso nos remete à estratégia *eufemização* (THOMPSON, 1995). Nos textos pesquisados, inexistente qualquer discussão rasa ou superficial sobre as razões das mobilizações, o foco é direcionado para o que o governo já concedeu aos/as profissionais da educação. Ressalte-se que o aspecto quantitativo é utilizado como argumento para reafirmar uma valoração positiva do governo. Dessa forma, temos exemplo, nos termos de Thompson (1995), do modo de operação da ideologia dissimulação por meio da eufemização. Em outras palavras, a suposta generosidade governamental é construída e serve de reforço à imagem positiva; por outro lado, nada parecido ocorre em relação aos professores/as, pelo contrário, são construídas e reforçadas representações negativas e seus discursos, questionados.

Vale ressaltar que a construção positiva do GDF ganha novos contornos por meio da *autorização* (VAN LEEWEN, 2008), ou seja, o uso de uma autoridade para legitimar um discurso.

4. Considerações finais

Os discursos que perpassam o dia a dia têm efetivamente o poder simbólico, podem manipular, construir visões de mundo, crenças, ideologias, deslegitimar mobilizações. Não obstante, podem também informar, legitimar, enfim, ser veículos de denúncias de injustiças sociais. Podem ser a voz de grupos que necessitam ser ouvidos, a fim de acontecerem mudanças que melhorem nossa educação e nossa sociedade.

Ainda que se pregue a imparcialidade dos meios de comunicação, os resultados indicaram uma identificação do veículo de comunicação com o governo, uma vez que seus discursos eram plenamente articulados como se fossem uma só voz. Portanto, é necessário repensar/problematizar o papel social da imprensa como formadora de opinião.

Como a mídia possui o poder de disseminar e legitimar crenças e ideologias e, conseqüentemente, influenciar a constituição de identidades sociais, preocupo-me com esses discursos. A educação é uma área crítica para o desenvolvimento de uma nação, portanto seus/suas profissionais necessitam ser ouvidos/as e

valorizados/as. Se se constrói uma imagem negativa daqueles que vão cuidar de um assunto tão sério, como é o caso da educação, quem se identificará com esta profissão? Quem escolherá ser professor/as?

Discutir a construção, o alcance e o poder dos discursos é sempre uma atividade instigante uma vez que conhecer o que está em volta significa dominar o emaranhado de conceitos que estão a nossa volta, influenciando nossa forma de pensar e nossa vida. Que esse conhecimento sirva para ações em prol de mudanças sociais significativas.

Referências bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol II. O Poder da Identidade. Trad. Klaus B. Gerhardt. 6ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHOULIARAKI, Lilie. & FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking Critical Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. Trad. Luís Carlos B. C. Vieira. São Paulo: Boitempo, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. A Análise Crítica do Discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, Célia. (Org.) **Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso**. vol 2. Belo Horizonte: FAL-UFMG, 2001, p. 31- 81.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

GHIO, Elsa & FERNANDEZ, María Delia. **Manual de Lingüística Sistemico Funcional**. El enfoque de Michael Alexander Kirkwood Halliday y Ruqayia Hasan. Aplicaciones a la lengua española. Universidad Nacional del Litoral: Santa Fé, Argentina, 2005.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1978.

HALLIDAY, Michael & MATTHIESSEN, Christian Matthias Ingemar Martin. **An introduction to functional grammar**. 3ª ed., Arnold: London, 2004.

KRESS, Gunter & van LEEUWEN, Theo. **Reading Images: the grammar of visual design**. 2ª ed., New York: Routledge, 2006.

NEVES, Rivalva Bernardino. **Discursos sobre mobilizações grevistas em Brasília: “Prejuízo para todos”?** Brasília, 2013, 124f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília.

RAMALHO, Viviane. & RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Campinas, SP: Pontes, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico**: implicações interdisciplinares. Campinas, SP: Pontes, 2009.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Trad. Pedrinho Arcides Guareschi. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Trad. Wagner Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.

VAN LEEUWEN, Theo. **Discourse and practice**: new tools for critical discourse analysis. New York: Oxford University Press, 2008, p. 23-54.

Abstract: *This paper is a part of my MA thesis, which was carried out at Universidade de Brasília (UnB), from 2011 to 2013. It is an investigation about mobilization of teachers assigned to Department of Education at the Federal District, seen based on the prism of theoretical-methodological constructs of Critical Discourse Analysis (CDA), according to the British doctrine. The analysis has started from the issue discussed at Correio Braziliense, the most traditional and number one newspaper, in terms of readers, in the Brazilian capital. To critical discourse analyses, the discourse is both a form of inter(action), and representation and identification, therefore serving to maintain the relation of oppression and also serving to challenge them (CHOULIARAKY & FAIRCLOUGH, 1999, FAIRCLOUGH, 2001, 2003, 2008). For this communication, I have made a cut in the corpus, have chosen the boxes, which came up beside news stories because many readers elect them due to its small size. That being said, they constitute important text's summaries and source of information. The results have revealed the use of dissimulation (THOMPSON, 1995), built by means of euphemization, once highlighted the positive evaluation of Federal District Government, the strategy of legitimation authorization (VAN LEUWEN, 2008), which converged in the alignment of the newspaper researched speech's with the discourse of Government of Federal District (GDF) and, consequently, negative representations of the investigated event.*

Keywords: *mobilization of teachers; ADC; Correio Braziliense; discourse; boxes.*

O jeitinho brasileiro na *Carta de Caminha*: batismo de uma identidade

Rita de Cássia A Pacheco LIMBERTI (UFGD)
 limberti@hotmail.com

Resumo: Neste trabalho, pretende-se discutir as nuances de relações entre sujeitos pertencentes a culturas diferentes de forma marcada, ou seja, entre uma dada nação (ou comunidade) e o que seja considerado “estrangeiro” em relação a ela. O objetivo específico consiste em buscar, na *Carta de Caminha* - célebre documento que se constitui como um discurso fundador – a gênese da identidade do brasileiro e os efeitos de sentido de preconceito contidos na formação da imagem dos primeiros habitantes do Brasil: os índios. A análise consistirá na apreensão dos graus de aproximação ou de distanciamento estabelecidos nos contatos interculturais entre o nós (portugueses) e o outro, procedendo-se a uma classificação de tais nuances de relações. A análise contempla, ainda, dentro das referidas relações, os programas de manipulações desenvolvidos pelos portugueses, cujos resultados – as reações dos índios – constituem elementos de que *Caminha* se vale na construção da identidade indígena, segundo sua interpretação. Os resultados apontam que as relações de sentido entre o nós e o outro apresentadas na *Carta* reverberam alguns e encontram eco em outros diferentes momentos da História: assim ocorreu com os judeus, assim ocorreu com os negros, assim como ocorreu com os índios ao serem considerados como “o outro”.

Palavras-chave: Semiótica; identidade; preconceito; índio; *Carta de Caminha*.

1. Introdução

Neste capítulo, discutem-se as nuances de relações dos europeus com os estrangeiros, considerando-se os graus de aproximação ou de distanciamento estabelecidos nos contatos interculturais entre o nós (portugueses) e o outro, procedendo-se a uma classificação de tais nuances de relações, que se divide em quatro tipos, considerando-se os graus de aproximação ou de distanciamento estabelecidos nos contatos interculturais: a assimilação, a exclusão, a agregação e a segregação (LANDOWSKI, 2002, p.14). A análise contempla, ainda, dentro das referidas relações, os programas de *manipulações* desenvolvidos pelos portugueses, cujos resultados – as reações dos índios – constituem elementos de que *Caminha* se vale na construção da identidade indígena, segundo sua interpretação.

Os discursos da assimilação e da exclusão fazem tabula rasa das diferenças. Enquanto o primeiro se constrói tentando transformar o outro em nós, o segundo se propõe a eliminar o outro. Isso se dá a partir da idéia que o nós tem de que sua visão de mundo e sua escala de valores são melhores e mais razoáveis que as do outro, não colocando em questão a possibilidade de negociar ou relativizar seus valores, considerados como universais.

O discurso da exclusão tem a intenção de preservar o nós, negando o outro, o diferente, o estrangeiro, o “não-nós”. Há uma estreita relação entre esse discurso e o da assimilação, na medida em que os dois se fundamentam sobre os mesmos preconceitos, tomando o outro como uma ameaça e tentando garantir sua integridade por uma de suas formas: pela assimilação ou pela exclusão.

Os discursos de agregação e de segregação não reconhecem as diferenças entre o nós e o outro como naturais. Dessa forma, o discurso de agregação procura resguardar essas diferenças insulando-as,

buscando integrar o *outro* ao *nós* sem que ele perca sua identidade. A coexistência das diferenças preserva-as, enquanto o *outro* se torna parte constitutiva do *nós*.

O discurso da segregação é o discurso do *apartheid*, onde o *outro* deve manter-se apartado do *nós*. Propõe-se a manutenção das diferenças, sem, contudo, qualquer contato, qualquer mistura.

Os grupos que interagem tanto sob forma de agregação quanto sob forma de segregação estabelecem uma relação de forte instabilidade. A tendência é que os grupos agregados, sobretudo os minoritários, passem gradualmente para a assimilação, neutralizando paulatinamente as diferenças agregadas e perdendo sua identidade. Por outro lado, os grupos segregados podem passar à exclusão, o que constitui um efeito aviltante da reação desses grupos à própria segregação, pois, além de não conseguirem se incluir, perdem seus próprios valores.

Essas são as relações de sentido entre o *nós* e o *outro* em diferentes momentos da História: assim ocorreu com os judeus, assim ocorreu com os negros, assim ocorreu com os índios ao serem considerados como “o *outro*”. A leitura da *Carta* de Caminha já aponta a neutralização de inúmeras diferenças nas relações branco/índio, indicando uma história de assimilações, embora um discurso de exclusão se esboce, debilmente, em paralelo.

As reações do *outro* aos discursos de agregação, assimilação, segregação ou exclusão podem ser diversas. Landowski (2002, p. 15) as figurativiza em quatro tipos: há aquele que deseja ser assimilado ou assimilar-se; há aquele que gosta de estar e mostrar-se à margem, portanto quer ser excluído; há aquele que pretende a agregação, enquanto um outro tipo prefere a segregação. Entre as diversas alternativas de relação, também podem ser diversas as relações contratuais entre o *nós* e o *outro*, de modo que se possam estabelecer relações conflituosas e polêmicas, como, por exemplo, quando um discurso de exclusão tem como destinatário alguém que quer ser assimilado.

2. A identidade do índio na Carta

Em se tratando das relações dos portugueses com os índios, as relações contratuais entre eles, a princípio, não parecem polêmicas, pois Caminha apresenta, em geral, um discurso de assimilação, em que os valores do *outro* são avaliados como negativos pelo destinador (*eu*) e este demonstra querer inculcar os seus próprios valores, obviamente considerados positivos, no destinatário,

E, segundo que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos, [...] por onde nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza [...] (CORTESÃO, 1999, p.21) (grifamos)

enquanto os índios manifestam, segundo a interpretação de Caminha, o desejo de serem assimilados: “[...] Ali disse missa o Pe Fr. Henrique [...] Ali estiveram connosco a ela obra de cinquenta ou sessenta deles, assentados todos de joelhos, assim como nós.” (CORTESÃO, 1999, p.14).

A dimensão sensorial diz respeito à construção da identidade por meio das manifestações dos sentidos, que vão desde o gosto por determinados aromas e sabores ao sentido estético das indumentárias e adereços:

Trouxeram-lhes vinho numa taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram nada, nem quiseram mais. (CORTESÃO, 1999, p. 21);

Ambos traziam os beijos de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos [...] ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber. (CORTESÃO, 1999, p. 17);

adimensão racional é aquela em que são organizados e hierarquizados os valores e, no caso de contato entre culturas diferentes, sobrepõem-se os valores de uma, “civilizados”, e outra, “selvagens”, (educação, posse de bens de consumo vs. vida simples, ligada à natureza):

O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço [...] Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia [...] (CORTESÃO, 1999, p. 19);

Eles não lavram nem criam. [...] Nem comem senão desse inhome, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. (CORTESÃO, 1999, p. 7);

e a dimensão patêmica manifesta-se pelas paixões resultantes de arranjos de modalidades, como, por exemplo, ambição, vergonha, medo. No relato da *Carta*, a respeito da manifestação dessa dimensão na identidade dos índios, depreende-se que eles não apresentam os estados de alma exemplificados porque não partilham os mesmos valores do destinador. Então, tem-se: ausência de ambição, ausência de vergonha, ausência de medo.

Viu um deles umas contas de rosário, brancas; acenou que lhes dessem, folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço. [...] E depois tornou as contas a quem lhas dera. (CORTESÃO, 1999, p. 22);

Também andavam, entre eles, quatro ou cinco mulheres moças, nuas como eles, [...] e suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia vergonha alguma. (CORTESÃO, 1999, p. 56);

[...] Mostraram-lhes uma galinha; quase tiveram medo dela: [...] (CORTESÃO, 1999, p. 20).

As relações linguísticas também manifestam aspectos da identidade. Observe-se outra passagem da *Carta*, em que Caminha se refere à comunicação entre eles e os índios (nós/outro):

[...] como dizendo que dariam ouro por aquilo. Isto tomávamos nos assim por assim o desejarmos. Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não o queríamos nós entender, porque não lho havíamos de dar. (CORTESÃO, 1999, p. 23).

Os interesses econômicos, que não deixam de ser políticos, e os valores culturais pontuam o diálogo que, veiculado por um código de interpretação mais arbitrária (gestos), coloca-se à mercê dos percursos de interpretação do grupo dominante. Caminha deixa bastante clara a assimetria e o curso deliberado que pretende dar aos significados. Também é clara a impressão que deixa deles (*outro*), em que denota sua superioridade sobre eles, característica bastante evidente da *assimilação*, em que o *nós* tem como certo

que sua visão de mundo e seu modo de vida são melhores e mais adequados que os do *outro*. Leia-se isso à página 67, em que Caminha tece comentários a respeito de seus interlocutores da situação anterior, da página 23:

Os outros dois, que o Capitão teve nas naus, a que deu o que já disse, nunca mais aqui apareceram – do que tiro ser gente bestial, de pouco saber e por isso tão esquiva. Porém e com tudo isto andam muito bem curados e muito limpos. E naquilo me parece ainda mais que são como aves ou alimárias monteses, às quais faz o ar melhor pena e melhor cabelo... (CORTEÃO, 1999, p.67)

Nesse trecho da carta, Caminha desqualifica completamente o modo de vida do outro, comparando os índios a animais e atribuindo seus méritos de saúde ao acaso, à gratuidade com que a natureza provê os seres. Tais juízos de valor nos levam à reflexão sobre a tênue fronteira entre o discurso da *exclusão* e o discurso da *assimilação*. Ao mesmo tempo em que Caminha nega os valores dos índios – “*gente bestial, de pouco saber...*” – (*exclusão*), o sentido do discurso da *assimilação* se insinua explicitamente em outras palavras, como no exemplo já citado no início dessas considerações, que se refere à necessidade de os índios aprenderem a língua – “[...] *não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos [...]*” – e ao fato de não terem outra religião – “[...] *nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração têm. [...]*” – como condições favoráveis à adesão deles à fé cristã.

Duas importantes depreensões podem ser feitas a partir da análise do parágrafo anterior: a) a primeira depreensão demonstra que o discurso da *assimilação* e o discurso da *exclusão* ocorrem de maneira engajada e consequente. Melhor dizendo, o *nós* que se propõe a transformar o *outro* em *nós*, impingindo-lhe seus valores, *assimilando-o* em seu meio, tende a *excluí-lo* na medida em que o *outro* não consegue atender às expectativas de total neutralização de seus valores e de completa adoção dos valores do *nós*; b) a segunda depreensão diz respeito à reação do *outro* que se estabelece em relação ao discurso do dominador (*nós*). É dela que dependerá o sucesso da *assimilação* ou o encaminhamento ao processo de *exclusão*, dependendo da disposição do *outro* em alterar seus valores e de sua competência em internalizar e vivenciar os valores do *nós*.

Essa problemática foi tratada em nosso livro *Discurso indígena: aculturação e polifonia* (LIMBERTI, 2009), abordando as incongruências nos processos de confrontos culturais. A fala de Capitão Ireno, velho cacique na Reserva Indígena de Dourados – MS, falecido em 92, é um exemplo bastante apropriado do conflito entre volição e competência que acomete o *outro* (índio, em relação a *nós*, não-índios) nesses processos:

O índio teve que aprender a viver como branco sem ser branco e também lutar para não deixar de ser índio... Índio quer ser índio, não quer ser branco...ah! não quer não... mas não dá para voltar... (MEHY, apud LIMBERTI, 2009, p.57).

Outros trechos do depoimento de Capitão Ireno mostram a oscilação entre a postura do *outro* em querer ser assimilado ou assimilar-se, em preferir a segregação, e ser, de fato, assimilado. Observe-se:

Com a chegada dos primeiros fazendeiros, os índios começaram a aprender o gosto de outras coisas: sal, café, carne, sabão... estas coisas nós aprendemos depressa, coisas boas, não é?!...Havia uns poucos fazendeiros por perto e a gente se dava bem... eles davam alguma coisa que a gente precisava... (discurso do esnobe) foi bom enquanto eles ficaram para lá, e nós para cá... (discurso do urso) Mas, tenho que dizer que com os brancos também vieram muitos problemas... não foram só coisas boas que aconteceram, não!... (MEHY, apud LIMBERTI, 2009, p.50);

Depois os fazendeiros foram chegando cada vez mais e a gente teve que sair... a terra foi encolhendo até que o índio decidiu arrumar trabalho nas fazendas para poder comprar comida... comprar sal, carne... (MEHY, apud LIMBERTI, 2009, p. 56).

Ao dizer que teve que *“arrumar trabalho nas fazendas para poder comprar comida... comprar sal, carne...”*, Ireno discursiviza seu processo de *assimilação*, ou seja, foi modalizado de modo a internalizar os valores do branco.

Retomemos, na Carta, as manifestações de relações linguísticas entre *nós* e o *outro*. Caminha desqualifica em mais de uma passagem da carta a competência linguística dos índios. Primeiramente, à página 30: *“Ali por então não houve mais fala nem entendimento com eles, por a berberia deles ser tamanha que se não entendia nem ouvia ninguém.”* (CORTEÃO, 1999, p. 30) ; depois, mais severamente, às páginas 45 e 46:

[...] perguntou mais se lhes parecia bem tomar aqui por força um par destes homens para os mandar a Vossa Alteza, deixando aqui por eles outros dois destes degredados. Sobre isto acordaram que não era necessário tomar por força homens, porque era geral costume dos que assim levavam por força para alguma parte dizerem que há ali de tudo quanto lhes perguntam; e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens destes degredados que aqui deixassem, do que eles dariam se os levassem, por ser gente que ninguém entende. Nem eles tão cedo aprenderiam a falar para o saberem tão bem dizer que muito melhor estoutros o não digam, quando Vossa Alteza cá mandar. (CORTEÃO, 1999, p. 45-46)

Caminha expressa a superioridade do *nós* (os portugueses) sobre o *outro* (os índios e todos os outros estrangeiros que foram levados à presença do rei para prestar depoimento sobre sua terra), que julga menos competente para discernir fatos e coisas (*“dizerem que há ali tudo quanto lhes perguntam”*), para se comunicar, (*por ser gente que ninguém entende.”*); e para aprender seu idioma e narrar fatos e acontecimentos com propriedade (*“Nem eles tão cedo aprenderiam a falar para o saberem tão bem dizer que muito melhor estoutros o não digam,[...]”*), além de classificar a competência linguísticas dele como pior que a dos degredados, que são, como se sabe, a pior espécie de pessoas do grupo social a que pertencem. (*“[...] melhor informação da terra dariam dois homens destes degredados que aqui deixassem, do que eles, dariam se os levassem”*).

As estratégias discursivas de Caminha fazem da língua um escudo protetor bastante resistente, gerando um discurso de exclusão em relação à língua estrangeira e seus falantes, não chegando a, tampouco, reconhecê-la como língua:

“O Capitão lha fez tirar. E ele não sei que diabo falava e ia com ela direito ao Capitão, para lhe meter na boca. Estivemos sobre isso rindo um pouco; e então enfadou-se o Capitão e

deixou-o. E um dos nossos deu-lhe um sombreiro velho, não por ela valer alguma coisa, mas por amostra.[...]” (CORTESÃO, 1999, p. 59) (grifamos)

O autor da carta não esconde suas críticas aos usos e costumes (índices de identidade) do interlocutor estrangeiro, assim como deixa transparecer um certo grau de ironia (“*rindo um pouco*”), desprezo (“*enfadou-se*”, “*deixou-o*”), desrespeito (“*deu-lhe um sombreiro velho, não por ela valer alguma coisa*”). Todos os seus procedimentos discursivos são de assimilação. A *Carta* registra uma assimetria estabelecida desde o princípio, delimitando claramente a situação de dominação entre o *nós* e o *outro*.

Pela maneira como Caminha descreve os índios e as peculiaridades de cada um (por meio de perífrases), fica bastante evidente que ele não consegue depreender os significados deles, que poderiam consistir nos indícios da organização social e política daquele grupo, bem como lhe forneceriam os elementos necessários para produzir os sentidos que norteariam com mais bom senso e sensatez a escolha dos representantes da nova terra que iriam à Portugal. O critério de escolha dos índios a serem levados, contudo, deveria privilegiar os aspectos físicos, considerando-se o critério que os portugueses empregaram para levar dois deles à nau capitânia:

E estando Afonso Lopes, nosso piloto, em um daqueles navios pequenos, por mandado do Capitão, por ser homem vivo e destro para isso, meteu-se logo no esquife a sondar o porto dentro; e tomou dois daqueles homens da terra, mancebos e de bons corpos, que estavam numa almadia. (CORTESÃO, 1999, p. 16)

Roberto Muylaert, em sua “*A outra Carta*”, ilustra, com bastante propriedade, essa “*alexia*” que acomete o sujeito destinatário de uma realidade cujas representações lhe são absolutamente desconhecidas. Trata-se de uma paródia da “*Carta*” de Pero Vaz de Caminha, em que o autor considera que um índio soubesse português e tivesse escrito uma carta, como se fosse um contraponto ao relato completo do navegante português. Note-se como ocorrem também as perífrases para tentar traduzir o que, para nós, falantes da língua portuguesa e herdeiros daquela cultura, parecem as coisas e os conceitos mais banais:

Feição deles é serem brancos leitosos, de rostos cheios de pêlos, de não bons rostos, em volta do corpo panos grossos sujos com buracos de não bom cheiro, por onde enfiam braços e pernas e pescoço fazendo esconder estas vergonhas que são só deles, mas não a esconder o rosto com beijo sem furo de ossos brancos, por isso com aspecto de beijo murcho, sem poder usar para beber água com ele, mas a dita falta de furo não estorva falar nem comer.;

Amanhã a horas de véspera Nicolau pede para eu subir na almadia para ver Capitão sentado na cadeira, pé na alcatifa por estrado. É noite e o fogo deles fica na ponta das varas. Agora vi outro homem com chapéu duro e frio que nem borduna amassa. E outro que parece pajé todo de preto, com saia até piso do convés. Nicolau mostra bicho do tamanho de ariranha, com muito pêlo branco macio enrolado. Apalpo, faz mééé, ele diz ovelha. Ave com pedaço de carne vermelha em cima da cabeça a virar de lado para outro sem parar de mexer bico amarelo. Achei perigo, não apalpei, mas eles dizem comer muito essa galinha, pão, peixe cozido, doce, mel, cuspi tudo, gosto mofado de viagem longa, e mesmo berbigões e ameijoas boas daqui são mal feitas. Também cuspi vinho, nosso cauim bem melhor.(VEJA, 2002, p. 24)

3. Relações, reações e identidade

A identidade do índio apresenta várias facetas, que vão sendo reveladas à luz dos programas de manipulação a que ele foi submetido. Uma delas foi a emblemática impressão que ficou de início e que produziu, logo no princípio, a rubrica do “bom selvagem”. Na *Carta*, ela se evidencia por meio das impressões que Caminha registra a respeito das reações dos indígenas, que nada mais são do que as interpretações que Caminha faz do comportamento deles como sendo as respostas às ações de manipulações a que eles são submetidos.

As manipulações estão implícitas nos processos de comunicação entre *destinadores* e *destinatários* e consistem em propostas de contrato entre eles. É próprio do destinador propor o contrato e exercer um fazer persuasivo, enquanto é próprio do destinatário exercer um fazer interpretativo. A *manipulação* ocorre de duas maneiras: na primeira, fiduciária, dos valores semânticos, o *destinador* deve fazer o *outro* acreditar nele, deve mostrar poder cumprir o contrato proposto, além de fazer o *destinatário* acreditar no que ele propõe como *valor*; na segunda, dos valores modais, o *destinador* coloca o *destinatário* numa situação de escolha forçada, de obediência e altera a competência do *outro*.

As *manipulações* compreendem quatro tipos, a saber: a *intimidação*, a *tentação*, a *sedução* e a *provocação*, as quais operam com valores semânticos e com valores modais. Na *intimidação*, o destinador propõe ao sujeito destinatário privá-lo de um valor positivo ou oferecer-lhe algo que ele não deseja, caso ele não aceite o contrato; na *tentação*, um valor positivo e desejável é oferecido ao outro, caso (ou para que) ele aceite o contrato; na *sedução*, o destinador constrói uma imagem positiva do sujeito destinatário, em função do cumprimento do contrato, ou seja, se ele não cumprir, a imagem se inverterá, passando a negativa; e na *provocação*, o destinador constrói uma imagem negativa do sujeito, em função do não cumprimento do contrato, ou seja, se ele cumprir, a imagem se inverterá, passando a positiva.

Considerando que as variadas formas de relação entre sujeitos privilegiam um ou outro tipo de manipulação, observem-se as que ocorreram no primeiro contato – e foram registradas por Caminha.

Na *Carta*, ao ser narrado o primeiro contato entre os portugueses e os índios, depreende-se a manipulação por *tentação*, em que o sujeito destinador, os portugueses, oferece objetos de valor positivo ao destinatário, propondo um contrato de relações cordiais, de “amansamento”. A princípio, os índios parecem, segundo Caminha, cumprir o contrato:

[...] Deu-lhes somente um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombrero preto. Um deles deu-lhe um sombrero de penas de aves [...] e outro deu-lhe um ramal grande de continhas brancas [...] (CORTESÃO, 1999, p. 12);

As manipulações também ocorrem por *sedução*, em que os visitantes constroem dos habitantes da nova terra uma imagem positiva, de homens merecedores de grande consideração e honrarias, sempre propondo o mesmo contrato, ou seja, de relações cordiais, de amizade, de confiança. Nessa primeira

manipulação por sedução, Caminha já não parece ter a mesma impressão do sujeito destinatário. Observe-se:

[...] em cuja nau foram recebidos com muito prazer e festa. [...] Acenderam-se tochas [...] Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia [...] Deram-lhe ali de comer [...] Não quiseram comer quase nada daquilo [...] Trouxeram-lhes vinho numa taça; mal lhe puseram a boca [...] água em uma albarrada. Não beberam. [...] O Capitão lhes mandou pôr baixo das cabeças seus coxins [...] E lançaram-lhes um manto por cima: e eles consentiram, quedaram-se e dormiram. (CORTEÃO, 1999, p. 16 a 24)

As manipulações por *tentação* nas relações dos primeiros contatos narrados na *Carta* por Caminha, ora obtêm reações positivas, ora obtêm reações negativas:

[...] mandou o Capitão [...] que fossem em terra e levassem aqueles dois homens [...] depois que fez dar a cada um sua camisa nova, sua carapuça vermelha e um rosário de contas brancas de osso, que eles levaram nos braços, seus cascavéis e suas campainhas. (CORTEÃO, 1999, p. 25);

[...] E a uns dava um cascavel, a outros uma manilha, de maneira que com aquele engodo quase nos queriam dar a mão. (CORTEÃO, 1999, p. 27);

[...] o degredado e não quiseram que ficasse lá com eles. Este levava uma bacia pequena e duas ou três carapuças vermelhas para lá as dar ao senhor, se o lá houvesse. Não cuidaram de lhe tirar coisa alguma, antes o mandaram com tudo. [...] (CORTEÃO, 1999, p. 31).

A seguir, ocorre uma segunda manipulação por *sedução*:

[...] Diogo Dias [...] levou consigo um gaitero nosso com sua gaita. E meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam, e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem, fez-lhes ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras e salto real, de que eles se espantavam e riam e folgavam muito. E conquanto com aquilo muito os segurou e afagou, tomavam logo uma esquiveza como de animais monteses, e foram-se para cima. (CORTEÃO, 1999, p. 62)

Trazer um gaitero, tomá-los pelas mãos e dançar, além de fazer pequenas exhibições para diverti-los são maneiras bastante claras de investir neles valores positivos, prestigiando-os. A manipulação parece ter obtido sucesso. Não por muito tempo.

A essa altura, Caminha já se arrisca a fazer uma avaliação dos resultados dos programas de manipulação de sua equipe: “Bastará dizer-vos que até aqui, como quer que eles um pouco se amansassem, logo duma mão para a outra se esquivavam, como pardais, do cevadoiro. [...]” (CORTEÃO, 1999, p. 65).

Os manipuladores, porém, não desistem:

O Capitão ao velho, com quem falou, deu uma carapuça vermelha. E com toda a fala que entre ambos se passou e com a carapuça que lhe deu, tanto que se apartou [...] foi-se logo recatando e não quis mais tornar [...] (CORTEÃO, 1999, p. 67).

Investindo, no *outro*, valores positivos (“*a fala entre ambos*”), demonstrando considerá-lo digno de atenção e de interlocução (manipulação por *sedução*) (embora em outros momentos se negue a capacidade de comunicação no índio); ou oferecendo a ele um objeto de valor positivo (“*carapuça que lhe*

deu) (manipulação por *tentação*), os sujeitos destinadores ainda não conseguem muito sucesso (“*foi-se e não quis mais tornar*”).

O tempo parece contribuir com o êxito da manipulação seguinte, por *tentação*, pois, embora o resultado positivo se apresente decorrente dela, a sucessão das manipulações anteriores desempenha um papel importante na proposta do contrato de confiança, visto que colabora com o *fazer interpretativo* do sujeito, ou seja, por recorrência, expõe-se à avaliação do destinatário, que, com base em seus valores, saberes e crenças, avalia o que *parece ser*, que passa do *parecer ao ser*, tornando-se *verdadeiro*. Observe-se a manipulação e o cumprimento do contrato por parte dos índios (confiaram) e dos portugueses (puderam mostrar serem confiáveis):

[...] Ali vieram então muitos, [...] Já muito poucos traziam arcos. Estiveram assim um pouco afastados de nós; e depois pouco a pouco misturaram-se connosco. Abraçavam-nos e folgavam. E alguns deles se esquivavam logo. Ali davam alguns arcos por folhas de papel e por alguma carapuzinha velha ou por qualquer coisa. Em tal maneira isto se passou que bem vinte ou trinta pessoas das nossas se foram com eles, [...]

E, segundo diziam esses que lá foram, folgavam com eles. Neste dia os vimos mais de perto e mais à vontade, por andarmos quase todos misturados. [...] (CORTESÃO, 1999, p. 71 e 72).

As manipulações seguintes vão sedimentando a confiança adquirida e as relações seguem cada vez mais cordiais. Começa a adquirir foco a imagem do “*bom selvagem*”, do inocente:

À quarta-feira [...] quando Sancho de Tovar se recolheu à nau, queriam vir alguns, mas ele não quis senão dois mancebos [...] Mandou-os essa noite mui bem pensar e tratar. Comeram toda a vianda que lhes deram; e mandou fazer-lhes cama de lençóis, segundo ele disse. Dormiram e folgaram aquela noite. (CORTESÃO, 1999, p. 92);

A quinta-feira [...] chegou Sancho de Tovar com seus dois hóspedes. Aos hóspedes, sentaram cada um em sua cadeira. E tudo o que lhes deram comeram mui bem, [...] (CORTESÃO, 1999, p. 94);

As reações dos silvícolas, a essa altura, às manipulações por *sedução*, parecem bastante diferentes daquelas que tiveram durante a primeira visita à nau, em que ocorreu a primeira manipulação desse tipo. Agora eles “*queriam vir*”, e, contrariamente àquela vez, “*tudo o que lhes deram comeram mui bem*”.

Acabado o comer, [...] Deu um grumete a um deles uma armadura grande de porco montês, [...] E ele ajeitou-lhe seu adereço [...] E vinha tão contente com ela, como se tivera uma grande jóia. (CORTESÃO, 1999, p. 96).

As manipulações por *tentação* parecem também, agora, lograr mais êxito, sobretudo pelo exacerbado valor que o destinatário passa a investir nos objetos (“*como se tivera uma grande jóia*”), alguns dos quais Caminha denomina “*qualquer coisa*”:

Traziam alguns deles arcos e setas, que todos trocaram por carapuças ou por qualquer coisa que lhes davam. Comiam connosco do que lhes dávamos. Bebiam alguns deles vinho; [...] (CORTESÃO, 1999, p. 98).

Agora Caminha pode fazer uma avaliação diferente dos resultados do programa de manipulação: “Andavam já mais mansos e seguros entre nós, do que nós andávamos entre eles.” (CORTESÃO, 1999, p. 100).

Nesse momento a imagem da inocência dos índios se estabelece definitivamente, uma vez que a comparação entre o seu comportamento e o dos portugueses significa que estes procedem a uma elaboração maior em seu fazer interpretativo. Considerando-se que interpretar é modalizar veridictoriamente algo, que passa do parecer ao ser, e que a avaliação que se faz nesse processo submete o objeto avaliado ao crivo do saber e dos valores do sujeito, pode-se dizer que a inocência é, então, uma interpretação que não conta com esse crivo, que estabelece uma relação simples e direta entre o parecer e o ser. Por ser direta, é mais rápida. Daí os índios *crerem* na confiabilidade dos portugueses mais e primeiro: “Neste dia, enquanto ali andaram, dançaram e bailaram sempre com os nossos [...] em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus.” (CORTESÃO, 1999, p. 108).

Não obstante Caminha interprete como evidente o sucesso do programa de manipulações, sua continuidade faz-se necessária no sentido de consolidar os resultados. As *seduções* continuam:

Um dos que o Capitão trouxe [...] o qual veio hoje aqui, vestido na sua camisa, e com ele seu irmão; e foram esta noute mui bem agasalhados, assim de vianda, como de cama, de colchões e lençóis, para os mais amansar. (CORTESÃO, 1999, p. 110).

As *tentações* parecem começar a buscar novos contratos, como, por exemplo, a conversão dos índios à fé cristã:

E, acabada a pregação, como Nicolau Coelho trouxesse muitas cruces de estanho com crucifixos [...] houveram por bem que se lançassem uma ao pescoço de cada um. Pelo que o P.e Fr. Henrique se assentou ao pé da Cruz e ali, a um por um, lançava a sua atada em um fio ao pescoço, fazendo-lha primeiro beijar e alevantar as mãos. Vinham a isso muitos; e lançaram-nas todas, que seriam obra de quarenta ou cinqüenta. (CORTESÃO, 1999, p. 119).

Entre *seduções* e *tentações*,

[...] viemos a comer às naus, trazendo o Capitão consigo aquele mesmo que fez aos outros aquela mostrança para o altar e para o Céu e um seu irmão com ele. Fez-lhe muita honra e deu-lhe uma camisa mourisca e ao outro uma camisa destoutras. (CORTESÃO, 1999, p. 120),

o programa atinge seus objetivos. É o que parece a Caminha em sua avaliação final:

E, segundo a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos [...] E bem creio que [...] todos serão tornados ao desejo de vossa Alteza. [...] (CORTESÃO, 1999, p. 121).

Esta, assim como todas as outras avaliações, foram feitas pela escala de valores do não-índio e teve um percurso em sua construção: na *Carta*, a faceta do *bom selvagem* construiu-se em paralelo com a faceta da *inocência*: “[...] e suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia vergonha alguma.” (CORTESÃO, 1999, p. 56).

4. Considerações finais

Pode-se dizer que há uma intersecção isotópica entre os campos semânticos de “bondade”, de “inocência” e de “paraíso”. Nesse estágio, que é o da *Carta*, a *incompetência* se apresenta ainda em estado latente, implicitamente (“*Eles não lavram, nem criam*”) em enunciados destinados a produzir outros significados (como seu estado natural, por exemplo).

De toda a alquimia das avaliações das reações e relações, produz-se o reconhecimento da identidade do índio. As diferenças, presumidas ou reais em relação ao *outro*, revelam uma identidade complexa, relacionando sentidos em presença e em ausência.

A *Carta de Caminha* discursiviza a identidade do índio pelas diferenças, manifestadas tanto por presença quanto por ausência, opondo os valores reais ou presumidos das civilizações em contato, visto que as relações intersubjetivas regem-se por uma realidade semiótica, veiculada por simulacros.

Referências bibliográficas

CORTESÃO, Jaime (adap.) **A carta do descobrimento**. *Folha de São Paulo*, Edição Especial, 1999.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. **Discurso indígena: aculturação e polifonia**. Dourados Editora da UFGD, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Canto de Morte Kaiowá**. São Paulo: Loyola, 1991.

VEJA. São Paulo, edição 1236, ano 31, n.44, 06 nov. 1999.

Abstract: *In this paper, we intend to discuss the nuances of relationships between individuals belonging to different cultures, between a certain nation (or community) and what is considered "foreign" in relation to it. The specific objective is to search, in the Letter of Caminha - that famous document constitutes as a founding discourse - the genesis of Brazilian identity and meaning effects of bias contained in the image's formation of the first inhabitants of Brazil: the Indians. The analysis will consist in the apprehension of the degree of approximation or distance established in intercultural contacts between us (Portuguese) and the other, proceeding to a classification of these nuances of relationships. The analysis includes also within those relationships, manipulation programs developed by the Portuguese, whose results - the reactions of Indians - components that Caminha makes use on the construction of indigenous identity, according to their interpretation. The results show that the sense relations between us and the other presented, in the Letter of Caminha reverberates and find echoes in some other different moments of history: so it happened with the Jews, as occurred with the Negroes, as did the Indians to be considered as "the other".*

Keyword: *Semiotics; identity; prejudice; Indian; Letter of Caminha.*

O Discurso Negativo sobre o Brasil na Rede Social Facebook: Fantasmas do Comunismo Imaginário

Ronaldo Adriano de FREITAS (IFF/UFF)¹
ronaldofreitas.tec@gmail.com

Resumo. Às vésperas de um período eleitoral e após os acontecimentos discursivos de protesto em junho de 2013, podemos observar nas redes sociais uma intensa circulação de conteúdos marcados ideologicamente como construtores de uma imagem negativa do país. O presente trabalho visa a analisar a dimensão discursiva desses textos, a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso Francesa, originada por Michel Pêcheux, segundo a qual o funcionamento da ideologia se dá na constituição do sujeito, que é levado a uma tomada de posição por uma formação discursiva em que se antevê a matriz de sentidos que podem ser assumidos por seu discurso. Foram selecionados textos que circulam/circularam intensamente na rede social Facebook, nas páginas “TV revolta”, e “Militares no Poder, Já”, que ao se marcarem discursivamente como defensores do liberalismo ou do militarismo, apresentam em comum a construção de uma imagem negativa do país, pela qual se deve atribuir responsabilidade ao atual governo - representado nas imagens dos presidentes Dilma e Lula. A análise desses textos revelou a presença de um imaginário de comunismo produzido ao longo de nossa história (Mariani, 1996) como um fator determinante para a construção de tal imagem negativa, revelando o funcionamento dessa memória discursiva.

Palavras-chave: Redes Sociais; Ideologia; Brasil; Comunismo Imaginário; Memória discursiva.

1. Motivação

Este artigo constitui um esforço paralelo ao projeto de pesquisa em História das Ideias Linguísticas (HIL) que desenvolvo no Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS) na Universidade Federal Fluminense. Se por um lado, não tratarei aqui da HIL, por outro, há em comum com minha pesquisa a filiação teórica à Análise do Discurso Francesa, baseada nos estudos de Michel Pêcheux, na França, e reterritorializada no Brasil por Orlandi e um produtivo grupo de pesquisadores que mantêm viva a tradição teórica discursiva baseada na análise linguística, na psicanálise e no materialismo histórico, tal como postulada por seu fundador – de forma que a constituição dos sentidos não pode ser vista separadamente da constituição dos sujeitos (Pêcheux, 2014). O documento aqui produzido é, assim, fruto das leituras e discussões desenvolvidas na disciplina Introdução à Análise do Discurso, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem pela professora Silmara Dela Silva, e de uma inquietação que vem me incomodando na esfera pessoal: a constituição discursiva de determinadas postagens na rede social Facebook que impingem uma imagem negativa do Brasil.

A proposta inicial desse trabalho visava, portanto, reunir um conjunto de textos representativos desse tipo de discurso, e verificar os elementos linguísticos e históricos neles presentes que indicariam a existência de uma estrutura discursiva que os sustentasse. Desse modo, iniciei o levantamento de um corpus que representasse o discurso negativo sobre o Brasil a fim de empreender tal análise, no entanto,

¹ Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense. Mestrando em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense.

deparei-me, para minha surpresa, com um elemento muito forte dentro dessa construção de negatividade: a atribuição do adjetivo “comunista” ou de seus símbolos às imagens ligadas aos governos do Partido dos Trabalhadores. Tal observação trouxe à proposta uma nova perspectiva: a de verificação do funcionamento dessa menção dentro do processo de construção de uma imagem negativa do Brasil.

Para isso, foi fundamental, dentre as leituras teóricas que realizávamos, o trabalho desenvolvido por Mariani (1996) que analisa a construção do imaginário de comunismo no Brasil a partir da menção nos jornais de grande circulação no Brasil entre 1920 a 1990, e demonstra como a imagem predominante no Brasil sobre o Comunismo é fruto dessa construção discursiva. Por isso, esse artigo é dividido em duas partes, na primeira apresento uma leitura do trabalho de Mariani (1996), filiando-me aos pressupostos teóricos por ela apresentado e desenvolvendo sua análise sobre a construção do conceito de comunismo/comunista; na segunda parte apresento uma análise do corpus levantado, tentando demonstrar como essa estrutura produz seus efeitos de sentido (Pecheux, 2014) e como a memória discursiva se constitui na repetição, tanto nos encaixamentos sintáticos, como no discurso transversal, tal como apresentado por Indursky (2011). Trago ainda, a fim de justificar a análise de imagens no corpus apresentado, o conceito de Semiologia Histórica, entendendo-a como um produtivo instrumento da Análise do Discurso.

2. AD, discurso negativo e o comunismo imaginário

O gesto de leitura que ora apresento do trabalho de Mariani (1996) tem como função a plena filiação às teorias da Análise do Discurso (AD) para a constituição de minha análise na segunda parte desse trabalho e, principalmente, apresentar uma leitura que expõe o modo de produção e circulação dos sentidos de “comunismo” ou “comunista”.

O trabalho de Mariani situa a AD enquanto atividade de estudo da semântica sobre o processo histórico de instauração e homogeneização dos sentidos, retomando a clássica definição pechetiana de discurso como “efeitos de sentidos entres interlocutores”. Nega assim a transparência da língua e aponta o papel do languageiro na interpelação-assujeitamento do indivíduo pela ideologia, resultando na constituição do sujeito pela identificação com uma formação discursiva que lhe foi dada. É, pois, pela ação da ideologia que o indivíduo ocupa uma posição social imaginária na qual os sentidos em circulação lhe parecem evidentes. Dessa forma, se dá a construção da realidade para o sujeito, de modo que este se encontra na ilusão de ser a fonte dos sentidos que produz em seus discursos.

Essa ilusão se dá pelos processos de esquecimento, que fazem funcionar a ideologia e exigem do analista a investigação dos elementos que fazem emergir os sentidos já presentes na memória discursiva: o interdiscurso. Este se manifesta nas possibilidades do que pode ser dito e do que pode ser entendido, a saber, o funcionamento das Formações Discursivas.

Mariani (*op. cit.*) conduz seu gesto interpretativo, sem a ilusão de buscar a fonte do sentido, mas demonstrando o papel dos acontecimentos na constituição dessa memória discursiva. Entendendo que a AD é tanto um referencial teórico quanto um dispositivo de análise, cada gesto metodológico, como a constituição do arquivo ou o estabelecimento de derivações parafrásticas, sederam em função das considerações sobre a constituição dos sujeitos e sentidos comentada acima.

Seu corpus discursivo foi constituído por notícias publicadas nos jornais O País, Correio da Manhã, Diário Carioca, O Globo, Jornal do Brasil e O Dia, dos quais se obtiveram sequências discursivas que permitiram a análise proposta. Tanto a criação do arquivo definido como *Corpus* extenso como a seleção das sequências discursivas constituem, já por si, um gesto de análise, no qual não se buscaram a exaustividade e completude, mas a representatividade das regularidades enunciativas que permitem a observação dos eventos discursivos surgidos na produção da linguagem. Foram assim apresentadas em diversas organizações (fruto dos diferentes gestos de análise) as sequências discursivas que se inter-relacionam de modo a demonstrar repetições, rupturas, reconfigurações e estabilizações de sentidos.

É através dessa organização metodológica que Mariani (*op. cit.*) expõe a análise desse processo de construção de sentidos, no qual os termos comunismo e comunista adquirem o sentido de **inimigo**, de um mal a ser combatido. A disposição das construções linguísticas que criam ao longo das décadas a imagem de uma brasilidade representada em um “nós”, constituída por valores ocidentais, morais e religiosos; em oposição ao outro, o inimigo, o mal - constituído pela imagem do comunista, numa rede semântica que, através do discurso *sobre* o comunismo, reafirma continuamente tal imagem negativa:

Desconstruímos pela análise do funcionamento do discurso jornalístico o esforço político de produzir um sentido, assegurando **uma** identidade, marcada pela adesão ao discurso do Mesmo. Esforço esse em que se encontra a tentativa de organizar o movimento dos sentidos ou, em outras palavras, resultado do trabalho da memória discursiva apagando as contradições e produzindo para os comunistas uma única imagem *um comunista é um inimigo*. (MARIANI; 1996, pag. 247)

O discurso jornalístico apropria-se assim do discurso político e - baseado na ilusão de que enquanto possuidor de um discurso institucional tem seu compromisso com a verdade, a informatividade, a neutralidade e a realidade dos fatos - constrói um sentido homogêneo que não dá lugar ao interpretativo, ao dúbio, ao incerto. Apagam-se as diferenças na repetição do mesmo que se coaduna aos interesses políticos dos que detém o poder, não dando lugar aos discursos que de alguma forma possam desestabilizar tais construções.

Ao longo do século, no primeiro período de análise (1922-1930) o lugar de inimigo foi ocupado indiferentemente por anarquistas e ou comunistas, no segundo período esse lugar é representado por comunistas, terroristas, subversivos, até que nos anos 80, por ocasião do retorno ao pluripartidarismo, a imagem é atribuída a todas as esquerdas, movimento fundamental para a compreensão da análise que proponho:

Com a volta do pluripartidarismo, iniciando o processo de término da ditadura militar, com as greves irrompendo em meados de 1980, com o retomo dos exilados, a palavra 'esquerda' vai lentamente ganhando espaço no panorama político. Ao mesmo tempo, uma nova discursivização começa a se engendrar. Os comunistas, "inimigos internos", deixam de ser os únicos alvos dos processos discursivos de negativização: o engendramento de significação anteriormente descrito começa a migrar para aqueles partidos considerados de esquerda, sobretudo o Partido dos Trabalhadores (PT). Isso promove na FDB uma reorganização das fronteiras, resultando na incorporação de novos pré-construtos, e materializando, na denominação 'esquerda', os 'inimigos' dos novos tempos. (*ibidem*, pag. 222)

Mariani (*op. cit.*) identifica assim a existência de uma Formação Discursiva Brasileira (FDB) que se põe em interincompreensão com a Formação Discursiva Comunista (FDC), associada ao estrangeiro: o russo e o chinês, com os quais não há identificação do brasileiro; a FDB apaga os sentidos possíveis da FDC. Esse efeito se dá por uma didatização do discurso jornalístico sobre o comunismo, que ensina como esses termos devem ser significados.

No novo consenso que vem sendo imposto pelo discurso jornalístico, em função da reorganização das fronteiras da FDB, os comunistas aparentemente não são mais tão perigosos. Mas não seriam mesmo? ... Talvez a única pergunta que permaneça sem resposta foi a que formulamos logo no início: A eficácia do imaginário *sobre* os comunistas teria chegado ao fim? (*ibidem*, pag. 248)

É para essa pergunta que me volto na segunda parte desse trabalho: de que forma essa construção discursiva comparece no discurso negativo sobre o Brasil apresentado no ano de 2014 na rede social Facebook?

3. Em busca dos efeitos de sentido

Quando nascemos os discursos já estão prontos e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós" (Orlandi; 2009, pag.06)

O fato didaticamente exposto acima nos leva ao fato de estarmos condicionados ao funcionamento das formações discursivas, possibilidades do que pode ser dito e do que pode ser entendido, as quais se constituem inconscientemente pela presença do interdiscurso. Segundo Indursky, "Se a matriz de sentidos se institui através do processo de repetibilidade, ela também coloca os limites dessa repetição, que se dão pelo **Encaixe Sintático** e pelo **Discurso Transverso**" (Indursky, 2011 pag.68). Trata-se de entender que o interdiscurso pode se manifestar tanto pela retomada de saberes de uma mesma Formação Discursiva (Encaixe Sintático), quanto submetido a deslizamentos, falhas e rupturas, que podem originar novos efeitos de sentido: o Discurso Transverso.

O indivíduo ocupa uma posição social imaginária, na qual os sentidos em circulação lhe parecem evidentes. A construção da realidade para o sujeito se dá de forma que este se encontra na ilusão de ser a fonte dos sentidos que produz em seus discursos. É em busca dos processos que se dão nesse funcionamento que apresentamos breves considerações (que não pretendem esgotar os efeitos de sentidos das sequências apresentadas) a fim de demonstrar algumas facetas da discursividade em análise.

Cabe ainda justificar a análise de certos efeitos de sentido produzidos pelas relações entre palavras e imagens nos textos. Para tal evocamos a Proposta da Semiologia Histórica de J.J. Courtine.

Conceitos centrais da Análise do Discurso, como os de "enunciado", "formação discursiva", "memória", "arquivo" etc., tem-se mostrado consistentes quando aplicados à análise de textos sincréticos, na medida em que ajudam a compreender as configurações formais e os efeitos de sentido produzidos pelas relações entre palavras e imagens nos textos. Ao mesmo tempo, é uma proposta semiológica histórica (de J.J. Courtine) porque pensa os discursos sincréticos na descontinuidade da história e no interior de um arquivo de uma época. (GREGOLIN; 2010, sp)

Assim, o corpus que se apresenta a seguir é fruto de uma pesquisa pela divulgação de uma imagem negativa do Brasil – impondo pela estrutura discursiva a ideia de uma imagem positiva que a teria antecedido. Destaco mais uma vez que nesse discurso negativo sobre o Brasil é possível reconhecer a retomada do discurso sobre o comunismo – deslocando o sentido negativo historicamente construído. Cada fragmento apresentado foi considerado uma Sequência Discursiva, e sobre ela apresento um breve comentário que visa compor um quadro geral das regularidades discursivas.

3.1. TV Revolta:

Direitos dos animais, auto-ajuda, redução da menoridade penal, humor e valorização da educação se misturam a ataques aos representantes do PT e à construção de uma imagem negativa do país. A pluralidade de temas, a busca por identificação com os movimentos de junho de 2013 e a exploração eficiente do modo de funcionamento discursivo das ferramentas eletrônicas do Facebook, que sugerem para os usuários as publicações com maior impacto de audiência nos círculos de amizade e incentivam que os usuários marquem através do botão “curtir” as páginas cujas publicações devem ser apresentadas ao usuário em sua página inicial. Essa combinação fez com que o TV Revolta se tornasse segundo a administração do Facebook uma das páginas de maior audiência em todo mundo e permitiu que ela se tornasse um instrumento eficiente de reprodução da formação discursiva que projeta no PT a imagem de inimigo a ser combatido.

As Sequências Discursivas (SD) de 1 a 5 foram obtidas pela visualização de todas as postagens feitas pelo grupo entre janeiro e julho de 2014 e a seleção daquelas que tinham por objetivo construir uma imagem negativa para o país, seja pela menção a seu nome, seja pela estilização de seus símbolos. Uma leitura descritivo-discursiva dessas sequências é apresentada a fim de apontar mecanismos de construção desses sentidos:

SD1:



<https://www.facebook.com/tvrevolta>

A SD1 apresenta um modo de construção da imagem negativa do Brasil. Embora não haja nela nenhuma menção a governante ou partido político, há duas constatações importantes para a análise a ser empreendida: 1) o Brasil não está andando para a frente, estamos regredindo, ou na melhor das hipóteses, estagnados 2) a causa dessa estagnação ou retrocesso não se encontra em outro lugar senão no pouco valor dado à inteligência, ou seja, é a falta dela em determinados segmentos políticos que produzem a condição negativa. Desautoriza-se assim o processo democrático, pois, embora tenhamos um governo que representa a vontade do povo, esse não elege pessoas inteligentes. O conceito de inteligência pode ser entendido, portanto, como sinônimo de filiação a sua formação discursiva, e não a outra.

SD2:



<https://www.facebook.com/tvrevolta>

Na SD2, a cor negra que preenche a silhueta do país evoca a simbologia do luto, sentimento de perda. Só se pode perder o que se teve - ideia que é explicitada pela palavra novamente, a qual apresentada em fonte de tamanho menor, produz um efeito de conclusão. Trata-se de afirmar categoricamente que, em outros períodos, em outros governos, o país era honrado, o que leva a concluir que a perda dessa honra advém da chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder.

SD3:



<https://www.facebook.com/tvrevolta>

Na SD3, encontramos uma construção negativa do Brasil por meio de vocábulos de valor negativos na construção de um acróstico que forma o nome do país. Importante notar que, assim como na SD2, o Brasil alvo não é o historicamente construído, mas apenas o da configuração atual, uma vez que a escolha tipográfica das letras que formam o nome BRASIL (em especial a bandeira estilizada na letra A) remete ao logotipo do governo atual, logo o Brasil a ser desqualificado é o Brasil governado pelo PT, e não outro. Também é importante notar que dos cinco vocábulos que formam o acróstico, apenas “assalto” e “impunidade” podem ser consideradas negativas em qualquer formação discursiva, as demais palavras são, na verdade, expressões de certas culturas populares, trazidas na SD3 no mesmo nível de negatividade que “assalto” e “impunidade”, o que revela uma atribuição de valores acentuadamente elitista e antipopular.

SD4:



<https://www.facebook.com/tvrevolta>

Na SD4, encontramos as referências mais contundentes para nossa proposta. Nela existe a imagem do rosto da presidenta Dilma Rousseff em expressão totalmente desfavorável e negativa (provavelmente com manipulação digital da expressão facial). Sob o título (o país que sumiu), o rosto da presidenta é projetado sobre um corpo que segura um globo terrestre no qual a imagem do Brasil foi apagada. Ao lado é produzida uma lista de valores acompanhadas de verbos de efeito negativo (desapareceu, murchou, empobreceu...). A única exceção para as negatividades listadas está na palavra “socialismo”, que é sujeito do verbo “AVANÇAR”, de conotação positiva. Nesse contexto, portanto, é a “SOCIALISMO” que se atribui valor negativo, para que seu avanço configure um fato contraproducente.

Por último, destaca-se, colocada sobre a representação da presidenta, a imagem da foice e martelo, símbolo do comunismo, evocando-se toda memória discursiva negativa construída para o termo “comunista”, atribuindo-a ao atual governo. Esse assume o lugar de “inimigo”, historicamente construído para esse termo. Ao mesmo tempo reforça-se o aspecto negativo da palavra “comunismo”, responsabilizando-a por toda negatividade apresentada nas palavras listadas ao seu lado.

SD 5:



<https://www.facebook.com/tvrevolta>

Finalizando as Sequências Discursivas da página TV Revolta, a SD 5 utiliza novamente a estilização do contorno espacial brasileiro para representar o país, mas dessa vez, figurativizando-o pela humanização, faz dele um personagem que é amordaçado pela ação política dos “comunistas”, representados pelas caricaturas dos presidentes Dilma e Lula e seus aliados na política interna e externa. As caricaturas remetem ao título do texto, onde a palavra inferno insere o valor negativo atribuído ao país; cada um dos personagens traz em suas mãos um tridente, e em seus corpos, uma cauda finalizada por seta, elementos que demonizam tais personagens. Além de demonizados, cada personagem tem o corpo representado por um círculo vermelho com o símbolo do partido comunista, deixando clara a negatividade relacionada esse tema. Finalmente cada um dos personagens é acompanhado por uma fala que apresenta um aspecto da atuação da esquerda no Brasil considerado negativo. Mais uma vez, o discurso apresenta valores negativos apenas em formações discursivas específicas, já que os termos “tráfico” e “lei anti-terrorismo” são colocadas no mesmo pacote de ideias negativas.

Coroando a ligação entre o discurso negativo sobre o Brasil e a designação de comunismo, encontramos a posição simbólica, que a também simbólica figura de Fidel Castro ocupa na sequência. Fidel simboliza, nessa SD, o próprio comunismo em nível mundial e, colocado confortavelmente sentado acima

de todas as figuras, assume o papel de liderança, de mentor, incentivador e aprovador de toda a ação negativa empreendida. Opostamente, a imagem da presidenta Dilma é a que ocupa o plano mais baixo de todas as figuras. Sua caricatura também a coloca em condição de fraqueza diante dos demais, de joelhos, a figura é a única que não segura um tridente, pois é dominada pelas demais.

3.2 Militares No Poder Já

A página “Militares No Poder Já” se trata de uma página de apoio ao militarismo. Na própria descrição da página encontramos a apresentação de seus objetivos: “Esta página tem o intuito de reunir todos que são contra a pouca vergonha a que chegou a política brasileira! Só as FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS podem INTERVIR!”²

Embora se trate de uma página de menor impacto no quesito “audiência” - já que se trata de um discurso menos persuasivo e mais extremista, de circulação voltada para os militares, seus familiares e apoiadores - considere importante analisar o funcionamento discursivo de suas postagens (aqui representadas pelas Sequências Discursivas 6 e 7) para mostrar que o processo de construção de imagem negativa de Brasil é muito semelhante ao utilizado pelo TV Revolta e por outros agentes que se dedicam a construir essa imagem negativa.

SD 6:



<https://www.facebook.com/pages/Militares-No-Poder-J%C3%81/146216695514513?fref=ts>

² <https://www.facebook.com/pages/Militares-No-Poder-J%C3%81/146216695514513?sk=info>

É notável a semelhança entre a SD 5 e SD 6. Destacamos aqui a troca da imagem que apontava diretamente para figuras humanas, para a imagem do rato, com sua simbologia negativa. Associada aos ratos que sugam as tetas da nação, vemos a imagem do símbolo do Partido Comunista, e mais uma vez retomada toda a historicidade da construção desse elemento: os comunistas são ratos que destroem o Brasil. A corrupção é fruto da ação comunista; mas há tetas também exploradas por ditadores africanos e até pelos banqueiros, elementos que diferem o discurso das SDs 5 e 6. No mesmo nível de negatividade estão os programas sociais, representados pela expressão “ESMOLA FAMÍLIA” e a existência da pluralidade partidária, aqui também entendida como benéfica à ação comunista.

SD 7:



<https://www.facebook.com/pages/Militares-No-Poder-J%C3%81/146216695514513?fref=ts>

Encontramos, finalmente, na SD 7 o discurso que constrói a negatividade do Brasil pelas palavras “mudança” e “corrupção”, associando-as indiretamente a “congresso”, “senado” e “Dilma Rousseff”, cuja tipografia, em vermelho, remonta ao posicionamento de esquerda (e logo ao comunismo) em contraste com as cores da pátria, marcadores dos ideais de nação evocados pela Formação Discursiva Brasileira (Mariani, 1996). A conclusão reinterpreta os objetivos do site: buscar o apoio da população para uma intervenção militar que possa finalmente por fim à corrupção e demais mazelas comunistas que assolam nosso país.

4. Considerações Finais

O gesto de análise a que me propus nesse trabalho, embora simples, mostra-se significativo para a compreensão do mecanismo discursivo que produz a imagem negativa do Brasil veiculada na rede social Facebook. Defendo que a própria constituição do corpus apresentado é um gesto de leitura importante, por expor a regularidade desse tipo de construção: valores negativos sempre ligados a uma atualidade, em oposição a uma historicidade. É dessa forma que todos os aspectos negativos salientados nesse tipo de discurso são atrelados ao governo do PT (pelo vínculo com a atualidade) e dele, derivados para suas sequências discursivas que comportam a ideia de esquerda, comunista, inimigo.

Ao apresentar o trabalho de Mariani (1996), demonstramos que a construção histórica do sentido de “comunismo” e “comunista”, tomado na Formação Discursiva Brasileira como “o inimigo” é importante para compreendermos o momento atual, em que assume o poder aquele que era antes o inimigo do poder e justificava todo o endurecimento contra as liberdades individuais. Se as ditaduras ordenavam que era importante “amar o Brasil de antes”, é importante, na manutenção dessa FD, “odiar o Brasil de hoje”, pois a própria imagem de Brasil se funde com a de inimigo, antes atribuída aos opositores do governo. É assim que os sentidos das expressões “vergonha de ser brasileiro”, “país sem vergonha”, e outros termos pejorativos representam a imagem do Brasil governado pelo PT, fundindo à imagem de país, os sentidos antes atribuídos aos comunistas.

Vimos assim que, ao relacionar os símbolos do Comunismo aos elementos negativos atribuídos ao Brasil, há um duplo movimento: primeiramente, toda carga negativa historicamente construída para o “comunismo” é atribuída ao governo atual; por outro lado, reforça-se a negatividade do termo “comunismo” pois a ele são atribuídos problemas como corrupção e tráfico, num ciclo de reforço dessas negatividades. Percebemos assim o funcionamento do discurso transversal, pelo qual os sentidos deslizam de uma formação discursiva a outra, permitindo a transferência de determinada carga semântica a outras formas linguageiras, que assumem sentidos outros.

Ao tentar dialogar com o questionamento final de Mariani (1996) (“A eficácia do imaginário sobre os comunistas teria chegado ao fim?”) nosso trabalho afirmou categoricamente que não. Mesmo sem esgotar as possibilidades interpretativas em jogo, verificamos que os fantasmas do comunismo ainda assombram nosso imaginário e se reproduzem entre nossas materialidades. O resgate dessa memória discursiva nos textos em circulação produz efeitos de sentido que sustentam a imagem negativa do país, defendem posturas neoliberais e chegam ao extremo de justificar possíveis intervenções militares na política. É a abordagem da análise do discurso que permite perceber que esse funcionamento não se dá de forma transparente para o sujeito, ao contrário, é pelo inconsciente que o efeito de evidência proveniente da repetição promove a naturalização dos sentidos; é pelo funcionamento da ideologia que o indivíduo se constitui sujeito pronto a sustentar a imagem negativa de Brasil, de Comunismo e de política.

Referências bibliográficas

GREGOLIN, Maria do Rosario. Análise do discurso e semiologia histórica: movimentos discursivos em textos sincréticos da mídia brasileira. *In: seminário do gel*, 58., 2010, **Programação...** São Carlos (SP): GEL, 2010. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/?resumo=6929-10>>. Acesso em 05 jun. 2014.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. *In:-----*; MITTMANN, S; FERREIRA, M. C. L.. (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

ORLANDI; E.P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

MARIANI, B.S.C. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 – 1989)**. Tese de doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1996.

PECHEUX, M. (1969). Análise Automática do Discurso (AAD-69). *In: GADET & HAK (org). Por uma análise automática do discurso*. Traduzido por Betania Mariani. Campinas: Ed. Unicamp, 2014, p.59-158.

----- (1975). **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorengo Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani, 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

Abstract: *On the eve of an electoral period and after the discursive events of protest June 2013, we can see on social networks intense movement of ideologically marked content as builders of a negative image of the country. This study aims to analyze the discursive dimension of these texts, from the theoretical assumptions of the French Discourse Analysis, developed by Michel Pêcheux. According to which the operation of ideology occurs in the constitution of the subject, which is led to a position by a discursive formation in which envisions the array of meanings that can be assumed by his discourse. Texts were selected circulating / circulated intensely in the social network Facebook, pages "TV revolta" and "Militares no poder já" that are discursively defenders of liberalism and militarism and have in common the construction of a negative image of the country, by which to assign responsibility to the current government, represented in the images of Dilma and Lula. The analysis of these tests revealed the presence of the imaginary communism throughout our history (Mariani, 1996) as a determining factor for building of a negative image of the country, revealing the operation of discursive memory.*

Keywords: *Social Network; Ideology; Brazil; Imaginary Communism; Discursive memory.*

“ARMARIA NAM”: A PALAVRA - DISCURSO NAS TIRAS DO BODE GAIATO

Rosângela Gonçalves CUNHA (UFBA)
 rosecunha@oi.com.br

RESUMO: A partir do que se compreende por palavra, nos Estudos Dialógicos da Linguagem – ancorada nos estudos bakhtinianos, busca-se, considerando a importância da filiação a uma concepção específica de língua e linguagem, analisar as propriedades das palavras na construção do discurso, a partir da palavra “ARMARIA” recorrente no *Meme Bode Gaiato*¹, publicado em uma página no *Facebook*. Nesse contexto, considera-se que os sentidos não existem isolados das posições ideológicas que compõem o processo sócio-histórico em que as palavras/discursos são enunciadas. No uso vivo e mutável da língua, a consciência linguística não é baseada em um sistema abstrato de formas, assim a palavra não se caracteriza apenas como parte de um sistema lexical, um elemento de dicionário, mas sim como discurso, já que é provida de conteúdo e sentido ideológico o que resulta na composição de uma consciência linguística construída pela linguagem no conjunto dos inúmeros contextos de produção.

PALAVRAS-CHAVE: Palavra; Discurso; Enunciado Concreto; Estudos Dialógicos; Linguagem.

1. Introdução

Este artigo nasce com o propósito de apresentar a definição e as propriedades da palavra/discurso para os estudos dialógicos da linguagem a partir do pensamento de Bakhtin e o Círculo, relido no espaço-tempo em que vivemos. Para tanto se utiliza como corpus a expressão “ARMARIA” recorrente no *Meme “Bode Gaiato”* como forma de exemplificar, por meio da linguagem não padrão os exemplos que ilustram, contemporaneamente, esses estudos do discurso.

Para os dicionários, a exemplo do Michaelis, a língua é um instrumento de comunicação, um sistema de signos vocais específicos aos membros de uma mesma comunidade. Mas para quem deseja compreender e dialogar com os registros desse conceito, é necessário ampliar a discussão para que se alcance o (re) significado do termo.

Para Ferdinand Saussure, escola de Praga e o estruturalismo americano a língua é um sistema concreto de relações ou um conjunto de sistemas ligados uns aos outros, cujos elementos não têm nenhum valor independente das relações de equivalência e de oposição que os unem. Cada língua representa um sistema implícito, característico aos falantes dessa língua; o que depende das variações individuais constitui para estes a fala.

A língua não é função de quem fala, mas sim que o indivíduo externaliza passivamente; não há premeditação, e a reflexão existe somente para classificação. Enquanto a fala é um “componente individual da linguagem”, “um ato de vontade e inteligência” é a forma de materialidade da língua, já que segundo

¹ Tira criada por Breno Melo – estudante universitário, nordestino - em Janeiro de 2013 nas redes sociais que atinge cento e cinquenta mil acessos diários. É composta por personagens metade humano e metade bode e por meio da linguagem popular e humor apresenta cenas da vida no nordeste.

Saussure (2006, p.49): “Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo instrumento e o produto desta. Tudo isso, porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas”.

Nessa teoria a língua se constitui um sistema social de modo sincrônico, a linguagem é uma estrutura composta por um sistema orientado para a comunicação, assim inaugura a função para atingir o objetivo da eficiência da comunicação humana, porém não reconhece a interação social como meio de construção de enunciados concretos.

2. A Teoria

Não há dúvidas quanto ao avanço que os estudos saussurianos simbolizaram em seu espaço-tempo, ressonância em diversos outros estudos e novas teorias originaram-se a partir desses paradigmas, mas para Culler (1979, p.58):

O erro dos contemporâneos de Saussure foi terem deixado de formular a si mesmo perguntas fundamentais sobre o que estudavam: perguntas sobre a natureza da própria linguagem e de suas formas individuais e importantes questões metodológicas acerca da identidade linguística, tanto em termos sincrônicos como em termos diacrônicos. (Culler, 1979, p.58)

De fato não é possível considerar a língua como um depósito de signos com suas propriedades exclusivamente gramaticais, um repositório de regras não garante o sucesso do jogo, o uso cotidiano da língua transcende a forma, o estático e somente se consolida no movimento.

A distinção de língua e fala aqui entendida como o sistema e seus usos, estabeleceram que o objeto de estudo da pesquisa linguística seria o sistema, a regra do jogo e não o produto a que ele serve de veículo, com o que Ilari (2004, p.58) corrobora:

Chegou-se assim a uma situação extrema em que toda a atenção foi dedicada às “regras do jogo”, isto é, ao sistema, ao passo que os episódios de seu uso foram relegados a uma disciplina secundária (denominada às vezes de “linguística da fala” outras vezes, “estilística”) à qual coube a tarefa “menos nobre” de legislar sobre fatos sujeitos a uma regularidade precária. (Ilari, 2004, p.58)

Mikhail Bakhtin (2012 [1929]) contrapõe-se a Saussure, ao antecipar a linguística moderna: apesar de aproximar-se ao considerar que a língua é um fato social, fundada na necessidade de comunicação, distancia-se e critica a concepção de língua como sistema de regras porque para ele a língua é viva, evolui e não se trata de algo abstrato, nem tampouco psiquismo individual dos falantes, mas essencialmente a substância da língua é constituída pela interação social realizada por meio de enunciações.

Para os estudos bakhtinianos os signos só surgem no processo de interação entre os indivíduos. A consciência só se torna consciência quando possui conteúdo ideológico, e isso somente ocorre no processo de interação social, como afirma Bakhtin (2012 [1929], p. 35):

Não basta colocar face a face dois homo sapiens quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social. (Bakhtin 2012 [1929], p. 35)

Com esta afirmação é possível compreender que a ideologia não deriva da consciência, mas sim a consciência adquire existência nos signos criados pelas relações sociais vivenciadas por um grupo. Para pesquisar a linguagem é necessário situar os sujeitos, o isolamento e a delimitação do objeto de estudo específico acarreta o que se conhece por “objetivismo abstrato” - a língua como produto pronto, acabado.

Pensar a língua como sistema implica imaginar uma estrutura em que o centro orienta e organiza a coerência dessa arqueologia, só se permite a mobilidade das peças do jogo - aqui já metaforizado – no interior da forma total. Não é permitida a permuta ou transformação dos elementos que escapam a estruturalidade previsível. Para Derridá (1999), “é preciso reconhecer que o respeito da estruturalidade, da originalidade externa da estrutura, obriga a neutralizar o tempo e a história.” Nesse sentido faz-se necessário desfazer a estrutura convencional, repensar os centros para, na atualidade, lidar com a conjuntura de complexidade, nada estrutural, presente em nossos dias.

A Teoria dos Sistemas Complexos ou Teoria do Caos (Leffa, 2006) ratificam, contemporaneamente, a importância de se desvincular do centro, estabelecer uma ordem não linear, não compartimentada e ainda interdisciplinar nas ciências para que o indivíduo possa melhor compreender a complexidade do mundo em que vive. Conforme explica Larsen-Freeman (1977, p. 152):

Essa forma de pensamento não linear contraria a lógica cartesiana, ignora as hipóteses deterministas e abandona o conceito de ciência no sentido de que o conhecimento deve ser sistemático, objetivo e generalizável. O conceito de contexto passa a ser crucial para que possamos entender a natureza diversificada dos fenômenos. De acordo com a nova forma de olhar os fenômenos, os sistemas são complexos, não lineares, dinâmicos, caóticos, imprevisíveis, sensíveis às condições iniciais, abertos, sujeitos a atratores e adaptativos, pois se caracterizam pela capacidade de auto-organização. (Larsen-Freeman 1977, p. 152)

Esses embasamentos respaldam a importância da compreensão de língua a partir de discurso e não a redução a sistema. A língua é matéria da linguagem e esta é uma atividade produtora de sentido entre interlocutores que se dá na interação entre falante/ouvinte, escritor/leitor, que são seres situados num tempo histórico, num espaço geográfico, que pertencem a uma comunidade e por isso possuem crenças, valores culturais, sociais, enfim uma ideologia.

A linguagem é o que ultrapassa o nível puramente linguístico ela apoia-se sobre a língua, mas, sobretudo os interlocutores (ideologias) e a situação comunicativa (contexto) materializam a linguagem viva, latente e em constante evolução (interação).

Como ratifica a comparação de Bagno (2003, p.02):

[...] nos relacionamos com a linguagem assim como os peixes se relacionam com a água. Fora da água, o peixe não existe, toda a sua natureza, seu desenho, seu organismo, seu

modo de ser estão indissociavelmente vinculados à água. Outros animais até conseguem sobreviver na água ou se adaptar a ela, como focas, pinguins, sapos e salamandras, que levam uma existência anfíbia. Mas os peixes não: ser peixe é ser na água. Com os seres humanos é a mesma coisa: não existimos fora da linguagem, não conseguimos sequer imaginar o que é não ter linguagem — nosso acesso à realidade é mediado por ela de forma tão absoluta que podemos dizer que para nós a realidade não existe, o que existe é a tradução que dela nos faz a linguagem, implantada em nós de forma tão intrínseca e essencial quanto nossas células e nosso código genético. Ser humano é ser linguagem. (Bago 2003, p.02)

A apresentação da concepção de língua/linguagem a partir dos conhecimentos mencionados aqui teve o objetivo de contextualizar o conceito de palavra, objeto deste artigo, postulado no conjunto dos trabalhos de Mikhail Bakhtin e o círculo.

A *Análise Dialógica do Discurso* nasce da concepção da *Metalinguística*, aborda o estudo dos aspectos da vida do discurso que ultrapassam os limites da linguística, conforme explica Stella (2005, p.178):

Desde as primeiras décadas do século XX nos trabalhos de Bakhtin e seu Círculo, não somente a palavra, mas a linguagem em geral é tratada de uma forma completamente diferente da tradicional, pois leva em consideração “sua história, sua historicidade, ou seja, especialmente a linguagem em uso”, tornando-se “elemento concreto de feitura ideológica”. (Stella, 2005, p.178)

A definição de palavra em Bakhtin transcende o conceito linguístico de ser apenas elemento lexical presente no sistema da língua e por situar-se socialmente a partir do processo de interação entre os sujeitos, o conceito de palavra não equivale somente a vocábulo, mas corresponde a discurso, como esclarece Cereja (2005, p.204):

[...] levando em conta a natureza dialógica da palavra, é possível dizer que, do ponto de vista bakhtiniano, palavra é indissociável do discurso; palavra é discurso. Mas palavra também é história, é ideologia, é luta social, já que ela é a síntese das práticas discursivas historicamente construídas. (Cereja 2005, p.204):

Para essa teoria, é no processo de interação social que a palavra se materializa, os signos são construídos em situações concretas de comunicação, é no momento de diálogo com o outro que os conteúdos ideológicos se entrecruzam e criam sempre novos significados.

Como se vê, a partir da interação entre os interlocutores no processo comunicativo resultando em enunciado concreto – aqui compreendido como produto da interação verbal – pode-se considerar que isso culmina no que conhecemos como dialogismo em razão de sua concepção sociointeracional, categorias fundamentais postuladas pela Análise Dialógica do Discurso, baseada nos estudos bakhtinianos.

A palavra não é apenas sinal com conteúdo estático, definitivo, o sinal não reflete nem refrata, não admite substituição. O sinal é apenas “um instrumento técnico” de identificação de um objeto ou de um acontecimento, não compreende ideologia. A sinalidade existe, mas não é o que determina a língua como tal. Para os usuários de uma língua, a palavra não se apresenta como item de dicionário porque para isso precisaria de uma determinação muito específica, a palavra não admite a compreensão como ato passivo,

mas sim como signo utilizado em diversas enunciações suas ou de outros de sua comunidade para que seja suficiente para traduzir o contexto ideológico em uso. Como exemplifica Bakhtin e Volochínov (2012 [1929], p. 98):

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (Bakhtin e Volochínov 2012 [1929], p. 98)

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin e Volochínov (2012[1929]), ao tratarem das categorias da palavra estrangeira que serviram de base ao objetivismo abstrato, enumeram os princípios em relação à palavra, à língua, e à linguagem durante esse período enfatizando o que caracteriza aqui, o destaque será contrário. Já que nos interessa destacar as bases que justificam a compreensão da palavra a partir dos pressupostos da Análise Dialógica do Discurso, destacaremos o que caracteriza a palavra em Bakhtin e naturalmente opõe-se ao psiquismo individual:

1. Nas formas linguísticas prevalece o caráter mutável;
2. O concreto sobre o abstrato;
3. A verdade histórica sobre o sistemático abstrato;
4. As formas dos conjuntos prevalecem sobre as do elemento;
5. A dinâmica da fala substitui o elemento linguístico isolado;
6. A polissemia e a plurivalência vivas em lugar da univocidade da palavra;
7. A representação da linguagem como elemento vivo e dinâmico e não produto acabado que se transmite de geração a geração;
8. A capacidade de compreender o processo gerativo da língua como algo externo, interacional, enunciativo e não apenas interno, abstrato.

Como se observa diferente do que é proposto pelo objetivismo abstrato que considera o ato de fala como individual e por isso o justifica a partir do psiquismo do sujeito falante, é a partir da interação construída no momento de diálogo que se constitui a enunciação - compreendida como produto da comunicação - a enunciação é essencialmente social. Conforme Stella (2005, p.178), “a palavra dita, expressa, enunciada, constitui-se como produto ideológico, resultado de um processo de interação na realidade viva”.

Assim, conforme Bakhtin e Volochínov (2012[1929], p.37), “podemos afirmar que palavra é instrumento da consciência”; “material privilegiado da comunicação na vida cotidiana”; “a palavra é ponte lançada entre mim e os outros”. Por isso, segundo o pensamento bakhtiniano, a palavra tem a capacidade de significar em diversos contextos sociohistoricamente situados. Essa condição é realizada em função de algumas propriedades identificadas por esses teóricos, tais como:

- Pureza semiótica – palavra compreendida como signo ideológico que parte do sentido expresso no dicionário e por sua significação ser marcada por alguma regularidade e depois expandir para inúmeras significações;
- Neutralidade ideológica – dependendo da situação discursiva ocupa dada formação ideológica;
- Interiorização – palavra mediadora entre o sujeito (consciência interna) e a realidade (mundo), a partir confronto entre a palavra interiorizada e outras externalizadas;
- Participação em atos conscientes – capacidade de funcionamento da palavra por meio da compreensão (interno) e da interpretação do mundo pelo sujeito (externo).

De fato não é possível considerar a língua como um depósito de signos com suas propriedades exclusivamente gramaticais, um repositório de regras não garante o sucesso do jogo, o uso cotidiano da língua transcende a forma, o estático e somente se consolida no discurso, materialização da linguagem e ideologia. Para Bakhtin e Volochínov (2012[1929], p.46):

O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade. A memória da história da humanidade está cheia destes signos ideológicos defuntos, incapazes de constituir uma arena para o confronto dos valores sociais vivos. (Bakhtin e Volochínov 2012[1929], p.46)

3. Análise do Corpus

Essas considerações teóricas sobre a palavra associada à língua e linguagem formam o arcabouço teórico que norteou a análise do corpus a seguir, utilizados por permitir de modo atual, não formal e lúdico os conceitos e características das palavras para a Teoria Dialógica da Linguagem.

O termo grego *Meme*² significa imitação. E *Meme* de Internet é uma expressão utilizada para identificar uma ideia ou conceito que se difundiu por meio da web rapidamente. Frase, imagem, vídeo, música, entre outros, podem ser *Memes da Internet*, por espalhar-se rapidamente em diversas fontes de informação. Resumidamente *Meme* é tudo aquilo que é imitado e que se espalha com rapidez entre as pessoas, como a Internet tem a capacidade de atingir um número muito significativo de usuários em poucos segundos, diz-se que os *Memes* de Internet são virais.

Neste texto iremos explorar o *Meme* “Bode Gaiato” criado em janeiro de 2013, por Breno de Melo, estudante de engenharia de 19 anos, pernambucano, que numa brincadeira de férias resolve criar uma página no *Facebook* com imagens de situações tipicamente nordestinas, figuradas por personagens humanas com cabeças de bode. O que não se previa era a absurda adesão dos internautas a uma imagem simples, tosca, frases reduzidas, que rapidamente provocou o resgate do discurso e da cultura nordestina

² O conceito de “*Meme*” foi criado por Richard Dawkins, (zoólogo e escritor) em 1976, e para ele o *Meme* é uma unidade de informação com capacidade de se multiplicar, através das ideias e informações que se propagam de indivíduo para indivíduo. Os *Memes* constituem um vasto campo de estudo da Memética.

viva, arquivada na memória, não só dos nordestinos, mas de todos que já viveram algumas das situações ali apresentadas. Hoje são 3.582.053 pessoas que já visitaram a página e 935.781 pessoas que comentaram sobre o assunto.

O humor é representado por Junin, o bode que vive situações recorrentes a vida de uma criança como: a repreensão da mãe (dona Zefinha), uma brincadeira de rua, uma situação na escola, a preguiça, a relação de Junin com o irmão mais velho Ciço, o pai Biu e outras que contam a história do povo do nordeste, com humor, respeito e criatividade. O autor recebe diariamente inúmeras sugestões do público em geral para compor novos textos, inclusive contemporâneos a situações diversas do cotidiano, como notícias e datas comemorativas por exemplo.

Importante destacar que, como elemento também característico da linguagem utilizada no Nordeste apresentada no Meme, há predominância da variedade não padrão que transcreve a fala e contribui com a caracterização das situações cotidianas, quanto à linguagem adotada pelo autor do “Bode Gaiato” o Prof. Antônio Carlos Xavier, da Universidade Federal de Pernambuco, em entrevista ao Jornal Diário de Pernambuco (2013) afirma: “Não condeno o modo como se escreve. Quanto mais diversidade linguística, mais possibilidade de conhecerem as gerações de sua língua”. Como exemplo da linguagem utilizada no nordeste, veja o quadro a seguir:

Figura 1



Disponível em: <https://www.facebook.com/ObodeGaiato>

Conforme se vê, o Meme do “Bode Gaiato” destaca-se no que se refere à alusão da linguagem nordestina. Não é comum o humor e o riso serem provocados por situações em que o rompimento da coerência valoriza o contexto, a linguagem e a história dos sujeitos, o mais comum em textos humorísticos é provocar riso sem preocupar-se com o respeito aos valores humanos e a diversidade cultural. O discurso aqui reproduzido é representado por animais “humanizados”, variedade não padrão, cultura

equivocadamente identificada como de menor prestígio e ainda assim, tem aceitação absoluta dos leitores, porque estes se identificam com os discursos que são enunciados.

A partir do arcabouço teórico postulado pela teoria bakhtiniana sobre o funcionamento da palavra, exploraremos a palavra “*ARMARIA*” recorrente nas tiras do Bode Gaiato.

Para melhor ilustrar as propriedades da palavra esclarecemos que apesar de pormenorizar cada uma delas, ressaltamos que são completamente ligadas para garantir a significação do discurso.

A pureza semiótica, caracterizada pela relativa estabilidade de significação da palavra “*Armaria*”, pode ser observada a partir dos sentidos expressos nos dicionários e da expansão deste sentido em diferentes contextos como descrevemos a seguir:

Armaria é a forma reduzida da expressão Ave Maria, os dicionários informam que Ave vem do Latim, onde era muito usada para saldar o imperador romano e nesse contexto corresponde a salve, bendito.

Na Bíblia a palavra “*Ave*” aparece num diálogo que está no início do evangelho de Lucas (1,26) o anjo diz “*haire*”, em grego, língua popular na época, então, nesse contexto “*haire*” traduz-se “*Ave*” e significa salve, alegre-te! Sabe-se inclusive que algumas línguas, a exemplo do francês, preferiram a tradução literal e ainda hoje empregam “*Alegre-te Maria, o Senhor é contigo*”.

Ave Maria, atualmente é utilizada como interjeição rápida e, porque é grande para esse efeito, usa-se contraída para “*Armaria*” que equivale a Vixe Maria! Aff Maria! Todas essas expressões características da linguagem nordestina.

No corpus em análise esta expressão, reduzida a uma palavra escrita em variedade não padrão e acompanhada de “*Nam*” que equivale a “*Não*”, para intensificar a admiração seguida de negação, geralmente no final do quadrinho, é recorrente e coloca sempre o sujeito enunciador de “*Armaria Nam*” num lugar de subordinação e às vezes intolerância de acordo com o contexto em que é reproduzido.

O fato é que a palavra “*Armaria*” em sua significação no ato concreto de enunciação reflete e refrata não apenas um sinal, mas um signo ideológico que atualmente, por si só, representa o discurso do *Meme Bode Gaiato*, em qualquer contexto.

Como afirma, Bakhtin/Volochínov (2012[1929], p.34):

Compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos; em outros termos, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos. E essa cadeia de criatividade e de compreensão ideológicas, deslocando-se de signo em signo para um novo signo, é única e contínua: de um elo de natureza semiótica (e, portanto, também de natureza material) passamos sem interrupção para um outro elo de natureza estritamente idêntica. Em nenhum ponto a cadeia se quebra, em nenhum ponto ela penetra a existência interior, de natureza não material e não corporificada em signos. (Bakhtin/Volochínov 2012[1929], p.34)

Sendo assim, conforme imagens abaixo, podemos ver na primeira o quadro comum que encerra muitas tiras do *Bode Gaiato*; na segunda imagem o cenário e a expressão “*Armaria nam*” que intertextualmente nos remete a situação de admiração e negação recorrente no *Meme* só que neste,

satiriza a situação do político brasileiro José Dirceu que foi condenado por corrupção, preso em regime semiaberto e envia ao presidente do Supremo Tribunal documentos que comprovam a sua contratação como gerente administrativo de um hotel em Brasília. A terceira imagem apresenta um quadro do desenho animado “The Simpsons” que é uma paródia do estilo de vida da classe média dos Estados Unidos e neste quadro reproduz o discurso do Bode Gaiato.

Figura 2



Disponível em: <https://www.facebook.com/ObodeGaiato>

Figura 3



Disponível em: <http://geradormemes.com/meme/p0170r>

Figura 4



Disponível em: <http://www.orapiulas.com>

A neutralidade ideológica – esta propriedade confere à palavra a mobilidade de significar variavelmente, de acordo com o contexto, porque a neutralidade compreendida por Bakhtin possibilita que a palavra adquira diferentes funções ideológicas de acordo com a situação real de comunicação. No momento em que sujeitos sociais em condições reais de produção constroem diferentes significados, consideramos que novas significações ideológicas são enunciadas.

Ilustramos a neutralidade ideológica da palavra “Armaria” no contexto de dois quadros seguintes: no primeiro a palavra em análise ocorre para demonstrar nítido espanto diante da divulgação de um cartaz intitulado “mega oferta” que mostra o valor de um Iphone 5 e em fonte menor apresenta que o que parecia o valor total do aparelho é na verdade, o valor da parcela que multiplicado por cinquenta vezes corresponde ao valor do objeto. Neste caso a palavra “Armaria” adquire uma unidade de significação

contextualmente diferente, a palavra aqui denota insatisfação e intolerância em relação ao abuso do valor do produto divulgado.

Figura 5



Disponível em: <https://www.facebook.com/ObodeGaiato>

Segundo Fernanda Guerra, no *Jornal Diário de Pernambuco* (2013), a tira seguinte foi campeã em acessos. Foram 1.000.000 de compartilhamento da imagem na página do *Facebook*. Nela, se vê no discurso de Zefinha, ao afirmar “Que dirimantelo é esse Júnio? Essas caça réa lá em baixo mostrando a cueca feito malandro” que este representa uma posição ideológica ocupada pelo discurso de uma mãe que, deste lugar, orienta que o filho não mostre a cueca como malandro, mas que se componha “pareceno um rapaizin”. A ideologia materializada no discurso da mãe de Junin se inscreve, numa formação ideológica em que o modo como se veste é determinante no conceito de malandro ou rapazinho. E no discurso de Júnio a expressão “armaria mainha”, introduz a contra argumentação em que ele argumenta estar na moda.

Figura 6



Disponível em: <https://www.facebook.com/ObodeGaiato>

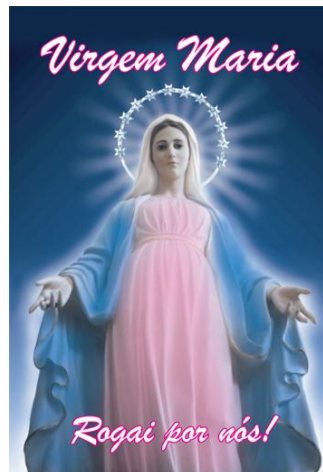
A **Interiorização** se dá na interação entre o signo internamente concebido e a circulação externa até que se produzam novos significados e esses ampliem o sentido das palavras.

No caso da palavra “Armaria” construída a partir da contração de Ave Maria, certamente acionamos como signo interno os significados que circulam internamente como: Ave Maria ou Virgem Maria no sentido religioso.

Figura 7



Figura 8



<http://www.orizamartins.com/prece-ave-maria.html>
<http://www.dominarte.com.br/postal/postalcatequese-virgem-maria/>

Ou ainda recorremos a outras expressões interjetivas como Vixe Maria, Aff Maria! Oxente! Ou outras.

Figura 9



<http://recadosdofacebook.com/vixe-maria>

Depois um novo signo ganha existência, a partir do contato entre esses conhecimentos internos com outros externos como a palavra “Armaria” no Meme Bode Gaiato:

Figura 10



Disponível em: <https://www.facebook.com/ObodeGaiato>

E por último a **Participação em Atos Conscientes** – também compreendido como presença obrigatória que corresponde à possibilidade de funcionamento e compreensão da palavra a partir de processos internos e externos em diversas formações ideológicas.

O signo ideológico construído pelo mundo interior não é igual ao original, ele é dinâmico e por isso reflete e refrata outros signos que representam sempre novos discursos em novos contextos de produção de enunciados concretos. Isso indica que conforme veremos nos quadros seguintes a palavra “Armaria” adquire novas significações ideológicas, produzidas em novos contextos.

Figura 11



Disponível em:

<https://www.facebook.com/ObodeGaiato>

Figura 12



Disponível em:

<https://www.facebook.com/ObodeGaiato>

Para Bakhtin a palavra será sempre signo ideológico e tudo que é ideológico é um signo. Continuamente, em outros tempos e espaços de interação verbal novas palavras/discursos serão criadas e recriadas, contextualmente, para dar sentido a novas significações e outros gêneros textuais também serão necessários à comunicação em novos contextos.

Conforme expresso em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin e Volochínov (2012[1929], p.32)

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico. (Bakhtin e Volochínov 2012[1929], p.32)

É esse valor de signo ideológico que reflete e refrata a realidade que atribuímos à palavra “Armária” inicialmente inserida no discurso do *Meme* “Bode Gaiato” e contextualmente reproduzida, exaustivamente, em inúmeras outras situações, como por exemplo, quando uma onda de manifestações tomou o Brasil gerando um movimento conhecido como O gigante acordou¹, os protestos tiveram início em São Paulo, motivados pelo aumento do bilhete de passagem de transporte urbano e rapidamente, convocações para um movimento pacífico, circulava pelas redes sociais e por motivos como corrupção, desperdício de recurso público, maior investimento em saúde, construção de estádios com investimentos gigantescos, politização da justiça e outros foram expressos em faixas, cartazes e gritos de ordem. Os manifestantes de todas as idades, de todas as cores e de todos os cantos do país saíram de suas casas para mudar o Brasil!

Nesta situação, em inúmeros discursos, a palavra “ARMARIA”, muitas vezes seguida do “NÃN”, intensificava a intolerância ao acúmulo de insatisfações que os brasileiros viviam num Brasil institucional, muito deferente no Brasil real.

Figura 13



Disponível em:

<https://www.facebook.com/ObodeGaiato>

Figura 14



Disponível em:

<https://www.facebook.com/ObodeGaiato>

¹ Proposta de iniciativa popular para a reforma do sistema político brasileiro.

Figura 15



Assim, como postula Bakhtin e Volochínov (2012[1929], p.41):

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (Bakhtin e Volochínov 2012[1929], p.41):

Em *Estética da Criação verbal*, o teórico russo Mikhail Bakhtin (2011[1951-1953]), explica que os sentidos lexicais da palavra garantem a sua identidade e compreensão por todos os usuários, mas é na comunicação discursiva que é individual e contextual que a palavra existe, enquanto neutra, porque não pertence a ninguém; alheia, porque traduz “ecos” de outros discursos e minha, porque é utilizada pelo falante em certo contexto e com intenção determinada. O que metaforicamente poderia estar representada conforme imagens a seguir:

Palavra neutra: neste cartaz tem-se a palavra em seu sentido neutro, o conceito dicionarizado que pode ser rompido por qualquer novo significado contextual. A intencionalidade e a situacionalidade comunicativa atribuem significação ao termo anteriormente neutro.

Figura 16



<http://www.nacaonordestina.org/category/galeria/curso-de-nordestines>

Palavra alheia: A palavra que aparece em outras vozes que não a sua de origem para atribuir mesmos ou outros significados. Novos e alheios contextos de uso.

Figura 17



Figura 18



<http://pi.bomnegocio.com/regiao-de-teresina-e-parnaiba/roupas-e-calcados/camiseta-armaria-nam>

Palavra minha: a metáfora do autor que reconhece seu discurso/palavra de uso.

Figura 19



<http://bodegiat.blogspot.com.br/2013/04/tem-camiseta-nova-do-bode-o-pa-cumprar.html>

4. Considerações Finais

Nesta análise pode-se concluir que as propriedades das palavras podem ser compreendidas e relacionadas também em nível de discurso. Isso equivale a dizer que para os estudos bakhtinianos a palavra é concebida como signo ideológico a partir de sua contextualização histórico-social em situações concretas de enunciação. Portanto, compreendê-la como elemento isolado não está de acordo com a perspectiva de linguagem aqui defendida.

Apresentar o entendimento do que é a palavra a partir dos conhecimentos postulados aqui não exaure o legado desses autores, nem se fecha o ciclo dessas discussões como suficientes para quem estuda língua (gem), objetiva-se apenas sistematizar as reflexões ocorridas a partir das leituras, margeando um (re) pensar dos pensamentos linguísticos na contemporaneidade. Essa proposta investigativa não se finda; todavia, faz-se contínua por considerar o movimento espiralado e progressivo dos estudos sobre linguagem que assim como a palavra podem ser “alheias”, “minhas” e “nossas”.

Referências bibliográficas

- ADAMI, Ana 2013. **O que são Memes?** Disponível em: <http://www.infoescola.com/comunicacao/memes/>. Acessado em 12/03/2013
- BAGNO. Marcos. **Sobre Peixes e Linguagem**. In: ANTUNES Irandé. Aula de português – encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, V.N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud; Yara Vieira. São Paulo: Hucitec, 2012 [1929].
- _____, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução a partir do francês de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2011[1951-1953].

- _____, Mikhail. **Problemas da poética em Dostoievski**, Rio de Janeiro: Forense, 2010 [1963].
- BODE, Gaiato. Disponível em: <https://www.facebook.com/ObodeGaiato>. Acesso em 01/03/2014
- BRAIT, Beth. (org.). . **Bakhtin: dialogismo e polifonia**. São Paulo: Contexto, 2012a
- _____. (org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2012b
- _____. (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2012c
- CEREJA, W. **Significação e Tema**. In: BRAIT, B (org.) Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, pp. 201-220, 2005
- COX, Maria Inês P.. **Quem tem medo de sacrificar o latim?**In: BARROS, S. M.; ASSIS-PETERSON, A. A. (org.). Formação crítica de professores de línguas: desejos e possibilidades. São Carlos: Pedro & João. p. 177-183, 2010
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, p. 636, 2004
- LARSEN-FREEMAN, D. Chaos/complexity science and second language acquisition. Applied Linguistics. Oxford: Oxford University Press, v. 2, n. 18, 1997
- MAIA, Laís Farias. **Bode gaiato o fenômeno do facebook**. Disponível em: <http://www.opiniaocritica.com.br>. Acesso em 06/2013.
- MARKMAN, Luna, **Bode Gaiato faz sucesso na web**. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viverinternas_viver,437697/ Acesso em 15/05/2013.
- O bode gaiato ganhou o mundo**. Disponível em: <http://papjerimum.blogspot.com.br/2013/07/o-bode-gaiato-crou-asas-e-ganhou-o.html>. Acessado em 01/03/2014
- O significado do termo Meme**. Disponível em: <http://www.significados.com.br/meme/>. Acessado em 13/03/2014
- SAUSSURE, Ferdinand de,. **Curso de Linguística Geral**, 27ª ed., São Paulo, Editora Cultrix, 2006
- SMOSINSKI, Smosinski. 2013 **As pessoas se identificam com as histórias de escolas diz bode gaiato**. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias> Acesso em 12/12/2013.
- STELLA, Paulo Rogério. **Palavra**. In: BRAIT, B. (org). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, pp. 177-19, 2005.

ABSTRACT: From what is comprehended as word, in the Dialogic Language Studies – based on the bakhtinian studies, considering the importance of the connection to an specific conception of tongue and language, this study aims at analyzing the proprieties of words in the discourse construction, as from “ARMARIA”, a recurring word in an internet meme named “Bode Gaiato”, published in a Facebook page. In this context, it is considered that the meanings do not exist isolatedly, apart from the ideological positions which set the socio-historical process in which words/discourses are enounced. In the living and changeable language world, the linguistic consciousness is not based on an abstract system of forms, hence words not be characterized only as part of a lexical system, a dictionary element, but as discourse, whereas it is provided with content and ideological meaning, resulting in the composition of a linguistic consciousness constructed by language in a set of countless contexts of production.

KEY WORDS: Word; Discourse; Concret Utterance; Dialogic Studies; Language.

A LEITURA NOS GÊNEROS DA ESFERA LITERÁRIA EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: FORMAÇÃO PARA O LETRAMENTO CRÍTICO?

Rosenil Gonçalves dos Reis e SILVA (MeEL/UFMT)¹
rosenilreis@gmail.com

Simone de Jesus PADILHA (MeEL/UFMT)²
simonejp1@gmail.com

Resumo: O principal objetivo deste trabalho é discutir a formação de leitores a partir das atividades de leitura em livros didáticos do Ensino Fundamental, nos gêneros da esfera literária, numa perspectiva de letramento crítico. Para tanto, selecionamos um material de língua portuguesa, aprovado pelo Programa Nacional do Livro Didático de 2014, adotado por uma das maiores escolas da rede pública, em número de alunos matriculados. Tendo em vista que a estrutura e as atividades de todas as unidades seguem um mesmo “script”, apresentamos, neste estudo, uma atividade prototípica do volume do 6º ano, concentrando-nos nas seções que abordam a leitura, objeto de nossa pesquisa do projeto de mestrado, buscando responder às seguintes questões: Que capacidades de leitura são mobilizadas nessas atividades? De que forma elas contribuiriam para uma compreensão ativa e responsiva do aluno? De que maneira a literatura contribui para uma leitura crítica e questionadora? Para dar sustentação às nossas análises, embasamos nossos estudos investigativos à luz dos pressupostos teóricos e metodológicos, ancorados na teoria enunciativo-discursiva, desenvolvida por BAKHTIN/VOLOCHINOV, que afirmam que a linguagem só ocorre em situações reais de interação, envolvendo interlocutor(es) capaz(es) de produzir(em) enunciados e sentidos sócio-historicamente constituídos. Nossas reflexões aliam-se também em torno de pressupostos da chamada Pedagogia Crítica, em que o sujeito não apenas desvela o discurso, mas se posiciona para uma transformação social, além de outros autores da esfera literária, como CANDIDO (2009) que vê a literatura no mesmo nível das necessidades básicas do ser humano.

Palavras-chave: Leitura e Letramento Crítico; Atividade de leitura; Livro Didático.

1. INTRODUÇÃO

Recentemente, têm sido observadas, em trabalhos nas áreas de linguística aplicada e em educação, críticas diversas ao livro didático. Podemos depreender que, na maioria das vezes, ainda é o único material que o professor dispõe para trabalhar conteúdos, que se apresentam prontos. Com o passar do tempo, o livro didático adquiriu lugar de destaque e um dos principais fatores que influenciam o fazer pedagógico, determinando sua finalidade, definindo o currículo, cristalizando abordagens metodológicas, enfim, organizando o cotidiano da sala de aula.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem -MeEL/Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT-Brasil, e-mail: rosenilreis@gmail.com

² Professora Drª do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem - MeEL/Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT-Brasil, e-mail: simonejp1@gmail.com

Assim, buscamos observar como é desenvolvido o trabalho nas atividades de leitura, na tentativa de responder: que capacidades leitoras são mobilizadas nas atividades de leitura nos gêneros da esfera literária? De que forma as atividades de leitura contribuiriam para uma compreensão ativa e responsiva do aluno, a ponto de levá-lo a uma produção autônoma de seus textos e/ou discursos para atuar em uma sociedade cada vez mais exigente? Ressaltamos que a presente pesquisa faz parte do projeto de mestrado, e que surgiu a partir das reflexões sobre os resultados de exames SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), Prova Brasil, PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) os quais têm revelado os níveis baixíssimos no que trata da compreensão de leitura dos estudantes brasileiros. Um dos objetivos principais foi verificar como são apresentadas as atividades de leitura proposto por um material didático. Se as atividades mobilizam as capacidades de compreensão, de antecipação de conteúdos, se estabelece relações com situações que ocorrem no contexto social, e se elas estimulam o questionamento dos alunos em relação aquilo que lê.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Para este estudo, mobilizamos as contribuições de Bakhtin, a respeito da interação verbal e o dialogismo. Pois, nessa vertente teórica, a prática da linguagem contribui para a constituição dos sujeitos, na construção do conhecimento da linguagem e para uma compreensão ativa. Segundo Bakhtin (1989), todas as nossas práticas sociais envolvem de alguma forma o uso da linguagem.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 1989[2006]), p.117).

Podemos depreender com relação às atividades de leitura, objeto deste estudo, que estas promovem o processo de interação entre os alunos, desde que trabalhadas sob a perspectiva do desenvolvimento das capacidades leitoras, pois de algum modo a linguagem está envolvida nesse processo de interação e constituição dos sentidos.

Para Bakhtin (1989), a língua não se apresenta pronta, acabada, de forma sistematizada, pois é constituída durante o processo discursivo dentro de uma determinada esfera social. Assim, os sentidos são construídos durante a interação discursiva, portanto, durante o processo de leitura.

2.1 Interação verbal e o dialogismo

Com Bakhtin, percebemos que os sujeitos são inconclusos e que, por natureza, buscam constituir-se com o outro num processo contínuo e dinâmico permeados pela linguagem. Desse modo, vale ressaltar um dos aspectos mais importantes da teoria bakhtiniana, a relação dialógica que se dá, nesse processo. A

construção da de interação verbal durante os atos enunciativos, portanto, o dialogismo, que se confirma, e que só existe entre sujeitos históricos e sociais, pois são estes que participam ativa e responsivamente na história e num espaço. Ancoramo-nos também em outros aportes teóricos para nos ajudar a compreender não somente o fenômeno de interação, da linguagem numa abordagem enunciativo-discursiva, mas também a do ensino de leitura na perspectiva do letramento crítico. Nesse sentido, fizemos uma análise dos dados encontrados, na tentativa de responder se de fato eles contribuem para o letramento crítico literário.

Assim, convocamos alguns, de forma resumida, por tratar-se de uma pequena amostragem de nosso projeto de pesquisa. Em nossa opinião, não há dúvida de que a aprendizagem humana é de natureza social construída nas interações com o meio. Assim, adotamos as contribuições de Vygotsky (1998) citado por Luria (1976) ao dizer que [...] todas as atividades cognitivas básicas do indivíduo ocorrem de acordo com sua história social e acabam se constituindo no produto do desenvolvimento histórico-social de sua comunidade.

Nesse sentido, os conceitos das teorias de Vygotsky tem contribuído para compreender e explicar o desenvolvimento cognitivo do ser humano no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, não poderíamos deixar de recorrer a seus pressupostos para tentativa explicar como ocorre a aprendizagem de leitura, mediante os processos de interação. Assim, é necessário compreendermos um dos princípios fundamentais de sua teoria denominada "zona de desenvolvimento próximo" que representa a diferença entre a capacidade da criança de resolver problemas por si própria e a capacidade de resolvê-los com ajuda de alguém.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa é de natureza qualitativa e documental. Para a realização deste estudo, escolhemos uma coleção de Língua Portuguesa, do Ensino Fundamental, das autoras Rosemeire Alves e Tatiane Brugnerotto, da editora FTD, aprovada pelo PNLD de 2014, adotada para o ano letivo de 2014 por uma das maiores escolas públicas de Cuiabá-MT, com um total de 2300 alunos matriculados. Para compor o *corpus* desta análise, selecionamos apenas o volume do 6º ano para que pudéssemos ter uma visão do tratamento dado a essas atividades.

4 LEVANTAMENTO DOS DADOS E AVALIAÇÃO DO MATERIAL

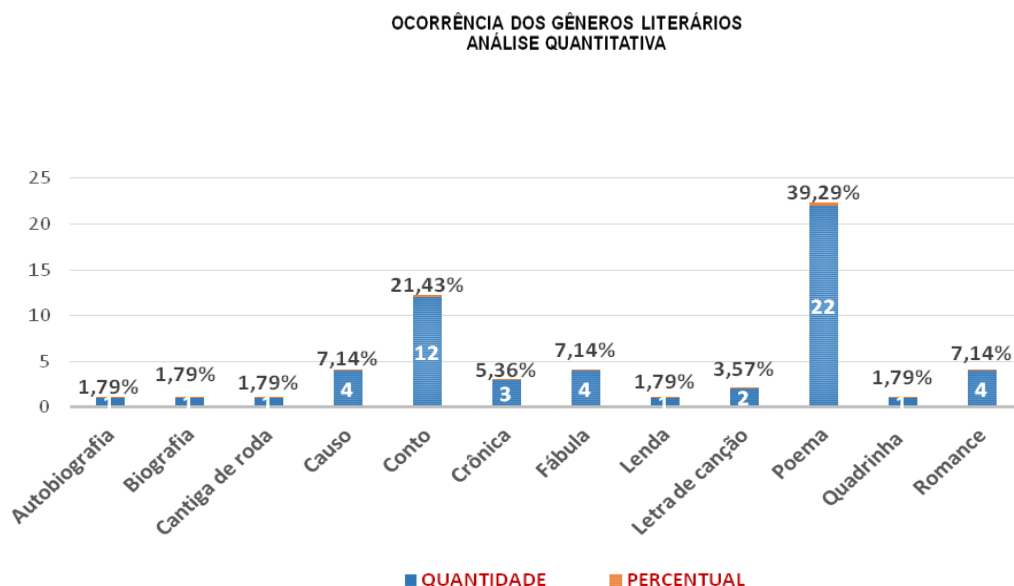
4.1 Descrição da coleção

A estrutura dos volumes é igual em toda a coleção: seis unidades, cada uma com dois capítulos constituídos, sendo que cada um dos capítulos apresenta "Leitura 1" e "Leitura 2". As seções estão assim organizadas: "Estudo do texto", que se subdivide em "Conversando sobre o texto", "Escrevendo sobre o

texto”, “Discutindo ideias, construindo valores” e “Explorando a linguagem”. “Interação entre os textos” e “Ampliando a linguagem” a qual traz informações complementares, exemplos e questões sobre o assunto abordado e pode apresentar uma subseção intitulada “Praticando”. Vale dizer que as subseções “Interação entre textos” e “Ampliando a linguagem” não aparecem em todas as unidades das coleções. Ressaltamos ainda que o foco de nossas análises é a seção *Estudo do texto*. Contudo, queremos destacar as seções seguintes contempladas no material: “A língua em estudo”, “Produção oral” e “Produção escrita”. O gráfico a seguir refere-se ao levantamento quantitativo do total de ocorrências dos gêneros da esfera literária e das ocorrências em leitura.

Gráfico 1

6º ANO



Fonte: elaboração própria

Dados:

Quantidade de ocorrências: 56

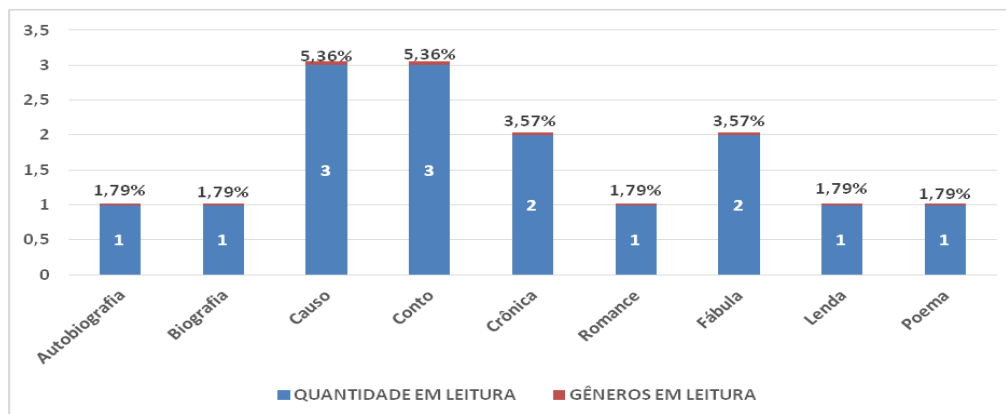
Quantidade de gêneros: 12

Conforme podemos observar, o total de ocorrências dos gêneros da esfera literária presente no volume do 6º ano é de 56 distribuídas em 12 gêneros. Desse total apenas 15 tratam da leitura. Esses dados nos levam a refletir acerca não somente das ocorrências com gêneros literários, mas também em relação à quantidade dos que trabalham da leitura, como podemos evidenciar no gráfico abaixo.

Gráfico 2

6º ANO

OCORRÊNCIAS EM LEITURA NOS GÊNEROS DA ESFERA LITERÁRIA



Fonte: elaboração própria
 Ocorrências em leitura: 15
 Gêneros em leitura: 09

O gráfico acima revela a quantidade exata dos gêneros em leitura. Tomemos o gênero “Poema” como exemplo. Das 22 ocorrências apenas 01 aborda a leitura. Consideramos essa quantidade ínfima para a formação crítica do leitor literário. Partindo da afirmação de Cândido (2009), a literatura desempenha uma função social, pois utiliza a linguagem como meio específico de comunicação e a linguagem é criação social. Ressalta ainda, que o conteúdo social das obras em si próprias e a influência que a literatura exerce no leitor fazem dela um instrumento poderoso de mobilização social. Além disso, a leitura é fundamental no desenvolvimento de capacidades leitoras a ponto de levar o leitor perceber as relações de poder que existem na linguagem, assim como os discursos e as ideologias imbricadas nas relações humanas.

4.2. Análise qualitativa do volume do 6º ano

Para analisarmos as capacidades leitoras, selecionamos para este recorte uma das atividades de leitura do gênero *Conto* intitulado *Umamenina chamada Chapeuzinho Azul*, de Flávio de Souza, localizado na unidade 2, no capítulo 1, proposto como leitura 1, p. 52. Entretanto, a atividade abaixo está localizada na subseção *Escrevendo sobre o texto*, na página 55, que faz da seção *Estudo do texto*, objeto de nossas análises.

- 5 Os fatos de uma história acontecem em determinado tempo e lugar. O **tempo** refere-se à época ou duração da história, e o **lugar** diz respeito ao espaço em que os fatos se desenvolvem.
- Com base no texto lido, é possível afirmar que a história de Chapeuzinho Azul ocorre ao mesmo tempo em que acontecem os fatos da versão original de "Chapeuzinho Vermelho"? Identifique qual parágrafo do texto justifica sua resposta.
 - Tanto o tempo quanto o espaço são elementos apresentados de forma indefinida no conto. Por que isso acontece nos contos maravilhosos?
- 6 Observe a capa da revista Magali ao lado. Nela há também uma paródia. O autor Maurício de Sousa alterou a versão original do texto, substituindo a Chapeuzinho Vermelho pela personagem Magali.
- Que mudança nos acontecimentos da história "Chapeuzinho Vermelho" é possível notar nessa paródia?
 - A personagem Magali pode ser comparada a qual personagem da história da Chapeuzinho Azul?



Para responder as perguntas iniciais desta pesquisa, selecionamos a atividade acima, com o objetivo de verificar que capacidades leitoras são mobilizadas nessas atividades. Para tanto, identificamos a *capacidade de comparação de informações* presente na questão "b". Tal capacidade é considerada por Rojo (2009), a mais comum, a mais simples de todas, pois revela o modelo sistêmico tradicional de ensino.

Nesse processo de comparação, em nosso ponto de vista, o aluno é levado a contrapor determinados elementos linguísticos a ponto de levá-lo a uma distinção entre um fenômeno e outro. Percebemos também a presença da *capacidade de relações intertextuais*, através do diálogo entre os dois textos, a *capa da revista Magali*, com o texto *Chapeuzinho Azul*, que por sua vez dialoga com o texto original *Chapeuzinho Vermelho*. Além da *capacidade de inferência global* que está sendo mobilizada na questão "a".

Entretanto, vale ressaltar que o aluno só terá condições de compreender tais relações se articular a outros conhecimentos como a leitura de mundo, por exemplo, presente na *capacidade de ativação de conhecimento prévios*. Sem estes dificilmente conseguirá perceber a conversa estabelecida entre os dois textos. Desse modo, a compreensão intertextual está condicionada à capacidade de *conhecimentos prévios*. Em outras palavras, o aluno precisa perceber a dialética que se dá entre esses textos para compreender a constituição e a dinâmica da linguagem, pois, segundo Bakhtin (1979[1997]).

O próprio locutor como tal é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência dos enunciados anteriores emanantes dele mesmo ou do outro. (BAKHTIN 1979[1997] p. 292).

Esse pequeno fragmento leva-nos a refletir sobre a essência da linguagem, o diálogo, pois segundo a teoria bakhtiniana, os enunciados sempre vão responder a outros enunciados no elo da comunicação verbal, e suscitar outros, na forma mais simples da comunicação discursiva, caracterizando o que o autor denomina de dialogismo.

Tanto a análise quantitativa quanto qualitativa fez-nos refletir sobre o lugar que a literatura ocupa na sala de aula, principalmente sua ocorrência nos materiais didáticos. Pois, o volume do 6º ano contempla um total de 423 ocorrências de gêneros, porém somente 56 são da esfera literária, ou seja, 367 são de

outras esferas como, por exemplo da esfera do entretenimento, artística, jornalística entre outros. Vale ressaltar que esse levantamento foi necessário, - justifica-se que esses dados não foram ilustrados aqui por envolver ilustração gráfica, não havendo espaço para contemplá-lo devido às regras de publicação – para que pudéssemos verificar o grau de representação do literário na formação crítica do leitor. Semelhantemente, a pesquisadora Mello (2009), constatou essa mesma realidade, assim descreveu a quase extinção da literatura

Costumo dizer aos meus colegas que nós, professores de literatura, assim como o mico-leão-dourado, somos uma espécie em extinção, com a diferença de que o simpático animalzinho mobiliza uma série de ações e entidades em torno de sua preservação. Quanto a nós, poucos se importam, alguns até gostariam que desaparecêssemos de uma vez por todas da face da terra. Exageros à parte, a verdade é que a literatura já teve um papel bem mais relevante na sociedade do que o observado atualmente. (MELLO, 2009, p.52)

Podemos deduzir, que de 2009, quando esse belíssimo texto foi escrito, até os dias de hoje, as coisas não mudaram. A literatura está sim, em extinção nas salas de aula, a chamada “boa literatura” como Mello (2009) a descreve. Então, de que forma, vamos trabalhar o ensino de leitura, numa perspectiva enunciativo-discursiva, se os materiais didáticos não contemplam atividades que mobilizam as capacidades leitoras de nossos alunos? E conseqüentemente a estratégias que possibilitam a leitura crítica e autônoma? Como podemos de fato, desenvolver o letramento crítico dos alunos? Para responder a esta pergunta, ancoramo-nos em Corti (2012) que acredita que a escola, sendo o lugar da aprendizagem, precisa considerar outras práticas letradas.

São várias as práticas de letramento nas quais os jovens se engajam todos os dias: leitura de textos religiosos, e-mails, salas de bate-papo, portais de busca, sites de relacionamento, grupos de teatro, cursos extracurriculares, entre outras. (CORTI, 2012, p 15)

Nas palavras da pesquisadora, a escola não considera outras práticas vivenciadas pelos alunos, práticas estas tidas como “invisíveis”, pois não valoriza o universo de leitura e escrita que eles já dominam. Em nossa opinião, isto sim, deveria ser valorizado pela escola, ainda que trabalhe com o ensino formal, devemos refletir que na prática social da linguagem, não é o formal que prevalece, mas, sim, a linguagem sem vigilância gramatical, vinculada a fatores culturais e ideológicos, o que faz surgir novas formas de usar a linguagem.

Semelhantemente, Pereira (2004) acredita que a linguagem verbal é o veículo mais poderoso de configuração e transmissão das ideologias sociais. Sendo assim, podemos compreender que a linguagem, nesse processo de interação, assume um lugar de constituição dos sujeitos, uma vez que a literatura também assume essa função social, ideológica e simbólica. Pois, segundo Vygotsky, é na cultura que o sujeito retira os elementos para sua constituição, sua identidade e as

formas de representação. Nesse sentido, podemos depreender que a abordagem crítica do letramento, significa perceber pela e na linguagem as suas várias fronteiras ideológicas.

Constatamos também que os recursos empregados nas atividades de leitura não favorecem a reflexão crítica dos alunos, uma vez há uma distorção do texto literário, servindo apenas como desculpa para se trabalhar aspectos puramente gramaticais. Muitos desses aspectos são trabalhados nas seções *Estudo da língua, Praticando, Refletindo e Conceituando* entre outras; ao invés de um ensino pautado numa abordagem enunciativo-discursiva. O livro didático é, sem dúvida, uma ferramenta de apoio na sala de aula, porém não pode assumir o caráter de “verdade” nas temáticas abordadas, muito menos silenciar a voz do professor. Constatamos também outro fenômeno muito comum nos materiais didáticos, a fragmentação dos textos. Das 56 ocorrências presente no volume do 6º ano totalizando 80,36%, 11 são excertos com 19,64%. O que nos faz afirmar que as capacidades leitoras mobilizadas nas atividades de leitura contribui pouco para a formação crítica do leitor literário, tampouco numa perspectiva de letramento crítico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é o lugar social em que o ensino-aprendizagem devem fazer sentido para justificar as atividades humanas. Para isso, é necessário que todos os envolvidos nesse processo tenham consciência e responsabilidade ao lidar com esses dois momentos do processo educacional. Nisso, incide responsabilidade ética, nas palavras de Freire (1998), ao saber planejar e articular os conteúdos, com coerência, pensando em todas as etapas: do processo, respeitar o saber do aluno, escolher os recursos adequados, com o foco na aprendizagem, criando as melhores estratégias, *grifo nosso*, ambiente de letramento, e outras ferramentas de ensino para que a aprendizagem faça sentido para o aluno. Para tanto, é necessário que a escolha do material seja de forma também consciente, sem se sujeitar à pressão editorial, ou ainda, por facilitar o trabalho pedagógico. Diante do exposto, ficou evidente que em relação ao ensino de leitura, o material apresenta poucas possibilidades para o desenvolvimento das capacidades leitoras, além de forte incidência para gramaticalização da noção de gêneros, e, como consequência, uma memorização para imediata aplicação, por localização e classificação de extratos textuais.

Já a literatura em relação aos gêneros de outras esferas, tem pouca representatividade no material. E em nosso ponto de vista, não pode ser estudada como um fenômeno isolado, sem o conhecimento das condições de produção e recepção em que o texto foi produzido, pelo fato de

ser um fenômeno de representação ideológica, da cultura e da história. Infelizmente, o ensino de literatura na maioria das escolas tem sido enfocada cronologicamente e, traduzida numa abordagem canônica, não levando em consideração o universo literário do aluno.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Trad. PEREIRA, M.E.G.G. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1979]
- BAKHTIN, Mikhail./VOLOCHINOV, Valenti Nikolaiévitch. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2006(1ª edição, 1929)
- CÂNDIDO, Antônio. **O direito à literatura**. In: Vários escritos. 4ª. ed. reorganizada pelo autor. São Paulo: Duas Cidades / Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. p.169-191.
- CORTI, Ana Paula. **Letramentos no Ensino Médio**. Editora: Parábola Editorial, 2012.
- Mello, Franceli Aparecida da Silva. Polifonia Cuiabá EDUFMT Nº 18 P. 51-63 2009 ISSN 0104-687
- PEREIRA. I.S.P. 2008. **Para a caracterização do contexto de ensino-aprendizagem da Literacia no 1º ciclo de escolaridade**. Das competências dos alunos às concepções e práticas dos professores. Dissertação de Doutorado apresentado à Universidade de Moinho.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam** – 44º ed. São Paulo, Cortez, 2003.
- _____. **Pedagogia da Autonomia**. Ano da Digitalização: 2002 [1996].
- _____ (1998) **Parâmetros Curriculares Nacionais** - terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental - Língua Portuguesa. Brasília: SEF/MEC.
- ROJO, R.H.R. **Letramento e capacidades de leitura para a cidadania**. 2004. disponível em http://suzireis.bravehost.com/posgraduacao/artigos/roxane_rojo.pdf.
- _____ (2009) **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

Abstract: *The aim of this paper is to discuss the formation of readers from reading activities in textbooks for Elementary School, in the genres of literary sphere, in a critical literacy perspective. Therefore, we selected a Portuguese-language material, approved by the National Textbook Program 2014, adopted by one of the largest public schools in student enrollment. Considering that the structure and activities of all units follow the same script, we present in this study, a prototypical activity of the 6th grade volume, focusing on the sections that cover reading, object of our project research of the Graduate Master's program, seeking to answer the following questions: What reading skills are mobilized in these activities? How they contribute to an active and responsive student understanding? How literature contributes to a critical reading and questioning? In order to give support to our analysis, we base our investigative studies on theoretical and methodological assumptions, anchored in enunciative-discursive theory, developed by Bakhtin/Voloshinov, claiming that language only occurs in real situations of interaction involving interlocutor (s) able (s) to produce statements and senses socio-historically constituted. Our reflections also are allied around assumptions of Critical Pedagogy, in which the subject not only unveils the speech, but stands for a social transformation, and other authors of literary sphere, as CANDIDO (2009) who sees literature on the same level of basic human needs.*

Keywords: *Critical Reading and Literacy; Reading activity; Textbook.*

Discurso e Prática Social na Idade Média

Selene Candian dos SANTOS (USP)
selene.santos@usp.br

Resumo: No âmbito do estudo de textos medievais, existe uma perspectiva de estudos que tem estabelecido a relevância da linguagem nas práticas sociais no medievo através da investigação acerca de teorias e práticas retóricas desenvolvidas ao longo desse período. Nesse contexto pós-clássico e cristão, a retórica greco-latina foi recepcionada e reformulada enquanto um conjunto de preceitos de composição textual. Um dos conceitos estruturais para a retórica clássica e medieval é o conceito de gênero, o qual também é uma categoria de análise para a Teoria Social do Discurso, desenvolvida por Norman Fairclough em *Analysing discourse: textual analysis for social research* (2003). Como a Teoria Social do Discurso constitui um modelo teórico-metodológico que visa contribuir para as ciências sociais no que diz respeito à análise textual, o estudo de textos medievais com base em ao menos algumas das categorias de análise propostas por Fairclough, como a estrutura genérica, pode levar a discussões mais fundamentadas sobre o uso da linguagem como prática social historicamente situada.

Palavras-chave: retórica medieval; Análise de Discurso Crítica; Teoria Social do Discurso; análise textual; estrutura genérica.

1. Introdução

O surgimento de algumas correntes de pensamento contemporâneas como o pós-modernismo engendrou reflexões sobre a relevância da linguagem nas práticas sociais durante o período que convencionamos chamar Idade Média, especialmente por meio da investigação acerca de teorias e práticas retóricas recepcionadas e formuladas ao longo desse período. Em nosso artigo, propomos que essas reflexões históricas podem beneficiar-se com um contato interdisciplinar com a Análise de Discurso Crítica (ADC) e, em particular, a Teoria Social do Discurso, principalmente no que diz respeito ao uso de enquadres teórico-metodológicos para a análise textual. Neste artigo, trataremos especificamente de uma categoria de análise da ADC que pode ser utilizada em textos medievais: a estrutura genérica.

2. Retórica na Idade Média

Segundo John O. Ward e Virginia Cox (2006), até meados do século XX, aparentemente havia uma presunção geral de que a retórica fosse algo estranho ao medievo, possivelmente por esse ser um período orientado por e para verdades teológicas, e de que um legado clássico nesse sentido fosse demasiadamente fragmentário no período e só tivesse sido retomado no chamado Renascimento italiano – presunção a qual parece ser evidenciada pela inexpressividade do tema em publicações até então na área de História Medieval. Contudo, nas últimas décadas, reflexões sobre a contraposição entre narrativa histórica e a representatividade do discurso e um novo olhar lançado sobre manuscritos medievais tendo em mente suas possíveis relações com teorias e práticas retóricas têm possibilitado que uma nova perspectiva de estudos seja desenvolvida, a qual enfatiza a centralidade da linguagem enquanto prática social em textos medievais.

A importância das teorias e das práticas retóricas ao longo da Idade Média é inegável, visto que a retórica greco-latina foi recepcionada e reformulada nesse contexto pós-clássico e cristão. Os mais importantes manuais de retórica clássica para o medievo foram o *De Inventione*, de Cícero, e o *Rhetorica ad Herennium*, de autoria desconhecida, porém atribuído a Cícero no ocidente medieval; a importância desses manuais é evidenciada, por exemplo, pelo volume de manuscritos que contêm cópias desses textos e que chegaram aos dias atuais: são mais de 600 manuscritos contendo o *Rhetorica ad Herennium* e aproximadamente o mesmo número para o *De Inventione* (COX; WARD, 2006). Apesar de muitas das cópias trazerem os textos com erros ou lacunas, isso não nega o fato de que houve um interesse ao longo da Idade Média na retórica clássica. Além disso, várias obras que de alguma forma tratam de retórica foram escritas nesse período, como *De topicis differentiis* (ca. 523), de Boécio; *Expositio Psalmorum* (ca. 540) e *Institutiones* (ca. 562), de Cassiodoro; *De schematibus et tropis* (ca. 710), de Beda; *Disputatio de rhetorica et de virtutibus* (ca. 790-800), de Alcuíno; os comentários sobre *De Inventione* e sobre *Rhetorica ad Herennium* (ca. 1130-1140) de Thierry de Chartres, entre tantas outras.

3. ADC e Estrutura genérica

Um dos conceitos estruturais para a retórica clássica e medieval é o conceito de gênero, o qual também é uma categoria de análise para a Análise de Discurso Crítica e, mais especificamente, para a Teoria Social do Discurso, conforme desenvolvida por Norman Fairclough (2003) em *Analyzing discourse: textual analysis for social research*. Como a Teoria Social do Discurso constitui um modelo teórico-metodológico que almeja contribuir para as mais diversas áreas das ciências sociais e das humanidades no que diz respeito à análise textual, o estudo de textos medievais com base em ao menos algumas das categorias de análise propostas por Fairclough, como a estrutura genérica, pode levar a discussões mais aprofundadas e fundamentadas sobre o uso da linguagem como prática social historicamente situada.

De acordo com Fairclough (2003, p. 26), diferentes gêneros textuais podem ser pensados como diferentes formas de (inter)agir discursivamente. Apesar de alguns gêneros serem tão fixos ao ponto de serem praticamente ritualizados, Fairclough reconhece que muitas vezes os gêneros variam de forma considerável, tendo pouca estabilidade ou homogeneidade. Por esse motivo, ele ressalta que não existe uma terminologia determinada para os gêneros textuais.

Fairclough (2003, p. 69) chega a propor uma terminologia mais ampla para a referência aos gêneros tendo em mente seus diferentes níveis de abstração: 'pré-gênero' (*pre-genre*) faz referência à categorização mais abstrata de um gênero, e nesse sentido o texto pode ser um diálogo, um argumento ou uma narrativa; 'gênero desencaixado' (*disembedded genre*) remete a uma categorização um pouco menos abstrata do texto, como, por exemplo, a classificação de um texto como uma entrevista; e, finalmente, 'gênero situado' (*situated genre*) é a categoria mais específica, como a identificação de um texto como uma

entrevista etnográfica. Entretanto, mesmo com essa proposta terminológica, Fairclough enfatiza que os textos não são a materialização de um gênero, já que eles se relacionam com esse tipo de classificação de formas complexas e criativas: “os gêneros associados a uma rede específica de práticas sociais constituem um *potencial* que é acessado em textos e interações *reais*”¹ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 69). É possível, inclusive, que um mesmo texto transcorra em diferentes gêneros (*genre mixing*), e muitas vezes também é possível identificar, nesses casos, um gênero predominante e subgêneros.

A análise da estrutura genérica de um texto pode levar a reflexões sobre seus propósitos. Se um gênero pode ser pensado, como propõe J. Swales (1990), como uma categoria de eventos comunicativos cujos participantes têm alguns propósitos comunicativos em comum, o mesmo gênero pode ter diversos propósitos, sejam eles explícitos, sejam implícitos. No entanto, ainda que alguns gêneros textuais possam ser claramente identificados a certos propósitos sociais (por exemplo, o gênero entrevista), isso nem sempre acontece (por exemplo, conversas com amigos nem sempre são direcionadas a um propósito). Isso não significa que não seja possível refletir sobre propósitos na análise da estrutura genérica, mas sim que o gênero depende mais do tipo de interação do que de seu propósito. Tendo em mente essa ressalva, Fairclough (2003, p. 72) afirma que a análise de textos em sua estrutura genérica é importante, desde que não se tenha a expectativa de que os textos transcorram em apenas um gênero e de forma ritualizada e que “a análise da estrutura genérica é útil para gêneros mais estratégicos e direcionados a um propósito”².

4. Gênero na retórica medieval

Quando pensamos a questão do gênero nos textos medievais, muitas dessas mesmas observações também são aplicáveis. Tanto o *Rhetorica ad Herennium* quanto o *De Inventione* – ou seja, os manuais de retórica clássica de maior circulação na Idade Média – tratam dos gêneros textuais, acolhendo plenamente o esquema aristotélico de três gêneros discursivos. Em *Rhetorica ad Herennium* I.II.2, seu autor explica os três gêneros:

Há três gêneros de causas de que o orador deve tratar: epidítico³, deliberativo e judicial⁴. O gênero epidítico é dedicado ao louvor ou à censura de uma pessoa em particular. O deliberativo consiste na discussão de políticas e envolve persuasão e dissuasão. O judicial é baseado em controvérsias legais e abrange querelas criminais ou processos civis e defesa⁵. ([CÍCERO], [?], p. 4)

Já Cícero (2006, p. 14-16), em *De Inventione*, define assim os três gêneros:

¹ “The genres associated with a particular network of social practices constitute a *potential* which is variably drawn upon in *actual* texts and interactions.”

² “Analysis of generic structure is of value for more strategic, purpose-driven genres.”

³ Também comumente referenciado como “demonstrativo”.

⁴ Também comumente referenciado como “forense”.

⁵ “*Tria genera sunt causarum quae recipere debet orator: demonstrativum, deliberativum, iudiciale. Demonstrativum est quod tribuitur in alicuius certae personae laudem vel vituperatione. Deliberativum est in consultatione, quod habet in se suasionem et dissuasionem. Iudiciale est quod positum est in controversia, et quod habet accusationem aut petitionem cum defensione.*”

Aristóteles, por outro lado, que fez muito para melhorar e ornamentar essa arte [retórica], pensava que a função do orador estava relacionada a três tipos de assuntos: o epidítico, o deliberativo e o judicial. O epidítico é dedicado ao louvor ou à censura de uma pessoa em particular; o deliberativo está relacionado ao debate político e envolve a expressão de uma opinião; o judicial diz respeito ao tribunal e envolve acusação e defesa ou reivindicação e contestação⁶.

Além disso, muitos dos textos sobre retórica escritos ao longo da Idade Média apresentam os gêneros discursivos mantendo essa classificação em três gêneros e mantendo inclusive essa terminologia. Citamos como exemplo um trecho de *Disputatio de rhetorica et de virtutibus* (ca. 790-800), um diálogo entre Carlos Magno e Alcuíno no qual Alcuíno é o mestre que instrui seu pupilo sobre a arte retórica:

CH.⁷ Se a retórica diz respeito a casos e a questões políticas, me parece necessário que os próprios casos tenham certos gêneros: eu gostaria de conhecê-los e que eles fossem demonstrados com exemplos. ALB.⁸ A arte da retórica está envolvida em três gêneros: o demonstrativo, o deliberativo e o judicial. O gênero demonstrativo está dividido entre elogio e culpa de uma pessoa em particular; por exemplo, está escrito no Gênesis sobre Caim e Abel [Gênesis IV, 4-5]: “e o Senhor tinha respeito por Abel e suas oblações, mas por Caim e suas oblações ele não tinha qualquer respeito”⁹. O gênero deliberativo está relacionado à persuasão e dissuasão; por exemplo, está escrito no livro dos Reis como Aquitofel deu conselhos para arruinar Davi, e como Cusai dissuadiu-o desse plano, salvando assim o rei. O gênero judicial é aquele que contém acusação e defesa; por exemplo, lê-se nos Atos dos Apóstolos como os judeus, juntamente com certo orador chamado Tertulo, acusaram Paulo perante o governador Félix, e como Paulo defendeu-se perante o mesmo magistrado. Porque nas causas legais a questão é frequentemente o que é equitativo, nas demonstrações compreende-se o que é honrável e nas deliberações considera-se o que é honrável e útil¹⁰. (COPELAND; SLUITER, 2012, p. 289-290)

Ainda que Alcuíno remeta às Escrituras para exemplificar os gêneros, o que seria algo impensável para a chamada *juvenilia* retórica ciceroniana – ou seja, para as obras que Cícero teria escrito sobre retórica em sua juventude –, já que essas obras foram escritas no século I a.C., a nomenclatura dos gêneros e seus propósitos são mantidos, em conformidade com a tradição clássica. Isso poderia nos levar a pensar que os gêneros textuais eram, na Idade Média, mais ritualizados e fixos do que em textos que nos são contemporâneos e que seus propósitos eram mais claramente identificáveis. Entretanto, duas observações

⁶ “Aristoteles autem, qui huic arti plurima adiumenta atque ornamenta subministravit, tribus in generibus rerum versari rhetoris officium putavit, demonstrativo, deliberativo, iudiciali. Demonstrativum est quod tribuitur in alicuius certae personae laudem aut vituperationem; deliberativum, quod positum in disceptatione civili habet in se sententiae dictionem; iudiciale, quod positum in iudicio habet in se accusationem et defensionem aut petitionem et recusationem.”

⁷ Carlos Magno.

⁸ *Albinus*, ou Alcuíno.

⁹ Na Bíblia de Jerusalém, “Ora, Iahweh agradou-se de Abel e de sua oferenda. Mas não se agradou de Caim e de sua oferenda.”

¹⁰ “CH. If rhetoric is concerned with cases and political questions, it seems necessary to me that the cases themselves have certain kinds [*genera*]: I would like to know them and have them demonstrated with examples. ALB. The art of rhetoric is involved in three kinds, the demonstrative, deliberative, and judicial. The demonstrative kind is divided into praise or blame of a particular person, e.g. it is said in *Genesis* about Cain and Abel [Genesis 4, 4-5]: ‘and the Lord had respect to Abel and to his offerings, but to Cain and his offerings he had no respect.’ The deliberative kind rests on persuasion and dissuasion, e.g. it is read in the book of Kings how Achitophel gave the advice to ruin David, and how Chusai dissuaded him from that plan, so that he saved the king. The judicial kind is that which contains accusation and defense, e.g. we read in the Acts of the Apostles how the Jews together with a certain public speaker names Tertullus accused Paul before the governor Felix, and how Paul defended himself before the same magistrate. For in law cases the question is often what is equitable, in demonstrations one understands what is honorable, in deliberations one considers what is honorable and useful.”

a esse respeito aproximam a problemática quanto à estrutura genérica conforme exposta por Fairclough do contexto de produção textual medieval.

Resignificação dos gêneros clássicos

A primeira observação diz respeito à existência de alguma resignificação dessa classificação dos gêneros textuais clássicos ao longo da Idade Média. Muito embora a mesma nomenclatura fosse utilizada nas obras que tratam de retórica escritas nesse período, a forma como os gêneros eram descritos era, em alguns casos, completamente distinta. Por exemplo, Cassiodoro, em sua obra *Expositio Psalmorum* (ca. 540), faz uma leitura retórica dos Salmos e reformula os tradicionais três gêneros da retórica: o gênero deliberativo, tradicionalmente relacionado a determinar a utilidade ou a desvantagem de um procedimento que se aconselha ou se desaconselha, é reformulado como um gênero de busca por instrução divina; o gênero judicial ou forense, tradicionalmente associado a determinar a justiça ou a injustiça de uma ação, é reformulado como um gênero de penitência; e o gênero epidítico ou demonstrativo, tradicionalmente composto para louvar ou censurar alguém ou algo, é reformulado como um gênero de revelação divina (COPELAND; SLUITER, 2012, p. 211). Para ilustrar como um dos gêneros, o forense ou judiciário, é reformulado, citamos um trecho do comentário de Cassiodoro (COPELAND; SLUITER, 2012, p. 218-219) sobre o Salmo VI:

Apesar de devermos aplicar nossa apaixonada inteligência a todos os salmos, já que as maiores fontes para a vida são procuradas neles, ainda assim devemos dar particular atenção aos salmos dos penitentes, pois eles são como um remédio apropriado prescrito para a raça humana. [...] Eles formam um tipo de gênero forense, no qual o acusado comparece diante dos olhos do Juiz, expiando seu pecado com lágrimas, e desfazendo-o ao confessá-lo. Ele oferece o melhor tipo de defesa ao condenar a si próprio. [...] Então, a única abordagem necessária é aquela chamada admissão de culpa [*concessio*]¹¹, na qual o acusado não defende o que ele fez, mas sim pede para ser perdoado¹².

Quanto ao gênero demonstrativo, Cassiodoro (COPELAND; SLUITER, 2012, p. 219-220) reformula-o ao escrever sobre o Salmo XXVIII:

Então o profeta canta esse salmo, tão rico na glória do ensinamento cristão, em louvor ao Espírito Santo [...]. O salmo todo está repleto de louvor ao Espírito Santo e por várias alusões ele faz a proclamação de Sua majestade. Isso é o que os oradores chamam de gênero demonstrativo, quando alguém é revelado e reconhecido pela descrição deste gênero¹³.

¹¹ Cf. *De Inventione* I.IX.12.

¹² "Though we should apply our eager intelligence to all the psalms, since the greatest resources for living are sought from them, yet we ought to pay particular attention to the psalms of the penitents, for they are like suitable medicine prescribed for the human race. [...] They form a sort of judicial genre, in which the defendant appears before the sight of the Judge, atoning for his sin with tears, and dissolving it by confessing it. He offers the best type of defense by condemning himself. [...] So the only approach necessary is that called concession, in which the defendant does not defend what he has done, but asks to be pardoned."

¹³ "So the prophet sings this psalm, so rich in the glory of Christian teaching, in praise of the holy Spirit [...]. The whole psalm is teeming with praise of the holy Spirit, and by various allusions it issues proclamations of His majesty. This is what orators call the demonstrative type, when someone is revealed and acknowledged by description of this kind."

Por fim, sobre o gênero deliberativo, Cassiodoro (COPELAND; SLUITER, 2012, p. 218) escreve, comentando o Salmo II:

*E agora, reis, sedes prudentes*¹⁴. Chega-se à terceira parte do salmo aqui, na qual o profeta agora urge a raça humana, humildemente, a obedecer ao Criador pela revelação desses terríveis mistérios. Aqui o gênero deliberativo de expressão começa, expresso da forma mais bela, pois quando os corações dos homens são paralisados pela revelação do mistério, esse conselheiro, muito útil e vital, aparece, urgindo-nos a servir o Senhor verdadeiro com medo e tremendo e mostrando-nos que as palavras ditas são valiosas da perspectiva do útil e do honrável, motivos extremamente eficazes em discursos deliberativos¹⁵.

Assim, como em alguns textos sobre retórica produzidos na Idade Média os gêneros clássicos, apesar de mantida a terminologia, têm seus propósitos alterados nesse contexto pós-clássico e cristão, a estrutura genérica de textos medievais, principalmente quando pensada com relação a seus propósitos, também precisa ser analisada como algo complexo e criativo.

Gêneros medievais: ars poetriae, ars dictaminis e ars praedicandi

A segunda observação está relacionada ao fato de que a Idade Média não conheceu apenas os gêneros textuais clássicos, já que durante esse período surgiram e foram preceituados outros gêneros discursivos: *ars poetriae*, *ars dictaminis* e *ars praedicandi*.

A *ars poetriae* surgiu no século XII, sendo que, em cerca de um século, seis obras sobre a arte de escrever em verso foram produzidas: *Ars versificatoria* (ca. 1175), de Mateus de Vendôme; *Poetria nova* (1208-13) e *Documentum de modo et arte dictandi et versificandi* (depois de 1213), de Geoffrey de Visnauf; *Ars versificatoria* (ca. 1215), de Gervase de Melkley; *De arte prosayca, metrica, et rithmica* (depois de 1229), de João de Garland; e *Laborintus* (depois de 1213 e antes de 1280), de Everardus Alemannus (MURPHY, 1974, p. 135). Talvez pareça estranho tratar obras que preceituam a composição em verso como um gênero retórico, porém, como explica James J. Murphy (1974, p. 135), essas obras trazem preceitos sobre a invenção, o ordenamento e a escolha de palavras, o que, em última instância, é “a essência do espírito preceptivo que sempre caracterizou a retórica”¹⁶.

O *Ars Versificatoria* de Mateus de Vendôme, por exemplo, é dividido em quatro partes: na primeira, ele discute como começar um poema e questões de decoro e de estilo, principalmente ao compor descrições; na segunda, escreve sobre a elegância da dicção; na terceira, trata das cores da retórica, tropos etc.; e na quarta, discorre sobre o tratamento a ser dado ao material (*exsecutio materiae*) (COPELAND;

¹⁴ Salmo II, 10.

¹⁵ “*And now, O ye kings, understand.* The third limb of the psalm is reached here, in which the prophet now urges the human race humbly to obey the Creator at the revelation of these fearful mysteries. Here the deliberative type of utterance begins, expressed most beautifully; for when men’s hearts are paralyzed by the unfolding of the mystery, this most salutary and vital adviser appears, urging us to serve the true Lord with fear and trembling, and showing us that the words spoken are valuable from the viewpoint of the useful and the honorable, motifs extremely effective in deliberative speeches.”

¹⁶ “the essence of that preceptive spirit which has always characterized rhetoric.”

SLUITER, p. 559). Suas maiores autoridades teóricas são, por um lado, o *Ars poetica*, de Horácio e, por outro lado, o *De Inventione*, de Cícero. Para ilustrar como a *ars poetriae* está relacionada a preceitos retóricos, citamos um trecho da primeira parte do *Ars Versificatoria*, na qual Mateus de Vendôme (COPELAND; SLUITER, 2012, p. 564-565) fala sobre a descrição:

E já que a principal busca da faculdade poética está na habilidade de descrever, neste ponto meu conselho é cultivar a precisão na expressão descritiva, para que as coisas verdadeiras ou verossimilhanças possam ser expressas, de acordo com aquela passagem de Horácio: “Ou siga a tradição ou descubra coisas que sejam consistentes em si mesmas”¹⁷. [...] Note-se também que a descrição de uma pessoa deve conter principalmente seu ofício, sexo, qualidade, posição, condição, idade e aparência. Para que essa diversidade entre palavras não confunda o aluno, aceitaremos que “a decoração retórica da obra”, as “características”, os “epítetos” e os “atributos pessoais”¹⁸ significam a mesma coisa. E como as propriedades de qualquer pessoa consistem em seus atributos pessoais, para maior clareza eu as explicarei brevemente e sucintamente, para que o aluno diligente consiga, em seus versos, atribuir com maior clareza lugares-comuns ou argumentos a ações e a pessoas de acordo com seus atributos.

[...] Aqui, formar um argumento ou para obter um lugar-comum do nome ou da natureza não é nada além de, através da interpretação de um nome ou através de características naturais, provar ou refutar alguma coisa a respeito de alguém, afirmar que algo pertence a essa pessoa ou negá-lo.

[...] Os atributos de ação, assim como os de pessoas, estão contidos neste pequeno verso: “Quem, o quê, onde, com quê, por quê, como, quando”¹⁹²⁰.

A *ars dictaminis*, por sua vez, é o que Murphy (1974, p. 194) chama “uma invenção verdadeiramente medieval”²¹, já que existe uma quebra na tradição clássica referente à escrita de cartas. Na Antiguidade, argumenta Murphy, a prática de enviar mensagens para pessoas distantes era essencialmente oral e apenas ocasionalmente acompanhada por textos escritos; quando existia, o documento escrito era apenas lido em voz alta para o destinatário, o que significa que “a transmissão de mensagens foi uma função da linguagem oral por todo o mundo antigo”²² (MURPHY, 1974, p. 194). Murphy não ignora o fato de que alguns antigos são conhecidos por sua produção de cartas, como o próprio Cícero, mas ele afirma que esse tipo de composição era mais baseado em habilidades literárias do que em fórmulas rígidas e princípios teóricos.

¹⁷ *Ars poetica* 119.

¹⁸ *Colores operum; proprietates; epitheta; personae attributa*.

¹⁹ Cf. *De inventione* I.XXIV.34.

²⁰ “And since the chief pursuit of the poetic faculty lies in skill in description, on this point my advice is to cultivate accuracy in descriptive expression, so that true things or verisimilitudes may be uttered, in accordance with this passage from Horace: ‘Either follow tradition or invent things that are self-consistent’. [...] It must also be noted that the description of a person ought to be informed chiefly by his office, sex, quality, rank, condition, age, appearance. In order that diversity among words may not confuse the student, let us accept ‘rhetorical decoration of the work’, ‘characteristics’, ‘epithets’, and ‘personal attributes’ as meaning the same thing. And since the properties of any person consist of his personal attributes, for the sake of greater clarity I will run through them briefly and succinctly in order that the diligent student may be able in his verses to assign with greater clarity commonplaces or arguments to actions and to persons in accordance with their attributes. [...] Here, to form an argument or to draw a commonplace from name or nature is nothing other than, through the interpretation of a name and through natural characteristics, to prove or disprove something about a person, to affirm that something belongs to him or to deny it. [...] Attributes of action as well as of persons are contained in this little verse: ‘Who, what, where, with what aid, why, how, when’”.

²¹ “a truly medieval invention”.

²² “Message transmission remained a function of oral language throughout the ancient world.”

É apenas no século IV da era cristã que tem início uma discussão sobre a *epístola*. Em *Ars rhetorica*, Caio Júlio Vitor apresenta a tradição retórica ciceroniana – principalmente com base em *De oratore* e *Orator* (TIN, 2005, p. 28) - acompanhada de três apêndices (*de exercitatione*, *de sermoncinatione* e *de epistolis*), sendo que nos dois últimos desenvolve alguma teorização, ainda que não muito aprofundada, da arte de escrever cartas (MURPHY, 1974, p. 195-196). No entanto, muitos séculos se passaram antes de que outras obras nesse sentido fossem escritas: é só no final do século XI, na abadia de Montecassino, na Itália, que Alberico escreve *Dictaminum radii* e *Breviarium de dictamine*, obras nas quais estabelece uma relação entre retórica e a escrita de cartas e padroniza a partes de uma carta. Diversas obras sobre a *ars dictaminis* foram escritas depois, no século XII, muitas delas em Bolonha, mas também outras na França e na Alemanha.

A arte de escrever cartas tinha profunda relação com a retórica. Segundo Tin (2005, p. 32),

Alberico de Montecassino, nas *Flores rhetorici* (ou *Dictaminum radii*), ressalta a importância da retórica na escrita, discute as partes do discurso, mas concentra-se no exórdio e nas ‘cores’, que são os tropos e figuras usados para adornar o discurso e *mover* a audiência, na qual já refere o *leitor* [...].

Para exemplificar como a *ars dictaminis* se relaciona com a retórica - principalmente, neste caso, com a ideia de divisão em partes e *dispositio* -, citamos um excerto de um tratado chamado *Rationes dictandi*, escrito em 1135 por um autor desconhecido, o qual é geralmente referenciado como Anônimo de Bolonha:

Uma epístola ou carta, então, é o adequado arranjo das palavras assim colocadas para expressar o sentido pretendido por seu remetente. Ou, em outras palavras, uma carta é um discurso composto de partes ao mesmo tempo distintas e coerentes, significando plenamente os sentimentos de seu remetente.

Há, de fato, cinco partes em uma carta: a Saudação, a Captação da Benevolência, a Narração, a Petição e a Conclusão. (TIN, 2005, p. 83)

Por fim, apesar de a pregação não ser uma invenção medieval – na verdade, nem mesmo cristã (MURPHY, 1974, p. 269) -, a *ars praedicandi*, enquanto um conjunto de preceitos para a pregação, começa a ser desenvolvida por Santo Agostinho em *De doctrina christiana* (ca. 426). Agostinho limita o esquema ciceroniano das cinco partes da retórica²³ a apenas duas partes: o *modus inveniendi* (que corresponde à *inventio*) e o *modus proferendi* (que corresponde à *pronunciatio*). Nesse sentido, Agostinho (2002, p. 41) escreve que “há duas coisas igualmente importantes na exposição das Escrituras: a maneira de descobrir o que é para ser entendido [*modus inveniendi*] e a maneira de expor com propriedade o que foi entendido [*modus proferendi*]”. Outras obras nesse sentido foram escritas ao longo dos séculos, como *Cura*

²³ Em latim, *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria* e *pronunciatio*. As cinco partes da retórica são as cinco fases pelas quais passa, segundo o preceito, quem compõe um discurso. A primeira é a *inventio*, que é a “busca que empreende o orador de todos os argumentos e outros meios persuasivos relativos ao tema de seu discurso” (REBOUL, 2004, p. 34); a segunda é a *dispositio*, ou seja, “a ordenação desses argumentos, donde resultará a organização interna do discurso, seu plano” (REBOUL, 2004, p. 34); a terceira é *elocutio*, a qual diz respeito ao estilo (ou seja, quais palavras e figuras serão escolhidas para expressar os argumentos selecionados); a quarta é a *memoria*: a memorização dos argumentos, das palavras escolhidas para expressá-los e de sua ordenação; e a quinta é a *pronunciatio*, que concerne a como será proferido o discurso em termos de gestos e voz.

pastoralis (591), de Gregório Magno; *De institutione clericorum* (819), de Rabano Mauro; *Liber quo ordine sermo fieri debeat* (ca. 1084), de Guibert de Nogent; e *De arte predicatoria* (ca. 1099), de Alain de Lille.

A respeito da relação entre retórica e a *ars praedicandi*, Caplan (KING; NORTH, 1970, p. 81) escreve que

[...] a pregação tinha uma função retórica na exposição clara das Escrituras, com o propósito persuasivo de ganhar almas para Deus – uma função e um propósito que estão relacionados ao uso universal da retórica. Com o auxílio de critérios retóricos, então, a pregação pode ser estudada nos tratados que estamos agora considerando. Neles, encontramos a característica desconfiança com relação aos ornamentos da retórica, mas também uma percepção viva e uma consideração das autoridades retóricas clássicas²⁴.

Assim, a *ars praedicandi* se relaciona com a retórica, muitas vezes, no que diz respeito à *elocutio*. Nesse sentido, Alain de Lille (apud KING; NORTH, 1970, p. 81-82) explica em seu *De arte predicatoria* que

A pregação não deve conter palavras obscenas ou pueris, ou melodias rítmicas, ou consonâncias métricas. Isso contribui mais para agradar o ouvido do que para instruir a mente. Esse tipo de pregação é teatral e por isso deve ser unanimemente desprezada. [...] Mas apesar de a pregação não dever brilhar com ornamentos verbais púrpuras, ela também não deve ser diminuída por palavras sem vida. Pelo contrário, um meio termo deve ser buscado²⁵.

Outra importante relação da retórica com a *ars praedicandi* é a *inventio*. Harry Caplan (KING; NORTH, 1970, p. 85) afirma que alguns tratados sobre a arte da pregação tinham “uma retórica da invenção altamente desenvolvida, particularmente quanto ao método de aplicar lugares-comuns”²⁶ – fazendo referência, especificamente, a *Liber quo ordine sermo fieri debeat*, de Guibert de Nogent, *De arte predicatoria*, de Alain de Lille, *Liber de eruditione praedicatorum* (século XIII), de Humberto de Romans, entre outros.

Dessa forma, ainda que não escritas como manuais de retórica, obras sobre a composição em verso, a composição de cartas e a pregação são identificadas como parte do sistema retórico medieval por preceituarem estruturas genéricas com base em noções que são caras à retórica, como a de invenção, disposição, elocução, memória e ação. A classificação de um texto medieval como transcorrendo no gênero epistolar, por exemplo, talvez não informe muito sobre o propósito do texto (e nesse sentido esses gêneros medievais parecem ser um tanto como os ‘pré-gêneros’ de Fairclough, tendo em mente o nível da abstração dessas categorizações), mas certamente auxilia na análise da disposição (*dispositio*) do texto, o que não deixa de remeter a uma ritualização do gênero.

²⁴ “[...] preaching had a rhetorical function in the clear exposition of Scripture, with the persuasive purpose of winning souls to God – a function and a purpose germane to the universal uses of rhetoric. With the aid of rhetorical criteria, then, preaching can be studied in the treatises we are now considering. In them we find the characteristic distrust of the ornaments of rhetoric, but, as well, a live awareness of and regard for classical rhetorical authorities.”

²⁵ “Preaching ought not to contain scurrilous or puerile words, or rhythmic melodies, or metric consonances. These contribute rather to soothing the ear than to instructing the mind. Such preaching is theatrical, and therefore should be unanimously condemned. [...] Yet though preaching should not shine with purple verbal trappings, neither should it be depressed by bloodless words. Rather a middle course should be pursued.”

²⁶ “a highly developed rhetoric of invention, particularly in the method of applying commonplaces.”

5. Considerações Finais

A análise da estrutura genérica de textos medievais pode auxiliar na análise de textos enquanto elementos constituintes de práticas sociais na Idade Média. Uma análise mais profunda e fundamentada deve, por um lado, levar em conta características específicas da retórica medieval (recepção da retórica clássica; resignificação de gêneros clássicos em um contexto cristão; preceituação de novos gêneros) e, por outro lado, ter em mente questionamentos, conforme propostos por Fairclough, sobre a ritualização e a variabilidade dos gêneros, sobre a possibilidade de identificação de propósitos associados a gêneros e sobre a relação entre gênero predominante e subgêneros em um mesmo texto.

Referências bibliográficas

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona, 354-430. **A doutrina cristã**: manual de exegese e formação cristã. São Paulo: Paulus, 2002.

CÍCERO. **On Invention; Best Kind of Orator; Topics**. Tradução: H.M. Hubbell. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

[CICERO]. **Rhetorica ad Herennium**. Tradução: Harry Caplan. Cambridge: Harvard University Press, [?].

COPELAND, Rita; SLUITER, Ineke (org.) **Medieval Grammar and Rhetoric**: language arts and literary theory, AD 300 – 1475. Oxford: Oxford University Press, 2012.

COX, Virginia; WARD, John O. (org.) **The rhetoric of Cicero in its medieval and early renaissance commentary tradition**. Leiden: Brill, 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. Londres: Routledge, 2003.

KING, Anne; NORTH, Helen (ed.). **Of Eloquence**: Studies in Ancient and Medieval Rhetoric by Harry Caplan. Ithaca: Cornell University Press, 1970.

MURPHY, James J. **Rhetoric in the Middle Ages**: a history of rhetorical theory from St. Augustine to the Renaissance. Berkeley: University of California Press, 1974.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

SWALES, J. **Genre analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TIN, Emerson (org.). **A arte de escrever cartas**: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2011.

Abstract: *In the field of medieval text studies, there is a study perspective that has been establishing the relevance of language in social practices in the Middle Ages by researching into the rhetorical theories and practices that were developed at that time. In that post-classical and Christian context, Greco-Latin rhetoric was received and recast as a set of compositional precepts. One of the core concepts in classical and medieval rhetoric is the concept of genre, which is also an analytical category in the Social Theory of Discourse, developed by Norman Fairclough in *Analysing discourse: textual analysis for social research* (2003). As the Social Theory of Discourse constitutes a theoretical and methodological model that aims to contribute to social sciences when it comes to textual analysis, the study of medieval texts based upon at least some of the categories proposed by Fairclough, such as generic structure, may lead to more reasoned discussions on the use of language as a historically situated social practice.*

Keywords: *medieval rhetoric; Critical Discourse Analysis; Social Theory of Discourse; textual analysis; generic structure.*

MOTIVAÇÃO LEXICAL: aspectos socioculturais na antroponímia e na antonomásia da cidade de São José do Jacuri - MG

Shirlene Aparecida da ROCHA (IFNMG)¹
shirlene.rocha@ifnmg.edu.br

Resumo: Com base na ideia de que a língua espelha e ajuda a construir o contexto político, econômico e sociocultural dos diferentes grupos humanos de diferentes épocas e espaços, no presente trabalho, buscou-se examinar o modo como se dá essa ligação no campo da onomástica pré-nominal. Elegeu-se como linha teórica básica da análise a ciência da Lexicologia, de que se considerou, de um modo particular, o ramo da Onomástica, tomado em dois de seus sub-ramos: o da Antroponímia e o da Antonomásia e como território-alvo dessa investigação a cidade de São José do Jacuri, localizada na Mesorregião do Vale do Rio Doce, no Estado de Minas Gerais. Tendo em vista a amplitude da pesquisa a efetuar, optou-se, aqui, por estudar-lhe aspectos antroponímicos e antonomásticos dos prenomes conferidos por/a seus habitantes. (Re)criados, aproveitados, adaptados de acordo com o contexto em que se acham inseridos — quer local, quer global — esses dois tipos de nomeação de pessoa decorrem, por vezes, da aplicação de regras fonéticas, morfológicas e sintáticas da língua oral espontânea e de interpretações semânticas e pragmáticas que resultam em efeitos surpreendentes. Alguns onomásticos chegam a ser hilários, contudo, é comum entre as novas gerações de jacurienses a atribuição de nomes próprios insólitos e, sobretudo, o seu “rebatismo” por meio de apelidos, mais ou menos ligados a alguma(s) característica(s) de seu portador. São esses, pois, os dois veios lexicais — “nomes batismo” e apelidos — que, examinados à luz de áreas de estudos como a da Lexicologia, da Semântica, da Descrição Gramatical (de linha tradicional e funcionalista com o seu princípio da iconicidade), da Variação e Mudança Linguística e da Memória e Sociedade, nos permitiram identificar e examinar aspectos socioculturais que contribuíram para construir, na materialidade linguística, o jeito de ser dessa cidade interiorana das Minas Gerais.

Palavras-chave: Dialeto mineiro; O linguajar de São José do Jacuri; Nomes próprios e apelidos; Estratégias de formação; Motivação Sociocultural.

Introdução

Em coerência com o objeto e os objetivos da pesquisa proposta, elegeu-se como linha teórica básica da análise a ciência da Lexicologia, de um modo particular, o ramo da Onomástica, tomado em dois de seus sub-ramos: o da Antroponímia e o da Antonomásia. A par da Semântica, ela foi considerada, num primeiro momento, em seu âmbito mais geral, de enfoque do processo de constituição do léxico das línguas naturais. Para o cumprimento dessa tarefa, foram levadas em conta lições de teóricos como: Barbosa (1990), Benveniste (1989), Biderman (1978, 1981, 2001), Bréal (2002), Brito (2003), Coseriu (1977), Cunha (s.d.), Darmesteter (1937), Foucault (2002), Guérios (1979, 1981), Guiraud (1972), Isquerdo & Oliveira (1998), Isquerdo & Krieger (2004, 2007), Jespersen (1965), Leite de Vasconcelos (1931), Mexias-Simon & Oliveira (2004), Platão (ed. portuguesa datada de 1994), Santos (2003), dentre outros.

Por sua vez, o estudo dos processos de formação vocabular vigente no português do Brasil, alicerçou-se em trabalhos de especialistas comprometidos com essa linha de estudos. Para tanto, foram levadas em conta duas categorias de análise: uma de maior âmbito, concernente às estratégias de constituição

¹ Mestre em Linguística e Língua portuguesa, professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Norte de Minas gerais, Câmpus Araçuaí.

vocabular comuns ao português do Brasil; outra de caráter mais específico, voltada para o processo de formação de nomes próprios — prenomes e apelidos — entre nós. A primeira tarefa foi levada a termo a partir de consultas a especialistas no assunto como: Alves (2007); Basílio (2004); Carvalho (1987), Citelli (2006); Ilari & Basso (2006); Preti (2003); Sandman (1988, 1993); Verdelho (2002), Vilela (1989) e de gramáticos como: Azeredo (2008), Bechara (1989), Cunha & Cintra (2001), Rocha Lima (1988), etc. Já a segunda, de caráter mais restrito, foi efetuada com base na leitura de autores como Bittencourt (2002), Cunha ([s.d.]), Dick (1992), Faulstich (1980), Guérios (1979, 1981, [s.d.]), Leite de Vasconcelos (1928), Preti (2003), Silva Neto (1986), etc., Souto Maior (1974), em sua análise dos nomes próprios.

No que tange à contextualização do material aqui examinado — de prenomes e apelidos correntes na cidade mineira de São José do Jacuri —, as informações fornecidas constam de obras de historiadores, etnólogos, sociólogos, dentre os quais: Almeida Barbosa (1985), Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1997), Campos & Faria (2005), Ferreira (1959), Ortiz (2005), Rocha (1995), Torres (1961), Vasconcelos (1974a,b), etc.

O presente trabalho sustenta a hipótese de que, embora distintos dos nomes comuns, os nomes próprios apresentam uma carga informacional de natureza variada. Serviram como ponto de apoio, além de trabalhos de ordem lexicológica e semântica, estudos desenvolvidos por autores da linha funcionalista americana, sobretudo por Givón (1995) e seus seguidores, que vêm demonstrando a força da motivação icônica nos diversos estratos da língua.

No que tange ao processo vocabular no português: tipologia e vitalidade, dentre os especialistas consultados, salientem-se os nomes de Houaiss & Villar (2001), Freitas (1979), Bechara (1999), Cunha & Cintra (2001), Guérios [s.d], Souza e Silva & Koch (1983), Alves (1990), Sandmann (1988, 1993), Basílio (2004), Citelli (2006), etc., concordes todos em apontar os processos de **composição** e de **derivação** como os basilares na criação de palavras em português.

Análise dos dados coletados

As reflexões teóricas foram feitas, em um primeiro momento, sobre o processo de formação vocabular por composição. Deduz-se de seu próprio nome que se caracteriza como um ato de combinação ou união “de elementos léxicos independentes, da qual resulta um novo conceito único e autônomo”, conforme visto por Houaiss e Villar (2001, p. 777). Em termos fonéticos e prosódicos, o grau dessa combinação de lexemas é variável, redundando, em duas possibilidades distintas uma da outra: de junção mais ou menos estreita. Se distensa, ou frouxa, a composição se dá por justaposição, perceptível na conservação do acento tônico de cada um dos termos formadores. Exemplos da fala jacuriense: pé-de-pano (‘sonso, disfarçado’), Loja Quase (‘cujas mercadorias não têm um preço exato’), Rua Vai-Quem-Quer (‘de difícil acesso’), Rua Espia Gato (motivo desconhecido), etc. Em todos, cada lexema constituinte conserva o

acento tônico próprio, embora, no fluxo da fala, esse acento se mostre mais forte no último termo. Por outro lado, se tensa, forte, a composição se dá por aglutinação (agricultura, tragicômico), ou seja, por integração maior dos formantes do novo termo, integração essa revelada na perda da delimitação intervocabular, expressa de modos variados: na concentração em um mesmo e único acento tônico (malvestido), na troca ou perda de fonemas em um dos formantes (tragi[co]cômico, pseud[o]artrose), ou em modificações de natureza mórfica.

Acatou-se e estendeu aos nomes próprios a visão de linguistas como Ferrarezi Jr., reconhecendo que, a par de nomes opacos — assim tornados, muitas vezes, por desgaste de uso —, existem outros que se mostram transparentes em sua motivação, quer fonética, quer morfológica, quer discursiva ou sociocultural.

Em outras palavras, acredita-se que os onomásticos, do mesmo modo que os nomes comuns,

atuam na configuração que fazemos de nosso mundo, na visão que temos dos elementos que o constituem. Assim é que um menino muito magro de cabeça grande chamado João, pode ter suas características físicas despercebidas por alguns dos seus colegas de classe enquanto chamado de "João", mas passa a ter suas idiossincrasias corporais muito mais evidenciadas aos olhos dos demais logo após ser alcunhado por um colega — ou seja renomeado — de "Prego". (FERRAREZI JR., 2002, p.7)

No estudo da nomeação, levou-se em conta apenas os **prenomes**, o que não impediu de verificar o *status* dos **sobrenomes**, que ainda guardam valores advindos de um passado mais ou menos remoto. Tanto é que continuam sendo empregados como instrumento de identificação de grupos familiares, que buscam resguardar sua linha genealógica, mantendo termos como *Fernandes, Oliveira, Coelho, Assis* e outros mais trazidos pelos colonos portugueses, cuja motivação — nome do pai, nome de árvore, nome de animal, nome do local de origem, respectivamente — não é mais recuperada pela memória.

Acreditando, como Ferrarezi Jr. (2002), que os nomes atuam como verdadeiros “depósitos” naturais do conhecimento, dos hábitos, dos costumes, da cultura, enfim, de um povo, quis-se deixar claro o pensamento aqui defendido: o de que tanto os nomes quanto os apelidos têm um efeito estruturante, uma vez que relacionados com a capacidade de percepção das pessoas. No primeiro caso, dos nomes de batismo, os motivos que determinaram sua escolha podem ser esquecidos por aqueles que tiveram a oportunidade de conhecê-los antes; no segundo, dos apelidos, as razões da renomeação costumam ser mais evidentes, e assim permanecem ao longo do tempo, já que relacionadas com alguma faceta do apelidado. Diversas na superfície, essas razões, na verdade, exprimem, na concretude do “rebatismo”, um traço mais profundo de nossa essência humana: a preocupação em expressar a organização, ou, até mesmo, a hierarquização que se confere ao mundo em nosso entorno. Prova disso é o hábito que se tem de referir ao Outro, através de vocábulos que identificam a sua profissão: de professor(a), padre, delegado, doutor, cantor(a), jogador, etc.

Para melhor captar a variação observada, durante a pesquisa, entre literalidade e figuratividade na conferência de nomes próprios personativos e de apelidos pelos jacurienses, procurou-se discutir, entre outros pontos, aspectos teóricos de importância crucial para a análise do *corpus*: um relacionado com o processo de constituição do léxico no português do Brasil; outro voltado para o problema da motivação, linguística e/ou extralinguística, que, se ocorrente, serve para justificar a escolha dos nomes e apelidos, permitindo-nos obter e traçar o perfil histórico e sociocultural da comunidade que os emprega.

Obviamente, isso não significa que todos os onomásticos usados Jacuri tenham condições de revelar a sua identidade, ou seja, os traços que lhe são peculiares. Levando em conta as tendências gerais observadas, entre nós, na criação de antropônimos — e de outros tipos de nome — percebe-se claramente um movimento de generalização de uso de certas estratégias. Assim é que “criações” como *Valdisnei*, *Leidilaura*, etc., usadas no lugar de *Walt Disney*, *Lady Laura* (mãe do cantor Roberto Carlos), não são de uso “prerrogativo” dos jacurienses, mas exemplos de estratégias em franca expansão no português do Brasil.

Não é descabida, pois, a seguinte observação do escritor e ensaísta Umberto Eco a respeito da onomástica vigente no nosso país: “Jamais cheguei a me sentir à vontade com os nomes próprios brasileiros. Desafiam qualquer dicionário onomástico e só existem naquele país” (ECO, 1991, p. 157).

No correr do presente trabalho, insistiu-se em contestar a ideia segundo a qual os nomes próprios constituem uma classe de palavras à parte, que, situada fora da língua, deve ser considerada isoladamente pelos estudiosos da linguagem. Dentre os que defendiam tal pensamento, encontram-se figuras de renome como, por exemplo, Ullmann (1973), Marouzeau (1946), Jespersen (1992) e outros mais para quem os onomásticos nada mais eram que palavras denotativas que serviam para identificar, no plano do discurso, aquele(s) de quem falamos.

As razões de tal modo de entendimento eram, e continuam sendo as mesmas apontadas por autores contemporâneos, a saber: o desgaste ou a perda total da lembrança do significado original, etimológico, desses nomes por parte dos usuários da língua; a manutenção, por vezes, de sua forma originária, quando transposta para outro idioma; a sua maior resistência às mudanças fonéticas, geralmente categóricas em substantivos comuns, etc.

Começando com a própria conceituação de léxico, apresentada até então, superficialmente, transcrevemos abaixo a definição que, a nosso ver, traduz com maior precisão o nosso pensamento, definição essa adotada pelo Grupo de Trabalho (GT) de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL, conforme registro na Internet:

O **léxico** é entendido como o conjunto das palavras de uma língua, também chamadas de *lexias*. As *lexias* são unidades de características complexas cuja organização enunciativa é interdependente, ou seja, a sua textualização no tempo e no espaço obedece a certas combinações. Embora possa parecer um conjunto finito, o léxico de cada uma das línguas é tão rico e dinâmico que mesmo o melhor dos linguistas não seria capaz de enumerá-lo.

Isto ocorre porque dele faz parte a totalidade das palavras, desde as preposições, conjunções ou interjeições, até os neologismos, regionalismos ou terminologias, passando pelas gírias, expressões idiomáticas ou palavrões. (Site do GT; grifo nosso)²

Em conivência com essa linha de pensamento, adotou-se a definição de **Lexicologia** proposta pelo GT supracitado, que reconhece a existência de uma relação entre as palavras e o ambiente externo em que são produzidas e/ou utilizadas:

A **Lexicologia** é uma disciplina que estuda o léxico e a sua organização de pontos de vista diversos. Cada palavra remete a particularidades diversas relacionadas ao período histórico em que ocorre, à região geográfica a que pertence, à sua realização fonética, aos morfemas que a compõem, à sua distribuição sintagmática, ao seu uso social e cultural, político e institucional. Desse modo, cabe à Lexicologia dizer cientificamente em seus variados níveis o que diz o léxico, ou seja, a sua significação. Ao lexicólogo, especialista da área, incumbe levar a termo essa tarefa tão complexa sobre uma ou mais línguas. (Site do GT; grifo nosso)³

Atentando-se para um dos domínios dessa disciplina, o da **nomeação** — de nosso particular interesse —, percebeu que ele é passível de variação (intra e intercultural), determinada por fatores diferenciados, dentre os quais, a espécie de “entidade” nomeada: seres animados ou inanimados; seres concretos ou abstratos; coisas ou partes delas; estados; qualidades; ações (objetos, porções, sentimentos, sensações, fenômenos etc.). Com isso, tem o desdobramento primeiro da disciplina em dois grandes grupos: o dos chamados **nomes comuns** e o dos chamados **nomes próprios**, ambos desdobráveis em subgrupos diferenciados uns dos outros.

No que se refere ao levantamento, organização e fonte de extração dos dados analisados, em decorrência do próprio tipo de material linguístico selecionado para estudo, dois procedimentos básicos foram utilizados no levantamento dos dados e das informações necessárias para justificá-los: um de caráter oficial trabalhando apenas com prenomes e apelidos de moradores da Zona Urbana do município, considerando 20% da população urbana para análise, ou seja, 360 nomes de uma população urbana de 1799 pessoas). Quanto ao registro do material, foi feito através de banco informatizado, de que constaram, além dos dados propriamente ditos, informações linguísticas e extra-linguísticas pertinentes para a análise, uma vez que obtido de listas de registros constantes de arquivos da Prefeitura Municipal, de fichas de inscrição partidária encontradas nos comitês dos partidos políticos existentes na cidade; outro, de caráter mais informal, correspondente às informações conseguidas em visitas pessoais a algumas famílias do Jacuri.

Para tanto, foram preenchidos dois tipos de ficha: uma destinada ao registro dos dados pessoais dos informantes, outra a informações a respeito da constituição formal dos prenomes e apelidos dos informantes, bem como dos motivos envolvidos em sua escolha, conforme se observa nos quadros abaixo:

² Disponível em: www.mel.ileel.ufu.br; acesso em 27 julho 2013.

³ Tal como os especialistas na área, consideramos que, embora distinta da Lexicografia, a Lexicologia contribui para o desenvolvimento do trabalho dos lexicógrafos, oferecendo-lhes alternativas teóricas capazes de ajudá-los na solução dos problemas práticos que enfrentam.

Figura 1. Modelo de ficha usado no registro de dados pessoais dos informantes

DADOS PESSOAIS							
NOME (COMPLETO) DE REGISTRO	DATA DE NASCIMENTO	SEXO	FILIAÇÃO		GRAU DE ESCOLARIDADE		
			Nome do Pai	Nome da Mãe			

Figura 2. Modelo de ficha usado no registro de dados relativos à escolha e à constituição formal de antropônimos jacurienses⁴

DADOS "LEXICAIS"					
PRENOME(S)	PROCESSO(S) DE FORMAÇÃO VOCABULAR ENVOLVIDO(S)	MOTIVO(S) DA ESCOLHA	APELIDO(S)	PROCESSO (S) DE FORMAÇÃO	MOTIVO(S) DA ESCOLHA

Quadro 1. A Onomástica e suas ramificações

ONOMÁSTICA								
Antroponímia		Mitonímia ou Teonímia	Etno- Nímia	Toponímia ou Geonímia		Panteonímia		Onioní- mia ⁵
Antro- ponímia <i>stricto sensu</i>	Antonomásia	Estudo dos nomes de person- agens lendários ou	Estudo dos no- mes designati- vos de tri-	Estudo de nomes da parte sólida do globo	Estudo de nomes da parte líquida do globo	Astrono- mia	Outros sub- ramos	<u>Onomásti- ca Industrial</u> ,

⁴ Na verdade, a intenção primeira era a de desenvolver uma pesquisa que levasse em conta variáveis como: idade, grau de letramento e local de moradia (centro da cidade, periferia, meio rural). Infelizmente, o tempo demandado pelo levantamento do *corpus* e o exigido pela CAPES impediram a sua concretização, mesmo com a extensão do prazo da entrega do trabalho, concedida pelo Programa.

⁵ O acréscimo dessa sub-área nos estudos da Onomástica foi proposto, oficialmente, por Guérios (1981, p. 177-208), em artigo intitulado: "Onionímia ou Onomásia Industrial".

<p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Estudo do nome próprio de pessoas</p> <p>Homens Azemir Brucimá-rio, CreuzoMaria Elimarço Kerlen Milher Magno Ricksonerlleer Sândalo Mulheres Luilara Perizalda Presentina Pulcena Tonica Última Tatiana</p>	<p style="text-align: center;">De valor positivo</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Homens Pão</p> <p>Gogó-de-Ouro</p> <p>Genim (de Geninho)</p> <p>Rui (de Rui Barbo-sa)</p> <p>Rober-to Carlos Mulheres Anja Baby Brisa Belinha a Boneca a (Ir)Mã Dulce</p>	<p style="text-align: center;">De valor negativo</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Apodologia</p> <p>Caçapa</p> <p>Cenourão</p> <p>Fominha</p> <p>Grilo</p> <p>Meio-Quilo</p> <p>Zé Capeta</p> <p>Zé Bode</p> <p>Pastel Velho</p> <p>Ceguim (de ceguinho)</p>	<p>míticos:</p> <p>Júpiter</p> <p>Prometeu</p> <p>Afrodite</p> <p>Robin Hood</p> <p>Vampiro</p> <p>Saci-Pererê</p> <p>Curupira Exu</p> <p>Mãe-d'Água</p> <p>Vitória Régia</p>	<p>bos, etnias, raças, grupos humanos definidos, nação, etc.</p> <p>Os Aimorés</p> <p>Os Arara</p> <p>Os Bororo</p> <p>Os Baniwa</p> <p>Os Carijós</p> <p>Os Deni</p> <p>Os Fulniô</p> <p>Os Javaé</p> <p>Os Olmecas</p>	<p>Coronímia</p> <p>Estudo dos nomes designativos de divisões administrativas: continentes, países, regiões, estados, etc.</p> <p>Europa Brasil Minas Gerais</p> <p>Vale do Rio Doce</p> <hr/> <p>Eremonímia</p> <p>Estudo de nomes designativos de terras, desertos, ermos, regiões desabitadas:</p> <p>do Saara da Arábia de Gobi</p> <p>do Atacama</p> <p>de Bayuda</p> <p>do Namibe</p> <p>de Amargosa</p> <p>da Patagônia</p> <p>de Gibson</p> <p>de Accona</p>	<p>Limnonímia</p> <p>Estudo de nomes designativos de: lagos, lagoas, quedas 'água, pântanos e símiles</p> <p>Lago Titicaca Lago Baikal Lago Paranoá Lagoa dos Patos Lagoa da Conceição Lagoa Azul Cachoeira Paulo Afonso</p> <hr/> <p>Potamonímia</p> <p>Estudo de nomes designativos de rios:</p> <p>Nilo Amazonas Mississipe Reno Sena, Niger, etc.</p> <hr/> <p>Talassonímia</p> <p>Estudo de nomes designativos de mares e oceanos:</p> <p>Antártico Atlântico Índico Pacífico Mar da China Mar Báltico</p>	<p>Estudo de nomes designativos de astros, planetas e</p> <p>Terra</p> <p>Plutão</p> <p>Estrela d'Alva</p> <p>Aldebaran</p> <p>Canopus</p> <p>Cruzeiro do Sul</p> <p>Diadem</p> <p>Espiga</p> <p>Gacrux</p> <p>Hélion</p> <p>Izar</p> <p>Libra</p> <p>Pulcherrima</p>	<p>Estudo de nomes designativos de ventos, veículos, armas, títulos de livros etc;</p> <p>El Niño Mistral Minuano Elísios</p> <p>Chevrolet Fiat Honda Pálio Renault</p>	<p>Estudo de nomes designativos de produtos industriais</p> <p>Brasilit, Kibon Gilette Ypiranga (tinta), Repelex</p>
--	---	--	---	--	--	--	---	---	--

Quadro 2. Exemplos de antropônimos extravagantes utilizados em São José do Jacuri

Fonte: Dados da pesquisa

NOMES MASCULINOS	NOMES FEMININOS
Brasilino (Gomes Ferreira) Brucimário (Ferreira Oliveira) Deicharlainder de Jesus (Gonçalves) Germecim (Magalhães Araújo) Hosama Bim Ladem (dos Santos) Janeiro Fevereiro Março (da Silva) John Lenon (de Castro) Júnio Luan (Costa) Leaz (por Leal) Pantaleão (Xavier) Lennon Luís (Lopes) Luck Heutmann (Costa) Luiti Barrythelly Júnior (por Luigi Baricelli) Mesac Elenae (Almeida) Milhécio (Gomes Fernandes) Orivo (por Olívio) Maria (Oliveira) Polyrio Felix Raul Seixas Neto (Carvalho) Rennerdo (Nascimento Almeida) Ricksonerlleer Afonso (Costa) Vandiclero José (Silva)	Anistia (Donizete dos Santos) Avaides Aparecida (Santos) (por Anaíde) Cleonisa Brasiliano (Silva) Coeli Regina Cruzelina (Viega Santos) D'Ávila Cândida Denulângela (Gonçalves Santos) Diônata (por Jônatas) Maria Cândida Elidiona Aparecida (Dias) Elzalaide (Fernandes Queirós) Hortelina (Ferreira Silva) Kéldia Rosa (Silva) Lindoécia Lúcia (Batista) Magérica Lúcia (Batista) Manivalda (Alves Almeida) Nailimer Aparecida Napoliane Aparecida (Almeida) Pacoelly Regina (Braga) Senhorinha Maria de Jesus Susy Darling Eusebio (Bessa)

Quadro 3. Prenomes jacurienses mono e binucleares: configuração estrutural e estratégias de formação. Fonte: Dados da pesquisa

CONFIGURAÇÃO ESTRUTURAL DOS PRENOMES		PROCESSO(S) DE FORMAÇÃO VOCABULAR ENVOLVIDO(S)					
MONO-NUCLEAR	MULTINUCLEAR		COMPOSIÇÃO		DERI-VAÇÃO	IMPORTAÇÃO ESTRANGEIRA	
Adauto Aércio Afonço Ambrosina Apolônia Artenízia	Bimembre		Por Justaposição	Por Aglutinação / Cruzamento Vocabular	Sufixal (Lexical e Flexional)	Unilingue	Híbrida
	Contínua N + N (Coordenação)	Descontínua (Prep.) N+Prep.+N (Subordinação)					

Arisson	Allef Hérciles	Adão das Dores	Alzirinha Rosângela	Anelina	Ambrosina	Bauer	Aleff Hérciles (hebr. + anglo-axão)
Ashllay	Alzirinha Rosângela	Darlene de Lourdes	Anali Júlia	Brasilino	Alzirinha	Coeli Regina	
Azemir	Ana Pedro	D'Ávila Cândida	Ana Lúcia Rita	Brucimário	Carleto		
Bauer	Anistia Donizete		Analy Júlia	Cruzelina	Carlita		
Bernabé	Áurea Alontina		Anistia Donizete	Danyani	Carlota	Creiton	Bhrenda
Brucimário	Avaídes Aparecida		Arlone José	Deusilândia	Carmita	Wallace	Danielle (germ. + fr.)
Carmita	Bento Evaristo	Deicharlainder de Jesus	Avaídes Aparecida	Edlincoln	Carlisson	Davidsson	
Cassilda	Clayner Pacelli		Bellmonth Mateus	Edney	Cleusinha	Gefferson	Celma Alfa (árabe + gr.)
Cazimiro	Creiton Wallace	Edércio de Lourdes	Bráulio Delmiro	Elianderson	Geraldina		
Cristina	Creuzo Maria		Bhrenda Danielle	Elibedarle (de Hellib Darlley)	Geraldinho	Israela	Clayner Pacelli (ingl. + lat.)
Davidsson	Dayrlon Roberto	Eliana da Conceição	Carlota Izabel	Elimarço	Ivanita		
Deniis	Edney Veronez		Carlos Roberto	Elisângela	Laurita	Jean Michel	
Dimas	Eduardo Azeredo	Eva do Carmo	Clarice Auxiliadora	Elzalaide	Modestina		
Edney	Elza Maurício		Creide Basílio	Francimar	Natalícia	John Kennedy	D'Ávila Cândida (esp.+ lat.)
Ediane	Eulália Polidoro	João dos Inocentes	Elge Margarida	Gleucione	Ocarlito		
Elianderson	Filipe Maik		Elza Maurício	Ismália	Presentina	John Lennon	Filipe Maik (grego + ingl.)
Elibedarle	Gustavo Borges	Maria da Assunção	Eulália Polidoro	Jeancarlos	Robertina		
Elimarço	Heriky Raimundo	Maria da Glória ⁶	Francisca Miguel	Jeávila	Ronaldinho	John Lennon	Filipe Maik (grego + ingl.)
Elisângela	Iarny Luiz		Filipe Maik	Julianilson	Serginho		
Eneide	Israela Kayla	Maria da Luz	Girlene Flor	Juliandro	Terezinha	Kerlen	Heriky Raimundo (escand. + germânico)
Ezequiel	João Capistrano	Maria das Graças	Gustavo Borges	Juscimar	Tonica	Maikel Jacson	
Francimar	João Pedro		Hatos Alcino	Leidaine	Toninho		
Geraldinho	John Kennedy	Maria do Socorro	Heriky Raimundo	Leidilaura		Silvestre Stolone	Jeancarlos (fr. + germ.)
Ismália	John Lennon		Israela Kayla	Leidinaura	Aparecido		
Januário	Julenilson Jorge	Geralda da Luz	Leidnalva	Leonara	Creuzo	Stanrlei	Júnio Luan (latim + it.)
Jean Carlos	Luiara Stefane		Leonara	Lindileide	Eremito	Stella Maris/ Estella Mares	Karol Paulo (húngaro + lat.)
José	Magérica Luci	Glauciane de Fátima	João Capistrano	Lindinélio	Israela,		
Juscimar	Maikel Jacson		João Luiz	Lindisnei	etc.	Suzy Darling	Kenedy Emanuel (irl. + hebr.)
Kerlen	Maria Luiza	Izabel de Paula	João Pedro	Lindoécia		Talya Tayan	
Lindinelson	Maria Pedro		John Kennedy	Luiara		Tierry Hanry	Luiara Stefane (tupi + ingl.)
Ludmila	Miller Magno	José de Fátima	John Lennon	Ludineres		Wilton	
Marcoaurélio	Luck Haitmann		Magérica Lucy	Luznarda		Wilton Halley	Milher Magno (alemão. + lat.)
Melquisedeck	Odécio Francisco	José do Carmo		Manivalda		Wátilla, etc.	Rogher Antônio (germ.+ lat.) ⁷ etc.
Milhécio	Orivo Maria		Maria Nora Nev	Marcionila			
Mirani	Raul Seixas Neto	Reneide de Jesus, etc.		Nelsilene			
Perizalda	Ricksonerlleer Afonso		Maria Pedro	So nise			
Raí	Rogher Antônio		Sândalo Carleto	Pedrelina			
Realino	Sandley Emerson		Sebastiana Serafim	Petrina			
Ronaldinho	Sebastiana Serafim		Serginho Cléber	Petrolina			
Sívia	Serginho Cléber		Stela Maris	Ricardina			
Simoni	Simone Paulo		Sândalo Carleto	Rosalina			
Sócrates	Stela Maris		Sebastiana Serafim	Rosângela			
Soliane	Suely Victor		Serginho Cléber	Rosenildo			
Souliene	Wilton Halley		Simone Paulo	Rosinaldo			
Stanrlei	Silvestre Stolone		Stela Maris	Soliane			
Valdisnei	Taffarel Júnior		Suely Victor	Souliene			
Vanderlan	Talya Tayan		Toninho Cléber	Vanderlan			
Weliton	Toninho Cléber		Wdson José	etc.			
Wesdras	Última Tatiana		Wdson José, etc.				
Wátilla	Wátilla Angelino						
Wgo, etc.	Wdson José, etc.						

Quadro 4. Prenomes jacurienses com mais de dois núcleos: configuração estrutural

Fonte: Dados da pesquisa

PRENOMES				
COMPOSIÇÃO SEQUENCIAL				
Contínua	Descontínua			
	Simples		Dupla	Tríplice
N + N + N	N + N + Prep + N	N + Prep + N + N	N + Prep + N + Prep + N	N+ Prep+ N+N+N+Prep + N

⁶ Em alguns casos tem-se a elisão da preposição com artigo (masculino ou feminino), o que nos remete à questão do emprego, ou não, de artigo antes de nome próprio.

⁷ Informações obtidas em: GUÉRIOS, Prof. Rosário Farâni Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. São Paulo: Ave Maria, 1981.

1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	4	5
Ana Lúcia Rita	Ana Pedro Edwírgem	Creiton Wallace Antônio	Diônata Maria Cândida	Esdras Lázaro Pantaleão	Fernando Henrique Cardoso ⁸	João Paulo Henrique	Maria Nora Ney ⁹	Núbia Cristina Jesus	Ricardina Bento Jesus	Rose Ane Carla	Tonica Geralda Assunção ¹⁰	Zenine Pedro Carmo	etc.
Almedinda Maria da	Conceição	Arisa Ambrosina de	Lourdes	Presentina Maria de	Jesus	ândalo	Carleto	D'El-Rio,	etc.				
João dos	Inocentes	Saturnino											
Maria da	Paixão de	Jesus											
Maria da	Imaculada Con-	ceição	Aparecida de	Jesus									

Quadro 5. Prenomes jacurienses conferidos em homenagem a familiares ou amigos

Fonte: Dados da pesquisa

PRENOME							
DO(A) FILHO(A)	DOS PAIS		DOS AVÓS PATERNOS		DOS AVÓS MATERNOS		DE AMIGOS
	PAI	MÃE	AVÔ	AVÓ	AVÔ	AVÓ	
<i>Alzirinha</i>				Alzira			
<i>Ana Ordália</i> (Nordália)		Ana					
<i>Arisson</i>			Ari		Onofre		
<i>Brucimário</i>	Mário						
<i>Creuzo Maria</i>		Creuza					
<i>Elisângela</i>	Elias	Ângela					
<i>Francimar</i>	Francisco	Marilda					
<i>Geraldinho</i>							Geraldinho
<i>(Heriky) Raimundo</i>			Raimundo				
<i>(Iarny) Luiz</i>	Luiz						
<i>Ismália</i>	Ismar	Odília					
<i>(Julenilson) Jorge</i>	Jorge						
<i>Lindaécia</i>	Décio	Linda					
<i>Ludmila</i>		Lourdes				Emília	
<i>Luíara</i>		Lucineide					
<i>(Pedro) Celestino</i>			Celestino				
<i>(Rogher) Antônio</i>	Antônio						
<i>(Wátilla) Angelino</i>					Angelino		

Quadro 6. Prenomes jacurienses conferidos em agradecimento pessoal a benfeitores

Fonte: Dados da pesquisa

NOME ATRIBUÍDO	BENFEITOR	
	NOME	PROFISSÃO
<i>Edgar Júnior</i>	Dr. Edgar Ferreira Gomes	Médico da região
<i>Elimarço</i>	Dr. Elimarcus Lacerda	Médico de São José do Jacuri e ex- Prefeito da cidade de Água Boa –MG

⁸ Em casos como este, o sobrenome, *Cardoso*, é reinterpretado como nome, compondo, assim, um todo prenominal com seus antecedentes: *Fernando Henrique*.

⁹ *Nora Ney* é o nome artístico da cantora brasileira, batizada Iracema de Sousa Ferreira.

¹⁰ O elemento *Assunção* caracteriza-se, nesse caso, como parte do prenome do nomeado e não como sobrenome como ocorre em casos como o de Fábio Assunção, ator do cinema e da televisão brasileira.

<i>Jáder</i>	Dr. Jáder Petrucelli	Médico da região
<i>Lindinelson</i>	Sr. Lindinelson José Neto	Ex-Prefeito da cidade de Frei Lagonegro – MG
<i>Wenilton</i> (de Sousa) Wenilton dos Santos Wenilton Pereira	Dr. Wenilton Bernardo	Médico e Ex-Prefeito de São José do Jacuri, já falecido.

Quadro 7. Prenomes jacurienses de origem bíblica: Antigo Testamento

Fonte: Dados da pesquisa e Bíblia

ANTIGO TESTAMENTO		
FIGURA BÍBLICA	NOME DE BATISMO DO JACURIENSES	
	DO SEXO MASCULINO	DO SEXO FEMININO
ADÃO	<i>Adão das Dores</i> <i>Adão Margarida</i>	
EMANUEL	<i>Kenedy Emanuel</i>	
ESDRAS	<i>Esdras</i> <i>Esdras Lázaro</i> <i>Wesdras</i>	
EVA		<i>Eva Calixtado Carmo</i>
EZEQUIEL	<i>Ezequiel</i> (Santos Oliveira) <i>Miquéias Ezequiel</i> <i>Izaquiel</i> (por Ezequiel)	
SÃO GABRIEL ARCANJO	<i>Enzo Gabriel</i> <i>Osmano Gabriel Costa</i>	<i>Gabrielade Paula</i> (Oliveira) <i>Gabriele Eugênia</i> (Alves)
JÔNATAS	<i>Jhonatan José</i> (da Silva)	<i>Diônata Maria Cândida</i>
MELQUISEDEQUE	<i>Melquisedeck</i> (de Oliveira Alves)	
SAMUEL	<i>Samuel Henrique</i>	
SÃO MIGUEL ARCANJO		<i>Francisca Miguel</i> (dos Santos)
MIQUEIAS	<i>Miquéias Ezequiel</i>	
RUTH		<i>Ruth Luís</i> (Gomes)
ZACARIAS	<i>Zacarias Estêvão</i> (de Miranda)	

Quadro 8. Prenomes jacurienses de origem bíblica: “Novo Testamento”

Fonte: Bíblia e dicionário de nomes bíblicos (MORAES, 2006)

NOVO TESTAMENTO		
FIGURA BÍBLICA	NOME DE BATISMO DO JACURIENSES	
	DO SEXO MASCULINO	DO SEXO FEMININO
JESUS	<i>Creuzo Maria de Jesus</i> <i>Deichailander de Jesus</i> <i>Rivelino Aparecido Jesus</i>	<i>Agostinha Ana de Jesus</i> <i>Aparecida de Jesus</i> <i>Leduína Jesus</i> <i>Maria da Paixão de Jesus</i> <i>Maria Imaculada Conceição Aparecida de Jesus</i> <i>Maria Virgem de Jesus</i> <i>Núbia Cristina Jesus</i> <i>Presentina Maria de Jesus</i> <i>Reneide de Jesus</i> <i>Ricardina Benta Jesus</i> <i>Senhorinha Maria Jesus</i> <i>Terezinha Valu Jesus</i>
	<i>Adão das Dores</i> <i>Afonso Maria</i> (da Silva) <i>Antônio Maria</i> (de Oliveira) <i>Barnabé Aparecido</i> (de Moura) <i>Creuzo Maria de Jesus</i> <i>Edércio de Lourdes</i> (Alves) <i>Jânio da Conceição</i> (Oliveira) <i>José de Fátima</i> (Oliveira)	<i>Ana Maria</i> (Claudino) <i>Aparecida de Jesus</i> <i>Avaides Aparecida</i> <i>Carmelita</i> <i>Cibele Aparecida</i> <i>Clarice Auxiliadora</i> <i>Cleusinha Maria Paulo</i> <i>Coeli Regina</i>

<p>NOSSA SENHORA</p>	<p><i>José do Carmo</i> (Freitas) <i>José Maria</i> (Costa) <i>Leonan Aparecido</i> (Oliveira) <i>Lindisnei Aparecido</i> (Martins) <i>Neisson Vanderley do Carmo</i> <i>Orivo Maria</i> (Oliveira) <i>Paulo Sérgio do Carmo</i> <i>Rivelino Aparecido</i> Jesus <i>Rosenildo Aparecido</i> (Moura) <i>Tiago José do Carmo</i></p>	<p><i>Creusa do Rosário</i> <i>Diônata Maria Cândia</i> <i>Eliana da Conceição</i> <i>Elidiona Aparecida</i> (Chaves) <i>Estela Mares</i> <i>Eva do Carmo</i> <i>Glauciane deFátima</i> <i>Hosana Aparecida</i> <i>Inayara Aparecida</i> <i>Inês Aparecida</i> <i>Ione Maria</i> <i>Ivanita Aparecida Rita</i> <i>Larissa Ambrosina de Lourdes</i> <i>Leidinalva Aparecida</i> <i>Leunice Maria</i> <i>Maria</i> Angélica <i>Maria Aparecida</i> <i>Maria Auxiliadora</i> <i>Mariada Assunção</i> <i>Maria da Conceição</i> (Alves) <i>Maria da Conceição</i> (Pereira) <i>Maria da Imaculada Conceição Aparecida</i> de Jesus</p>
-----------------------------	---	--

(continuação)

NOVO TESTAMENTO		
FIGURA BÍBLICA	NOME DE BATISMO DO JACURIENSES	
	DO SEXO MASCULINO	DO SEXO FEMININO
	<p>NOSSA SENHORA</p>	
	<p><i>Arlone José</i> <i>Antônio José</i> (de Almeida) <i>Cláudio José</i> (dos Santos) <i>Jhonatan José</i> (da Silva) <i>Júnior José</i> <i>José Aderson</i> (da Rocha)</p>	<p><i>Joselina Raimundo</i> <i>Maria José</i> (Santos) <i>Joselaine Angelina</i></p>

SÃO JOSÉ	<p><i>José</i> (Alves Rocha) <i>José Amador</i> (dos Santos) <i>Jose Antônio</i> (Barroso) <i>José Antônio</i> (Gomes) <i>José Aparecido</i> (Ferreira) <i>José Atanásio</i> (Araújo) <i>José de Fátima</i> <i>José do Carmo</i> <i>José</i> (Gonçalves Alves) <i>José Maria</i> Augusto <i>José Maria</i> (de Oliveira) <i>José Maria</i> (dos Santos) <i>José</i> (Nunes Neto) <i>José</i> (Oliveira) <i>José Paulo</i> (Oliveira) <i>José</i> (Portela) <i>Marcos José</i> (de Oliveira)</p>	
----------	---	--

SÃO JOSÉ	<p><i>Thiago José</i> (Santos) <i>Tiago José</i> do Carmo <i>Valdevino José</i> <i>Wdson José</i></p>	
SANTA ANA (Mãe de Nossa Senhora)		<p><i>Agostinha Ana</i> de Jesus <i>Ana Clara</i>, (Oliveira) <i>Ana Florinda</i> (Queirós) <i>Ana Maria</i> (Alves) <i>Ana</i> (Pacheco) <i>Ana Paula</i> (Monteiro) <i>Ana Pedro Edwirmgem</i>, etc.</p>
SANTA ISABEL (Mãe de Nossa Senhora)		<p><i>Carlota Izabel</i> (dos Anjos) <i>Izabel de Paula</i>, <i>Neurisa Ezabel</i>, etc.</p>
SÃO JOÃO BATISTA	<p><i>João Bento</i> <i>João Carlos</i> (Vieira) <i>João dos Inocentes</i> <i>João Luiz</i> (Alves) <i>João Paulo Henrique</i> <i>João Pedro</i> (Linhares) <i>João Vítor</i> (Queirós) <i>Vandicleiro João</i> (da Silva) <i>João Delmírio Santos</i></p>	<p><i>Joana</i> (Alves de Oliveira) <i>Joana D'arc dos Santos</i> <i>Joana D'arc Barroso</i></p>
ZAQUEU	<p><i>Zaqueu</i> Evangelista</p>	

APÓSTOLOS DE CRISTO

SÃO FELIPE	<p><i>Felipe Anderson</i> (Cardoso) <i>Filipe Maik</i> (Cardoso)</p>	
SÃO PEDRO	<p><i>João Pedro</i> (Linhares) <i>Pedro Augusto</i> (dos Santos) <i>Pedro Celestino</i></p>	<p><i>Ana Pedro Edwirmgem</i> <i>Maria Pedro</i> (Costa) <i>Pedrelina Aparecida</i> (dos Santos) <i>Petrina</i> (de Sousa Braga) <i>Petrolina</i> (Alves Silva)</p>
SÃO TIAGO	<p><i>Thiago José</i> (Santos) <i>Thyago</i> (Menezes Vidal) <i>Tiago José do Carmo</i> <i>Thiago Natalino Silva</i></p>	

EVANGELISTAS

SÃO MARCOS	<p><i>Marcos José</i> (de Oliveira)</p>	
SÃO MATEUS	<p><i>Belmonth Mateus</i> (Gomes) <i>Matheus</i> (Ribeiro dos Santos)</p>	
SÃO LUCAS	<p><i>Lucas</i> (Ronielly Santos) <i>Lucas Vítor</i> (Magalhães)</p>	

NOVO TESTAMENTO		
OUTROS		
FIGURA BÍBLICA	NOME DE BATISMO DO JACURIENSES	
	DO SEXO MASCULLINO	DO SEXO FEMININO
SANTA MARTA		<i>Elvira Marta</i> (da Silva) <i>Marta</i> (Oliveira Costa)
SÃO BARNABÉ ¹¹	<i>Barnabé Aparecido</i> (de Moura)	
SÃO LÁZARO	<i>Esdras Lázaro</i> (Pantaleão)	
SÃO PAULO	<i>Paulo Afonso</i> (Silva) <i>Paulo Mariano</i> (Costa) <i>Paulo Sérgio do Carmo</i> <i>Simone Paulo</i> (de Almeida) ¹²	<i>Ana Paula</i> (Monteiro) <i>Edna Paulo</i> <i>Gabriela de Paula</i> (Oliveira) <i>Izabel de Paula</i> <i>Juliana Paula</i> <i>Maria Paulina</i> <i>Paulina</i> (Queirós)

(conclusão)

Quadro 9. Apelidos masculinos compostos por acréscimo de nome de de familiar

Fonte: Dados da pesquisa

APELIDOS

NOME DE BATISMO	APELIDO			
	TRANSCRIÇÃO	CONSTITUIÇÃO		
		1º Prenome/Apelido + Nome do Cônjuge	1º Prenome/Apelido + Nome/Sobrenome de Genitor	
			Pai	Mãe
Antônio José de Almeida	<i>Antônio da Cassilda</i>			Cassilda Elza da Costa
Antônio Alves de Meira	<i>Toninho da Stela</i>	Stela Maris Machado		
Antônio de Oliveira Alves	<i>Toninho da Geneci</i>	Geneci de Queirós OliveiraAlves		
Antônio Geraldo Barroso	<i>Toninho do Jair</i>		Jair Barroso de Oliveira	
Armando Gomes Sardinha	<i>Neném Castor</i>		José Castor	
Bento Evaristo Ferreira	<i>Bento da Sá Deca</i>			Modesta Evaristo
Cláudio José dos Santos Rocha	<i>Cláudio da Juca</i>			Maria José dos Santos Rocha
Geraldo César de Moraes	<i>Geraldo de Sá Joana</i>			Joana de Sousa Silva
Jorge Gomes de Freitas	<i>Jorge do Zédo Quinzinho</i>		José Satiro Neto	
José Nunes Neto	<i>Zé da Marcela</i>			Marcela Alves Nunes
José Oliveira Alves	<i>Zeze do Américo</i>		Américo Oliveira Alves	
José Rosa Silva	<i>Nô do Zé Leão</i>		José Alves Leão	
José Satiro Neto	<i>Zé do Quinzinho</i>		Joaquim Gomes de Freitas	
Marcos José de Oliveira	<i>Marquinho do Lô</i>		José Maria de Oliveira	
Nilson Afonso Gonçalves	<i>Nilson do João Gonçalves</i>		João Gonçalves Fernandes	
Pedro Celestino	<i>Pedro do Zico</i>		José Samuel Gomes	etc.

¹¹ Embora, nos "Ato dos Apóstolos", seja referido como um dos apóstolos de Cristo, na verdade, São Barnabé, faz parte do chamado Grupo dos Setenta Discípulos de Jesus.

¹² No caso, *Simone* designa pessoa do sexo masculino.

Quadro 10. Apellidos femininos compostos por acréscimo de nome de familiar

Fonte: Dados da pesquisa

NOME DE BATISMO	APELIDO			
	TRANSCRIÇÃO	CONSTITUIÇÃO		
		1º Prenome/Apelido + Nome do Cônjuge	1º Prenome/apelido + Nome/Sobrenome de Genitor	
		Pai	Mãe	
Ana Maria Gonçalves	<i>Ana do Márcio</i>	Márcio Gomes Fernandes		
Ângela Maria Carvalho	<i>Ângela da Fuapa</i>			Maria das Dores Lopes
Anísia Gomes da Silva	<i>Nilza do Zé da Venda</i>	José Antônio Gomes		
Cleonice de Carvalho	<i>Cleonice do Vander</i>	Vander César de Carvalho		
Conceição Emília dos Santos	<i>Tica do Zé Angelino</i>		José Angelino dos Santos	
Conceição Coelho do Carmo	<i>Conceição do Zé Lupim</i>	José Lopes do Carmo		
Efigênia França Lima	<i>Tita do Zé Lima</i>	José de França Lima		
Ione Aparecida Alves	<i>Ione do Iécio</i>	Iécio José Alves		
Leila Gomes Almeida	<i>Leila da Zu</i>			Maria Geralda Gomes
Leila de Carvalho Seara	<i>Leila da Fuapa</i>			Maria das Dores Lopes
Maria Aparecida Silva Barroso	<i>Aparecida do Toninho</i>	Antonio Geraldo Barroso		
Maria da Conceição Aparecida	<i>Maria do Zé da Inês</i>	José Aparecido		
Maria de Fátima Costa	<i>Maria do Adãozinho</i>	Adão Francisco da Costa		
Maria de Lourdes Oliveira Alves	<i>Lourdinha do Jorge</i>	Jorge José Alves		
Maria do Socorro Oliveira	<i>Socorro do Luís do Américo</i>	Luís José de Oliveira		
Maria Geralda dos Santos	<i>Dinha do Jair Soldado</i>	Jair Pereira do Nascimento, ex-soldado da Polícia Militar		
Maria José de Almeida	<i>Zeze do João</i>	João Gomes de Almeida		
Naquite Nunes	<i>Naquite do Zé da Marcela</i>	José Nunes Neto		Marcela Alves Nunes
Neide Oliveira Coelho	<i>Neide do Vivi</i>		Juviniano Augusto	
Nilma Gonçalves Madeira Chaves	<i>Nilma do Boré</i>	Antônio Chaves Oliveira		
Nilma Oliveira Nascimento	<i>Nilma do Chiquinho</i>	Francisco Carlos Pereira		
Olga Alves Garcia	<i>Olga do Anísio</i>	Anísio de Deus Garcia		
Rosângela G. Oliveira	<i>Rosângela do Nilson</i>	Nilson Afonso Gonçalves		
Rosilei Milene Araújo	<i>Tica do Zé Cuceça</i>	Zé Cuceca = José Atanásio Araújo		
Sandra Mara Alves	<i>Sandra do Liu</i>	Hélio Oliveira Alves		
Valdeci Gonçalves Vilarino	<i>Valdeci do Antônio Júlio</i>		Antônio Vilarino	Julio

Quadro 11. Apellidos relacionados com traços pessoais dos jacurienses

Fonte: Dados da pesquisa

NOME	APELIDO	MOTIVAÇÃO
Alexandre Felix	<i>Ravengar</i>	Analogia com o cabelo de Ravengar, personagem da novela "Que rei sou eu?", da Rede Globo de Televisão.
Alzirinha Rosângela Neta	<i>Soca</i>	Menção do hábito da apelidada em socar os meninos, quando criança.
Anderson José Almeida	<i>Pão</i>	Analogia com o modo de correr de um pão anunciado em comercial da televisão brasileira.
Anísia Alves Gomes	<i>Nilza (do Zé da Venda)</i>	Corruptela/substituição do nome original "Anísia" por outro de pronúncia similar mais fácil.
Antônio Chaves Oliveira	<i>Boré</i>	Emprego homenageativo do nome do padrinho "Antônio Boré".
Antônio Moreira Rocha	<i>Bituquinha</i>	Tratamento carinhoso expresso por meio de sufixação diminutiva de "bituca", termo que lembra o hábito que o apelidado tinha, quando criança, de recolher "tocos" de cigarro na rua.
Antônio Ferreira Timóteo	<i>Antônio Magrinho</i>	Tratamento carinhoso expresso por meio de sufixação diminutiva, do adjetivo magro, como referência à fragilidade física do apelidado.
Armando Gomes Sardinha	<i>Neném (Castor)</i>	Tratamento carinhoso expresso por leixia hipocorística.
Carlos Gonçalves Caetano	<i>Zuim</i>	Tratamento carinhoso formado por redução de sons e pelo diminutivo -im, corruptela de -inho (Zoinho, de "Os olhos"). No caso, serve como indicador, em acepção contrária à realidade, do tamanho enorme dos olhos do apelidado.

Carlos Lacerda Oliveira	<i>Branco</i>	Uso de termo referente a traço físico (cor da pele) característico do apelidado.
Carlos Roberto Santos	<i>Batatinha</i>	Referência, por analogia, à compleição física do apelidado.
Claudiana Monteiro	<i>Cuca</i>	Referência metafórica à inteligência da apelidada.
Claudimar Félix Silva	<i>Noia</i>	Manifestação de desdém por meio do emprego de termo desconhecido usado para qualificar a pessoa como “chata, enfadonha”
Dílso Marinho Lucena	<i>Uí</i>	Termo referente ao baixo peso (700 gramas) do apelidado, quando recém-nascido.
Edson Geraldo Barroso	<i>Catita</i>	Atribuição de nome de animal, por analogia entre o tamanho dos olhos do apelidado e os olhos enormes dos ratos-catitas ou camundongos.
Edson Alves de Moura	<i>Liso</i>	Emprego de um dos regionalismos brasileiros usados como alusão a pessoas sem dinheiro, “duras”.
Edson Oliveira Costa	<i>Fominha</i>	Uso da forma diminutiva do substantivo “fome”, com valor aumentativo, uma vez que sinalizador de pessoa comilona, arada, esganada.
Edward Luis Madeira	<i>Badé</i>	Extensão de uso da forma truncada do sobrenome “ Madeira ”, pronunciado pelos familiares do apelidado com [b] em lugar de [m]
Ernane Luiz Guimarães	<i>Gó</i>	Extensão de uso do substantivo comum “gol”, pronunciado “go” pelo próprio apelidado, quando ainda criança.
Ernane Vieira Nascente	<i>Durock</i>	Emprego de nome de animal como referência a ‘pessoa gorda’, especificada, no caso, como ‘porco da raça duroc’.
Ésio Alves	<i>Jurubeba</i>	Referência ao nome do remédio pedido costumeiramente pelo pai, quando em estado de ressaca etílica.
Fernando Gomes de Almeida	<i>Canarinho</i>	Menção à aptidão do apelidado em assobiar tão bem.
Flaviano Luís dos Santos	<i>Cancão</i>	Sinônimo de “gavião”, usado como referência a homens tidos como “mulherengos”.
Flávio Nascimento	<i>Pastel Velho</i>	Alusão ao hábito que o apelidado tinha de, quando menino, comer, no fim do dia, os pasteis restantes do bar de seu pai.
Francisco Carlos Pereira	<i>Chiquinho do Lavador</i> (ou seja, lavadouro de carros)	Emprego de hipocorístico formado por truncamento e sufixação diminutiva do nome “Franciso”, seguido de expressão indicadora de sua profissão: proprietário do único posto de lavagem de carros da cidade.
Geni Ribeiro	<i>Pelé</i>	Atribuição, por chacota antonímica, do apelido de um dos maiores jogadores do futebol brasileiro de todos os tempos a um jogador de várzea da cidade.
Geraldo José Silva	Geraldo <i>Frox</i> a (de Frouxa) <i>Égua</i>	Emprego de uma expressão idiomática corrente entre nós, como forma de mostrar o hábito que o apelidado tinha de andar a cavalo até que o animal não agüentasse mais.
Geraldo Antônio da Rocha	Geraldo <i>Turinha</i>	Uso da forma hipocorística diminutiva do vocábulo “tora” (de madeira) com valor aumentativo, como referência à robustez de corpo do apelidado.
Geraldo Costa Siva	Geraldo <i>Fubá</i>	Emprego metonímico do termo “fubá”, como indicador da profissão de “dono de moinho” do apelidado.
Heuber Dias Torres	<i>Faisca</i>	Emprego metafórico do termo “faisca” como forma de sinalização da magreza do apelidado.
Joaquim Antônio	Joaquim <i>Regaço</i>	Referência à maneira inesperada com que o apelidado costuma sair dos locais onde comparece.
Joaquim José Silva	Joaquim <i>Minhoca</i>	Alusão à paixão excessiva do apelidado pela pesca.
José Aderson da Rocha	<i>Zé do Frango</i>	Emprego de hipocorístico formado por redução silábica inicial, seguido do nome do animal identificador da profissão e da qualidade do serviço prestado pelo dono da melhor “casa de frango caipira” da cidade.
José Amador dos Santos	<i>Zé Pega Pinto</i>	Emprego de estrutura oracional que tem como sujeito um hipocorístico com redução silábica inicial, e, como predicado, um SV que serve para caracterizar o sujeito como ladrão de galinha.
José Angelino	<i>Zé(Angelino)</i>	Hipocorístico formado por redução silábica.
José Antônio Gomes	<i>Zé da Venda</i>	Uso de hipocorístico formado por redução silábica inicial, seguido de in-formação relativa à profissão do apelidado: dono de uma mercearia que começou como uma venda.
José Aparecido Ferreira	<i>Zé Capeta</i>	Uso de hipocorístico formado por redução silábica, seguido de uma das denominações do “demônio”, em razão da feiúra física de ambos.
José Atanásio Araújo	<i>Zé Cueca</i>	Adição a uma forma hipocorística formada por redução silábica inicial, do termo “cueca”, como referência ao hábito do apelidado de deixar aparecer uma parte dessa peça do vestuário masculino.
José Gonçalves Alves	<i>Prumo</i>	Alusão, por meio de metáfora, ao porte elegante e rijo do apelidado.
José Maria Augusto	<i>Zé Amendoim</i>	Alusão à profissão do apelidado, conhecido como grande produtor de amendoim.
José Paulo Oliveira	<i>Zé Miúdo</i>	Uso de hipocorístico formado por redução silábica inicial, seguido de adjetivo indicador de sua compleição física diminuta.
José Rosalvo Pereira	<i>Soró</i>	Referência à semelhança física entre o apelidado e o ator, cantor e compositor pernambucano Arnoud Rodrigues, que fez o maior sucesso como intérprete Soró Sereno, na novela “Pão pão, beijo beijo”, escrita por Walter Negrão de Lima para a Rede Globo de Televisão.
Laureci Alves Dias	<i>Cenourão</i>	Emprego, por analogia, do nome do legume que serve para sinalizar a altura e a profissão do apelidado, identificada através do uniforme da COPASA, de cor alaranjada.
Leandro de Pinho	<i>Mangão</i>	Informação a respeito do hábito do apelidado em mangar, zombar das pessoas.

Luciano Siqueira Ramos	<i>Juquinha</i>	Homenagem prestada a um tio do apelidado, conhecido com o apelido hipocorístico <i>Juca</i> .
Luiz Antônio Oliveira	<i>Pedro Coberta</i>	Comparação do apelidado com uma mendiga que só andava pelas ruas arrastando uma coberta.
Magno Marcos Machado	<i>Meio Quilo</i>	Indicação da compleição física franzina do apelidado, que hoje não tem mais as mesmas características de franzino.
Maria de Fátima Oliveira	<i>Maria Cambeba</i>	Adjunção ao primeiro prenome de batismo da apelidada do nome de uma das tribos indígenas do grupo tupi-guarani.
Maria das Dores Lopes	<i>Fuapa</i>	Uso de termo de origem desconhecida tanto pela apelidada quanto pelos seus conhecidos.
Maria de Fátima Oliveira	<i>Maria Cambeba</i>	Alusão à semelhança física da apelidada com as mulheres índias.
Maria Hilda Félix	<i>Natinha</i>	Emprego metafórico do diminutivo de “nata”, como indicação da brancura da pele da apelidada.
Maria José dos Santos	<i>Juca</i>	Homenagem prestada a um primo conhecido com o apelido hipocorístico <i>Juca</i> .
Maria José Silva	<i>Tita</i>	Uso de hipocorístico já cristalizado como apelido
Mauro Antônio dos Santos	<i>Bandolim</i>	Indicação, em forma metonímica, de bandolinista.
Modesta Evaristo Ferreira	<i>Sá Deca</i>	Uso de forma de tratamento respeitosa seguida de hipocorístico cristalizado como apelido.
Moisés Felix	<i>Bodão</i>	Analogia com a barbicha do bode e alusão, através do aumentativo, ao machismo do apelidado.
Nelson Vieira	<i>Binguinha</i>	Alusão ao cacoete do apelidado em acender sem parar o isqueiro (binga) que traz consigo para acender o cigarro.
Rosimeire Gonçalves da Silva	<i>Tunga</i>	Atribuição do nome de um inseto (bicho-de-pé) como referência ao pequeno porte físico da apelidada.
Sérgio Oliveira Costa	<i>Robô</i>	Uso metafórico de termo que traduz o jeito de andar do apelidado.
Valter Antônio do Carmo	<i>Maninho</i>	Extensão de uso da forma hipocorística diminutiva atribuída pelo irmão do apelidado.
Vanderlisa Queirós	<i>Preta</i>	Nominalização de adjetivo de aceção contrária ao traço físico real da apelidada que, na verdade, tem a pele branca.
Walmir Luís dos Santos	<i>Grilo</i>	Atribuição metafórica do nome de um inseto tão magro quanto o apelidado.
Werley Peixoto	<i>Ruela</i>	Metaforização do substantivo comum “ruela” como indicação do tipo físico rotundo do apelidado.

Quadro 12. Apelidos jacurienses de caráter hipocorístico

Fonte: Dados da pesquisa

NOME	APELIDO	MODO DE FORMAÇÃO DO HIPOCORÍSTICO
Ana Luiza	<i>Lulu</i>	Reduplicação da primeira sílaba do nome “Luiza”.
Anderson Mota	<i>Lelé</i>	Reduplicação de sílaba de nome não identificado pelo próprio apelidado.
Antônio Alves de Meira	<i>Toninho</i> (da Stela)	Truncamento da sílaba inicial e sufixação diminutiva do nome “Antônio”
Antônio Pedro dos Santos	<i>Nico</i>	Truncamento e sufixação diminutiva (-ico) do nome “Antônio” (Antônico > Tonico > Nico)
Carlos Renato Silva	<i>Caim</i>	Corruptela (-im) do sufixo diminutivo -inho, agregado ao nome “Carlos”: Carlinho(s) > Caim.
Carlos Roberto Nogueira	<i>Zizi</i>	Extensão de uso de forma hipocorística cristalizada como apelido entre nós.
Conceição Emília dos Santos	<i>Tica</i> (do Zé Angelino)	Extensão de uso de forma hipocorística cristalizada como apelido entre nós.
Dirciléia Polidoro Monteiro	<i>Ném</i>	Extensão de uso de hipocorístico formado com truncamento silábico (Neném > Ném), cristalizado como apelido entre nós.
Ederval Luís Gomes	<i>Vazinho/Vazim</i>	Derivação diminutiva com truncamento silábico: “Ederval” > “Val” > “Vazinho” > “Vazim” (pronúncia popular)
Efigênia França Lima	<i>Tita</i> (do Zé Lima)	Extensão de uso de forma hipocorística resultante de redução silábica e de sufixação diminutiva, cristalizada como apelido entre nós.
Elisângela Maria de Carvalho	<i>Mininha</i>	Uso do hipocorístico de sentido geral “menina” reforçado como tal por meio de derivação sufixal diminutiva.
Fábio José Almeida	<i>Piquitito</i> (de Pequetito)	Extensão de uso de hipocorístico formado por sufixação diminutiva do adjetivo “pequeno”, cristalizado como apelido entre nós.
Hélio Oliveira Alves	<i>Liu</i>	Uso de hipocorístico formado por redução silábica inicial do nome do apelidado: Hélio
José Lopes do Carmo	<i>Zé Lupim</i>	Uso duplo de hipocorístico, sendo o primeiro formado por redução silábica inicial do nome “José”, e o segundo, por sufixação diminutiva popular do sobrenome do apelidado: “Lopes”.
José Maria de Oliveira	<i>Lô</i>	Emprego de hipocorístico formado por redução de nome desconhecido pelo próprio apelidado.
José Maria Monteiro	<i>Nenego</i>	Redobro da sílaba inicial de “nego”, item de aceção indeterminada.
Jovanete Maria Augusto	<i>Pitoca</i>	Forma hipocorística de origem desconhecida ou criada aleatoriamente.

Leidinalva Martins	<i>Xuquinha</i>	Derivação por sufixo diminutivo de forma hipocorística criada aleatoriamente.
Liziane de Carvalho	<i>Lili</i>	Repetição da primeira sílaba do nome da apelidada.
Luciano Siqueira Ramos	<i>Juquinha</i>	Derivação por sufixação diminutiva de nome também hipocorístico.
Marcelo Maia	<i>Binha</i>	Criação hipocorística por meio de derivação diminutiva criada aleatoriamente em nossa língua.
Maria da Conceição Rocha	<i>Lulusca</i>	Repetição de sílaba estranha ao nome da apelidada e uso de sufixo de origem eslava.
Maria das Dores Alves	<i>Doxinha</i>	Derivação sufixal diminutiva a partir da junção do nome da apelidada com o vocábulo “doce”, pronunciado
Maria das Dores Nascimento	<i>Dozinha</i>	Derivação sufixal diminutiva a partir da primeira sílaba do nome da apelidada.
Maria das Dores Oliveira	<i>Nenega</i>	Extensão do uso de hipocorístico formado com sílaba repetida, já cristalizado com o <i>status</i> de apelido entre nós.
Maria de Carvalho Nascimento	<i>Lizinha</i>	Extensão do uso de hipocorístico formado com sílaba repetida, já cristalizado com o <i>status</i> de apelido entre nós.
Maria Geralda Gomes	<i>Zu</i>	Extensão de uso de hipocorístico já cristalizado como apelido entre nós.
Maria Geralda dos Santos	<i>Dinha</i> (do Jair Soldado)	Extensão de uso de hipocorístico diminutivo cristalizado como apelido entre nós.
Rosilei Milene Araújo	<i>Tica</i> (do Zé Cueca)	Extensão de uso de hipocorístico já cristalizado como apelido entre nós.
Rosimeiry Vilarino Alves	<i>Mizuca</i>	Criação de forma de expressão carinhosa.
Sebastião Maia Nascimento	<i>Du</i>	Extensão de uso de forma hipocorística empregada habitualmente como apelido de pessoas de nome “Eduardo”, “Duarte”, “Durvalino”, etc.
Vagner Oliveira Gomes	<i>Lulu</i>	Extensão de uso de forma hipocorística empregada habitualmente como apelido de pessoas de nome “Lúcio”, “Luiz”, “Lucas”, etc.
Vanderléia Vilarino	<i>Tuca</i>	Extensão de uso de hipocorístico formado por redução silábica, já cristalizado como apelido entre nós.

2.1 Análise dos Nomes de Batismo

Com base na concepção de língua como uma espécie de metafísica que transcende os triviais espaços da comunicação diária e traz consigo a história de um povo, de um tempo, defendemos aqui, a hipótese de que os nomes, quer comuns, quer próprios, configuram-se como instrumentos suscetíveis de nos revelar algo mais que a ação linguageira levada a termo por seus usuários.

A escolha dos nomes pessoais é tão importante que o Código Civil Brasileiro, através de lei especial — a Lei de número 6.015 —, proíbe que os oficiais do cartório civil registrem prenomes que exponham ao ridículo os seus portadores, impondo-lhes danos psicológicos, morais e sociais. Todavia nem mesmo a força da legislação tem conseguido o êxito desejado, detendo a criatividade de alguns “pais” brasileiros, que teimam em batizar seus filhos com nomes exóticos e, por vezes, estapafúrdios como: América do Sul Brasil de Santana, Cheio Quispirra (por Shakespeare), Chevrolet da Silva Ford, Cotonifício Giorgi, Crescêncio Escada Vara, Ernesto Segundo da Família Lima, Ervilhaço, Fotocópia Autenticada, Fumanciano das Americas, Graciosa Rodela, Glorivaldo, Hypotenusa Pereira, Madeusa (correspondente a “made in USA”) Machado, Jessé Herói Scully, Rocambole Simonato, Percephinn, e outros mais que, tão ou mais bizarros que esses, acabam fazendo de seus portadores objeto de riso e de depreciação por parte das pessoas.

2.1.1 Prenomes mononucleares

No exame dos antropônimos compostos de uma base prenominal única, percebeu-se o seguinte:

- a) boa parte dos prenomes advém de uma forma originariamente mononuclear, ou já cristalizada como tal em nossa língua. Ex: *Adauto, Aécio, Afonso, Bernabé, Bauer, Cassilda, Cazimiro, Cristina, Déia, Dimas, Ezequiel, Glauber, Januário, Kerlen, Ludmila, Mirani, Pedro, Raí, Rosa, Sívia (sil), Simoni (por Simone), Sócrates, Weliton, Wesdras, etc.*;
- b) vários deles se configuram como mononucleares como resultado da atuação dos dois processos básicos de formação vocabular no português: de **composição por aglutinação** — *Andre Carla, Edney, Elianderson, Elimarço, Elisângela, Jean Carlos, Leididai, Leidilaura, Marco Aurélio*, etc. —, e de **derivação**, quer lexical — *Alzirinha, Carleto, Carmita, Cleusinha, Geraldinho, Ronaldinho, Serginho*, etc.—, quer flexional — *Creuzo* (masculino de Creusa), *Eremito* (masculino de Eremita), *Israela* (feminino de Israel), *Oscarlina* (feminino de Oscarlino), *Sharleno*, (masculino de Sharlene), etc.
- c) no conjunto de antropônimos formados por aglutinação, verifica-se uma variação de grau de junção entre seus dois núcleos formadores, embora isso não transpareça na língua escrita. Assim, em nomes como *Brucimário, Edney, Elimarco, Elisângela, Francimar, Lindinelson; Valdisnei* (de *Walt Disney*) e outros mais, temos um bloco de elementos foneticamente mais unidos, diferentemente, pois, de *Marco Aurélio, Ricksonerller*, cujos componentes mantêm uma certa autonomia sonora, próxima à de sua forma originária;
- d) no repertório dos nomes estrangeiros formados por aglutinação de dois ou mais componentes, alguns (poucos) contêm elementos de uma mesma língua — *Ricksonerller, Edney* (inglês + inglês) —, e outros (a maioria), elementos de línguas diferentes (hibridismo): *Brucimário* (inglês + português), *Elianderson* (português + inglês), *Jean Carlos* (francês + português);
- e) dos nomes decorrentes de derivação sufixal diminutiva — *Carmita, Cleusinha, Geraldinho, Toninho, Tonica, Serginho*, etc.— vários configuram-se como exemplos da reinterpretação de seus sufixos como de grau normal, perdendo, em decorrência disso, a sua conotação hipocorística e a ligação necessária com o nome de um dos pais, que nos levaria à seguinte inter-relação: *Carmem/Carmita, Cleusa/Cleusinha, Geraldo/Geraldinho, etc.*;
- f) alguns prenomes originam-se do sobrenome da pessoa homenageada, casos, por exemplo, de: *Taffarel*, ex- goleiro da seleção brasileira, cujo nome completo, Cláudio André Mergen Taffarel, é totalmente desconhecido dos torcedores brasileiros; *Wotila*, sobrenome (aportuguesado) de *Carol Wojtyla*, nome de batismo do Papa João Paulo II;
- g) vários antropônimos mononucleares apresentam singularidades em razão da forma gráfica com que foram registrados em cartório: *Aécio* por *Aécio*; *Afonso* por *Afonso*; *Almedinda* por *Almerinda*; *Anésio* por *Anísio*; *Bernabé* por *Barnabé*; *Cassilda* por *Cacilda*; *Deniis* por *Denis*; *Gabino* por *Gabínio*; *Leididai* por *Lady Di*; *Leidilaura* por *Lady Laura* (mãe do cantor Roberto Carlos); *Sívia* por *Sílvia*; *Simoni* por *Simone*; *Weliton* por *Wellington*; *Wesdras* por *Esdras*; *Wgo* por *Hugo* (por hipercorreção); *Watilla* por *Wojtyla*; etc. Caso especial, nesse grupo, é o de *Eneide, Deicharlainder*, cuja origem se deve a uma célula conversacional atingida por “ruído” de interpretação: ao perguntar ao pai o nome da criança a ser registrado, o escrivão

do cartório ouviu: “É Neide”, “Deixa Arlainer” que ele interpretou e registrou como “Eneide e Deicharlainer”;

h) alguns nomes (*Mirani, Naidino*), de estrutura opaca, não tiveram decifrada a sua formação.

2.1.2 Prenomes multinucleares

No tocante aos antropônimos prenominais multinucleares, formados de dois ou mais núcleos, detectam-se, de um lado, pontos comuns com os mononucleares e, de outro, traços peculiares à sua classe. Dentre as coincidências, mencionem-se as seguintes:

- a) o emprego de formas que, embora compostas por justaposição, já se cristalizaram entre nós: *Ana Maria, João Carlos, João Vitor, Stela Maris*, etc;
- b) a formação por composição adjuntiva de nomes como: *Allef Hércules, Ana Lúcia Rita, Ana Maria, Bento Evaristo, Conceição Emília, Filipe Maik, Geraldo Antônio, José Eudes, Maria Carolina, Maria Luiza, Maria Paula, Rogher Antônio, Wdson José*, etc., e por composição aglutinativa como: *AlzirinhaRos/ângela, Bruci/márioEdney, Jovanete Maria Augusto, Julenilson Jorge, Serginho Cléber, Tonica Geralda Assunção, Toninho Cléber*, etc.
- c) o recurso a nomes que, embora formados por derivação sufixal diminutiva, são entendidos como de grau normal e sem conotação hipocorística: *Cleusinha Maria Paulo, Serginho Cléber, Tonica Geralda Assunção, Toninho Cléber*, etc.
- d) a utilização de nomes estrangeiros, transcritos, ou não, em sua forma originária, ou próxima a ela: *Allef Hércules, Heriky Raimundo, Iarny Luiz, John Kennedy, Maikel Jacson, Silvestre Stolone* (por *Sylvester Stallone*), *Rogher* (por *Roger*) *Antônio*, etc.;
- e) o registro escrito de alguns nomes fora dos padrões ortográficos determinados pela norma gramatical: *Bráuío Delmiro* por *Bráulio Delmiro*; *Creuzo Maria* por *Creuso Maria*; *Filipe Maik* por *Filipe Mike*; *Hérik Raimundo* por *Eric Raimundo*; *Milher Magno* por *Müller Magno*; *Rogher Antônio* por *Roger Antônio*; *Thierry Hanri* por *Thierry Henry*; *Wdson José* por *Hudson José*.

Quanto aos traços particulares, sobrelevem-se os seguintes:

- a) a utilização de formas complexas, portadoras de um ou mais SN regido por preposição (SPrep), presente nos mesmos contextos assinalados por Leite de Vasconcelos (1928) para os nomes lusitanos (antes de nome geográfico e de nome de santo): *Adão das Dores; Almedina Maria da Conceição; Izabel de Paula, Maria da Glória; Sândalo Carleto D' El Rio*, procedimento estendido a nomes de conformação estrangeira como *Deicharlainer de Jesus*;
- b) a incorporação, a prenome(s) antecedente(s), do adjetivo masculino *júnior* ('o mais novo de dois parentes homônimos'), reanalisado como substantivo próprio prenominal: *Taffarel Júnior; Luiti Barrythelly Júnior* (por *Luigi Barricelli*, nome artístico de *Luiz Fernando Pecorari Baricelli*);

c) o emprego de **sobrenomes** reinterpretados como um dos núcleos prenominais: *Eduardo Azeredo* (de *Eduardo Brandão de Azeredo*); *Gustavo Borges* (de Gustavo Borges), *John Lennon* (de John Winston Lenon); *John Kennedy* (de John Fitzgerald Kennedy); *Maikel Jacson* (de Michael Joseph Jackson); *Silvestre Stolone* (de Sylvester Enzo Stallone); *Taffarel Júnior* (de Cláudio André Mergen Taffarel); *Nick Haitmann* (de Mika Pauli Häkkinen, piloto finlandês de Fórmula 1), etc.

d) a mesclagem (hibridismo) de nomes estrangeiros — importados, sobretudo, da língua inglesa —, com nomes de nossa língua (equivalentes, ou não, a estrangeirismos antigos já cristalizados na fase contemporânea do português): *Taffarel Júnior*, *Creiton Wallace Antônio*; *Filipe Maik*; *Heriky Raimundo*; *Ricksonerlleer* (*Rick Sonneteer*) *Afonso*; *Rogher Antônio*; *Iarny Luiz*; *Deicharlainder de Jesus*; *Milher Magno*, etc.

e) a variação no grau de “junção” dos núcleos formadores dos prenomes, cujos padrões básicos são os seguintes:

i – SNs independentes entre si: *Allef Hérciles*, *Alzirinha Rosângela*, *Áurea Alontina*, *Bento Evaristo*, *Bráuío Delmiro*, *Conceição Emília*, *Elza Maurício*, *Israela Kaila*, *Maria Carolina*, *Suely Vitor*, *Odelcio Francisco*, *Sandley Emerson*, *Toninho Cléber*, *Zenon Geraldo*, etc., pronunciados separadamente um do outro pelos moradores da cidade;

ii – SNs ligados um ao outro no fluxo da fala: *Ana Maria*, *Coeli Regina*, *Eduardo Azeredo*, *Idael Rosa*, *John Lennon*, *John Kennedy*, *João Carlos*, *João Luiz*, *João Pedro*, *João Vitor*, *José de Fátima*, *José do Carmo*, *Maikel Jacson*, *Maria da Glória Maria Luiza*, *Maria Paula*, *Raul Seixas*, *Silvestre Stolone*, *Stella Maris*, *Wdson José*, etc., conforme constatado pessoalmente por nós;

iii – dois SNs ligados entre si num jato fonético único, acompanhados ou antecidos de outro proferido separadamente: *Ana Lúcia Rita*, *Cleusinha Maria Paulo*, *Diônata Maria Cândida*, *José Rosa Lima*, *Maria Nora Nei*, *Núbia Cristina Jesus*, *Suzy Darling Euzébio*, *Tonica Geralda Assunção*, *Zenine Pedro Carmo*, *Zilda Maria Luiz*, etc.

f) a combinação enviesada de nomeantes de gênero diferente — feminino e masculino —, em prenomes de gênero oposto, masculino ou feminino.¹³

Como conclusão deste estudo — da operação de nomeação pessoal efetuada em São José do Jacuri —, passamos a averiguar a pertinência, ou não, da hipótese aqui defendida, qual seja, a de que mais que designar, os nomes próprios constituem peças documentais do modo de ser, de pensar e de agir das diferentes comunidades onde são constituídos ou escolhidos.

Quanto à **constituição estrutural** dos prenomes de São José do Jacuri, observou-se:

¹³ Esse “hibridismo” de gêneros atinge mais os prenomes multinucleares. Dos mononucleares, registramos apenas um caso: *Andre Carla* (prenome feminino formado de elementos masculino e feminino).

- a) a preferência pelas formas compostas, quer constituídas apenas de nomes bíblicos, quer de nome bíblico antecedido ou seguido de nomes do mundo temporal. Exemplos:
- **José Maria** e **Eva do Carmo**;
 - **Filipe Maik** e **Maria Hilda**;
 - **Carlos José** e **Edna Paulo**, etc.
- b) a ocorrência do nome de *Maria* na posição inicial do prenome, e a do nome de *Jesus*, apenas em outras. Exemplos:
- **Maria** *Angélica/Luíza/Nora Nei*, etc.
 - *Deicharlainder/Leduína/Reneide* **de Jesus**, etc.;
- c) a variação formal e funcional na combinação observada entre os componentes dos prenomes compostos

i- por repetição

- de nome de personagens de um mesmo livro da Bíblia, isto é, do Antigo Testamento (AT) ou do Novo Testamento(NT):

AT: *MiquéiasEzequiel*,

NT: *AnaMaria, AnaPaula, AnaPedro, JoséMaria, MariaJosé, MariaPaulina, MariaPedro, PedrelinaAparecida*, etc.

- de nomes referentes a um mesmo personagem bíblico, processo praticamente exclusivo à figura de Nossa Senhora, considerada em Seus diferentes títulos — *Maria Assunção; Maria Auxiliadora, Maria da Conceição, Maria da Glória, Maria das Dores, Maria Imaculada da ConceiçãoAparecida*, etc.;

ii- por composição híbrida

- união de nomes de figuras pertencentes ao Antigo e ao Novo Testamento:

AT + NT: *Adão das Dores, Diônata Maria, Esdras Lázaro, Eva do Carmo*, etc.

- união do nome de duas ou mais figuras bíblicas distintas uma da outra:

Ana Maria, Aparecida de Jesus, Izabel de Paula, João Pedro, José do Carmo, MariaPaulina, MariaPedro, etc.;

- união de nome de figura bíblica, antecedido ou seguido de nome(s) do mundo moderno:

Arlone José, Belmonth Mateus, Kenedy Emanuel, Maria Hilda, Patrícia Conceição, Simone Paulo, Presentina de Jesus, etc.

A despeito do caráter contingente da relação “nome de santo > nome de batismo dos jacurienses”, acreditamos que o estudo do modo de constituição desse tipo de prenome pode contribuir para o estabelecimento do padrão observado pelos pais de São José do Jacuri no ato de nomeação de seus filhos.

Assim, elenca-se abaixo as diferentes combinações constantes do Quadro acima:

- a) formas compostas de apenas **um nome de santo**

i- nome de santo + sobrenome

Ambrosina Souto, Antônio Barroso, Antônio Pereira da Rocha, Apolônia Oliveira Marques, Benedito Álvares, Bento da Silva, Cassilda Ferreira, Cazimiro de Souza, Clemente Belmonth, Eulália Polidoro, Faustina Gonçalves Zanzantte, Geraldo de Oliveira Santos, Helena Santos, Hipólita Corrêa, Januário Dias, João Capistrano, Onofre Oliveira, Sebastião Rodrigues da Silva, Serafina Pereira, Terezinha Pires, etc.;

ii- nome de santo + nome laico (hibridismo)

Bráulio Delmiro; Francisco Carlos; Tolentino Augusto; Toninho Cléber, etc.

iii- nome(s) laico(s) + nome de santo (hibridismo)

Anderson Afonso, Nilson Afonso, Ricksonerller Afonso; Creiton Wallace Antônio; Creyde Basílio; Fernando Benedito; Odécio Francisco, Nicolina Francisca; Julenilson Jorge; Juliandro Geraldo; Iarny Luís, Lennon Luís; Elge Margarida; Lindinélio Quirino; ; Evangelina Roque, Lucimar Roque; Amarides Terezinha; Anderson Vítor, Suely Victor, etc.;

b) formas compostas de nomes de santos e de personagens bíblicas (hibridismo)

i-nome de santo + nome de personagem bíblica

Afonso Maria, Agostinha Ana, Antônio Maria, Ricardina Benta Jesus, Francisca Miguel, Geraldina de Jesus, Inês Aparecida, Leduína Jesus, TerezinhaValu Jesus, etc;

ii- nome de personagem bíblica + nome de santo

José Agostinho, Maria Antônia, Ana Pedro Edwirgem, Zacarias Estêvão, , José Geraldo, José Jorge, Adão Marqarida, João Luiz, Ruth Luís, Zilda Maria Luís, Joselina Raimundo, Ana LúciaRita, Ivanita Aparecida Rita, etc.;

i- formas compostas de dois ou mais nomes de santos

BentoEvaristo, FabrícioInácio, Geraldo Antônio, NicolinaFrancisca, Tonica Geralda Assunção, Jorge Estêbam, Salustiano Luís, SebastianaSerafim, etc.

2.2 Apelidos

Voltado para o estudo da denominação de personagens ficcionais, de contos, novelas e romances, Bráulio Tavares nos lembra que:

Na antiga literatura satírica ou moralizante usava-se o nome do personagem para revelar desde logo sua característica principal. Um indivíduo ingênuo chamava-se “Simplício” ou “Inocência”; um indivíduo decente e probo era “Honorato”. “Fidélia” sugeria uma esposa digna e “Dolores” uma sofredora. (TAVARES, 2009, p. 27).

Essa nomeação fictícia, prossegue ele, “destinava-se a um público leitor não muito sofisticado, para quem a iniciativa de relacionar o nome do personagem ao seu caráter era uma gratificante façanha intelectual” (TAVARES, 2009, p. 27).

Embora situados num espaço linguístico-interacional diferente (de oralidade e de nomeação de pessoas), num contexto histórico e sociocultural distinto, percebe-se uma relação entre o processo de escolha dos nomes de personagens da ficção literária e a escolha de apelidos de pessoas do mundo real. Se, de uma parte, Jorge Amado nos revela, iconicamente, no seu “Vadinho” e no seu “Teodoro Madureira”, de

Dona Flor e seus dois maridos, um personagem caracterizado como “vadio” e outro como “homem de Deus, homem maduro”, de outra, a gente do Jacuri nos remete, por meio de apelidos como “Antônio *Magrinho*” e “João *Banana*”, a um indivíduo de compleição física franzina e a outro de disposição psicológica tímida, medrosa, passiva

E essa “brincadeira” que tanto agrada os brasileiros de diferentes faixas etárias acabou se transformando numa verdadeira “febre” nacional em determinadas situações e/ou práticas sociais distintas.

2.2.1 Constituição formal

Do mesmo modo que os nomes de batismo, os apelidos empregados em São José do Jacuri apresentam uma variação configuracional que compreende desde as formas nominais mais simples, mononucleares (*Fominha, Fuapa, Liso, Noturno*) a SNs complexos, constituídos, por vezes, de outra(s) alcunha(s) — que nos remete a uma espécie de processo de superapelidamento (*Marquinho do Lô, Tica do Zé Cueca, Zé Pega Pinto*, etc.).

Vejam os padrões configuracionais básicos seguidos pelos jacurienses na atribuição de apelidos a seus concidadãos.

2.2.1.1 De configuração mononuclear

A par de apelidos **mononucleares** como *Babalu, Branco, Caçapa, Catita, Cenourão, Dinha, Grilo, Lelé, Lili, Lô, Lulu, Caçapa, Cenourão, Grilo, Juca, Juquinha, Nanda, Neguito, Neném, Nico, Nordália, Pão, Piquitito, Pitoca, Preta, Prumo, Quinzinho, Sóror, Tica, Tico, Tika, Toninho, Tunga, Vazinho, Zé, Zezé, Zezinho, Zico, Zizi*, e outros mais, arrolamos outros de conformação estrutural mais complexa.

2.2.1.2 De configuração multinuclear

a) Com núcleo antroponímico *stricto sensu*

i- **N + N**: Antônio *Tibúrcio* (por Antônio Pereira da Rocha); Geraldo *Fubá*; Geraldo *Turinha* (=‘tora de madeira’), etc.

ii- **N + Adj.**: Antônio *Magrinho*; Geraldo *Pequeno*; João *Banana* (substantivo usado como adjetivo), etc.

iii- **N + SV**: Geraldo *Frouxa Égua*; João *Cospe Fogo*, etc.

iv- **N + Interjeição**: Deolinda *Arre Égua*, Suzana *Glória a Deus*, etc.

v- **N + [Prep + N]**: Antônio [*da Cassilda*], Ione [*do Lécio*], etc.;

vi- **N + [Prep + AP]**: Ângela [*da Fuapa*]; Bento [*de Sá Deca*]; Cláudio [*da Juca*]; Jorge [*do Zé Quinzinho*]; Maria [*do Adãozinho*]; Nilma [*do Boré*]; Pedro [*do Zico*], etc.

b) Com núcleo antonomástico

i- **AP + N**: *Zé Angelino*; *Zé Cláudio*; *Zé Eudes*; *Zé Geraldo*, etc.;

ii- **AP + [Prep + N]**: *Lourdinha [do Jorge]*, *Toninho [da Stela]/ [da Geneci]/ [do Jair]*, etc.;

iii- AP + SV: **Zé [Come Quietto], Zé [Pega Pinto], Veio [Qué]** (= Velho Quer);

iv- AP + AP: **Zé Amendoim** (José Maria Augusto), **Zé Cueca** (José Atanásio Araújo), **Marquim Bernilene** (Marcos Oliveira), etc.;

v- AP + [Prep + AP]: **Marquinho [do Lõ]**; **Tica [do Zé Angelino]** **Tica [do Zé Cueca]**; **Tita [do Zé Lima]**; **Zé [do Quinzinho]**, etc.

Por sua vez, muitos desses compostos trazem em seu bojo outra camada de apelidos, também variáveis semântica e configuracionalmente. Assim, tem-se apelidos com elemento(s) expresso(s) em:

- a) grau diminutivo — em **-inho(a)**: *Adãozinho, Bituquinha, Tampinha, Mazinho, Chiquinho, Dinha, Fominha, Juquinha, Kerlinho, Marquinho, Lourdinha*, etc.
 em **-im** (corruptela de **-inho**): *Caim* (de Carlinhos), *Lupim* (de Lopes),
 em **-ico**: *Tonico*
 em **-ito**: *Neguito, Piquitito*

em **-uca**: *Pituca*

- b) grau aumentativo — *Cenourão, Mangão, Tonhão, Jegão*, etc.

c) perda silábica

- dissilábica – *Chico* (de Francisco), *Dinha* (de Dindinha), *Tika* (de origem desconhecida), *Tita* (de origem desconhecida)
- monossilábica: *Liu* (de Hélio), *Lô*, *Ném* (de *Neném*), *Uí*, *Lú*, *Pri*, *Zé* (de José), etc.

Naturalmente, esses e outros apelidos mais resultam de processos distintos de formação vocabular que, mais ou menos produtivos em nossa língua, não raras vezes coatuam uns com os outros. vejamos a seguir o(s) modo(s) de sua produção.

2.2.2 Estratégias

Em conformidade com as conclusões gerais até aqui, a operação mais potente levada a termo na formação dos apelidos em São José do Jacuri é a da composição, que, como era de esperar, costuma coocorrer com outras como a derivação, a criação hipocorística, a substituição internominal, etc. Abaixo, alista e ilustra-se as que detectadas:

2.2.2.1 Composição

De caráter multifacetado, a **composição** dos apelidos jacurienses envolve principalmente elementos de caráter identificador, variáveis quanto ao vocábulo tomado como ponto de referência, de acepção variável. De caráter locativo, temos apelidos como:

Ana Maria **da Água Limpa**, Marquinho **dos Machados**, Tico **da Aldeia**.

Como identificadores de traços físicos, psicológicos e comportamentais dos apelidados, citem-se os que expressam:

- a) **vínculo familiar:** Antônioda *Cassilda*, Bentode *Sá Deca*; *Zé do Américo*, Ionedo *Iécio*, *Lourdinha do Jorge*, etc.;
- b) **traço físico:** Antônio *Magrinho*, Geraldo *Pequeno*, Geraldo *Turinha*, *Meio Quilo*, *Zé Capeta* (feio), *Zé Miúdo*, *Zé Ratinho*, etc.
- c) **traço psicológico:** João *Banana*;
- d) **traço comportamental:** Geraldo *Froxa* (por Frouxa) *Égua*, João *da Cara Reganhada* (dançarino contumaz), *Pastel Velho* (comilão de pastel), *Zé Pega Pinto* (ladrão de galinha), etc.

2.2.2.2 Formação hipocorística

Tendo em vista a motivação e o efeito de sentido relacionados com os nomes hipocorísticos, optamos por adotar aqui o quadro tipológico apresentado por Houaiss e Villar (2001) que, de âmbito mais extenso, abriga diferentes processos de que resultam palavras de trato familiar e amoroso. Abaixo um perfil estrutural próprio do gênero textual aqui produzido e com redução do exemplário:

Os hipocorísticos em português - como em muitíssimas outras línguas - apresentam recursos formais característicos, de que se ressaltam aqui os mais típicos :

- 1) o uso de sufixos diminutivos (*Antoninho*, *Antoniozinho*, *Mariinha*, *Luisito*; *Maureto*, *Lurdeta*, *Paulelho*, *Sarelha*; *Julinho*, *Augustilha*, etc.);
- 2) o uso de sufixos aumentativos (*Marcão*, *Paulão*, *Luisão* etc);
- 3) o uso de truncamentos ou braquilogias (iniciais iniciais - *Sebas* ou *Sebato*, por Sebastião; *Cristo*, por Cristóvão; *France*, por Francelina; ou finais - *Tião*, por Sebastião; *Nieta/Neta*, por Antonieta; *Gário*, por Leodegário;
- 4) o uso de redobros silábicos [em geral das sílabas tônicas, mas não exclusivamente] - *Lalá*, por Laura; *Vavá*, por Osvaldo; *Gugu*, por Augusta, Augusto; *Lulu*, por Luís, Luísa; *Cacá*, por Carlos; *Quinquim*, por Joaquim;
- 5) o uso dos combinatórios dos recursos anteriormente referidos (*Tonho*, *Totonho*, por Antônio; *Quincas*, por Joaquim; *Zé*, *Zeca*, *Zequinha*, por José; *Jango*, *Jangão*, *Janjão*, por João, *Lula*, por Luís, etc.). (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1538; adaptação nossa).

Todos esses recursos são explorados, em maior ou menor grau, pelos jacurienses, conforme nos demonstram os dados a seguir:

por derivação sufixal diminutiva

- i- sufixo **-inho**: *Magrinho*, *Quinzinho*, *Ratinho*, *Toninho*, *Turinha*, *Vazinho* (de Edervalzinho), *Zezinho*, etc.
- ii- sufixo **-im** (corruptela de **-inho**): *Marquim*, *Zuim* (de “Zolhinhos, por olhinhos”), etc.
- iii- sufixo **-ico**: *Tonico*, *Zico*;
- iv- sufixo **-ito**: *Neguito*, *Piquitito*.

por derivação sufixal aumentativa: Cenourão (Laureci).

c) por redução ou truncamento silábico:

i - de segmento inicial do prenome: *Chiquinho*, por Francisquinho; *Liu*, por Hélio; *Nanda*, por Fernanda; *Zé*, por José (Amendoim/ Angelino/ Capeta / da Inês / da Venda/ do Frango/ Garrancho/Lupim/Lima/Miúdo/Ratinho, etc.); *Vazinho*, por Edervalzinho (diminutivo de Ederval)

ii- de segmento final do prenome: *Carol*, por Carolline; *Dany*, por Danielle / Daniela; *Pri*, por Priscilla;

iii- de segmento de outro apelido (nem sempre identificado por nós) ou forma já cristalizada entre nós como hipocorístico: *Juca* (Maria José dos Santos); *Lô* (José Maria de Oliveira); *Tica* (Rosilei Milene Araújo); *Tika* (Conceição Emília dos Santos); *Tico* (Wesdras Costa); *Tita* (Efigênia França Lima), etc.

iv- de segmentos conjugados por reunião da primeira sílaba dos nomes que integram prenomes compostos: *Joca*, por José Carlos; *Maju*, por Maria José; *Malu*, por Maria Luiza, *Nordália*, por Ana Ordália, etc.

- **Por redobro:**

i- de sílaba constante do prenome: *Lalá* (de Larissa); *Lili* (de Lizziane); *Lulu* (de Ana Luiza); *Zezé* (de José Oliveira Alves), etc.;

ii- de sílaba não constante do prenome, mas integrante de outro nome (apelido, ou não), ou tipo de apelido cristalizado em nossa língua: *Lele* (Anderson Mota), *Neném* (Armando, José Ferreira, Maria das Graças, Ailton Santos, Welington, Geralda, Nelita, Joselaine, Narcísio), *Zizi* (Carlos Roberto Nogueira)

2.2.2.3 Formação por substituição do prenome

Jeick (de Jake) em lugar de José Afonso Corrêa Souto;

Nanda (de Fernanda) Martins dos Santos em lugar de Terezinha (Martins dos Santos)

Neide (do Branco) em lugar de Cleimar (Queirós Sardinha);

Nilza (do Zé da Venda) em lugar de Anísia (Gomes da Silva);

2.2.3 Motivação e repercussão

Depois de mostrá-los em sua configuração formal, cumpre agora desvelar as razões que determinaram a sua escolha, segundo as informações obtidas com a pesquisa. Conforme deixou-se entrever acima, esses procedimentos, em sua maior parte, exercem uma função identificadora, variável quanto à seleção do traço que melhor tipifica o indivíduo-alvo.

2.2.3.1 Identificação por referência a vínculo profissional

Encontram-se jacurienses que são reconhecidos nominalmente pela profissão que exercem. Do mesmo modo que o modo de identificação anterior, esse também é expresso através de acréscimo do nome da profissão ao nome ou apelido das pessoas. Assim, além do apelido mononuclear *Prumo*, conferido a um pedreiro de postura sobranceira (José Gonçalves Alves), temos outros de estrutura composta:

Chiquinho do Lavador (local de lavar carros); *JairSoldado* (Jair Pereira do Nascimento, ex-soldado da Polícia Militar) *SôniaCostureira* (Sônia Dias Braga), *Zé Amendoim* (José Maria Augusto), *Zé da Venda* (José Antônio Gomes); *Zé do Frango* (José Aderson da Rocha), etc..

2.2.3.2 Identificação por referência ao local de residência do apelidado

Outro tipo de reconhecimento do apelidado é o que se manifesta através de alusão ao lugar onde mora. É o caso de *Zé Peroba*, residente em local onde se encontra um grande perobal.

2.2.3.3 Identificação por traço(s) pessoal (is) do apelidado

Dentre os diferentes recursos utilizados no apelidamento das pessoas, o que mais se coaduna com o espírito do povo brasileiro é o que lhe permite apontar traços do apelidado, sejam eles físicos, psicológicos ou comportamentais. Numa atitude jocosa, nossa gente se vale desse recurso tanto para elogiar quanto para criticar os circundantes. Esse jogo, contudo, pode se tornar perigoso se explorado em seu poder ofensivo, fato comum entre alunos de escolas infantis e juvenis. Daí o estabelecimento de leis destinadas a controlar os exageros — rotulados com o termo inglês *bullyings*.

3. Considerações finais

Na pesquisa efetuada em São José do Jacuri, foram levadas em conta as duas possibilidades de nomeação de pessoas — prenomes e apelido —, embora fosse clara a preferência de seu povo em ser chamado pelo apelido. Contudo, conforme pudemos constatar, essa opção não chega a comprometer os parâmetros que regem a formação vocabular do português, que tem como estratégias básicas os processos de *composição* e *derivação*. A grande novidade tem a ver com os motivos da *escolha* dos nomes pelos pais, escolha essa que, nos termos de Drummond, implica um jogo complexo formado de peças culturalmente díspares como: “o espírito religioso, a definição política, a fascinação por supostos heróis do dia, o desejo de transferir ao recém-nascido virtudes e glórias de um modelo prestigioso, pela identidade onomástica” (ANDRADE, 1974, p. 9).

No que tange às estratégias utilizadas pelos jacurienses na escolha ou criação própria dos nomes e apelidos de seus congêneres, ratificamos a conclusão acima referida de observância dos recursos canônicos do português, dentre os quais, a preferência pelos processos de *composição* e *derivação*. Entre os homens, por exemplo, privilegia-se, na formação dos **nomes de pia** o recurso da justaposição contínua (sem preposição) de dois núcleos prenominais que, não raras vezes, resultam numa combinação esdrúxula: *Coely*

Regina, Clayner Pacelli, Creuzo Maria, Elza Maurício, Ricksonerlleer Afonso, Taffarel Júnior, Última Tatiana, etc. Contudo, essa preferência não é a mesma, em sua manifestação linguística, entre os homens e as mulheres.

Embora utilizado na constituição dos **apelidos** —*Geraldo Calcinha, Geraldo Fubá, Geraldo Piqueno, Zé Pega Pinto, Zé Ratinho*, etc.—, o processo de composição difere, semântica e pragmaticamente dos nomes de batismo. Quase sempre, o seu segundo elemento carrega um valor próprio, motivado por alguma característica do apelidado: ‘coleccionador de calcinhas de mulheres’, ‘trabalhador na moenda do milho’, ‘pessoa de estatura baixa’, ‘ladrão de galinhas’, ‘indivíduo de compleição física minguada’, nos nomes supracitados.

Um fato interessante (e importante) a registrar na atribuição de alcunhas é que ela não se manifesta igualmente entre homens e mulheres, em termos de preferência do recurso linguístico utilizado. Se, da parte dos homens, temos três tipos básicos de escolha — por adjunção ao prenome de batismo (alterado, ou não, em sua forma) de outro relacionado com seus atributos ou defeitos; por formação hipocorística, ou por substituição de todo o prenome por outro relacionado com algum traço físico, moral, ocupacional, etc. do apelidado —, da parte das mulheres o quadro é outro. O recurso-mor de apelidamento feminino é a adjunção de um Sintagma Preposicional ao seu prenome (alterado, ou não), que, de caráter possessivo, lembra o seu “patrão”: o marido. Essa é a situação de esposas como: *Ana do Márcio, Cleonice doVander, Ione do Iécio, Maria do Adãozinho, Sandra do Liue* outras mais aqui lembradas.

Tomados em seu conjunto, tanto os nomes de batismo quanto os apelidos se distribuem em duas grandes camadas cronológicas distintas, intermediadas por outra, que serve para marcar um *continuum* entre aquelas. Essa tripartição, vale dizer, não deve ser vista como o retrato de um movimento linear de superposição de itens lexicais originados de recortes temporais distintos um do outro. Se assim fosse, não teríamos, ainda hoje, crianças jacurienses batizadas com o prenome de *Adão, José, Maria, João, Isabel, Pedro, Paulo*, etc., que, vindos de priscas eras, convivem tranquilamente com nomes modernos como: *John Lennon, Filipe Maik, Maikel Jacson, Silvestre Stolone, Leididai, Leididaiana, Lady Laura* (mãe de Roberto Carlos), *Talya* (cantora e atriz mexicana), etc.

Delineado esse quadro geral, cabe-nos o desejo de que este trabalho seja interpretado como um convite a novas pesquisas que, efetuadas à luz de outras linhas teóricas, de procedimentos metodológicos mais sistemáticos e apurados, possam corrigir os enganos aqui cometidos e completar as lacunas aqui deixadas.

E, para finalizar, cumprir a última tarefa: a de revelar, com base nos negativos dos retratos dos nomes próprios e apelidos componentes do *corpus* aqui examinado, fotos da comunidade Jacuriense, com seus hábitos, crenças, costumes e linguajar próprios:

a) no que tange ao **processo de formação lexical**, repita-se uma vez mais que, apesar das improvisações antroponímicas por vezes bizarras, dos assentamentos escritos, em cartório, fora da norma gramatical

culta, dos diversos tipos de interferência da língua oral nas designações por nome de batismo e por apelidos, os habitantes do Jacuri, seguem os cânones morfológicos próprios ao processo de formação vocabular vigente entre nós;

b) no que toca à **tensão** existente entre o antigo e o novo, observam-se, nos dados aqui examinados, as seguintes tendências:

i- a opção dos moradores em geral pelo emprego/atribuição de apelidos (o novo), em detrimento dos nomes de batismo (o velho), que, a nosso ver, implica:

- a expressão de um movimento de caráter mais profundo por parte dos “insurgentes”, que, com a substituição do nome oficial, tentam romper com a imposição de outrem (no caso, os pais), buscando exercer a liberdade da escolha pessoal;

- uma mudança semântico-pragmática nos nomes de pia, que, muitas vezes, assumem o mesmo *status* de termos de xingamento;

ii- a manutenção, no plano religioso, do culto aos santos, por meio da atribuição do nome de vários deles às crianças jacurienses, a que se contrapõe o deslocamento (em franco progresso) desse tipo de homenagem para pessoas tornadas ídolos da modernidade;

iii- a atribuição de nomes estrambóticos *versus* a de nomes até então usuais, como forma de expressão de poder, de subrepujança, de auto-afirmação;

c) no que concerne aos **nomes/apelidos conferidos aos homens e às mulheres**, observam-se as seguintes discrepâncias:

i- o respeito maior à tradição, na escolha dos **nomes** das mulheres, batizadas, em maior proporção numérica que os homens, com o nome de figuras da religião católica, principalmente, o de Nossa Senhora.

ii- a preferência de concessão de apelidos formados com nomes de cônjuges às mulheres (*Maria Helena do Adélio*), o que as diferencia dos homens, que, em sua maioria, portam o nome de um de seus progenitores (de um modo geral, a mãe – Bento da Sá Deca) — fato que indicia a persistência do machismo e do preconceito contra as mulheres, uma vez que a expressão em pauta expressa a ideia de posse, ou talvez, por motivo patriarcal;

Em um movimento circular, fechou-se este artigo reforçando, com a repetição do último excerto da epígrafe de Drummond (1974), a grande lição que o tipo de pesquisa aqui desenvolvido nos proporcionou:

Não podemos simplesmente gozar os nomes pantafaçudos de gente, pois eles convidam a meditar no **mistério da criação**. Faz-se um filho, mais ou menos conscientemente, **mas uma vez nascido (ou mesmo antes) procede-se a um segundo e sutil ato criador, que é o de individualizá-lo por meio de um nome que o marque para sempre — nome que seja um sinal concreto, uma tatuagem indelével na pele de sua vida.**

Carlos Drummond de Andrade (1974, p. 10; grifos nossos)

Referências bibliográficas

- ALVES, Iêda Maria. **Neologismo: criação lexical**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Prefácio. In: SOUTO MAIOR, Mário. **Nomes próprios pouco comuns; contribuição ao estudo da antroponímia brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1974.
- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BARBOSA, Maria Aparecida. **Léxico, produção e criatividade; processos do neologismo**. São Paulo: Global, 1990.
- BASÍLIO, Margarida. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.
- BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. **Estudos de filologia e lingüística**, São Paulo: T. A. Queiroz Editor LTDA: USP, 1981.
- BITTENCOURT, Vanda de Oliveira. O “mineirês” do Vale do Rio Doce: da “arte” de nomeação e apelidamento na cidade de Piranga. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007. Inédito.
- BRÉAL, Michel (194). **Ensaio de semântica**. Tradução Alda Ferrás et al. São Paulo: EDUC/Pontes, 2002.
- BRITO, Adriano Naves de. **Nomes próprios: semântica e ontologia**. Brasília, Ed. Univ. Brasília, 2003.
- CARVALHO, Nelly. **O que é neologismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CITELLI, Adilson. **Palavras, meios de comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2006.
- COSERIU, Eugenio. **Princípios de semântica estrutural**. Madrid: Gredos, 1977.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindsley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado da; COSTA, Marcos Antônio; CEZARIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariângela Rios de;
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil; coletânea de estudos**. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1992.
- ECO, Umberto. **Semiótica e filosofia da linguagem**. Tradução Mariarosaria Fabris e José Luiz Fiorin. São Paulo: Ática, 1991.
- FAULSTICH, Enilde L. de J. **Lexicologia; a linguagem do noticiário policial**. Brasília: Horizonte, 1980.

- FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Da metáfora funcional e algumas implicações**. Porto Velho: Edufro, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**; uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FREITAS, Horácio Rolim de. **Princípios de morfologia**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- GUÉRIOS, Prof. Rosário Farâni Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. São Paulo: Ave Maria, 1981.
- GUÉRIOS, R. F. Mansur. Onionímia ou onomástica industrial. In: BARBADINHO NETO, Raimundo. **Estudos em homenagem a Cândido Jucá (filho)**. Rio de Janeiro: Organização Simões, [s.d.]. p. 177-207.
- GUIRAUD, Pierre. **A semântica**. Tradução e adaptação Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ILARI, Rodolfo. **Introdução ao estudo do léxico**; brincando com as palavras. São Paulo: Contexto, 2002.
- ISQUERDO, Aparecida Negri; OLIVEIRA, A. N. (Org.). **As ciências do léxico**; lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998. V. I.
- ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Org.). **As ciências do léxico**; lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004. V. II.
- LEITE DE VASCONCELOS, J. **Antroponímia portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.
- MANZOLILLO, Vito Cesar de Oliveira. 1995. **Dinamicidade lexical**: uma abordagem lingüístico-sociológica do empréstimo. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.
- MAROUZEAU, J. **Précis de stylistique française**. Paris: Mason, 1946.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo; ARÊAS, Eduardo Kennedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Linguística funcional**; teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 17-28.
- MEXIAS-SIMON, Maria Lúcia; OLIVEIRA, Aileda de Mattos. **O nome do homem**: reflexões em torno dos nomes próprios. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação, 2004.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- PLATÃO. **Crátilo**: diálogo sobre a justeza dos nomes. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1994.
- PRETI, Dino (Org.). **Léxico na língua oral e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO(PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano**. Brasília: PNUD, 2008.

SANDMANN Antônio José. **Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo**. Curitiba: Scientia et Labor/Ícone, 1988.

SANDMANN Antônio José. **Morfologia geral**; novas palavras do português do Brasil, Nomenclatura Gramatical Brasileira, mecanismos de estruturação vocabular. São Paulo: Contexto, 1993.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. A onomástica, o indivíduo e o grupo. **Arquipélago – História**, 2.ª série, n. VII, p. 229-242, 2003..

SOUTO MAIOR, Mário. **Nomes próprios pouco comuns**; contribuição ao estudo da antroponímia brasileira. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1974

ULLMANN, Stephen. **Semântica**; uma introdução ao estudo do significado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.

VILELA, Mário. **Problemas da lexicologia e da lexicografia**. Porto: Civilização, 1989.

SITES DA INTERNET

GT LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E TERMINOLOGIA da ANPOLL:

Disponível em: <http://www.mel.ileel.ufu.br>

Abstract: *Based on the idea that language reflects and helps build the political, economic and socio-cultural context of different human groups from different times and spaces, in this study, we sought to examine how this binding takes place in the field of pre onomástica -nominal. Was elected as a basic theoretical line analysis of the science of lexicology, that are considered, in particular, the branch of onomastics, taken in two of its sub-branches: the anthroponymy and the Antonomasia and territory as target this investigation the city of São José do Jacuri, located in Mesoregion Vale do Rio Doce, the State of Minas Gerais. Given the breadth of research to make, we chose here to study him antroponímicos aspects and antonomásticos of first names conferred by / to its inhabitants. (Re) created, exploited, adapted according to the context in which they are inserted - and local, global and - these two types of people naming result sometimes applying phonetic rules, morphological and syntactic spontaneous oral language and semantic and pragmatic interpretations that result in surprising effects. Some onomastic are even hilarious, however, is common among new generations of jacurienses the allocation of unusual proper names and, above all, his "renaming" through nicknames, more or less linked to some (s) feature (s) its bearer. These are therefore the two lexical veins - "baptism names" and nicknames - which, measured against fields of study such as the Lexicology, Semantics, the Grammatical Description (traditional and functionalist line with its principle of iconicity) , Variation and Change Language and Memory and Society, enabled us to identify and examine socio-cultural aspects that contributed to build the linguistic materiality, the way of being of this country town of Minas Gerais..*

Keywords: *Dialect from Minas Gerais; The language of São José do Jacuri; Peoples names and nicknames; Social cultural reflecting.*

A METÁFORA NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA (DES)IGUALDADE SOCIAL NO DISCURSO DO MOVIMENTO OWS

Thaysa Maria Braide de Moraes CAVALCANTE¹(UECE)
thaysambmcavalcante@gmail.com

Resumo: A emergência do movimento *Occupy Wall Street*, primeira manifestação, ocorrida em 2011, em Nova Iorque (EUA), do que ficou conhecido como *Occupy Movement*, se dá no ponto de convergências das três grandes crises que assolam a contemporaneidade: crise econômica, crise da representação e crise da identidade (FERREIRA, 2013). Uma das principais pautas de protesto do movimento é a desigualdade na distribuição de renda e oportunidades, que é mola propulsora para a instituição do antagonismo dos “99% contra o 1%”. A partir daí, surgem os dois questionamentos norteadores deste trabalho: como essa desigualdade (e, conseqüentemente, a igualdade) é construída discursivamente pelo movimento? Quais as problemáticas decorrentes de tal construção para a mudança social pretendida pelo movimento? Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar o modo como a linguagem é articulada para a construção de tal objeto de discurso, e o que isso implica para a sociedade em termos de mudança social. Utilizaremos como principal referencial teórico-metodológico a Análise de Discurso Crítica, na vertente de Norman Fairclough (2001; 2003) e a Teoria Social Crítica de Ernesto Laclau (1985; 1990). Vale ressaltar que os resultados aqui apresentados, que apontam para um impasse no modo de construir a (des)igualdade social, são parciais, e constituem um recorte de uma pesquisa de mestrado mais ampla desenvolvida pela autora.

Palavras-chave: Metáfora; Occupy Wall Street; (Des)igualdade Social; Análise do Discurso Crítica; Teoria Social Crítica; Movimentos Sociais.

1. Introdução

A complexificação das relações sociais nas sociedades modernas, a partir do recrudescimento do processo de globalização, promoveu uma proliferação de processos de identificação atrelados às crescentes demandas sociais insuficientemente contempladas pelo Estado, e às críticas radicais ao modelo de democracia representativa. O cenário sócio-histórico-político nunca foi tão permeado de antagonismos e tensões sociais como temos percebido nas últimas décadas, em que observamos a eclosão e atuação de diversos movimentos sociais. Podemos dizer que isto se dá no momento histórico de convergência entre três grandes crises: crise econômica, crise da representação e crise da identidade (FERREIRA, 2013).

O constante estado de crise econômica mundial, que tornou mais distante o tão esperado cumprimento da promessa do Estado de bem-estar social, obrigou os governos a prolongar medidas de austeridade, sem que se obtivessem grandes resultados, a tal ponto que findaram por gerar um pujante sentimento de insatisfação e revolta nos cidadãos. Tais medidas impostas foram justificadas através de um discurso pós-político de naturalização da economia e produziram uma série de efeitos no campo político (ŽIŽEK, 2011).

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Além disso, o modelo logocêntrico de democracia liberal, fundado em uma representatividade que se baseia na ilusão da presença (DERRIDA, 1991; 2006) do “real” naquilo que o representa, ou seja, do representado no representante, sofreu sérios abalos em seus fundamentos. Os limites de uma visão de democracia como esta se tornaram mais evidentes e demonstraram sua insuficiente capacidade para lidar com a pluralidade do social contemporâneo, permeado por identidades antagônicas num espaço de constante tensão, imerso em relações de poder. Estreitamente associada à crise da representação e a crise do Estado de bem-estar social está a crise da identidade.

Esta tem sido pensada tradicionalmente em termos de uma positividade, de uma presença a si mesma do *cogito* cartesiano. Tendo como referência a si própria, essa identidade seria definida por aquilo que ela é, sua *ousia* (SILVA, 2000). Tal concepção foi abalada pela psicanálise freudiana, e, posteriormente, pelos estudos de Jacques Lacan, apresentando o inconsciente como o lugar onde emerge o sujeito, e alertando para a dimensão simbólica de sua constituição. Ausente a si mesmo, constituído como uma falta a ser que vai tecendo as matizes do seu eu pela via da linguagem, a partir de sua relação com o outro (QUINET, 2011), o sujeito passa a ser visto como uma categoria cuja identidade é fragmentada, construída através da prática articulatória de diversos elementos discursivos (LACLAU & MOUFFE, 1985). Além disso, a globalização, aliada ao desenvolvimento tecnológico, trouxe inovações também nos modos de ser dos atores sociais. As redes sociais, por seu caráter aberto e horizontal, remodelaram as relações sociais, possibilitando novas articulações na identidade de movimentos sociais já existentes, e o surgimento de novos movimentos sociais também de caráter bastante fragmentado e horizontal, além de terem criado novas formas de agência no mundo social, favorecendo uma maior participação dos agentes sociais no cenário político.

É nessa convergência entre economia, democracia, antagonismo e linguagem que se localiza o movimento *Occupy Wall Street*, sobre cujo foco este trabalho se dará. Nosso interesse é, portanto, analisar como a *(des)igualdade social*, principal pauta de discussão e protesto do movimento, é construída em seu discurso, bem como refletir sobre o que essa construção pode (em potencial) implicar em termos de mudança social. Assim, analisaremos as metáforas presentes no texto em análise que constroem o objeto de discurso *(des)igualdade social*. A escolha dessa categoria justifica-se pela importância das metáforas no nosso sistema conceptual, seu relevante papel na criação da realidade social e no conhecimento dessa realidade por nós criada no discurso. Utilizaremos como principais referenciais teórico-metodológicos a Análise de Discurso Crítica, na vertente de Norman Fairclough (2001; 2003) e a Teoria Social Crítica, de Ernesto Laclau (1985; 1990). Importa salientar que os resultados ora apresentados – os quais apontam para um impasse no modo de construir a *(des)igualdade social* – são parciais, e constituem um recorte de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida pela autora no Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará.

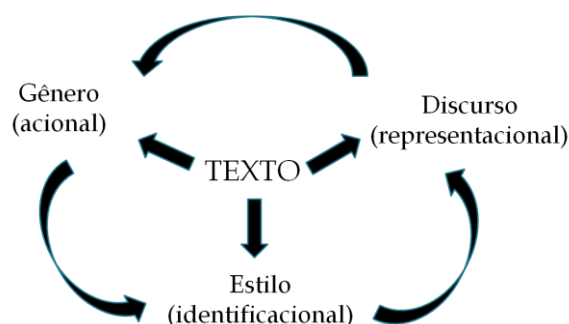
À guisa de esclarecimento, mencionamos o fato de que as considerações aqui realizadas consistem de um gesto interpretativo, realizado através de escolhas que vão desde os pressupostos teóricos nos quais nos apoiamos até o *corpus* a que nos propomos analisar. Por essa razão, refutando uma concepção positivista do fazer científico, assumimos a dimensão também política do nosso trabalho, e não descartamos a possibilidade/legitimidade de existência de outras interpretações discordantes ou complementares.

2. Análise de Discurso Crítica e Metáfora

A Análise de Discurso Crítica de Norman Fairclough (2001; 2003) conjuga transdisciplinarmente teorias e métodos da Linguística e da Ciência Social Crítica, destacando-se entre as principais abordagens de análise de textos pelo modo como articula texto, discurso e sociedade, com vistas a fornecer um instrumental linguístico para análises sociais a partir da materialidade textual (texto em amplo sentido). Para o linguista, textos são partes de eventos sociais, constringidos pela estrutura social em certa medida, através de práticas reguladoras relativamente estáveis, mas também possuem uma abertura para a mudança, produzindo efeitos sobre essa estrutura e modificando-a no decorrer das práticas sociais dos sujeitos (FAIRCLOUGH, 2003). Daí a afirmação de que o discurso, materializado em textos, estabelece uma relação dialética com a estrutura social.

Discursos figuram na prática social de três modos: como modos de agir (gêneros), de representar (discursos) e de ser (estilos), e se relacionam ao que Foucault (*apud* RAMALHO & RESENDE, 2011) considera como eixos ao falar da constituição dos sujeitos – o eixo das relações de ação sobre os outros (poder); o eixo das relações de controle e conhecimento sobre as coisas (saber); e o eixo das relações consigo mesmo (ética). Embora estejam colocados em separado, eles operam simultaneamente em textos, estabelecendo entre si uma relação de internalização (cf. figura 1), sendo impossível em uma análise minimamente séria falar de um sem fazer referência aos outros.

Figura 1



Para os fins a que se destina este trabalho, nos concentraremos nos modos de representar, ou o que Fairclough (*ibidem*) chama significado representacional, e trabalharemos com a categoria da metáfora

(embora ela seja mais usualmente utilizada como parte do significado identificacional – cf. RESENDE, 2009; RAMALHO & RESENDE, 2011).

A representação de que fala Fairclough não deve ser entendida como tradicionalmente fora pensada, como uma re-apresentação, um espelho da *coisa em si*, como se fosse possível apreender sua essência (se é que de fato existe), mas como um modo particular de significar o mundo, uma construção empreendida pelo/no discurso, e que disputa com outras representações uma hegemonia.

Adentrando brevemente o terreno da metáfora, veremos como ela pode ser pensada em conjugação com a perspectiva acima apresentada.

Diferentemente de como fora tradicionalmente pensada na tradição aristotélica, para Marcuschi (2000), a metáfora corresponde a um modo específico de criar e conhecer o mundo. Não significa a mera transposição de um significado literal para outro (mesmo porque o conceito de literalidade é, para os pressupostos deste trabalho, altamente questionável – cf. LACLAU & MOUFFE, 1985; DAVIDSON, 2011), mas da forma como representamos e compreendemos o universo do qual somos parte.

Lakoff e Johnson (*apud* RAMALHO & RESENDE, 2011) distinguem três tipos principais de metáforas. As chamadas *metáforas conceituais* são aquelas pelas quais “compreendemos aspectos de um conceito em termos de outro”; as *metáforas orientacionais* são aquelas pelas quais “organizamos conceitos em relação a uma orientação espacial”; e através das *metáforas ontológicas* “compreendemos nossa experiência em termos de entidades, objetos e substâncias”.

O uso das metáforas é de extrema importante no estudo do funcionamento do discurso na sociedade por considerarmos que, conforme aponta Fairclough (2001), ao significar algo por meio de uma metáfora em detrimento de outra, estamos nos filiando a um modo particular de compreensão da realidade, que pode realçar ou encobrir certos aspectos do que representa, gerando efeitos mais ou menos consequentes para determinados grupos sociais e a sociedade como um todo.

3. Novo Capitalismo e a Igualdade Social como Objeto De Discurso

O “novo capitalismo” é referido por Fairclough (2003) como a mais recente de uma série de reestruturações do atual modelo econômico com vistas à manutenção de sua hegemonia, atingindo diversos domínios sociais, como a educação, a política, as artes, etc. Assim, analisar a dimensão discursiva de qualquer fenômeno social contemporâneo, implica, em certa medida, refletir sobre tais transformações, visto que elas operam de modo mais profícuo através da linguagem, ao ressignificar e/ou propor categorias para pensar os fenômenos, e ao criar novas formas de interação e novos padrões de comportamento, difundidos, sobretudo, por meio da mídia.

Um exemplo dessas ressignificações empreendidas pelo capitalismo foi a apropriação da crítica-padrão, feita pela geração de maio de 1968, à exploração econômica. Sobre isso, assinala o teórico esloveno Slavoj Žižek (2011, p. 56):

O novo espírito do capitalismo recuperou triunfantemente a retórica igualitária e anti-hierárquica de 1968, apresentando-se como uma revolta libertária bem-sucedida contra as organizações sociais opressoras, características do capitalismo corporativo e do socialismo real; um novo espírito libertário sintetizado por capitalistas que usam roupa esporte e são “legais”, como Bill Gates e os criadores dos sorvetes Bem & Jerry’s. (grifo do autor).

Destarte, o capitalismo apropriou-se do discurso de defesa da igualdade, aplicando-o também ao âmbito político, na forma das relações sociais horizontalizadas.

Tal possibilidade de ressignificação confirma o pressuposto antiessencialista do qual parte este trabalho: a sociedade e os agentes sociais não possuem uma essência, e “suas regularidades consistem meramente das relativas e precárias formas de fixação que acompanham o estabelecimento de uma certa ordem” (LACLAU & MOUFFE, 1985). Essa fixação parcial de sentidos, identidades e práticas que constituem a sociedade se dá por uma articulação de elementos – posições de sujeito, papéis sociais, etc. Tais elementos assumem posições diferenciais no interior de um determinado discurso, se transformando em momentos discursivos, pertencentes a um campo de tensão que envolve relações de poder e disputa pelos significados do mundo social.

O social reclama sentidos para si, e estes sentidos são construídos – articulados – pelos sujeitos inseridos em determinadas formações discursivas, que corresponde ao que “pode e deve ser dito a partir de um lugar social historicamente determinado” (BRANDÃO, 2004). Desse modo, Laclau & Mouffe (1985) afirmam que todo objeto se constitui como objeto discursivo, o que não significa dizer que exista um mundo exterior ao pensamento, ou uma dicotomia realismo/dualismo, visto que o discurso, do modo como é aqui compreendido, possui um caráter material. Desse modo, não há uma literalidade primeira, constitutiva das relações sociais, mas estas são constituídas por relações de sinonímia, metonímia e metáfora.

Isto posto, vale salientar que a totalidade discursiva de uma dada ordem – a ordem capitalista ou outra ordem que se lhe oponha – é dominada por práticas articulatórias, e, portanto, não existe sob a forma de uma positividade plena, mas constitui-se como uma fixação parcial de sentidos. Se a fixação total não é possível, também não o é a não fixação total, caso contrário o fluxo das diferenças não seria possível, não haveria o que ser transformado. Daqui podemos afirmar que toda prática social é uma prática articulatória (LACLAU & MOUFFE, 1985).

Destarte, a igualdade social, defendida e buscada pelo movimento OWS, embora pareça um conceito já dado, naturalizado e autoevidente, é também um objeto de discurso que se constrói de modos diversos nas práticas discursivas dos diferentes grupos sociais, e traz certos pressupostos subjacentes a sua construção. O discurso do movimento não se isenta de participar também de um jogo de poder, de uma disputa por significações.

4. Procedimentos Metodológicos

A Análise de Discurso Crítica nos serviu como aporte metodológico para o desenvolvimento deste trabalho por constituir-se como uma relevante abordagem de análise textual. Tomamos, então, o enquadre de Chouliaraki & Fairclough, de 1999, em detrimento do Modelo Tridimensional (FAIRCLOUGH, 2001), pelo fato daquele apresentar uma maior abertura na análise, ampliando o foco na relação articulatória entre discurso e os diversos elementos da prática social. O enquadre (figura 2) é inspirado na Crítica Explanatória, de Bhaskar (1998), e na Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994).

Figura 2

Enquadre metodológico	
I.	Um problema (de atividade ou de reflexividade).
II.	Obstáculos a serem enfrentados: <ul style="list-style-type: none"> • Análise da conjuntura; • Análise da prática particular ou das práticas; • Análise do discurso;
III.	Função do problema na prática.
IV.	Possíveis maneiras de ultrapassar os obstáculos.
V.	Reflexão acerca da análise.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.

O *corpus* é composto de dois textos extraídos dos sites do movimento (www.occupywallst.org/www.occupywallstreet.net), cujos títulos são *Frequently asked questions*² e *Why?*.

Em primeiro lugar (etapa I do enquadre), partimos de um problema de atividade, ou seja, tratamos do evento, e não de sua representação por parte de outrem³, no caso, a construção do objeto (des)igualdade social. Em seguida (etapa II), realizamos a análise da conjuntura na qual se insere o movimento em questão – a saber, o contexto geral de crise no contemporâneo –, e de sua prática particular – a prática dos novos movimentos sociais na era das redes. Posteriormente, empreendemos a leitura dos textos publicados nos sites do movimento, realizando uma seleção de trechos para submetê-los à análise. A escolha foi feita tendo como critério a riqueza de dados para a análise, a partir da categoria utilizada. Após a análise das construções metafóricas, interpretamos os dados e realizamos, também baseados no referencial teórico, uma discussão daquilo que julgamos pertinente para a compreensão do fenômeno em questão, de modo a responder satisfatoriamente nossas perguntas norteadoras e cumprir os objetivos propostos (etapa III).

² Trata-se de um conjunto de perguntas frequentes feitas aos ativistas do movimento, cada qual com suas respectivas respostas, dadas por estes.

³ Nossa análise, mesmo tratando “diretamente” do objeto em questão, consiste, ainda assim, em um gesto de interpretação, visto que toda tentativa de significar um objeto ou evento no mundo já é representação (LACLAU & MOUFFE, 1985).

Por ser ainda uma pesquisa em andamento, não foi possível até o presente momento concluir as etapas IV e V, visto que as anteriores estão ainda em desenvolvimento, sendo aqui apresentado apenas um recorte do que fora feito até então.

Utilizamos como pontos de apoio para depreender as metáforas dos textos em língua inglesa os dicionários online *Word Reference* (<http://www.wordreference.com/enpt/>) e *Urban Dictionary* (<http://www.urbandictionary.com/>).

Os textos⁴ a serem analisados apresentam-se através de dois tipos de gêneros: o primeiro encontra-se em formato de entrevista, embora se trate de uma lista de perguntas frequentes⁵, sob o título *Frequently asked questions*, com perguntas e respostas a respeito do *Occupy*; o segundo, sob o título *Why?*, consiste em um manifesto. A escolha destes textos justifica-se por ambos apresentarem maior riqueza de dados para análise, assim como por serem uma forma de apresentação do grupo a outrem. No primeiro texto, cuja modalidade mais comum de apresentação é a oral, mas aqui aparece na modalidade escrita, o enunciador elege as questões que julga mais pertinentes⁶ para fornecer informações aos leitores, e, através delas, identificar o grupo a certos valores e atitudes que dizem, de certo modo, quem ele é. No segundo, trata-se de um gênero tipicamente assinado por um grupo, que busca expressar suas ideias sobre determinado assunto em favor do qual ou contra o qual se coloca, argumentando em defesa de seu posicionamento. Em ambos os casos, dadas as especificidades dos gêneros em questão, podemos investigar com mais minúcia a tentativa de construção de uma imagem, uma identidade.

5. Analisando a (Des)Igualdade Social no Discurso do OWS

No primeiro texto, *Frequently asked questions* (anexo 1), percebemos uma proeminência de metáforas estruturais, em detrimento dos outros tipos de metáfora. Aquelas estão presentes nos trechos “...Wall Street companies are at the heart of the many injustices that *ties* the movement together.”; “...*fighting* for economic justice...”; “#OWS is the 99% trying to *wrestle* control of its government out the hands of the 1%.”; “All these *steps on the way* to the broader, deeper systemic change we aim for”. Os termos grifados marcam as metáforas estruturais, que apresentam, a partir do uso de “*ties*”, “*fighting*” e demais expressões, uma união em torno de um objetivo comum, alcançado por meio de uma luta contra um opositor definido.

⁴ Ambos os textos foram retirados de sites relacionados ao movimento: o primeiro encontra-se disponível no site oficial <http://occupywallstreet.net/learn>; o segundo, em <https://occupywallst.org/article/why/>, ambos com acesso em 10 de janeiro de 2014.

⁵ Não encontramos, até o momento, nenhum estudo mais detalhado a respeito desse tipo de texto; não repercutirá de modo significativo na análise aqui empreendida considerá-lo um gênero propriamente dito, ou um subgênero do gênero entrevista.

⁶ Não se tem aqui informações a respeito dos critérios eleitos pelos responsáveis pela elaboração do texto para a composição das perguntas. Imaginamos que estas são aquelas que costumam ser feitas ao grupo de modo mais frequente, e/ou as que o grupo julga pertinente responder, típicos desse tipo de gênero.

No que concerne às metáforas espaciais, temos os trechos “#OWS is the 99% trying to wrestle control of its government *out* the hands of the 1%.” e “All these *steps on the way* to the broader, *deeper* systemic change we aim for.”, que constroem a ideia de que a “luta” se dá passo a passo, caminhando para frente, sendo, portanto, algo tido como positivo. O termo “out” no primeiro trecho denota a delimitação e exclusão empreendida pelo movimento, ao colocar o governo como pertencente ao campo do 1%, lá concentrado e limitado, sendo tarefa dos 99% tirá-lo do poder desse grupo para que faça parte da maioria, atendendo aos interesses deste último grupo. Estabelece-se, assim, o antagonismo do 99% contra o 1%, em que as identidades de cada um não existem de forma independente do outro, estando ambos inseridos nesse conflito de poder.

A respeito das metáforas ontológicas, temos os trechos: “...Wall Street companies are at the *heart* of the many injustices that ties the movement together.”; “...fighting for economic justice in the face of *rampant criminality* on Wall Street and a government *controlled by monied interests*.”; e “Economic exploitation and injustice *has many faces*...”. Aqui, tais metáforas podem criar certo efeito de objetivação em um conceito abstrato como o da desigualdade social (que recebe destaque, e é categorizada como consequência das práticas de Wall Street, avaliadas negativamente como criminosas), colocando-a como algo que possui faces, que não possui autonomia, mas é controlada, podendo ou não ser “freada”.

No segundo texto (anexo II), sob título *Why?*, não encontramos marcadores que caracterizassem especificamente metáforas estruturais, estando esta, em nossa consideração, amalgamada nas metáforas ontológicas, conforme mostraremos a seguir. Temos uma metáfora espacial em “[For society] An economy in a steady state is not healthy. It needs to *expand*, constantly, perpetually.”, colocando a economia em termos de algo que se expande, um corpo com dimensões não fixas.

Há metáfora ontológica em “What unites them all is the opposition to the principle that has come to *dominate* not only our economic lives but our entire lives...”, sendo aqui possível considerar também uma metáfora estrutural, que apresenta o sistema que gera a desigualdade (ela, portanto, é consequência de determinados atos) como dominador, como entidade que domina e gera a desigualdade. Ainda classificado neste tipo de metáfora, temos: “It is indicative of a *deep spiritual sickness* that has *gripped* civilization, a *sickness* that drives the vast deprivation, oppression and despoliation that has come to *cover* the world.”, em que a desigualdade que oprime os 99% é tida em termos de “doença” (o que também pode ser caracterizado como uma metáfora estrutural), algo concreto, um alvo passível de ser combatido, recebendo, nestes termos, avaliação negativa. Em “They can be *confronted*. What's more, they can be *reached*.”, vemos de modo mais proeminente a construção de um “eles” (1%) como inimigos, estando ao longo do texto diretamente relacionados à questão da desigualdade que os 99% quer combater. Aqui, o inimigo (o 1%, mas também a própria desigualdade) é materializado, é algo que pode ser confrontado.

A desigualdade social (com foco no âmbito econômico), provocada por/identificada com as ações do grupo hegemônico, é vista como uma entidade inimiga a ser combatida, e a busca por um mundo de justiça

é conceptualizada como combate. Possivelmente, há, com o predomínio de metáforas ontológicas, uma tentativa de objetivação de um conceito abstrato – a desigualdade – no possível intuito de tornar “o alvo mais fácil de ser atingido”.

Além disso, a representação das práticas de Wall Street (que levam à desigualdade) enquanto crime parece buscar uma deslegitimação de tais práticas, com vistas a tornar o “inimigo” vulnerável.

6. Considerações Finais

A partir dos pressupostos teórico-metodológicos norteadores deste trabalho – a saber, a Análise de Discurso Crítica, de Norman Fairclough, e a Teoria Social do Discurso, de Ernesto Laclau –, vimos como a (des)igualdade social tem sido construída pelo OWS, bem como a visão de mundo inerente a essa construção e seus aspectos problemáticos.

Um alerta a ser feito é a respeito do risco de reduzir a complexidade da questão da (des)igualdade/(in)justiça, que pode levar a crítica para um beco sem saída, enfraquecendo a potencialidade do movimento. Há, portanto, que se levar em consideração dois aspectos importantes a respeito do contemporâneo. O primeiro deles é que

No sistema capitalista, o bem-estar social das ruas depende da prosperidade de Wall Street [...] embora o que é bom para Wall Street não seja necessariamente bom para o povo das ruas, o povo das ruas não pode prosperar quando Wall Street cai doente, e essa assimetria dá a Wall Street uma vantagem a priori. (ZIZEK, 2011, p. 24)

Além disso, há uma necessidade de reinvenção da crítica ao capitalismo, devendo esta ir além do desvelamento de mecanismos ideológicos, pensar novas estratégias, visto que “o poder aprendeu a rir de si mesmo, o que lhe permitiu ‘revelar o segredo de seu funcionamento e continuar funcionando como tal’” (SAFATLE, 2008).

O esforço empreendido pelo OWS é perfeitamente legítimo e necessário, e, além do mais, reacende em nós a esperança de uma significativa mudança na sociedade que a torne mais solidária e humanizada, no entanto, há alguns cuidados que precisam ser tomados para que não se entre num beco sem saída e essa força primeira do movimento se desvaneça.

Por fim, mas não dando por encerrada a discussão, é importante lembrar que os resultados aqui apresentados são um esboço de análise que ainda se desenvolve em minha pesquisa de Mestrado, sendo, portanto, parciais. Nosso intuito não é deslegitimar o movimento, mas inserir certa negatividade (SAFATLE, 2008) em seu discurso, com o objetivo de encontrar formas de superar determinados impasses e insuficiências a que toda construção discursiva nos leva.

Referências bibliográficas

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

- BHASKAR, Royal. **Philosophy and scientific realism**. In: M. Archer et al. (orgs.). *Critical Realism: essential readings*. London: Routledge, 1998.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, S.R: Editora da UNICAMP, 1996.
- DAVIDSON, Donald. **O que significam as metáforas**. Trd. de Pedro Serra [2011]. Disponível em: <http://www.ilicia.es/imagenes/tablaContenidos03/davidson_met%C3%A1fora_portugu%C3%AAs_pedro%20serra.pdf>. Acesso em 20 mai. 2014.
- DERRIDA, J. **Margens da Filosofia**. Campinas: Papyrus, 1991.
- _____. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. (Trad. Izabel Magalhães) Brasília: Editora UnB, 2001.
- _____. **Analysing Discourse**. Textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.
- FERREIRA, Raimundo Ruberval. **Marchas, redes, paradas e primaveras no social contemporâneo**: sujeitos, políticas de representação, antagonismo e subversão na era da complexidade política e os desafios de um pensamento crítico da linguagem. Projeto de Pesquisa, Universidade estadual do Ceará (UECE), 2013.
- HALLIDAY, Michel. **An Introduction to Functional Grammar**. Second Edition. London: Edward Arnold, 1994.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy**: Towards a Radical Democratic Politics. London: Verso, 1985.
- LUQUES, Solange Ugo. **Metáfora e Argumentação**: uma análise crítica do discurso político. 2010. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, USP, São Paulo, 2010.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **A propósito da metáfora**. Rev. Est. Ling., Belo Horizonte, v.9, n.1, p.71-89, jan./jun. 2000.
- QUINET, Antônio. **A descoberta do inconsciente**: do desejo ao sintoma. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- RAJAGOPALAN, Kanavilil. **Por uma Linguística Crítica**: Linguagem, Identidade e a Questão Ética. São Paulo: Parábola, Editorial 2003.
- RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane. **Análise de Discurso (para a) Crítica**: o texto como material de pesquisa. Campinas – SP: Pontes, 2011.
- SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.) **Identidade e diferença**: A Perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ZIZEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Anexos

Anexo I – Frequently asked questions

What is Occupy Wall Street?

A

Occupy Wall Street is part of an international people's movement fighting for economic justice in the face of rampant criminality on Wall Street and a government controlled by monied interests. #OWS is the 99% trying to wrestle control of its government out the hands of the 1%.

Occupy Wall Street is a people's movement. It is leaderless and party-less by design. It is not a business, a political party, an advertising campaign or a brand. It is not for sale.

Q

What are you protesting?

A

We are opposing all forms of injustice and oppression, especially those stemming from Wall Street's crimes and abuse of control. Economic exploitation and injustice has many faces, therefore we tackle many issues.

Yet, we are not merely a protest movement. We communicate not just outrage, but a full-on call to action. Get your city to transfer its money out of corrupting banks. Sing at the auctioneer until they cancel the illegal foreclosures. Join groups writing letters to the SEC exposing the Corporations' lies they use to beg for mercy for their crimes. Teach shareholders the power of shareholder activism.

Don't just protest. Take action. Direct action.

Q

How long will this go on?

A

We will keep taking action so long as injustice, exploitation, and repression flourish. We will keep taking organizing until broad swaths of the people realize that it is only we, the 99%-ers, can reclaim society from the domination of the 1%.

Freedom is never a spectator sport. We have an obligation, particularly if we claim to love democracy, to build serious and meaningful change from the bottom up.

Q

What are your goals and demands?

A

We do not have one or two simple demands, though many demand them of us. Why? Because we believe that making demands of a corrupt system makes our success contingent on the will of others. It legitimizes the corrupted, it disempowers us.

Our actions are our demands.

What is your demand? What are you doing about it?

Q**Who are your leaders?****A**

Occupy Wall Street is structured on anarchist organizing principles. This means there are no formal leaders and no formal hierarchy. Rather, the movement is full of people who lead by example. We are leader-full, and this makes us strong.

Instead of picking leaders, which you would then have to follow, leaders emerge organically. These people become leaders because others choose to follow them. At anytime you can choose to follow someone else. You can follow more than one person. If people like your ideas, they may choose to follow you. Anyone can become a leader.

Q**What's the difference between Occupy Wall Street (OWS) and the occupiers in other cities?****A**

Occupy Wall Street is the occupation near Wall Street in New York City. There are other occupations around New York City including Occupy Brooklyn, Occupy Queens, Occupy Staten Island, and Take Back the Bronx. All occupations are autonomous. The media often refers to other occupations as Occupy Wall Street because Wall Street companies are at the heart of the of the many injustices that ties the movements together.

Q**Where did you go over the winter?****A**

Occupy Wall Street continued to organize all winter. We met in public spaces all over New York City, continued to have assemblies, and had actions almost every week. Many occupations in other cities continued through the winter including encampments in Anchorage, Iowa City, Atlanta, Madison, New Haven, Chattanooga, Cleveland, Little Rock, Lincoln, Houston, Louisville, Memphis, Rochester and Toronto. If you thought we had gone away, you may want to consider switching to a different newspaper.

Q**What have you accomplished so far?****A**

Lots. Besides getting the entire world to talk about economic injustice, we have inspired towns and cities across the country to move their money out of the predatory banks like Chase, Bank of America, Citigroup, HSBC, Wells Fargo and others. We have kept people from being thrown out of their homes through auction blockades and eviction defense. We have inspired shareholder activism. We have brought street protest back to life. We have exposed the corruption of governments who have been bought out by the 1%. We have brought people together across political, racial, and class divides to build a better future. And we're just beginning.

All these are steps on the way to the broader, deeper systemic change we aim for. We're just beginning.

Q**What side on you on politically? Are you democrat, republican, communist, socialist, liberal, conservative, anarchist, libertarian; what?****A**

Occupy Wall Street is not and never has been affiliated with any established political party, candidate or organization. Our only affiliation is with the people.

We find strength in our diverse political perspectives as we work together to build a better world. We reject politics that divides people against one another based on their beliefs. We value true participatory democracy.

We hope that this exercise in participatory democracy will breed mutual respect, interdependence and understanding among the 99%, and help shed today's political climate of divisiveness, disrespect, mistrust, and marginalization.

Q

How do I get involved?

A

First, you should know that you don't need anyone's permission to be a part of Occupy. You don't even need to be in New York to be involved with OWS. If you are committed to justice, equality, and liberation for all people (see our principles for reference) and you have an idea for an Occupy action or group you are empowered to start it. If you want to plug into existing Occupy networks check out occupytogether.org and interoccupy.org.

Q

How do I find out what's happening in my community?

A

Search for your town or city's name plus the word "occupy." You can also check directory.occupy.net.

Q

Will I get arrested if I come to Occupy actions?

A

During marches and actions, it is unlikely that you will get arrested unless you are prepared to. If you are unwilling to be arrested, or feel you cannot because you are not a U.S. citizen, or are a minor, there are ways to protect yourself from arrest, the most important being: remaining non-violent. Check here for [legal information](#) and advice on these topics.

Anexo II – Why?

Why?

Posted 2 years ago on Sept. 12, 2011, 10:58 p.m. EST by [chris](#)

Contemporary society is commodified society, where the economic transaction has become the dominant way of relating to the culture and artifacts of human civilization, over and above all other means of understanding, with any exceptions being considered merely a temporary holdout as the market swiftly works on ways to monetize those few things which stubbornly remain untouched. Perhaps the most pernicious aspect of this current setup is that it has long ago co-opted the very means of survival within itself, making our existence not an inherent right endowed to us by the simple fact of our humanity but a matter of how much we're all worth -- the mere act of being alive has a price tag. Some pay it easily. Others pay for it with their submission. Others still can't pay it at all. Regardless, though, like cars, TVs and barrels of oil, our lives are commodities to be bought and sold on the open market amid the culture of ruthlessness and desperation that has arisen to accommodate it. This is the natural consequence of a society built around entities whose purpose it is to always, always minimize costs and maximize profits. It is the philosophy of growth for the sake of growth, the same ideology that drives a cancer cell. An economy in a steady state is not healthy. It needs to expand, constantly, perpetually.

Of course, nothing can expand forever. The second law of thermodynamics tell us this much at least. But that doesn't mean the market won't try. It's not enough that a soft drink becomes the dominant soda, it must become the dominant beverage, period. It's not enough that people build some things out of a certain material, it must be the only thing anyone ever builds anything out of, ever. It's not enough to make pills for the ailments from which people already seek relief, pills must be made for problems that people didn't even know existed until a commercial told them to ask their doctors about it. We all know this course is not sustainable, but there will be great damage done before this point is reached.

The people coming to Wall Street on September 17 come for a variety of reasons, but what unites them all is the opposition to the principle that has come to dominate not only our economic lives but our entire lives: profit over and above all else. Those that do not embrace this principle: prepare to be out-competed. They will lose the race to the bottom and the vulture will swoop down to feast. It is indicative of a deep spiritual sickness that has gripped civilization, a sickness that drives the vast deprivation, oppression and despoliation that has come to cover the world.

The world does not have to be this way. A society of ruthlessness and isolation can be confronted and replaced with a society of cooperation and community. Cynics will tell us this world is not possible. That the forces arrayed against us have won and will always win and, perhaps, should always win. But they are not gods. They are human beings, just like us. They are a product of a society that rewards the behavior that has led us to where we are today. They can be confronted. What's more, they can be reached. They just need to see us. See beyond the price tags we carry.

And if they are gods? Then we shall be Prometheus. And we shall laugh as we are lashed to the stone to await the eagle.

Abstract: *The emergence of the Occupy Wall Street movement, first demonstration, held in 2011 in New York (USA), who became known as the Occupy Movement, occurs at the point of convergence of three major crises plaguing contemporary: economic crisis, representation crisis and identity crisis (FERREIRA, 2013). One of the main agendas of the protest movement is the unequal distribution of income and opportunities, which is spring for the institution of antagonism "99% against the 1%". From there, the two guiding questions arise from this work: how this inequality (and therefore equal) is discursively constructed by the movement? What are the problems resulting from this construction to the desired social change by the movement? Therefore, the aim of this paper is to analyze how language is hinged to the construction of such an object of discourse, and what that implies for society in terms of social change. We will use as the main theoretical and methodological framework to Critical Discourse Analysis, in strand Norman Fairclough (2001, 2003), and Critical Social Theory, of Ernesto Laclau (1985, 1990). It is worth mentioning that the results presented here, pointing to a halt in order to build the social (un)equality, are partial and are a part of a master's research widest developed by the author.*

Keywords: *Metaphor; Occupy Wall Street; Social (Un)equality; Critical Discourse Analysis; Critical Social Theory; Social Movements.*

Memórias de escola em “Magda Soares”: uma análise discursiva

Thiago José Rodrigues de PAULA (UFSJ)¹²
thiagojrpaula@yahoo.com.br

Resumo: A partir da concepção de que a memória é própria do ser humano e que se constitui numa relação dialógica entre sujeito e coletividade, o presente artigo busca abordá-la sob uma perspectiva discursiva. Para isso, tomaremos como objeto de estudo o relato autobiográfico intitulado “Eu, aluna do primário” da professora Magda Soares, objetivando analisar as memórias de escola contidas no texto. Tal trabalho se justifica porque possibilita uma análise de memórias sob uma perspectiva discursiva e nos permite reconhecer como um sujeito “seleciona” suas memórias sob determinadas visadas, conscientes ou não. Para tal intento, a pesquisa será desenvolvida pela análise da inter-relação entre discurso e memória, tomando como referenciais teóricos básicos as postulações de Charaudeau (2012), no âmbito da teoria semiolinguística, e algumas considerações sobre a memória e a escrita autobiográfica produzidas por autores tanto de meios discursivos quanto literários.

Palavras-chave: Memória; Discurso; Magda Soares; Autobiografia; Teoria Semiolinguística.

1. Introdução

O presente artigo retomará uma perspectiva teórica que tem se consolidado em pesquisas discursivas: a memória como instância de um processo de rememoração e ressignificação das experiências de vida. Não se deve confundir, contudo, essa memória que se constitui a partir de recordações e lembranças com o conceito de memória discursiva, o qual encontra ampla difusão em trabalhos de Análise do Discurso. Enquanto a memória discursiva se refere a uma retomada de implícitos e pré-construídos (Pêcheux, 1999, p. 52), a memória aqui abordada engendra um “trabalho sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (BOSI, 2003, p. 53). Trata-se de uma memória plástica, que retoma fatos e acontecimentos do passado, (re)construindo-os discursivamente em produções autobiográficas.

Nosso objeto de análise será constituído pelo relato intitulado “Eu, aluna do primário” da professora Magda Becker Soares. Inserido na coletânea “Ecos do Passado: memórias da infância e da escola no século XX”, organizada pelas professoras Maria Therezinha Nunes (UFMG), Maria das Graças Teixeira (UFMG), Maria O'Mello Garcia (UFMG) e Therezinha Andrade (PUC-MINAS) e patrocinada pela Fundação Helena Antipoff e pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), “Eu, aluna do primário” faz um rico relato sobre os primeiros anos escolares da professora Magda Soares, trazendo à tona as memórias de escola de uma das maiores educadoras de nosso país.

Nessas condições, o presente estudo busca analisar as memórias de escola contidas no relato, sob uma perspectiva discursiva, a partir da concepção de que o ato de lembrar é uma condição própria do

¹Discente do Programa de Mestrado em Letras (PROMEL) da Universidade Federal de São João del-Rei(UFSJ), estando vinculado à linha de pesquisa intitulada “Discurso e Representação Social”, e bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

²O presente trabalho foi realizado sob a orientação da professora dra. Dylia Lysardo-Dias (UFSJ), a quem agradeço pelos ensinamentos, conselhos e leitura crítica.

ser humano e que se constitui numa relação dialógica entre sujeito e coletividade. Tal trabalho se justifica porque possibilita uma abordagem discursiva da memória, oferecendo subsídios para se reconhecer o processo de rememoração como uma produção discursiva. Além disso, enquanto a análise das memórias de Magda Soares fornece indícios sobre quais elementos tendem a ser significativos nas memórias escolares de um sujeito, ela concomitantemente nos permite reconhecer como um sujeito pode inserir esses elementos na organização discursiva de seu relato, promovendo uma reflexão sobre como o sujeito constrói suas memórias a partir de determinadas visadas discursivas, sendo essas visadas conscientes ou não.

Para isso, retomaremos algumas considerações de autores que problematizaram literária e discursivamente a memória, sobretudo a partir da noção de autobiografia, considerando que todo texto rememorativo é uma produção autobiográfica. Também abordaremos alguns dos conceitos propostos por Charaudeau (2012) no âmbito da teoria semiolinguística, utilizando a noção charaudeana de *mise-en-scène* e seu estudo sobre os sujeitos de um ato de linguagem.

2. Referencial teórico

2.1 A memória como instância de um processo de rememoração

Nos últimos anos, a memória como instância de um processo de rememoração ganhou destaque dentro da Análise do Discurso, a partir de pesquisas envolvendo a produção (auto)biográfica³. Lysardo-Dias (2012, p. 89), por exemplo, afirma que a biografia é “o lugar de memória que fixa o que a velocidade atual deixa escapar e tenta imortalizar, dentro de suas limitações, a finitude do ser humano”. Já Procópio-Xavier considera que:

O desafio do biógrafo é, pois, costurar as memórias dispersas a que ele tem acesso, numa tentativa de construção de uma unicidade e coerência para a vida que se busca apresentar. Não se deve esquecer, contudo, que a existência de uma biografia supõe a ampla utilização de forças sociais pela manutenção de uma memória, ou de um tipo de memória, na qual um indivíduo é não somente uma unidade, mas parte de um grupo e representação de ideais e expectativas que já não são subterrâneas, mas que convivem junto a outras manifestações de superfície. (PROCÓPIO-XAVIER, 2012, p. 74)

Para ambas as autoras, emerge uma percepção de memória relacionada à de biografia, uma vez que não é possível tratar de biografias sem se ver às voltas com a noção de memória. Nessas condições, poderíamos afirmar, de um modo sintético, que a memória seria o elemento que dá forma e consistência a uma produção (auto)biográfica, sendo então a “matéria-prima” produzida por um processo de rememoração. Outras perspectivas sobre a memória existem, como a indicada pela própria Procópio-Xavier em: “quando qualificamos determinadas narrativas como ‘biográficas’, estamos incluindo nessa classificação gêneros variados como biografias, autobiografias, memórias, diários, confissões e correspondências”

³Utilizaremos a expressão “(auto)biografia” e suas derivadas para indicar tanto biografias quanto autobiografias, a partir da premissa de que a memória funciona de maneira similar nesses dois gêneros discursivo-textuais.

(PROCÓPIO-XAVIER, p. 55) (grifo nosso). Esse modo de apreensão de memória, no entanto, não se adequa aos objetivos desse trabalho, uma vez que aborda o *gênero memória* e não *a memória como instância de um processo de rememoração*.

Um autor imprescindível para o estudo de autobiografias é Lejeune (2008), com sua concepção de pacto autobiográfico. Tal conceito, por ele proposto, refere-se à correspondência, em um texto, do sujeito que se chama de “eu” e do sujeito que o “assina”. No entanto, essa correspondência entre o eu quenarra e o que “assina” uma autobiografia não é um consenso entre os pesquisadores do gênero. Arfuch, por exemplo, faz críticas incisivas sobre ele:

Bakhtin nos alerta rotundamente sobre a impossível equiparação entre vida e relato, e portanto – contrariando Lejeune – sobre a não identidade entre autor e narrador, ainda que ambos tenham o mesmo nome no relato e na vida: cria-se um personagem até mesmo na confissão mais sincera ou nos testemunhos de verdade mais apegada aos fatos. É que não há como se apresentar diante do outro, a não ser dotado de uma máscara. (...) Contudo, pessoa e personagem parecem se unir no “eu”, no imaginário de uma hipotética completude. (ARFUCH, 2012, p. 18-19)

Ainda que não concordemos totalmente com a crítica de Arfuch a Lejeune, haja vista que o próprio Lejeune, valendo-se de Gide, tem uma percepção de que na autobiografia “as memórias só são sinceras pela metade, por maior que seja a preocupação com a verdade: tudo é sempre mais complicado do que dizemos” (GIDE, apud LEJEUNE, 2008, p. 42), acreditamos que Arfuch traz uma contribuição importante para o estudo autobiográfico: a noção de que as memórias sempre são “mascaradas” a partir da construção de um “eu imaginário”. Evidencia-se assim a necessidade de se conceber o processo de rememoração, sobretudo num trabalho com foco em teorias do discurso – como o que aqui propomos –, como uma construção discursiva, na qual, independente da verossimilhança das memórias, estejam em jogo os efeitos de sentido depreendidos da produção autobiográfica.

Coracini, com visão semelhante, trabalha com a memória como

região do interdiscurso, onde o singular se constrói a partir do social, sempre resultante de um processo de interpretação em que o esquecimento dá lugar à lembrança, e esta, à ficção. Lembrança que reata o elo do sujeito com o passado que, por sua vez, se faz presente e se torna futuro na historicidade do sujeito e no acaso que (des)controla o (in)contornável. (CORACINI, 2011, p. 289)

Ao dizer que nessa região de interdiscurso da memória o singular se constrói a partir do social, Coracini defende a necessidade de que sejam estudadas as representações sociais e discursivas do sujeito que se rememora, a fim de que possamos estabelecer uma análise sobre esse processo de interpretação que o sujeito desenvolve ao relatar suas memórias. Além disso, a autora também permite o debate sobre dois dos aspectos mais instigantes do trabalho com a memória: a relação entre esquecimento e lembrança e a questão do ficcional e do não-ficcional. Com similar posicionamento, Guedes-Pinto, Gomes e Silva (2005, p. 18) afirmam que as memórias de uma pessoa “podem dizer também daquilo que ela não vivenciou”, pois elas (as memórias) relatam a maneira como o sujeito ‘percebe o mundo a sua volta’ e o que

'poderia ter acontecido'". Desse modo, é necessário que reconheçamos, ao se trabalhar com textos (auto)biográficos, que não existe uma barreira separando ficção de não-ficção, nem lembrança de esquecimento, e que a análise das memórias deve voltar-se para um trabalho de reconstrução:

Se considerarmos que a realidade e a ficção não se opõem de forma radical para a criação do ensaio biográfico, não é prudente checar, no caso de autobiografias ou biografias, se o acontecimento narrado é verídico ou não. (...) *O próprio acontecimento vivido pelo autor – ou lembrado, imaginado – é incapaz de atingir o nível de escritase não são processados o mínimo distanciamento e o máximo de invenção.* A crítica autobiográfica não pretende reduzir a obra à experiência do autor, nem demonstrar ser a ficção produto de sua vivência pessoal e intransferível. (SOUZA, 2011, p. 21) (grifos nossos)

A invenção, nessas condições, é reconhecida como condição *sine qua non* para a escrita autobiográfica e vem demonstrar que é impossível interpretar um relato autobiográfico sem compreender que o aspecto ficcional é um instrumento que *sempre* estará presente nele.

2.2 Considerações acerca da teoria semiolinguística

*“A linguagem é um poder, talvez o primeiro poder do homem.”
(Charaudeau, 2012, p. 7)*

A linguagem, na concepção de Charaudeau (2012), é o que permite ao ser humano pensar, agir e viver em sociedade, pois é através dela que os homens entram em contato uns com os outros e estabelecem vínculos psicológicos e sociais. Além disso, o autor argumenta que ela é um fenômeno complexo que não deve ser reduzido ao simples manejo de regras de gramática e das palavras do dicionário, o que coloca em cena a necessidade de um estudo da linguagem que a entenda para além da materialidade linguística.

Charaudeau (2012) ainda defende que a linguagem desdobra-se no “teatro da vida social”, o que é um postulado imensamente importante em sua teoria semiolinguística, já que é a partir dessa concepção de linguagem que o autor desenvolve o conceito de *mise-en-scène*. A *mise-en-scène*, termo francês para “colocar em cena”, “encenar”, diz respeito ao fato de que os sujeitos, em suas diversas práticas sociais, assumem um determinado papel no jogo comunicacional. Sobre a constituição da *mise-en-scène*, Charaudeau afirma que “a encenação resulta de vários componentes, cada um exigindo um ‘savoir-faire’, o que é chamado de competência” (CHARAUDEAU, 2012, p. 7). Nesses termos, o autor estabelece que três competências se manifestam na *mise-en-scène* de uma prática linguageira. São elas:

- I. Competência situacional: Não há linguagem fora de uma situação de comunicação. É preciso então levar em conta a *finalidade* de cada situação de comunicação e a *identidade* dos sujeitos envolvidos nela.
- II. Competência semiolinguística: Refere-se ao saber organizar a encenação do ato de linguagem de acordo com determinadas visadas (enunciativa, descritiva, narrativa, argumentativa),

recorrendo às categorias que cada língua oferece.

- III. Competência semântica: Consiste em saber construir sentido com a ajuda de formas verbais (gramaticais e lexicais), recorrendo aos saberes de conhecimento e crença que circulam na sociedade, levando em conta os dados da situação de comunicação e os mecanismos de encenação do discurso.

A articulação dessas competências constitui o que Charaudeau (2012) chama competência discursiva, e é, na concepção do autor, fazendo-a funcionar que se produzem os atos de linguagem portadores de sentido e de vínculo social.

Concebendo que a linguagem se manifesta nas práticas sociais através de *mise-en-scènes*, Charaudeau estabelece que o ato de linguagem não pode ser compreendido “de outra forma a não ser como um conjunto de atos significadores que *falam* o mundo através das condições e da própria instância de sua transmissão” (CHARAUDEAU, 2012, p. 20) (grifo do autor). Para a teoria semiolinguística, atos de linguagem são a ação social produzida pelos sujeitos ao utilizarem a linguagem e são caracterizados pela relação entre o *do que* a linguagem fala com o *como* ela fala. Desse modo, Charaudeau solapa a noção de que o mundo é “dado a princípio”, instituindo a perspectiva de que ele se faz através da estratégia humana de significação realizada em um ato de linguagem.

Para a teoria semiolinguística, a finalidade da linguagem não se constitui apenas pela configuração verbal, mas é determinada também pelo jogo que um dado sujeito vai estabelecer entre essa configuração verbal e seu sentido implícito. Assim, uma análise semiolinguística precisa se desenvolver a partir da articulação do estudo de uma configuração verbal explícita no ato de linguagem (a simbolização referencial) e das circunstâncias de produção/interpretação – chamadas por Charaudeau (Ibid.) de Circunstâncias do Discurso (C de D) – desse ato de linguagem.

Charaudeau (Ibid.) propõe que, num ato de linguagem, identificam-se quatro tipos de sujeitos:

- a) O sujeito comunicante (EUC), caracterizado por ser o produtor da fala, o ser no mundo que orchestra o ato de linguagem.
- b) O sujeito enunciador (EUE), construído pelo ato de linguagem do EUC e percebido (interpretado) pelo sujeito interpretante (TUI). Cabe dizer aqui que não há necessariamente uma correspondência entre o EUE produzido pelo EUC e o interpretado pelo TUI, já que nem sempre o TUI constrói uma imagem do EUE que se aproxima da imagem planejada pelo EUC.
- c) O sujeito interpretante (TUI), caracterizado por ser independente do EUC e por ter uma existência no mundo, sendo o responsável pelo processo de interpretação do ato de linguagem.
- d) O sujeito destinatário (TUD), caracterizado por ser um sujeito de fala que depende do EU, pelo qual é constituído. O TUD é uma imagem que o EUC faz do TUI e é, a partir dessa imagem, que ele produz suas estratégias comunicativas. Deve-se, contudo, ressaltar que, embora uma

comunicação eficiente ocorra quando há uma correspondência entre o TUi e o TUD, essa correspondência nem sempre ocorre.

Charaudeau (Ibid.) ainda postula que o ato de linguagem, em sua totalidade, compõe-se de dois circuitos de produção:

- I. o *circuito da fala* configurada (ou espaço interno) no interior do qual se encontram os seres de fala (o EUe e o TUD), oriundos de um saber intimamente ligado às representações languageiras das práticas sociais;
- II. o *circuito externo* à fala configurada (espaço externo) onde se encontram os seres agentes da prática social (o EUC e o TUi), os sujeitos do mundo, ligados ao conhecimento da organização do “real”.

Para Charaudeau (Ibid.), o mundo falado por esses sujeitos tem uma dupla representação: quando esse mundo é considerado no circuito da fala, a representação é discursiva; quando é representado no circuito externo, a representação é da situação de comunicação.

Cabe ressaltar ainda que um dos principais postulados da teoria semiolinguística é o da intencionalidade do ato de linguagem. Tal postulado indica que todo ato de linguagem é intencional e participa de um projeto global de comunicação concebido pelo sujeito comunicante (EUC). Para Charaudeau, num ato de linguagem:

o EUC organiza o que está disponível em suas competências, levando em conta a margem de liberdade e de restrições da ordem relacional de que dispõe. Deve também desejar que seu ato de linguagem tenha sucesso, ora, a garantia de tal sucesso estará na coincidência de interpretações que poderá ocorrer entre o sujeito interpretante (TUi) e o destinatário (TUD). (CHARAUDEAU, 2012, p. 56)

Toda produção languageira, nesses termos, tem origem em um “projeto de fala” e, nesse projeto, o sujeito comunicante (EUC) faz uso de um contrato de comunicação. O conceito de contrato de comunicação pressupõe, como afirma Charaudeau (Ibid.), que os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo de práticas sociais estejam suscetíveis a chegar a um acordo sobre as representações languageiras dessas práticas. Essa noção de contrato embasa-se então na perspectiva de que todo ato de linguagem coloca em cena um determinado conjunto de regras sociais reconhecidas tanto pelo sujeito comunicante quanto pelo sujeito interpretante, a fim de estruturar aquela situação comunicacional.

Charaudeau (Ibid.) ainda defende que, após estabelecer seu contrato de comunicação, o sujeito falante passa a conceber, organizar e encenar suas intenções de forma a produzir determinados efeitos. Nessas condições, o autor argumenta que, para o EUC, “falar é uma estratégia” e que essa estratégia pode se entendida como se o locutor se perguntasse:

Como é que vou/ devo falar (ou escrever), levando em conta o que percebo do interlocutor, o que imagino que ele percebe e espera de mim, do saber que eu e ele temos em comum, e dos papéis que eu e ele devemos desempenhar? (Ibid., p. 75)

Charaudeau afirma ainda que, dentro das concepções de uma abordagem semiolinguística,

comunicar é uma dupla aposta do sujeito falante: ele espera que os contratos que está propondo ao sujeito interpretante sejam bem percebidos e espera que as estratégias empregadas na comunicação em pauta irão produzir o efeito desejado. No entanto, é válido ressaltar que não consideramos que o sujeito é completamente consciente dessa estratégia discursiva. Ao contrário, como o próprio Charaudeau aponta em seu livro “O discurso político”, o enunciador nem sempre é “soberano” de sua estratégia discursiva (CHARAUDEAU, 2008, p. 8), motivo pelo qual o postulado da intencionalidade do ato de linguagem não pode ser interpretado como intencionalidade do sujeito falante.

3. Análise

3.1 O pacto autobiográfico e o contrato de comunicação

Consideramos que o conceito de pacto autobiográfico vem ao encontro do de contrato de comunicação proposto por Charaudeau (2012), uma vez que entendemos o pacto autobiográfico como um contrato entre o sujeito que narra suas memórias e o(s) sujeito(s) a quem elas se destinam. No entanto, devemos ressaltar que, embora esses conceitos de contrato e pacto tenham semelhanças, eles não se equivalem. O conceito de contrato para Charaudeau permite certa dinamicidade e se determina pela situação de comunicação da situação discursiva, no que se distingue da noção de pacto em Lejeune, que apenas se refere à correspondência entre o eu que narra e o eu que “assina” uma autobiografia.

Desse modo, podemos dizer que Magda Soares, ao iniciar seu título com o pronome pessoal “eu”, está colocando em jogo todo o processo de construção de um pacto autobiográfico/ contrato de comunicação, instaurando com o seu possível leitor um pacto/contrato de leitura, no qual esse leitor tomará seu relato como uma escrita autobiográfica. Todavia, devemos fazer uma ressalva: esse “eu” estabelecido no título não é um “eu” qualquer que remete ao sujeito Magda Soares como um todo. Ao contrário, ao utilizar o aposto “aluna do primário” para especificá-lo, a autora determina que suas memórias vão tratar de um período específico de sua vida: os seus primeiros anos de escola.

3.2 O sujeito comunicante (EUC) e o sujeito enunciador (EUE)

A distinção entre o EUC e o EUE em textos de rememoração é essencial em trabalhos com autobiografias numa perspectiva discursiva. Sob um olhar menos apurado, poderíamos dizer que o EUC e o EUE se equivalem, haja vista o pacto autobiográfico e o contrato de comunicação estabelecido entre o produtor do texto e seu(s) receptor(es). No entanto, como Charaudeau (2012) consistentemente demonstrou ao definir as bases epistemológicas da teoria semiolinguística, todo ato de linguagem é uma *mise-en-scène* e não podemos acreditar que haja uma correspondência entre o EUC e EUE, uma vez que o EUE é sempre uma construção discursiva feita pelo EUC.

Nessas condições, por mais que Magda Soares, enquanto EUC, busque trazer à tona suas memórias

de escola, ela, inevitavelmente constrói uma imagem de si mesma no EUE que não necessariamente vai corresponder ao sujeito empírico Magda Soares. Devemos, todavia, ressaltar que não é objetivo desse estudo verificar em que medida o EUE é uma construção feita pelo EUC. Tal perspectiva de trabalho não seria produtiva, nem muito menos possível, já que as memórias são plásticas e se constituem num constante processo de construção e reconstrução. Trabalhos com memórias em Análise do Discurso, ao contrário, apenas podem problematizar os efeitos de sentido gerados no texto, a fim de *analisar e/ou instaurar uma reflexão sobre* a maneira como um EUC constitui o EUE no seu texto e produz sua *mise-en-scène*.

3.3 As vozes no relato: o eu, o nós e os outros

A partir do reconhecimento de que já no título de seu relato o EUC estabelece um pacto autobiográfico/contrato de comunicação, começamos a buscar marcas no texto que nos levassem a identificar como o EUC desenvolvia esse pacto/contrato no decorrer de sua produção discursiva. No primeiro tópico de seu texto, denominado “Dados pessoais”, o EUC cria um panorama sobre o que seriam os primeiros anos de escolarização da professora Magda Soares, a partir de uma escrita em primeira pessoa do singular:

“Ingressei no ensino primário em 1939, aos 7 anos completos, como se exigia na época. Pertencendo a uma família protestante metodista, de classe média, fui matriculada em escola privada, o Colégio Izabela Hendrix, lá fui para a primeira série exatamente no ano em que essa escola começou a funcionar na rua da Bahia (até 1938, funcionava no centro da cidade, na rua Espírito Santo).” (p. 78) (grifos nossos)

O uso dos verbos (grifados no texto) no pretérito perfeito do indicativo e com o sujeito “eu” implícito são elementos que confirmam o pacto autobiográfico e constituem um contrato de comunicação. A presença desse “eu” primeira pessoa do singular estabelece uma inter-relação entre o EUE e o EUC, construindo para o leitor a imagem de que narrador, personagem e autor são o mesmo sujeito. Já os verbos no pretérito perfeito, por sua vez, passam-nos um valor de verdade para os fatos relatados, pois ao indicar um fato tomado como certo que aconteceu num passado e terminou nesse mesmo passado, o texto constitui um efeito de verdade nas memórias relatadas.

O tópico seguinte do texto, no entanto, que foi denominado “A pedagogia da escola”, embora ainda apresente a primeira pessoa do singular, tem predominância da primeira pessoa do plural:

“convivíamos, meninos e meninas, na sala de aula, no recreio, em todas as atividades” (p.78)

“Muitas vezes, criávamos as coisas que deveríamos observar” (p. 79) (grifos nossos)

A utilização de um “nós” pelo EUC é muito significativa. Embora tenha estabelecido o pacto autobiográfico em seu título através de um “eu”, o “nós” traz à tona que muitas de suas memórias não descrevem acontecimentos, casos e fatos ocorridos apenas com esse EUE. De fato, muitas dessas memórias

relatadas no texto da professora Magda Soares poderiam ser as memórias de qualquer outro aluno que tenha frequentado a mesma escola que ela.

Com isso, começamos a confrontar o título do texto, “Eu, aluna do primário”, com o que o EUE desenvolve no decorrer de seu relato. Esse “eu” tão chamativo no título e presente, mesmo que implicitamente, em vários dos verbos do texto, muitas vezes, deu lugar a um “nós” que representava coletivamente Magda Soares e seus colegas de classe do primário. O texto pouco relata sobre as memórias singulares do sujeito Magda Soares. Isso fica mais evidente ainda quando confrontamos o texto em análise com os relatos de outros autores da coletânea “Ecos do Passado: memórias da infância e da escola no século XX”: Eneida Maria de Souza, por exemplo, conta sobre o sal trocado por açúcar na refeição de seu primeiro dia de escola, dizendo que a lembrança deste dia a evocou “a ideia de inversão, de deslocamento”, Yara Tupinambá fala de seu “encantamento” com a biblioteca de sua escola e Patrus Ananias relata o sentimento de “tensão” que sentiu ao fazer o seu primeiro ditado.

Além disso, nota-se, no texto em análise, a presença de outras vozes que não são a de Magda Soares, mas que, num fluxo polifônico, parecem pertencer ao EUE. Assim, em trechos como “era preciso escrever em cursiva ‘sem tirar o lápis do papel’” (p. 79), o EUC deixa entrevermos claramente a voz dos professores de Magda Soares, marcada inclusive pelo uso das aspas em “sem tirar o lápis do papel”. Outro exemplo é quando o texto afirma que Magda Soares questionou à sua professora, anos depois de sua formatura, sobre com qual cartilha foi alfabetizada, recebendo como resposta que “era a do Arnaldo Barreto” (p. 79).

Sobre a importância das outras vozes no texto de memórias, Halbwachs (2006, p. 29) afirma que:

Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós. [...] se a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também nas dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas.

Nessas condições, o EUC, ao produzir seu texto e constituir um EUE, recorre a outras vozes para “reforçar” o que já sabe, pois, ao basear sua escrita não apenas na sua lembrança, mas também nas dos outros, ele confere um efeito de “exatidão” às suas recordações.

3.4 O EU do presente (re)construindo o EU do passado

Ressalta-se ainda que Magda Soares é, enquanto sujeito empírico, uma educadora, com inúmeros trabalhos sobre escola, alfabetização e letramento. Por isso, ao analisarmos esse relato dos seus tempos de escola, é preciso considerar que o EUE do texto, ao ser instituído pelo EUC, deixa transparecer marcas de que a Magda Soares pesquisadora teve influência em sua produção discursiva, fato que se evidencia em trechos como:

“lembro-me de que eu tinha muito medo dela (sua professora de primário), que

reencontrei já estando adulta, e nos fizemos amiga até a morte dela, há poucos anos. Não me lembro da cartilha, e um dia, nessa amizade da idade adulta, perguntei a ela pela cartilha que usava quando me alfabetizou, respondeu que era a do Arnaldo Barreto.” (p. 79)

“O que posso dizer é que, embora na minha idade adulta, que tem sido dedicada exclusiva e intensamente à pesquisa e à intervenção na escola pública, às vezes eu tenha sentido falta de não a ter nunca vivenciado como aluna, apenas como professora e pesquisadora, reconheço que fui privilegiada por ter me formado em uma escola que só benefícios me trouxe.” (p. 81)

O fato de o EUE deixar marcado com qual cartilha Magda Soares foi alfabetizada, por exemplo, deve-se à condição da autora de pesquisadora de alfabetização e letramento. Um sujeito que não dedicou a sua vida a estudar a aquisição da leitura e da escrita, provavelmente, não sentiria a necessidade de relatar com qual cartilha foi alfabetizado e, muito possivelmente, nem deve se lembrar (ou saber) o que é uma cartilha. A constante descrição da pedagogia da escola feita pelo EUE e a inevitável comparação com a escola pública (Lembremo-nos que a escola pública foi um dos principais objetos de estudo de Magda Soares.) é outro argumento que vem ao encontro de nossa perspectiva, a tal ponto que o maior tópico do texto é denominado de “A pedagogia da escola”.

Devemos ainda levar em consideração, para fins de análise do texto “Eu, aluna do primário”, que o próprio fato de Magda Soares ter sido convidada a participar da coletânea, provavelmente, deve-se a seu papel social como educadora, o que pode a ter feito inferir que devia descrever a sua escola primária a partir de elementos pedagógicos e educacionais. Além disso, a sua formação discursiva como professora está intrinsecamente relacionada a discursos sobre pedagogias e métodos educacionais, o que indica que para o sujeito Magda Soares, descrever a metodologia e filosofia de sua escola, o processo de sua alfabetização e sua formação como leitora possivelmente tinha grande relevância.

Cabe ressaltar ainda que Magda Soares provavelmente recebeu das organizadoras da coletânea “Ecos do Passado: memória da infância e da escola no século XX” a informação de que as memórias do livro poderiam ser utilizadas “como compreensão da escola atual, no entendimento de que a escola, tal como as demais instituições sociais, são permanentes construções históricas” (NUNES, et. al., 2010, p.9), conforme afirmam na apresentação da coletânea. Por isso, talvez ela, ao se assumir como EUE de seu texto, tenha sentido a necessidade de levantar aspectos pedagógicos, educacionais e de alfabetização e letramento de seu primário porque acreditava que esses seriam os pontos que poderiam interessar ao leitor que quisesse compreender a escola do século XX.

Indo ao encontro dessa perspectiva, Josso (apud SOUZA, 2007, p.19) afirma que as recordações-referências:

[...] são simbólicas do que o autor compreende como elementos constitutivos da sua formação. [...] significa, ao mesmo tempo, uma dimensão concreta ou visível que apela para as nossas percepções ou para imagens sociais, e uma dimensão invisível, que apela para emoções, sentimentos, sentido ou valores [...]

Fica evidente com isso que, ao colocar o sujeito em contato com suas experiências formadoras, a

escrita de memórias permite que entendamos que esse sujeito sempre simboliza essas experiências no decorrer de sua vida e que, no caso de Magda Soares, é imprescindível levarmos em conta que quem narra as memórias de escola é uma Magda Soares professora e pesquisadora que, no decorrer de seus estudos sobre educação, provavelmente, teve inúmeras oportunidades de ressignificar suas memórias de escola primária.

3.5 A construção das imagens da escola, das missionárias e das professoras nas memórias de Magda Soares

Logo no início de seu relato, o EUE já descreve a escola em que estudou como privada, retomando essa perspectiva em vários outros momentos do texto, sobretudo no último tópico, quando afirma que o colégio privado onde estudara “não se diferenciava muito, naquela época, da escola pública” (p. 80). Para dar mais credibilidade a essa afirmação, esse EUE ainda diz que, ao comparar sua escola com a de amigas que “estudaram em escola pública na mesma época”, o “Colégio Izabela não era diferente, em disciplinas e em qualidade de ensino da escola pública” (p. 80-81). A partir daí, vemos que o EUE constrói uma imagem de sua escola tentando aproximá-la da escola pública, mesmo que, em outros momentos, demonstre claramente que sua escola era diferente das demais:

“percebia que a ‘minha escola era ‘diferente’ das escolas que freqüentavam outras crianças” (p. 78)

“convivíamos meninos e meninas, na sala de aula, no recreio, em todas as atividades, enquanto as demais escolas de classe média, em geral, mantinham ensino só para meninos ou só para meninas” (p. 78)

“lembro-me com clareza de uma disciplina que se chamava Lição das Coisas, que crianças de outras escolas não tinham” (Notemos que a autora, em um dos trechos discutidos anteriormente, diz que não havia diferença entre as disciplinas de sua escola e as da escola pública.) (p. 79)

“No entanto, há uma diferença que sem dúvida se destaca: a preocupação, no Izabela, com a formação moral e social, com o desenvolvimento de um senso de responsabilidade em relação a opções pessoais e ao compromisso com o outro” (p. 81)

Talvez essa postura de Magda Soares, enquanto EUC do relato, de constituir um EUE que tenta aproximar seu colégio da escola pública seja uma tentativa, mesmo que inconsciente, de justificar seu trabalho como pesquisadora de escola pública e, mais ainda, o seu papel de intervenção no ensino público. O trecho em que a autora relata ter sentido “falta” de ter vivenciado a escola pública como aluna (“O que posso dizer é que, embora na minha idade adulta, que tem sido dedicada exclusiva e intensamente à pesquisa e à intervenção na escola pública, às vezes eu tenha sentido falta de não a ter nunca vivenciado como aluna, apenas como professora e pesquisadora” (p. 81)) vem ao encontro dessa nossa perspectiva.

A escola Izabela Hendrix em si foi caracterizada pelo EUE como um ambiente de diversidade (“convivíamos, meninos e meninas”; “talvez porque eu não tivesse irmão (éramos três irmãs), essa

convivência com crianças de outro gênero foi, penso, importante para minha formação social”) e focado na formação social (“eram inúmeras as atividades para o desenvolvimento da sociabilidade”) (p. 78). Além disso, afirma ainda que, embora estudasse em plena ditadura Vargas, na escola, por ser uma instituição de origem norte-americana, ela saiu “incólume” da doutrinação que o governo impôs aos outros colégios, afirmando ainda que a escola, em tempos de guerra no cenário internacional (estavam em plena Segunda Guerra Mundial) e de ditadura no cenário brasileiro (ditadura Vargas), foi, junto à família, um ambiente de “proteção” (p. 80).

As missionárias metodistas (a escola de Magda Soares era administrada por um grupo de missionárias metodistas), pelo que pudemos depreender do texto, são as responsáveis pelas características com as quais a autora caracteriza a escola, de modo que, quando EUE descreve o Izabela Hendrix como constituído pela “tônica” da formação social das “propostas pedagógicas então vigentes nos Estados Unidos” (p. 78-79), percebemos que as “responsáveis” por essas propostas pedagógicas foram as missionárias metodistas.

Merece destaque ainda o fato de que não há no texto marcas que indiquem uma visão negativa sobre as missionárias ou à escola como um todo. Imagens negativas, quando aparecem, são relacionadas às professoras, que, nas poucas vezes em que foram descritas, adquirem atitudes autoritárias. Uma das professoras, por exemplo, é descrita como “brava”, da quem a autora tinha “muito medo” (“lembro-me da professora brava, que ensinava com uma varinha na mão, com a qual apontava letras e palavras no quadro ou batia na cabeça dos desatentos e conversadores”) (p. 79). Além disso, essas professoras do primário são descritas como exigentes com a escrita, pois determinavam que “era preciso escrever em cursiva ‘sem tirar o lápis do papel’” (p. 79). Ao contrário de outros relatos do livro “Ecos do Passado: memórias da infância e da escola no século XX”, o EUE não nomeia nenhuma das professoras do primário, muito menos relata alguma experiência marcante com alguma delas.

Embora tenhamos levantado algumas hipóteses sobre as causas de o EUC, ao dar voz ao seu EUE, não ter nomeado nenhuma professora e/ou ter elencado alguma delas como importante em sua formação, não conseguimos chegar a um consenso, até porque discutir memórias nunca é uma atividade “fechada”, com interpretação unívoca. O EUC poderia não ter tido nenhuma professora que merecesse destaque, o que, de certo modo, iria de encontro a certos discursos do senso comum que postulam que todo professor foi inspirado por um docente de sua formação do qual resolve “seguir os passos”. Ou pode ter encontrado esse “professor inspirador” em outro momento de sua escolaridade. O EUC pode também ter achado que pontuar nomes e sentimentos específicos com relação a professores não seria adequado ao propósito do livro de ser uma descrição da escola do século XX. Contudo, o fato de Magda Soares enquanto EUC não ter caracterizado positivamente nenhuma professora ou ter nomeado essas docentes que fizeram parte de sua escolarização primária, não deixa de ser um aspecto instigante, que só vem mais uma vez nos mostrar quão diferentes são as maneiras como o indivíduo enxerga seu passado e o reconstrói em um relato

memorialístico.

4. Considerações Finais

A análise do relato de Magda Soares demonstrou que a teoria semiolinguística fornece importantes subsídios teóricos para se analisar a memória sob uma perspectiva discursiva. Os atos de linguagem instaurados em uma produção autobiográfica engendram sempre uma *mise-en-scène* que coloca em cena um sujeito comunicante que produz seu texto a partir de uma estratégia. Além disso, o estudo apontou que a instituição de um pacto autobiográfico/contrato de comunicação entre o EUC e o TUD precisa ser relativizada a partir da percepção de que não há uma correspondência entre narrador, personagem e autor, mas uma construção de um EUE pelo EUC.

Tal percepção, no entanto, sobretudo quando estamos trabalhando sob uma perspectiva semiolinguística, não quer dizer que as memórias de um sujeito devam ser interpretadas como inventadas e/ou falsas. Quando Magda Soares, ao dar voz ao EUE do relato, afirma que sua escola era semelhante às escolas públicas que existiam na época, ela não está tentando mascarar a verdade. O sujeito, provavelmente, acredita naquilo. As memórias, nessas condições, adquirem interesse não por serem uma representação da realidade, afinal essa representação não é possível, mas por permitirem uma problematização sobre como o sujeito do discurso concebe seu passado. Mesmo se as memórias fossem inventadas – algo que não podemos afirmar num estudo como o que propomos – elas teriam seu potencial analítico ao permitirem que pudéssemos discorrer sobre as visadas manifestadas pelo EUE ao desenvolver a estratégia discursiva do EUC, cabendo ressaltar que essas visadas nem sempre são mobilizadas de maneira consciente.

As memórias de escola, por sua vez, indicaram que um sujeito sempre reconstitui seus tempos escolares a partir de uma percepção da escola constituída no presente, motivo pelo qual o EUC, ao dar voz a um EUE, não pôde deixar de levar em consideração a Magda Soares educadora. Nesses termos, podemos afirmar que é esse fluxo entre presente e passado que dá à memória sua plasticidade, demonstrando que, ao menos sob uma perspectiva discursiva, é improdutivo interpretar um relato autobiográfico como uma representação do real ou buscar identificar a veracidade de uma memória.

Referências bibliográficas

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Trad. de Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2012.

- CORACINI, Maria José R. F. Discurso e identidade: uma questão de memória e ficção de si. In: BASTOS, Liliana Cabral; LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Estudos de identidade**: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- GUEDES-PINTO, Ana Lúcia; GOMES, Geisa Genaro; SILVA, Leila Cristina Borges da. Percursos de. Letramento dos professores: narrativas em foco. In: KLEIMAN, Angela; MATENCIO, Maria de Lourdes M. **Letramento e formação de professores**: práticas discursivas, representações e construção do saber. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico de Rousseau à internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LYSARDO-DIAS, Dylia. Espaços dialógicos em relatos biográficos. **Synergies Monde**, v. 10, p. 83-90, 2012.
- NUNES, Maria Therezinha [et al.]. **Ecos do Passado**: memórias da infância e da escola no século XX. Ibirité: Fundação Helena Antipoff; Belo Horizonte: O Lutador, 2010.
- PROCÓPIO-XAVIER, M. R. **A configuração discursiva de biografias a partir de algumas balizas de História e Jornalismo**. 2012. Tese (Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso) – Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- SOARES, Magda. Eu, aluna do primário. In: NUNES, Maria Therezinha [et al.]. **Ecos do Passado**: memórias da infância e da escola no século XX. Ibirité: Fundação Helena Antipoff; Belo Horizonte: O Lutador, 2010.
- SOUZA, Elizeu Clementino de. Histórias de vida e práticas de formação: escrita de si e cotidiano escolar. In: **Histórias de vida e formação de professores**. Salto para o Futuro/TV Escola, 2007.
- SOUZA, Eneida Maria de. **Janelas indiscretas**: ensaios de crítica biográfica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

Abstract: *Starting from the idea that memory is inherent in human beings and it builds itself in a dialogic relation between the subject and the society, this paper aims to approach memory from a discursive perspective. To that, the autobiographical account named “Eu, aluna do primário” by the Brazilian Professor Magda Soares will be study to examine the memories of school. This study justifies itself because it enables an analysis of memory from a discursive perspective and allows us to recognize how the subject “selects” his/her memories under certain targets, conscious or not conscious. Thereunto, this study will be developed through the analysis of the interplay between discourse and memory, based on Semiolinguistic Theory by Charaudeau (2012) and on some thoughts on memory and autobiographic writing produced by both literary and discursive authors.*

Keywords: *Memory; Discourse; Magda Soares; Autobiography; Semiolinguistic Theory.*

Memória discursiva nos contos de “Espinhos e Alfinetes”

Thyago Madeira FRANÇA¹ (UEG – Campus Morrinhos²)
thymad@gmail.com

Resumo: Os dizeres do texto literário são atravessados por um acontecimento na/com a história, proporcionando a instauração de sentidos múltiplos, que denotam efeitos estéticos da função-autor e revelam tomadas de posição. Assim, Santos (2009) afirma que a literatura se instaura enquanto um saber marcado pela memória, pela história, pela cultura de uma sociedade e pelo devir de uma função-autor, revestida por uma governabilidade estética. Dialeticamente, a discursividade literária, configurada como um saber estético organizado, faz também emergir um discurso do outro, no qual o sujeito-leitor se inscreve/é inscrito e que também significa, implicando também efeitos de sentidos decorrentes das inscrições sentidurais e sujeiturdinais em diferentes lugares sócio-histórico-ideológicos, produzidos na/pela discursividade do texto literário. Logo, a presente proposta tem relevância de natureza singular, uma vez que busca construir um diálogo entre a Análise do Discurso de Pêcheux (1997; 2006) e o objeto estético, extravasando a análise meramente linguística e literária. No interstício entre a AD e a Literatura, pretendemos construir um conjunto de análises discursivas acerca dos contos de João Anzanello Carrascoza, reunidos em “Espinhos e Alfinetes” (2010), buscando estabelecer leituras das regularidades estético-sentidurais entre os textos, no tange à alteridade das memórias, decorrentes de temáticas que convergem.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Literatura; Memória Discursiva; Morte; João Anzanello Carrascoza.

1. Introdução

Sob uma ótica de caráter discursivo, as palavras que compõem o texto literário são atravessadas por um dado acontecimento na/com a história, que proporciona a instauração de sentidos múltiplos, que denotam efeitos estéticos da função-autor e revelam tomadas de posição. Sobre essa possibilidade de diálogo, Santos (2009, p.161) afirma que “a literatura, se instaura enquanto saber, marcado pela memória, pela história, pela cultura de uma sociedade, pelo devir de uma função-autor que reveste por uma governabilidade estética”. Desse modo, a discursividade literária, configurada como um saber estético organizado pela função-autor, faz também emergir um discurso do outro, o qual o sujeito-leitor se inscreve/é inscrito e também significa, implicando também efeitos de sentidos decorrentes da inscrição dos sujeitos e dos discursos em diferentes lugares sócio-histórico-ideológicos, produzidos na/pela discursividade do texto literário.

Nessa reflexão, analisar o texto literário enquanto manifestação de discursividade significa abordá-lo num contexto complexo em que se multiplicam os sujeitos interlocutores, as situações de produção enunciativa e as tomadas de posição, todas essas constitutivas do discurso estético-literário. Sobre tal objeto, Bakhtin (2002, p.101) afirma que “a linguagem literária é um fenômeno profundamente original [...], trata-se não de uma linguagem, mas de um diálogo de linguagens”. Nesse sentido, ultrapassando as questões meramente linguísticas, trata-se de analisar os acontecimentos decorrentes da enunciação da

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia e Professor do curso de Letras da Universidade Estadual de Goiás – Campus Morrinhos.

² A participação no evento, bem como a viabilização dessa produção contaram com o financiamento da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás.

função-autor numa organização estética-linguística-história-política-ideológica-cultural, instauradora de efeitos de sentidos.

Por isso, considerar o texto literário a partir de uma perspectiva discursiva configura-se como a construção de uma leitura que transcende os aspectos meramente artísticos e didáticos. Ao combater as “certezas” e as “evidências” da linguagem, a Análise do Discurso (AD) não toma o texto como transparente, mas o concebe pela opacidade, pela movência e deslocamentos de sentidos, constituído por processos de (des)construção de sujeitos e por meio de processos de subjetivação. Então, os sentidos do texto literário serão, nessa perspectiva, concebidos em um movimento de alteridade entre sujeito, língua e a exterioridade.

No interstício entre a AD e a literatura, o presente texto representa os pensamentos iniciais de uma pesquisa que tem por interesse um levantamento dos pontos de convergências sentidurais e as regularidades discursivas da antologia “Espinhos e Alfinetes” (2010) de João Anzanello Carrascoza. Entretanto, devido ao caráter embrionário de nosso estudo, apresentaremos aqui um esboço acerca da descrição dos elementos discursivos somente dos contos “Espinho” e “Alfinete”, buscando estabelecer leituras de possíveis regularidades estético-sentidurais entre os textos, no tange à alteridade das memórias, decorrentes da temática da morte.

2. Aspectos teóricos da memória

Antes do vislumbrar dos conceitos, acreditamos ser de grande relevância um pensamento inicial: consideramos a memória discursiva como um recorte da memória coletiva. Assim, ainda que a conceito de memória fundante desse trabalho seja o conceito de memória discursiva (PÊCHEUX, 2010), consideramos importante desenvolver breves reflexões de tal conceito também em uma perspectiva histórico-filosófica.

Dessa forma, uma das perspectivas teóricas que mais nos chama a atenção e emerge como dialógico das percepções que desenvolvemos é o conceito de memória coletiva, discutida em trabalhos de Maurice Halbwachs (1877-1945). O autor afirma que existe uma importante ligação entre memória coletiva e memória individual. Esse autor denota que uma não pode ser isolada da outra. Nesse aspecto:

a memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Olhar este, que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios. (HALBWACHS, 2004, p. 55).

No entanto, ainda que haja a identidade entre a memória coletiva e a individual, a última é a que faz emergir as relações do indivíduo consigo mesmo, refletindo/refratando os ideais de um grupo, uma instituição, um povo. Logo, de maneira dialética, confirma-se o ponto de convergência entre os dois tipos de memória apontados pelo sociólogo. Nesse sentido, para Halbwachs, a memória não deve ser concebida como um fenômeno estritamente individual, mas coletivo, e não deve ser avaliada isoladamente.

A memória não depende unicamente do que é subjetivo, porque está intrinsecamente associada ao relacionamento do indivíduo com um determinado grupo social, seja familiar, profissional, ou outro qualquer. Todo indivíduo, então, traz consigo dois tipos de memória: individuais e coletivas. As primeiras são as reminiscências pessoais, enquanto as segundas é o conjunto de lembranças compartilhadas por um determinado grupo.

A memória chamada de individual será tomada no presente estudo como um ponto de vista sobre a memória coletiva, uma configuração discursiva que faz emergir a referencialidade polifônica de um dado sujeito. Dessa forma, analisaremos como se configura o vislumbrar das imagens e o resgate dos guardados que interpelam o sujeito-personagem. Ora como meras lembranças, ora como uma constituição enunciativa que faz emergir efeitos de sentidos de uma contingência histórica específica, sendo atualizada ou esquecida de acordo com o processo discursivo, estabelecida como algo que fala sempre, antes, em outro lugar.

Assim, nos contos há um lugar em que a memória discursiva reconfigura e preserva experiências vividas pelos personagens, fazendo emergir uma anterioridade histórica³ (FRANÇA, 2009), tomada como a presença do passado no presente, uma construção do inconsciente que, nas narrativas, é a inserção do sujeito em uma historicidade de contexto social e familiar.

Para Le Goff (2003), devemos considerar a noção de imagem que emerge do entremeio entre a memória e a percepção, ou seja, a imagem que se tem do passado deve ser tomada como o produto do que se lembra, atravessado pelas experiências vividas pelo sujeito. Sobre isso, afirmamos que nos contos em análise existe uma configuração convergente que desencadeia um processo de memória discursiva. Sempre há algo que faz a personagem retomar a lembrança de uma morte (física ou alegórica).

A memória, nesse aspecto, é uma imagem que configura um efeito e, por conseguinte, a lembrança será uma espécie de resgate e transformação em linguagem. Um processo que se constitui como uma resignificação ou transformação, um lugar em que o indivíduo/personagem se encontra para se avaliar, confirmar ou rejeitar eticamente algum fato ou momento de sua vida. É onde o personagem busca os motivos e as causas de sua vida. Enquanto lugar de significação do mundo eticamente construído pelos personagens, a memória discursiva é o conceito-chave para as percepções analíticas que temos dos contos. São as lembranças imbricadas do passado próximo ou distante, atreladas a um processo de morte e a aspectos de nostalgia, que delimitam e tomam as rédeas dos processos de significação.

Baseada nos estudos discursivos de Pêcheux (2010), a memória discursiva está relacionada à recorrência de dizeres que emergem a partir de uma contingência histórica específica, sendo atualizada ou esquecida de acordo com o processo discursivo, é algo que fala sempre, antes, em outro lugar. Acerca do

³ O conceito de anterioridade histórica foi desenvolvido por França (2009), representando os enunciados de uma dada discursividade que antecedem a instauração de um acontecimento discursivo que interpela e transforma a forma-sujeito e, subsequentemente, faz emergir uma reconfiguração enunciativa. Tal conceito está ligado a uma tríade teórica: a anterioridade histórica, o acontecimento causativo e a posterioridade histórica.

conceito de memória, Gregolin (2001, p.69) afirma que “um objeto que recorta, no infinito campo dos enunciados efetivamente formulados, um conjunto de enunciados delimitados (...), inscrito na memória discursiva, possibilita os movimentos de retornos, as repetições e deslocamentos”. Para Orlandi (2000, p.31), é o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito; é, enfim, o interdiscurso que interpela o sujeito.

A memória discursiva, nesse raciocínio, não é responsável somente por reforçar os discursos “já-ditos”. Como lemos em Gregolin, por meio das retomadas e deslocamentos de um objeto discursivo, podemos dizer que se produz na memória um jogo de força simbólico que constitui uma questão social. Logo, os enunciados retomados por uma dada memória discursiva, por serem indubitavelmente interdiscursivos, serão atravessados pela exterioridade (discursos-outros), configurados por formações discursivas, podendo denotar efeitos de sentidos que, implicitamente, venham a confirmar ou denegar “já-ditos”. Sobre o aspecto reformulador da memória, Pêcheux nos diz que:

a memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2010, p.52).

Nesse sentido, a memória discursiva não será somente responsável por repetir e reproduzir um acontecimento factual, o já-dito. No espaço da memória há um jogo de forças que pretende, ao mesmo tempo, reforçar os discursos estabilizados e, assim, regularizar os deslocamentos (geralmente implícitos) que ela veicula. O lugar da memória, portanto, deve ser pensado como um espaço de alteridade entre os discursos pré-construídos e os discursos-transversos que são produzidos sob o crivo do interdiscurso.

Para a AD, a memória precisa ser reconhecida como uma instância que atravessa as reformulações discursivas, como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 2010, p.56). Trata-se de um conceito que exerce, portanto, uma função contraditória na produção de discursividade, já que a memória “recupera” o passado e também o “elimina” por meio de apagamentos e reformulações. E esses processos de recuperação e reformulação do passado são determinantes para a configuração das análises almejadas por esse estudo.

Mais que uma leitura da superfície linguística dos textos de Carrascoza em busca de elementos que garantam vislumbrar as lembranças da morte ou aspectos superficiais das narrativas, propomos uma análise que estabeleça certa regularidade enunciativa, no que tange às memórias discursivas que permeiam os contos em estudo.

3. Os contos em análise

Publicado em 2010, “Espinhos e Alfinetes”, é uma antologia de onze contos que, aparentemente, não possui nenhuma temática explícita que convirja às narrativas que a constituem. Entretanto, nossas análises iniciais fazem emergir uma memória discursiva relacionada à morte (física ou alegórica). Para o presente texto, apresentaremos as impressões analíticas de dois contos, “Espinho” e “Alfinete”, com o objetivo de demonstrar o funcionamento da memória discursiva, bem como de estabelecer regularidades enunciativas entre as narrativas, no que diz respeito à morte como elemento desencadeador de sentidos múltiplos.

Para tanto, construiremos duas matrizes com fragmentos dos textos, buscando hipotetizar os possíveis efeitos de sentido, bem como certa descrição de algumas regularidades enunciativas que se estabelecem em consonância aos objetivos desse estudo. As matrizes se constituem como ferramentas de análise, uma vez que funcionam como “um mapeamento de ocorrências das regularidades no todo do *corpus*, com vistas a uma organização distintiva da conjuntura discursiva da enunciação em análise” (SANTOS, 2004, p.114).

Tal ferramenta, nesse sentido, propicia certo norteamento de análise por meio do recorte de fragmentos e sequências discursivas que dialogam com a proposta de estudo. Assim, serão apresentadas duas matrizes que buscam potencializar elementos relacionados aos sujeitos discursivos, à memória discursiva, ao acontecimento causativo relacionado à morte, bem como a potenciais reflexões de análise. Tais dados contribuem na construção da análise, visto que são informações que nos saltam aos olhos e, por isso, desencadeiam a leitura de efeitos de sentido por parte do analista.

3.1 Um olhar sobre o conto “Espinho”

No conto “Espinho”, o sujeito-narrador-personagem (SNP), o caçula da família, narra momentos vividos com o irmão André, o irmão mais velho. O SNP enuncia a imagem de André como uma espécie de portal para as descobertas do mundo, coloca a presença e existência de seu irmão como a única forma de se reconhecer a beleza, as minúcias e as singularidades da existência humana e da natureza. Era o irmão quem lhe ensinava a ler as nuvens, os animais, os gestos, as pessoas, enfim, a fazer a leitura mais bela e sensível do mundo que os circundavam.

A narrativa é apresentada em formato de memórias, uma vez que, ao voltar à infância, o SNP estabelece um acontecimento causativo⁴ que decorre do adoecimento misterioso de André. Após algumas semanas em vigília no hospital, pai e mãe retornam abatidos para casa, munidos da trágica notícia de que seu irmão havia morrido.

A partir dessa explanação inicial, apresentamos a primeira matriz, que funciona como “um mapeamento de ocorrências das regularidades no todo do *corpus*, com vistas a uma organização distintiva

⁴O conceito de acontecimento causativo em França (2009) representa o momento enunciativo de transformação histórica na/da forma-sujeito, que faz emergir uma retomada de discursos já-ditos ou a inscrição em formações discursivas outras. Esse conceito está associado a uma tríade, a anterioridade histórica, o acontecimento causativo e a posterioridade histórica.

da conjuntura discursiva da enunciação em análise” (SANTOS, 2004, p.114). A matriz é organizada por meio de sequências discursivas dos contos, bem como impressões iniciais de análise dos sentidos.

Tabela 1. Matriz de análise acerca do “Espinho”

<p>Sujeito discursivo</p> <p>(elementos enunciativos e tensões que constituem a instância-sujeito SNP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Irmão mais novo de André que via no irmão um revelador das belezas do mundo; • Estar com André era poder olhar o mundo com os olhos de sabedoria do irmão: “me ensinando a colher – a inesperada alegria” (CARRASCOZA, 2010, p.9); • André era o desencadeador de significações outras, era ele que permitia que os sentidos (não óbvios) fossem degustados pelo SNP: “Com André o mundo se mostrava em novidades, o mundo acordava, e os dias, qualquer um e todos, eram dias de lembrar o que os olhos esqueciam no costume de ver demais...” (CARRASCOZA, 2010, p.10); • A tensão discursiva se estabelece a partir da necessidade abrupta de se aprender a viver sem o balizamento de André.
<p>Acontecimento causativo</p> <p>(momento da narrativa que ocorre certa cisão na linearidade discursiva e que desencadeia o processo de memória discursiva)</p>	<p>A morte de André</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Era o começo da saudade” (CARRASCOZA, 2010, p.16); • “Sem o André quem iria me ajudar a ver aquela imensidão?” (CARRASCOZA, 2010, p.16).
<p>Memória</p> <p>(enunciados que demonstram a instauração dos processos de memória, decorrentes do acontecimento de morte)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Mas, como se soubesse de mim mais do que eu, André estava ali, para me ajudar”. (CARRASCOZA, 2010, p.9); • “tudo eu entendia menor, e ele me ajudava a aumentar” (CARRASCOZA, 2010, p.11); • A vida era mais suave com André: “E ríamos, ríamos, a vida deslizando...” (CARRASCOZA, 2010, p.11);

	<ul style="list-style-type: none"> • “o anjo da guarda, que eu via ao fechar os olhos, tinha o rosto dele” (CARRASCOZA, 2010, p.12).
Morte (elementos que corroboram para a instauração do processo de morte)	O ambiente de morte começa a se instaurar: Morte de Zico; A forte tempestade; Os dois bezerros mortos pelos raios; O roubo na casa da Tia Tereza.
Potencialidades sentidurais (questionamentos que levantam potenciais caminhos de análises)	<ul style="list-style-type: none"> • O que morre com André? • De que se morre? • Do que se lembra ou se tem saudades? • O que causam essas lembranças no SNP? • O que a morte instaura na vida do SNP?

Os elementos que compõem a matriz acima demonstram um diálogo enunciativo e uma inscrição ideológica do SNP nas formações discursivas que constituem a instância-sujeito André. “Ver” o mundo e participar das experiências cotidianas com o irmão permitia que o sujeito discursivo se inscrevesse num discurso do *carpe diem*, da contemplação das belezas simples, do aprendizado analítico do estar no mundo. André é a materialização do discurso dominante e estar com ele era permitir-se ao perigo com segurança, às experiências novas e meticulosas da vida sem os riscos que as constituem.

O acontecimento causativo (a morte do André) é antecedido por pequenas tragédias que instauram a morte enquanto elemento catalizador de transformações sentidurais. O roubo à casa da Tia Tereza, o afogamento de Zico (filho de um vizinho) no lago, a tempestade avassaladora, bem como os raios que matam dois bezerros são elementos enunciativos que anunciam a instauração de discursos-outros, que atravessam a calma dos dias para determinar tempos difíceis. Nesse aspecto, a doença e a subsequente morte de André fazem emergir um lugar discursivo da banalidade, sem o brilhantismo de enxergar do irmão, sem a suave forma de significar o que há de mais belo e secreto nas coisas normais da vida – “tudo eu entendia menor, e ele me ajudava a aumentar” (CARRASCOZA, 2010, p.11). Sem os sentidos apreendidos pelo irmão morto, o SNP tem dificuldades de se inscrever nos discursos anteriores.

Por isso a morte pode ser tomada como uma instância-sujeito alegórica, pois é a responsável pelo desvelar de um mundo excessivamente comum e triste. Nesse sentido, a morte não apenas leva a vida de André, instaurando a dor e a saudade, mas ainda reconfigura os sentidos de mundo do SNP, que tem somente nas lembranças dos momentos vividos com o irmão a felicidade.

Assim, a memória discursiva reconfigura e preserva as experiências vividas pelo irmão de André, em que os momentos juntos constituem a anterioridade histórica, tomada como a presença do passado no presente, inserindo o SNP como uma instância-sujeito que se inscreve em uma historicidade do discurso familiar.

Passemos para a reflexão acerca do segundo conto em estudo, “Alfinete”.

3.2 Um olhar sobre o conto “Alfinete”

A segunda narrativa apresentada e que corrobora com a regularidade de sentidos em estudo é “Alfinete”. Aqui o SNP, pai e recém-viúvo, tem de aprender a cuidar do filho sozinho. As lembranças da esposa e mãe transpassam toda a narrativa, desde o despertar de ambos, ao café da manhã, concluído pela chegada do menino à porta da escola. Fica evidente o distanciamento relativo a pouca convivência que existia entre eles, demonstrando que o laço que os unia era a mãe-esposa falecida. Eles sentem a falta da mesma, porém demonstram estarem dispostos a reconstruir a vida. Ao final, o garoto pergunta ao pai quem o buscará na escola, tarefa antes destinada à mãe, recebendo a resposta: “agora serei sempre eu” (CARRASCOZA, 2010, p.92). O processo de sofrimento trazido pela ausência da mãe-esposa instaura uma necessária reconstrução da identidade de pai e filho.

Desse raciocínio, emerge a matriz em questão:

Tabela 2 – Matriz de análise acerca do “Alfinete”

<p>Sujeito discursivo</p> <p>(elementos enunciativos e tensões que constituem a instância-sujeito SNP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O SNP é um homem que acaba de ficar viúvo; • O SNP vive um momento de tensão entre a vida antes e após a morte da esposa: “Havia no cheiro do ar um prenúncio de angústia. Mas eu precisava esmagá-lo e assumir as rédeas de meu novo destino” (CARRASCOZA, 2010, p.88); • Outra tensão existente é entre as instâncias-sujeito pai e filho, que antes não aprofundavam sua convivência, por conta da figura da mulher, que equalizava os diferentes posicionamentos discursivos da casa.
<p>Acontecimento causativo</p> <p>(momento da narrativa que ocorre certa cisão na linearidade discursiva e que desencadeia o processo de memória discursiva)</p>	<p>A morte da esposa/mãe instaura a necessidade de discursos-outros. A vida do homem e seu filho não têm mais o balizamento cotidiano de uma esposa/mãe.</p>

<p>Memória</p> <p>(enunciados que demonstram a instauração dos processos de memória, decorrentes do acontecimento de morte)</p>	<p>A memória é representada pela importância material que a esposa tinha na vida do SNP e do filho. De certa forma, ela representava o ponto de equilíbrios entre o cotidiano de ambos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Estremeci com o ruído nervoso do despertador. Há anos acordava em silêncio: ela, como se tivesse o sol nos olhos, era quem me chamava, a voz leve soprando a manhã em mim, <i>Está na hora, querido!</i>” (CARRASCOZA, 2010, p.87); • “Fui cuidar do café da manhã (...) faltava-me a prática: eu não recordava onde ela guardava a leiteira, o bule do café, a tostadeira.” (CARRASCOZA, 2010, p.88); • “Coloquei a louça suja na pia, recolhi a toalha e a sacudi no tanque. Era o que ela fazia todas as manhãs, em meio a tanto planos, tantos sonhos, tantas alegrias.” (CARRASCOZA, 2010, p.91); • O garoto pergunta ao pai quem o buscará na escola, tarefa antes destinada à mãe, recebendo a resposta: “agora serei sempre eu” (CARRASCOZA, 2010, p.92).
<p>Potencialidades sentidurais</p> <p>(questionamentos que levantam potenciais caminhos de análises)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O que morre com a esposa/mãe? • Do que se lembra ou se tem saudades? • O que causam essas lembranças no SNP? <ul style="list-style-type: none"> • O que a morte instaura na vida do SNP? • O que nasce com a morte da esposa/mãe?

A instância-sujeito mãe representava naquela família um discurso dominante em que os sujeitos (pai e filho) se inscreviam e pelo qual significavam a sua relação. Por isso, na posterioridade histórica e enunciativa a qual os mesmos se encontram, a memória discursiva que emerge acaba por ser representada pelo balizamento entre as reminiscências que a finada instaura e o aprendizado mútuo. Pai e filho agora precisam aprender a viver sem a mãe – “ele olhava tudo como se pela primeira vez, e era a primeira vez que tudo se mostrava a ele – e a mim, sem ela”. (CARRASCOZA, 2010, p.92). Nesse sentido, são as experiências vividas com a mulher que fazem emergir uma anterioridade histórica a qual coloca o passado em diálogo com o presente.

Dessa forma, é a morte da mulher que desencadeia os processos de memória discursiva, uma vez que a sua presença discursiva ainda ser faz intrínseca ao relacionamento entre pai e filho. Ambos sentem a presença da mulher em todos os momentos enunciativos narrados, pois era ela a responsável pelo despertar de ambos no início do dia, pelo café da manhã, pela ordenação indispensável para o início de um novo dia. Era ela a materialização humana e discursiva da ordem, uma vez que os sujeitos ali inscritos dependiam de sua atuação em várias situações cotidianas.

Nessa esteira, quem/ o que morre é muito mais do que somente a mulher. Por algum motivo, a causa do falecimento dela é silenciado na narrativa e isso nos leva a reconhecer que o processo de morte decorrente do acontecimento causativo está muito mais relacionado aos dois “sobreviventes” do que a ela. Sua ausência material é que instaura uma morte da paz, da tranquilidade, uma vez que a sua presença discursiva ainda causará alguns conflitos entre pai e filho.

Assim, a morte é a instância discursiva responsável pela instauração de discursos-outros que estão relacionados ao novo embate entre pai e filho. O que antes se tratava de um relacionamento com certo distanciamento por conta da rotina cotidiana, agora, necessariamente, materializa-se como um contato intenso de duas pessoas que agora se precisam para viver.

Podemos afirmar, ainda, que do acontecimento causativo instaurado pelo processo de morte emerge também um processo de nascimento alegórico, nasce uma nova construção discursiva da relação entre pai e filho. O contato que antes se resumia a poucos momentos de manhã e ao final da noite, agora deverá ser preenchido pela ausência (ou presença velada) da mãe falecida.

Morre a mãe e morre a esposa. E ambas as mortes, compreendidas de formas diferentes pelas duas instâncias-sujeito pai e filho, são responsáveis pelo desencadeamento de processos de memória discursiva que instauram uma terceira morte, a do relacionamento superficial entre os dois homens. Dessa terceira morte, existe um nascimento, a nova forma de viver de pai e filho.

4. Considerações finais

O presente texto oferece apenas uma ilustração da convergência discursiva que se estabelece nos onze contos de “Espinhas e Alfinetes”. Todas as narrativas, mediante nosso crivo de análise, materializam regularidades analisáveis sob uma ótica discursiva, esboçando convergências sentidurais interpeladas por processos de memória discursiva. Quando ativada durante as narrativas, a memória discursiva faz emergir sentidos convergentes, intrinsecamente relacionados a um processo de morte físico ou psicológico.

É no interior dessa memória que emerge da regularidade enunciativa nos contos de Carrascoza: a morte é ruim, inevitável, injusta, irônica, causa dor e sofrimento, perdem-se pessoas amadas, bem como se produzem sentimentos nostálgicos constantemente retroalimentados.

Dessa forma, as reminiscências dos sujeitos-personagens se configuram como acontecimentos que retomam, por meio de discursos implícitos, a morte e, então, ativam de forma parafrástica a memória enquanto um discurso social ou uma memória coletiva. Muito mais do que as mortes da mãe e de André (por causas não relatadas nos contos), a morte representa a perda daqueles que ainda vivem, representa uma necessidade abrupta de aprendizado.

Tanto o irmão de André como o pai e o filho de “Alfinete” são atravessados por diversos processos de mortes. Não somente os entes que falecem, mas parte daquilo que tinham enquanto processos de normalidade cotidiana, agora precisam de certa reconfiguração. Morrem os mundos de antes, morrem as presenças físicas que confortavam. Nascem, necessariamente, novas formas de viver em um mundo mais cítrico que vai exigir formas outras de contato e construção de discursos.

Logo, são as paráfrases particulares construídas sob a forma de lembranças dos sujeitos-personagens sobre a morte que ativam a memória discursiva. Lembrar nada mais é do que fazer emergir um ponto de vista acerca da memória discursiva cristalizada.

Por isso o presente texto dialoga com os estudos de Pêcheux (2010) sobre a memória. O autor, ao afirmar que a memória discursiva é um espaço de deslocamentos, de retomadas e de conflitos nos auxilia nas análises dos contos de Carrascoza, uma vez que a morte, desencadeadora dos processos de memória, propicia todos os desdobramentos sentidurais descritos aqui. A memória discursiva, então, é a instância responsável por desestabilizar os sentidos cristalizados, por desvelar os discursos-transversos, por restabelecer e fazer emergir os implícitos e por instaurar possíveis discursos-outros.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética**: a teoria do romance. 4.ed. Trad. Aurora Fornoni Bernadini. São Paulo: Hucitec, 1998.

CARRASCOZA, João Anazanello. **Espinhos e alfinetes**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Literatura: forma e efeitos de sentido. In: FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F (orgs). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Paulo: Claraluz, 2007, p. 229-238.

FRANÇA, Thyago. Madeira. A Folha Universal e o signo “dízimo”: atravessamentos interdiscursivos. In: FRANÇA, Thyago Madeira; STAFUZZA, Grenissa Bonzino; GAMA-KHALIL, M. M. (Org.). **Análise do Discurso: Sujeito e Subjetividade**. Uberlândia: EDUFU, 2008. p.832-839.

FRANÇA, Thyago. Madeira. **Sentidos do signo “dízimo” no jornal “Folha Universal”**. Uberlândia, 2009. 127f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Onde autor é leitor todos os caminhos se bifurcam. In: GREGOLIN, Maria do Rosário et al. **Análise do discurso: entornos do sentido**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2004.

LE GOFF, Jacque. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. São Paulo: UNICAMP, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso; princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre. **O papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010. p. 49-57.

SANTOS, João Bôsko Cabral dos. Uma reflexão metodológica sobre análise de discursos. In: FERNANDES C. A.; SANTOS, J. B. C. (Org.). **Análise do discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004. p. 109-118.

SANTOS, João Bôsko Cabral dos. A instância enunciativa sujeitudinal. In: SANTOS, João Bôsko Cabral. (Org.). **Sujeito e Subjetividade**. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 159-167.

Abstract: *The words of the literary text are traversed by an event in/with the story, providing the establishment of multiple senses, denoting aesthetic effects of the function-author and reveal positions. So, Santos (2009) states/argues that the literature if it establishes as a know marked by memory, by history, by culture of a society and the future of a function-author, coated by a governability aesthetics. Dialectically, the literary discourses, configured as an aesthetic is also organized to emerge a speech by another, in which the subject-readersubscribes/is enrolled and that also means, implying also effects of directions arising from the relative to the direction and relative to the subject entries in different socio-ideological and historical places, produced in/by the discursivity of the literary text. Soon, this proposal has relevance of singular nature, since it seeks to build a dialogue between the discourse analysis of Pêcheux (1997; 2006) and the aesthetic object, going beyond the purely linguistic and literary analysis. In the interstice between the DA and the literature, we intend to build a set of discursive analyses about the tales of João Anzanello Carrascoza, gathered in "Espinhas e Alfinetes" (2010), seeking to establish the regularity readings aesthetic-sentidural between the texts in relation to otherness of memories arising from issues that converge.*

Keywords: *Discourse Analysis; literature; Discourse memory; death; João Anzanello Carrascoza.*

Opinião pública e protestos contra Collor em editoriais da Folha de São Paulo

Vinícius Sales do Nascimento FRANÇA (UERJ) ¹
vifranca@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a utilização da noção de opinião pública em editoriais do jornal *Folha de S. Paulo* como estratégia de posicionamento político frente aos protestos pelo *impeachment* do presidente Collor, ocorridos nos meses de agosto e setembro de 1992. Foram analisados três editoriais de caráter institucional que associaram as manifestações com a ideia de opinião pública, a partir da crítica de Bourdieu (1981) à definição de opinião pública como soma de opiniões individuais igualmente disseminadas em uma sociedade. Outros referenciais teóricos utilizados foram o conceito de imprensa como disseminadora dos valores da classe dominante (GRAMSCI, 2010); signo ideológico (BAKHTIN, 2010) e de materialidade do texto enquanto elemento gerador de sentido (CHARTIER, 1994). A pesquisa observou a afirmação de posicionamentos do jornal como a defesa do *impeachment* e a continuidade do programa de governo neoliberal de Collor após a sua queda, por meio da estratégia de descrever tais posições como gerais, oriundas da opinião pública. Assim, o periódico apoiou e convocou manifestações, isolando partidos políticos e sindicatos de esquerda que as integravam.

Palavras-chave: imprensa, movimentos sociais, política, impeachment, consenso.

1. Introdução

O presente artigo analisa editoriais institucionais do jornal *Folha de S. Paulo* (FSP) que abordaram protestos de rua pelo *impeachment* de Fernando Collor nos meses de agosto e setembro de 1992. Questionamos como o jornal utilizou a expressão “opinião pública” nos textos para construir seu posicionamento com relação ao processo de impedimento e a mobilização que o tensionava. Dessa forma, pretendemos observar as relações entre dois agentes que interferiram naquele contexto, a cobertura midiática e a onda de protestos. Optamos por analisar a FSP por ela possuir uma das maiores tiragens do país e por sua relação conflituosa com o governo Collor desde o seu início, em 1990.

O processo de *impeachment* de Collor foi acolhido pela Câmara dos Deputados em 29 de setembro de 1992, afastando-o do cargo até seu julgamento pelo Senado, que destituiu Collor e cassou os seus direitos políticos por oito anos em 30 de dezembro de 1992. O chefe do Executivo foi cassado após a comprovação de seu envolvimento com um esquema de cobrança de propinas encabeçado por Paulo César Farias (PC Farias), amigo e tesoureiro de campanha do presidente, por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) cujos trabalhos duraram de maio a agosto de 1992. Durante os meses de agosto e setembro, o governo buscava um acordo com os seus aliados na Câmara dos Deputados, sobretudo com o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido Democrático Social (PDS), para obter um terço da votação sobre o acolhimento do *impeachment*, o suficiente para derrotá-lo. Os seguintes partidos de oposição lideraram as investigações: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido do

¹Mestrando do Programa de Pós Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientando da Profa. Dra. Christiane Laidler e bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nota-se que em todos os mandatos presidenciais eleitos após Collor, os de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT), tais partidos tornaram-se os principais protagonistas da política nacional: PSDB e PT alternaram-se nos papéis de liderança do governo e da oposição e o PMDB manteve-se como mais forte partido aliado aos três governos.

As investigações e a votação do *impeachment* pelos parlamentares passaram por ampla cobertura midiática. O esquema de corrupção foi revelado por uma entrevista de Pedro Collor, irmão do presidente, para a revista *Veja* de 13 de maio de 1992. Outro momento de forte influência da imprensa foi a entrevista do motorista de Collor, Eriberto França, para a revista *Isto É*, em edição do início de julho; após a sua publicação, ele se tornou testemunha-chave para a CPI, fornecendo indícios decisivos da participação de Collor no esquema de PC de Farias.

A pressão dos protestos de rua contra o presidente tornou-se mais forte a partir de agosto, quando eles reuniram 20 mil pessoas em São Paulo (dia 11) e 50 mil no Rio de Janeiro (dia 14). Collor convocou mobilizações de rua em sua defesa, utilizando as cores da bandeira nacional para o dia 16 de agosto, domingo. No entanto, este dia foi marcado por manifestações com a cor preta, simbolizando o repúdio ao presidente; dia que foi batizado de “domingo negro” pelos grandes veículos midiáticos. Houve ainda passeatas e comícios de grande adesão nos dias 24 e 25 de agosto, pressionado a aprovação do relatório da CPI, que resultou na votação sobre o processo de *impeachment*; além dos dias 7, 18 e, finalmente, 29 de setembro, data em que ele foi aceito pela Câmara dos Deputados. (TOSI RODRIGUES, 1993, p. 139-140).

A mobilização foi convocada pelos partidos e movimentos sociais de oposição, com destaque para as entidades estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UNES). Os estudantes foram dominantes numérica e simbolicamente nos protestos, seu gesto de pintar o rosto ganhou forte repercussão nos meios midiáticos, que passaram a chamá-los de “caras-pintadas”. Outro vínculo entre as passeatas e a mídia foram as suas referências à minissérie *Anos Rebeldes*, transmitida pela Rede Globo entre julho e agosto, que retratou jovens militantes de oposição ao regime militar nos anos 60 e 70. Tais fatos levaram a um problema para a liderança estudantil, a suspeita de que os manifestantes apenas atendiam aos interesses dos grupos de mídia (RODRIGUES, 1997).

Antes das grandes manifestações contra o presidente, a FSP já se posicionara pedindo a sua renúncia em editorial extraordinário publicado na capa da edição de 30 de junho, chamado “Renúncia Já” (PRIMEIRA..., 2006, p.192). Posteriormente, a FSP tentou, sem sucesso, organizar manifestações estudantis (DIAS, 2004, p.158). Contudo, o apoio do jornal aos protestos não excluiu as relações tensas com os setores de esquerda da oposição a Collor, pois o periódico apoiava o programa de privatizações de empresas estatais e outras medidas neoliberais adotadas pelo governo federal (SILVA, 2005, p. 44; LATTMAN-WELTMAN, 1994, p.68). A complexidade das relações entre o jornal, o governo Collor e os diversos setores de sua oposição foi outro elemento que motivou a escolha de textos da FSP como objeto de análise.

2. Abordagens sobre imprensa e opinião pública

O emprego do jornal da expressão “opinião pública” será tratado a partir de crítica de Bourdieu (1981, p. 137-151) à concepção de opinião pública utilizada por jornais e institutos de pesquisa. O autor defende que a opinião é algo que se expõe, um discurso explícito e coerente que indica um posicionamento sobre um problema. O sociólogo francês desaprova o conceito de opinião pública como somatória das opiniões individuais igualmente disseminadas em uma sociedade sobre determinado problema. Esta soma indicaria a predominância de uma posição sobre outras, que pode ser expressa em porcentagens como “40% dos brasileiros não confiam no desempenho da economia do país” ou “35% dos torcedores não se sentem seguros em estádios de futebol”, por exemplo. O principal objeto do autor são os institutos de pesquisa, mas ele observa que os jornais se valem dessa concepção e muitas vezes expõem tais porcentagens como manchetes.

Bourdieu identifica três pressupostos do conceito: 1. A produção de opinião é acessível a qualquer pessoa; 2. Todas as opiniões se equivalem e podem ser somadas; 3. Os problemas que geram as opiniões são os mesmos dentro de uma sociedade. Uma primeira crítica reside no fato de que tais problemas divergem segundo a realidade objetiva de cada grupo social e os interesses e as possibilidades de cada indivíduo intervir sobre eles. Assim, o aborto não se coloca como problema da mesma forma para homens e mulheres; a ausência de rede de saúde pública eficiente não mobilizará opiniões em um público de alta renda com a mesma intensidade do que nas classes populares; o corte de custos em um sistema universitário estatal será objeto de preocupações privilegiado das pessoas ligadas a ele como professores, funcionários e alunos.

Não há problema encarado universalmente da mesma forma. A concepção citada de opinião pública atribui para as pessoas questões que elas mesmas não se propuseram. Além disso, pode haver diversas interpretações sobre um mesmo problema, ele pode ser tomado como uma questão moral para alguns grupos e como uma questão política para outros. Mais um fator que pode ser elencado é o acesso a saberes ligados ao problema: uma questão política tem um impacto diverso na formação de opiniões dependendo do domínio de conceitos como o sistema eleitoral, os campos ideológicos de direita e de esquerda, o funcionamento dos três poderes, do regime federativo, as atribuições da União, dos estados e dos municípios, etc.

Devem ser levados em conta também as disposições de cada grupo social para formular opiniões, ou seja, o sistema de valores implícitos que influencia a sua gestação; e o fato de elas não serem construídas diante do vazio, mas em relação com outras opiniões já mobilizadas. As problemáticas não têm como horizonte uma variação desconhecida de respostas possíveis, ao contrário, Bourdieu defende a hipótese de que todas as possibilidades de resposta estão dadas, disseminadas por grupos diversos que dominam a

formação de opiniões; assim, se alguém formula sua posição fora do conjunto de opiniões já mobilizadas, poderá ser taxado de incoerente. Em situações de crise, há uma politização das opiniões, um contexto em que as pessoas são forçadas a escolher entre opiniões diversas e seus grupos correspondentes, lidando com a força que tais grupos possuem, “as pessoas estão diante de opiniões constituídas, de opiniões sustentadas por grupos, opiniões entre as quais é preciso escolher porque é preciso escolher entre grupos” (BOURDIEU, 1981, p.137-151).

Outro aspecto relevante são as tomadas de posição diante de um personagem político. A pergunta: você é favorável ao presidente, ao governador, a determinado deputado ou vereador, etc. sintetiza em uma só questão, dezenas de problemas que podem ser formulados por diversos prismas a tal personagem. A imagem de um prefeito, por exemplo, pode ser marcada pela realização de uma obra viária para os que possuem automóveis; pela falta de aumentos salariais pelos funcionários públicos; por denúncias de corrupção para outros grupos, entre outros aspectos. Portanto, ser favorável ou não ao prefeito é responder a cada uma destas questões, que se colocam de forma diferente para públicos diversos.

Conclui-se que a opinião pública, enquanto somatória de opiniões individuais previamente estabelecidas sobre qualquer problemática em uma sociedade, não existe. A situação da opinião geral sobre qualquer problema é dada por uma relação de forças políticas e quando uma dessas forças afirma deter o apoio da opinião pública, está fabricando um consenso que legitima o seu poder:

Sabe-se que as relações de força nunca se reduzem a relações de força: todo exercício da força é acompanhado por um discurso que visa legitimar a força de quem a exerce; pode-se mesmo dizer que é próprio de toda relação de forças dissimular-se como relação de força e de só ter toda sua força na medida em que ela se dissimula como tal. Em suma, para falar simplesmente, o homem político é aquele que diz: ‘Deus está conosco’. O equivalente de ‘Deus está conosco’ é, hoje em dia, ‘a opinião pública está conosco’. (BOURDIEU, 1981, p. 137-151)

Ao reivindicar o apoio da opinião pública por meio de um texto jornalístico ou de uma pesquisa de opinião, o jornal está legitimando as posições que defende, disseminando como problemas gerais as questões que atingem os grupos que ele representa e escamoteando as relações de força com outras opiniões mobilizadas e outros grupos sociais.

Nesse ponto, a reflexão de Bourdieu pode ser aproximada do conceito de imprensa segundo Gramsci (2010, p.24, 199, 229-31), para quem a classe dominante controla a sociedade por meio da coerção burocrática e militar do Estado e do consenso de outras classes sociais com seus valores. O autor afirma que uma associação permanente de indivíduos de um dado grupo social que pensa em si mesma como uma elite ou vanguarda necessita que os seus valores morais particulares generalizem-se e sejam aceitos como universais para que ela possa dirigir toda a sociedade. A manutenção deste consenso, bem como sua disputa com outras classes sociais, ocorre por meio de diversas instituições da sociedade civil que disseminam valores ideológicos: escolas, sindicatos, veículos de imprensa escrita e audiovisual, movimentos sociais, igrejas, etc.

Em que pese a diferença de perspectiva teórica – Bourdieu é estruturalista e Gramsci, marxista – pode-se basear em ambos os autores para defender que as publicações de um jornal refletem os interesses de grupos ligados aos seus proprietários, investidores e anunciantes; e a busca de lucro a partir da venda dos exemplares enquanto mercadorias para leitores e anunciantes. Portanto, a descrição da realidade encontrada nos textos de um jornal não é neutra, ela é determinada por interesses políticos e econômicos da empresa jornalística (TASCHNER, 1992, p.175-176; ABRAMO, p.42-47).

As análises também se basearam no conceito de signo ideológico de Bakhtin (2010, p.31-48): tudo “que é ideológico possui um significado e remete a algo fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*” (BAKHTIN, 2010, p.31). O signo – que compreende palavras, gestos, imagens, expressões faciais, notas musicais, etc. – só existe na interação entre indivíduos organizados em uma sociedade; Bakhtin se contrapõe à visão do signo como algo de origem interior à consciência individual, ressaltando seu caráter externo, ele é criado no ato comunicativo entre indivíduos organizados em sociedade. As relações entre os locutores, que remetem à hierarquia social e às relações de produção em dado contexto histórico, determinam tanto a forma quanto o conteúdo dos signos. Desse modo, o autor indica que a metodologia para analisar o signo deve levar em conta a sua realidade material, a sua posição no sistema de comunicação social, as determinações da infraestrutura econômica em sua produção e o contexto histórico e social em que se posicionam os locutores. Acerca da materialidade dos textos analisados, a determinação do suporte material no sentido de um texto jornalístico pode ser percebida por meio do seu diálogo com outros textos, imagens e elementos que compõem a página que contém o texto ou outras páginas da edição do jornal, sugerindo outros significados que superam o conteúdo estrito do texto (CHARTIER, 1994; BARZOTTO, 1998).

3. O jornal e o governo Collor

O gênero editorial explicita a opinião oficial da empresa jornalística, articulando interesses diversos dos seus proprietários, acionistas e dos grandes anunciantes que a apoiam financeiramente. Ele compreende textos condensados, que abordam os fatos mais importantes do momento e se destina ao conjunto dos leitores, constituindo-se em uma referência para a formação da sua opinião; e ao aparelho de Estado, tornando-se um discurso de pressão política alinhado aos interesses que representa (MELO, 1985, p. 81-86). Os editoriais da FSP estão presentes na segunda página do seu principal caderno, o “Primeiro Caderno”, que se dedica a textos de caráter opinativo e é precedida pela capa da edição. Em situações excepcionais, os editoriais são publicados na capa, dando maior destaque ao posicionamento do jornal devido ao caráter simbólico da capa como síntese do noticiário mais importante do dia e primeiro contato do jornal com o seu público, o que inclui um caráter publicitário da capa, dado que o público não assinante

tem contato com ela antes de comprar o jornal. A análise do suporte material dos textos terá como foco o seu diálogo com elementos da capa.

A FSP é o principal periódico do Grupo Folha, conglomerado jornalístico de propriedade da família Frias. Em 1992, o grupo controlava também os jornais *Notícias Populares* (fechado em 2001) e *Folha da Tarde* (fechado em 1999 e substituído pelo jornal *Agora São Paulo*), as editoras *Publifolha* e *Plural* e o instituto de pesquisa *Datafolha*. A estratégia de segmentação de mercado adotada pelo conglomerado levou a FSP a focar-se em um público alvo mais elitizado, enquanto os jornais *Folha da Tarde* e *Notícias Populares* tinham como público os estratos médios e baixos, respectivamente (TASCHNER, 1992, p.181-193). Um dado que exemplifica a elitização do público da FSP é o fato de 71% dos leitores principais² residentes no estado de São Paulo possuírem graduação em ensino superior, segundo pesquisa feita pelo *Datafolha* em 1988 (FOLHA DE S. PAULO, 2002), enquanto a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no mesmo ano, aponta para a taxa de 7,7% de graduados com relação à população total do estado de São Paulo (Centro de Estudos da Metrópole, 2015).

Após apoiar o golpe de 1964 e praticar autocensura, a FSP realinhou sua linha editorial, defendendo o processo de redemocratização do Brasil a partir de 1974. Ao publicar textos de intelectuais e políticos favoráveis ao retorno da democracia, o jornal construiu uma imagem de veículo plural e democrático, que foi consolidada com a sua adesão à campanha das diretas. Enquanto outros grandes jornais cobriram timidamente a campanha, a FSP defendeu as eleições diretas em editorial de 27 de março de 1983. As manifestações nos meses de janeiro a abril de 1984 tiveram grande destaque no jornal, que as estimulou nos dias anteriores à votação da emenda, ao publicar uma tarja amarela na capa, abaixo do título, com a frase “Use amarelo pelas diretas-já” (O amarelo era a cor oficial da campanha). No dia seguinte à derrota, a FSP colocou uma tarja preta no mesmo local com os dizeres “Use preto pelo Congresso Nacional”. Naquele ano, o jornal superou o seu maior concorrente, *O Estado de S. Paulo*, e tornou-se líder no mercado paulista, posição que mantém até os dias atuais. Desde então, as campanhas publicitárias da FSP remetem a momentos importantes da cobertura da campanha das diretas; reportagens e livros oficiais, publicados pelo Grupo Folha sobre a história do jornal (como a seleção de capas *Primeira Página* e o livro *A Trajetória de Octávio Frias de Oliveira*) ressaltaram a sua atuação pela aprovação das diretas, vinculando sua imagem com a construção do regime democrático (PIRES, 2008, p.34-38).

Com relação a Fernando Collor, a FSP o favoreceu durante a campanha para o segundo turno das eleições presidenciais de 1989, ao assumir uma posição mais crítica ao candidato Luís Inácio Lula da Silva, do PT, em textos publicados na capa do jornal (KUCINSKI, 1998, p.105-114). Apesar disso, antes da realização do primeiro turno eleitoral, o periódico havia publicado reportagens e editoriais que

² Os leitores que são titulares de assinatura do jornal ou compram na banca, em contraposição aos leitores secundários, que acessam o jornal por meio dos leitores principais, como seus filhos e cônjuges.

questionavam a imagem de administrador austero que Collor propagandeava. Esses textos podem ter motivado a operação da Polícia Federal na sede do jornal, sob a alegação de que a empresa cometeu irregularidades em faturas para clientes, que continham operações de conversão de moeda de cruzados novos para cruzeiros, em 23 de março de 1990, cerca de uma semana depois da posse do presidente. No dia seguinte, foi impresso um editorial extraordinário na capa onde Collor foi chamado de fascista.

Outro confronto com o presidente se deu em julho de 1990, quando o repórter Gustavo Krieger revelou que o governo contratou, sem licitação, duas pequenas agências publicitárias que haviam atuado na campanha de Collor – Setembro e Giovanni Associados – com fins de realizar anúncios para a Petrobrás, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Receita Federal, entre outros órgãos públicos. Em reação à matéria, o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, iniciou um processo por calúnia contra quatro jornalistas da FSP: Nelson Blecher, Gustavo Krieger, Josias de Souza, diretor-executivo da sucursal de Brasília, e o diretor de redação Otavio Frias Filho. Os jornalistas foram absolvidos em janeiro de 1992 (CONTI, 1999, p.336-357; LATTMAN-WELTMAN, 1994, p.82).

Desde 1990, o governo Collor enfrentou inúmeras denúncias de corrupção em seus ministérios divulgadas na FSP e em outros jornais e revistas de grande prestígio e tiragem (KUCINSKI, 1998, p.169-176) argumenta que o confisco dos fundos das cadernetas de poupança, medida de combate à inflação tomada nos primeiros dias do governo Collor, atingiram amplamente as classes médias que constituíam o público leitor de revistas como *Veja* e *Isto É* e dos grandes jornais, como *O Estado de S. Paulo*, a FSP, *O Globo* e *Jornal do Brasil* (que deixou de circular impresso em 2010). Dessa forma, as matérias contrárias ao governo federal possuíam aceitação entre os leitores, que era reforçada pela permanência de indicadores econômicos ruins como altas taxas de inflação, desemprego e recessão.

Outro elemento a ser considerado é o efeito do mau desempenho econômico do país no governo Collor sobre o Grupo Folha. Segundo dados do próprio conglomerado, houve queda do seu faturamento de 293 milhões em 1989 para 276 milhões de reais em 1990, que só superou o resultado de 1989 em 1992 (FOLHA DE S. PAULO, 2002).

4. Análise do *corpus*

Para delimitar o *corpus*, foram pesquisados os editoriais que abordaram os protestos entre os dias 12 de agosto e 30 de setembro. Tal recorte temporal inicia-se na primeira edição do jornal que comenta uma manifestação pela saída do presidente e termina na edição que repercute a aprovação da abertura do processo de *impeachment* pela Câmara dos Deputados. Nesse período, quinze textos trataram do assunto, como mostra o quadro a seguir (FRANÇA, 2014, p.5-11):

Quadro 1. Editoriais sobre as manifestações

Data	Título	Possui a expressão “opinião pública”
12-ago-92	Movimento incipiente	Sim
13-ago-92	Rigor e responsabilidade	Sim
14-ago-92	Discurso inoportuno	Não
15-ago-92	Luto	Sim
18-ago-92	O fantasma das ruas	Sim
24-ago-92	O horizonte da crise	Sim
26-ago-92	O alerta das ruas	Sim
27-ago-92	A agonia do governo	Não
30-ago-92	No fundo do poço	Sim
01-set-92	Renovação estudantil	Não
06-set-92	Manifestação dividida	Sim
07-set-92	Independência	Sim
19-set-92	Convocação à Câmara	Sim
27-set-92	A vez do Congresso	Não
30-set-92	A lição do impeachment	Sim

O quadro mostra que onze dos quinze textos utilizaram a expressão “opinião pública”, indicando a associação das posições da opinião pública com a existência de grandes manifestações de rua. Desses onze textos, três foram circunscritos para análise e se encontram destacados: “Movimento Incipiente”, “Luto” e “A lição do *impeachment*”, publicados nos dias 12 e 15 de agosto e 30 de setembro de 1992. Foram selecionados o primeiro texto que comenta uma manifestação pelo *impeachment* do presidente, “Movimento Incipiente”; o único editorial dentre os quinze citados que foi publicado na capa, “Luto”; e o texto publicado após a decisão da Câmara de Deputados de afastar o presidente, “A lição do *impeachment*”. As análises do primeiro e último editoriais do período justificam-se pela possibilidade de perceber se houve mudanças na relação do jornal com os protestos durante ele; quanto ao editorial “Luto”, a decisão de analisá-lo está ligada ao questionamento sobre a razão da FSP ter escolhido posicionar-se de forma extraordinária na capa da edição. O acesso aos editoriais se deu por meio do site *Acervo Folha*, ligado ao jornal, que possui todas as suas edições desde a fundação, nos anos 1920.

O texto “Movimento Incipiente”, publicado no dia 12 de agosto de 1992 comenta protesto ocorrido no dia anterior nas avenidas Paulista e Brigadeiro Luís Antônio, na região central de São Paulo. A edição noticiou o protesto na capa, com um texto, cujo título era “Passeata organizada por estudantes em São Paulo reúne mais de dez mil a favor do *impeachment* de Collor”; e duas fotos, a foto principal da capa, que retratou uma avenida tomada pela aglomeração de manifestantes, e uma foto menor, mostrando uma estudante com rosto pintado. Naquele dia, o jornal *O Estado de S. Paulo* também narrou o protesto na capa, publicando uma foto de caráter semelhante a da FSP, focando a via pública tomada de manifestantes. A presença da manifestação na capa dos dois periódicos indica a sua percepção como um fato importante

para o público dos dois jornais, que se sentiria afetado pela alteração do cotidiano no centro paulistano. O editorial da FSP sobre o protesto vai a seguir:

Movimento Incipiente

A realização de duas manifestações de rua pela “ética na política” em quatro dias, na cidade de São Paulo, não permite ainda tirar conclusões seguras sobre a capacidade do escândalo Collorgate de mobilizar setores amplos da população. O comparecimento foi relativamente acanhado (algo em torno de 10.000 e 20.000 pessoas, nos dois casos), em comparação com as multidões da campanha das Diretas-Já, mas não reduzido a ponto de excluir que o protesto cresça em ímpeto e alcance, nas próximas semanas.

De fato, reuniões semelhantes começam a se disseminar também em outras capitais, com o mesmo caráter restrito e – é preciso dizer – em muitos sentidos lamentavelmente sectário. A predominância de militantes e simpatizantes do PT, do PC do B e da CUT não lhes dá o direito de se apropriar de um movimento de clara vocação suprapartidária. No ato de sábado na Praça da Sé, por exemplo, o candidato a prefeito da capital pelo PSDB, Fábio Feldmann, foi impedido de discursar – uma discriminação não só criticável como pouco hábil.

O sentimento de indignação suscitado pelas revelações da CPI que investiga PC Farias, assim como seu relacionamento com o presidente, perpassa os mais diversos setores da opinião pública. Quanto mais se multiplicam os fantasmas, depósitos e secretárias nos descaminhos entre o esquema PC e a Casa da Dinda, mais essa indignação parece crescer e canalizar-se para a expectativa – silenciosa e algo desconfiada – de que a Constituição seja respeitada e a verdade, apurada integralmente. Pretender confinar essa aspiração generalizada aos limites estreitos de aparelhos sindicais ou partidários, agora, é principiar por um retrocesso.

O potencial das manifestações poderá ser amplificado com o horário eleitoral gratuito na televisão dentro de cinco dias. Um contingente maior de pessoas tomará conhecimento dos resultados da CPI, e é de supor que o anseio legítimo pela punição dos culpados aumente proporcionalmente. Deixar tal expectativa sem resposta é um risco – também crescente – para a efetiva implantação da democracia do Brasil. (FOLHA DE S. PAULO, 12 de Agosto de 1992, Primeiro Caderno, p.2)

O texto constrói uma relação entre as manifestações e a opinião pública: elas deveriam representá-la, mas não o fazem. As primeiras são descritas com expressões que se referem a algo pequeno, que serve a interesses particulares equiparados aos “militantes e simpatizantes do PT, PC do B [Partido Comunista do Brasil] e da CUT [Central Única dos Trabalhadores]”: “comparecimento acanhado”, “caráter restrito e [...] lamentavelmente sectário”. O predomínio dos dois partidos e da central sindical citada se opõe a “clara vocação suprapartidária do movimento”, assim, o texto contrapõe uma suposta natureza plural do protesto, que deveria superar as divergências partidárias, com o posicionamento partidário e sindical da maioria dos manifestantes.

Em relação à opinião pública, o jornal atribui a ela um “sentimento de indignação” com as “revelações da CPI” e a expectativa de apuração da verdade dos fatos e respeito às leis do país. Ela é descrita como algo heterogêneo, pois, no texto, a indignação “perpassa os mais diversos setores” da opinião pública. Infere-se que o movimento de “vocação suprapartidária” está identificado aos diversos setores indignados com o envolvimento do presidente com o esquema de corrupção, a indignação une

frações diversas da opinião pública, por isso, a mobilização que a expressa deve ser maior do que os interesses partidários e sindicais e não pode ser aprisionada por esses: “confinar essa aspiração generalizada aos limites estreitos de aparelhos sindicais e partidários, é principiariar por um retrocesso”. Por fim, o jornal estima que o movimento tem potencial de crescimento desde que represente o “anseio legítimo pela punição dos culpados”. Se a noção de opinião pública pode ser reivindicada para legitimar um posicionamento, o texto procura evitar que isso ocorra, afastando a posição geral da opinião pública dos pontos de vista de partidos e sindicatos de orientação esquerdista. Assim, o protesto só poderá crescer quando tais grupos não prevalecerem.

No último parágrafo, há a expectativa de que as investigações sejam divulgadas para “um contingente maior de pessoas” com o início do “horário eleitoral gratuito na televisão” visando às eleições municipais de 3 de outubro de 1992. Pode-se inferir uma distinção dentro da sociedade entre o público leitor do jornal, consubstanciado com a “opinião pública”, já informada e indignada com as investigações do esquema de corrupção; e outra parcela da população, que dependeria da televisão para acessar tais informações. Também pode ser deduzido o direcionamento para o público paulistano por meio da menção à eleição para prefeito do município, onde o jornal demonstrou incômodo com as vaias ao candidato do PSDB.

Assim, o periódico apoiou a existência de mobilizações de rua contra o presidente no editorial, mas se contrapôs a sua associação com partidos e entidades sindicais de esquerda e deu ênfase no interesse “suprapartidário” na apuração das denúncias de corrupção, o que pode ser lido como uma estratégia para impedir que os setores opositoristas de esquerda saiam fortalecidos da crise do governo Collor. Além de dirigir-se ao público leitor identificado ao sentimento de indignação com a corrupção, o texto fala também ao governo, disseminando desconfiança sobre o presidente; e aos partidos e entidades de oposição que articulavam o *impeachment* e as manifestações, que são tratados de forma heterogênea pelo texto.

O segundo texto, “Luto”, foi publicado no dia 15 de agosto de 1992 como resposta do jornal à convocação do presidente por manifestações em seu apoio, que ocorreu no dia 13. Durante um discurso, Collor pediu aos brasileiros que saíssem às ruas no domingo, dia 16, utilizando as cores da bandeira nacional, o verde e o amarelo, simbolizando que seu governo estava próximo da maioria dos brasileiros, que cultivavam como valores o trabalho, a democracia e o lema da bandeira: ordem e progresso. Ele descreveu os partidários do *impeachment* como uma minoria desordeira, conspiradora, golpista e invejosa, associada aos sindicatos, em especial à CUT, e a Luís Inácio Lula da Silva, candidato do PT derrotado nas eleições presidenciais de 1989. A oposição entre maioria e minoria é o elemento hegemônico no discurso do presidente e seu chamado mostra a intenção de vincular o governo com o interesse geral da nação. A cobertura do jornal na capa no dia 14 de agosto deu ênfase nos gestos tempestuosos dele por meio do título “Aos berros, Collor pede que o Brasil use verde-e-amarelo” e de uma fotografia do presidente

discursando, cuja legenda afirma “O presidente grita [...] chegou a dar um murro no púlpito” (FOLHA DE S. PAULO, 14 de Agosto de 1992).

Como reação ao gesto de Collor, a FSP convocou explicitamente as pessoas a usarem preto por meio de tarjas dessa cor contendo a frase “Use preto em protesto”, presentes nas capas dos dias 15 e 16, abaixo do título do jornal. O texto “Luto” está presente na capa da edição de 15 de agosto, onde a mobilização de rua ocupa cerca de três quartos da página. Além da tarja, há pequenas fotos e declarações de manifestantes a favor e contra o presidente e a manchete do dia “Rio faz maior ato pelo *impeachment*; Collor usa Caixa na guerra das cores”. O texto em seguida relata a manifestação de oposição ocorrida no Rio de Janeiro e o uso indevido da Caixa Econômica Federal para dar brindes com as cores da bandeira, evitando o fracasso do chamado de Collor. A capa ainda é marcada por uma imensa foto aérea das ruas do Rio de Janeiro, tomadas de pessoas, faixas e cartazes contra o governante. O texto do editorial, que toma a maior parte do lado esquerdo da página, se encontra a seguir:

Luto

Num misto de exaltação e desespero, o chefe de um governo atolado no escândalo dirige nova e arrojada afronta à opinião pública. Convocando a população para que use as cores nacionais em defesa de seu mandato, o presidente Collor tenta revestir de uma aura de respeitabilidade e de conotações patrióticas o que se resume apenas a um interesse político pessoal; pretende que a bandeira do Brasil se converta em expressão de complacência com uma situação política insustentável, de apoio a uma administração falida, de tolerância com o atraso, a impunidade e a mentira que se instalaram no núcleo do Poder Executivo. Os símbolos nacionais que foram levantados pela população nos grandes momentos de mobilização cívica e de luta pela democracia viram-se usurpados por um presidente sem condições políticas para governar

Prolonga-se uma crise que só teria, como saída, a renúncia do chefe do Executivo. Um processo doloroso e difícil se desenvolve agora, paralisando o país e ameaçando mergulhá-lo em uma situação de completa ingovernabilidade. Em lugar de voltar-se para os graves problemas econômicos e sociais, o Planalto se dedica a apor remendo sobre remendo numa série incoerente de versões que chegou ao paroxismo com a absurda Operação Uruguai. No fracasso inevitável desses expedientes, a Presidência vai buscar nos porões do “esquadrão da morte” as armas da intimidação, chantagem e suborno. Com elas pretende garantir a minoria salvadora de um terço da Câmara, capaz de obstruir um processo de impeachment cada vez mais provável.

Qualquer movimento pelo impeachment terá necessariamente de seguir os caminhos da mais estrita legalidade - convicção sobre a qual não paira dúvida, na sociedade, embora o presidente se esforce por caracterizar como golpista essa iniciativa.

Ao lado das considerações legais que venha a inspirar o envolvimento do presidente com os negócios de PC Farias, outro julgamento, todavia, já foi feito pela opinião pública. Trata-se de um julgamento político. O presidente Collor já esgotou todas as reservas de credibilidade que poderia possuir junto à população. O governo está em frangalhos, suas mazelas estão expostas, sua respeitabilidade não existe mais. Lança-se ao delírio, à histeria, à provocação. Recorre à bandeira nacional para defender a continuidade insuportável de uma crise.

A resposta a essa tentativa de transformar as cores nacionais em motivo para um exercício farsesco e infamante já chega espontaneamente às ruas. Generaliza-se a ideia [sic] de usar a cor negra como expressão do descontentamento, do protesto, da rebeldia contra um governo desmoralizado, perdido na megalomania e na inconsciência. Mais do

que isso – trata-se de enunciar o sentimento que predomina nesse instante, o luto. Luto pela destruição dos mais elementares padrões da ética administrativa; luto por uma República entregue à desfaçatez de oportunistas e aventureiros; luto pelo espetáculo de prepotência, de fisiologismo, de irresponsabilidade que se armou nos palcos de Brasília; luto por uma sociedade inteira que vê, diariamente, escarnecerem seus ideais, desmoralizarem suas instituições; luto por um país desgovernado. Luto, vergonha, indignação - eis o que se experimenta diante da impunidade política e da arrogância com que o Planalto encena a farsa a que chama governar (ACERVO FOLHA. Folha de S. Paulo. Edição de 15/8/1992).

O editorial se dirige ao presidente e seu governo, a quem critica duramente, e à mobilização pelo *impeachment*, identificada com a opinião pública e caracterizada pelo divórcio com o governo e pela ideia espontânea de usar a cor preta como forma de protesto. Se em “Movimento Incipiente”, há um conflito entre a opinião pública e o protesto que deveria representá-la; em “Luto”, a polaridade está entre ela e o presidente, que também deveria ser seu representante. A concepção de opinião pública no texto configurando-se como um conceito geral, aproximada das palavras “população”, “sociedade” e da mobilização pela democracia que ocorrera durante o regime militar. Enquanto o discurso do presidente reduziu a investigação do *impeachment* à conspiração de uma minoria, que ele identificou à CUT e a Lula; a FSP, que já demonstrara suas diferenças com os últimos, argumentou que a minoria é o governo, é ele que se encontra cada vez mais isolado da sociedade. O governo “paralisa o país”, sua administração é uma “farsa”, sua defesa diante do escândalo consiste em “apor remendo sobre remendo numa série incoerente de versões” e seus métodos para evitar a aprovação do processo de *impeachment* são “intimidação, chantagem e suborno”. A única saída para a situação de isolamento do governo seria a renúncia de Collor. O editorial ainda dialoga com os gestos intempestivos do presidente, presentes na capa do dia anterior, ao descrever o governo em um “misto de exaltação e desespero”.

Dessa forma, o texto argumenta o quão absurda é a pretensão do governante de se identificar com as cores nacionais, com o interesse da sociedade; a convocação de Collor se resume a defesa de “um interesse político pessoal” que “afronta a opinião pública”. Associar a chamada de uma mobilização pró-governo com uma provocação à opinião pública reforça a impressão de que os protestos de rua seriam expressão das suas posições hegemônicas, que já havia sido sugerido com a recorrência da expressão “opinião pública” em editoriais sobre os protestos e com o uso do conceito em “Movimento Incipiente”.

O jornal também recorre à noção de opinião pública para afirmar que o governo se encontra em situação insustentável, pois perdeu um “julgamento político” feito por ela, não restando qualquer credibilidade nas suas ações. Dessa forma, o seu rechaço ao governo serve como apoio ao pedido de renúncia do presidente feito pelo editorial. Por fim, o texto afirma que uma medida de protesto se difunde “espontaneamente” na sociedade, utilizar a cor preta, simbolizando “o sentimento que predomina nesse instante, o luto” pelo governo oportunista, cuja administração é ausente.

Nesse editorial, o conceito de opinião pública se aproxima bastante da descrição feita por Bourdieu de soma de opiniões disseminadas na sociedade em torno do mesmo problema, no caso, a continuidade do governo Collor. Além disso, percebe-se a estratégia discursiva de apagamento da força política do jornal, que reivindica o apoio da opinião pública e a noção de reação espontânea da população ao chamado do presidente, para reforçar suas posições pela renúncia do governante e de convocação do protesto. A ideia de espontaneidade se opõe à visão de um protesto regido por interesses pequenos, de certos partidos e sindicatos, como foi descrita a mobilização ocorrida no dia 11 de agosto, no editorial “Movimento Incipiente”. Nota-se que o editorial “Luto” dilui a posição do jornal dentro da descrição de posições políticas generalizadas na sociedade.

O texto mostra a passagem do jornal de crítico a convocador dos protestos; que é reforçada pelos outros elementos da capa da edição de 15 de agosto, sobretudo pela tarja com uma frase no imperativo, “Use preto em protesto”. A capa do dia seguinte, 16 de agosto, retoma o apelo à noção de opinião pública descrita por Bourdieu para legitimar as posições do jornal, pois abaixo da tarja se encontra a manchete: “70% acham que o Congresso deve apoiar o *impeachment* de Collor”, com o subtítulo “Pesquisa DataFolha mostra ainda que 72% acreditam no envolvimento do presidente com PC em corrupção”. O tom do editorial “Luto” e a divulgação desta pesquisa de opinião mostram outro contraste com o texto “Movimento Incipiente”, publicado alguns dias antes: nos dois últimos, a FSP não pondera que setores da população não estejam informados sobre as investigações ou que a opinião pública seja formada por setores diversos; o periódico afirma que o sentimento de indignação com o conhecimento sobre o escândalo de corrupção está largamente disseminado na sociedade. Configura-se uma situação de agravamento da crise política, conforme descrita por Bourdieu, a partir do chamado verde-e-amarelo de Collor. O posicionamento político se torna mais acirrado e o jornal mobiliza a sua opinião de forma contundente, ao afastar-se da visão de que há diversas correntes de opinião na sociedade e setores sem informação nem opinião e remodelar a capa da edição com tarjas e um editorial extraordinário, a fim de atrair mais adesão para a sua posição.

O terceiro texto selecionado, “A lição do *impeachment*” se encontra na edição de 30 de setembro de 1992 e comenta a decisão do Legislativo de afastar o presidente. A capa dessa edição tem um formato extraordinário: foi impressa em cores, algo raro em 1992, e composta por uma tarja vermelha com as palavras “Vitória da Democracia” e por um único texto, cuja manchete diz: “IMPEACHMENT! Câmara depõe Collor em decisão histórica; presidente respeita o resultado e Itamar assume hoje”. Fotos dos deputados comemorando a votação, de Collor e do vice-presidente, Itamar Franco, também estão presentes na capa. O editorial, impresso na página seguinte, está transcrito a seguir:

A lição do impeachment

A provação chegou ao fim. A sociedade brasileira, aliviada, vê uma confirmação eloquente de sua maturidade institucional. Sob a atenção e a vigilância de um país imobilizado diante

dos aparelhos de televisão, a Câmara veio resgatar o compromisso com sua própria razão de ser – a expressão da vontade popular. Acima de tudo, o voto de 441 deputados contribuiu para recompor a dignidade do Congresso, redimindo-o da grande decepção que infligiu à nacionalidade com a derrota das eleições diretas em 1984.

O Legislativo agiu em consonância com a manifestação inequívoca da sociedade em favor de padrões mínimos de probidade e decoro no trato da coisa pública. Se estes nem sempre foram respeitados ao longo da história brasileira, o governo Collor laborou por violentá-los de forma nunca antes vista. Oculto sob o esmalte fino das propostas modernizadoras, que nunca chegou a por em prática de modo consequente, o primeiro presidente eleito pelo voto direto em três décadas pôs o Estado que deveria reformar a serviço da mais arcaica e voraz das oligarquias, sob a gerência de seu ex-tesoureiro de campanha.

A opinião pública cedo formou seu juízo, em consequência da série de revelações estarrecedoras, como o pagamento de contas particulares do presidente da República com dinheiro de proveniência escusa e, por cúmulo, na forma de cheques "fantasmas" que sequer a farsa da "Operação Uruguai" foi capaz de materializar. Collor, no mínimo complacente com as irregularidades e trabalhando ativamente para encobri-las quando denunciadas, destruiu ele mesmo as credenciais de autoridade para manter-se no cargo que lhe fora confiado por 35 milhões de votos. Continuava na presidência, sem ser mais o presidente do Brasil.

A frustração com essa primeira experiência da democracia ressurgente não poderia ser maior. E foi precisamente na hora propícia ao desalento que a sociedade brasileira demonstrou a força de sua convicção democrática e dos princípios éticos, dando vida a um movimento feito de indignação vibrante que varreu as ruas do país e tirou da letargia as próprias instituições. É com direito que a nação pode hoje ostentar orgulho – não por afastar um presidente em desonra, que não há nisso motivo de júbilo –, mas com a própria manifestação de independência, determinação e soberania. Sem ela, a verdade e a transparência – pressupostos de toda coesão social e política – estariam ainda sob ameaça.

Afastado Fernando Collor, assume o vice-presidente Itamar Franco, no estrito cumprimento da Constituição de 1988. Chega à Presidência por obra de uma reviravolta da história, mas nem por isso com menos autoridade. A responsabilidade que lhe cabe é enorme, maior do que a do presidente que assume no quadro da normalidade – em razão não apenas do período reduzido de governo, mas sobretudo pela urgência de tirar o país da exaustão em que foi lançado por cinco meses de crise e desgoverno.

Itamar Franco terá em princípio seis meses de interinidade – e quase certamente outros dois anos – para enfrentar uma das piores crises econômicas que o país já atravessou, caracterizada pela combinação perversa de uma recessão profunda com uma inflação em nível insuportável. O combate a esses males não poderá ser feito em prejuízo do programa de abertura e modernização da economia, hoje um consenso na opinião pública; cumpre agora pô-lo em prática, no contexto de uma profunda reforma do Estado.

Acima de tudo, porém, cabe ao futuro presidente da República – e a todas as forças que lhe derem sustentação - extrair o grande ensinamento da crise: o Brasil mudou. Que a punição a Fernando Collor sirva de advertência a cada homem público, neste país, para que observe os elementares princípios da verdade, decência e honestidade. Deste caminho não há, não pode haver volta. (ACERVO FOLHA. Folha de S. Paulo. Edição de 30/9/1992).

Este texto dirige-se ao presidente, acusado de improbidade e não realização das promessas de reforma do Estado; aos deputados, que, ao afastar o governante, uniram-se à vontade popular; ao vice-presidente Itamar Franco, cuja autoridade e responsabilidades são apontadas pelo editorial; e a uma noção

bastante homogênea e genérica de sociedade, aproximada de outros termos como “nação”, “opinião pública”, e “movimento”. A identificação entre os deputados e os anseios populares pelo *impeachment* foi sinalizada como redenção do Legislativo pela não aprovação da emenda que permitiria eleições diretas para presidente, votada em 1984. Para a FSP, naquela ocasião, a Câmara dos Deputados votou contra o interesse popular; ao afastar Collor, ela estaria reencontrando-se com ele. A “Vitória da Democracia” anunciada na capa ecoa no editorial por meio da aproximação do movimento pela redemocratização do país em 1984 com o de 1992, expressão da “convicção democrática” da sociedade, que “tirou da letargia as próprias instituições”, sugerindo que sem a mobilização, a Câmara não afastaria o presidente.

A campanha pelas eleições diretas também apareceu como referência de mobilização popular legítima nos outros dois editoriais analisados. Em “Manifestação Dividida”, o caráter sectário dos primeiros protestos contrasta com o movimento amplo e representativo das diretas; em “Luto”, a campanha não é citada diretamente, mas há referência à luta pela redemocratização do país que utilizou as cores da bandeira. Ao retomar várias vezes a memória da campanha pelo voto direto e afirmar que a democracia venceu com a deposição de Collor, a FSP reafirma elementos que constituem a imagem do jornal ligada ao apoio para aquela campanha e a redemocratização do país.

A expressão “opinião pública” aparece duas vezes no texto, primeiramente, para legitimar a queda de Collor: seu envolvimento com o esquema de PC Farias levou a opinião pública a desconsiderar a autoridade dada a ele por “35 milhões de votos” nas eleições de 1989, assim, seu governo existia por direito, mas era impraticável, “Continuava na presidência, sem ser mais o presidente do Brasil”. O texto retoma uma ideia já presente em “Luto”, de que antes da votação que destituiu o presidente seu governo já havia se tornado inviável devido aos seus atos que desonraram o cargo e levaram a opinião pública a não reconhecer mais a sua autoridade.

A segunda ocorrência da expressão está na parte final do texto, endereçada para Itamar Franco, presidente que seria empossado em virtude do afastamento de Collor. A FSP afirma haver consenso da opinião pública em relação ao “programa de abertura e modernização da economia”, ligado à “profunda reforma do Estado”, ou seja, as medidas de eliminação de reservas de mercado para a indústria brasileira, diminuição de impostos sobre produtos importados, privatização das empresas estatais e diminuição dos gastos públicos. Tais medidas são as “propostas modernizadoras”, vinculadas ao pensamento neoliberal, usadas por Collor para legitimar-se no poder, mas não levadas a cabo por ele.

De fato, Collor se elegera com um programa de governo baseado nas medidas citadas, cuja realização fracassou, com poucas exceções. Dentre elas, destaca-se o programa de privatizações de empresas estatais, iniciado por ele e apoiado pelos grandes veículos de imprensa do país (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p.68). A menção às medidas neoliberais e sua associação com a opinião pública mostra novamente a estratégia do jornal de utilizar este conceito para legitimar suas posições particulares que são expostas como anseios gerais da sociedade. Nota-se que em “A lição do *impeachment*” a preocupação com

a disputa política interna da oposição e a liderança dos setores de esquerda nos protestos, presente em “Movimento Incipiente”, dá lugar à vinculação entre os protestos e os interesses gerais da nação em uma “manifestação de independência, determinação e soberania”. Aliada a identificação profunda entre protesto e nação, a FSP posicionou-se firmemente sobre os rumos políticos do novo governo, vinculando as medidas neoliberais que apoiava com a pauta dos protestos.

5. Considerações finais

A análise do *corpus* mostrou as tensões em torno da noção de opinião pública e sua mobilização como artefato para transformar opiniões de determinados grupos em algo consensual em uma sociedade. No primeiro texto, ela é mobilizada para evitar que o consenso contra Collor se volte aos setores de esquerda da oposição, nomeadamente, a CUT, o PT e o PC do B. É condizente com esse objetivo a sua definição como algo heterogêneo, que envolve a opinião de uma pluralidade de setores e que só pode ser representada por um movimento suprapartidário. O segundo editorial, “Luto”, mobiliza a noção de “opinião pública” tanto para rechaçar a tentativa do presidente de se identificar com a maioria da sociedade, quanto para escamotear as posições do jornal, que são legitimadas por ela: a renúncia do presidente e a convocação do protesto com a cor preta. No último texto, após o afastamento do presidente, a expressão “opinião pública” é utilizada para afirmar o divórcio da sociedade com o governo Collor, como ocorrera no texto “Luto” e para legitimar a pressão política da FSP para que o governo Itamar Franco realize o programa de medidas neoliberais prometido e não executado por completo por Collor. Os dois últimos textos delineiam a opinião pública como algo amplo, próximo das ideias de sociedade, população e nação. O desaparecimento da definição heterogênea de opinião pública ocorrido entre o primeiro e o segundo textos pode ser associado ao acirramento da crise política, a partir do chamado verde-e-amarelo de Collor, que levou à polarização das opiniões pró e contra o presidente.

As manifestações foram associadas à opinião pública em todos os textos, sendo definidas como expressão das posições hegemônicas dela. Caso isso não ocorresse, como o jornal afirmou no primeiro editorial, os protestos não seriam legítimos, visto que seriam liderados por interesses particulares que não representavam a sociedade. De forma geral, a FSP estimulou as manifestações pelo *impeachment* de Collor, mas disputou a sua liderança, opondo-se à liderança dos setores de esquerda; convocando a mobilização do “domingo negro”; e associando as medidas políticas de seu interesse com a opinião pública que se expressava nos protestos. A presença dos manifestantes nas ruas apareceu como elemento político importante na crise do governo Collor, suscitando a disputa pelo seu comando, tanto dentro da oposição, quanto entre ela e o presidente, como ocorreu no “domingo negro”.

Com relação aos interesses econômicos e políticos da FSP, ela possuía a liderança do mercado paulista de jornais desde 1984, o que lhe conferia grande influência midiática. No entanto, estava em

confronto com o governo Collor desde o seu início e passava por um momento de queda de faturamento. O público da FSP era constituído por classes médias e altas e, em parte dele, era grande a oposição ao governo Collor, devido às perdas ligadas ao confisco das poupanças realizado pelo presidente. Assim, a defesa da queda de Collor era vantajosa para o jornal: agradava ao mercado de leitores e enfraquecia um adversário político. Mas, a articulação política pelo *impeachment* era algo delicado para o jornal, dado que ela poderia fortalecer os setores de esquerda ligados à candidatura de Lula, derrotada em 1989. Como foi evidenciado pelo primeiro editorial e pelo discurso de Collor convocando a manifestação verde-e-amarela, havia forte identificação entre os protestos de rua contra o governo e o PT e a CUT. A forma como foi manejado o conceito de opinião pública no *corpus* indica a necessidade do jornal em lutar contra o presidente e evitar que a esquerda saísse fortalecida do processo.

As posições antagônicas que se encontraram na mobilização contra Collor – setores de esquerda, apoiadores de um projeto de extensão dos direitos sociais para as classes populares e um jornal que era contra o presidente, mas defendia pontos do seu programa de governo neoliberal – podem ser vinculadas a ideia de Bourdieu de que a opinião sobre um governante sintetiza sentidos diferentes sobre ele, formulados a partir de diversos prismas. Por fim, o jogo político entre o jornal, outros setores da oposição e o presidente durante a crise que levou ao *impeachment* exemplifica a permanente disputa pelo consenso da sociedade entre forças políticas em um momento específico em que o cargo de presidente da república estava em jogo sem que ocorresse uma disputa eleitoral.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ACERVO FOLHA. Disponível em <http://acervo.folha.com.br/>. Acesso em 10 mai. 2014.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2010.

BARZOTTO, Valdir Heitor. **Leitura de Revistas Periódicas: Forma, texto e discurso**. Um estudo sobre a revista Realidade (1966-1976). Campinas, 1998. 228 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1981. p. 137-151. Disponível em: <http://evolureducacional.com.br/wp-content/uploads/2012/08/21979592-Bourdieu-A-opinioao-publica-nao-existe.pdf>. Acesso em 03 jun. 2015.

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE. PNAD'S. Lista de arquivos com os resultados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio de 1976 a 2013. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/1148>>. Acesso em 03 jun. 2015

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Trad. Mary del Priore. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto**: A imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DIAS, Luiz Antonio. Plural e Singular: análise da mobilização pelo Fora-Collor. **Estudos de História**, v. 1 (1), p. 141-165, 2004.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FOLHA DE S. PAULO; PATURY, Felipe. **Jornal cresce e se torna grupo de mídia**. Reportagem publicada na página intitulada Tudo sobre a Folha, comemorativa dos 80 anos do jornal Folha de S Paulo. São Paulo, 2002. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/grupo_folha.shtml>. Acesso em 03 jun. 2015.

FOLHA DE S. PAULO; MOTA, Vinicius. **Leitor tem renda e escolaridade altas**. Reportagem publicada na página intitulada Tudo sobre a Folha, comemorativa dos 80 anos do jornal Folha de S Paulo. São Paulo, 2002. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml>. Acesso em 03 jun. 2015.

FRANÇA, Vinícius Sales do Nascimento. Mobilizações de rua contra Collor em editoriais da Folha de S. Paulo. IN: Encontro Regional de História da Anpuh–Rio: Saberes e Práticas Científicas, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2014. Disponível em: <http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400348782_ARQUIVO_Artigo-ViniciusSalesdoNFranca_Anpuh-Rio_.pdf> Acesso em 19 out. 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LATTMAN-WELTMAN. **A Imprensa faz e desfaz um presidente**: o papel da imprensa na ascensão e queda do fenômeno Collor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

PASCOAL, Engel. **A trajetória de Octavio Frias de Oliveira**. São Paulo: Publifolha, 2007.

PIRES, Eliane Muniz. **Imprensa, ditadura e democracia**: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha. São Paulo, 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PRIMEIRA Página: Uma viagem pela história do Brasil e do mundo nas 223 mais importantes capas da FOLHA desde 1921. São Paulo: Publifolha, 2006.

RODRIGUES, V. M. **Carapintadas**: Estudantes na festa e na política. Campinas, 1997. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SALLUM JR, Brasílio & CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, n. 82. p.163-200, 2011.

SILVA, Carla Luciana. **VEJA: O indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. Niterói, 2005. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento**: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOSI RODRIGUES, A. Estudantes na política em Tempos de Mobilização e Crise. **São Paulo em Perspectiva**. vol. 7 (1), p. 138-144, 1993.

YOU TUBE – Collor e o discurso em que pediu que povo saísse às ruas de verde-amarelo para salvar seu mandato. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mey6bh0-mPU>>. Acesso em 20/5/2015.

Abstract: *The paper aims to analyze the use of public opinion in editorials of the newspaper Folha de S. Paulo as political strategy against the set of street protests, which occurred in the months of August and September 1992 and influenced the process of impeachment of president Collor. There were mobilized herein concepts of the press as a disseminator of values of the ruling class (GRAMSCI, 2010), the materiality of the text (CHARTIER, 1994) and the critique of Bourdieu (1981) to the concept of public opinion as a sum of individual opinions previously established in society. The work demonstrated that the newspaper supported neoliberal measures implemented by Collor. When the first protests arose, the newspaper referred to them with distrust. Afterwards, with the increase of the protests, it started to support them and tried to influence in their direction, diminishing the importance assigned to parties, leftist unions and student organizations regarding their press coverage.*

Keywords: *press, social movements, politics, impeachment, consensus.*

Nós *versus* nós: identidades em confronto no contexto de pós-independência leste-timorense

Alexandre Marques SILVA (USP)
alexandremarques@usp.br

Resumo: A fim de observar como a questão identitária é retomada e problematizada no discurso pronunciado por Xanana Gusmão 23 dias após a independência de Timor-Leste, este trabalho propõe-se a analisar, entre as estratégias discursivas, os elementos linguísticos, em especial os processos de referenciação, utilizados por Gusmão nas menções ao seu auditório, a si mesmo e aos “outros”, considerados, nesse contexto, os “inimigos” da nação. Entende-se que esses procedimentos retóricos-argumentativos visam à valorização das teses postuladas pelo orador – ocupante de um lugar socialmente legitimado, o de Presidente da República, e ao enfraquecimento dos discursos de oposição. Nesse sentido, a indefinição nas referências aos “outros” torna-se ambivalente: por um lado, evidenciam que, em busca da paz, não convém nomear os “inimigos”, sob o risco de causar mais instabilidade político-social, e, por outro, abre-se a possibilidade de que qualquer um que se oponha ao regime seja enquadrado no rol dos “inimigos da nação”. O referencial teórico para a análise do *corpus* apoia-se nos trabalhos desenvolvidos por Bhabha (2007), Hall (2006), Landowski (2002), Brito e Martins (2004), Charaudeau (2008), Perelman e Tyteca (1958), Mondada e Dubois (2003).

Palavras-chave: identidade; argumentação; estratégias discursivas; discurso político; Timor-Leste.

1. Introdução

Este trabalho constitui uma parte inicial de minha pesquisa no âmbito do doutorado, na qual proponho a investigação das relações identitárias em Timor-Leste¹ em dois momentos distintos: durante o período de invasão indonésia e o que se segue a ela, o de pós-independência. Desse modo, objetiva-se verificar a construção discursiva do “outro-inimigo” no discurso de 23 dias após a posse² de Xanana Gusmão, por meio das estratégias discursivas empreendidas por ele e as quais também contribuem para a edificação de um projeto, ainda que, naquele momento, incipiente, de identidade nacional.

Após a independência, surgiu a necessidade de se buscarem estratégias que fossem capazes de unir a população devastada material e emocionalmente pela guerra em torno de um paradigma identitário comum, o que, como se pôde observar no discurso analisado, não tem sido uma tarefa fácil, pois ainda há dissidências internas que clamam por uma representatividade legítima junto às instâncias de poder.

Para tratar das questões identitárias, buscamos alicerce nos trabalhos desenvolvidos no contexto dos *Cultural Studies*, porque se coadunam à proposta interdisciplinar na qual se pauta o desenvolvimento deste trabalho e por apresentarem compatibilidade epistemológica com o referencial teórico relativo aos estudos do discurso nos quais as análises encontram suporte.

¹ É importante salientar desde já que, quando se trata de pesquisas sobre Timor-Leste, nem sempre há coerência entre os dados, ao se compararem fontes distintas. Isso se deve ao fato de que, durante os últimos anos do regime indonésio, destruiu-se uma parte significativa de registros e documentos pessoais, principalmente após o referendo favorável à independência do país, momento no qual mais da metade dos edifícios e residências foram incendiados. Sendo assim, muitos dos números apresentados em relação ao país constituem, de fato, projeções estatísticas.

² O referido discurso encontra-se disponível no livro *Timor Lives! Speeches of freedom and independence*, o qual está apresentado de forma completa como fonte, ao final deste trabalho.

No que se refere à análise das estratégias discursivas e da argumentação, filiamo-nos aos trabalhos de Mondada e Dubois (2003), que trataram da construção dos objetos do discurso por meio do processo de referenciação; e no de Perelman & Olbrechts-Tyteca, que, por meio de um trabalho de revitalização da retórica clássica, trouxeram novas perspectivas para os estudos da argumentação, ao proporem uma distinção do conjunto de técnicas empregadas em um discurso por um orador para conquistar a adesão do auditório.

Iniciaremos nosso processo analítico por meio da contextualização histórico-geográfica de Timor-Leste, em seguida, trataremos das questões identitárias e de sua relação com o discurso; do processo de construção discursiva do outro por meio do processo de referenciação; da análise das estratégias discursivas utilizadas por Xanana Gusmão que se articulam à (tentativa de) construção da identidade nacional e, por fim, nas conclusões finais, retomaremos o objetivo central deste trabalho.

2. Uma brevíssima contextualização histórica (século XX)

Embora reconheçamos que a história anterior ao século XX seja de suma importância para o processo de construção da identidade de Timor-Leste, em função de nossos objetivos específicos e dos limites impostos a este trabalho, realizaremos um recorte a partir da década de 1970, período que marca o início do processo de independência de Portugal e de anexação à Indonésia.

Após a derrocada do regime fascista em 1974, o novo governo democrático português encorajou a independência de suas possessões ultramarinas. Desse modo, os eventos políticos ocorridos nesse ano em Portugal, em especial a Revolução dos Cravos, permitiu que, em Timor-Leste, emergissem reivindicações pela independência. Naquele momento havia na ilha três partidos políticos disputando pelo poder, dois deles favoráveis à total emancipação leste-timorense – ASDT (Associação Social Democrata Timorense) e UDT (União Democrática Timorense) e um, que defendia uma integração com a Indonésia, APODETI (Associação Popular Democrática de Timor-Leste Independente).

Em 1975, enquanto Portugal e Indonésia negociavam o destino de Timor-Leste, a UDT forjou um golpe de Estado e tomou a capital Díli. Nesse mesmo ano, a FRETILIN (Frente de Timor-Leste Independente) proclamou de forma unilateral a independência do país, no entanto, após nove dias do ocorrido, houve a invasão do território por tropas indonésias. Essa ação implicou a ruptura diplomática entre Portugal e Indonésia, o que prejudicou substancialmente as relações entre Timor-Leste e Portugal.

Assim, durante 24 anos, Timor-Leste foi convertido em uma pobre e maltratada província da Indonésia. O período de colonialismo português foi encerrado, todavia iniciou-se o período de neocolonialismo indonésio. Esses dois modelos de colonialismo, apesar de ambos serem centrados no domínio do outro e, conseqüentemente, de se revelarem pouco interessados na efetiva promoção do bem-estar social e no desenvolvimento da população local, parecem, no entanto, diferenciar-se, principalmente, nas práticas de

aculturação que adotaram. Com efeito, portugueses e indonésios tiveram diferentes posturas de respeito ou tolerância em relação às tradições e valores culturais do povo colonizado: o “modelo português,” teria sido, eventualmente, mais flexível e compreensivo, ou tão somente mais passivo, enquanto o indonésio teria sido mais rígido e dominador, portanto, mais ativamente orientado para o aniquilamento da cultura local. Durante a invasão indonésia foram realizados inúmeros assassinatos em massa: 60.000 timorenses foram mortos apenas na primeira quinzena do mês de dezembro de 1975.

Com a tomada da porção leste da ilha de Timor, o governo ditatorial indonésio objetivava torná-la a 27ª colônia da Indonésia. A atitude devastadora e autoritária das tropas indonésias causou a revolta dos habites locais, que passaram a apoiar organizações clandestinas de resistências, entre as quais se destacou a Falintil (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste), a qual assumiu um caráter de resistência nacional sob o comando de Xanana Gusmão, que se tornaria o primeiro presidente após o estabelecimento da República. A Falintil, utilizando a língua portuguesa como forma de comunicação e resistência, atuou dentro e fora de Timor-Leste.

No início da década de 1990, o regime de opressão em curso atingiu um de seus momentos mais violentos, o episódio conhecido com o Massacre de Santa Cruz. A partir da divulgação mundial das imagens do massacre pelo jornalista inglês Max Stahl, houve a mobilização da opinião pública para a crítica situação por que passava Timor-Leste. Em 1996, a outorga do Prêmio Nobel da Paz a José Ramos Horta e ao Bispo Dom Carlos Ximenes Belo, engajados na causa da libertação do povo timorense do jugo indonésio, também contribuiu de forma significativa para a divulgação dos problemas vividos em Timor e cuja consequência mais importante naquele momento foi a organização pela ONU (Organização das Nações Unidas), de um plebiscito que daria à população a possibilidade de escolher entre a independência ou a anexação à Indonésia.

Sendo assim, em agosto de 1990, uma maioria expressiva dos eleitores (cerca de três quartos) que foram às urnas votaram pela independência do país. Com o recrudescimento do terror perpetrado pelo governo indonésio após o resultado do referendo, a administração do território passou provisoriamente às Nações Unidas. Entre os anos de 1999 e 2002 houve reações bastante violentas por parte dos aliados ideologicamente à Indonésia e somente em 20 de maio de 2002, após um longo processo de luta pela autonomia, Timor-Leste foi reconhecido internacionalmente como nação independente, com direito a eleger seus dirigentes e a escrever sua própria Constituição. Instaurou-se, então, a República Democrática de Timor-Leste (RDTL), cujo primeiro presidente eleito foi Xanana Gusmão.

3. Mapa de Timor-Leste

O país está localizado no sudoeste asiático e conta, segundo dados oficiais (TIMOR-LESTE, 2015)³, com cerca de 15 línguas autóctones, além do tétum e do português, que ocupam o status de línguas oficiais,

³ Dados disponíveis na página oficial do Governo de Timor-Leste: <[http:// http://timor-leste.gov.tl/](http://http://timor-leste.gov.tl/)>. Acesso em 18 mar. 2015.

asseguradas pela Carta Magna do país, e do inglês e do indonésio (também conhecido por bahasa indonésio), considerados línguas de trabalho. Timor-Leste está situado na Ilha de Timor. Cerca de 2/3 desta ilha são ocupados por esse país, sendo o restante do espaço pertencente à República da Indonésia. A superfície do país totaliza 15.007 Km².

Figura 1. Mapa Político de Timor-Leste



(Disponível em: <http://www.mapas-asia.com/timor-leste.htm>. Acesso em 16 ago. 2014).

Administrativamente o país está dividido em 13 distritos que, por sua vez, subdividem-se em 67 subdistritos. Segundo o censo mais recente, de 2010, a população é de 1.066.582 de habitantes. Em cada um dos distritos fala-se uma língua diferente e isso, conforme trataremos com mais ênfase adiante, tem implicações diretas na constituição identitária do povo leste-timorense: “Nas diferenças das línguas faladas [em Timor] é que se mostram a identidade da pessoa na sociedade, ou seja, por elas percebemos que não somos iguais, apesar de compatriotas”. (REIS, 2011, p. 49)

O Relatório de Desenvolvimento Humano de Timor-Leste (2001) afirma que somente 5% da população é fluente em português, todavia, as comunicações oficiais privilegiam o uso desse idioma.

4. Identidade(s) leste-timorense(s): um ponto de partida teórico

Diante de um panorama histórico, geográfico, linguístico e social tão difuso, falar em identidade(s) em Timor-Leste, significa adentrar um complexo espaço em que convergem e contrastam distintas formas de representação, de estar no mundo e de atuar nesse mesmo mundo. Sendo assim, partimos do entendimento de que identidade é um conceito que apresenta várias perspectivas e possibilidades, dependendo, inclusive,

do ponto de vista acerca de considerações em comum. Assim, a dimensão sob a qual abordaremos esse tema se pautará na sua discussão e não em sua(s) definição(ões).

Considerando as dificuldades impostas à construção da identidade nas sociedades contemporâneas, Bhabha (1988) aponta para a dificuldade subjacente aos estudos sobre a identidade na pós-modernidade, cujas características são, sobretudo, a não fixidez, o constante movimento, certa fluidez de valores e instituições, antes considerados estáticos. Trata-se de uma proposição que tende a se tornar ainda mais complexa no contexto pós-colonial de comunidades em que, “apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incomensurável”. (BHABHA, 1998, p. 20)

Nesse sentido é importante voltarmos nossa atenção para a sociedade leste-timoreense, na qual, grupos etnolinguísticos⁴, insatisfeitos com os rumos políticos e administrativos do país, como a adoção da língua portuguesa como idioma oficial, por exemplo, reivindicam o direito legítimo de (re)significar sua existência frente às novas subjetividades individuais e coletivas evidenciadas nos espaços forjados no curso do duplo processo de descolonização e no período posterior a cada um deles. Observa-se, assim, a emergência de sujeitos resultantes do embate cultural entre polos opostos, em especial: tradição e contemporaneidade, passado e presente.

Na mesma direção de Bhabha, Hall (2006) aborda as transformações que o conceito de identidade cultural vem sofrendo em função das mudanças estruturais pelas quais as sociedades vêm passando, principalmente a partir do processo de globalização. Para esse autor, tem havido o afrouxamento dos laços imaginários que ligam o sujeito a determinado território e à cultura nacional ao longo da história. Apesar da força narrativa da nação, por meio do poder cultural, é cada vez mais difícil pensar a nação como um sistema de representação homogêneo, produtor de identidades unificadas. Dessa forma, o significado que atribuímos a algo é determinado pelo uso que fazemos dele, pelas representações que o construíram anteriormente e que o inseriram em um determinado contexto com uma determinada funcionalidade.

Ainda em coadunação com a perspectiva de Hall (op. cit.) podemos observar que é o trabalho da representação que nos permite nomear os objetos do mundo; por meio das palavras, da língua, eles se tornam aquilo que se fala sobre eles, convertem-se nos valores atribuídos a eles. Os significados construídos pela representação são historicamente situados, produzidos socialmente e, por isso, gozam de mutabilidade. Para compreender melhor como ocorrem os processos de representação, ou seja, a relação entre, de um lado, a realidade e, de outro, a maneira pela qual esta se torna inteligível, Hall (op. cit.) destaca a relação entre *significado* e *cultura*. Desse modo, compartilhar uma cultura implica também compartilhar a mesma

⁴ Apesar de, em Timor, ser apontada a existência de 31 línguas, dialetos e subdialetos, é difícil chegar a acordo quanto ao seu número e à sua classificação. De acordo com os dados oficiais, conforme já apresentamos neste trabalho, existem 15 línguas no país e, é importante ressaltar, que a unidade linguística não corresponde à unidade étnica.

forma de construir inteligibilidades para o mundo, por meio da linguagem. Esse compartilhamento de significados, não implica, todavia, que uma cultura seja dotada de significados homogêneos e únicos, ao contrário, as representações produzidas nas práticas culturais são diversas, regem comportamentos e influenciam as ações dos sujeitos. Nesse sentido, então, as culturas nacionais não podem ser pensadas não como sistemas unificados, mas como sistemas constituídos por divisões fundamentadas em diferenças étnicas, sociais ou culturais.

No processo de constituição de identidades, entendemos que a língua é um dos principais, senão o mais importante, elemento para o forjamento de uma identidade comum, empreitada que, no caso de Timor-Leste vem sendo levado adiante (de forma bastante controversa, é preciso ressaltar) pela língua portuguesa. Segundo Spolsky (1998), países recém-independentes estão, quase sempre, inclinados a adotar a língua do colonizador, mesmo com toda a carga histórica implicada nessa tomada de posição. No momento em que um grupo busca marcar a diferença, fazer emergir uma nova identidade nacional, é, fundamentalmente, a língua do colonizador é aquela que adquire *status* de língua nacional. E, não fugindo a essa perspectiva, em Timor-Leste a adoção da língua portuguesa deveu-se a critérios políticos, por um lado, foi a língua utilizada durante o processo de resistência contra o inimigo indonésio e, por outro, era língua utilizada nas missas da igreja católica, instituição que teve papel fundamental na proteção dos leste-timorenses durante os episódios de violência perpetrados pelo exército indonésio.

Em função dessas características, consideramos relevante voltarmos ao trabalho de Hall (op. cit.), no qual ele discute, ainda que em um contexto distinto do leste-timorense, mas perfeitamente adequado a ele, que a cultura nacional constitui-se por uma estrutura de poder cultural, pois: a) a maioria das nações foi sempre composta por diferentes culturas unificadas apenas a partir de um longo e violento processo de dominação; b) as nações são sempre compostas por diferentes classes sociais, diferentes etnias e gêneros; c) sendo anteriormente centros imperiais ou neoimperiais, as nações exerceram seu poder hegemônico, silenciando as demais culturas dos povos colonizados. A partir dessas três premissas fundamentais, depreende-se que a tarefa de forjar identidades nacionais é também legitimada por meio de uma força coercitiva. Observa-se, assim, que no processo de construção das representações identitárias estão implicadas, de forma intrínseca, relações de poder. São as representações levadas adiante por um grupo dominante (política e/ou social e/ou economicamente) que se naturalizam no interior das culturas e se constituem como “verdades”.

Para Cucho (2002, p. 188):

O Estado moderno tende à monoidentificação, seja por reconhecer apenas uma identidade cultural para definir a identidade nacional [...], seja por definir uma identidade de referência, a única verdadeiramente legítima [...]. A ideologia nacionalista é uma ideologia de exclusão das diferenças culturais.

Nesse sentido, verifica-se que a identidade nacional depende desse sistema unificador das representações culturais e necessidade de afirmação de uma identidade nacional vincula-se a uma ideia de

preservação e pertencimento. Por meio da representação de significados de uma nação, a identidade nacional sustenta o sentimento de comunidade, de uma memória coletiva.

A linguagem, fornecedora de elementos culturais e de representações, como afirma Hall (op. cit.), constitui uma prática significativa, na qual o sentido é produzido e constantemente renovado. A representação é o sistema pelo qual o sentido de uma cultura é articulado. O sentido, nesse caso, é o elemento responsável pela concepção de uma identidade cultural e por uma ideia de pertencimento.

Para Gunn (2011, p. 24), por fim, o “problema da identidade” não é somente causado pelo fato de Timor-Leste ter se tornado independente recentemente ou pelo passado complicado, mas também pelas diferentes combinações presentes na sociedade seja em nível linguístico, seja em âmbito religioso. Desse ponto de vista, pode-se dizer que Timor-Leste é, portanto, uma sociedade caracterizada por “múltiplas identidades”.

5. Quem era e quem é o “outro”: apenas uma questão de referência?

O ser humano, a partir de sua necessidade de nomear e referenciar verbalmente as coisas do mundo, desenvolveu formas cada vez mais complexas de subjetivar esse mundo. Em sua tentativa de criar referências que indiquem ações, estados, sentimentos, lugares, estados de espírito, pessoas, acontecimentos, etc., o ser humano estabelece suas convicções e revela o lugar discursivo a partir do qual enuncia o seu discurso. A partir dessas considerações, iniciamos nesta seção a análise dos processos de reconhecimento e de referenciação ao “outro-inimigo”, o qual é materializado no discurso de 23 dias após a posse proferido por Xanana Gusmão, em 12 de junho de 2002.

Sob a perspectiva discursiva, define-se a linguagem a partir do uso e de todas as implicações decorrentes dele, o que converge para uma noção de referência que se estabelece no momento da enunciação, já que partimos do pressuposto de que linguagem é ação. Em função disso, a referência passa a ser compreendida como um processo, a referenciação. Desse modo, para tratar dessa dimensão pragmático-discursiva da linguagem, buscamos respaldo no que postulam Mondada e Dubois (2003), para as quais a relação entre realidade/linguagem supõe necessariamente uma estreita relação com a exterioridade, em que o mundo não é decalcado pela linguagem, mas (re)construído por ela a partir da concepção de língua como instrumento de interação e de sujeito como ativo, produtor de sentido.

Dessa forma, Mondada e Dubois (op. cit.), apresentam duas orientações de base argumentativa para o tratamento da referenciação: a categorização e a questão linguística interacionista e discursiva. A categorização refere-se à organização dos sistemas cognitivos que estabilizam o mundo. A abordagem da questão linguística interacionista e discursiva relaciona-se aos processos de referenciação, analisados em termos de construção de objetos de discurso e de negociação. Assim, tratar da referenciação exige que se considere não apenas a abordagem linguística, mas também a cognitiva, já que ambas estão estreitamente

relacionadas às práticas e aos discursos. A língua, nesse contexto, supera a condição de um conjunto de etiquetas por meio do qual se nomeiam os objetos do mundo, e por meio da ação/intenção humana passa a produzir referentes “através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 17).

Ao tratarem do processo de referenciação, as autoras (op. cit. p. 20), destacam que subjaz a ele “[...] uma relação entre o texto e a parte não linguística da prática em que ele é produzido e interpretado”. O que se observa a partir desse aporte é que a abordagem proposta por Mondada e Dubois (op. cit.) implica uma visão dinâmica que considera não apenas o sujeito “encarnado”, mas um sujeito sociocognitivo implicado em uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Nas palavras das autoras (op. cit. p. 20) “Este sujeito constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso.”.

Observamos, assim, que, no caso de Timor-Leste, durante o período de dominação indonésia o inimigo era explícito e definido e demandava, portanto, um enfrentamento físico, a luta pela justiça, o embate, a guerra. Nesse período, os fatos falavam por si sós. O inimigo, bem como suas ações, pode ser visto, comprovado, possui corporeidade e pode ser apreendido pelos sentidos. Ele é estrangeiro indonésio.

Em contrapartida, quando se passa à observação do período pós-independência: o inimigo é implícito e difuso. Demanda, dessa forma, um enfrentamento discursivo-ideológico, não mais (ou não exclusivamente) um embate físico. Existe a manutenção da perspectiva maniqueísta, no entanto, o inimigo agora está colocado em outro patamar, é um “igual” e, por isso, precisa ser destacado dos demais. É construído por meio de relações dialéticas, conforme observaremos nas análises a seguir.

6. Discurso de 23 dias após a posse: palco para o confronto entre identidades

A fim de procedermos às análises dos processos de referenciação e das estratégias discursivas em torno das quais se desenvolve o discurso de Xanana Gusmão, faremos uma breve revisão das técnicas empregadas no processo de argumentação de acordo com o que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958]) preconizaram.

Para esses autores (op. cit., p. 211) as técnicas empregadas no processo de argumentação apresentam-se sob dois aspectos distintos:

[...] o aspecto positivo consistirá no estabelecimento de uma solidariedade entre teses que se procuram promover e as teses já admitidas pelo auditório: trata-se de argumentos de ligação. O aspecto negativo visará abalar ou romper a solidariedade constatada ou presumida entre as teses admitidas e as que se opõem às teses do orador; tratar-se-á da ruptura das ligações e dos argumentos de dissociação.

Todavia, reconhecem tratar-se de uma tarefa impossível a formalização das técnicas argumentativas diante da possibilidade de alguns argumentos serem reduzidos a um cálculo de probabilidades, desde que

observadas certas convenções. Nesse caso, a questão suscitada refere-se ao modo como poderia ser estabelecido um acordo sobre essas convenções. Dessa forma, esclarecem que:

Uma teoria da argumentação não deve nem buscar um método conforme a natureza das coisas, nem encarar o discurso como uma obra que encontra em si própria sua estrutura. Tanto uma como outra dessas concepções complementares separam fundo e forma, esquecem que a argumentação é um todo, destinado a um auditório determinado. Passa-se, assim, de um problema de comunicação a uma ontologia e a uma estética, ao passo que a ordem ontológica e a ordem orgânica são apenas dois desvios de uma ordem adaptativa. As exigências da adaptação ao auditório é que devem guiar no estudo da ordem do discurso; essa adaptação atuará, quer diretamente, quer por intermédio das reflexões do ouvinte acerca da ordem. O que ele encara como ordem natural, as analogias que ele percebe, como um organismo ou com uma obra de arte são apenas argumentos entre outros argumentos; o orador deverá levar isso em conta, da mesma forma que todos os fatores suscetíveis de condicionar o auditório. Método e forma poderão assumir, respectivamente, maior ou menor importância conforme se tratar de auditório particular, técnico ou universal. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1999 [1958], p. 399).

De acordo com Silva (2010), a construção de sentido e a eficiência dos argumentos necessitam da existência, ainda que parcialmente, de valores, crenças e referências comuns entre os envolvidos no processo comunicativo. Assim, o poder de persuasão de um argumento tende a ser proporcionalmente equivalente ao grau de afinidade existente entre as ideias apresentadas pelo orador e aquelas em que o auditório acredita, pois, dessa forma, haverá menos assimetrias em relação aos sistemas doxológicos de ambos.

Nesse sentido, não se pode desprezar que o ato linguístico, os procedimentos enunciativos, por meio dos quais a argumentação se enuncia, e as palavras se transformam em ação, ou seja, assumem a função “fazer-fazer”. Esses elementos estão fixados em um contexto sócio-histórico determinado e permeado por ideologias, o que pode ser observado nas análises apresentadas a seguir.

Somente a título de esclarecimento contextual, apresenta-se o fragmento do discurso de posse⁵ (pronunciado em 20 de maio de 2002), a partir do qual desenvolveremos as análises do discurso que compõe o nosso *corpus*.

- (1) A nossa história vai continuar a ser feita pelo nosso povo, pela dignificação do indivíduo, na tolerância entre grupos e no respeito no seio das comunidades, numa participação coletiva e dinâmica da sociedade. Isto irá constituir a nossa nova filosofia, enquanto timorenses. (grifos nossos)

No discurso inaugural do novo regime democrático recém-estabelecido em Timor-Leste, o orador utiliza a 1ª pessoa do plural (um nós inclusivo), por meio do qual cria a ideia de unidade, como uma estratégia de amalgamento, necessária à edificação de, no mínimo, um sentimento inicial de identidade e pertencimento nacional. As dissidências, as discordâncias cedem espaço à participação coletiva sob a égide suprema da identidade – pretensamente universal – leste-timorense.

⁵ O referido discurso encontra-se disponível no livro *Timor Lives! Speeches of freedom and independence*, o qual está apresentado de forma completa como fonte, ao final deste trabalho.

Da perspectiva da referenciação, sem nos atermos às categorias subjacentes a ela, observamos que a utilização do pronome possessivo de primeira pessoa do plural coloca, como corresponsáveis pelas mudanças que se sucederão em Timor-Leste tanto o orador como o auditório, que naquele momento era composto, além do povo leste-timorense, por autoridades internacionais, representantes de Portugal, dos países de Língua Portuguesa e da Indonésia.

Nesse momento, pode-se verificar uma tentativa de construção de um contexto de harmonia, de tolerância entre grupos, numa participação coletiva e dinâmica da sociedade. Portanto, ainda que se trate de uma estratégia de dissimulação, segundo o discurso de Gusmão, o inimigo da nação não estaria (nem poderia estar) dentro dela, no entanto, não é isso que se verifica, no discurso que ele pronunciou 23 dias após a independência, conforme se pode observar no excerto a seguir.

- (2) Posturas radicais tomadas durante os últimos dois anos e meio de transição ainda estão tendo um efeito negativo sobre a **nossa população** e não posso aceitar que **sejamos responsabilizados** por esse problema, pois isso evita que se encontre uma solução para ele. É fundamental **promovermos** o diálogo. **Devemos semear** as sementes para uma cultura de reconciliação, caso contrário, tudo vai soar falso, **se não promovemos** o diálogo para a reconciliação entre grupos ou associações, independentemente da sua natureza. Infelizmente, agora as *peessoas* exigem de mim que encontre a solução para problemas causados por outros. Devo ainda acrescentar que *algumas pessoas* estão incitando pequenos grupos contra mim, exigindo investimentos, como se eu fosse o administrador dos fundos prometidos pelos doadores internacionais.

Selecionamos um excerto um pouco mais extenso porque ele será o ponto de partida para o desenvolvimento do conjunto de análises que faremos.

Após 23 dias de governo, identificam-se as divergências. As contradições internas começam a ganhar relevo. É importante observar o contexto em que os inimigos são apresentados. O orador busca, com vistas ao sucesso da ação argumentativa, referências comuns aos envolvidos no processo comunicativo, por meio do apelo à memória coletiva, uma vez que se ainda de identificam resquícios do período indonésio, contrários à democracia – e ao bem-estar social, por extensão, que se manifestam na ação de “pessoas”. Há, portanto, um jogo de ambiguidade: os problemas da nação são personificados, mas de maneira impessoal, pois, afinal, da perspectiva da referenciação, quem são essas “pessoas”?

Escolher não nomear os opositores/inimigos consistiria apenas em uma estratégia discursiva de menosprezo por aqueles que são contrários às ações empreendidas pelo governo? Seria uma tentativa de preservação do *ethos*, fundamentado na premissa básica de nunca acusar sem provas? Ou, ainda, e o que nos parece mais adequado ao contexto de enunciação, talvez se trate de uma estratégia de preservação da imagem de si, mas não sob o prisma da acusação sem prova, mas, por se tratar de um momento em que as estruturas sociais ainda estão muitos frágeis e os ânimos pouco arrefecidos, em busca da paz, nenhum inimigo seria direta e nominalmente atacado/acusado. Tratar-se-ia, assim, de uma estratégia para assegurar a paz e a harmonia preconizadas no discurso de posse.

Nesse sentido, independente de qual tenha sido a estratégia subjacente à utilização dos termos (destacados em itálico no excerto (2)) “pessoas” e “algumas pessoas”, este, caracterizado por um duplo movimento de indeterminação, não se pode deixar de observar que são essas pessoas que participam de forma decisiva – e ativa – na construção de um contexto maniqueísta no qual o orador – e todos aqueles que aderem às teses apresentadas por ele – é representado como vítima de ações que visam a fragilizar o governo e a desestabilizar a sociedade leste-timorense.

No fragmento a seguir, também, pode-se verificar o recurso à impessoalização do “outro-inimigo”:

- (3) As pessoas estão concentradas na “ex-FALINTIL”, “no FALINTIL isolado”, na “Associação de ex-guerrilheiros das FALINTIL”, e “nas novas forças” que, dizem alguns, ainda possuem de armas.

No excerto (2), ainda, verifica-se que a utilização da 1ª pessoa do singular (destaques sublinhados em (2)) cumpre a função de destacar o empenho heroico do orador na tentativa de assegurar a coesão social. Diferentemente do que se observou no discurso de posse, há, neste, uma premente necessidade de marcar posição de forma enérgica e explícita. Nesse momento, não há relações de alteridade, mas de embate dialético e ideológico, alocando-se, assim, os sujeitos dois extremos: aqueles que estão ao lado do governo e ou outros, “as pessoas”, que ainda perpetuam os valores do antigo colonizador. A partir dessa taxonomia, mesmo sem dizê-lo, o orador instaura uma arena de embates políticos, sociais e ideológicas que terão implicações significativas no processo de construção da(s) identidade(s) leste-timorense(s).

No que concerne aos elementos linguísticos que marcam a 1ª pessoa do plural (destacado em negrito no excerto (2)), verifica-se um emprego distinto daquele que observamos no discurso de posse. Se, em um primeiro momento, o sentimento de pertença era assegurado pela novidade da independência e as divergências tenham sido suplantadas pelo aflorado sentimento de nacionalismo, no discurso de 23 dias após a independência, o orador utilizou de forma alternada as referências a si mesmo e ao auditório por meio de pronomes e verbos em 1ª pessoa do plural, o que, da perspectiva cognitiva, causa um imbricamento entre orador e audiência, de modo que esta seja incluída como agente e corresponsável das ações que serão realizadas pelo governo, mesmo que, muitas vezes isso não corresponda a um “fazer” de fato, mas a um apoio – talvez incondicional – às atitudes do governo.

Em contrapartida, em outras construções como “...sejamos responsabilizados...”, “...devemos semear...” e “...é fundamental promovermos...”, uma análise que considere nuances tênues é capaz, embora não sem riscos, de distinguir em quais delas o orador toma para si exclusivamente a tarefa de realizar o que afirma. Essa, superficial, falta de clareza, que poderia denotar uma falha argumentativa em um contexto diferente do discurso político, constitui uma estratégia recorrente nesse gênero discursivo, sobretudo quando se pretende que audiência sintam-se implicada nos processos enunciados. Desse modo Xanana Gusmão chama para si e também para aqueles que estejam em acordo com sua argumentação a responsabilidade por dirimir os conflitos insurgentes.

Ademais, na expressão “...ainda estão tendo um efeito negativo sobre a nossa população...”, a referência ao povo leste-timorense como “nossa população” pode denotar, por um lado certa impessoalidade do orador, tem-se a impressão de que a “nossa população” está fora do contexto de enunciação, seria um elemento exterior ao discurso. Por outro lado, pode-se compreender essa construção, sob um enfoque de construção identitária, como uma forma de entender a população com um “bloco”, ou seja, trata-se de uma estratégia de agrupamento da população a partir da noção de identidade nacional criada no pós-conflito. Nesse sentido, a “nossa população” não incluiria aqueles que protestam contra o governo, simplesmente porque eles não se identificariam com o projeto de identidade apresentado e defendido pelo orador, não haveria correspondência referencial.

Observamos, dessa forma, que sem explicitar a quem em específico dirigem-se as suas críticas, ou seja, os inimigos da nação, Xanana Gusmão cria um discurso lacunar, seja com o intuito de menosprezar seus adversários políticos, seja para preservar seu *ethos*, seja como forma de assegurar a harmonia e a paz sociais, que se desenvolve em torno de inferências, e do não dito, por meio de lacunas discursivas que vão sendo preenchidas pelo auditório. Trata-se, portanto, de uma estratégia de “dizer sem dizer”.

7. Considerações finais

A construção da identidade nacional em Timor-Leste deve ser entendida à luz de seu histórico político, uma vez que o país tem uma longa história recente de colonialismo, conflito e violação dos direitos humanos.

Apesar de o povo leste-timorense, em sua unidade, compartilhar histórias comuns de privação de liberdades individuais, discriminação e, no limite, de genocídio, essas nem sempre podem ser evocadas como argumentos de validade universal. Os trechos analisados no corpo deste trabalho explicitam, do ponto de vista do orador, uma transformação nas relações identitárias: de uma comunidade unida em torno dos anseios desencadeados pela recém-independência, para um contexto de embate em que identidades locais tornam-se antagônicas e explicitam as fragilidades de uma nação que dá os primeiros passos em busca da consolidação de uma identidade que lhe permita equalizar as diferenças e, a partir disso, afirmar-se e ocupar seu lugar no mundo.

As identidades, no contexto leste-timorense, vêm sendo reestruturadas e reestabilizadas, sobretudo sob o controle do Estado-Nação, por meio da criação de uma noção da identidade nacional, que, mesmo não sendo hegemônica, visa a garantir a coesão social. Nesse sentido, vale, aqui, retomar a perspectiva de Hall (2006) a respeito da linguagem como fornecedora de elementos culturais e de representações e constitutiva de uma prática significativa, na qual o sentido é produzido e constantemente renovado. O sentido, nesse caso, é o elemento responsável pela concepção de uma identidade cultural e por uma ideia de pertencimento.

As análises realizadas neste trabalho apontam para a importância do modo como se constituem as expressões referenciais no discurso político, considerando-se a função de orientação argumentativa subjacente a elas, como se pôde observar, por exemplo, nos procedimentos de impessoalização/indeterminação do inimigo, que revelam uma maneira dentre tantas outras possibilidades de retratar o objeto descrito.

Por meio de um procedimento discursivo-referencial de inclusão/exclusão, o orador estabelece em seu discurso um evidente contraste entre um “nós” com o qual se encontra fortemente amalgamado e um “nós” cerimonioso, que se restringe à sua figura de presidente da república, ademais, a presença do outro é discursivamente marcada por processos referenciais de impessoalidade, revelando que a referenciação é uma atividade que consiste na (re)construção de objetos de discurso e, por isso, o mundo comunicado é sempre produto de uma ação discursiva e argumentativamente orientada.

Observa-se, por fim, que as estratégias discursivas e os processos de referenciação presentes no discurso de Xanana Gusmão, ao mesmo tempo em que constroem um contexto maniqueísta, difuso e lacunar, permitem, em função dessas mesmas características, a construção dos inimigos da nação e a edificação de uma noção controversa de identidade nacional.

Referências bibliográficas

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Trad. Viviane Ribeiro. 2.ed., Bauru-SP: EDUSC, 2002.

GUNN, Geoffrey. Língua e cultura na construção da identidade de Timor-Leste. **Revista de Letras e Culturas Lusófonas Camões**, Timor Lorosa'e, n.14, Junho-Setembro 2001, p.14-25.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

REIS, Maria Francisca Soares dos. **A co-oficialidade da Língua Tétum e da Língua Portuguesa: um desafio para a formação de professores em Timor-Leste**. São Paulo: 2011. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

SILVA, Alexandre Marques. **A imagem por trás do mito: estratégias discursivas e constituição do *ethos* no discurso político presidencial**. São Paulo, 2010. 189f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SPOLSKY, Bernard. **Sociolinguistics**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

TIMOR-LESTE. **Relatório de Desenvolvimento Humano**. Díli, 2001.

Fonte

GUSMÃO, Alexandre Xanana. **Timor lives! Speechs of freedom**. Australia: Longueville Media, 2005. p. 8-10.

Anexos

Anexo I – Discurso de 23 dias após a Posse de Xanana Gusmão (fragmento)

Díli, Timor-Leste

04 de Junho de 2002

Caros compatriotas,

Temos sido independentes e responsáveis pelo nosso destino há 23 dias, todavia é um tanto irônico se sentir no comando do nosso destino, sem um sentimento correspondente de mudança.

Podemos pensar que em um curto período de tempo, não há muito a ser dito. No entanto, existem assuntos que, se não forem tratados, agora, poderão tornar-se problemas que afetarão a nossa sociedade.

É nossa obrigação resolver o problema fundamental da segurança. Tenho sido questionado por fazer algumas viagens para Wailili para resolver problemas que envolvem violência física e episódios com armas de fogo. As pessoas estão concentradas na “ex-FALINTIL”, “no FALINTIL isolado”, na “Associação de ex-guerrilheiros das FALINTIL”, e “nas novas forças” que, dizem alguns, ainda possuem de armas.

É nesse contexto que peço publicamente a todos os que têm responsabilidade por essas instituições para agir e para garantir que nosso povo possa viver em paz e tranquilidade. Quando surgem problemas, são realizadas reuniões para discuti-los, mas, em seguida, os problemas perdem importância dentro das reuniões. Finalmente, nossa população sofre o efeito da responsabilidade dos indivíduos e até mesmo do aparelho do Estado.

Posturas radicais tomadas durante os últimos dois anos e meio de transição ainda estão tendo um efeito negativo sobre a nossa população e não posso aceitar que sejamos responsabilizados por esse problema, pois isso evita que se encontre uma solução para ele. Há necessidade de mais diálogo. Devemos semear as sementes para uma cultura de reconciliação, caso contrário, tudo vai soar falso, se não promovermos o diálogo para a reconciliação entre grupos ou associações, independentemente da sua natureza, mas infelizmente, as pessoas estão agora exigindo de mim que encontre a solução para os problemas causados por outros. Devo ainda acrescentar que algumas pessoas estão incitando pequenos grupos contra mim, exigindo investimentos, como se eu fosse o administrador dos fundos prometidos pelos doadores internacionais ou por aqueles que detêm a responsabilidade para o programa do governo.

É verdade que já foi referido anteriormente que eu daria uma atenção especial ao desemprego e à juventude. Eu também tenho me empenhado para promover investimentos nessa área. No entanto, isso não significa que eu tenha programas para empregar pessoas. A implementação de programas é parte do processo de governança, e não uma competência do presidente.

Fonte:

GUSMÃO, Alexandre Xanana. **Timor lives! Speeches of freedom**. Australia: Longueville Media, 2005. p. 8-10.

Abstract: *In order to observe how the identity issue is taken up and problematized in Xanana Gusmao's speech 23 days after the independence of East Timor, this paper proposes to examine, between the discursive strategies, linguistic elements, in particular the processes of referencing used by Gusmao towards his audience, himself and the "others", considered, in this context, the "enemies" of the nation. It is understood that these rhetorical-argumentative procedures aimed at the enhancement of the theses postulated by the speaker - occupant of a socially legitimized place, the President of the Republic, and the weakening of opposition speeches. In this sense, the uncertainty in the references to the "other" becomes ambivalent: on the one hand, they show that, in pursuit of peace, we should not name the "enemy", at the risk of causing further political and social instability, and, on the other hand, it opens up the possibility that anyone who opposes the regime is framed in the list of the "enemies of the nation". The theoretical framework for the analysis builds on the work developed by Bhabha (2007), Hall (2006), Landowski (2002), Brito and Martins (2004), Charaudeau (2008), Perelman and Tyteca (1958), Mondada and Dubois (2003).*

Keywords: *identity; argumentation; discursive strategies; political speech; East Timor.*